32ª EDIÇÃO

EDWARD McNALL BURNS

ROBERT E. LERNER
STANDISH MEACHAM

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

1 e 2

Do homem das cavernas às naves espaciais.

Primeira Parte

A AURORA DA HISTÓRIA

Ninguém sabe onde foi que se originou a espécie humana. Há indícios, porém, de que isso possa ter acontecido no sul da África Central, ou talvez na Ásia Central, ou ainda na parte sul desta. As condições climáticas dessas regiões eram de molde a favorecer a evolução de vários tipos humanos a partir de ancestrais primatas. De seu local ou locais de origem, membros da espécie humana migraram para o sudeste e leste da Ásia, para o norte da África, para a Europa e, finalmente, para a América. Durante centenas de séculos permaneceram em estado primitivo, levando uma existência que a princípio era pouco melhor que a dos animais superiores. Por volta de 3500 a.C., alguns deles, que desfrutavam de vantagens especiais de localização e de clima, gradualmente desenvolveram civilizações avançadas. Tais civilizações, que alcançaram o conhecimento da escrita e um considerável progresso nas artes e nas ciências, bem como em organização social, tiveram origem naquela parte do mundo conhecida como Oriente Próximo. Essa região estende-se do moderno Irã até o Mediterrâneo e a margem ocidental do Nilo. Ali floresceram, em diferentes períodos entre 3000 e 300 a.C., os pujantes impérios dos egípcios, babilônios, assírios, caldeus e persas, juntamente com estados menores, de povos como os hititas, os fenícios e os hebreus. A única outra civilização assim tão recuada foi a que vicejou na Índia, no vale do Indo, de mais ou menos 2500 a 1500 a.C. Os mais antigos sinais de civilização na China remontam a cerca de 1800 a.C.; e as mais antigas civilizações na Europa – na ilha de Creta e na Grécia continental – datam igualmente desses tempos.

Os Primórdios da Humanidade

	PERÍODO CULTURAL	TIPO DE SER HUMANO	PROGRESSOS CARACTERÍSTICOS
Há 2 milhões de anos	Paleolítico inferior (Antiga Idade da Pedra Inferior)	*Homo habilis*	Posição ereta; uso de objetos, tirados da natureza, como instrumentos; caça
Há 500.000 anos		Homem de Java; Homem de Pequim	Cérebros ampliados; maior inteligência
Há 50.000 anos		Homem de Neanderthal: o primeiro *Homo sapiens*	Fala; capacidade de pensamento abstrato; início da fabricação de instrumentos
Há 20.000 anos	Paleolítico superior (Antiga Idade da Pedra Superior)	Homem de Cro-Magnon	Vários instrumentos e armas feitos de pedra e osso; cocção de alimentos; pinturas rupestres
Há 12.000 anos	Mesolítico (Média Idade da Pedra)	Tipos físicos modernos	Vida mais sedentária; a mais recuada transição da coleta para a produção de alimentos
Há 7.000 anos	Neolítico (Nova Idade da Pedra)		Agricultura; domesticação de animais; cerâmica; aldeamentos; origem dos estados
Há 5.500 anos	Idade do Bronze		As mais antigas civilizações no Egito e na Mesopotâmia; escrita; metalurgia do bronze; instituições políticas, sociais e econômicas desenvolvidas

Capítulo 1

OS PRIMÓRDIOS

Ao nos voltarmos para o próprio passado (. . .) conviria começarmos com um piedoso tributo a nossos desconhecidos ancestrais (ágrafos), que, mediante um esforço inconcebivelmente árduo e engenhoso, lograram êxito na criação de uma raça humana. Couberam a eles as descobertas e invenções cruciais, como o instrumento, a semente e o animal doméstico; a criação da agricultura, a "revolução neolítica", que produziu uma economia sedentária, talvez tenha sido o maior passo avante já dado pelo homem. Criaram um instrumento maravilhoso, a linguagem, que permitiu ao homem descobrir seu caráter humano e, finalmente, disfarçá-lo. Lançaram os alicerces da civilização: sua vida econômica, política e social, suas tradições artísticas, éticas e religiosas. Com efeito, nossos antepassados "selvagens" ainda se acham muito próximos de nós, e não somente em nossa capacidade de selvageria.

– Herbert J. Muller, *The Uses of the Past*

1. A NATUREZA DA HISTÓRIA

A história é mais que batalhas e tratados

Catherine Morland, a heroína do romance *Northanger Abbey*, de Jane Austen, queixava-se de que a história "nada me diz que não me canse ou me enfastie. Rixas entre papas e reis, com guerras ou pestes em toda página; os homens tão pouco dignos; praticamente, mulher alguma . . . Tudo isso é um extremo aborrecido." Ainda que a heroína de Jane Austen tenha dito isso por volta de 1800, poderia ter expressado a mesma queixa até bem recentemente, pois quando já ia bem avançado o século XX a maioria dos historiadores considerava a história como pouco mais que a "política do passado" – e, aliás, uma política do passado bastante árida. O conteúdo da história restringia-se fundamentalmente a batalhas e tratados, às personalidades e ao jogo político dos estadistas, às leis e aos decretos dos governantes. Todavia, por mais importantes que sejam esses dados, de modo algum constituem a substância total da história. Nas últimas décadas principalmente, os historiadores passaram a reconhecer que a história abrange o registro das atividades passadas do homem em todas as esferas – não só os fatos políticos, mas também os fatos sociais, econômicos e intelectuais. As mulheres, tanto quanto os homens; os governados, tanto quanto os governantes; os pobres, tanto quanto os ricos – todos fazem parte da história. Também a integram as instituições sociais e econômicas que homens e mulheres criaram e que, por sua vez, deram forma às suas

vidas: a família e a classe social; o feudalismo e a vida urbana; o capitalismo e o industrialismo. Também as idéias e as atitudes, não só de intelectuais como de homens e mulheres que podem ter passado a vida praticamente sem ser tocados pelas "grandes obras" literárias, participam do interesse do historiador. E o mais importante é que a história inclui a investigação das causas dos acontecimentos e dos padrões de organização e das idéias humanas – a pesquisa das forças que impeliram a humanidade para seus maiores empreendimentos, e dos motivos para seus sucessos e fracassos.

Novos métodos históricos

Ao alargarem o escopo de seu trabalho, os historiadores muniram-se também de novos métodos e instrumentos, a fim de melhor exercer seu ofício. Já vai longe o tempo em que os historiadores se debruçavam sobre as mesmas crônicas e documentos antigos para determinarem se Carlos III, o Gordo, estava em Ingelheim ou Lustnau a 1.º de julho de 887. Para lançar mão das provas estatísticas, aprendem os métodos do engenheiro de computação. Para interpretar o efeito de uma elevação do custo de vida, estudam economia. Para deduzir as tendências das taxas de nupcialidade ou avaliar o efeito de guerras e pragas sobre toda uma população, passam a dominar as qualificações do demógrafo. A fim de explorar fenômenos como a cultura dos cavernícolas ou a moderna urbanização, fazem-se de arqueólogos, estudando restos fósseis, fragmentos de cerâmica ou as modernas paisagens urbanas. Visando a compreender as motivações dos homens e mulheres que fizeram a história, louvam-se nos achados dos psicólogos sociais e dos antropólogos culturais. Para elucidar a vida dos pobres e daqueles que deixaram poucos registros escritos, procuram outros resíduos culturais – por exemplo, canções folclóricas e as tradições incorporadas à história oral.

Necessidade de estudar o passado em seus próprios termos

É possível que a mais importante lição que os historiadores aprenderam é a de que não devem mais condescender ao passado, nem supor que a civilização em que vivem seja mais importante que as antecedentes. Fundamentalmente a história é o estudo das modificações operadas no decorrer do tempo, mas isso não significa que ela seja uma narrativa de progresso ininterrupto, do passado para o presente, ou que toda mudança tenha sido determinada de modo a engendrar nosso próprio mundo moderno. Aqueles que escrevem a história e aqueles que a estudam devem procurar ver de que modo um acontecimento conduziu a outro, e como o passado, em sua totalidade, é um prólogo do presente. mas devem também apreciar o passado em seus próprios termos, examinando-o, tanto quanto possível, com os olhos e o espírito daqueles que o viveram.

2. HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA

A chamada era pré-histórica

É costume em geral, entre os historiadores, estabelecer distinção entre o período histórico e o pré-histórico na evolução da sociedade humana. Com o primeiro, referem-se à história baseada em registros escritos; com o segundo, à crônica das realizações humanas antes da invenção da escrita. No entanto, tal distinção não é de todo satisfatória. Deixa a impressão de que os feitos do homem, antes de serem registrados em caracteres ou símbolos que representassem palavras ou conceitos, não tiveram importância. Nada mais inverídico. Pelo menos os fundamentos

das façanhas da moderna tecnologia, e até mesmo dos sistemas políticos e sociais, foram lançados antes que os seres humanos fossem capazes de grafar uma única palavra. É preferível, por conseguinte, que todo o período da vida humana na Terra seja considerado como histórico, e que a era que preceder a invenção da escrita seja designada por um termo como "ágrafo". Os registros das sociedades ágrafas não são, naturalmente, livros e documentos, e sim instrumentos, armas, fósseis, utensílios, gravuras, pinturas e fragmentos de joalheria e ornamentação. Tais coisas, conhecidas em geral como "artefatos", são com freqüência tão valiosas quanto a palavra escrita para proporcionar conhecimento das realizações e do modo de vida de um povo.

"Machado de mão"

Toda a história humana pode ser dividida, *grosso modo*, em dois períodos, a Idade da Pedra e a Idade dos Metais. A primeira coincide aproximadamente com a Era Ágrafa, ou o período que antecedeu a invenção da escrita. A segunda coincide mais ou menos com o período da história baseada em registros escritos. A Era Ágrafa abrangeu praticamente toda a existência da humanidade e só chegou ao fim por volta de 3500 a.C., embora algumas culturas da Idade da Pedra tenham persistido após essa data e algumas tribos ágrafas ainda existam em áreas remotas. A Idade dos Metais praticamente coincide com a história das nações civilizadas. A Idade da Pedra é subdividida em Paleolítico, ou Antiga Idade da Pedra, e Neolítico, ou Nova Idade da Pedra. Esses nomes derivam-se do tipo de instrumentos ou armas de pedra mais típicos do período. Durante a maior parte da Era Paleolítica, os instrumentos eram comumente feitos tirando-se lascas de uma pedra grande e usando-se seu núcleo como um "machado de mão". Mais para o fim do período, as próprias lascas passaram a ser empregadas como facas ou pontas de lanças, sendo o núcleo jogado fora. A Era Neolítica assistiu à superação dos instrumentos de pedra lascada por artefatos obtidos pelo desgaste ou polimento da pedra.

3. A CULTURA DO PALEOLÍTICO INFERIOR

Homo habilis

O período Paleolítico estende-se aproximadamente de 2.000.000 a.C. a 10.000 a.C. É comumente dividido em dois estádios, um inferior e outro superior. O período Paleolítico inferior foi, de longe, o mais prolongado dos dois, e cobre cerca de 99 por cento de toda a Antiga Idade da Pedra. Durante essa época, pelo menos quatro espécies de hominídeos habitaram o globo. Muito recentemente, descobertas da maior importância, com relação à primeira dessas espécies, foram feitas por equipes de cientistas na África Oriental. Em 1961, o antropólogo Jonathan Leakey desenterrou na Tanzânia partes de um crânio com cerca de 1,8 milhão de anos, muito mais antigo do que qualquer outro crânio de hominídeo anteriormente conhecido. (Para a determinação da idade das camadas geológicas em que são encontrados os ossos e, às vezes, da idade dos próprios ossos, usam-se testes químicos como o método do carbono-14 ou o método do potássio-argônio.) Mais tarde, em 1972, um grupo dirigido pelo irmão de Jonathan, Richard, achou no Quênia um crânio semelhante, e quase completo, com mais de 2 milhões de anos. A espécie que deixou esses restos foi classificada como *Homo habilis*, ou "homem que tem aptidões". O *Homo habilis* pode ser

considerado como um verdadeiro ancestral do homem moderno porque caminhava em posição ereta, possuía cérebro maior que o de qualquer macaco e era bastante inteligente para utilizar instrumentos. É claro que seus instrumentos eram extremamente primitivos. Em sua maior parte consistiam em objetos encontrados na natureza: ossos de animais, galhos de árvores e pedaços de pedras, talvez quebrados ou grosseiramente lascados. Contudo, possibilitaram ao *Homo habilis* sobreviver, em épocas de escassez de alimentos, como caçador, e não como coletor de alimentos, ou como pilhador. Não se pense que a dependência da caça levasse esses antigos ancestrais a se matarem mutuamente. Pelo contrário, sua sobrevivência dependia da cooperação. O mais provável é que somente depois do surgimento da agricultura e do pastoreio – mais de um milhão de anos depois – é que os seres humanos tenham começado a se guerrear pela posse de territórios. A cooperação necessária à caça tornou o *Homo habilis* a primeira criatura verdadeiramente social e conduziu ao uso da linguagem. O *Homo habilis* foi, claramente, portanto, um dos precursores da raça humana.

Homem de Java.

Dois habitantes subseqüentes do Paleolítico inferior foram o homem de Java e o homem de Pequim. Por muito tempo pensou-se que o homem de Java fosse o mais antigo dos hominídeos, mas hoje em dia está estabelecido em geral que ele teve origem em aproximadamente 500.000 a.C. Seus restos esqueletais foram encontrados na ilha de Java em 1891. Os restos do homem de Pequim foram localizados na China, a cerca de 65 quilômetros a sudoeste de Pequim, entre 1926 e 1930. Desde a última data, localizaram-se nada menos de trinta e dois esqueletos do tipo Pequim, tornando possível uma reconstituição completa de pelo menos a cabeça dessa antiga espécie. Em geral os antropólogos concordam que o homem de Pequim e o homem de Java pertencem aproximadamente à mesma época, e que ambos descendiam provavelmente do mesmo tipo ancestral.

Homem de Neanderthal.

Durante os últimos 25.000 anos do período Paleolítico inferior surgiu uma quarta espécie de homem antigo. Trata-se do homem de Neanderthal, famoso como um primitivo troglodita. Ainda que o tipo tenha sido localizado pela primeira vez em Gibraltar, alguns anos antes, a denominação provém de um achado de fragmentos esqueletais ocorrido em 1856 no vale do Neander, perto de Düsseldorf, no noroeste da Alemanha. Desde então fizeram-se inúmeras outras descobertas (em certos casos, de esqueletos completos), em áreas das mais diversas, como Bélgica, Espanha, Itália, Iugoslávia, Rússia e Israel. A aparência do homem de Neanderthal era tão próxima à do homem moderno que ele foi classificado como membro da mesma espécie, *Homo sapiens.* Contudo, a semelhança não era de maneira alguma perfeita. Os neanderthalenses tinham, em média, apenas 1,62 m de altura. Tinham queixos recuados e pronunciadas arcadas superciliares. Embora tivessem a testa inclinada para trás e a caixa craniana arqueada na parte inferior, sua capacidade craniana média era ligeiramente superior à do moderno caucasiano. O significado disso com relação à sua inteligência não pode ser determinado.

Homem de Pequim.

Possuímos escasso conhecimento sobre a cultura dos povos do Paleolítico inferior. As aptidões que alcançaram e o aprendizado que adquiriram deveriam ser ínfimos, em quantidade, quando comparados com as realizações dos modernos grupos primitivos. No entanto, o homem de

Neanderthal e seus sucessores não eram simples macacos, que esqueciam num átimo os triunfos fortuitos que tinham conseguido. Sem dúvida possuíam capacidade de fala, o que lhes permitia comunicar-se com seus semelhantes e transmitir às gerações seguintes o que haviam aprendido. Os neanderthalenses tinham certa capacidade de pensamento abstrato, como fica patente pelo fato de enterrarem seus mortos junto com objetos destinados a serem utilizados na vida além-túmulo. Além disso, foram além do *Homo habilis*, pois fabricavam seus instrumentos, ao invés de simplesmente usarem os que encontravam. Descobriram que as pedras podiam ser lascadas de modo a apresentarem gumes. Surgiram, assim, pontas de lanças, furadores e facas e raspadeiras muito mais eficientes. Encontraram-se também indícios de um certo grau de avanço em cultura não material. Nas entradas das cavernas em que os neanderthalenses viviam, ou onde pelo menos se refugiavam, foram descobertos indícios de eiras onde trabalhavam o sílex e de lareiras de pedra onde, ao que parece, eram feitas enormes fogueiras. Tais fatos sugerem as origens da vida grupal cooperativa e, possivelmente, os começos grosseiros das instituições sociais.

Realizações das primeiras populações paleolíticas

4. A CULTURA DO PALEOLÍTICO SUPERIOR

Homem de Cro-Magnon.

Por volta de 30.000 a.C., a cultura da Antiga Idade da Pedra cedeu lugar ao estádio do Paleolítico superior. Esse período durou apenas cerca de duzentos séculos, ou de 30.000 a 10.000 a.C. Dominava a Terra nessa época um tipo de ser humano novo e superior. Biologicamente, tais homens assemelhavam-se sobremaneira ao homem moderno. Seus predecessores mais importantes, os de Neanderthal, já não existiam como variedade distinta. Não se sabe o que lhes aconteceu.

A designação utilizada para identificar a variedade principal dos homens do Paleolítico superior é "Cro-Magnon", pois foi na caverna de Cro-Magnon, no sul da França, que se descobriram alguns dos restos mais típicos. Tais homens viviam da caça da rena, do bisonte e do mamute, que vagueavam livres pelo sul da Europa e pela Ásia, pois o clima, dominado por geleiras, era dos mais frios. Os homens de Cro-Magnon eram altos, tinham ombros largos e caminhavam em posição ereta, sendo a estatura média masculina pouco superior a 1,80 m. Tinham fronte alta, queixo bem desenvolvido e uma capacidade craniana aproximadamente igual à média moderna. As acentuadas arcadas superciliares, tão características das espécies anteriores, não existiam. É questão controvertida a possibilidade de os homens de Cro-Magnon terem deixado descendentes. Não parecem ter sido exterminados; ao que parece, foram impelidos para regiões montanhosas e, mais tarde, absorvidos por outras raças.

A cultura Paleolítica superior era acentuadamente mais avançada do que a anterior. Não só os instrumentos e utensílios eram mais bem feitos, como também apresentavam maior variedade. Já não eram fabricados apenas com lascas de pedra ou, ocasionalmente, uma haste de osso; outros materiais, sobretudo chifre de rena e marfim, eram usados com abundância. Como exemplos de instrumentos mais complexos podem-se apontar o anzol, o arpão, o lança-dardos e, bem no fim do período, o arco e a flecha. O uso de roupas é indicado pelo fato de os

homens do Paleolítico superior terem inventado a agulha (feita de osso). Não sabiam tecer panos, mas peles de animais, costuradas umas às outras, mostraram ser um sucedâneo satisfatório. É certo que cozinhavam seus alimentos, pois encontraram-se enormes fogões, evidentemente utilizados para assar carne. Nas proximidades de um desses fogões, em Solutré, no sul da França, achou-se um conjunto de ossos carbonizados, que se estima conter os restos de cem mil animais de grande porte. Embora os homens de Cro-Magnon não construíssem casas, exceção feita a algumas choupanas simples em regiões onde escasseavam os abrigos naturais, não levavam vida inteiramente nômade. Indícios encontrados em cavernas por eles habitadas mostram que devem ter sido usadas, pelo menos em certas estações do ano, durante anos consecutivos.

Com relação a elementos não materiais, há também indícios de que a cultura do Paleolítico superior tenha representado um notável progresso. A vida grupal era agora bem mais organizada do que antes. A profusão de ossos carbonizados em Solutré e em outros locais denotam a cooperação na caça e a partilha de seus frutos em festins comunitários. A espantosa perícia demonstrada na execução de armas e instrumentos, bem como a técnica altamente desenvolvida das criações artísticas, dificilmente teriam sido alcançadas sem uma certa divisão do trabalho. Parece certo, pois, que as comunidades do Paleolítico superior contassem com artistas profissionais e artífices hábeis. Para chegarem a adquirir tais talentos, certos membros dessas comunidades devem ter passado por longos períodos de treinamento e dedicado todo o tempo à prática de suas especialidades.

Magia simpática

Existem provas substanciais de que o homem de Cro-Magnon tinha idéias muito evoluídas de um mundo com aspectos sobrenaturais. Dispensava mais cuidados aos corpos dos defuntos do que o homem de Neanderthal, pintando os cadáveres, dobrando-lhes os braços sobre o coração e depositando pingentes, colares e armas ricamente lavradas em suas sepulturas. O homem de Cro-Magnon formulou ainda um complicado sistema de magia simpática, destinada a aumentar suas provisões de alimentos. A magia simpática baseia-se no princípio de que a imitação de um resultado desejado há de acarretar esse resultado. Aplicando esse princípio, o homem de Cro-Magnon pintava murais em suas cavernas, representando, por exemplo, a captura de renas na caça. Em outras ocasiões, modelava bisões ou mamutes em argila, trespassando-os com dardos. Essas representações tinham, provavelmente, o intuito de facilitar os resultados representados e assim aumentar o sucesso do caçador, aliviando a luta pela existência. Encantamentos e cerimônias acompanhavam, quiçá, a execução dessas pinturas e imagens, e é provável que sua produção se desse enquanto a caça verdadeira estava em andamento.

Na verdade, a suprema realização do homem de Cro-Magnon foi a sua arte – realização tão original e magnífica que deveria ser incluída entre as Sete Maravilhas do Mundo. Nada ilustra tão bem o abismo entre sua cultura e a de seus predecessores. A arte do Paleolítico superior compreende quase todos os ramos possibilitados pela cultura material da época. Tanto a escultura, a pintura como o entalhe se acham representados. Faltavam as artes da cerâmica e da arquitetura; a olaria ainda não havia sido inventada; e as únicas construções levantadas eram as do tipo mais rudimentar. A arte por excelência do homem de

Desenhos das cavernas em Lascaux, França. À esquerda, vista da entrada das cavernas. À direita estão exemplos característicos do realismo da arte Cro-Magnon.

Cro-Magnon foi a pintura rupestre. As paredes de suas cavernas exibem o maior número e variedade de seus talentos: o bom gosto na utilização da cor, a atenção meticulosa aos detalhes, a capacidade de empregar a escala ao representar um grupo e, acima de tudo, seu gênio para a cópia dos pormenores naturais. Especialmente digna de nota é a habilidade com que os pintores representavam o movimento. Quase todos os murais mostram animais correndo, saltando, ruminando o alimento ou enfrentando o caçador que os acua. Muitas vezes empregavam artifícios engenhosos para dar a ilusão de movimento. O principal deles consistia em desenhar ou pintar contornos adicionais para indicar o espaço no qual as pernas ou a cabeça do animal tinham-se movido. A execução era de tal modo hábil que não dava nenhuma sensação de artificialismo.

Significado da arte do Paleolítico superior

As pinturas nas cavernas esclarecem muitos problemas relativos à mentalidade e aos costumes do homem primitivo. Em certa medida, constituem expressão de um verdadeiro senso estético. Obviamente, o homem de Cro-Magnon sentia certo prazer numa linha graciosa, na disposição simétrica ou nas cores brilhantes. Prova disso é o fato de pintar e tatuar o corpo, assim como o de haver usado adornos. No entanto, seria difícil imaginar que suas principais obras de arte fossem produzidas com o fito de criar coisas belas. Tal possibilidade deve ser excluída por várias razões. Em primeiro lugar, as melhores pinturas e desenhos são encontrados, via de regra, nas paredes e nos tetos das partes mais escuras e inacessíveis das cavernas. A galeria de pinturas de Niaux, por exemplo, situa-se a mais de oitocentos metros da entrada da caverna. Ninguém poderia ver as criações dos artistas, exceto à luz deficiente de tochas ou de lâmpadas primitivas, que deviam fumegar e espirrar horrivelmente, pois o único fluido iluminante era a gordura animal. Ademais, há indícios de que o homem de Cro-Magnon olhava

com extrema indiferença seus murais, depois de executados. Já se encontraram inúmeros exemplos de pinturas ou desenhos superpostos a outros mais antigos, do mesmo tipo ou de tipos diferentes. Evidentemente, o importante não era a obra acabada em si mesma, e sim o ato de fazê-la.

A arte como ajuda na luta pela sobrevivência

A verdadeira finalidade de quase toda a arte do Paleolítico superior era, ao que parece, não agradar aos sentidos, e sim aumentar o suprimento de animais utilizados na alimentação. O artista não era um esteta, mas um mágico, e a arte era uma forma de magia destinada a promover o êxito do caçador. Nessa finalidade residia seu principal significado e a base da maioria de suas qualidades características. Sugere, por exemplo, o verdadeiro motivo pelo qual os animais de caça eram o tema quase exclusivo dos grandes murais e porque plantas e objetos inanimados raramente eram representados. Ajuda-nos a compreender o descaso do homem de Cro-Magnon pelas pinturas depois de terminadas e seu interesse predominante pelo processo de fazê-las. O fato de esses murais serem feitos na parte mais inacessível da caverna constitui prova adicional de uma motivação religiosa da parte do artista – a arte fica ocultada em local sagrado.

Fim da cultura do Paleolítico superior

A cultura do Paleolítico superior chegou ao fim por volta de 10.000 a.C., devido ao desaparecimento das fontes alimentares. À medida que a última geleira recuava cada vez mais para o norte, o clima da Europa meridional tornava-se quente demais para as renas, que aos poucos migraram para as margens do Báltico. O mamute, por essa ou por outras razões, acabou por extinguir-se. O homem de Cro-Magnon provavelmente acompanhou as renas em direção ao norte, mas quaisquer que tenham sido suas realizações culturais posteriores, nada sabemos delas.

5. CULTURA NEOLÍTICA

Significado do termo Neolítico

Entre 10.000 a.C. e 5000 a.C. – as datas são pouco rigorosas, variando muitíssimo segundo o local – seguiu-se o Mesolítico, ou Média Idade da Pedra. Trata-se de um período de transição, em que as populações se tornaram mais sedentárias e descobriram novas fontes de alimentos, tais como os moluscos e as ervas comestíveis, agora que a maior parte do mundo encontrava-se livre do gelo. Ao estádio Mesolítico seguiu-se o Neolítico, ou Nova Idade da Pedra. O nome foi adotado porque as armas e instrumentos de pedra passaram a ser feitos então pelo método de polimento mediante atrito, ao invés da fratura e separação de lascas, como nos períodos anteriores. Os portadores da cultura neolítica foram novas variedades de populações modernas que se espalharam pela África e pelo sul da Europa, vindas da Ásia ocidental. Como não existe nenhum indício de que tenham sido posteriormente exterminados ou que hajam migrado em massa, cumpre-nos considerá-las como os ancestrais imediatos da maioria dos povos que hoje habitam a Europa.

As diferentes datas do estádio neolítico

É impossível fixar datas exatas para o período Neolítico, pois populações diferentes passaram por esse estádio de desenvolvimento em áreas diversas e com distintos graus de evolução. Recentes descobertas arqueológicas de grande interesse, realizadas na margem ocidental do rio Jordão, indicam ter havido ali povoados neolíticos, em suas formas mais primitivas, por volta de 7500 a.C. Uma cultura neolítica plenamente

desenvolvida existiu na Mesopotâmia e no Egito em 5000 a.C., mas a cultura não se estabeleceu solidamente na Europa antes de 3000 a.C. Há também grande variação nas datas de seu término. A cultura neolítica foi suplantada na Mesopotâmia e no Egito, pelas primeiras civilizações gráficas, por volta de 3500 a.C., mas, salvo na ilha de Creta, ela não desapareceu em nenhum lugar da Europa antes de 2000 a.C. e, na Europa setentrional, muito mais tarde ainda. Em algumas regiões do mundo, ainda não terminou. As populações de algumas ilhas do Pacífico, das regiões árticas da América do Norte e das selvas do Brasil ainda se acham na fase da cultura neolítica, exceto no que tange a certos costumes adquiridos de exploradores e missionários.

A revolução neolítica

Em muitos sentidos, a Nova Idade da Pedra foi a mais importante na história do mundo até então. O nível do progresso material atingiu novas culminâncias. As populações neolíticas exerciam melhor controle sobre seu meio ambiente que qualquer de suas predecessoras. Tinham menos probabilidade de perecer devido a uma mudança das condições climáticas ou porque viesse a escassear parte de seus recursos alimentares. Essa vantagem decisiva resultou, sobretudo, do desenvolvimento da agricultura e da domesticação de animais. Enquanto todas as populações que viveram anteriormente eram coletoras, as populações neolíticas *produziam* alimentos. O cultivo da terra e a manutenção de rebanhos e manadas proporcionavam-lhes fontes muito mais seguras de alimentos e, em certas épocas, até lhes garantiam um excedente. O desenvolvimento da agricultura, uma das mais importantes dentre todas as transições da história humana, criou condições para uma vida sedentária e possibilitou o aumento de população. Foram esses os elementos de uma grandiosa revolução social e econômica cuja importância seria impossível exagerar.

A ampla difusão da cultura neolítica

A nova cultura foi também importante devido ao fato de ter sido a primeira a distribuir-se por *todo* o mundo. Embora algumas culturas anteriores, em especial as dos homens de Neanderthal e de Cro-Magnon, tivessem tido considerável difusão, limitaram-se sobretudo às áreas continentais acessíveis do Velho Mundo. A cultura neolítica penetrou em todas as áreas habitáveis da superfície do globo – desde os ermos do Ártico até as selvas dos trópicos. Ao que parece, as populações neolíticas partiram de vários centros de origem e alcançaram todos os recantos de ambos os hemisférios. Transpunham distâncias enormes, tanto por água quanto por terra, e por fim ocuparam todas as grandes ilhas dos oceanos, mesmo as mais remotas.

Novos instrumentos e habilidades técnicas

A migração global não foi o único exemplo das realizações do Neolítico. As populações neolíticas criaram as artes de tecer malha e de tecer pano. Foram as primeiras a fabricar utensílios de cerâmica e sabiam produzir fogo por atrito. Construíram casas de madeira e de barro secado ao sol. Na fase final do período, descobriram as possibilidades dos metais, e alguns implementos de cobre e ouro foram acrescentados a seu acervo. Como nada se sabia ainda das artes da fundição e da refinação, o uso dos metais limitou-se aos mais maleáveis, encontrados ocasionalmente em estado puro e na forma de pepitas.

Domesticação de animais

Contudo, as verdadeiras pedras angulares da cultura neolítica foram a domesticação de animais e o desenvolvimento da agricultura. Sem esses fatores, seria inconcebível que ela houvesse atingido a complexidade que atingiu. Mais que a qualquer outra coisa, deve-se a eles a

existência sedentária e o crescimento das povoações e das instituições sociais. Acredita-se em geral que o primeiro animal a ser domesticado tenha sido o cão, com base no pressuposto de que ele estivesse sempre a rondar os acampamentos de caça a fim de aproveitar ossos e restos de carne. Com o tempo, ter-se-ia descoberto que o cão podia ser usado na caça e talvez também na vigilância do acampamento. Depois de haver sido bem-sucedido na domesticação do cão, o homem neolítico teria logicamente voltado a atenção para outros animais, sobretudo para aqueles que usava como alimento. Antes de terminado o período, pelo menos cinco espécies — a vaca, o cão, a cabra, a ovelha e o porco — tinham sido levados a atender às suas necessidades.

Início da agricultura

O local exato em que se originou a agricultura nunca foi determinado. Tudo que sabemos é que gramíneas silvestres, prováveis antepassados dos cereais, têm sido encontradas em vários lugares. Certos tipos de trigo crescem em estado silvestre no Oriente Próximo e no sul da Rússia. Assinalaram-se ancestrais silvestres da cevada no norte da África, no Oriente Próximo e na Ásia Central. Embora seja provável que essas tenham sido as primeiras plantações da agricultura neolítica, não foram de modo algum as únicas. Cultivavam-se também o painço, hortaliças e numerosas frutas. O linho era cultivado no Hemisfério Ocidental por causa de sua fibra têxtil, e em alguns locais, já se iniciara o cultivo da papoula para a obtenção de ópio. No Hemisfério Ocidental o milho era o único cereal, mas os índios norte-americanos cultivavam inúmeros outros produtos, entre eles o fumo, o feijão, a abóbora, o tomate e a batata.

A natureza das instituições

A mais importante conseqüência do sedentarismo neolítico foi o desenvolvimento de instituições duradouras. Pode-se definir uma instituição como uma combinação de crenças e atividades grupais, organizada de maneira mais ou menos permanente, com vistas à consecução de algum objetivo do grupo. De ordinário inclui um conjunto de costumes e tradições, um código de normas e regras, e complementos físicos como edifícios, processos de punição e meios de comunicação e doutrinamento. Como os homens são seres sociais, é provável que alguns desses elementos já existissem desde os tempos mais recuados. No entanto, as instituições, em sua forma plenamente desenvolvida, parecem ter sido uma realização do Neolítico.

A família

Uma das mais antigas instituições humanas é a família. Não há, entre os sociólogos, um acordo quanto ao modo como deve ser definida. Historicamente, entretanto, a família sempre representou uma unidade mais ou menos permanente, composta dos pais e de sua prole, e que atende aos fins de proteção dos pequenos, divisão do trabalho, aquisição e transmissão de propriedade, conservação e transmissão de crenças e costumes. A família não tem hoje, nem nunca teve, caráter exclusivamente biológico. Como a maioria das instituições, ela evoluiu por um longo período de convenções variáveis, que lhe deram várias funções e formas. Sem dúvida havia famílias primitivas nos tempos paleolíticos, mas praticamente tudo ignoramos a seu respeito, e é provável que não fossem muito estáveis. Nos tempos neolíticos, a família aparece com clareza e parece ter sido dominada pelo patriarca, com uma ou mais esposas, dependendo da região.

Uma segunda instituição, conhecida anteriormente mas desenvolvida em forma mais complexa pelo homem do Neolítico, foi a religião.

Devido às suas infinitas variedades, é difícil defini-la, mas o que se segue talvez seja aceito como uma definição precisa da instituição, pelo menos no que ela tem de básico: "A religião é, em toda parte, a expressão, sob uma forma ou outra, de um sentimento de dependência em face de um poder exterior a nós mesmos, poder esse cuja natureza podemos qualificar como espiritual ou moral".[1] Os antropólogos modernos destacam o fato de que a religião primitiva não era tanto questão de crença quanto de ritos. Na maioria dos casos, os ritos vieram em primeiro lugar; os mitos, dogmas e teologias foram racionalizações posteriores. As populações primitivas dependiam universalmente da natureza — da sucessão regular das estações, da queda de chuvas nas ocasiões apropriadas, do crescimento das plantas e da reprodução dos animais. De acordo com essa idéia, esses fenômenos naturais não ocorreriam a menos que o homem cumprisse certos sacrifícios e ritos. Assim, ele instituiu cerimônias destinadas a fazer chover, nas quais borrifava água sobre espigas de milho a fim de imitar a precipitação da chuva. Todos os habitantes de uma aldeia ou mesmo de uma tribo vestiam peles de animais e imitavam os hábitos e atividades de alguma espécie da qual dependessem para a obtenção de alimento. Ao que parece, acreditavam que imitando o gênero de vida da espécie estavam contribuindo para garantir-lhe a continuidade.

Natureza da religião primitiva; ritos e cerimônias

Ainda outra das grandes instituições desenvolvidas pelo homem do Neolítico foi o estado. Podemos definir estado como uma sociedade organizada que ocupa um território específico e que possui um governo efetivo, independente de controle externo. A essência do estado é o poder de fazer e executar leis, e de preservar a ordem social pela punição daqueles que infringem essas leis. A não ser em tempos de crises, o estado não existe na grande maioria das sociedades ágrafas — fato que indica, provavelmente, ter sido sua gênese bastante tardia no estádio da cultura neolítica.

O estado: definição

A principal explicação para o surgimento dos estados no período Neolítico reside no desenvolvimento da agricultura. Em áreas como o vale do Nilo, onde uma grande população subsistia através do cultivo intensivo de uma área limitada de solo fértil, era absolutamente indispensável um elevado grau de organização social. Os antigos costumes não seriam suficientes para definir os deveres e direitos numa sociedade como essa, com seu elevado padrão de vida, sua distribuição desigual da riqueza e o vasto campo que oferecia ao choque dos interesses pessoais. Tornar-se-iam necessárias novas medidas de controle social, as quais dificilmente poderiam ser postas em prática por outro meio que não a instituição de um governo revestido de autoridade soberana e a submissão a esse governo. Em outras palavras, pela criação de um estado.

Papel da agricultura na origem dos estados

Por mais importante que tenha sido a agricultura como fator conducente ao estado, não foi ela a única causa. Em certas áreas onde não havia agricultura estabilizada, é evidente que os estados surgiram como conseqüência de atividades militares, isto é, foram fundados para fins de conquista, para defesa contra invasão ou para tornar possível a expulsão de um invasor. A monarquia dos hebreus parece ter sido resultado da primeira dessas razões. Como a guerra pela conquista da Terra Santa não fosse muito bem-sucedida, o povo hebreu pediu a seu chefe Samuel

Outras causas

[1] A. R. Radcliffe-Brown, *Structure and Function in Primitive Society*, p. 157.

que lhe desse um rei, a fim de que eles fossem "como todas as nações", com um soberano poderoso para mantê-los em ordem e conduzi-los à vitória nas batalhas. Basta observar como a guerra moderna, tanto ofensiva como defensiva, reforça e amplia os poderes do governo, para compreender como influências semelhantes poderiam ter dado origem ao estado.

6. FATORES RESPONSÁVEIS PELA ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CIVILIZAÇÕES

Significado de civilização

Mais ou menos por volta de 3.500 a.C. a cultura neolítica produziu as primeiras *civilizações*. Podemos afirmar que a civilização é um estádio no desenvolvimento histórico humano em que a escrita é utilizada em grau considerável; em que se obteve algum progresso nas artes e nas ciências; e em que as instituições políticas, sociais e econômicas se desenvolveram suficientemente para resolver pelo menos alguns dos problemas de ordem, segurança e eficiência com que se defronta uma sociedade complexa. Quais as causas que contribuíram para o aparecimento das civilizações? Por que certas civilizações alcançaram um grau de evolução muito mais alto do que outras? O esclarecimento dessas questões constitui um dos objetivos principais dos historiadores e dos cientistas políticos. Alguns concluem que os fatores geográficos são os mais importantes. Outros põem em relevo os recursos econômicos, as fontes alimentares, o contato com civilizações mais velhas e assim por diante. Comumente se admitem várias causas, mas em geral os historiadores salientam uma delas como merecedora de ênfase especial.

Teorias geográficas: a hipótese climática

As mais populares dentre as teorias que explicam o aparecimento das culturas superiores são, provavelmente, aquelas que pertencem ao âmbito da geografia. Entre elas goza de preeminência a hipótese do clima. A teoria climática, defendida por filósofos como Aristóteles e Montesquieu, teve sua exposição mais eloqüente na obra de um geógrafo norte-americano, Ellsworth Huntington. Ele reconhecia a importância de outros fatores, mas insistia em que nenhuma nação, antiga ou moderna, alcançou o mais alto nível cultural a não ser sob a influência de um estímulo climático. Huntington descreveu o clima ideal como aquele em que a temperatura média raramente cai abaixo de 4°C ou se eleva acima de 18°C. No entanto, a temperatura não é o único fator importante. A umidade também é essencial, e deveria situar-se numa média de 75%. Por fim, o clima não deve ser uniforme: tempestades ciclônicas ou tempestades comuns, que resultassem em mudanças diárias do tempo, devem ter freqüência e intensidade suficientes para purificar de vez em quando a atmosfera e produzir aquelas súbitas variações de temperatura que parecem ser necessárias para estimular e revitalizar o homem.[2]

Indícios a favor da hipótese climática

Muito se pode dizer a favor da hipótese climática. Há, decerto, algumas zonas do planeta que, sob as condições atmosféricas vigentes, jamais poderiam ter sido berço de uma cultura superior. São muito quentes ou muito úmidas, muito frias ou muito secas. É o caso das regiões que se estendem além do Círculo Ártico, das grandes áreas

[2] Ellsworth Huntington, *Civilization and Climate*, 3.ª ed., pp. 220-23.

desérticas e das florestas pluviais da Índia, da América Central e do Brasil. Existem indícios, ademais, de que alguns desses lugares nem sempre estiveram submetidos a um clima tão desfavorável como o que ali prevalece agora. Vários recantos inóspitos da Ásia, da África e da América revelam traços inequívocos de condições mais salubres no passado. Aqui e ali são encontradas ruínas de cidades e metrópoles, em locais onde o atual suprimento de água parece totalmente insuficiente, ou cercadas por selvas densas. Estradas atravessam desertos hoje intransponíveis, ou desembocam numa selva.

A civilização dos maias

Os mais conhecidos testemunhos da importância cultural das alterações climáticas são os relacionados com a civilização dos maias. Essa civilização floresceu na Guatemala, em Honduras e na península de Iucatã, no México, entre mais ou menos 400 e 1500 d.C. Entre suas conquistas figuram a fabricação do papel, a invenção do zero, o aperfeiçoamento de um calendário solar e o desenvolvimento de um sistema de escrita parcialmente fonético. Grandes cidades foram construídas; realizaram-se notáveis progressos na astronomia; e a escultura e a arquitetura alcançaram níveis elevados. Hoje, quase tudo que resta dessa civilização está em ruínas. Muitos fatores, sem dúvida, conspiraram para produzir esse fim, inclusive guerras mortíferas entre as tribos, mas é também provável que a alteração climática tenha desempenhado seu papel. O que resta das grandes cidades dos maias está hoje rodeado por selvas, onde grassa a malária e a agricultura é difícil. É difícil acreditar que a civilização maia ou qualquer outra pudesse ter alcançado a maturidade nas condições atuais.

A teoria da exaustão do solo

Uma outra teoria, a da exaustão do solo, relaciona-se à hipótese climática. Um grupo de conservacionistas modernos aventou essa teoria como a única explicação para a decadência e o colapso dos grandes impérios do passado e como uma ameaça universal às nações do presente e do futuro. Essa hipótese é, no máximo, parcial, porquanto não oferece nenhuma teoria para o nascimento ou crescimento das civilizações. No entanto, seus proponentes parecem julgar que quase qualquer meio não estragado pelo homem é capaz de servir de berço a uma grande cultura. Os grandes desertos e as áreas estéreis do globo, sustentam eles, não são naturais, e sim artificiais, tendo sido criadas por práticas pastoris e agrícolas deletérias. Os ecologistas têm descoberto inúmeras comprovações de dissipação e negligência que produziram efeitos catastróficos em áreas como a Mesopotâmia, Palestina, Grécia, Itália, China e México. As pujantes civilizações que floresceram no passado nesses territórios foram condenadas, em última instância, pelo fato de que o solo deixou de ser capaz de proporcionar alimentos suficientes para a população. Como conseqüência disso, os cidadãos mais inteligentes e empreendedores migraram para outros locais, deixando os demais a afundar lentamente na estagnação e na apatia. Entretanto, o destino que recaiu sobre esses últimos não foi causado apenas por eles. Toda a nação incorrera na culpa de explorar as florestas, minerar o solo e pastorear rebanhos na terra ao ponto de as ervas serem devoradas até às raízes. Entre os resultados trágicos, podem-se apontar inundações alternadas com secas, uma vez que já não existiam florestas que regulassem o escoamento da chuva e da neve. Ao mesmo tempo, grande parte da camada superior do solo nas encostas tosadas ou excessivamente cultivadas era revolvida pelos ventos ou carregada para

os rios, terminando por chegar ao mar. O dano causado era irreparável, já que são necessários trezentos anos para produzir dois dedos dessa camada superior.

A teoria da adversidade de Toynbee

Uma hipótese recente para a origem das civilizações é a teoria da adversidade, proposta pelo historiador britânico Arnold J. Toynbee. Segundo ele, as condições de agrura ou adversidade são as causas reais que propiciaram a existência de culturas superiores. Essas condições constituem um *desafio* que não só estimula os homens a superá-las como gera energias adicionais para novas realizações. O desafio pode assumir a forma de um deserto, de uma área selvática, uma topografia acidentada ou um solo ingrato. Os hebreus e os árabes foram desafiados pelo primeiro, os índios andinos pelo último. O desafio pode ainda assumir a forma de derrota em uma guerra ou até escravização. Assim, como resultado da Primeira Guerra Púnica, os cartagineses foram estimulados a conquistar um novo império na Espanha. De modo geral, é verdadeiro que quanto maior o desafio, maior se torna a realização. Não obstante, há limites. O desafio não deve ser muito grave, pois nesse caso há de esmagar todos aqueles que tentarem superá-lo.

7. POR QUE AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES SURGIRAM EM DETERMINADAS REGIÕES

O Nilo e o Tigre-Eufrates

Ainda se discute acaloradamente qual das grandes civilizações da antiguidade foi a primeira. A opinião de alguns estudiosos inclina-se para a egípcia, muito embora um número maior de autoridades advogue os direitos do vale do Tigre e do Eufrates. Essas duas áreas eram, geograficamente, as mais favorecidas do Oriente Próximo. Em ambas foi encontrado maior número de artefatos de antiguidade incontestável do que em quaisquer outras regiões. Ademais, o progresso nas artes e nas ciências havia alcançado níveis sem par nas duas áreas já por volta de 3000 a.C., quando quase todo o resto do mundo ainda mostrava extremo atraso. Se os alicerces desse progresso foram de fato assentados em outros lugares, parece estranho que tenham desaparecido, ainda que ninguém possa prever, naturalmente, o que os arqueólogos virão a descobrir no futuro.

Uma área limitada de solo fértil no vale do Nilo

Das diversas causas que determinaram que as civilizações que surgiram nos vales do Nilo e do Tigre-Eufrates fossem as primeiras, os fatores geográficos parecem ter sido os mais importantes. Ambas regiões apresentavam a vantagem notável de possuir uma área limitada de solo inexcedivelmente fértil. Ainda que se prolongasse por uma extensão de 1.150 quilômetros, o vale do Nilo não media mais de 16 quilômetros em alguns lugares, e sua largura máxima era de 50 quilômetros. A área total era inferior a 25.000 quilômetros quadrados.[3] Durante séculos sem conta o rio tinha cavado um vasto canhão ou desfiladeiro, limitado de cada lado por penhascos cuja altura variava de uns 50 a 300 metros. O leito desse canhão era coberto por um rico depósito aluvial que, em certos lugares, alcançava uma profundidade de 10 metros. O solo era de uma fertilidade tão espantosa que nada menos de três colheitas anuais podiam ser obtidas na mesma terra. Esse largo e fértil canhão constituía

[3] Pouco menos que a área do estado de Alagoas. (N. do T.)

a área cultivável do antigo Egito. Ali se concentravam muitos milhões de pessoas. Na época da dominação romana a população do vale era de aproximadamente sete milhões; provavelmente não seria muito menos ao tempo dos faraós. Para além dos penhascos nada havia senão o deserto – o deserto da Líbia a oeste e o da Arábia a leste.

Uma condição semelhante na Mesopotâmia

No vale do Tigre-Eufrates – parte da região conhecida como Crescente Fértil – predominavam condições semelhantes. Tal como no Egito, os dois rios constituíam meio excelente para o transporte interior e neles abundavam peixes e aves aquáticas, excelentes fontes de proteína. A distância entre o Tigre e o Eufrates era, em dado ponto, de menos de 30 quilômetros, sendo que em nenhuma parte do vale inferior excedia 80 quilômetros. Como a região circundante era desértica, a população não se dispersava por uma extensão muito grande do território. O resultado, como no Egito, foi a fusão dos habitantes numa sociedade compacta, sob condições que facilitavam um rápido intercâmbio de idéias e descobertas. À medida que a população aumentava, tornava-se cada vez mais premente a necessidade de meios de controle social. Entre esses meios estavam o governo, as escolas, os códigos legais e morais, e instituições para a produção e distribuição de riqueza. Ao mesmo tempo as condições de vida tornavam-se mais complexas, exigindo o registro das coisas realizadas e o aprimoramento de novas técnicas. Entre as conseqüências disso estão a invenção da escrita, a prática de fundir metais, a efetuação de operações matemáticas e o desenvolvimento da astronomia e os rudimentos da física. Com essas conquistas, a civilização venceu a primeira grande prova a que foi submetida.

Vantagens climáticas do Egito

As influências climáticas também desempenharam seu papel nas duas regiões. A atmosfera no Egito é seca e revigorante. Mesmo os dias mais quentes de verão não causam nada do desconforto opressivo sentido com freqüência nos países mais para o norte. A temperatura média no inverno varia de 13°C, no delta do Nilo, a 19°C no vale acima. A média do verão é de 28°C; ocasionalmente é alcançada uma máxima de 50°C, mas as noites são sempre frescas e a umidade é extremamente baixa. Exceto no delta, a precipitação de chuvas ocorre em quantidades insignificantes, mas a deficiência da umidade atmosférica é contrabalançada pelas inundações anuais do Nilo, de julho a outubro. Também muito importante, do ponto de vista histórico, é a ausência total de malária no Alto Egito, ao mesmo tempo que, mesmo na região costeira, a doença é praticamente desconhecida. Do mesmo modo, a direção dos ventos dominantes é fator de grande importância. Durante mais de nove meses por ano o vento procede do norte, soprando em direção contrária à corrente do Nilo. O efeito disso consiste em simplificar imensamente o problema de transporte. O tráfego rio acima, com a propulsão do vento a compensar a força do rio, não apresenta maior dificuldade que o tráfego rio abaixo. Nos tempos antigos, esse fator deve ter oferecido enorme vantagem por facilitar a comunicação entre populações numerosas, algumas das quais estavam separadas por centenas de quilômetros.

Influências climáticas na Mesopotâmia

Na Mesopotâmia, as condições climáticas não parecem ter sido tão favoráveis quanto no Egito. O calor do verão é mais implacável; a umidade, um pouco mais alta; e as doenças tropicais cobram seu tributo. Não obstante, os ventos tórridos que sopram do oceano Índico, conquanto enervantes para os seres humanos, incidem sobre o vale exatamente na estação em que são necessários para o perfeito amadure-

cimento das tâmaras. Mais do que qualquer outra coisa, foi o ótimo rendimento da tâmara, o principal alimento do Oriente Próximo, que incitou populações numerosas a estabelecerem-se no vale dos dois rios. Por fim, a fusão da neve das montanhas do norte produzia, na planície babilônica, uma inundação anual semelhante à do Egito. Isso tinha como efeito prover o solo de umidade e recobri-lo com uma camada de lama de invulgar fertilidade. Ao mesmo tempo, cabe observar que o regime das águas, na Mesopotâmia, era menos seguro do que no Egito. Por vezes as inundações eram catastróficas, fator que deixou sua marca no desenvolvimento da cultura.

Importância de chuvas escassas como estímulo à iniciativa

Todavia, a mais importante de todas as influências geográficas foi o fato de a pouco abundante queda de chuvas em ambas as regiões constituir um incitamento à iniciativa e à capacidade inventiva. A despeito das inundações anuais dos rios, a umidade deixada no solo era insuficiente para que se produzissem colheitas abundantes. Poucas semanas depois de as águas haverem retrocedido, a terra se ressequia e ficava dura como pedra. Conseqüentemente, era necessário irrigação para que se tirasse inteiro proveito da riqueza do solo. Em resultado disso, complicados sistemas de represas e canais de irrigação foram construídos há nada menos de 5.000 anos atrás, tanto no Egito como na Mesopotâmia. A habilidade matemática, a perícia dos engenheiros e a cooperação social necessária à execução desses projetos serviram a outras finalidades e assim promoveram o desenvolvimento da civilização.

Incerteza quanto à civilização mais antiga

Qual das duas civilizações, a egípcia e a mesopotâmica, foi a mais antiga? Até poucos anos atrás, a maioria dos historiadores parecia ter como pacífico que a egípcia era a mais antiga das duas. Essa convicção baseava-se nas conclusões de dois egiptólogos que se contam entre os mais famosos do mundo, James H. Breasted e Alexandre Moret. Entre as duas guerras mundiais do século XX, todavia, vieram à luz certos fatos que pareceram provar uma considerável influência mesopotâmica no vale do Nilo, já em 3500 a.C. Exemplificavam essa influência o uso de sinetes cilíndricos, métodos de construção arquitetônica, motivos artísticos e elementos de um sistema de escrita indubitavelmente originado na Mesopotâmia. O fato de tais progressos terem chegado até o Egito, a partir do vale do Tigre-Eufrates, em época tão remota, indicava sem sombra de dúvida que a civilização mesopotâmica era de imensa antiguidade. Não provava necessariamente, porém, que fosse mais antiga do que a egípcia, pois as realizações mencionadas não foram assimiladas e copiadas servilmente. Pelo contrário, os egípcios as modificaram de maneira radical, de modo a adaptá-las à sua própria cultura. Em face disso, é de se crer que a única conclusão legítima é a de que ambas as civilizações eram muito antigas e que, de modo geral, desenvolveram-se paralelamente. Com ambas começamos a narrativa da história das civilizações ocidentais.

Antigas Civilizações do Oriente Próximo e do Mundo Egeu

POLÍTICA	ECONOMIA	
Antigo Reino do Egito, c. 3100-c. 2200	Desenvolvimento da irrigação e da agricultura em grande escala no Egito e na Mesopotâmia, c. 3500-c. 2500	3000 a.C.
Supremacia das cidades sumérias na Mesopotâmia, c. 2800-c. 2340		
Dominação do império acadiano na Mesopotâmia, 2334-c. 2200		
Revivescência suméria, c. 2200-c. 2000		
Médio Reino do Egito, 2050-1786		
Antigo Império Babilônico na Mesopotâmia, c. 2000-c. 1550	Aumento do comércio no Egito e em Creta, c. 2000	2000 a.C.
Apogeu da civilização minóica, sob a hegemonia de Cnosso e Festo, c. 2000-c. 1500		
Conquista do Egito pelos hicsos, 1786-1575		
Civilização miceniana na Grécia continental, c. 1600-c. 1200		
Império hitita na Ásia Menor, c. 1600-c. 1200		
O Império no Egito, 1575-1087	Escravidão no Egito, c. 1575	
Os cassitas conquistam a Babilônia, c. 1550		
Domínio micênico sobre Creta, c. 1500-c. 1400	Uso do ferro pelos hititas, c. 1500	1500 a.C.
Destruição de Cnosso e fim da civilização minóica, c. 1400		
Ocupação de Canaã pelos hebreus, c. 1300-c. 1025		
Guerra de Tróia, c. 1250		
Os micenianos sucumbem ante os dóricos na Grécia, c. 1200-c. 1100		
Monarquia unificada dos hebreus sob Saul, David e Salomão, c. 1025-922		
Apogeu da civilização fenícia, c. 1000-c. 700	Comércio mediterrâneo dos fenícios, c. 1000-c. 700	1000 a.C.
Reino de Israel, 922-722		
Reino de Judá, 922-586		
Apogeu do Império Assírio, c. 750-612		
Império Caldeu, 612-539	Invenção da cunhagem pelos lídios, c. 625	
Nabucodonosor conquista Jerusalém, 586		
Império Persa, 559-330		
Apogeu da Lídia sob Creso, c. 550		
Conquista do Egito pelos Persas, 525		
Dario o Grande, apogeu da Pérsia, 522-486	Estrada Real da Pérsia, c. 500	
		500 a.C.

Antigas Civilizações do Oriente Próximo e do Mundo Egeu

(continuação)

	CULTURA	RELIGIÃO
3000 a.C.	Escrita hieroglífica egípcia, *c.* 1300	Culto egípcio do sol, *c.* 3000
	Escrita cuneiforme suméria, *c.* 3000	
	Construção das grandes pirâmides do Egito, *c.* 2700	Crença egípcia na imortalidade pessoal, *c.* 2500
	Códigos legais sumérios, *c.* 2100	
2000 a.C.	*Gilgamesh*, *c.* 2000	
		Religião ética no Egito, *c.* 1800
	Código de Hamurabi, *c.* 1790	
	Medicina diagnóstica egípcia, *c.* 1700	
	Arquitetura religiosa egípcia, *c.* 1580-*c.* 1090	
1500 a.C.		
	Desenvolvimento do alfabeto pelos fenícios, *c.* 1500	
	Arte naturalista no Egito sob Ikhnaton, *c.* 1375	Revolução religiosa da Ikhnaton, *c.* 1375
1000 a.C.		Culto hebraico de Iavé, *c.* 1000
	Escultura realista dos assírios, *c.* 750	Revolução profética hebraica, *c.* 750-*c.* 600
		Religião astral dos caldeus, *c.* 600-*c.* 500
	Código Deuteronômico, *c.* 600	Zoroastro, *c.* 600
500 a.C.		
	Livro de Jó, *c.* 400	

Capítulo 2

A CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

Tu crias o Nilo no Mundo Inferior,
Tu o trazes como desejas,
Para manter vivo o povo do Egito.
Pois tu os criaste para ti mesmo,
És o senhor de todos eles, tu que te fatigas por eles;
Tu, o sol do dia, grandioso na glória.
– Hino a Aton, do reinado do faraó Ikhnaton

Primazia cronológica do Egito e da Mesopotâmia

As multidões que hoje em dia acorrem em massa aos museus, a fim de contemplar os tesouros legendários da arte egípcia, vêem-se ainda dominadas pela magia de uma das mais antigas e fascinantes civilizações da história. Embora a civilização egípcia não tenha sido, necessariamente, a mais antiga do mundo antigo, era, decerto, de imensa antiguidade; suas origens remontam a mais ou menos 3500 a.C. É lícito tratar dela em primeiro lugar porque sabe-se um pouco mais a respeito de suas realizações do que sobre a maioria dos outros povos antigos. Convém, entretanto, que o leitor tenha em mente ao ler esse capítulo que a civilização mesopotâmica e, mais tarde, outras estavam-se desenvolvendo simultaneamente, influenciando por vezes a história do Egito.

Condições favoráveis para o desenvolvimento da civilização egípcia

A marca característica da civilização egípcia era o senso de estabilidade proporcionado pelo vale do Nilo. O fato de o Nilo apresentar uma cheia regular, ano após ano, dava aos egípcios a sensação de que a natureza era previsível e benigna. Acresce que a fertilidade do solo no vale conduzia a uma grande riqueza agrícola, e o fato de esse vale ser circundado por desertos e pelo mar significava que o Egito vivia relativamente livre de ameaças de invasão por estrangeiros. Por todos esses motivos, a civilização egípcia era, ao mesmo tempo, avançadíssima e extraordinariamente pacífica. O historiador grego Heródoto estava sem dúvida carregado de razão ao se referir ao Egito como "a dádiva do Nilo".

1. HISTÓRIA POLÍTICA AO TEMPO DOS FARAÓS

Estádios da história egípcia

A história antiga do Egito é comumente dividida em três períodos: o Antigo Reino, o Médio Reino e o Império. Mesmo antes do Antigo Reino já se haviam alcançado certas realizações culturais. Os egípcios haviam dado início às suas primeiras tentativas de irrigação e drenagem. Haviam também aprendido a utilizar instrumentos de cobre, ao invés dos de pedra, tirando partido assim das vantagens de o cobre durar mais do que a pedra e da facilidade com que o cobre podia ser amolado ou refundido quando perdia o corte. Haviam, acima de tudo, criado um sistema de leis baseado nos costumes e haviam chegado ao estádio inicial de um sistema de escrita.

O Antigo Reino

Por volta de 3100 a.C. o Egito foi unificado numa única unidade, conhecida como o Antigo Reino. Entre 3100 e 2200 a.C., seis dinastias governaram o país. Cada uma delas era encabeçada por uma linhagem de "faraós", do egípcio *per-o*, que significa "casa grande" ou "casa real". O faraó era considerado filho do deus-sol e proibido de casar com qualquer pessoa senão uma de suas próprias irmãs, para que o sangue divino não se contaminasse. A limitação do domínio aos membros de uma só família significava também que haveria menor número de pretendentes ao trono e, por conseguinte, menos possibilidades de revolução. A autoridade do faraó era limitada pela lei antiga: ele não estava acima da lei, mas sujeito a ela. Não existia qualquer separação entre a vida religiosa e a política. Os principais subordinados do faraó eram sacerdotes, sendo ele próprio o sumo-sacerdote.

O caráter não militarista do Antigo Reino

O governo do Antigo Reino fundava-se numa política de paz e de não-agressão. Nesse particular, constituía um caso quase único entre os antigos estados. O faraó não tinha exército permanente nem qualquer outra coisa que possa ser considerada como uma milícia nacional. Cada área local possuía a sua milícia, mas era comandada por autoridades civis, e quando chamada ao serviço ativo devotava em geral sua energia ao trabalho nas obras públicas. Em caso de ameaça de invasão, as várias unidades locais se reuniam por convocação do faraó e colocavam-se sob o comando de um de seus subordinados civis. Salvo em tais ocasiões, o chefe do governo nunca possuía uma força militar à sua disposição. Os egípcios do Antigo Reino contentavam-se em geral em seguir o seu destino e deixar as demais nações em paz. As razões disso devem ser atribuídas à posição protegida do país, ao fato de possuírem uma terra de fertilidade inesgotável e de ser seu estado um produto da necessidade de cooperação, ao invés de estar fundado na exploração.

Fim do Antigo Reino

Depois de cerca de um milênio de paz e relativa prosperidade, o Antigo Reino chegou ao fim por volta de 2200 a.C. Diversas causas foram responsáveis por isso. As receitas governamentais se exauriram porque os faraós investiam somas altíssimas em projetos grandiosos como a construção de pirâmides. Tais empreendimentos também impunham grandes encargos aos súditos egípcios, arrastados a trabalhos forçados, e contribuíram para empobrecê-los e tirar-lhes o alento. Ao mesmo tempo, os nobres provinciais usurpavam uma crescente parcela de poder, até a autoridade central praticamente desaparecer. O período que se seguiu é chamado de Primeira Era Intermediária. Reinava agora a anarquia. Os nobres criavam seus próprios principados, e o caos político era agravado por banditismo interno e por invasão de tribos do deserto.

A Era Intermediária não terminou senão com o aparecimento da XI Dinastia, que restaurou o governo centralizado, nas alturas de 2000 a.C. Seguiu-se a grande fase seguinte da história egípcia, conhecida como Médio Reino.

O Médio Reino

Durante a maior parte de sua existência, o governo do Médio Reino revelou maior responsabilidade social que o do Antigo Reino. A XI Dinastia não pôde enfrentar o poder dos nobres, mas a XII Dinastia, que durou de aproximadamente 1990 até 1786 a.C., exerceu um governo forte, mediante aliança com uma classe média composta de funcionários, mercadores, artífices e agricultores. Essa aliança controlou a nobreza e assentou os alicerces de uma prosperidade sem precedentes. Durante o período da XII Dinastia, houve progressos no tocante à justiça social e muito desenvolvimento intelectual. Obras públicas que beneficiavam toda a população, como vastos projetos de drenagem e irrigação, substituíram a construção de pirâmides, que não tinham nenhuma utilidade prática. Deu-se ainda uma democratização da religião, o que estendeu às pessoas comuns uma esperança de salvação que até então não lhes fora concedida. A religião passou então a dar relevo a uma correta conduta moral, deixando de ser um ritual dependente da riqueza. Por todos esses motivos, o reinado da XII Dinastia é considerado geralmente a época clássica ou áurea do Egito.

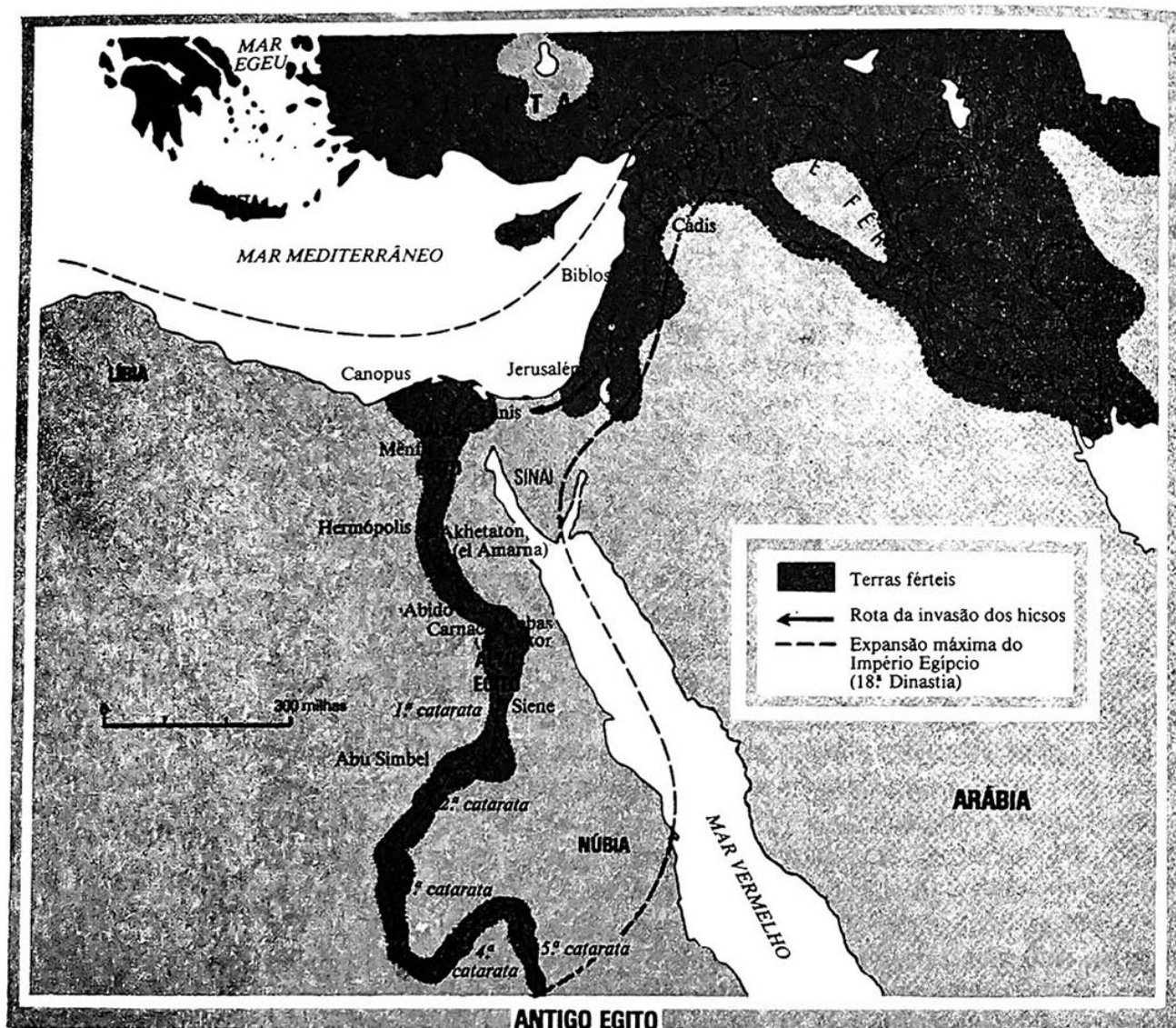
A invasão dos hicsos

Logo depois, porém, o Egito ingressou em sua Segunda Era Intermediária. Foi outra época de caos interno e de invasões estrangeiras, que durou mais de dois séculos — de 1786 a 1575 a.C. Os documentos do tempo são escassos, mas parecem indicar que a desordem interna resultou de uma contra-revolução dos nobres. Os faraós foram novamente reduzidos à impotência e grande parte do progresso social da XII Dinastia ruiu por terra. Por volta de 1750, o país foi invadido pelos hicsos, ou "dominadores de terras estrangeiras", uma horda heterogênea originária da Ásia Ocidental. A eficiência militar dos hicsos é comumente atribuída ao fato de possuírem cavalos e carros de guerra, mas é certo que sua vitória se tornou mais fácil graças à dissenção entre os próprios egípcios. Seu governo influenciou profundamente a história do Egito. Não só familiarizaram os egípcios com novos métodos de guerra, mas também, por submetê-los à vergonha de uma tirania estrangeira, possibilitaram-lhes esquecer suas divergências e unirem-se numa causa comum.

Próximo ao fim do século XVII a.C. os governantes do norte do Egito promoveram uma revolta contra os hicsos, movimento que acabou tendo a colaboração da maioria dos egípcios do sul. Por volta de 1575 todos os conquistadores que não tinham sido mortos ou escravizados foram expulsos do país. O herói dessa vitória, Amósis, fundador da XVIII Dinastia, tornou-se déspota do Egito. O regime que estabeleceu era muito mais fortemente consolidado do que qualquer outro até então. No grande ressurgimento de nacionalismo que acompanhara a luta contra os hicsos foram aniquiladas as lealdades locais e, com elas, o poder dos nobres.

O Império

O período que se seguiu à ascensão de Amósis é denominado Império. Durou de 1575 a 1087 a.C., sendo o país governado nessa época por três sucessivas dinastias de faraós: a XVIII, a XIX e a XX. A política dominante do estado não era mais pacífica e isolacionista, pois um espírito de agressivo imperialismo rapidamente perverteu a nação.

ANTIGO EGITO

Não é difícil encontrar as causas dessa mudança. O ardor militar gerado pela guerra bem-sucedida contra os hicsos aguçou o apetite de outras vitórias. Para a expulsão do invasor havia sido criada uma enorme máquina militar, a qual mostrou ser um auxílio demasiado valioso ao poder do faraó para ser imediatamente desmobilizada.

Fracassos do Império

Os primeiros passos no sentido da nova política foram dados pelos sucessores imediatos de Amósis ao realizarem incursões profundas pela Palestina e ao reclamarem soberania sobre a Síria. Com um dos maiores exércitos dos tempos antigos, os novos faraós aniquilaram prontamente toda a resistência da Síria e por fim se tornaram senhores de um vasto domínio que se estendia desde o Eufrates às mais longínquas cataratas do Nilo. Nunca conseguiram, porém, converter os povos conquistados em súditos leais, e a debilidade foi o sinal para a revolta que se alastrou pela Síria. Seus sucessores abafaram o levante e lograram manter unido o império por algum tempo, mas por fim o desastre não pôde ser evitado. Haviam sido anexados mais territórios do que era possível administrar eficazmente. O afluxo de riquezas para o Egito tinha enfraquecido a fibra nacional, ao fomentar o culto da riqueza e do luxo, e as constantes revoltas dos vencidos acabaram por solapar a força do estado além de toda esperança de restabelecimento. Por volta do século

XII a maioria das províncias conquistadas tinha sido perdida para sempre.

O governo do Império assemelhava-se ao do Antigo Reino, porém era mais absoluto. O poder militar era agora a base do governo do faraó. Estava sempre a postos um exército profissional, com o qual submeter os súditos. Na maioria, os antigos nobres tornaram-se cortesãos ou membros da burocracia real, sob o completo domínio do rei.

O governo do Império

O último dos grandes faraós foi Ramsés III, que governou de 1182 a 1151 a.C. Foi sucedido por uma longa linhagem de nulidades que lhe herdaram o nome, mas não a capacidade. Em meados do século XII o Egito se tornara presa de numerosos infortúnios decorrentes da invasão de bárbaros e da decadência social. Líbios e núbios afluíam à região e gradualmente rebaixavam-lhe os padrões culturais. Ao mesmo tempo, os próprios egípcios parecem ter perdido o talento criador. Alcançar a imortalidade por meio de processos mágicos era agora o interesse predominante de pessoas de todas as classes. O processo de declínio foi também apressado pelo poder crescente dos sacerdotes, que por fim usurparam as prerrogativas reais e ditavam os decretos do faraó.

O último faraó

De meados do século X até quase os fins do VIII, uma dinastia de bárbaros líbios ocupou o trono dos faraós. Os líbios foram sucedidos por uma linhagem de etíopes ou núbios, vindos das regiões desérticas situadas a oeste do Alto Nilo. Em 670 o Egito foi conquistado pelos assírios, que conseguiram manter sua supremacia apenas por oito anos. Depois do colapso do domínio assírio, em 662, os egípcios readquiriram independência, do que resultou um brilhante renascimento cultural. Estava este, no entanto, condenado a um fim prematuro, pois em 525 a.C. o país foi conquistado pelos persas. A antiga civilização nunca mais reviveu.

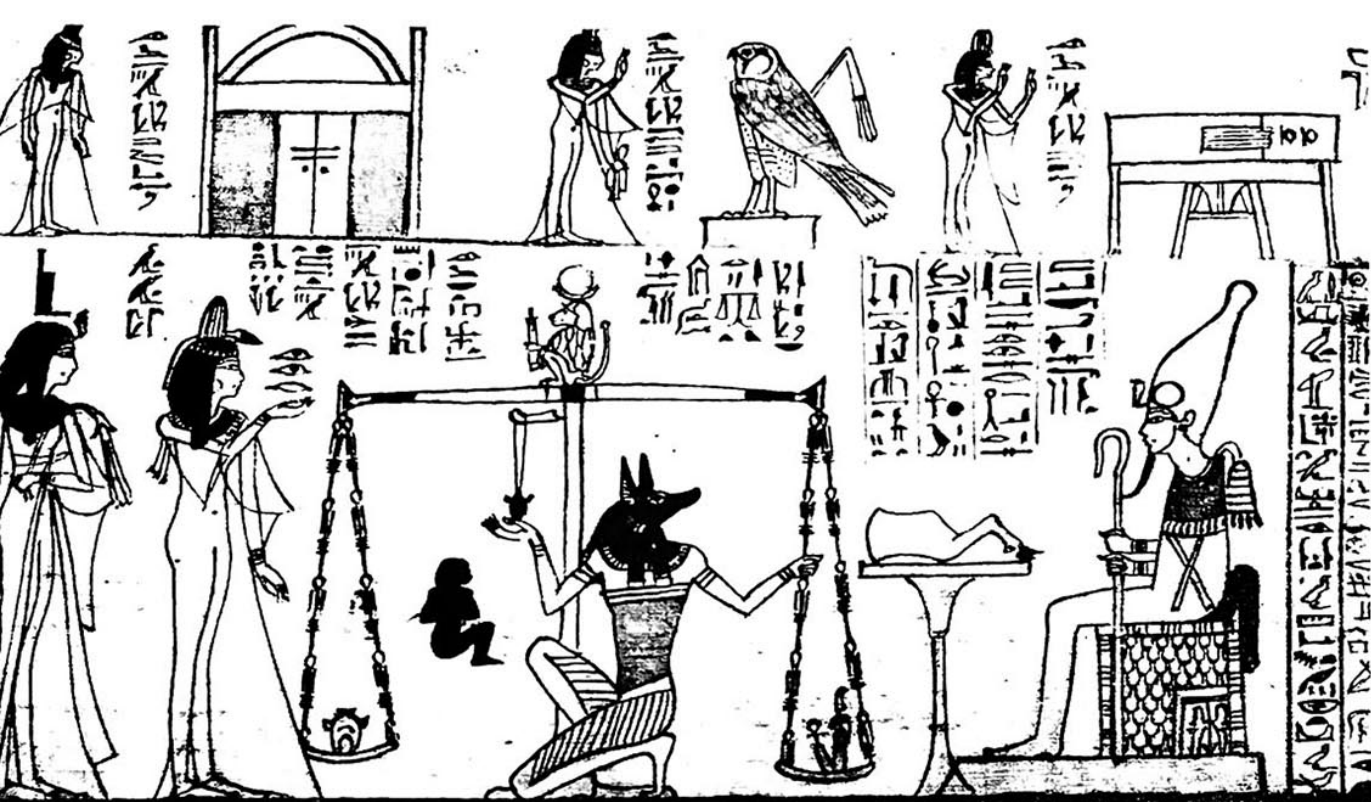
Queda do Egito

2. A RELIGIÃO EGÍPCIA

A religião desempenhava um papel predominante na vida dos antigos egípcios, deixando sua marca sobre quase tudo. A arte era uma expressão de simbolismo religioso. A literatura e a filosofia estavam embebidas de ensinamentos religiosos. O governo do Antigo Reino era, em grande parte, uma teocracia e mesmo os faraós militares do Império diziam governar em nome dos deuses. Recursos materiais eram gastos, em grandes quantidades, na construção de tumbas complicadas e na manutenção de sacerdotes.

Importância da religião no Egito

A religião dos antigos egípcios passou por várias etapas: de um simples politeísmo para a mais recuada expressão conhecida de monoteísmo, retornando depois ao politeísmo. No começo cada cidade ou distrito parece ter possuído suas divindades locais, que eram deuses tutelares da localidade ou personificações de forças da natureza. A unificação do país no Antigo Reino acarretou não somente uma consolidação do território como também uma fusão de divindades. Todos os deuses tutelares foram consubstanciados no grande deus solar Rá. No Médio Reino, com a ascensão de dinastias tebanas ao controle do governo, essa divindade passou a ser chamada geralmente de Amon ou Amon-Rá, nome do deus principal de Tebas. As divindades que personificavam as forças produtivas da natureza foram fundidas numa única,

A primeira evolução religiosa

Papiro Funerário. A cena mostra o coração de uma princesa da XXI dinastia sendo pesado numa balança diante do deus Osíris. No outro prato da balança estão os símbolos da vida e da verdade.

chamada Osíris, que era também o deus do Nilo. Durante toda a história do Egito, essas duas grandes forças que governavam o universo, Rá e Osíris, rivalizaram entre si pela conquista da supremacia. Outras divindades, como veremos, eram também reconhecidas, mas ocupavam um posto distintamente subalterno.

A religião solar

Durante o período do Antigo Reino, o culto do sol, corporificado na adoração de Rá, foi o sistema dominante de crença. Servia como religião oficial, cuja função principal era dar imortalidade ao estado e ao povo, coletivamente. O faraó era o representante vivo dessa fé na terra; através de sua lei, mantinha-se a lei do deus. Entretanto, Rá não era tão somente um deus tutelar; era também o deus da retidão, da justiça e da verdade, assim como mantenedor da ordem moral do universo. Não proporcionava benefícios espirituais ou mesmo recompensas materiais às pessoas, como indivíduos. A religião solar não era uma religião para as massas, exceto na medida em que o bem-estar destas coincidia com o do estado.

O culto de Osíris

O culto de Osíris, como já observamos, começou como uma religião da natureza. O deus personificava o crescimento da vegetação e as forças vivificantes do Nilo. A figura de Osíris estava envolta em complicada lenda. No passado remoto, segundo se acreditava, ele fora um guia benévolo, que ensinava a seu povo a agricultura e outras artes práticas e lhe ditava leis. Depois de algum tempo foi traiçoeiramente morto por um irmão perverso, Set, e seu corpo feito em pedaços. Sua esposa, Ísis, que também era sua irmã, saiu em busca dos pedaços, juntou-os, e milagrosamente restituiu-lhes vida. O deus ressuscitado recuperou seu reino e continuou seu governo beneficente por algum tempo, mas por fim desceu aos infernos para servir como juiz dos mortos. Hórus, seu filho póstumo, ao alcançar a maturidade vingou a morte do pai, matando Set.

A princípio, essa lenda parece ter sido pouco mais que um mito da natureza. A morte e a ressurreição de Osíris simbolizavam a retirada das águas do Nilo no outono e a volta da inundação na primavera. Com o correr do tempo, porém, a lenda de Osíris começou a assumir um significado mais profundo. As qualidades humanas das divindades nelas contidas — a solicitude paternal de Osíris pelos súditos, a fiel devoção da esposa e do filho — tocavam a sensibilidade do egípcio médio, que assim se tornava capaz de ver suas próprias tribulações e triunfos refletidos na vida dos deuses. Mais importante ainda, a morte e a ressurreição de Osíris passaram a ser vistas como expressão de uma promessa de imortalidade pessoal. Assim como o deus triunfara sobre a morte e a sepultura, também o indivíduo que o seguisse fielmente podia herdar vida imortal. Finalmente, a vitória de Hórus sobre Set parecia prefigurar o triunfo final do bem sobre o mal.

Significado da lenda de Osíris

As idéias dos egípcios sobre a vida após a morte atingiram desenvolvimento completo no período final do Médio Reino. Era preciso preparativos complicados para evitar a extinção dos restos mortais de uma pessoa. Não só os corpos eram mumificados como homens ricos deixavam largas doações aos sacerdotes para que estes se encarregassem de fornecer alimento e outras coisas essenciais às suas múmias. Com o amadurecimento da religião, entretanto, foi adotada uma concepção menos ingênua da vida extraterrena. Acreditava-se então que os mortos deveriam comparecer perante Osíris para serem julgados de acordo com suas ações na terra.

Idéias dos egípcios sobre o além-túmulo

Todos os mortos que passassem pelas provas desse sistema de julgamento entravam num reino celestial de gozos físicos e prazeres simples. Ali, em alagadiços cheios de lótus e nenúfares, caçariam gansos selvagens e codornizes com inesgotável sucesso. Ou então poderiam construir casas no meio de pomares com frutos deliciosos, de safras sempre abundantes. Encontrariam lagos repletos de lírios nos quais poderiam navegar, lagoas de água brilhante onde se banhariam e florestas habitadas por pássaros canoros e por toda sorte de criaturas gentis. Os infelizes cujos corações revelassem vidas viciosas eram inteiramente aniquilados.

Recompensas e punições

A religião egípcia atingiu sua mais completa perfeição perto do fim do Médio Império. Por esse tempo, o culto solar e o de Osíris tinham-se fundido de maneira a preservar os melhores atributos de ambos. A Rá, cuja função era a de deus dos vivos, paladino do bem neste mundo, conferia-se quase a mesma importância que a atribuída às funções de Osíris, dispensador da imortalidade e juiz dos mortos. É bem nítido, a essa altura, o caráter ético da religião. Repetidamente as pessoas manifestavam seu desejo de praticar a justiça, por ser tal conduta do agrado do grande deus-sol.

O aperfeiçoamento da religião egípcia

Logo após o estabelecimento do Império, a religião que acabamos de descrever sofreu uma grave adulteração. Seu significado ético foi largamente desvirtuado e a superstição e a magia ganharam ascendência. A causa principal disso parece ter sido o fato de a longa guerra para expulsão dos hicsos ter fomentado o desenvolvimento de atitudes irracionais, com uma correspondente desvalorização do intelecto. O resultado foi um notável aumento do poder dos sacerdotes, que exploravam o terror das massas em proveito próprio. Inauguraram a prática da venda de feitiços mágicos, que tinham supostamente o poder de

Degradação da religião egípcia

evitar que o coração dos mortos lhes denunciasse o verdadeiro caráter. Vendiam também fórmulas que, inscritas em rolos de papiro e colocadas nas tumbas, facilitariam a entrada do morto no reino dos céus. O conjunto dessas fórmulas constituía o chamado Livro dos Mortos. Ao contrário do que se crê comumente, não se tratava de uma Bíblia egípcia, mas de uma mera coleção de inscrições mortuárias.

Essa degradação da religião, provocada pelos sacerdotes, que a reduziram a um sistema de práticas mágicas, acabou por levar a uma grande reforma religiosa. O chefe desse movimento foi o faraó Amenotep IV, que começou a reinar por volta de 1375 a.C. e morreu ou foi assassinado uns quinze anos mais tarde. Após algumas tentativas infrutíferas para reprimir os principais abusos, ele resolveu destruir todo o sistema. Expulsou os sacerdotes dos templos, suprimiu dos monumentos públicos os nomes das divindades tradicionais e lançou o culto de um novo deus, a quem chamou "Áton", antiga denominação do sol físico. Mudou seu próprio nome, de Amenotep ("Amon repousa") para Ikhnaton ("Áton está satisfeito"). Sua esposa, Nefertiti, tornou-se Nefernefru-aton, que significa "Bela é a beleza de Áton". Dentro de seu programa de recomeçar tudo, Ikhnaton construiu uma nova capital, El-Amarna, por ele dedicada ao culto da nova divindade.

O monoteísmo de Ikhnaton

Mais importante do que essas mudanças materiais foi o novo conjunto de doutrinas anunciadas pelo faraó reformador. Antes de mais nada, ele ensinou uma religião de monoteísmo restrito. Áton e o próprio Ikhnaton eram os únicos deuses existentes. Ao contrário dos deuses antecedentes, Áton não possuía nenhuma forma humana ou animal, mas devia ser concebido em termos dos raios do sol, vivificantes e aquecedores. Era o criador de tudo e, portanto, deus não apenas do Egito, mas de todo o universo. Ikhnaton apresentava-se como herdeiro de Áton, ao lado de quem servia como co-regente; enquanto o faraó e sua esposa adoravam Áton, os demais deveriam adorar Ikhnaton como uma divindade viva. Afora essa importante restrição, Ikhnaton restaurou o caráter ético da religião egípcia, do melhor modo possível, insistindo em ser Áton o autor da ordem moral do mundo e o recompensador da humanidade pela integridade e pureza do coração. Figurou o novo deus como o sustentáculo de tudo quanto beneficia o homem, como o pai celestial que vigia com atenção benevolente todas as criaturas. Concepções como essas, de um Deus uno, justo e benévolo, só foram atingidas de novo no tempo dos profetas hebreus, cerca de 600 anos mais tarde.

Tutancâmon ou "Rei Tut". Este esquife de ouro maciço pesa 2.500 libras.

A despeito da energia com que Ikhnaton se empenhou em sua revolução religiosa, ela fracassou. A religião de Áton ganhou poucos seguidores entre o povo, porquanto a massa continuou devotada a seus velhos deuses. A nova religião era demasiado estranha para ela, e carecia da atração maior da antiga fé: a promessa de uma vida além-túmulo. Ademais, os faraós que sucederam a Ikhnaton estavam aliados aos sacerdotes de Amon e, por conseguinte, restauraram os velhos hábitos de culto. O sucessor imediato de Ikhnaton mudou seu nome de Tutankh*aton* para Tutankh*amen*, abandonou El-Amarna pela velha capital, Tebas, e presidiu uma volta a todos os antigos costumes. Suas próprias exéquias constituíram demonstração suntuosa de comprometimento com os velhos rituais e com a crença na vida extraterrena. A partir daí, a religião egípcia caracterizou-se pela fé crescente no ritualismo e na

magia. Os sacerdotes vendiam fórmulas e feitiços que supostamente iludiam os deuses e garantiam a salvação. Assim, mesmo o culto de Osíris perdeu a maior parte de sua elevada qualidade moral.

3. REALIZAÇÕES INTELECTUAIS DOS EGÍPCIOS

Caráter geral da filosofia egípcia

A filosofia do antigo Egito era sobretudo ética e política, embora vez por outra se possam encontrar traços de concepções filosóficas mais largas. A idéia, por exemplo, de que o universo é regido por uma mente ou inteligência aparece, de tempos a tempos, nas obras dos sacerdotes. Outras idéias filosóficas dos egípcios dessa época incluíam a concepção de um universo eterno, a noção de ciclos de acontecimentos que se reproduziam constantemente e a doutrina das causas e efeitos naturais. Nenhum autor egípcio poderia ser classificado como um filósofo "puro". Tratavam basicamente de religião e de questões de conduta individual e justiça social.

A mais antiga filosofia ética

Os mais recuados exemplos da filosofia ética egípcia são máximas análogas às do Livro dos Provérbios, do Velho Testamento. Iam pouco além de conselhos práticos, mas ocasionalmente recomendavam tolerância, moderação e justiça.

A Súplica do camponês eloqüente

Como filósofos políticos, os egípcios desenvolveram uma concepção do estado como uma instituição beneficente presidida por um governante benévolo. Tal concepção materializou-se sobretudo na *Súplica do camponês eloqüente*, escrita por volta de 2050 a.C. Expõe a idéia de um governante dedicado à benevolência e à justiça, para o bem dos súditos. Ele é instado a agir como pai do órfão, esposo da viúva e irmão do abandonado; e a promover um tal estado de harmonia e prosperidade que ninguém seja privado das necessidades humanas básicas.

Natureza da ciência egípcia

Os ramos da ciência que mais ocuparam a atenção dos egípcios foram a astronomia, a matemática e a medicina. Todas se desenvolveram com fins práticos – a astronomia principalmente para prever a época das inundações do Nilo; a matemática para finalidades arquitetônica e a medicina para curar os doentes. Os egípcios não eram de modo algum cientistas puros. Tinham escasso interesse pela natureza do universo em si mesmo, fato que talvez explique os seus progressos medíocres na ciência da astronomia. Não obstante, aperfeiçoaram um calendário baseado no aparecimento anual de Sírius, a mais brilhante estrela do firmamento, cujo surgimento anual precedia invariavelmente o transbordamento do Nilo. Além disso, elaboraram um calendário lunar destinado a assinalar a sucessão dos ritos religiosos.

Avanços na matemática

A matemática foi mais largamente desenvolvida. Os egípcios lançaram os fundamentos da aritmética e da geometria. Imaginaram as operações aritméticas da soma, subtração e divisão, porém nunca inventaram um meio de multiplicar, exceto através de uma série de adições. Inventaram o sistema decimal, mas não possuíam um símbolo para o zero. As frações causavam-lhes alguma dificuldade: todas as de numerador maior do que a unidade tinham de ser divididas em parcelas, cada uma delas com *um* como numerador, antes de poderem ser usadas em cálculos matemáticos. A única exceção era a fração 2/3, que os escribas haviam aprendido a usar tal como se apresentava. Os egípcios alcançaram também surpreendente habilidade na matemática da mensuração,

computando com precisão as áreas de triângulos, retângulos e hexágonos. Calcularam como sendo de 3,16 a razão entre a circunferência de um círculo e seu diâmetro, valor muito próximo ao cálculo moderno de 3,14. Aprenderam ainda a calcular o volume da pirâmide, do cilindro e do hemisfério.

Medicina

O terceiro ramo da ciência em que os egípcios realizaram alguns trabalhos notáveis foi a medicina. A primitiva prática da medicina era conservadora e corrompida em alta escala pela superstição, mas um documento datado de 1700 a.C. revela uma concepção bastante adequada do diagnóstico e do tratamento científico. Com freqüência os médicos egípcios eram especialistas: alguns eram oculistas, outros dentistas, outros cirurgiões, especialistas em doenças do estômago e assim por diante. No decurso de seu trabalho fizeram inúmeras descobertas de valor duradouro. Reconheceram a importância do coração e tiveram alguma idéia do significado dos batimentos do pulso. Adquiriram certa perícia no tratamento de fraturas e realizavam operações simples. Diversamente de alguns povos de épocas mais tardias, atribuíam as moléstias a causas naturais. Descobriram o valor dos catárticos, observaram as propriedades curativas de numerosas drogas e compilaram a primeira farmacopéia. Muitos de seus medicamentos foram mais tarde levados para a Europa pelos gregos e ainda são empregados por camponeses em regiões isoladas.

Outras realizações científicas

Em outros campos da ciência, a contribuição dos egípcios foi menor. Malgrado terem realizado façanhas de engenharia, seus conhecimentos de física eram os mais rudimentares possíveis. Conheciam o princípio do plano inclinado, que aplicaram à construção de pirâmides, mas ignoravam a roldana. Deve ser também consignado em seu favor um considerável progresso na metalurgia, a invenção do relógio de sol e a fabricação do papiro e do vidro. Com todas as suas deficiências como cientistas puros, igualaram ou sobrepujaram, em feitos práticos, a maioria dos outros povos do antigo Oriente Próximo.

O sistema hieroglífico

Os egípcios desenvolveram sua primeira forma de escrita no período pré-dinástico. Esse sistema, conhecido como *hieroglífico* (termo derivado do grego e que significa "gravura sagrada"), compunha-se inicialmente de sinais pictográficos para denotar objetos concretos. Aos poucos, alguns desses sinais tomaram um sentido convencional, passando a ser usados para representar conceitos abstratos. Outros caracteres foram introduzidos para designar sílabas separadas, que podiam ser combinadas para formar palavras. Finalmente, logo no início do Antigo Reino, foram adicionados vinte e quatro símbolos, representando cada um deles um único fonema consonantal da voz humana. Assim, o sistema hieroglífico de escrita veio a compreender, em época bem remota, três tipos separados de caracteres: pictográficos, silábicos e alfabéticos.

O princípio do alfabeto

A última etapa nessa evolução da escrita teria sido a separação completa dos caracteres alfabéticos dos não alfabéticos e o uso exclusivo dos primeiros nas comunicações escritas. Os egípcios, no entanto, embora fizessem uso freqüente dos caracteres consonantais, não os empregavam comumente como sistema independente de escrita. Coube aos fenícios fazerem isso, cerca de 1.500 anos mais tarde. Não obstante, deve ser atribuída aos egípcios a invenção do princípio do alfabeto. Foram eles os primeiros a perceber o valor dos símbolos singulares para

representar cada um dos sons da voz humana. Os fenícios simplesmente copiaram esse princípio, basearam nele seu próprio sistema de escrita e difundiram a idéia entre as nações vizinhas. Em última análise, portanto, o alfabeto egípcio foi o antepassado de todos os demais que vieram a ser usados no mundo ocidental.

4. O SIGNIFICADO DA ARTE EGÍPCIA

O caráter da arte egípcia

Nenhuma explicação unilateral seria suficiente para explicar o significado da arte egípcia. De modo geral, ela exprimia as aspirações de uma vida nacional coletivizada. Não era arte pela arte, nem servia para comunicar as reações do indivíduo diante dos problemas de seu mundo pessoal. Contudo, havia ocasiões em que eram destruídas as convenções de uma sociedade comunal e se dava relevo a uma arte individual espontânea que expressava a beleza de uma flor ou captava o idealismo irradiante de um rosto moço. Poucas vezes o gênio egípcio para a reprodução fiel da natureza era inteiramente abafado. Até mesmo o formalismo rígido da arquitetura oficial era comumente suavizado por toques de naturalismo – colunas imitando troncos de palmeiras, capitéis em forma de flores de lótus e estátuas ocasionais de faraós que não eram figuras estilizadas, mas verdadeiros retratos do indivíduo.

Arquitetura

Na maioria das civilizações em que os interesses da sociedade são colocados acima dos de seus membros, a arquitetura tende a ser a mais típica e a mais desenvolvida das artes. O Egito não constitui exceção. Tanto no Antigo como no Médio Reino, e também no Império, foram os problemas de edificação que absorveram o talento dos artistas. Ainda que a pintura e a escultura não fossem de modo algum primitivas, tinham como função primária o embelezamento dos templos. Só em certas ocasiões alcançaram a condição de artes independentes.

As pirâmides

Os exemplos característicos da arquitetura do Antigo Reino foram as pirâmides, as primeiras das quais foram levantadas já por 2700 a.C. Um espantoso acervo de trabalho e engenho foi despendido na sua construção. O historiador grego Heródoto estimava que 100.000 trabalhadores tivessem sido empregados, durante 20 anos, para completar apenas a pirâmide de Khufu (Quéops), em Gizeh. Sua altura total é de 146,6 metros e os mais de dois milhões de blocos de pedra calcária nela empregados estão ajustados com uma precisão que poucos pedreiros modernos poderiam repetir. Cada um dos blocos pesa de 2,5 a 15 toneladas. Foram evidentemente talhados de penhascos, mediante brocas e cunhas, e depois arrastados por turmas de trabalhadores, sem ajuda de veículos de rodas (ainda desconhecidos) e subindo rampas de terra, e ajustados em seus lugares.

Significado das pirâmides

Já se propuseram várias teorias para explicar a construção das pirâmides. Podem ter-se destinado ao fim econômico de prover oportunidades de emprego. Tal explicação partiria do pressuposto de que a população houvesse crescido ao ponto de saturação, e que os recursos da agricultura, da mineração, da indústria e do comércio já não bastassem para proporcionar sustento a todo o povo. Talvez essa teoria possua alguma validade, mas é certo que as pirâmides tinham fundamentalmente um significado religioso para aqueles que ordenaram sua construção. As pirâmides destinavam-se, inquestionavelmente, a servir de tum-

As pirâmides de Gizeh com a Esfinge em primeiro plano.

bas dos divinos faraós: quanto mais poderoso era o faraó, maior seu lugar de repouso deveria ser. Já que o faraó representava o estado, as pirâmides assumiam também, provavelmente, significado político.

Os templos

Durante o Médio Reino e o Império, quando passou a predominar a preocupação pela salvação pessoal, o templo tomou o lugar da pirâmide como a principal forma arquitetônica. Os mais famosos exemplos desses templos foram os de Karnak e Lúxor, construídos durante o período do Império. Muitas de suas colunas gigantescas e ricamente lavradas ainda estão de pé, como testemunhas silenciosas de um esplêndido talento arquitetônico. Os templos egípcios caracterizavam-se por seu enorme volume. O templo de Karnak, com um comprimento de quase 400 metros, é o edifício religioso de maior área que já se construiu. Somente sua nave central poderia conter quase qualquer uma das catedrais góticas da Europa. As colunas dos templos tinham proporções espantosas. As maiores delas chegavam a 21 metros de altura, com mais de 6 metros de diâmetro. Calculou-se que os capitéis que as encimavam poderiam acomodar cem homens.

Escultura

Como já foi dito, a escultura e a pintura egípcias serviam principalmente como auxiliares da arquitetura. A primeira era altamente carregada de convenções que lhe governavam o estilo e o significado. As estátuas dos faraós eram comumente de tamanho colossal. As produzidas durante o Império tinham alturas que variavam de 20 a 30 metros. Algumas delas eram coloridas, a fim de realçar a semelhança com o retratado, e os olhos eram com muita freqüência embutidos de cristal de rocha. Quase sempre as figuras apresentavam-se rígidas, com os braços cruzados sobre o peito ou estendidos dos lados do corpo, os olhos fitos em frente. Os semblantes mostravam-se em geral impassíveis, inteiramente destituídos de expressão emocional. Praticavam-se, freqüentemente, distorções anatômicas: o comprimento natural das coxas podia ser aumentado, acentuadas as linhas retas dos ombros, ou então faziam-se todos os dedos das mãos de igual comprimento. Exemplo familiar de escultura não naturalista é a Esfinge, das quais havia milhares pelo Egito; o exemplo mais conhecido é a Grande Esfinge de Gizeh,

que mostrava a cabeça do faraó sobre o corpo de um leão. O objetivo seria, provavelmente, simbolizar a idéia de que o faraó possuía as qualidades leoninas de força e coragem. As figuras dos relevos são ainda menos conformes com a natureza. A cabeça apresenta-se de perfil, com o olho de frente; o torso acha-se em posição frontal, enquanto as pernas são representadas de perfil.

Não é difícil penetrar o significado da escultura egípcia. Sem dúvida, o tamanho colossal das estátuas dos faraós pretendia simbolizar sua força e a do estado que representavam. É significativo que o tamanho dessas estátuas fosse aumentando à medida que o império se expandia e que o governo se tornava mais absoluto. As convenções de rigidez e impassibilidade pretendiam expressar a vida nacional, estável e imune ao tempo. Ali estava uma nação que, de acordo com o ideal, não era abalada em seus fundamentos pelas mudanças incertas da sorte, mas permanecia firme e imperturbável. Os retratos de seus chefes, portanto, não podiam demonstrar ansiedade, medo ou triunfo, mas uma calma imperturbável que atravessava os tempos. Da mesma forma, a deformação anatômica pode ser interpretada como uma tentativa deliberada para exprimir algum ideal nacional.

Uma exceção fascinante ao curso geral do desenvolvimento artístico egípcio foi a arte produzida durante o reinado de Ikhnaton. Como o faraó desejasse romper com todas as manifestações da antiga religião egípcia, entre elas suas convenções artísticas, patrocinou uma revolução na arte. O novo estilo por ele propugnado era naturalista, uma vez que sua nova religião reverenciava a natureza como obra pessoal de Áton. Conseqüentemente, os bustos do próprio faraó e de sua rainha, Nefertiti, abandonaram a impassibilidade grandiloqüente e a distorção anteriores, em favor de pormenores mais realistas. Um busto de Nefertiti, que ainda sobrevive e que lhe revela a feminilidade um tanto enigmática e sedutora, constitui um dos maiores monumentos da história da arte. Pelos mesmos motivos, sob o mecenato de Ikhnaton, a pintura ascendeu à situação de meio artístico de alta expressividade. Os murais desse período representam o mundo da experiência sobretudo em termos de movimento. Captam o flagrante do touro saltando no pântano, a corrida impetuosa do veado amedrontado e o nado fácil de patos numa lagoa. Mas tanto quanto não perdurou a reforma religiosa de Ikhnaton, também não foi duradoura a arte mais naturalista de seu reinado.

Nefertiti. O famoso busto executado nos ateliês de Ikhnaton em El-Amarna.

5. VIDA SOCIAL E ECONÔMICA

Principais classes da sociedade egípcia

Durante a maior parte da história do Egito a população esteve dividida em cinco classes: a família real; os sacerdotes; os nobres; a classe média dos escribas, mercadores, artífices e agricultores abastados; e os camponeses, que constituíam o grosso da população. Durante o Império foi acrescentada uma sexta classe – a dos soldados profissionais, que se situavam imediatamente abaixo dos nobres. Nesse período foram também capturados milhares de escravos, os quais, durante certo tempo, formaram uma sétima classe. Desprezados por todos, eram forçados a trabalhar nas pedreiras do governo e nas terras pertencentes aos templos. Aos poucos, no entanto, permitiu-se-lhes o alistamento no exército e até no serviço pessoal do faraó. Com isso deixaram de constituir

uma classe separada. A posição relativa das várias classes na sociedade mudava de tempos em tempos. No Antigo Reino, os nobres e os sacerdotes tinham a supremacia entre todos os súditos do faraó. Durante o Médio Reino, chegou a vez da classe dos plebeus. Mercadores, artífices e agricultores ganharam concessões do governo. É especialmente digno de nota o papel preponderante que mercadores e industriais desempenharam nesse período. A fundação do Império, acompanhada, como foi, pela ampliação das funções administrativas, deu origem à ascendência de uma nova nobreza, formada principalmente por burocratas. Os sacerdotes também ganharam mais poder, com o crescimento da magia e do ritualismo.

O abismo entre ricos e pobres

O abismo que separava o padrão de vida das classes superiores e inferiores do Egito era, talvez, ainda mais profundo que o existente hoje na Europa e na América. Os nobres abastados viviam em esplêndidas residências que se erguiam no meio de jardins fragrantes e bosques umbrosos. Sua alimentação constava de uma rica variedade de carnes de toda espécie, aves domésticas, bolos, frutas, vinhos e doces. Comiam em vasilhas de alabastro, ouro e prata, e adornavam-se com tecidos suntuosos e jóias de valor. Em contraste, a vida dos pobres era das mais miseráveis. Os operários das cidades moravam em bairros superpovoados, constituídos de choças de tijolos com teto de palha. Seus únicos trastes eram bancos, caixas e alguns jarros de cerâmica tosca. Os camponeses, nas grandes fazendas, gozavam de uma vida onde era menor a concentração, mas não maior a abundância.

As mulheres egípcias

Conquanto se permitisse a poligamia, normalmente a unidade social básica era a família monógama. Mesmo o faraó, que podia manter um harém de esposas secundárias e de concubinas, tinha uma esposa principal. A concubinagem, no entanto, era uma instituição bem conceituada na sociedade. Entretanto, em comparação com a situação da mulher na maioria das outras sociedades antigas, as mulheres egípcias não estavam inteiramente subordinadas aos homens. Não levavam uma vida de todo isolada; podiam possuir e herdar propriedades e estabelecer-se no comércio. Foram os egípcios quase o único povo oriental que permitiu às mulheres a sucessão no trono.

Agricultura, comércio e indústria

O sistema econômico dos egípcios repousava principalmente numa base agrária. A agricultura era diversificada e bastante desenvolvida, e o solo produzia excelentes colheitas de trigo, cevada, painço, legumes, frutas, linho e algodão. Teoricamente, a terra constituía propriedade do faraó, mas nos períodos iniciais da história nacional este doara grande parte dela a seus súditos, de modo que, na prática, a maior parte das terras estava nas mãos de proprietários. O comércio não teve grande papel até 2000 a.C., mas depois dessa data adquiriu rapidamente grande importância. Estabeleceu-se um comércio florescente com a ilha de Creta, a Fenícia, a Palestina e a Síria. Minas de ouro na Líbia, controladas pelo Egito, constituíam importante fonte de riqueza. Os principais artigos de exportação consistiam em ouro, trigo, tecidos de linho e cerâmica fina. A importação limitava-se, de modo geral, a prata, marfim e madeira. A manufatura constituía um ramo econômico não menos importante que o comércio. Já em 3000 a.C. grande quantidade de pessoas ocupava-se de atividades industriais, na maior parte em ofícios especializados. Em épocas posteriores criaram-se oficinas, que empregavam vinte ou mais pessoas sob o mesmo teto e com certo grau de

divisão do trabalho. As indústrias principais eram a exploração de pedreiras, a construção naval e a manufatura de cerâmica, vidro e tecidos.

Desde épocas remotas os egípcios tinham feito progresso no aperfeiçoamento das técnicas de comércio. Conheciam elementos de contabilidade e escrituração. Seus mercadores emitiam pedidos e recibos de mercadorias. Inventaram a escritura de propriedade, o contrato escrito e o testamento. Apesar de não possuírem nenhum sistema de cunhagem de moeda, chegaram a ter uma economia monetária. Argolas de cobre ou de ouro, de peso fixo, circulavam como meio de troca. Essa moeda-argola egípcia parece ter sido o mais antigo sistema de circulação monetária na história das civilizações. Provavelmente só era usado para as transações maiores. Os negócios simples dos camponeses e dos citadinos mais pobres continuaram, sem dúvida, a ser feitos na base do escambo.

Desenvolvimento dos instrumentos de comércio

O sistema econômico egípcio sempre foi coletivista. Desde os mais remotos tempos as energias do povo haviam sido dirigidas para canais socializados. Concebiam-se como idênticos os interesses do indivíduo e os da sociedade. As atividades produtivas da nação inteira giravam em torno das imensas empresas do estado, e o governo era o maior empregador de mão-de-obra. Esse coletivismo, porém, não era completo, ficando um largo campo aberto à iniciativa privada. Os mercadores dirigiam pessoalmente seus negócios; muitos artífices tinham lojas próprias; e com o correr do tempo, um número cada vez maior de camponeses elevou-se à condição de lavradores independentes. O governo continuava a operar as minas e pedreiras, a construir pirâmides e templos e a lavrar as propriedades reais.

Coletivismo econômico

O mais alto desenvolvimento do controle estatal se deu com a fundação do Império. A ampliação de um absolutismo militar e a crescente freqüência de guerras de conquista aumentaram a necessidade de maiores rendas e de uma produção ilimitada de mercadorias. A fim de atender a essa necessidade, o governo estendeu seu controle sobre a vida econômica. Os serviços dos artífices foram mobilizados para o levantamento dos magníficos templos e para a manufatura dos apetrechos de guerra, enquanto o comércio exterior se tornava monopólio do estado. À medida que o Império marchava para a ruína, o governo absorvia cada vez mais as atividades econômicas do povo.

Desenvolvimento extremo do controle estatal no Império

6. AS REALIZAÇÕES EGÍPCIAS

Poucas civilizações antigas sobrepujaram a egípcia em realizações importantes. Muitos elementos da matemática e da ciência tiveram no vale do Nilo o seu nascedouro. Os egípcios também aperfeiçoaram as técnicas de irrigação, engenharia, e o fabrico de cerâmica e vidro. Foram um dos primeiros povos a ter uma concepção clara da arte com fins outros que não os utilitários, e estabeleceram princípios arquitetônicos destinados a largo uso no futuro.

Contribuições egípcias: (1) intelectuais e artísticas

Igualmente notáveis foram as idéias religiosas e éticas dos egípcios. Com exceção dos persas, os habitantes das margens do Nilo foram o único povo do mundo antigo a erigir uma religião nacional em torno da doutrina da imortalidade da alma e da idéia de recompensas e punições

(2) religiosas e éticas

após a morte. Além disso, a experiência de Ikhnaton com o culto de Áton foi o primeiro exemplo de monoteísmo universal na história da religião. As prescrições éticas egípcias, ademais, foram notavelmente avançadas ao abarcarem não só as proibições comuns da mentira, do furto e do assassínio, mas ao incluírem também os ideais elevados de justiça, benevolência e igualdade de direitos. O pensamento egípcio teve pouca influência sobre formulações posteriores, porque a língua e a escrita egípcias eram pouco compreendidas por outros povos, mas de toda forma a civilização egípcia ergue-se como monumento notável e sempre fascinante das conquistas humanas na aurora da história escrita.

Capítulo 3

AS CIVILIZAÇÕES MESOPOTÂMICA E PERSA

Se um filho bateu em seu pai: cortarão a sua mão.
Se um homem destruiu o olho de outro homem: destruirão o seu olho.
Se quebrou o osso de um homem: quebrarão o seu osso.
Se destruiu o olho de um pobre ou quebrou o osso de um pobre: pagará uma *mina* de prata.
Se destruiu o olho do escravo de um homem ou quebrou o osso do escravo de um homem: pagará a metade de seu preço.

– Código de Hamurabi, linhas 195-199

Origem da civilização mesopotâmica

A segunda das mais antigas civilizações foi a que começou no vale do Tigre e do Eufrates já por volta de 3500 a.C. pelo menos. No passado essa civilização foi chamada de babilônica ou babilônico-assíria. Sabe-se hoje, porém, que não foi fundada nem pelos babilônios nem pelos assírios, mas por um povo anterior, os sumérios. Parece mais conveniente, pois, usar o adjetivo "mesopotâmica" para designar toda a civilização, muito embora o nome Mesopotâmia seja às vezes aplicado apenas à parte norte da terra que fica entre os dois rios.

Comparações com o Egito

A civilização mesopotâmica diferiu da egípcia em muitos aspectos fundamentais. Como o rio Tigre e o Eufrates, ao contrário do Nilo, apresentavam cheias irregulares – e às vezes desastrosas – os mesopotâmios, diversamente dos egípcios, não podiam encarar a natureza com confiança. Além disso, os mesopotâmios não estavam protegidos naturalmente, tal como os egípcios, de incursões por parte de estrangeiros. De modo geral, portanto, a vida nas regiões entre o Tigre e o Eufrates era muito mais combativa. Os resultados disso transparecem tanto na história política como na cultural. A história política da área mesopotâmica foi marcada por interrupções muito mais abruptas do que as ocorridas no Egito, à proporção que o predomínio de um povo sucedia ao de outro. Também a cultura mesopotâmica era mais belicosa e muito mais melancólica e pessimista do que a egípcia. Ademais, enquanto o nativo do Egito acreditava na imortalidade da alma e dedicava grande parte de seus esforços à preparação da vida futura, seu contemporâneo mesopotâmio vivia no presente e olhava com indiferença seu destino no além-túmulo. Outras diferenças religiosas residem em que os mesopotâmios jamais avançaram, tanto quanto os egípcios, no sentido do

monoteísmo e concebiam suas divindades mais em termos de medo do que de amor. Por fim, a arte mesopotâmica era mais violenta e menos pessoal do que a egípcia.

Semelhanças

No entanto, havia também importantes semelhanças entre as duas civilizações. Ambas lograram progressos na teoria ética e em conceitos de justiça social. Ambas tiveram seus males de escravagismo e imperialismo, de reis e sacerdotes opressores. Ambas compartilhavam os problemas de irrigação e fronteiras de terras; e, como resultado disso, ambas realizaram um progresso extraordinário nas ciências, sobretudo na matemática. Finalmente, a rivalidade entre pequenos estados acabou por levar à consolidação e ao desenvolvimento de impérios poderosos, em especial no caso da Mesopotâmia.

1. DOS SUMÉRIOS À CONQUISTA PERSA

Os sumérios

Os pioneiros no desenvolvimento da civilização mesopotâmica foram os chamados sumérios ou sumerianos, que se estabeleceram na parte baixa do vale do Tigre-Eufrates por volta de 3500 a.C. Sua origem precisa é obscura, mas é provável que tenham vindo do planalto da Ásia Central. Falavam uma língua sem relação com nenhuma por nós conhecida, muito embora sua cultura apresentasse certa semelhança com a da mais antiga civilização da Índia. Mediante um processo de interação pacífica, aos poucos começaram a guiar os nativos que até então viviam no baixo vale, um povo misterioso que já mostrava considerável avanço em relação ao estágio cultural neolítico. Desde cerca de 2800 até 2340 a.C. várias cidades-estados sumerianas independentes, das quais as mais importantes foram Ur e Lagash, floresceram na Baixa Mesopotâmia. A seguir, porém, o período de predomínio sumério foi interrompido por uma bem-sucedida invasão, proveniente do norte da Mesopotâmia, encabeçada pelo poderoso Sargão de Akkad (c. 2334-2279).[1] Os acadianos eram semitas, um grande grupamento de povos do Oriente Próximo que falavam línguas aparentadas entre si (os principais povos semíticos de hoje são os árabes e os judeus). Sob a chefia de Sargão, os acadianos fundaram o primeiro grande império militar na Mesopotâmia, o qual, entretanto, entrou em declínio por volta de 2200 a.C. e foi suplantado por uma revivescência sumeriana, liderada pela cidade de Ur.

Ascensão e queda dos antigos babilônios

O período de revivescência sumeriana não teve longa duração. Pelas alturas de 2000 a.C., os amorreus, outra tribo de semitas, avançou do oeste, conquistou as cidades sumérias e estabeleceu um novo império na região mesopotâmica. Como os amorreus transformaram a povoação de Babilônia na capital de seu império, são comumente chamados de babilônios ou antigos babilônios, para distingui-los dos neobabilônios ou caldeus, que ocuparam o vale do Tigre-Eufrates muito mais tarde. A ascensão dos antigos babilônios inaugurou a segunda fase importante da civilização mesopotâmica após o estágio sumeriano. Embora a maior parte da cultura dos sumerianos sobrevivesse, o predomínio destes já chegava ao fim. Os babilônios estabeleceram um estado autocrático e

[1] A partir daqui as datas após o nome de um governante referem-se ao período de seu reinado.

durante o reinado de seu mais famoso rei, Hamurabi (c. 1792-1750 a.C.), estenderam seu domínio no norte até a Assíria. Mas depois dessa época o império entrou em paulatina decadência, até ser finalmente derrubado pelos cassitas, aproximadamente em 1550 a.C.

Cassitas e assírios

Com a queda da Antiga Babilônia, sobreveio um período de retrocesso, que durou 600 anos. Os cassitas eram bárbaros sem nenhum interesse pelas realizações culturais de seus predecessores. Sua única contribuição foi a introdução do cavalo no vale do Tigre-Eufrates. A antiga cultura teria morrido completamente se não fosse em parte adotada por outro povo semita que, já por 3000 a.C., fundara um pequenino império no planalto de Assur, cerca de 800 quilômetros a montante do rio Tigre. Esse povo veio a ser chamado de assírios, e sua posterior ascensão ao poder marcou o início do terceiro estádio no desenvolvimento da civilização mesopotâmica. Começaram a expandir-se por volta de 1300 a.C. e logo depois se fizeram senhores de todo o vale do norte. No século X destruíram o que ainda restava do poder cassita na Babilônia. Seu império alcançou o fastígio nos séculos VIII e VII, sob Sargão II (722-705 a.C.) e Senaqueribe (705-681), que construíram Nínive, uma resplendente nova capital à margem do Tigre. O império assírio passara então a abranger quase todo o Oriente Próximo, uma vez que os assírios haviam conquistado, um após outro, a Síria, a Fenícia, o reino de Israel e o Egito. Somente o pequeno reino de Judá foi capaz de resistir às hostes assírias, provavelmente devido a um surto de peste nas fileiras do exército de Senaqueribe, a que o Velho Testamento (II Reis, 19, 35) alude como uma visita mortífera do anjo do Senhor.

Ainda que brilhantes, os êxitos dos assírios não perduraram muito. Os novos territórios foram tão rapidamente anexados que o império logo atingiu um tamanho que tornava impossível governá-lo. O talento dos assírios para o governo era inferior ao seu gosto pela conquista. As nações subjugadas se ressentiam do despotismo que lhes fora imposto e, como o império desse sinais de desagregação interna, decidiram reconquistar a liberdade. O golpe de morte foi dado pelos caldeus, uma nação de semitas que se estabelecera no sudeste do vale dos dois rios. Sob o comando de Nabopolassar, que servira aos imperadores assírios como governador provincial, organizaram uma revolta e finalmente capturaram Nínive em 612 a.C. O mais famoso dos caldeus foi Nabucodonosor (605-562 a.C.), que conquistou Judá e fez de sua capital, Babilônia, a principal cidade do Oriente Próximo.

A derrubada dos caldeus

Em 539 a.C. ruiu o império dos caldeus, após uma existência de menos de um século. Foi derrubado por Ciro, o Persa, "sem batalha e sem luta". A fácil vitória parece ter sido possibilitada pelo auxílio dos judeus, então cativos na Babilônia, e por uma conspiração dos sacerdotes da Babilônia para entregar a cidade a Ciro, como um ato de vingança contra o rei caldeu, cujas políticas não lhes agradavam. Ao que parece, também membros de outras classes influentes consideraram os persas como libertadores.

Os persas

Embora o estado persa incorporasse todos os territórios antes compreendidos nos impérios mesopotâmicos, incluía também muitas outras províncias. Ademais, foi veículo de uma nova e diferente cultura. Por conseguinte, a queda da Caldéia deve ser vista como o fim da história política mesopotâmica.

Influência dos sumérios

Mais do que qualquer outro povo, a civilização mesopotâmica deve sua feição aos sumérios. Sabe-se hoje em dia que muito do que costumava ser atribuído aos babilônios e aos assírios foi desenvolvido pela nação que os precedeu. O sistema de escrita era de origem suméria, como também a religião, as leis e grande parte das práticas científicas e comerciais. O talento criador dos conquistadores subseqüentes manifestou-se, de modo particular, apenas na evolução das técnicas de governo e militares, assim como no desenvolvimento das artes.

O sistema político sumério

Durante a maior parte de sua história, os sumerianos viveram numa frouxa confederação de cidades-estados, unidas unicamente para fins militares. À frente de cada uma havia um *patesi*, que acumulava as funções de primeiro sacerdote, comandante do exército e superintendente do sistema de irrigação. Ocasionalmente, um desses governadores, mais ambicioso, estendia seu poder sobre certo número de cidades e assumia o título de rei, mas nunca foi criado um verdadeiro império, como o dos acadianos, ou dos subseqüentes babilônios, assírios ou caldeus.

O sistema econômico sumério

O sistema econômico sumério era relativamente simples e ensejava mais campo a empreendimentos particulares do que geralmente se concebia no Egito. A terra nunca foi propriedade exclusiva do rei, quer na teoria, quer na prática. Tampouco o comércio e a indústria eram monopólio do governo. Os templos, entretanto, parecem ter desempenhado muitas das funções de um estado coletivista. Tinham a propriedade de grande parte das terras e operavam empreendimentos comerciais. Como só os sacerdotes dispunham de conhecimentos técnicos para calcular a chegada das estações e projetar os canais, eram eles que controlavam o sistema de irrigação. As massas populares pouco tinham que pudessem considerar de sua propriedade. Muitos de seus membros eram servos, mas mesmo aqueles que eram nominalmente livres não gozavam de situação muito melhor, forçados que eram a pagar altas taxas e trabalhar em obras públicas. A escravidão, no sentido estrito da palavra, não era instituição importante.

Agricultura

A agricultura era a principal atividade econômica da maioria dos cidadãos, sendo os sumerianos ótimos lavradores. Devido ao seu conhecimento de irrigação, conseguiam fartas colheitas de cereais e de frutos subtropicais. Como a terra estava dividida em grandes propriedades, que se achavam nas mãos dos governantes, dos sacerdotes e dos oficiais do exército, o cidadão rural médio ou era um rendeiro ou um servo. No comércio estava a segunda fonte da riqueza sumeriana. Um ativo intercâmbio se estabelecera com todas as áreas vizinhas, girando em torno da troca de metais e de madeiras, provenientes do norte e do oeste, por produtos agrícolas e objetos manufaturados das regiões inferiores do vale. Quase todas as técnicas usuais de negócios tinham grande desenvolvimento; usavam-se regularmente faturas, recibos, notas promissórias e cartas de crédito.

Direito sumério

A mais notável realização dos sumérios foi o seu sistema jurídico, produto de uma evolução gradual dos usos locais, a que se incorporaram idéias absorvidas de povos semíticos vizinhos. Somente alguns fragmentos dessas leis sobreviveram em sua forma original, mas considera-se

hoje que o famoso Código de Hamurabi, o rei babilônico, não foi mais do que uma revisão do código dos sumérios. Posteriormente, esse código tornou-se a base do direito de quase todos os povos semitas – babilônios, assírios, caldeus e hebreus.

Eis o que pode ser considerado as características principais do direito sumeriano:

Aspectos essenciais do direito sumério

(1) A *lei de talião* – "olho por olho, dente por dente, braço por braço, etc." Eis um conceito fundamental que os sumérios aprenderam dos semitas.

(2) Administração da justiça em caráter semiprivado. Incumbia à própria vítima ou à sua família trazer o ofensor à justiça. O tribunal funcionava principalmente como árbitro na disputa entre o queixoso e o réu, e não como um agente do estado para manter a segurança pública, embora os agentes da lei pudessem auxiliar a execução da sentença.

(3) Desigualdade perante a lei. O código dividia a população em três classes: patrícios ou aristocratas; burgueses ou cidadãos comuns; servos e escravos. As penalidades eram aplicadas de acordo com a classe da vítima, mas também, em alguns casos, de acordo com a classe do ofensor. A morte ou a mutilação de um patrício era delito muito maior do que um crime semelhante cometido contra um burguês ou um escravo. Por outro lado, sendo um patrício o ofensor, era punido muito *mais severamente* do que o seria um homem de situação inferior pelo mesmo crime. A origem dessa curiosa norma provavelmente se baseava em considerações de disciplina militar. Uma vez que os patrícios eram oficiais do exército e, conseqüentemente, os principais defensores do estado, não era admissível que dessem livre curso às suas paixões ou se abandonassem a uma conduta dissoluta.

(4) Distinção insuficiente entre o homicídio acidental e o intencional. A pessoa responsável pela morte acidental de outra não estava isenta de punição, como acontece modernamente, mas tinha de pagar uma multa à família da vítima, baseando-se isso, aparentemente, na teoria de que os filhos eram propriedade dos pais e as esposas, propriedade dos maridos.

A religião dos sumérios

Tanto quanto o direito, a religião dos sumerianos ilustra as concepções sociais e o caráter de sua cultura. Não conseguiram desenvolver uma religião de alta espiritualidade, mas ela ocupava lugar importante na vida nacional. Para começar, era politeísta e antropomórfica. Acreditavam em vários deuses e deusas, cada qual com personalidade distinta e atributos humanos. Para citar alguns: Shamash, o deus do sol; Enlil, o senhor da chuva e dos ventos; Istar, a deusa dos poderes procriadores da natureza. Todas essas numerosas divindades eram tidas como capazes tanto do bem como do mal.

A religião suméria destinava-se exclusivamente a este mundo e não oferecia qualquer esperança de uma vida além-túmulo, eterna e bem-aventurada. Essa outra vida era uma existência meramente temporária, num lugar desolado e sombrio que mais tarde veio a se chamar Xeol. As almas dos mortos lá permaneciam por algum tempo, talvez durante uma geração ou coisa parecida, e depois desapareciam. Ninguém podia aspirar à ressurreição num outro mundo e a uma existência eterna e feliz como compensação aos males desta vida; a vitória da tumba era completa. Em consonância com essa crença, os sumerianos não dispensavam qualquer cuidado particular aos corpos de seus mortos. Não se praticava

a mumificação nem se construíam túmulos complicados. Os cadáveres eram enterrados, comumente, sob o piso da casa, sem caixão e com uma quantidade de artigos relativamente pequena para o uso da alma.

Uma religião nem ética nem espiritual

Era mínimo o conteúdo espiritual da religião suméria. Como vimos, os deuses não eram seres superiores, mas criaturas vazadas no molde humano, com a maioria das fraquezas e paixões dos mortais. Tampouco os objetivos da religião eram mais espirituais. Não ministrava bênçãos sob a forma de consolação, elevação da alma ou união com Deus. Se chegava a beneficiar o homem, fazia-o sobretudo na forma de proveitos materiais: colheitas abundantes e prosperidade nos negócios. A religião, contudo, tinha algum conteúdo ético. Todas as principais deidades do panteão sumério eram exaltadas em hinos como amantes da verdade, da retidão e da justiça. Da deusa Nanshe, por exemplo, dizia-se que se dedicava a "confortar o órfão, fazer desaparecer a viúva, preparar um lugar de destruição para os poderosos". No entanto, as mesmas divindades que personificavam esses nobres ideais criavam males como a falsidade e a querela e dotavam todo ser humano de uma natureza pecaminosa. Segundo uma máxima suméria, "Nunca nasceu de sua mãe uma criança sem pecado".

No campo da atividade intelectual, não foram pequenas as realizações dos sumérios. Produziram um sistema de escrita que estava destinado a ser usado por mil anos após o desaparecimento de sua nação – a famosa escrita *cuneiforme*, que consiste em caracteres em forma de cunha (do latim *cuneus*, cunha), gravados em tábulas de argila com um junco de ponta quadrada. A princípio um sistema pictográfico, pouco a pouco se transformou num conjunto de sinais silábicos e fonéticos, em número de aproximadamente 350. Nenhum alfabeto jamais se derivou dele, mas a escrita cuneiforme ainda assim tornou-se o meio corrente para transações comerciais em quase todo o Oriente Próximo (muitas vezes incluindo o Egito) entre mais ou menos 3000 e cerca de 500 a.C. Os sumerianos nada escreveram que merecesse o nome de filosofia, mas lograram alguns começos notáveis na ciência. Na matemática, por exemplo, sobrepujaram os egípcios em todos os setores, exceto a geometria. Descobriram os processos de multiplicação e divisão e até a extração da raiz quadrada e cúbica. Seus sistemas de numeração e de pesos e medidas era duodecimal, com o número sessenta como a unidade mais comum. Inventaram o relógio de água e o calendário lunar, sendo este último uma divisão inexata do ano em meses, com base nos ciclos da lua. A fim de harmonizá-lo com o ano solar, de tempos a tempos era preciso acrescentar um mês extraordinário. Os sumérios foram o primeiro povo conhecido a acreditar na astrologia – a crença de que o destino dos homens é determinado pelo curso dos astros – e esse interesse levou-os a ser pioneiros na observação astronômica e nas previsões dos movimentos planetários. Sua medicina era uma curiosa mescla de ervanaria e magia. O receituário dos médicos consistia principalmente em feitiços para exorcizar os espíritos maus que se acreditava serem a causa das moléstias.

Arte e arquitetura sumérias

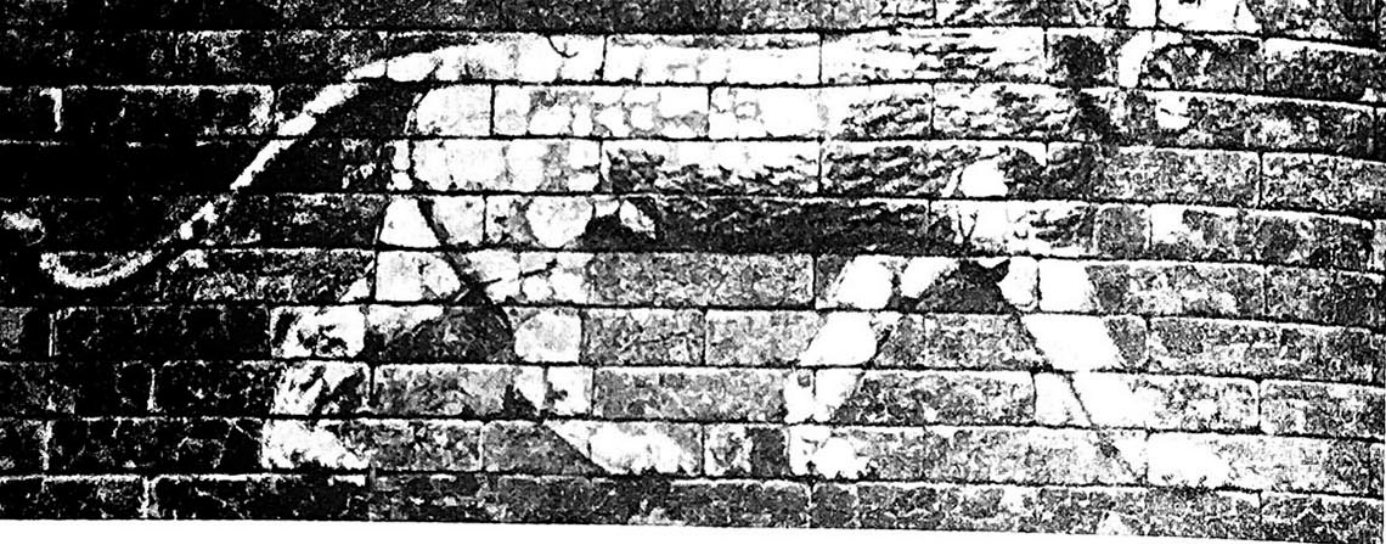
Como artistas, os sumérios salientaram-se nos trabalhos de metal, na lapidação de pedras preciosas e na escultura. Produziram alguns espécimes notáveis de arte naturalista em suas armas, vasos, jóias e em representações animais, que revelavam ao mesmo tempo habilidade técnica e dotes de imaginação. Convenções de natureza obviamente

religiosa ainda não haviam imposto qualquer influência restritiva, e por isso os artistas ainda podiam seguir livremente seus impulsos. A arquitetura, por outro lado, era nitidamente inferior, devido, provavelmente, às limitações impostas pela escassez de bons materiais de construção. Como não havia pedras no vale, o arquiteto dependia de tijolos secados ao sol. O edifício sumério característico, amplamente copiado por seus sucessores semitas, era o *ziggurat*, uma construção em forma de torre, composta de sucessivos terraços, erigida sobre uma plataforma e encimada por um pequeno templo. A construção era pesada, de linhas monótonas, e revelava pouco engenho arquitetônico. Os túmulos reais e as casas particulares apresentavam maior originalidade. Era neles que se empregavam, ocasionalmente, as invenções sumérias do arco, da abóbada e da cúpula, e até mesmo a coluna.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DOS ANTIGOS BABILÔNIOS

As limitações dos antigos babilônios

Embora os antigos babilônios constituíssem uma nação estrangeira, viveram em estreito contato com os sumerianos por tempo bastante longo para serem profundamente influenciados por eles. Possuíam pouca cultura própria quando chegaram ao vale e, de modo geral, simplesmente assimilaram e modificaram o que os sumerianos já haviam desenvolvido. Assim, as modificações na cultura mesopotâmica durante o período dos antigos babilônios constituíram essencialmente variações sobre temas sumerianos.

Entre as mudanças que os antigos babilônios introduziram em sua herança cultural podem ser mencionadas, em primeiro lugar, as de ordem política e jurídica. Como conquistadores militares, mantendo em sujeição numerosas nações vencidas, julgaram necessário estabelecer um estado consolidado. Os vestígios do antigo sistema de autonomia local foram varridos e a autoridade do rei de Babilônia tornou-se suprema. Os reis tornaram-se deuses ou pelo menos alegavam ser de origem divina. Adotou-se um sistema de tributação régia, bem como o serviço militar obrigatório. O sistema de leis também foi transformado, a fim de se compatibilizar com as novas condições de despotismo centralizado. Cresceu a lista de crimes contra o estado e os funcionários do rei passaram a desempenhar papel mais ativo na detenção e punição dos infratores, ainda que continuasse impossível qualquer criminoso ser perdoado sem o consentimento da vítima ou de sua família. Aumentou consideravelmente a severidade das penas, em especial contra os crimes que envolvessem sinais de traição ou sedição. Infrações aparentemente triviais, como "vadiagem" ou "desordem numa taberna" tornaram-se passíveis de pena de morte, aparentemente no pressuposto de que poderiam alimentar atividades desleais. Enquanto sob a lei suméria o acoitamento de escravos fugidos era punível somente com uma multa, na lei babilônica transformou-se em crime capital. De acordo com o código sumério, o escravo que contestasse o direito do amo sobre a sua pessoa devia ser vendido; o código de Hamurabi prescrevia que lhe fosse cortada a orelha. O adultério também foi transformado em infração capital, ao passo que na lei suméria sequer levava necessariamente ao divórcio. Em alguns particulares o novo sistema legal revelou certo progresso. As mulheres e crianças vendidas por dívida não podiam ser

Painel em ladrilhos vitrificados, Babilônia, séc. VI a.C. Um relevo ornamental sobre fundo marrom. O leão é em esmalte azul, branco e amarelo.

conservadas em escravidão por mais de quatro anos, enquanto a escrava que tivesse um filho do amo não podia absolutamente ser vendida.

Cenas do Épico de Gilgamesh. Painel sumério marchetado de conchas.

As leis dos antigos babilônios refletem também um desenvolvimento mais amplo do comércio que o existente na cultura anterior. Prova de que uma influente classe mercantil fazia comércio por lucro e desfrutava de uma posição privilegiada na sociedade está no fato de serem as cláusulas do código de Hamurabi baseadas no princípio "o comprador que se acautele". Todavia, os legisladores babilônios não acreditavam num regime de livre concorrência. O comércio e a indústria estavam submetidos a uma regulamentação cuidadosa pelo estado. Havia leis relativas à sociedade comercial, ao armazenamento e à corretagem, leis referentes a escrituras, testamentos, empréstimos a juros e ainda uma grande quantidade de outras. Quem negociasse sem um contrato escrito ou sem testemunhas podia ser punido com a morte. A agricultura, que ainda constituía a ocupação da maioria dos habitantes, também não escapava à regulamentação. O código prescrevia penalidades ao não cultivo de um campo e ao negligenciamento de diques e canais. Tanto a propriedade pública da terra quanto a posse privada eram permitidas; mas, qualquer que fosse o proprietário, o rendeiro era obrigado a pagar como aluguel dois terços de tudo o que produzisse.

Mudanças na religião

Na religião, os antigos babilônios introduziram apenas mudanças superficiais. Divindades antes veneradas pelos sumerianos foram esquecidas e outras erigidas em substituição. Sobretudo, importou-se um novo deus, Marduc, para encabeçar o panteão mesopotâmico. No entanto, ele e outras novas divindades não continham qualquer significado espiritual, não prometendo a ressurreição dos mortos ou a imortalidade da alma. Os antigos babilônios não eram mais espiritualizados do que os sumerianos. As religiões de ambos os povos eram fundamentalmente materialistas.

Embora se registrasse algum declínio nas realizações artísticas durante o período do domínio babilônio, o mesmo não ocorreu, de modo algum, na literatura. Partindo de lendas e mitos já em evolução na cultura suméria, os babilônios contribuíram para a literatura com um dos maiores épicos de todos os tempos, o *Gilgamesh*. Esse longo poema, comparável em escopo e em força à *Ilíada* e à *Odisséia*, é uma compilação de histórias narradas e renarradas durante várias gerações. Seu

herói, Gilgamesh, é um rei mesopotâmio que passa por muitas aventuras. Em uma delas, procura o segredo da imortalidade com um velho e sua mulher, salvos quando os deuses resolveram destruir o mundo através de uma inundação. Muitos dos elementos dessa história são semelhantes à de Noé, contida no Velho Testamento, inclusive o fato de o casal ter-se salvo construindo uma arca. Mas a mensagem é um tanto diferente, pois o herói babilônio aprende apenas resignação com o idoso casal: os deuses hão de preservar aqueles que bem desejarem e não há nada que a humanidade possa fazer para compreender as decisões divinas. Com os anciãos Gilgamesh fica sabendo da existência de uma planta que pelo menos lhe restituirá os anos de juventude, mas depois de conquistá-la, com grande esforço, deixa-a desprotegida enquanto dorme e uma serpente a come. Segundo o épico, é por isso que as serpentes ganham vida nova a cada ano, quando trocam de pele. Mas o herói humano é forçado por fim a admitir que ele próprio jamais poderá transcender a idade e a morte. Como o épico afirma, num resignado sumário, "Quando os deuses criaram os homens, fizeram com que a morte fosse seu quinhão: quanto à vida, mantiveram-na em suas próprias mãos".

4. A METAMORFOSE PROVOCADA PELA ASSÍRIA

A evolução da supremacia assíria

Dentre todos os povos da área mesopotâmica, foram os assírios que, depois da época dos sumerianos, passaram pela mais completa evolução autônoma. Durante vários séculos haviam levado uma existência relativamente isolada no seu pequeno planalto na parte superior do vale do Tigre. Com o tempo vieram a cair sob a influência dos babilônios, mas não antes de o curso de sua própria história estar em parte fixado. Conseqüentemente, o período da supremacia assíria (de mais ou menos 1300 a 612 a.C.) teve um caráter mais peculiar que qualquer outra era da história mesopotâmica.

Uma nação de guerreiros

Os assírios eram antes de tudo uma nação de guerreiros, graças às condições especiais de seu próprio ambiente. Os recursos limitados de sua terra natal e o perigo constante de ataques por parte de nações hostis da vizinhança forçaram-nos a desenvolver hábitos belicosos e ambições imperialistas. Portanto, não é de se estranhar que fosse ilimitada a sua cobiça territorial. Quanto mais conquistavam, mais necessidade sentiam de conquistar, a fim de proteger o que já haviam ganho. Cada êxito excitava a ambição e robustecia mais do que nunca as cadeias do imperialismo. O desastre era inevitável.

Aspectos do militarismo assírio

As exigências da guerra determinaram todo o caráter do sistema assírio. O estado era uma grande máquina militar. Os comandantes do exército constituíam a classe mais rica e mais poderosa do país. Não só participavam da pilhagem de guerra como também freqüentemente lhes eram concedidas imensas propriedades, como recompensa por suas vitórias. Ao menos um deles, Sargão II, ousou usurpar o trono. As forças militares propriamente ditas representavam a última palavra em matéria de preparação bélica. O exército permanente excedia em tamanho o de qualquer outra nação do Oriente Próximo. Armamentos novos e aperfeiçoados, bem como técnicas de combate superiores conferiam aos soldados assírios vantagens insuperáveis. Espadas de ferro, arcos

pesados, longas lanças, aríetes, fortalezas sobre rodas, couraças, escudos e capacetes metálicos – eis alguns exemplos de seu poderoso equipamento.

Terror

Entretanto, espadas, lanças e máquinas bélicas não eram seus únicos instrumentos de combate. Os assírios também lançavam mão do terror como meio de subjugar o inimigo. Infligiam aos soldados capturados em batalha e, às vezes, também a não combatentes, crueldades indescritíveis, como o esfolamento em vida, a empalação, a amputação das orelhas, narizes e órgãos sexuais, e depois exibiam as vítimas mutiladas em gaiolas, para que servissem de advertência às cidades que ainda não se tinham rendido. O relato dessas crueldades não é tirado de histórias horripilantes propaladas por seus inimigos, mas de documentos dos próprios assírios. Seus cronistas gabavam-se delas como provas de valentia, e o povo as tinha como garantias de segurança e de poder. Fica claro, assim, por que os assírios eram os mais odiados de todos os povos da antiguidade.

A tragédia do militarismo assírio

Poucas vezes o declínio de um império foi tão completo como o da Assíria. A despeito de seus magníficos armamentos e da liquidação dos seus inimigos, o período de esplendor imperial assírio durou pouco mais de um século. Nação após nação conspirava contra os assírios e, finalmente, conseguiram sua destruição. Seus inimigos exerceram tremenda vingança. Toda a região foi tão intensamente saqueada e o povo tão completamente escravizado ou exterminado, que se torna difícil distinguir qualquer influência assíria na história subseqüente. O poder e a segurança que se pretendia alcançar por meio da força militar provaram ser, afinal, uma irrisão. Fosse a Assíria completamente indefesa, seu destino não poderia ter sido pior.

Vida econômica dos assírios

Tão completamente viviam os assírios absorvidos pelas atividades militares, que era inevitável descurarem, de certo modo, das artes pacíficas. A indústria e o comércio parecem ter declinado sob o regime

Touro assírio alado com cabeça humana. Este relevo foi encontrado no palácio do Rei Sargão II (722-705 a.C.). Mede 16 x 16 pés e pesa aproximadamente 40 toneladas.

dos assírios, pois de maneira geral tais atividades eram desprezadas como inferiores à dignidade de um povo militar. O mínimo de indústria e comércio que não se podia dispensar era deixado aos arameus, um povo intimamente ligado aos fenícios e aos hebreus. Quanto aos assírios, preferiam obter seu sustento da agricultura. O sistema fundiário incluía tanto propriedades públicas como privadas. Os templos possuíam a maior parcela das terras. Apesar de também serem extensas, as propriedades da coroa eram constantemente diminuídas pelas doações a oficiais do exército.

Imperfeições do sistema econômico

Nem a ordem econômica nem a social eram sólidas. As freqüentes campanhas militares esvaíam as energias e os recursos da nação. Com o decorrer do tempo, os oficiais do exército tornaram-se uma aristocracia amimada, que delegava seus poderes a subordinados e se devotava a prazeres dispendiosos. A influência estabilizadora de uma classe mercantil próspera e inteligente era excluída pela norma de que só estrangeiros e escravos podiam dedicar-se a atividades comerciais. Entretanto, pior era o tratamento dispensado às classes mais baixas, as dos servos e escravos. Os primeiros constituíam a massa da população rural. Alguns deles cultivavam determinados tratos dos domínios de seus amos e ficavam com uma parte do que produziam. Outros nada possuíam, nem mesmo um pedaço de terra para cultivar, dependendo da necessidade de braços para o trabalho sazonal para prover a própria subsistência. Eram todos extremamente pobres e sujeitos às agruras adicionais de trabalho nas obras públicas e de serviço militar obrigatório. Os escravos, que formavam principalmente uma classe de trabalhadores urbanos, dividiam-se em dois tipos diferentes: os escravos domésticos, que executavam trabalhos caseiros e às vezes empreendiam negócios para seus amos, e os prisioneiros de guerra. Os primeiros não eram numerosos, sendo-lhes concedida ampla liberdade, até mesmo a posse de propriedade. Os últimos suportavam infortúnios maiores. Presos por pesados grilhões, eram compelidos a trabalhar até a exaustão na construção de estradas, canais e palácios.

Direito assírio

Nunca se comprovou se os assírios adotaram ou não o direito dos antigos babilônios. Sem dúvida foram influenciados por ele, mas muitos aspectos do código de Hamurabi desapareceram de todo, em especial a lei de talião e o sistema de graduação das penalidades de acordo com a classe da vítima e do ofensor. Enquanto os babilônios prescreviam as mais drásticas punições para os crimes relacionados com traição ou sedição, os assírios as reservavam para delitos como abortamento ou homossexualismo, provavelmente pelo interesse militar de prevenir o declínio da taxa de natalidade. Outro contraste está na submissão mais completa das mulheres assírias. As esposas eram tratadas como bens dos maridos, o direito de divórcio era exclusividade do homem, permitia-se a poligamia e a todas as mulheres casadas era proibido aparecer em público sem um véu cobrindo o rosto.

Realizações científicas

É fácil compreender que uma nação militar como a dos assírios não tivesse alcançado lugar de projeção no campo das realizações intelectuais. A atmosfera das campanhas militares não é favorável à reflexão ou à pesquisa desinteressada. Ainda assim, as exigências de campanhas bem-sucedidas podem levar a um certo acúmulo de conhecimentos, pela necessidade de se resolverem problemas práticos. Em tais circunstâncias, os assírios realizaram algum progresso científico. Parecem ter dividido o

círculo em 360 graus e dispor de um meio de localizar pontos na superfície terrestre mediante algo semelhante a latitude e longitude. Reconheceram e deram nome a cinco planetas e conseguiram certo êxito na previsão dos eclipses. Como a saúde dos exércitos é importante, a medicina recebia considerável atenção. Mais de 500 drogas, tanto vegetais como minerais, foram catalogadas, com indicações para seu uso. Foram descritos os sintomas de várias doenças, geralmente atribuídas a causas naturais, embora comumente se empregassem encantamentos e misturas repugnantes para expulsão de demônios como métodos de cura.

A excelência da arte assíria

No domínio da arte os assírios sobrepujaram os antigos babilônios e pelo menos igualaram o trabalho dos sumérios, ainda que sob forma diferente. A escultura foi a arte mais desenvolvida, sobretudo no tocante aos baixos-relevos. Estes representavam incidentes dramáticos da guerra e da caça, com extrema fidelidade à natureza e vívida reprodução do movimento. Os assírios deleitavam-se em retratar a bravura fria do caçador em face do maior perigo, a ferocidade dos leões acossados e a agonia dos animais feridos. Infelizmente, essa arte se limitava quase por completo a dois temas: a guerra e o esporte. Seu fim era glorificar as proezas da classe dominante. A arquitetura vinha em segundo lugar do ponto de vista da excelência artística. Os palácios e templos assírios eram construídos de pedra, trazidas das áreas montanhosas do norte, em vez de tijolos de barro como nos velhos tempos. Seus característicos principais eram o arco e a cúpula. A coluna também era usada, mas nunca com grande sucesso. O principal defeito dessa arquitetura era a sua grandeza excessiva, que os assírios pareciam considerar como sinônimo de beleza.

5. A RENASCENÇA CALDAICA

O estágio caldeu ou final da civilização mesopotâmica

A civilização mesopotâmica entrou em seu estágio final com a destruição da Assíria e o estabelecimento da supremacia caldaica. Essa fase é comumente chamada neobabilônica, porque Nabucodonosor e seus seguidores restauraram a capital em Babilônia e tentaram reviver a cultura da época de Hamurabi. Como era de esperar, a tentativa não foi completamente coroada de sucesso. A metamorfose assíria havia imprimido a essa cultura vários traços profundos e indeléveis. Além disso, os caldeus tinham a sua própria história, à qual não podiam fugir inteiramente. Não obstante, conseguiram ressuscitar certo número de velhas instituições e ideais. Restauraram a lei e a literatura antigas, o essencial da forma de governo dos antigos babilônios e o sistema econômico dos tempos passados, com a predominância da indústria e do comércio. Mais longe do que isso não puderam ir.

A religião astral dos caldeus

Foi na religião que se fez mais nítido o fracasso da renascença caldaica. Apesar da restauração de Marduc em seu posto tradicional no alto do panteão, o sistema de crença era pouco mais do que superficialmente babilônico. O que os caldeus realmente fizeram foi desenvolver uma religião astral. Os deuses foram despidos de seus atributos humanos e exaltados como seres transcendentais e onipotentes. Chegaram a ser identificados com os próprios planetas. Embora não fossem ainda de todo alheios ao homem, o certo é que perderam o caráter de seres que

podiam ser lisonjeados e coagidos pela magia. Regiam o universo quase mecanicamente. Embora suas intenções imediatas fossem algumas vezes discerníveis, seus fins últimos eram inescrutáveis.

O desenvolvimento do fatalismo

Dois resultados derivaram dessas concepções. O primeiro foi uma atitude de fatalismo ainda maior que o anterior. Uma vez que os atos dos deuses ficavam além da compreensão, tudo o que o homem tinha a fazer era resignar-se com sua sorte. Cumpria, por conseguinte, submeter-se da maneira mais absoluta aos deuses, neles confiar cegamente, na vaga esperança de que os resultados finais seriam bons. Desse modo surge, pela primeira vez na história, a concepção da piedade como submissão, concepção que foi adotada por diversas outras religiões, como veremos nos capítulos subseqüentes. Para os caldeus ela não implicava nenhum significado supraterreno: a resignação às calamidades desta vida não valiam de justificação na outra. Os caldeus não tinham interesse algum pela vida futura. A submissão podia trazer algumas recompensas terrestres, mas em essência, tal como a concebiam, não era um meio para alcançar algum fim. Era antes a expressão de uma atitude de desespero, de humildade em face de mistérios impenetráveis.

Surgimento de uma consciência espiritual

O segundo grande resultado do desenvolvimento de uma religião astral foi o surgimento de uma consciência espiritual mais forte, como revelam os hinos de penitência de autores desconhecidos e as orações que eram atribuídas a Nabucodonosor e a outros reis, como intérpretes, que eram, da nação. Na maioria desses escritos apela-se para os deuses como seres elevados que se preocupam com a justiça e a retidão dos homens, embora nem sempre fique delineada com nitidez a distinção entre a moralidade ritual e a genuína. Sustentou um historiador que esses hinos teriam sido usados pelos hebreus com poucas modificações, exceto quanto à substituição do nome do deus caldeu pelo de Iavé.

O rebaixamento dos seres humanos

Com os deuses promovidos a um plano tão alto, era talvez inevitável que os homens fossem rebaixados. Criaturas possuidoras de corpos mortais não podiam ser comparadas a seres transcendentes, impassíveis, que habitavam as estrelas e guiavam os destinos da terra. O homem era uma criatura rasteira, mergulhada na iniqüidade e na vileza, raramente merecedora de se aproximar dos deuses. A consciência do pecado, já presente nas religiões babilônica e assíria, atingiu nessa época um grau de intensidade quase patológica. Nos hinos, os seres humanos são comparados a prisioneiros, de pés e mãos amarrados, consumindo-se na escuridão. Seus pecados são "sete vezes sete". Sua miséria é aumentada pelo fato de sua natureza corrupta os arrastar ao pecado impremeditado. Nunca, até então, os homens haviam sido considerados tão irremediavelmente depravados, nem fora a religião sobrecarregada por tão triste concepção da vida.

A moralidade caldaica

Curiosamente, o pessimismo dos caldeus não parece ter afetado em muito a sua moral. Tanto quanto se sabe, não se entregavam aos rigores do ascetismo. Não mortificavam a carne, nem praticavam a abnegação. Aparentemente, tinham como certo que o homem não podia evitar o pecado, por mais que o tentasse. Mostravam-se tão presos aos interesses materiais da vida e à busca dos prazeres dos sentidos quanto os povos que os precederam. Referências ocasionais à reverência, à benevolência e à pureza do coração como virtudes, e à opressão, à calúnia e à ira como vícios, aparecem em seus hinos e preces, mas de mistura com concepções ritualistas de pureza ou impureza e com expressões do

desejo de satisfações físicas. Quando os caldeus oravam, nem sempre era para que os deuses os tornassem bons, mas, com maior freqüência, para que lhes concedessem longos anos, descendência numerosa e uma vida de prazeres.

Realizações dos caldeus na astronomia

Afora a religião, a cultura caldaica diferiu da dos sumerianos, babilônios e assírios principalmente no que diz respeito às realizações científicas. Os caldeus foram, sem dúvida, os mais capazes cientistas de toda a história mesopotâmica, embora suas realizações se limitassem sobretudo à astronomia. Criaram o mais perfeito sistema de registro cronológico até então imaginado, inventando a semana de sete dias e a divisão do dia em 12 horas duplas, de 120 minutos cada uma. Guardaram assentamentos minuciosos de suas observações dos eclipses e de outros fenômenos celestes durante mais de 350 anos, até muito depois da queda do império. A força motivadora da astronomia caldaica era a religião. O principal objetivo dos mapas celestes e da coleção de dados astronômicos era descobrir o futuro que os deuses tinham preparado para a raça humana. Sendo os próprios planetas deuses, podia-se adivinhar melhor esse futuro pelo movimento dos corpos celestes. Por essa razão, a astronomia era principalmente astrologia.

Outros aspectos da cultura caldaica

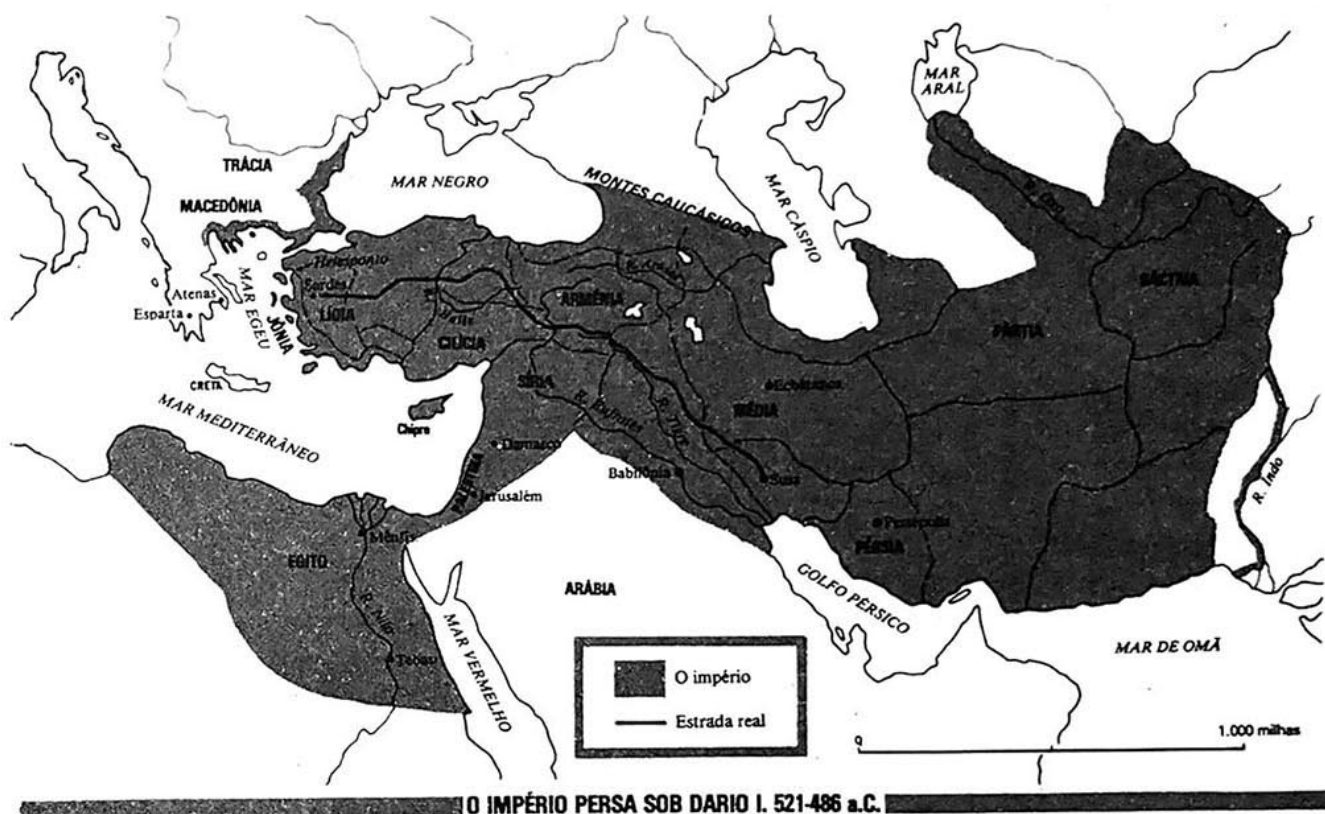
Outras ciências, que não a astronomia, continuaram atrasadas. A medicina mostrou pequeno adiantamento além do alcançado pelos assírios. A mesma coisa se diga quanto aos restantes aspectos da cultura caldaica. A arte distinguia-se apenas por sua maior magnificência. A literatura, dominada pelo gosto das antiguidades, revelava monótona falta de originalidade. Os escritos dos antigos babilônios foram extensamente copiados e reutilizados, mas ganharam pouca coisa de novo.

6. O IMPÉRIO PERSA E SUA HISTÓRIA

Os antecedentes dos persas

Relativamente pouca coisa se conhece a respeito dos persas antes do século VI a.C. Ao que parece, até essa época levaram uma existência obscura e pacífica na costa oriental do golfo Pérsico. Não eram semitas, mas falavam uma língua indo-européia, isto é, um idioma pertencente ao grupo que inclui o sânscrito (a língua da antiga Índia), o grego, o latim e a maioria das modernas línguas européias. Sua terra natal oferecia vantagens muito modestas. A leste era enclausurada por altas montanhas e sua costa não possuía portos. Os vales férteis do interior, no entanto, eram capazes de oferecer farta subsistência a uma população limitada. Exceto quanto ao desenvolvimento de uma religião complexa, esse povo pouco progredira culturalmente. Na aurora de sua história, não era uma nação independente, e sim vassalos dos medos, um povo aparentado com eles, que regia um grande império do norte, a leste do rio Tigre.

A ascensão de Ciro

Em 559 a.C., o príncipe Ciro tornou-se rei de uma tribo persa do sul. Aproximadamente cinco anos depois, fez-se governante de todos os persas, derrubou o domínio dos medos e começou a conquistar áreas vizinhas. Ficou na história como Ciro, o Grande, um dos mais sensacionais conquistadores de todos os tempos. Dentro do pequeno espaço de vinte anos, fundou um vasto império, maior do que qualquer outro que já existira.

O IMPÉRIO PERSA SOB DARIO I. 521-486 a.C.

As conquistas de Ciro

A primeira das conquistas de Ciro foi o reino da Lídia, que ocupava a metade ocidental da Ásia Menor e separava-se da terra dos medos pelo rio Hális, onde hoje fica o norte da Turquia. Percebendo as ambições dos persas, Creso, o riquíssimo rei da Lídia, determinou iniciar uma guerra preventiva para salvar sua nação da conquista. Segundo o historiador grego Heródoto, Creso consultou o oráculo de Delfos sobre a conveniência de um ataque imediato e ouviu a resposta de que se atravessasse o Hális e assumisse a ofensiva, destruiria uma grande nação. Assim o fez, mas a nação destruída foi a dele próprio. Suas forças foram completamente esmagadas e seu próspero reino anexado como uma província do estado persa. Sete anos depois, em 539 a.C., Ciro aproveitou-se de descontentamentos e conspirações no império caldeu para submeter a cidade da Babilônia. Sua vitória foi fácil, pois teve, dentro da própria cidade, a ajuda dos judeus e dos sacerdotes caldeus insatisfeitos com a política de seu rei. A conquista da capital caldéia tornou possível estender rapidamente o controle sobre todo o império e, desse modo, anexar o Crescente Fértil aos domínios de Ciro.

Os sucessores de Ciro

O grande conquistador morreu em 529 a.C., vítima de ferimentos recebidos numa guerra com tribos bárbaras. Logo depois uma série de perturbações ameaçou o estado que ele fundara. Como muitos construtores de impérios, tanto anteriores como posteriores, ele devotara demasiada energia à conquista e muito pouca ao desenvolvimento interno. Foi sucedido por seu filho Cambises II, que conquistou o Egito em 525 a.C. Durante a ausência do novo rei, uma revolta alastrou-se por todas suas possessões asiáticas. Caldeus e medos esforçavam-se por reaver sua independência. O principal ministro do reino, apoiado pelos sacerdotes, organizou um movimento para dar posse do trono a um pretendente que não passava de um títere dos conspiradores. Sabendo do que acontecia em sua terra, Cambises regressou do Egito com suas

tropas mais fiéis, mas foi assassinado na viagem. A mais séria das revoltas foi finalmente esmagada por Dario, um poderoso nobre que matou o pretendente e apossou-se do trono.

Dario, o Grande

Dario I, ou o Grande, como é muitas vezes chamado, governou o império de 521 a 486 a.C. Os primeiros anos de seu reinado foram ocupados na supressão de revoltas de povos subjugados e na melhoria da organização administrativa do estado. Completou a divisão do império em satrapias, ou províncias, e fixou o tributo anual devido por cada uma delas. Padronizou as moedas e o sistema de pesos e medidas. Reparou e completou um primitivo canal do Nilo até o mar Vermelho. Seguiu o exemplo de Ciro na tolerância e proteção das instituições dos povos subjugados. Não só restaurou templos antigos e fomentou os cultos locais, como determinou ao sátrapa do Egito que codificasse as leis egípcias, em consulta com os sacerdotes nativos. No entanto, em algumas de suas proezas militares Dario foi longe demais. A fim de reprimir as incursões dos citas, que viviam na margem européia do mar Negro, atravessou o Helesponto e conquistou grande parte da costa da Trácia. Além disso, aumentou a opressão sobre os gregos da costa da Ásia Menor, que tinham caído sob o domínio persa com a conquista da Lídia. Impôs-lhes tributos mais pesados e forçou-os a servir em seus exércitos. O resultado imediato foi a revolta das cidades gregas, com o apoio de Atenas. E quando Dario tentou punir os atenienses por sua participação na rebelião, descobriu que eles lhe ofereciam tenaz resistência.

Fim do império persa

Dario, o Grande morreu antes que a guerra contra Atenas e as cidades gregas a ela aliadas chegasse ao fim. A luta foi levada avante, com vigor, mas em vão, por seu sucessor, Xerxes I. Em 479 a.C., os persas tinham sido expulsos de toda a Grécia. Embora recuperassem temporariamente a posse das ilhas jônicas e continuassem a constituir uma força importante na Ásia, malogrou-se sua tentativa de estenderem o domínio à Europa. Os últimos 150 anos da existência do império foram marcados por freqüentes assassínios, revoltas de governadores provinciais e invasões bárbaras, até que finalmente, em 330 a.C., sua independência foi aniquilada pelos exércitos de Alexandre Magno.

Significado do império persa

Posto que o governo persa tivesse seus defeitos, foi decerto superior à maioria dos que já tinham existido no Oriente Próximo. Os reis persas não imitavam o terrorismo dos assírios. Impunham pesados tributos às nações conquistadas, mas de modo geral permitiam-lhes conservar seus próprios costumes, religiões e leis. Com efeito, pode-se dizer que o principal significado do império persa residiu no fato de ter resultado numa síntese de culturas do Oriente Próximo, inclusive as da própria Pérsia, da Mesopotâmia, da Ásia Menor, da costa sírio-palestina e do Egito.

Estradas persas

Os reis persas construíram excelentes estradas, a fim de manterem o império coeso. A mais famosa era a Estrada Real, de cerca de 2.500 quilômetros de extensão, que ligava Susa, perto do golfo Pérsico, a Sardes, perto da costa ocidental da Ásia Menor. Tão bem conservada era essa estrada que os mensageiros do rei, viajando dia e noite, podiam cobrir sua extensão total em menos de uma semana. Outras estradas ligavam as várias províncias a uma ou outra das quatro principais cidades persas: Susa, Persépolis, Babilônia e Ecbátana. Embora contribuindo, naturalmente, para o desenvolvimento do comércio, essas

estradas foram construídas com o objetivo principal de facilitar o controle sobre as partes remotas do império.

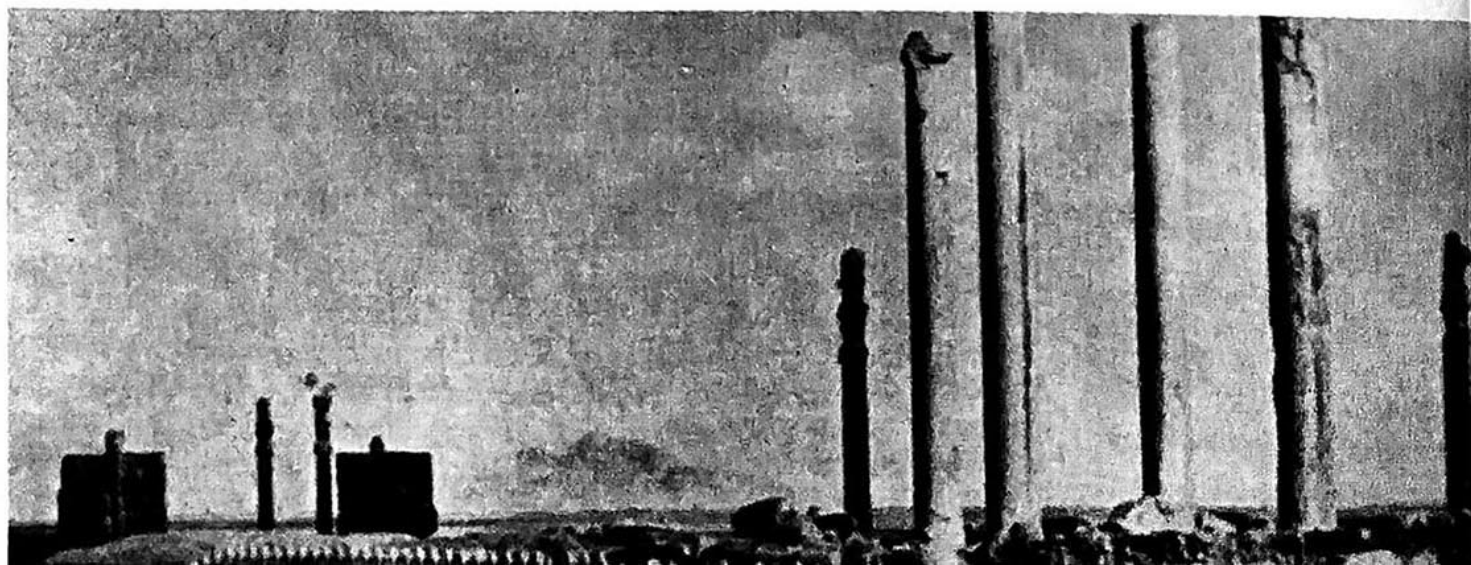
7. A CULTURA PERSA

A cultura persa, no sentido estrito das realizações intelectuais e artísticas, derivou em grande parte das civilizações anteriores. Grande parte dela proveio da Mesopotâmia, mas uma parte substancial veio do Egito, e também alguma coisa da Lídia e do norte da Palestina. Seu sistema de escrita era originalmente o cuneiforme, mas com o tempo inventaram um alfabeto de 39 letras, baseado no dos arameus, que comerciavam em suas fronteiras. Em ciência nada fizeram, exceto adotar, com ligeiras modificações, o calendário solar dos egípcios e favorecer as viagens de exploração, como fatores auxiliares do comércio. Há que lhes creditar, também, a difusão do conhecimento da cunhagem lídia em muitas partes da Ásia ocidental.

A cultura eclética da Pérsia

Foi a arquitetura dos persas que deu a mais positiva expressão do caráter eclético de sua cultura. Copiaram o estilo das plataformas elevadas e das construções em terraços tão comuns na Babilônia e na Assíria. Imitaram também os touros alados, os tijolos vidrados e brilhantemente coloridos e ainda outros motivos decorativos da arquitetura mesopotâmica. Entretanto, ao menos dois dos característicos principais da arquitetura mesopotâmica não foram usados, em absoluto, pelos persas: o arco e a abóbada. Em lugar deles, adotaram o pilar e a colunata do Egito. Elementos como a disposição interior e o uso do motivo da palmeira e do loto na base das colunas também acusam nítida influência egípcia. Por outro lado, as caneluras das colunas e as volutas ou ornatos em espiral embaixo dos capitéis não eram egípcios, mas sim gregos, tomados de empréstimo não diretamente à Grécia, mas às cidades jônicas da Ásia Menor. Se existiu algo de original na arquitetura persa, foi o fato de ela ser puramente secular. As grandes construções persas não eram templos, mas palácios. Serviam para glorificar não os deuses, mas o "Rei dos Reis". Os mais famosos foram as magníficas residências de Dario e de Xerxes, em Persépolis. O último deles, cons-

Caráter eclético da arquitetura persa

O grande palácio de Dario e Xerxes em Persépolis. A arquitetura persa utilizou colunas caneladas, provavelmente copiadas dos gregos, e relevos semelhantes aos dos assírios.

truído à feição do templo de Karnak, tinha um enorme salão central de audiências, com uma centena de colunas e rodeado de inúmeras salas que serviam de escritórios e de alojamento para os eunucos e as mulheres do harém real.

8. A RELIGIÃO ZOROÁSTRICA

Religião dos persas

A influência mais duradoura deixada pelos antigos persas foi, sem dúvida, a da sua religião. Sua doutrina religiosa tinha origem antiga. Já estava altamente desenvolvida ao iniciarem suas conquistas. Tão forte era a atração dessa doutrina e tão maduro estava o ambiente para aceitá-la, que ela se espalhou por quase toda a Ásia Ocidental. Revolucionou outras religiões, abalou crenças secularmente enraizadas.

A fundação do zoroastrismo

Embora se possam encontrar raízes dessa religião em época tão remota como o século XV a.C., seu verdadeiro fundador foi Zoroastro (corruptela grega do nome persa Zaratustra), que parece ter vivido pouco antes de 600 a.C. Do seu nome provém o de zoroastrismo. Zoroastro foi, provavelmente, o primeiro teólogo verdadeiro da história, a primeira pessoa conhecida a imaginar um sistema de fé religiosa completamente desenvolvido. Ao que parece, ele concebia como sendo sua missão a de purificar os costumes tradicionais de seu povo – erradicar o politeísmo, o sacrifício de animais e a magia – e elevar o culto a um plano mais espiritual e ético. Mas a despeito de seus esforços reformuladores, muitas das antigas superstições sobreviveram e fundiram-se gradualmente com os novos ideais.

Características do zoroastrismo: (1) dualismo

O zoroastrismo tinha um caráter *sui-generis* entre as religiões do mundo até então. Era dualístico, e não monístico como as religiões suméria e babilônica, nas quais o mesmo deus era capaz tanto do bem como do mal; entretanto, não chegou tão longe na direção do monoteísmo como a religião dos hebreus. Segundo Zoroastro, dois princípios espirituais regiam o universo: um, Ahura-Mazda, infinitamente bom e incapaz de qualquer perversidade, personificava os princípios da luz, da verdade e da retidão; o outro, Ahriman, traiçoeiro e maligno, presidia as forças das sombras e do mal. Os dois empenhavam-se em desesperada luta pela supremacia. Posto que mais ou menos equivalentes em poder, o deus da luz por fim triunfaria e o mundo seria salvo das forças das trevas. No último grande dia, Ahura-Mazda derrotaria Ahriman e o precipitaria no abismo. Os mortos erguer-se-iam das tumbas para serem julgados conforme os seus merecimentos. Os justos entrariam no gozo imediato da bem-aventurança, enquanto os maus seriam sentenciados às chamas do inferno. Finalmente, entretanto, todos se salvariam, pois o inferno persa, ao contrário do cristão, não durava para sempre.

(2) uma religião ética

O zoroastrismo era decididamente uma religião ética. Apesar de conter sugestões de predestinação, de que alguns foram eleitos desde toda eternidade para serem salvos, em essência ela repousava no pressuposto de que os homens possuíam livre-arbítrio, que eram livres para pecar ou não pecar e que seriam recompensados ou punidos na vida futura, de acordo com sua conduta na terra. Ahura-Mazda recomendava que os homens fossem verazes, se amassem e se auxiliassem do melhor modo possível, que fossem amigos dos pobres e que praticassem a hospitalidade. A essência dessas virtudes mais amplas achava-se talvez

expressa em outro dos decretos do deus: "Todo aquele que der de comer a um crente (. . .) irá para o Paraíso." As formas de conduta proibidas eram suficientemente numerosas e variadas para cobrir a lista completa dos Sete Pecados Mortais do cristianismo medieval e muitos mais. Orgulho, gula, indolência, cobiça, ira, luxúria, adultério, aborto, calúnia e dissipação encontravam-se entre os mais típicos. Cobrar juros sobre empréstimos a alguém da mesma religião era apontado como "o pior dos pecados" e o acúmulo de riquezas era severamente reprovado. As restrições a que os homens tinham de obedecer incluíam também uma espécie de preceito áureo negativo: "Só é bom aquele que não faz a outro o que não for bom para si mesmo".

9. A HERANÇA MÍSTICA E A EXTRATERRENA DA PÉRSIA

A religião dos persas, tal como ensinada por Zoroastro, não permaneceu em seu estado original. Foi corrompida, antes de tudo, pela persistência de superstições, pela magia e pela ambição do clero. Quanto mais a religião se disseminava, tanto mais se enxertavam nela essas relíquias do barbarismo. Com o passar dos anos, a influência de crenças de outras terras, principalmente as dos caldeus, determinou novas modificações. O resultado final foi o desenvolvimento de uma poderosa síntese na qual o dualismo dos persas se combinou com o pessimismo e o fatalismo dos caldeus.

Mitraísmo

Dessa síntese emergiu, aos poucos, uma profusão de cultos, semelhantes em seus dogmas básicos, mas que lhes concediam valores diferentes. O mais antigo desses cultos era o mitraísmo, nome que se deriva de Mitra, o principal lugar-tenente de Ahura-Mazda na luta contra as forças do mal. Mitra, a princípio apenas uma divindade menor na religião zoroástrica, foi por fim reconhecido por muitos persas como o deus mais merecedor de adoração. A razão dessa mudança foi, provavelmente, a auréola emocional que cercava a sua vida. Acreditava-se que houvesse vivido uma existência terrena, cercada de grandes sofrimentos e sacrifícios. Fazia milagres, dando pão e vinho aos homens e pondo fim a uma seca e também a uma inundação desastrosa. Finalmente, criou a maior parte do ritual do zoroastrismo, proclamando o domingo como o dia mais sagrado da semana e o dia 25 de dezembro como o mais sagrado do ano. Como o sol fosse o propiciador da luz e o fiel aliado de Mitra, era natural que seu dia (o domingo) fosse o mais sagrado. O dia 25 de dezembro possuía, também, significado solar: sendo a data aproximada do solstício de inverno, marcava a volta do sol de sua longa viagem ao sul do equador. Era, em certo sentido, o "aniversário" do sol, uma vez que assinalava a renovação de suas forças vivificadoras para benefício do homem.

Expansão e influência do mitraísmo

Não se sabe exatamente quando a adoração de Mitra se transformou num culto definido, mas sem dúvida não foi depois do século IV a.C. A partir de então, sua propagação deu-se rapidamente. No último século a.C. foi introduzido em Roma, embora tivesse pequena importância na própria Itália até depois de 100 d.C. Fazia prosélitos principalmente nas classes mais baixas – soldados, estrangeiros e escravos. Por fim, atingiu a situação de uma das mais populares religiões do império, tornando-se

o principal concorrente do cristianismo e do próprio velho paganismo romano. Depois de 275, no entanto, sua força decaiu depressa. É impossível avaliar a influência que esse extraordinário culto exerceu. Não é difícil perceber sua semelhança superficial com o cristianismo, mas certamente isso não quer dizer que os dois fossem idênticos ou que um fosse derivação do outro. Não obstante, é provável que o cristianismo, o mais jovem dos dois rivais, tenha tomado de empréstimo um bom número dos aspectos externos do mitraísmo, conservando, ao mesmo tempo, virtualmente intacta a sua filosofia essencial.

Maniqueísmo

Um dos principais sucessores do mitraísmo na transmissão da herança persa foi o maniqueísmo, fundado por Mani, um sacerdote de origem ilustre de Ecbátana, aproximadamente em 250 d.C. Como Zoroastro, Mani achava que sua missão na terra era reformar a religião dominante, mas obteve pequena simpatia em seu próprio país e teve de se contentar com aventuras missionárias na Índia e no oeste da China. Mais ou menos em 276 d.C. foi condenado e executado por seus rivais persas. Depois da morte de Mani, seus ensinamentos foram levados por discípulos praticamente a todos os países da Ásia Ocidental e, por fim, à Itália, mais ou menos em 330 d.C.

O dualismo rigoroso dos maniqueístas

De todos os ensinamentos do zoroastrismo, o que causara a mais profunda impressão na mente de Mani fora o dualismo. Mas Mani deu a essa doutrina uma interpretação mais larga do que tivera na religião precedente. Concebeu não simplesmente duas divindades empenhadas numa luta inexorável pela supremacia, mas todo um universo dividido em dois reinos, sendo um a antítese do outro. O primeiro era o reino do espírito, dominado por um Deus eternamente bom. O segundo era o reino da matéria, sob o domínio de Satã. Somente as substâncias "espirituais", como o fogo, a luz e as almas dos homens eram criadas por Deus. Em Satã tinham origem a escuridão, o pecado, o desejo e todas as coisas corporais e materiais.

As implicações morais do dualismo

As implicações morais desse rigoroso dualismo ficam facilmente aparentes. Uma vez que tudo quanto se relacionasse com a sensualidade e o desejo era obra de Satã, o homem devia esforçar-se por se libertar o mais completamente possível das necessidades físicas. Devia refrear todos os prazeres dos sentidos, abster-se de comer carne, de beber vinho e de satisfazer o desejo carnal. Até o casamento era proibido, pois levaria à geração de novos corpos físicos para povoar o reino de Satã. Além disso, o homem devia dominar a carne por meio de jejuns prolongados e penitências corporais. Reconhecendo que essa norma de austeridade seria muito dura para os mortais comuns, Mani dividiu a raça humana em "perfeitos" e "ouvintes". Somente os primeiros eram obrigados a submeter-se à norma completa como um ideal que todos deviam almejar. A fim de ajudar a humanidade na luta contra o poder das trevas, Deus enviava, de tempos em tempos, profetas e redentores, a fim de confortá-la e inspirá-la. Noé, Abraão, Zoroastro, Jesus e Paulo eram enumerados entre esses enviados divinos, mas o último e maior de todos era Mani. Como Mani intitulava-se "o apóstolo de Jesus Cristo", muitos maniqueístas no Ocidente, entre eles o grande Santo Agostinho durante a fase inicial de sua carreira, consideravam-se como cristãos radicais. A crença teve muitos seguidores no império romano por volta de 400, mas foi-se esvaindo a partir de então, em conseqüência de perseguições.

O terceiro culto mais importante a desenvolver-se como legado da religião persa foi o gnosticismo (do grego *gnosis*, que significa conhecimento). Não teve um único fundador, mas evoluiu a partir de idéias religiosas gregas e persas. Formou-se completamente pelas alturas do primeiro século d.C. e atingiu o auge da popularidade na segunda metade do século II. Ainda que granjeasse alguns seguidores na Itália, sua influência se limitou sobretudo ao Oriente Próximo.

Gnosticismo

A característica que distinguia mais nitidamente esse culto dos demais era o misticismo. Os gnósticos negavam que as verdades da religião pudessem ser descobertas pela razão ou que pudessem até tornar-se inteligíveis. Consideravam-se os detentores exclusivos de uma secreta sabedoria espiritual que lhes fora revelada diretamente por Deus. Tal sabedoria era o único elemento importante como guia da fé e da conduta.

Foi enorme a influência conjunta desses vários tipos de religiões de origem persa. Muitos deles foram lançados numa época de condições sociais e políticas particularmente favoráveis à sua expansão. O fim do império de Alexandre, mais ou menos em 300 a.C., inaugurou na história do mundo antigo um período singular. Foram derrubadas as barreiras internacionais, houve uma extensa migração e caldeamento de povos, e o colapso da antiga ordem social despertou profunda desilusão e um vago anseio de salvação individual. A atenção dos homens se centralizou, como nunca antes, nas compensações da vida futura. Em tal terreno, as religiões do tipo descrito estavam destinadas a medrar como erva nova. Sendo sobrenaturais e místicas, ofereciam o que os homens buscavam – a fuga de um mundo de ansiedade e confusão.

Influência conjunta das várias ramificações do zoroastrismo

A herança deixada pelos persas, ainda que não tenha sido exclusivamente religiosa, continha poucos elementos de natureza secular. A forma de governo característica desse povo foi adotada pelos monarcas romanos de época avançada, não no seu aspecto puramente político, mas no seu caráter de despotismo de direito divino. Quando imperadores como Diocleciano e Constantino I invocavam a autoridade divina como base do seu absolutismo e exigiam que os súditos se prostrassem em sua presença, estavam, na realidade, seguindo exemplos estabelecidos pelos persas. Ao mesmo tempo, os romanos impressionaram-se com a idéia persa de um império mundial. Dario e seus sucessores imaginavam-se como os governantes de todo o mundo civilizado, com a missão de reduzi-lo à unidade e, iluminados por Ahura-Mazda, dominá-lo com justiça. Por esse motivo, de modo geral empreendiam suas guerras com um mínimo de selvageria e tratavam os povos conquistados humanitariamente. Tinham como ideal uma espécie de protótipo da *pax romana*. São também discerníveis traços da influência persa em certos filósofos helênicos, mas ainda aqui essa influência foi essencialmente religiosa, pois se limitou quase inteiramente a teorias espirituais e místicas.

A herança persa

Capítulo 4

A CIVILIZAÇÃO HEBRAICA

Eu sou Iavé teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão.
Não terás outros deuses além de mim.
Não farás para ti nenhuma imagem esculpida, representando algo que esteja no alto do céu, ou cá embaixo sobre a terra, ou nas águas que estão sob a terra. (. . .)
Não pronunciarás o nome de Iavé teu Deus em vão.

– Deuteronômio 5, 6-11*

Importância da civilização hebraica

De todos os povos do antigo Oriente Próximo, nenhum teve maior importância para o mundo moderno do que os hebreus. Foram eles, naturalmente, que nos deram grande parte do substrato da religião cristã – os Dez Mandamentos, as histórias da criação e do dilúvio, o conceito de um Deus único e transcendente como legislador e juiz, e mais de dois terços da Bíblia. As concepções hebraicas da moral e da teoria política influenciaram também profundamente as nações modernas. Por esses motivos, tendemos hoje a considerar a realização dos hebreus como singular, e há muita verdade nessa suposição. No entanto, ainda que a cultura hebraica viesse a diferir substancialmente daquela de regiões vizinhas, como o Egito e a Mesopotâmia, cabe lembrar que os hebreus não desenvolveram sua cultura num vácuo. Tanto quanto qualquer outro povo, não lograram fugir à influência de nações vizinhas.

1. ORIGEM DOS HEBREUS E SUAS RELAÇÕES COM OUTROS POVOS

Migrações dos hebreus

A origem dos hebreus ainda constitui um problema confuso. Certamente eles não possuíam quaisquer características físicas capazes de distingui-los nitidamente dos povos vizinhos, e sua língua pertencia à família semítica do Oriente Próximo. A maioria dos historiadores admite que o berço primitivo dos hebreus tenha sido o deserto da Arábia. A primeira vez que os fundadores da nação de Israel aparecem na história é, contudo, no noroeste da Mesopotâmia. Já em 1800 a.C., aparentemente, um grupo de hebreus sob a chefia de Abraão se estabelecera ali.

* As citações bíblicas são de *A Bíblia de Jerusalém*, São Paulo, Edições Paulinas, 1981. (N. do T.)

Mais tarde o neto de Abraão, Jacó, conduziu uma migração para o oeste e iniciou a ocupação da Palestina. Foi de Jacó, subseqüentemente chamado Israel, que os israelitas derivaram seu nome. Em época incerta, mas posterior a 1600 a.C., algumas tribos israelitas, em companhia de outros hebreus, desceram ao Egito para escapar às conseqüências da fome. Segundo parece, instalaram-se nas vizinhanças do delta do Nilo e foram escravizados pelo governo do faraó. Por volta de 1300-1250 a.C., seus descendentes encontraram um novo líder no indômito Moisés, que os libertou da servidão, conduziu-os à península do Sinai e persuadiu-os a se tornarem adoradores de Iavé, um deus cujo nome foi muito mais tarde grafado erroneamente como Jeová. Até então Iavé tinha sido a divindade dos povos pastores hebreus que habitavam a área geral do Sinai. Utilizando como núcleo o culto iaveísta, Moisés uniu as várias tribos de seus seguidores numa confederação. Foi essa confederação que desempenhou o papel dominante na conquista da Palestina ou terra de Canaã.

A Terra Prometida

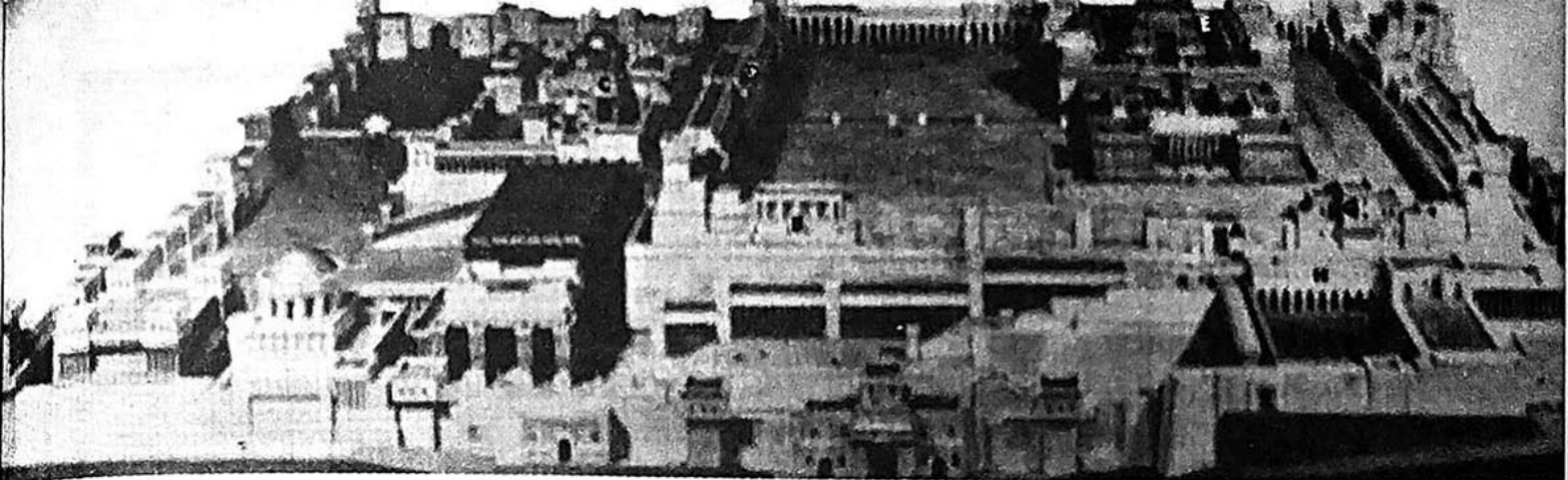
Com suas chuvas escassas e a sua topografia acidentada, a Palestina era um lugar ermo e inóspito. Comparada, porém, com os desertos da Arábia, representava um verdadeiro paraíso e não surpreende que os condutores do povo de Israel a tenham descrito como uma "terra que mana leite e mel". Grande parte dela já estava ocupada pelos cananeus, outro povo de língua semita, que ali morava havia séculos. Graças ao contato com babilônios, hititas e egípcios, haviam desenvolvido uma cultura que nada tinha de primitiva. Praticavam a agricultura e o comércio. Conheciam a arte de escrever e tinham adaptado as leis do código de Hamurabi às necessidades de sua existência mais simples. Sua religião, que também se derivava em grande parte da Babilônia, era cruel e sensual, incluindo sacrifícios humanos e a prostituição no templo.

Esforços para conquistar a Terra Prometida

A ocupação da terra de Canaã pelos hebreus foi um processo lento e difícil. Poucas vezes as tribos se uniam num ataque combinado e, mesmo quando o faziam, as cidades inimigas estavam muito bem fortificadas e resistiam à captura. Depois de várias gerações se empenharem em lutas esporádicas, os hebreus haviam conseguido tomar unicamente as colinas de pedra calcária e alguns dos vales menos férteis. Nos intervalos das guerras, misturavam-se livremente com os cananeus e adotaram não pequena parcela de sua cultura. Antes de terem oportunidade de completar a conquista, viram-se confrontados com um inimigo novo e mais terrível, os filisteus, que haviam chegado à Palestina procedentes da Ásia Menor e das ilhas do mar Egeu. Mais fortes que os hebreus e os cananeus, sobretudo porque usavam armas de ferro enquanto as dos seus oponentes eram de bronze, os novos invasores ocuparam rapidamente a região e obrigaram os hebreus a entregar grande parte do território que já haviam ganho. É dos filisteus que a Palestina deriva o seu nome.

2. A CRÔNICA DAS ESPERANÇAS E FRUSTRAÇÕES POLÍTICAS

Fundação da monarquia hebraica

A crise produzida pelas conquistas dos filisteus não desencorajou os hebreus, mas, ao contrário, concorreu para uni-los e intensificar seu ardor guerreiro. Além disso, levou-os diretamente à fundação da monarquia hebraica, mais ou menos em 1025 a.C. Até então a nação fora

Miniatura do Templo de Salomão. Os detalhes significativos são: A, entradas reais; B, tesouraria; C, palácio real; D, entrada para o povo; E, muro (das lamentações) a oeste; F, aposentos dos sacerdotes; G, residência da corte; H, pórtico de Salomão.

governada por "juízes", que possuíam pouco mais do que a autoridade de chefes religiosos sobre doze tribos hebréias independentes. Mas a partir daí, sentindo uma necessidade mais premente de organização e disciplina, o povo começou a pedir um rei para governá-lo e conduzi-lo em suas batalhas. O primeiro homem escolhido para preencher essa função foi Saul, da tribo de Benjamim, que de início teve considerável êxito.

O reinado do rei Saul

Por fim, porém, o reinado do rei Saul não foi feliz, tanto para a nação como para o próprio governante. Quanto às causas disso, o Velho Testamento dá apenas vagas indicações. Saul incorreu, evidentemente, no desagrado de Samuel, o último dos grandes juízes, que esperava conservar o poder mantendo-se nos bastidores. Não tardou a surgir em cena o ambicioso Davi, que, com o incentivo de Samuel, executou habilidosas manobras para solapar o apoio popular ao rei. Lançando suas próprias campanhas militares, Davi conseguiu sangrentos triunfos, um após o outro. Em contraste, os exércitos de Saul experimentaram reveses desastrosos. Finalmente o próprio rei, tendo recebido grave ferimento, pediu ao escudeiro que o matasse. Não aquiescendo este, Saul matou-se com a própria espada.

O poderoso Davi

Davi então tornou-se rei e governou por quarenta anos. Seu reinado foi um dos mais gloriosos períodos da história hebraica. Bateu em toda a linha os filisteus e reduziu o território destes a uma estreita faixa de costa no sul. Uniu as doze tribos num estado único, sob um monarca absoluto, e começou a construção de uma magnífica capital em Jerusalém. Mas o governo forte, a glória militar e o esplendor material não deixavam de ter seus percalços para o povo. Suas conseqüências inevitáveis eram a tributação pesada e a conscrição. Em resultado disso, antes mesmo da morte de Davi, ouviam-se em certas partes do reino francos murmúrios de descontentamento.

Salomão aspira à magnificência oriental

Davi teve como sucessor seu filho Salomão, o último dos reis da monarquia unificada. Como conseqüência das aspirações nacionalistas de tempos posteriores, Salomão tem sido descrito pela tradição hebraica como um dos mais sábios e esclarecidos governantes de toda a história. Os fatos de sua vida oferecem pouca base para tal crença. Quase tudo que se pode dizer em seu favor é que foi um diplomata astuto e um ativo protetor do comércio. Em grande parte sua política era opressora, ainda que não deliberadamente, por certo. Ambicionando copiar o luxo e a magnificência de outros déspotas orientais, estabeleceu um harém de

PALESTINA APÓS A MORTE DO REI SALOMÃO

700 esposas e 300 concubinas e completou a construção de suntuosos palácios, estábulos para 4.000 cavalos e um dispendioso templo em Jerusalém. Sendo a Palestina pobre de recursos, grande parte do material para os projetos de construção tinha de ser importado. Ouro, prata, bronze e cedro eram comprados em tais quantidades que as rendas provenientes da taxação e dos impostos arrecadados do comércio não bastavam para pagá-los. A fim de compensar o déficit, Salomão cedeu vinte cidades e recorreu ao sistema de trabalho obrigatório. A cada três meses, 30.000 hebreus eram recrutados e mandados à Fenícia para trabalhar as florestas e minas de Hirão I, rei de Tiro, de quem tinham sido comprados os mais caros materiais.

As extravagâncias e a opressão de Salomão produziram intenso descontentamento entre seus súditos. Sua morte, em 922 a.C., foi o

sinal para a revolta aberta. As dez tribos do norte recusaram-se a se submeter a seu filho Reoboão, separaram-se e fundaram um reino à parte. Diferenças regionais desempenharam também seu papel no esfacelamento da nação. Os hebreus do norte eram mundanos e acostumados à vida urbana. Tiravam proveito de sua localização junto às encruzilhadas do comércio do Oriente Próximo. Embora esse fator lhes aumentasse a prosperidade, fazia também com que se impregnassem de influências estrangeiras. Ao contrário, as duas tribos do sul compunham-se na maioria de pastores e lavradores, leais à religião de seus pais e odiando os hábitos estrangeiros. Talvez bastassem tais diferenças para oportunamente dividir a nação.

O Cisma

As dez tribos do norte vieram a ser conhecidas como o Reino de Israel, com capital em Samaria, enquanto as tribos sulistas formavam o Reino de Judá, que continuou a ter como capital Jerusalém. Durante mais de dois séculos os dois pequenos estados mantiveram existências separadas, mas em 722 a.C. o reino de Israel foi conquistado pelos assírios. Seus habitantes foram dispersados através do vasto império dos conquistadores, acabando por se absorverem na população circundante, muito mais numerosa. Desde então têm sido chamadas as Dez Tribos Perdidas de Israel. O reino de Judá conseguiu sobreviver por mais de cem anos, desafiando com sucesso a ameaça assíria. Mas em 586 a.C. foi destruído pelos assírios, sob Nabucodonosor. Jerusalém foi saqueada e incendiada, sendo seus principais cidadãos levados cativos para a Babilônia. Quando Ciro, rei da Pérsia, conquistou os caldeus, libertou os judeus e permitiu que regressassem à sua terra natal. Poucos desejaram retornar e um considerável espaço de tempo se escoou antes que fosse possível reconstruir o templo. De 539 a 332 a.C., a Palestina foi estado vassalo da Pérsia. Em 332 a.C., foi conquistada por Alexandre Magno e, após a sua morte, a região ficou sob o governo do Egito. Em 63 a.C. tornou-se protetorado romano. Sua história política como comunidade judaica acabou em 70 d.C., depois de uma revolta desesperada que os romanos puniram destruindo Jerusalém e anexando o país como província. Seus habitantes aos poucos se dispersaram pelas outras partes do Império Romano.

A destruição de Jerusalém e a anexação do país pelos romanos foram os principais fatores da chamada Diáspora ou dispersão dos judeus da Palestina. Mesmo antes disso, grande número deles haviam fugido para várias partes do mundo greco-romano, dadas as dificuldades em sua terra natal. No novo ambiente sucumbiram rapidamente às influências estrangeiras, fato que teve enorme importância no processo de fusão entre idéias gregas e orientais. Deve-se principalmente a um judeu helenizado, São Paulo, o remodelamento do cristianismo de acordo com as doutrinas filosóficas gregas.

A Diáspora

3. A EVOLUÇÃO DA RELIGIÃO HEBRAICA

Poucos povos na história passaram por uma evolução religiosa comparável à dos hebreus. Seu ciclo de desenvolvimento abrange todo o caminho que vai das mais grosseiras superstições até as concepções espirituais e éticas mais sublimes. Em parte isso pode ser explicado pela posição geográfica especial ocupada pelo povo hebreu. Localizados

Razões da variada evolução da religião hebraica

como estavam, depois da conquista de Canaã, no caminho de ligação entre o Egito e as maiores civilizações da Ásia, viram-se fadados a sofrer uma extraordinária variedade de influências.

É possível distinguir, na religião hebraica, pelo menos quatro períodos diferentes. O primeiro pode ser chamado período pré-mosaico, indo desde as mais primitivas origens do povo até aproximadamente 1250 a.C. Essa fase caracterizou-se, a princípio, pelo animismo – a adoração de espíritos que residiam em árvores, montanhas, poços e fontes sagradas, ou mesmo em pedras de forma especial. Eram praticadas também, nesse tempo, diversas formas de magia: necromancia, magia imitativa, sacrifícios de bodes expiatórios, etc. Numerosos vestígios dessas crenças e práticas remotas estão preservadas no Velho Testamento.

O período pré-mosaico

Gradualmente o animismo cedeu lugar a deuses antropomórficos. Não se pode determinar como ocorreu essa transição. Talvez se relacionasse ao fato de a sociedade hebraica ter-se tornado patriarcal, isto é, o pai exercia autoridade absoluta sobre a família, e a descendência era patrilinear. Talvez se julgasse que os deuses ocupassem posição semelhante no clã ou tribo. Ao que parece, poucas das novas divindades já haviam recebido nomes; em geral cada uma delas era designada simplesmente pelo nome genérico de "El", isto é, "deus". Eram deuses tutelares de lugares especiais e, possivelmente, de tribos distintas. Não se conhecia nesse tempo a adoração de Iavé em amplitude nacional.

Deuses antropomórficos

O segundo período, que se estendeu do século XIII ao IX a.C., é chamado freqüentemente de período de monolatria nacional. O termo pode ser definido como a adoração exclusiva de um único deus, sem, no entanto, negar a existência de outros deuses. Devido principalmente a influência de Moisés, os hebreus adotaram então, como divindade nacional, um deus cujo nome parece ter sido escrito "Yhwh". Ninguém sabe como se pronunciava essa palavra, mas os especialistas em geral concordam que era proferida como se estivesse escrito "Iavé". O significado é também um mistério. Perguntando Moisés a Iavé o que deveria dizer ao povo quando este quisesse saber qual deus o tinha enviado, Iavé respondeu: "EU SOU O QUE SOU. Disse mais: assim dirás aos filhos de Israel: EU SOU me enviou até vós" (Êxodo 3, 13-14).

O período de monolatria nacional

No tempo de Moisés e por dois ou três séculos depois, Iavé foi uma divindade bastante singular. Era concebido quase exclusivamente em termos antropomórficos. Possuía um corpo físico, além das qualidades emocionais dos homens. Era por vezes caprichoso e um tanto irascível – tão capaz de julgamentos maus e raivosos quanto de bons. Suas decisões eram freqüentemente arbitrárias, e ele punia os homens que pecassem sem intenção com a mesma presteza com que punia aqueles cuja culpa fosse real. Por exemplo, matou Uzza somente porque o pobre homem colocou a mão na Arca da Aliança, para sustê-la, enquanto era transportada para Jerusalém. (Crônicas I 13, 9-10). A onipotência dificilmente seria um atributo a que Iavé pudesse pretender, pois seu poder se limitava ao território ocupado pelos próprios hebreus. Não obstante, algumas das mais importantes contribuições hebraicas ao subseqüente pensamento ocidental foram formuladas pela primeira vez nesse período. Foi nesse estágio que os hebreus passaram a acreditar que Deus não fazia parte da natureza, mas colocava-se inteiramente fora dela, e que os seres humanos, conquanto integrassem a natureza, toma-

Características de Iavé

vam-se os dominadores desta por dispensação divina. Essa teologia "transcendente" significou que Deus pôde ser gradualmente compreendido em termos puramente intelectuais ou abstratos, e que a humanidade pôde ser vista como possuidora de potencial para alterar a natureza como lhe aprouvesse.

A supremacia da lei e do ritual

A religião desse período não era nem essencialmente ética nem profundamente espiritual. Iavé era venerado como legislador supremo e mantenedor inflexível da ordem moral do universo. De acordo com a narração bíblica, ele ditou os Dez Mandamentos a Moisés no cume do monte Sinai. Não obstante, os biblicistas versados no Velho Testamento em geral não aceitam essa tradição. Admitem que um Decálogo primitivo tenha existido nos tempos de Moisés, mas duvidam que os Dez Mandamentos, na forma em que estão conservados no livro do Êxodo, datem de época anterior ao século VII a.C. De qualquer forma, é evidente que o Deus de Moisés se interessava quase tanto pelos sacrifícios e pela observância dos ritos como pela boa conduta e pela pureza de coração. Além disso, a religião não se preocupava fundamentalmente com assuntos espirituais. Nada oferecia além de recompensas materiais nesta vida, e nenhuma na vida futura. Finalmente, a monolatria estava misturada com certos elementos de fetichismo, magia e mesmo superstições grosseiras que haviam ficado de tempos mais primitivos ou que foram sendo adquiridas paulatinamente dos povos vizinhos. Variavam tais elementos desde a adoração da serpente até os sacrifícios sangrentos e orgias de fertilidade.

O período da revolução profética

O trabalho realmente importante de reforma religiosa foi realizado pelos grandes profetas: Amós, Oséias, Isaías[1] e Miquéias. E suas inovações representaram o terceiro estágio no desenvolvimento da religião hebraica, o período da revolução profética, que ocorreu nos séculos VIII e VII a.C. Os grandes profetas eram homens de visão mais larga do que seus predecessores. Três doutrinas básicas formavam a substância de seus ensinamentos: (1) monoteísmo rudimentar – Iavé é o senhor do universo; Ele chega a utilizar outras nações que não os hebreus para cumprir Seus desígnios; os deuses de outros povos são falsos e não deveriam ser cultuados sob pretexto algum; (2) Iavé é exclusivamente um deus de retidão; Ele não é realmente onipotente, mas Sua força é limitada pela justiça e pela bondade; o mal deste mundo vem dos homens e não de Deus; (3) os fins da religião são principalmente éticos; Iavé não faz nenhuma questão de ritos e sacrifícios, mas sim de que os homens "aspirem à justiça, ajudem os oprimidos, façam justiça aos órfãos e defendam as viúvas". Ou, como Miquéias se expressou: "Foi-te anunciado, ó homem, o que é bom, e o que Iavé exige de ti: nada mais do que praticar o direito, gostar do amor e caminhar humildemente com o teu Deus!" (Miquéias 6, 8).

Nessas doutrinas estava contido um repúdio categórico de quase tudo o que a religião mais antiga representara. Ao que parece, entretanto, tal não era a intenção dos profetas. Concebiam que era sua missão devolver a religião à sua antiga pureza. As grosserias nela encerra-

[1] A maioria das autoridades bíblicas consideram o Livro de Isaías como sendo obra de três autores. Atribuem a primeira parte a Isaías, a segunda (do capítulo 40 ao 55) ao "Dêutero-Isaías", ou segundo Isaías, e a final a alguém que escreveu após o retorno a Jerusalém. O segundo Isaías foi mais enfático que o primeiro em negar a existência dos deuses de outros povos.

Contrastes com a religião mais antiga; aspectos políticos e sociais

das eram por eles vistas como corrupções estrangeiras. Contudo, como acontece freqüentemente com esses tipos de líderes, realizaram algo mais profundo do que pretendiam. Na prática, suas realizações foram tão além dos objetivos originais que equivaleram a uma revolução religiosa. Em grande medida, essa revolução teve também seus aspectos sociais e políticos. A riqueza se concentrara nas mãos de uns poucos. Milhares de pequenos lavradores tinham perdido sua liberdade e passado à sujeição de ricos proprietários. A darmos crédito ao testemunho de Amós, o suborno era tão corrente nos tribunais de justiça que num processo de execução de dívida, somente por dar ao juiz um par de sandálias o querelante receberia, em ganho de causa, o acusado como escravo (Amós 2:6). Sobre tudo isso pairava a ameaça de dominação assíria. A fim de capacitar a nação a enfrentar essa ameaça, acreditavam os profetas que os abusos sociais deveriam ser erradicados e o povo unido sob uma religião expurgada de corrupções alienígenas.

A religião não era ainda extraterrena ou mística

Os resultados dessa revolução não devem ser mal interpretados. Ela destruiu algumas das formas mais flagrantes de opressão e extirpou em grande parte os barbarismos que se haviam insinuado na religião, vindo de fontes estrangeiras. Mas a fé hebraica ainda não era uma religião que apresentasse clara semelhança com o judaísmo ortodoxo moderno. Continha pouco caráter espiritual. Em lugar de cogitar da vida do além, era orientada para esta vida. Seus fins eram sociais e éticos – promover uma sociedade justa e harmônica e reprimir a desumanidade para com o homem – e não conferir salvação individual depois da morte. Ainda não existia a crença no céu ou no inferno, ou em Satã como poderoso opositor de Deus. As sombras dos mortos desciam ao Xeol, onde demoravam algum tempo no pó e na obscuridade, e depois desapareciam.

O período posterior ao exílio

O último período significativo da evolução religiosa hebraica foi o estágio pós-exílio, ou de influência persa. Pode-se dizer que se estendeu de 539 a cerca de 300 a.C. Talvez já se tenha dito o bastante para indicar o caráter da influência persa. Lembremos que, segundo o capítulo anterior, o zoroastrismo era uma religião dualística, messiânica, extraterrena e esotérica. No período que se seguiu ao exílio na Babilônia, essas idéias ganharam ampla aceitação entre os judeus. Adotaram eles a crença em Satã como o Grande Inimigo e o autor do mal. Desenvolveram uma escatologia (conjunto de doutrinas referentes aos fins dos tempos) que incluía certas concepções como a vinda de um redentor espiritual, a da ressurreição dos mortos e a do Juízo Final. Voltaram sua atenção para a salvação num mundo extraterreno, como sendo mais importante que o gozo desta vida. Finalmente, adotaram a concepção de uma religião revelada, ou seja, consideravam os livros de sua Bíblia como tendo sido inspirados diretamente pelo próprio Deus.

4. CULTURA HEBRAICA

Limitações da contribuição hebraica

Em certos sentidos, o gênio hebraico era inferior ao de alguns de outras grandes nações da antiguidade. Em primeiro lugar, não revelava nenhum talento para a ciência. Nenhuma descoberta importante, em qualquer ramo científico, pôde ser ligada aos antigos hebreus. Tampouco tinham particular aptidão para apropriar-se dos conhecimentos alheios. Não conseguiam construir uma ponte ou um túnel, a não ser do tipo mais

primitivo. Não se sabe se isso era devido à falta de interesse por tais construções ou à absorção nos assuntos religiosos demasiado profunda. Em segundo lugar, parece terem sido quase completamente destituídos de habilidade artística. Não praticavam a escultura, em parte por causa das proibições religiosas concernentes às "imagens esculpidas", como também não possuíam qualquer arquitetura ou pintura dignas de nota. O famoso templo de Jerusalém não era de modo algum uma construção hebraica, mas sim produto da capacidade fenícia, pois Salomão importara artífices de Tiro para executar as tarefas mais complicadas.

O direito hebraico

Foi antes no direito, na literatura e na filosofia que o gênio hebraico se exprimiu de modo mais perfeito. Ainda que todos esses assuntos se ligassem intimamente à religião, não deixavam de ter aspectos seculares. O melhor exemplo do direito judaico é o Código Deuteronômico, que constitui o núcleo do Deuteronômio. A despeito de afirmações que lhe atribuem uma origem muito antiga, ele foi, provavelmente, fruto da revolução profética. Baseava-se em parte num Código da Aliança, mais antigo, que por sua vez se derivava extensamente das leis dos cananeus e dos antigos babilônios. Suas disposições eram, em geral, mais esclarecidas que por sua vez se derivava extensamente das leis dos cananeus e dos antigos babilônios. Suas disposições eram, em geral, mais esclarecidas que as do Código de Hamurabi. Uma delas recomendava a liberalidade para com o pobre e o estrangeiro. Outra ordenava a libertação do escravo hebreu que houvesse servido durante seis anos e insistia em que não fosse mandado embora de mãos vazias. Uma terceira estipulava que os juízes e outros funcionários deviam ser escolhidos pelo povo e proibia que aceitassem presentes ou mostrassem qualquer forma de parcialidade. Uma quarta condenava a feitiçaria, a adivinhação e a necromancia. Uma quinta denunciava a punição dos filhos pelas culpas dos pais e afirmava o princípio da responsabilidade individual pelo pecado. Uma sexta proibia a cobrança de juros em qualquer tipo de empréstimo feito por um judeu a outro. Uma sétima dispunha que ao fim de cada sete anos houvesse uma remissão das dívidas. "Todo credor que tinha emprestado alguma coisa a seu próximo remitirá o que havia emprestado; não explorará seu próximo, nem seu irmão. (. . .) em teu meio não haverá nenhum pobre" (Deuteronômio 15, 1-4).

Literatura hebraica

A literatura hebraica foi a melhor que o Oriente antigo produziu. Quase tudo o que dela restou se conserva no Velho Testamento e nos chamados livros apócrifos (antigas obras hebraicas não reconhecidas como parte das Escrituras devido a dúbia autoridade religiosa). Com exceção de alguns fragmentos, como o Cântico de Débora em Juízes 5, não é na verdade tão antigo quanto comumente se supõe. Os especialistas admitem atualmente que o Velho Testamento originou-se de uma série de compilações e revisões nas quais os velhos e os novos fragmentos foram consolidados, sendo em geral atribuídos a um autor antigo, como, por exemplo, Moisés. Mas a mais recuada dessas revisões não foi feita antes de 850 a.C. A maioria dos livros do Velho Testamento são de origem ainda mais recente, com exceção, naturalmente, de algumas das crônicas. Como seria lógico esperar, os livros filosóficos são de data posterior. Embora a maior parte dos Salmos tenha sido atribuída ao rei Davi, grande quantidade deles referem-se na verdade a fatos do cativeiro na Babilônia. Parece certo que a coleção, como um todo, tenha sido obra de vários séculos. Os mais recentes de todos são os livros do

Eclesiastes, de Ester e de Daniel, compostos não antes do século III a.C. Do mesmo modo os livros apócrifos não surgiram antes de estar quase extinta a civilização hebraica. Alguns, como Macabeus I e II, relatam acontecimentos do século II a.C. Outros, entre eles a Sabedoria de Salomão e o Livro de Enoc, foram escritos sob a influência da filosofia greco-oriental.

A denúncia de abusos sociais por Amós

Nem todos os escritos dos hebreus tinham alto mérito literário. Um número considerável era formado de crônicas repetitivas e monótonas. Não obstante, muitos, quer em forma de canto militar, profecia, poema lírico ou dramático, eram ricos de ritmo, imagens concretas e vigor emocional. Poucas passagens de qualquer literatura superam a escaminha acusação dos abusos sociais que o profeta Amós proferiu:

Ouvi isto, vós que esmagais o indigente e quereis eliminar os pobres do país,
Vós que dizeis: "Quando passará a lua nova, para que possamos vender o grão,
E o sábado, para que possamos abrir o trigo,
Para diminuir o efá, aumentar o siclo
E falsificar as balanças enganadoras,
Para comprar o fraco com prata e o indigente com um par de sandálias,
Para vender os restos do trigo?"

O Cântico dos Canticos

O mais belo dos poemas de amor hebraicos foi o Cântico dos Cânticos, ou Cântico de Salomão. Seu tema derivou-se provavelmente de um antigo hino de primavera cananeu, celebrando a afeição apaixonada de Sulamita, ou a deusa da fertilidade, por seu amante, mas desde muito ele já perdera seu sentido original. Os versos que se seguem são típicos de sua beleza sensual:

Sou um narciso de Saron,
uma açucena dos vales.
Como açucena entre espinhos
é minha amada entre as donzelas.
. . . .
O meu amado é branco e rosado,
saliente entre dez mil.
Sua cabeça é ouro puro,
uma copa de palmeira seus cabelos, negros como o corvo.
Seus olhos são pombas à beira de águas correntes:
banham-se no leite e repousam na margem.
Suas faces são canteiros de bálsamo, colinas de ervas perfumadas;
seus lábios são lírios com mirra, que flui e se derrama.
. . . .
Os teus pés . . . como são belos nas sandálias, Ó filha de nobres;
As curvas dos teus quadris, que parecem colares,
obras de um artista.

O Livro de Jó

Outra das supremas realizações literárias hebraicas é o Livro de Jó, escrito em alguma época entre 500 e 300 a.C. A obra tem a forma de um drama sobre a luta trágica entre o homem e seu destino. Seu tema central é o problema do mal: como se explica que o justo sofra enquanto o ímpio prospera? É uma história antiga, provavelmente adaptada de um escrito babilônico de conteúdo semelhante, mas os hebreus nele introduziram uma percepção mais profunda das possibilidades filosóficas do assunto. A figura principal, Jó, homem de virtude irrepreen-

sível, é subitamente colhido por uma série de desastres: é despojado de sua propriedade, seus filhos são mortos e seu corpo atormentado por dolorosa enfermidade. A princípio a atitude de Jó é de estóica resignação: deve-se aceitar o mal como se aceita o bem. Mas, com o acúmulo de seus sofrimentos, ele mergulha no desespero. Amaldiçoa o dia em que nasceu e louva a morte: "Ali acaba o tumulto dos ímpios, ali repousam os que estão esgotados" (Jó 3, 17).

O problema do mal

Segue-se um extenso debate entre Jó e seus amigos sobre o significado do mal. Estes tomam o ponto de vista hebreu tradicional, segundo o qual todo sofrimento é punição de pecados e todos os que se arrependem são perdoados e fortalecidos no caráter. Jó, porém, não se convence com nenhum desses argumentos. Dividido entre a esperança e o desespero, procura reexaminar o problema de todos os ângulos. Considera até a possibilidade de que a morte não seja o fim e de que haja algum ajustamento da balança no além. Mas recai no desespero e conclui que Deus é um demônio onipotente, que destrói, sem misericórdia, ao sabor de Seu capricho ou Sua ira. Finalmente, apela em sua angústia ao Deus todo-poderoso para que se revele e faça conhecer ao homem o Seu caminho. Deus, apresentando-se num redemoinho, responde com uma magnífica exposição das formidáveis obras da natureza. Convencido de sua própria insignificância e da inexprimível majestade de Deus, Jó humilha-se e penitencia-se no pó e na cinza. Não se chega, afinal, a qualquer solução para o problema do sofrimento individual. Não é feita qualquer promessa de recompensa numa vida extraterrena, nem Deus se esforça em refutar o pessimismo sem esperança de Jó. O homem deve encontrar conforto na reflexão filosófica de que o universo ultrapassa a sua pessoa e de que Deus não pode realmente, na realização de Seus sublimes desígnios, limitar-se aos padrões humanos de eqüidade e bondade.

Filosofia hebraica: exemplos mais remotos

Como filósofos, os hebreus sobrepujaram todos os outros povos anteriores aos gregos, inclusive os egípcios. Apesar de não serem brilhantes metafísicos e de não terem construído grandes teorias sobre o universo, interessaram-se pela maioria dos problemas relacionados com a vida e o destino do homem. Seu raciocínio era essencialmente pessoal, antes que abstrato. Seus mais antigos escritos de caráter nitidamente filosófico são, segundo se acredita, o livro dos Provérbios e o livro apócrifo do Eclesiástico. Em sua forma final ambos são de composição recente, mas grande parte do material neles contido é sem dúvida bem antiga. Nem tudo ali é original, pois uma parcela considerável foi tomada de fontes egípcias já por volta de 1000 a.C. Seus ensinamentos principais são: quem for moderado, diligente, prudente e honesto será certamente recompensado com a prosperidade, uma vida longa e boa reputação. Somente em algumas passagens isoladas como a que se segue reconhecem-se motivos mais elevados de simpatia ou respeito pelos direitos dos outros: "Quem zomba do pobre ultraja seu Criador, quem ri de um infeliz não ficará impune" (Provérbios 17, 5).

Eclesiastes

Uma filosofia muito mais profunda e crítica está contida no Eclesiastes, um livro do Antigo Testamento que não deve ser confundido com o Eclesiástico, acima mencionado. O autor do Eclesiastes é desconhecido. Por uma razão qualquer foi atribuído a Salomão, mas certamente não é de sua autoria, pois inclui doutrinas e formas de expressão desconhecidas dos hebreus durante centenas de anos depois de sua

morte. Para os críticos modernos, o livro não é anterior ao século III a.C. As idéias básicas de sua filosofia podem ser assim sumariadas:

(1) Mecanismo. O universo é uma máquina que marcha eternamente, sem qualquer indício de objetivo ou finalidade. A aurora e o pôr-do-sol, o nascimento e a morte não são mais do que fases isoladas de ciclos que constantemente se repetem e "não há nada de novo sob o sol".

(2) Fatalismo. O homem é uma vítima dos caprichos do destino. Não há relação necessária entre o esforço e o êxito. "A corrida não depende dos ágeis, nem a batalha dos valentes, nem o ganha-pão dos sábios (. . .) mas o tempo e o acaso ocorrem a todos eles".

(3) Pessimismo. "Tudo é vaidade e inquietação do espírito". Fama, riqueza, prazeres extravagantes são armadilhas e, no fim, desilusão. Ainda que a sabedoria seja melhor do que a necessidade, nem ela constitui chave segura para a felicidade, pois o aumento de sabedoria traz uma percepção mais nítida do sofrimento.

(4) Moderação. Os extremos do ascetismo, bem como os do prazer, devem ser evitados. "Não exageres tua malvadez e não sejas insensato: para que morrer antes do tempo?"

5. A MAGNITUDE DA INFLUÊNCIA HEBRAICA

A natureza da influência hebraica

A influência dos hebreus, como a de quase todas as demais nações do Oriente Próximo, foi principalmente religiosa e ética. Embora seja verdade que o Velho Testamento serviu como fonte de inspiração para grande parte da literatura e da arte medievais e das civilizações modernas, deve-se isso principalmente ao fato de a Bíblia já constituir material familiar, como parte da herança religiosa. A mesma explicação pode ser aplicada ao uso do Velho Testamento como fonte de direito e de teoria política pelos calvinistas do século XVI e por muitos outros cristãos, tanto antes como depois dessa época.

Os fundamentos hebraicos do cristianismo: as crenças dos fariseus

Mas esses fatos não significam que a influência hebraica tenha sido pequena. Pelo contrário, a história de quase todas as civilizações ocidentais, durante os últimos dois mil anos, teria sido radicalmente diferente sem a herança de Israel, pois não se deve esquecer que os hebreus desenvolveram o primeiro monoteísmo duradouro conhecido pela humanidade e que as crenças hebraicas faziam parte dos fundamentos principais do cristianismo. A relação entre as duas religiões é freqüentemente mal interpretada. Costuma-se apresentar o movimento inaugurado por Jesus de Nazaré como uma revolta contra o judaísmo, mas isso foi apenas uma parte da questão. Pouco antes da era cristã a nação judaica se dividira em várias seitas religiosas diferentes – um grupo majoritário, o dos fariseus, e grupos minoritários, de saduceus e essênios. Os fariseus representavam a classe média e a porção mais instruída do povo comum. Acreditavam na ressurreição, em recompensas e punições depois da morte e na vinda de um messias político. Ardentemente nacionalistas, advogavam a participação no governo e a fiel observância do ritual antigo. Consideravam todas as partes da lei como tendo praticamente a mesma importância, quer se referissem a assuntos de cerimonial, quer a obrigações de ética social. Sua preocupação pela lei era tão

intensa que debatiam questões como a licitude de se comer um ovo posto no sábado.

Saduceus e essênios

Representando camadas sociais completamente diferentes, as seitas minoritárias discordavam dos fariseus tanto nas questões religiosas como nas políticas. Os saduceus, que incluíam os sacerdotes e as classes mais ricas, eram famosos por negar a ressurreição e as recompensas e punições na vida extraterrena. Ainda que defendessem a aceitação temporária da ordem romana, sua atitude em relação à lei antiga era ainda mais inflexível do que a dos fariseus. Os essênios, que não eram sequer um grupo unificado, mas consistiam em várias comunidades, semelhantes mas separadas, tiravam seus membros das classes mais baixas, praticavam o ascetismo e pregavam o misticismo como forma de protesto contra a riqueza e o poder dos sacerdotes e governantes. Comiam e bebiam apenas o suficiente para se manterem vivos, possuíam todos os seus bens em comum e consideravam o casamento um mal necessário. Longe de serem patriotas fanáticos, encaravam o governo com indiferença e se recusavam a prestar juramento em qualquer circunstância. Acentuavam mais os aspectos espirituais da religião do que o ritual e insistiam particularmente na imortalidade da alma, na vinda de um messias religioso e na iminente destruição do mundo.

Os pergaminhos do mar Morto

Para o conhecimento dos essênios, até pouco tempo os historiadores dependiam quase inteiramente de fontes secundárias. Em 1947, porém, um pastor árabe inadvertidamente abriu caminho para uma das mais espetaculares descobertas de provas documentais na história universal. Ao procurar um carneiro que se perdera na margem ocidental do mar Morto, ele atirou uma pedra que caiu num buraco e fez um ruído tão estranho que ele fugiu assustado. Contudo, voltou com um amigo, a fim de investigar o que acontecia e descobriu uma caverna na qual estavam guardados cerca de cinqüenta jarros cilíndricos de barro, cheios de escritos em rolos de couro. Ao serem estudados por especialistas, os rolos revelaram a existência de uma comunidade monástica que floresceu de mais ou menos 130 a.C. a 67 d.C. Seus membros levavam uma vida de humilhação e abnegação, possuindo bens em comum e devotando o tempo a preces e sacramentos, bem como ao estudo e à cópia de textos bíblicos. Esperavam confiantemente o advento de um messias, a destruição do mal e o estabelecimento do reino de Deus na terra. Parece fora de dúvida que pertenciam ao mesmo movimento geral que promoveu o desenvolvimento dos essênios.

Influência hebraica sobre o cristianismo

Todos os ramos do judaísmo, exceto os saduceus, exerceram forte influência sobre o desenvolvimento do cristianismo. Foi de fontes judaicas que o cristianismo derivou sua cosmogonia (ou teoria sobre a origem do universo), os Dez Mandamentos e grande parte de sua teologia, inclusive a concepção "transcendente" de Deus como situado fora da natureza e do homem como senhor da natureza. O próprio Jesus, embora condenasse o legalismo e a hipocrisia dos fariseus, não repudiava todos os seus princípios. Ao invés de abolir a lei antiga, como popularmente supõe-se que ele tenha feito, exigia o seu cumprimento, mas insistindo em que isso não devia tornar-se parte predominante da religião. Por ocasião do arrebatamento entusiástico inicial, provocado pela descoberta dos escritos do mar Morto, julgou-se que o cristianismo tivesse recebido dos essênios sua influência mais direta. Hoje em dia, entretanto, os especialistas falam menos de influências diretas do que de

semelhanças, pois os primeiros cristãos, tal como os essênios, praticavam o ascetismo, encaravam o governo com indiferença e o império romano com hostilidade, possuíam seus bens em comum e acreditavam no fim iminente do mundo. Tais paralelos não significam, naturalmente, que o cristianismo fosse uma mera adaptação das crenças e práticas emanadas do judaísmo. Continha ele muitos elementos próprios; mas esse é um assunto que será conveniente discutir mais adiante, no Capítulo 9.

Influência ética e política dos hebreus

Também foi considerável a influência ética e política dos hebreus. Suas concepções morais tornaram-se um fator dominante da atitude negativa em relação à ética, que prevaleceu por tanto tempo nos países do Ocidente. Para os antigos hebreus, a "retidão" consistia principalmente na observância de tabus ou proibições. "Não farás . . ."isso ou aquilo é tema recorrente em muitas partes do Velho Testamento. Mas uma moral positiva de caridade e justiça social fez progressos rápidos na época dos profetas e também exerceu grande influência. Com respeito ao pensamento político, os ideais hebraicos de soberania da lei e de consideração pela dignidade e pelo valor do indivíduo contam-se entre as grandes influências formadoras que plasmaram o desenvolvimento da moderna democracia. É hoje quase universalmente admitido que as tradições do judaísmo contribuíram tanto quanto a influência do cristianismo e da filosofia estóica para promover o reconhecimento dos direitos humanos e o desenvolvimento da sociedade livre.

Capítulo 5

AS CIVILIZAÇÕES HITITA, MINÓICA E MICENIANA; CIVILIZAÇÕES MENORES

Mas para eles, entre esses deuses, será sangrado como alimento anual:
ao deus Karnua, um cervo e um cordeiro;
à deusa Kupapa, um cervo e um cordeiro;
à divindade Sarku, um cordeiro;
e um cordeiro Kutupalis às divindades masculinas.

– Fórmula sacrificial hitita, traduzido
de um hieróglifo por
H. T. Bossert

A importância dessas civilizações

Algumas outras culturas do Oriente Próximo merecem mais que uma referência de passagem. As principais entre elas são as culturas hitita, minóica, miceniana, fenícia e lídia. A importância dos hititas residiu primariamente no seu papel de intermediários entre o Oriente e o Ocidente. Foram eles um dos grandes elos de ligação entre as civilizações do Egito, do vale do Tigre-Eufrates e da região do mar Egeu. Parece certo, além disso, que foram os primeiros descobridores do ferro. As civilizações minóica e miceniana são as mais antigas da Europa. São importantes, acima de tudo, pelas suas notáveis realizações nas artes e como pontos de partida da história grega. Quanto aos fenícios, ninguém poderia negar a importância da difusão, que a eles se deve, do conhecimento do alfabeto e de um primitivo direito comercial pelo mundo civilizado circundante. Os lídios passaram à história como os criadores do primeiro sistema de cunhagem.

1. OS HITITAS

A descoberta de restos da civilização hitita

Até cerca de 100 anos atrás, pouco se conhecia dos hititas além de seu nome. Admitia-se comumente não terem eles desempenhado papel de nenhuma significação no drama da história. As raras referências feitas aos hititas na Bíblia davam a impressão de serem pouco mais do que uma tribo semibárbara. Mas, em 1870, foram encontradas em Hama, na Síria, algumas pedras com inscrições singulares. Foi esse o ponto de partida de uma extensa pesquisa, que, com poucas interrupções, continua ainda hoje. Não tardaram a serem descobertos dezenas de outros

monumentos e grande número de tábulas de argila, espalhados por quase toda a Ásia Menor e pelo Oriente Próximo, até o vale do Tigre-Eufrates. Em 1907 foram desenterrados alguns restos de uma antiga cidade, próxima ao vilarejo de Boghaz-Koy, na Turquia. Escavações ulteriores revelaram, por fim, as ruínas de uma grande capital fortificada, que é conhecida como Hatusas ou Cidade Hitita. Dentro de seus muros foram descobertos mais de 20.000 documentos e fragmentos, sendo grande parte constituída aparentemente de leis e decretos.

O império hitita

Com base nesses achados e em outras provas que gradualmente se foram acumulando, tornou-se logo claro terem sido os hititas, outrora, os senhores de um poderoso império que cobria grande parte da Ásia Menor e se estendia até o alto Eufrates. Em certa época esse império incluiu também a Síria e mesmo porções da Fenícia e da Palestina. Os hititas alcançaram o zênite de seu poder de 1600 a 1200 a.C. No último século desse período, empenharam-se em longa e exaustiva guerra com o Egito, guerra essa que influiu bastante na queda dos dois impérios, tornando-se ambos incapazes de reaver suas forças. Depois de 1200 a.C., Carchemish, à margem do Eufrates, tornou-se por algum tempo a principal cidade hitita, antes porém como centro comercial do que como capital de um grande império. Os dias de glória imperial tinham-se acabado. Finalmente, depois de 717 a.C., todos os territórios hititas restantes foram conquistados e absorvidos pelos assírios, lídios e frígios.

O mistério da raça e da língua dos hititas

A proveniência dos hititas e suas ligações com outros povos são problemas que ainda desafiam solução perfeita. A maioria dos especialistas modernos crê que fossem originários do Turquestão e considera-os relacionados com os gregos. Falavam uma língua indo-européia, cujo segredo foi desvendado durante a I Guerra Mundial pelo orientalista tcheco Bedrich Hrozny. Desde então foram cifrados milhares de tábulas de argila contendo as leis e os registros oficiais do império. Tais documentos revelam uma civilização mais próxima da dos antigos babilônios que de qualquer outra.

Vida econômica dos hititas

Os elementos de que dispomos ainda não são suficientes para tornar possível uma avaliação exata da civilização hitita. Alguns historiadores modernos referem-se a ela como se estivesse em nível idêntico ao da civilização mesopotâmica e até ao da egípcia. Talvez isso seja verdade do ponto de vista material, pois sem dúvida os hititas tinham amplo conhecimento da agricultura e sua vida econômica em geral era altamente desenvolvida. Extraíam grande quantidade de prata, cobre e chumbo, que vendiam às nações vizinhas. Descobriram a mineração e o uso do ferro, tornando esse material utilizável para o resto do mundo civilizado. Parece, com efeito, que na expansão de seu império dependeram quase tanto da penetração comercial quanto da guerra.

Nível intelectual da cultura hitita

A literatura dos hititas consistia principalmente em mitologia, incluindo adaptações de lendas da criação e do dilúvio dos antigos babilônios. Nada tinham que mereça o nome de filosofia, nem há indícios de uma originalidade científica fora das artes metalúrgicas. Evidentemente possuíam certo dom para o aperfeiçoamento da escrita, pois, além de uma escrita cuneiforme modificada que derivaram da mesopotâmica, desenvolveram também um sistema hieroglífico de caráter parcialmente fonético.

Uma das realizações mais significativas dos hititas foi o seu sistema legal. Aproximadamente duzentos artigos ou decretos separados, versan-

Escultura hitita. Talvez uma das esculturas mais convencionais do mundo antigo esteja nos relevos hititas.

do sobre grande variedade de assuntos, foram traduzidos. Refletem uma sociedade relativamente urbana e requintada, mas submetida a um minucioso controle governamental. A propriedade de todas as terras cabia ao rei ou aos governos das cidades. Faziam-se concessões a indivíduos somente como recompensa de serviços militares e sob a condição estrita de ser a terra cultivada. Nas próprias leis eram estabelecidos os preços de grande número de mercadorias – não só artigos de luxo e produtos industriais, mas até de alimentação e vestuário. Os salários e pagamentos de serviços eram, do mesmo modo, pormenorizadamente prescritos, sendo o pagamento das mulheres fixado em menos da metade da remuneração dos homens.

O direito hitita

De um modo geral, o direito hitita era mais humano que o dos antigos babilônios. A morte era punição estipulada apenas para oito crimes, tais como bruxaria e furto de objetos pertencentes ao palácio. Mesmo o assassínio premeditado era punido somente com uma multa. A mutilação não figurava como pena, a não ser para o incêndio premeditado ou para o roubo, quando cometidos por um escravo. O contraste com a crueldade das leis assírias é muito mais flagrante. Não há nos decretos hititas um exemplo sequer de punições cruéis como o esfolamento, a castração e a empalação, que os soberanos de Nínive julgavam necessárias à manutenção de sua autoridade.

O caráter humanitário do direito hitita

A arte dos hititas não possuía mérito especial. Tanto quanto sabemos, incluía somente a escultura e a arquitetura. A primeira era de modo geral tosca, mas ao mesmo tempo revelava frescura e vigor. Grande parte dela compõe-se de relevos representando cenas de guerra e da mitologia. A arquitetura era volumosa e pesada. Templos e palácios eram acaçapados, construções sem adornos, com pequenos pórticos de duas colunas e grande leões de pedra guardando a entrada.

Arte dos hititas

Pouco se sabe a respeito da religião hitita, além do fato de que possuía uma mitologia complicada, inúmeras divindades e formas de culto de origem mesopotâmica. Adoravam um deus do sol e uma multidão de divindades, algumas das quais não tinham, aparentemente, nenhuma função particular. Os hititas parecem ter acolhido em seu panteão quase todos os deuses dos povos que conquistaram e até das nações que deles compravam mercadorias. As práticas religiosas incluíam a adivinhação, o sacrifício, cerimônias de purificação e orações. Nada pôde ser encontrado nos documentos que indicasse ter tido a religião, em qualquer sentido, um conteúdo ético.

A religião dos hititas

Importância dos hititas

O maior valor histórico dos hititas reside, provavelmente, no papel que desempenharam como intermediários entre o vale do Tigre-Eufrates e as partes mais ocidentais do Oriente Próximo. Desse modo, sem dúvida, certos elementos culturais da Mesopotâmia foram transmitidos aos cananeus e aos povos das ilhas do Egeu.

2. A CIVILIZAÇÃO MINÓICA E A MICENIANA

Civilizações há muito esquecidas

Por estranha coincidência, o descobrimento da existência das civilizações hitita, minóica e miceniana foi feito quase ao mesmo tempo. Antes de 1870 quase ninguém imaginava que uma grande civilização tivesse florescido nas ilhas do Egeu e no litoral da Ásia Menor centenas de anos antes do aparecimento da civilização grega clássica. Os leitores da *Ilíada* conheciam, naturalmente, as referências a um povo estranho que teria residido em Tróia e que raptara a formosa Helena, sendo punido pelos gregos com o cerco e a destruição de sua cidade. Supunha-se comumente, porém, que essas histórias fossem meros produtos da imaginação poética. Hoje estamos certos de que a história da Grécia, e conseqüentemente a história da Europa em geral, começou mais de mil anos antes da idade áurea de Atenas.

As descobertas de Schliemann e outros

O primeiro descobrimento de um centro de cultura egéia altamente desenvolvido não foi realizado por um arqueólogo profissional, mas por um negociante alemão aposentado, Heinrich Schliemann. Fascinado desde a adolescência pelas histórias relatadas nos versos épicos de Homero, resolveu dedicar a vida às pesquisas arqueológicas, tão logo tivesse rendimentos que o habilitassem a isso. Felizmente para ele e para o mundo, acumulou uma fortuna no comércio com a Rússia e então se retirou dos negócios para despender seu tempo e seu dinheiro na realização dos sonhos da juventude. Em 1870 começou a escavar em Tróia. Dentro de poucos anos tinha descoberto partes de nove cidades diferentes, cada qual construída sobre as ruínas de sua predecessora. Identificou a segunda dessas cidades como a Tróia da *Ilíada*, embora se tenha provado mais tarde que Tróia era a sétima. Depois de realizar sua primeira grande ambição, Schliemann iniciou escavações no território continental da Grécia e por fim descobriu duas outras cidades egéias, Micenas e Tirinto. Seu trabalho foi logo seguido pelo de outros investigadores, especialmente o inglês Sir Arthur Evans, que descobriu Cnossos, a resplandescente capital dos reis minóicos de Creta. Até a presente data foi cuidadosamente pesquisada mais de metade das localidades egéias e acumulou-se grande quantidade de conhecimentos sobre vários aspectos de sua cultura.

O meio natural favorável de Creta

As civilizações minóica e miceniana originaram-se na ilha de Creta. Em poucos outros exemplos da história tem a interpretação geográfica das origens culturais tão justa aplicação. Creta possui clima benigno e uniforme. Embora o solo seja fértil, a área é limitada; em conseqüência, com o crescimento da população, os homens se viram compelidos a aguçar a imaginação e inventar novos meios de ganhar a vida. Alguns emigraram; outros fizeram-se marinheiros, mas um grande número permaneceu na terra natal, produzindo mercadorias para exportar. Entre elas contavam-se vinho e azeite de oliva, cerâmica, pedras preciosas e sinetes, facas e adagas, além de objetos de hábil artesanato. Os princi-

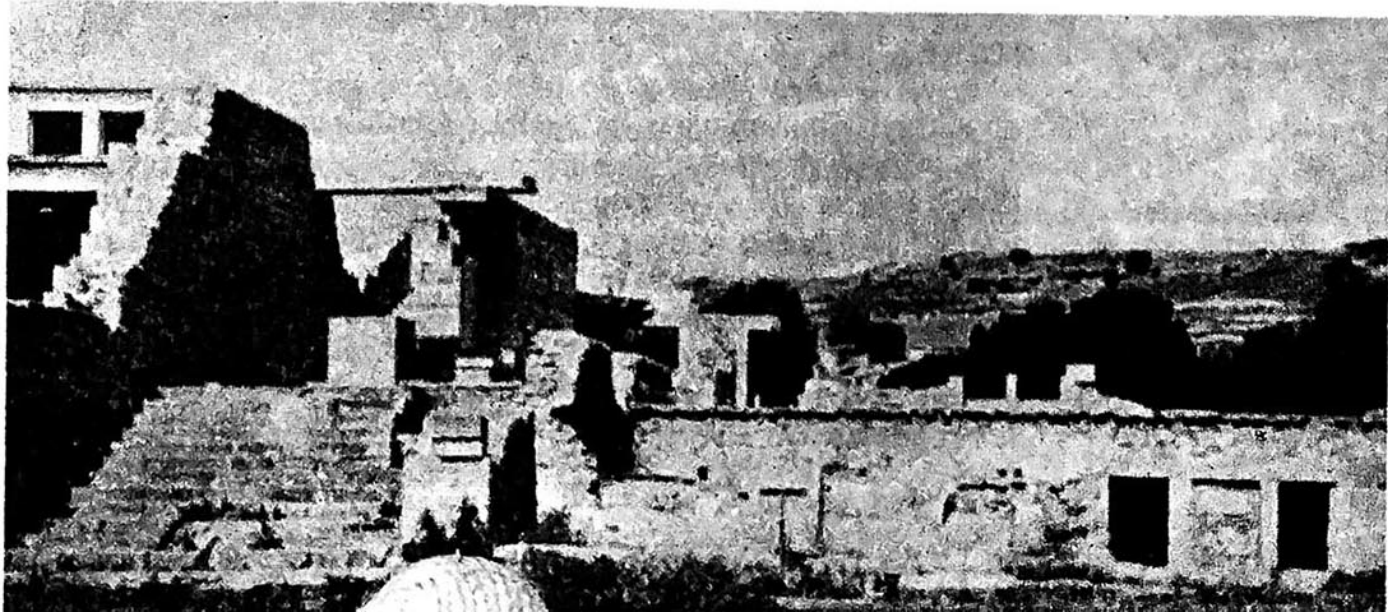
pais artigos de importação eram alimentos e metais. Como resultado desse comércio, aumentou a prosperidade e fizeram-se extensos contatos com o mundo civilizado circunvizinho. A esses fatores, relacionados a um meio favorável, somavam-se as belezas naturais que abundavam por quase toda parte, estimulando o desenvolvimento de uma arte maravilhosa.

Origem e florescimento da civilização minóica

A civilização minóica, cujo nome deriva-se do lendário rei cretense Minos, foi fundada por povos que emigraram da Ásia Menor para Creta por volta de 3000 a.C. No milênio seguinte efetuaram a transição do período neolítico para a era dos metais; pelas alturas de 2000 a.C., haviam criado cidades e desenvolvido uma forma primitiva de escrita. Daí até cerca de 1500 a.C., sua civilização desenvolveu-se sob a liderança das cidades de Cnossos e Festo. Recentemente descobriram-se indícios da existência de uma outra grande cidade, Kato Zakros, na costa oriental de Creta. Havia ali um imenso palácio de 250 cômodos, com piscina de natação, pisos de parquê e milhares de vasos decorados. Somente graves terremotos, que periodicamente sacudiam a ilha, interrompiam a vida serena dos cretenses. Tais sismos causavam grande devastação, mas após cada um deles os habitantes das cidades cretenses empenhavam-se nas tarefas de reconstrução e em geral logravam levantar palácios ainda mais esplêndidos que os destruídos. Tão confiantes eram os habitantes de Cnossos de que não pairava sobre eles qualquer ameaça de invasão externa que não edificaram muralhas protetoras para sua magnífica cidade.

Origem da civilização miceniana

Por fim, tal confiança mostrou-se ilusória. Enquanto florescia a civilização cretense, uma outra, com ela aparentada, estava surgindo na Grécia continental. Por volta de 1900 a.C., povos indo-europeus que falavam a mais antiga forma do grego invadiram a península grega e em 1600 a.C. começaram a formar comunidades permanentes. Depois dessa época seu desenvolvimento cultural foi altamente influenciado pela civilização vizinha, a da Creta minóica, com a qual haviam estabelecido relações comerciais. A civilização que resultou da fusão de elementos gregos e minóicos é geralmente denominada *miceniana*, nome derivado de Micenas, a principal cidade grega entre 1600 e 1200 a.C. mais ou menos. Foi essa civilização que veio a dominar o mundo egeu depois de 1500 a.C. aproximadamente e que ganhou predominância na própria ilha de Creta.

Escada central do palácio em Cnossos.

A Escrita Linear B

Uma das maiores realizações intelectuais recentes alterou radicalmente nosso conhecimento da história cretense e grega no século que mediou entre 1500 e 1400 a.C. Julgava-se antes que durante todo esse tempo a Grécia não passasse de uma colônia econômica semibárbara da esplêndida Creta e que as mudanças internas havidas em Creta entre 1500 e 1400 podiam ser atribuídas à ascensão de uma "nova dinastia" Sabia-se que numerosos espécimens da mesma escrita linear (chamada "Linear B") eram encontrados tanto em Creta como na Grécia continental, mas supunha-se simplesmente que essa escrita fosse de origem cretense, tendo-se propagado de Creta para a Grécia. Em 1952, entretanto, um brilhante inglês, Michael Ventris, que tinha então apenas 30 anos de idade (e que morreria tragicamente num acidente de carro quatro anos depois), conseguiu decifrar a escrita Linear B e demonstrou que ela expressava uma forma antiga do grego. A descoberta de Ventris revolucionou os estudos sobre a Grécia pré-clássica, ao mostrar que foram os habitantes do continente que dominaram Creta no período minóico tardio, e não o contrário.

Fim das civilizações minóica e miceniana

O novo consenso histórico é o de que os micenianos suplantaram os minóicos como senhores do mundo egeu em alguma época pouco antes de 1500 a.C. Por volta dessa data, um grande terremoto em Creta provavelmente acarretou uma debilidade suficiente para permitir aos continentais assumir o controle da ilha. Esses gregos micenianos ajudaram a reconstruir Cnossos e presidiram durante aproximadamente um século de contínua prosperidade e realizações artísticas em Creta. Por volta de 1400, no entanto, outra onda de invasores gregos chegou a Creta, destruiu Cnossos inteiramente e deu um fim cataclísmico à civilização minóica. O motivo pelo qual essa invasão foi tão destrutiva não pôde ser determinado, mas o fato é que ela deixou a Grécia continental sem rival como centro da civilização do mundo egeu por cerca de mais de 200 anos. Por volta de 1250 a.C. os micenianos travaram sua guerra bem-sucedida com os troianos da Ásia Menor ocidental, mas seu próprio declínio estava já adquirindo contornos. No decurso do século que mediou de 1200 a 1100 a.C., os micenianos, cuja civilização parece ter estado a soçobrar internamente, sucumbiram aos dórios – gregos bárbaros do norte, que dispunham de armas de ferro. (As armas de ferro de início podem não ter sido muito superiores às de bronze, utilizadas pelos micenianos, mas eram muito mais baratas, com o que muito mais combatentes podiam ser com elas equipados.) Como os dórios eram primitivos em tudo, salvo em seus armamentos, sua ascendência iniciou uma era de obscurantismo da história grega que durou até cerca de 800 a.C.

A dificuldade de se distinguir entre as características minóicas arcaicas das micenianas

Como se pode perceber do relato acima, as civilizações minóica e miceniana eram estreitamente interrelacionadas; até mesmo os maiores especialistas têm dificuldade em determinar exatamente onde uma acabava e a outra começava. O problema é complicado pelo fato de ainda não se haver decifrado duas formas de escrita, anteriores à Linear B, e que só são encontradas em Creta. (Quem pretender tornar-se tão famoso como Schliemann, Evans ou Ventris pode escolher a decifração da escrita linear cretense como sua meta.) Por conseguinte, as discussões sobre a civilização minóica antes de 1500 a.C. baseiam-se exclusivamente em indícios visuais e arqueológicos, deixando muita coisa para o terreno da especulação. Tais indícios, entretanto, sugerem ter sido a

civilização cretense uma das mais livres e progressistas de toda a história antiga.

O soberano minóico não era um guerreiro feroz como os reis assírios e persas. Ao que parece, tinha a seu dispor uma grande armada, mas que não se destinava à guerra e sim à proteção do comércio. Na verdade, o rei era o principal empresário do país. As fábricas localizadas nas vizinhanças de seu palácio produziam grande quantidade de cerâmica de boa qualidade, tecidos e artigos de metal. Embora aparentemente não fosse proibida a empresa privada, crê-se que sobre ela incidisse alta tributação. Não obstante, havia algumas fábricas de propriedade privada, sobretudo nas cidades menores, e uma parte substancial da agricultura estava também em mãos de particulares.

A melhor descrição que se pode fazer do estado cretense será, provavelmente, a de uma monarquia burocrática. O soberano de cada cidade importante e do território circunvizinho parece ter sido absoluto, mas próximo ao fim da história minóica (é difícil dizer exatamente quando) o soberano de Cnossos passou a dominar, aparentemente, toda a ilha. O monarca absoluto cretense governava através de uma grande classe administrativa. Os escribas, que parecem ter desfrutado do monopólio do saber, mantinham registros rigorosos de todos os aspectos da vida econômica. Toda a produção agrícola e a manufatura eram estritamente supervisionadas, para fins de coleta ou tributação de quanto fosse devido ao rei. Também o comércio exterior parece ter sido supervisionado de perto pelo estado; com toda probabilidade, os grandes navios cretenses que chegavam até portos distantes como os da Síria e do Egito eram de propriedade do monarca, ou ao menos pesadamente tributados por ele, e cuidadosamente vigiados pela administração burocrática.

Indícios de igualdade social

Apesar dessa rigorosa supervisão, o povo cretense de quase todas as classes parece ter levado uma vida feliz e bastante próspera. Embora houvesse grandes distinções sociais e econômicas entre governantes e governados, aparentemente eram pequenas as gradações de riqueza ou posição social entre a gente comum. Se de fato existia escravidão, certamente desempenhava papel sem importância. As casas dos mais pobres quarteirões de cidades menores, como Gúrnia, eram construídas com solidez e comodidade, muitas vezes com seis ou oito peças, embora não saibamos quantas famílias nelas residiam. As mulheres parecem ter gozado de igualdade em relação aos homens. Sem consideração de classe, não havia atividade pública que lhes fosse vedada e ocupação da qual não pudessem participar. Nisso, os minóicos foram a exceção no mundo antigo. Creta possuía toureiras e até mesmo lutadoras. As mulheres da classe alta dedicavam muito tempo à moda e outras atividades de lazer.

Gosto por esportes e jogos

Os cretenses deleitavam-se com jogos e competições de todo tipo. A dança, as corridas e o pugilismo rivalizavam na atração que exerciam sobre o povo. Os cretenses foram os primeiros a construir teatros de pedra, nos quais os desfiles e a música entretinham grandes públicos.

Natureza matriarcal da religião minóica

Ao que sabemos, a religião minóica era uma mistura de estranhas características. Em primeiro lugar, era matriarcal. A divindade principal não era um deus, mas uma deusa que dominava todo o universo: o mar e o céu não menos que a terra. A princípio não parece ter sido adorada qualquer divindade masculina, mais tarde, porém, foi associado um deus à deusa, como seu filho e consorte. Ainda que, como os filhos divinos

Cenas da arena: mural minóico, c. 1.500 a.C. Estão evidentes o vigor, perícia e agilidade dos atletas cretenses; do sexo masculino o do centro e do feminino as outras duas. O corpo e os chifres do touro são exagerados, assim como a robustez dos atletas, com olhos enormes na cabeça em perfil. Provavelmente há algum exagero nas dimensões: especialistas em agarrar touros insistem na impossibilidade de dar um salto mortal sobre um animal enfurecido.

em inúmeras outras religiões, ele aparentemente morresse e ressurgisse dos mortos, nunca foi considerado de grande importância pelos cretenses. Em segundo lugar, a religião minóica tinha um caráter totalmente monístico. A deusa-mãe era tanto a fonte do mal como do bem, mas nunca em sentido mórbido ou terrificante. Embora trouxesse a tempestade e espalhasse a destruição no seu rastro, isso apenas servia para a renovação da natureza. A própria morte era interpretada como um pré-requisito da vida. Ignora-se se a religião possuía qualquer conjunto de preceitos éticos.

Outros aspectos da religião minóica incluíam a adoração de animais (o touro, a serpente e a pomba); a adoração de árvores sagradas; a veneração de objetos sagrados que provavelmente eram símbolos reprodutivos (o machado de dois gumes, o pilar e a cruz); e, em consonância com a natureza matriarcal do sistema religioso, o emprego de sacerdotisas em lugar de sacerdotes para executar os ritos do culto.

Como ainda não foi possível decifrar os primitivos escritos cretenses, não há como dizer se os minóicos possuíam qualquer literatura e filosofia, embora a existência de ambas pareça extremamente improvável, uma vez que não há exemplos grafados na escrita Linear B. A questão das realizações científicas é de solução mais fácil, pois dispomos de restos materiais para orientação. Os descobrimentos arqueológicos feitos na ilha de Creta indicam que seus antigos habitantes eram talentosos inventores e engenheiros. Construíram excelentes estradas de concreto, com cerca de três metros e meio de largura. Quase todos os princípios fundamentais da moderna engenharia sanitária eram conhecidos pelos planejadores do palácio de Cnossos, graças ao que a família real de Creta, no século XVII a.C. gozava de confortos e comodidades, como água corrente, que não eram desfrutados pelos mais ricos monarcas dos países ocidentais no século XVII de nossa era.

A arte minóica

Mais do que qualquer outra coisa, é a arte dos minóicos que parece refletir a vitalidade e a independência de sua cultura. Excetuando-se a dos gregos clássicos, nenhuma outra arte do mundo antigo pode igualar-se a ela. Seus traços característicos eram a delicadeza, a espontanei-

dade e o naturalismo. Não servia à glorificação de uma arrogante classe dominante ou para inculcar doutrinas religiosas, e sim para exprimir a satisfação do indivíduo com a beleza e o esplendor do mundo minóico. Em conseqüência, era extraordinariamente liberta da influência retardadora da tradição antiga. Era singular, além disso, na universalidade de suas aplicações, pois se estendia não só às pinturas e às estátuas, mas até aos mais humildes objetos de uso cotidiano.

Arquitetura

Das artes maiores, a arquitetura era a menos desenvolvida. Os grandes palácios não eram construções notavelmente belas, mas estruturas esparramadas, que visavam sobretudo a amplitude e o conforto. À medida que o estado ia absorvendo maior número de funções os palácios se ampliavam para acomodá-las. Novas partes eram anexadas às já construídas ou eram empilhadas sobre elas, sem qualquer consideração de ordem ou simetria. Os interiores, no entanto, eram decorados com belas pinturas e objetos. Pode-se dizer que a arquitetura cretense se assemelhava ao moderno estilo internacional ao subordinar a forma à utilidade e a beleza externa aos interiores agradáveis e acolhedores.

Pintura

A pintura foi a arte cretense suprema. Quase toda ela consistia em afrescos murais, embora se encontrassem, de vez em quanto, relevos pintados. Os murais dos palácios cretenses foram os melhores de quantos sobreviveram dos tempos antigos. Revelavam com perfeição os notáveis dons do artista minóico: a dramaticidade instintiva, o senso do ritmo, o sentimento dos aspectos mais característicos da natureza. Tão cosmopolita e elegante era a arte cretense que um francês, ao desenterrar os restos de um afresco em Cnossos, representando uma linda mulher de cabelos encaracolados, olhos brilhantes e lábios sensuais, não pôde deixar de exclamar: "Mais, c'est la Parisienne!" ("Ora, é igual a uma parisiense!").

"A Parisiense"

A escultura, a cerâmica e a lapidação de pedras preciosas haviam também alcançado um nível bem elevado de perfeição. A escultura dos cretenses diferia da de qualquer outro povo do antigo Oriente Próximo. Nunca se valeu do tamanho como estratagema para dar a idéia de força. Os cretenses não produziram colossos como os do Egito nem relevos semelhantes aos da Babilônia, que representavam um rei de proporções gigantescas desbaratando inimigos pequeninos. Preferiam, em vez disso, esculturas em miniatura. Quase todas as estátuas de seres humanos ou divindades que os arqueólogos têm encontrado são menores do que o tamanho natural.

Semelhanças entre as civilizações minóica e miceniana

A civilização miceniana parece ter sido mais belicosa e menos refinada que a minóica, mas estudos mais recentes nos acautelam no sentido de não exagerar essas diferenças. Tal como em Creta, também na Grécia continental a cidade era o centro da civilização – e as principais cidades micenianas eram a própria Micenas (segundo Homero, berço do grande rei grego Agamenon), Pilos (segundo Homero, berço do sábio Nestor), e Tirinto. Cada cidade, bem como sua área circunvizinha, era governada por um rei denominado *wanax*, que, em muitos sentidos, exercia o poder como um déspota oriental. Tal como em Creta, o estado miceniano era uma monarquia burocrática. Conhecemos com segurança alguma coisa do funcionamento dessa monarquia graças à decifração de numerosas tábulas gravadas na escrita Linear B, todas as quais constituem registros de uma máquina burocrática altamente regulamentada. Tábulas em Linear B, provenientes de Pilos, registram, em

pormenores minuciosos, a vida econômica dos súditos do rei: a área exata de uma dada propriedade; o número de utensílios de cozinha de propriedade de fulano de tal; os nomes dados aos dois bois de sicrano ("Reluzente" e "Pretinho"). Esses inventários pormenorizados mostram-nos que o estado era altamente centralizado e que era tão rigoroso em seu controle das atividades econômicas dos cidadãos quanto qualquer outro do Oriente Próximo.

Diferenças entre as civilizações minóica e miceniana

Conquanto as monarquias burocráticas de Creta e da Grécia miceniana fossem provavelmente semelhantes, havia ao menos algumas diferenças importantes entre as duas civilizações. Uma delas era que os micenianos possuíam, com certeza, um sistema escravagista; outra era que não concediam igualdade às mulheres. Além disso, a sociedade miceniana era, em grau muitíssimo maior, orientada para a guerra. Como as cidades micenianas travavam freqüentes guerras entre si, eram construídas sobre morros e protegidas com grandes fortificações. Em consonância com um estilo de vida um tanto mais rústico e bárbaro do que o prevalecente em Creta, os reis micenianos faziam construir para si mesmos túmulos ostentatórios, nos quais sepultavam suas melhores adagas de bronze marchetadas e outros símbolos de sua riqueza e poder.

É verdade também que a arte miceniana era menos elegante que a minóica. Indubitavelmente, em matéria de arte, os micenianos jamais se igualaram a seus predecessores minóicos em delicadeza e graça. Não obstante, as peças de arte micenianas feitas em Cnossos entre 1500 e 1400 a.C., embora mais rígidas e de composição mais simétrica que a arte minóica anterior, não são de todo diferente em gênero. Ademais a "mulher parisiense" da Cnossos minóica possui equivalente estilísticos muito próximos num afresco de cerca de 1300 a.C., encontrado na Tirinto miceniana, e que representa um desfile de mulheres. Tampouco se pense que todos os melhores aspectos da arte miceniana não passam de empréstimos aviltados feitos aos minóicos: as adagas micenianas, de magnífica feitura e requintada marchetaria, não têm quaisquer antecedentes em nenhum lugar de Creta.

Influência das civilizações minóica e miceniana

O significado das civilizações minóica e miceniana não deve ser avaliado basicamente em termos de influências subseqüentes. A cultura minóica praticamente não influenciou nenhum outro povo além do miceniano, e foi depois destruída, mais ou menos sem deixar vestígio, depois de aproximadamente 1400 a.C. Os micenianos deixaram mais alguns vestígios, porém não foram muitos. Os gregos posteriores conservaram deuses e deusas micenianos, como Zeus, Hera, Hermes e Poseidon, mas alteraram completamente o papel por eles exercido no panteão religioso. É também possível que os gregos ulteriores tenham derivado dos micenianos a devoção ao atletismo e seu sistema de pesos e medidas, mas essas ligações ainda são incertas. Homero, sem dúvida, recordava o bem-sucedido cerco imposto pelos micenianos a Tróia, mas é também relevante compreender o quanto ele esqueceu: escrevendo no século VIII a.C., Homero (na verdade, diversos escritores diferentes que chegaram até nós com esse nome) esqueceu inteiramente todo o sistema da monarquia burocrática miceniana, que conhecemos pelas tábulas na escrita Linear B. É bem possível que a ruptura entre os micenianos e Homero tenha redundado, afinal, em bem. Alguns historiadores afirmam que a destruição da despótica Micenas pelos dórios foi um prelú-

dio necessário para o surgimento da perspectiva grega posterior, mais livre e mais esclarecida.

Importância das civilizações minóica e miceniana

Ainda que as civilizações minóica e miceniana tenham tido pouca influência subseqüente, são dignas de nota por pelo menos quatro motivos. Em primeiro lugar, foram as mais antigas civilizações da Europa. Antes das realizações cretenses, todas as civilizações tinham existido mais a leste, mas a partir de então a Europa assistiria ao desenvolvimento de uma grande civilização após outra. Em segundo lugar, em certos sentidos os minóicos e os micenianos parecem ter antecipado certos valores e realizações posteriores da Europa, mesmo que não os tenham influenciado de modo direto. A organização política minóica e miceniana era semelhante à de muitos estados asiáticos mas a arte minóica, em particular, parece muito diferente e mais característica de modelos europeus ulteriores. Ao contrário da maioria dos artistas do antigo Oriente Próximo, o minóico não se comprazia em representar a destruição de exércitos ou o saque de cidades, mas em retratar paisagens floridas, festas alegres, emocionantes exibições de proezas atléticas e cenas semelhantes, próprias de uma existência livre e pacífica. Em terceiro lugar, a civilização minóica e, em menor grau, também a miceniana, é importante por sua visão cosmopolita e progressista. Isso é exemplificado na devoção dos povos egeus ao conforto e à opulência, em seu amor pelos divertimentos, no gosto pela vida e na coragem de tudo submeter à experiência. E, finalmente, a civilização minóica é particularmente notável por haver vicejado tanto tempo em paz. Se nunca mais existiu uma civilização tão pacífica quanto a minóica, eis um fato que não devemos celebrar, e sim deplorar.

3. OS LÍDIOS E OS FENÍCIOS

O reino da Lídia

Quando caíram os últimos remanescentes do império hitita, no século VIII a.C., um de seus estados sucessores na Ásia Menor foi o reino da Lídia. Os lídios estabeleceram o seu poder sobre o que é hoje a parte ocidental da Turquia. Não tardaram a obter o controle das cidades gregas da costa da Ásia Menor e de todo o planalto a oeste do rio Hális. Contudo, esse poder foi de curta duração. Em 547 a.C., seu rei, Creso, julgou ver uma boa oportunidade de acrescentar a seus domínios o território dos medos, a leste do Hális. O rei medo acabava de ser deposto por Ciro, o Grande, da Pérsia. Imaginando que isso significaria um fácil triunfo para seus próprios exércitos, Creso lançou-se à conquista das terras que ficavam além do rio. Após uma batalha indecisa com Ciro, voltou à sua capital (Sardes) para buscar reforços. Ali, Ciro apanhou-o desprevenido num ataque de surpresa, capturou e incendiou a cidade. Os lídios nunca se refizeram do golpe e em pouco tempo todo o seu território, inclusive as cidades gregas da costa, passaram para o domínio de Ciro.

O povo lídio e sua cultura

Os lídios eram um povo de língua indo-européia, constituído provavelmente de uma mistura de povos nativos da Ásia Menor e elementos étnicos procedentes da Europa oriental. Tirando proveito das vantagens de uma posição geográfica favorável e da abundância de recursos naturais, desfrutavam um dos mais altos padrões de vida da antiguidade.

Eram famosos pelo esplendor de seus carros blindados e pela profusão de ouro e objetos de luxo que os cidadãos possuíam. A riqueza de seus reis era lendária, como atesta o dito "rico como Creso". As principais fontes dessa prosperidade eram o ouro extraído das torrentes, a lã dos milhares de ovelhas que pastavam nas colinas e os lucros auferidos do extenso tráfico comercial entre o vale do Tigre-Eufrates e o mar Egeu. Mas com toda a sua opulência e oportunidades de lazer, a civilização não deve aos lídios mais que uma única contribuição original. Trata-se da cunhagem de moedas com eletro ou "ouro branco", uma liga natural de ouro e prata encontrada nas areias de um de seus rios. Até então, todos os sistemas monetários tinham consistido em argolas ou barras de metal, com peso determinado. As novas moedas, de vários tamanhos, traziam gravado o valor que lhes era atribuído, de maneira mais ou menos arbitrária, pelo soberano que as emitia.

As cidades fenícias e sua confederação

Em contraste com os lídios, que ganharam ascendência em decorrência da queda dos hititas, os fenícios lucraram com a desintegração da supremacia egéia. Mas os fenícios não foram conquistadores nem construtores de um império. Exerceram sua influência através das artes da paz e, principalmente, do comércio. Durante a maior parte de sua história, o sistema político fenício foi uma vaga confederação de cidades-estados que com freqüência compravam sua segurança pagando tributo a potências estrangeiras. O território que ocupavam era a estreita faixa de terra ao norte da Palestina, entre os montes do Líbano e o Mediterrâneo e as ilhas ao largo da costa. Com seus bons portos e sua posição central, estava admiravelmente situado para o comércio. Entre os grandes centros comerciais figuravam Tiro e Sidon. Sob a liderança de Tiro, a Fenícia alcançou o apogeu de seu esplendor do século X ao VIII a.C. Durante o século VI passou para o domínio dos caldeus e, posteriormente, dos persas. Em 332 a.C. Tiro foi destruída por Alexandre Magno, após um cerco de sete meses.

Realizações dos fenícios

Os fenícios eram um povo de língua semítica, parente próximo dos cananeus. Revelaram muito pouco talento criativo, mas foram notáveis adaptadores de inovações alheias. Não produziram nenhuma arte original digna desse nome e suas contribuições literárias foram insignificantes. A religião fenícia, como a dos cananeus, caracterizava-se por sacrifícios humanos ao deus Moloc e por licenciosos ritos de fecundidade. Distinguiram-se, contudo, nas manufaturas especializadas, na geografia e na navegação. Fundaram colônias em Cartago e em Utica (no norte da África), perto da moderna Palermo (na Sicília), nas ilhas Baleares e em Cadiz e Malaga (na Espanha). Eram famosos em todo o mundo antigo por suas indústrias de vidro e metal e por seu corante de púrpura, extraído de um molusco encontrado nos mares vizinhos. Fizeram tais progressos na arte da navegação que podiam marear à noite, à luz das estrelas. Entre os povos menos aventureiros a estrela polar foi conhecida por algum tempo como a "estrela dos fenícios". Navios e marinheiros fenícios eram recrutados por todas as grandes potências. O feito mais duradouro desse povo foi, todavia, completar e difundir um alfabeto baseado em princípios que os egípcios haviam descoberto. A contribuição fenícia consistiu na adoção de um sistema de sinais que representavam os sons da voz humana e na eliminação de todos os caracteres pictográficos e silábicos. Esse alfabeto foi retomado pelos gregos, que o adaptaram para sua própria língua.

4. LIÇÕES DEIXADAS PELA HISTÓRIA DOS ESTADOS DO ORIENTE PRÓXIMO

Como a maioria dos demais períodos na história do mundo, o período dos estados que estudamos até agora representou uma época de antagonismo e disputas. Quase todos os grandes impérios, e também a maioria dos estados menores, dedicavam suas energias, na maior parte do tempo, a políticas de expansão e agressão. As únicas exceções notáveis foram as civilizações minóica e egípcia, porém mesmo os egípcios, no período final de sua história, não cediam o passo a ninguém em sua política imperialista. As causas disso eram em grande parte de natureza geográfica. Cada nação se habituava à busca de seus próprios interesses em algum vale fluvial fértil ou em algum planalto de fácil defesa. O isolamento engendrava o medo dos estrangeiros e uma incapacidade de pensar no próprio povo como membros de uma mesma humanidade. As sensações de insegurança que daí resultavam pareciam justificar políticas externas agressivas e a anexação de estados vizinhos para servir como anteparos em relação a um mundo hostil.

Defeitos dos impérios do Oriente Próximo

Parece possível relacionar todos os infortúnios das nações do Oriente Próximo a guerras de agressão e à cobiça imperialista. Arnold J. Toynbee demonstrou isso, de modo inequívoco, no que se refere aos assírios. Para esse historiador, o mesmo se aplica também a povos posteriores como os espartanos, os cartagineses, os macedônios e os turcos otomanos. Cada qual transformou o militarismo e a conquista em seus deuses e acarretou tamanha destruição contra si próprio que quando teve de tomar uma última posição heróica frente aos inimigos já não passava de um "cadáver couraçado". A sorte que lhe coube não foi a morte através de conquista estrangeira, mas o suicídio nacional.[1] Os hábitos guerreiros traziam em seu bojo o racismo, o gosto pela vida fácil e pelo luxo, o crime e a desonestidade, além dos encargos esmagadores da tributação. A expansão do império promovia uma prosperidade fictícia, pelo menos para as classes superiores, e despertava entre as nações mais pobres uma inveja suficiente para transformá-las em ativos conspiradores contra um vizinho rico que podia ser facilmente representado como opressor. A utilização de aliados famintos e descontentes contra rivais poderosos não é coisa nova na história.

Resultados do imperialismo do Oriente Próximo

[1] D. C. Somervell (org.), *A Study of History*, de A. J. Toynbee, I, 338-43.

Segunda Parte

AS CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS: GRÉCIA E ROMA

Depois de 600 a.C. os centros de civilização do mundo ocidental deixaram de se limitar principalmente ao Oriente Próximo. A essa altura, duas novas culturas, na Grécia e na Itália, já caminhavam para a maturidade. Ambas haviam começado a evoluir muito antes, mas a civilização da Grécia não iniciou seu pleno desenvolvimento senão por volta de 600 a.C., enquanto os romanos apenas acenavam com a promessa de realizações originais antes de 500 a.C. Por volta de 300 a.C. a civilização grega propriamente dita chegava ao fim e era suplantada por uma nova cultura, que representava uma fusão de elementos derivados da Grécia e do Oriente Próximo. Essa foi a civilização helenística, que se estendeu até mais ou menos o início da era cristã e que abrangia não só a península grega, mas também o Egito e grande parte da Ásia a oeste do rio Indo. A característica básica que distingue essas três civilizações das que haviam existido antes é o secularismo. A religião já não absorvia o interesse do homem tanto quanto no antigo Egito ou nas nações da Mesopotâmia. Agora o estado está acima da igreja e o poder dos sacerdotes na determinação das diretrizes da evolução cultural foi enormemente reduzido. Além disso, os ideais de liberdade humana e a ênfase no bem-estar do indivíduo sobrepujaram largamente o despotismo e o coletivismo do antigo Oriente Próximo. Só no final da história romana, por volta do século III d.C. foi que o despotismo do Oriente Próximo começou a se reafirmar nos limites da Roma imperial. Também nessa época, aproximadamente, uma nova religião, o cristianismo, começava a transformar a vida no Ocidente.

As Civilizações Clássicas da Guerra e de Roma

	POLÍTICA	FILOSOFIA E CIÊNCIA
800 a.C.	Idade das Trevas da história grega, 1100-800	
	Início das cidades-estados da Grécia, *c.* 800	
	Fundação de Roma, *c.* 750	Tales de Mileto, *c.* 640-546
		Pitágoras, *c.* 582-*c.* 507
	Época dos tiranos na Grécia, *c.* 650-*c.* 500	
	Reformas de Sólon em Atenas, 594	
	Tirania de Pisístrato, 560	
	Reformas de Clístenes, 508	
500 a.C.	Fundação da república romana, *c.* 500	Protágoras, *c.* 490-*c.* 420
	Guerra greco-pérsica, 490-479	Sócrates, 469-399
	Liga de Delos, 479-404	
	Perfeição da democracia ateniense, 461-429	
	Lei das Doze Tábuas, Roma, *c.* 450	Hipócrates, 460-*c.* 377
	Guerra do Peloponeso, 431-404	Demócrito, *c.* 460-*c.* 362
400 a.C.		Os sofistas, *c.* 450-*c.* 400
		Platão, 427-347
	Supremacia tebana na Grécia, 371-362	Aristóteles, 384-322
	Conquista macedônia da Grécia, 338-337	Epicuro, 342-270
	Conquistas de Alexandre Magno, 336-323	Zenon o Estóico, *c.* 320-*c.* 250
	Divisão do império de Alexandre, 323	Euclides, *c.* 323-285
300 a.C.		Aristarco, *c.* 287-212
	Guerras púnicas, entre Roma e Cartago, 264-146	Arquimedes, *c.* 287-212
		Eratóstenes, *c.* 276-*c.* 195
200 a.C.		Herófilo, *c.* 220-*c.* 150
		Políbio, *c.* 205-118
		Os céticos, *c.* 200-*c.* 100
	Reformas dos Gracos, 133-121	
		Introdução do estoicismo em Roma, *c.* 140
100 a.C.		Cícero, 106-43
	Ditadura de Júlio César, 46-44	
	Principado de Augusto César, 27 a.C.-14 d.C.	
		Lucrécio, 98-55
		Sêneca, 34 a.C.-65 d.C.
100 d.C.	"Os cinco bons imperadores", 96-180	Marco Aurélio, 121-180
200 d.C.	Direito romano completado por grandes juristas, *c.* 200	Galeno, 130-*c.* 200
	Guerra civil no Império Romano, 235-284	Plotino, *c.* 204-270
	Diocleciano, 284-305	
300 d.C.	Constantino I, 306-337	
	Teodósio I, 379-395	
400 d.C.	Visigodos saqueiam Roma, 410	
	Deposição do último imperador romano, 476	
	Teodorico o Ostrogodo, rei da Itália, 493-526	Boécio, *c.* 480-524
500 d.C.	Justiniano, 527-565	
	Corpus do direito romano, *c.* 550	

ECONOMIA	RELIGIÃO	ARTES E LETRAS	
Revolução econômica e colonização na Grécia, *c.* 750-*c.* 600 Ascensão da classe média na Grécia, *c.* 750-*c.* 600		*Ilíada* e *Odisséia, c.* 750 Estilo arquitetônico dórico, *c.* 650-*c.* 500	*800 a.C.*
	Cultos dos mistérios órficos e eleusinos, *c.* 500-*c.* 100	Ésquilo, 525-456 Fídias, *c.* 500-*c.* 432 Estilo arquitetônico jônico, *c.* 500-*c.* 400 Sófocles, 496-406 Heródoto, *c.* 484-*c.* 420 Eurípedes, 480-406 Tucídides, *c.* 471-*c.* 400 O Partenon, *c.* 460	*500 a.C.*
Comércio internacional helenístico e crescimento de grandes cidades, *c.* 300 a.C.-*c.* 100 d.C.		Aristófanes, *c.* 448-*c.* 380 Estilo arquitetônico coríntio, *c.* 400-*c.* 300 Praxíteles, *c.* 370-*c.* 310	*400 a.C.*
Crescimento da escravidão, ascensão da classe média, declínio dos pequenos lavradores em Roma, *c.* 250-100	Cultos dos mistérios orientais em Roma, *c.* 250-50		*300 a.C.* *200 a.C.*
	Propagação do mitraísmo em Roma, 27 a.C.-270 d.C.	Virgílio, 70-19 Horácio, 65-8 Lívio, 59 a.C.-17 d.C. Ovídio, *c.* 43 a.C.-17 d.C.	*100 a.C.*
Declínio da escravidão em Roma, *c.* 120-*c.* 476 Crescimento da servidão em Roma, *c.* 200-500 Intensa concentração econômica em Roma, *c.* 200-*c.* 300	A Crucificação, *c.* 30 d.C. Obra missionária de S. Paulo, *c.* 35-*c.* 67	Tácito, *c.* 55 d.C.-*c.* 117 d.C. O Coliseu, *c.* 80 d.C. O Panteão, *c.* 120 Apogeu da estatuária realista romana, *c.* 120-*c.* 250	*100 d.C.* *200 d.C.*
	Início da tolerância dos cristãos no Império Romano, 311 Santo Agostinho, 354-430 O cristianismo torna-se religião oficial do império romano, 380		*300 d.C.* *400 d.C.*
	Regra monástica beneditina, *c.* 520		*500 d.C.*

Capítulo 6

A CIVILIZAÇÃO HELÊNICA

Lá moram a Retidão e suas irmãs,
Alicerces fortes das cidades,
Justiça e Paz, que com ela foram geradas,
Dispensadoras de riqueza aos homens,
Áureas filhas da Razão, a boa conselheira.

– Píndaro, sobre a cidade de Corinto, *Ode Olímpica XIII*

Ora, o que há de mais característico em qualquer natureza é aquilo que mais lhe convém e que lhe causa maior alegria. Tal é, para o homem, a vida segundo a razão, porquanto é ela que o torna humano.

– Aristóteles, *Ética a Nicômaco*

O caráter da civilização helênica

Entre todos os povos do mundo antigo, aquele cuja cultura mais claramente exemplificou o espírito do homem ocidental foi o helênico ou grego. Nenhuma dessas nações possuía tamanha dedicação à liberdade, pelo menos para si própria, ou uma crença tão firme na nobreza das realizações humanas. Os gregos glorificavam o homem como a mais importante criatura do universo e recusavam submeter-se às imposições dos sacerdotes ou dos déspotas ou mesmo humilhar-se diante de seus deuses. Suas atitudes eram essencialmente laicas e racionalistas. Exaltavam o espírito de livre exame e colocavam o conhecimento acima da fé. Em grande parte, foi devido a essas razões que exalçaram sua cultura ao mais alto nível que o mundo antigo estava destinado a atingir.

1. A IDADE DAS TREVAS NA GRÉCIA

A Idade das Trevas

A queda da civilização miceniana foi uma enorme catástrofe para o mundo grego. Acarretou um período que comumente os historiadores denominam de Idade das Trevas, e que durou aproximadamente de 1100 a 800 a.C. Os registros escritos desapareceram, salvo alguns poucos, preservados por acidente, e a cultura retornou a formas mais simples do que aquelas que se haviam tornado conhecidas durante séculos. Por volta do final desse período alguns vasos de cerâmica decorados, além de objetos de metal, habilmente executados, começaram a aparecer nas ilhas do mar Egeu; mas, essencialmente, o período

foi uma longa noite. Afora o desenvolvimento da escrita, já no fim do período, as realizações intelectuais reduziram-se a baladas e breves poemas épicos cantados e embelezados por bardos que vagueavam de um povoado a outro. Grande parte desse material foi entretecido e transformado num grande ciclo épico por um ou mais poetas no século VIII a.C. Embora nem todos os poemas desse ciclo tenham chegado até nós, os dois mais importantes – a *Ilíada* e a *Odisséia* – nos fornecem um rico tesouro de informações sobre os costumes e as instituições da Idade das Trevas.

As instituições políticas dessa época eram extremamente primitivas. Cada pequena comunidade de aldeias era independente de controle externo, mas a autoridade política era de tal modo tênue que não seria exagero dizer que o estado existia apenas no nome. O *basileus* ou senhor não era muito mais do que um chefe tribal. Não podia fazer ou mandar executar leis, nem administrar justiça. Não recebia remuneração de qualquer espécie, e tinha de cultivar sua terra para prover o sustento próprio, como qualquer outro cidadão. Praticamente, suas únicas funções eram militares e sacerdotais. Comandava o exército em tempo de guerra e oferecia sacrifício aos deuses para conservá-los em boa paz com a comunidade. Embora cada pequeno grupo de aldeias tivesse seu conselho de nobres e sua assembléia de guerreiros, nenhum desses corpos tinha integrantes definidos ou o caráter jurídico de órgão de governo. Quase sem exceção, o costume tomava o lugar da lei e a administração da justiça era privada. Até o homicídio premeditado só era punível pela família da vítima. Embora, na verdade, as disputas fossem às vezes submetidas à apreciação do *basileus*, em tais casos ele agia simplesmente como árbitro e não como juiz. Na realidade, a consciência política dos gregos desse tempo estava tão pouco desenvolvida que não existia qualquer concepção do governo como uma força indispensável à preservação da ordem pública. Quando Ulisses, senhor de Ítaca, esteve ausente durante vinte anos, não foi designado um regente para substituí-lo nem se convocou uma sessão do conselho ou assembléia. Ninguém parece ter pensado que uma suspensão completa do governo, mesmo por tempo tão dilatado, fosse assunto de grave importância.

A vida social e econômica era assombrosamente simples. Embora o tom geral da sociedade descrito nos cantos épicos seja aristocrático, não havia na realidade uma rígida estratificação de classes. O trabalho manual não era considerado degradante e, aparentemente, não havia ricos ociosos. Pelo conteúdo dos versos homéricos parece claro que havia algum tipo de trabalhadores dependentes, que lavravam as terras dos nobres e os serviam como fiéis guerreiros, mas parecem ter sido antes servos que escravos. Os escravos eram principalmente mulheres, utilizadas como criadas, tosquiadoras, fiandeiras ou concubinas. Muitas eram cativas de guerra, mas não parecem ter sido maltratadas. As ocupações básicas dos cidadãos eram a agricultura e a pecuária. Não havia especialização de trabalho, com exceção de alguns ofícios como construção de carros, cutelaria, ourivesaria e olaria. Geralmente cada família fabricava os seus instrumentos, tecia o seu pano e produzia seu alimento. Tão longe estavam os gregos desse tempo de ser um povo comerciante que sua língua não possuía a palavra "mercador" e o escambo era o único sistema de troca então praticado.

Concepções religiosas na Idade das Trevas

Para os gregos da Idade das Trevas, a religião significava sobretudo um sistema para (1) explicar o mundo físico de maneira que afastasse seus mistérios inquietantes e desse ao homem um sentimento de íntima ligação com ele; (2) explicar as paixões tempestuosas que se apoderam dos homens, levando-os a perder o autodomínio, qualidade que os gregos consideravam essencial ao êxito na guerra; (3) obter benefícios concretos como boa sorte, vida longa, habilidade em seu ofício e colheitas abundantes. Os gregos não esperavam que sua religião os salvasse do pecado ou lhes concedesse dons espirituais. De acordo com a concepção que tinham dela, a piedade não era questão nem de conduta nem de fé. Por conseguinte, sua religião não possuía mandamentos, dogmas ou sacramentos. Todo homem era livre para acreditar no que lhe aprouvesse e conduzir sua vida como melhor entendesse, sem temer a ira dos deuses.

Atributos humanos das divindades gregas

Como se sabe, as divindades da religião grega primitiva eram simples seres humanos ampliados. Era efetivamente necessário que assim fosse para que os gregos se sentissem bem no mundo que governavam. Seres remotos e onipotentes, como os deuses de grande parte das religiões orientais, teriam inspirado antes medo do que uma sensação de segurança. O que os gregos desejavam não era necessariamente deuses de grande poder, mas divindades com as quais pudessem negociar em pé de igualdade. Conseqüentemente, os deuses eram dotados de atributos semelhantes aos humanos — corpos humanos e fraquezas e desejos também humanos. Para os primitivos gregos, as inúmeras divindades brigavam freqüentemente umas com as outras, necessitavam de alimento e sono, misturavam-se livremente com os homens e até mesmo, às vezes, tinham filhos de mulheres mortais. Diferiam dos homens somente por se alimentarem de ambrosia e néctar, o que lhes conferia imortalidade. Não moravam no céu ou nas estrelas, e sim no alto do monte Olimpo, um pico do norte da Grécia, com cerca de 3.000 metros de altura.

Posseidon ou Zeus. Detalhe de uma estátua ateniense de mais ou menos 470 a.C., maior do que o tamanho natural.

A religião era rigorosamente politeísta e nenhuma das divindades se elevava muito acima das demais. Zeus, o deus do céu e manejador do raio, às vezes chamado pai dos deuses e dos homens, com freqüência recebia menos atenção do que Posseidon, o deus do mar, Afrodite, a deusa do amor, ou Atena, considerada deusa da sabedoria e da guerra e protetora das artes. Visto que os gregos não tinham nenhum Satã, sua religião não pode ser considerada dualística. Todas as divindades eram capazes tanto do mal como do bem.

Indiferença quanto à vida além-túmulo

Os gregos da Idade das Trevas eram quase completamente indiferentes ao que lhes aconteceria depois da morte. Supunham, no entanto, que as sombras ou fantasmas dos homens sobreviviam por certo tempo após a morte do corpo. Com raras exceções, iam todos para a mesma morada — o reino escuro do Hades, situado debaixo da terra. Não era nem um paraíso nem um inferno: ninguém era recompensado por suas boas ações ou punido pelos seus pecados. Cada uma das sombras parecia levar o mesmo tipo de vida que sua corporificação humana tivera na terra. Os poemas homéricos faziam menção ocasional a dois outros reinos, o dos Campos Elísios e o do Tártaro, o que à primeira vista parece contradizer a idéia de inexistência de recompensas e punições no além. Mas os poucos indivíduos que gozavam o sossego e o conforto dos Campos Elísios nada tinham feito para merecer tais bênçãos; eram

simplesmente pessoas a quem os deuses haviam resolvido favorecer. O reino do Tártaro não era na verdade uma morada dos mortos, e sim uma prisão para as divindades rebeldes.

Caráter externo e mecânico do culto

O culto, na primitiva religião grega, consistia principalmente em sacrifícios. As oferendas, no entanto, eram feitas não como uma expiação do pecado, mas apenas para agradar os deuses e induzi-los a conceder favores. Em outras palavras, a prática religiosa era externa e mecânica, e não estava muito distante da magia. A reverência, a humildade e a pureza de coração não constituíam parte essencial dela. O adorador simplesmente fazia o sacrifício apropriado e ficava a esperar pelo melhor. Uma tal religião não requeria instituições complicadas. Até mesmo o sacerdócio profissional era desnecessário. Uma vez que não havia ritos e sacramentos, um homem podia celebrar os ritos simples tão bem como qualquer outro. O templo grego não era uma igreja ou lugar de reunião religiosa, e nele não se realizavam quaisquer cerimônias. Em lugar disso, era um santuário que o deus podia ocasionalmente visitar e usar como morada temporária.

Como já foi indicado, a moral dos gregos da Idade das Trevas tinha apenas uma vaga ligação com sua religião. Embora seja verdade que os deuses estavam geralmente dispostos a apoiar o direito, não se consideravam no dever de combater o mal e fazer prevalecer a justiça. Ao dispensar recompensas aos homens, pareciam ser levados mais pelo capricho ou pela gratidão que lhes inspirava a oferenda de sacrifícios do que por qualquer consideração de índole moral. O único crime que puniam era o perjúrio, e mesmo isso sem grande coerência. Quase todas as virtudes louvadas nos poemas épicos eram aquelas que podem fazer do indivíduo um soldado melhor: bravura, autodomínio, patriotismo, sabedoria (no sentido de astúcia), devotamento aos amigos e ódio aos inimigos. Não havia concepção de pecado no sentido cristão de atos iníquos dos quais o pecador se arrepende ou pelos quais oferece expiação.

Os ideais gregos básicos

Ao fim da Idade das Trevas os gregos já iam bem adiantados no caminho dos ideais sociais que estavam destinados a seguir nos séculos subseqüentes. Eram otimistas, convencidos de que a vida merecia ser vivida por si mesma, e não viam qualquer razão para considerar a morte como uma libertação feliz. Eram egoístas, esforçando-se pela plena afirmação do eu. Por isso, rejeitavam a mortificação da carne e todas as formas de abnegação que pudessem implicar frustração da vida. Não viam nenhum mérito em se humilhar ou em oferecer a outra face. Eram humanistas que adoravam antes o finito e o natural que o extraterreno e o sublime. Por essa razão recusavam-se a revestir seus deuses de qualidades que inspirassem medo ou a formar qualquer concepção do homem como criatura depravada e pecaminosa. Finalmente, eram devotados à liberdade, numa forma ainda mais extremada que a maioria de seus descendentes do período clássico estaria disposta a aceitar.

2. A EVOLUÇÃO DAS CIDADES-ESTADOS

Origem e natureza das cidades-estados

Por volta de 800 a.C., as comunidades de aldeias, fundadas sobretudo sobre organizações tribais ou de clã, começaram ceder lugar a unidades políticas maiores. À medida que aumentava o comércio e a necessi-

dade de defesa, as cidades se desenvolviam em torno de mercados e fortificações defensivas, como sedes de governo para toda uma comunidade. Surgiu assim a cidade-estado, a mais famosa unidade de sociedade política desenvolvida pelos gregos. Exemplos dela podem ser encontrados em quase todas as partes do mundo helênico. Entre as mais conhecidas contam-se: Atenas, Tebas e Mégara, no continente; Esparta e Corinto, no Peloponeso; Mileto, na costa da Ásia Menor; e Mitilene e Samos, nas ilhas do mar Egeu. Variavam enormemente tanto em área como em população. Esparta, com mais de 7.700km², e Atenas, com 2.750km², tinham incomparavelmente a maior extensão. As demais tinham, em média, menos de 260km². No auge de seu poder, Atenas e Esparta, cada qual com uma população de cerca de 400.000 habitantes, contavam com uma força numérica aproximadamente três vezes maior que a da maioria dos estados vizinhos.

Variações entre as cidades-estados

Fato mais importante é que as cidades-estados gregas variaram amplamente no tocante à evolução cultural. Entre 800 e 500 a.C., o período comumente chamado arcaico, as cidades peloponesas de Corinto e Argos encabeçaram o desenvolvimento da literatura e das artes. No séc. VII Esparta sobrepujou muitas de suas rivais. Acima de todas destacavam-se as cidades de língua grega da costa da Ásia Menor e das ilhas do Egeu. Entre elas ocupava posição ímpar Mileto, onde, como veremos, já no século VI ocorreu um brilhante florescimento da filosofia e da ciência. Atenas permaneceu atrasada em relação a estas até pelo menos cem anos depois.

Evolução das cidades-estados

Com poucas exceções, as cidades-estados tiveram evolução política semelhante. Começaram sua história como monarquias. Durante o século VIII transformaram-se em oligarquias. Mais ou menos cem anos depois, em média, as oligarquias foram derrubadas por ditadores – ou "tiranos", como os gregos os denominavam, querendo designar com o termo usurpadores que governavam ilegalmente, fosse ou não através de opressão. Finalmente, nos séculos VI e V, criaram-se democracias ou, em alguns casos, "timocracias", isto é, governos baseados sobre uma classificação das propriedades para o exercício dos direitos políticos, ou nas quais o amor à honra e à glória era o princípio da dominação.

As causas do ciclo político; crescimento da colonização

De modo geral, não é difícil determinar as causas dessa evolução política. A primeira mudança adveio como resultado da concentração da riqueza agrária. À medida que os detentores de grandes propriedades ganhavam poder econômico cada vez maior, resolveram arrebatar a autoridade política do governante, já então comumente chamado rei, e dá-la a um conselho, que eles geralmente manobravam. Por fim, aboliram completamente a monarquia. Seguiu-se um período de amplas mudanças econômicas e de perturbações políticas.

Resultados da expansão grega

Tais fatos afetaram não só a própria Grécia como também muitas outras partes do mundo mediterrâneo, uma vez que foram acompanhados e seguidos por uma vasta expansão ultramarina. As causas principais foram uma crescente escassez de terras agrícolas, litígios internos e um ânimo geral de inquietude e descontentamento. Os gregos logo tomaram conhecimento de numerosas áreas, esparsamente povoadas, com clima e solo semelhantes aos de suas terras natais. As cidades-estados mais ativas no movimento de expansão foram Corinto, Cálcis e Mileto. Seus cidadãos fundaram colônias ao longo da costa do Egeu e até na Itália e na Sicília. Entre as últimas, as mais conhecidas foram Taras (a moderna

Taranto) e Siracusa. Além disso, fundaram entrepostos comerciais na costa do Egito e mais a leste, chegando à Babilônia. Esse movimento expansionista teve conseqüências de peso. O comércio e a indústria passaram a ser as principais atividades, cresceu a população urbana e a riqueza assumiu novas formas. A classe média ascendente uniu-se, então, aos lavradores esbulhados num ataque contra a oligarquia dos latifundiários. O fruto natural desses violentos conflitos de classe foi a ditadura. Encorajando esperanças extravagantes e prometendo a supressão do caos, demagogos ambiciosos conseguiram apoio popular suficiente para capacitá-los a assumir o poder, desafiando as constituições e as leis. Por fim, entretanto, o descontentamento com o governo despótico, bem como o aumento do poder econômico e da consciência política dos cidadãos comuns levaram à fundação de democracias ou de oligarquias liberais.

A grande semelhança do desenvolvimento interno

Infelizmente, o espaço de que dispomos não permite uma análise da história política de cada uma das cidades-estados gregas. Exceto nas partes mais atrasadas da Tessália e do Peloponeso, pode-se concluir com segurança que o desenvolvimento interno de todas elas seguiu a descrição que fizemos acima, embora ocorressem, sem dúvida, pequenas variações, devido às condições locais. Os dois estados helênicos mais importantes — Esparta e Atenas — merecem estudo mais pormenorizado.

3. ESPARTA: UM ACAMPAMENTO MILITAR

O desenvolvimento peculiar de Esparta

A história de Esparta[1] foi a grande exceção na evolução política das cidades-estados. A despeito do fato de seus cidadãos terem a mesma origem da maioria dos demais gregos, Esparta não conseguiu nenhum progresso no sentido da ordem democrática. Ao invés disso, aos poucos seu governo assumiu uma forma mais assemelhada a uma moderna ditadura plutocrática. Também culturalmente a nação estagnou após o século VI a.C. Em parte, as causas de tais fatos deveram-se ao isolamento. Cercados de montanhas a nordeste e a oeste, e sem bons portos, os espartanos tinham poucas oportunidades de lucrar com os progressos feitos no mundo exterior. A par disso, não surgiu uma classe média que ajudasse as massas na luta pela liberdade.

O desejo de conquista espartano

A explicação principal, no entanto, encontra-se no militarismo. Os primeiros espartanos foram dórios, que haviam chegado ao Peloponeso oriental como um exército invasor. De início tentaram fundir-se com os micenianos que ali encontraram. Entretanto, surgiram conflitos, e os espartanos recorreram à conquista. Ainda que ao fim do século IX houvessem passado a dominar toda a Lacônia, não estavam satisfeitos. A oeste das montanhas do Taígeto estendia-se a fértil planície de Messênia. Os espartanos decidiram-se por sua conquista. A aventura teve êxito e o território messênio foi anexado à Lacônia. Por volta de 640 a.C., os messênios obtiveram o auxílio de Argos e desencadearam uma

[1] Esparta era a principal cidade de uma região chamada Lacônia ou Lacedemônia; às vezes, o *estado* era designado por um ou outro desses nomes. Também o povo recebia freqüentemente o nome de lacônios ou lacedemônios. (O moderno adjetivo "lacônico" deriva da reputação que tinham os antigos espartanos de pouparem palavras.)

revolta. A guerra que se seguiu foi encarniçada; a própria Lacônia foi invadida e a salvação dos espartanos parece ter-se devido unicamente à morte do comandante argivo e aos inflamados discursos do poeta-espadachim Tirteu. Dessa vez os vencedores não se arriscaram. Confiscaram as terras dos messênios, assassinaram ou expulsaram seus chefes e reduziram as massas à condição de servos, os hilotas. Após as guerras messênias, os espartanos recearam que novas guerras externas proporcionassem as oportunidades para um levante dos hilotas; por conseguinte, Esparta dedicou-se a manter o que já havia obtido.

Resultados do militarismo espartano

Não havia praticamente um só aspecto da vida dos espartanos que não fosse conseqüência de suas guerras com os messênios. Ao subjugar e despojar seus inimigos, escravizaram-se sem querer a si mesmos, pois viveram os séculos restantes de sua história num temor mortal de insurreições. É esse medo que explica seu conservadorismo, sua obstinada resistência à mudança, para que nenhuma inovação resultasse num fatal enfraquecimento do sistema. O provincialismo espartano pode ser também atribuído à mesma causa. Amedrontados pela perspectiva de que idéias perigosas pudessem ser introduzidas no país, condenavam as viagens e proibiam o comércio com o exterior. A necessidade de manter uma supremacia absoluta da classe dos cidadãos sobre uma enorme população de servos exigia disciplina férrea e completa subordinação do indivíduo; daí o coletivismo espartano, que atingia todos os ramos de sua vida social e econômica. Por fim, grande parte do atraso cultural de Esparta nasceu da atmosfera de repressão, resultado inevitável da violenta luta para conquistar os messênios e mantê-los sob severa sujeição.

O governo de Esparta

A constituição espartana dispunha sobre a organização de um governo que preservasse as formas do antigo sistema da Idade das Trevas. Em lugar de um rei, no entanto, havia dois, representando famílias diferentes de categoria elevada. Os dois soberanos espartanos gozavam, porém, de poucos poderes, sendo estes sobretudo de caráter militar e sacerdotal. Um segundo ramo do governo era o conselho, composto pelos dois reis e por vinte e oito nobres, maiores de sessenta anos. Esse corpo supervisionava o trabalho de administração, elaborava medidas a serem submetidas à assembléia e funcionava como tribunal supremo nos processos criminais. O terceiro órgão de governo, a assembléia, composta por todos os homens adultos, aprovava ou rejeitava as propostas do conselho e elegia todos os funcionários públicos, exceto os reis. No entanto, a mais alta autoridade sob a constituição espartana era um conselho de cinco membros, conhecido como *eforato*. Os éforos eram praticamente o governo. Presidiam ao conselho e à assembléia, controlavam o sistema educacional e a distribuição da propriedade, censuravam as vidas dos cidadãos e exerciam o direito de veto sobre toda legislação. Tinham também poder para determinar o destino dos recém-nascidos, iniciar ações judiciais junto ao conselho e até depor os reis, se os prognósticos religiosos parecessem desfavoráveis. Assim, dominado pelos éforos, o governo espartano era, na realidade, uma oligarquia.

O sistema de classes em Esparta

A população de Esparta dividia-se em três classes principais. A camada dominante era constituída pelos esparciatas, ou descendentes dos primeiros conquistadores. Embora nunca excedessem um vigésimo da população total, somente eles tinham privilégios políticos. Em seguida vinham os "periecos", isto é, os que "moravam em redor". A origem dessa classe é incerta, mas provavelmente compunha-se de povos que em

certa época tinham sido aliados dos espartanos ou se haviam submetido voluntariamente ao seu domínio. Em retribuição a seus serviços como camada intermediária entre a classe dominante e os servos, os periecos tinham permissão de comerciar e dedicar-se à manufatura. No fundo da escala estavam os hilotas, ou servos, presos à terra.

Periecos e hilotas

Dessas classes, somente a dos periecos gozava de conforto e liberdade apreciáveis. Embora seja verdade que a condição econômica dos hilotas não possa ser descrita em termos de absoluta miséria, uma vez que podiam guardar para si boa parte do que produziam nas propriedades de seus amos, eram submetidos a um tratamento pessoal tão vergonhoso que constantemente se sentiam infelizes e revoltados. A fim de se precaverem contra a rebelião, jovens esparciatas eram às vezes mandados, disfarçados, para viver entre os hilotas e para agir como polícia secreta, com permissão para matar quem lhes aprouvesse. É fácil imaginar os efeitos brutalizadores disso sobre ambos os lados.

Disciplina em benefício do estado

Aqueles que nasciam na classe dos esparciatas eram condenados a uma respeitável escravidão durante a maior parte de suas vidas. Forçados a se submeter à mais severa disciplina e ao sacrifício dos interesses individuais, nada mais eram do que dentes de engrenagens de uma vasta máquina. Em Esparta, os bebês eram examinados ao nascer e os que fossem considerados débeis eram levados para as colinas, onde morreriam à míngua. A educação dos rapazes limitava-se quase inteiramente ao treinamento militar, que começava aos sete anos, suplementado por impiedosos açoitamentos, a fim de enrijecê-los para os deveres de guerra. Entre os vinte e os sessenta anos, os homens consagravam quase todo seu tempo ao serviço do estado. Embora o casamento fosse praticamente obrigatório, havia pouca vida familiar: os rapazes tinham de viver em quartéis, e após os trinta anos de idade ainda tinham de comer em refeitórios militares. Na noite de núpcias, os espartanos fugiam com suas mulheres, mediante uma demonstração de força. Como as viam pouquíssimo depois disso, sucedia às vezes que os homens "tinham filhos antes que jamais contemplassem os rostos de suas mulheres à luz do dia".[2] A produção de prole vigorosa era o principal dever das mulheres, mas as mães tinham de aceitar o fato de os filhos serem praticamente propriedade do estado. É duvidoso que os esparciatas se ressentissem contra essas agruras e privações. Provavelmente o orgulho que sentiam por pertencerem à classe dominante representasse, para eles, compensação pela disciplina férrea e pela negação de privilégios.

Regulamentação econômica

A organização econômica de Esparta visava quase que unicamente garantir a eficiência militar e a supremacia da classe dos cidadãos. As melhores terras eram propriedade do estado e, de início, tinham sido divididas em glebas iguais, doadas aos esparciatas como propriedade inalienável. Mais tarde, essas glebas, assim como as terras inferiores, puderam ser vendidas ou trocadas, com o que alguns cidadãos se tornaram mais ricos que outros. Os hilotas, que executavam todo o trabalho de cultivo do solo, pertenciam também ao estado e eram cedidos a seus amos juntamente com a terra. Estes eram proibidos de emancipá-los ou vendê-los fora do país. O trabalho dos hilotas provia o sustento de toda a classe dos cidadãos, a cujos integrantes não era

[2] Plutarco, "Licurgo", *Vidas de homens ilustres*, v. I, p. 81.

permitido participar de qualquer empreendimento econômico além da agricultura. A pouca atividade comercial e manufatureira do estado espartano estava reservada exclusivamente aos periecos.

Descrição do sistema econômico

O sistema econômico espartano é freqüentemente descrito pelos historiadores modernos como comunista. É verdade que certos meios de produção (como os hilotas e a terra) constituíam propriedade coletiva, ao menos em teoria, e que os homens da classe dos esparciatas contribuíam de seu bolso para os ranchos militares comuns. Salvo, porém, essas exceções, o sistema ficava tão distante do comunismo quanto da anarquia. Os elementos essenciais do ideal comunista incluem as doutrinas de que todos os instrumentos de produção pertençam à comunidade, que ninguém possa viver da exploração do trabalho alheio, e que todos trabalhem em benefício da comunidade e dividam a riqueza em proporção à necessidade de cada um. Em Esparta, o comércio e a indústria estavam em mãos de particulares, os hilotas eram forçados a contribuir com parte do que produziam para prover a subsistência de seus amos, e os privilégios políticos eram reservados a uma classe governante cujos membros não realizavam nenhum trabalho socialmente útil. Com seu militarismo, sua polícia secreta, seu governo de minoria e sua economia fechada, o sistema espartano mais lembrava o fascismo do que o verdadeiro comunismo.

4. O TRIUNFO E A TRAGÉDIA DE ATENAS

Vantagens desfrutadas pelos atenienses

Atenas começou sua história sob condições bem diferentes das que prevaleciam em Esparta. A região da Ática, em que fica Atenas, não sofrera nenhuma invasão armada nem fora palco de um duro conflito entre povos inimigos. Em resultado disso, nenhuma casta militar impôs seu domínio sobre um povo vencido. Além disso, a riqueza da Ática consistia em depósitos minerais e esplêndidos portos, além de recursos agrícolas. Por isso Atenas não permaneceu um estado predominantemente agrário, mas rapidamente desenvolveu um comércio próspero e uma cultura essencialmente urbana.

Da monarquia à oligarquia em Atenas

Até meados do século VIII a.C., Atenas, como os outros estados gregos, tivera um governo monárquico. Durante o século seguinte, o conselho de nobres, ou Areópago, como veio a ser chamado, aos poucos despojou o rei de seus poderes. A transição para a ordem oligárquica foi tanto a causa como o efeito de um aumento da concentração da riqueza. A introdução da cultura da vinha e da oliveira proporcionou, mais ou menos nessa época, o desenvolvimento da agricultura em grande escala. Como os vinhedos e os olivais requerem tempo considerável para se tornarem lucrativos, somente os agricultores que dispunham de recursos abundantes podiam sobreviver no negócio. Seus vizinhos mais pobres e menos parcimoniosos depressa se atolavam em dívidas, principalmente porque o trigo começava a ser importado a preços exorbitantes. O pequeno lavrador não tinha outra alternativa senão hipotecar sua terra e depois sua família e a si próprio, na vã esperança de algum dia encontrar um meio de libertar-se. Muitos homens dessa classe acabaram como servos, quando não puderam mais pagar as hipotecas; os que não possuíam terras para hipotecar eram vendidos como escravos.

Levantaram-se então gritos de desespero e ouviram-se ameaças de revolução. A classe média urbana uniu-se à causa dos camponeses, exigindo a liberalização do governo. Finalmente, em 594 a.C., todos concordaram com a indicação do aristocrata Sólon como principal magistrado, dando-lhe amplos poderes para realizar reformas. As medidas postas em vigor por Sólon implicavam ajustamentos tanto políticos como econômicos. Os primeiros incluíam: (1) a criação de um novo conselho, o Conselho dos Quatrocentos, e a admissão de elementos da classe média entre seus membros; (2) a concessão de direitos às classes inferiores, tornando-se seus componentes elegíveis para a assembléia; e (3) a organização de um tribunal supremo de recursos, aberto a todos os cidadãos e eleito pelo sufrágio masculino universal. As reformas econômicas beneficiaram os agricultores pobres, cancelando as hipotecas existentes, proibindo para o futuro a escravização por dívida e limitando a quantidade de terra que cada indivíduo podia possuir. Tampouco Sólon descurou a classe média. Introduziu um novo sistema de cunhagem destinado a dar a Atenas vantagens no comércio exterior, impôs pesadas penas à ociosidade, ordenou que todo homem ensinasse um ofício ao filho e ofereceu plenos direitos de cidadania aos artífices estrangeiros que se radicassem no país.

Ameaças de revolução e as reformas de Sólon

Por mais importantes que fossem esses privilégios, não aquietaram o descontentamento. Os nobres sentiam-se irritados pela retirada de alguns de seus privilégios. A classe média e a inferior estavam insatisfeitas porque ainda continuavam excluídas da magistratura e porque o Conselho do Areópago conservava os seus poderes intatos. O caos e a desilusão que se seguiram prepararam o caminho para o triunfo, em 560 a.C., de Pisístrato, o primeiro dos tiranos atenienses. Embora ele se mostrasse um déspota benevolente, que protegeu a cultura, reduziu o poder da aristocracia e elevou o padrão de vida do ateniense médio, seu filho Hípias, que lhe sucedeu, foi um opressor implacável e vingativo.

A ascensão da ditadura

Em 510 a.C. Hípias foi derrubado por um grupo de nobres com a ajuda de Esparta. Desencadearam-se novos conflitos de classe até que Clístenes, um aristocrata inteligente, procurou o apoio das massas para eliminar seus rivais da cena. Tendo prometido concessões ao povo em recompensa de seu auxílio, reformou o governo de maneira tão radical que, desde então, ficou conhecido como o pai da democracia ateniense. Clístenes, que dominou a política ateniense de 508 a 502, aumentou o número de cidadãos, conferindo plenos direitos a todos os homens livres que residiam na região nessa época. Criou um novo conselho e transformou-o em órgão principal do governo, com poderes para submeter medidas à assembléia e o controle supremo das funções executiva e administrativa. Os membros desse conselho deviam ser escolhidos por sorteio. Qualquer cidadão do sexo masculino, com mais de trinta anos, era elegível. Clístenes ampliou também a autoridade da assembléia, dando-lhe o poder de discutir e aceitar ou rejeitar as medidas sugeridas pelo conselho, declarar guerra, consignar verbas e examinar as contas dos magistrados em fim de exercício. Por fim, não muito tempo após a época de Clístenes, em 487 a.C., os atenienses instituíram o ostracismo, pelo qual qualquer cidadão que se tornasse perigoso ao estado podia ser enviado a um exílio honroso por um período de dez anos. Esse estratagema visava eliminar homens de quem se suspeitasse acalentar ambições ditatoriais, mas com muita freqüência seu efeito consistiu em

As reformas de Clístenes

afastar personalidades excepcionais e contribuir para o florescimento da mediocridade.

A democracia ateniense atingiu sua mais alta perfeição na época de Péricles (461–429 a.C.). Foi nesse período que a assembléia adquiriu autoridade para apresentar projetos de lei, sem prejuízo de seus poderes de ratificar ou rejeitar propostas do conselho. Foi também nele que o Conselho dos Dez Generais alcançou uma posição comparável, *grosso modo*, à do conselho de ministros inglês. Os generais eram escolhidos pela assembléia pelo prazo de um ano e podiam ser reeleitos indefinidamente. Péricles ocupou a função de estratego-chefe por mais de trinta anos. Os generais não eram simplesmente comandantes do exército, mas os principais funcionários legislativos e executivos do estado. Embora dispondo de grande poder, não podiam tornar-se tiranos, pois suas políticas tinham de ser submetidas à revisão da assembléia, e podiam ser demitidos ao fim do mandato de um ano, ou acusados de prevaricação a qualquer tempo. Finalmente, foi na época de Péricles que o sistema judiciário ateniense desenvolveu-se ao máximo. Não mais existia uma corte suprema para ouvir os recursos das decisões dos magistrados, mas sim uma série de tribunais populares com autoridade para julgar toda espécie de causas. No começo de cada ano, formava-se, por sorteio, uma lista de 6.000 cidadãos das várias partes da região. Com base nessa lista preparavam-se júris distintos, que variavam de 201 a 1.001 componentes, que julgariam as diferentes causas. Cada um desses júris constituía um tribunal com poder para decidir, por maioria de votos, sobre todas as questões relacionadas à causa. Embora um dos magistrados o presidisse, não tinha prerrogativas de juiz; o próprio júri era o juiz e sua decisão era inapelável.

O apogeu da democracia ateniense

A democracia ateniense diferia da moderna em vários aspectos. Antes de mais nada, excluía inteiramente as mulheres. Além disso, não se estendia a toda a população, mas somente à classe dos cidadãos. Conquanto seja verdade que no tempo de Clístenes os cidadãos provavelmente representassem a maioria dos habitantes, graças à inclusão dos residentes estrangeiros, na época de Péricles já formavam claramente uma minoria. Vale a pena observar, no entanto, que, dentro de seus limites, a democracia ateniense era aplicada mais rigorosamente que a moderna. A escolha por sorteio de todos os magistrados, à exceção dos Dez Generais, a restrição de todos os mandatos de autoridades públicas a um ano, e a adoção inflexível do princípio da maioria, mesmo em julgamentos judiciais, constituíam exemplos de uma confiança na capacidade política do cidadão que poucas nações modernas estariam inclinadas a aceitar. A democracia ateniense diferia também do ideal contemporâneo pelo fato de ser direta, e não representativa. Os atenienses não estavam interessados em ser governados por uns poucos homens de reputação e capacidade; o que os preocupava fundamentalmente era assegurar a cada cidadão a participação ativa no controle de todos os negócios públicos.

Comparação entre a democracia ateniense e a moderna

No século de sua maior expansão e criatividade, Atenas se empenhou em duas grandes guerras. A primeira, a guerra com a Pérsia, foi uma repercussão da expansão daquele império na área oriental do Mediterrâneo. Os atenienses se ressentiam contra a opressão das cidades de língua grega na Ásia Menor e ajudaram-nas na luta pela libertação. (Essas cidades compartilhavam com Atenas um dialeto grego comum, o jônio,

A guerra com a Pérsia e seus resultados

fato que fazia com que os atenienses sentissem em relação a elas uma consangüinidade especial). Os persas retaliaram enviando um poderoso exército e uma grande frota para atacar os gregos. Embora toda a Grécia estivesse ameaçada de conquista, Atenas suportou a maior parte do encargo de repelir o invasor. A guerra, que começou em 490 a.C. e durou, com interlúdios de paz, até 479, é geralmente considerada como uma das mais importantes na história do mundo. As heróicas vitórias dos gregos em batalhas como as de Maratona (490) e Salamina (480) puseram fim à ameaça de conquista pela Pérsia e protelou a submissão dos ideais helênicos de liberdade ao despotismo oriental. A guerra teve ainda o efeito de revigorar a democracia em Atenas e de tornar esse estado a força principal da Grécia.

O imperialismo ateniense e a guerra do Peloponeso

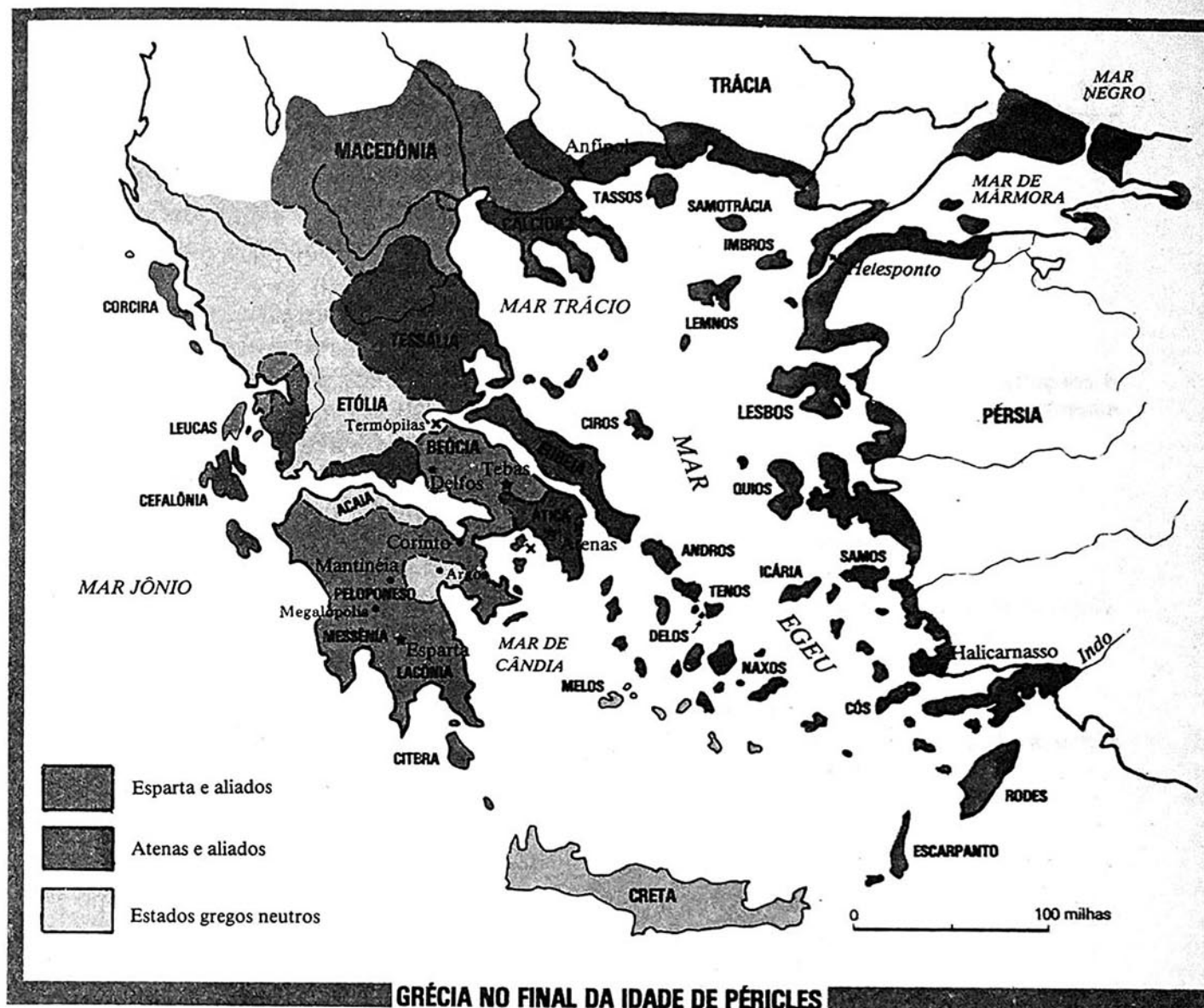
A outra das grandes lutas, a guerra do Peloponeso com Esparta, teve resultados de caráter bem diferente. Em lugar de ser outro marco na marcha de Atenas para o poder, terminou em tragédia. As causas dessa guerra interessam de perto ao estudioso da decadência das civilizações. No último ano da guerra com a Pérsia, Atenas havia se ligado a um grupo de outros estados gregos para a formação de uma aliança ofensiva e defensiva, conhecida como a Liga de Delos. Celebrada a paz, a liga não foi dissolvida, pois muitos gregos temiam que os persas voltassem. Com o correr dos tempos, Atenas paulatinamente transformou-a num império naval para a promoção de seus próprios interesses. Usou parte dos fundos do tesouro comum para fins particulares seus. Tentou reduzir todos os outros membros à condição de vassalos e, quando um deles se rebelava, dominava-o pela força, apoderava-se de sua esquadra e impunha-lhe tributos como se fosse um país conquistado. Tais métodos arrogantes despertaram as suspeitas dos espartanos, que temiam que a hegemonia ateniense em breve viesse a estender-se sobre toda a Grécia.

Outras causas da guerra do Peloponeso

Uma segunda causa pode ser encontrada nas diferenças sociais e culturais entre Atenas e Esparta. Atenas era democrática, progressista, urbana, imperialista e avançada intelectual e artisticamente. Esparta era aristocrática, conservadora, agrária, provinciana e culturalmente atrasada. Onde esses sistemas contrastantes coexistem lado a lado, é quase impossível impedir conflitos. Entre atenienses e espartanos já reinava, desde algum tempo, uma atitude de hostilidade. Os primeiros consideravam os segundos bárbaros rudes. Os espartanos acusavam os atenienses de tentarem exercer domínio sobre os estados do norte do Peloponeso e de encorajar os hilotas à rebelião. Fatores econômicos também desempenharam papel importante na eclosão do conflito. Os atenienses ambicionavam dominar o golfo de Corinto, a principal rota de comércio com a Sicília e o sul da Itália. Isso tornava Atenas inimiga mortal de Corinto, o principal aliado de Esparta.

A derrota de Atenas

A guerra, que irrompeu em 431 a.C. e durou até 404, foi uma sucessão de medonhas calamidades para os atenienses: seu comércio foi destruído, sua democracia derrubada e sua população dizimada por uma terrível peste. Não menos prejudicial foi a degradação moral que veio na esteira dos reveses militares. Entre os males dos últimos anos do conflito contaram-se a traição, a corrupção e a brutalidade. Em certa ocasião os atenienses chegaram a dizimar toda a população masculina da ilha de Melos e a escravizar as mulheres e crianças, unicamente pelo crime de se recusarem a romper a neutralidade. Por fim, abandonada por todos os seus aliados, exceto Samos, e com as vias de abastecimento

GRÉCIA NO FINAL DA IDADE DE PÉRICLES

cortadas, Atenas teve de submeter-se à alternativa de render-se ou morrer de fome. Os termos impostos aos atenienses foram bastante drásticos: destruição de suas fortificações, entrega de todas as possessões estrangeiras, e praticamente toda a marinha, e submissão a Esparta como estado dependente. Embora Atenas recuperasse, por algum tempo, sua primazia no século IV a.C., seu período de glória já chegava ao fim.

5. DERROCADA POLÍTICA: OS ÚLTIMOS DIAS

Continuação do conflito entre as cidades-estados

A guerra do Peloponeso não só pôs fim à supremacia de Atenas, como destruiu a liberdade de todo o mundo grego e assinalou a ruína do gênio político helênico. Depois da guerra, Esparta consolidou seu poder sobre toda a Grécia. Oligarquias garantidas por tropas espartanas substituíram as democracias onde quer que existissem. O confisco de propriedades e o assassínio eram os métodos comumente empregados para combater a oposição. Embora em Atenas, depois de certo tempo, fossem destituídos os tiranos e restaurado o governo livre, Esparta pôde dominar o resto da Grécia por mais de trinta anos. Em 371 a.C., entretanto, Epaminondas, de Tebas, destroçou o exército espartano em Leuctras,

iniciando assim um período de supremacia tebana. Infelizmente, Tebas mostrou-se pouco mais sábia e tolerante no governo do que Esparta, e nove anos depois foi organizada uma coligação para libertar as cidades gregas de seu novo opressor. Não conseguindo dissolver a aliança, os tebanos deram-lhe batalha no campo de Mantinéia. Ambos os lados proclamaram vitória, mas Epaminondas foi morto e, logo depois, seu império eclipsou-se.

A conquista macedônia

A longa série de guerras tinha levado os estados gregos à exaustão. Embora permanecesse ainda intata a glória de sua cultura, politicamente estavam prostrados e indefesos. Seu destino foi em breve decidido pelo surgimento de Filipe da Macedônia. Exceto quanto a um ligeiro verniz de cultura helênica, os macedônios eram bárbaros, mas Filipe, antes de se tornar seu rei, aprendera a comandar um exército no tempo em que fora refém entre os tebanos. Percebendo a fraqueza dos estados do sul, resolveu conquistá-los. Uma seqüência de rápidos sucessos culminou numa vitória decisiva em 338 a.C., e logo depois no domínio de toda a Grécia, com exceção de Esparta. Dois anos depois, Filipe seria assassinado em conseqüência de uma rixa familiar.

Alexandre Magno

O domínio da Grécia passou então às mãos de seu filho Alexandre, de apenas vinte anos. Depois de passar pelas armas todos os possíveis aspirantes ao trono e de dominar débeis revoltas dos gregos, Alexandre, que viria a ser conhecido como Magno (ou o Grande), concebeu o plano grandioso de conquistar a Pérsia. Um após outro, sucederam-se os triunfos, até que, no pequeno espaço de doze anos, todo o território oriental, do Indo ao Nilo, havia sido anexado à Grécia sob o domínio pessoal de um único homem. Alexandre não teve muito tempo para gozar seus feitos. Em 323 a.C. caiu doente com a febre dos pântanos de Babilônia e morreu com 32 anos.

O significado da carreira de Alexandre

É difícil avaliar o significado da carreira de Alexandre. As interpretações dos historiadores têm variado largamente. Alguns deles viram-no como uma das supremas forças galvanizadoras da história. Outros inclinaram-se a limitar-lhe o gênio à estratégia e à organização militares e a negar que ele tenha feito uma única contribuição importante em benefício da humanidade. Não pode haver dúvida de que era mestre na arte da guerra (nunca perdeu uma batalha), inteligente e dotado de encanto e coragem física. Incontestavelmente, também, era um homem de energia vibrante e de imensas ambições. O que não se sabe ao certo é quais seriam tais ambições. Não se pode afirmar com segurança se ele aspirava a dominar o mundo ou a disseminar os ideais helênicos de liberdade e justiça. Parece duvidoso que ele tivesse muito interesse em ideais exaltados ou na utilização da força militar para propagá-los. Seus objetivo principal consistia em aumentar seu próprio poder e sua glória. O significado básico de suas façanhas militares está no fato de ele haver levado o impulso helênico até a Ásia, mais longe e mais depressa do que teria ocorrido de outra maneira. É indubitável que ele fez com que a influência grega fosse exercida mais amplamente. Ao mesmo tempo ele parece ter imposto um esforço exagerado sobre o helenismo com o resultado de encorajar uma violenta maré de influências orientais sobre o Ocidente. Dentro de pouco tempo as culturas helênica e oriental interpenetravam-se de tal modo que se produziu uma nova civilização. Foi esta a civilização helenística, que será discutida no capítulo seguinte.

Antecedentes da filosofia grega

Pelo que ficou dito nos capítulos precedentes, já está claro ser errônea a noção popular de que toda a filosofia se originou na Grécia. Séculos antes, os egípcios já haviam dedicado muita reflexão sobre a natureza do universo e sobre os problemas sociais e éticos da humanidade. A realização dos gregos foi, antes, o desenvolvimento da filosofia numa forma mais abrangente do que ela tivera anteriormente. Tentaram achar respostas para todas as questões concebíveis sobre a natureza do universo, o problema da verdade e o sentido e finalidade da vida. A magnitude da obra que realizaram é atestada pelo fato de desde então, ter sido a filosofia, em grande parte, um debate sobre a validade das conclusões gregas.

A filosofia da escola de Mileto

A filosofia grega teve origem no séc. VI, com a obra da chamada escola de Mileto, cujos componentes eram naturais dessa cidade comercial, no litoral da Ásia Menor. A filosofia de Mileto era fundamentalmente científica e materialista. O problema que mais atraía a atenção desses filósofos consistia em descobrir a natureza física do mundo. Acreditavam que todas as coisas podiam ser reduzidas a alguma substância primária ou matéria original, que era a fonte dos mundos, das estrelas, dos animais, das plantas e dos homens e mulheres, e à qual tudo voltaria no fim. Percebendo que todas as coisas contêm umidade, Tales, o fundador da escola, ensinava que a substância elementar era a água. Anaximandro insistia em que o elemento não podia ser uma coisa específica como a água ou o fogo, e sim uma substância "não gerada e imperecível" que "contém e dirige todas as coisas". Chamava a essa substância o Indefinido ou o Ilimitado. Um terceiro membro da escola, Anaxímenes, afirmava que a matéria original do universo era o ar. Quando rarefeito, o ar torna-se fogo; quando condensado, transforma-se sucessivamente em vento, vapor, água, terra e pedra.

Significado dos ensinamentos da escola de Mileto

Embora aparentemente ingênua em suas conclusões, a filosofia da escola de Mileto tinha real importância. Deitou abaixo as crenças mitológicas dos gregos sobre a origem do mundo e as substituiu por explicações puramente racionais. Ampliou as idéias egípcias sobre a eternidade do universo e a indestrutibilidade da matéria. Sugeriu muito claramente, especialmente nos ensinamentos de Anaximandro, o conceito de evolução no sentido de uma mudança rítmica, de criação e decomposição contínua.

Os pitagóricos

Antes de terminado o século VI a.C. a filosofia grega tomou uma orientação metafísica; deixou de se ocupar unicamente com problemas do mundo físico e transferiu sua atenção para questões abstrusas sobre a natureza do ser, o significado da verdade e a posição do divino no esquema das coisas. Como primeiros representantes da nova tendência temos os pitagóricos, que interpretaram a filosofia sobretudo em termos de religião. Pouco se sabe a respeito deles, salvo que seu chefe, Pitágoras, emigrou da ilha de Samos para o sul da Itália e que fundou uma comunidade religiosa em Crotona no ano de 530 a.C. Ele e seus discípulos ensinavam que a vida especulativa é o mais alto bem, mas que, para alcançá-lo, o homem deve purificar-se dos apetites maléficos da carne. Sustentavam que a essência das coisas não é uma substância material, mas um princípio abstrato, o número. A principal importância

dos pitagóricos reside nas distinções nítidas que estabeleceram entre o espírito e a matéria, a harmonia e a discordância, o bem e o mal. Talvez seja correto considerá-los como os verdadeiros introdutores do dualismo no pensamento grego.

Renovação do debate sobre a natureza do universo

Uma das conseqüências da obra dos pitagóricos consistiu em intensificar o debate a respeito da natureza do universo. Alguns de seus contemporâneos, principalmente Parmênides, argumentavam que a natureza real das coisas era a estabilidade ou permanência; a mudança e a diversidade não passam de ilusões dos sentidos. Diretamente oposta a essa era a posição de Heráclito, que afirmava ser a permanência uma ilusão; somente a mudança era real. O universo, assegurava, está em estado de fluxo constante; por conseguinte, "é impossível pisar duas vezes no mesmo rio". A criação e a destruição, a vida e a morte, são apenas o verso e o reverso do mesmo quadro. Ao afirmar tais pontos de vista, Heráclito estava na verdade sustentando que as coisas que vemos, ouvimos e sentimos constituem toda a realidade. A evolução ou a mudança constante é a lei do universo. A árvore ou a pedra que estão hoje aqui, amanhã não estarão mais; não existe nenhuma substância subjacente que seja imutável por toda a eternidade.

Solução do problema pelos atomistas

A resposta final para o problema do caráter fundamental do universo foi dado pelos atomistas. O principal responsável pelo desenvolvimento da teoria atômica foi o filósofo Demócrito, que viveu em Abdera, na costa da Trácia, na segunda metade do século V. Como o próprio nome diz, os atomistas afirmavam que os componentes últimos do universo são os átomos, infinitos em número, indestrutíveis e indivisíveis. Embora diferindo em tamanho e forma, são idênticos quanto à composição. Devido ao movimento que lhes é inerente, estão eternamente a se unir, a se separar e a se reunir em arranjos diferentes. Todo objeto ou organismo do universo é, pois, o produto de um concurso fortuito de átomos. A única diferença entre um homem e uma árvore consiste no número e no arranjo diferentes de seus átomos. Essa filosofia representava o ponto mais alto das tendências materialistas do primitivo pensamento grego. Demócrito negava a imortalidade da alma e a existência de um mundo espiritual. Por estranho que possa parecer a algumas pessoas, ele era um idealista moral, afirmando que "o bem não significa simplesmente não fazer o mal, mas antes não desejar fazer o mal."

A revolução intelectual iniciada pelos sofistas

Por volta de meados do século V a.C. começou na Grécia uma revolução intelectual, que acompanhou o auge da democracia em Atenas. A ascenção política do cidadão, o desenvolvimento do individualismo e a necessidade de solução para problemas práticos ocasionaram uma reação contra os antigos hábitos de pensamento. Assim, os filósofos abandonaram o estudo do universo físico e voltaram sua atenção para assuntos mais intimamente relacionados ao indivíduo. Os primeiros expoentes da nova tendência intelectual foram os sofistas. Originalmente esse termo significava "aqueles que são sábios", mas veio a ser usado mais tarde no sentido pejorativo de homens que empregam um raciocínio especioso. Como grande parte de nosso conhecimento dos sofistas derivava-se, até uma época relativamente recente, de Platão, um dos mais severos críticos da escola, eles eram geralmente considerados como inimigos de tudo o que havia de melhor na cultura helênica. A pesquisa moderna mostrou o erro de um juízo tão excessivo. Contudo, alguns membros do grupo realmente careciam de senso de responsabili-

dade social e revelavam total falta de escrúpulos ao fazer com que "a pior causa parecesse a melhor".

As doutrinas de Protágoras

Um dos principais sofistas foi Protágoras, nascido em Abdera, mas que ensinou a maior parte da vida em Atenas. Seu dito famoso, "o homem é a medida de todas as coisas", resume a essência da filosofia sofista. Com isso ele queria dizer que a bondade, a verdade, a justiça e a beleza são relativas às necessidades e interesses do homem. Não existem verdades absolutas ou padrões eternos de direito e justiça. Sendo a percepção sensorial a fonte exclusiva do conhecimento, só pode haver verdades particulares válidas para um certo tempo e um certo lugar. Do mesmo modo, a moral varia de povo para povo, pois não há cânones absolutos do certo e do errado, decretados eternamente nos céus para atender a todos os casos.

As doutrinas extremistas dos sofistas tardios

Alguns dos últimos sofistas foram muito além dos ensinamentos de Protágoras. O individualismo necessariamente implícito neles foi distorcido por Trasímaco, para quem todas as leis e costumes são puras expressões da vontade dos mais fortes e dos mais astutos em benefício próprio e que, por isso, o homem sábio é o "homem perfeitamente injusto", que se coloca acima das leis e se preocupa com a satisfação de seus próprios desejos. (Cumpre também mencionar que o homem, no sentido de sexo masculino, era o foco primordial dessa e de todas as demais filosofias gregas que cogitavam do indivíduo.)

Contribuição valiosa dos sofistas

Apesar disso, há muita coisa de admirável nos ensinamentos dos sofistas, mesmo dos mais extremados. Sem exceção, condenavam a escravidão e o exclusivismo racial dos gregos. Eram paladinos da liberdade, dos direitos do homem comum e do ponto de vista prático e progressista. Perceberam a loucura da guerra e ridicularizaram o chauvinismo de muitos cidadãos atenienses. É possível que sua mais importante contribuição tenha sido o alargamento da filosofia de modo a incluir não só a física e a metafísica, mas também a ética e a política. Como disse Cícero, eles fizeram "a filosofia descer dos céus para as moradas dos homens".

Era inevitável que o relativismo, o ceticismo e o individualismo dos sofistas despertassem tenaz oposição. Na opinião dos gregos mais conservadores, essas doutrinas pareciam levar diretamente ao ateísmo e à anarquia. Se não existe verdade eterna e se a bondade e a justiça dependem dos caprichos do indivíduo, então nem a religião, nem a moral, nem o estado, nem a própria sociedade podem durar muito tempo. O resultado dessa convicção foi o surto de um novo movimento filosófico, fundado na teoria de que a verdade é real e de que existem de fato padrões absolutos. Os chefes desse movimento foram os três homens mais famosos, talvez, da história da filosofia: Sócrates, Platão e Aristóteles.

Sócrates. Segundo Platão, Sócrates parecia-se com um bode humano mas falava como um deus.

Sócrates, nasceu em Atenas, em 469 a.C., de família humilde. Seu pai era escultor; sua mãe, parteira. Ninguém sabe como recebeu educação, mas o certo é que estava familizarizado com os ensinamentos dos pensadores gregos que o antecederam. A impressão de que era um simples discutidor de mercado é totalmente infundada. Tornou-se filósofo principalmente para combater as doutrinas dos sofistas. Em 399 foi condenado à morte sob a acusação de "corromper a juventude e introduzir novos deuses". A verdadeira razão dessa sentença injusta foi o trágico resultado, para Atenas, da guerra do Peloponeso. Dominados

pelo ressentimento, os cidadãos atenienses voltaram-se contra Sócrates por causa de suas ligações com os aristocratas, inclusive com o traidor Alcibíades, e de suas críticas às crendices populares. Há indicações ainda de que ele menosprezava a democracia e de que afirmava que nenhum governo, exceto a aristocracia intelectual, era digno desse nome.

A vida de Sócrates

Como Sócrates nada escreveu pessoalmente, é difícil para os historiadores deteminar a extensão exata de seus ensinamentos. Em geral ele é considerado sobretudo como um professor de ética, sem qualquer interesse pela filosofia abstrata. Certos trechos de Platão, contudo, levantam a possibilidade de que a doutrina abstrata platônica das Idéias fosse, em última análise, de origem socrática. De qualquer modo, podemos ter razoável certeza de que Sócrates acreditava num conhecimento estável e universalmente válido, a que o homem poderia chegar, bastando para isso seguir o método certo. Tal método consistia na troca e na análise de opiniões, estabelecendo e pondo à prova definições provisórias, até que finalmente pudesse ser destilada delas uma essência da verdade, reconhecida por todos. Sócrates argumentava que desse modo o homem podia descobrir princípios permanentes de direito e de justiça, independentes dos desejos egoístas dos seres humanos. Acreditava, além disso, que o descobrimento de tais princípios racionais de conduta seria um guia infalível para a vida virtuosa, pois negava que quem verdadeiramente conhecesse o bem pudesse preferir o mal.

A filosofia de Sócrates

O mais importante dos discípulos de Sócrates foi Platão, que nasceu em Atenas por volta de 429 a.C., filho de pais nobres. Aos vinte anos juntou-se ao círculo de Sócrates, nele permanecendo até a morte trágica de seu mestre. Ao contrário de seu grande mentor, era um escritor prolífico, embora alguns dos trabalhos a ele atribuídos sejam de autoria duvidosa. As mais famosas de suas obras são diálogos, como *Apologia, Fédon, Fedro, O Banquete* e *A República*. Dedicava-se ao acabamento de outro grande trabalho, *As Leis*, quando a morte o colheu aos 81 anos.

Platão

Os objetivos de Platão, ao desenvolver sua filosofia, eram semelhantes aos de Sócrates, embora de certo modo mais amplos: (1) combater a teoria da realidade como um fluxo desordenado e substituí-la por uma interpretação do universo considerado como essencialmente espiritual e obediente a um plano; (2) refutar as doutrinas sofistas do relativismo e do ceticismo; (3) fornecer uma base segura para a ética. A fim de alcançar esses objetivos, ele desenvolveu sua doutrina das Idéias. Admitiu que a relatividade e a mudança constante são características do mundo das coisas físicas, do mundo que percebemos com os sentidos. Negou, porém, que esse mundo seja todo o universo. Há um reino mais alto e espiritual, composto de formas eternas ou Idéias, que só a mente pode conceber. Não são, porém, meras abstrações inventadas pela mente, mas sim entes espirituais. Cada um deles é o modelo de certa classe especial de objetos ou relações entre objetos na terra. Assim, há Idéias de homem, de árvore, de forma, de tamanho, de cor, proporção, beleza e justiça. A mais alta de todas é a Idéia do Bem, que é a causa ativa e a finalidade orientadora de todo o universo. As coisas que percebemos por meio de nossos sentidos são apenas cópias imperfeitas das realidades supremas, as Idéias.

A filosofia das Idéias

A filosofia ética e religiosa de Platão relacionava-se de perto à sua doutrina das Idéias. Tal como Sócrates, ele acreditava que a verdadeira

virtude tinha sua base no conhecimento. Mas o conhecimento derivado dos sentidos é limitado e variável; daí, a verdadeira virtude deve consistir na apreensão racional das Idéias eternas de bondade e de justiça. Relegando o físico a um plano inferior, ele deu à sua ética um tom ascético. Considerava o corpo como um obstáculo ao espírito e ensinava que somente a parte racional da natureza do homem é nobre e boa. Entretanto, em contraste com alguns de seus continuadores, não exigia que os apetites e as emoções fossem totalmente negados, mas insistia em sua subordinação estrita à razão. Platão nunca deixou inteiramente clara sua concepção de Deus, mas é certo que concebia o universo como sendo de natureza espiritual e regido por desígnio inteligente. Rejeitava tanto o materialismo como o mecanicismo. Quanto à alma, considerava-a não só como imortal mas sustentava que ela preexistia desde toda a eternidade.

A filosofia ética e religiosa de Platão

Como filósofo político, Platão era motivado pelo ideal de construir um estado livre de perturbações e de disputas egoístas por parte dos indivíduos e das classes. Os fins que desejava atingir não eram nem a democracia nem a liberdade, mas a harmonia e a eficiência. De acordo com isso, propôs na *República* o famoso plano para a sociedade, segundo o qual a população seria dividida em três classes principais, correspondentes às funções da alma. A classe mais baixa, representando a função apetitiva, incluiria os agricultores, os artífices e os mercadores. A segunda, representando o elemento empreendedor ou a vontade, consistiria em soldados. A classe mais alta, representando a função racional, compreenderia a aristocracia intelectual. Cada uma dessas classes realizaria as tarefas para as quais tinha melhor aptidão. A função da classe mais baixa seria a produção e distribuição dos bens em benefício de toda a comunidade; a dos soldados, a defesa; a aristocracia, dada sua aptidão especial para a filosofia, desfrutaria o monopólio do poder político. A divisão do povo nessas categorias não se basearia no nascimento ou na riqueza, mas seria feita por um processo de seleção que levasse em conta a capacidade de cada indivíduo para aproveitar a educação que lhe fosse dispensada. Assim, os lavradores, os artífices e os mercadores seriam aqueles que demonstrassem a mais baixa capacidade intelectual, ao passo que os filósofos-reis seriam os que se mostrassem mais bem dotados.

Platão como filósofo político

Platão

O último dos grandes campeões da tradição socrática foi Aristóteles, que nasceu em Estagira, em 384 a.C. Aos dezessete anos de idade entrou para a Academia de Platão (assim chamada devido ao jardim de Academo, onde Platão e seus discípulos se reuniam para discutir problemas filosóficos), aí permanecendo como discípulo e mestre durante vinte anos. Em 343 foi convidado por Filipe da Macedônia para servir de preceptor ao jovem Alexandre. A história oferece poucos exemplos mais gritantes de esforço mal empregado do que este, muito embora o jovem príncipe tenha adquirido entusiasmo pela ciência e por alguns outros elementos da cultura helênica. Sete anos depois Aristóteles voltou a Atenas, onde passou a dirigir uma escola própria, conhecida como o *Liceu*, até sua morte em 322 a.C. Aristóteles escreveu ainda mais extensamente do que Platão e abordou maior variedade de assuntos. Seus trabalhos principais incluem tratados de lógica, metafísica, retórica, ética, ciências naturais e política.

Aristóteles

Comparação de Aristóteles com Platão e Sócrates

Embora Aristóteles se interessasse tanto quanto Platão e Sócrates pelo conhecimento absoluto e pelos princípios eternos, sua filosofia diferia da deles em vários aspectos importantes. Em contraste com Platão, o esteta, e com Sócrates, que dizia nada poder aprender das árvores e das pedras, Aristóteles era um cientista empírico, profundamente interessado pela biologia, pela medicina e pela astronomia. Ademais, era menos inclinado que seus predecessores a uma visão espiritual. E, por fim, não compartilhava de suas fortes simpatias pela aristocracia.

A concepção aristotélica do universo

Aristóteles concordava com Platão em que os universais, as Idéias (ou as formas, como ele as chamava) são reais e em que o conhecimento derivado dos sentidos é limitado e inexato. Recusava, no entanto, atribuir, como seu mestre, uma existência independente aos universais e reduzir as coisas materiais a pálidos reflexos de suas formas espirituais. Ao contrário, afirmava que forma e matéria são de importância igual; ambas são eternas e uma não pode existir sem a outra. É a união das duas que dá ao universo seu caráter essencial. As formas são as causas de todas as coisas; são as forças cujo fim é modelar o mundo da matéria, produzindo os objetos e organismos infinitamente variados que nos cercam. Toda evolução, tanto cósmica quanto orgânica, resulta da interação entre forma e matéria. Assim, a presença da forma *homem* no embrião humano modela e dirige o desenvolvimento deste até que, por fim, evolve como ser humano. A filosofia de Aristóteles pode ser encarada como intermediária entre o espiritualismo e o transcendentalismo de Platão e o mecanicismo materialista dos atomistas. Sua concepção do universo era *teleológica*, isto é, governado com uma finalidade; mas ele recusava considerar que o espiritual eclipsasse completamente sua corporificação material.

Doutrinas religiosas de Aristóteles

A concepção de Deus precipuamente como uma Causa Primeira é o que se podia esperar da predominância da atitude científica na filosofia de Aristóteles. O Deus de Aristóteles era simplesmente o Primeiro Motor, a fonte original do movimento orientado que se achava contido nas formas. Em nenhum sentido era um Deus pessoal, pois sua natureza era a de uma inteligência pura, desprovida de qualquer sentimento, vontade ou desejo. Aristóteles não parece ter deixado lugar em seu sistema religioso para a imortalidade individual; todas as funções da alma, exceto a razão criadora, que de maneira alguma era individual, dependem do corpo e perecem com ele.

A filosofia ética de Aristóteles: a média áurea

A filosofia ética de Aristóteles era menos ascética que a de Platão. Não considerava o corpo como a prisão da alma, nem acreditava que os apetites físicos são necessariamente maus em si mesmos. Ensinava que o mais alto bem para o homem consiste na sua auto-realização, isto é, no exercício daquela parte de sua natureza que mais verdadeiramente o distingue como ser humano. A auto-realização seria, pois, idêntica à vida da razão. Mas esta depende da combinação adequada de certas condições físicas e mentais. O corpo deve ser conservado em boa saúde e as emoções sob o necessário controle. A solução deve ser encontrada na *média áurea*, pela qual se mantém o equilíbrio entre a complacência excessiva e a negação ascética. Isso era simplesmente a reafirmação do característico ideal helênico da *sophrosyne*, – "nada em excesso".

Embora haja incluído em sua *Política* abundante material descritivo e analítico sobre a estrutura e as funções do governo, Aristóteles tratou principalmente dos aspectos mais amplos na teoria política. Considerava

o estado como a instituição suprema para a promoção do bem-estar humano, e por conseguinte estava vitalmente interessado por sua origem e desenvolvimento, assim como nas melhores formas que ele pudesse assumir. Afirmando que o homem era animal político por natureza, negava que o estado fosse um produto artificial das ambições de poucos ou dos desejos de muitos. Pelo contrário, sustentava que ele tem raízes nos instintos do próprio homem e que a vida civilizada era impossível fora de seus limites. Considerava como o melhor dos estados não a monarquia, a aristocracia ou a democracia, mas uma *politéia*, que ele definia como um regime intermediário entre a aristocracia e a democracia. Seria essencialmente um estado sob o controle da classe média, mas Aristóteles tencionava fazer com que os membros dessa classe fossem bastante numerosos, pois defendia medidas que impediriam a concentração de riqueza. Advogava a instituição da propriedade privada, mas opunha-se ao entesouramento pelos ricos além do necessário a uma vida inteligente. Recomendava que o governo fornecesse dinheiro aos pobres para que comprassem pequenas lavouras ou para "iniciarem-se no comércio e na agricultura", e assim alcançarem a prosperidade e a dignidade.

A média áurea aplicada à política

Ao contrário do que supõe a crença popular, o período da civilização helênica, em sentido estrito, não constituiu uma grande época científica. A grande maioria das conquistas científicas comumente consideradas como gregas foram realizadas no período helenístico, quando não mais predominava a cultura helênica, e sim uma mistura de elementos da Hélade e do Oriente Próximo. Os interesses dos gregos, na época de Péricles e no século que se seguiu, eram sobretudo especulativos e artísticos; não havia grande devotamento ao conforto material ou ao domínio do universo físico. Assim, com exceção de alguns avanços importantes na matemática, na biologia e na medicina, foram relativamente pequenos os progressos científicos.

A ciência helênica

O fundador da matemática grega foi, segundo parece, Tales de Mileto, que se supõe ter formulado vários teoremas mais tarde incluídos na geometria de Euclides. Talvez mais significativo tenha sido o trabalho dos pitagóricos, que elaboraram uma complexa teoria dos números, classificando-os em várias categorias, tais como ímpares, pares, primos compostos, perfeitos etc. Supõe-se que tenham também descoberto a teoria das proporções e provado, pela primeira vez, que a soma dos três ângulos de qualquer triângulo é igual a dois ângulos retos. Entretanto, a mais famosa de suas realizações foi a descoberta do teorema atribuído ao próprio Pitágoras: o quadrado da hipotenusa de qualquer triângulo retângulo é igual à soma dos quadrados dos catetos.

Matemática

O primeiro grego a manifestar interesse pela biologia foi o filósofo Anaximandro, que desenvolveu uma rudimentar teoria da evolução orgânica, baseada no princípio da sobrevivência através de progressivas adaptações ao meio. Os primeiros animais ancestrais, asseverava ele, viveram no mar, que no princípio cobria toda a superfície da terra. Quando as águas se retiraram, alguns organismos foram capazes de se ajustar a seu novo ambiente e tornaram-se animais terrestres. O produto final desse processo evolucionário era o próprio homem. No entanto, o verdadeiro fundador da ciência biológica foi Aristóteles. Dedicando muitos anos de sua vida ao trabalhoso estudo da estrutura, dos hábitos e do crescimento dos animais, ele revelou inúmeros fatos que só seriam

Biologia

redescobertos no século XVII d.C. ou mais tarde. A metamorfose de vários insetos, os hábitos reprodutivos da enguia, o desenvolvimento embriológico do cação – eis apenas alguns exemplos da incrível extensão de seus conhecimentos. Infelizmente, ele cometeu alguns erros. Negou a sexualidade das plantas e, embora subscrevesse a teoria geral da evolução, acreditava na geração espontânea de algumas espécies de vermes e insetos.

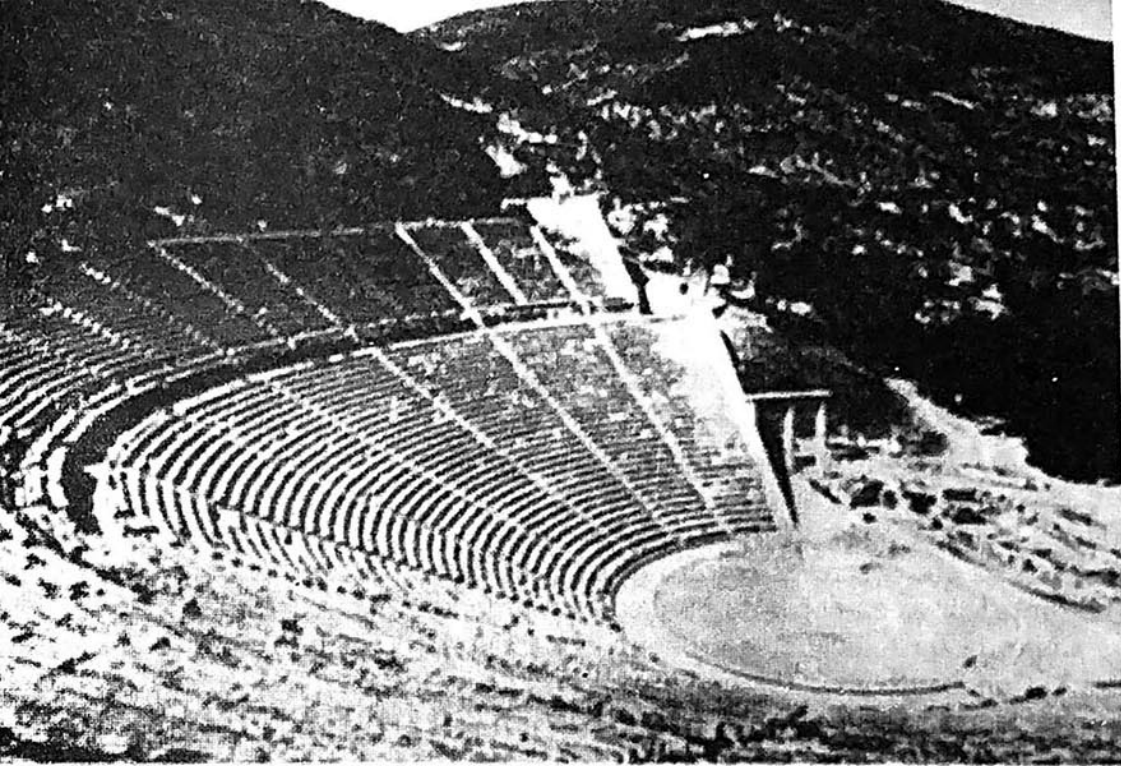
Medicina

Também a medicina grega iniciou-se com os filósofos. Um de seus pioneiros foi Empédocles, que expôs a teoria dos quatro elementos (terra, ar, fogo e água). Descobriu que o sangue flui do coração e volta a ele, e que os poros da pele suplementam o trabalho das trocas respiratórias. Mais importante foi o trabalho de Hipócrates de Cós, nos séculos V e IV. Por consenso geral, ele é tido como o pai da medicina. Martelava nos ouvidos de seus discípulos a doutrina de que "toda doença tem uma causa natural e sem causas naturais nada acontece". Além disso, por seus métodos de estudo meticuloso e pela comparação dos sintomas, lançou os fundamentos da clínica médica. Descobriu o fenômeno da crise na moléstia e fez progredir a prática da cirurgia. Embora tivesse largo conhecimento das drogas, confiava muito mais no valor terapêutico da dieta e do repouso. O principal fato em seu desfavor foi haver desenvolvido a teoria dos quatro humores: a idéia de que a moléstia se deve a uma quantidade excessiva de bile amarela, bile preta, sangue e fleuma no organismo. A prática da sangria foi a lamentável conseqüência dessa teoria.

Os poemas épicos de Homero

Em geral, o meio mais comum de expressão literária na época de formação dos povos é a narração épica de feitos heróicos. Os mais famosos poemas épicos gregos, a *Ilíada* e a *Odisséia.*, ganharam forma escrita no fim da Idade das Trevas e são comumente atribuídos a Homero. O primeiro, que versa sobre a guerra de Tróia, tem como tema a ira de Aquiles; o segundo descreve as peregrinações e a volta de Ulisses. O supremo mérito literário de ambos reside em seus enredos cuidadosamente tramados, no realismo com que são retratados os personagens e no domínio da gama completa das emoções. Exerceram influência quase incalculável em escritores posteriores. Seu estilo e linguagem inspiraram a férvida poesia emotiva do século VI e foram fonte infalível de enredos e tramas para os grandes trágicos da Idade Áurea do século V.

Desenvolvimento da elegia

Os três séculos que se seguiram à Era das Trevas distinguiram-se, como já vimos, por tremendas mudanças sociais. O sistema de vida rural deu lugar a uma sociedade urbana de complexidade cada vez maior. A fundação de colônias e o desenvolvimento do comércio criaram novos interesses e novos hábitos de vida. Indivíduos até então submersos no anonimato adquiriram consciência de sua força e importância. Era inevitável que essas mudanças se refletissem em novas formas de literatura, sobretudo aquelas de expressão mais pessoal. A primeira a surgir foi a elegia, que provavelmente se destinava a ser declamada, e não a ser cantada com acompanhamento musical. No tocante ao tema, as elegias variavam desde as reações individuais ao amor até o idealismo dos patriotas e reformadores. No entanto, eram em geral dedicadas à melancólica reflexão sobre as desilusões da vida ou a amargas lamentações sobre a perda de prestígio. Entre os autores de elegias sobressaiu-se Sólon, o legislador.

Teatro grego em Epidauros. A construção, que procurou aproveitar o aclive da colina, e a disposição do palco são particularmente interessantes. Os dramas gregos eram representados invariavelmente ao ar livre.

Poesia lírica

No século VI e começo do V, a elegia foi aos poucos substituída pela poesia lírica, cujo nome provém do fato de ser cantada ao som da lira. O novo tipo de poesia adaptava-se particularmente à expressão dos sentimentos apaixonados, dos amores e ódios violentos gerados pela luta de classes. Foi também empregado para outros fins. Tanto Alceu como Safo, esta última uma poetisa da ilha de Lesbos, usaram-no para descrever a beleza pungente do amor, a graça delicada da primavera e o esplendor das estrelas numa noite de verão. Entrementes, outros poetas desenvolviam o coral lírico, destinado a exprimir antes os sentimentos da comunidade que de um só indivíduo. O maior de todos os representantes desse grupo foi Píndaro, de Tebas, que escreveu durante a primeira metade do século V. Os versos de Píndaro tomaram a forma de odes em louvor às vitórias de atletas e às glórias da civilização helênica.

Origem do drama trágico

A suprema realização literária dos gregos foi o drama trágico. Como tantas outras grandes obras desse povo, tinha suas raízes na religião. Nos festivais dedicados à adoração de Dioniso, deus da primavera e do vinho, um coro de homens vestidos de sátiros ou homens-bodes cantava e dançava em torno de um altar, representando as várias partes de um ditirambo ou coral lírico que narrava a história do deus. Em certo momento destacava-se do coro uma figura que declamava as partes principais da história. O verdadeiro drama nasceu por volta do começo do século V, quando Ésquilo introduziu um segundo "ator" e relegou o coro ao segundo plano. O nome "tragédia", que veio a ser aplicado a esse drama, proveio provavelmente da palavra grega *tragos*, que quer dizer bode.

Comparação entre a tragédia grega e a moderna

A tragédia grega contrasta acentuadamente com as tragédias de Shakespeare ou de teatrólogos modernos. Em primeiro lugar, era mínima a ação apresentada no palco; o trabalho maior dos atores consistia em recitar os incidentes de um enredo que já era familiar ao público, pois a história era tirada de lendas populares. Em segundo lugar, a tragédia grega dedicava pouca atenção ao estudo de complicadas personalidades individuais. Não havia qualquer desenvolvimento de caracteres pessoais moldados pelas vicissitudes de uma longa existência. Os perso-

nagens envolvidos na trama não eram propriamente indivíduos, e sim tipos. No palco usavam máscaras a fim de disfarçar quaisquer características que pudessem distingui-los muito nitidamente do resto da humanidade. Além disso, as tragédias gregas diferiam das variantes modernas por terem como tema o conflito entre o indivíduo e o universo, e não o choque de personalidades ou o conflito do homem consigo mesmo. O destino trágico que recaía sobre os principais personagens nessas peças era externo ao indivíduo. Era provocado pelo fato de alguém haver cometido um crime contra a humanidade, ou contra os deuses, ofendendo assim o esquema moral do universo. Cumpria seguir-se a punição a fim de restaurar o equilíbrio da justiça. Por fim, o objetivo das tragédias gregas não era descrever o sofrimento e interpretar as ações humanas, mas purificar as emoções do público ao representar o triunfo da justiça.

Ésquilo e Sófocles

Como já foi indicado, o primeiro dos trágicos foi Ésquilo (525–426 a.C.). Conquanto se saiba que escreveu cerca de oitenta peças, só sete sobreviveram na íntegra, entre elas *Os persas, Sete contra Tebas, Prometeu acorrentado* e uma trilogia conhecida como *Orestíades*. A culpa e o castigo é o tema de quase todas elas. O segundo dos grandes trágicos cujas obras sobreviveram, Sófocles (496–406), é freqüentemente considerado o maior deles. Seu estilo era mais polido e sua filosofia mais profunda que a de seu predecessor. Foi autor de mais de uma centena de peças. Mais que qualquer outro escritor na história grega, ele personificou o ideal helênico do "nada em excesso". Sua atitude distinguia-se pelo amor à harmonia e à paz, pelo respeito inteligente à democracia e pela profunda comiseração com que via as fraquezas humanas. As mais famosas de suas peças sobreviventes são *Édipo Rei, Antígona* e *Electra.*

Eurípides

A obra do último dos grandes trágicos, Eurípides (480–406 a.C.), reflete um espírito bastante diverso. Tratava-se de um cético, um individualista, um humanista, que se deliciava em ridicularizar os mitos antigos e as "vacas sagradas" da época. Pessimista amargo que se irritava com as farpas de seus críticos conservadores, comprazia-se em humilhar os poderosos e exaltar os humildes. Foi o primeiro a dar um lugar, no drama, ao homem comum, mesmo ao mendigo e ao camponês. Eurípides é também famoso por sua simpatia para com o escravo, pela condenação da guerra e por seus protestos contra a exclusão da mulher da vida social e intelectual. Em virtude de seu humanismo, de sua tendência a descrever os homens como realmente eram (ou mesmo um pouco piores) e por haver introduzido no drama o motivo do amor, é muitas vezes considerado um modernista. Cumpre lembrar, entretanto, que em outros aspectos suas peças eram perfeitamente condizentes com o modelo helênico. Não mostravam a evolução do caráter individual ou o conflito de personalidades de modo mais marcado que as obras de Ésquilo ou Sófocles. Não obstante, tem sido chamado de o mais trágico dos gregos porque tratava de situações que apresentavam analogias na vida real. Entre as mais conhecidas tragédias de Eurípides contam-se *Alceste, Medéia* e *As troianas.*

A comédia helênica

Tanto como a tragédia, a comédia helênica parece ter-se derivado dos festivais dionisíacos, mas não atingiu pleno desenvolvimento senão no fim do século V a.C. Seu grande representante foi Aristófanes (448?–380?), um aristocrata um tanto incivil e rixento que viveu em Atenas. Na maioria, suas peças foram escritas para satirizar os ideais políticos e intelectuais da democracia radical de seu tempo. Em *Os*

cavaleiros, ele fustigou os políticos incompetentes e gananciosos por suas temerárias aventuras imperialistas. Em *As rãs*, zombou de Eurípides pelas inovações que havia introduzido no drama. Reservou *As nuvens* para ridicularizar os sofistas, classificando entre eles Sócrates, por ignorância ou má-fé. Embora fosse indubitavelmente hábil poeta, mestre do humor sutil e dono de grande imaginação, suas idéias baseavam-se sobretudo no preconceito. Merece grande crédito, entretanto, por suas críticas acerbas aos chefes militares de Atenas durante a guerra contra Esparta. Conquanto escrita como farsa, sua *Lisístrata* apontava uma maneira hábil, ainda que inviável, para pôr fim a qualquer guerra: nessa peça as mulheres recusam-se a manter relações sexuais com os maridos até que estes concordem em fazer as pazes com seus inimigos estrangeiros.

Os historiadores gregos: Heródoto

Nenhum comentário sobre a literatura grega estaria completo sem a menção de dois grandes historiadores da Idade Áurea. Heródoto, o "pai da História" (c.484—c.420), nasceu em Halicarnasso, na Ásia Menor. Viajou longamente pelo Império Persa, Egito, Grécia e Itália, colhendo grande quantidade de dados interessantes sobre vários povos. Seu famoso relato da grande guerra entre gregos e persas incluiu tantas informações de fundo que quase parece uma história universal. Considerava aquela guerra como uma luta épica entre o Oriente e o Ocidente, com Zeus concedendo a vitória aos gregos contra um poderoso exército de bárbaros.

Tucídides

Se Heródoto merece ser chamado o pai da história, muito mais merece seu contemporâneo mais jovem, Tucídides (c.460—c.400), ser considerado o pai da história científica. Influenciado pelo ceticismo e pelo espírito prático dos sofistas, Tucídides preferiu trabalhar com base em provas cuidadosamente verificadas, rejeitando opiniões, lendas e boatos. O assunto de sua *História* foi a guerra entre Esparta e Atenas, que ele descreveu científica e desapaixonadamente, salientando a complexidade das causas que levaram ao conflito fatídico. Seu objetivo era apresentar uma narrativa exata que pudesse ser lida com proveito pelos estadistas e generais de todas as épocas, e deve-se reconhecer que teve pleno êxito. Se houve defeitos em seu método histórico, consistiram em ter destacado em excesso os fatores políticos, em detrimento dos sociais e econômicos, e em não haver considerado a importância das emoções na história. Além disso, demonstrou preconceito contra as facções democráticas de Atenas após a morte de Péricles.

7. O SIGNIFICADO DA ARTE GREGA

A arte grega como expressão do espírito nacional

A arte, tanto quanto a literatura, refletiu o caráter básico da civilização helênica. Os gregos eram, essencialmente, materialistas que concebiam o mundo em termos físicos. Platão e os seguidores das religiões místicas foram, naturalmente, exceções, mas poucos outros gregos mostraram muito interesse por um universo de realidades espirituais. É natural, portanto, constatar que os símbolos materiais da arquitetura e da escultura constituem a melhor exemplificação dos ideais gregos.

Que exprimia a arte grega? Em primeiro lugar, simbolizava o humanismo — a glorificação do homem como a mais importante criatura do universo. Embora grande parte da escultura represente deuses, e tam-

Apolo de Tenea; Apolo Piombino; Jovem Crítio. Estas três estátuas, que datam respectivamente de cerca de 560, 500 e 480 a.C., mostram o progressivo "aquecimento" da arte estatuária grega. A primeira estátua, rígida e simétrica, imita a escultura egípcia. Aproximadamente meio século mais tarde foi substituída por uma forma que começa a mostrar movimento, como se acordasse de um sonho de séculos num conto de fadas. A última imagem introduz o naturalismo genuíno em seus traços delicados e representação do peso do modelo descansando apoiado numa perna.

Os ideais corporificados na arte grega

bém deusas, isso não diminuía em nada seu caráter humanístico. As divindades gregas existiam para benefício do homem; ao glorificá-las, ele glorificava a si mesmo. Tanto a arquitetura como a escultura encarnavam os ideais de equilíbrio, harmonia, ordem e moderação. A anarquia e o excesso eram odiosos ao espírito dos gregos, mas também o era a repressão absoluta. Conseqüentemente, a arte grega mostrava qualidades de simplicidade e digna contenção — isenta, por um lado, de extravagâncias decorativas e, por outro, de convenções restritivas. Além disso, a arte grega era expressão de vida nacional. Sua finalidade não era simplesmente estética, mas também política: simbolizar o orgulho do povo por sua cidade e ressaltar a consciência que tinham de unidade. O Partenon, de Atenas, por exemplo, era o templo de Atena, a deusa protetora que presidia a vida una do estado. Ao lhe oferecer um belo santuário, que ela pudesse visitar com freqüência, os atenienses estavam demonstrando amor por sua cidade e a esperança de seu ininterrupto bem-estar.

Comparação entre a arte grega e a de povos posteriores

Numa interessante variedade de aspectos, a arte dos gregos diferia da de quase todos os povos que os sucederam. Como a maioria das tragédias de Ésquilo e Sófocles, era universal. Tanto a escultura como a pintura mostravam poucos exemplos de retratos de personalidades. (A maior parte dos bustos comumente considerados como gregos na realidade pertencem à era helenística.) Em geral, os seres humanos representados não eram indivíduos, mas tipos. Além disso, a arte grega diferia da arte da maioria dos povos posteriores por seus objetivos éticos. Não era

uma arte que visasse à mera decoração ou à expressão da filosofia individual do artista, e sim um meio de enobrecimento da humanidade. Isso não significa que fosse didática, no sentido de que seu mérito era determinado pela lição moral que encerrava, e sim que se supunha que exemplificasse qualidades de vida essencialmente artísticas em si mesma. O ateniense, pelo menos, não fazia distinção nítida entre as esferas ética e estética; o belo e o bom eram, na verdade, idênticos. A verdadeira moralidade, por conseguinte, consistia numa vida racional, na fuga à grosseria, aos excessos de mau gosto e outras formas de conduta esteticamente ofensivas. Finalmente, a arte grega contrasta com a maior parte das formas posteriores pelo fato de não ser "naturalista". Embora fosse dada extrema atenção à representação de corpos belos, isso pouco tinha a ver com fidelidade à natureza. Os gregos não estavam interessados em interpretar a natureza por amor à natureza, mas sim em expressar ideais *humanos*.

Os três períodos da arte grega

A história da arte grega divide-se, naturalmente, em três grandes períodos. O primeiro, que pode ser chamado de arcaico, abrangeu os séculos VII e VI. Durante a maior parte dessa época a escultura foi dominada pela influência egípcia, como se pode ver pela frontalidade e rigidez das estátuas, com seus ombros quadrados e um pé ligeiramente avançado. Perto do fim do período, contudo, tais convenções foram abandonadas. Os principais estilos arquitetônicos também tiveram origem nesse período, quando se construíram vários templos toscos. O segundo período, que ocupou o século V, assistiu à plena perfeição da arquitetura e da escultura. A arte dessa época era completamente idealista. No século IV, o último período da arte helênica, a arquitetura perdeu algo de seu equilíbrio e simplicidade, e a escultura assumiu novas características. Passou a refletir de modo mais claro as reações do artista como indivíduo, a incorporar maior realismo e a perder parte de sua qualidade como expressão de orgulho cívico.

Arquitetura grega

Apesar de toda sua excelência artística, o templo grego era uma forma estrutural das mais simples. Na verdade, eram apenas cinco seus elementos essenciais: (1) a *cela* ou núcleo do edifício, que era um compartimento retangular destinado a abrigar a estátua do deus; (2) as colunas, que formavam o pórtico e circundavam a *cela*; (3) o entablamento, que repousava sobre as colunas e sustentava o teto; (4) o próprio teto, formando empena; e (5) o frontão, ou seja, a seção triangular sob essa empena. Desenvolveram-se dois estilos arquitetônicos, representando modificações de alguns desses elementos. O mais comum foi o dórico, que utilizava uma coluna um tanto pesada, com fundas caneluras, encimada por um capitel liso. O outro, o jônico, apresentava colunas mais esguias e graciosas, com caneluras rasas, base tripla e um capitel em espiral ou voluta. O chamado estilo coríntio, que foi principalmente helenístico, diferia do jônico sobretudo por ser mais ornamentado. Os três estilos diferiam ainda no tratamento dado ao entablamento. No jônico, ele era quase liso. No dórico e no coríntio, exibia relevos esculpidos. O Partenon, o melhor exemplo de arquitetura grega, era essencialmente uma construção dórica, mas refletia algo da graça e da sutileza da influência jônica.

Escultura grega

Segundo a opinião dominante entre seus contemporâneos, a escultura grega alcançou o apogeu de seu desenvolvimento no trabalho de Fídias (c. 500-c. 432). Suas obras-primas foram a estátua de Atena, no

O Partenon. Maior e mais famoso dos templos atenienses, o Partenon é considerado o exemplo clássico da arquitetura dórica. Suas colunas tornaram-se mais graciosas tendo sido afiladas levemente até o alto. Seus frisos e frontões foram decorados com esculturas feitas a partir de modelos vivos de cavalos empinados, gigantes lutando e divindades benignas e confiantes.

Partenon, e a de Zeus, no templo do Zeus Olímpico. Além disso, Fídias projetou e supervisionou a execução dos relevos do Partenon. As principais qualidades de sua obra são a grandeza de concepção, o patriotismo, a proporção, a dignidade e a contenção. Quase todas suas figuras são representações idealizadas de divindades e de criaturas mitológicas em forma humana. O segundo dos mais renomados escultores do século V foi Míron, famoso pela estátua do discóbolo (arremessador de disco) e pela glorificação de outros tipos atléticos. Chegaram até nós os nomes de três outros grandes escultores do século IV. O mais dotado deles foi Praxíteles, célebre por suas representações de divindades humanizadas, com corpos esguios e graciosos e semblantes que refletem filosófica serenidade. A mais conhecida de suas obras é a estátua de Hermes com Dioniso menino. Escopas, seu contemporâneo mais velho, ganhou fama como um escultor emocional. Uma de suas melhores criações foi a estátua de um religioso em êxtase, um adorador de Dioniso, em estado de exaltação mística. Ao final do século, Lisipo introduziu na escultura qualidades ainda mais fortes de realismo e individualismo. Foi ele o primeiro grande mestre do retrato realista como estudo do caráter pessoal.

8. A VIDA ATENIENSE NA IDADE ÁUREA

As classes atenienses

Nos séculos V e IV a população de Atenas dividia-se em três grupos distintos: os cidadãos, os metecos e os escravos. Os cidadãos, em número não superior a cerca de 160.000, compreendiam tão-somente indivíduos do sexo masculino nascidos de pais cidadãos, exceto alguns poucos que ocasionalmente ganhavam essa condição, graças a leis especiais. Os metecos, que provavelmente não passavam de 35.000, eram

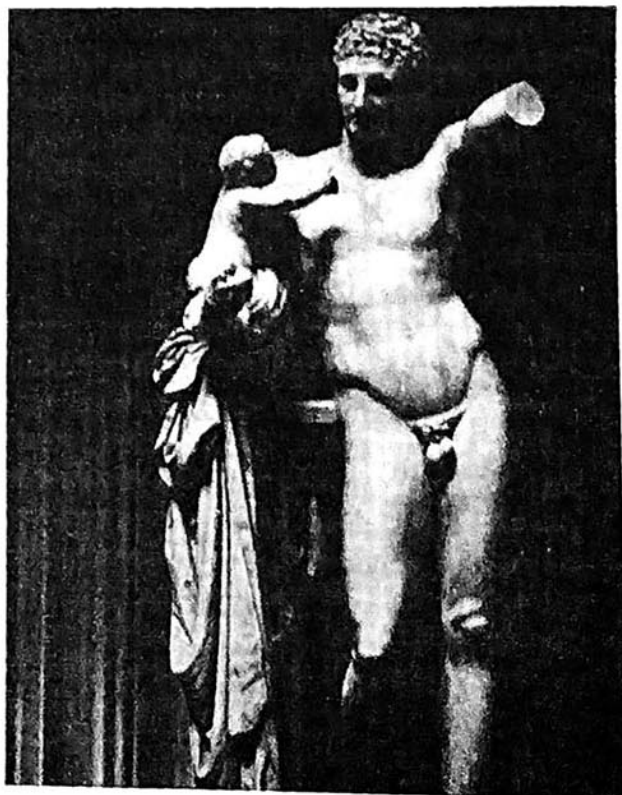
residentes estrangeiros, principalmente gregos não atenienses. Salvo pelo fato de não terem quaisquer privilégios políticos e de geralmente não poderem possuir terras, os metecos do sexo masculino gozavam de oportunidades iguais às dos cidadãos. Podiam dedicar-se à qualquer ocupação que desejassem e participar de quaisquer atividades sociais ou intelectuais. Ao contrário do que supõe a tradição popular, os escravos nunca constituíram a maioria da população de Atenas. Ao que parece, seu número máximo não ultrapassou 110.000. Os escravos urbanos, pelo menos, recebiam excelente tratamento e eram às vezes alforriados pela prestação de serviços fiéis. Os homens podiam trabalhar em troca de salário e possuir propriedade e alguns deles ocupavam posições respeitáveis, como pequenos funcionários públicos e gerentes de bancos. No entanto, era muitas vezes cruel o tratamento dispensado aos escravos das minas.

O assombroso grau de igualdade social e econômica

A vida em Atenas contrasta de maneira acentuada com a da maior parte de outras civilizações. Uma de suas principais características era o assombroso grau de igualdade social e econômica que prevalecia entre todos seus habitantes. Embora muitos fossem pobres, eram poucos os muito ricos. Quase todos, quer cidadãos, metecos ou escravos, comiam o mesmo tipo de comida, vestiam o mesmo tipo de roupa e participavam do mesmo tipo de divertimentos. Essa substancial igualdade era criada em parte pelo sistema de *liturgias*, isto é, serviços prestados ao estado por homens abastados, em especial sob a forma de contribuições para custear o teatro, equipar a marinha e sustentar os pobres.

A pobreza da vida ateniense

Uma segunda característica notável da vida ateniense era sua pobreza de confortos e luxos. Em parte isso se devia à baixa renda da massa popular. Professores, escultores, pedreiros, carpinteiros e trabalhadores comuns recebiam todos o mesmo salário padrão de uma dracma por dia.

À esquerda: *O Discóbolo ou Arremessador de Discos, de Miron.* A estátua reflete a glorificação do corpo humano, característica do apogeu ateniense. Está hoje no Museu Vaticano. À direita: *Hermes com o Infante Dioniso, por Praxíteles, Século Quarto a.C.* Original no Museu Olympia, na Grécia.

Em parte pode ter sido conseqüência também do clima ameno, que possibilitava uma vida simples. Mas, qualquer que fosse a causa, persiste o fato de que, em comparação com os padrões modernos, os atenienses levavam uma vida extremamente modesta. Não conheciam em absoluto coisas comuns como relógios, sabão, jornais, tecidos de algodão, açúcar, chá ou café. Suas camas não tinham molas, as casas não eram servidas por esgotos e sua alimentação consistia principalmente em bolos de cevada, cebola e peixe, regados com vinho diluído. Em relação ao vestuário, não desfrutavam maior conforto. Um pedaço retangular de pano enrolado em torno do corpo, preso por alfinetes nos ombros e com uma corda em torno da cintura era o vestuário principal. Para sair de casa o grego envolvia o corpo num pedaço de pano maior, por cima daquela roupa. Ninguém usava meias e poucos possuíam outro calçado que não fossem sandálias.

Indiferença quanto a confortos materiais e à riqueza

No entanto, a falta de comodidades importava pouco ao cidadão ateniense. Era totalmente incapaz de considerar essas coisas como as mais importantes da vida. O que ele almejava era viver da maneira mais interessante e satisfatória possível, sem passar todos seus dias suando para obter um pouco mais de conforto para a família. Tampouco estava interessado em acumular riquezas, como fonte de poder ou prestígio. O que cada cidadão realmente desejava era uma pequena fazenda ou negócio, que lhe fornecesse uma renda razoável e, ao mesmo tempo, lhe permitisse muito tempo livre para a política, os mexericos do mercado e atividades intelectuais ou artísticas, se tivesse talento para fruí-las.

Atitudes quanto ao trabalho

Supõe-se freqüentemente que o ateniense era demasiado preguiçoso ou esnobe para trabalhar arduamente a fim de obter luxo e segurança. Não era esse o caso. É verdade que havia algumas ocupações às quais ele não se dedicaria, por considerá-las degradantes ou perniciosas à liberdade moral. Não ficaria corcunda cavando prata ou cobre numa mina; tal trabalho só servia para escravos. Por outro lado, abundam as provas de que a grande maioria dos cidadãos atenienses não olhava com desdém o trabalho manual. Muitos deles trabalhavam em suas fazendas ou em suas lojas, como artífices independentes.

As atividades econômicas básicas

A despeito da expansão do comércio e do aumento da população, a organização econômica da sociedade ateniense permaneceu relativamente simples. A agricultura e o comércio eram, de longe, as ocupações mais importantes. Mesmo na época de Péricles, a maioria dos cidadãos ainda vivia no campo. A indústria não era altamente desenvolvida. Conhecem-se pouquíssimos exemplos de produção em grande escala, e os que existiram relacionavam-se principalmente com a fabricação de cerâmica e de apetrechos de guerra. O maior estabelecimento que existiu parece ter sido uma fábrica de escudos, de propriedade de um meteco e que empregava 120 escravos. Não havia nenhuma outra com metade de seu tamanho. Os empreendimentos que absorviam mais mão-de-obra eram as minas, mas eram de propriedade do estado e arrendadas, em seções, a pequenos empreiteiros, para serem trabalhadas por escravos. O maior volume da atividade manufatureira era executado em pequenas oficinas de propriedade de artífices individuais, que produziam seus artigos por encomenda direta do consumidor.

A religião sofreu algumas mudanças notáveis na Idade Áurea dos séculos V e IV. O primitivo politeísmo e o antropomorfismo dos mitos homéricos foram em grande parte suplantados pela crença em um único

Deus, como o criador e mantenedor da ordem moral. Tal doutrina era ensinada por muitos dos filósofos, pelo poeta Píndaro e pelos dramaturgos Ésquilo e Sófocles. Outras conseqüências importantes decorreram dos cultos dos mistérios. Essas novas formas de religião tornaram-se populares no século VI, devido à ânsia de uma fé emocional que compensasse as desilusões da vida. Um deles era o culto órfico, que se desenvolveu em torno do mito da morte e ressurreição de Dioniso. Outro, o culto eleusino, tinha como tema central o seqüestro de Perséfone por Hades, o deus dos infernos, e sua libertação final por Deméter, a grande Mãe-Terra. Ambos esses cultos tiveram como finalidade original a promoção dos poderes vivificantes da natureza, mas com o tempo carregaram-se de significado muito maior. Exprimiam, para seus seguidores, as idéias de expiação vicária, de salvação numa vida extraterrena e de união extática com o divino. Ainda que inteiramente incompatíveis com o espírito da religião antiga, exerciam forte apelo sobre certas classes e foram em grande parte responsáveis pela propagação da crença na imortalidade pessoal. Contudo, os gregos mais instruídos parecem ter continuado a esposar a fé mundana, otimista e mecânica de seus ancestrais e demonstrado pouco interesse por um sentimento de pecado ou pelo desejo de salvação na vida do além.

Mudanças na religião

Resta considerar, sucintamente, a posição da família na Atenas dos séculos V e IV. Embora o casamento fosse ainda uma instituição importante para a procriação dos filhos, que se tornariam os cidadãos do estado, há razão para se crer que a vida familiar houvesse declinado. Ao menos os homens das classes mais prósperas passavam agora a maior parte do tempo longe das famílias. As esposas eram relegadas a uma posição inferior e deviam permanecer reclusas em casa. Seu lugar, como companheiras sociais e intelectuais dos maridos, foi ocupado por mulheres estrangeiras, as heteras, muitas das quais provinham das cidades jônias da Ásia Menor e eram altamente cultas. O casamento adquiriu o caráter de arranjo político e econômico, destituído de elementos românticos. Os homens se casavam para assegurar que pelo menos alguns de seus filhos seriam legítimos e a fim de adquirir propriedades por meio do dote. Era também importante, naturalmente, ter alguém que cuidasse do lar. Mas os maridos não consideravam as esposas como suas iguais, não apareciam em público com elas, nem encorajavam sua participação em qualquer forma de atividade social ou intelectual.

A família em Atenas na Idade Áurea

9. AS REALIZAÇÕES DOS GREGOS E SEU SIGNIFICADO PARA NÓS

Nenhum historiador negaria que as realizações dos gregos foram das mais notáveis na história do mundo. Sem grandes extensões de solo fértil ou abundância de recursos minerais, eles conseguiram desenvolver uma civilização mais elevada e variada que a de qualquer das nações mais ricamente dotadas do Oriente Próximo. Contando apenas com uma limitada herança cultural do passado para lhes servir de base, prestaram contribuições intelectuais e artísticas que desde então têm sido modelos de perfeição para a cultura do Ocidente. Parece razoável concluir também que os gregos organizaram a vida de maneira mais

A grandeza das realizações gregas

normal e racional que a maioria dos outros povos que mais tarde labutaram e sofreram neste planeta. A raridade de crimes brutais e a satisfação com divertimentos simples e riqueza modesta apontam para uma existência relativamente feliz e satisfeita.

Aspectos indesejáveis da vida grega

Devemos nos precaver, entretanto, contra certos julgamentos sem base crítica que às vezes são expendidos acerca das realizações dos gregos. Não devemos imaginar que todos os naturais da Hélade fossem tão cultos, judiciosos e livres como os cidadãos de Atenas ou das cidades jônias do outro lado do Egeu. Os espartanos, os árcades, os tessálios e, provavelmente, a maioria dos beócios progrediram muito menos, do ponto de vista cultural. Além disso, a própria civilização ateniense não era isenta de defeitos. Permitia uma certa exploração dos fracos, em especial dos escravos que se esfalfavam nas minas. Baseava-se num princípio de exclusivismo racial que considerava estrangeiro qualquer homem cujo pai e cuja mãe não fossem atenienses e, conseqüentemente, negava direitos políticos à maioria dos habitantes. Caracterizava-se também pela ostensiva repressão aos membros femininos da sociedade. Seus estadistas não foram suficientemente esclarecidos para evitar as armadilhas do imperialismo e mesmo da guerra de agressão. Finalmente, nem sempre a atitude de seus cidadãos foi tolerante e justa. Sócrates foi executado por suas opiniões, e dois outros filósofos, Anaxágoras e Protágoras, foram forçados a deixar a cidade. Deve-se reconhecer, porém, que o grau de tolerância dos atenienses foi mais alto que o da maioria das outras nações, tanto antigas como modernas. Houve, provavelmente, mais liberdade de expressão em Atenas, durante a guerra com Esparta, do que nos Estados Unidos durante a I Guerra Mundial.

Exageros ocasionais da influência helênica

Tampouco é verdade que a influência helênica tenha sido tão grande como comumente se supõe. Nenhum estudioso bem informado poderia aceitar o veredito sentimental de Shelley: "Somos todos gregos; nossas leis, nossa literatura, nossa religião e nossas artes têm raízes na Grécia". Nossas leis, na realidade, não têm raízes na Grécia, mas sobretudo em fontes helenísticas e romanas. Grande parte de nossa poesia, indubitavelmente, é de inspiração grega, mas o mesmo não acontece com a maior parte de nossa literatura em prosa. Nossa religião só em parte é grega; salvo na medida em que foi influenciada por Platão, Aristóteles e pelos romanos, ela reflete basicamente o espírito do Oriente Próximo. Mesmo nossas artes derivam-se quase tanto de outras fontes quanto da Grécia. Na verdade, a civilização moderna foi resultado da convergência de numerosas influências, oriundas de muitos locais e períodos distintos.

A influência dos gregos sobre o Ocidente

A despeito de tudo isso, a aventura helênica teve um significado profundo para a história do mundo, pois foram os gregos os fundadores de quase todos aqueles ideais que comumente julgamos peculiares ao Ocidente. As civilizações do antigo Oriente Próximo, com exceção, em certa medida, da hebraica e da egípcia, foram dominadas pelo absolutismo, pelo supernaturalismo, pelo clericalismo, pela negação tanto do corpo como do espírito e pela sujeição do indivíduo ao grupo. É de notar que a palavra grega para liberdade – *eleutheria* – não pode ser traduzida para nenhuma língua do antigo Oriente Próximo, nem mesmo para o hebraico. O típico regime político do Oriente Próximo era o de um monarca absoluto, sustentado por um clero poderoso. Nesses impé-

rios, a cultura servia sobretudo como instrumento para engrandecer o poder do estado e aumentar o prestígio de governantes e sacerdotes.

Contraste entre os ideais gregos e os do Oriente Próximo

Por contraste, a civilização da Grécia, principalmente na sua forma ateniense, fundava-se em ideais de liberdade, otimismo, secularismo, racionalismo, glorificação tanto do corpo como do espírito e de grande respeito pela dignidade e mérito do indivíduo. Se este alguma vez se submetia, era à lei da maioria. Naturalmente, nem sempre isso era um bem, sobretudo em momentos de crise, quando a maioria podia ser levada pelo preconceito. A religião era terrena e prática, servindo aos interesses dos homens. A adoração dos deuses era um meio de enobrecimento do homem. Em contraposição ao clericalismo do Oriente Próximo os gregos não tinham absolutamente um sacerdócio organizado. Mantinham os sacerdotes em segundo plano e recusavam-lhes, em quaisquer circunstâncias, o poder de definir dogmas ou governar o domínio do intelecto. Além disso, excluíam-nos do controle da esfera moral. A cultura dos gregos foi a primeira a se basear no primado do intelecto — na supremacia do espírito de livre exame. Não havia assunto que temessem analisar ou questão que considerassem excluída do domínio da razão. Em medida jamais verificada antes, o entendimento superava a fé, a lógica e a ciência suplantavam a superstição.

A tragédia da história helênica

A grande tragédia dos gregos foi, naturalmente, sua incapacidade de resolver o problema do conflito político. Em larga medida, esse conflito resultou de diferenças sociais e culturais. Devido a diferentes condições geográficas e econômicas, as cidades-estados gregas desenvolveram-se de maneira não uniforme. Algumas alcançaram rapidamente elevados níveis de superioridade cultural, enquanto outras se atrasavam e faziam pouco ou nenhum progresso intelectual. As conseqüências disso foram a desarmonia e a suspeita, que por fim deram ensejo ao ódio e ao medo. Conquanto alguns dos pensadores mais progressistas se esforçassem por propagar a idéia de que os helenos eram um só povo, que devia reservar seu desprezo para os não helênicos, ou "bárbaros", essa concepção jamais tornou-se parte de um *ethos* nacional. Os atenienses odiavam os espartanos, e vice-versa, com a mesma veemência com que odiavam os lídios e persas. Nem mesmo o perigo de conquista pelos asiáticos foi suficiente para vencer a desconfiança e o antagonismo mútuos dos gregos. A guerra que finalmente irrompeu entre atenienses e espartanos selou o destino da civilização helênica com a mesma eficácia que teria resultado de uma conquista estrangeira.

Capítulo 7

A CIVILIZAÇÃO HELENÍSTICA

Cumpre honrar a beleza, a virtude e as coisas afins, se causam prazer; mas se não o fazem, devemos dar-lhes adeus.

– Epicuro, "Sobre a finalidade da vida"

Concordo em que Alexandre empolgou-se a ponto de copiar o luxo oriental. Sustento que nenhum grande feito, nem mesmo conquistar o mundo inteiro, tem qualquer valor a menos que o homem aprenda a dominar a si mesmo.

– Arriano, *Anábase de Alexandre*

Uma nova etapa na história do mundo

A morte de Alexandre Magno, em 323 a.C., constituiu um divisor de águas na evolução da história mundial. A civilização helênica, tal como existira em seu apogeu, chegou ao fim. É claro que as antigas instituições e estilos de vida não desapareceram subitamente, mas a carreira de Alexandre havia retalhado de tal modo a velha ordem que era inconcebível que ela pudesse ser restaurada de todo. A fusão de culturas e a mistura de povos, resultantes das conquistas de Alexandre, conduziu à derrubada de muitos dos ideais desenvolvidos pelos gregos em sua Idade Áurea dos séculos V e IV. Aos poucos surgiu uma nova forma de civilização, baseada numa mistura de elementos gregos e orientais. A essa nova civilização, que durou aproximadamente até o começo da era cristã, costuma-se dar o nome de helenística.

Comparação entre a Era Helenística e a Idade Áurea da Grécia

Embora a cisão entre a era helênica e a helenística tenha sido tão brusca como a verificada entre quaisquer outras duas civilizações, seria errôneo negar que não tenha havido alguma continuidade. A língua das novas classes cultas era predominantemente o grego e até mesmo as massas populares, cuja herança não era grega, consideravam conveniente possuir alguma cultura helênica. As realizações helênicas na ciência proporcionaram um alicerce para a grande revolução científica da era helenística. Da mesma forma, a ênfase dada pelos gregos à lógica persistiu na filosofia helenística, ainda que os objetivos desta fossem em muitos casos diferentes. Nas esferas política, social e econômica, as semelhanças foram, na verdade, poucas. O ideal clássico da democracia foi suplantado por um despotismo talvez tão rigoroso quanto os que haviam sido produzidos pelo Egito ou pela Pérsia. A cidade-estado grega sobreviveu em certas partes da própria Grécia, mas em outros lugares foi substituída pela monarquia e, nas mentes de alguns líderes, por idéias

de um estado mundial. A devoção helênica à simplicidade e à média áurea deu lugar à extravagância nas artes e ao gosto pelo luxo. No domínio econômico passou-se a dar ênfase crescente aos negócios vultosos e à vigorosa concorrência, em busca de lucros. Em vista dessas mudanças parece válido concluir que a era helenística foi suficientemente diferente da Idade Áurea da Grécia para ser considerada a era de uma nova civilização.

1. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

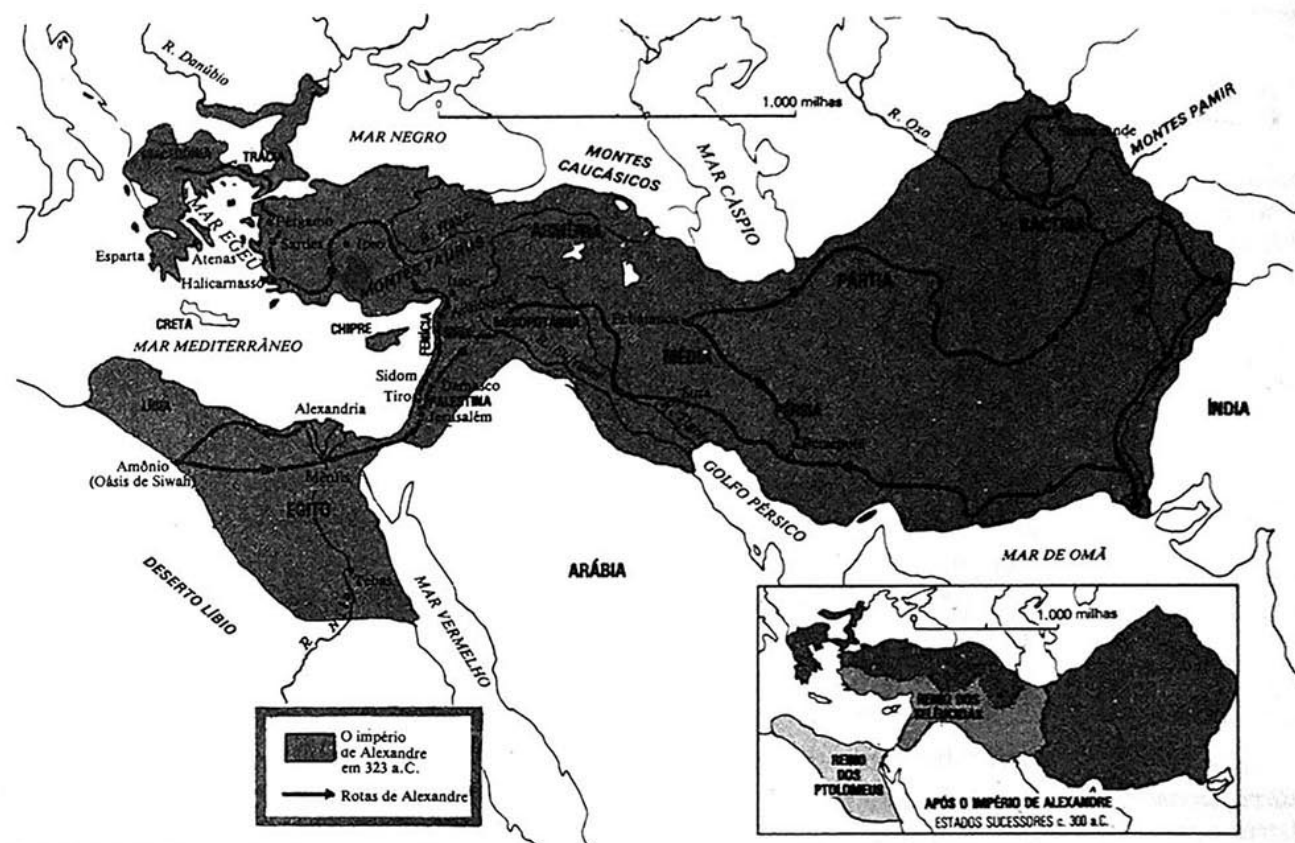
Os estados helenísticos

Quando Alexandre morreu, em 323 a.C., não deixou herdeiro legítimo que o substituísse. Seu parente masculino mais próximo era um meio-irmão, débil mental. Segundo a tradição, quando os amigos lhe pediram, no leito de morte, que designasse um sucessor, ele respondeu: "O mais forte". Após sua morte, seus generais mais graduados trataram de dividir o império entre si. Alguns comandantes mais jovens contestaram esse conluio, seguindo-se uma série de guerras que culminaram na decisiva batalha de Ipso, em 301 a.C. O resultado dessa batalha foi uma nova divisão entre os vitoriosos. Seleuco apossou-se da Pérsia, da Mesopotâmia e da Síria; Lisímaco assumiu o controle da Ásia Menor e da Trácia; Cassandro estabeleceu-se na Macedônia; e Ptolomeu acrescentou a Fenícia e a Palestina a seu primitivo domínio, o Egito. Vinte anos mais tarde, esses quatro estados reduziram-se a três, quando Seleuco derrotou e matou Lisímaco em batalha e apropriou-se de seu território na Ásia Menor. Nesse meio tempo, a maioria dos estados gregos havia-se revoltado contra as tentativas do rei da Macedônia para submetê-los a seu poder. Unindo-se em ligas defensivas, vários deles conseguiram conservar a independência por quase um século. Finalmente, entre 146 e 30 a.C., quase todo o território helenístico passou para o domínio romano.

A monarquia divina, forma dominante de governo

Na era helenística, a forma dominante de governo foi o despotismo de governantes que se tinham na conta de, pelo menos, semidivinos. O próprio Alexandre era reconhecido como filho de Deus no Egito e cultuado como um deus na Grécia. Seus sucessores mais poderosos, os reis selêucidas da Ásia ocidental e os Ptolomeus no Egito, fizeram tentativas sistemáticas no sentido de serem deificados. Um monarca selêucida, Antíoco IV, adotou o título de "Epifânio", ou "Deus Manifesto". Os últimos membros da dinastia dos Ptolomeus assinavam seus decretos como "Theos" (Deus) e reviveram o costume de casar com uma irmã, que fora seguido pelos faraós como meio de preservar de contaminação o sangue divino da família real. Apenas no reino da Macedônia foi o despotismo temperado por uma pitada de respeito pelas liberdades dos cidadãos.

As ligas da Acaia e da Etólia

Como subprodutos da civilização helenística desenvolveram-se duas outras instituições políticas – as ligas da Acaia e da Etólia. Já vimos que a maior parte dos estados gregos rebelou-se contra o domínio macedônio após a divisão do império de Alexandre. A fim de melhor conservar sua independência, vários desses estados formaram ligas entre si, que gradualmente se expandiram e se tornaram confederações. Em todos os casos, a organização de tais ligas era essencialmente a mesma. Cada uma tinha um conselho federal, composto de representantes das cidades-

ALEXANDRE O GRANDE E O MUNDO HELENÍSTICO

membros, com poderes para legislar sobre assuntos de interesse geral. Uma assembléia, aberta a todos os cidadãos dos estados federados, decidia sobre as questões de guerra e paz e elegia funcionários. A autoridade executiva e militar era investida em um general, eleito por um ano e que só podia ser reeleito em anos alternados. Muito embora essas ligas sejam freqüentemente descritas como estados federais, eram pouco mais do que confederações. A autoridade central, como o governo dos Estados Norte-Americanos sob o Estatuto da Confederação, dependia dos governos locais no que dizia respeito a contribuições tributárias e de tropas. Ademais, os poderes delegados ao governo central limitavam-se basicamente a assuntos de guerra e de paz, de cunhagem e de pesos e medidas. O principal significado dessas ligas está no fato de haverem constituído o que a Grécia teve de mais parecido com uma união nacional voluntária antes dos tempos modernos.

2. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS IMPORTANTES

A revolução econômica e suas causas

A história da civilização helenística foi marcada por evoluções econômicas só comparáveis, em magnitude, às revoluções Comercial e Industrial da era moderna. Para isso podemos apontar várias causas importantes: (1) a abertura de uma vasta área de comércio, desde o rio Indo até o Nilo, em conseqüência das conquistas de Alexandre; (2) o aumento dos preços, decorrente da entrada em circulação do enorme tesouro persa de ouro e prata, do que resultou a elevação dos investimentos e da especulação; e (3) o estímulo dado pelos governos à indústria e ao

comércio com o objetivo de aumentar a receita do estado. O resultado líquido foi o desenvolvimento de um sistema de produção, comércio e finanças em grande escala e no qual o estado era o principal empresário.

Concentração da propriedade fundiária

A agricultura foi tão atingida pelos novos desenvolvimentos como qualquer outro ramo da vida econômica. Os fenômenos mais notáveis foram a concentração das propriedades agrícolas e a degradação das populações camponesas. Uma das primeiras coisas que os sucessores de Alexandre fizeram foi confiscar as fazendas dos grandes proprietários e adicioná-las aos domínios reais. As terras assim adquiridas eram concedidas aos favoritos do rei ou arrendadas em condições calculadas para garantir receita abundante para a coroa. Em geral os rendeiros eram proibidos de deixar as terras que cultivavam antes de terminada a colheita e não podiam colocar a safra no mercado até que o rei tivesse oportunidade de vender a parte que recebia como aluguel, ao mais alto preço que o mercado pudesse oferecer. Quando alguns rendeiros entravam em greve ou tentavam fugir, ficavam presos à terra como servos hereditários. Muitos pequenos fazendeiros independentes também se tornavam servos ao se endividarem, em conseqüência da impossibilidade de competir com a produção em grande escala.

Mobilização da indústria e do comércio pelo estado

Num esforço para fazer com que todos os recursos do estado contribuíssem para os cofres do governo, os governantes do Egito e do Império Selêucida estimularam e regulamentaram a indústria e o comércio. Em quase todas as cidades e aldeias os Ptolomeus fundaram fábricas e oficinas, de propriedade do governo, e por este administradas em seu próprio benefício financeiro. Além disso, assumiram o controle de todos os empreendimentos privados, fixando os preços que os proprietários podiam cobrar e manobrando os mercados segundo os interesses da coroa. Um plano semelhante de mobilização da indústria, ainda que em escala menos ambiciosa, foi posto em prática pelos soberanos selêucidas da Ásia ocidental. De modo geral, ambos os governos deixaram o comércio em mãos de particulares, mas o submeteram a pesados tributos e o regulamentaram de forma a que assegurasse ao rei uma parcela substancial dos lucros. O governo tudo fazia para incentivar novos empreendimentos comerciais. Melhorava os portos, expedia navios de guerra para patrulhar os mares, e construía estradas e canais. Além disso, os Ptolomeus recorreram a geógrafos famosos, encarregando-os de descobrirem novas rotas para terras distantes — e para mercados valiosos. Em conseqüência de tais métodos o Egito desenvolveu um comércio florescente, com uma ampla variedade de produtos. Ao porto de Alexandria chegavam especiarias da Arábia, cobre de Chipre, ouro da Etiópia e da Índia, estanho da Bretanha, elefantes e marfim da Núbia, prata do norte do Egeu e da Espanha, finos tapetes da Ásia Menor e até seda da Índia. Os lucros para o governo e para alguns comerciantes alcançavam, às vezes, até 20 ou 30 por cento.

Crescimento das finanças

Outras provas do grande desenvolvimento econômico da era helenística são encontradas no crescimento das finanças. Generalizou-se por todo o Oriente Próximo uma economia monetária internacional, baseada em moedas de ouro e prata. Desenvolveram-se os bancos, em geral de propriedade do governo, tornando-se eles as principais instituições de crédito para atividades comerciais de todo gênero. A especulação, o açambarcamento de mercados, a intensa concorrência, o crescimento de grandes empresas comerciais e o desenvolvimento dos seguros e da

propaganda foram outros importantes fenômenos dessa época extraordinária.

De acordo com os dados disponíveis, a era helenística, ao menos nos dois primeiros séculos, foi um período de prosperidade. Embora crises graves se seguissem freqüentemente ao colapso de surtos de especulação, ao que parece eram de breve duração. Mas a prosperidade existente limitava-se, aparentemente, sobretudo aos governantes, às classes superiores e aos comerciantes. Não se estendeu, decerto, aos camponeses ou mesmo aos trabalhadores das cidades. O salário diário dos trabalhadores de Atenas, especializados ou não, caíra no século III a.C. para menos da metade do que tinha sido na era de Péricles. Por outro lado, o custo de vida subira consideravelmente. Para piorar ainda mais as coisas, o desemprego nas grandes cidades era um problema tão grave que o governo via-se na obrigação de fornecer trigo gratuitamente a muitos habitantes. A escravidão diminuiu no mundo helenístico, em parte devido à filosofia estóica, mas principalmente porque os salários tinham caído tanto que era mais barato contratar um trabalhador livre do que comprar e manter um escravo.

Disparidade entre ricos e pobres

Um resultado interessante das condições sociais e econômicas na época helenística foi o crescimento de grandes cidades. Muito embora a maior parte da população continuasse a viver no campo, verificou-se uma tendência crescente no sentido de os homens se entediarem com a monotonia da vida rural e afluírem para as cidades, onde a vida, se não era mais fácil, pelo menos era mais interessante. No entanto, as razões principais são encontradas na expansão da indústria e do comércio, na ampliação das funções governamentais e no desejo que tinham os agricultores, antes independentes, de escapar às agruras da servidão. As cidades se multiplicaram e cresceram, nos impérios helenísticos, quase tão rapidamente quanto nos Estados Unidos nos séculos XIX e XX. Antioquia, na Síria, quadruplicou sua população num só século. Selêucia, à margem do Tigre, partiu do nada para se transformar numa metrópole de várias centenas de milhares de habitantes em menos de dois séculos. Dentre todas as cidades helenísticas, a maior e mais famosa foi Alexandria, no Egito, com mais de 500.000 habitantes e, possivelmente, 1.000.000. Nenhuma outra cidade dos tempos antigos, antes de Roma imperial, a sobrepujou em tamanho e esplendor. Suas ruas eram bem pavimentadas e dispostas regularmente. Possuía esplêndidos parques e edifícios públicos, um museu e uma biblioteca de 700.000 rolos. Foi o mais brilhante centro da cultura helenística, sobretudo no campo da pesquisa científica. Contudo, as massas populares não tinham nenhuma participação na vida brilhante e luxuosa que se desenrolava à sua volta, muito embora ela fosse custeada, em parte, pelos frutos de seu trabalho.

O crescimento das grandes cidades

3. A CULTURA HELENÍSTICA: FILOSOFIA, LITERATURA E ARTE

A filosofia helenística exibiu duas tendências, quase paralelas, durante toda a duração da civilização. A principal delas, exemplificada pelo estoicismo e pelo epicurismo, mostrava uma consideração fundamental pela razão como a chave para a solução dos problemas humanos. Essa

Tendências na filosofia

tendência era uma manifestação da influência grega, ainda que a filosofia e a ciência, como se combinavam no pensamento aristotélico, houvessem agora começado a seguir caminhos diferentes. A tendência secundária, exemplificada pelos céticos, pelos cínicos e por vários cultos asiáticos, tendia a rejeitar a razão, a negar a possibilidade de se alcançar a verdade e, em certos casos, voltar-se para o misticismo e para a confiança na fé. Apesar das diferenças de seus ensinamentos, de maneira geral os filósofos da época helenística concordavam num ponto: a necessidade de o homem achar algum meio de salvação dos rigores e dos males de sua existência.

Os cínicos

Os primeiros filósofos helenísticos foram os cínicos, que surgiram por volta de 350 a.C. Seu líder mais eminente foi Diógenes, que se tornou famoso por sua busca incessante de um homem "honesto". Em essência, isso significava a adoção de uma vida "natural" e o repúdio de tudo quanto fosse convencional e artificial. Os cínicos adotaram como seu maior objetivo o cultivo da "auto-suficiência": cada qual deveria procurar dentro de si mesmo a capacidade de satisfazer suas próprias necessidades. Obviamente, mostravam alguma semelhança com outros movimentos surgidos em todas as épocas – exemplo disso é o movimento *hippie*, da década de 1960. Entretanto, havia diferenças importantes. Os cínicos desprezavam a música e a arte como manifestações de artificialismo e não representavam uma geração jovem. No entanto, todos esses movimentos parecem refletir uma sensação de frustração e de conflitos sem solução na sociedade. Conta-se que certa vez Alexandre Magno perguntou a Crates, discípulo de Diógenes, se a cidade de Tebas, recentemente destruída na guerra, deveria ser reconstruída. "Para quê?", respondeu o cínico. "Decerto outro Alexandre a arrasará novamente."

Epicurismo e estoicismo

Tanto o epicurismo como o estoicismo surgiram aproximadamente em 300 a.C. Seus fundadores foram, respectivamente, Epicuro (c. 342–270) e Zenão de Cício (ativo depois de 300), ambos residentes em Atenas. O epicurismo e o estoicismo tinham vários caracteres comuns. Ambos eram individualistas; preocupavam-se não com o bem-estar da sociedade, mas com o bem do indivíduo. Ambos eram materialistas e negavam categoricamente a existência de quaisquer substâncias espirituais; consideravam que até mesmo os seres divinos e a alma eram formados de matéria. Tanto num como noutro havia elementos claros de universalismo, uma vez que ambos deixavam implícito que os homens são iguais em toda parte e não reconheciam distinções entre os gregos e os "bárbaros".

A busca estóica da tranqüilidade de espírito através do fatalismo

Entretanto, em vários aspectos os dois sistemas diferiam bastante. Zenão e seus discípulos ensinavam que o cosmos é um todo ordenado no qual todas as contradições são resolvidas no interesse final do bem. Por conseguinte, o mal é relativo; os infortúnios particulares que recaem sobre os homens são apenas incidentes necessários para a perfeição final do universo. Tudo quanto acontece está rigidamente determinado de acordo com um fim racional. Ninguém é senhor de seu destino; a sorte do homem é um elo numa cadeia ininterrupta. As pessoas só são livres no sentido de que podem ou aceitar o destino ou rebelar-se contra ele. No entanto, quer o aceitem, quer se rebelem, não podem vencê-lo. O dever supremo do homem consiste em se submeter à ordem do universo, sabendo que essa ordem é boa; em outras palavras, resignar-se tão

corajosamente quanto possível a seu destino. Através desse ato de resignação será alcançada a mais alta felicidade, que consiste na tranqüilidade de espírito. O indivíduo mais verdadeiramente feliz é, portanto, aquele que pela afirmação de sua natureza racional conseguiu um perfeito ajuste de sua vida à finalidade cósmica e expurgou sua alma de toda a amargura e de todo protesto lamuriento contra as adversidades da fortuna.

Ensinamentos éticos e sociais dos estóicos

Os estóicos desenvolveram uma teoria ética e social que se coadunava bem com sua filosofia geral. Acreditando que o bem supremo consiste na serenidade de espírito, era natural que salientassem o dever e a autodisciplina como virtudes cardeais. Reconhecendo que todos sofrem, ensinavam que os homens deviam ser tolerantes e generosos uns com os outros. Ao contrário dos cínicos, não recomendavam que o homen fugisse da sociedade, mas instavam que ele participasse dos negócios públicos, como dever de todo cidadão de espírito racional. Condenavam a escravidão e a guerra, mas estava longe de seus objetivos pregar uma cruzada contra esses males. Inclinavam-se a pensar que os resultados advindos de medidas violentas no sentido de mudança social seriam piores que as moléstias que se propunham curar. Além disso, que diferença fazia que o corpo estivesse submetido à servidão, desde que o espírito fosse livre? Apesar de seu caráter negativista, a filosofia estóica foi o mais nobre produto da época helenística. Seu igualitarismo, pacifismo e humanitarismo foram fatores importantes para mitigar a rudeza dá época, bem como de séculos posteriores.

Epicuro e o atomismo não mecanicista

Os epicuristas derivaram sua metafísica principalmente de Demócrito. Epicuro ensinava que os ingredientes básicos de todas as coisas são átomos minúsculos e indivisíveis, e que tanto a mudança como o crescimento são resultados da combinação e da separação dessas partículas. Não obstante, embora aceitasse o materialismo dos atomistas, Epicuro rejeitava o mecanicismo absoluto por eles defendido. Negava que um movimento automático e mecânico dos átomos possa ser a causa de todas as coisas no universo. Conquanto ensinasse que os átomos se movimentam para baixo em linhas perpendiculares, devido a seu peso, insistia em dotá-los de uma capacidade espontânea para se desviarem da perpendicular e, assim, combinarem-se uns com os outros. O principal motivo para essa modificação da teoria atômica era possibilitar a crença na liberdade humana. Se os átomos fossem capazes apenas de movimento mecânico, então um ser humano, que se compõe de átomos, ficaria reduzido à condição de autômato e o fatalismo seria a lei do universo. Ao assim repudiar a interpretação mecanicista da vida, Epicuro estava provavelmente mais próximo ao espírito helênico do que Demócrito ou os estóicos.

A busca epicurista da tranqüilidade de espírito pela superação do medo ao sobrenatural

A filosofia ética dos epicuristas baseava-se na doutrina de que o mais alto bem é o prazer. No entanto, não incluíam todas as formas de deleite na categoria de prazer genuíno. Os chamados prazeres da carne deveriam ser evitados, uma vez que todo excesso de sensualidade tinha de ser compensado por sua cota de dor. Por outro lado, uma satisfação moderada dos apetites carnais é permissível e pode ser considerada como um bem em si mesma. Melhor que isso é o prazer mental, a sóbria contemplação das razões para a escolha de certas coisas e a rejeição de outras, bem como a madura reflexão sobre as satisfações gozadas anteriormente. O mais elevado dos prazeres, contudo, consiste na sere-

nidade da alma, na ausência completa de dor, tanto mental quanto física. Isto pode ser alcançado melhor através da eliminação do medo, sobretudo do medo do sobrenatural, pois essa é a fonte suprema da inquietação espiritual. O homem deve reconhecer, pelo estudo da filosofia, que a alma é material e que, portanto, não pode sobreviver ao corpo, que o universo age por si mesmo e que os deuses não intervêm nas questões humanas. Os deuses vivem longe do mundo e estão preocupados demais com sua própria felicidade para se incomodarem com o que ocorre na terra. Já que não recompensam ou punem os mortais, nem nesta vida nem numa outra, vindoura, não há por que temê-los. Assim, através de um caminho diferente, os epicuristas chegaram à mesma conclusão geral dos estóicos: o bem supremo é a tranqüilidade de espírito.

Teorias éticas e políticas dos epicuristas

A ética dos epicuristas assim como sua teoria política repousavam inteiramente numa base utilitária. Em contraste com os estóicos eles não insistiam em que a virtude fosse um bem em si mesmo, mas ensinavam que a única razão pela qual o homem deve ser bom consiste em aumentar sua própria felicidade. Do mesmo modo, negavam que exista alguma coisa como a justiça absoluta: as leis e as instituições só são justas na medida em que contribuem para o bem-estar do indivíduo. Todas as sociedades complexas julgaram haver necessidade de certas normas para a manutenção da segurança e da ordem. Os homens obedecem essas normas por um único motivo: é vantajoso para eles assim proceder. Epicuro não tinha em grande conta a vida política ou a social. Considerava o estado como uma mera conveniência e ensinava que os homens sábios não deveriam tomar qualquer parte ativa na política. Contrariamente ao que diziam os cínicos, Epicuro não propunha que o homem abandonasse a civilização; no entanto, sua concepção de existência feliz era essencialmente passiva e derrotista. Ensinava que a pessoa bem-avisada há de reconhecer que os males do mundo não podem ser extirpados pelo esforço humano; por isso, ela há de se retirar para estudar filosofia e gozar da convivência de algumas poucas pessoas amigas.

A filosofia derrotista dos céticos

Uma filosofia mais radicalmente derrotista foi a proposta pelos céticos. O ceticismo alcançou o apogeu de sua popularidade por volta de 200 a.C., sob a influência de Carnéades. A principal fonte de sua inspiração foi a doutrina sofista de que todo conhecimento deriva-se da percepção dos sentidos e que, por isso, só pode ser limitado e relativo. Disso deduziu-se a conclusão de que nada podemos provar. Como as impressões de nossos sentidos nos iludem, nenhuma verdade pode ser certa. Tudo que podemos fazer é dizer que as coisas *parecem* ser tais ou quais; não sabemos como realmente *são*. Não temos nenhum conhecimento categórico do sobrenatural, do significado da vida ou mesmo do certo e do errado. Segue-se daí que o caminho sensato a seguir é a suspensão do juízo: só isso pode conduzir à felicidade. Se abandonarmos a busca infrutífera da verdade absoluta e deixarmos de nos preocupar como o bem e o mal, haveremos de alcançar aquela equanimidade de espírito que representa a mais alta satisfação oferecida pela vida. Os céticos interessavam-se ainda menos que os epicuristas pelos problemas políticos e sociais. Seu ideal, tipicamente helênico, era o de que o indivíduo fugisse a um mundo que não podia compreender nem reformar.

A tendência não racional do pensamento helenístico atingiu sua expressão mais extremada nas filosofias de Fílon (ou Filão) e dos neopitagóricos, no último século a.C. e primeiro d.C. Os proponentes dos dois sistemas de maneira geral concordavam em seus ensinamentos básicos, sobretudo em seu ponto de vista predominantemente religioso. Acreditavam num Deus transcendente, tão distante do mundo que era de todo impossível aos mortais conhecê-lo. Concebiam o universo como dividido nitidamente entre espírito e matéria. Consideravam como mau tudo que era físico e material; a alma está aprisionada no corpo, do qual só pode fugir mediante rigorosa negação e mortificação da carne. Sua atitude era mística e não intelectual: a verdade não vem nem da ciência nem da razão, mas da revelação. Fílon, judeu que viveu em Alexandria, sustentava que os livros do Antigo Testamento possuíam absoluta autoridade divina e encerravam toda a verdade. O fim último da vida consiste em realizar uma união mística com Deus, abandonar-se ao divino. Tanto Fílon como os neopitagóricos influenciaram o desenvolvimento da teologia cristã. Essa influência foi mais forte no caso do primeiro, com seu dualismo de matéria e espírito e sua doutrina do Logos, a palavra, ou supremo intermediário entre Deus e o universo.

As novas filosofias religiosas

A literatura helenística é importante principalmente pela luz que lança sobre o caráter dessa civilização. A maior parte dos escritos mostrava pouca originalidade ou profundidade de pensamento. Mas saíam das mãos dos copistas numa profusão quase incrível, se considerarmos que ainda não fora inventada a imprensa com tipos móveis. Conhecemos os nomes de pelo menos 1.100 autores. Grande parte do que escreviam era de ínfima qualidade, podendo ser comparado com a literatura barata de nossos dias. Não obstante, houve várias obras acima da mediocridade e algumas que alcançaram os mais altos padrões estabelecidos pelos gregos.

A profusão de literatura efêmera

Os principais gêneros da literatura helenística foram o teatro e a poesia bucólica. O teatro era quase exclusivamente cômico, representado sobretudo pelas peças de Menandro, muito diferentes da comédia de Aristófanes. Distinguiam-se antes pelo naturalismo que pela sátira, mais pela preocupação com os aspectos desagradáveis da vida do que com questões políticas ou intelectuais. Tinham como tema dominante o amor romântico, com suas dores e prazeres, suas intrigas e seduções, e sua culminação num casamento feliz. O maior autor de poemas bucólicos foi Teócrito de Siracusa, que escreveu na primeira metade do século III a.C. Suas pastorais, como o nome indica, celebram o encanto da vida campestre e idealizam os prazeres simples da gente rústica. Teócrito encontraria mais tarde imitadores de maior valor, como o romano Virgílio e o poeta elizabetano Edmund Spenser.

A poesia helenística

O campo da prosa era dominado pelos historiadores, biógrafos e utopistas. O mais capaz dos historiadores foi, sem dúvida, Políbio de Megalópolis, que viveu durante o século II a.C. Do ponto de vista da atitude científica e do zelo pela verdade, provavelmente só cede o primeiro lugar a Tucídides, entre todos os historiadores da antiguidade; ainda assim, superou Tucídides no que toca à compreensão da importância das forças sociais e econômicas. Ainda que a maior parte das biografias fosse de caráter leve e anedótico, a tremenda popularidade de que desfrutavam constitui testemunho eloqüente do gosto literário da época. Mais significativa era a popularidade das utopias, relatos descriti-

Historiadores, biógrafos e utopistas

vos de estados ideais. Praticamente todas elas pintavam uma vida de igualdade social e econômica, livre de cobiça, opressão e discórdia, numa ilha imaginária ou em alguma região distante e pouco familiar. Nesses paraísos o dinheiro era em geral desconhecido, o comércio proibido, os bens eram de propriedade comum e todos os homens tinham de trabalhar com as mãos a fim de prover o necessário à vida. É provável que não estejamos enganados ao supor que a profusão dessa literatura utópica fosse resultado direto dos males e injustiças da sociedade helenística e de uma consciência da necessidade de reforma.

A arte helenística

A arte helenística não preservou todas as qualidades que caracterizaram a dos gregos. Em lugar do humanismo, do equilíbrio e da contenção que haviam marcado a arquitetura e a escultura da Idade Áurea, passaram a dominar o realismo exagerado, o sensacionalismo e a voluptuosidade. Os templos dóricos e jônicos, simples e dignos, deram lugar a palácios suntuosos, mansões dispendiosas, complicados edifícios públicos e monumentos que simbolizavam poder e riqueza. Exemplo típico foi o grande farol de Alexandria, que se elevava a uma altura de aproximadamente 120 metros, com três andares decrescentes e, no topo, oito colunas para sustentar a luz. Do mesmo modo, a escultura mostrava tendências extravagantes e sentimentais. Muitas estátuas e relevos eram imensos e alguns quase grotescos. Um violento emocionalismo e um exagerado realismo eram características comuns à maioria. Mas isso não significa, absolutamente, que toda a arte helenística fosse demasiado exuberante ou grotesca. Parte dela caracterizava-se por uma calma, equilíbrio e compaixão pelo sofrimento humano que lembra as melhores obras dos grandes artistas do séc. IV a.C. Entre as estátuas que exemplificam essas qualidades superiores contam-se a *Afrodite de Melos (Vênus de Milo)* e a *Vitória alada de Samotrácia.*

Vitória Alada da Samotrácia. Nesta estátua, feita aproximadamente no ano 200 a.C., um escultor helenístico preservou um pouco da agressividade, da devoção à elegância e às proporções, características da arte helênica no apogeu.

Fatores responsáveis pelo notável progresso da ciência

A era mais brilhante da história da ciência, antes do século XVII d.C., foi o período da civilização helenística. Com efeito, muitas das realizações da idade moderna dificilmente se teriam concretizado sem as descobertas dos cientistas de Alexandria, Siracusa, Pérgamo e outras grandes cidades do mundo helenístico. Não é difícil apontar os motivos para o expressivo desenvolvimento da ciência nos séculos que se seguiram à derrocada do império de Alexandre. Ele próprio havia dado um certo estímulo financeiro ao progresso da pesquisa. Mais importante foi o estímulo à investigação intelectual proporcionado pela fusão da ciência caldaica e egípcia com os estudos dos gregos. Um terceiro fator terá sido, possivelmente, o novo interesse pelo luxo e conforto e a exigência de conhecimentos práticos que possibilitassem ao pensador científico resolver os problemas de uma existência desordenada e insatisfatória.

As ciências mais populares

As ciências que receberam mais atenção na era helenística foram a astronomia, a matemática, a geografia, a medicina e a física. A química, afora a metalurgia, era praticamente desconhecida. Exceção feita ao trabalho de Teófrasto, que foi o primeiro a reconhecer a sexualidade das plantas, também a biologia era bastante negligenciada. Nem a química nem a biologia tinham qualquer relação definida com o comércio ou com as formas de indústria então existentes; e, aparentemente, não eram consideradas como de grande valor prático.

Astronomia

O mais renomado dos primeiros astrônomos dessa época foi Aristarco de Samos (310–230 a.C.), que às vezes é chamado de o "Copérnico helenístico". Seu principal título de glória está em haver deduzido que a Terra e os demais planetas giram em torno do Sol. Lamentavelmente, essa dedução não foi aceita por seus sucessores – ela conflitava com os ensinamentos de Aristóteles e com a convicção dos gregos de que o homem (e, portanto, a Terra) devia situar-se no centro do universo. Além disso, não se harmonizava com as crenças dos judeus e de outros povos europeus, que compunham uma parcela bastante substancial da população helenística. Outro astrônomo helenístico importante foi Hiparco, que realizou seu trabalho mais valioso em Alexandria, na segunda metade do século II a.C. Suas principais contribuições foram a invenção do astrolábio e o cálculo, aproximadamente correto, do diâmetro da Lua e da distância entre ela e a Terra. Contudo, sua fama acabou sendo ofuscada pela reputação de Ptolomeu de Alexandria (século II d.C.). Ainda que Ptolomeu tenha feito poucas descobertas originais, ele sistematizou o trabalho de outros. Sua obra principal, o *Almagesto*, baseada na teoria geocêntrica – a idéia de que todos os corpos celestes giram em torno da Terra –, passou para a Europa medieval como o repositório clássico da astronomia da antiguidade. Também a geografia ptolomaica exerceu considerável influência sobre o pensamento medieval e renascentista.

Matemática e geografia

Aliadas estreitamente à astronomia estavam a matemática e a geografia. O matemático helenístico de maior renome foi, naturalmente, Euclides (c. 323–c. 285 a.C.), o mestre da geometria. Até meados do século XIX, seu livro *Elementos de geometria* permaneceu como a base aceita para o estudo desse ramo da matemática. Grande parte do material constante dessa obra não era original, e sim uma síntese de

descobertas alheias. Dentre os matemáticos helenísticos, o mais original foi provavelmente Hiparco, que lançou os fundamentos da trigonometria, tanto a plana como a esférica. A geografia helenística deveu a maior parte de seu desenvolvimento a Eratóstemes (c. 276–c. 196 a.C.), astrônomo, poeta, filólogo e bibliotecário de Alexandria. Por meio de relógios de sol, colocados a algumas centenas de quilômetros uns dos outros, ele calculou a circunferência da Terra com um erro inferior a 320 quilômetros. Executou o mapa mais preciso feito até então, com a superfície terrestre dividida em graus de latitude e longitude. Propôs a teoria de que todos os oceanos na verdade são um só e foi o primeiro a sugerir a possibilidade de se chegar à Índia navegando rumo ao ocidente. Um de seus sucessores dividiu a Terra em cinco zonas climáticas (que ainda hoje são aceitas) e explicou o fluxo e refluxo das marés pela influência da Lua.

Medicina: o desenvolvimento da anatomia

É possível que nenhum dos avanços helenísticos na ciência tenha sobrepujado, em importância, o progresso na medicina. De especial significado foi o trabalho de Herófilo de Calcedônia, que realizou suas pesquisas em Alexandria, por volta de inícios do século III. É inconteste que foi o maior anatomista da antiguidade e, provavelmente, o primeiro a praticar a dissecação humana. Entre seus feitos mais importantes contam-se: uma descrição minuciosa do cérebro, com uma tentativa de distinguir as funções de suas várias partes; a descoberta do significado da pulsação e de seu emprego no diagnóstico de doenças; e a descoberta de que as artérias contêm unicamente sangue, e não uma mistura de sangue e ar, como havia ensinado Aristóteles, e que sua função consiste em levar o sangue do coração a todas as partes do corpo. Seria difícil exagerar o valor dessa descoberta para o estabelecimento das bases da circulação sanguínea.

Fisiologia

O mais capaz dos colegas de Herófilo foi Erasístrato, ativo em Alexandria mais ou menos em meados do século III. É considerado o fundador da fisiologia como ciência separada. Não só praticou a dissecação, como acredita-se que tenha adquirido grande parte de seus conhecimentos sobre as funções do organismo mediante a vivissecção. Descobriu as válvulas do coração, estabeleceu distinção entre os nervos motores e sensitivos e ensinou que as ramificações finais das artérias e das veias estão ligadas entre si. Foi o primeiro a rejeitar de maneira absoluta a teoria humoral da doença e condenar a sangria excessiva como método de cura. Infelizmente, essa teoria foi mais tarde revivida por Galeno, o grande enciclopedista da medicina, que viveu no Império Romano no século II d.C.

Física

Antes do século III a.C., a física constituíra um ramo da filosofia. Foi Arquimedes de Siracura (c. 287-212 a.C.) quem a transformou em ciência experimental independente. Arquimedes descobriu a lei da flutuação dos corpos, ou gravidade específica, e formulou com exatidão científica os princípios da alavanca, da roldana e do parafuso. Entre suas invenções memoráveis estão a roldana composta, o parafuso tubular para bombear água, a hélice para embarcações e a lente convexa. Muito embora tenha sido chamado de o "técnico ianque da antiguidade", há indicações de que não atribuía grande valor a seus engenhosos dispositivos mecânicos e que preferia dedicar o tempo à pesquisa científica pura.

Alguns outros luminares da era helenística dispunham-se de bom grado a dar toda sua atenção à ciência aplicada. Entre eles destacou-se Heron de Alexandria, que viveu no último século a.C. O número de invenções que lhe são atribuídas é quase inacreditável. A lista inclui uma bomba de incêndio, um sifão, um motor a reação, um órgão hidráulico, uma máquina que funcionava com a introdução de uma moeda ou ficha e uma catapulta acionada por ar comprimido. É impossível dizer quantas dessas invenções realmente foram suas, mas parece não haver dúvida de que tais aparelhos tenham realmente existido, em sua época ou logo depois. Não obstante, o progresso total na ciência aplicada foi relativamente pequeno, provavelmente porque o trabalho humano continuava tão abundante e barato que não compensava substituí-lo por máquinas.

Ciência aplicada

5. A RELIGIÃO NA ERA HELENÍSTICA

Se houve um aspecto da civilização helenística que sirva mais que outros para acentuar o contraste com a cultura helênica, foi a nova tendência da religião. A religião cívica dos gregos, tal como existira ao tempo das cidades-estados, já havia desaparecido quase de todo. Para a maioria dos intelectuais, seu lugar foi ocupado pelas filosofias do estoicismo, epicurismo e ceticismo. Alguns outros, de menor pendor filosófico, inclinavam-se para o culto da Fortuna.

A nova tendência na religião

Entre o povo, a tendência no sentido de abraçar religiões emocionais manifestava-se ainda mais claramente. Os mistérios órficos e eleusinos atraíam mais devotos do que nunca. Durante algum tempo, o culto de Ísis, a deusa-mãe egípcia, ameaçou tornar-se dominante no Oriente Próximo. Da mesma forma, a religião astral dos caldeus propagou-se rapidamente, com o resultado de que seu principal produto, a astrologia, foi recebido com entusiasmo fanático em todo o mundo helenístico. No entanto, a mais poderosa de todas as influências veio das derivações do zoroastrismo, sobretudo do mitraísmo e do gnosticismo. Embora todos os cultos de origem oriental se assemelhassem entre si em suas promessas de salvação numa vida extraterrena, o mitraísmo e o gnosticismo possuíam uma mitologia de maior significado ético, um desprezo mais profundo por este mundo e uma doutrina mais clara de redenção através de um salvador pessoal. Eram essas as idéias que satisfaziam os anseios emocionais do povo, convencido que estava da inutilidade desta vida e disposto a ser aliciado por promessas extravagantes de melhor sorte num mundo vindouro. Se podemos julgar pelas condições de nosso próprio tempo, algumas das doutrinas desses cultos devem ter exercido influência também sobre membros das classes superiores. Mesmo quem observa superficialmente a sociedade moderna sabe que o pessimismo, o misticismo e a crença no além não se limitam aos humildes. Em certos casos, a mais aguda desilusão por esta vida e os mais profundos anelos místicos são encontrados entre os que têm os bolsos mais recheados.

A popularidade das religiões místicas

Um fator que não deixou de ter importância para as realidades religiosas da era helenística foi a dispersão dos judeus. Em conseqüência da conquista da Palestina por Alexandre, em 332 a.C., e da conquista romana cerca de três séculos depois, milhares de judeus migraram para

Influência dos judeus

várias partes do mundo mediterrâneo. Já se estimou que um milhão deles vivia no Egito no século I de nossa era, sendo 200.000 os que se radicaram na Ásia Menor. Misturavam-se livremente com outros povos, adotando a língua grega e não pequena porção da cultura helênica que ainda sobrevivia. Ao mesmo tempo, desempenharam papel relevante na difusão de crenças orientais. Alguns dos judeus helenizados acabaram convertendo-se ao cristianismo e constituíram poderoso instrumento para a propagação dessa religião fora da Palestina. Exemplo notável destes, naturalmente, foi Saulo de Tarso, conhecido na história cristã como São Paulo.

6. UMA ANTECIPAÇÃO DA ERA MODERNA?

Comparação entre a civilização helenística e a da idade moderna

Com a possível exceção da romana, nenhuma grande cultura da antiguidade sugere o espírito da idade moderna tão claramente quanto a civilização helenística. Nela, tal como no mundo do século XX, encontrava-se uma considerável variedade de formas de governo, o desenvolvimento do militarismo e uma tendência no sentido do regime autoritário. Muitos fatos econômicos e sociais que caracterizaram a era helenística lembram também a experiência contemporânea: o crescimento dos grandes negócios, a expansão do comércio, a ânsia de exploração e descobertas, o interesse pela tecnologia, o crescimento das cidades, com áreas congestionadas, e a ampliação do hiato entre ricos e pobres. No domínio do intelecto e da arte, a civilização helenística mostrou também uma feição distintamente moderna. Exemplos disso são a ênfase dada à ciência, a estreita especialização dos estudos, o pendor para o realismo e o naturalismo, a vasta produção de literatura medíocre e a popularidade do misticismo, lado a lado com o extremo ceticismo e a descrença dogmática.

Diferenças básicas

Devido a essas semelhanças, muitos autores tendem a considerar nossa própria civilização como decadente. Mas isso se baseia em parte na falsa suposição de que a cultura helenística não passou de uma fase degenerada da civilização grega. Ao invés disso, ela foi um novo organismo social e cultural, nascido de uma fusão de elementos gregos e do Oriente Próximo. Ademais, as diferenças entre a civilização helenística e o mundo contemporâneo talvez sejam tão importantes quanto as semelhanças. A perspectiva política helenística era essencialmente cosmopolita; nada existia que fosse comparável ao patriotismo nacionalista dos tempos modernos. A despeito da extraordinária expansão do comércio na era helenística, jamais ocorreu uma revolução industrial, por motivos que já apontamos. Por fim, a ciência helenística era mais limitada que a da atualidade. A moderna ciência pura é, em larga medida, uma espécie de filosofia – uma aventura do espírito no reino do desconhecido. Apesar das freqüentes afirmativas em contrário, grande parte dela é gloriosamente inútil, do ponto de vista prático, e provavelmente assim continuará a ser.

Capítulo 8

A CIVILIZAÇÃO ROMANA

Como um Antonino, minha cidade e meu país é Roma; mas como homem, é o mundo.

– Marco Aurélio Antonino, *Meditações*

Pois as categorias em que dividis o mundo não são helenos e bárbaros. (. . .) A divisão que instituístes é aquela entre romanos e não romanos. Chegastes a tanto no expandir o nome de vossa cidade.

– Aélio Aristides, *Oração a Roma*

A ascensão de Roma

Muito antes de haver começado a declinar o esplendor grego, uma outra civilização, bastante influenciada pela cultura grega, havia começado a se desenvolver no Ocidente, às margens do Tibre. Mais ou menos ao tempo das conquistas de Alexandre, a nova civilização de Roma já era uma força dominante na península italiana. Durante cinco séculos, a partir de então, cresceu o poder romano. Ao fim do século I a.C. Roma já impusera seu domínio sobre todo o mundo helenístico, assim como sobre a maior parte da atual Europa ocidental. Pela conquista dos antigos estados helenísticos e pela destruição da civilização de Cartago, na África do Norte, Roma pôde transformar o Mediterrâneo num "lago romano". Assim, levou as instituições e as idéias gregas à metade ocidental do mundo mediterrâneo. E ao investir em direção ao norte, até o Reno e o Danúbio, levou a cultura urbana mediterrânea a terras ainda mergulhadas na Idade do Ferro. Roma, pois, edificou uma importante ponte histórica entre o Oriente e o Ocidente.

A síntese romana

É evidente que Roma não teria sido capaz de desempenhar tal papel se seu desenvolvimento não houvesse seguido um caminho próprio. Esse desenvolvimento foi marcado pela tensão entre duas diferentes perspectivas culturais. Por um lado, os romanos tenderam, durante a maior parte de sua história, ao conservadorismo: reverenciavam suas velhas tradições agrícolas, seus deuses domésticos e seus hábitos rudemente belicosos. No entanto, desejavam também ser construtores e não podiam resistir às atrações da cultura e do luxo gregos. Durante alguns séculos, sua grandeza baseou-se numa síntese dessas diferentes características: respeito pela tradição, ordem e bravura militar, juntamente com a urbanização e o cultivo do espírito, derivados da Grécia. Essa

síntese não poderia durar para sempre, mas, enquanto durou, a glória grega foi substituída pela grandeza romana.

1. A ITÁLIA ANTIGA E A MONARQUIA ROMANA

O impacto da geografia sobre a história romana

O caráter geográfico da península italiana prestou contribuição significativa para o rumo tomado pela história romana. Exceto algum mármore excelente e pequenas quantidades de estanho, cobre, ferro e ouro, a Itália não possui recursos minerais. Sua extensa costa é quebrada por poucos bons portos. Por outro lado, a quantidade de terra fértil é muito maior que a da Grécia. Em conseqüência, os romanos estavam destinados a permanecer um povo essencialmente agrícola durante a maior parte de sua história. Raramente desfrutaram o estímulo intelectual trazido pelo intenso comércio com o exterior. Além disso, a península italiana estava mais exposta a invasão do que a Grécia. Os Alpes não opunham barreira eficaz à afluência de povos da Europa central, e em muitos pontos a costa baixa convidava à conquista pelo mar. Conseqüentemente, a dominação do país pela força era mais comum do que a mistura pacífica de imigrantes com colonos já estabelecidos. Os romanos absorveram-se em atividades militares quase que a partir do momento em que se estabeleceram em solo italiano, forçados que eram a defender suas próprias conquistas contra outros invasores.

Os primeiros habitantes da Itália

Testemunhos arqueológicos indicam que a Itália foi habitada pelo menos desde o Paleolítico superior. Nessa época o território era ocupado por um povo aparentado de perto aos Cro-Magnons do sul da França. No período neolítico chegaram povos mediterrâneos, alguns provindo do norte da África e outros da Espanha e da Gália. No começo da Idade do Bronze ocorreram várias invasões novas. No norte dos Alpes vieram os primeiros imigrantes do grupo lingüístico indo-europeu. Eram pastores e agricultores, que levaram para a Itália o cavalo e o carro de rodas. Sua cultura baseava-se no uso do bronze, ainda que, aparentemente, tenham adquirido, mais ou menos após 900 a.C., o conhecimento do ferro. Ao que parece, esses indo-europeus foram os antepassados da maioria dos chamados povos itálicos, inclusive os romanos, e provavelmente eram aparentados aos invasores helênicos da Grécia.

Sarcófago etrusco. Este trabalho do século IV a.C. representa um marido e sua mulher: observe a representação simpática da mulher e o senso de igualdade entre as duas figuras.

Etruscos e gregos

Durante o século VIII a.C., provavelmente, duas outras nações de imigrantes ocuparam diferentes porções da península italiana: os etruscos e os gregos. O local de origem dos etruscos é uma questão que nunca foi respondida de maneira satisfatória, embora seja certo que não eram indo-europeus. A maioria dos especialistas acredita que fossem nativos da Ásia Menor. Quaisquer que tenham sido suas origens, sabemos que na altura do século VI a.C. haviam criado uma grande federação de cidades, que se espalhavam pela maior parte do norte e do centro da Itália. Conquanto sua escrita nunca tenha sido completamente decifrada, sobreviveram suficientes provas materiais indicativas da natureza de sua cultura. Possuíam um alfabeto baseado no grego, elevado grau de habilidade na metalurgia, grande talento artístico, um florescente comércio com o Oriente e uma religião baseada na adoração de deuses antropomórficos. Legaram aos romanos o conhecimento do arco e da abóbada, o divertimento cruel de combates de gladiadores e a prática de prever o futuro através de meios sobrenaturais, como o estudo das entranhas de animais ou o vôo de aves. Uma de suas características mais salientes era o respeito relativamente grande que mostravam pelas mulheres. As mulheres etruscas, ao contrário das de outras sociedades contemporâneas, faziam as refeições com os maridos, e algumas famílias etruscas listavam sua genealogia pela linha materna.

Os gregos na Itália

Os gregos estabeleceram-se principalmente ao longo da costa sul e sudoeste da Itália e da Sicília, bem como ao longo da costa sul da Gália. Seus núcleos mais importantes foram Taranto, Nápoles e Siracusa, cada qual constituindo uma cidade-estado independente. A civilização grega na Itália e na Sicília era tão avançada quanto na própria Grécia. Gregos famosos como Pitágoras, Arquimedes e até mesmo Platão, durante algum tempo, viveram no oeste da Itália. Dos gregos, os romanos derivaram seu alfabeto, vários de seus conceitos religiosos e grande parte de sua arte e mitologia.

Fundação de Roma

Os fundadores da cidade de Roma foram povos itálicos que viviam na área ao sul do rio Tibre. Embora se desconheça o ano exato da fundação da cidade, recentes pesquisas arqueológicas situam o fato próximo à data tradicional de 753 a.C. Devido à sua localização estratégica, Roma veio a exercer suserania efetiva sobre várias das cidades vizinhas mais importantes. Uma conquista seguiu-se a outra, de modo que no século VI a.C. Roma passara a dominar a maior parte da região. Mas, então, os etruscos assumiram o poder em Roma.

O governo de Roma ao tempo da monarquia; os poderes do rei

A evolução política de Roma, nesse período inicial, assemelhou-se em vários aspectos ao desenvolvimento das comunidades gregas, embora não tenha sido absolutamente idêntica. Desde seus primórdios, os romanos parecem ter dado muito mais ênfase à autoridade e à estabilidade do que à liberdade e à democracia. Seu estado era, essencialmente, uma aplicação da idéia da família patriarcal a toda a comunidade, com o rei exercendo sobre seus súditos uma jurisdição comparável ao domínio do chefe de família sobre os seus dependentes. Mas da mesma forma como a autoridade do pai era limitada pelos costumes e pela exigência de que ele respeitasse os desejos dos filhos adultos, a autoridade do rei era limitada pela constituição antiga, que ele não podia modificar sem o consentimento dos principais do reino. Suas prerrogativas não eram primordialmente legislativas, mas executivas, sacerdotais, militares e judiciais. Julgava todas as causas cíveis e criminais, mas não tinha

autoridade para conceder perdão sem o consentimento da assembléia. Embora sua acessão ao cargo dependesse de confirmação do povo, ele não podia ser deposto e não havia ninguém que pudesse realmente desafiar o exercício de seus poderes.

O senado e a assembléia

Além do rei, o governo romano dessa época contava com uma assembléia e um senado. A primeira compunha-se de todos os cidadãos do sexo masculino em idade militar. Sendo, teoricamente, uma das principais fontes do poder soberano, esse órgão podia vetar qualquer proposta do rei para modificação da lei. Além disso, determinava os perdões a serem concedidos e se devia ser declarada a guerra agressiva. Era, contudo, um órgão essencialmente ratificador, sem nenhum direito à iniciativa em matéria de legislação ou de mudanças políticas. O senado, ou conselho de anciãos, tinha entre seus membros os chefes dos vários clãs que formavam a comunidade. Ainda mais que os cidadãos comuns, os dirigentes dos clãs encarnavam o poder soberano do estado. O rei, a quem haviam delegado o exercício ativo de sua autoridade, era apenas um deles. Quando vagava a função real, os poderes do rei revertiam imediatamente ao senado até que fosse confirmada pelo povo a sucessão de um novo monarca. Ordinariamente, a principal função do senado consistia em examinar propostas reais que tivessem sido ratificadas pela assembléia e vetá-las se violassem direitos estabelecidos pelos costumes tradicionais. Assim, era quase impossível introduzir mudanças fundamentais na lei, mesmo quando a maioria dos cidadãos se dispunha a sancioná-las. Essa atitude extremamente conservadora das classes dominantes persistiu até o fim da história romana.

Fim da monarquia

Em fins do século VI (a data citada tradicionalmente é 509 a.C.) a monarquia foi derrubada e substituída por uma república. Segundo a lenda, tal revolução foi provocada pelos crimes dos Tarquínios, uma família etrusca que havia assumido a função real por volta de meados do século. Depois de suportarem inúmeras indignidades, a última e pior delas foi o estupro e subseqüente suicídio de uma virtuosa matrona romana, Lucrécia, por um lascivo príncipe Tarquínio, os romanos nativos deram um basta e se revoltaram a fim de expulsar os opressores estrangeiros. Na verdade, a história do estupro de Lucrécia é fictícia, mas a mudança de governo foi provavelmente, em parte, um levante nativo contra estrangeiros, assim como um bem-sucedido movimento da aristocracia do senado romano para conquistar pleno poder para si. O resultado foi o começo do declínio etrusco na Itália, assim como uma duradoura convicção, entre os romanos, de que a monarquia era coisa má.

2. O INÍCIO DA REPÚBLICA

Primeira expansão romana

Por mais de dois séculos após sua fundação, a história da república romana foi de guerras quase constantes. Muitas das lendas romanas mais conhecidas, como a do bravo Horácio, que com somente dois amigos deteve todo um exército diante de uma ponte, datam desse período. A princípio os romanos colocaram-se na defensiva. Da deposição dos Tarquínios resultaram atos de represália de seus aliados em regiões vizinhas, e outros povos nas fronteiras tiraram proveito da confusão decorrente da mudança de regime para abocanhar porções do território

romano. Depois que Roma conseguiu desviar esses ataques, começou a se expandir, a fim de ganhar mais terras e satisfazer a uma população em rápido crescimento. Com o passar do tempo, Roma conquistou continuamente todos os territórios etruscos e depois arrebatou todas as cidades gregas na porção mais meridional da Itália continental. Essas últimas não só aumentaram os domínios de Roma como colocaram os romanos em contato frutífero com a cultura grega. Posteriormente os romanos viram-se envolvidos em confrontos freqüentes com povos já conquistados. A repressão dessas revoltas despertou desconfianças de estados vizinhos e aguçou o apetite dos vencedores para novos triunfos. Guerras e mais guerras se sucederam em sucessão interminável, até que em 265 a.C. Roma havia conquistado toda a península itálica.

Efeitos dos primeiros conflitos militares

Essa longa série de conflitos militares teve profundas repercussões sociais, econômicas e culturais sobre a história subseqüente de Roma. Afetou adversamente os interesses dos cidadãos mais pobres e favoreceu a concentração da terra nas mãos dos proprietários ricos. Os longos períodos de serviço militar forçavam os agricultores comuns a negligenciar o cultivo do solo, do que resultava se endividarem e, freqüentemente, perderem suas fazendas. Muitos deles se refugiavam nas cidades, até serem depois colocados como rendeiros em grandes propriedades nos territórios conquistados. As guerras tiveram também o efeito de confirmar o caráter agrário da nação romana. A repetida aquisição de novas terras possibilitou que toda a população fosse absorvida em atividades agrícolas. Por isso, os romanos não viam necessidade de desenvolver a indústria e o comércio. Por fim, as guerras contínuas desse período de formação tiveram o efeito de desenvolver entre os romanos um forte ideal militar. Juntamente com Horácio, outro dos grandes heróis lendários da época foi Cincinato, de quem se conta que deixava sua fazenda a qualquer instante a fim de seguir para o campo de batalha.

Mudanças políticas decorrentes da derrubada da monarquia

Durante esse mesmo período da jovem república, Roma passou por algumas importantes mudanças políticas, as quais foram menos produto da revolução do século VI que de acontecimentos de anos ulteriores. A revolução que derrubou a monarquia foi tão conservadora quanto pode ser uma revolução. Seu principal efeito consistiu em substituir o rei por dois funcionários eleitos, os cônsules, e elevar a posição do senado, investindo-o de controle sobre os fundos públicos e do poder de veto sobre todos os atos da assembléia. Os próprios cônsules eram, em geral, senadores e atuavam como representantes de sua classe. Não governavam conjuntamente, mas a cada um deles era atribuída a plena autoridade executiva e judiciária que antes estivera nas mãos do rei. Se surgia um conflito entre eles, o senado poderia ser chamado para decidir; ou, em momento de grave emergência, poderia ser nomeado um ditador, por um mandato nunca superior a seis meses. Em outros aspectos o governo continuou idêntico ao da monarquia.

A luta entre patrícios e plebeus

Não muito tempo depois da criação da república teve início uma luta pelo poder entre facções dos cidadãos comuns. Antes do fim da monarquia a população romana se dividira em duas grandes classes — os patrícios e os plebeus. Os primeiros compreendiam a aristocracia, latifundiários ricos que monopolizavam os lugares do senado e na magistratura. Entre os plebeus havia algumas famílias de posses, excluídas do patriciado por serem de origem estrangeira recente, mas a maioria dos plebeus compunha-se de gente comum — pequenos agricultores, artí-

fices e comerciantes. Muitos eram clientes ou dependentes dos patrícios, obrigados a lutarem por eles, a prestar-lhes apoio político e cultivar-lhes as propriedades em troca de proteção. As queixas dos plebeus eram numerosas. Obrigados a pagar altos impostos e forçados a servir no exército em tempo de guerra, viam-se, entretanto, excluídos de qualquer participação no governo, exceto tomar parte na assembléia. Ademais, sentiam-se vítimas de decisões discriminatórias nos processos judiciais. Não sabiam sequer de quais direitos gozavam, pois as leis não eram escritas e a ninguém, salvo os cônsules, cabia interpretá-las. Em processos por dívida, permitia-se freqüentemente ao credor vender o devedor como escravo.

Vitórias dos plebeus

A fim de reparar seus gravames, os plebeus rebelaram-se pouco depois de começado o século V a.C. Conseguiram sua primeira vitória por volta de 494 a.C., quando compeliram os patrícios a concordarem com a eleição de vários funcionários, chamados tribunos, que teriam o poder de proteger os cidadãos mediante o veto a atos ilegais dos magistrados. Essa conquista foi seguida por uma exigência, vitoriosa, de codificação das leis, aproximadamente em 450 a.C. O resultado foi a publicação da famosa Lei das Doze Tábuas, assim chamada por ter sido escrita em tabuletas de madeira. Ainda que as Doze Tábuas viessem a ser reverenciadas pelos romanos de tempos posteriores como uma espécie de carta das liberdades populares, na verdade não eram nada disso. Em grande medida elas perpetuavam os costumes antigos, sem sequer abolir a escravidão por dívida. No entanto, capacitavam o povo a conhecer sua situação em face da lei, e permitiam o recurso à assembléia contra uma sentença capital passada por um magistrado. Mais ou menos uma geração depois, os plebeus conquistaram o direito de serem eleitos como magistrados inferiores, e por volta de 367 a.C. foi eleito o primeiro cônsul plebeu. Uma vez que, pelo costume antigo, ao completar seu mandato os cônsules entravam automaticamente para o senado, quebrou-se o monopólio patrício dos cargos senatoriais. A vitória final dos plebeus deu-se em 287 a.C., com a aprovação de uma lei que estabelecia que as decisões tomadas pela assembléia se tornavam obrigatórias para o estado, fossem ou não aprovadas pelo senado.

Significado das vitórias dos plebeus

O significado dessas mudanças não deve ser mal interpretado. Não constituíram uma revolução destinada a dar mais liberdade ao indivíduo, mas simplesmente a coibir o poder dos magistrados e conceder aos plebeus uma participação maior no governo. O estado, como um todo, continuou tão despótico como sempre fora, pois sua autoridade sobre o cidadão não foi sequer posta em dúvida. Com efeito, os romanos dos começos da república "nunca abandonaram realmente o princípio de que o povo não devia governar, mas ser governado".[1] Devido a essa atitude, a concessão de plenos poderes legislativos à assembléia parece ter significado pouco mais que uma formalidade. O senado continuou a governar como antes. Tampouco a admissão de plebeus ao senado teve qualquer efeito liberalizador sobre aquele órgão. Tão grande era seu prestígio e tão profunda a veneração dos romanos pela autoridade, que os novos membros logo foram tragados pelo conservadorismo dos velhos. Além disso, o fato de os magistrados não serem remunerados

[1] Theodor Mommsen, *The History of Rome*, I, 313.

impedia que a maior parte dos cidadãos mais pobres pleiteasse cargos públicos.

Do ponto de vista intelectual e cultural, o desenvolvimento dos romanos foi lentíssimo. A vida em Roma era rude e cruel. Embora a escrita tivesse sido adotada já no século VI, pouco uso se fazia dela, salvo para copiar leis, tratados e inscrições funerárias. Como a educação se limitava à instrução dada pelos pais em esportes viris, artes práticas e virtudes militares, a grande maioria da população continuava analfabeta. A guerra e a agricultura ainda eram as principais ocupações da massa dos cidadãos. Havia alguns artífices nas cidades, e verificara-se um modesto desenvolvimento do comércio. No entanto, a relativa insignificância da atividade comercial romana nessa época é evidenciada claramente pelo fato de que o país só veio a ter um sistema monetário padronizado em 269 a.C.

O relativo primitivismo da cultura e da sociedade romana nesse tempo

Durante o período inicial da república, a religião romana assumiu o caráter que viria a conservar durante a maior parte da história romana. Em vários sentidos, essa religião assemelhava-se à dos gregos, em parte porque a religião etrusca tinha dívidas profundas para com a grega, e porque os romanos, por sua vez, haviam sido influenciados pelos etruscos. Tanto a religião grega como a romana salientavam o cumprimento de ritos a fim de ganhar benefícios dos deuses ou evitar que se irassem. Em ambas as religiões, as divindades cumpriam funções semelhantes: Júpiter correspondia aproximadamente a Zeus, como deus do céu, Minerva a Atena, como deusa da sabedoria e padroeira dos ofícios, Vênus a Afrodite, como deusa do amor, Netuno a Posseidon, como deus do mar, e assim por diante. A religião romana, tal como a grega, não tinha sacramentos ou crenças em recompensas e punições numa vida futura.

Comparação entre a religião romana e a grega

No entanto, havia também diferenças importantes. A religião romana era nitidamente mais política e menos humanística em seus objetivos. Servia não para glorificar a condição humana ou criar um relacionamento confortável entre os seres humanos e seu mundo, e sim para proteger o estado de seus inimigos e para elevar seu poder e prosperidade. Os deuses eram menos humanos; na verdade, foi somente por efeito de influências gregas e etruscas que se transformaram em divindades pessoais, tendo sido antes cultuados como espíritos animísticos. Os romanos jamais conceberam que seus deuses mantivessem disputas entre si ou que se envolvessem com seres humanos, à maneira das divindades homéricas. Por fim, a religião romana continha um elemento de sacerdotalismo muito mais forte do que a grega. Os sacerdotes, ou pontífices, como eram chamados, formavam uma classe organizada, eram um ramo do próprio governo. Não apenas supervisionavam a oferenda de sacrifícios, como eram também guardiões de um elaborado conjunto de tradições e leis sagradas que só eles podiam interpretar. É preciso que se entenda, porém, que esses pontífices não eram sacerdotes no sentido de intermediários entre os homens e os deuses; não ouviam confissões, não perdoavam pecados nem administravam sacramentos.

Contrastes com a religião grega

Tanto nesse período como em outros, posteriores, a moral dos romanos quase não tinha nenhuma relação com a religião. Os romanos não pediam a seus deuses que os tornassem bons, mas sim que concedessem favores materiais à comunidade e às suas famílias. A moral era uma questão de patriotismo e de respeito pela autoridade e pela

A moral na fase inicial da república

tradição. As virtudes principais eram a bravura, a autodisciplina, a honra, a reverência pelos deuses e pelos antepassados e o cumprimento do dever para com o país e a família. A lealdade a Roma tinha precedência sobre tudo mais. Pelo bem do estado, o cidadão tinha de estar pronto a sacrificar não só sua vida mas também, se necessário, as dos familiares e dos amigos. Era motivo de profunda admiração a coragem com que certos cônsules, cumprindo o dever, condenavam à morte os próprios filhos, por violações da disciplina militar. Poucos povos na história européia, com exceção dos espartanos e dos totalitários modernos, tomaram tão a sério o problema da segurança nacional ou subordinaram tão completamente o indivíduo ao bem-estar do estado.

3. AS GUERRAS FATÍDICAS COM CARTAGO

Começo do imperialismo em grande escala

Por volta de 265 a.C., como já sabemos, Roma havia conquistado e anexado toda a península itálica ao sul do Pó. Orgulhosa e confiante de sua força, era quase certo que se lançasse a novas campanhas imperialistas. A próspera ilha da Sicília não se achava ainda sob seu domínio, nem os romanos podiam olhar com indiferença a situação em outras partes do mundo mediterrâneo. Roma já se inclinava a interpretar qualquer mudança no *status quo* como uma ameaça a seu próprio poder e à sua segurança. Foi por tais motivos que, depois de 264 a.C., Roma envolveu-se numa série de guerras com outras grandes nações, o que alterou de maneira decisiva o rumo da história romana.

Cartago

A primeira e mais importante dessas guerras foi o conflito com Cartago, um grande império marítimo que se estendia pela costa setentrional da África, desde a atual Tunísia até o estreito de Gibraltar. Cartago fora fundada, por volta de 800 a.C., como colônia fenícia. No século VI cortou seus laços com a metrópole e aos poucos transformou-se num estado rico e poderoso. A prosperidade das classes superiores alicerçava-se no comércio e na exploração dos depósitos de prata e estanho da Espanha e dos produtos tropicais do norte da África central. O governo cartaginês era oligárquico. Os verdadeiros governantes eram trinta príncipes-mercadores, que constituíam um conselho dentro do senado. Controlavam as eleições e dominavam todos os demais ramos do governo. Ao que parece, os restantes 270 membros do senado só eram convocados em ocasiões especiais. A despeito dessas deficiências políticas e de uma religião cruel que exigia sacrifícios de sangue, Cartago tinha uma civilização superior à de Roma, no tocante ao luxo e aos avanços científicos, quando começou a luta entre os dois estados.

Causas da primeira guerra púnica

O primeiro choque com Cartago teve início em 264 a.C.[2] A causa principal foi a inveja romana ante a expansão cartaginesa na Sicília. Cartago já controlava a porção ocidental da ilha e estava ameaçando as cidades gregas de Siracusa e Messina, na costa oriental. No caso de serem essas cidades capturadas, estariam perdidas todas as possibilidades de ocupação romana da Sicília. Confrontada com esse perigo, Roma declarou guerra a Cartago, na esperança de forçá-la a voltar a seu

[2] As guerras com Cartago são conhecidas como guerras púnicas. Os romanos chamavam os cartagineses de *poeni*, "fenícios", donde o adjetivo púnico.

domínio africano. Vinte e três anos de lutas trouxeram finalmente a vitória aos generais romanos. Cartago foi obrigada a entregar suas possessões na Sicília e a pagar uma indenização de 3.200 talentos, ou seja, cerca de 13 milhões de dólares, calculados segundo os preços atuais da prata.

A segunda guerra púnica

No entanto, os romanos não foram capazes de resistir aos efeitos desse triunfo. Haviam sido obrigados a esforços tão heróicos que quando finalmente alcançaram a vitória ela os tornou mais arrogantes e cobiçosos do que nunca. Em conseqüência, a luta com Cartago veio a renovar-se em duas ocasiões. Em 218 a.C. os romanos interpretaram a tentativa cartaginesa de reconstruir um império na Espanha como uma ameaça a seus interesses e reagiram com uma declaração de guerra. Essa luta prolongou-se por um período de dezesseis anos. A Itália foi assolada pelos exércitos de Aníbal, o famoso comandante cartaginês, que atravessou os Alpes com sessenta elefantes, e cujas táticas têm sido copiadas por especialistas militares até hoje. Roma escapou da derrota por um triz. Somente a firmeza de seu sistema de alianças na Itália salvou a situação. Devido a essas alianças, Aníbal não ousou sitiar a cidade de Roma propriamente dita, por temor de ser atacado pela retaguarda. Por fim Cartago viu-se ainda mais humilhada que antes. Foi obrigada a abandonar todas as suas possessões, exceto a capital e seu território circunvizinho na África, e a pagar uma reparação de 10.000 talentos (num cálculo muito aproximado, 39 milhões de dólares).

A terceira guerra púnica e a destruição de Cartago

O ânimo vingativo dos romanos chegou ao auge por volta de meados do século II a.C. A essa altura Cartago havia recuperado uma pequena parcela de sua passada prosperidade — o suficiente para provocar a insatisfação de seus conquistadores. Nada satisfaria agora os magnatas senatoriais exceto a completa destruição de Cartago e a expropriação de seu território. Em 149 a.C. o senado romano enviou um ultimato, exigindo que os cartagineses abandonassem sua cidade e se estabelecessem pelo menos a dez milhas da costa. Visto que essa exigência equivalia a uma sentença de morte para uma nação que dependia do comércio, foi recusada — como os romanos provavelmente esperavam que fosse. O resultado foi a terceira guerra púnica, um conflito brutal travado entre 149 e 146 a.C. O assalto final dos romanos à cidade foi levado até as casas dos nativos e deu-se uma medonha carnificina. Quando o general romano vitorioso viu Cartago ardendo em chamas, disse: "É um momento de glória, mas tenho a estranha sensação de que algum dia o mesmo destino recairá sobre minha própria pátria". Quando finalmente quebrou-se a resistência dos cartagineses, os poucos cidadãos que restavam para se render foram vendidos como escravos, sua cidade outrora esplêndida foi arrasada, e a terra salgada. O território cartaginês foi então transformado em província romana, sendo as melhores áreas distribuídas como propriedades senatoriais.

Resultados das guerras com Cartago: (1) conquista da Espanha e do Oriente helenístico

As guerras com Cartago tiveram efeitos profundos sobre Roma. Em primeiro lugar, a vitória na segunda guerra púnica levou à ocupação romana da Espanha. Isso não só provocou o afluxo de imensas riquezas — sobretudo proveniente da prata espanhola —, como representou o início de uma expansão na direção do Ocidente que viria a constituir uma das grandes influências formadoras da história européia. Além disso, as guerras fizeram com que Roma entrasse em conflito com potências do Mediterrâneo oriental, o que preparou o caminho para

ocupações ainda mais extensas. Durante a segunda guerra púnica, Filipe V da Macedônia celebrara uma aliança com Cartago e conspirara com o rei da Síria dividir o Egito entre eles. A fim de impedir a execução dos planos de Filipe, Roma enviou um exército ao Oriente. O resultado foi a conquista da Grécia e da Ásia Menor, bem como o estabelecimento de um protetorado do Egito. Assim, antes de terminado o século II a.C., praticamente toda a área mediterrânea estava sob controle romano. A conquista do Oriente helenístico levou à introdução de idéias e costumes gregos em Roma. Apesar de uma enorme resistência, essas novidades exerceram considerável influência, modificando certos aspectos da vida social e cultural.

(2) uma revolução social e econômica

Outro efeito das guerras púnicas foi uma grande revolução social e econômica que varreu Roma nos séculos III e II a.C. As mudanças operadas por tal revolução podem ser assim enumeradas: (1) um acentuado aumento da escravidão, devido à captura e venda de prisioneiros da guerra; (2) o declínio do pequeno agricultor, em conseqüência do estabelecimento do sistema de *plantations*[3] nas áreas conquistadas e do influxo de trigo barato, proveniente das províncias; (3) crescimento de uma multidão citadina desprotegida, composta de lavradores e trabalhadores empobrecidos, substituídos pelo trabalho escravo; (4) aparecimento de uma classe média que compreendia mercadores, usurários e detentores de contratos governamentais para explorar minas, construir estradas ou coletar impostos; e (5) um aumento do luxo e da ostentação vulgar, principalmente entre os novos-ricos que enriqueciam com os lucros da guerra.

Tentativa de Catão para evitar a transformação da sociedade romana

Em conseqüência dessa revolução social e econômica, Roma deixou de ser uma república de pequenos proprietários rurais, transformando-se numa sociedade complexa, com novos hábitos de luxo e prazeres. Embora a propriedade nunca tivesse sido distribuída de modo equitativo, o abismo que separava ricos e pobres tornou-se muito mais profundo que antes. Os antigos ideais de disciplina e devoção ao serviço do estado debilitaram-se, e as pessoas começaram a se voltar mais para o prazer. Alguns membros da aristocracia senatorial envidaram esforços para reprimir essas tendências e restaurar as virtudes simples do passado. O líder desse movimento foi o austero Catão o Antigo, que investiu contra os *parvenus* por sua vida de deleites e tentou dar um exemplo a seus compatriotas executando trabalhos pesados em sua fazenda e morando numa casa de chão batido e sem reboco nas paredes. Além disso, era um puritano que demonstrava desprezo às mulheres e se gabava de que nunca tomava a esposa nos braços, salvo quando roncava trovoada. Catão também se esforçou, às vezes com impertinência, para evitar o afluxo de influências intelectuais gregas. No entanto, seus esforços em todas as frentes não tiveram efeito duradouro, pois o relógio do tempo não podia voltar atrás.

4. AS LUTAS SOCIAIS DA FASE FINAL DA REPÚBLICA

O período que se estendeu do fim das guerras púnicas, em 146 a.C. a aproximadamente 30 a.C. foi um dos mais turbulentos da história de

[3] Grande empresa rural, de feição capitalista, voltada sobretudo para o mercado externo. (N. do T.)

Roma. Foi nele que a nação colheu amplamente os frutos da violência semeada durante as guerras de conquista. Tornaram-se comuníssimos, nesse tempo, acerbos conflitos de classe, assassínios, lutas desesperadas entre ditadores rivais, guerras e insurreições. Até os escravos contribuíram com sua parte para a desordem geral: primeiro, em 104 a.C., quando pilharam a Sicília; e novamente em 73 a.C., quando 70.000 deles, sob a chefia de Espártaco, mantiveram os cônsules em xeque durante mais de um ano. Por fim, Espártaco foi morto em batalha e 6.000 de seus seguidores capturados e deixados crucificados ao longo de uma estrada como advertência para outros.

O novo período de turbulência

A primeira fase da luta de classes começou com a revolta dos irmãos Gracos, que eram líderes do grupo liberal e pró-grego de Roma, e que tinham o apoio da classe média e de vários senadores influentes. Conquanto fossem eles próprios de ascendência aristocrática, pugnavam por um programa de reformas que aliviassem os males do país. Consideravam-nos resultado do declínio do campesinato livre e propunham a solução simples de dividir as terras do estado entre lavradores sem terras. O primeiro dos irmãos a abraçar a causa foi Tibério. Eleito tribuno em 133 a.C., propôs uma lei que limitava a um máximo de 259 hectares as terras dos atuais rendeiros ou proprietários. O que excedesse disso deveria ser confiscado pelo governo e dado aos pobres, em pequenas glebas. Os aristocratas conservadores opuseram-se violentamente a essa proposta e provocaram um veto do outro tribuno, Otávio. Tibério destituiu Otávio da função, e quando expirou seu próprio mandato tentou candidatar-se à reeleição. Os dois atos eram inconstitucionais e deram aos senadores conservadores um pretexto para recorrerem à violência. Armados de bastões, amotinaram-se durante as eleições e assassinaram Tibério e 300 de seus adeptos.

A revolta dos Gracos: o programa fundiário de Tibério

Nove anos depois, Caio Graco, irmão mais novo de Tibério, retomou a luta em prol de reformas. Embora a lei das terras proposta por Tibério tivesse sido finalmente promulgada pelo senado, Caio era de opinião que a campanha tinha de prosseguir. Eleito tribuno em 123 a.C. e reeleito em 122, obteve a aprovação de várias leis em benefício dos desprotegidos. A primeira assegurava a estabilização do preço do trigo em Roma. Para esse fim foram construídos grandes celeiros públicos ao longo do Tibre. Uma segunda lei propunha conceder cidadania aos aliados de Roma, dando-lhes os direitos de cidadãos latinos. Ainda uma terceira dava à classe média o direito de compor os júris que julgavam governadores acusados de explorar as províncias. Essas e outras medidas análogas provocaram tamanha fúria e discórdia entre as classes que irrompeu a guerra civil. Caio foi proclamado inimigo do estado, e o senado autorizou os cônsules a tomar todas as medidas que fossem necessárias para a defesa da república. No conflito que se seguiu, Caio suicidou-se e cerca de 3.000 de seus seguidores foram mortos.

Caio Graco e a retomada da luta pelas reformas

A revolta dos Gracos teve enorme significado. Demonstrou, antes de mais nada, que a constituição não atendia mais aos interesses da república romana. Com o passar dos anos a assembléia havia adquirido poderes quase iguais aos do senado. Ao invés de chegarem a uma solução pacífica para as discordâncias acarretadas pelas mudanças, ambos os lados recorriam à violência. Ao assim procederem, abriram um precedente para o emprego desenfreado da força por parte de qualquer político que ambicionasse o poder supremo e assim prepararam o

Significado da revolta dos Gracos

caminho para a destruição da república. Os romanos haviam demonstrado extraordinária capacidade para organizarem um império e para adaptarem a idéia grega da cidade-estado a um grande território, mas o conservadorismo estreito de suas classes dominantes foi um óbice fatal à saúde do estado. Pareciam considerar todas as reformas como maléficas. Não chegaram a compreender os motivos das discórdias internas e deram mostras de julgar que a repressão era o único remédio.

A ditadura militar de Mário e Sila

Depois do malogro dos Gracos, dois líderes militares que haviam granjeado renome em guerras estrangeiras fizeram-se, sucessivamente, governantes do estado. O primeiro deles foi Mário, elevado à função de cônsul pelas massas em 107 a.C. e reeleito seis vezes. Infelizmente, Mário não era um estadista e nada fez em favor de seus seguidores além de demonstrar a facilidade com que um general, com um exército atrás de si, podia anular a oposição. Depois de sua morte, em 86 a.C., os aristocratas tentaram, por sua vez, o governo pela força. Seu campeão foi Sila, outro comandante vitorioso. Nomeado ditador em 82 a.C., com mandato ilimitado, Sila empenhou-se em exterminar seus opositores e em restaurar os primitivos poderes do senado. Até o veto senatorial sobre atos da assembléia foi revivido, ao mesmo tempo que se restringia enormemente a autoridade dos tribunos. Após três anos de governo, Sila decidiu trocar a pompa do poder pelos prazeres dos sentidos e se retirou para uma vida de luxo e tranqüilidade em sua propriedade rural.

Pompeu

Não era de esperar que as "reformas" de Sila permanecessem incontestes depois de haver ele renunciado ao posto, pois o efeito de seus decretos consistira em entregar o controle a uma aristocracia egoísta. Surgiram então vários novos líderes para abraçar a causa do povo. Os mais famosos foram Pompeu (106-48 a.C.) e Júlio César (100-44 a.C.). Durante algum tempo, reuniram suas energias e recursos num plano para obter o controle do governo, porém mais tarde tornaram-se rivais e procuraram superar-se mutuamente nas tentativas de angariar apoio popular. Pompeu ganhou fama como conquistador da Síria e da Palestina, enquanto Júlio César dedicava seus talentos a uma série de brilhantes incursões contra os gauleses, acrescentando ao estado romano os territórios hoje ocupados pela Bélgica, Alemanha (a oeste do Reno) e França. Em 52 a.C., após uma série de distúrbios populares em Roma, o senado inclinou-se para Pompeu e conseguiu sua eleição como cônsul único. César, então em campanha na Gália, acabou sendo declarado inimigo do estado, e Pompeu conspirou com a facção senatorial para despojá-lo de todo poder político. O resultado foi uma luta de morte entre os dois. Em 49 a.C. César atravessou o rio Rubicão, entrando na Itália (desde então o episódio tornou-se metáfora de uma decisão crucial) e marchou sobre Roma. Pompeu fugiu para o Oriente, na esperança de reunir um exército suficientemente grande para recuperar o controle da Itália. Em 48 a.C. as forças dos dois rivais encontraram-se em Farsália, na Grécia. Pompeu foi derrotado e pouco depois assassinado por agentes do rei do Egito.

Júlio César

As realizações de César

César interveio então na política egípcia, na corte de Cleópatra (a quem deixou grávida). Depois conduziu outra campanha militar na Ásia Menor, obtendo um triunfo tão rápido que pôde declarar: "Vim, vi, venci" (*Veni, vidi, vinci*). Depois disso, voltou a Roma. Não havia mais ninguém que se atrevesse a desafiar seu poder. Com a ajuda de seus veteranos, atemorizou o senado, fazendo com que este anuísse a todos

seus desejos. Em 46 a.C. tornou-se ditador por dez anos e, dois anos depois, ditador perpétuo. Além disso, assumiu quase todos os outros títulos que pudessem aumentar seu poder. Obteve do senado plena autoridade para declarar a guerra e a paz e para controlar as receitas do estado. Para todos os fins práticos, estava acima da lei, sendo os demais agentes do governo meros criados seus. Parece inquestionável que ele tinha pouco respeito pela constituição, e havia rumores de que tencionava coroar-se rei. Seja como for, com base nessa acusação ele foi assassinado nos idos de março, em 44 a.C., por um grupo de conspiradores, chefiados por Bruto e Cássio, que tinham esperança de livrar Roma da ditadura.

No passado, os historiadores costumavam exaltar César como um herói sobre-humano; hoje, tende-se a reduzir sua importância, sendo ele até tachado de insignificante. No entanto, cumpre evitar ambos os extremos de interpretação. Decerto ele não "salvou Roma", nem foi o maior estadista de todos os tempos, pois tratou a república com desprezo e tornou o problema do governo mais difícil para seus sucessores. Contudo, algumas das medidas que tomou como ditador realmente tiveram efeitos duradouros. Com a ajuda de um astrônomo grego, ele revisou o calendário, de modo a fazê-lo durar 365 dias (com um dia a mais adicionado a cada quatro anos). Esse calendário "juliano" – submetido a ajustes pelo papa Gregório XIII em 1582 – ainda é o usado. Assim, é justo que o sétimo mês tenha o seu nome. Ao conceder cidadania a milhares de espanhóis e gauleses, César deu um passo importante no sentido de eliminar a diferença entre italianos e provinciais. Contribuiu também para diminuir as desigualdades econômicas, ao instalar muitos de seus veteranos e alguns citadinos pobres em terras não aproveitadas. No entanto, muitíssimo mais importante que essas reformas foi a decisão de César, tomada antes de assumir o poder, de investir seus esforços no Ocidente. Enquanto Pompeu e, antes deste, Alexandre, seguiam para o Oriente a fim de ganhar fama e fortuna, César foi o primeiro grande líder a perceber o significado potencial do noroeste da Europa. Ao incorporar a Gália ao mundo romano, trouxe para Roma grande riqueza agrícola e ajudou a levar a vida e a cultura urbanas àquela região que era então o Ocidente bárbaro. A civilização da Europa Ocidental, que mais tarde viria a fundamentar-se justamente naquelas regiões conquistadas por César, talvez não tivesse sido a mesma sem ele.

5. ROMA SE INTELECTUALIZA

Epicurismo romano: Lucrécio

A cultura que Roma levou à Gália era, ela própria, tirada do Oriente grego. Nos dois últimos séculos de história republicana, Roma sofreu a influência da civilização helenística. Disso adveio um florescimento da atividade intelectual e um impulso a mais no sentido da mudança social, além daquele que fora produzido pelas guerras púnicas. Cumpre observar, porém, que vários componentes do complexo da cultura helenística nunca foram adotados pelos romanos. A ciência da época helenística, por exemplo, foi em boa parte ignorada e o mesmo se pode dizer de uma parcela de sua arte.

Um dos mais notáveis efeitos da influência helenística foi a adoção do epicurismo e, sobretudo, do estoicismo por numerosos romanos das classes elevadas. O mais renomado expoente romano do epicurismo foi Lucrécio (98-55 a.C.), autor de um alentado poema filosófico intitulado *Da natureza das coisas.* Ao escrever essa obra, Lucrécio propunha-se explicar o universo de forma a afastar todo medo do sobrenatural, que ele considerava o principal obstáculo à paz de espírito. Os mundos e tudo que neles existe, ensinava, são os resultados de combinações fortuitas de átomos. Embora admitisse a existência dos deuses, concebia-os vivendo em eterna paz, nem criando, nem governando o universo. Tudo é produto de evolução mecânica, inclusive os seres humanos, assim como seus hábitos, instituições e crenças. Visto que o espírito está indissoluvelmente ligado à matéria, a morte significa a completa extinção; por conseguinte, nenhuma parte da personalidade humana pode sobreviver para ser recompensada ou punida numa vida futura. A concepção de vida feliz de Lucrécio era simples: aquilo de que uma pessoa precisa não é prazer, mas "paz e um coração puro". Concorde-se ou não com a filosofia de Lucrécio, não há dúvida de que ele foi excelente poeta. Na verdade, suas cadências musicais, sua ininterrupta majestade de expressão e seu contagiante entusiasmo dão-lhe um lugar entre os maiores poetas de todos os tempos.

A filosofia estóica de Cícero

O estoicismo foi introduzido em Roma por volta de 140 a.C. e logo veio a incluir entre seus conversos líderes influentes da vida pública. O maior deles foi Cícero (106-43 a.C.), o "pai da eloqüência romana". Embora adotasse doutrinas de vários filósofos, inclusive Platão e Aristóteles, Cícero assimilou mais idéias dos estóicos que de qualquer outra fonte. A filosofia ética de Cícero baseava-se nas premissas estóicas de que a virtude é suficiente para a felicidade e de que a tranqüilidade de espírito é o bem supremo. Concebia o ser humano ideal como aquele que, orientado pela razão, chegou à indiferença em relação ao sofrimento e à dor. Divergia dos estóicos gregos em uma maior aprovação a uma ativa vida política. Chegou mesmo a se manifestar de modo favorável quanto à antiga tradição romana de serviço ao estado. Cícero nunca pretendeu ser um filósofo original, mas antes concebeu ser sua meta trazer o melhor da filosofia grega ao Ocidente. Nisso teve notável êxito, pois escreveu uma prosa latina rica e elegante, que nunca foi ultrapassada. Desde logo seu estilo tornou-se um padrão literário — até nosso século. Assim, muito embora não tenha sido verdadeiramente um grande pensador, Cícero foi o mais influente transmissor latino do pensamento da antiguidade à Europa medieval e moderna.

Realizações literárias dos romanos

Lucrécio e Cícero foram os principais expoentes do pensamento grego, mas não os únicos bons autores do período tardio da república romana. Tornou-se então moda entre as classes superiores aprender o grego e tentar reproduzir em latim algumas das formas mais populares da literatura grega. Alguns resultados de duradouro mérito literário foram as irreverentes comédias de Plauto (257?-184 a.C.), os apaixonados poemas de amor de Catulo (84?-54? a.C.) e as claras memórias militares de Júlio César, cujo início todos os estudantes de latim sabiam de cor.

A conquista do mundo helenístico acelerou o processo de mudança social iniciado com as guerras púnicas. Os efeitos se manifestaram com toda evidência no gosto pelo luxo, numa maior distância entre as classes

e num novo surto de escravidão. O povo italiano, que orçava por oito milhões ao fim da república, viera a se dividir em quatro castas principais: a aristocracia, os équites, os cidadãos comuns e os escravos. A aristocracia compreendia a classe senatorial, num total de 300 cidadãos e suas famílias. A maioria deles herdava a categoria, embora ocasionalmente um plebeu ganhasse acesso ao senado depois de cumprir um mandato como cônsul. A maioria dos aristocratas ganhavam a vida como detentores de cargos públicos ou proprietários de latifúndios. A ordem dos équites, ou cavaleiros, era formada de empreiteiros do governo, banqueiros e pelos mercadores mais ricos. A princípio essa classe era formada pelos cidadãos que possuíam rendas suficientes para poder servir na cavalaria, à sua própria custa, mas o termo équite passou depois a ser aplicado a todos aqueles que, não pertencendo à classe senatorial, possuíssem grandes propriedades. Os équites eram os que mais se compraziam na ostentação vulgar e na exploração dos pobres e provinciais. Como banqueiros, cobravam habitualmente juros exorbitantes, sempre que podiam. A grande maioria dos cidadãos compunha-se de plebeus. Alguns deles eram fazendeiros independentes, outros eram trabalhadores industriais, mas o maior número pertencia à plebe citadina. Quando Júlio César se tornou ditador, 320.000 cidadãos recebiam gratuitamente trigo do estado.

Condições sociais ao fim da república

Os escravos romanos não eram considerados propriamente como homens, mas como instrumentos de produção, como bois ou cavalos, que deviam trabalhar para render lucro máximo aos amos. Conquanto alguns deles fossem estrangeiros educados, capturados como prisioneiros de guerra, não tinham nenhum dos privilégios concedidos aos escravos em Atenas. A política de seus amos consistia em tirar deles o máximo de trabalho possível e depois, quando envelheciam e se tornavam inúteis, libertá-los para que fossem alimentados pelo estado. Houve, é claro, exceções, sobretudo como decorrência dos efeitos civilizadores do estoicismo. Cícero, por exemplo, afirmava ter grande afeição por seus escravos. Não obstante, constitui triste comentário sobre a civilização romana o fato de que quase todo o trabalho produtivo do país fosse feito por escravos. Eles produziam praticamente todo o suprimento alimentar da nação, pois a contribuição dos poucos agricultores independentes que restavam era bem insignificante. Pelo menos 80 por cento dos trabalhadores empregados nas oficinas ou fábricas eram escravos ou ex-escravos. Mas muitos membros da população servil estavam ocupados em atividades não produtivas. Uma forma lucrativa de investimento para a classe dos negociantes era a propriedade de escravos treinados como gladiadores, que podiam ser alugados ao governo ou a políticos, para recreação do povo. O cultivo do luxo exigia também o emprego de milhares de escravos no serviço doméstico. Um homem de grande fortuna precisava ter porteiros, carregadores de liteiras, mensageiros (pois o governo da república não mantinha serviço postal), criados e preceptores para os filhos. Em algumas grandes casas havia criados especiais sem outros deveres além de friccionar o amo após o banho ou cuidar de suas sandálias.

A situação dos escravos

As crenças religiosas dos romanos sofreram várias modificações nos dois últimos séculos da república, também nesse caso devido à extensão do poder romano sobre a maioria dos estados helenísticos. Houve, antes de mais nada, a tendência das classes superiores a abandonar a religião

Mudanças na religião

tradicional pelas filosofias do estoicismo e, em grau menor, do epicurismo. Mas muitos cidadãos comuns acharam que não mais lhes satisfazia a adoração dos antigos deuses. Era muito formal e mecânica e exigia demasiado no tocante ao dever e ao auto-sacrifício para preencher as necessidades das massas, cujas vidas haviam-se tornado vazias e sem sentido. Além disso, a Itália atraíra uma onda de imigrantes do Oriente, a maioria dos quais tinha uma formação religiosa totalmente diferente da dos romanos. A conseqüência foi a propagação dos cultos de mistérios, que satisfaziam os anseios de uma religião mais emocional e ofereciam a recompensa de imortalidade aos miseráveis e desamparados da terra. Do Egito veio o culto de Osíris (ou Serápis, como o deus era então mais comumente chamado), ao passo que da Frígia, na Ásia Menor, foi trazido o culto da Grande Mãe, com seus sacerdotes eunucos e suas orgias selvagens e simbólicas. Tão forte era a atração desses cultos que se tornou quase impossível cumprir os decretos do senado contra eles. No último século a.C. foi introduzido na Itália o culto persa do mitraísmo, que viria a ultrapassar todos os demais em popularidade.

6. O PRINCIPADO OU O PERÍODO INICIAL DO IMPÉRIO (27 a.C.-180 d.C.)

Uma aliança para vingar a morte de César

Pouco antes de sua morte, em 44 a.C., Júlio César havia adotado como único herdeiro seu sobrinho-neto Otávio (63 a.C.-14 d.C.), então um rapaz de 18 anos que estudava sossegadamente na Ilíria, no outro lado do mar Adriático. Ao saber da morte do tio-avô, Otávio apressou-se a voltar a Roma, para assumir o controle do governo. Logo verificou que tinha de compartilhar sua ambição com dois poderosos amigos de César, Marco Antônio e Lépido. No ano seguinte os três homens formaram uma aliança com o fito de esmagar o poder do grupo aristocrático responsável pelo assassínio de César. Os métodos empregados não recomendaram os novos chefes. Membros destacados da aristocracia foram perseguidos e mortos, e suas propriedades confiscadas. Dentre as vítimas, a mais preeminente foi Cícero, brutalmente morto por sicários de Marco Antônio, muito embora não tivesse tomado parte na conspiração contra a vida de César. Os verdadeiros assassinos, Bruto e Cássio, fugiram e organizaram um exército, mas foram finalmente derrotados por Otávio e seus companheiros perto de Filipes, em 42 a.C.

A luta entre Antônio e Otávio

A partir de então surgiu uma desinteligência entre os membros da aliança, causada basicamente pela inveja que Marco Antônio sentia por Otávio. A luta subseqüente tornou-se um conflito entre Oriente e Ocidente. Marco Antônio foi ao Oriente e firmou com Cleópatra uma aliança que se propunha a introduzir no governo romano os princípios do despotismo oriental. Otávio consolidou as forças do Ocidente e ascendeu como o campeão das tradições culturais gregas. Tal como no conflito anterior entre César e Pompeu, a vitória novamente coube ao Ocidente. Na batalha naval de Áccio (31 a.C.) as forças de Otávio derrotaram as de Marco Antônio e Cleópatra; pouco depois, ambos suicidaram-se. Estava claro agora que Roma não seria tragada pelo Oriente. Áccio garantiu que haveria vários outros séculos para a consolidação dos ideais gregos e da vida urbana, fato importante, acima de tudo, para o futuro da Europa ocidental.

A revivescência do governo constitucional

A vitória de Otávio inaugurou um novo período da história romana, o mais glorioso e próspero conhecido pela nação. Ainda que estivessem longe de ser resolvidos os problemas da paz e da ordem, terminara a mortal guerra civil, e o povo teve então a primeira oportunidade real de mostrar o que seus talentos podiam realizar. Otávio estava decidido a preservar as formas, se não a substância, do governo constitucional. Aceitou os títulos de Augusto e de imperador (que significava então apenas "general vitorioso"), que lhe foram conferidos pelo senado e pelo exército. Ocupou vitaliciamente as funções de procônsul e tribuno, mas recusou fazer-se ditador ou mesmo cônsul vitalício, a despeito dos pedidos da plebe para que o fizesse. Em sua opinião, o senado e o povo eram a fonte suprema da soberania, como haviam sido na jovem república. O título que preferia para designar sua autoridade era o de *Princeps*, ou primeiro cidadão do estado. Por esse motivo, o período de seu governo e do de seus sucessores é chamado de Principado (ou de primeiro período do império), a fim de distingui-lo dos períodos da república (século VI a.C. até 27 d.C.), da época das revoltas (180 d.C.-284 d.C.) e do período final do império (284 d.C.-610 d.C.).

As reformas de Augusto

Otávio, ou Augusto, como é hoje mais comumente chamado, governou a Itália e as províncias durante 44 anos (31 a.C.-14 d.C.). No começo governou pela força militar e pelo consentimento geral, mas em 27 a.C. o senado concedeu-lhe a série de cargos e títulos acima citados. Como estadista, sua obra igualou pelo menos, em importância, a de Júlio César. Entre as reformas de Augusto contam-se o estabelecimento de um novo sistema de cunhagem, a criação de um sistema centralizado de tribunais, sob sua própria supervisão, e a concessão de elevado grau de autonomia a cidades e províncias. Insistia na experiência e na inteligência como qualificações para o exercício de funções administrativas. Na qualidade de procônsul, assumiu o controle direto dos governadores provinciais e os puniu severamente por apropriação indébita e extorsão. Aboliu o antigo sistema de dar em arrendamento a cobrança de impostos nas províncias, que havia levado a enormes abusos, e nomeou representantes pessoais como coletores, com vencimentos fixos. Não se limitou, porém, a reformas políticas. Fez promulgar leis destinadas a reprimir os mais gritantes males sociais e morais da época. Por seu próprio exemplo de vida moderada, procurou desestimular os hábitos suntuários e estabelecer um precedente para uma volta às virtudes antigas.

Os sucessores de Augusto

Depois da morte de Augusto, em 14 d.C., e até quase o final do século, Roma não teve governantes realmente capazes, com a única exceção de Cláudio (41-54). Vários dos sucessores de Augusto, sobretudo Calígula (37-41) e Nero (54-68), foram tiranos brutais que desperdiçaram os recursos do estado e mantiveram a cidade de Roma em agitação, com seus atos de violência sanguinária. Entretanto, a partir de 96 d.C., voltou um período de governo forte e estável, com o advento de "cinco bons imperadores": Nerva (96-98), Trajano (98-117), Adriano (117-138), Antonino Pio (138-161) e Marco Aurélio (161-180). Os cinco governaram em harmonia com o senado, demonstraram grandes dotes como administradores e, cada qual por sua vez, foram capazes de legar um reino ordeiro e unido a seus sucessores designados.

Augusto

Do tempo de Augusto ao de Trajano, o império romano continuou a expandir-se. Augusto ganhou mais territórios para Roma que qualquer

Expansão territorial à época do império

outro governante romano. Seus generais adentraram pela Europa central, conquistando os territórios hoje conhecidos como Suíça, Áustria e Bulgária. Somente na atual Alemanha central as tropas romanas conheceram a derrota, um revés que convenceu Augusto a manter as fronteiras romanas no Reno e no Danúbio. Mais tarde, em 43 d.C., o imperador Cláudio começou a conquista da Bretanha, e no começo do século seguinte Trajano avançou além do Danúbio, a fim de anexar a Dácia (hoje Romênia) aos domínios romanos. Trajano conquistou também territórios na Mesopotâmia, mas com isso incorreu na inimizade dos persas, fazendo com que seu sucessor, Adriano, se empenhasse numa política defensiva. O império romano havia alcançado então os últimos limites territoriais. No século III esses limites começariam a recuar.

A Pax Romana

O domínio pacífico de Roma sobre um vasto império durante cerca de dois séculos, desde a época de Augusto até a de Marco Aurélio, foi decerto uma de suas realizações mais expressivas. Como disse o historiador Gibbon, "o império de Roma compreendia a mais bela parte da terra e a porção mais civilizada da humanidade". A famosa *Pax Romana*, ou paz romana, era algo sem precedentes. O Mediterrâneo estava agora sob o controle de uma única potência (o que nunca acontecera antes nem jamais voltou a acontecer) e assistiu à passagem dos séculos sem uma única batalha naval. Em terra, um único governo exercia autoridade inconteste desde as fronteiras da Escócia até as da Pérsia. Um orador contemporâneo gabou-se, com justiça, de que "todo o mundo civilizado depõe as armas que constituíam sua antiga carga, como se estivesse em feriado (. . .) todos os lugares enchem-se de ginásios, fontes, estradas monumentais, templos, oficinas, escolas; pode-se dizer que o mundo civilizado, que desde o começo esteve enfermo (. . .), foi conduzido, através do conhecimento certo, ao estado de saúde." No entanto, grande parte dessa saúde, como veremos, provou ser ilusória.

7. A CULTURA E A VIDA NO PERÍODO DO PRINCIPADO

Progresso cultural sob o Principado

Do ponto de vista da variedade de interesses intelectuais e artísticos, o período do Principado sobrepujou todas as outras épocas da história romana. De 27 a.C. a aproximadamente 200 d.C., a filosofia romana alcançou sua forma mais característica. O mesmo período assistiu também à produção de notáveis obras literárias, ao desenvolvimento de uma arquitetura e de uma arte característica, e aos maiores triunfos da engenharia romana.

O estoicismo romano

A forma de filosofia que exercia mais forte atração sobre os romanos era o estoicismo. É fácil apontar os motivos para sua popularidade. Ressaltando o dever, a autodisciplina e a submissão à ordem natural das coisas, o estoicismo coadunava-se com as antigas virtudes dos romanos e com seus hábitos conservadores. Além disso, sua insistência nas obrigações cívicas e sua doutrina e cosmopolitismo apelavam para a mentalidade política romana e para o orgulho de um império mundial. Cumpre observar, porém, que o estoicismo desenvolvido à época do Principado era um tanto diferente do de Zenão e sua escola. As velhas teorias físicas tomadas de empréstimo a Heráclito foram então abandonadas, sendo substituídas por um interesse maior pela política e pela ética. O

Marco Aurélio. A figura montada do imperador-filósofo, hoje na Piazza del Campidoglio em Roma, é a única estátua eqüestre em tamanho natural que restou do mundo antigo. Os cristãos destruíram outras estátuas semelhantes porque pareciam simbolizar veneração a soberanos, mas pouparam esta acreditando erradamente que se tratasse de Constantino, o primeiro imperador romano cristão.

estoicismo romano mostrou também a tendência de assumir uma conotação mais nitidamente religiosa que aquela que caracterizara a filosofia original.

Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio

Três apóstolos eminentes do estoicismo viveram e ensinaram em Roma nos dois séculos que se seguiram ao governo de Augusto: Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), um milionário que durante algum tempo foi conselheiro de Nero; Epicteto, o escravo (60?-120 d.C.); e o imperador Marco Aurélio (121-180 d.C.). Todos eles concordavam que a serenidade interior era a meta suprema a procurar, que a verdadeira felicidade só pode ser encontrada na sujeição à ordem benevolente do universo. Pregavam o ideal da virtude pela virtude, deploravam a iniqüidade da natureza humana e recomendavam a obediência à consciência como a voz do dever. Sêneca e Epicteto adulteraram sua filosofia com anseios místicos tão profundos que quase a transformaram numa religião. Cultuavam o cosmos como divino, governado por uma providência onipotente que ordena, para o bem supremo, tudo quanto acontece. O último dos estóicos romanos, Marco Aurélio, era mais fatalista e menos esperançoso. Conquanto não rejeitasse a concepção de um universo ordeiro e racional, não partilhava nem da fé nem do dogmatismo dos primitivos estóicos. Não confiava numa imortalidade bem-aventurada que compensasse os sofrimentos da pessoa na terra e inclinava-se a considerar os homens como criaturas agrilhoadas por uma sorte aziaga e para as quais a perfeição distante do todo podia não servir de plena expiação. Contudo, insistia em que as pessoas deveriam continuar a viver nobremente, nem se abandonando a uma sensualidade grosseira nem se abatendo em protestos coléricos, mas extraindo toda satisfação que pudessem da resignação dignificada ao sofrimento e da tranqüila submissão à morte.

Literatura romana: Horácio

As realizações literárias dos romanos mostravam ligação direta com sua filosofia. Isso se manifesta de modo especial nas obras dos mais eminentes escritores da época de Augusto. Por exemplo, em suas famosas *Odes*, Horácio (65-8 a.C.) serviu-se abundantemente dos ensinamentos dos epicuristas e estóicos. Todavia, restringiu sua atenção às doutrinas sobre a conduta da vida, pois, como a maioria dos romanos, tinha pouca curiosidade pela natureza do mundo. Desenvolveu uma filosofia que combinava a justificação epicurista do prazer com a bravura estóica perante a adversidade. Embora jamais reduzisse o prazer

à ausência de dor, era bastante intelectualizado para saber que só se pode experimentar o prazer supremo pelo exercício do controle racional.

Virgílio, Ovídio e Tito Lívio

Virgílio (70-19 a.C.) reflete, do mesmo modo, uma amostra do espírito filosófico dessa época. Embora suas *Églogas* transmitam alguma coisa do ideal epicurista de tranqüilo prazer, Virgílio era sobretudo um estóico. Sua visão utópica de uma era de paz e abundância, seu melancólico sentimento da tragédia do destino humano e sua idealização de uma vida em harmonia com a natureza indicam uma herança intelectual semelhante à de Sêneca e de Epicteto. A mais famosa obra de Virgílio, a *Eneida*, tal como muitas das *Odes* de Horácio, foi uma glorificação deliberada do imperialismo romano. Na verdade, a *Eneida* é uma epopéia imperial, que narra as labutas e os triunfos da fundação do estado, suas tradições gloriosas e seu esplêndido destino. Outros grandes autores da era augustina foram Ovídio (43 a.C.?-17 d.C.) e Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.). O primeiro foi o principal representante das tendências cínicas e individualistas da época. Suas obras, brilhantes e espirituosas, refletem muitas vezes os gostos dissolutos do tempo. A maior credencial de Tito Lívio repousa em sua habilidade como prosador. Como historiador, foi de uma deficiência lamentável. Seu principal trabalho, uma história de Roma, está repleto de narrativas dramáticas e pitorescas, destinadas antes a despertar emoções patrióticas que a apresentar um relato preciso dos acontecimentos.

Petrônio, Apuleio, Marcial, Juvenal e Tácito

A literatura do período que se seguiu à morte de Augusto exemplificou também tendências sociais e intelectuais em conflito. Os romances de Petrônio e Apuleio e os epigramas de Marcial descrevem os aspectos mais exóticos e às vezes mais sórdidos da vida romana. A intenção dos autores não consiste em instruir ou edificar, mas principalmente contar uma história divertida ou lançar frases de efeito. Um ponto de vista completamente diferente é apresentado nas obras dos outros autores mais importantes dessa época: Juvenal, o satírico (60?-140 d.C.), e Tácito, o historiador (55?-117? d.C.). Juvenal escreveu sob influência dos estóicos, mas com visão estreita. Convencido de que as dificuldades da nação deviam-se à degeneração moral, ele invectivava os vícios de seus compatriotas com a fúria de um evangelista. Uma atitude um tanto semelhante caracterizou a obra de Tácito, seu contemporâneo mais jovem. Tácito, o mais conhecido dos historiadores romanos, descreveu os acontecimentos de sua época não com o propósito de realizar uma análise imparcial, mas sobretudo com o objetivo de fazer uma acusação moral. A descrição que faz dos costumes dos antigos germanos, em *Germânia*, serviu para acentuar o contraste entre as virtudes viris de uma raça incorrupta e os vícios afeminados dos romanos decadentes. Quaisquer que fossem suas deficiências como historiador, era um mestre dos ditos irônicos e do aforismo brilhante. Referindo-se à gabada *Pax Romana*, ele faz um capitão bárbaro dizer: "Criam um deserto e chamam-no de paz".

Realizações artísticas

A arte romana assumiu pela primeira vez suas características no período do Principado. Antes dessa época, o que passava por ser arte de Roma era, na verdade, importação do Oriente helenístico. Os exércitos conquistadores traziam para a Itália carradas de estátuas, relevos e colunas de mármore como parte da pilhagem da Grécia e da Ásia Menor. Essas peças tornavam-se propriedade dos negociantes ricos e

O Panteão de Roma. Construído pelo Imperador Adriano, ostenta o maior domo sem suportes interiores do mundo antigo. O domo forma uma esfera perfeita, tão alta quanto extensa.

eram usadas para ornamentar suntuosas mansões. Com o aumento da procura, fizeram-se centenas de cópias, com o resultado de que Roma veio a ter ao fim da república uma profusão de objetos de arte que não tinham maior significação que os Picassos na casa de algum moderno corretor de ações. A aura de glória nacional que envolveu o começo do Principado estimulou o desenvolvimento de uma arte mais nativa. O próprio Augusto jactava-se de ter encontrado Roma como uma cidade de tijolos e de tê-la deixado como uma cidade de mármore. Não obstante, grande parte da antiga influência helenística permaneceu até esgotar-se o talento dos próprios romanos.

Arquitetura e escultura

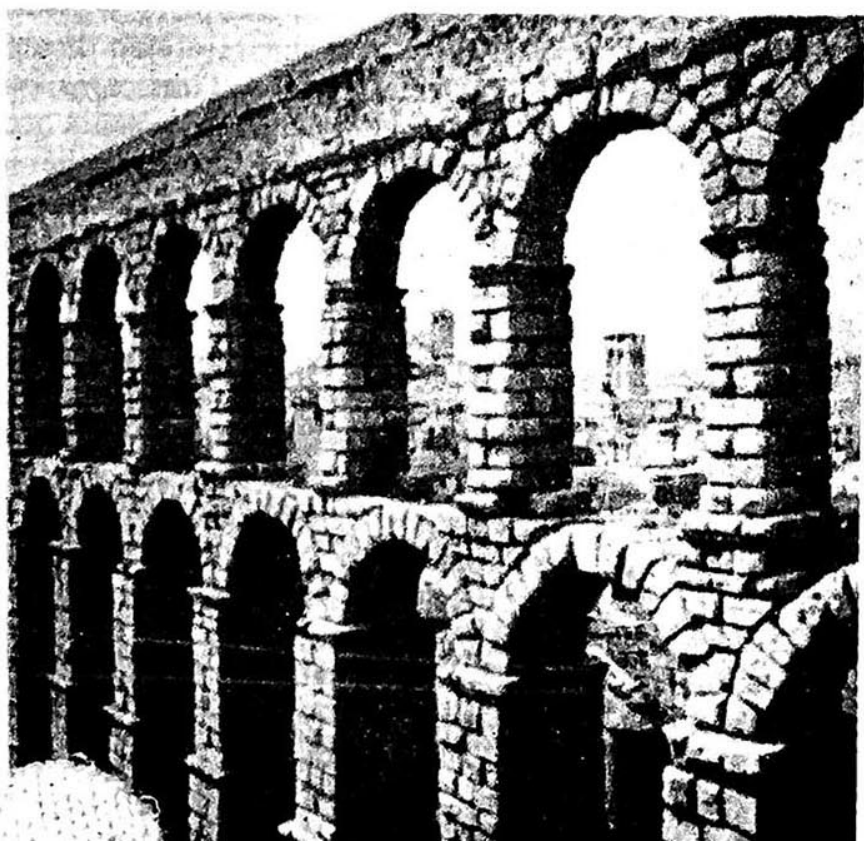
As artes que exprimiram melhor o caráter romano foram a arquitetura e a escultura. A primeira era monumental, pretendendo simbolizar poder e grandeza. Utilizava como elementos principais o arco redondo, a abóbada e a cúpula, embora às vezes se empregasse a coluna coríntia, principalmente na construção de templos. Os materiais usados mais comumente eram o tijolo, os blocos esquadriados de pedra e o concreto, este último uma invenção romana. Freqüentemente adicionavam-se como adorno, nos edifícios públicos, entablamentos e fachadas esculpidas, compostos de fileiras de colunatas ou arcadas. A arquitetura romana dedicou-se principalmente a fins utilitários. Os exemplos mais

notáveis eram edifícios públicos, anfiteatros, termas, estádios para corridas e casas particulares. Quase todas eram de grandes proporções e construção sólida. Entre os maiores e mais famosos contam-se o Panteão, cuja cúpula tinha quase 43 metros de diâmetro, e o Coliseu, com capacidade para 65.000 espectadores por ocasião dos combates de gladiadores. As formas principais da escultura eram os arcos e as colunas triunfais, os relevos narrativos, altares, bustos e estátuas. Suas características mais marcantes eram a individualidade e o naturalismo. Às vezes as estátuas e os bustos romanos serviam apenas para expressar a vaidade da aristocracia, mas algumas dessas obras lograram transmitir qualidades de dignidade humana semelhantes às esposadas na filosofia dos estóicos.

Engenharia romana

As conquistas romanas na engenharia e serviços públicos estiveram ligadas de perto às suas realizações no campo da arquitetura. Os romanos do período imperial construíram estradas e pontes maravilhosas, muitas das quais ainda subsistem. Ao tempo de Trajano onze aquedutos traziam para Roma água proveniente das colinas próximas e forneciam à cidade um milhão e cem mil metros cúbicos diários de água para beber e para banhos, bem como para servir a um bem projetado sistema de esgotos. A água era habilmente canalizada para as casas dos ricos, abastecendo seus jardins, fontes e tanques. Os romanos criaram também os primeiros hospitais do Ocidente e, o primeiro sistema de assistência médica estatal em benefício dos pobres.

Plínio

Por melhores que tenham sido suas obras de engenharia, os romanos pouco realizaram na ciência. Praticamente nenhuma descoberta de importância fundamental foi feita por um romano. O fato parece estranho quando nos lembramos de que os romanos gozavam da vantagem de poder fundamentar sua ciência na helenística. No entanto, desprezaram quase completamente a oportunidade, pois não tinham grande curiosidade pelo mundo natural em que viviam. Os romanos que escreviam sobre assuntos científicos eram irremediavelmente destituídos de espírito crítico. O mais famoso e típico dentre eles foi Plínio o Velho (23-79 d.C.), que em 77 d.C. completou uma volumosa enciclo-

Aqueduto romano em Segóvia, Espanha. **Os aquedutos traziam água das montanhas para as maiores cidades.**

pédia de "ciência", a que chamou *História natural.* Os assuntos variavam da cosmologia à economia. Apesar da riqueza de material que contém, a obra de Plínio é de valor limitado. O autor era totalmente incapaz de distinguir fato e lenda. Dava às histórias mais fantásticas de prodígios e presságios o mesmo valor que aos fatos mais solidamente comprovados.

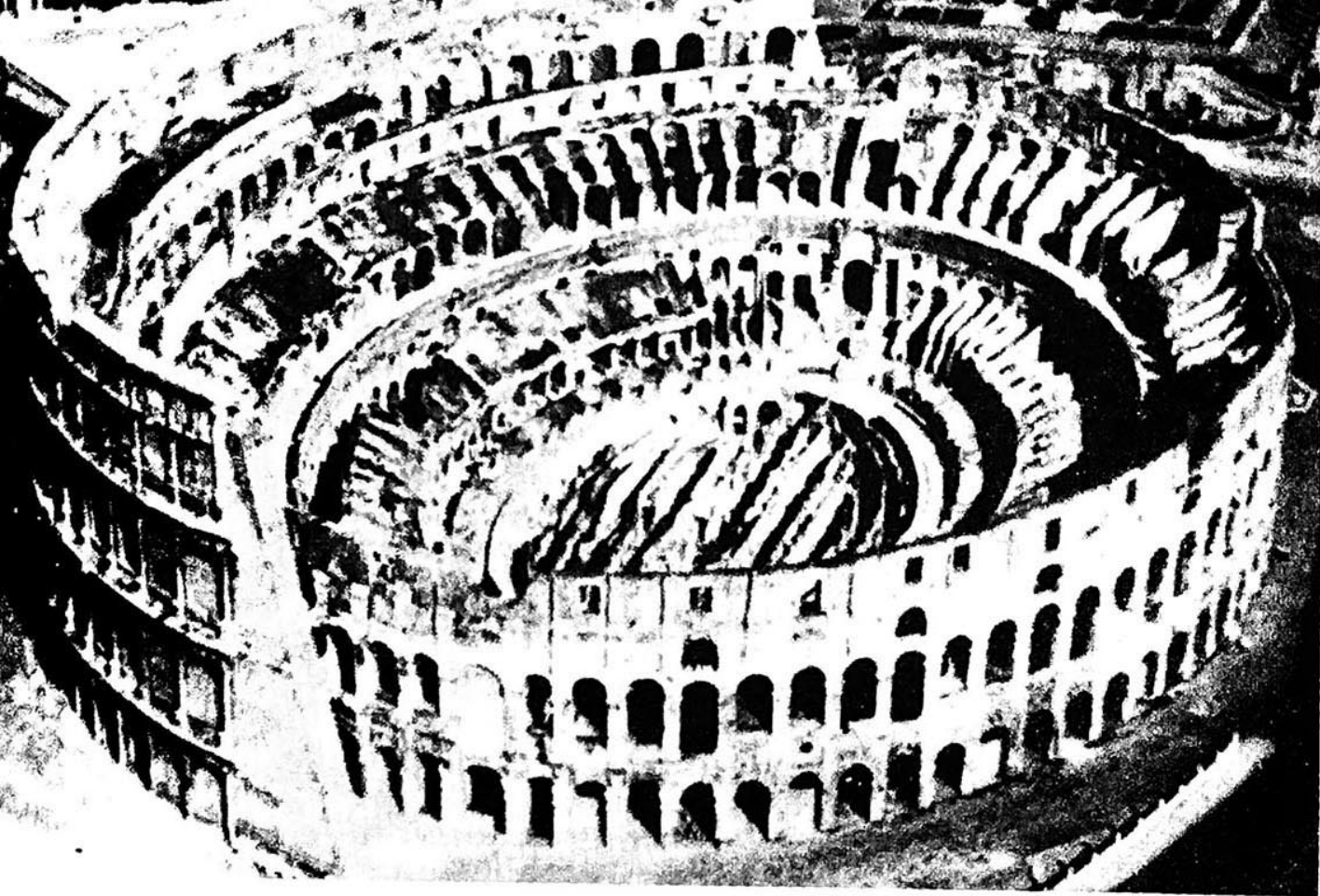
Galeno

O único progresso científico real feito durante o período do Principado foi a obra de cientistas helenísticos que viviam na Itália ou nas províncias. Um deles foi o astrônomo Ptolomeu, ativo em Alexandria por volta de meados do século II. Outro foi o médico Galeno, ativo em Roma por várias vezes na segunda metade do mesmo século. Embora a fama de Galeno repouse primordialmente em sua enciclopédia médica, que sistematiza os ensinamentos alheios, ele merece mais crédito por suas próprias experiências, que quase o levaram à descoberta da circulação do sangue. Não somente ensinou como também provou que as artérias conduzem sangue e que o secionamento de uma artéria, mesmo pequena, é suficiente para exaurir todo o sangue do corpo em pouco mais de meia hora.

As mulheres romanas

A sociedade romana exibia, ao tempo do Principado, as mesmas tendências gerais que nos últimos dias da república. Uma de suas características menos meritórias era a baixa condição social da mulher. O historiador M. I. Finley observou que as duas mulheres mais famosas de Roma foram Cleópatra, que não era sequer romana, e a fictícia Lucrécia, que ganhou fama por ter sido violada e por suicidar-se. Raramente as mulheres foram tão confinadas ao lar e à obscuridade. As mulheres romanas na verdade nem usavam seus próprios nomes, mas recebiam patronímicos com terminações femininas, como, por exemplo, Júlia, Cláudia e Lívia. Quando havia duas filhas numa mesma família, eram diferenciadas apenas como "Júlia mais velha" e "Júlia mais nova"; se eram várias, eram chamadas "Júlia primeira", "segunda", "terceira" etc. Esperava-se que as mulheres fossem subservientes aos pais e maridos; eram mais ou menos valorizadas na medida em que geravam prole, e ficavam em casa. Um epitáfio típico podia rezar: "Ela amou o marido . . . teve dois filhos . . . era de trato ameno . . . cuidava da casa e trabalhava a lã. Só isso." No período do Principado, não surpreende que as mulheres romanas de famílias nobres tentassem fugir a essas limitações, assumindo um papel secundário e muitas vezes literalmente homicida na política. As de posição social menos elevada buscavam saídas na excitação dos espetáculos de gladiadores — o que transformava-os nos equivalentes dos modernos astros do *rock-and-roll* — ou nas cerimônias de cultos religiosos.

Combates de gladiadores

Além do confinamento das mulheres, a mais séria acusação que se pode fazer à época diz respeito ao desenvolvimento do gosto pela crueldade. Enquanto os gregos se recreavam com o teatro, os romanos davam preferência cada vez maior aos "circos", que na verdade eram exibições de carnificina de homens. Ao tempo do Principado, os grandes jogos e espetáculos tornaram-se mais sanguinários que nunca. Os romanos não achavam mais graça em meras exibições de proezas atléticas; exigia-se agora dos pugilistas que enrolassem nas mãos tiras de couro cheias de ferro ou chumbo. O mais popular de todos os divertimentos eram os combates de gladiadores no Coliseu ou em outros anfiteatros, capazes de acomodar milhares de espectadores. As lutas

O Coliseu. Construído por imperadores romanos entre 75 e 80 d.C. como um local de diversão, foi cenário de combates de gladiadores. A forma mais comum da secular arquitetura grega era o teatro, mas a forma romana mais comum era o anfiteatro.

entre gladiadores não eram de modo algum novidade, mas assumiram nessa época um caráter muito mais requintado. A elas compareciam não só o populacho, mas também aristocratas ricos e, freqüentemente, o próprio chefe do governo. Os gladiadores lutavam com o acompanhamento de gritos selvagens e xingamentos do público. Quando um deles caía ferido, era privilégio da multidão decidir se sua vida deveria ser poupada ou se a arma do adversário devia ser mergulhada em seu coração. No decorrer de um único espetáculo as lutas sucediam-se uma após outra, muitas vezes incluindo o sacrifício de homens a animais selvagens. Se a arena ficava demasiado embebida de sangue, era recoberta por nova camada de areia e o revoltante programa prosseguia. Na maioria, os gladiadores eram sentenciados ou escravos, mas alguns eram voluntários, pertencentes mesmo a classes respeitáveis. Cômodo, o indigno filho de Marco Aurélio, entrou na arena várias vezes, em busca do aplauso da multidão. Era essa a idéia que os romanos faziam de divertimento.

Propagação do mitraísmo e do cristianismo

Apesar de seu baixo nível moral, a época do Principado caracterizou-se por um interesse pelas religiões salvacionistas ainda mais profundo do que sucedeu na república. O mitraísmo conquistava adeptos aos milhares, absorvendo muitos dos devotos dos cultos da Grande Mãe e de Serápis. Por volta de 40 d.C. apareceram em Roma os primeiros cristãos. A nova seita cresceu continuamente e conseguiu por fim substituir o mitraísmo como o mais popular dos cultos salvacionistas. Teremos oportunidade de discorrer mais longamente sobre sua natureza e seu êxito no próximo capítulo.

Prosperidade econômica durante os dois primeiros séculos

O estabelecimento, por Augusto, de um governo estável inaugurou um período de prosperidade para a Itália, que durou mais de dois séculos. O comércio estendeu-se a todas as partes do mundo conhecido, chegando mesmo à Arábia, à Índia e à China. A manufatura aumentou um pouco, principalmente a produção de cerâmica, produtos têxteis e artigos de metal e vidro. A despeito de tudo isso, a ordem econômica estava longe de ser saudável. A prosperidade não se repartia uniformemente, mas se limitava principalmente às classes elevadas. Como persistia, forte como sempre, o estigma ligado ao trabalho manual, a produção tinha forçosamente de diminuir com o declínio da oferta de escravos. Talvez pior ainda era o fato de a Itália ter uma balança comercial decididamente desfavorável. O pequeno desenvolvimento industrial não era de modo algum suficiente para fornecer um número razoável de artigos de exportação que compensassem a procura de artigos de luxo importados das províncias e do exterior. Conseqüentemente, aos poucos a Itália exauriu sua reserva de metais preciosos. No século III a economia romana ocidental começou a entrar em colapso.

8. O DIREITO ROMANO

O surgimento do direito romano

De modo geral, todos concordam que um dos mais importantes legados deixados pelos romanos às culturas que os sucederam foi seu sistema de direito. Tal sistema foi resultado de uma evolução gradual, que se pode considerar como tendo começado com a proclamação da Lei das Doze Tábuas, por volta de 450 a.C. Nos últimos séculos da república, a Lei das Doze Tábuas foi modificada e praticamente invalidada pelo surgimento de novos precedentes e princípios, emanados de diferentes fontes: de mudanças dos costumes, dos ensinamentos dos estóicos, das decisões dos juízes, mas principalmente dos editos dos pretores. Os pretores romanos eram magistrados que tinham autoridade para definir e interpretar a lei num processo específico e emitir instruções ao júri para a decisão da causa. O júri decidia apenas questões de fato; todas as questões de direito eram decididas pelo pretor, e em geral suas interpretações tornavam-se precedentes para a decisão de causas semelhantes no futuro. Erigiu-se assim um sistema de jurisprudência, mais ou menos semelhante à criação da *common law* dos ingleses.

O direito romano sob o Principado; os grandes juristas

Foi na época do Principado, entretanto, que o direito romano alcançou seu mais alto grau de desenvolvimento. Esse progresso tardio deveu-se, em parte, à extensão do direito sobre um campo mais amplo de jurisdição, abrangendo as vidas e as propriedades dos estrangeiros, em ambientes estranhos, assim como os cidadãos da Itália. No entanto, a razão principal foi o fato de Augusto e seus sucessores terem dado a certos juristas eminentes a prerrogativa de expender opiniões a respeito dos processos em julgamento nos tribunais. Os mais ilustres dos homens assim nomeados periodicamente foram Gaio, Ulpiano, Papiniano e Paulo. Embora na maioria ocupassem altos cargos na magistratura, haviam-se tornado afamados basicamente como advogados e autores de obras jurídicas. As opiniões desses juristas vieram a formar uma ciência e uma filosofia do direito e foram aceitas como a base da jurisprudência romana. Característico do respeito romano pela autoridade foi o fato de as idéias desses homens serem aceitas tão prontamente, mesmo

quando invertiam crenças consagradas pela tradição, como às vezes aconteceu.

As três divisões do direito romano

O direito romano, tal como se desenvolveu sob a influência dos juristas, compreendia três grandes ramos ou divisões: o direito civil (*jus civile*), o direito das gentes (*jus gentium*) e o direito natural (*jus naturale*). O direito civil era o de Roma e de seus cidadãos. Como tal existia tanto na forma escrita como na não escrita. Compreendia os estatutos do senado, os decretos do *Princeps*, os editos dos pretores e também certos costumes antigos que tinham força de lei. O direito das gentes era a lei considerada comum a todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade. Era a lei que autorizava as instituições da escravidão e da propriedade privada e que definia os princípios de compra e venda, das sociedades e do contrato. Não era superior ao direito civil, mas o suplementava, aplicando-se especialmente aos habitantes estrangeiros do império.

O direito natural

O ramo mais interessante e, em muitos aspectos, o mais importante do direito romano era o direito natural. Não se tratava de um produto da prática jurídica, mas da filosofia. Os estóicos haviam desenvolvido a idéia de uma ordem racional da natureza, que é a corporificação da justiça e do direito. Haviam afirmado que todos os homens são por natureza iguais e detentores de certos direitos que os governos não têm autoridade para transgredir. Contudo, o pai do direito natural como princípio legal não foi um dos estóicos helenísticos, mas Cícero. "O verdadeiro direito", afirmava ele, "é a razão justa, consoante à natureza, comum a todos os homens, constante, eterna. Promulgar decretos contra essa lei é proibido pela religião, nem pode ela ser revogada, mesmo que parcialmente, nem temos o poder, quer pelo senado, quer pelo povo, de nos livrar dela." Esse direito antecede ao próprio estado e qualquer governante que o desafiar torna-se automaticamente um tirano. A maioria dos grandes juristas defendia concepções do direito natural muito semelhantes às dos filósofos. Embora os juristas não considerassem esse direito como uma limitação automática ao direito civil, julgavam-no, não obstante, um grande ideal a que as leis e decretos dos homens deveriam sujeitar-se. Esse desenvolvimento do conceito da justiça abstrata como princípio legal constituiu uma das mais nobres realizações da civilização romana.

9. A CRISE DO SÉCULO III (180-284 d.C.)

Os problemas de sucessão imperial

Com a morte de Marco Aurélio em 180 d.C., chegou ao fim o período de governo imperial benevolente. Um dos motivos para o sucesso dos "cinco bons imperadores" foi que os quatro primeiros designaram jovens particularmente promissores, ao invés de filhos ou parentes próximos, como sucessores. No entanto, Marco Aurélio quebrou esse hábito, com resultados que se revelariam fatídicos. Embora fosse ele um dos mais filosóficos e reflexivos governantes que já reinaram, não foi bastante sábio para reconhecer que seu filho Cômodo era incompetente e perverso. Feito imperador segundo os desejos do pai, Cômodo entregou-se a seu gosto pelas atrocidades, demonstrou aberto desprezo pelo senado e realizou um governo tão brutal que um grupo palaciano finalmente fez com que fosse estrangulado em 192. Depois disso, a

situação só piorou. Diante da ausência de um sucessor óbvio para Cômodo, os exércitos das províncias apresentaram seus próprios candidatos e seguiu-se a guerra civil. Ainda que um general provincial, Sétimo Severo (193-211) saísse vitorioso, tornou-se então claro que os exércitos provinciais podiam interferir à vontade na política imperial. Severo e alguns de seus sucessores agravaram o problema ao eliminarem até mesmo os direitos teóricos do senado e ao governarem ostensivamente como ditadores militares. Tão logo o papel da força bruta foi revelado abertamente, qualquer general ambicioso podia tentar a sorte e empolgar o poder. Por isso, a guerra civil tornou-se endêmica. Entre 235 e 284 houve nada menos de 26 "imperadores de quartel", dos quais só um conseguiu escapar à morte violenta.

Cômodo. O auto-iludido soberano encorajou artistas a retratá-lo como rival de Hércules.

O meio século que mediou entre 235 e 284 foi decerto o pior para Roma desde sua ascensão à condição de potência mundial. Além do caos político, vários outros fatores se combinaram para levar o império à beira da ruína. Um deles foi o fato de a guerra civil produzir desastrosos efeitos econômicos. Não só a guerra constante interferia na agricultura e no comércio, como a rivalidade entre os aspirantes ao poder fazia com que exaurissem a riqueza dos territórios que governavam a fim de ganhar as boas graças de seus exércitos. Seguindo a máxima de "enriquecer os soldados e desprezar os demais", só podiam levantar recursos aviltando a moeda e pela tributação quase confiscatória dos civis. Assim, os proprietários de terras, os pequenos rendeiros e os artífices tinham pouca motivação para produzir, justamente numa época em que mais se fazia necessária a produção. Em termos humanos eram os mais pobres que mais sofriam, como em geral acontece em tempos de recessão econômica. Muitas vezes eram arrastados aos mais abjetos extremos da miséria. Como conseqüência da guerra e da fome, passaram a grassar as epidemias. Já ao longo tempo de Marco Aurélio, uma peste terrível havia assolado o império, dizimando o exército e a população em geral. Em meados do século III voltou a pestilência, ceifando a população com sua foice aterrorizante durante quinze anos.

Conseqüências da guerra civil

A resultante exaustão dos recursos humanos sobreveio numa época em que Roma menos podia suportá-la, pois uma outra ameaça ao império, em meados do século III, foi o avanço dos inimigos externos de Roma. Com as fileiras romanas reduzidas pela doença e com os exércitos romanos lutando uns contra os outros, as velhas linhas de defesa puderam ser rompidas, por germanos ao Ocidente e por persas ao Oriente. Em 251, os godos derrotaram e mataram o imperador Décio, atravessaram o Danúbio e saquearam à vontade os Bálcãs. Um desastre ainda mais humilhante ocorreu em 260, quando o imperador Valeriano foi capturado em batalha pelos persas e obrigado a ajoelhar-se como um escabelo para o chefe destes. Ao morrer Valeriano, seu corpo foi preservado e exibido publicamente. Evidentemente, os tempos de César e Augusto estavam muito distantes.

Imperador Décio. O extremo naturalismo e a fronte enrugada são típicos dos retratos daquele período.

O neoplatonismo

É bastante compreensível que a cultura do século III fosse marcada por uma generalizada ansiedade. Pode-se mesmo perceber expressões de preocupação nas estátuas que restaram, como no busto do imperador Filipe (244-249), que quase parece pressentir que em breve seria morto em batalha. Ganhou preeminência a filosofia neoplatônica do espiritualismo, bem apropriada ao espírito da época. O neoplatonismo levou a extremos a tendência espiritualista de Platão. O primeiro de seus ensina-

mentos básicos era o emanacionismo: tudo que existe procede de Deus, num fluxo contínuo de emanações. O estágio inicial do processo é a emanação da alma cósmica. Desta vêm as Idéias divinas ou configurações espirituais, e a seguir as almas de coisas particulares. A emanação final é a matéria. No entanto, a matéria não possui forma ou qualidade própria: é simplesmente a privação do espírito, o resíduo que se queda depois que os raios provenientes de Deus se consumiram. Segue-se que a matéria deve ser desprezada, como o símbolo do mal e das trevas. A segunda doutrina importante era o misticismo. Originariamente, a alma humana era uma parte de Deus, mas tornou-se separada de sua fonte divina devido à sua união com a matéria. O objetivo supremo da vida deveria ser a união mística com o divino, o que pode ser realizado através da contemplação e da emancipação da alma da servidão à matéria. Os seres humanos deveriam envergonhar-se de possuir um corpo físico, e era preciso subjugá-lo de todas as formas possíveis. O ascetismo era, por conseguinte, o terceiro ensinamento principal dessa filosofia.

Imperador Filipe o Árabe. Um legado artístico da idade romana da "ansiedade".

Plotino

O verdadeiro fundador do neoplatonismo foi Plotino, que nasceu no Egito aproximadamente em 204 d.C. Nos últimos anos de sua vida ensinou em Roma e fez a maioria de seus adeptos entre as classes elevadas, antes de morrer em 270. Seus principais sucessores diluíram a filosofia com superstições cada vez mais extravagantes. Apesar de seu ponto de vista anti-racional e de sua completa indiferença em relação ao estado, o neoplatonismo tornou-se tão popular em Roma, nos séculos III e IV, que veio quase a suplantar completamente o estoicismo. Nada poderia exprimir melhor do que isso o afastamento de Roma das realidades do aqui e do agora.

10. CAUSAS DO DECLÍNIO DE ROMA

A reviravolta em 284 d.C.

Da mesma forma que Roma não foi feita em um dia, também não se perdeu em somente um. Como veremos no próximo capítulo, o governo forte foi restabelecido em 284. A partir daí, o império romano perdurou no Ocidente por mais dois séculos e no Oriente por um milênio. Entretanto, o estado romano restaurado era extremamente diferente do antigo. Na verdade, a diferença era tamanha que convém terminar por aqui a história da civilização caracteristicamente romana e passar em revista os motivos do declínio de Roma.

Teorias para explicar o declínio

Tem-se escrito mais sobre a queda de Roma do que sobre a morte de qualquer outra civilização. Muitas e variadas têm sido as teorias propostas para explicar o declínio. Uma delas, recente e popular, é que Roma caiu devido aos efeitos do envenenamento pelo chumbo. No entanto, não pode ser aceita por muitos motivos; um deles é que as tubulações romanas não eram feitas de chumbo, e sim de terracota. Historiadores moralistas encontraram a explicação para a queda de Roma nas descrições de libertinagem e gula que aparecem nas obras de autores como Juvenal e Petrônio. Tal abordagem, entretanto, desdenha o fato de grande parte dessas descrições serem manifestamente exageradas e de que quase todas provêm do período inicial do Principado: nos séculos posteriores, quando era mais óbvio que o império estava entrando em

colapso, a moralidade tornou-se mais austera devido à influência de religiões ascéticas. Uma das explicações mais simples é aquela segundo a qual Roma caiu tão-somente devido à violência dos ataques germanos. No entanto, os bárbaros haviam estado sempre prontos a atacar Roma, durante toda sua longa história. A pressão dos germanos com efeito crescia em certas épocas, mas suas invasões jamais teriam tido êxito se não ocorressem em momentos em que Roma já se apresentava debilitada internamente.

Causas internas do declínio

Será melhor, nesse caso, nos concentrarmos no mais sério problema interno de Roma. Ao tempo do Principado, a mais óbvia deficiência política da constituição romana era a falta de uma clara lei de sucessão. Sobretudo quando o governante falecia subitamente, não havia qualquer certeza quanto a quem lhe sucederia. Nos Estados Unidos de hoje, a morte de um Lincoln ou de um Kennedy pode chocar a nação, mas o povo ao menos sabe o que acontecerá em seguida. Na Roma imperial ninguém sabia, e em geral o resultado era a guerra civil. De 235 a 284 tais conflitos se perpetuaram. A guerra civil era também alimentada pela ausência de meios constitucionais para reforma. Se os regimes se tornavam impopulares, como ocorreu à maioria depois de 180, o único meio de alterá-los consistia em derrubá-los. Entretanto, o recurso à violência sempre gerava mais violência. Além desses problemas, a maior debilidade política da Roma imperial talvez tenha sido, em última análise, o fato de não haver um número suficiente de pessoas envolvidas na atividade de governo. A imensa maioria dos habitantes do império era composta de súditos que não participavam do governo, em qualquer sentido. Por isso olhavam o império, na melhor das hipóteses, com indiferença, e muitas vezes com hostilidade, em especial quando apareciam coletores de impostos. A lealdade a Roma era necessária para que o império fosse mantido em funcionamento; mas quando chegou a hora das provas, inexistia essa lealdade.

Causas econômicas

Mesmo sem problemas políticos, é provável que o império romano estivesse fadado à extinção por motivos econômicos. Os piores problemas econômicos de Roma derivavam-se de seu sistema escravagista e da escassez de mão-de-obra. A civilização romana baseava-se em cidades, e as cidades romanas existiam sobretudo em virtude de um excedente agrícola produzido por escravos. Os escravos eram levados a trabalhar tanto que não se reproduziam normalmente. Até a época de Trajano, as vitórias romanas nas guerras e as novas conquistas proporcionaram novos suprimentos de escravos para manter o sistema em funcionamento, mas a partir de então a economia começou a padecer de falta de combustível humano. Os proprietários rurais não podiam mais ser tão pródigos com a vida humana, a escravidão militar chegou ao fim e o campo produzia cada vez menos excedente com que alimentar as cidades. O fato de nenhum avanço tecnológico ter compensado esse hiato pode ser também atribuído à escravidão. Mais tarde, na história do Ocidente, os excedentes agrícolas viriam a ser produzidos por revoluções tecnológicas, mas os senhores romanos eram indiferentes à tecnologia, pois consideravam que pensar nessas coisas constituísse demérito. Enquanto houvesse escravos para realizar o trabalho, não havia nenhum interesse por dispositivos que poupassem mão-de-obra, e cogitar de qualquer tipo de maquinaria era visto como sinal de servilismo. Os senhores rurais provavam sua nobreza por seu interesse em "coisas superiores", mas

enquanto contemplavam essas alturas seus excedentes agrícolas aos poucos se esgotavam.

Insuficiência de mão-de-obra

As deficiências de mão-de-obra agravaram profundamente os problemas econômicos de Roma. Com o fim das conquistas externas e o declínio da escravidão, surgiu uma necessidade premente de permanecerem as pessoas na fazenda, mas devido às constantes pressões dos bárbaros houve também uma necessidade crescente de homens para servir no exército. As pestes dos séculos II e III reduziram fortemente a população no pior momento possível. Já se calculou que entre o reinado de Marco Aurélio e a restauração do governo forte em 284, a população do império romano caiu em um terço. (Ao que parece, a perturbação da ordem social também fez baixar a taxa de natalidade.) A conseqüência disso foi que não havia forças suficientes nem para cultivar a terra nem para combater os inimigos. Não é de admirar que Roma começasse a perder batalhas como raramente havia acontecido antes.

Falta de ideais cívicos

Um enorme empenho e esforço por parte de grande número de pessoas talvez pudesse ter salvo Roma, porém poucas estavam dispostas a trabalhar arduamente para o bem público. Para isso podem-se aventar explicações culturais. Em termos bastante simples, o Império Romano do século III não pôde recorrer a ideais cívicos comuns. A essa altura as antigas tradições republicanas e senatoriais já se haviam tornado manifestamente obsoletas. Pior que isso, dificilmente se poderia esperar que os provinciais lutassem ou se esforçassem por ideais romanos de qualquer natureza, sobretudo quando o estado romano não mais representava uma paz benevolente, mas só trazia guerras contínuas e tributação opressiva. Diferenças regionais, ausência de educação pública e estratificação social eram barreiras adicionais ao desenvolvimento de qualquer espírito público unificador. À medida que o império soçobrava, novos ideais realmente apareceram, mas eram religiosos, extraterrenos. Por fim, o declínio de Roma foi acompanhado de desinteresse, e o mundo romano acabou lentamente; para citarmos T. S. Eliot , não com um estrondo, mas com um queixume.

11. O LEGADO DE ROMA

Comparação entre Roma e o mundo moderno

É tentador acreditar que o mundo moderno apresente muitas semelhanças com o romano : em primeiro lugar, porque Roma está mais perto de nós no tempo que qualquer uma das outras civilizações da antiguidade; em segundo lugar, porque Roma parece apresentar um parentesco muito estreito com o temperamento moderno. Têm-se muitas vezes salientado as semelhanças entre a história romana e a da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos, nos séculos XIX e XX. A evolução econômica romana cobriu todo o caminho que vai do ruralismo simples até um sistema urbano complexo, com problemas de desemprego, enormes disparidades de rendas e crises financeiras. O império romano, à semelhança do que aconteceu com o império britânico, fundou-se na conquista. Não se deve esquecer, contudo, que a herança de Roma era uma herança clássica e que, conseqüentemente, as semelhanças entre a civilização romana e as modernas não são tão importantes como parecem. Como já notamos antes, os romanos desprezavam as atividades industriais e não se interessavam pela ciência. Não tinham também qualquer

idéia do estado nacional moderno; as províncias na realidade eram colônias, e não partes integrantes do organismo político. Além disso, os romanos nunca desenvolveram um adequado sistema de governo representativo. Finalmente, a concepção romana de religião era muitíssimo diferente da nossa. Seu sistema de culto, como o dos gregos, era externo e mecânico, e não íntimo ou espiritual. O que o cristão considera como o mais alto ideal de piedade – uma atitude emocional de amor para com o divino – era olhado pelo romano como grosseira superstição.

Influência da civilização romana

Não obstante, a civilização de Roma exerceu enorme influência sobre as culturas posteriores. A forma, se não o espírito, da arquitetura romana conservou-se na arquitetura eclesiástica da Idade Média e sobrevive até o presente nas linhas de muitos de nossos edifícios públicos. A escultura da época de Augusto vive também nas estátuas eqüestres, nos arcos e colunas comemorativas e nos retratos em pedra de estadistas e generais que adornam nossas ruas e parques. Embora sujeito a novas interpretações, o direito dos grandes juristas tornou-se parte importante do Código de Justiniano e assim comunicou-se posteriormente à Idade Média e aos tempos modernos. Os juízes de nossa época citam, amiúde, máximas criadas por Gaio ou Ulpiano. Além disso, os sistemas jurídicos de quase todos os países contemporâneos do continente europeu incorporaram muito do direito romano. Tal direito foi uma das supremas realizações dos romanos e refletiu seu gênio para o governo de um vasto e multifacetário império. Não deve ser esquecido, ainda, que as obras literárias romanas inspiraram em grande parte o reflorescimento do saber que se espalhou pela Europa no século XII e atingiu seu apogeu na Renascença. Talvez menos notório é o fato de ter sido a organização da

O Foro, centro cívico da Roma Antiga. Além de praças públicas, o Foro tinha arcos triunfais, templos magnificentes e prédios do governo. Em primeiro plano está o Templo de Saturno. Atrás está o Templo de Antonino e Faustina. As três colunas na extrema direita são o que restou do Templo de Castor e Pólux, e bem ao fundo está o Arco de Tito.

Igreja Católica, já não se falando de boa parte de seu ritual, adaptada da estrutura do estado romano e do complexo da religião romana. Por exemplo, ainda hoje o papa ostenta o título de Sumo Pontífice (*pontifex maximus*), que era usado para designar a autoridade do imperador como chefe da religião cívica.

Papel de Roma como transmissora da civilização grega

A mais importante de todas as contribuições romanas para o futuro foi a transmissão da civilização grega ao Ocidente europeu. O desenvolvimento, na Itália, de uma cultura altamente impregnada de ideais gregos a partir do século II a.C. em diante, foi em si mesmo um contrapeso importante para a anterior predominância de uma civilização de orientação grega no Oriente. Depois, seguindo as pegadas de Júlio César, essa cultura avançou ainda mais rumo ao Ocidente. Antes da chegada dos romanos, a cultura do noroeste da Europa (a moderna França, os países do Benelux, o oeste e o sul da Alemanha e a Inglaterra) era tribal. Roma trouxe cidades e idéias gregas, sobretudo concepções de liberdade humana e de autonomia individual que acompanhavam o desenvolvimento de uma vida urbana altamente diferenciada. A rigor, os ideais de liberdade eram muitas vezes ignorados na prática; não temperaram a dependência da escravidão ou a subjugação das mulheres, nem evitaram que o governo romano em territórios conquistados fosse explorador e às vezes opressivo. Não obstante, a história romana constitui o começo real da história do Ocidente, tal como o conhecemos hoje. A civilização grega levada ao Oriente por Alexandre Magno não foi duradoura, mas a mesma civilização, levada ao Ocidente por obra de homens como César, Cícero e Augusto, foi o ponto de partida para muitas das realizações posteriores da Europa ocidental. Como veremos, o desenvolvimento não foi contínuo e houve muitos outros componentes para o êxito europeu posterior, mas nem por isso a influência de Roma foi menos profunda.

Capítulo 9

O CRISTIANISMO E A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO ROMANO

Quem há de, doravante, dar crédito ao fato (. . .) de que Roma tem de lutar, dentro de suas próprias fronteiras, não por glória, mas simplesmente pela vida? (. . .) Descrevendo, numa passagem fulgente, o poder da cidade, diz o poeta Lucano: "Se Roma debilitar-se, onde buscaremos força?" Podemos alterar as palavras e dizer: "Se Roma perder-se, onde buscaremos ajuda?"

Para os mortais esta vida é uma corrida: fazemo-la na terra para que possamos receber o galardão alhures. Ninguém pode caminhar em segurança entre serpentes e escorpiões.

— São Jerônimo, *Cartas*

O longo declínio do império romano

O Império Romano declinou depois de 180 d.C., mas não soçobrou. Em 284, Diocleciano, o vigoroso soldado-imperador, iniciou uma reorganização do império que lhe deu um novo alento. A partir de então, durante todo o século IV o estado romano continuou a cercar o Mediterrâneo. No século V a metade ocidental do império sucumbiu realmente aos invasores germânicos, mas mesmo assim as instituições romanas não foram completamente destruídas, e no século VI a metade oriental do império conseguiu reconquistar boa parte do litoral do Mediterrâneo ocidental. Só no século VII tornou-se perfeitamente claro que o Império Romano só tinha uma esperança para sobreviver: dar as costas ao Ocidente e consolidar sua força no Oriente. Quando isso aconteceu, a história antiga chegou claramente ao fim.

A era da antigüidade tardia (284-610)

Os historiadores costumavam subestimar a longevidade das instituições romanas e começar o exame da história medieval pelo século III, IV ou V. Como a periodização histórica é sempre aproximada e depende muito de quais aspectos evolutivos um historiador deseja salientar, essa abordagem não pode ser descartada. A transição da história antiga para a medieval foi decerto gradual e muitos elementos "medievais" já estavam emergindo no Ocidente em data tão recuada quanto o século III. Hoje em dia costuma-se, porém, considerar que a história antiga tenha continuado depois de 284 e perdurado até o Império Romano perder o controle sobre o Mediterrâneo, no século VII. O período que vai de 284 até cerca de 610, embora de transição (como, de resto, são

todas as épocas), apresenta certos temas comuns próprios e talvez convenha descrevê-lo nem como romano, nem como medieval, mas como a era da antiguidade tardia.

Ascensão do cristianismo e declínio da vida urbana

O principal fato cultural da fase final da história antiga foi a disseminação e o triunfo do cristianismo por todo o mundo romano. A princípio o cristianismo era apenas uma dentre várias manifestações da tendência geral no sentido do espiritualismo, mas no século IV foi adotado como a religião oficial de Roma, e a partir de então tornou-se uma das maiores forças que plasmaram o desenvolvimento do Ocidente. Enquanto o cristianismo se propagava, o Império Romano estava indubitavelmente declinando. Um aspecto central nesse declínio foi uma concentração da vida urbana, na qual o império se alicerçara. Tão logo o império começou a sofrer intensas pressões, era inevitável que a contração fosse mais pronunciada no noroeste da Europa, porque ali a civilização urbana tinha raízes menos profundas e porque a área estava distante das principais linhas de comércio e comunicações do império, no Mediterrâneo. A contração se fez sentir também em partes do Ocidente que se localizavam mais perto do Mediterrâneo, uma vez que as cidades ocidentais dependiam muito mais da declinante produção agrícola que as orientais. O Oriente comercializava sobretudo artigos suntuários e industriais. Em conseqüência, todo o período assistiu a um contínuo deslocamento do peso da civilização e do governo imperiais, do Ocidente para o Oriente. As manifestações mais claras desse deslocamento foram os sucessos germânicos no século V. Certamente ajudaram a inaugurar um novo capítulo na história política ocidental, mas seu impacto imediato não deve ser exagerado. Mesmo com o influxo dos germânicos, as instituições romanas continuaram a declinar aos poucos. Sobretudo em áreas à margem do Mediterrâneo, ou próximas dele, persistiu a vida citadina romana, ainda que com vigor cada vez menor, até o Mediterrâneo não ser mais um lago romano.

1. O IMPÉRIO REORGANIZADO

As reformas de Diocleciano

Antes de examinarmos o surgimento e o triunfo do cristianismo, convém analisar a natureza do governo e da sociedade em que a nova religião se tornou uma força dominante. Os cinqüenta anos de caos que ameaçaram destruir Roma no século III chegaram ao fim graças à obra enérgica de um notável soldado chamado Diocleciano, que governou como imperador de 284 a 305. Consciente de alguns dos problemas mais óbvios que haviam feito a ruína de seus predecessores, Diocleciano empenhou-se em várias reformas políticas e econômicas fundamentais. Reconhecendo que a preponderância do exército na vida do estado fora até então excessiva, adotou medidas tendentes a separar as cadeias de comando militar e civil. Percebendo que novas pressões, tanto externas como internas, haviam tornado quase impossível a um só homem governar todo o império, ele o dividiu em dois, entregando a parte ocidental a um companheiro de confiança, Maximiano, que reconhecia Diocleciano como chefe principal. Os dois nomearam então lugares-tenentes, chamados césares, para governar grandes subáreas de seus territórios. Esse sistema visava também criar condições para uma sucessão ordeira, pois os césares deveriam herdar o governo do Oriente e

Diocleciano. Seu cabelo curto obedece ao estilo militar romano.

do Ocidente e depois nomear novos césares em seu lugar. Na esfera econômica, Diocleciano estabilizou a moeda, gravemente aviltada, adotou um novo sistema de impostos e promulgou leis destinadas a manter os trabalhadores agrícolas e os citadinos em seus empregos, de modo que continuasse a ser realizado o trabalho básico necessário para sustentar o império.

A política orientalizante de Diocleciano

Embora o programa de reorganização de Diocleciano fosse extraordinariamente bem-sucedido, na medida em que restabeleceu um império que estivera a pique de expirar, ajudou também a transformá-lo. Em essência, Diocleciano modificou o império mediante sua "orientalização" em três aspectos fundamentais e duradouros. Num sentido literal, deu início a uma orientalização do império, deslocando seu peso administrativo para o Oriente. Como era um imperador "romano", seria de imaginar que governasse de Roma, mas, na verdade, entre 284 e 303 nunca esteve lá, preferindo governar de Nicomédia, uma cidade na atual Turquia. Essa atitude representou um reconhecimento tácito do fato de que o Oriente era a parte mais rica e vital do império. Em segundo lugar, como convinha a alguém que havia dado as costas a Roma, Diocleciano adotou os títulos e as cerimônias de um potentado oriental. É provável que tenha feito isso menos por ter gostos orientais que por desejar evitar o destino de seus predecessores, que tinham sido insuficientemente respeitados. O mais provável é que tenha imaginado que se fosse temido e respeitado teria maior possibilidade de ter morte natural. Assim, Diocleciano abandonou completamente a política de Augusto, que procurava mostrar-se como um governante constitucional, e impôs-se sem rebuços como autocrata. Assumiu não o título de Princeps, ou primeiro cidadão, mas de *dominus*, ou senhor, e introduziu o cerimonial do Oriente em sua corte. Usava um diadema e um manto púrpura de seda, tecido a ouro. Aqueles a quem concedia audiência tinham de prostrar-se diante dele; alguns privilegiados podiam beijar-lhe o manto.

Crescimento da burocracia imperial

O terceiro aspecto de orientalização na política de Diocleciano foi o fato de apoiar-se cada vez mais numa burocracia imperial. Ao separar os comandos civil e militar e legislar sobre grande variedade de assuntos econômicos e sociais, Diocleciano tornou necessários muitos funcionários novos. Não surpreende que, ao fim de seu reinado, os súditos se queixassem de que "havia mais coletores de impostos que contribuintes". Os funcionários realmente mantinham o império em funcionamento, mas a nova burocracia era inclinada, como todas são, ao suborno e à corrupção. Pior que isso, o crescimento do funcionalismo exigia reservas de mão-de-obra e de riqueza numa época em que o Império Romano já não dispunha de grandes quantidades de uma coisa nem da outra. Vistos em conjunto, os vários aspectos da orientalização de Diocleciano fizeram com que ele se assemelhasse mais a um faraó do que a um governante romano: foi quase como se a derrota de Marco Antônio e Cleópatra em Áccio estivesse sendo vingada.

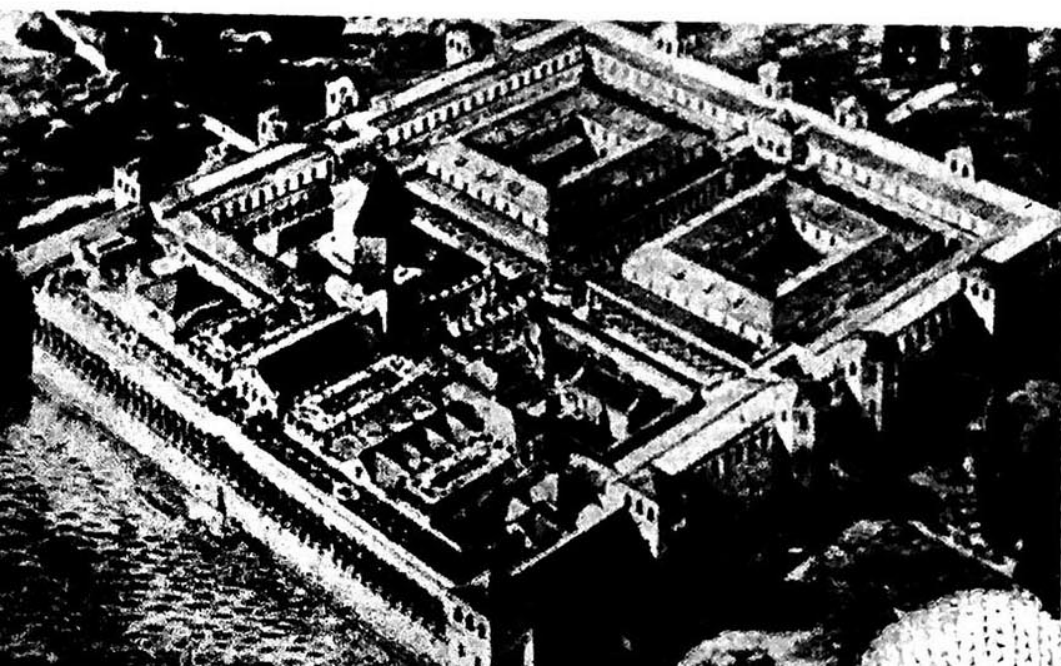
O novo regime coercitivo de Diocleciano não deixava margem para o cultivo da espontaneidade ou liberdade individuais. Os resultados podem ser vistos com toda nitidez na arquitetura e na arte da época. O próprio Diocleciano dava preferência a um estilo arquitetônico colossal e bombástico, destinado a salientar seu poder. As termas que fez construir em Roma, quando finalmente lá chegou em 303, eram as

maiores até então conhecidas, ocupando cerca de 12 hectares. Ao se retirar da vida pública, em 305, Diocleciano construiu para si um palácio onde hoje fica Split, na Iugoslávia, disposto segundo um plano retilíneo, que lembrava um acampamento militar. A planta desse palácio mostra claramente como Diocleciano aprovava a organização em tudo.

Imperador Honório. Um exemplo da escultura sem expressão que surgiu na época de Diocleciano. Compare a falta de individualidade deste busto com as efígies de Décio e de Filipe, o Árabe, vistas nas páginas anteriores.

Também em sua época, as estátuas romanas, que até então exibiam notáveis características de naturalismo e individualidade, tornaram-se impessoais. Os semblantes humanos se tornaram impassíveis e simétricos, ao invés de refletirem o livre jogo das emoções. O pórfiro, uma pedra particularmente dura e escura que tinha de ser importada do Egito (o que, por si mesmo, era sinal de orientalização), substituía, amiúde, o mármore nos bustos imperiais. Grupos escultóricos de pórfiro, representando Diocleciano, Maximiano e seus dois césares, mostram plenamente a nova dureza e simetria, pois as figuras eram executadas de maneira a serem tão semelhantes que não se distinguisse uma da outra.

O reinado de Constantino

Em 305 Diocleciano decidiu abdicar a fim de cultivar repolhos – um gesto sem precedentes para um governante romano do período tardio. Ao mesmo tempo obrigou seu companheiro Maximiano a aposentar-se também, e seus dois césares subiram pacificamente os degraus da sucessão. Tamanha concórdia, contudo, não poderia durar. Logo irrompeu a guerra civil entre os sucessores de Diocleciano, prosseguindo até que Constantino, filho de um dos primeiros césares, saiu vitorioso. De 312 a 324 Constantino governou somente no Ocidente, mas a partir desse último ano e até sua morte, em 337, abandonou a partilha do poder e exerceu o mando sobre um império reunificado. Com exceção do fato de ter aderido ao cristianismo, uma decisão momentosa que será examinada na seção seguinte, em tudo mais Constantino continuou a governar segundo as linhas traçadas por Diocleciano. A burocracia proliferou e o estado tornou-se tão vigilante em manter os citadinos e os trabalhadores agrícolas em suas funções que a sociedade começou a cristalizar-se num sistema de castas. Embora fosse cristão, Constantino jamais pensou de algum modo agir com a humildade do Cristo. Pelo contrário, tornou os cerimoniais da corte mais complicados e de manei-

Palácio de Diocleciano em Split. Uma reconstrução artística.

ra geral se conduzia como se fosse um deus. Assim foi que construiu uma nova capital em 330, batizando-a como Constantinopla, nome derivado do seu. Conquanto declarasse que estava transferindo seu governo de Roma para Constantinopla a fim de demonstrar seu repúdio ao paganismo, o orgulho pessoal representou aí fator de relevo, e a transferência foi a manifestação mais ostensiva do contínuo deslocamento da civilização romana para o Oriente. Situada na fronteira entre a Europa e a Ásia, Constantinopla gozava de amplas vantagens como centro de comunicações, comércio e defesa, voltado para o leste. Cercada de água por três lados e protegida em terra por muralhas, a cidade era quase inexpugnável e permaneceria como centro de governo "romano" durante todo o tempo em que o Império Romano veio a subsistir.

Disputas dinásticas do século IV

Além disso, Constantino tornou a sucessão hereditária. Ao assim proceder, ele trouxe de volta o princípio de monarquia dinástica, de que Roma se havia livrado cerca de 800 anos antes. No entanto, Constantino, que tratava o império como se ele fosse propriedade privada sua, não legou o governo unificado a somente um filho. Ao invés disso, dividiu o império entre três deles. Não é de admirar que os três começassem a lutar entre si logo que o pai morreu, um conflito exacerbado por diferenças religiosas. Não nos deteremos aqui na guerra e nas posteriores rixas dinásticas que prosseguiram, intermitentemente, durante a maior parte do século IV. Bastará dizer que não foram tão sérias quanto as guerras civis do século III, e que de vez em quando um ou outro litigante conseguia reunificar o império durante alguns anos. O último que o fez foi Teodósio I (379-395), que massacrou milhares de cidadãos inocentes de Tessalonica em represália pela morte de um de seus oficiais, mas cuja energia em preservar o império, contendo os bárbaros germânicos, lhe deu certo direito ao apodo de "o Grande".

Teodósio. Detalhe de uma placa de prata. O imperador é mostrado com um globo na mão, simbolizando seu poder temporal, e um halo simbolizando sua energia sobrenatural.

O período que medeou entre Constantino e Teodósio assistiu à contínua evolução de tendências anteriores. Sendo agora Constantinopla a principal cidade do império, o centro do comércio e da administração localizava-se claramente no Oriente. Também o regionalismo se tornava mais pronunciado: o Ocidente, de língua latina, estava perdendo um senso de relação e contato com o Oriente, de língua grega, e tanto num como noutro acentuavam-se as diferenças locais. Na vida econômica, o que a época teve de mais característico foi o abismo crescente entre ricos e pobres. No Ocidente, grandes latifundiários puderam consolidar suas propriedades, e no Oriente alguns indivíduos tornaram-se prósperos, ascendendo na burocracia e enriquecendo-se com subornos, ou comerciando com artigos de luxo. Entretanto, o sistema fiscal iniciado por Diocleciano e mantido durante todo o século IV oprimia os pobres, forçando-os a arcar com o ônus de sustentar a burocracia, o exército e a suntuosa corte (ou cortes) imperial. Os pobres, ademais, não tinham como fugir à pobreza, pois a lei exigia que eles e seus herdeiros permanecessem em seus empregos mal remunerados e submetidos a altos impostos. Como a maioria das pessoas no século IV era pobre, a maior parte da população vivia numa miséria desesperada e inescapável, contra um fundo de riqueza ostentatória. O Império Romano pode ter sido restaurado entre 284 e 395, mas se tornou, entretanto, fértil campo de cultura para uma nova religião que prometia salvação extraterrena.

Os primórdios do cristianismo remontam, naturalmente, ao tempo de Jesus, vários séculos antes de Constantino. A religião foi criada basicamente por Jesus e por São Paulo, e a partir daí não deixou de ganhar prosélitos. Todavia, a nova religião só se disseminou realmente durante o caos do século III e só triunfou no Império Romano durante a desmoralização do século IV. Por ocasião de seus começos humildes ninguém poderia prever que o cristianismo se transformaria, por decreto, na única religião do Império Romano no ano 380.

Origem e expansão do cristianismo

Jesus de Nazaré nasceu em Belém, uma pequena cidade da Judéia, por volta dos começos da era cristã (mas não exatamente no ano 1 – devemos esse erro em nosso sistema de datação a um monge do século VI). Enquanto Jesus crescia, a Judéia estava sob domínio romano. A atmosfera do país achava-se carregada de emocionalismo religioso e insatisfação política. Algumas pessoas, notadamente os fariseus, concentravam-se em preservar a lei judaica e ansiavam pela vinda de um messias político, que libertasse o país de Roma. Entre os que buscavam esperanças na política, os mais extremados eram os "zelotes", que desejavam derrubar os romanos através da luta armada. Alguns grupos, por outro lado, não estavam de modo algum interessados em política. Exemplo típico eram os essênios, que tinham esperança de libertação espiritual através do ascetismo, do arrependimento e da união mística com Deus. O ministério de Jesus pendia mais, claramente, para essa orientação pacífica.

Jesus de Nazaré; seu ambiente

Quando Jesus tinha mais ou menos 30 anos, foi aclamado por um evangelista ascético, João Batista, como alguém "mais forte do que eu (... que) não sou digno nem ao menos de tirar-lhe as sandálias". Daí em diante, durante cerca de três anos, segundo os relatos do Novo Testamento, ele não parou de pregar, ensinar, curar doentes, "expulsar demônios", restaurar a visão aos cegos e ressuscitar mortos. Não só denunciava a impostura, a cobiça e a licenciosidade, como ele próprio dava o exemplo, através de uma vida de humildade e abnegação. Embora a concepção que ele tinha de si próprio seja um tanto obscura, ao que parece acreditava ter a missão de salvar a humanidade do erro e do pecado. Sua pregação e outras atividades por fim despertaram o antagonismo de alguns dos principais sacerdotes e rabinos conservadores. Desaprovavam suas referências cáusticas ao legalismo dos fariseus, seu desprezo pelas formalidades e cerimônias, seu desdém pela pompa e pelo luxo. Temiam ainda que sua liderança ativa causasse problemas com os romanos. Por isso, levaram-no ao mais alto tribunal, em Jerusalém, onde ele foi solenemente condenado por blasfêmia e por se arvorar em "rei dos judeus", e o entregaram a Pôncio Pilatos, o governador romano, para a execução da sentença. Depois de horas de agonia, Jesus morreu na cruz, entre dois ladrões, no monte Gólgota, fora de Jerusalém.

Vida de Jesus

A crucificação de Jesus assinala um ponto decisivo da história cristã. A princípio sua morte foi considerada pelos discípulos como o fim de suas esperanças. Esse desespero, porém, não tardou a desvanecer-se, pois começaram a circular boatos de que ele estava vivo e fora visto por alguns adeptos mais chegados. O restante dos fiéis convenceu-se logo de que ele ressuscitara dos mortos e era realmente um ser divino. Reco-

brando a coragem, reorganizaram o pequeno grupo e puseram-se a pregar e a testemunhar em nome de seu chefe martirizado. Nasceu assim uma das grandes religiões do mundo, que acabaria por converter nada menos que o poderoso império de Roma.

Jamais houve, entre os cristãos, um acordo perfeito quanto aos verdadeiros ensinamentos de Jesus de Nazaré. Os únicos registros dignos de confiança são os quatro Evangelhos, porém o mais antigo deles só foi escrito pelo menos uma geração depois da morte de Jesus. Segundo acreditavam seus adeptos ortodoxos, o fundador do cristianismo revelou-se como o Cristo, o divino Filho de Deus, enviado a este mundo para sofrer e morrer pelos pecados da humanidade. Estavam convictos de que, após três dias no sepulcro, ele ressuscitara dos mortos e subira aos céus, de onde voltaria para julgar o mundo. Os Evangelhos, ao menos, deixam claro que ele incluiu entre seus ensinamentos básicos os seguintes: (1) a paternidade de Deus e a fraternidade dos homens; (2) o Preceito Áureo; (3) o perdão e o amor aos inimigos; (4) pagar o mal com o bem; (5) a abnegação pessoal; (6) a condenação da hipocrisia e da cobiça; (7) a oposição ao cerimonialismo como essência da religião; (8) a iminência do fim do mundo; e (9) a ressurreição dos mortos e o estabelecimento do reino dos céus. As pesquisas recentes tendem a salientar os dois últimos pontos como o fulcro da missão de Jesus.

O cristianismo foi ampliado e investido de uma teologia mais apurada por alguns dos sucessores de Jesus, principalmente pelo Apóstolo Paulo, originalmente conhecido como Saulo de Tarso (10?-67? d.C.). Embora de nacionalidade judaica, Paulo não era natural da Palestina, e sim um judeu nascido na cidade de Tarso, no sudeste da Ásia Menor. De início perseguidor dos cristãos, converteu-se mais tarde ao cristianismo e dedicou suas ilimitadas energias à propagação dessa fé por todo o Oriente Próximo. Seria quase impossível subestimar a importância de seu trabalho. Negando que Jesus tivesse sido enviado apenas como redentor dos judeus, ele proclamou o cristianismo como religião universal. Mais ainda: acentuou acima de tudo a idéia de Jesus como o Cristo, como o Deus-Homem ungido, cuja morte na cruz foi uma expiação oferecida pelos pecados da humanidade. Não só rejeitou as obras da lei (isto é, do ritualismo judaico) como sendo de importância primordial na religião, como afirmou serem absolutamente inúteis para o fiel obter a salvação. Os seres humanos são pecadores por natureza, e por isso só podem ser salvos pela fé e pela graça de Deus, "mediante a redenção que está em Cristo Jesus". Segue-se, segundo Paulo, que o destino do homem na vida futura depende quase inteiramente da vontade de Deus; pois "O oleiro não pode formar da sua massa seja um utensílio para uso nobre, seja outro para uso vil?" (Romanos 9, 21). Deus "faz misericórdia a quem quer e endurece a quem ele quer" (Romanos 9, 18).

Começos da organização da Igreja

Embora correndo o risco da simplificação, parece basicamente certo dizer que Jesus proclamou o advento iminente do reino de Deus, ao passo que Paulo lançou a base para uma religião de salvação pessoal através de Cristo e do ministério da Igreja. Por conseguinte, depois da época de Paulo o desenvolvimento do cristianismo foi marcado pela criação de cerimônias, ou sacramentos, a fim de trazer o fiel mais próximo a Cristo, bem como pelo surgimento de uma organização de sacerdotes para ministrar esses sacramentos. Ao ensinar que os sacerdotes eram imbuídos de poderes sobrenaturais, o cristianismo criou aos

poucos uma distinção entre clero e laicato muito mais acentuada que a existente na maioria das religiões anteriores. Isso se tornaria a base de subseqüentes controvérsias no Ocidente e de divisões entre "Igreja" e "Estado". Entrementes, a ênfase dada pelo cristianismo na salvação extraterrena, ministrada por uma organização sacerdotal terrena, contribuiu em muito para que a religião crescesse e viesse a florescer.

Crescimento do cristianismo na "era da ansiedade"

O cristianismo expandiu-se continuamente nos dois primeiros séculos d.C., mas na verdade só começou a florescer no séc. III. Para compreendermos o motivo disso, cumpre lembrar que o século III foi, para a história de Roma, uma "era de ansiedade". Numa época de extrema turbulência política e dificuldades econômicas, era compreensível que as pessoas começassem a considerar a vida na terra como uma ilusão e a depositar suas esperanças no além. O corpo humano e o mundo material passaram a ser vistos cada vez mais como um mal ou como basicamente irreais. Como escreveu Plotino, filósofo neoplatônico e eminente pensador da época, "quando me volto para mim mesmo, fico a imaginar como sucede que eu tenha um corpo (. . .) por que deterioração isso aconteceu?" Plotino criou todo um sistema filosófico para responder a essa pergunta, mas seu pensamento era demasiado abstruso para significar muita coisa para grandes massas populares. Aconteceu que, como vimos, ganharam força, como nunca antes, várias religiões que salientavam o predomínio, neste mundo, de forças espirituais e a absoluta preeminência de salvação na vida futura.

Outros motivos para o sucesso do cristianismo

A princípio, o cristianismo era apenas uma dessas religiões. Outras eram o mitraísmo, o gnosticismo e os cultos de Ísis e Serápis. É natural, portanto, perguntar por que o cristianismo ganhou adeptos no século III, às expensas das religiões rivais. Pode-se dar muitas respostas. Uma das mais simples, porém não a de menor importância, é que muito embora o cristianismo tomasse de empréstimo elementos de religiões mais antigas (sobretudo do judaísmo e do gnosticismo), era novo e por isso possuía um senso de dinamismo ausente nas outras religiões salvacionistas que existiam há séculos. (Convém observar que um dos mais sérios rivais do cristianismo no período entre 276 e mais ou menos 400 foi o maniqueísmo, que era ainda mais novo.) O dinamismo da religião cristã era também realçado por seu rigoroso exclusivismo. Até então as pessoas adotavam religiões como podemos hoje subscrever apólices de seguro, acumulando-as a fim de criar maior sensação de segurança. O fato de o cristianismo proibir isso com todo rigor, exigindo que o Deus cristão fosse o único a ser adorado, tornava a nova religião atraente, numa época em que as pessoas buscavam valores absolutos com desespero. Da mesma forma, só o cristianismo (com a posterior exceção do maniqueísmo) tinha uma teoria geral para explicar o mal na terra, dando como sua causa a obra de demônios governados por Satã. Quando os missionários cristãos tentavam fazer conversos, salientavam com êxito a capacidade da nova fé para combater esses demônios, através de atos tidos como milagrosos.

Embora esses aspectos do cristianismo – a novidade, o exclusivismo e a teoria do mal – contribuam em muito para explicar seu êxito, é provável que as maiores atrações da religião fossem três outros fatores: sua doutrina de salvação, suas dimensões sociais e sua estrutura organizacional. O exorcismo de demônios podia ajudar a fazer mais tolerável a vida na terra, mas no período final do Império Romano as pessoas

estavam mais preocupadas com a salvação depois da morte. Religiões rivais também prometiam uma vida futura, mas a doutrina do cristianismo sobre esse assunto era a de mais longo alcance. Proclamando que os ímpios se "liquefariam em fornalhas ardentes" por toda a eternidade e que os fiéis gozariam bem-aventuranças eternas, é compreensível que os pregadores cristãos fizessem muitos prosélitos numa época de temores. Faziam adeptos em todas as classes, pois o cristianismo fora, desde sua origem, uma religião dos humildes – carpinteiros, pescadores e construtores de tendas – e prometia a exaltação destes. À medida que a religião crescia, ganhava alguns seguidores ricos, mas continuava a achar sua principal força entre a classe baixa e a média, que compreendiam os maiores segmentos da população do Império Romano. Ademais, embora o cristianismo proibisse às mulheres tornarem-se membros do clero e, como veremos, assumisse muitas atitudes hostis a elas, ao menos lhes concedia certos direitos de participação no culto e esperança de salvação igual à dos homens. Isso lhe deu vantagem sobre o mitraísmo, que excluía inteiramente as mulheres de seu culto. Além de todas essas considerações, uma razão final para o êxito do cristianismo residiu em sua organização. Ao contrário de muitas religiões rivais de mistérios, já criara no século III uma hierarquia organizada de sacerdotes para dirigir a vida da fé. Mais ainda: as congregações cristãs eram comunidades muito coesas que ofereciam serviços a seus membros, como féretros, cuidado de crianças e sustento dos desprotegidos, que ultrapassavam preocupações estritamente religiosas. Os que se tornavam cristãos encontravam calor humano e um sentido de missão, enquanto o resto do mundo parecia desabar à sua volta.

A relativa moderação da perseguição romana aos cristãos

O estado romano nunca perseguiu o cristianismo tão brutalmente como se costumava pensar. Na verdade, a atitude de Roma era geralmente de indiferença: via de regra os cristãos eram tolerados, a menos que certos magistrados se decidissem a processá-los por se recusarem a adorar os deuses oficiais do estado. De vez em quando havia perseguições mais organizadas, mas eram muito intermitentes e nunca duravam o suficiente para causar dano irreparável: pelo contrário, serviam para dar ao cristianismo uma útil publicidade. O sangue dos mártires foi, com efeito, a semente da igreja, mas apenas porque o sangue não corria com excessiva prodigalidade. Uma última grande perseguição ocorreu em fins do reinado de Diocleciano e foi continuada por um de seus sucessores imediatos, um inimigo particularmente acerbo do cristianismo, chamado Galério. Mas a essa altura a religião já era demasiado forte para ser erradicada por perseguições, fato que Galério reconheceu ao promulgar um edito de tolerância pouco antes de sua morte em 311. A partir daí o cristianismo viria a ser apoiado pelo estado romano, ao invés de perseguido por ele.

O triunfo do cristianismo

A adoção do cristianismo pelo Império Romano foi iniciada por Constantino e completada por Teodósio. Constantino não chegou a tornar o cristianismo a religião oficial do império, mas favoreceu-o claramente. É provável que o tenha feito porque associou sua própria conversão à fé (por volta de 312) com uma ascensão de sua estrela política e por esperar que o cristianismo trouxesse unidade espiritual a um império que passava por uma grave crise de desmoralização e de divisão religiosa. Alguns de seus sucessores, educados na religião cristã, foram muito além nesse sentido, ao ordenarem a perseguição dos pagãos

de maneira mais impiedosa do que certos imperadores pagãos haviam antes perseguido os cristãos. O cristianismo teria provavelmente triunfado de qualquer maneira, simplesmente com o apoio oficial, pois os funcionários em geral apressavam-se a adotar a religião de seus senhores. Também as massas se convertiam facilmente assim que a fé passou a ser apoiada pelo estado, porque, embora o século IV fosse mais estável, do ponto de vista político, que o III, a reorganização do império onerava sobretudo as classes mais baixas e fazia com que se preocupassem com a salvação extraterrena, tanto quanto no século anterior. Além disso, um número substancial de pessoas simplesmente seguia o mesmo caminho da autoridade. É provável que os cristãos não constituíssem mais que um quinto da população do Império Romano à época da conversão de Constantino, no começo do século IV; diante do apoio do estado, logo se tornaram maioria esmagadora. Quando, mediante um edito de 380, Teodósio o Grande proibiu todas as demais religiões, o paganismo, que já desaparecia, foi logo erradicado em todos os domínios romanos, salvo nos rincões mais atrasados.

3. O NOVO PERFIL DO CRISTIANISMO

Mudanças na religião cristã

Assim que a nova fé passou a dominar no Império Romano, sofreu algumas importantes mudanças em formas de pensamento, organização e conduta. Todas essas modificações estavam relacionadas com tendências anteriores, mas o triunfo da fé acelerou em muito algumas delas e alterou o rumo de outras. Em conseqüência disso, em muitos aspectos o cristianismo de fins do século IV era uma religião muito diferente da que fora perseguida por Diocleciano e Galério.

Controvérsia quanto a questões doutrinárias

Um dos resultados do triunfo do cristianismo foi a eclosão de violentas disputas quanto à doutrina. Causaram grande tumulto na Igreja, mas tiveram como conseqüência forjar dogmas e disciplina. Antes da conversão de Constantino houvera, é claro, discórdias entre os cristãos com relação a matérias doutrinárias, mas, enquanto o cristianismo foi uma religião minoritária, conseguiu controlar suas divisões internas, a fim de apresentar uma frente unida contra os não-crentes hostis. No entanto, assim que a nova fé triunfou explodiram cisões graves em suas próprias fileiras. Em parte se deviam ao fato de que sempre houvera um clima de tensão entre as tendências intelectuais e emocionais no seio da religião, que agora podiam aflorar mais claramente, e em parte ao fato de diferentes regiões do império procurarem preservar marcas de suas identidades separadas dando preferência a diferentes fórmulas teológicas.

Divisão entre arianos e atanasianos

O primeiro desses litígios deu-se, entre os arianos e os atanasianos, quanto à natureza da Trindade. Os arianos (ou arianistas) eram seguidores de um sacerdote chamado Ário e formavam o grupo mais intelectual. Influenciados pela filosofia grega, rejeitavam a idéia de que Cristo pudesse igualar-se a Deus. Sustentavam que o Filho havia sido criado pelo Pai e que, portanto, não era co-eterno com Ele nem formado da mesma substância. Os seguidores de Santo Atanásio, indiferentes à lógica humana, afirmavam que embora Cristo fosse o Filho, era plenamente Deus: que Pai, Filho e Espírito Santo eram todos absolutamente

iguais e compostos de idêntica substância. Depois de desavenças prolongadas, venceu o grupo de Atanásio e a doutrina atanasiana tornou-se o dogma da Igreja, como ainda é.

A essa desinteligência seguiram-se numerosas outras querelas doutrinárias nos séculos posteriores. As questões em debate eram em geral demasiado confusas para merecer explicação aqui, porém os resultados foram relevantes. Um deles foi que os dogmas da fé católica começaram a se fixar. É preciso salientar que isso representou uma evolução lenta e que muitos princípios básicos do catolicismo só foram definidos muito mais tarde. (Por exemplo, a teoria da missa só veio a ser promulgada formalmente em 1215; a doutrina da Imaculada Conceição da Virgem Maria em 1854; e a da Assunção Corporal da Virgem em 1950.) Não obstante, a fé começava a ganhar uma forma nitidamente definida e sem precedentes na história das religiões anteriores. Isso significou, sobretudo, que qualquer pessoa que divergisse de uma dada formulação era excluída da comunidade e, amiúde, perseguida como herético. Na história subseqüente do cristianismo, essa preocupação pela uniformidade doutrinária viria a gerar tanto força como fraqueza para a Igreja.

Conseqüências das disputas doutrinárias

Dois outros resultados das querelas doutrinárias foram agravar as hostilidades regionais e provocar a interferência secular no governo da Igreja. No século IV, as divergências entre os cristãos aumentaram o distanciamento entre o Ocidente e o Oriente e também agravaram as hostilidades entre uma e outra região no Oriente. Embora o Império Romano estivesse evoluindo para o regionalismo, por muitas razões diferentes, inclusive econômicas e administrativas, e conquanto o regionalismo fosse em parte causa de diferenças religiosas, quanto mais intensos e comuns se tornavam os litígios religiosos, mais serviam para acentuar as hostilidades regionais.

Outros resultados

Ao mesmo tempo, o estado romano foi inevitavelmente arrastado a esses conflitos religiosos. O mesmo Constantino que apoiava o cristianismo como força unificadora, horrorizou-se diante do surgimento imediato do conflito entre arianos e atanasianos, e interveio nele convocando o Concílio de Nicéia (325), que condenou Ário. É digno de nota que esse primeiro concílio geral da Igreja não só foi convocado por um imperador romano, como suas reuniões tiveram Constantino a presidi-las. A partir de então continuou a intervenção secular em assuntos da Igreja, em especial no Oriente. Para isso houve dois motivos principais. Em primeiro lugar, as disputas religiosas eram mais freqüentes no Oriente que no Ocidente, e as partes conflitantes muitas vezes buscavam apoio junto ao imperador. Em segundo lugar, em geral o peso do governo imperial era maior no Oriente, e depois de 476 deixou de haver imperadores romanos no Ocidente. Quando as partes litigantes não apelavam para os imperadores orientais, eles próprios interferiam nas querelas religiosas, como fizera Constantino antes deles, a fim de preservar a união. O resultado foi que no Oriente o imperador assumiu grande autoridade e controle religioso, enquanto no Ocidente as relações entre Igreja e Estado eram mais abertas.

Envolvimento imperial em conflitos religiosos

Contudo, mesmo enquanto os imperadores interferiam em assuntos religiosos, a própria organização interna da Igreja estava-se tornando mais complexa e articulada. Vimos que uma nítida distinção entre clero e laicato já constituía uma marca do cristianismo primitivo desde o tempo de São Paulo. O passo seguinte foi a criação de uma organização

A evolução da organização da Igreja

hierárquica entre as fileiras do clero. A primazia dos bispos sobre os padres foi reconhecida antes do triunfo do cristianismo. A organização cristã centrava-se em cidades e o bispo de cada uma delas tornou-se uma autoridade a que se subordinava todo o clero da região circunvizinha. Tal organização bastava a uma religião minoritária, mas com a multiplicação das congregações e o aumento da influência da Igreja, devido à adoção do cristianismo como a religião oficial de Roma, começaram a surgir distinções de graduação entre os próprios bispos. Os que tinham sua sé nas cidades maiores passaram a ser chamados de metropolitas (hoje denominados arcebispos no Ocidente), com autoridade sobre o clero de toda uma província. No século IV criou-se o cargo ainda mais elevado de patriarca, para designar aqueles bispos que exerciam o mando sobre as mais antigas e maiores comunidades cristãs, cidades como Roma, Jerusalém, Constantinopla, Antioquia e Alexandria, bem como nas zonas vizinhas. Assim, em 400 o clero cristão compreendia uma hierarquia definida de patriarcas, metropolitas, bispos e padres.

Ascensão do papado

O auge de toda essa evolução – que se daria ainda, em grande medida, no futuro – foi o primado do bispo de Roma ou, em outras palavras, a ascensão do papado. Por diversas razões, o bispo de Roma gozava de preeminência sobre todos os demais patriarcas da Igreja. A cidade em que residia era venerada pelos fiéis como palco das atividades missionárias dos apóstolos Pedro e Paulo. Segundo a tradição, plenamente aceita, Pedro havia fundado o bispado de Roma, o que fazia com que seus sucessores fossem herdeiros de sua autoridade e de seu prestígio. Suplementava essa tradição a teoria de que Pedro havia sido apontado por Cristo como seu vigário na terra e que recebera as chaves do reino dos céus, com o poder de punir as pessoas por seus pecados e até absolvê-las de culpa (Mateus 16, 18-19). Essa teoria, conhecida como a doutrina da Sucessão Petrina, havia sido usada desde então pelos papas como base de sua reivindicação de autoridade sobre a Igreja. Os bispos de Roma desfrutavam ainda da vantagem de, após a transferência da capital imperial para Constantinopla, raramente haver algum imperador com soberania efetiva no Ocidente. Por fim, em 445 o imperador Valentiniano III emitiu um decreto que ordenava a todos os bispos ocidentais submeterem-se à jurisdição do papa. Não se imagine, contudo, que a Igreja já fosse regida por qualquer forma monárquica de governo. Os patriarcas do Oriente consideravam as afirmações extremas das reivindicações papais como impudente desfaçatez, e mesmo muitos bispos ocidentais continuaram a não tomar conhecimento delas por algum tempo. O mais claro exemplo da debilidade do papado nos primeiros tempos da Igreja está no fato de os papas nem sequer comparecerem aos oito primeiros concílios gerais (de 325 a 869), embora mais tarde viessem a convocar e presidir todos os outros.

Efeitos da racionalização da administração eclesiástica

O crescimento da organização eclesiástica ajudou a Igreja a conquistar o mundo romano no século IV e a satisfazer as necessidades dos fiéis daí em diante. A existência de uma estrutura administrativa episcopal teve particular influência no Ocidente à medida que o Império Romano declinava e finalmente chegava ao fim, no século V. Como havia sempre em cada cidade um bispo treinado, em certo grau, nas artes da administração, a Igreja ocidental assumiu muitas funções do governo e ajudou a preservar a ordem em meio ao caos que se aprofundava. No entanto, a

nova ênfase na administração teve também seus efeitos deletérios: com a Igreja desenvolvendo sua própria estrutura administrativa racionalizada, era inevitável que ela se tornasse mais voltada para este mundo e mais distante em espírito da fé simples de Jesus e dos apóstolos.

A reação mais nítida a essa tendência foi expressa na propagação do monasticismo. Hoje estamos habituados a pensar em monges como grupos de sacerdotes que vivem em comunidade a fim de se dedicar primordialmente à contemplação e à prece. Em suas origens, todavia, os monges não eram sacerdotes, e sim leigos, que quase sempre viviam sozinhos e procuravam antes extremos de autotortura a vidas de espiritualidade. O monasticismo começou a surgir no século III, como resposta às ansiedades da época, mas só se tornou movimento dominante no cristianismo durante o século IV. Para isso destacam-se duas razões óbvias. Antes de mais nada, a opção pelo ascetismo extremo, do tipo eremita, constituía sucedâneo para o martírio. Com a conversão de Constantino e o fim das perseguições, ficou eliminada a maior parte das possibilidades de conquistar uma coroa de glória nos céus através da morte pela fé. No entanto, o desejo de provar o ardor religioso pela humilhação pessoal e pelo sofrimento continuava presente. Em segundo lugar, ao avançar o século IV o clero atolou-se cada vez mais em preocupações mundanas. Os que desejavam evitar as tentações profanas fugiam para os desertos e as florestas, a fim de praticar um ascetismo que os padres e bispos estavam esquecendo. (Os monges só passaram a tomar ordens, habitualmente, durante a Idade Média.) Assim, mesmo enquanto o cristianismo se envolvia com necessidades práticas, o monasticismo atendia às inclinações de extremistas ascéticos que de outra forma talvez se tivessem tornado gnósticos ou maniqueístas e que buscavam uma existência de tortura e privações que em muito ultrapassavam as de Cristo e dos apóstolos.

Ascensão do monasticismo

O monasticismo surgiu primeiro no Oriente, onde, durante cerca de cem anos depois da conversão de Constantino, espalhou-se como uma mania. Monges eremitas, do Egito e da Síria, rivalizavam uns com os outros na procura dos excessos mais humilhantes e desumanos. Alguns pastavam nos campos à maneira do gado, outros se encarceravam em pequenas gaiolas, outros ainda amarravam enormes pesos ao pescoço. Um monge chamado Ciríaco permanecia durante horas equilibrando-se numa só perna, até não agüentar mais. O mais extravagante desses ascetas monásticos foi São Simeão Estilita, que impôs a si mesmo exercícios punitivos – como tocar os pés com a cabeça 1.244 vezes seguidas – em cima de uma coluna alta, durante 37 anos, enquanto as multidões se juntavam embaixo para cultuar "os vermes que gotejavam de seu corpo".

Os extremos do ascetismo monástico

Com o tempo essa histeria ascética diminuiu e reconheceu-se que o monasticismo seria mais duradouro se os monges vivessem em comunidade e não se concentrassem na autoflagelação. O mais bem-sucedido arquiteto do monasticismo comunitário no Oriente foi São Basílio (330?-379), que começou sua vida monástica como eremita e extremista ascético, porém veio a preferir formas de vida comunais e mais moderadas. Basílio exprimiu essa preferência em escritos dirigidos a monges, estabelecendo para o monasticismo oriental as linhas básicas que vigoram ainda hoje. Ao invés de incentivar extremos de autoflagelação, Basílio estimulava os monges a disciplinar-se através do trabalho

O monasticismo comunitário de São Basílio

Mosteiro da Ordem de São Basílio sobre o Monte Athos. O ascetismo dos monges basilianos levou-os a construir seus mosteiros em locais quase inacessíveis, em altos penhascos ou no lado íngreme das montanhas.

útil. Embora seus ensinamentos fossem ainda severíssimos pelos padrões modernos, proibiu aos monges entregar-se a jejuns prolongados ou lacerar as carnes. Recomendou-lhes que, ao invés disso, se submetessem a obrigações de pobreza e humildade e que passassem muitos horas por dia em silente meditação religiosa. Com o triunfo das idéias de São Basílio, o monasticismo oriental tornou-se mais organizado e brando, mas ainda assim os monges basilianos preferiam viver tão longe do "mundo" quanto podiam e nunca exerceram a mesma influência civilizadora na sociedade externa como seus irmãos na Europa ocidental.

A regra de São Bento

No Ocidente o monasticismo não se espalhou, de início, tão depressa quanto no Oriente, pois não havia ali atração pelo ascetismo severo. No mais das vezes o pouco monasticismo introduzido no Ocidente era demasiado ascético para ter qualquer apelo generalizado. A situação só foi remediada no século VI quando São Bento (480?-547?) redigiu sua famosa regra latina, que acabou por tornar-se guia para quase todos os monges no Ocidente. Pesquisas recentes demonstraram que Bento copiou grande parte de sua regra de um texto latino anterior, mas ainda assim ele produziu um texto notável pela concisão, flexibilidade e moderação. A regra beneditina impunha obrigações semelhantes às estabelecidas por São Basílio: pobreza, obediência, trabalho e devoção religiosa. No entanto, Bento prescreveu menos austeridade que Basílio: concedia aos monges suficientes alimentos simples, vestuário e sono. Podiam até beber uma pequena quantidade de vinho, embora a carne só fosse permitida aos doentes. Era absoluta a autoridade do abade, que podia açoitar os monges por desobediência, porém Bento recomendava-lhe que tentasse "ser amado antes que temido", ordenando ainda que o abade ouvisse conselhos antes de tomar decisões, "pois o Senhor muitas vezes revela a um membro mais jovem o que é melhor". Por esses motivos o mosteiro beneditino tornou-se centro de profundo enriquecimento religioso, e não uma escola de castigos.

Mais adiante teremos oportunidade de retomar a história do monasticismo beneditino, mas podemos desde logo apontar aqui algumas de

suas maiores contribuições para o desenvolvimento da civilização ocidental. Uma delas foi que os monges beneditinos empenharam-se desde cedo em obras missionárias: foram eles os principais responsáveis pela conversão da Inglaterra e, mais tarde, da maior parte da Alemanha. Tais atividades não só ajudaram a propagar a fé, mas serviram também para criar um senso de unidade cultural para a Europa ocidental. Outra contribuição positiva residiu na atitude dos beneditinos em relação ao trabalho. Enquanto que para os filósofos e aristocratas antigos a meta suprema consistia em dispor de ócio suficiente para a contemplação sem obstáculos, São Bento queria seus monges sempre ocupados, pois acreditava que "a preguiça é inimiga da alma". Por isso prescreveu que deveriam dedicar-se, em certos horários, ao trabalho manual, recomendação que teria causado horror à maioria dos pensadores do passado. Assim, os primeiros beneditinos trabalhavam com afinco e transmitiram a idéia da dignidade do trabalho. Com o apoio dos beneditinos, a generalização dessa idéia viria a tornar-se um dos traços distintivos da cultura ocidental. Há registros de beneditinos que de bom grado ordenhavam vacas, debulhavam, aravam e forjavam o ferro. Assim procedendo aumentavam o patrimônio de seus próprios mosteiros e ofereciam bom exemplo para outros. Os conventos beneditinos foram particularmente bem-sucedidos na agricultura e, mais tarde, na administração rural. Com isso ajudaram muitas vezes a elevar o nível da economia da Europa ocidental e chegaram às vezes a criar riquezas que podiam recorrer os nascentes estados da região.

Significado do monasticismo beneditino: (1) atividades missionárias e atitude em relação ao trabalho manual

Mais notório é o fato de que os mosteiros beneditinos foram com freqüência ilhas de cultura quando a instrução e o saber achavam-se praticamente esquecidos no mundo secular. O próprio São Bento não era admirador da cultura clássica, muito pelo contrário, desejava que seus monges servissem só a Cristo, e não à literatura e à filosofia. No entanto, admitia que os monges teriam de saber ler bem, para fazerem suas orações. Isso significava que era preciso haver algum ensino nos mosteiros, pois raramente era encontrado fora deles, e porque muitas vezes os meninos lhes eram entregues já ao nascer. Havendo ensino, haveria, obviamente, ao menos algum material de escrita e livros. Isso explica por que os beneditinos sempre mantiveram algum grau de alfabetização nos conventos, mas não por que alguns deles dedicaram-se à perpetuação da cultura clássica. O impulso para isso foi obra de um pensador monástico chamado Cassiodoro (477?-570?). Inspirado por Santo Agostinho, cujo trabalho analisaremos com mais minúcias adiante, Cassiodoro era de opinião que um certo saber clássico básico era necessário para a correta compreensão da Bíblia; isso justificava que os monges estudassem os clássicos. Além disso, achava Cassiodoro que a cópia de manuscritos era, em si mesma, "trabalho manual" e poderia ser até mais apropriado para monges que a faina dura nos campos. Quando os beneditinos começaram a abraçar essas idéias, seus mosteiros tornaram-se centros de aprendizado e transcrição que não teriam rivais durante séculos. Nenhuma obra da literatura latina clássica, inclusive escritos "licenciosos", como os poemas de Catulo e Ovídio, teria sobrevivido se não tivessem sido copiados e preservados por monges beneditinos na fase inicial da Idade Média.

(2) a preservação da cultura clássica; Cassiodoro

Contudo, o amor pelas mulheres não era, naturalmente, uma preferência beneditina. Voltando a nosso tema original — as mudanças

ocorridas nas instituições e nas atitudes cristãs durante o século IV —, podemos apontar como uma última tendência fatídica o surgimento de uma atitude negativa em relação ao papel das mulheres na vida humana. Comparado com a maioria das outras religiões, o cristianismo era simpático às mulheres. Considerava que suas almas fossem iguais às dos homens aos olhos de Deus e julgava que a natureza humana só se completava em ambos os sexos. São Paulo chegou ao ponto de afirmar que após o batismo "não há homem nem mulher" (Gálatas 3, 28), um igualitarismo espiritual que significava que as mulheres podiam ser salvas tão plenamente quanto os homens. Entretanto, desde os primeiros tempos os cristãos partilharam o ponto de vista de seus contemporâneos segundo o qual, na vida cotidiana e no casamento, as mulheres deveriam ficar rigorosamente sujeitas aos homens. Não só os primitivos cristãos acreditavam, junto com todos que afirmavam a supremacia do homem, que as mulheres deviam ser excluídas de cargos de liderança ou decisão, querendo com isso dizer que deveriam permanecer "caladas nas assembléias" (I Coríntios 14, 34), mas acrescentaram a isso a opinião de que as mulheres eram mais "carnais" do que os homens e que, portanto, deviam estar sujeitas aos homens, como a carne está sujeita ao espírito (Efésios 5, 21-33).

Atitudes cristãs em relação às mulheres

Com o crescimento do movimento ascético nos séculos III e IV, tornou-se cada vez mais pronunciada a degradação das mulheres como criaturas perigosamente "carnais". Como a abstinência sexual constituía o âmago do ascetismo, esperava-se que os homens mais perfeitos fugissem a todo transe das mulheres. Os monges, naturalmente, eram os que mais as evitavam. Essa era uma das razões principais por que refugiavam-se nos desertos e nas florestas. Durante a cerimônia de seu casamento, um asceta oriental sentiu-se tomado pela necessidade de manter-se virgem, correu para a cela de um eremita e bloqueou a entrada; outro monge, compelido a carregar sua idosa mãe para o outro lado de um rio, envolveu-a em quantos panos pôde, de modo que nenhum "fogo" o atingisse, nem ele fosse atacado por quaisquer pensamentos de outras mulheres. Assumindo os monges atitude tão radical, o voto de continência foi estendido ao clero. A princípio, os sacerdotes podiam casar-se. Ao que parece, mesmo alguns dos apóstolos tinham família (I Coríntios 9, 5). Mas no decorrer do século IV espalhou-se a doutrina de que os sacerdotes não podiam casar-se após a ordenação, e que se fossem casados antes deveriam conviver castamente com as esposas a partir de então.

Surgimento da doutrina do celibato

Uma vez aceita a virgindade como o padrão supremo, o casamento passou a ser visto como algo menos meritório. São Jerônimo exprimiu esse ponto de vista de modo muito simples ao dizer que a virgindade era trigo, o casamento cevada, e a fornicação excremento de vaca; como as pessoas não deviam comer excremento, ele lhes permitia a cevada. As principais finalidades do casamento eram evitar que os homens "ardessem" e propagar a espécie. (São Jerônimo chegou ao ponto de louvar o casamento sobretudo porque trazia mais virgens ao mundo!) Assim o cristianismo reforçou a concepção antiga de que a principal função da mulher na terra era servir de mãe. Recomendava-se a homens e mulheres que não sentissem prazer nem sequer no coito conjugal, mas que o praticassem tão-somente com o propósito de gerar filhos. As mulheres seriam "salvas pela sua maternidade" (I Timóteo 2, 15). Como não

Atitudes em relação ao casamento

podiam tornar-se sacerdotes e apenas pouquíssimas se faziam freiras (o monasticismo feminino era tido como um luxo demasiado dispendioso antes da era moderna), esperava-se que quase todas as mulheres se tornassem esposas e mães submissas. Como esposas, não deveriam ter vida própria, nem havia cogitação de educá-las ou mesmo alfabetizá-las. Daí, muito embora tivessem plena esperança de salvação, serem tratadas como inferiores no dia a dia, tratamento esse que perduraria até os tempos modernos.

4. AS INVASÕES GERMÂNICAS E A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE

Vitórias dos bárbaros germânicos

Enquanto o cristianismo conquistava o Império Romano por dentro, uma outra força, a dos bárbaros germânicos, ameaçava-o de fora. Os germanos.[1] que já haviam quase feito Roma capitular no século III, foram contidos desde o tempo de Diocleciano até pouco antes do reinado de Teodósio o Grande. A partir daí, porém, destroçaram a resistência romana e, ao fim do século V, haviam conseguido conquistar todo o Ocidente romano. Reinos germânicos tornaram-se então a nova forma de governo em territórios antes governados por César e Augusto.

Caráter dos germanos

É corrente a idéia, talvez estimulada por filmes tipo B, de que os povos germânicos que destruíram o Império Romano ocidental eram selvagens ferozes e totalmente destituídos de polidez. No entanto, isso é falso. Os germanos eram bárbaros no sentido de que não viviam em cidades e eram habitualmente analfabetos, mas não se segue disso que fossem selvagens. Ao contrário, com freqüência praticavam a agricultura sedentária, embora preferissem a caça e o pastoreio, e dedicavam-se ao fabrico de instrumentos e armas de ferro, bem como a outros ofícios ligados à metalurgia e à cerâmica. Do ponto de vista físico, eram parecidos com os romanos o suficiente para que se casassem sem causarem muitos comentários, e sua língua pertencia ao grupo indo-europeu, aparentando-se, portanto, ao latim e ao grego. O prolongado contato com os romanos exerceu uma influência decisiva sobre os germanos, antes que se lançassem às suas conquistas finais. Os germanos e romanos que partilhavam fronteiras comuns, junto ao Reno e ao Danúbio, mantinham contínuas relações comerciais entre si. Mesmo em tempo de guerra, os romanos aliavam-se muitas vezes a certas tribos germânicas, enquanto combatiam outras. No século IV, tribos germânicas serviam freqüentemente como forças auxiliares dos então reduzidos exércitos romanos e por vezes tinham permissão de se estabelecerem nos limites do império, onde agricultores romanos haviam desistido de cultivar a terra. Além disso, muitas tribos germânicas tinham-se convertido ao cristianismo no século IV, embora o cristianismo que abraçavam fosse a versão herética arianista. Todas essas interações haviam familiarizado os germânicos com a civilização romana, por eles substancialmente apoiada.

[1] Os germanos constituíam povos indo-europeus, provindos de uma região situada em torno da península da Jutlândia. Compreendiam inúmeras tribos, entre elas as dos suevos, francônios, saxões, alamanos, bávaros, godos (ostrogodos e visigodos), lombardos e vândalos. No séc. III a.C. ocuparam a atual Alemanha, entre os limites do Reno, do Vístula e do Danúbio. (Nota da ed. bras.)

Visigodos e vândalos

Os germanos iniciaram seu avanço final não para destruir Roma, mas para encontrar melhores terras. A primeira ruptura das linhas de defesa romanas ocorreu em 378 quando uma tribo, a dos visigodos, que se haviam estabelecido recentemente em algumas terras romanas na região do Danúbio, revoltaram-se contra maus tratos por parte de funcionários romanos e depois derrotaram categoricamente uma expedição punitiva romana na batalha de Adrianópolis. Os visigodos não tiraram partido imediato dessa vitória, pois foram habilmente subornados por Teodósio o Grande, que os tornou aliados do império. Quando Teodósio morreu, em 395, dividiu, porém, seu reino entre os dois filhos, nenhum deles tão competente como o pai, e ambas as metades do império foram debilitadas por intrigas políticas. Chefiados por Alarico, os visigodos aproveitaram-se dessa situação para vaguear pelos domínios romanos quase à vontade, buscando as melhores terras e provisões. Em 410 saquearam a própria Roma, o que representou enorme choque para alguns romanos, e nos anos seguintes avançaram sobre o sul da Gália. Entrementes, em dezembro de 406, um grupo de tribos germânicas aliadas, chefiadas pelos vândalos, atravessaram o Reno, então congelado, e aumentaram ainda mais a preocupação romana com os visigodos ao se precipitarem na Espanha, através da Gália. Mais tarde conseguiram atravessar o mar e chegar ao noroeste da África, na época uma das mais ricas regiões agrícolas do império. Usando a África como base, ganharam o controle do Mediterrâneo central, chegando até a saquear Roma, vindos do mar, em 455. Em 476 o ineficaz titular do império romano do Ocidente, um simples menino zombeteiramente apelidado Augústulo ("pequeno Augusto") foi facilmente deposto pelo chefe de um grupo misto de germanos, que assumiu então o título de rei de Roma. Por isso, o ano de 476 é dado, convencionalmente, como a data do fim do Império Romano do Ocidente. Cumpre lembrar, porém, que um imperador romano, que mantinha algumas reivindicações de autoridade no Ocidente, continuava a exercer o poder em Constantinopla.

Razões do sucesso germânico

Duas perguntas feitas habitualmente pelos historiadores são: Como foi que os germanos conseguiram triunfar com tanta facilidade? Por que tiveram particular sucesso no Ocidente e não no Oriente? A facilidade das vitórias dos germânicos parece mais notável quando se recorda que seus exércitos eram mínimos: os godos que venceram em Adrianópolis não totalizavam mais de 10.000 homens, e o número total das "hordas" dos vândalos (inclusive mulheres e crianças) era de aproximadamente 80.000 – mais ou menos a população de um subúrbio das grandes cidades modernas. Mas os exércitos romanos estavam exauridos, devido ao declínio da população e à necessidade de mão-de-obra em outras ocupações, sobretudo nas novas burocracias. Aliás, os exércitos germânicos muitas vezes venciam por ausência de contendores (Adrianópolis foi uma das poucas batalhas campais na história de seus avanços), pois os romanos já não se empenhavam em defender-se. Os germanos raramente eram vistos com horror – muitos soldados germânicos haviam mesmo galgado posições de mando nas tropas romanas – e não se considerava que valesse a pena lutar pelo regime coercitivo iniciado por Diocleciano.

Os motivos pelos quais os germanos lograram melhor sucesso no Ocidente são complexos. Alguns têm a ver com personalidades e equívocos do momento, outros com fatores geográficos. No entanto, a

explicação fundamental do porquê de haver o Império Romano do Oriente sobrevivido, enquanto o do Ocidente desapareceu, reside num fato simples: o Oriente era mais rico. No século V quase todas as cidades romanas do Ocidente haviam-se reduzido, tanto em termos de população como de espaço, a uma fração do que tinham sido, e com freqüência eram pouco mais que vazios invólucros administrativos ou fortificações. Cada vez mais a economia do Ocidente tornava-se estritamente agrícola, e a produção dos campos servia apenas para alimentar os trabalhadores rurais e manter os ricos latifundiários numa vida de fausto. No Oriente, por outro lado, cidades como Constantinopla, Antioquia e Alexandria ainda eram metrópoles fervilhantes, devido ao comércio e à indústria. Como o estado oriental tinha maiores reservas de riqueza para tributar, era mais vigoroso. Podia também dispor-se a subornar os bárbaros, com dinheiro arrecadado como impostos, o que fazia com crescente regularidade. Assim Constantinopla logrou manter-se à tona, enquanto Roma acabou afundando.

Por que o Império Romano do Oriente sobreviveu e o do Ocidente acabou

Os efeitos das conquistas germânicas no Ocidente não foram cataclísmicos. A maior diferença entre os germanos e os romanos fora que os primeiros não viviam em cidades, mas como os núcleos do Ocidente já estavam em declínio, as invasões só serviam para, no máximo, acelerar a decadência urbana. No campo, os germanos substituíram os proprietários romanos sem interromper os sistemas básicos da agricultura romana. Acresce que, como os germanos nunca formavam grandes populações, em geral não ocupavam mais que uma parte das terras romanas. Os germanos tentaram também aproveitar-se das máquinas administrativas romanas, as quais, porém, tendiam a diminuir gradualmente, devido à queda da riqueza e da alfabetização. Assim, a única inovação germânica de importância consistiu em criar reinos tribais separados no Ocidente, em lugar de um império unificado.

Conseqüências das invasões germânicas

Por volta do ano 500, o mapa da Europa ocidental revela as seguintes divisões políticas principais. Tribos germânicas de anglo-saxões, que haviam cruzado o canal da Mancha em meados do século V, estavam ampliando seu domínio na ilha da Britânia. Na parte setentrional da Gália, em torno de Paris e a leste do Reno, o reino dos francos, cada vez maior, era governado por um astucioso guerreiro chamado Clóvis. Ao sul do território dos francos viviam os visigodos, que dominavam a metade meridional da Gália e a maior parte da Espanha. Mais ainda ao sul encontravam-se os vândalos, dominando o noroeste da África, anteriormente romano. Em toda a Itália mandavam os ostrogodos, parentes orientais dos visigodos, sob a chefia do rei Teodorico. De todos esses reinos, seria o franco o mais promissor no futuro (por esse motivo, será examinado no capítulo seguinte). Por ora, o mais forte, aparentemente, era o dos ostrogodos.

Reinos germânicos no ano 500

Teodorico o Ostrogodo. O soberano bárbaro é mostrado aqui em trajes romanos, com um vistoso penteado romano e com o símbolo romano da vitória na mão. Na inscrição em latim lê-se: REX THEODERICVS PIVS PRINCIPIS (Rei Teodorico, soberano piedoso).

Teodorico o Ostrogodo, que reinou na Itália de 493 a 526, era grande admirador da civilização romana, a qual tentou preservar de todas as formas. Promoveu a agricultura e o comércio, consertou edifícios públicos e estradas, patrocinou a educação e seguiu uma política de tolerância religiosa. Em suma, deu à Itália um governo mais esclarecido do que o dos primeiros imperadores do país. Mas como Teodorico e seus poucos ostrogodos eram cristãos arianos, enquanto os bispos locais e a população nativa eram católicos, seu governo, embora tolerante e benigno, era visto com certa hostilidade. Os governantes

AS INVASÕES BÁRBARAS NOS SÉCULOS V E VI

"romanos" de Constantinopla também lhe eram hostis, devido a ser Teodorico um ariano e porque não haviam renunciado à esperança de reconquistarem a Itália eles próprios. Todas essas circunstâncias levaram, como veremos, ao desaparecimento do reino ostrogodo de Teodorico algum tempo depois de sua morte. Na verdade, com exceção do franco, nenhum dos reinos bárbaros continentais haveria de durar muito.

5. O DESENVOLVIMENTO DO IDEÁRIO CRISTÃO NO OCIDENTE

O período de declínio e a queda do Império Romano do Ocidente foi também a época em que alguns pensadores cristãos ocidentais formularam um conjunto de idéias em relação ao mundo e a Deus que viria a orientar o pensamento do Ocidente durante aproximadamente 800 anos. Essa coincidência de declínio político e avanço teológico não deve surpreender. Com o império se esfacelando e sendo substituído por reinos bárbaros, pareceu mais claro que nunca aos pensadores cristãos

que a herança clássica tinha de ser reexaminada e que Deus não pretendera que o mundo fosse algo mais que um lugar transitório de prova. Por conseguinte, as conseqüências desses pressupostos tornaram-se questões de premente preocupação. Entre mais ou menos 380 e 525, essas questões receberam respostas por parte de pensadores cristãos ocidentais cujas idéias e realizações estavam estreitamente inter-relacionadas. Entre eles avulta a figura de Santo Agostinho, outros, porém, tiveram também grande influência.

São Jerônimo

Três contemporâneos que se conheciam e exerceram mútua influência – São Jerônimo (340?-420), Santo Ambrósio (340?-397) e Santo Agostinho (354-430) – são três dos quatro maiores "pais" da Igreja latina ocidental. (O quarto, São Gregório Magno, é posterior e será analisado no capítulo seguinte.) A maior contribuição isolada de São Jerônimo para o futuro foi sua tradução da Bíblia, do hebraico e do grego para o latim. Sua versão, conhecida como a "Vulgata" (ou versão "comum"), tornou-se a Bíblia latina usada durante toda a Idade Média; com pequenas variações continuou a ser usada, ainda por muito tempo depois, pela Igreja Católica Romana. Por sorte, Jerônimo era um dos melhores escritores de sua época e vazou sua tradução numa prosa vigorosa, muitas vezes coloquial, e, ocasionalmente, de excelente estilo poético. Como a Vulgata foi, durante séculos, a obra em latim mais lida, o trabalho de São Jerônimo exerceu tanta influência no estilo e no pensamento latino quanto a Bíblia do rei Jaime sobre a literatura inglesa. Jerônimo, que foi o pensador menos original dos grandes padres da Igreja, influenciou também o futuro do Ocidente cristão com suas formulações – controversas, mas eloqüentes – de concepções contemporâneas. Dentre elas, as mais importantes eram as convicções de que grande parte da Bíblia devia ser entendida como alegoria, e não ao pé da letra, de que a cultura clássica só podia ser válida para os cristãos se fosse rigorosamente subordinada aos objetivos cristãos, e de que os mais perfeitos cristãos eram aqueles que seguiam um estrito ascetismo. Em consonância com essa última posição, Jerônimo era ferrenho defensor do monasticismo. Ensinava ainda que as mulheres não deviam tomar banho, para não verem seus próprios corpos nus.

Santo Ambrósio

Ao contrário de Jerônimo, que era antes de tudo um erudito, Santo Ambrósio tomava parte mais ativa nos assuntos do mundo, como arcebispo de Milão. Nessa qualidade, era o mais influente prelado da Igreja no Ocidente – mais ainda que o papa, Orientado por suas preocupações de ordem prática, Ambrósio escreveu uma obra ética, *Dos deveres dos ministros*, que acompanhava de perto, tanto no título como na forma, o trabalho de Cícero, *Dos deveres*, e também recorreu bastante à ética estóica de Cícero. Contudo, com relação a dois pontos importantes, Ambrósio divergia de Cícero e da maior parte do pensamento clássico tradicional. Um deles era que o começo e o fim da conduta humana deveriam ser pautados pela reverência em relação a Deus e por sua busca, e não por qualquer atitude egoísta ou interesse por ajuste social. O segundo – e essa foi a contribuição mais original de Ambrósio – era que Deus auxilia alguns cristãos, mas não outros, nessa procura, mediante o dom da graça, ponto esse que seria profundamente elaborado por Santo Agostinho. Ambrósio transformou em ação esse interesse pela conduta correta ao confrontar o imperador Teodósio o Grande, a quem acusava de massacrar civis inocentes. Argumentava que

ao violar os mandamentos divinos, Teodósio se fazia sujeito à disciplina cristã. Fato extraordinário foi que o arcebispo conseguiu obrigar o imperador a fazer penitência. Essa foi a primeira ocasião em que um eclesiástico submeteu o poder secular romano em questões de moral. Em conseqüência serviu de símbolo da pretensão da Igreja a preeminência nesse domínio, e, em especial, do crescente senso de autonomia e de superioridade moral da Igreja do *Ocidente*, que no futuro a tornaria muito mais independente e influente no mundo secular que a igreja oriental.

Santo Agostinho

Santo Agostinho, discípulo de Ambrósio, foi o maior de todos os chamados Padres da Igreja; com efeito, foi um dos mais pujantes intelectos cristãos de todos os tempos. Sua influência sobre o pensamento medieval subseqüente é incalculável. Mesmo depois da Idade Média sua teologia teve influência profunda no desenvolvimento do protestantismo; e ainda hoje, no século XX, muitos eminentes pensadores cristãos têm-se denominado neo-agostinianos. É possível que uma das razões de ter sido o cristianismo de Santo Agostinho tão inquisitivo esteja no fato de ele haver começado a vida à sua procura. Nominalmente cristão de nascimento, ele hesitou até os 33 anos em ser batizado, passando de um sistema de pensamento a outro sem conseguir encontrar satisfação intelectual ou de espírito em qualquer deles. Foram apenas as dúvidas crescentes quanto a todas as demais alternativas, a atração pelos ensinamentos de Santo Ambrósio e uma experiência mística descrita com emoção em suas *Confissões* que levaram-no a abraçar sem reservas a fé em 387. A partir de então progrediu rapidamente na hierarquia eclesiástica, tornando-se bispo da cidade norte-africana de Hippo em 395. Embora esse cargo o ocupasse bastante, encontrou tempo para escrever grande número de tratados profundos, complexos e vigorosos nos quais expôs suas convicções com respeito aos problemas basilares do pensamento e da ação cristãs.

A teologia de Agostinho

A teologia de Santo Agostinho girava em torno dos princípios da onipotência divina e da profunda pecaminosidade do homem. Desde que ele se afastou de Deus, no jardim do Éden, tem sido basicamente pecador. Um dos mais vívidos exemplos dados por Agostinho para isso está em um trecho das *Confissões*, onde narra como ele e alguns companheiros eram no passado impelidos a furtar peras do pomar de um vizinho, não porque tivessem fome ou as peras fossem apetitosas, mas apenas pela propensão ao mal em si. Deus seria inteiramente justo se condenasse todos os seres humanos ao inferno, mas como é também misericordioso, escolheu salvar alguns. Em última análise, a vontade humana nada tem a ver com essa escolha: conquanto o indivíduo tenha capacidade de optar entre o bem e o mal, não a tem para decidir se será ou não salvo. Foi somente Deus, desde a eternidade, que predestinou à salvação uma parte da humanidade, deixando o restante se perder. Em outras palavras, Deus fixou para todo o sempre o número dos habitantes humanos do céu. Se algum simples mortal argumentar que isso parece injusto, a resposta é, primeiro, que uma "justiça" rigorosa condenaria todos à perdição e, segundo, que o critério da escolha de Deus é um mistério envolto em Sua onipotência – está muito além do domínio do entendimento humano.

Ainda que se pudesse esperar que as conseqüências práticas dessa rigorosa doutrina da predestinação fossem letargia e fatalismo, Agosti-

nho e os cristãos medievais posteriores não viam de maneira alguma as coisas assim. Os homens devem fazer o bem, e se forem "escolhidos" farão o bem; como ninguém sabe quem será ou não escolhido, todos devem tentar praticar o bem, na esperança de estarem entre os eleitos. Para Agostinho, a linha mestra da prática do bem era a doutrina da "caridade", que significava viver uma existência dedicada a amar Deus e o próximo por amor a Deus. Encarando a situação inversamente, os homens deviam evitar a "cupidez" ou o amor das coisas terrenas por si mesmas. Em outras palavras, Agostinho ensinava que os seres humanos deviam conduzir-se na terra como se fossem viajantes ou "peregrinos", mantendo os olhos voltados sempre para seu lar celestial e evitando todos os cuidados materialistas.

A doutrina da predestinação

Com base nessa concepção, Agostinho formulou uma interpretação da história em uma de suas obras principais, *A Cidade de Deus*. Argumentava nela que a raça humana, desde a Criação até o Juízo Final, foi e será composta de duas sociedades beligerantes, aqueles que "vivem conforme o homem" e amam a si próprios, e aqueles que "vivem conforme Deus". Os primeiros pertencem à "Cidade da Terra" e serão condenados, ao passo que os poucos abençoados que compõem a "Cidade de Deus" vestirão no Dia do Juízo o manto da imortalidade. Tal leitura da história não foi questionada durante toda a Idade Média.

A Cidade de Deus

Embora Agostinho fosse o primeiro a discorrer sobre temas novos e importantes da teologia cristã, acreditava estar apenas concatenando verdades encontradas na Bíblia. Com efeito, estava persuadido de que somente a Bíblia continha toda a sabedoria digna de ser conhecida. Mas era também de opinião que grande parte da Bíblia fora redigida de maneira muito obscura, e que por isso era necessário possuir um certo grau de educação, a fim de compreendê-la na totalidade. Essa convicção levou-o a uma aceitação modificada do conhecimento clássico. O mundo antigo já havia elaborado um sistema educacional baseado nas "artes liberais", ou seja, aquelas disciplinas julgadas necessárias para o sucesso mundano e o desenvolvimento intelectual dos homens. Agostinho era de parecer que cristãos privilegiados podiam aprender os pontos fundamentais dessas disciplinas, mas apenas de maneira limitada e para um fim inteiramente diferente – o estudo da Bíblia. Como existiam em sua época escolas não religiosas que ensinavam tais disciplinas, ele permitiu que uma elite cristã as freqüentasse; mais tarde, quando acabaram, seu lugar foi ocupado por escolas em mosteiros e catedrais. Assim, os ensinamentos de Agostinho lançaram os fundamentos para uma certa continuidade da prática educacional, bem como para a teoria que justificava a preservação de alguns tratados clássicos. Não obstante, devemos ressalvar que Agostinho tencionava destinar a educação liberal somente a uma elite; todos os demais deveriam ser meramente catequizados na fé. Considerava ainda que o fato de alguém entregar-se ao pensamento clássico sem o objetivo de usá-lo para melhor edificação cristã era muito pior do que ignorá-lo inteiramente. A verdadeira sabedoria dos mortais, insistia, era a piedade.

Concepção agostiniana da cultura clássica

Agostinho teve muitos seguidores, dos quais o mais interessante e influente foi Boécio, aristocrata romano que viveu de mais ou menos 480 a 524. Até pouco tempo, a afirmativa de que Boécio foi seguidor de Santo Agostinho poderia ser vista como polêmica, uma vez que algumas de suas obras não fazem qualquer referência explícita ao

Boécio

cristianismo. Na verdade, como Boécio estava inequivocamente interessado em filosofia antiga, escrevia num estilo polido, quase ciceroniano, e provinha de uma nobre família romana, era costumeiro considerá-lo como o "último dos romanos". No entanto, ele pretendia na realidade que os clássicos servissem a propósitos cristãos, tal como prescrevera Agostinho, e seus próprios ensinamentos eram basicamente agostinianos.

As contribuições intelectuais de Boécio

Por viver um século depois de Agostinho, Boécio pôde constatar, com muito mais clareza, que o mundo antigo estava chegando ao fim. Por conseguinte, erigiu como sua meta principal preservar o máximo que pudesse do que a cultura clássica tinha de melhor, mediante uma série de manuais, traduções e comentários. Aceitando uma divisão contemporânea das artes liberais em sete disciplinas – gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, astronomia e música –, escreveu compêndios sobre duas, aritmética e música. Tais sumários visavam a transmitir todos os aspectos básicos do assunto que pudessem ser necessários a um cristão. Tivesse Boécio vivido mais tempo, é provável que escrevesse obras semelhantes sobre outras artes liberais, mas ele acabou concentrando seus esforços em seu tema favorito, a lógica. A fim de conservar o que a lógica clássica tinha de melhor, traduziu do grego para o latim alguns dos tratados lógicos de Aristóteles, bem como uma obra introdutória sobre lógica, de Porfírio (outro filósofo antigo). A fim de ajudar os iniciantes, escreveu também seus próprios comentários explanatórios sobre esses trabalhos. Como os autores latinos nunca se haviam interessado pela lógica, mesmo nos períodos mais florescentes da cultura romana, as traduções e comentários de Boécio tornaram-se um elo de valor crucial entre os gregos e a Idade Média. Boécio contribuiu para dotar o latim de um vocabulário lógico, e quando no século XII renasceu no Ocidente o interesse pela lógica, ele repousou de início numa base boeciana.

Sobre a consolação da filosofia

Embora fosse Boécio um expoente da lógica aristotélica, sua concepção do mundo não seguia a de Aristóteles, mas a de Santo Agostinho. Pode-se ver isso tanto em seus vários tratados ortodoxos sobre teologia cristã como, acima de tudo, em sua obra-prima, *Sobre a consolação da filosofia* (*De consolatione philosophiae*). Boécio a escreveu no fim da vida, após ter sido condenado à morte, acusado de traição, por Teodorico o Ostrogodo, de cuja corte era funcionário. (Os historiadores não estão seguros quanto à justiça das acusações.) Nessa obra Boécio levanta a questão antiga do que vem a ser a felicidade humana, e conclui que ela não é encontrada em recompensas terrenas, como fama e riqueza, mas somente no "bem supremo", que é Deus. A vida humana, portanto, deveria ser despendida na busca de Deus. Uma vez que na *Consolação* Boécio fala antes como filósofo que como teólogo, não se refere à revelação cristã ou ao papel da graça divina na salvação. Contudo, é inequívoca sua mensagem basicamente agostiniana. *Sobre a consolação da filosofia* tornou-se um dos livros mais populares na Idade Média, por ser extremamente bem escrito, por mostrar como a expressão clássica e algumas idéias clássicas podiam ser apropriadas e subordinadas a um quadro claramente cristão, e, sobretudo, por parecer atribuir um significado real à vida. Numa época em que todas as coisas terrenas pareciam realmente grosseiras e fugazes, constituía consolo genuíno ouvir, de modo eloqüente e "filosófico" que a vida tem sentido se for vivida em amor a Deus.

Boécio. Na concepção de um artista do séc. XII como músico, reputação que conquistou por seu tratado sobre música.

Num momento de clímax da *Consolação*, Boécio renarrou em versos o mito de Orfeu, de um modo que poderia representar a posição comum dos quatro autores que acabamos de examinar; isto é, de que maneira os pensadores cristãos estavam dispostos a aceitar e manter certa continuidade com a tradição clássica. No entanto, Boécio deu também um novo sentido à história. Segundo ele, a mulher de Orfeu, Eurídice, simbolizava o inferno; como Orfeu não pôde abster-se de olhá-la, foi obrigado a morrer e condenado ele próprio ao inferno. Em outras palavras, Orfeu era demasiado mundano e material; não devia ter amado uma mulher, mas, ao invés disso, procurado Deus. Os verdadeiros cristãos, por outro lado, sabem que "feliz aquele que pode contemplar a refulgente fonte do bem [isto é, a visão divina]; feliz aquele que pode quebrar os pesados grilhões da terra".

O mito de Orfeu como símbolo das verdades cristãs

6. O IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE E SUAS RELAÇÕES COM O OCIDENTE

Em muitos sentidos, a execução de Boécio a mando de Teodorico o Ostrogodo, em 524, representou um momento decisivo na história. Em primeiro lugar, Boécio era a um só tempo o último filósofo digno de nota e o último autor de cultivada prosa latina que o Ocidente teria por muitos séculos. Segundo, Boécio era um leigo e durante séculos depois disso quase todos os escritores da Europa ocidental seriam sacerdotes ou monges. Na esfera política, sua execução foi também sintomática, por ter sido o prenúncio do colapso do reino ostrogodo na Itália. Não importa se justa ou injusta, a execução de Boécio demonstrou que os ostrogodos arianos não podiam viver em perfeita harmonia com os cristãos católicos. Pouco depois, portanto, os ostrogodos foram derrubados pelo Império Romano do Oriente. Esse fato, por sua vez, seria fator importante no divórcio final entre o Oriente e o Ocidente e para a conseqüente desintegração final do antigo mundo romano.

A execução de Boécio: um momento decisivo

A conquista dos ostrogodos constituiu parte de um plano maior de revivescência romana, concebido e dirigido pelo imperador romano oriental Justiniano (527-565). Desde o tempo de Teodósio, o Império Romano do Oriente, com sua capital em Constantinopla, havia enfrentado muitas pressões externas, por parte dos bárbaros, bem como dissenções religiosas. Entretanto, durante todo o século V havia conseguido suportá-las, e à época da acessão de Justiniano havia recuperado grande parte de sua força. Embora o Império Romano do Oriente – que compreendia então os atuais territórios da Grécia, Turquia, a maior parte do Oriente Médio e o Egito – tivesse como línguas principalmente o grego e o siríaco, Justiniano provinha de uma região mais ocidental (a moderna Iugoslávia) e falava latim. Não surpreende, pois, que concentrasse seus interesses no Ocidente. Via a si mesmo como o herdeiro da Roma imperial, cujo poder antigo e cujo território ocidental estava decidido a restaurar. Auxiliado por sua astuta e determinada esposa, Teodora, que, ao contrário das primitivas consortes imperiais romanas, desempenhava papel influente em seu reinado, Justiniano tomou medidas de grande alcance para seu desiderato. No entanto, por fim, sua política de recuperar o Ocidente mostrou-se irrealista.

Justiniano

Justiniano e Teodora. Mosaicos do séc. VI, na Igreja de São Vital em Ravena, Itália. O imperador e a imperatriz foram idealizados como se possuíssem poderes sobrenaturais, quase sacerdotais: estão se dirigindo para o altar levando respectivamente a patena e o cálice. Ambos os soberanos destacam-se do seu séquito por

Codificação e revisão do direito romano; o Corpus Juris Civilis

Uma das maiores e mais duradouras das realizações de Justiniano foi a codificação do direito romano. Tal projeto fez parte de sua tentativa de salientar a continuidade com a antiga Roma imperial e com a tradição jurídica latina. Visava ainda a realçar seu próprio prestígio e seu poder absoluto. A codificação do direito era necessária porque entre os séculos III e VI o volume de leis continuou a crescer, disso resultando que o vasto conjunto de textos legais continha muitos elementos contraditórios ou obsoletos. Acresce que as condições haviam-se modificado de modo tão radical que muitos dos velhos princípios legais já não tinham validade, devido ao estabelecimento de um despotismo oriental e à adoção do cristianismo como a religião oficial. Quando subiu ao trono em 527, Justiniano decidiu imediatamente pela revisão e codificação do direito existente, de modo a harmonizá-lo com as novas condições e para transformá-lo em base autorizada de seu governo. Para a execução do trabalho propriamente dito, nomeou uma comissão de advogados, supervisionada por seu ministro Triboniano. Dentro de dois anos a comissão publicou o primeiro resultado de seus trabalhos, o Código, uma revisão sistemática de todas as leis promulgadas desde o reinado de Adriano até o de Justiniano. O Código foi mais tarde suplementado pelas Novelas, que continham a legislação de Justiniano e de seus sucessores imediatos. Em 532 a comissão havia completado o Digesto, que representava uma súmula de todas as obras dos grandes juristas. O produto final do trabalho de revisão foram as Institutas, compêndio dos princípios legais que se refletiam tanto no Digesto como no Código. A combinação desses quatro resultados do programa de revisão representa o *Corpus Juris Civilis*, ou corpo de direito civil.

Significado geral do Corpus *de Justiniano*

O *Corpus* de Justiniano foi, em si mesmo, uma realização brilhante, e somente o Digesto já foi chamado, com toda razão, "o mais notável e importante livro de direito que o mundo conheceu". Além disso, o *Corpus* exerceu uma influência extraordinariamente grande, quase monopolística, sobre a subseqüente história jurídica e governamental.

suas auréolas. O observador atento deve notar a representação dos "três reis sábios do Oriente" na barra da toga de Teodora: assim como os "três magos" tiveram uma vez o conhecimento sobrenatural de Cristo, agora o mesmo acontece com sua réplica, Justiniano e Teodora.

Revivido e reestudado na Europa ocidental a partir do século XI, o *Corpus* de Justiniano tornou-se a base de todo o direito e jurisprudência dos Estados europeus, inclusive da Inglaterra (que adotava seu próprio "direito comum"). O Código Napoleônico do século XIX, que proporcionou o fundamento das leis dos modernos estados europeus e também da América Latina, é basicamente as Institutas de Justiniano em roupagem modernizada.

Outras influências

Só podemos aludir aqui a mais algumas poucas influências específicas da obra jurídica de Justiniano. Uma delas é que, em sua teoria política básica, constituía um bastião do absolutismo. Partindo da máxima segundo a qual "o que agrada ao príncipe tem força de lei", ela concedia poderes totais ao soberano imperial e por isso foi adotada com alacridade por posteriores monarcas e autocratas europeus. Entretanto, o *Corpus* oferecia também algum embasamento ao constitucionalismo, sustentando que os poderes do soberano emanavam originariamente do povo, e não de Deus. Como o governo provinha do povo podia, em teoria, ser-lhe devolvido. Talvez mais importante e influente tenha sido a concepção que o *Corpus* fazia do estado como uma entidade pública e secular abstrata. Na Idade Média muitas vezes predominaram concepções rivais do estado como a propriedade privada do governante ou como uma criação sobrenatural destinada a controlar o pecado. A moderna concepção do estado como uma entidade pública que se preocupa não com a vida futura, mas com negócios seculares e do dia-a-dia, ganhou força, no final da Idade Média, devido sobretudo à revivescência de pressupostos encontrados nas compilações jurídicas de Justiniano.

Justiniano pretendia ser plenamente um imperador romano, tanto em termos geográficos como em teoria legal. Com esse objetivo, despachou exércitos para reconquistar o Ocidente. A princípio, tiveram rápido sucesso. Em 533 o brilhante general Belisário conquistou o reino vândalo no noroeste da África, e, ao que parece, em 536 havia domina-

do toda a Itália, onde foi bem acolhido pelos súditos católicos dos ostrogodos. Contudo, as primeiras vitórias da campanha italiana foram ilusórias. Após suas derrotas iniciais os ostrogodos opuseram obstinada resistência e a guerra arrastou-se por décadas, até que os exaustos romanos orientais finalmente subjugaram os últimos postos avançados góticos em 563. Pouco antes de morrer, Justiniano tornou-se senhor de toda a Itália, bem como do noroeste da África e de áreas litorais da Espanha que suas tropas também haviam logrado recapturar. Por algum tempo o Mediterrâneo tornou-se outra vez um lago "romano". Entretanto, o custo do empreendimento em breve haveria de ameaçar a própria existência do Império Romano do Oriente.

A política de Justiniano para reconquista do Ocidente

Por dois motivos as campanhas ocidentais de Justiniano foram imprudentes. O primeiro foi que, na verdade, seu reino não podia arcar com as despesas. Era raro Belisário dispor de tropas suficientes para realizar bem seu trabalho; por exemplo, começou sua última campanha italiana com apenas 8.000 homens. Mais tarde, quando Justiniano forneceu a seus generais tropas suficientes, só pôde fazê-lo às custas de uma tributação opressiva. No entanto, é provável que tropas adicionais teriam sido insuficientes para manter as novas linhas no Ocidente, uma vez que o império tinha maiores interesses, bem como inimigos mais perigosos, no Oriente. Enquanto o Império Romano oriental se exauria na Itália, os persas juntavam forças. Os sucessores de Justiniano foram obrigados a se retirar do Ocidente a fim de enfrentar a ameaça de uma Pérsia redivivа, mas, ainda assim, no começo do século VII surgiu a impressão de que os persas seriam capazes de avançar até as águas fronteiras a Constantinopla. Só uma heróica reorganização do império, depois de 610, salvou a situação, mas foi uma reorganização que contribuiu para afastar o Império Oriental do Ocidente e ajudou este a começar uma vida própria.

A imprudência das campanhas ocidentais

Entrementes, as guerras de Justiniano haviam deixado a maior parte da Itália em ruínas. No decorrer do prolongado conflito, fez-se grande devastação. Em torno de Roma romperam-se os aquedutos e o campo transformou-se novamente em pântanos que só seriam drenados na época de Mussolini. Em 568, apenas três anos depois de morte de Justiniano, uma outra tribo germânica, a dos lombardos, invadiu o país e apoderou-se de grande parte dele. Encontraram pouca resistência, pois os romanos orientais estavam agora prestando mais atenção ao Oriente, mas os lombardos ainda eram demasiado fracos para submeter toda a península itálica. A Itália ficou então dividida em territórios lombardos, romanos orientais e papais. Ao mesmo tempo, eslavos tiraram partido da fraqueza romana para assolar os Bálcãs. Mais a oeste os francos da Gália lutavam entre si, e era apenas questão de tempo antes que o noroeste da África e a maior parte da Espanha caíssem em mãos de árabes. Assim, a unidade romana finalmente chegara ao fim. O futuro desse mundo descentralizado pode ter parecido sombrio, todavia novas forças em breve viriam a impor-se nas áreas separadas.

O fim da unidade romana

Terceira Parte

A IDADE MÉDIA

"Idade Média" foi um termo criado pelos europeus no século XVII para exprimir seu ponto de vista de que um longo e melancólico período de interrupção estendia-se entre as gloriosas realizações da Grécia e Roma clássicas e sua própria "era moderna". Como a expressão generalizou-se tanto, não há como erradicá-la de nosso vocabulário histórico; no entanto, nenhum historiador sério a utiliza com a carga de desdém que teve no passado. Entre mais ou menos 600 e 1500 – datas aproximadas do início e do fim da Idade Média – aconteceram tantas e tantas coisas diferentes que elas não podem ser caracterizadas de uma só maneira. Nas partes orientais do Império Romano surgiram duas novas civilizações, a bizantina e a islâmica, que têm de ser incluídas entre as mais expressivas de todos os tempos. Embora a civilização bizantina chegasse ao fim em 1453, a islâmica continuou a existir, sem grandes interrupções e dura até hoje. Vista de uma perspectiva islâmica, portanto, a "Idade Média" não foi de modo algum um período intermediário, mas uma época maravilhosa de nascimento e vigorosa juventude. Por convenção, divide-se a história da Europa ocidental na Idade Média em três partes: a Idade Média inicial; a alta Idade Média; e a Idade Média tardia. Durante essas três etapas a religião cristã desempenhou um papel de extraordinária importância na vida humana, mas, afora a religião, poucos foram os outros denominadores comuns. A Idade Média inicial, que medeia entre o ano 600 até 1050 (todas essas datas são aproximativas), foi a que mais perto chegou de parecer um intervalo de trevas, pois na verdade o nível de realização material e

*intelectual era baixíssimo. Não obstante, mesmo então estavam sendo assentados alicerces importantes para o futuro; acima de tudo, a Europa ocidental começava a desenvolver seu próprio senso distinto de identidade cultural. A alta Idade Média, de 1050 a 1300, foi uma das épocas mais criativas da história do homem. Os europeus melhoraram de forma acentuada em seu padrão de vida, fundaram estados nacionais duradouros, criaram novas instituições de ensino e novas maneiras de pensar, e produziram magníficas obras literárias e artísticas. Durante a Idade Média tardia, entre 1300 e 1500, a sobrevivência de muitas realizações da etapa anterior foi ameaçada por numerosos desastres, uma depressão econômica de particular gravidade e uma peste mortífera. Mas os povos superaram a adversidade, apegaram-se tenazmente ao que havia de mais valioso em sua herança e, quando necessário, criaram instituições e modos de pensar adequados às novas circunstâncias. Assim, na verdade, a Idade Média representou muitos séculos de enorme diversidade. Pode ser estudada com proveito tanto por seu próprio interesse intrínseco como pelas contribuições fundamentais que trouxe para a evolução dos tempos modernos.**

* *O termo inglês* Middle Ages, *no plural, define a era medieval com maior propriedade do que o singular das outras línguas ocidentais. Também quanto à divisão da Idade Média, um período demasiado amplo, há discrepâncias. Para facilitar, estabeleceram-se variações tradicionais: à divisão da historiografia inglesa, bem como da alemã,* Idade Média inicial *(600 a 1050),* Alta Idade Média *(sécs. XI a XIII) e* Idade Média tardia *(daí até o séc. XV), corresponde a divisão francesa* Alta Idade Média *(do início até as Cruzadas) e* Baixa Idade Média *(daí até o séc. XV). Convém lembrar que na Inglaterra usam-se também as expressões* Dark Ages, *"eras obscuras" (sécs. IV a X);* Early Middle Ages, *"eras medievais iniciais" (sécs. XI a XIII); e* Late Middle Ages, *"eras medievais tardias" (sécs. XIII a XV). (Nota da ed. bras.)*

	POLÍTICA	FILOSOFIA E CIÊNCIA
600	Imperador bizantino Heráclio, 610-641 Maomé entra em Meca triunfante, 630 Os muçulmanos conquistam a Síria, a Pérsia e o Egito, 636-651	
700	Os muçulmanos conquistam a Espanha, 711 Revés do ataque muçulmano a Constantinopla, 717 Carlos Martel derrota os muçulmanos em Poitiers, 732 Dinastia abássida no Islam, 750-1258 Pepino o Breve é sagrado rei dos francos, 751 Carlos Magno, 768-814	
800	Coroação de Carlos Magno como imperador, 800 Desintegra-se o Império Carolíngio, *c.* 850-911 Alfredo o Grande da Inglaterra, 871-899	
900	Apogeu dos ataques vikings na Europa, *c.* 880-911 Oto o Grande da Alemanha, 936-973	Al-Farabi, *m.* 950
1000	Conquista da Inglaterra pelos normandos, 1066 Os turcos seldjúcidas derrotam os bizantinos em Manzikert, 1071 Penitência de Henrique IV em Canossa, 1077	Avicena, *m.* 1037 Pedro Abelardo, 1079-1142
1100	Henrique I da Inglaterra, 1100-1135 Luís VI da França, 1108-1137 Frederico I (Barba-Roxa), da Alemanha, 1153-1190 Henrique II da Inglaterra, 1154-1189 Filipe Augusto da França, 1180-1223	Origem das universidades no Ocidente, *c.* 1100-*c.* 1300 Tradução das obras de Aristóteles para o latim, *c.* 1140-*c.* 1260 *Sentenças* de Pedro Lombardo, *c.* 1155 Robert Grosseteste, *c.* 1168-1253 Invenção do moinho de vento, *c.* 1180 Averroés, *m.* 1198
1200	Os cruzados tomam Constantinopla (Quarta Cruzada), 1204 Vitória espanhola sobre os muçulmanos em Las Navas de Tolosa, 1212 Frederico II da Alemanha e Sicília, 1212-1250 Magna Carta, 1215 Luís IX (São Luís) da França, 1226-1270 Eduardo I da Inglaterra, 1272-1307 Filipe IV (o Belo), 1285-1314	Maimônides, *m.* 1204 Roger Bacon, *c.* 1214-1294 São Tomás de Aquino, 1225-1274 Auge da Escolástica, *c.* 1250-*c.* 1277 Guilherme de Ockham, *c.* 1285-1349 Invenção do relógio mecânico, *c.* 1290
1300	Guerra dos Cem Anos, 1337-1453 Caos político na Alemanha, *c.* 1350-*c.* 1450	Mestre Eckhart, ativo *c.* 1300-*c.* 1327 Apogeu do nominalismo, *c.* 1320-*c.* 1500
1400	Aparecimento de Joana d'Arc, 1429-1431 Reasserção do poder papal na França, *c.* 1143-1513 Ascensão dos príncipes na Alemanha, *c.* 1450-*c.* 1500 Captura de Constantinopla pelos turcos otomanos, 1453 Guerra das Rosas na Inglaterra, 1455-1485 Paz entre os estados do norte da Itália, 1454-1485 Casamento de Fernando e Isabel, 1469 Dinastia Tudor forte na Inglaterra, 1485-1603	Impressão com tipos móveis, *c.* 1450 A artilharia pesada ajuda os turcos a capturar Constantinopla e os franceses a terminarem a Guerra dos Cem Anos, 1453

A Idade Média (continuação)

	ECONOMIA	RELIGIÃO	ARTES E LETRAS
600	Declínio das cidades e do comércio no Ocidente, *c.* 500-*c.* 700	Maomé, *c.* 570-632 Papa Gregório I, 590-604 *Hégira* de Maomé, 622	Igreja bizantina de Santa Sofia, 532-537
700	Apogeu do comércio e da indústria islâmicos, *c.* 700-*c.* 1300 Economia predominantemente agrária no Ocidente, *c.* 700-*c.* 1050	Cisão no Islam entre xiitas e sunitas, *c.* 656 Obra missionária de São Bonifácio na Germânia, *c.* 715-754 Iconoclasmo no Império Bizantino, 726-843	Venerável Beda, m. 735 *Beowulf*, *c.* 750 Evangeliário de Kells, irlandês, *c.* 750
800	Apogeu do comércio e da indústria bizantinos, *c.* 800-*c.* 1000		Renascença carolíngia, *c.* 800-*c.* 850
900		Fundação de Cluny, 910 Conversão da Rússia pelos bizantinos, *c.* 988	
1000	Destruição do campesinato livre bizantino, *c.* 1025-*c.* 1100 Avanço agrícola, revivescência das cidades e do comércio no Ocidente, *c.* 1050-*c.* 1300	Começo do papado da Reforma, 1046 Cisma entre as igrejas Romana e Ortodoxa Oriental, 1054 Papa Gregório VII, 1073-1085 São Bernardo de Clairvaux, 1090-1153 Primeira Cruzada, 1095-1099	Estilo românico na arquitetura e na arte, *c.* 1000-*c.* 1200 *Chanson de Roland*, *c.* 1095
1100		Apogeu do monasticismo cisterciense, *c.* 1115-*c.* 1153 Fim da luta das investiduras pela Concordata de Worms, 1122 Os cruzados perdem Jerusalém para Saladino, 1187 Papa Inocêncio III, 1198-1216	Poesia trovadoresca, *c.* 1100-*c.* 1220 *Rubaiyat*, de Omar Khayyam, *c.* 1120 Biografia de Aleixo I Comneno por Anna Comneno, 1148 Estilo gótico na arquitetura e na arte, *c.* 1150-*c.* 1500 Poesia de Chretien de Troyes, *c.* 1165-*c.* 1190 Desenvolvimento da polifonia em Paris, *c.* 1170
1200		Cruzada albigense, 1208-1213 Fundação da ordem franciscana, 1210 IV Concílio de Latrão, 1215 Fundação da ordem dominicana, 1216 Queda dos últimos redutos cristãos na Terra Santa, 1291	Wolfram von Eschenbach, *c.* 1200 Gottfried von Strassburg, *c.* 1210 Poesia persa de Sadi, *c.* 1250 *Roman de la Rose*, *c.* 1270
1300	Depressão econômica na Europa, c. 1300-*c.* 1450 Inundações na Europa ocidental, 1315 Peste Negra, 1347-1350 Apogeu da Liga Hanseática, *c.* 1350-*c.* 1450 Revolta dos Camponeses na Inglaterra, 1381	Papa Bonifácio VIII, 1294-1303 Cativeiro babilônico do papado, 1305-1378 John Wyclif, *c.* 1330-1384 Grande Cisma do papado, 1378-1417	Pinturas de Giotto, *c.* 1305-1337 *Divina Comédia*, de Dante, *c.* 1310 *Decameron*, de Bocaccio, *c.* 1350 Poesia persa de Hafiz, *c.* 1370 *Canterbury Tales*, de Chaucer, *c.* 1390
1400	Banco dos Médicis, 1397-1494	John Hus prega na Boêmia, *c.* 1408-1415 Concílio de Constança, 1414-1417 Revolta dos hussitas, 1420-1434 *Imitação de Cristo*, *c.* 1427 Concílio de Basiléia, derrota do conciliarismo, 1431-1449	Pinturas de Jan van Eyck, *c.* 1400-*c.* 1441

Capítulo 10

OS TRÊS HERDEIROS DE ROMA: O MUNDO BIZANTINO, O ISLÂMICO E A IDADE MÉDIA INICIAL NO OCIDENTE

Constantinopla é uma cidade buliçosa e os mercadores para ali acorrem de toda parte, por terra ou por mar, e não há no mundo outra que se lhe compare, exceto Bagdá, a grande cidade do Islam. Em Constantinopla fica a igreja de Santa Sofia e a sé do papa dos gregos, uma vez que os gregos não obedecem ao papa de Roma. Há também tantas igrejas quantos são os dias do ano. Grande cópia de riquezas lhes é trazida das ilhas, e riqueza como essa não é encontrada em nenhuma outra igreja do mundo.

– Benjamin de Tudela, *Viagens*

Sois a melhor nação que jamais surgiu para a humanidade, porque recomendais o bem, proibis o ilícito e credes em Deus.

– Corão, III, 110

Aquele que determina a sorte dos reinos e a marcha dos acontecimentos, o Árbitro todo-poderoso, havendo destruído uma imagem extraordinária, a dos romanos, que tem pés de ferro, ou mesmo de barro, ergueu então entre os francos a cabeça dourada de uma segunda imagem, tão notável quanto aquela, na pessoa do glorioso Carlos Magno.

– Um monge de St. Gall

Os sucessores de Roma

Um novo período da história das civilizações ocidentais teve início no século VII, quando ficou claro que no futuro não haveria um único império que englobasse todos os territórios vizinhos ao Mediterrâneo. Por volta do ano 700 havia, em lugar de uma Roma unida, três civilizações sucessoras, que se colocavam como rivais em diferentes margens do Mediterrâneo: a bizantina, a islâmica e a cristã ocidental. Cada uma delas tinha sua própria língua e estilos de vida característicos. A civilização bizantina, que descendia em linha direta do Império Romano do Oriente, era de língua grega e dedicava-se a combinar as tradições romanas de governo com uma intensa busca da fé cristã. A civilização islâmica falava o árabe e se inspirava, tanto no

tocante ao governo como no que dizia respeito à cultura, no idealismo de uma nova e dinâmica religião. Em comparação com as outras, a civilização cristã ocidental era retardatária. Apresentava a economia menos avançada e via-se a braços com deficiências organizacionais, tanto no governo como na religião. No entanto, contava com uma certa base unificadora no cristianismo e na língua latina, e em breve começaria a encontrar maior coesão política e religiosa.

Reavaliação das civilizações bizantina e islâmica

Como a civilização cristã ocidental por fim sobrepujou suas rivais, até recentemente os historiadores ocidentais tendiam a denegrir a bizantina e a islâmica como atrasadas e mesmo irracionais. Das três, porém, a cristã ocidental foi sem dúvida a mais atrasada, do século VII ao XI aproximadamente. Durante cerca de quatro ou cinco séculos, o Ocidente viveu à sombra de Constantinopla e de Meca. Só agora os historiadores começam a reconhecer em plena medida as realizações bizantinas e islâmicas. Essas duas civilizações merecem nossa cuidadosa atenção, tanto por seu valor intrínseco quanto pelo fato de terem influenciado a evolução da Europa ocidental, direta e indiretamente.

1. O IMPÉRIO BIZANTINO E SUA CULTURA

Realização da civilização bizantina: imponente apesar das fraquezas

Menosprezada no passado pelo historiador Gibbon como "uma crônica tediosa e uniforme de debilidade e miséria", a história da civilização bizantina é vista hoje como das mais interessantes. É verdade que em muitos sentidos o Império Bizantino não foi muito inovador; além disso, viveu ameaçado continuamente por graves ameaças externas e por debilidades internas. Não obstante, logrou sobreviver durante um milênio. Na verdade, o império não apenas sobreviveu; com freqüência prosperou e influenciou muitíssimo o mundo a seu redor. Entre muitas realizações, ajudou a preservar o pensamento grego antigo, criou magníficas obras de arte e levou a cultura cristã a povos pagãos, sobretudo aos eslavos. Em outras palavras, foi um dos mais duradouros e influentes impérios que o mundo já conheceu.

Problemas de periodização na história bizantina

É impossível fixar uma data precisa para o começo da história bizantina porque o império foi o sucessor do estado romano, sem solução de continuidade. Por esse motivo, as datas iniciais variam de um para outro historiador. Argumentam alguns que características "bizantinas" já haviam emergido na história romana, em decorrência da política orientalizante de Diocleciano, enquanto outros afirmam que a história bizantina começou quando Constantino mudou sua capital de Roma para Constantinopla, cidade que mais tarde se tornaria o centro do mundo bizantino. (O nome antigo do local onde se construiu Constantinopla era Bizâncio, de que derivou-se o adjetivo bizantino; seria mais preciso, posto que dificultoso, dizermos mundo constantinopolitano.) Diocleciano e Constantino, entretanto, continuaram a governar um Império Romano unificado. Como vimos, ainda no século VI, depois de a parte ocidental do império ter caído em mãos dos germanos, o imperador oriental Justiniano considerou-se herdeiro de Augusto e lutou com afinco para reconquistar o Ocidente. O reinado de Justiniano foi, nitidamente, um ponto crítico para o rumo da civilização bizantina, pois viu a cristalização de novas formas de pensamento e de arte que podem ser consideradas mais "bizantinas" que "romanas". No entanto,

isso continua a ser uma questão de ênfase subjetiva: alguns historiadores ressaltam essas formas mais novas, ao passo que outros retrucam que Justiniano continuou a falar o latim e sonhava com a restauração da antiga Roma. Foi só depois de 610 que surgiu uma nova dinastia oriunda do Oriente, que falava o grego e seguiu uma política plenamente oriental ou "bizantina" no sentido estrito. Por isso, embora haja bons argumentos para se começar a história bizantina com Diocleciano, Constantino ou Justiniano, vamos iniciar aqui com a acessão do imperador Heráclio, em 610.

O reinado de Heráclio: a ascensão do Islam

Além disso, convém começar em 610 porque daí até 1071 as linhas mestras da história militar e política bizantina foram determinadas pela bem-sucedida resistência contra ondas sucessivas de invasões vindas do Oriente. Quando Heráclio subiu ao trono, a própria existência do Império Bizantino estava sendo ameaçada pelos persas, que haviam conquistado quase todos os territórios asiáticos do império. Como símbolo de seu triunfo, em 614 os persas chegaram a levar consigo, de Jerusalém, a relíquia sagrada tida como um fragmento da cruz de Cristo. Mediante um esforço descomunal, Heráclio juntou as forças bizantinas e logo inverteu a situação, desbaratando os persas e recuperando a cruz, em 627. A Pérsia foi então reduzida a um estado vassalo e Heráclio reinou em glória até 641. Em seus últimos anos, porém, novos exércitos começaram a invadir o território bizantino oriental, irrompendo em bandos da até então plácida Arábia. Inspirados pela nova religião do Islam e tirando proveito da exaustão bizantina após o conflito com a Pérsia, os árabes fizeram avanços de assombrosa rapidez. Em 650 haviam submetido a maior parte dos territórios bizantinos que os persas haviam ocupado por breve espaço de tempo em inícios do século VII, subjugado toda a Pérsia e já avançavam rumo a oeste, atravessando a África do Norte. Tendo-se tornado uma potência mediterrânea, os árabes lançaram-se também ao mar. Em 677 tentaram conquistar Constantinopla com uma esquadra. Fracassando, voltaram a atacar a cidade em 717, mediante uma operação conjunta por terra e mar.

Revivescência bizantina antes da batalha de Manzikert

A ameaça árabe a Constantinopla em 717 assinalou um novo ponto baixo na fortuna do Império Bizantino, mas a ameaça foi neutralizada pelo imperador Leão o Isauriano (717-741) com a mesma resolução com que Heráclio havia enfrentado a ameaça persa um século antes. Com auxílio de uma substância combustível secreta chamada "fogo grego"[1] e usando de grande perícia militar, Leão conseguiu derrotar as forças árabes em terra e mar. A resistência ao ataque a Constantinopla em 717 foi um dos episódios mais importantes da história européia, não só porque permitiu ao Império Bizantino durar mais alguns séculos, como também porque ajudou a salvar o Ocidente; no caso de terem os exércitos islâmicos tomado Constantinopla, pode-se dizer que não haveria como impedi-los de levar de roldão o resto da Europa. No decurso dos decênios seguintes, os bizantinos foram capazes de reconquistar a maior parte da Ásia Menor. Esse território, juntamente com a Grécia, tornou-se o cerne do império durante os trezentos anos seguintes. A partir de então os bizantinos chegaram a um impasse com o Islam, até

[1] Acredita-se que o "fogo grego" fosse uma mistura de enxofre, nafta e cal viva. Esse fogo líquido era arremessado contra os inimigos através de tubos de bronze instalados nas proas das embarcações e também nas muralhas de Constantinopla.

que puderam assumir a ofensiva contra uma decadente potência islâmica na segunda metade do século X. Naquele período, o maior da história bizantina, os exércitos de Constantinopla retomaram a maior parte da Síria. Entretanto, no século XI, um outro povo islamita, os turcos seljúcidas, cancelaram todos os anteriores ganhos bizantinos. No ano de 1071, os seljúcidas aniquilaram um exército bizantino em Manzikert, na Ásia Menor, numa vitória atordoante que lhes permitiu ocupar as restantes províncias bizantinas orientais. Constantinopla achava-se agora obrigada a contar apenas com seus próprios recursos, mais ou menos como nos tempos de Heráclio e Leão.

Fim do Império Bizantino

Após Manzikert, o Império Bizantino conseguiu sobreviver, mas jamais recobrou seu antigo vigor. Uma razão importante para isso foi o fato de que, de 1071 até a destruição final do império em 1453, sua sorte foi complicada em muito pela ascensão da Europa ocidental. Até então o Ocidente fora demasiado débil para opor qualquer desafio sério a Bizâncio, mas essa situação mudou totalmente no decorrer do século XI. Em 1071, mesmo ano que assistiu à vitória dos seljúcidas sobre os bizantinos na Ásia Menor, ocidentais conhecidos como normandos expulsaram os bizantinos de seus últimos redutos no sul da Itália. Apesar desse sinal claro de hostilidade ocidental, em 1095 o imperador bizantino Aleixo Comneno pediu ajuda ao Ocidente contra os turcos. Dificilmente poderia ter cometido erro pior: seu apelo ajudou a inspirar as Cruzadas, e estas tornaram-se causa importante para a queda do estado bizantino. Por ocasião da primeira Cruzada os ocidentais realmente ajudaram os bizantinos a recuperar a Ásia Menor, mas também apoderaram-se de territórios, na Síria, que os bizantinos consideravam seus. Com o passar do tempo, cresceram os atritos, e os ocidentais, agora com superior poderio militar, voltavam cada vez mais os olhos para Constantinopla, que viam como um fruto maduro e pronto para ser colhido. Em 1204, colheram-no finalmente: cruzados que deveriam estar voltados para a conquista de Jerusalém preferiram conquistar Constantinopla, saqueando-a com impiedosa ferocidade. Um governo bizantino muito debilitado conseguiu sobreviver nas proximidades e voltou à cidade em 1261, mas a partir de então o estado bizantino só foi um "império" no nome e na recordação de glórias passadas. Depois de 1261, levou uma existência minguada em partes da Grécia até 1453, quando poderosos turcos otomanos, sucessores dos seljúcidas, completaram a obra de destruição iniciada pelos cruzados ao conquistar os últimos vestígios do império e tomar Constantinopla. Até hoje os turcos dominam Constantinopla – ou Istambul.

Fatores da estabilidade do Império Bizantino: (1) ocasionais governantes capazes

Que Constantinopla tenha sido finalmente tomada não constitui surpresa. O admirável é que o estado bizantino haja sobrevivido por tantos séculos em face de tantas forças hostis diferentes. Esse espanto se faz ainda maior quando se constata que a história política interna do império foi em extremo tumultuosa. Como os governantes bizantinos seguiam seus predecessores do período romano final na reivindicação de poderes absolutos, por direito divino, não havia outra forma de lhes fazer oposição a não ser a intriga e a violência. Daí ter sido a história bizantina marcada por repetidas revoltas palacianas: mutilações, assassinatos e cegamentos eram quase lugar-comum. A política bizantina tornou-se tão famosa por sua complexidade de bastidores que ainda hoje usamos o termo "bizantino" para nos referirmos a maquinações

ocultas altamente complexas e intangíveis. Para felicidade do império, vez por outra surgiam alguns governantes habilíssimos que utilizavam seus poderes totais com eficiência; e além disso, a máquina burocrática nunca deixou de funcionar durante épocas de crises palacianas.

Com efeito, um eficiente governo burocrático foi sempre um dos principais elementos do sucesso e da longevidade do império. Os bizantinos podiam contar com uma provisão adequada de mão-de-obra para sua burocracia porque a civilização preservou e estimulou a educação do laicato. Era essa uma das maiores diferenças entre o Oriente bizantino e o primitivo Ocidente latino: de aproximadamente 600 até cerca de 1200 não houve praticamente leigos alfabetizados na cristandade ocidental, ao passo que a escolaridade leiga no Oriente bizantino constituiu o fundamento da atuação do governo. O funcionalismo bizantino regulava muitos aspectos da vida, muito mais do que seria considerado correto por nós hoje em dia. Os burocratas ajudavam a supervisionar a educação e a religião, e controlavam todas as formas de atividade econômica. Os funcionários urbanos em Constantinopla, por exemplo, regulavam preços e salários, mantinham sistemas de licenciamento, controlavam as exportações e obrigavam à observância do sábado. Ademais, em geral faziam tudo isso com relativa eficiência e não sufocavam a iniciativa econômica. Os métodos burocráticos ajudavam também a regular o exército e a marinha, os tribunais e o serviço diplomático, dotando-os de uma força organizacional incomparável para a época.

(2) eficiente administração burocrática

Outra explicação da longevidade bizantina reside na base econômica relativamente sólida do estado até o século XI. Como disse o historiador Sir Steven Runciman, "se Bizâncio deveu sua força e segurança à eficiência de seus Serviços, foi seu comércio que lhe permitiu pagá-los". Enquanto o comércio a longa distância e a vida urbana haviam quase desaparecido de todo no Ocidente há centenas de anos, o comércio e as cidades continuavam a florescer no Oriente bizantino. Acima de tudo, nos séculos IX e X Constantinopla foi um empório comercial de importância crítica para bens suntuários do Extremo Oriente e para matérias-primas ocidentais. O império também incentivava e protegia suas próprias indústrias, em especial a da seda, e era famoso até o século XI pela estabilidade de sua cunhagem de ouro e prata. Entre seus grandes centros urbanos contava-se não apenas Constantinopla, que em determinadas épocas pode ter tido uma população de quase 1 milhão de habitantes, mas também, em certos períodos, Antioquia, e ainda, até o fim da história bizantina, cidades florescentes como Tessalonica e Trebizonda.

(3) firme base econômica

Os historiadores dão realce ao comércio e à indústria de Bizâncio porque eram muitíssimo avançados para a época e proporcionavam a maior parte do excedente que sustentava o estado. Na realidade, porém, a agricultura constituía o coração da economia bizantina, como, de resto, de todas as economias pré-modernas. A história da agricultura bizantina é sobretudo a história de uma luta de pequenos camponeses para se manterem livres das invasões de grandes propriedades de aristocratas e de mosteiros ricos. Até o século XI o campesinato livre conseguiu apenas sobreviver, com a ajuda da legislação estatal, mas depois de 1205 os aristocratas ganharam mão forte no governo e começaram a transformar os camponeses em rendeiros empobrecidos.

Significado da história agrícola bizantina

Isto teve muitos resultados danosos, sendo que um deles, e não o menor, foi que os camponeses passaram a interessar-se menos em resistir ao inimigo. A derrota em Manzikert foi o resultado inevitável. A destruição do campesinato livre foi seguida nos últimos séculos da história do império pelo domínio estrangeiro do comércio bizantino. Sobretudo as cidades italianas de Veneza e Gênova estabeleceram entrepostos e privilégios dentro dos territórios bizantinos depois de 1204, com o que passaram a canalizar para fora do império grande parte da riqueza que antes o sustentava. Dessa forma o império foi destruído de dentro, pelos venezianos, antes de ser avassalado por fora, pelos turcos.

Preocupação com a religião

Até aqui viemos falando sobre campanhas militares, governo e economia, como se tais coisas estivessem no centro da sobrevivência bizantina. Em retrospecto, estavam mesmo, mas em geral o que mais atraía a atenção dos bizantinos era a religião. Por notável que possa parecer, os bizantinos brigavam por obscuras questões religiosas com a mesma veemência que debatemos hoje sobre política e esporte — na verdade, com mais veemência, pois muitas vezes os bizantinos estavam dispostos a lutar e até morrer por algumas palavras num credo religioso. A intensa preocupação com questões de doutrina é bem ilustrada pelo relato de um antigo autor bizantino. Segundo ele, ao perguntar a um padeiro o preço do pão, ouviu como resposta que "o Pai é maior do que o Filho"; quando indagou se estava pronto seu banho, responderam-lhe que "o Filho provém do nada". É compreensível que tamanho fervor pudesse prejudicar o estado em alto grau durante épocas de dissenção religiosa; no entanto, imbuía-o de um poderoso sentido de confiança e de missão em tempos de concórdia religiosa.

Participação imperial nas controvérsias religiosas

Os litígios religiosos bizantinos eram agravados pelo fato de os imperadores tomarem parte ativa neles. Como exerciam grande poder na vida da igreja — eram às vezes considerados pelos eclesiásticos como "semelhantes a Deus" — gozavam de enorme força nos debates religiosos. Não obstante, e sobretudo em face do separatismo provincial, os governantes nunca podiam obrigar todos seus súditos a acreditar no mesmo que eles. Só depois da perda de muitas províncias orientais e do refinamento das fórmulas doutrinárias foi que pareceu estar próxima a paz religiosa, no século VIII. Entretanto, a seguir essa paz foi destroçada durante mais um século por aquilo que se conhece como a Controvérsia Iconoclástica.

Os iconoclastas

Iconoclastas eram aqueles que desejavam proibir o culto de ícones — ou seja, imagens de Cristo e dos santos. Como o movimento Iconoclástico foi iniciado pelo imperador Leão o Isauriano e mais tarde mantido com energia ainda maior por seu filho Constantino V (740-775), os historiadores têm discernido nele várias motivações. O culto às imagens tinha, para os Iconoclastas, um sabor de paganismo. Acreditavam que nada produzido por mãos humanas devia ser adorado por eles, que Cristo era tão divino que não podia ser concebido em termos de arte humana, e que a proibição do culto de "imagens esculpidas" nos Dez Mandamentos (Êxodo 20,4) tornava a questão inconteste.

Motivações políticas e financeiras

Além desses pontos teológicos, é provável que houvesse outras considerações. Como Leão o Isauriano era o imperador que havia salvo Constantinopla da investida do Islam, e como os muçulmanos evitavam com ardor as imagens, sob a alegação de que eram "a obra de Satã" (Corão V, 92), já se argumentou que a política Iconoclástica de Leão

era uma tentativa de responder a uma das principais críticas do Islam contra o cristianismo e, assim, tirar do Islam parte de seu apelo. É possível que tenha havido também certas motivações políticas e financeiras internas. Ao proclamarem um movimento religioso radicalmente novo, os imperadores talvez desejassem reafirmar seu controle sobre a Igreja e combater a força crescente dos mosteiros. Estes últimos acabaram defendendo a causa das imagens e, em conseqüência, foram violentamente perseguidos por Constantino V, que aproveitou o ensejo para apropriar-se de grandes riquezas dos conventos.

Significado da Controvérsia do Iconoclasmo

A Controvérsia Iconoclástica foi resolvida no século IX por uma volta ao *status quo*, ou seja, o culto das imagens, mas o século de tumulto quanto à questão teve alguns resultados profundos. Um deles foi a destruição, por ordens imperiais, de grande quantidade de objetos de arte religiosa. Os exemplos de arte sacra bizantina anteriores ao século VIII que ainda sobrevivem provêm sobretudo de lugares como a Itália ou a Palestina, que estavam fora do alcance fácil dos imperadores iconoclastas. Ao verificarmos quão esplêndida é essa arte, só podemos lamentar a destruição do resto. Uma outra conseqüência da controvérsia foi a abertura de um grave cisma religioso entre Oriente e Ocidente. O papa, que até o século VIII fora em geral aliado firme dos bizantinos, não podia aceitar o Iconoclasmo por muitas razões. Delas, a mais importante é que o Iconoclasmo extremado tendia a questionar o culto aos santos, e as pretensões de primazia papal baseavam-se numa suposta descendência de São Pedro. Por conseguinte, os papas do século VIII combateram o Iconoclasmo bizantino e voltaram-se para os reis francos em busca de apoio. Essa "reviravolta do papado" representou ao mesmo tempo um agravamento das relações entre Oriente e Ocidente e um marco na história da Europa ocidental.

Outros resultados: (1) reafirmação da tradição

Essas foram algumas conseqüências da vitória temporária do Iconoclasmo; um resultado importante de sua derrota foi a reafirmação de algumas feições relevantes da religiosidade bizantina, que do século IX até o fim da história do império permaneceu predominante. Uma delas foi voltarem os bizantinos a reafirmar a fé no tradicionalismo. Mesmo quando faziam experiências com questões religiosas os bizantinos não deixavam de declarar que estavam tão-somente reiterando ou desenvolvendo as implicações da tradição. Agora, após séculos de tumulto, abandonaram as experiências quase que de todo e mais do que nunca reasseveraram a tradição. Como disse um oponente do Iconoclasmo, "Se um anjo ou um imperador anunciar-vos um evangelho diferente do que recebestes, fechai os ouvidos". Essa atitude deu força à religião bizantina, ao pôr fim à controvérsia e à heresia, e ajudou-a a ganhar novos fiéis nos séculos IX e X. Contudo, teve também o efeito de inibir a livre especulação, não só em religião mas também em assuntos intelectuais correlatos.

(2) triunfo da piedade contemplativa bizantina

Uma seqüela disso foi o triunfo da piedade contemplativa bizantina. Os defensores do uso dos ícones afirmavam que eles não serviam para serem adorados, mas ajudavam a levar a mente do material para o imaterial. A partir de então, a ênfase na contemplação como caminho para a iluminação religiosa tornou-se a marca da espiritualidade bizantina. Embora os ocidentais de modo algum rejeitassem esse caminho, o típico santo ocidental era um ativista que via o pecado como um vício e buscava a salvação através das boas obras. Os teólogos bizantinos, por

outro lado, viam o pecado sobretudo como ignorância e acreditavam que a salvação seria encontrada na iluminação. Isso conduziu o cristianismo oriental a uma certa passividade e misticismo que o fazem parecer diferente das variedades ocidentais até hoje.

O classicismo bizantino

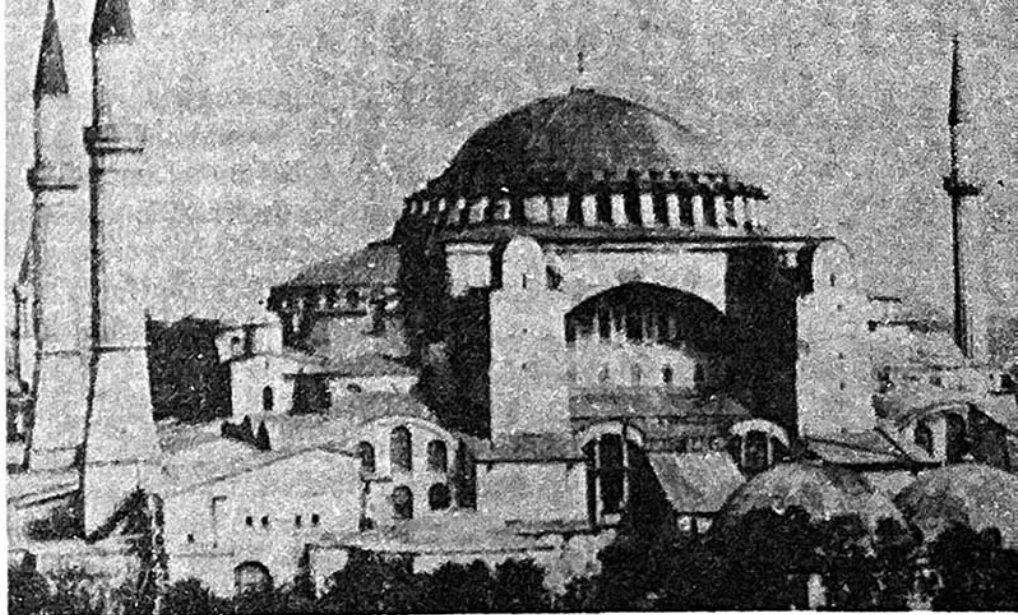
Sendo a vida tão dominada pela religião, certos aspectos seculares da civilização bizantina passam despercebidos, mas há bons motivos para que alguns não sejam esquecidos. Um deles é o cultivo dos clássicos. O compromisso com o cristianismo de maneira alguma inibia os bizantinos a reverenciar sua antiga herança grega. As escolas bizantinas baseavam a instrução na literatura grega clássica, a ponto de as pessoas educadas serem capazes de citar Homero tão freqüentemente quanto os ingleses citam hoje Shakespeare. Os sábios bizantinos estudavam e comentavam a filosofia de Platão e Aristóteles; os escritores imitavam a prosa de Tucídides. Esse devotamento ao classicismo enriqueceu a vida intelectual e literária bizantina, que com freqüência é hoje desprezada inteiramente, por carecer em geral de originalidade, e ao mesmo tempo ajudou a preservar os clássicos gregos para eras posteriores. A maior parte da literatura grega clássica que conhecemos só sobreviveu por ter sido copiada por escribas bizantinos.

A educação feminina

O classicismo bizantino foi produto de um sistema educacional para o laicato que estendeu até a educação feminina. Em vista das atitudes e costumes do Ocidente cristão e do Islam na época, o empenho bizantino na educação das mulheres era verdadeiramente inusitado. As moças de famílias aristocráticas ou abastadas não iam à escola, mas tutores particulares incumbiam-se de lhes ministrar em casa uma educação relativamente boa. Há relatos, por exemplo, de uma certa mulher bizantina capaz de discursar como um Platão ou um Pitágoras. A mais famosa intelectual bizantina era a princesa Ana Comneno, que descreveu os feitos de seu pai, Aleixo I, numa biografia primorosa, em que citava extensamente Homero e os trágicos antigos. Além dessas figuras literárias, havia médicas no império bizantino, fato que talvez sirva para nos recordar que elas praticamente não existiam nos Estados Unidos até este século.

Arquitetura bizantina; a igreja de Santa Sofia

As realizações bizantinas nas esferas da arquitetura e da arte são mais conhecidas. O mais requintado exemplo de arquitetura bizantina foi a Igreja de Santa Sofia (Sagrada Sabedoria), construída a custo astronômico no século VI. Embora tenha sido edificada antes da data que demos como sendo a do início da história bizantina, era tipicamente bizantina tanto em estilo quanto em influência subseqüente. Conquanto projetada por arquitetos de ascendência helênica, era em tudo diferente de qualquer templo grego. Seu objetivo não era expressar o orgulho humano pelo poder do indivíduo, mas simbolizar o caráter interiorizado e espiritual da religião cristã. Foi por isso que os arquitetos deram pouca atenção ao aspecto externo do edifício. Para as paredes externas não se usaram senão tijolos rebocados; não havia acabamentos de mármore, colunas graciosas ou entablamentos esculpidos. O interior, porém, era decorado com ricos mosaicos, folhas de ouro, colunas de mármore colorido e pedaços de vidros de cor, dispostos de modo a refratar os raios do sol como gemas cintilantes. Para salientar a sensação do miraculoso, o edifício foi erigido de maneira a fazer com que a luz não parecesse provir de fora, mas ser produzida por dentro.

Santa Sofia. O maior monumento da arquitetura bizantina. Os quatro minaretes foram acrescentados após a queda do Império Bizantino, quando os turcos transformaram a igreja em mesquita. Como o diagrama mostra, o domo central repousa sobre quatro arcos imponentes.

O projeto estrutural da igreja de Santa Sofia era algo de inteiramente novo na história da arquitetura. A característica central era a aplicação do princípio da cúpula a um edifício de forma quadrada. A igreja foi projetada, antes de tudo, em forma de cruz; depois, sobre o quadrado central, deveria ser construída uma cúpula magnífica, que dominaria toda a estrutura. O principal problema consistia em como ajustar o disco da cúpula à área quadrada que ela havia de cobrir. A solução foi fazer com que quatro grandes arcos partissem de pilares nos quatro cantos do quadrado central. A borda da cúpula repousou então nas pedras angulares dos arcos, sendo os espaços triangulares curvos entre os arcos preenchidos com cantaria. O resultado foi uma estrutura arquitetônica de maravilhosa resistência, que ao mesmo tempo possibilitou um estilo de grandeza imponente e até certa delicadeza de tratamento. A grande cúpula da igreja tem 32,60 metros de diâmetro e eleva-se a uma altura de quase 55 metros do chão São tantas as janelas abertas em torno de sua borda que a cúpula parece não ter nenhum apoio, mas estar suspensa no ar.

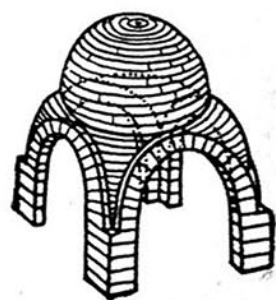



Diagrama do domo de Santa Sofia.

Inovação no projeto estrutural

Na arte, tanto quanto na arquitetura, os bizantinos alteraram profundamente o anterior estilo clássico grego. Mostraram grande mestria no entalhe do marfim, na iluminura de manuscritos, na ourivesaria e, acima de tudo, na criação de mosaicos – isto é, desenhos produzidos pela reunião de pedacinhos de vidro ou pedras coloridas. Nesses mosaicos as figuras hùmanas eram em geral distorcidas e alongadas, de modo muito pouco clássico, a fim de criar a impressão de intensa piedade ou de majestade extrema. A maior parte da arte bizantina é marcada por atributos altamente abstratos, formais e que lembram obras de joalheria. Por esse motivo podemos considerar a cultura artística bizantina como modelo de perfeição intemporal. O poeta W. B. Yats expressou tal ponto de vista com grande eloqüência ao escrever em "Navegando para Bizâncio", que os pássaros artificiais feitos pelos ourives bizantinos ". . . cantam/ Para os senhores e as senhoras de Bizâncio/ O que passou, ou que passa ou que há de vir".

Arte bizantina

É provável que o maior testemunho da vitalidade da civilização bizantina em seu apogeu tenha sido a conversão de muitos povos eslavos, em especial os da Rússia. Segundo a lenda, que tem um núcleo básico de verdade, um príncipe russo chamado Vladimir resolveu, por

volta de 988, abandonar o paganismo de seus ancestrais. Por isso, enviou emissários que lhe deveriam trazer descrições das práticas religiosas do Islam, do catolicismo romano e do cristianismo bizantino. Quando voltaram e lhe disseram que apenas entre os bizantinos Deus parecia "viver entre os homens", ele prontamente concordou em ser batizado por um missionário bizantino. O fato teve enorme importância porque a partir daí a Rússia tornou-se uma província cultural de Bizâncio. Desde então até o século XX a Rússia permaneceu como bastião da religião Ortodoxa oriental.

Após a queda de Constantinopla em 1453, os russos começaram a acreditar que eram os eleitos para transmitir tanto a fé como a missão imperial do Império Bizantino. Por isso, seu governante assumiu o título de tzar, que significa césar, e os russos afirmaram que Moscou era "a terceira Roma": "Duas Romas caíram", disse um russo, "a terceira ainda está de pé e uma quarta não existirá". Tal ideologia ajuda a explicar o posterior desenvolvimento do imperialismo russo. As tradições bizantinas contribuem para explicar a preponderância do governante no estado russo. Está fora de dúvida que princípios estilísticos bizantinos influenciaram a arte sacra russa, e que idéias bizantinas tiveram seu impacto sobre o pensamento dos maiores escritores da Rússia moderna, Dostoievski e Tolstoi.

Hostilidades entre os cristãos orientais e ocidentais

Infelizmente, bem na época em que as relações entre Constantinopla e a Rússia estavam-se solidificando, as relações com o Ocidente deterioravam a ponto de se tornarem irreparáveis. Após as escaramuças do período Iconoclástico as relações entre os cristãos orientais e ocidentais permaneceram tensas, em parte porque Constantinopla ressentia-se contra as pretensões ocidentais (iniciadas por Carlos Magno em 800) de criar um império rival, mas sobretudo porque cresciam as diferenças culturais e religiosas entre os dois grupos. Do ponto de vista bizantino, os ocidentais eram rudes e ignorantes, ao passo que aos olhos ocidentais os bizantinos eram efeminados e inclinados à heresia. Assim que o Ocidente começou a reviver, passou a assumir a ofensiva contra um Oriente debilitado, tanto em teoria como na prática. Em 1054, extremas pretensões papais de primazia sobre a Igreja oriental provocaram um cisma religioso que desde então não foi sanado. Depois disso, as cruzadas aumentaram ainda mais a divisão.

Após o saque de Constantinopla em 1204, o ódio bizantino pelos ocidentais tornou-se compreensivelmente imenso. "Entre nós e eles", escreveu um bizantino, "existe agora um abismo profundo: não temos sequer um único pensamento em comum". Os ocidentais tachavam os orientais de "as fezes das fezes (. . .) indignos da luz do sol", ao passo que os orientais diziam serem os ocidentais os filhos das trevas, alusão ao fato de o Sol se pôr no Ocidente. Os beneficiários desse ódio foram os turcos, que não só conquistaram Constantinopla em 1453, como logo depois conquistaram a maior parte do sudeste da Europa, até Viena.

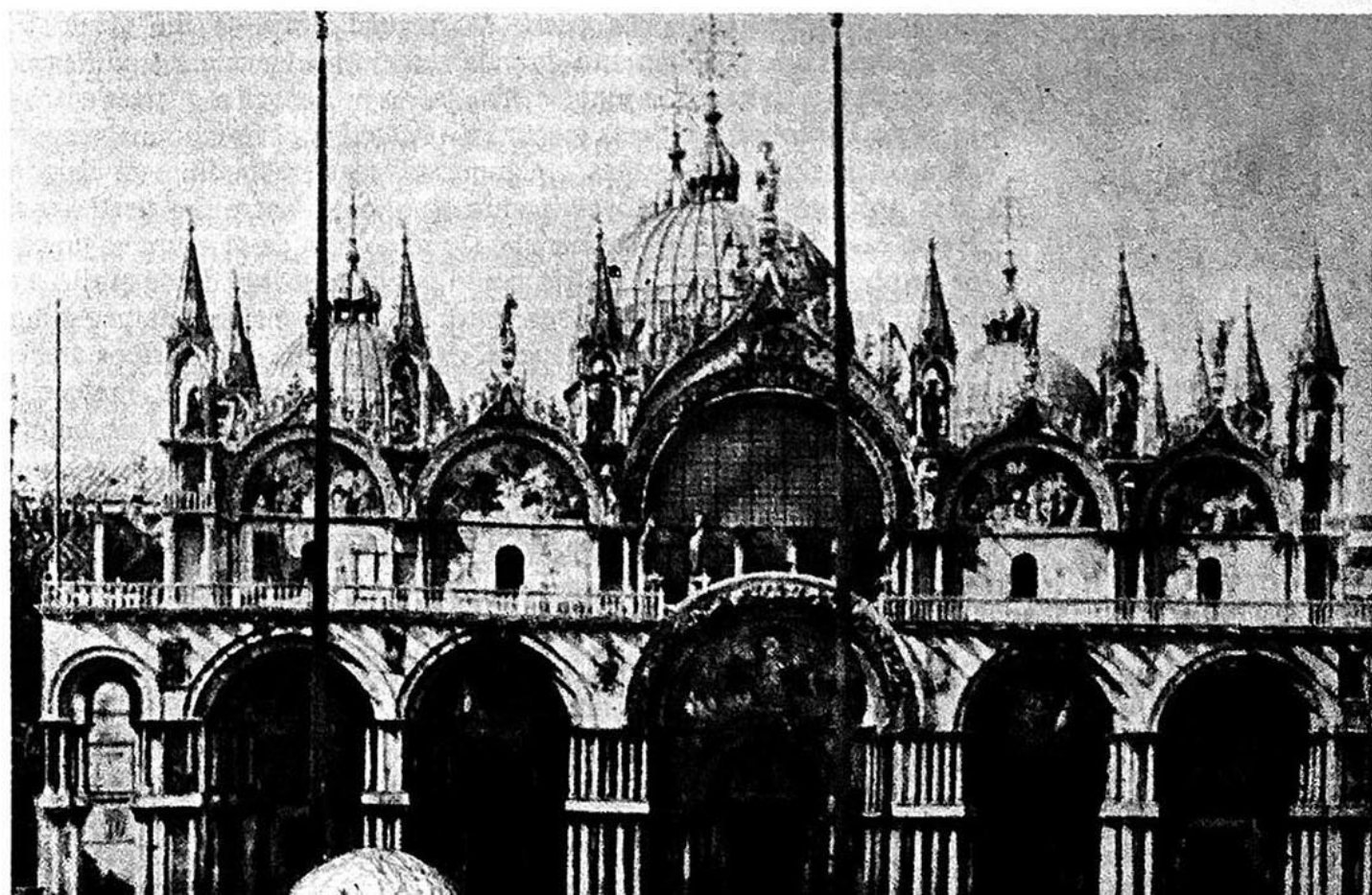
A contribuição bizantina para a civilização ocidental

Em vista dessa lamentável história de hostilidade, convém terminarmos nosso exame da civilização bizantina recordando o quanto lhe devemos. Em meros termos físicos, o império de Bizâncio atuou como uma muralha contra o Islam, do século VII ao XI, ajudando assim a preservar a independência do Ocidente. Não houvessem os bizantinos prosperado e defendido a Europa, é bem possível que a civilização cristã

ocidental fosse liquidada. Além disso, temos uma enorme dívida cultural para com os sábios bizantinos, que ajudaram a preservar o conhecimento grego clássico. O mais famoso momento de comunicação entre os sábios bizantinos e os da Europa ocidental ocorreu durante a Renascença italiana, quando os primeiros contribuíram para que humanistas italianos travassem contato com as obras de Platão. Mas antes disso os ocidentais já aprendiam com os bizantinos e continuaram a extrair riquezas de manuscritos bizantinos até o século XVI. Da mesma forma, a arte bizantina exerceu grande influência sobre a arte da Europa ocidental durante longo período. Para citarmos apenas alguns dos exemplos mais famosos, a basílica de São Marcos, em Veneza, foi construída imitando de perto o estilo bizantino, e a arte de grandes pintores ocidentais, como Giotto e El Greco, muito deve, em vários aspectos, a influências bizantinas. Na verdade, não haveria porque nos determos a apontar influências, uma vez que os grandes monumentos bizantinos ainda conservam sua imponente atração por si sós. Viajantes que contemplam mosaicos bizantinos em cidades como Ravenna e Palermo admiram-se continuamente; outros que chegam até Istambul ainda constatam o esplendor que é a igreja de Santa Sofia. Nessa jóia requintada, a luz do oriente bizantino, que outrora fulgiu com tanto brilho, continua a reluzir.

2. O FLORESCIMENTO DO ISLAM

Ao contrário da história bizantina, que não possui um começo que possa ser facilmente fixado, mas que terminou com certeza em 1453, a

Igreja de São Marcos, Veneza. O mais esplêndido exemplo da arquitetura bizantina na Itália.

história da civilização islâmica tem um claro ponto de origem, iniciando com a vida de Maomé no século VII, mas não tem fim, porquanto o Islam, a religião de Maomé, ainda representa uma força ponderável no mundo moderno. Os crentes do Islam, conhecidos como muçulmanos ou maometanos, compreendem hoje cerca de um sétimo da população do globo: em suas maiores concentrações, estendem-se da África até à Índia, Bangladesh e Indonésia, passando pelo Oriente Médio e União Soviética. Todos esses muçulmanos abraçam tanto uma mesma religião quanto um mesmo modo de viver, pois o Islam sempre exigiu de seus fiéis adesão não só a certas formas de culto como também a um conjunto de normas sociais e culturais, Com efeito, mais que o judaísmo ou o cristianismo, o Islam tem sido uma grande experiência no sentido de se construir uma sociedade de âmbito mundial baseada numa plena identidade entre requisitos religiosos e um código rigoroso de existência cotidiana. Na prática, naturalmente, essa experiência tem conhecido êxitos e com características diversas de acordo com o tempo e o lugar, mas ainda está sendo levada a cabo e isso explica o fato de haver ainda um extraordinário sentido de comunidade entre todos os muçulmanos, quaisquer que sejam suas raças, línguas e localizações geográficas. Nesta seção exporemos a história antiga da experiência islâmica, dando ênfase especial à sua orientação rumo ao Ocidente. Mas é preciso lembrar sempre que o Islam expandiu-se em muitas direções e que acabou tendo tanta influência na história da África e da Índia como sobre a da Europa ou da Ásia ocidental.

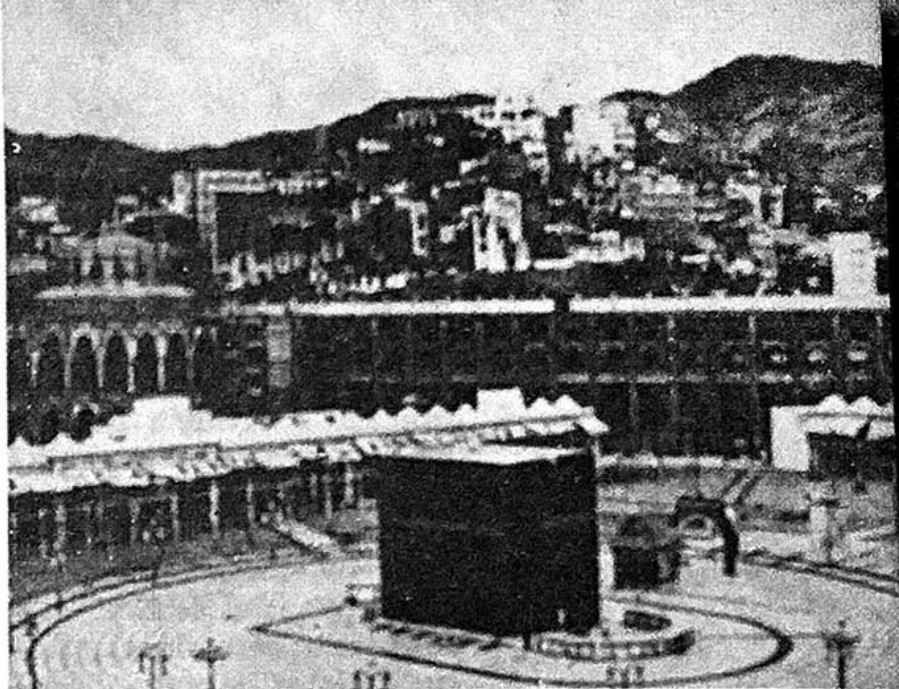
O fenômeno do Islam

Embora o Islam tenha-se propagado para muitas terras, nasceu na Arábia, de modo que a narrativa de sua história deve começar por ali. A Arábia, uma península de desertos, fora tão atrasada antes da fundação do Islam que os dois impérios vizinhos dominantes, o romano e o persa, não se haviam interessado em estender seu controle sobre territórios arábicos. Os árabes eram na maioria beduínos, pastores nômades de camelos que viviam do leite de seus animais e dos produtos, como tâmaras, encontrados nos oásis. Na segunda metade do século VI verificou-se um aceleramento da vida econômica, devido à modificação das rotas do comércio a longa distância. As prolongadas guerras entre o Império Bizantino e o Persa tornaram a Arábia um caminho mais seguro para o trânsito de caravanas, e algumas cidades cresceram para dirigir e tirar proveito desse desenvolvimento comercial. Entre elas destacou-se Meca, que deveu sua preeminência não só ao fato de se situar na junção de importantes rotas comerciais, como também por ser desde muito um centro da religião local. Em Meca ficava a Caaba, santuário de peregrinação que servia como centro de romarias de muitos clãs e tribos árabes diferentes. (No interior da Caaba ficava a Pedra Negra, meteorito cultuado como miraculosa relíquia por crentes de diversas divindades.) Os homens que controlavam esse santuário, e também a vida econômica da área de Meca, pertenciam à tribo Qoreish, uma aristocracia de mercadores e negociantes que proporcionaram à área o pouco governo que ela conhecia.

As condições na Arábia antes da ascensão do Islam

Maomé, o fundador do Islam, nasceu em Meca, numa família da tribo Qoreish, por volta de 570. Tendo ficado órfão ainda pequeno, colocou-se a serviço de uma viúva rica que mais tarde desposou, obtendo assim segurança financeira. Até a meia idade viveu como próspero negociante, conduzindo-se de modo pouco diferente de seus concida-

Maomé

A Caaba. Contém a pedra negra que se acredita tenha sido enviada milagrosamente do céu, e repousa no pátio da grande mesquita em Meca.

dãos, mas por volta de 610 passou por uma experiência religiosa que mudou o rumo de sua vida e, por fim, de boa parte do mundo. Embora a maioria dos árabes até então tivesse sido politeísta que admitiam, na melhor das hipóteses, a vaga superioridade de um deus mais poderoso a que chamavam Alá, em 610 Maomé acreditou ter escutado uma voz do céu dizer-lhe que não existia outro deus senão Alá. Em outras palavras, em conseqüência de uma experiência de conversão, ele se tornou ferrenho monoteísta. Depois disso, recebeu novas mensagens que serviram de base para uma nova religião e que lhe ordenavam aceitar a vocação de "Profeta" para proclamar a fé monoteísta aos Qoreish. De início não teve grande êxito em fazer prosélitos, além de um círculo limitado, talvez porque os mais eminentes membros da tribo acreditassem que a criação de uma nova religião haveria de privar a Caaba, e com ela Meca, de seu posto central na religião do lugar. Contudo, a cidade de Yathrib, ao norte, não nutria tais preocupações, e representantes do lugar convidaram Maomé a emigrar para lá, de modo que ele pudesse atuar como um árbitro neutro de rivalidades locais. Em 622, Maomé e seus seguidores aceitaram o convite. Como essa migração – chamada em árabe *Hijrah*, Hégira – assinalou o começo de uma mudança positiva na sorte de Maomé, os muçulmanos consideram-na o início de uma nova era. Da mesma forma que os cristãos contam o tempo a partir do nascimento de Cristo, os muçulmanos começam seu sistema de datação com a Hégira de 622.

Consolidação da religião de Maomé

Maomé mudou o nome de Yathrib para Medina ("cidade do Profeta") e logo conseguiu impor-se como governante da cidade. Ao assim fazer começou conscientemente a organizar seus convertidos numa comunidade política, tanto quanto religiosa. Não obstante, ainda necessitava encontrar algum meio de sustento para seus primeiros seguidores em Meca, e também desejava vingar-se dos Qoreish por não terem dado ouvidos a seus apelos de conversão. Assim, começou a chefiar seus seguidores em ataques contra caravanas Qoreish que seguiam além de Meca. Os Qoreish esforçaram-se por se defender, mas passados alguns anos o grupo de Maomé, animado de entusiasmo religioso, conseguiu derrotá-los. Em 630, após várias batalhas no deserto, Maomé entrou em

Meca triunfante. Os Qoreish se submeteram então à nova fé e a Caaba não só foi preservada como se tornou o principal santuário do Islam, como ainda hoje é. Com a tomada de Meca, outras tribos em toda a Arábia aceitaram a nova religião. Assim, embora Maomé tenha morrido em 632, viveu o suficiente para ver bem-sucedida a fé que ele havia lançado.

As doutrinas do Islam

As doutrinas islâmicas são simplíssimas. A própria palavra *islam* significa submissão, e a fé islâmica exigia absoluta submissão a Deus. Embora o nome árabe para o Deus único seja Alá, é errôneo acreditar que os muçulmanos adorem um deus como Zeus ou Júpiter, apenas um entre muitos: para os muçulmanos, Alá significa o Deus Criador Todo-Poderoso — a mesma divindade onipotente adorada por cristãos e judeus. Ao invés de se dizer, portanto, que os muçulmanos crêem que "não existe outro deus senão Alá", mais correto é dizer que acreditam que "não existe outra divindade senão Deus". Em consonância com isso, os muçulmanos crêem que o próprio Maomé foi o último e o maior profeta de Deus, mas não que ele fosse o próprio Deus. Além de pregar o monoteísmo estrito, Maomé ensinava sobretudo que todos os homens e mulheres devem sujeitar-se inteiramente a Deus, pois o juízo divino estava iminente. Os mortais têm de fazer uma opção fundamental quanto a iniciarem ou não uma vida de serviço a Deus. Se decidirem por ela, Deus os guiará à bem-aventurança, mas se não o fizerem, Deus se afastará deles e tornar-se-ão irremediavelmente iníquos. No dia do juízo será concedido aos fiéis vida eterna num paraíso carnal de delícias, enquanto os condenados serão mandados a um reino de fogo e tortura eterna. As medidas práticas que o crente pode tomar são encontradas no Corão, a compilação das revelações feitas por Deus a Maomé e, por conseguinte, a escritura definitiva do Islam. Entre essas medidas contam-se: dedicação rigorosa à retidão moral e à compaixão, bem como fidelidade aos mandamentos religiosos — um regime de orações e jejuns, peregrinação a Meca e recitação freqüente de partes do Corão.

A influência judeu-cristã sobre o Islam

O fato de grande parte do islamismo apresentar semelhanças com o judaísmo e o cristianismo não é casual; Maomé foi, na verdade, influenciado pelas duas religiões anteriores. (Havia muitos judeus em Meca e Medina; Maomé tinha também conhecimento do pensamento cristão, ainda que de maneira mais indireta.) Os principais pontos de contato entre o Islam e as duas religiões anteriores são o estrito monoteísmo, a ênfase na moralidade e na compaixão pessoais e a adesão a escrituras reveladas. Maomé proclamava ser o Corão a fonte suprema de autoridade religiosa, mas aceitava o Velho e o Novo Testamento como livros de inspiração divina. Ao que parece, ele derivou do cristianismo suas doutrinas sobre o Juízo Final e da ressurreição do corpo, com subseqüentes recompensas e punições, assim como sua crença em anjos (acreditava que a primeira mensagem que recebera de Deus lhe fora trazida pelo anjo Gabriel). Mas embora Maomé aceitasse Jesus Cristo como um dos maiores de uma longa linhagem de profetas, não acreditava na divindade de Cristo, e ele próprio não afirmava ter feito outros milagres senão a elaboração do Corão. Também não levava em consideração a doutrina cristã da redenção pelo amor e, sobretudo, pregava uma religião sem sacramentos ou sacerdotes. Para os muçulmanos, todo crente é diretamente responsável por viver a fé, sem intermediários; ao

invés de sacerdotes, há somente estudiosos da religião, que podem comentar os problemas da fé e da lei islâmicas. Os muçulmanos oram juntos em mesquitas, mas não existe na religião nada semelhante à missa. A ausência de clero torna o islamismo mais semelhante ao judaísmo, semelhança essa ressaltada pela ênfase dada pelo Islam à ligação indissolúvel entre a vida religiosa e a sócio-política da comunidade inspirada por Deus. No entanto, ao contrário do judaísmo, o Islam aspirava ao universalismo e a um papel basilar na unificação do mundo, desde que começou a transbordar dos limites da Arábia.

A unificação da Arábia após Maomé: os califas

O início desse movimento no sentido da transformação do Islam numa força mundial ocorreu logo após a morte de Maomé. Como ele não havia tomado providências para o futuro e como os árabes não tinham qualquer conceito claro de sucessão política, não se sabia ao certo se a comunidade de Maomé poderia sobreviver. Entretanto, os seguidores mais próximos, liderados por seu sogro Abu-Bakr e um fervoroso discípulo, Omar, protelaram essa possibilidade ao tomarem rapidamente a iniciativa e nomearam Abu-Bakr califa, que quer dizer "representante do Profeta". A partir de então, durante cerca de trezentos anos, o califa serviria como o chefe religioso e político supremo de todos os muçulmanos. Assim que se tornou califa, Abu-Bakr lançou uma campanha militar destinada a subjugar várias tribos árabes que haviam acompanhado Maomé mas que não estavam dispostas a aceitar a autoridade de seu sucessor. No decorrer dessa ação militar, marcada por pleno êxito, as forças de Abu-Bakr começaram a se espalhar para o norte, ultrapassando as fronteiras da Arábia. É provável que se tenham surpreendido ao constatar que encontravam resistência mínima das forças bizantinas e persas.

A expansão e as conquistas árabes

Abu-Bakr morreu dois anos após sua acessão, mas foi sucedido no califado por Omar, que continuou a dirigir as invasões árabes nos impérios vizinhos. Nos anos seguintes, o triunfo foi quase ininterrupto. Em 636 os árabes aniquilaram um exército bizantino na Síria e depois se derramaram por toda a área, ocupando as importantes cidades de Antioquia, Damasco e Jerusalém. Em 637 destruíram o principal exército dos persas e investiram contra a capital da Pérsia, Ctesifonte. Uma vez capturado seu centro administrativo, o Império Persa praticamente deixou de oferecer resistência, e por volta de 651 a conquista árabe de todo o império havia-se completado. Como o Império Bizantino centrava-se em torno da distante Constantinopla, não foi possível aos árabes asfixiarem-no da mesma forma. No entanto, em 646 roubaram o Egito ao Império Bizantino e logo depois espraiaram-se pelo norte da África. Em 711 atravessaram o Mediterrâneo, entrando na Espanha, e rapidamente ocuparam também quase toda aquela área. Assim, em menos de um século toda a antiga Pérsia e grande parte do velho mundo romano haviam sido conquistados pelo Islam.

Razões para a propagação do Islam

Como explicar essa prodigiosa expansão? O melhor a fazer é verificar primeiro o que impelia os conquistadores e depois examinar quais as circunstâncias que ajudaram a abrir o caminho. Ao contrário do que se crê comumente, o início da expansão do Islam não foi obtido através de uma cruzada religiosa. No começo os árabes não estavam absolutamente interessados em converter outros povos: pelo contrário, tinham esperança de que as populações conquistadas não se convertessem, de modo que eles pudessem manter sua própria identidade como governantes e

A EXPANSÃO DO ISLÃ
À época da morte de Maomé, 632 d.C.
Depois das conquistas dos quatro primeiros califas, 661 d.C.
Depois das conquistas dos califas Omíadas, 750 d.C.
Limites externos do Império Bizantino
OCEANO ATLÂNTICO
FRANCOS
Poitiers
ESPANHA
PIRINEUS
Toledo
Córdova
Cádis
Tânger
Barcelona
CÓRSEGA
SARDENHA
Roma
LOMBARDIA
Ravena
ÁVAROS
R. Danúbio
MAGIARES
BÚLGAROS
MAR NEGRO
Constantinopla
MONTES CAUCÁSICOS
ARMÊNIA
MAR CÁSPIO
MAR ARAL
IMPÉRIO BIZANTINO
SICÍLIA
Túnis
BÉRBERES
MAR MEDITERRÂNEO
Trípoli
CRETA
CHIPRE
Antióquia
SÍRIA
Damasco
Jerusalém
R. Eufrates
R. Tigre
Bagdá
PÉRSIA
GOLFO PÉRSICO
Alexandria
Cairo
EGITO
R. Nilo
MAR VERMELHO
0
1.000 milhas

coletores de impostos. Entretanto, embora o móvel da expansão não fosse a religião, o entusiasmo religioso desempenhou papel vital em fazer com que os árabes, até então desprovidos de governo, acatassem ordens do califa e em lhes instilar a idéia de que estavam executando a vontade de Deus. O que realmente fez os árabes saírem do deserto foi a procura de territórios mais ricos e de pilhagem, e o que os manteve em contínuo avanço foi a facilidade com que acumulavam novas riquezas. Felizmente para os árabes, a inspiração que lhes proporcionava a religião chegou no momento certo, em termos da fraqueza de seus inimigos. Os bizantinos e persas estavam tão exauridos por suas prolongadas guerras que não conseguiram mais reunir forças para resistir. Ademais, as populações dominadas por bizantinos e persas ressentiam-se contra as exigências financeiras feitas por esses impérios burocráticos; além disso, na Síria e no Egito, dominados pelos bizantinos, cristãos "heréticos" desentendiam-se com a ortodoxia perseguidora de Constantinopla. Como os árabes não exigiam conversão e cobravam menos impostos que os bizantinos e persas, muitas vezes eram preferidos aos velhos governantes. Um escritor cristão na Síria chegou a dizer que "o Deus da vingança livrou-nos das mãos dos romanos [isto é, do Império Bizantino] por intermédio dos árabes". Por todos esses motivos o Islam logo se propagou por uma vasta extensão territorial entre o Egito e o Irã, e desde então lá se radicou.

Divisão entre xiitas e sunitas

Enquanto os árabes ampliavam suas conquistas, enfrentaram suas primeiras divisões políticas de gravidade. Em 644 morreu o califa Omar. Foi substituído por Uthman, governante débil que para muitos gozava da vantagem adicional de pertencer à família omíada, um clã abastado de Meca que de início não havia aceito a fé de Maomé. Os que estavam insatisfeitos com Uthman reuniram-se em torno de Ali, primo e genro do Profeta, cujo sangue, passado e espírito belicoso faziam-no parecer um líder mais apropriado para a causa. Ao ser Uthman assassinado em 656 por amotinados, os partidários de Ali elegeram-no califa. Entretanto, a família e os seguidores de Uthman não se dispuseram a aceitar Ali. Em comoções subseqüentes Ali foi assassinado e o grupo de Uthman saiu vitorioso. Em 661 um membro da família omíada assumiu a função de califa e aquela casa governou o Islam até 750. Porém os partidários de Ali não aceitaram a derrota. Com o passar do tempo, cristalizaram-se num partido religioso minoritário, o dos xiitas; esse grupo sustentava que só os descendentes de Ali podiam ser califas ou exercer qualquer autoridade sobre a comunidade muçulmana. Os que defendiam o verdadeiro desenvolvimento histórico do califado e que vieram a comprometer-se com suas praxes eram chamados sunitas. A cisão entre os dois partidos tem sido duradoura na história islâmica. Perseguidos com freqüência, os xiitas tornaram-se altamente militantes e adquiriram a convicção profunda de serem os únicos cumpridores verdadeiros da fé. De vez em quando conseguiam tomar o poder em uma ou outra área, mas jamais lograram converter a maioria dos muçulmanos. Hoje governam o Irã e são numerosos no Iraque, mas compreendem apenas cerca de um décimo da comunidade islâmica mundial.

Os omíadas

O triunfo dos omíadas em 661 inaugurou um período mais estável na história do califado, que durou até 945. Durante esse interregno houve duas orientações principais de governo: a representada pelo

domínio dos omíadas e a representada por seus sucessores, os abássidas. Os primeiros concentravam sua força nos antigos territórios bizantinos na Síria e continuaram a utilizar funcionários nativos, não muçulmanos. Por esses motivos, até certo ponto o califado omíada parece um estado sucessor do império bizantino. Com sua orientação mais ocidental, os omíadas voltaram suas energias para o domínio do Mediterrâneo e a conquista de Constantinopla. Ao fracassar, em 717, seu mais forte ataque sobre a capital bizantina, a força dos omíadas reduziu-se seriamente; o surgimento de uma nova orientação era questão de tempo.

Os abássidas

Isso aconteceu com a ascensão de uma nova família, a dos abássidas, em 750. Pode-se dizer que o governo abássida deu mais realce aos elementos persas que aos bizantinos. Característica dessa transformação foi a mudança de capital, pois o segundo califa abássida construiu uma nova capital, Bagdá, no Iraque, perto das ruínas da antiga capital persa, e até aproveitou pedras dessas ruínas. Os abássidas desenvolveram sua própria administração muçulmana e imitaram o absolutismo persa. Os califas abássidas prostraram seus inimigos, cercaram-se de complexas cerimônias palacianas e patrocinaram generosamente uma literatura sofisticada. É este o mundo descrito nas *Mil e uma noites*, uma coletânea de histórias de deslumbrante esplendor oriental, escritas em Bagdá ao tempo dos abássidas. A presença dominante nessas histórias, Harun al-Rashid, governou realmente como califa de 786 a 809 e se comportava do modo extravagante como é descrito, atirando moedas nas ruas, dando presentes suntuosos a seus favoritos e condenando os inimigos a penas severas. De um ponto de vista ocidental, o califado abássida foi importante não só por criar lendas e literatura, mas também porque sua orientação oriental amenizou em muito a pressão sobre o Mediterrâneo. Por conseguinte, o estado bizantino conseguiu reviver, e os francos, na área mais remota do Ocidente, começaram a adquirir alguma força própria. (O maior governante franco, Carlos Magno, mantinha relações diplomáticas com o califado de Harun al-Rashid, que, condescendentemente, mandou de presente um elefante ao rei ocidental, muito mais pobre.)

História política islâmica após a queda do império abássida

Ao começar o poder abássida a declinar, no século X, seguiu-se um prolongado período de descentralização. A principal causa da crescente debilitação abássida foi o empobrecimento gradual de sua base econômica, a riqueza econômica da bacia do Tigre-Eufrates. O declínio foi acelerado ainda mais pelo hábito dos últimos califas abássidas de se cercarem de soldados turcos, que logo compreenderam que podiam assumir o poder real no estado. Em 945 o império abássida esfacelou-se quando uma tribo xiita capturou Bagdá. A partir de então os abássidas tornaram-se governantes nominais, desprovidos de poder, até que seu califado foi completamente avassalado com a destruição de Bagdá pelos mongóis em 1258. De 945 até o século XVI a vida política islâmica foi marcada pelo localismo, com diferentes régulos, mais freqüentemente turcos, que assumiam o poder em várias áreas. Costumava-se pensar que essa descentralização também significou decadência, mas na verdade a civilização islâmica prosperou muitíssimo no "período intermediário", sobretudo de aproximadamente 900 a cerca de 1250, época em que o domínio islâmico expandiu-se também para a atual Turquia e a Índia. Mais tarde, surgiram novos impérios islâmicos, sendo que no Ocidente o principal foi o dos turcos otomanos, que controlaram grande parte da

Europa oriental e do Oriente Próximo desde o século XV até 1918. Assim, é inteiramente errôneo supor que a história islâmica tenha entrado em contínuo declínio logo após o reinado de Harun al-Rashid.

O caráter da cultura e da sociedade islâmicas

Para aqueles que abordam a história islâmica com preconceitos modernos, a maior surpresa é constatar que desde a época de Maomé até pelo menos 1500, aproximadamente, a cultura e a sociedade islâmicas foram em extremo cosmopolitas e dinâmicas. O próprio Maomé não era um árabe do deserto, e sim um citadino e comerciante, imbuído de ideais avançados. Mais tarde, a cultura islâmica tornou-se altamente cosmopolita por diversas razões: herdou a sofisticação de Bizâncio e da Pérsia; permaneceu centralizada nas encruzilhadas do comércio a longa distância entre o Extremo Oriente e o Ocidente; e porque a próspera vida urbana na maioria dos territórios muçulmanos contrabalançava a agricultura. Devido à importância do comércio, havia grande mobilidade geográfica. Ademais, os ensinamentos de Maomé estimulavam a mobilidade social, pois o Corão pregava a igualdade de todos os muçulmanos. O resultado disso foi que na corte de Bagdá, e depois nas cortes dos estados muçulmanos descentralizados, tinham oportunidades todas as pessoas talentosas. Como a alfabetização era extraordinariamente disseminada – uma estimativa aproximada para o ano 1000 é de que 20 por cento de todos os homens muçulmanos sabiam ler – muitos podiam subir socialmente através da educação. Raramente os cargos eram vistos como hereditários e "homens novos" podiam ascender ao topo da hierarquia mediante esforço e capacidade. Além disso os muçulmanos mostravam notável tolerância para com outras religiões. Como já dissemos, era raro procurarem conversões forçadas, e em geral permitiam espaço dentro de seus próprios estados para judeus e cristãos, que consideravam como "gente do livro", porque a Bíblia era vista como precursora do Corão. Dentro dessa atitude de tolerância, um dos primeiros califas empregou um cristão como seu principal secretário, os omíadas protegeram um cristão que escrevia poesia em árabe e a Espanha moura assistiu ao maior florescimento da cultura judaica entre a antiguidade e os tempos modernos. O principal fruto desse florescimento judaico foi a obra de Moisés Maimônides (1135-1204), um profundo pensador religioso, às vezes cognominado "o segundo Moisés", e que escrevia tanto em hebraico como em árabe.

O tratamento dado às mulheres

Havia, porém, uma grande exceção nessa norma muçulmana de igualitarismo e tolerância: o tratamento dispensado às mulheres. Talvez por ser a categoria social tão fluida, os homens que logravam sucesso sentiam-se extremamente ansiosos por preservar e enaltecer suas posições e sua "honra". Podiam conseguir isto mantendo e/ou expandindo suas propriedades materiais, categoria essa que incluía as mulheres. Para que as mulheres tivessem valor máximo para o *status* de um homem, era preciso garantir-lhes a inviolabilidade. O Corão permitia a um homem casar-se com quatro mulheres, de modo que elas tinham grande valor e as casadas eram segregadas de outras companhias masculinas. Um homem de posse tinha também várias criadas e concubinas, e todas essas mulheres viviam numa parte de sua residência chamada harém, onde eram guardadas por eunucos, isto é, homens castrados. Nesses enclaves as mulheres competiam entre si, buscando cada qual mais preeminência, e entregavam-se a intrigas a fim de promover a carreira dos filhos. Embora só os ricos pudessem manter grandes haréns, até onde possível

o sistema era imitado por todas as classes. Com base no princípio de que as mulheres eram bens móveis, esses costumes em muito contribuíram para aviltá-las e dar ênfase a atitudes de dominação na vida sexual. As relações homossexuais entre homens eram toleradas na classe superior, mas baseavam-se também em sistemas de dominação, geralmente de um adulto poderoso sobre um adolescente.

A vida religiosa islâmica: os ulama *e os* sufis

Havia no Islam dois caminhos principais para devoção a uma vida particularmente religiosa. Um deles era o dos *ulama*, letrados que representavam o que existia de mais parecido com um sacerdote. Sua tarefa consistia em estudar e dar conselhos sobre todos os aspectos da religião e da lei religiosa. Não surpreende que em geral defendessem a tradição e a observância rigorosa da fé; no mais das vezes exerciam forte influência sobre a vida pública. No entanto, eram complementados pelos *sufis*, de sufistas, místicos que poderiam ser comparados aos monges cristãos, não fosse o fato de não serem celibatários e raramente se retirarem da vida da comunidade. Os sufis valorizavam a contemplação e o êxtase, tal como os ulama valorizavam a lei religiosa: não tinham nenhum programa comum e na prática comportavam-se de modo muito diverso. Alguns sufis eram "dervixes rodopiantes", assim chamados no Ocidente por causa de suas danças; outros eram faquires, associados no Ocidente ao encantadores de serpentes nos mercados; e ainda outros eram homens que se dedicavam à meditação e não praticavam quaisquer ritos exóticos. Em geral os sufis se organizavam em "irmandades" que muito fizeram para converter áreas remotas como a África e a Índia. Em todo o mundo islâmico, o sufismo proporcionou um canal para os mais intensos impulsos religiosos. A possibilidade de os ulama e sufis coexistirem, lado a lado, constitui, em si mesmo, indicador extraordinário do pluralismo cultural muçulmano.

Filosofia islâmica

Mais notável é o fato de que esses dois grupos muitas vezes coexistissem com representantes de ainda outra concepção, estudantes e praticantes da filosofia e da ciência. Os filósofos islâmicos eram na verdade chamados *faylasufs*, por se dedicarem ao cultivo daquilo que os gregos denominavam filosofia. A filosofia islâmica baseava-se no estudo do antigo pensamento grego, sobretudo das vertentes aristotélica e neoplatônica. Mais ou menos na época em que as escolas filosóficas foram fechadas em Atenas por ordem do imperador Justiniano, os filósofos gregos migraram para leste, e as obras de Aristóteles e de outros pensadores foram traduzidas para o siríaco, um dialeto semita. A partir daí a filosofia grega entrou aos poucos na vida do Islam e passou a ser cultivada pela classe dos faylasufs, que acreditavam que o universo é racional e que uma atitude filosófica em relação à vida era a suprema vocação inspirada por Deus. O conhecimento profundo que os faylasufs tinham de Aristóteles pode ser percebido, por exemplo, no fato de Avicena (m. 1037), um dos maiores deles, haver lido praticamente todas as obras de Aristóteles na cidade de Bukhara, no Extremo Oriente, antes de chegar aos 18 anos.

O problema da conciliação das idéias gregas com a religião islâmica

O mais sério problema enfrentado pelos faylasufs era o de conciliar a filosofia grega com a religião islâmica, uma vez que acompanhavam suas fontes gregas na crença – oposta à doutrina islâmica – de que o mundo é eterno e de que não existe imortalidade para a alma individual. Faylasufs diferentes reagiram a esse problema de modo vário. Um dos três maiores, Al-Farabi (m. 950), que viveu principalmente em Bagdá,

foi o que menos se ateve à questão. Ensinava que uma elite esclarecida podia filosofar sem ser enleada pelas compulsórias crenças comuns das massas. Ainda assim, jamais atacou essas crenças, por considerá-las necessárias à manutenção da coesão social.

Avicena e Averroés

Ao contrário de Al-Farabi, Avicena, que viveu mais a leste, ensinava uma filosofia menos racionalista que em muitos pontos se aproximava do misticismo dos sufis. (Segundo uma história posterior, teria dito, referindo-se a um sufi, que "tudo que sei, ele vê", enquanto o sufi respondia "tudo que vejo, ele sabe".) Por fim, Averroés (1126-98), de Córdova, na Espanha, era um aristotélico rigoroso que levava duas vidas, uma particular, como racionalista extremo, e a outra pública, como crente da fé oficial, e até mesmo como censor oficial. Averroés foi o último filósofo verdadeiramente importante do islamismo: depois dele o racionalismo ou misturou-se ao sufismo, a direção apontada por Avicena, ou se tornou demasiado reprimido pela ortodoxia religiosa para ter existência independente. Em seu auge, porém, entre 850 e 1200 aproximadamente, a filosofia islâmica foi muito mais avançada e rica do que qualquer coisa parecida encontrada nas regiões bizantina ou cristã ocidental.

Ciência islâmica; a prática da astrologia

Antes de seu declínio, os faylasufs distinguiram-se tanto no estudo da ciência natural como na especulação filosófica. Em geral os mesmos homens eram a um só tempo filósofos e cientistas, pois não podiam ganhar a vida comentando Aristóteles (não existiam universidades onde ensinarem), mas podiam ascender a posições de riqueza e poder pela prática da astrologia e da medicina. Hoje em dia a astrologia nos parece menos ciência do que superstição, mas entre os muçulmanos era uma "ciência aplicada", intimamente ligada a observações astronômicas precisas: depois que um astrólogo islâmico estudava e previa cuidadosamente o caminho dos corpos celestes, podia aplicar seu conhecimento ao rumo dos fatos humanos, sobretudo da sorte de clientes ricos. Com o intuito de dar uma explicação simples para os movimentos celestes, alguns muçulmanos cogitaram da possibilidade de a Terra girar em torno de seu eixo e orbitar ao redor do Sol, mas essas teorias não foram aceitas por não se ajustarem a noções antigas, como o pressuposto de órbitas planetárias circulares. Por conseguinte, não foi através dessas sugestões que os astrólogos muçulmanos vieram a influenciar o Ocidente mais tarde, e sim através de suas observações e de tábuas de previsão extremamente avançadas, que muitas vezes superavam o mais minucioso trabalho dos gregos.

Contribuições islâmicas para a medicina

As realizações islâmicas no campo da medicina foram igualmente notáveis. Faylasufs que trabalhavam como médicos apropriaram-se do conhecimento contido nos escritos médicos da era helenística, mas raramente se contentavam com ele. Avicena descobriu a natureza contagiosa da tuberculose, descreveu a pleurisia e diversas variedades de moléstias nervosas, e observou que a doença pode propagar-se pela contaminação da água e do solo. Sua principal obra, o *Cânon da medicina*, foi aceita na Europa até fins do século XVII. Um contemporâneo mais velho de Avicena, Rhazes (865-925), foi o maior clínico do mundo medieval. Seu feito principal foi a descoberta da diferença entre o sarampo e a varíola. Outros médicos islâmicos descobriram a importância da cauterização e dos agentes hemostáticos, diagnosticaram o câncer do estômago, prescreveram antídotos para envenenamentos e

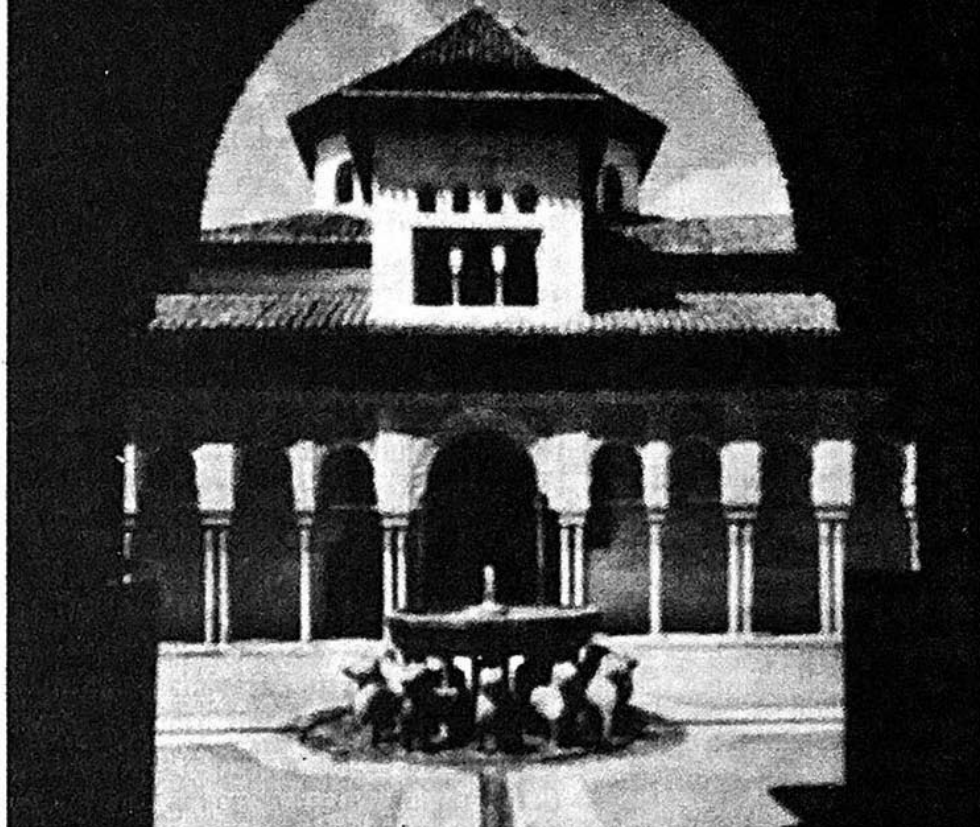
realizaram progressos de monta no tratamento das doenças dos olhos. Além disso, reconheceram o caráter infeccioso da peste bubônica, observando que ela podia ser transmitida pelas roupas. Por fim, os muçulmanos superaram todos os demais povos medievais na organização de hospitais e no controle da prática da medicina. Havia pelo menos trinta e quatro grandes hospitais, nas principais cidades da Pérsia, Síria e Egito, organizados, ao que parece, de modo extremamente moderno. Cada qual contava com alas para doenças diferentes, um dispensário e uma biblioteca. Os principais médicos e cirurgiões faziam palestras para estudantes e graduados, examinavam-nos e concediam licenças para a prática médica. Até mesmo os proprietários de sanguessugas, que na maioria dos casos eram também barbeiros, tinham de submeter-se a eles, para inspeção, a intervalos regulares.

Óptica, química e matemática

Outros grandes avanços científicos islâmicos deram-se nas áreas da óptica, da química e da matemática. Os físicos islâmicos fundaram a ciência da óptica e tiraram várias conclusões importantes com relação à teoria das lentes e da velocidade, transmissão e refração da luz. A química islâmica foi produto da alquimia, uma invenção dos gregos helenísticos, o sistema de crença que se baseava no princípio de que todos os metais eram em essência o mesmo, e que, portanto, metais menos nobres podiam ser transmutados em ouro se fosse possível descobrir o instrumento correto para isso, a pedra filosofal. No entanto, os esforços dos cientistas nesse campo não se limitaram de modo algum a essa busca infrutífera; alguns deles chegaram mesmo a negar toda a teoria da transmutação. Em conseqüência de inúmeras experiências de cientistas muçulmanos, descobriram-se várias novas substâncias e compostos, entre os quais o carbonato de sódio, o alúmen, o bórax, o bicloreto de mercúrio, o nitrato de prata, o salitre e os ácidos nítrico e sulfúrico. Ademais, os cientistas islâmicos foram os primeiros a descrever os processos químicos da destilação, da filtração e da sublimação. Na matemática, a maior realização do Islam consistiu em unificar a geometria dos gregos com a numerologia dos hindus. Tomando de empréstimo aos hindus aquilo que os ocidentais conhecem como "algarismos arábicos", inclusive o zero, os matemáticos islâmicos foram capazes de desenvolver uma aritmética baseada no sistema decimal e também fizeram progressos na álgebra (ela própria uma palavra árabe). Ampliando a geometria grega e aplicando-a aos movimentos celestes, lograram grande progresso na trigonometria esférica. Assim, unificaram e aperfeiçoaram todas as áreas de conhecimento matemático, que mais tarde seria desenvolvido ainda mais no Ocidente cristão.

A literatura islâmica

Além de filósofos e cientistas, o Islam tinha também seus poetas. Os próprios árabes primitivos haviam sido excelentes na composição de poesia, e o talento literário veio a ser reconhecido como um meio de ganhar destaque na corte. É provável que os maiores poetas islâmicos tenham sido os persas (que escreviam em sua própria língua), dos quais o mais famoso no Ocidente é Omar Khayyam (m. 1123), desde que o *Rubaiyat* foi transformado num poema inglês popular pelo poeta vitoriano Edward Fitzgerald. Conquanto a tradução de Fitzgerald introduza muitas distorções, o hedonismo de Omar Khayyam ("um jarro de vinho, um naco de pão . . . e tu") mostra que nem todos os muçulmanos eram severos puritanos. Na verdade, superior à poesia de Khayyam foi a de Sadi (1193-1292) e Hafiz (m. 1389). E a poesia amorosa

O Pátio dos Leões no Palácio de Alhambra, Espanha. O palácio-fortaleza de Alhambra é um dos mais primorosos monumentos do estilo arquitetônico islâmico. São dignos de nota as colunas graciosas, os arcos em forma de ferradura e o delicado rendilhado em pedra que encima os arcos.

foi cultivada também nas cortes da Espanha muçulmana. Também essa poesia nada tinha de inibida, como se pode constatar em versos como "tanto eu o beijei, tanto suguei-lhe a boca/ que ele ficou quase desdentado".

A arte eclética dos muçulmanos

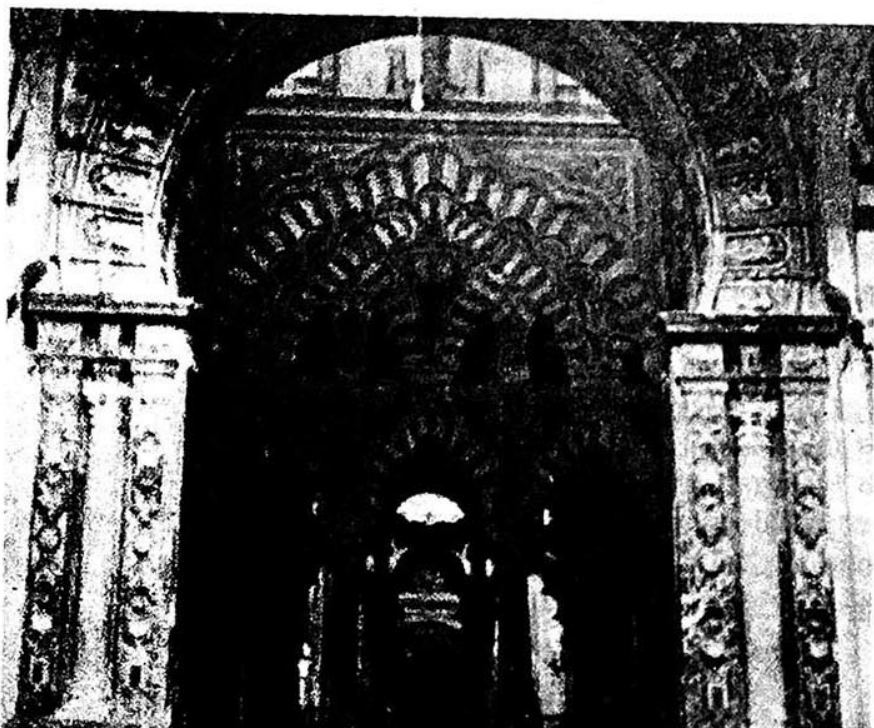
Em suas atividades artísticas, os muçulmanos eram altamente ecléticos. Sua principal fonte de inspiração era a arte de Bizâncio e da Pérsia. Os primeiros contribuíram com muitos dos aspectos estruturais da arquitetura islâmica, sobretudo a cúpula, a coluna e o arco. A influência persa talvez tenha sido responsável pelos desenhos complexos e não naturalistas que eram usados como motivos decorativos em praticamente todas as artes. Tanto da Pérsia como de Bizâncio veio a tendência para subordinar a forma às cores ricas e sensuais. A arquitetura foi a mais importante das artes islâmicas; o desenvolvimento da pintura e da escultura viu-se inibido pelo preconceito religioso contra a representação da forma humana. Nem todos os exemplos dessa arquitetura são mesquitas; muitos eram palácios, escolas, bibliotecas, residências particulares e hospitais. Com efeito, a arquitetura islâmica tinha um caráter muito mais secular do que a de qualquer país da Europa medieval. Entre seus principais elementos contavam-se as cúpulas bulbosas, os minaretes, os arcos em forma de ferradura e as colunas retorcidas, juntamente com o emprego do rendilhado de pedra, a alternância de faixas de preto e branco, mosaicos e caligrafia árabe como artifícios de decoração. Tal como no estilo bizantino, dava-se relativamente pequena atenção à ornamentação externa. As chamadas artes menores dos muçulmanos incluíam a tapeçaria, magníficos trabalhos em couro e a fabricação de sedas brocadas, marchetaria, vidros esmaltados e cerâmica pintada. Na maioria, os produtos dessas artes eram decorados com arabescos, desenhos complicados de formas geométricas entrelaçadas, plantas, frutas e flores, inscrições árabes e animais fabulosos. De modo geral, a arte dava ênfase toda especial ao puro aspecto visual. Sem qualquer função na educação religiosa, tornou-se altamente abstrata e não figurativa. Por esses motivos, a arte islâmica muitas vezes parece

mais secular e "moderna" do que qualquer outra anterior aos tempos modernos.

Desenvolvimento econômico do império islâmico: (1) comércio

A vida econômica do mundo islâmico variava muitíssimo de acordo com o tempo e o lugar, mas o subdesenvolvimento decerto não constituía uma de suas características. Pelo contrário, nas áreas centrais da civilização islâmica, desde as primeiras conquistas árabes até mais ou menos o século XIV, a vida mercantil foi extraordinariamente desenvolvida. O principal motivo para isso foi terem os árabes herdado na Síria e na Pérsia uma área que já estava marcada por uma empreendedora cultura urbana e que se situava nas encruzilhadas do mundo, junto das principais rotas comerciais entre a África, a Europa, a Índia e a China. Mercadores e negociantes islâmicos construíram uma imponente atividade comercial sobre essas antigas fundações. Os mercadores muçulmanos penetraram no sul da Rússia e até mesmo nas regiões equatoriais da África, enquanto caravanas de milhares de camelos chegavam até os portões da Índia e da China. (Os muçulmanos usavam os camelos como animais de carga, ao invés de construir estradas e usar carros de rodas.) Seus navios abriram novas rotas no Índico, no golfo Pérsico e no mar Cáspio. Durante certos períodos, as naves islâmicas dominaram também partes do Mediterrâneo. Na verdade, um dos motivos para o posterior declínio islâmico foi o fato de os cristãos ocidentais terem passado a dominar o Mediterrâneo nos séculos XI e XII e terem roubado aos muçulmanos o controle do oceano Índico no século XVI.

(2) indústria

A notável expansão do comércio islâmico dificilmente teria sido possível sem um correspondente desenvolvimento da indústria. Foi a capacidade da população de uma região de transformar seus recursos naturais em produtos acabados, a serem vendidos a outras regiões, que proporcionou alicerces para grande parte daquele comércio. Quase todas as grandes cidades especializaram-se num dado tipo de indústria. Mossul, na Síria, era centro de fabricação de tecidos de algodão; Bagdá especializou-se em vidros, ourivesaria, cerâmica e sedas; Damasco era famosa por seu aço excelente e por seu "damasco", ou seda com desenhos em relevo; o Marrocos ganhou fama pela produção de couros; e Toledo, na Espanha, por suas magníficas espadas. Os produtos dessas cidades não esgotavam a lista das indústrias. Drogas, perfumes, tapetes,

Interior da Grande Mesquita em Córdova, Espanha. Este espécime esplêndido da arquitetura mourisca proporciona uma visão excelente dos arcos cuspidiformes e faixas alternadas em branco e preto tão comumente usadas pelos arquitetos islâmicos.

tapeçarias, brocados, lãs, cetins, artigos de metal e mil outros produtos eram fabricados por artífices em muitas cidades. Com os chineses os muçulmanos aprenderam a arte da fabricação de papel, e os produtos dessa indústria tinham grande procura, não só no próprio império como também na Europa.

Influência econômica do Islam sobre o Ocidente

Em todas as áreas que analisamos a civilização islâmica de tal modo eclipsou a do Ocidente cristão até o século XII aproximadamente, que não é possível traçar comparações. Quando o Ocidente realmente avançou, em parte pôde fazê-lo devido ao que aprendera com o Islam. Na esfera econômica, os ocidentais tiraram partido da absorção de muitas realizações da tecnologia islâmica, como técnicas de irrigação, cultivo de novos produtos agrícolas, fabricação de papel e a destilação do álcool. A extensão de nossa dívida para com a influência econômica islâmica reflete-se no grande número de palavras de origem árabe ou persa. Entre elas contam-se: tráfego, tarifa, magazine, álcool, musselina, laranja, limão, alfafa, açafrão, açúcar, xarope, almíscar, achaque, açougue, alcatra, alcunha, aldeia, alface, azimute, benjoim, café, enxaqueca, fardo, garrafa, máscara, mesquinho, pataca, quilate, almirante, talco, tripa etc.

Contribuições intelectuais e científicas

Também na área intelectual e científica o Ocidente muito deve ao Islam. As palavras árabes que tomamos de empréstimo nesses campos refletem essa dívida: álgebra, cifrão, zero, nadir, amálgama, alambique, alquimia, álcali, soda, almanaque e nomes de muitas estrelas, como Aldebarã e Betelgeuse. A civilização islâmica preservou e expandiu o conhecimento filosófico e científico dos gregos quando ele estava quase de todo esquecido no Ocidente. Todas as obras científicas gregas de importância e que sobreviveram da antigüidade foram traduzidas para o árabe e, posteriormente, retraduzidas no Ocidente medieval do árabe para o latim. Acima de tudo, a preservação e a interpretação das obras de Aristóteles foram uma das mais duradouras realizações do Islam. Não só Aristóteles foi recuperado para o Ocidente por intermédio das traduções árabes, como ele foi interpretado com ajuda islâmica, principalmente de Averroés, cujo prestígio era tamanho que ele era chamado simplesmente de o "Comentador" pelos autores ocidentais da Idade Média. É claro que também os algarismos arábicos constituem um legado intelectual de tremenda importância, como perceberá qualquer pessoa que tente fazer contas com algarismos romanos.

Significado geral da civilização islâmica

À parte todas essas contribuições específicas, é provável que a maior influência da civilização do Islam sobre o Ocidente tenha sido dada por seu papel de rival poderoso e de acicate à imaginação. A civilização bizantina estava demasiado ligada ao Ocidente cristão, e na realidade não era bastante forte, para cumprir essa função. Certa ou erradamente, os ocidentais em geral menosprezavam os gregos bizantinos, mas no mais das vezes respeitavam e temiam os muçulmanos. E nisso estavam certos, pois a civilização islâmica, em seu zênite (para usarmos outra palavra árabe) foi certamente uma das maiores do mundo. Embora sua organização fosse frouxa, unia povos distintos como os árabes, os persas, os turcos, várias tribos africanas e os hindus, por meio de uma grande religião e de instituições comuns. A unidade dentro da multiplicidade era uma marca islâmica, e essa atitude gerou uma esplêndida sociedade diversificada, bem como um magnífico legado de descobertas e realizações originais.

3. A CIVILIZAÇÃO CRISTÃ OCIDENTAL NO INÍCIO DA IDADE MÉDIA

Criação de uma unidade cultural no Ocidente durante a Idade Média inicial

No começo da Idade Média inicial (o período que vai mais ou menos de 600 a 1050) os europeus ocidentais estavam tão atrasados em relação a seus vizinhos bizantinos e islâmicos que um geógrafo árabe do século X deixou consignado sobre eles: "Têm corpos grandes, natureza grosseira, maneiras rudes e intelecto embotado (. . .) os que vivem no extremo norte são particularmente estúpidos, grosseiros e embrutecidos." As condições materiais em todo o período eram tão primitivas que quase podemos falar de cinco séculos de vida em acampamento. No entanto, situações novas e promissoras estavam ganhando forma. Sobretudo, nas regiões atlânticas setentrionais surgia um novo centro de civilização. Por volta de 800 a monarquia dos francos, baseada nas riquezas agrícolas do norte da Europa, logrou criar um império europeu ocidental em aliança com a Igreja Cristã do Ocidente. Embora esse império não tivesse longa duração, conseguiu moldar uma nova unidade cultural no Ocidente que teria grande importância no futuro.

O reino dos francos: o período merovíngio

Depois de os romanos do Oriente, sob o comando de Justiniano, terem destruído os reinos ostrogodo e vândalo na Itália e na África, e após haverem os árabes eliminado o reino visigodo na Espanha, os governantes francos da Gália ficaram como o principal poder bárbaro sobrevivente na Europa ocidental. No entanto, passaram-se dois séculos antes que começassem a exercer sua plena hegemonia. O fundador do estado franco foi o grosseiro e voluntarioso Clóvis, que conquistou a maior parte da França e da Bélgica atuais por volta de 500 e habilmente converteu-se ao cristianismo católico, a religião dos bispos locais e da população nativa. Clóvis fundou a dinastia merovíngia (o nome vem de Meroveu, o fundador da família a que ele pertencia). Entretanto, não transmitiu a seus sucessores um reino unido, mas seguiu o típico costume bárbaro de dividir seu reino entre os filhos. Durante os duzentos anos seguintes, mais ou menos sem interrupção, filhos lutaram contra filhos na tentativa de se apoderarem de um quinhão maior do legado merovíngio. Perto do final desse período, a linhagem também começou a degenerar, e os inúmeros "reis indolentes" abandonavam o governo e as guerras a seus principais ministros, conhecidos como "mordomos do paço". Durante toda essa era, uma das mais sombrias na história escrita da Europa, o comércio diminuiu, as cidades declinaram, a alfabetização foi quase esquecida e a violência tornou-se endêmica. Uma auto-suficiência agrícola mínima coexistia com a lei da acha-de-armas.

Apesar disso, porém, alguma esperança para o futuro estava a ganhar forma em torno de duas instituições, o papado romano e o monasticismo beneditino, muito embora isso passasse despercebido. O arquiteto de uma nova política religiosa na Europa ocidental, baseada numa aliança entre essas duas instituições, foi o papa Gregório I (590-604), conhecido como São Gregório Magno. Até ele os papas romanos em geral se subordinavam aos imperadores de Constantinopla e ao maior prestígio religioso do Oriente cristão, mas Gregório procurou neutralizar esse estado de coisas pela criação de uma igreja latina, de orientação ocidental e mais autônoma. Como teólogo — o quarto dos grandes "padres latinos" da Igreja — ele desenvolveu o trabalho de seus três

predecessores, Jerônimo, Ambrósio e sobretudo Agostinho, articulando uma teologia com características próprias. Entre elas contavam-se a idéia da penitência e o conceito do purgatório como lugar de purificação antes da admissão aos céus. (A crença ocidental no purgatório tornar-se-ia desde então uma das maiores diferenças nos dogmas das igrejas oriental e ocidental.) Além de sua obra teológica, Gregório foi pioneiro de uma prosa latina enxuta e simplificada que correspondia à língua falada de seus contemporâneos, e presidiu a criação de uma poderosa liturgia latina. Mesmo que não tenha sido ele verdadeiramente o inventor do "canto gregoriano", foi sob sua inspiração que se desenvolveu esse novo cantochão, que se tornaria para sempre parte central do ritual católico. Todas essas inovações contribuíram para tornar o Ocidente cristão, do ponto de vista religioso e cultural, mais independente do Oriente de língua grega do que jamais fora antes.

Políticas religiosas de Gregório Magno

Gregório Magno destacou-se também como estadista, além de teólogo e lingüista. Na Itália ele garantiu a sobrevivência física do papado em face da ameaça dos bárbaros lombardos (os lombardos eram inimigos naturais do papa, por serem heréticos arianos) através de uma hábil diplomacia e pela administração sensata dos territórios papais. Além disso, voltou a dar ênfase às antigas pretensões de primazia do papado, principalmente sobre os bispos do Ocidente, que corriam perigo de ser esquecidas. Acima de tudo, protegeu a ordem dos monges beneditinos, usando-os para ajudar na evangelização de novos territórios ocidentais. O próprio Gregório havia sido um beneditino – talvez o primeiro monge beneditino a ser feito papa – e escreveu a biografia de São Bento. Como a ordem beneditina ainda era muito nova, e os tempos turbulentos, a proteção de Gregório ajudou a fazer com que ela sobrevivesse e mais tarde se tornasse, durante séculos, a única ordem monástica do Ocidente. Em troca, o papa utilizava os beneditinos para execução de projetos especiais. O mais importante desses foi a conversão da Inglaterra anglo-saxônica ao cristianismo. Foi um projeto a longo prazo, que levou cerca de um século para ser completado, mas sua grande conseqüência foi deixar um posto avançado cristão, inteiramente leal ao papado e que em breve ajudaria a unificar o papado e o estado franco. O próprio Gregório Magno não viveu o suficiente para ver concretizada essa união, mas sua política de revigoramento da igreja ocidental foi o principal fator de sua realização.

Fatores para o aumento da estabilidade da Gália franca

Por volta do ano 700, quando os beneditinos estavam completando a conversão da Inglaterra, a perspectiva para a Gália franca tornou-se um pouco melhor. A razão mais profunda para isso foi o fato de estar chegando ao fim o longo e agitado período de transição entre o mundo antigo e o medieval. A antiga civilização romana de cidades e de comércio mediterrâneo estava em seus últimos estertores na Gália, depois de Clóvis. Então, quando os árabes conquistaram a margem africana do Mediterrâneo e se lançaram ao mar no século VII, a Gália e a Europa ocidental viram-se finalmente entregues a si mesmas e obrigadas a desviar os olhos do Mediterrâneo. Na verdade, as terras ao norte – as áreas onde hoje ficam o norte da França, os Países Baixos, a Alemanha e a Inglaterra – eram em extremo férteis: mediante a utilização de equipamentos agrícolas adequados, podiam produzir grandes riquezas. Havendo circunstâncias apropriadas, poderia surgir no norte uma nova força que fizesse o melhor uso possível de um novo sistema

de vida baseado preponderantemente na agricultura, e não no comércio urbano e mediterrâneo. Por volta de 700, foi exatamente isso que aconteceu na Gália merovíngia.

A aliança entre os reis francos e a Igreja; Carlos Martel e São Bonifácio

As circunstâncias apropriadas foram o triunfo de uma série de governantes capazes e a aliança deles com a Igreja. Em 687, um enérgico mordomo do paço merovíngio, Pepino de Heristal, conseguiu unir todas as terras francas sob seu governo e construiu uma nova base de poder para sua família na região da Bélgica e do Reno. Foi sucedido por um filho agressivo, Carlos Martel, às vezes considerado como um segundo fundador do estado. Por dois motivos, Carlos teria direito a esse título. Em primeiro lugar, em 732 ele expulsou da Espanha uma força muçulmana, na batalha de Poitiers, a cerca de 240 quilômetros de Paris. Embora o contingente muçulmano não fosse propriamente um exército, mas apenas um bando de pilhadores, a incursão foi o ponto alto do avanço sarraceno em direção a noroeste e a vitória de Carlos Martel granjeou-lhe muito prestígio. Também importante foi o fato de, em fins de seu reinado, Carlos haver começado a firmar uma aliança com a Igreja, sobretudo com os beneditinos da Inglaterra. Depois de terem consumado a maior parte de sua obra catequética na ilha, os beneditinos, conduzidos por um chefe idealista, São Bonifácio, estavam atravessando o canal da Mancha numa tentativa de converter a Alemanha central. Carlos Martel percebeu que tanto ele como os beneditinos tinham interesses comuns, pois após haver protegido seu flanco sul contra os muçulmanos, ele estava procurando orientar a expansão dos francos para leste, na direção da Germânia[2]. O trabalho missionário e a expansão dos francos podiam progredir lado a lado, de modo que Carlos ofereceu a São Bonifácio e a seus beneditinos ajuda material em troca de apoio às suas pretensões territoriais.

Solidificação da aliança ao tempo de Pepino o Breve

Uma vez aliado aos franceses, São Bonifácio prestou novos serviços no reinado seguinte, ao contribuir para um dos acontecimentos de maior relevo na história do Ocidente. Carlos Martel jamais assumira o título de rei, mas seu filho, Pepino o Breve, queria fazê-lo. Embora fosse Pepino, e não o "rei indolente" da época, o verdadeiro detentor do poder, ele precisava do prestígio da Igreja para coonestar uma mudança de dinastia. Felizmente para ele, os tempos eram altamente propícios à obtenção de apoio da Igreja. São Bonifácio apoiou Pepino porque o jovem soberano deu continuidade à política do pai, de colaborar com os beneditinos na Germânia. E Bonifácio tinha grande influência em Roma porque os beneditinos anglo-saxônicos haviam permanecido em estreito contato com o papado desde a época de Gregório Magno.

A "reviravolta" do papado

O papado achava-se agora plenamente disposto a aliar-se a um forte soberano franco, pois estava a braços com um conflito acerbo com os imperadores bizantinos a respeito do Iconoclasmo. Até então os bizantinos haviam oferecido aos territórios papais na Itália alguma proteção contra os lombardos, porém os francos, cada vez mais poderosos, tinham agora plena possibilidade de assumir esse papel. Por conseguinte, o papado deu uma reviravolta momentosa, voltando-se inteira e dura-

[2] A Germânia era uma vasta região da Europa central antiga e que corresponde, aproximadamente, aos dois estados alemães atuais. O nome deixou de ser empregado a partir de 1024. (Nota da ed. bras.)

douramente para o Ocidente. Em 750 o papa incentivou Pepino a depor o monarca nominal merovíngio, e em 751 São Bonifácio, agindo como emissário papal, ungiu Pepino como rei por sanção divina. Assim a monarquia franca alcançou um mandato espiritual e se integrou de todo à órbita papal-beneditina. Pouco tempo depois Pepino pagou sua dívida com o papa ao conquistar os lombardos na Itália. O Ocidente estava agora alcançando sua própria unificação, com base no estado franco e na igreja latina, não por coincidência ao mesmo tempo em que o califado abássida era fundado no Oriente e os bizantinos assumiram plenamente seu legado grego.

A consolidação final do novo estado de coisas teve lugar no reinado do filho de Pepino, Carlos Magno (768-814), que deu nome à nova dinastia, a carolíngia. É incontestável que Carlos Magno foi um dos mais importantes soberanos de todo o período medieval. Se fosse possível perguntar-lhe qual foi sua maior façanha, é quase certo que ele respondesse ter sido o grande aumento do reino franco. Com exceção dos ingleses, praticamente não houve um só povo da Europa ocidental contra o qual ele não lutasse. A maioria de suas campanhas foi coroada de êxito; Carlos Magno anexou a maior parte da Europa central e o norte e o centro da Itália ao domínio franco. A fim de governar essa vasta área, delegou todos os poderes de governo local a prepostos chamados condes, e tentou controlá-los pelo envio de representantes da corte a fim de observá-los. Entre os muitos deveres dos condes estavam a administração da justiça e a organização de exércitos. Embora, na prática, o sistema de Carlos Magno estivesse longe de ser perfeito, levou ao melhor governo que a Europa conhecera desde os romanos. Devido aos triunfos militares e à paz interna de seu reinado, durante muito tempo Carlos Magno foi lembrado e reverenciado como um herói popular da Europa ocidental.

A Renascença carolíngia

Com o objetivo primordial de auxiliar a expansão territorial e ajudar a administrar o reino, Carlos Magno patrocinou uma revivescência do saber que veio a ser conhecida como a "Renascença carolíngia". Estendeu seu poder à Germânia em nome do cristianismo, mas a fim de fazer prosélitos ele precisava de monges e sacerdotes educados. Mais que isso, a fim de administrar os territórios, muito distantes entre si, ele precisava de pelo menos algumas pessoas capazes de ler e escrever. Por incrível que possa parecer, a princípio não havia praticamente ninguém em todo o reino que soubesse ler, tanto tinham sido esquecidos os rudimentos do saber desde a decadência da vida citadina romana. Só na Inglaterra anglo-saxônica eram cultivadas as letras, pelos monges beneditinos. A razão disso era que os anglo-saxões falavam uma forma de alemão, mas os monges precisavam aprender latim a fim de ler os ofícios e estudar a Bíblia. Como não sabiam latim, trataram de aprendê-lo, através de sério programa de estudos. O maior erudito beneditino na Inglaterra, antes da época de Carlos Magno foi o Venerável Beda (m. 735), cuja *História eclesiástica dos anglos*, escrita em latim, foi um dos melhores trabalhos históricos do período inicial da Idade Média; ainda pode ser lido com prazer. Quando Carlos Magno subiu ao trono, convidou o beneditino anglo-saxão Alcuíno – aluno de um dos discípulos de Beda – para dirigir uma revivescência dos estudos no continente. Com o apoio ativo de Carlos Magno, Alcuíno ajudou a criar novas escolas para o ensino da

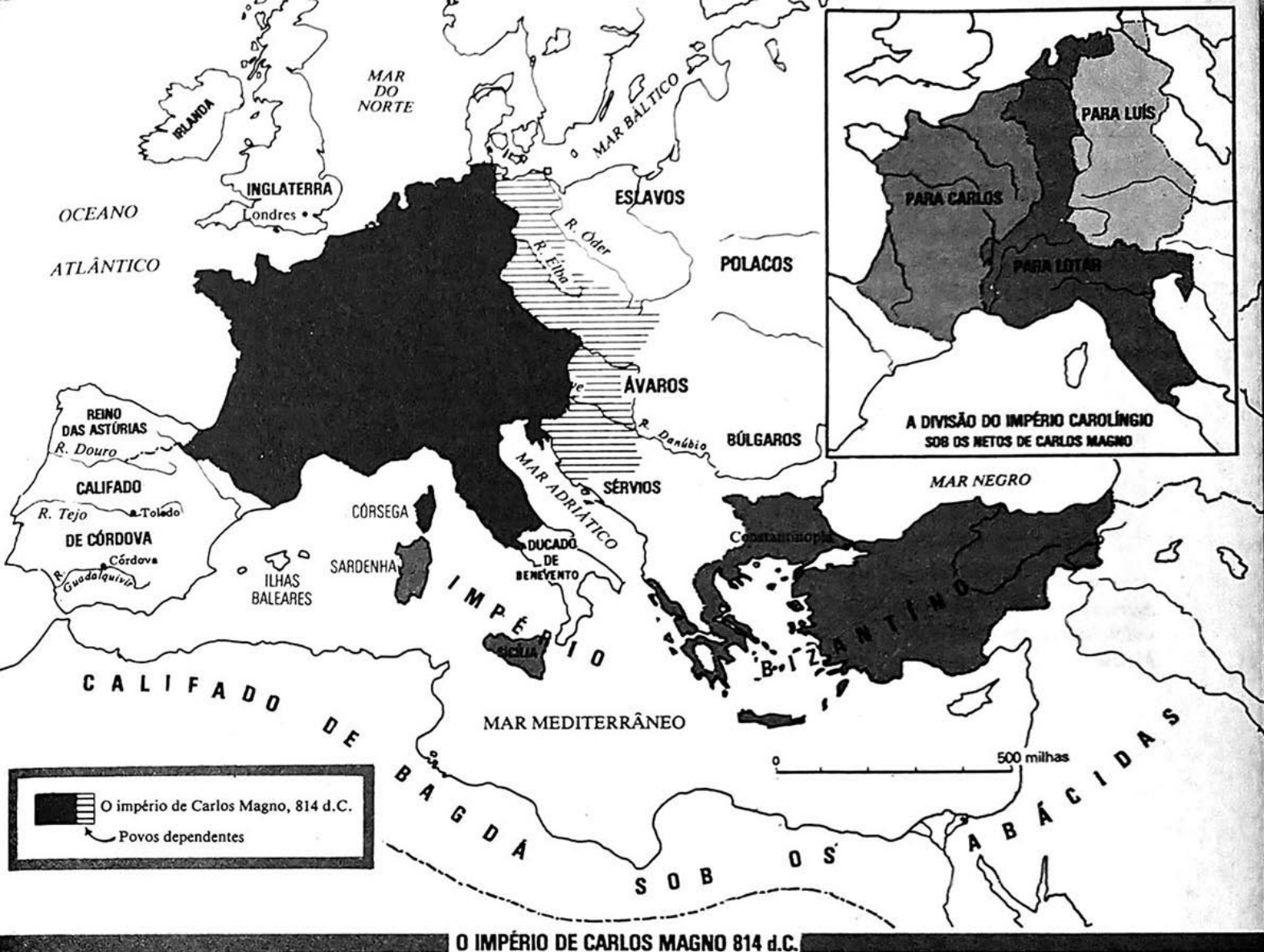
leitura, dirigiu o trabalho de cópia e correção de importantes obras latinas, inclusive muitos clássicos romanos, e inspirou a formulação de uma nova caligrafia clara, ancestral de nosso moderno alfabeto "romano". Foram essas as maiores realizações da Renascença carolíngia, que salientou antes o utilitarismo que atitudes intelectuais ou literárias originais. Por pouco ambiciosas que fossem, firmaram uma cabeça de ponte para a alfabetização no continente, e que depois disso nunca se perdeu completamente. Ajudaram também a preservar a literatura latina e tornaram o latim a língua do estado e da diplomacia em toda a Europa ocidental, até tempos relativamente modernos.

Coroação de Carlos Magno como imperador

O clímax da vida de Carlos Magno ocorreu em 800, quando ele foi coroado imperador em Roma, no dia de Natal, pelo papa. Os historiadores continuam a discutir se isso foi idéia de Carlos Magno ou do papa, mas não resta dúvida de que o fato não rendeu ao papa, de imediato, qualquer poder. Assim que os francos passaram a governar a Itália, vieram a dominar tanto o papado, e na verdade toda a Igreja, que no ano de 800 o papa estava quase transformado em títere de Carlos Magno. Também este não adquiriu mais poder ao assumir o título imperial, mas o significado do episódio ainda assim foi grande. Até 800 o único imperador governava de Constantinopla e podia pretender ser herdeiro direto de Augusto. Ainda que os bizantinos houvessem perdido quase todo seu interesse pelo Ocidente, ainda continuavam a considerá-lo vagamente como uma província distante e se opunham ativamente a que qualquer ocidental se arrogasse o título de imperador. O fato de Carlos Magno fazê-lo constituiu praticamente uma declaração de auto-confiança e independência do Ocidente. Como o vasto reino de Carlos Magno era tão grande quanto o dos bizantinos, dispunha de grandes reservas de riqueza agrícola e estava definindo sua própria cultura, com base no cristianismo ocidental e na tradição lingüística latina, a pretensão de constituir um império em grande parte se justificava. Mais que isso, essa pretensão nunca foi esquecida. Tanto por seu valor simbólico como por sua contribuição no sentido de dar aos ocidentais um senso de unidade e propósito, foi um marco importante no caminho da construção de uma grande Europa ocidental.

A desintegração do Império de Carlos Magno

Embora a pretensão imperial fosse ousada e memorável, o império concreto de Carlos Magno desintegrou-se rapidamente depois de sua morte, por muitas razões. A mais simples foi que praticamente nenhum de seus sucessores era tão competente e resoluto quanto ele. Para se governar um império, naqueles tempos ainda extremamente primitivos, era preciso possuir enormes reservas de força e energia – era preciso transpor distâncias imensas a cavalo, travar e ganhar batalhas à testa de exércitos indisciplinados e saber delegar poder a outras pessoas com cuidado para que não houvesse abusos. Para infelicidade da Europa ocidental, poucos dos herdeiros de Carlos Magno exibiram essa combinação de energia e talento. Para agravar a situação, o único filho sobrevivente de Carlos Magno, Luís o Piedoso, que herdou intacto o reino franco, mas dividiu sua herança entre seus três filhos, trazendo assim a guerra civil à Europa franca. Mas o pior de tudo foi o início de novas ondas de invasões no momento em que os netos e bisnetos de Carlos Magno começavam a lutar entre si: do norte desceram os vikings escandinavos; do leste vieram os magiares (ou húngaros) asiáticos; e do sul irromperam novos ataques de muçulmanos aventureiros, que agora

O IMPÉRIO DE CARLOS MAGNO 814 d.C.

vinham do mar. Face a essas pressões, o império carolíngio se desagregou e um novo mapa político da Europa foi desenhado no século X.

Da mesma forma como o período carolíngio foi crucial por marcar os primórdios de uma civilização européia-ocidental à margem do Atlântico norte, também o século X foi crucial por assinalar os começos das principais entidades políticas da Europa moderna. A Inglaterra, que nunca fizera parte do império de Carlos Magno, e que até então fora dividida em pequenos estados anglo-saxônicos belicosos, unificou-se no fim do século IX e no X, graças à obra do rei Alfredo o Grande (871-899) e de seus sucessores. Alfredo e seus herdeiros reorganizaram o exército, infundiram novo vigor aos governos provinciais e codificaram as leis inglesas. Além disso, Alfredo fundou escolas e promoveu o interesse pela escrita anglo-saxônica e por outros elementos de uma cultura nacional.

A Inglaterra ao tempo de Alfredo o Grande

Do outro lado do canal da Mancha, a França (nome atual da parte principal da Gália romana por ter sido a sede original da monarquia franca) foi a região mais devastada pelas invasões dos vikings, que haviam subido pelos rios franceses. Por isso a França dividiu-se em pequenos principados, ao invés de se transformar numa forte monarquia nacional, como aconteceu na Inglaterra. Não obstante, havia na França um rei que, embora débil, era reconhecido como o governante da parte ocidental dos antigos territórios de Carlos Magno. A leste, os reis da Germânia eram os mais fortes monarcas continentais do século X,

Condições políticas na França e na Alemanha

dominando um reino essencialmente unido. Suas terras compreendiam também a maior parte dos Países Baixos e boa parcela da moderna França oriental.

Oto o Grande da Alemanha

O mais importante soberano alemão do período foi Oto o Grande. Fez-se rei em 936, derrotou fragorosamente os húngaros em 955 – eliminando assim a maior ameaça externa à Germânia – e assumiu o título de imperador em Roma, no ano de 962. Com esse último ato, Oto fortaleceu sua pretensão de ser o maior monarca continental desde Carlos Magno. Oto e seus sucessores, que continuaram a chamar-se imperadores, tentaram dominar a Itália e subjugaram a Lombardia. No século X, a Itália assistiu ao maior desenvolvimento da vida urbana na Europa ocidental, tendência que seria ampliada mais tarde pelos italianos.

A economia da Europa ocidental no início da Idade Média

Embora uma certa vida urbana se tenha desenvolvido na Itália, durante o século X, de modo algum isso foi típico do período inicial da Idade Média na Europa ocidental como um todo. Muito pelo contrário, entre os séculos VIII e XI a economia européia baseou-se quase inteiramente na agricultura e num limitadíssimo comércio local. As estradas se deterioraram e o escambo substituiu a utilização da moeda. As cidades que sobreviveram à época romana eram em geral invólucros vazios que serviam no máximo como centros administrativos para bispos e como núcleos fortificados em caso de perigo comum. A principal unidade econômica em todo o período foi o grande latifúndio auto-suficiente, em geral de propriedade de reis, guerreiros aristocratas ou grandes mosteiros. Embora o solo da Europa setentrional fosse rico, em quase toda parte os implementos agrícolas ainda eram demasiado primitivos para produzir um retorno adequado aos enormes esforços das massas trabalhadoras. Os rendimentos agrícolas, exceto nas melhores terras carolíngias (e muitas vezes até nelas) eram irrisórios, e os europeus, salvo os governantes e o alto clero, viviam à beira da subsistência. É verdade que um certo aumento na renda agrícola havia sustentado os êxitos carolíngios e que algum progresso na agricultura poderia ser prosseguido se houvesse sido mantida a paz do reinado de Carlos Magno. Mas as invasões dos séculos IX e X fizeram retroceder a vida agrícola, impondo a necessidade de novos começos mais tarde.

O baixo nível da vida intelectual

Dado o baixo nível da vida econômica no começo da Idade Média, não surpreende que não prosperassem o saber ou as artes: se a riqueza existente mal dá para manter a maior parte da população viva, não resta muito com que manter escolas ou grandes projetos artísticos. Em todo o período, e mesmo nos melhores tempos, o saber era privilégio de poucos: as massas não recebiam qualquer educação formal e até mesmo os membros da aristocracia secular eram, na maioria, analfabetos. Além disso, a pouca educação que havia consistia sobretudo em memorização, sem atenção à crítica ou refutação. Vimos que houve uma certa revivescência do conhecimento ao tempo de Carlos Magno, que pode ser denominada "Renascença", mas ela não se transformou em qualquer criatividade intelectual verdadeira. Sua principal realização foi a criação de escolas em número suficiente para ensinar ao clero os rudimentos da leitura e para treinar escribas monásticos, encarregados de recopiar e preservar algumas obras importantes da literatura romana. Mesmo isso correu perigo no período de invasões que acompanharam a queda do Império Carolíngio. Felizmente, sobreviveram escolas e manuscritos em

Arte carolíngia. A fonte da vida: página manuscrita com iluminuras do Evangeliário de Gottschalck (livro com quatro evangelhos) datado de 781.

número suficiente para se tornarem a base de uma outra revivescência do conhecimento, bem mais ampla, que começou nos séculos XI e XII.

Literatura

No campo da literatura, a produção do início da Idade Média foi extremamente escassa. Isso aconteceu porque poucos cristãos sabiam escrever, e em geral esses poucos eram monges e sacerdotes, para os quais a atividade puramente literária não era de interesse. Houve algumas boas obras históricas escritas em latim, sobretudo as de Beda e do eloqüente biógrafo de Carlos Magno, Einhard, mas de maneira geral a prosa latina era pouco cultivada. Perto do fim do período, entretanto, as línguas vernáculas, germânicas ou baseadas em diversos dialetos locais do latim (as línguas "Romance", assim chamadas por se basearem na fala "romana"), começaram a ser empregadas em poemas primitivos, a princípio geralmente por transmissão oral.

Beowulf

O exemplo mais conhecido dessa literatura em vernáculo é o épico anglo-saxão *Beowulf*. Esse poema, ao qual foi dada forma escrita pela primeira vez nas alturas do século VIII, incorpora antigas lendas dos povos germânicos no noroeste da Europa. É uma narrativa de lutas, navegações e aventuras heróicas contra dragões mortíferos e as forças da natureza. O fundo do épico é pré-cristão, mas seus autores nele introduziram algumas características do idealismo cristão. O *Beowulf* é importante não só como um dos primeiros espécimes de poesia anglo-saxônica ou do inglês antigo, como também pela imagem que revela da sociedade da Inglaterra e de seus ancestrais no início da Idade Média.

A arte desse período é um conjunto de realizações isoladas e interrompidas, pois a vida artística dependia sobretudo de breves momentos de paz local ou de patrocínio real. Os primeiros monumentos duradouros da arte medieval antiga foram os criados por monges na Irlanda – que possuíam sua cultura própria – entre os séculos VI e VIII. Sobretudo nas iluminuras de manuscritos, os monges irlandeses desenvolveram um estilo inteiramente anticlássico e quase surrealista, cujas origens são de difícil explicação. O maior produto que sobreviveu dessa escola é o assombroso "Livro de Kells", uma coleção iluminada de Evangelhos, que já foi chamada "a mais sofisticada obra de arte decorativa na

história da pintura". A escola irlandesa declinou sem exercer influência posterior e foi seguida pelos produtos artísticos da Renascença carolíngia.

Variações regionais na arte do início da Idade Média

A arte do período de Carlos Magno buscou muito de sua inspiração em modelos clássicos, mas também reteve parte da vitalidade espontânea da decoração dos bárbaros. Ao declinar e desintegrar-se o império de Carlos Magno, verificou-se um concomitante declínio e depois uma interrupção na história da arte ocidental. No século X, no entanto, surgiram novas escolas regionais. As principais foram a inglesa, que salientava a fluência inquieta na iluminação de manuscritos; a alemã, mais grave porém ainda assim capaz de comunicar um extremo êxtase religioso; e a do norte da Espanha, que, embora cristã, criou um estilo um tanto estranho e independente cuja maior influência foi o estilo decorativo da arte islâmica. Já ao apagar das luzes da Idade Média inicial, estava surgindo na Europa um novo estilo internacional, que viria a ser chamado "românico", mas isso é assunto para consideração posterior.

Uma civilização européia ocidental com características próprias em 1050

Da mesma forma como o estilo românico foi uma ponte entre a Idade Média inicial e o período posterior, não existe uma data final única e óbvia para o fim da história da Idade Média inicial como um todo. Cita-se às vezes como data o ano 1000, sobretudo por ser um conveniente número redondo, porém ainda em 1050 a Europa não havia mudado muito, na superfície, em relação ao que fora desde o fim do período carolíngio. Na verdade, olhando-se para a Europa do ano 1050, tem-se a impressão de que pouco progresso havia sido obtido em todo o decorrer dos séculos da Idade Média inicial. Salvo na Germânia, não havia praticamente qualquer governo centralizado, pois em 1050 o estado inglês anglo-saxão criado pelo rei Alfredo e seus sucessores estava-se desmantelando. Todos os europeus, exceto os mais privilegiados, continuavam a viver à beira da fome e as realizações culturais eram mínimas e esparsas. Na verdade, porém, muito havia sido feito. Transferindo seu peso principal para o noroeste atlântico, a civilização européia passou a centrar-se em terras que em breve produziriam grandes riquezas agrícolas. Ao preservar algumas das tradições desenvolvidas por Gregório Magno, São Bonifácio, Pepino e Carlos Magno, a civilização européia desenvolveu também um duradouro senso de unidade cultural, baseada no cristianismo ocidental e na herança latina. E no século X, começaram a cristalizar-se os futuros reinos e cidades-estados europeus. Assim, pela primeira vez a civilização européia estava-se tornando autônoma e com personalidade própria. A partir de então, ela se tornaria uma força importante na história do mundo, como ainda é.

Capítulo 11

ALTA IDADE MÉDIA (1050-1300): INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS

Considero, em certa medida, felizes aqueles que escrevem nesta época, pois, após a turbulência do passado, de novo alvoreceu um fulgor de paz sem precedentes.

– O historiador Oto de Freising, escrevendo por volta de 1158

A Europa ocidental sai do atraso

O período entre 1050 e 1300, denominado pelos historiadores alta Idade Média, foi a época em que a Europa ocidental pela primeira vez saiu claramente do atraso em que se encontrava, para se tornar uma das maiores potências do globo. Por volta de 1050 o Ocidente estava ainda menos desenvolvido, na maioria dos aspectos, que o Império Bizantino ou o mundo islâmico, mas em 1300 já havia saltado à frente desses dois rivais. De uma perspectiva global, só a China se lhe comparava em prosperidade econômica, política e cultural. Em vista da lamentável situação da Europa ocidental em torno de 1050, esse avanço extraordinário foi decerto uma das mais expressivas façanhas da história humana. Aqueles que julgam que toda a Idade Média tenha sido uma era de estagnação não podem estar mais enganados.

Motivos do "grande salto avante"

Os motivos do enorme progresso da Europa durante a alta Idade Média são, naturalmente, complexos, mas os historiadores concordam com algumas interpretações amplas. Uma é que, entre 900 e 1050, a Europa já estava pronta para desenvolver-se e podia enfim começar a corresponder a seu potencial, depois de cessadas as invasões devastadoras de vikings, húngaros e muçulmanos. Essas invasões já haviam diminuído muito por volta do ano 1000, mas no século XI a Inglaterra ainda se via a braços com os dinamarqueses: o ano de 1066, famoso como o da conquista normanda, foi também o da última invasão viking da Inglaterra. Assim que as invasões externas deixaram de ser um perigo iminente, os europeus ocidentais puderam concentrar-se em desenvolver sua vida econômica sem tanto medo de interrupção quanto antes. Devido à relativa continuidade permitida por essa modificação do estado de coisas, fizeram-se avanços tecnológicos de extraordinária

importância, sobretudo aqueles que contribuíram para a primeira grande "revolução agrícola" da Europa ocidental. A revolução operada na agricultura tornou os alimentos mais abundantes e proporcionou uma base sólida para o desenvolvimento econômico e para a diversificação em outras esferas. A população cresceu depressa e as cidades e vilas se expandiram em tal grau que se pode falar também de uma "revolução urbana". Ao mesmo tempo, tornou-se mais estável a vida política no Ocidente. No decurso da alta Idade Média, novos governos seculares fortes começaram a propiciar cada vez mais paz interna para seus súditos e tornaram-se os fundamentos de nossas modernas nações-estados. Além de todos esses avanços, deram-se também notáveis progressos religiosos e intelectuais, que serão analisados no capítulo seguinte, e que ajudaram a dar ao Ocidente um novo sentido de missão e de autoconfiança. Neste capítulo examinaremos somente as realizações econômicas, sociais e políticas da alta Idade Média, mas convém ter em mente que a religião desempenhou papel de enorme importância em toda a vida medieval, e que todos os aspectos do "grande salto avante" ocorrido na alta Idade Média estavam indissoluvelmente inter-relacionados.

1. A PRIMEIRA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

A situação da agricultura antes de 1050

O trabalhador agrícola, o "homem da enxada", sustentou materialmente a civilização européia, mercê de sua labuta, mais que qualquer outra pessoa até a industrialização dos tempos modernos. No entanto, por incrível que possa parecer, até 1050 mais ou menos ele raramente dispunha sequer de uma enxada. Os inventários de implementos agrícolas no período carolíngio mostram que, mesmo nas propriedades rurais mais abastadas, os instrumentos de metal eram raríssimos e que até mesmo os implementos de madeira eram tão poucos que decerto muitos trabalhadores tinham de lutar contra a natureza usando literalmente as mãos. Entre aproximadamente 1050 e 1250, tudo isso mudou. Ocorreu nesses dois séculos uma revolução agrícola que alterou de todo a natureza e aumentou muitíssimo a produção dos campos da Europa ocidental.

Pré-requisitos para a revolução agrícola medieval: (1) deslocamento da área de cultivo

Muitos dos pré-requisitos para a revolução agrícola medieval já existiam antes de meados do século XI. O mais importante foi o deslocamento do peso da civilização européia da região mediterrânea para o Atlântico norte. A maior parte da Europa setentrional, desde o sul da Inglaterra até os Urais, é constituída por uma vasta planície aluvial, úmida e extremamente fértil. Os romanos praticamente não haviam cultivado essa área, pois ela se localizava longe demais do centro de sua civilização e também porque eles não possuíam ferramentas e métodos adequados para trabalhar a terra. Mais ou menos na época carolíngia, começou-se a dar muito mais atenção à colonização e ao cultivo da grande planície aluvial. Os carolíngios abriram toda a Alemanha ocidental e central à exploração agrícola e começaram a experimentar novos métodos e implementos, mais apropriados ao cultivo das novas terras. Os resultados ajudaram a sustentar outras realizações carolíngias, mas a paz carolíngia, como vimos, foi breve demais para permitir qualquer desenvolvimento cumulativo. Após as invasões do

século X, foi necessário recomeçar uma tentativa sistemática de explorar a riqueza potencial do norte. Entretanto, enquanto a civilização ocidental esteve centrada na Inglaterra, no norte da França, nos Países Baixos e na Alemanha, as terras ricas da região não deixaram de ser cultivadas.

Outro pré-requisito para o desenvolvimento agrícola foi a melhora do clima. Sabemos muito menos a respeito dos padrões climáticos da Europa no passado do que gostaríamos, mas os historiadores do clima afirmam com razoável grau de segurança que houve um período de melhoria climática na Europa ocidental que durou mais ou menos de 700 a 1200. Isso significou não só que nesse período a temperatura foi em média mais alta do que antes (um aumento de no máximo 1°C), mas também que o clima se tornou um tanto mais seco. A secura era uma vantagem importante para a Europa setentrional, onde as terras em geral eram úmidas demais para uma boa agricultura, ao passo que representou uma desvantagem para o sul, na região do Mediterrâneo, já bastante seca. Entre outras coisas, a ocorrência dessa melhoria ajuda a explicar porque houve nessa época mais atividade agrícola em climas setentrionais, como o da Islândia, que a verificada desde então. (Além disso, havendo menos *icebergs* nos mares nórdicos, era mais fácil alcançar a Groelândia e a Terra Nova.) Embora essa melhora começasse por volta de 700 e continuasse pelos séculos IX e X, não poderia, por si só, contrabalançar os efeitos deletérios das invasões do século X. Por sorte, o clima continuou propício quando os europeus puderam novamente tirar partido dele.

(2) melhora do clima

Observações semelhantes são válidas para o fato de conhecerem os carolíngios muitas técnicas e instrumentos que serão analisados adiante e que muito ajudaram os europeus ocidentais a realizarem sua primeira revolução agrícola. Embora as técnicas mais básicas fossem conhecidas antes de 1050, todas elas se tornaram de uso geral e foram aprimoradas ao máximo entre aquele ano e mais ou menos 1200, pois só então verificou-se uma conjunção das circunstâncias mais favoráveis. Não só as invasões terminaram e prosseguiu o bom tempo, como também um melhor governo aos poucos proporcionou a paz duradoura necessária para a expansão da agricultura. Também os proprietários de terra tornaram-se mais interessados em lucros do que no simples consumo. Acima de tudo, entre mais ou menos 1050 e 1200 houve uma maior consolidação da riqueza para investimentos adicionais, à medida que um avanço ajudava a sustentar outro; em termos simples, agora era possível pagar progressos tecnológicos.

(3) tecnologia em conjunção com circunstâncias favoráveis

Um dos primeiros e mais importantes avanços na agricultura foi o emprego do arado pesado. O arado propriamente dito é, naturalmente, um instrumento antigo, mas os romanos só conheciam um leve arado de unhada que quebrava a superfície da terra sem revolvê-la inteiramente. Esse instrumento bastava para o solo leve das regiões mediterrâneas, mas era praticamente inútil no solo muito mais pesado e mais úmido do norte europeu. No decurso da Idade Média inicial criou-se um arado bem mais pesado e eficiente, capaz de lavrar as terras do norte. Além disso, esse novo arado era dotado de novos componentes que lhe permitiam revolver os sulcos e arejar perfeitamente a terra. Os benefícios foram imensos. Além do fato de o arado pesado permitir o cultivo de terras até então inaproveitáveis, os sulcos que ele fazia proporciona-

Inovações tecnológicas: (1) o arado pesado

vam excelentes sistemas de drenagem para áreas encharcadas. Ademais, poupava trabalho: enquanto o leve arado romano tinha de ser passado nos campos duas vezes, em direções diferentes, o arado pesado realizava um trabalho menor e numa só direção. Em suma, a prática da agricultura intensiva na Europa setentrional, com todas suas conseqüências, teria sido impossível sem o arado pesado.

(2) o sistema de três campos

Ao emprego do arado pesado ligou-se de perto a introdução da rotação de cultivos denominada *sistema de três campos*. Antes dos tempos modernos, os agricultores deixavam sempre uma grande parte de sua terra arável de pousio durante um ano, a fim de evitar a exaustão do solo, uma vez que não existiam fertilizantes suficientes para sustentar uma agricultura mais intensiva e porque as plantas fixadoras de nitrogênio, como o trevo e a alfafa, eram quase desconhecidas. Entretanto, os romanos representavam um extremo de improdutividade, pois eram incapazes de cultivar mais que metade de suas terras aráveis em qualquer ano. A inovação medieval consistiu em reduzir a área de pousio em um terço, mediante a adoção do sistema de três campos. Num dado ano, um terço da terra ficava de pousio, um terço era dedicado a cereais semeados no outono e colhidos no começo do verão, e outro terço a um novo produto – aveia, cevada ou legumes – plantado no fim da primavera e colhido em agosto ou setembro. Fazia-se então um rodízio desses três campos, num ciclo trienal. A principal inovação foi o plantio de um novo produto, que crescia durante o verão. Os romanos não poderiam ter adotado esse sistema porque suas terras eram mais pobres e principalmente porque a área do Mediterrâneo é demasiado seca para permitir muito cultivo de verão. Nesse sentido, o norte, mais úmido, levava obviamente grande vantagem. Os benefícios do novo produto estavam em exaurir o solo menos que cereais como o trigo e a cevada (na verdade, ele restituía o nitrogênio tirado do solo por esses cereais); em proporcionar alguma garantia contra prejuízos provenientes de desastres naturais, pela diversificação da produção dos campos; e em produzir novos tipos de alimentos. Se o terceiro campo era plantado com aveia, esta podia ser consumida tanto por pessoas como por cavalos; se era plantado com legumes, estes ajudavam a equilibrar a dieta humana, proporcionando uma fonte de proteínas para compensar a maior ingestão de carboidratos. Como o novo sistema ajudava também a diversificar o trabalho no decurso do ano e elevava a produção de 50% a 75%, representou nada menos que um milagre agrícola.

(3) o uso de moinhos

Uma terceira inovação importante foi o emprego de moinhos. Os romanos tinham conhecido as rodas de água, porém praticamente não as utilizavam, em parte porque possuíam escravos em número suficiente para não se preocuparem com máquinas poupadoras de mão-de-obra e em parte porque na maioria dos territórios romanos não abundavam correntes rápidas. Por volta de 1050, no entanto, teve início na Europa do norte uma verdadeira mania de construção de moinhos de água, cada vez mais eficientes. Numa determinada área da França, o número de moinhos de água aumentou de 14 no século XI para 60 no século XII; numa outra parte da França, cerca de 40 moinhos foram construídos entre 850 e 1080, outros 40 entre 1080 e 1125, e mais 245 entre 1125 e 1175. Assim que os europeus dominaram a complexa tecnologia da construção de moinhos de água, voltaram a atenção para o aproveita-

mento da energia eólica: por volta de 1170 construíram seus primeiros moinhos de vento. A partir de então, em terras planas como as da Holanda, onde não havia correntes rápidas, os moinhos de vento proliferaram com a mesma rapidez com que os moinhos de água haviam-se espalhado alhures. Embora os moinhos de vento fossem usados sobretudo para a moagem de grãos, logo foram adaptados para muitas outras funções importantes. Eram usados, por exemplo, para movimentar serras, fabricar tecidos, espremer óleo, fazer cerveja, proporcionar força a forjas e esmagar polpa para a produção de papel. O papel já fora fabricado antes, na China e no mundo islâmico, mas nunca com emprego de meios mecânicos, o que atesta o progresso tecnológico que o Ocidente estava alcançando em comparação com outras civilizações avançadas.

(4) outros avanços tecnológicos

Cumpre mencionar ainda outros avanços tecnológicos que ganharam força por volta de 1050. Vários deles relacionaram-se à utilização de cavalos na agricultura. Mais ou menos em 800 havia sido introduzida na Europa uma coleira acolchoada, que possibilitava ao cavalo arrastar um peso com toda força sem se sufocar. Um século depois, aproximadamente, começaram a ser usadas ferraduras de ferro para proteção dos cascos, e talvez por volta de 1050 criou-se o arreio em fila, permitindo que os cavalos de tiro trabalhassem um atrás do outro. Graças a esses avanços e à abundância de aveia possibilitada pelo sistema de três campos, os cavalos substituíram os bois na agricultura em certas partes da Europa, e com vantagem, pois trabalhavam mais depressa e durante mais tempo. Outras invenções foram o carrinho de mão e a grade de destorroar, um implemento que era puxado sobre a terra, após a aradura, para aplainar a terra e misturar as sementes. Para a maioria dessas invenções foi importante o aumento da utilização do ferro, na alta Idade Média, para reforço de toda sorte de implementos agrícolas, em especial as partes do arado pesado que entravam em contato com o solo.

Ampliação e cultivo intenso da terra arável

Até agora estivemos falando dos progressos tecnológicos como se por si sós eles explicassem a revolução agrícola ocorrida na alta Idade Média. No entanto, não foi esse absolutamente o caso. Juntamente com o avanço da tecnologia deu-se uma grande ampliação da área arável e um cultivo mais intensivo das terras já abertas à agricultura. Embora os carolíngios já houvessem começado a abrir a rica planície do noroeste da Europa ao cultivo, tinham explorado apenas as glebas onde o trabalho era mais fácil: um mapa dos centros agrícolas carolíngios mostraria numerosas ilhotas de terras cultivadas, cercadas por vastas extensões de florestas, pântanos e terras maninhas. Por volta de 1050 tiveram início grandes movimentos de limpeza de terra, que se aceleraram no século XII e modificaram radicalmente a topografia da Europa setentrional. A paz e a estabilidade política permitiram aos lavradores do norte da França e do oeste da Alemanha ir além das ilhas de povoamento, limpando pequenas áreas de cada vez. A princípio faziam-no de maneira sub-reptícia, pois aventuravam-se em territórios que na verdade eram propriedade de aristocratas. Depois, porém, os latifundiários aristocratas deram apoio a essas atividades uma vez que passaram a exigir os lucros advindos das novas terras. Quando isso aconteceu, o trabalho de derrubada de florestas e drenagem de pântanos passou a ser

feito mais depressa. Assim, à medida que avançava o século XII, as isoladas ilhas de agricultura dos tempos carolíngios se expandiram, encontrando-se umas com as outras. Enquanto isso se sucedia, áreas inteiramente novas eram colonizadas e abertas ao cultivo, num processo que prosseguiria até um pouco mais tarde. Isso ocorreu, por exemplo, no norte da Inglaterra, na Holanda e, sobretudo, nas partes orientais da Alemanha. Por fim, nos séculos XII e XIII, os camponeses começaram a trabalhar com mais eficiência e intensidade todas as terras que haviam preparado, a fim de auferir maiores rendas para si mesmos. Destorroavam os campos após a aradura, capinavam freqüentemente para evitar o crescimento de ervas daninhas e acrescentavam araduras adicionais ao ciclo anual, o que em muito contribuía para renovar a fertilidade do solo.

Enorme aumento da produtividade agrícola

O resultado de todas essas mudanças foi um enorme aumento da produção agrícola. Havendo mais terras aráveis, era óbvio que se aumentasse o número de produtos cultivados, mas o aumento de produção decorreu também da adoção de métodos agrícolas mais eficientes. Assim, os rendimentos médios, que correspondiam, nos tempos carolíngios, a no máximo uma duplicação em relação à semeadura, aumentaram para três ou quatro vezes por volta de 1300. E toda a quantidade adicional de grãos podia ser moída muito mais depressa do que antes, pois um moinho era capaz de moer uma partida no mesmo tempo em que quarenta homens realizariam o trabalho. Por conseguinte, pela primeira vez os europeus puderam contar com um suprimento regular e estável de alimentos.

Conseqüências da revolução agrícola

Por sua vez, esse fato teve as mais profundas conseqüências para o desenvolvimento da história européia. Para começar, significou que mais terras podiam ser dedicadas a outros usos que não o cultivo de grãos. Assim, aos poucos passou a haver mais diversificação e especialização na agricultura. Grandes áreas foram separadas para a ovinocultura, outras para a vinicultura e outras para a produção de algodão e corantes. Muitos dos produtos dessas novas atividades eram consumidos em nível local, porém muitos eram comerciados em lugares distantes ou utilizados como matérias-primas para novas indústrias, sobretudo a fabricação de tecidos. O crescimento desse comércio e dessa atividade manufatureira ajudou a fomentar e sustentar, como veremos, o crescimento de cidades. O surto agrícola contribuiu também para manter o crescimento das cidades de outra maneira: sustentando um forte incremento da população. Com o aumento da disponibilidade de alimentos e a melhora da dieta (sobretudo devido ao aumento de proteínas), a expectativa de vida passou de uma média de talvez apenas 30 anos, entre a população pobre da Europa carolíngia, para 40 a 50 anos na alta Idade Média. Uma população mais saudável fez com que aumentasse também a taxa de natalidade. Por esses motivos, a população do Ocidente mais ou menos triplicou entre 1050 e 1300. O aumento da população e dos engenhos poupadores de mão-de-obra possibilitou um certo êxodo rural: algumas pessoas podiam migrar para as novas vilas e cidades, onde encontravam um novo estilo de vida.

Outros resultados

Outros resultados da revolução agrícola foram elevar as rendas dos senhores de terras, o que possibilitou um acentuado aumento da complexidade da vida aristocrática, e as dos monarcas, o que possibilitou o

crescimento dos estados. A prosperidade em toda a Europa ajudou também a sustentar o crescimento da Igreja e preparou o caminho para o florescimento de escolas e de atividades intelectuais. Um resultado final, mais intangível, foi ter tornado os europeus aparentemente mais otimistas, mais enérgicos e mais dispostos à experimentação e aos riscos que qualquer um de seus rivais no cenário mundial.

2. SENHOR E SERVO: CONDIÇÕES SOCIAIS E QUALIDADE DE VIDA NO REGIME SENHORIAL

O regime senhorial

Enquanto se processava a revolução agrícola, as condições sociais e econômicas começaram a mudar, tanto para os proprietários de terras como para os trabalhadores agrícolas. Entretanto, como durante grande parte da alta Idade Média a vida rural girou em torno da instituição da herdade senhorial, trabalhada por servos, convém descrever esse regime senhorial em sua forma mais típica, antes de descrevermos as mudanças básicas. Na leitura do que se segue, deve-se ter em mente que o regime senhorial não é sinônimo de feudalismo: o primeiro era um sistema econômico no qual grandes propriedades agrícolas eram trabalhadas por servos, ao passo que o feudalismo, no sentido em que a palavra é usada pela maioria dos historiadores, era um sistema político em que o governo era muitíssimo descentralizado (ver a seção 4 deste capítulo). Cumpre ter também em mente que quando os historiadores falam de um regime senhorial baseado numa "herdade típica", estão recorrendo a uma aproximação histórica: jamais duas dessas herdades ou solares foram exatamente iguais, e muitas diferiam enormemente em dimensões e características básicas. Além disso, nas partes da Europa mais distantes dos centros originais de povoamento carolíngio, entre o Sena e o Reno, havia poucas herdades – ou nenhuma. Na Itália restava ainda muita agricultura baseada na escravidão, e na Alemanha central e oriental eram muitas as pequenas fazendas trabalhadas por camponeses livres.

A herdade senhorial; os servos

A herdade apareceu claramente, pela primeira vez, nos tempos carolíngios e continuou a ser a forma dominante de organização social e econômica agrária na maior parte do noroeste da Europa até mais ou menos o século XIII. Descendia da grande propriedade rural romana, mas, ao contrário desta, era trabalhada por servos (às vezes chamados vilãos), e não por escravos. Os servos não eram, a rigor, livres no sentido moderno: não podiam, sobretudo, deixar suas terras, eram obrigados a trabalhar regularmente para os senhores sem remuneração, estavam sujeitos a inúmeros tributos humilhantes, e no mais das vezes ficavam submetidos à jurisdição do tribunal do senhor. No entanto, achavam-se em situação muito melhor que a dos escravos, na medida em que lhes eram destinadas terras que podiam cultivar a fim de se manterem e que, normalmente, não lhes podiam ser tiradas. Assim, quando ocorriam progressos na agricultura os próprios servos podiam esperar tirar ao menos algum proveito deles. Mais que isso, embora teoricamente o senhor tivesse o direito de cobrar impostos à vontade, na prática as obrigações tendiam a permanecer fixas. Embora a sorte do servo fosse decerto terrível, ele raras vezes estava de todo à mercê de seu amo.

Diagrama de um feudo

O sistema senhorial de agricultura

As terras da herdade, que podiam variar de algumas centenas a vários milhares de acres[1], dividiam-se entre as pertencentes ao senhor e às destinadas aos servos. As primeiras, chamadas senhorio, compreendiam em geral entre um terço e metade da área arável. Eram trabalhadas pelos servos em dias certos, talvez três por semana. O senhorio não consistia em grandes tratos, mas em faixas estreitas, que se alternavam com faixas pertencentes a diferentes camponeses (e às vezes também faixas separadas para a Igreja). Todas essas faixas eram longas e estreitas porque um arado pesado, puxado por uma parelha de cavalos ou bois, não podia ser virado com facilidade. Como todas as faixas eram separadas em geral apenas por uma raia estreita de erva, o regime é às vezes denominado *sistema de campos abertos*. Mesmo quando trabalhavam suas próprias

[1] 1 acre = 0,4047 hectare. (N. do T.)

terras, os servos em geral faziam mutirão, pois possuíam animais e implementos em comum. Pelo mesmo motivo, os campos de pastagem eram chamados "pastos comuns", pois os rebanhos, de propriedade comum, pastavam ali juntos. Além de campos de cultivo e de pastos, geralmente os servos possuíam suas próprias hortas. A maioria das herdades tinha também florestas, destinadas basicamente à caça do senhor, mas que serviam também para a forragem de porcos e coleta de lenha. Na medida em que o senhor permitia aos servos tirar proveito dessas oportunidades, estes faziam-no também em comum; na verdade, todo o sistema senhorial salientava a atividade comunitária e a solidariedade.

As condições de vida dos servos

O comunalismo deve ter ajudado a tornar mais suportável uma vida quase intolerável. Muito embora a sorte do servo medieval fosse decerto muito superior à do escravo romano, e ainda que tenha melhorado de 1050 a 1300, ainda era primitiva e mesquinha até incompreensível pelos padrões modernos. As habitações eram em geral choças miseráveis, feitas de taipa. Ainda no século XIII um camponês da Inglaterra foi condenado por haver destruído a casa de um vizinho simplesmente serrando uma viga central. Em geral o chão era de terra batida, muitas vezes frio e úmido. À guisa de camas, raramente havia mais que palha e praticamente não existiam móveis. Não será de todo falso dizer que no mais das vezes uma boa refeição era constituída de dois pratos: um mingau muito parecido com sopa e uma sopa muito parecida com mingau. Quase se desconheciam frutas e os poucos vegetais limitavam-se a cebolas, alhos-poros, nabos e repolhos — tudo fervido para fazer uma sopa rala. A carne era consumida no máximo algumas vezes por ano, em dias santos ou no auge do inverno, quando já se esgotara toda a forragem para um boi ou um porco magro. Os utensílios de cozinha jamais eram lavados, para evitar qualquer desperdício. Além disso, sempre havia a possibilidade de quebra das safras, que afetavam os servos muito mais do que os senhores, pois estes exigiam a mesma renda de sempre. Em tais épocas os servos eram obrigados a entregar todo grão que possuíssem e ver os filhos morrerem à míngua. É particularmente contristador imaginar que as crianças podiam morrer mesmo enquanto ainda restava um pouco de grão nos paióis: mas esse grão não podia ser tocado, pois era guardado como semente para o ano seguinte, e sem ele não haveria absolutamente futuro algum.

Melhoras na situação dos servos

Para compensar esse quadro medonho, podemos agora referir-nos a exemplos de mudanças e melhoras. Uma delas, como já vimos, foi dietética. Durante a alta Idade Média a fome passou a ser, na verdade, muito mais rara do que antes, e as pessoas se tornaram mais fortes porque alguma proteína, sobretudo proporcionada por legumes, foi acrescentada à dieta. Verificou-se também uma generalizada manumissão (alforria) de servos, por muitos motivos. Tão logo os proprietários começaram a lavrar novas terras, só podiam atrair trabalhadores prometendo-lhes a liberdade. Os novos centros de trabalho livre em geral atraíam servos foragidos e tornaram-se modelos de um novo sistema pelo qual os senhores exigiam rendas fixas ao invés de serviços. Mais tarde, mesmo nas velhas herdades, os senhores começaram a perceber que poderiam aumentar as rendas exigindo rendas, em vez de tributos. Por outro lado, os servos podiam enriquecer o suficiente para vender sua produção excedente em mercados livres, a fim de comprar a liberdade.

Por todos esses meios, a servidão aos poucos chegou ao fim na maior parte da Europa durante o século XIII. O processo, no entanto, ocorreu mais depressa ou mais devagar em diferentes áreas – retardou-se um pouco na Inglaterra e raramente foi tão completo que os ex-servos não ficassem a dever algum resquício de serviço e tributos a poderosos senhores locais. Na França, esses resquícios sobreviveram, como irritantes indignidades, até a Revolução Francesa, em 1789. Os servos libertados muitas vezes continuavam a trabalhar comunalmente, mas agora havia camponeses livres, que produziam mais para o mercado livre do que para sua própria subsistência.

Benefícios da revolução agrícola para os senhores

Por vários motivos, os senhores lucraram mais ainda que os servos com a revolução agrícola. Um desses motivos era que, sempre que alforriavam servos, os senhores obtinham grandes quantidades em dinheiro, em geral quase tudo quanto os servos haviam amealhado até então. Posteriormente, os senhores passaram a viver sobretudo de suas rendas. Uma vez que algumas dessas rendas eram cobradas sobre terras que tinham sido de propriedade senhorial, mas que nunca haviam sido cultivadas, a renda dos nobres cresceu muitíssimo. Mais que isso, assim que os senhores começaram a preferir rendas a serviços, descobriram que era mais fácil elevar as rendas. Na qualidade de coletores de rendas, os senhores não precisavam supervisionar pessoalmente suas terras, como antes, e passaram a viajar com mais liberdade, às vezes tomando parte em Cruzadas, às vezes vivendo em cortes reais. Em conseqüência, a maior riqueza lhes permitiu viver melhor, enquanto a maior mobilidade lhes dava novas idéias para melhorar seu modo de vida.

A nobreza medieval; a ascensão da cavalaria

A elevação do padrão de vida da nobreza foi realçada em muito pelo fato de que na alta Idade Média houve menos guerras locais do que anteriormente. Até 1100, mais ou menos, o típico nobre europeu era um guerreiro rude e grosseiro que passava a maior parte do tempo empenhado em combater os vizinhos e a saquear os indefesos. Grande parte dessa violência amainou no século XII, por causa de coações eclesiásticas, porque os estados nascentes estavam impondo a paz local com mais eficácia e porque os próprios nobres começavam a gozar de uma vida mais estabilizada. Os nobres continuavam a participar das Cruzadas e a combater em guerras nacionais, porém era menos freqüente lutarem entre si por motivos fúteis. Ao que parece, como sucedâneo inconsciente para o antigo espírito guerreiro, desenvolveu-se o código da cavalaria, que conduziu a conduta marcial para atividades relativamente inócuas. As regras da cavalaria impunham ainda a obrigação de lutar em defesa de causas nobres; na ausência dessas, havia oportunidades para travar combate em torneios, batalhas fictícias que, embora de início fossem bastante violentas, mais tarde tornaram-se praticamente cerimoniais. Sobretudo, os cavaleiros – que possuíam menos terras que a alta aristocracia – deviam ser não só valentes e leais, mas também generosos, verazes, reverentes, bondosos para com os pobres e desdenhosos de vantagens injustas ou ganhos ilícitos.

Melhoras na qualidade de vida dos nobres

Como resultados do aumento da riqueza dos nobres e da ascensão da cavalaria, podemos mencionar melhorias na qualidade de vida e no tratamento dispensado às mulheres. Até 1100, mais ou menos, a maioria das habitações dos nobres era construída de madeira, e incendiavam-se com freqüência, devido aos primitivos métodos de aquecimento e de cozinhar. Graças à riqueza crescente e ao avanço da tecnologia,

depois de 1100 passaram a ser construídos castelos, geralmente de pedra, e por isso muito menos sujeitos a incêndios. Além disso, passaram a contar com chaminés e lareiras com rebordo, ambas invenções medievais; com isso, ao invés de se ter uma fogueira ardendo no centro de um grande salão, aposentos individuais podiam ser aquecidos e as pessoas ganharam alguma privacidade. Via de regra, os nobres comiam menos vegetais que os camponeses, mas sua dieta era carregada de carne; o aumento do comércio de luxo trouxe também às suas mesas caras especiarias exóticas, como pimenta e açafrão. Embora as maneiras à mesa ainda fossem atrozes – usavam-se facas e colheres, mas não se conhecia o garfo e as pessoas limpavam o nariz nas mangas das roupas – os nobres procuravam mostrar sua superioridade vestindo-se com elegância, até mesmo com ostentação. Nesse período surgiu também o vestuário justo, pois tinham acabado de ser inventados o tricô, o botão e a casa de botão.

Mudanças nas atitudes dos nobres em relação às mulheres

Por dois motivos a história das atitudes dos nobres em relação às mulheres, na alta Idade Média, é um tanto controversa. O primeiro é que a maior parte de nossas informações a respeito vem da literatura, e os historiadores divergem quanto ao grau em que a literatura verdadeiramente reflete a vida. O segundo é que, segundo certos estudiosos, as mulheres foram, na melhor das hipóteses, guindadas a um pedestal, ao passo que as mulheres de hoje preferem, com justiça, "ascenderem saindo do pedestal". Não obstante, não há como duvidar de que, ao melhorar a qualidade material da vida dos nobres, isso aconteceu tanto para as mulheres como também para os homens. Mais que isso, verificou-se decididamente uma revolução em certas atitudes verbalizadas em relação ao sexo feminino. Até o século XII, salvo algumas santas, as mulheres eram praticamente ignoradas na literatura: o típico poema épico francês narrava façanhas sangrentas que ou não faziam qualquer menção a mulheres ou as descreviam, de passagem, como totalmente subservientes. No entanto, nas primeiras décadas do século XII as mulheres foram subitamente transformadas em objeto de veneração por parte de poetas líricos e autores de romances (ver o capítulo seguinte). Um trovador típico escreveu, referindo-se à sua dama, que "tudo que faço de apurado infiro de seu corpo formoso" e que "ela é a árvore e o ramo onde amadurece o fruto da alegria."

Mudanças na situação das mulheres da nobreza

Embora essa nova literatura "cortesã" fosse extremamente idealista e um tanto artificiosa, decerto exprimia os valores de uma cultura mais delicada, na qual as mulheres da classe superior eram, na prática, mais respeitadas do que antes. Ademais, não há dúvida de que certas mulheres de famílias reais, nos séculos XII e XIII, realmente governaram seus estados em várias ocasiões, quando seus maridos ou filhos estavam mortos ou impossibilitados de fazê-lo. A indômita Eleanora da Aquitânia, por exemplo, esposa de Henrique II, ajudou a governar a Inglaterra, embora já contasse mais de 70 anos, quando seu filho, Ricardo I, participou de uma cruzada entre 1190 e 1194; e a valorosa Branca de Castela governou a França muito bem por duas vezes no século XIII, primeiro durante a menoridade de seu filho, Luís IX, e novamente quando ele saiu numa cruzada. De uma perspectiva moderna, sem dúvida as mulheres da alta Idade Média ainda estavam submetidas a fortes limitações, mas do ponto de vista do passado o período foi de progresso para as mulheres das classes superiores. O símbolo mais claro

disso vem da história do jogo de xadrez: antes do século XII o jogo era praticado em países orientais, mas ali o equivalente da rainha era uma figura masculina, o principal ministro do rei, que só podia mover-se em diagonal, uma casa de cada vez; contudo, na Europa ocidental do século XII, essa peça foi transformada numa rainha, e em algum momento antes do fim da Idade Média, ela passou a mover-se por todo o tabuleiro.

3. A REVIVESCÊNCIA DO COMÉRCIO E A REVOLUÇÃO URBANA

Tipos de comércio

Dois aspectos que não podem ser separados da revolução agrícola, da manumissão dos servos e da crescente melhora da vida dos nobres foram a revivescência do comércio e o florescimento das cidades. O comércio veio a ser incrementado de muitas maneiras diferentes. A principal foi o comércio cotidiano feito em feiras locais, onde servos ou camponeses livres vendiam seus excedentes de grãos ou talvez algumas dúzias de ovos. Entretanto, com a especialização crescente, produtos como vinhos ou algodão eram às vezes levados a grandes distâncias. Rotas fluviais e marítimas eram usadas sempre que possível, mas o transporte por terra era também necessário, e veio a ser fomentado por aperfeiçoamentos na construção de estradas, pela adoção de cavalos e mulas de carga e pela construção de pontes. Enquanto os romanos na verdade só estavam interessados nas *comunicações* por terra, as populações medievais, a partir do século XI, concentraram-se no *transporte* terrestre, a ponto de se tornarem muito mais capacitados a manter um vigoroso comércio por via terrestre. E isso não significa que tenham desprezado as comunicações pelo Mediterrâneo. Pelo contrário, também a partir do século XI, começaram a transformar o antigo "lago" romano numa via de extenso comércio marítimo que se estendia a distâncias mais curtas e mais longas do que antes. Entre 1050 e 1300, as cidades-estados italianas de Gênova, Pisa e Veneza libertaram grande parte do Mediterrâneo do controle mulçumano, deram início ao monopólio do comércio em águas antes dominadas pelos bizantinos e começaram a estabelecer, em entrepostos do Mediterrâneo oriental, um florescente comércio com o Oriente. Em conseqüência, artigos suntuários, como especiarias, pedras preciosas, perfumes e tecidos finos começaram a aparecer em mercados ocidentais e estimularam a vida econômica ao levarem os nobres a acelerar a revolução agrícola a fim de pagá-los.

Revivescência da economia monetária

Essa revivescência do comércio trouxe a necessidade de novos sistemas de pagamento e de novas técnicas de comércio. Um de seus resultados mais importantes foi que a Europa ocidental voltou a uma economia monetária, depois de aproximadamente quatro séculos durante os quais a moeda cunhada não foi praticamente empregada como meio de troca. A herdade tradicional tinha sido quase auto-suficiente e os poucos artigos que ela não produzia podiam ser facilmente obtidos através de escambo. Todavia, com o crescimento dos mercados as moedas metálicas tornaram-se indispensáveis. A princípio essas moedas representavam valores ínfimos, mas com o crescimento do comércio de luxo no Ocidente os valores cresceram rapidamente; no século XIII, estados italianos como Florença e Veneza emitiam moedas de ouro.

ROTAS DE COMÉRCIO MEDIEVAIS

Comércio a longa distância e novas técnicas comerciais

Num modelo de desenvolvimento similar, no começo os negociantes de longa distância eram mercadores itinerantes, muitas vezes verdadeiros mascates, mas aos poucos acharam melhor exibir e vender seus produtos em feiras internacionais de comércio. Dessas, as mais florescentes eram as realizadas na província francesa de Champagne, onde, por exemplo, eram expostos e vendidos tecidos de Flandres e especiarias trazidas do Oriente pelos italianos. Mais tarde, nas alturas de 1300, tais feiras entraram em declínio porque mercadores prósperos já enviavam frotas inteiras da Itália ao Atlântico norte e preferiam ficar eles próprios em casa. Para facilitar esse sistema de comércio mais sedentário, os negociantes aprimoraram técnicas modernas de sociedades comerciais, letras de câmbio e contabilidade. Como tais empresários investiam no comércio com a intenção de lucro, criando e utilizando complexos mecanismos de crédito, a maioria dos historiadores modernos concordam em que foram os primeiros capitalistas mercantis do Ocidente.

Crescimento das cidades

Tanto por causa da expansão da moeda e do crédito, o comércio foi enormemente incrementado pelo rápido crescimento das cidades. Se pudéssemos imaginar uma vista aérea da Europa no século XII, o surgimento de cidades como cogumelos seria o fenômeno mais notável após a derrubada das florestas e a drenagem dos pântanos. Alguns historiadores incluem erroneamente na categoria de cidades as numerosas comunidades agrícolas de camponeses, fundadas nas clareiras. Na verdade, porém, esses aldeamentos não eram urbanos em nenhum sentido. Deixando-as de lado, muitos aglomerados urbanos surgiram do

nada na alta Idade Média, e as cidades que haviam sobrevivido do período romano expandiram-se enormemente. Para darmos alguns exemplos, na Alemanha central e oriental (áreas que não tinham feito parte dos antigos territórios de colonização romana) fundaram-se no século XII cidades novas como Friburgo em Breisgau, Lübeck, Munique e Berlim. Mais a oeste, onde velhas cidades romanas tinham-se convertido em pouco mais que residências episcopais ou estacadas, cidades antes insignificantes, como Paris, Colônia e Londres, mais ou menos duplicaram de tamanho entre 1100 e 1200, voltando a duplicar no século seguinte. A vida urbana concentrava-se sobretudo na Itália, onde se encontrava a maioria das grandes cidades européias: Veneza, Gênova, Milão, Bolonha, Palermo, Florença e Nápoles. No século XIII, a população das maiores delas – Veneza, Gênova e Milão – orçava pelas 100.000 almas. Não dispomos de números precisos para a população de outras cidades italianas, mas parece provável que a população de muitas tenha ao menos triplicado entre mais ou menos 1150 e 1300, pois sabemos com segurança que a pequena cidade italiana de Imola, perto de Bolonha, passou de aproximadamente 4.200 habitantes em 1210 para 11.500 em 1312. Considerando-se que a vida citadina havia chegado perto do desaparecimento na maior parte da Europa entre 750 e 1050, não há como não falarmos de uma revolução urbana na alta Idade Média. Ademais, a partir desse período e até hoje, uma vigorosa vida urbana tem sido característica notável da civilização européia-ocidental e, subseqüentemente, da mundial moderna.

Causas da revolução urbana

Pensava-se, no passado, que a causa primordial da revolução urbana medieval tivesse sido a revivescência do comércio a longa distância. Em teoria, mascates itinerantes, que não dispunham de um lugar seguro na sociedade predominantemente agrária da Europa, aos poucos se juntaram em cidades, a fim de prestar uns aos outros uma proteção de extrema necessidade e criar mercados para a venda de seus produtos. Na realidade, as coisas foram muito mais complicadas. Conquanto muitas cidades realmente tenham recebido muito estímulo do comércio a longa distância – e o crescimento de uma grande cidade como Veneza teria sido inimaginável sem esse comércio – a origem e a primitiva vitalidade econômica da maioria das cidades decorreram muito mais da riqueza das áreas circundantes. Tais áreas levavam-lhes produtos agrícolas excedentes, matérias-primas para manufatura e um influxo populacional. Em outras palavras, o aceleramento da vida econômica em geral foi a principal causa do crescimento urbano: as cidades existiam em relacionamento simbiótico com o campo, oferecendo mercados e também artigos fabricados por artesãos, ao passo que viviam do excedente alimentício rural e cresceram com a migração de servos ou camponeses desnecessários, que estavam à procura de uma vida melhor. (Os servos fugidos tinham garantida sua liberdade caso permanecessem numa cidade um ano e um dia.) Tão logo as cidades começaram a florescer, muitas se especializaram em certas atividades. Paris e Bolonha adquiriram riquezas copiosas ao se tornarem sedes de importantes universidades; Veneza, Gênova, Colônia e Londres fizeram-se centros de comércio a longa distância; e Milão, Ghent e Bruges especializaram-se em manufaturas. As mais importantes indústrias urbanas eram as de tecidos. Os fabricantes de tecidos desenvolveram por vezes técnicas de produção e de investimento em grande escala que são ancestrais do moderno

sistema fabril e do capitalismo industrial. Contudo, cabe salientar que as grandes empresas industriais eram, de modo geral, atípicas na vida econômica medieval.

A vida nas cidades medievais

As cidades medievais não eram fac-símiles miniaturizadas das modernas, e a nossos olhos teriam parecido ainda semi-rurais e pouco civilizadas. As ruas eram amiúde sem pavimentação, as casas tinham hortas, e vacas e porcos eram mantidos em estábulos e chiqueiros. Ao caminhar pelas ruas de uma grande metrópole, um transeunte podia ser detido por um rebanho de carneiros ou um bando de gansos. As condições sanitárias eram com freqüência das mais precárias e a atmosfera devia recender a excremento, animal e humano. Os habitantes dessas cidades eram atormentados com freqüência por incêndios que destruíam rapidamente as congestionadas habitações de madeira ou de palha, e que prosseguiam desenfreadamente, devido à ausência de bombeiros. As pessoas eram também altamente suscetíveis a doenças contagiosas, nascidas das condições insalubres e da superpopulação. Outro problema era que as tensões econômicas e as rivalidades de família levavam a rixas sangrentas. No entanto, apesar de tudo, os citadinos muito se orgulhavam de suas novas cidades e de seus modos de vida. Um famoso poema de louvor a Londres, por exemplo, composto por um londrino do século XII, gabava sua prosperidade, piedade e clima perfeito (!), e declarava que, salvo os freqüentes incêndios, o único incômodo na cidade era "a intemperança imoderada dos néscios".

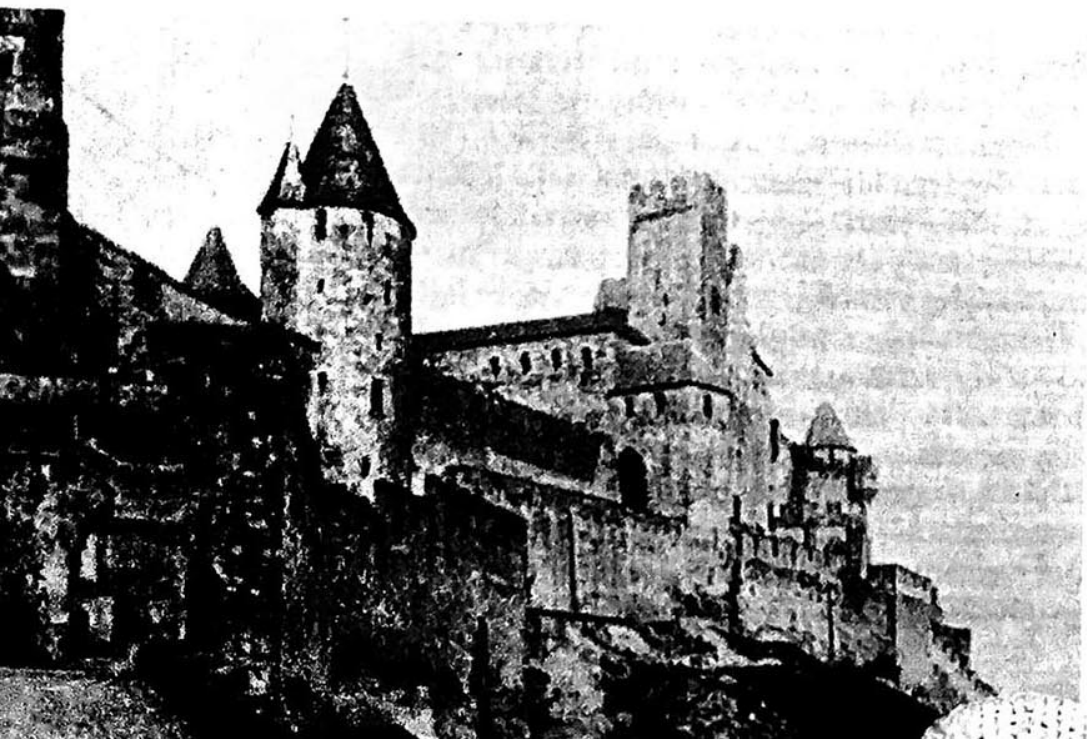
As corporações

A mais característica forma de organização econômica e social das cidades medievais era a guilda ou corporação. Tratava-se, *grosso modo*, de uma associação profissional organizada para proteger e promover interesses especiais. Os tipos principais eram as guildas de mercadores e as guildas de ofícios. As funções principais das guildas de mercadores consistiam em manter um monopólio do mercado local para seus membros e preservar um sistema econômico estável. Para cumprir esses objetivos, a guilda de mercadores restringia extremamente o comércio por parte de estrangeiros na cidade, garantia a seus membros o direito de participar das vendas propostas por outros membros, obrigava à uniformização de preços e fazia o possível para garantir que ninguém açambarcasse o mercado dos bens produzidos por seus membros.

Da mesma forma, as guildas de ofícios regulavam os negócios dos artífices. Em geral, seus únicos membros plenos, com direito a voto, eram os chamados artífices-mestres, exímios em seus ofícios e que possuíam suas próprias lojas. Assim, se quisermos comparar essas guildas com os sindicatos modernos, melhor será dizer que eram sindicatos patronais. Como membros de segunda classe, as guildas de ofícios tinham os aprendizes e os jornaleiros, que haviam aprendido seus ofícios, mas que ainda trabalhavam para os mestres. (A palavra "jornaleiro", no sentido aqui empregado, vem de "jornal", derivado do latim *diurnale*, "diário", isto é, salário pago por um dia de trabalho.) As condições de aprendizado eram cuidadosamente regulamentadas: se um aprendiz desejasse tornar-se mestre tinha muitas vezes de produzir uma "obra-prima", a ser julgada pelos mestres da guilda. Tal como as guildas de mercadores, as de ofício procuravam preservar os monopólios e limitar a competição. Assim, estabeleciam a uniformidade de preços e salários, proibiam os serões e elaboravam minuciosos regulamentos com relação aos métodos de produção e à qualidade dos materiais. Além de

As atitudes medievais em relação aos comerciantes

suas funções econômicas, os dois tipos de guildas cumpriam importantes funções sociais. Com freqüência serviam como associações religiosas, sociedades caritativas e clubes sociais. Assim, em algumas cidades chegaram perto de se tornarem governos em miniatura.

Os mercadores e artífices citadinos preocupavam-se particularmente com sua proteção, porque não tinham nenhum papel legítimo no antigo estado de coisas medieval. Em geral os mercadores eram menosprezados pelos aristocratas porque não podiam gabar-se de linhagens antigas nem eram versados nas artes da cavalaria. Pior que tudo, estavam obviamente interessados no ganho pecuniário. Embora também os nobres estivessem aos poucos se interessando em auferir lucros, faziam-no de maneira menos ostensiva: em sua vida diária davam pouca atenção à contabilidade e faziam alarde de sua munificência pródiga. Uma outra razão pela qual os mercadores medievais se colocavam na defensiva era o fato de a Igreja, que se opunha ao ganho ilícito, ensinar a doutrina do "justo preço", muitas vezes em desacordo com aquilo que os mercadores julgavam merecer. Os clérigos também condenavam a usura – ou seja, o empréstimo de dinheiro a juros – muito embora com freqüência ela fosse essencial para se fazer negócios. Para darmos um exemplo, um decreto do Segundo Concílio de Latrão, em 1139, exprobava a "rapacidade detestável, vergonhosa e insaciável dos emprestadores de dinheiro". Com o passar do tempo, porém, as atitudes modificaram-se. Na Itália muitas vezes era difícil distinguir mercadores de aristocratas, pois estes habitualmente viviam nas cidades e com freqüência dedicavam-se eles próprios ao comércio. No resto da Europa, os mais prósperos citadinos, chamados patrícios, adquiriram seu próprio senso de orgulho, que raiava pelo da nobreza. A Igreja medieval jamais abandonou a proibição da usura, mas veio a aprovar a obtenção de lucros através de riscos comerciais, o que muitas vezes dava no mesmo. Ademais, por volta do século XIII, clérigos iminentes passaram a se referir aos mercadores de modo mais favorável. São Boaventura, um destacado eclesiástico do século XIII, argumentava que Deus concedera favores especiais a pastores como David, na época do Velho Testamento, a pescadores como Pedro, na época do Novo, e a mercadores como São Francisco no século XIII.

Cidade medieval murada de Carcassona, França. Estes muros datam de 1240 a 1285.

Em suma, é difícil exagerar a importância da revolução urbana durante a alta Idade Média. O fato de que as novas cidades representaram o coração da economia já foi suficientemente ressaltado: proporcionando mercados e produzindo bens, mantinham em florescimento todo o sistema econômico. Além disso, as cidades e vilas prestavam importante contribuição para o desenvolvimento do governo, pois em muitas áreas ganhavam sua própria independência e governavam a si próprias como cidades-estados. Principalmente na Itália, onde a vida urbana era de longe a mais adiantada, os governos de cidades experimentaram novos sistemas de tributação, registro de anais e participação pública na tomada de decisões. As cidades-estados italianas eram particularmente avançadas em técnicas administrativas e com isso ajudaram a influenciar um desenvolvimento geral, de âmbito continental, da administração pública.

Significado da revolução urbana: (1) desenvolvimento da economia e do governo

Por fim, a ascensão das cidades em muito contribuiu para o aceleramento da vida intelectual no Ocidente. Era invariável que as novas escolas se localizassem nas cidades, pois estas ofereciam domicílio e proteção legal aos mestres. A princípio, professores e estudantes eram sempre clérigos, mas no século XIII a necessidade de que os mercadores aprendessem a ler e contar levou à fundação de numerosas escolas elementares leigas. Também relevante para o futuro foi o fato de o estimulante ambiente urbano ter ajudado a tornar as escolas avançadas mais abertas à experimentação intelectual do que quaisquer outras no Ocidente desde as dos gregos. Não foi por acaso que também a vida intelectual da Grécia se baseasse em cidades florescentes. Assim, ao que parece, sem o comércio de mercadorias será pouco animador o comércio de idéias.

(2) as cidades como base da vida intelectual

4. O FEUDALISMO E A ASCENSÃO DAS MONARQUIAS NACIONAIS

Se alguma cidade da Europa ocidental, em inícios do século XIII, sintetizava as maiores dentre as novas realizações da Europa, essa cidade era Paris: ela constituía não só um ativo centro comercial e um importante centro do saber, como era também a capital daquele estado que se estava tornando o mais poderoso da Europa. A França, tal como a Inglaterra e os novos reinos cristãos da península Ibérica, estava tomando forma nos séculos XII e XIII como uma monarquia nacional, uma nova forma de governo que viria a dominar o futuro político da Europa. Como essas incipientes monarquias nacionais eram os mais bem-sucedidos e promissores governos europeus, devemos concentrar-nos nelas, mas antes disso convém ver o que estava acontecendo, do ponto de vista político, na Alemanha e na Itália.

A monarquia nacional como inovação política

Por volta de 1050 a Alemanha era indubitavelmente o território mais centralizado e bem governado da Europa, mas em 1300 havia degenerado num aglomerado de pequenos estados beligerantes. Como a maioria das demais áreas da Europa estava ganhando um governo mais forte no mesmo período, o declínio político da Alemanha torna-se um intrigante problema histórico. Trata-se também de um problema de importância fundamental, pois do ponto de vista político a Alemanha só alcançou o resto da Europa no século XIX. Essa tentativa de

O declínio político da Alemanha medieval: um problema histórico

conquistar seu lugar pleno no sistema político europeu em data tão tardia provocou dificuldades que só foram resolvidas recentemente, em nossa própria era.

A monarquia alemã nos séculos X e XI

As principais fontes de força da Alemanha, desde o reinado de Oto o Grande, em meados do século X, até fins do século XI, foram sua sucessão de governantes fortes, sua resistência à fragmentação política e a estreita aliança da coroa com a Igreja. Ao derrotar fragorosamente os húngaros e ao assumir o título de imperador, Oto impediu que o país sucumbisse a novas invasões e conquistou grande prestígio para a monarquia. Durante mais de um século, depois disso, seguiu-se uma série quase ininterrupta de soberanos tão capazes e vigorosos quanto Oto. Seus rivais políticos mais próximos eram os duques, chefes militares de cinco grandes territórios alemães (Lorena, Saxônia, Francônia, Suábia e Baviera), mas durante a maior parte desse período os duques sentiram-se temerosos da força dos imperadores. Estes últimos, a fim de governar seus vastos territórios — que incluíam a Suíça, o leste da França e a maior parte dos Países Baixos, havendo ainda pretensões ao norte da Itália — confiavam muito na cooperação com a Igreja. Os principais administradores reais eram arcebispos e bispos, nomeados pelos imperadores sem interferência do papa, e que muitas vezes provinham das próprias famílias dos monarcas. Os imperadores germânicos eram tão fortes que, quando lhes aprazia, podiam ir à Itália e nomear os próprios papas. Os arcebispos e bispos dirigiam o governo germânico muito bem para a época, sem qualquer máquina administrativa complicada, e contrabalançavam a força dos duques. No decorrer do século XI os imperadores estavam dando início a tentativas para criação de seu próprio governo secular. Tivessem conseguido dar prosseguimento a essa política, ela poderia ter assentado alicerces verdadeiramente sólidos para o futuro. No entanto, ocorreu que todo o sistema formulado por Oto e seus sucessores foi desafiado momentosamente por uma revolução no seio da Igreja.

A luta entre Henrique IV e Gregório VII

O desafio ao governo alemão teve lugar no reinado de Henrique IV (1056-1106) e foi dirigido pelo papa Gregório VII (1073-1085). Por motivos que serão analisados no próximo capítulo, Gregório desejava libertar a Igreja do controle secular e lançou contra Henrique IV uma campanha com esse objetivo. De imediato o papa pôs Henrique na defensiva, ao celebrar uma aliança com os duques e outros príncipes alemães, que só precisavam de um pretexto para se levantarem contra seu suserano. Quando os príncipes ameaçaram depor Henrique IV por sua desobediência ao papa, o até então poderoso monarca foi obrigado a buscar a absolvição de Gregório VII, num dos mais melodramáticos episódios da Idade Média. No auge do inverno de 1077, Henrique transpôs apressadamente os Alpes para humilhar-se diante do papa no castelo de Canossa, no norte da Itália. Numa carta aos príncipes, assim Gregório descreveu a cena: "Ali, durante três dias sucessivos, de pé diante da porta do castelo, pondo de lado todas as insígnias reais, descalço e vestindo panos grosseiros, Henrique não cessava de suplicar, com muitas lágrimas, a ajuda e o conforto apostólicos." Nenhum monarca germânico fora jamais tão humilhado. Embora o episódio de Canossa tenha protelado a deposição de Henrique IV, tirou-lhe seu imenso prestígio. Quando sua luta contra o papado, prosseguida pelo filho, acabou, os príncipes haviam obtido muito mais independência da

coroa do que jamais tinham tido. Mais ainda, em 1125 impuseram suas pretensões de poderem eleger um novo suserano, independentemente de sucessão hereditária – um princípio que daí em diante muitas vezes os levaria a escolher os sucessores mais débeis ou a mergulhar o país na guerra civil. Entrementes, a coroa havia perdido grande parte do controle que exercia sobre a Igreja e, destarte, vira desaparecer sua força administrativa. Enquanto a França e a Inglaterra consolidavam aos poucos suas máquinas governamentais centralizadas, a Alemanha perdia a sua.

Frederico Barba-Roxa

No século XII, Frederico I (1152-1190), da família dos Hohenstaufen, fez uma importante tentativa de reprimir a maré que ameaçava a monarquia alemã. Frederico, apelidado "Barba-Roxa", buscou reafirmar sua dignidade imperial chamando a seu reino "Sacro Império Romano", com base na teoria de que se tratava de um império universal descendente de Roma e abençoado por Deus. Reivindicando descendência romana, promulgou antigas leis imperiais de Roma – preservadas no Código de Justiniano – que lhe davam muito poder teórico. No entanto, não podia esperar fazer cumprir tais leis, a menos que dispusesse de sua própria base material de apoio. Por conseguinte, a principal política de seu reinado consistiu em neutralizar o poder dos príncipes, delimitando seu próprio domínio geográfico, do qual ele pudesse extrair riqueza e força.

A política italiana de Frederico

Para infelicidade de Frederico I, suas terras ancestrais ficavam na Suábia, uma região pobre da Alemanha que ainda hoje consiste em uma área acidentada e relativamente improdutiva, e na Floresta Negra. Por isso, Frederico decidiu transformar o norte da Itália em sua base de poder, juntamente com a Suábia. Não poderia ter tomado pior resolução. A Itália setentrional era realmente abastada, mas também possuía feroz sentido de independência. Suas cidades ricas, encabeçadas por Milão, ofereceram tenaz resistência. Ademais, receberam forte apoio moral do papado, que não tinha nenhum desejo de ver um forte imperador alemão exercendo soberania na Itália. Frederico I chegou muito perto de vencer a aliança urbano-papal, mas por fim os Alpes mostraram ser uma barreira grande demais para permitir-lhe impor sua vontade na Itália e governar também a Alemanha. Sempre que ele dominava as cidades, logo depois tinha de voltar para a Alemanha, e as cidades, com incentivo papal, sublevavam-se novamente. Por fim, em 1176 as insuficientes forças germânicas foram decisivamente derrotadas pelas tropas de uma coligação de cidades do norte da Itália, em Legnano, e Barba-Roxa foi obrigado a conceder a independência *de facto* da área. Entrementes, os príncipes germânicos continuavam a ganhar força, sobretudo pela colonização das ricas terras agrícolas a leste do Elba, que eram realmente as de que Frederico deveria ter-se ocupado, e o conflito do imperador com os papas alienou mais ainda elementos dentro da igreja alemã. Como Barba-Roxa era uma figura impetuosa, nunca foi esquecido pelos alemães, mas seu reinado praticamente garantiu que o império alemão não voltaria a reerguer-se durante a Idade Média.

O reinado do igualmente famoso neto de Barba-Roxa, Frederico II (1212-1250), foi tão-somente uma confirmação do destino da Alemanha. Em termos de personalidade, Frederico II foi, provavelmente, o mais fascinante dos monarcas medievais. Uma vez que seu pai, Henrique

Frederico II; sua personalidade e suas políticas

VI, havia herdado, pelo casamento, o reino do sul da Itália e da Sicília (mais tarde chamado Reino das Duas Sicílias), Frederico cresceu em Palermo, onde absorveu elementos da cultura islâmica. (Os árabes haviam dominado a Sicília durante dois séculos e meio, de 831 a 1071.) Frederico II falava cinco ou seis idiomas, era um mecenas da cultura, e escreveu um livro sobre falcoaria que ocupa lugar de honra na história primitiva da ciência empírica do Ocidente. Além disso, realizava "experiências" bizarras e brutais, como estripar homens para observar os efeitos comparativos do repouso e do exercício sobre a digestão. Tais práticas correspondiam à sua política geral de tentar governar como um déspota oriental. Introduziu em seu reino autônomo da Itália meridional formas orientais de absolutismo e governo burocrático. Criou um exército profissional, impôs tributação direta e promulgou o direito romano uniforme. Numa atitude típica, Frederico II tentou criar um culto ao soberano e decretou ser ato de sacrilégio até mesmo discutir suas leis e opiniões. Durante algum tempo essas políticas deram a impressão de serem bem-sucedidas para o governo da Itália meridional, mas a base de poder de Frederico na Itália conduziu a novos conflitos com o papado e com as cidades italianas do norte. Essas lutas se arrastaram de maneira inconclusiva até sua morte, mas a partir daí o papado tomou a peito que nenhum Hohenstaufen voltaria a reinar na Itália e buscou eliminar os contendores restantes, organizando cruzadas contra eles. Exaurido pela desumanidade de Frederico II e por guerras ulteriores, o sul da Itália mergulhou gradualmente no atraso do qual só hoje em dia começa a sair. E o reinado de Frederico foi também nocivo para a Alemanha. Empenhado em levar avante suas políticas italianas sem óbices, Frederico formalmente entregou a Alemanha aos príncipes, concedendo-lhes grandes áreas de suserania. Embora depois disso continuassem a ser eleitos "imperadores" nominais, os príncipes tornaram-se os verdadeiros senhores do país. Contudo, lutavam tanto entre si que a paz era rara, e subdividiram as terras entre os herdeiros de tal forma que o mapa da Alemanha começou a lembrar uma colcha de retalhos. Como mais tarde diria o filósofo francês Voltaire, o "Sacro Império Romano" não era nem sacro, nem romano, nem império.

A situação política na Itália durante a alta Idade Média

A história da política italiana na alta Idade Média pode ser contada mais depressa. No século XII o sul da Itália e a Sicília tinham sido fundidos num forte estado monárquico, por descendentes normando-franceses dos vikings. Mas depois, como vimos, a área passou para os Hohenstaufen e foi posteriormente levada à ruína. Na alta Idade Média a Itália central foi em grande parte governada pelo papado, mas era raro os pontífices serem fortes o bastante para criar um estado realmente bem governado, em parte porque viviam em turras constantes com os imperadores germânicos. Mais ao norte ficavam as ricas cidades mercantis e manufatureiras que haviam rechaçado Barba-Roxa com êxito. Em geral, organizavam-se politicamente na forma de repúblicas ou "comunas". Ofereciam muita participação no governo a seus habitantes mais prósperos. Devido, porém, a interesses econômicos diversos e a antagonismos de família, as cidades italianas viviam cindidas por lutas intestinas. Ademais, embora pudessem unir-se em ligas contra ameaças estrangeiras, como as representadas por Barba-Roxa ou Frederico II, muitas vezes lutavam entre si na ausência de ameaças externas. A conseqüência foi que, embora a vida econômica e cultural fosse avança-

IMPÉRIO GERMÂNICO c. 1200 d. C.

díssima nas cidades italianas, e embora elas fizessem experiências importantes em técnicas administrativas, faltou estabilidade política no norte da Itália durante a maior parte da alta Idade Média.

Feudalismo: um termo controverso

Quem quiser achar os centros de crescente estabilidade política na Europa deve procurá-los, nesse período, na França e na Inglaterra. Por ironia, alguns dos fundamentos básicos para a futura grandeza política na França foram assentados sem qualquer planejamento e justamente quando a área apresentava menor estabilidade política. Tais fundamentos foram aspectos de um nível de descentralização muitas vezes denominados pelos historiadores como o sistema do "feudalismo". O emprego dessa palavra é controverso porque desde Marx alguns historiadores preferem utilizá-la para descrever um sistema econômico e social de base agrária, no qual grandes propriedades são trabalhadas por um campesinato dependente. O problema com esse uso está em ser ele demasiado impreciso, pois tais grandes propriedades existiram em muitos lugares e épocas depois da Idade Média européia e o sistema agrário medieval pode ser definido melhor como um regime senhorial. Num outro extremo, certos historiadores argumentam que mesmo que o

termo feudalismo for usado para descrever um sistema político medieval, as realidades medievais eram tão diversas que nenhuma definição de feudalismo pode cobrir com precisão, ou mesmo com utilidade, mais que um único caso. Não obstante, podemos conservar a palavra aqui, por conveniência, e aplicá-la a um ponto específico no desenvolvimento político medieval, desde que tenhamos em mente que, da mesma forma que o regime senhorial, ela só pretende servir como qualquer outra aproximação e que outros historiadores talvez a utilizem como um termo para análise econômica ou sociológica.

Feudalismo político

O feudalismo político foi um sistema de extrema descentralização política, no qual o que hoje chamaríamos de poder público estava amplamente em mãos de particulares. De uma perspectiva histórica, ele foi experimentado mais plenamente na França durante o século X, quando o império carolíngio havia-se desintegrado e a área estava sendo golpeada por devastadoras invasões vikings. Os carolíngios haviam mantido um mínimo de autoridade pública, que não foi de nenhuma valia para conter as invasões. Assim, os senhores locais tiveram de se haver como pudessem. Por fim, esses senhores acabaram por opor a melhor defesa contra os vikings e, por conseguinte, foram capazes de assumir praticamente todos os antigos poderes de governo. Organizavam seus próprios exércitos, não muito grandes, dispensavam sua própria justiça primitiva e, ocasionalmente, até emitiam suas próprias moedas. A despeito dessa descentralização, porém, nunca se esqueciam de que houvera no passado unidades maiores de governo. Sobretudo, não importa quão fraco fosse o rei (e, com efeito, em geral eram muito fracos), sempre restava na França um rei que descendia direta ou indiretamente do ramo ocidental dos carolíngios. Havia ainda um punhado de duques ou condes esparsos, que, em teoria, tinham mais poder e autoridade do que os pequenos senhores ou cavaleiros. Assim, por meio de um complicado e sutil processo de racionalização, elaborou-se no decorrer dos séculos X e XI uma vaga teoria que procurava impor alguma ordem dentro do feudalismo. Segundo essa teoria, os pequenos senhores feudais não detinham seus poderes de uma vez para sempre, mas só os exerciam a título de *feudos*, os quais poderiam ser revogados no caso de não serem cumpridas certas obrigações. Na teoria – e grande parte dessa teoria era ignorada, na prática, durante longos períodos – o rei ou os senhores mais poderosos concediam feudos, isto é, direitos de governo sobre várias terras, a senhores menores em troca de um montante estipulado de serviço militar. Por sua vez, esses senhores menores podiam conceder alguns desses feudos a senhores ainda menores, em troca de serviços militares, até a cadeia deter-se ao nível mais baixo, o dos cavaleiros. O detentor de um feudo era dito *vassalo* daquele que o concedia, mas essa expressão não tinha nenhuma das conotações pejorativas que adquiriu hoje. A vassalagem – em tudo diferente da servidão – era uma condição puramente honrosa, e todos os detentores de feudos eram "nobres".

O feudalismo como causa do progresso político

Como o feudalismo foi em sua origem uma forma de descentralização, no passado os historiadores supunham que ele tivesse sido uma força histórica corrosiva ou divisionista; na linguagem comum, usamos hoje em dia o termo feudal como sinônimo de atrasado. Recentemente, porém, os especialistas chegaram à conclusão de que o feudalismo foi uma força de progresso e um ponto de partida fundamental para o

surgimento do estado moderno. Observam que em áreas como a Alemanha ou a Itália, onde praticamente não havia feudalismo algum, a estabilização política e a unificação só ocorreram muito mais tarde, ao passo que na França e na Inglaterra, que viveram o feudalismo em sua plenitude, a estabilização e a centralização do governo sobrevieram logo depois. Os especialistas postulam várias razões para isso. Como a princípio o feudalismo foi espontâneo e improvisado, era altamente flexível. Ao invés de estarem atados por princípios anacrônicos e arcaicos, os senhores locais podiam governar como melhor lhes parecesse no momento, ou podiam curvar-se aos ditames de determinados costumes locais. Assim, o governo que exerciam, por mais rudimentar que fosse, representava o que melhor convinha à época e podia ser usado para a construção de um governo ainda mais forte, com o passar do tempo. Um segundo motivo para a eficácia do feudalismo estava em que atraía maior número de pessoas para os mecanismos concretos da vida política do que os antigos sistemas romano e carolíngio. Ao nível mais local possível, o governo podia ser visto ou experimentado com toda facilidade; ao se tornar tangível, as pessoas começavam a entendê-lo e a identificar-se com ele muito mais do que haviam entendido os impérios. O resultado foi que o feudalismo inculcou uma crescente lealdade ao governo, e ao desenvolver-se essa lealdade, unidades maiores podiam recorrer a ela. Em terceiro lugar, o feudalismo ajudou a criar certas instituições mais modernas por meio da ênfase que dava às cortes. Ao se tornar mais regularizado o sistema feudal, os vassalos passaram a comparecer à corte de seus superiores ao menos uma vez por ano. Ali deviam "fazer a corte", isto é, mostrar certos sinais cerimoniais de lealdade, e também servir nas "cortes", ou seja, participar de julgamentos e dar conselhos. Assim, acostumavam-se cada vez mais com os negócios de governo e começavam a portar-se de maneira mais semelhante a cortesãos ou políticos. Quando do surgimento dos estados monárquicos da França e da Inglaterra, os reis perceberam a utilidade das cortes feudais e as transformaram em núcleo administrativo de seus sistemas governamentais em expansão. Um último motivo pelo qual o feudalismo conduziu ao progresso político não é, na verdade, intrínseco ao sistema em si. Como a teoria das unidades maiores nunca foi esquecida, os grandes senhores ou os reis sempre podiam recorrer aos feudos quando chegava o momento certo para readquirirem seus direitos.

A conquista normanda

As maiores possibilidades para o emprego do feudalismo foram demonstradas pela primeira vez na Inglaterra após a conquista normanda de 1066. Já vimos que a Inglaterra se unificou e gozou de uma monarquia forte ao tempo do saxão Alfredo o Grande e de seus sucessores, em fins do século IX e no século X. Depois disso, porém, a monarquia saxônica começou a debilitar-se, sobretudo como conseqüência de novas invasões de vikings e de lideranças medíocres. Em 1066, Guilherme, o duque da Normandia (na França ocidental), reivindicou a coroa inglesa e atravessou o canal da Mancha para conquistá-la. Para sua felicidade, o recém-coroado rei inglês, Haroldo, havia acabado de rechaçar um ataque de vikings ao norte e não pôde, por isso, oferecer-lhe toda resistência. Na batalha de Hastings, Haroldo e suas tropas saxônicas lutaram bravamente, mas por fim não conseguiram deter a arremetida das tropas normandas. Ao morrer o dia, Haroldo foi ferido mortalmente por um flechaço, suas forças se dispersaram e os

normandos ocuparam o campo de batalha, e depois, a Inglaterra. O duque Guilherme tornou-se o rei Guilherme I o Conquistador, e passou a governar seu novo domínio como desejava.

O sistema feudal na Inglaterra normanda

Em retrospecto, podemos dizer que a conquista normanda sobreveio no momento azado para preservar e salientar a estabilidade política. Antes de 1066 a Inglaterra achava-se ameaçada de desintegração sob vários guerreiros aristocratas chamados condes (*earls*), mas Guilherme I destruiu-lhes inteiramente o poder. Em seu lugar, impôs o sistema feudal, pelo qual todas as terras da Inglaterra passaram a ser concedidas na forma de feudos, dados direta ou indiretamente pelo rei. Os senhores feudais (ou detentores de feudos) tinham a maioria dos direitos de governo que haviam obtido menos formalmente no continente, mas Guilherme conservou para si as prerrogativas de cunhar moeda, cobrar impostos territoriais e supervisionar a justiça nas causas criminais importantes. Manteve também o funcionário anglo-saxão encarregado do governo local, chamado xerife, para ajudá-lo a administrar e fazer cumprir esses direitos. A fim de garantir que nenhum de seus barões (a denominação dada na Inglaterra aos grandes senhores feudais) se tornasse demasiado poderoso, Guilherme teve o cuidado de espalhar os feudos a eles concedidos por várias partes do país. Usando esses artifícios, Guilherme utilizou práticas feudais para ajudar a governar a Inglaterra quando ainda não existiam administradores treinados em número suficiente para permitir um verdadeiro funcionalismo público profissional. Entretanto, conservou também grande parte do poder real e manteve o país inteiramente unificado sob a coroa.

Desenvolvimento da monarquia nacional na Inglaterra; o reinado de Henrique I

A história do governo inglês nos dois séculos que se seguiram a Guilherme I é basicamente uma história de reis que mantiveram com firmeza o sistema feudal, para vantagem própria, até o invalidarem e criarem uma forte monarquia nacional. O primeiro a tomar medidas nesse sentido foi o impetuoso filho do Conquistador, Henrique I (1100-1135). Uma de suas realizações mais importantes consistiu em iniciar na corte real um processo de especialização pelo qual certos funcionários começaram a assumir plena responsabilidade profissional pela supervisão das finanças; esses funcionários vieram a ser conhecidos como escrivãos do *Exchequer* (Tesouro). Outro feito importante foi a instituição de um sistema de juízes itinerantes que ministravam justiça como representantes diretos do rei em várias partes do reino.

A luta entre Henrique II e Thomas Becket

Após um período de guerra civil, Henrique I foi sucedido por seu neto Henrique II (1154-1189), que herdou muito do espírito ativista do avô. O reinado de Henrique II foi com certeza um dos mais momentosos de toda a história inglesa. Um dos motivos disso foi o fato de haver assistido a um enorme conflito entre o rei e o bombástico arcebispo de Cantuária (Canterbury), Thomas Becket, a respeito do *status* das cortes eclesiásticas e do direito canônico. Ao tempo de Henrique I, os padres e outros clérigos eram julgados por quaisquer crimes em tribunais eclesiásticos, de acordo com o direito canônico. As penas passadas por esses tribunais eram notoriamente brandas. Mesmo os assassinos raramente eram condenados a mais que penitência e perda de sua condição clerical. Além disso, as decisões passadas pelos tribunais da igreja da Inglaterra eram passíveis de recurso à cúria de Roma. Henrique II, que desejava fazer com que sua lei prevalecesse ao máximo e também manter as mesmas normas jurídicas para todos os súditos em seu reino,

tentou limitar os poderes dos tribunais eclesiásticos pelas Constituições de Clarendon, de 1164. Com relação aos clérigos acusados de crimes, estava disposto a contemporizar e permitir que fossem julgados por tribunais eclesiásticos, desde que as sentenças fossem passadas pelos tribunais reais. Becket, no entanto, resistiu com determinação a todas as tentativas de mudança. O litígio entre o rei e o arcebispo agravou-se pelo fato de terem sido no passado amigos íntimos, e chegou ao clímax quando Becket foi assassinado na catedral de Cantuária por quatro cavaleiros de Henrique, depois de o rei, num acesso de fúria, os haver repreendido por nada fazerem para calar o antagonista. O crime chocou de tal maneira o povo inglês que Becket logo passou a ser venerado como mártir e tornou-se o mais famoso santo inglês. Para a história do governo, o mais importante foi que Henrique teve de abandonar a maior parte de suas pretensões de colocar a Igreja sob controle real, e seus objetivos só foram concretizados no século XVI, com o advento da Reforma inglesa.

As reformas jurídicas de Henrique II

A despeito dessa grave derrota, Henrique II logrou importantes conquistas em outros setores, tanto que alguns historiadores afirmam ter sido ele o maior rei que a Inglaterra já teve. Suas contribuições mais relevantes foram jurídicas. Aumentou muito a utilização dos juízes itinerantes, criados por Henrique I e deu início ao costume de ordenar aos xerifes que levassem a esses juízes grupos de homens familiarizados com as condições locais. Tais homens deviam informar, sob juramento, todos os casos de homicídio, roubo, incêndios premeditados e outros crimes importantes de que tivessem conhecimento e que houvessem ocorrido desde a última visita dos juízes. Foi essa a origem do *grand*

Martírio de Thomas Becket. De um livro de salmos inglês do séc. XIII. Um dos cavaleiros golpeou Becket com tanta força que teve sua espada partida.

jury (grande júri). Foi também Henrique o primeiro rei a permitir que as partes envolvidas em litígios cíveis fossem aos tribunais reais. Nas causas mais comuns, uma pessoa que alegasse ter sido privada recentemente de sua terra podia obter um alvará da coroa, documento esse que ordenava ao xerife que levasse diante de um juiz doze homens que supostamente conhecessem os fatos. Perguntava-se então a esses doze homens, sob juramento, se a queixa era pertinente, e o juiz dava sua decisão, de acordo com as respostas. Desses costumes originou-se o julgamento por júri popular.

Benefícios da obra jurídica de Henrique

As inovações jurídicas de Henrique II beneficiaram tanto a coroa quanto o país, em vários sentidos. O efeito mais óbvio delas foi tornar a justiça mais uniforme e eqüitativa em todo o reino. Além disso, fizeram com que a justiça real se tornasse mais popular. Sobretudo nos casos de disputas de terras — as mais importantes e freqüentes da época — a parte mais fraca já não estava à mercê de um vizinho forte. Em geral as partes mais fracas eram cavaleiros, com os quais a coroa não estivera em contato estreito antes disso. Ao ajudar a defender os direitos dos cavaleiros, Henrique ganhou aliados valiosos para sua política de manter os barões mais poderosos sob rédea curta. Por fim, a utilização generalizada dos júris durante o reinado de Henrique II fez com que um número cada vez maior de pessoas participasse efetivamente do governo real. Ao assim fazerem, tornaram-se mais interessados pelo governo e mais leais a ele. Como essas pessoas serviam ao governo sem remuneração, Henrique conseguiu, de maneira brilhante, aumentar a competência e a popularidade de seu governo, a baixíssimo custo.

A prova mais cabal do êxito de Henrique II é que, após sua morte, o governo continuou a funcionar tão bem, que de certa forma dispensava controle. O filho de Henrique, o famoso Ricardo I Coração de Leão, governou dez anos, de 1189 a 1199, mas durante esse tempo só permaneceu na Inglaterra seis meses, pois estava continuamente envolvido em cruzadas e na defesa de suas possessões no continente. Durante toda a prolongada ausência de Ricardo, a administração governamental na verdade tornou-se mais eficiente devido ao trabalho de ministros capazes. O país levantou também duas quantias astronômicas para Ricardo, mediante tributação: a primeira para custear sua cruzada na Terra Santa e a outra para pagar seu resgate quando ele foi capturado por um inimigo, ao voltar. No entanto, mais tarde, quando um novo rei precisou de uma soma ainda maior, a maior parte dos ingleses mostrou-se refratária à idéia de pagar.

O reinado de João Sem Terra; a Magna Carta

Esse novo rei foi o irmão de Ricardo, João Sem Terra (1199-1216), que goza da reputação de ter sido um vilão, mas que foi apenas uma vítima das circunstâncias. Desde o tempo de Guilherme o Conquistador, os reis ingleses haviam continuado a governar uma grande parte da atual França, mas quando João Sem Terra subiu ao trono os soberanos da França estavam-se tornando bastante fortes para recuperar a maior parte desses territórios. João teve a suprema infelicidade de confrontar-se com Filipe Augusto, um rei francês de grande capacidade, que retomou a Normandia e as terras vizinhas à força de armas em 1204 e que garantiu esse triunfo mediante vitórias militares em 1214. João precisava de dinheiro tanto para governar a Inglaterra como para lutar na França, mas suas derrotas fizeram com que os súditos ingleses se sentissem pouco inclinados a pagar. Sobretudo os barões ressentiam-se

com as exigências financeiras do rei, e em 1215 obrigaram-no a renunciar a elas na mais tarde famosa Magna Carta, documento que se destinava também a reparar todos os outros abusos de que os barões se lembravam. Quase todas as concepções populares da Magna Carta são errôneas. Ela não pretendia ser uma carta de direitos ou de liberdades para o homem comum. Pelo contrário, tratava-se basicamente de um documento feudal no qual o rei, como senhor supremo, comprometia-se a respeitar os direitos tradicionais de seus vassalos. Não obstante, ela realmente enunciava, por escrito, dois princípios importantes: a coroa não podia levantar grandes somas de dinheiro sem o consentimento dos barões em um conselho comum; e nenhum homem livre poderia ser punido pela coroa sem julgamento por seus pares e segundo a lei da terra. A Magna Carta foi importante, acima de tudo, como expressão do princípio de governo limitado e da idéia de que o rei está sujeito à lei.

Como disse um medievalista norte-americano contemporâneo, J. R. Strayer, "A Magna Carta tornou difícil o governo arbitrário, mas não tornou impossível o governo centralizado". No século que se seguiu a ela, o progresso do governo centralizado prosseguiu sem esmorecimento. No reinado do filho de João, Henrique III (1216-1277), os barões competiram com o rei, um monarca débil, pelo controle do governo, mas faziam-no acreditando que o governo centralizado era, em si, algo de bom. Durante todo esse período os administradores continuaram a aprimorar instituições legais e administrativas mais eficientes. Enquanto que no reinado de Henrique I a administração financeira havia começado a se transformar numa atividade especializada na corte real, durante o reinado de Henrique III isso aconteceu com a administração jurídica (a criação de Tribunais Superiores permanentes) e com a administração das relações exteriores (a criação da chamada Chancelaria). O governo central inglês estava agora desenvolvendo plenamente um funcionalismo treinado.

Progresso do governo centralizado no reinado de Henrique III

O último e mais famoso ramo do sistema de governo inglês na Idade Média foi o Parlamento. Aos poucos ele se transformou num ramo separado do governo nas décadas anteriores e posteriores a 1300, devido sobretudo aos desejos do filho de Henrique III, Eduardo I (1272-1307). Muito embora o Parlamento tenha se tornado mais tarde um obstáculo ao absolutismo real, nada poderia ser mais distante da verdade do que imaginar que suas primeiras reuniões tenham sido "exigidas pelo povo". Na verdade, em sua origem o Parlamento teve pouquíssimo a ver com representação popular, sendo antes a corte feudal do rei, em forma ampliada. Eduardo I foi um rei forte, que convocava o Parlamento com freqüência, a fim de levantar dinheiro da maneira mais rápida e eficiente possível, para ajudar a financiar suas guerras externas. Esperava-se que as pessoas que integravam os Parlamentos não só dessem consentimento à tributação – na verdade, era praticamente inconcebível que recusassem –, como também lhes eram comunicado os motivos pelos quais os impostos eram necessários, de modo que os pagassem com menos recalcitrância. Além disso, podiam debater pormenores do sistema de coleta e de pagamento. Por ocasião desses encontros, Eduardo pedia conselhos a respeito de problemas prementes, dispensava justiça a causas excepcionais, supervisionava a administração local e promulgava novas leis. É provável que o traço mais inusitado dos Parlamentos de Eduardo, em comparação com assembléias semelhantes no continente,

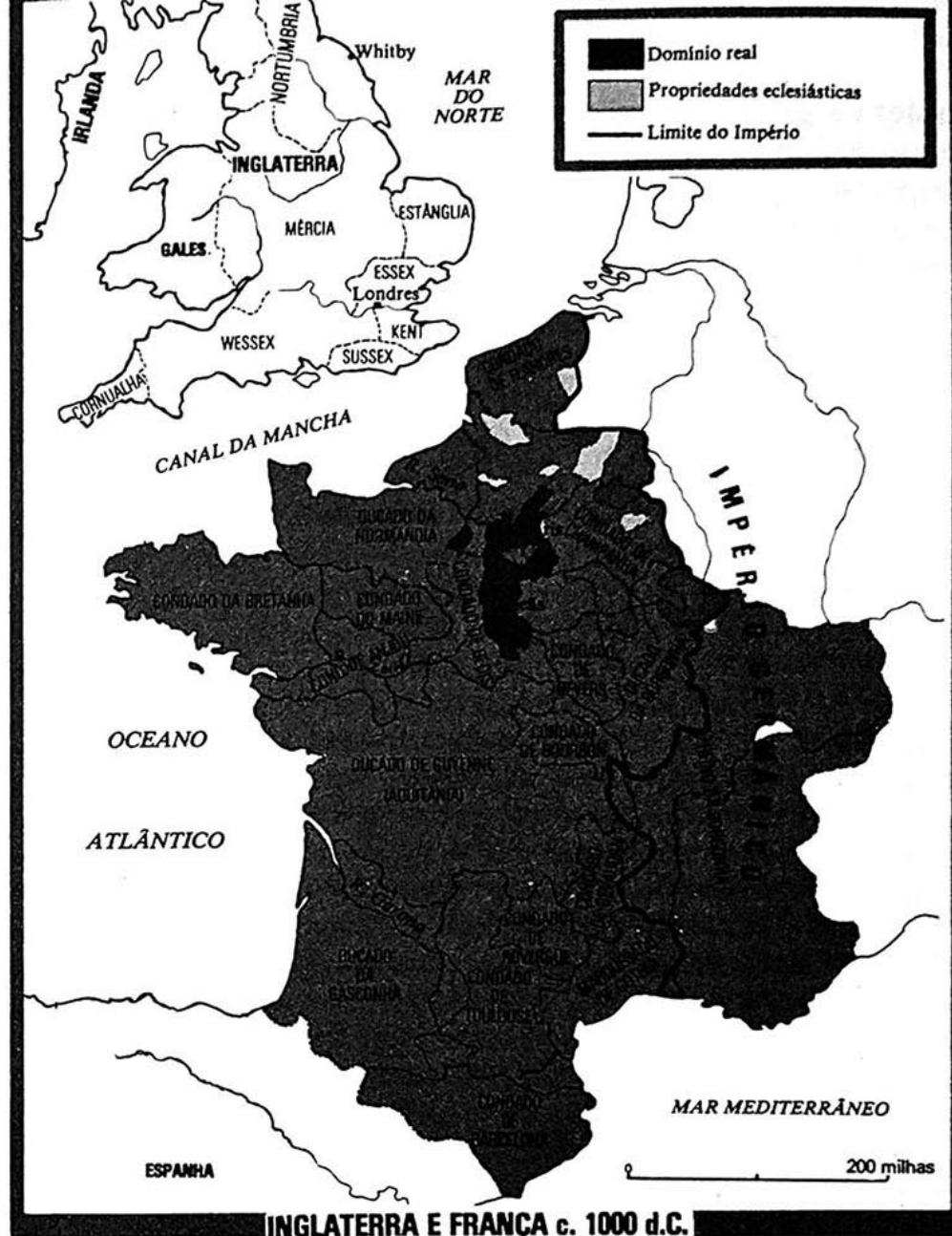
Origens do Parlamento inglês

tenha sido o fato de haverem começado a incluir representantes dos condados e das cidades além da alta nobreza. Tais representantes, porém, não falavam em nome do "povo", uma vez que a maioria dos habitantes da Inglaterra era formada de servos e camponeses, não se falando das mulheres, que jamais eram consultadas sobre coisa alguma. O motivo mais plausível para que Eduardo convocasse representantes dos "comuns" seria de natureza financeira. É provável ainda que ele tivesse em mente o valor propagandístico de deslumbrar esses representantes das cidades e condados com o esplendor real em grandiosos encontros parlamentares, de modo que levassem para suas casas uma impressão favorável da monarquia. Com o passar do tempo, os plebeus vieram a ser chamados ao Parlamento com tamanha freqüência que se tornaram uma parte reconhecida da organização. No entanto, em meados do século XIV reuniam-se regularmente em sua própria câmara. Contudo, ainda representavam somente a camada próspera do campo e das cidades e eram em geral manipulados pela coroa ou pelos nobres.

A monarquia inglesa sob Eduardo I

O reinado de Eduardo I assistiu ao apogeu do desenvolvimento de uma monarquia nacional forte também em outros aspectos. Eduardo veio quase a unificar, militarmente, toda a Grã-Bretanha, conquistando Gales e quase subjugando a Escócia (que, entretanto, viria a se sublevar logo depois de sua morte). Eduardo deu início à prática de promulgar leis destinadas a ter validade indefinidamente e em todo o reino. Devido a seu papel como legislador, ele é às vezes chamado de o "Justiniano inglês". Além disso, Eduardo reduziu os poderes feudais dos barões, ao limitar-lhes o direito de manter tribunais privados e de conceder suas próprias terras como feudos. Assim, ao fim de seu reinado, grande parte do poder independente que fora no passado concedido conscientemente aos barões por Guilherme o Conquistador, estava-lhes sendo tirado. A explicação disso reside no fato de que durante a alta Idade Média o rei estava criando suas próprias instituições reais de governo, em tal grau que o obsoleto feudalismo já deixava de ter qualquer serventia real. Como Eduardo impôs seu governo forte e suas exigências financeiras de maneira um tanto excessiva para o espírito da época, verificou-se após sua morte uma reação antimonárquica. Mas é interessante observar que, depois de Eduardo, sempre que ocorriam rebeliões por parte dos barões elas sempre partiam do princípio de que a Inglaterra permaneceria um país unificado, governado pelas instituições monárquicas básicas da alta Idade Média. A Inglaterra foi unificada em torno da coroa durante a alta Idade Média e permaneceria um país unido e basicamente bem governado até os tempos modernos.

O processo de centralização política na França

Enquanto o processo de centralização governamental fazia progressos acentuados na Inglaterra, desenvolvia-se de maneira mais lenta na França. No entanto, por volta de 1300 também ali o processo havia chegado quase ao mesmo ponto de se completar. A unificação governamental francesa avançou mais devagar porque no século XI a França era mais descentralizada do que a Inglaterra e enfrentava maiores problemas. O último dos débeis monarcas carolíngios foi substituído em 987 por Hugo Capeto, o conde de Paris, mas a nova dinastia dos Capetos — que reinaria sem interrupção até 1328 — não foi, de início, mais forte que a dos carolíngios. Mesmo durante a maior parte do século XII os reis da França só governavam diretamente uma pequena área ao redor de Paris conhecida como Ile-de-France, pouco maior do que o estado de

INGLATERRA E FRANÇA c. 1000 d.C.

Sergipe. Para além desse território, os reis tinham vagas pretensões de serem os senhores feudais de numerosos condes e duques em grande parte da moderna França, mas para todos os fins práticos esses condes e duques eram quase independentes. Contava-se que quando o rei da França exigiu vassalagem do primeiro duque da Normandia, este fez com que um de seus guerreiros simulasse beijar o pé do rei, mas então agarrasse o monarca pela perna e o derrubasse de costas, tornando-o objeto de zombaria de todos os presentes. Enquanto a realeza francesa era tão fraca, as várias partes que constituíam a França estavam desenvolvendo suas próprias tradições e dialetos locais. Assim, ao passo que Guilherme o Conquistador herdou na Inglaterra um país que já tinha sido unificado e estava na iminência de se esfacelar, os reis franceses da alta Idade Média tiveram de unificar seu país a partir do zero, só tendo uma vaga reminiscência da unidade carolíngia a que recorrer.

Em muitos sentidos, contudo, a fortuna lhes sorria. Em primeiro lugar, durante centenas de anos tiveram, por sorte, herdeiros masculinos diretos para suceder-lhes. Em conseqüência disso, não havia rixas de morte quanto ao direito de sucessão. Em segundo lugar, a maioria dos reis franceses vivia até idade avançada, sendo o período médio de seus

Fatores que facilitaram o desenvolvimento da monarquia francesa

reinados de aproximadamente trinta anos. Com isso, os filhos já eram homens maduros quando chegavam ao trono e houve poucos períodos de regência que reduzissem o poder real durante a menoridade de um príncipe. Além disso, os reis da França sempre se mostraram muito visíveis, embora às vezes não muito imponentes, quando havia lutas pelo poder em outros lugares, de modo que os povos das áreas vizinhas acostumaram-se a pensar na realeza como uma força tendente à estabilidade num mundo instável. Uma terceira circunstância favorável para os reis franceses foi o crescimento da prosperidade agrícola e comercial em sua região natal; isso lhes proporcionou importantes fontes de renda. Um quarto fator fortuito foi que os reis podiam conquistar o apoio dos papas, pois estes em geral necessitavam de aliados em suas incessantes querelas com os imperadores alemães. Os papas emprestavam prestígio aos reis franceses, como haviam feito antes em relação aos carolíngios, e também lhes concediam muito poder direto sobre a igreja local, com o que proporcionavam aos reis mais rendas e influência. Um quinto fato em favor do rei francês foi a transformação da Universidade de Paris, nos séculos XII e XIII, no principal centro de estudos da Europa. Os estrangeiros que acorriam em bandos à universidade tomavam conhecimento da crescente autoridade do monarca francês e propagavam suas impressões ao voltarem a seus países. Por fim, cabe dar grande crédito à astúcia e ao vigor de vários dos reis da França.

Bases da monarquia francesa; Luís VI o Gordo e Filipe Augusto

O primeiro rei Capeto digno de nota foi Luís VI o Gordo (1108-1137). Conquanto nada tivesse realizado de extraordinário, Luís ao menos conseguiu pacificar sua base, a Ile-de-France, pela expulsão ou subjugação de seus turbulentos "barões ladrões". Uma vez feito isso, a agricultura e o comércio puderam prosperar e a vida intelectual de Paris pôde começar a florescer. A partir daí, os reis franceses tiveram uma base geográfica de poder exatamente do tipo que o soberano alemão Barba-Roxa procurara sempre em vão. Os acréscimos verdadeiramente notáveis ao reino foram feitos pelo neto de Luís VI, Filipe Augusto ou Filipe II (1180-1223). Filipe era suficientemente voluntarioso para saber como tirar partido de certos direitos feudais a fim de conquistar grandes áreas da França ocidental ao rei João da Inglaterra. Além disso, demonstrou ter a determinação necessária para defender seus ganhos em batalha. Acima de tudo, Filipe criou uma excelente fórmula para governar suas novas aquisições. Como tais acréscimos quase quadruplicaram seu reino original, e como cada área tinha seus próprios costumes locais bem definidos, teria sido inútil tentar impor uma rigorosa padronização de governo, através do rudimentaríssimo sistema administrativo. Ao invés disso, Filipe II permitiu que suas novas províncias mantivessem a maioria de seus costumes de governo, mas sobrepôs a eles novos funcionários reais, conhecidos como *baillis*. Eram inteiramente leais ao rei, pois jamais provinham das regiões em que serviam e recebiam vencimentos altíssimos para a época. Tinham plena autoridade judicial, administrativa e militar; cumprindo ordens do rei, toleravam as diversidades regionais, mas orientavam-nas de modo a tornarem-se vantajosas para o soberano. Por conseguinte, não ocorriam revoltas nos territórios conquistados e o poder real era enaltecido. Essa combinação de diversidade local e centralização burocrática viria a tornar-se o sistema básico de governo na França. Assim Filipe Augusto pode ser visto como um importante fundador do moderno estado francês.

No breve reinado do filho de Filipe, Luís VIII (1223-1226), quase todo o sul da França foi acrescentado à coroa em nome de intervenção contra a heresia religiosa. Depois de incorporado, esse território passou a ser governado basicamente segundo os princípios estabelecidos por Filipe. O rei seguinte, Luís IX (1226-1270), era tão piedoso que foi mais tarde canonizado pela Igreja e é comumente chamado de São Luís. Foi um governante forte e justo (excetuada sua grande intolerância pelos judeus e heréticos), decretou uma cunhagem padronizada para o país, aperfeiçoou o sistema jurídico e deu à França um longo e áureo período de paz. Por ter sido tão benquisto, a monarquia viveu de seu prestígio durante muitos anos depois de sua morte.

São Luís

Contudo, tal prestígio chegou a ser quase destruído pelo impiedoso neto de São Luís, Filipe IV o Belo (1285-1314). Filipe travou muitas batalhas ao mesmo tempo, procurando consolidar territórios franceses a nordeste e sudoeste e assumir pleno controle sobre a Igreja, em vez de dividi-lo com o papa. Tudo isso o obrigou a acelerar o processo de centralização do governo, principalmente no intuito de tentar levantar dinheiro. Assim, seu reinado assistiu à rápida formulação de muitas instituições administrativas que chegaram perto de completar o desenvolvimento do governo francês medieval, tal como o reinado de Eduardo I, na mesma época, fazia na Inglaterra. No reinado de Filipe IV deu-se também a convocação de assembléias que equivaliam, *grosso modo*, aos Parlamentos ingleses, porém essas assembléias (mais tarde denominadas "Estados Gerais") nunca desempenharam um papel central no sistema francês de governo. Filipe o Belo logrou êxito na maioria de seus desideratos; sobretudo, como veremos, em reduzir o papa ao nível de um virtual fantoche francês. Após sua morte haveria uma reação antimonárquica, da mesma maneira como ocorreu na Inglaterra, mas durante seu reinado a França foi, inquestionavelmente, a mais forte potência européia. Ressalvada apenas uma interrupção no século XVI, ela continuaria a sê-lo até o século XIX.

Embora a Inglaterra e a França tenham passado por certos processos semelhantes de centralização monárquica e formação nacional, foram também marcadas por diferenças básicas que vale a pena descrever, pois viriam a caracterizar diferenças de desenvolvimento nos séculos vindouros. A Inglaterra, país muito menor que a França, passou por um processo de unificação muito melhor. Afora Gales e Escócia, não havia na Grã-Bretanha regiões de línguas ou tradições muito diferentes que as levassem a se considerar territórios separados. Correspondentemente, não havia aristocratas capazes de fomentar o separatismo com base em ressentimentos regionais. Isso significou que a Inglaterra, na verdade, nunca teve de enfrentar a ameaça de divisão interna e pôde desenvolver instituições fortes de governo nacional unido, como o Parlamento. Significou ainda que os reis ingleses, sobretudo a partir de Henrique II, puderam contar com numerosos dignitários locais, sobretudo com os cavaleiros, para realizar, sem recompensa, grande parte das tarefas de governo. A vantagem óbvia estava no baixo custo do governo local, mas a implicação oculta do sistema era que o governo tinha também de ser popular, pois de outra forma grande parte do trabalho voluntário se interromperia. Sem dúvida, foi essa a principal razão de os reis ingleses se darem ao trabalho de buscarem consentimento formal para seus atos. Quando não o faziam, praticamente não conseguiam governar, de modo

Comparação entre a Inglaterra e a França

que reis sensatos aprenderam a lição e, com o passar do tempo, a Inglaterra tornou-se claramente uma monarquia limitada. Os reis da França, ao contrário, governavam um país mais rico e maior, o que lhes proporcionava, ao menos em tempos de paz, riqueza suficiente para pagar uma administração mais burocrática e assalariada, tanto em nível central como no local. Por conseguinte, podiam governar de maneira mais absoluta. Contudo, confrontavam-se constantemente com ameaças de separatismo regional. As diferentes regiões continuavam a prezar suas próprias tradições e muitas vezes apoiavam o centrifugalismo, em conluio com a alta aristocracia. Por isso era freqüente os reis franceses terem de combater tentativas de secessões e tomarem várias medidas para submeterem seus aristocratas. Até mais ou menos 1700 a monarquia teve de lutar continuamente contra o regionalismo, mas dispunha de recursos para ganhar sempre e assim ver sua força aumentar sem cessar.

A Espanha medieval

O único estado do continente que rivalizaria com a França até a ascensão da Alemanha no século XIX foi a Espanha. Os fundamentos da grandeza espanhola foram também assentados na alta Idade Média, sobre o princípio da monarquia nacional, mas na Idade Média ainda não havia uma única monarquia que governasse a maior parte da península Ibérica. Depois que os cristãos começaram a expulsar as forças do Islam, por volta de 1100, havia quatro reinos cristãos espanhóis: ao norte, o minúsculo estado montanhoso de Navarra, que permaneceria para sempre relativamente débil; a oeste, Portugal; a nordeste, Aragão; e no centro, Castela. A principal atividade espanhola na alta Idade Média foi a *Reconquista*, isto é, a retomada da península para o cristianismo. Esse processo atingiu o apogeu no ano 1212, data de uma importante vitória de um exército de Aragão e Castela sobre os sarracenos em Las Navas de Tolosa. Ao fim do século XIII tudo que restava da antiga dominação muçulmana era o pequeno estado de Granada, no extremo sul, e em grande parte Granada só existia porque estava disposta a pagar tributo aos cristãos. Como Castela possuía a maior fronteira aberta, tornou-se de longe o maior reino espanhol, mas Aragão, mais urbanizado e mais orientado para o comércio, lhe fazia sombra em riqueza. No século XIII ambos os reinos criaram instituições mais ou menos semelhantes às da França. No entanto, antes da união de Aragão e Castela, no reinado do rei Fernando II o Católico e da rainha Isabel, no século XV, os estados ibéricos não podiam aspirar a ser tão fortes, individualmente, quanto a França, muito mais rica e populosa.

Papel histórico das monarquias nacionais

Antes de encerrarmos este capítulo, convém avaliarmos o significado geral da ascensão das monarquias nacionais na Europa ocidental durante a alta Idade Média. Até então, houvera dois sistemas básicos de governo na Europa: cidades-estados e impérios. As cidades-estados gozavam da vantagem de recorrer fortemente à participação e à lealdade dos cidadãos, e podiam, assim, fazer uso muito eficiente de seus recursos humanos. Contudo, viam-se muitas vezes divididas por rivalidades econômicas e não eram suficientemente grandes, ou fortes do ponto de vista militar, para se defenderem contra as forças imperiais. Os impérios, por outro lado, podiam vencer batalhas e muitas vezes dispunham de recursos para manter uma eficiente máquina administrativa e burocrática, mas não podiam contar com grande participação voluntária e eram por demais ambiciosos e cobiçosos para inspirar lealdades profundas. As

novas monarquias nacionais viriam a representar a "média áurea" entre esses extremos. Eram grandes o bastante para ter força militar adequada e criarem técnicas administrativas que eventualmente ultrapassariam as dos impérios Romano e Bizantino. Mais ainda: assentando-se de início sobre as bases do feudalismo, contavam com suficiente participação e lealdade cívica que as apoiassem em épocas de dificuldades, nas quais os impérios teriam soçobrado. Por volta de 1300 as monarquias da Inglaterra, da França e da península Ibérica haviam conquistado a lealdade básica de seus súditos, que ultrapassava a lealdade a comunidades, regiões ou ao governo da Igreja. Por todos esses motivos, trouxeram muita paz e estabilidade a grandes partes da Europa, onde antes a estabilidade fora mínima. Destarte, contribuíram imensamente para tornar a vida fecunda. As monarquias nacionais do medievo foram também os ancestrais das modernas nações-estados — os governos mais eficientes e eqüitativos de nosso tempo (sendo que a atual União Soviética mais se assemelha a um império). Em suma, foram um dos mais benéficos legados da Idade Média aos tempos modernos.

Capítulo 12

ALTA IDADE MÉDIA (1050–1300): ASPECTOS RELIGIOSOS E INTELECTUAIS

Viam-se homens e mulheres puxando carrinhos em meio a brejos (. . .) por toda parte, a ocorrência de milagres diários, cantos jubilantes dirigidos a Deus. (. . .) Dir-se-ia ter-se cumprido a profecia: "O Espírito da Vida estava nas rodas."

– Abade Robert de Torigni, a respeito da construção da catedral de Chartres, 1145

Mudanças religiosas

As mudanças religiosas e intelectuais que se verificaram no Ocidente entre 1050 e 1300 foram tão importantes quanto as econômicas, sociais e políticas. Na esfera da religião, a inovação mais fundamental, do ponto de vista da organização, foi o triunfo da *monarquia papal*. Antes de meados do século XI, certos papas haviam reivindicado primazia no seio da Igreja, porém pouquíssimos tinham chegado perto de concretizar essas pretensões. Na verdade, antes de 1050 a maioria dos papas mal conseguia exercer plenamente o poder como bispos de Roma. Depois disso, porém, os papas se transformaram nos supremos líderes religiosos do cristianismo ocidental. Centralizaram o governo da Igreja, desafiaram o poder de reis e imperadores e deram origem ao movimento das cruzadas. Por volta de 1300 o êxito temporal do papado se convertera em sua própria punição, mas os papas ainda governavam a Igreja internamente, como continuam a governar a Igreja Católica Romana ainda hoje.

Mudanças intelectuais

Enquanto o papado estava assumindo o poder, a própria religião cristã se impregnava de uma nova vitalidade, possibilitando ao cristianismo empolgar a imaginação humana como nunca antes. Ao mesmo tempo, verificou-se também uma extraordinária revivescência da vida intelectual e cultural. Na educação, no pensamento e nas artes, tal como na economia e na política, o Ocidente estivera, antes de 1050, mergulhado no marasmo. Depois disso deixou rapidamente o atraso para se tornar o centro intelectual e artístico do mundo. Os ocidentais se gabavam de que o saber e as artes haviam-se transferido para noroeste, partindo do Egito, da Grécia e de Roma – uma assertiva em grande parte verdadeira. Durante a alta Idade Média os europeus começaram a

construir um novo edifício, sobre antigos alicerces intelectuais, e também contribuíram com importantes inovações intelectuais e artísticas.

1. A CONSOLIDAÇÃO DA MONARQUIA PAPAL

O estado deplorável da vida religiosa no século X e começos do XI

Para compreendermos a origem da revivescência religiosa verificada na Europa ocidental na alta Idade Média – e também para avaliar-lhe o significado – é preciso termos uma idéia do nível a que a religião havia baixado no século X e começos do XI. Por volta de 800 o imperador Carlos Magno havia realizado bravas tentativas no sentido de realçar a autoridade religiosa dos bispos, introduzir o sistema paroquial em regiões rurais onde antes praticamente não havia padre algum, e criar meios para alfabetização do clero. Contudo, a derrocada do Império Carolíngio, a descentralização religiosa e conseqüente corrupção passaram a prevalecer na maior parte da Europa. A maioria das igrejas e mosteiros tornou-se propriedade privada de poderosos senhores locais, que dispunham dos cargos eclesiásticos sob seu controle como bem desejavam, muitas vezes vendendo-os ou entregando-os a parentes próximos. Obviamente, não era esse o melhor meio de se conseguir os candidatos mais capazes, e muitos sacerdotes não tinham a menor habilitação para suas funções. Quase sempre eram analfabetos, e com freqüência viviam ostensivamente com concubinas. Quando bispos e arcebispos conseguiam controlar as nomeações, os resultados não eram muito melhores, pois tais funcionários eram em geral parentes próximos de senhores seculares e imitavam seus hábitos de favorecimento financeiro, próprio ou familiar. Quanto aos papas, eram em geral incompetentes ou corruptos, filhos ou apaniguados de famílias poderosas, de Roma ou arredores. Alguns levavam uma vida espantosamente depravada. Talvez João XII tenha sido o pior deles. Foi feito papa, aos dezoito anos de idade, em 955, devido à influência de sua família. Sabe-se com certeza que reinou durante nove anos, em meio a uma completa libertinagem, mas não se conhece ao certo a causa de sua morte: ou foi apanhado em flagrante por um marido ciumento e assassinado sumariamente, ou morreu em meio a um ato sexual, de pura exaustão.

Revivescência religiosa: (1) Cluny e a reforma monástica

Assim que a Europa começou a se recuperar da onda de invasões externas, que chegaram ao auge no século X, era inevitável que a amplitude da corrupção ou da indiferença religiosa provocasse alguma reação. As primeiras medidas bem-sucedidas no sentido de reforma foram tomadas nos mosteiros, pois a obra de um bispo se limitava ao que ele era capaz de fazer durante sua vida e sobretudo porque, na maioria, os arcebispos e bispos não conseguiam desembaraçar-se dos assuntos políticos da época. Os mosteiros podiam ser um pouco mais independentes e contar com os senhores leigos para apoiar suas reformas, na medida em que esses senhores temiam pela sorte de suas almas se os monges não cumprissem direito suas funções, rezando os ofícios. O movimento em prol da reforma monástica começou com a fundação do mosteiro de Cluny, na Borgonha, em 910, por um nobre piedoso. Cluny era uma casa beneditina, mas introduziu duas inovações constitucionais. A primeira foi que, a fim de permanecer livre do domínio por parte de poderes seculares ou eclesiásticos locais, foi colocada sob

jurisdição direta do papa. A segunda consistiu em empreender a reforma ou fundação de numerosos "mosteiros adjuntos": enquanto antes todas as casas beneditinas tinham sido independentes e iguais, Cluny fundou uma "família" monástica, cujos membros lhe eram subordinados. Devido à sucessão de alguns abades extremamente piedosos, ativos e longevos, a congregação de mosteiros ligados a Cluny cresceu tão rapidamente que chegavam a 67 no ano de 1049. Para dirigir todos eles eram escolhidos priores dedicados que seguiam as diretrizes do abade de Cluny, ao invés de estarem subordinados a potentados locais. Por conseguinte, os monges cluniacenses ganharam fama por sua diligência em rezar os ofícios. E Cluny era apenas a mais famosa das novas congregações. Outras, semelhantes, se espalharam com a mesma rapidez por volta do ano 1000 e lograram transformar os mosteiros reformados em centros vitais de vida religiosa e de oração.

(2) reforma do clero secular

Em meados do século XI, depois de tantos mosteiros terem sido postos fora do controle das autoridades seculares, os líderes do movimento da reforma monástica começaram a lutar também pela reforma do clero secular. Concentraram seus ataques na *simonia* — a compra e venda de cargos na Igreja — e passaram a exigir o celibato para todos os níveis do clero. Todo o programa visava a privar os poderes seculares da capacidade de nomear bispos, abades e padres, e a tornar a condição clerical tão "pura" e diferente da secular quanto possível. Tão logo esse programa reformista foi encampado pelo papado, começou a mudar a face de toda a Igreja.

O imperador Henrique III e a reforma do papado

Considerando-se que os reformadores opunham-se intensamente à interferência leiga, é irônico que seu grupo tenha sido instalado no papado por um imperador alemão, Henrique III. Em 1046 esse monarca foi à Itália, depôs os pretendentes italianos rivais ao título papal e nomeou para a cátedra pontifícia um reformador alemão de seu próprio séquito. Seguiu-se uma série de papas reformistas, que começaram a promulgar decretos contra a simonia, o casamento de clérigos e a imoralidade de toda espécie. Esses papas insistiam também em seu próprio papel como primazes e líderes espirituais universais, a fim de darem força a seus atos. Uma das medidas mais importantes que tomaram foi a promulgação, em 1059, de um decreto sobre eleições papais. Por esse decreto, o direito de nomear um novo papa foi dado unicamente aos cardeais, retirando assim da aristocracia romana e do imperador germânico a possibilidade de interferir na matéria. O decreto preservou daí em diante a independência das eleições papais. Ao reservar aos cardeais o direito da eleição, o decreto tornou-se também um marco na evolução de um colégio especial dentro da hierarquia eclesiástica. Já desde o século X, um certo número de bispos e clérigos, conhecidos como cardeais, provenientes das sés de Roma e de suas proximidades, havia assumido importante papel como conselheiros e assessores administrativos dos pontífices, mas foi o decreto de 1059 que lhes definiu com clareza os poderes. A partir de então, o "colégio dos cardeais" assumiu cada vez mais obrigações administrativas e contribuiu para dar continuidade à política papal, sobretudo quando havia uma rápida sucessão de pontífices. Ainda hoje são os cardeais que elegem o papa.

Uma nova fase na história do movimento reformista, e das mais momentosas, foi iniciada durante o pontificado de Gregório VII

Os ideais do papa Gregório VII

(1073-1085). Os historiadores discordam quanto ao grau em que Gregório se baseou nas idéias e políticas de seus predecessores no movimento de reforma e até que ponto afastou-se delas. A resposta parece ser que Gregório apoiava as reformas tanto quanto os demais e que na verdade renovou explicitamente os decretos anteriores contra a simonia e o casamento de clérigos. No entanto, ele foi não só mais rigoroso no cumprimento desses decretos – um contemporâneo seu chegou a chamá-lo de "Santo Satã" – como impôs também uma concepção basicamente nova do papel da Igreja na vida humana. Enquanto no passado o ideal cristão fora o de afastamento do mundo e o perfeito "atleta de Cristo" era um passivo monge contemplativo ou ascético, Gregório VII concebia o cristianismo como algo mais ativo e acreditava que a Igreja era responsável por criar "a ordem correta no mundo". Para esse fim, exigia obediência absoluta e rigorosa castidade do clero; alguns de seus oponentes queixavam-se de que ele desejava que os clérigos vivessem como anjos. Ademais, considerava os reis e imperadores como inferiores a ele, partindo do princípio de que deveriam cumprir suas ordens obedientemente e ajudá-lo a reformar e evangelizar o mundo. Gregório permitia que os príncipes seculares continuassem a governar diretamente e tomassem suas próprias decisões em questões puramente seculares, mas esperava que aceitassem, em última instância, a autoridade papal. Em outros termos, em contraste com seus antecessores que haviam buscado tão só uma dualidade da autoridade – a secular e a eclesiástica –, Gregório VII pretendia criar uma monarquia papal sobre ambas. Ao lhe ser dito que suas idéias eram inovadoras, ele e seus seguidores imediatos respondiam: "O Senhor não disse 'eu sou o costume'; o Senhor disse 'Eu sou a verdade' ". Como nenhum papa havia falado assim antes, é justo que aceitemos o julgamento de um historiador moderno, que chamou Gregório de "o grande inovador, uma figura solitária".

A questão das investiduras

A conduta de Gregório como papa foi nada menos que revolucionária. Desde o princípio ele se dispôs com determinação a fazer cumprir um decreto contra a "investidura leiga", o costume pelo qual soberanos seculares concediam solenemente a clérigos os símbolos de sua função. Era fatal que o imperador germânico Henrique IV resistisse, pois a cerimônia era uma manifestação de seus tradicionais direitos de nomear e controlar eclesiásticos; sem tais direitos, sua própria autoridade se veria grandemente diminuída. A luta que se seguiu é muitas vezes chamada de "questão das investiduras" porque o problema das investiduras era central, mas o litígio na verdade teve como fulcro a obediência e a força relativas do papa e do imperador. A questão maior veio à tona quando Henrique IV desconsiderou as injunções de Gregório VII contra a nomeação de prelados. Os papas anteriores talvez tivessem tentado lidar com essa insubordinação por vias diplomáticas, mas Gregório VII rapidamente tomou a medida sem precedentes de excomungar o imperador e suspender todos seus poderes de suserano terreno. Essa ousadia assombrou a todos quantos dela tomaram conhecimento. Entre 955 e 1057 os imperadores germânicos haviam deposto cinco papas e nomeado outros vinte e cinco; agora, um papa se atrevia a demitir um imperador! Vimos no capítulo anterior que em 1077 Henrique IV se humilhou diante do papa com o intuito de protelar uma deposição formal: esse ato espantou os contemporâneos ainda mais. Posterior-

mente Henrique conseguiu mobilizar algum apoio para si, seguindo-se uma terrível guerra verbal, ao passo que no campo de batalha propriamente dito o imperador foi capaz de pôr na defensiva as tropas que apoiavam o papa. Em 1085 Gregório morreu, aparentemente derrotado, mas seus sucessores continuaram a luta contra Henrique IV e, mais tarde, contra seu filho, Henrique V.

Resultados do conflito

O longo e ácido conflito quanto às investiduras só chegou ao fim com a Concordata de Worms (uma cidade da Alemanha), em 1122. Segundo esse acordo, o imperador germânico ficava proibido de investir os prelados com os símbolos religiosos de sua função, mas era-lhe permitido investi-los com os símbolos de seus direitos como governantes temporais, pois o imperador era reconhecido como seu suserano temporal. Esse acordo acabou sendo menos importante que o fato de haver o conflito prejudicado duradouramente o prestígio dos imperadores e aumentado o dos papas. Além disso, o conflito ajudou a reunir o clero ocidental em torno do pontífice e galvanizou a atenção de todos os observadores. Como relatou um cronista, não se falava de outra coisa, "mesmo nas salas de fiar das mulheres e nas oficinas dos artesãos". Isso fez com que pessoas que antes se mostravam indiferentes às questões religiosas ou que delas eram excluídos passassem a se interessar pelas mesmas.

O crescimento da monarquia papal

Os sucessores de Gregório VII e a maioria dos papas do século XII empenharam-se plenamente no objetivo da monarquia papal. Contudo, mostraram muito menos impetuosidade do que Gregório, e interessaram-se mais pela administração cotidiana da Igreja. Ao que parece, reconheceram que não havia sentido em pretenderem governar como monarcas papais, a menos que pudessem dispor de uma máquina governamental que lhes esteiasse as pretensões. Com esse intuito, patrocinaram um intenso desenvolvimento do direito e da administração. Sob orientação papal, o século XII assistiu à formulação básica do direito canônico da Igreja. O direito canônico reclamava jurisdição eclesiástica sobre toda espécie de causas, relativas não apenas ao clero, mas também a problemas de casamento, herança e direitos de viúvas e órfãos. Na maioria, essas causas se originavam nas cortes dos bispos, mas os papas insistiam em que só eles podiam autorizar dispensas da letra da lei e que o *consistório* papal — composto pelo papa e pelos cardeais — deveria servir como tribunal supremo de apelações. À medida que crescia o poder do papado e o prestígio da Igreja, aumentaram rapidamente as causas submetidas ao direito canônico, bem como as apelações a Roma; após meados do século XII o conhecimento jurídico tornou-se tão importante para o exercício da função pontifical que na maioria os papas eram juristas canônicos experientes, ao passo que anteriormente eram monges. Esse desenvolvimento do legalismo fez-se acompanhar pelo crescimento de uma máquina administrativa para guarda de documentos e coleta de rendas. À medida que transcorria o século, o papado criou um governo burocrático muito mais avançado do que a maioria dos governos seculares da época. Isso lhe permitiu tornar-se mais rico, mais eficiente e cada vez mais forte. Por fim, os papas afirmaram seus poderes dentro da Igreja ao ganharem maior controle sobre a eleição dos bispos e ao convocarem concílios gerais em Roma a fim de promulgar leis e demonstrar sua liderança.

Papa Inocêncio III

Inocêncio III (1198-1216) é unanimemente considerado o mais capaz e bem-sucedido de todos os papas da alta Idade Média. Inocêncio, eleito aos 38 anos de idade, era extremamente jovem e vigoroso para um papa da época; além disso, era profundamente versado em teologia e em direito canônico. Sua principal meta consistia em unir toda a cristandade sob a hegemonia papal e impor "a ordem correta no mundo" tão fervorosamente ansiada por Gregório VII. Jamais contestou o direito que os reis e imperadores tinham de governar na esfera secular, mas acreditava que podia intervir e disciplinar os reis sempre que "pecassem", o que representava uma brecha enorme para interferência. Mais que isso, via a si mesmo como o senhor supremo de todos os governantes. Segundo suas próprias palavras, "tal como todos os joelhos se curvam perante Jesus (. . .) assim todos os homens devem obedecer a Seu Vigário [isto é, ao papa]".

Inocêncio procurou concretizar seus objetivos de muitos modos. A fim de dar ao papado uma sólida base territorial de apoio, como aquela a que podiam recorrer os reis franceses, ele tentou inaugurar um governo forte nos territórios papalinos ao redor de Roma, consolidando-os sempre que possível e criando meios para uma administração eficiente e vigilante. Por esse motivo, Inocêncio é muitas vezes considerado como o verdadeiro fundador dos Estados Pontifícios. Entretanto, como algumas comunidades urbanas procuravam tenazmente manter sua independência, ele nunca chegou perto de dominar as terras papalinas na Itália tanto quanto os reis da França controlavam a Ile-de-France. Em outros projetos, porém, logrou maior êxito. Interveio na política alemã com força suficiente para engendrar o triunfo de seu próprio candidato ao título imperial, Frederico II, um Hohenstaufen. Puniu o rei francês Filipe Augusto por suas prevaricações conjugais e obrigou João da Inglaterra a aceitar como arcebispo de Cantuária um candidato que o monarca não desejava. A fim de demonstrar sua superioridade e também para auferir rendas, Inocêncio obrigou João a conceder a Inglaterra ao papado como feudo, e da mesma forma obteve a senhoria feudal de Aragão, Sicília e Hungria. Quando o sul da França foi ameaçado pela propagação da heresia albigense (que discutiremos mais adiante), o papa convocou com sucesso uma cruzada a fim de extingui-la *manu militari*. Impôs também o primeiro imposto de renda sobre o clero, com o fim de levantar recursos para uma cruzada à Terra Santa. O ponto alto da carreira religiosa de Inocêncio III foi a convocação do IV Concílio de Latrão, em Roma, no ano de 1215. Esse concílio definiu dogmas centrais da fé e tornou a liderança do papado dentro do cristianismo mais evidente que nunca. Agora o papa disciplinava reis e governava a Igreja sem quaisquer óbices.

Problemas para os sucessores de Inocêncio

O reinado de Inocêncio foi decerto o zênite da monarquia papal, mas lançou também algumas das sementes da ruína futura. Inocêncio era capaz de administrar os Estados Pontifícios e procurar novas fontes de renda sem dar mostras de comprometer a dignidade espiritual de seu cargo. No entanto, sucessores que seguiram seus métodos não tinham a mesma capacidade e por isso começaram a parecer meros soberanos ambiciosos. Além disso, como os Estados Pontifícios limitavam-se com o Reino da Sicília, os sucessores de Inocêncio III logo entraram em conflito com o soberano vizinho, que não era outro senão o protegido de Inocêncio, Frederico II. Muito embora Inocêncio houvesse promo-

vido a ascensão de Frederico, jamais sonhou que este viesse a tornar-se um ardoroso adversário do poder papal na Itália.

A luta do papado com Frederico II e seus herdeiros; cruzadas políticas

A princípio, esse e outros problemas não se manifestaram com toda clareza. Os papas do século XIII continuaram a ampliar seus poderes e a centralizar o governo da Igreja. Aos poucos afirmaram o direito de nomear candidatos a benefícios eclesiásticos, altos e baixos, e impuseram seu controle sobre o currículo e a doutrina ensinada na Universidade de Paris. Mas também envolveram-se numa prolongada disputa política que os levou à derrocada como suseranos temporais. Essa luta começou com a tentativa dos papas de destruir Frederico II. Até certo ponto agiam em defesa própria, uma vez que Frederico ameaçava-lhes o mando na Itália central. No entanto, ao combatê-lo exageraram no emprego de suas armas espirituais. Ao invés de simplesmente excomungar e depor Frederico, convocaram também uma cruzada contra ele – a primeira vez em que uma grande cruzada foi convocada para fins gritantemente políticos.

Efeitos das cruzadas políticas

Depois da morte de Frederico II em 1250, uma série de papas cometeram um erro ainda pior, ao renovarem e manterem sua cruzada contra todos os herdeiros dos imperadores, a quem chamavam "raça de víboras". Para poderem levar a cabo essa cruzada, passaram a se preocupar com o levantamento de recursos, e indicaram como seu campeão militar um filho mais jovem da casa real francesa, Carlos d'Anjou. Contudo, Carlos só ajudou os papas com a finalidade puramente política de conquistar o Reino da Sicília para si próprio. Com efeito, Carlos obteve a Sicília em 1268, ao derrotar o último dos herdeiros masculinos de Frederico II. Entretanto, depois disso lançou sobre o reino tributos tão escorchantes que os sicilianos se revoltaram nas famosas "Vésperas Sicilianas" de 1282 e ofereceram a coroa ao rei de Aragão, que se casara com a neta de Frederico II. Assim, o rei de Aragão entrou na arena italiana e quase chegou a conquistar para si próprio o antigo reino de Frederico. Para evitar isso, Carlos d'Anjou e o papa reinante persuadiram o rei da França – na época Filipe III (1270-1285) – a organizar uma cruzada contra Aragão. Essa cruzada representou um terrível fracasso e nela morreu Filipe III. Em conseqüência disso tudo, o filho de Filipe, Filipe IV, decidiu alterar a tradicional política da França, favorável ao papado. Por essa época, a França já adquirira tamanha força que essa decisão foi fatídica. Mais ainda, ao utilizarem de modo abusivo a instituição da cruzada e tentarem levantar somas de dinheiro cada vez maiores para custeá-la, os papas haviam perdido grande parte de seu prestígio. A situação teria seu desenlace logo ao alvorecer do século seguinte.

Bonifácio VIII

O poder temporal do papado foi derrubado de maneira quase melodramática no reinado de Bonifácio VIII (1294-1303). Muitos dos problemas de Bonifácio não foram causados por ele próprio. Seu maior obstáculo foi o fato de as monarquias nacionais haverem conquistado grande parte da lealdade de seus súditos, à medida que o poder real crescia e o prestígio papal era erodido. Bonifácio teve também a má sorte de suceder a um papa particularmente piedoso, conquanto inepto, que ocupou o cargo durante menos de um ano, abdicando. Como faltava inteiramente a Bonifácio qualquer piedade ou humildade convencional, o contraste fez com que muitos observadores cristãos se voltassem contra ele. Alguns chegavam a afirmar, incorretamente, que

Bonifácio havia convencido seu antecessor a abdicar, assassinando-o pouco depois. Bonifácio reinou com energia e presidiu o primeiro "jubileu" (ano santo) papal, em Roma, em 1300. Esse jubileu foi uma demonstração ostensiva, mas vazia, como os fatos viriam demonstrar, do poder do papa.

Duas disputas cruciais: (1) a questão da tributação clerical

Duas disputas, com os reis da Inglaterra e da França, acabaram acarretando a ruína de Bonifácio. A primeira dessas disputas referiu-se à tributação clerical que havia sido inaugurada por Inocêncio III. Ainda que Inocêncio tivesse criado esse tributo a fim de financiar uma cruzada, cobrando-o ele próprio, no decurso do século XIII os reis da Inglaterra e da França haviam começado a lançar e cobrar impostos clericais com o pretexto de que os utilizariam para ajudar os papas em futuras cruzadas na Terra Santa ou contra os Hohenstaufens. Mais tarde, em fins do século, os reis passaram a lançar seus próprios tributos de guerra sobre o clero, sem pretexto algum. Compreensivelmente, Bonifácio tentou coibir essa prática, mas logo constatou ter perdido o apoio do clero inglês e francês. Por isso, quando os reis ofereceram resistência ele teve de recuar.

(2) litígio com o rei da França

A segunda disputa de Bonifácio teve como oponente somente o rei da França. Especificamente, referiu-se à determinação de Filipe IV de levar a julgamento, por traição, um bispo francês. Tal como no litígio anterior, entre Gregório VII e Henrique IV, o que estava realmente em jogo era a força relativa do poder papal e do temporal. Dessa vez, porém, o papado saiu derrotado de maneira categórica. Tal como da outra vez, houve uma acalorada guerra de propaganda, mas já quase ninguém prestava atenção ao papa. Por outro lado, o rei levantou acusações absurdas de heresia contra Bonifácio e despachou asseclas para prendê-lo, a fim de ser julgado. Bonifácio, já octogenário, foi capturado em sua residência de Anagni, em 1303, e maltratado antes de ser libertado pelos cidadãos locais. Esses acontecimentos esgotaram as forças do ancião, que morreu um mês depois. Em breve se dizia que ele havia se apoderado do cargo como uma raposa, reinado como um leão e morrido como um cão.

Efeitos benéficos da monarquia papal

Após a morte de Bonifácio VIII, o papado tornou-se praticamente fantoche da autoridade temporal francesa, durante a maior parte do século XIV. No entanto, a ascensão e o êxito da monarquia papal na alta Idade Média teve vários efeitos benéficos durante aquele período. Um deles foi que o domínio internacional do papado sobre a Igreja deu força às comunicações internacionais e à uniformidade das práticas religiosas. Outro foi que o cultivo pelos papas do direito canônico contribuiu para um maior respeito pelo direito de toda espécie e muitas vezes ajudou a proteger as causas de pessoas que, de outra forma, estariam indefesas, como viúvas e órfãos. Os papas lograram também grandes avanços em suas campanhas para eliminação da venda de cargos eclesiásticos e para elevar o nível moral do clero. Mediante a centralização das nomeações, tornaram mais fácil a candidatos de valor, mas que não dispunham de parentes com influência, subir na hierarquia. Havia também, é claro, corrupção no governo papal, mas numa época de arraigado localismo o triunfo de uma força internacional teve muitos resultados benéficos. Por fim, como havemos de ver mais adiante, o desenvolvimento da monarquia papal ajudou a dar vitalidade à religião popular e a promover a revivescência do saber.

2. AS CRUZADAS

Dois temas do movimento cruzadista

A ascensão e a queda do movimento das cruzadas estiveram relacionadas estreitamente à fortuna da monarquia papal na alta Idade Média. A primeira cruzada foi iniciativa do papado, e seu sucesso representou uma grande vitória inicial para a monarquia papal. Contudo, o posterior declínio do movimento cruzadista contribuiu para minar a autoridade temporal do papa. Assim, as cruzadas podem ser vistas como parte de um capítulo da história do papado e da religião. Ademais, elas inauguraram o primeiro capítulo na história do imperialismo ocidental.

A causa imediata da primeira cruzada

A causa imediata da primeira cruzada foi um pedido de ajuda, em 1095, do imperador bizantino Aleixo Comneno. Aleixo tinha esperança de reconquistar territórios bizantinos na Ásia Menor, perdidos pouco antes para os turcos. Como já se habituara a usar mercenários ocidentais como tropas auxiliares, pediu ao papa que ajudasse a reunir algum apoio militar no Ocidente. No entanto, o imperador logo verificou, sem dúvida com surpresa, que estava recebendo não apenas uma simples ajuda, mas uma *cruzada*. Em outras palavras, em vez de um bando de mercenários para lutar na Ásia Menor, o Ocidente despachou um enorme exército de voluntários, cuja meta era arrancar Jerusalém das mãos do Islam. Como a decisão de transformar o pedido de ajuda numa cruzada foi tomada pelo papa, convém examinarmos as motivações deste.

A teoria gregoriana da guerra cristã

O papa romano em 1095 era Urbano II, discípulo de Gregório VII e homem de extrema competência. É inquestionável que Urbano convocou a primeira cruzada a fim de ajudar a promover as políticas do papado gregoriano. O próprio fato de Urbano patrocinar uma guerra cristã era típico de Gregório. O cristianismo primitivo fora pacifista. Por exemplo, São Martinho, um venerado santo do século IV, renunciou à sua carreira como soldado ao se converter: "Sou um soldado cristão; não posso lutar." Santo Agostinho e São Gregório elaboraram teorias que justificavam guerras religiosas, mas só no século XI, com o triunfo do movimento gregoriano, foram postas em prática. Gregório VII obteve apoio papal para a conquista normanda antes mesmo de se tornar pontífice, e tanto ele como os papas por ele influenciados abençoaram campanhas cristãs contra muçulmanos na Espanha, contra gregos na Itália e contra eslavos no leste da Alemanha. Todas essas campanhas foram consideradas, por Gregório e seu grupo, medidas no sentido de impor a "ordem correta no mundo".

As motivações de Urbano II

Imitando Gregório VII, o papa Urbano II concebeu provavelmente uma grande cruzada à Terra Santa como meio de atingir pelo menos quatro objetivos. O primeiro seria trazer a Igreja Ortodoxa grega de volta ao redil. Ao enviar um poderoso exército de voluntários ao Oriente, Urbano poderia, talvez, espantar os bizantinos com a força ocidental e convencê-los a aceitar o primado de Roma. No caso de lograr êxito nisso, ele alcançaria uma importante vitória para o programa gregoriano de monarquia papal. Uma segunda motivação seria causar embaraço ao maior inimigo do papa, o imperador alemão. Em 1095 Henrique IV havia adquirido tamanha força militar que Urbano tinha sido obrigado a fugir da Itália, refugiando-se na França. Organizando contra os sarracenos uma cruzada poderosa, que congregasse todos os ocidentais menos os alemães, talvez Urbano esperasse apontar o impera-

AS PRINCIPAIS CRUZADAS

dor como um perseguidor, de espírito estreito e anticristão, bem como demonstrar sua própria capacidade para ser o líder espiritual do Ocidente. Em terceiro lugar, ao despachar para longe um grande contingente de combatentes, Urbano talvez ajudasse a alcançar a paz na Europa. No passado, a Igreja francesa havia apoiado um "movimento de paz" que proibia ataques a não-combatentes (a "Paz de Deus") e depois proibiu as lutas em certos dias santos (a "Trégua de Deus"). Pouco antes de convocar a primeira cruzada, Urbano promulgou a primeira aprovação e ampliação papal plenas desse movimento de paz. A cruzada estava claramente ligada ao apelo em prol da paz: com efeito, o que Urbano disse a guerreiros indisciplinados foi que se realmente desejavam lutar poderiam fazê-lo de maneira justa, em favor de uma causa cristã, no além-mar. Por fim, o objetivo de capturar Jerusalém talvez tenha inspirado Urbano genuinamente. Jerusalém era considerada como o centro do mundo e representava o santuário mais sagrado da religião cristã. Ao papado deve ter parecido direito que as peregrinações a Jerusalém não fossem obstadas e que os cristãos deviam governar a cidade diretamente. A "ordem correta no mundo" não poderia significar outra coisa.

Quando Urbano II convocou sua cruzada, num concílio da Igreja, na cidade francesa de Clermont, em 1095, a reação foi mais entusiástica do

que ele poderia ter previsto. Muitos dos presentes interromperam o discurso do pontífice com brados espontâneos de "Deus o quer", e muitos outros partiram impetuosamente para o Oriente logo depois. Ao todo, o principal exército cruzado somaria cerca de 100 mil homens, um número enorme para a época. Por isso, surge a pergunta: por que razão o apelo de Urbano teve tamanho sucesso? Decerto houve motivos econômicos e políticos. Muitas das pessoas mais pobres que se lançaram à cruzada provinham de regiões que em 1095 já apresentavam população excessiva: é possível que esses cruzados alimentassem a esperança de ter melhor sorte no Oriente do que em suas terras saturadas. Da mesma forma, alguns senhores estavam sentindo as pressões da crescente estabilidade política e de uma crescente aceitação da primogenitura, pela qual o direito de herança se limitava ao filho mais velho, do sexo masculino. Até então os filhos mais jovens podiam aspirar a fazer suas próprias fortunas nas guerras endêmicas, ou ao menos herdar algum território, mas agora havia maior número de filhos, e que viviam mais, as guerras diminuíam e apenas o filho mais velho herdava as terras do pai. Evidentemente, partir para o Oriente era uma alternativa mais interessante que vegetar em sua própria terra.

Causas econômicas e políticas da primeira cruzada

No entanto, o motivo predominante que gerou a Primeira Cruzada foi o religioso. Ninguém poderia partir para uma cruzada por puro cálculo, pois não podia prever com certeza que conquistaria novas terras. Na verdade, qualquer cálculo racional só poderia predizer, na melhor das hipóteses, uma viagem de volta sem remuneração, ou, mais provavelmente, a morte nas mãos dos muçulmanos. A viagem, porém, oferecia grande conforto para a alma cristã. Durante séculos as peregrinações tinham sido o tipo mais popular de penitência, e a peregrinação a Jerusalém era considerada a mais sagrada e eficaz dentre todas. Obviamente, a suprema recompensa espiritual adviria da participação em uma peregrinação armada a Jerusalém, a fim de retomar o mais santo de todos os lugares sagrados do cristianismo. A fim de tornar essa questão explícita, Urbano II prometeu que os cruzados ficariam isentos de todas as demais penitências impostas pela Igreja. Logo depois, alguns pregadores que integravam a cruzada foram além, prometendo, sem autorização de Urbano, o que veio a ser conhecido como *indulgência plenária*. Tratava-se da promessa de que todos os cruzados ficariam inteiramente isentos de punições no purgatório, e que suas almas iriam diretamente para o céu se morressem na cruzada. A indulgência plena era uma oferta verdadeiramente extraordinária e as multidões se apressaram a tirar proveito dela. À medida que se reuniam eram levados pelos pregadores a um frenesi religioso que raiava pela histeria coletiva. Estavam convencidos de que tinham sido escolhidos para purgar o mundo dos ímpios. Uma conseqüência terrível disso foi que, mesmo antes de partirem para o Oriente, começaram a trucidar judeus europeus, na primeira eclosão realmente virulenta de anti-semitismo no Ocidente.

A religião como principal motivação: as cruzadas como peregrinação armada

Vencendo grandes dificuldades, a primeira cruzada foi um sucesso absoluto. Em 1098 os cruzados capturaram Antioquia e, com ela, a maior parte da Síria; em 1099 tomaram Jerusalém. O sucesso adveio sobretudo do fato de que os muçulmanos estavam na época enfrentando divisões internas; e a chegada dos ocidentais estranhos, rudes e terrivelmente selvagens pegou-os de surpresa. Desde o começo os cruza-

O comportamento brutal dos cruzados

dos agiram na Terra Santa como imperialistas. Assim que conquistaram novos territórios, reinvidicaram-nos como propriedade pessoal, dividindo suas aquisições em quatro principados diferentes. Além disso, davam pasto à sua ferocidade. Quando capturaram Antioquia, ao invés de fazerem prisioneiros, matavam todos os turcos em que punham as mãos. Da mesma forma, ao capturarem Jerusalém deixaram de lado os preceitos pacifistas de Cristo, massacrando impiedosamente todos os habitantes muçulmanos da cidade. Alguns cruzados chegaram a gabar-se, numa carta conjunta enviada à Europa, de que "no Pórtico de Salomão e em seu templo nossos homens cavalgavam em meio ao sangue dos sarracenos, que chegava ao joelho de suas montarias". Os cruzados que permaneceram na Terra Santa aos poucos se tornaram mais civilizados e tolerantes, porém novas levas de peregrinos armados, chegados do Ocidente, continuavam a agir brutalmente. Além disso, nem mesmo os cruzados que ficaram se integraram plenamente à população local, permanecendo como um elemento estrangeiro, separado e explorador, no coração do mundo islâmico.

Fracasso das cruzadas posteriores; o triunfo da diplomacia de Frederico II

Dado que os estados cristãos compreendiam apenas uma estreita faixa de colônias subpovoadas na costa da Síria e da Palestina, era apenas questão de tempo serem retomadas pelo Islam. Em 1144 caiu o principado mais setentrional. Quando guerreiros cristãos, conduzidos pelo rei da França e pelo imperador da Alemanha, chegaram ao Oriente na segunda cruzada, a fim de reaver os territórios perdidos, estavam demasiado divididos para conseguir vitórias. Não tardou muito para que as terras islâmicas da região fossem reunificadas pelo sultão Saladino, que tinha sua base no Egito, e em 1187 ele recapturou Jerusalém. Mais uma vez, forças ocidentais tentaram reparar as perdas: foi essa a terceira cruzada, dirigida pelo imperador germânico Frederico Barba-Roxa, pelo rei francês Filipe Augusto e pelo rei inglês Ricardo Coração de Leão. Contudo, nem mesmo essa gloriosa expedição conseguiu triunfar, sobretudo porque os líderes rivais novamente litigavam entre si. Quando Inocêncio III se tornou papa, sua maior ambição consistia em retomar Jerusalém. Para isso organizou a quarta cruzada, mas essa expedição foi um desastre sem precedentes do ponto de vista de uma cristandade unida. O papa não conseguiu controlar sequer seu rumo, e em 1204 os cruzados acabaram tomando Constantinopla, uma cidade cristã ortodoxa, ao invés de marcharem sobre a Terra Santa. Como já vimos, a conseqüência final disso foi ajudar a destruir o Império Bizantino e abrir uma brecha na Europa oriental para os turcos otomanos. Inocêncio organizou o quarto Concílio de Latrão, em 1215, em parte para preparar uma outra cruzada, que estaria sob a orientação mais direta do papa. Essa cruzada, a quinta, foi lançada do mar contra o Egito, a fim de penetrar no centro do poder muçulmano, mas após um início promissor, também ela fracassou. Somente a sexta cruzada, conduzida em 1228 e 1229 pelo imperador Frederico II, alcançou êxito; entretanto, não por motivos militares. Frederico, que falava o árabe e era capaz de comunicar-se facilmente com o sultão egípcio, não combateu, preferindo negociar, habilmente, um tratado pelo qual Jerusalém e uma estreita rota de acesso foram restaurados aos cristãos. Assim, triunfou a diplomacia onde a guerra fracassara. Entretanto, os cristãos não conseguiram manter suas aquisições e Jerusalém caiu mais uma vez em 1244, não sendo nunca mais recapturada pelo Ocidente antes de 1917. Os

"estados" cristãos reduziam-se agora a um pequeno encrave ao redor da cidade palestina de Acre.

Quando Frederico II estava negociando a posse de Jerusalém, achava-se excomungado pelo papa; por conseguinte, ao entrar na cidade, teve de coroar a si próprio como rei de Jerusalém, na igreja do Santo Sepulcro. O ato indicava que a essa altura o papado estava mais interessado em promover os objetivos políticos europeus do que em reconquistar a Terra Santa. A vitória da primeira cruzada havia realçado em muito o prestígio e a força da monarquia papal, mas os fracassos ulteriores punham em questão, cada vez mais, a capacidade papal de unificar o Ocidente para um grande empreendimento. A cruzada albigense, convocada por Inocêncio III em 1208, estabeleceu o precedente crucial de que um fiel poderia receber as mesmas recompensas espirituais participando de uma cruzada dentro da Europa do que aventurando-se numa cruzada, muito mais distante e arriscada, no Oriente. Não obstante, a cruzada albigense não prejudicou a imagem religiosa do papado, pois os heréticos albigenses (cujas crenças serão examinadas mais adiante) constituíam uma clara ameaça religiosa à Igreja. Contudo, assim que o papado lançou sua cruzada contra Frederico II e seus herdeiros, sacrificou inteiramente o ideal cruzadista a interesses políticos.

O sacrifício do ideal das cruzadas, pelo papado, em nome de interesses políticos

Foi então que se interrelacionaram de perto o declínio do movimento cruzadista e o declínio do papado. Nas cruzadas contra Frederico e seus sucessores, e mais tarde contra o rei de Aragão, os papas ofereciam a mesma indulgência plena oferecida a todos os cruzados contra o Islam. Pior, ofereciam-na a qualquer pessoa que simplesmente contribuísse com dinheiro suficiente para armar um cruzado para a empresa. Isso provocou uma enorme inflação de indulgências. Em 1291, os últimos postos avançados cristãos na Terra Santa haviam caído sem qualquer ajuda ocidental, enquanto o papado ainda tentava salvar sua derrotada cruzada contra Aragão. O jubileu papal de Bonifácio VIII em 1300, que ofereceu uma indulgência plena a todos quantos realizassem uma peregrinação a Roma, constituiu um reconhecimento tácito de que doravante a Cidade Eterna, e não a Terra Santa, teria de ser a meta central da peregrinação cristã. Bonifácio caiu do poder três anos depois por muitas razões, mas uma delas foi, certamente, a de que o prestígio do papado havia sido danificado irreparavelmente pelos abusos e fracassos do movimento cruzadista.

Declínio do movimento das cruzadas e do papado

Assim, na mesma medida em que a idéia cruzadista ajudou a edificar a monarquia papal, contribuiu também para destruí-la. Afora isto, que significado prático tiveram as cruzadas? Do lado positivo, o sucesso quase inacreditável da primeira cruzada ajudou a elevar a autoconfiança do Ocidente medieval. Durante séculos a Europa estivera na defensiva contra o Islam; agora, um exército ocidental conseguira investir contra um centro do poder islâmico e tomar um tesouro, aparentemente a seu bel-prazer. Essa vitória notável ajudou também a tornar o século XII uma época de extraordinário otimismo. Para os cristãos ocidentais, deve ter parecido que Deus estava a seu lado e que eles poderiam fazer quase tudo que desejassem. As cruzadas ajudaram também a alargar os horizontes ocidentais. Na Terra Santa poucos ocidentais jamais se deram ao trabalho de aprender o árabe ou tirar proveito de instituições ou idéias islâmicas específicas — o mais lucrativo intercâmbio cultural entre

Efeitos positivos das cruzadas

cristãos e muçulmanos teve lugar na Espanha e na Sicília – mas os cruzados, que percorriam imensas distâncias em terras estrangeiras, não podiam deixar de adquirir uma nova visão das coisas. As cruzadas decerto despertaram interesse por artigos suntuários até então desconhecidos e trouxeram temas abundantes para a literatura e as fábulas.

Comércio e tributação

Do ponto de vista econômico, o sucesso da primeira cruzada ajudou a abrir o Mediterrâneo oriental ao comércio do Ocidente. As cidades italianas de Veneza e Gênova, em particular, começaram a dominar as atividades mercantis naquela área, ajudando assim a promover a prosperidade ocidental como um todo. A necessidade de transferir dinheiro a longas distâncias estimulou também experiências em técnicas bancárias. Politicamente, o precedente de tributar o clero para custear as cruzadas não só foi aproveitado rapidamente pelas monarquias ocidentais, como também estimulou várias formas de tributação nacional. Mais que isso, o simples ato de se organizar um país para ajudar a financiar uma cruzada real, levantando-se fundos e suprimentos, representou estímulo importante para o desenvolvimento de instituições administrativas eficientes nas incipientes nações-estados.

Conseqüências negativas

No entanto, as cruzadas deixaram também um saldo negativo. Não há como justificar a feroz mortandade dos cruzados – trucidaram judeus na Europa e muçulmanos no Oriente. Como vimos também no capítulo 10, as cruzadas aceleraram em muito a deterioração das relações do Ocidente com o Império Bizantino e contribuíram de maneira fundamental para a destruição desse império, com todas as conseqüências desastrosas que se seguiram. E o imperialismo ocidental na Terra Santa foi apenas o começo de uma longa história de imperialismo, que se manteve até os tempos modernos.

3. OS SURTOS DE VITALIDADE RELIGIOSA

O despertar do interesse pela religião

A primeira cruzada jamais teria sido coroada de êxito se os ocidentais não tivessem passado a encarar a religião com entusiasmo. O próprio surgimento desse entusiasmo foi algo de notável. Se a primeira cruzada tivesse sido convocada cinqüenta anos antes, é duvidoso que houvesse contado com a adesão de muita gente. No entanto, o movimento de reforma do século XI e o pontificado de Gregório VII despertaram o interesse pela religião em todos os setores da sociedade. A partir de então, todo o período da alta Idade Média seria marcado por extraordinária vitalidade religiosa.

Impacto do movimento gregoriano de reforma sobre a revivescência religiosa

Por dois motivos os reformadores e Gregório VII incentivaram uma revivescência religiosa na Europa. Em primeiro lugar, a campanha para purificar a Igreja alcançara elevado sucesso: o laicato podia agora respeitar mais o clero e um número cada vez maior de pessoas se sentia inspirado a tomar ordens. Segundo uma estimativa digna de crédito, o número de pessoas que ingressaram em ordens monásticas na Inglaterra decuplicou entre 1066 e 1200 (essa estatística não inclui o aumento do número de padres seculares). A outra razão pela qual a obra de Gregório VII, em particular, contribuiu para inspirar um reavivamento foi ter Gregório exortado explicitamente o laicato a ajudar a disciplinar os padres. Em cartas de grande impacto propagandístico, ele denunciou os pecados de "padres fornicadores" (com o que desejava referir-se, na

verdade, somente aos casados) e instou o laicato a expulsá-los dos púlpitos ou boicotarem seus ofícios. Não é de supreender que isso tenha provocado quase que um movimento de patrulhamento em muitas partes da Europa. Esse emocionalismo, em conjunção com o fato de que a disputa papal com Henrique IV foi, na verdade, o primeiro acontecimento que mobilizou o interesse de toda a Europa, aumentou imensamente o interesse pelos assuntos da Igreja. Até mais ou menos 1050, os europeus ocidentais se diziam na maioria cristãos, mas a religiosidade parece ter sido morna e o comparecimento aos templos bem raro; depois do período gregoriano, o cristianismo começou a tornar-se um ideal e uma prática que realmente orientava a vida dos homens.

A nova religiosidade: as ordens cartuxa e cisterciense; São Bernardo de Claraval

Uma das mais claras manifestações da nova religiosidade foi a propagação do movimento cisterciense, no século XII. Por volta de 1100, os monges ligados a Cluny haviam começado a mergulhar no mesmo lodaçal de mundanismo e corrupção que tinha engolfado seus irmãos beneditinos, mais antigos, e que eles haviam desejado reformar. A conseqüência foi a fundação de novas ordens, que proporcionassem a mais plena expressão do idealismo monástico. Uma delas foi a ordem dos cartuxos, cujos membros deviam habitar celas separadas, abster-se de carne e jejuar três dias por semana, vivendo de pão, água e sal. Os cartuxos nunca procuraram expandir muito sua ordem, e por isso ela sempre permaneceu pequena. Entretanto, o mesmo não aconteceu com os cistercienses, monges cuja ordem foi organizada por volta de 1100 e que procuraram seguir a regra beneditina da maneira mais pura e austera possível. A fim de evitar as tentações mundanas a que os monges de Cluny haviam sucumbido, fundavam novos mosteiros em florestas e regiões ermas, tão distantes da civilização quanto possível. Evitavam toda a decoração desnecessária nas igrejas e todos os utensílios ostenta-

São Bernardo de Clairvaux. Aqui o santo, com o hábito branco dos cistercienses, tem uma visão milagrosa de Cristo durante a missa. De um manuscrito de cerca de 1290.

tórios, abandonavam a ênfase cluniacense em uma liturgia complicada em favor de mais contemplação e orações privadas, e empenhavam-se seriamente em pesados trabalhos manuais. Sob a liderança carismática de São Bernardo de Claraval (1090-1153), pregador fascinante e escritor de brilho, e a mais influente personalidade religiosa da Europa em sua era, a ordem cisterciense cresceu exponencialmente. Se existiam apenas cinco casas em 1115, não eram menos de 343 por ocasião da morte de São Bernardo, em 1153. Esse crescimento significou não só que um número muito maior de homens estavam-se tornando monges — as ordens mais antigas não desapareceram — mas também que muitos leigos piedosos estavam doando fundos e terras para manutenção dos novos conventos.

Novas formas de crença e práticas religiosas

Ao mesmo tempo em que mais pessoas ingressavam nos novos mosteiros ou os mantinham, a própria natureza da devoção e da crença religiosa estava-se modificando. Dentre muitos exemplos disso, um deles foi um certo abandono do culto dos santos e a ênfase na adoração de Jesus e da Virgem Maria. Os mosteiros beneditinos mais antigos estimulavam o culto das relíquias de santos locais, que conservavam a fim de atrair peregrinos e doações. Entretanto, a ordem cluniacense e a cisterciense eram, ambas, organizações centralizadas que só permitiam um único padroeiro para todas as suas casas: São Pedro (para homenagear o fundador do papado) e a Virgem, respectivamente. Como esses conventos abrigavam poucas relíquias (acreditava-se que a Virgem Maria houvesse subido aos céus fisicamente, de modo que não restava nenhuma relíquia corpórea dela no mundo), não davam ênfase ao culto das relíquias. Tal culto foi substituído por uma concentração na Eucaristia, ou o sacramento da Ceia do Senhor. A celebração da Eucaristia sempre fora, naturalmente, parte importante da fé cristã, mas somente no século XII ela se tornou verdadeiramente central, pois somente então os teólogos elaboraram plenamente a doutrina da *transubstanciação*. De acordo com essa doutrina, o sacerdote, durante a missa, coopera com Deus na realização de um milagre pelo qual o pão e o vinho sobre o altar são convertidos ou "transubstanciados" no corpo e no sangue de Cristo. A reverência popular pela Eucaristia tornou-se tão acentuada no século XII que teve início o hábito de se elevar a hóstia consagrada, de modo que toda a congregação pudesse vê-la. A nova doutrina da Eucaristia realçou em alto grau a dignidade do sacerdote e encorajou os fiéis a meditarem sobre a Paixão de Cristo. Em conseqüência disso, muitos adquiriram um intenso sentido de identificação com Cristo, procurando imitar sua vida de muitas maneiras.

O culto da Virgem Maria

Essa renovada adoração de Cristo no século XII foi acompanhada de perto pela adoração da Virgem Maria. Tal evolução tinha ainda menos precedentes, pois até então a Virgem havia recebido culto marginal na Igreja ocidental. Não se sabe exatamente por que razão o culto da Virgem tornou-se tão pronunciado no século XII, mas, qualquer que seja a explicação, não há dúvida de que nessa época ele floresceu em toda a Europa ocidental. Não só os cistercienses a erigiram em sua padroeira, como São Bernardo ensinava sem cessar sua vida e suas virtudes, e praticamente todas as magníficas catedrais construídas na época lhe foram dedicadas: houve a Notre Dame (Nossa Senhora) de Paris, e também uma "Notre Dame" de Chartres, Rheims, Amiens, Rouen, Laon e muitas outras cidades. Do ponto de vista teológico, o

Cristo abençoando a coroação de sua mãe, a Virgem Maria. Relevo da Catedral de Notre Dame, Paris.

papel de Maria era a de intercessora junto a seu Filho para a salvação das almas humanas. Afirmava-se que Maria era a mãe de todos, um infinito repositório de misericórdia, que instava pela salvação até dos pecadores, desde que fossem ternos e se arrependessem por fim. Circulavam inúmeras histórias sobre aparentes réprobos que tinham sido salvos por sua devoção a Maria e por ter ela intercedido em seu favor na hora de sua morte.

Significado do culto

O significado do novo culto era múltiplo. Pela primeira vez era dado a uma mulher lugar tão exaltado na religião cristã. Os doutores da Igreja ainda ensinavam que o pecado havia entrado no mundo através da mulher, Eva; agora contrabalançavam isso com a explicação de que o triunfo sobre o pecado sobreviera com a ajuda de Maria. Além disso, a ênfase na Virgem deu às mulheres uma figura religiosa com a qual podiam identificar-se, o que lhes realçava a própria religiosidade. Uma terceira conseqüência foi que os artistas e escritores que representavam Maria puderam concentrar-se na feminilidade e em cenas de carinho humano e vida familiar. Isso contribuiu bastante para uma suavização geral do estilo artístico e literário. No entanto, talvez o mais importante é que a ascensão do culto de Maria estava ligado de perto a um aumento geral da esperança e do otimismo no Ocidente do século XII.

As heresias albigense e valdense

Por vezes o profundo entusiasmo religioso do século XII ultrapassava os limites aprovados pela Igreja. Depois de haver Gregório VII convocado o laicato a ajudar a disciplinar o clero, tornou-se difícil controlar o entusiasmo leigo. À medida que avançava o século XII e a monarquia papal concentrava-se no fortalecimento de sua administração jurídica e financeira, alguns leigos começaram a imaginar se a Igreja, antes tão inspiradora, não estaria perdendo de vista seus objetivos idealistas. Outra dificuldade era que a crescente ênfase dada aos poderes miraculosos dos sacerdotes tendia a inibir o papel religioso do laicato e colocá-lo numa posição clara de inferioridade espiritual. Conseqüentemente, pela primeira vez na história, na segunda metade do século XII a Europa ocidental foi varrida por grandes movimentos de heresia popular. As duas principais heresias foram a albigense e a valdense. A primeira, que tinha seu foco principal na Itália e no sul da França, constituiu uma

recrudescência do dualismo oriental. Tal como os zoroastrenses, os gnósticos e os maniqueus antes deles, os albigenses acreditavam que toda a matéria fora criada por um princípio mau, e que, portanto, a carne devia ser drasticamente mortificada. Essa doutrina estava em completo desacordo com o cristianismo, mas ao que parece, na maioria os albigenses consideravam-se cristãos, e abraçavam a heresia sobretudo porque ela desafiava à autoridade de padres católicos insuficientemente piedosos e oferecia uma válvula de escape para uma intensa espiritualidade leiga. Já a heresia valdense foi mais característica da corrente principal do protesto religioso do século XII; originou-se no sul da França e espalhou-se pela maior parte da Europa. Os valdenses ansiavam por imitar, ao máximo possível, a vida de Cristo e dos Apóstolos. Por isso, traduziam e estudavam os Evangelhos, dedicando-se a uma vida de pobreza e pregação. Como não atacavam nenhuma doutrina ou prática da Igreja, a hierarquia eclesiástica a princípio não interferiu com eles. No entanto, em breve surgiu a impressão de que estavam-se tornando demasiado independentes e que sua piedade simples poderia constituir um contraste embaraçoso com a vida dos prelados mundanos. Assim, o papado os proibiu de pregar sem autorização; os valdenses recusaram a aceitar a ordem e foram condenados por heresia. Isso só serviu para os tornar ainda mais radicais, e eles começaram a pregar que os homens poderiam ser salvos se levassem uma vida apostólica simples, sem qualquer necessidade dos sacramentos ministrados pelos padres.

A reação de Inocêncio III à heresia

Quando se tornou papa, em 1198, Inocêncio III viu-se confrontado com o sério desafio representado pela disseminação das heresias. Sua reação foi, como era característico dele, resoluta e fatídica para o futuro da Igreja. Em termos simples, foi uma estratégia dupla. Por um lado, Inocêncio resolveu esmagar toda desobediência à autoridade papal; por outro, decidiu apoiar todos os grupos religiosos dispostos a aceitar obediência. Daí em diante a monarquia papal não seria mais ameaçada, mas restaria ainda alguma espiritualidade dinâmica no seio da Igreja. Inocêncio não só lançou uma cruzada em grande escala contra os albigenses, como também estimulou a utilização de procedimentos jurídicos contra os heréticos, inclusive impiedosas técnicas de "inquisição" religiosa. Em 1252 o papado aprovou o emprego da tortura em julgamentos inquisitoriais, e a queima na fogueira tornou-se a punição mais comum para a desobediência religiosa. Nem a cruzada nem os procedimentos inquisitoriais tiveram pleno sucesso no sentido de erradicar a heresia albigense durante a vida de Inocêncio, mas a extensão de tais medidas teve como conseqüência a destruição da heresia, a ferro e fogo, depois de meados do século XIII. Os valdenses, tal como os albigenses, foram caçados pelos inquisidores e seu número diminuiu bastante; mas grupos valdenses esparsos lograram sobreviver até os tempos modernos.

A ênfase dada por Inocêncio III aos sacramentos

Outro aspecto do programa de Inocêncio consistiu em enunciar formalmente novas doutrinas religiosas que salientavam o status especial dos sacerdotes e da hierarquia eclesiástica. Assim, no IV Concílio de Latrão, em 1215, ele reafirmou a doutrina segundo a qual os sacramentos ministrados pela Igreja eram os meios indispensáveis para obtenção da graça de Deus e que sem eles ninguém poderia salvar-se. Os decretos do Concílio deram ênfase a dois sacramentos, a Eucaristia e a Penitência. A doutrina da transubstanciação foi formalmente definida e se

exigiu, como ainda se exige hoje em dia, que todos os católicos confessassem seus pecados a um padre pelo menos uma vez por ano. O Concílio promulgou ainda outras definições doutrinárias e medidas disciplinares, que visavam tanto a combater a heresia como a asseverar a dignidade especial do clero.

Como ficou dito acima, o outro lado da política de Inocêncio III consistiu em apoiar movimentos idealistas obedientes dentro da Igreja. Os mais importantes destes foram as novas ordens de *frades* – os dominicanos e os franciscanos. Os frades assemelhavam-se aos monges, pois se comprometiam a seguir uma regra, mas diferiam bastante deles em sua conduta. Sobretudo, não se afastavam da sociedade, buscando refúgio em mosteiros. Partindo do princípio de que o estilo de vida seguido por Cristo e pelos Apóstolos era o mais santo, jornadeavam pelos campos e principalmente pelas cidades, assistindo os doentes e os pobres, pregando e ensinando. Imitando Cristo, decidiram-se também por votos de pobreza. Em muitos sentidos assemelhavam-se aos hereges valdenses, mas professavam absoluta obediência ao papa e procuravam eles próprios combater a heresia.

As novas ordens de frades

A ordem dominicana, fundada por São Domingos em 1216, com aprovação de Inocêncio III, estava dedicada, de modo especial, à luta contra a heresia e à conversão de judeus e muçulmanos. A princípio os dominicanos tinham esperanças de alcançar esse fim mediante pregação e debates públicos. Por isso, voltaram-se para o intelectualismo. Muitos membros da ordem galgaram posições de magistério nas nascentes universidades européias e prestaram grande contribuição para o desenvolvimento da filosofia e da teologia. O mais influente pensador do século XIII, São Tomás de Aquino, era um dominicano que dedicou uma de suas principais obras teológicas à conversão dos "gentios", ou seja, todos os não-cristãos. Os dominicanos sempre conservaram sua reputação de grande saber, mas vieram também a acreditar que a melhor maneira de controlar os hereges obstinados estava em procedimentos legais. Por conseguinte, tornaram-se os principais administradores dos julgamentos inquisitoriais.

A ordem dos dominicanos

Em muitos sentidos a ordem dos franciscanos era bem diferente e mais radical. Seu fundador, São Francisco de Assis (1182-1226), conduziu-se de início praticamente como um rebelde social e um herege. Filho de um rico mercador italiano, sentiu-se insatisfeito com os valores do pai e tomou a resolução de transformar-se em servo dos pobres. Doando todas suas propriedades, despiu-se de suas vestes em público, meteu-se na roupa simples de mendigo e começou a pregar a salvação e a cuidar dos desassistidos nos mais sombrios desvãos das cidades italianas. Imitava com todo rigor a vida de Cristo e manifestava indiferença em relação à doutrina, ao formalismo e ao cerimonial. Não obstante, desejava ganhar o apoio do papa. Num certo dia de 1210, apareceu em Roma, acompanhado de um grupo de esfarrapados, para pedir que Inocêncio III aprovasse uma "regra" primitiva que era pouco mais que uma coletânea de preceitos evangélicos. Talvez um outro papa houvesse rejeitado aquele leigo como um anarquista religioso, irremediavelmente mundano, quem sabe até demente. Mas Francisco estava absolutamente disposto a professar obediência, e Inocêncio teve o gesto audacioso de aprovar a regra de Francisco e dar-lhe permissão para pregar. Com o apoio papal, o movimento franciscano espalhou-se depressa. Assim,

A ordem dos franciscanos

São Francisco de Assis. Pelo grande pintor italiano do séc. XVIII, Cimabue.

Inocêncio conseguiu arregimentar uma força nova e vital, que ajudaria a manter um senso de entusiasmo religioso dentro da Igreja.

Relacionamento entre a monarquia papal e os frades

Até o fim do século XIII, tanto os franciscanos como os dominicanos trabalharam em estreita aliança com a monarquia papal, mantendo um relacionamento de mútuo apoio. Os papas ajudavam os frades a se propagar por toda a Europa e muitas vezes lhes permitiam até usurpar alguns deveres dos párocos. Por sua vez, os frades combatiam a heresia, ajudavam a pregar as cruzadas papais, realizavam ativo trabalho missionário e cumpriam outras missões especiais para os papas. Acima de tudo, por força de seu exemplo e sua vigorosa pregação, os frades ajudaram a manter a intensidade religiosa durante todo o século XIII.

A era da fé

Por conseguinte, o período entre 1050 e 1300 foi todo ele uma grande "era de fé". Tal fé teve ao mesmo tempo resultados tangíveis e intangíveis. Examinaremos logo adiante os produtos tangíveis – obras de teologia, artísticas e arquitetônicas. Conquanto esses tenham sido grandiosos, os intangíveis foram também importantes. Até a religião cristã se tornar uma força viva na alta Idade Média, não havia praticamente ideais comuns que inspirassem os homens e mulheres medianos. A vida na Idade Média era extraordinariamente dura, e até mais ou menos 1050 não havia muita coisa que lhe emprestasse significado. Então, quando as pessoas passaram a levar o cristianismo mais a sério, surgiu um impulso para todo tipo de trabalho árduo. Como vimos no capítulo anterior, depois de 1050 os europeus passaram a ter literalmente melhor alimentação do que antes, e vimos agora que começaram a contar também com um melhor pão do espírito. Por tudo isso, realizaram grandes feitos em todos os campos da atividade humana.

4. A REVIVESCÊNCIA INTELECTUAL NA IDADE MÉDIA

Quatro grandes realizações intelectuais

As quatro principais realizações intelectuais da alta Idade Média, inter-relacionadas entre si, mas diferentes, foram: a disseminação da educação primária e da alfabetização; o nascimento e a propagação das universidades; a aquisição do conhecimento clássico e do islâmico; e o avanço real realizado na esfera da filosofia. Qualquer uma dessas quatro realizações teria dado à alta Idade Média um lugar de destaque na história do saber ocidental; consideradas em conjunto, inauguraram a era de predomínio intelectual do Ocidente, que se tornou um dos aspectos marcantes dos tempos modernos.

A propagação da educação primária

Por volta do ano 800, Carlos Magno determinou que fossem criadas escolas primárias em todos os bispados e mosteiros de seu reino. Embora caiba duvidar que essa ordem tenha sido cumprida ao pé da letra, decerto muitas escolas foram fundadas durante o período carolíngio. No entanto, mais tarde a existência desses estabelecimentos foi ameaçada pelas invasões dos vikings. Em alguns mosteiros e dioceses a educação primária logrou sobreviver, mas até 1050, mais ou menos, eram bem medíocres a amplitude e a qualidade da educação elementar no Ocidente europeu. A partir de então, entretanto, verificou-se um florescimento paralelo ao surto de vitalidade que vimos em outras atividades humanas. Mesmo os contemporâneos espantavam-se com a rapidez com que as escolas brotavam por toda a Europa. Escrevendo em 1115, um monge francês afirmou que quando estava crescendo, por

volta de 1075, era "tal a escassez de professores que não havia quase nenhum nas aldeias e pouquíssimos nas cidades", mas que na altura de sua maturidade existia "grande número de escolas" e que o estudo da gramática estava "florescendo amplamente". Por igual, uma crônica flamenga relata que por volta de 1120 verifica-se uma nova e extraordinária paixão pelo estudo e pela prática da retórica. Evidentemente, a revivescência econômica, o crescimento das cidades e o surgimento de governos fortes permitiam aos europeus dedicar-se como nunca antes à educação básica.

Mudanças na educação primária: (1) o surgimento das escolas catedrais

O surto educacional na alta Idade Média representou algo mais do que apenas o aumento do número de escolas, pois a natureza das escolas mudou, e com o passar do tempo alteraram-se também o currículo e a clientela. A primeira mudança básica foi que no século XII os mosteiros abandonaram o costume de educar leigos. No passado, os mosteiros haviam ensinado a leitura a alguns privilegiados, que não eram monges, unicamente porque não havia outras escolas que os leigos pudessem procurar. No entanto, já no século XII existiam alternativas suficientes. Os principais centros de educação européia tornaram-se as escolas catedrais, localizadas nas cidades maiores. A monarquia papal deu intenso apoio a isso, determinando em 1179 que todas as catedrais separassem uma verba para um mestre-escola, que poderia então lecionar a todos que assim desejassem, ricos ou pobres, gratuitamente. Julgava o papado, com acerto, que essa medida ampliaria o número de clérigos e administradores bem preparados.

(2) ampliação do currículo

A princípio as escolas catedralícias existiam quase unicamente para a preparação básica de padres, e o currículo destinava-se a ensinar apenas o indispensável para a leitura dos ofícios religiosos. Mas logo depois de 1100 o currículo foi alargado. Com o desenvolvimento dos governos eclesiásticos e seculares, surgiu uma crescente procura de funcionários preparados, que tinham de saber alguma coisa mais do que ler orações. Em especial a maior importância assumida pelo direito tornou imperativo melhorar a qualidade da educação primária, visando ao treinamento dos futuros advogados. Acima de tudo, passou a ser inculcado um conhecimento rigoroso da gramática e da composição latinas, muitas vezes através do estudo de clássicos romanos, como as obras de Cícero e Virgílio. O renovado interesse por esses textos, bem como as tentativas de imitá-los, levou alguns historiadores a falarem de uma "Renascença do século XII".

(3) crescimento da educação de leigos

Até cerca de 1200 o corpo discente das escolas urbanas era formado predominantemente por clérigos. Mesmo aqueles que tinham esperança de se tornarem advogados ou administradores, em vez de simples padres, em geral achavam vantajoso tomar ordens. Depois disso, porém, começaram a entrar nas escolas um maior número de estudantes que não eram clérigos nem pretendiam ser. Alguns eram filhos de famílias ricas, que começavam a encarar a alfabetização com símbolo de status. Outros eram futuros notários ou comerciantes que precisavam aprender a ler e fazer contas a fim de progredirem em suas carreiras. Via de regra, estes últimos não freqüentavam as escolas catedralícias, mas outras, de orientação mais prática. Essas escolas se multiplicaram no decorrer do século XIII e se tornaram de todo independentes do controle eclesiástico. Não só seus alunos provinham do laicato, como seus professores em geral eram também leigos. Com o tempo, a instrução deixou de ser

ministrada em latim, como até então, e passou a ser feita nas línguas vernáculas.

Significado do aumento da educação de leigos

A propagação da educação leiga teve enorme importância por dois motivos correlacionados. O primeiro foi que a Igreja perdeu o monopólio da educação, pela primeira vez em quase um milênio. O saber e tudo quanto ele acarretava podiam tornar-se agora mais seculares, e foi exatamente isso que aconteceu, cada vez mais. Os leigòs podiam não só avaliar e criticar as idéias dos padres, como podiam também levar a cabo investigações inteiramente seculares. Por isso, a cultura ocidental veio a se tornar mais independente da religião – e de grande parte do tradicionalismo associado à religião – do que qualquer outra cultura do mundo. Em segundo lugar, a multiplicação das escolas leigas, assim como das escolas religiosas que educavam o laicato, conduziu a uma explosão da alfabetização entre os leigos; por volta de 1340, cerca de 40 por cento da população de Florença sabia ler; ao fim do século XV, mais ou menos a mesma proporção da população inglesa era alfabetizada. (Esses números incluem as mulheres, que em geral aprendiam a ler em casa, sob a orientação de tutores.) Quando se considera que por volta de 1050 quase só o clero sabia ler e escrever, e que os alfabetizados compreendiam menos de 1 por cento da população da Europa ocidental, temos uma idéia da revolução que isso representou. Sem ela, muitas das realizações da Europa, em outros campos, teriam sido inimagináveis.

Origem das universidades

O surgimento das universidades fez parte da mesma explosão educacional da alta Idade Média. No início, as universidades eram instituições que ofereciam especialização em estudos superiores que não podiam ser obtidos nas escolas catedralícias comuns. Na Itália, as primeiras universidades ganharam forma nos séculos XI e XII. Foram as de Salerno, especializada em medicina, e a de Bolonha, especializada em direito – tanto o direito romano quanto o direito canônico. Ao norte dos Alpes, a mais antiga universidade, e durante longo tempo a mais importante, foi a de Paris. A Universidade de Paris começou como uma escola catedralícia, como muitas outras, mas no século XII começou a tornar-se um centro reconhecido da vida intelectual do norte. Um dos motivos disso foi que prevaleciam ali as condições necessárias de paz e estabilidade proporcionadas pela realeza francesa, cada vez mais forte; outro foi a abundância de alimentos, devido à riqueza agrícola da área; e um terceiro motivo foi que a escola catedralícia de Paris, na primeira metade do século XII, gabava-se de contar com o mais carismático e controverso mestre da época, Pedro Abelardo (1079-1142). Abelardo, cujas contribuições intelectuais examinaremos mais adiante, atraía estudantes em bandos de toda a Europa. Segundo uma anedota da época, ele era tão admirado como professor, que ao ser proibido de ensinar em terras da França, devido às suas idéias polêmicas, subia numa árvore e os estudantes reuniam-se em torno dela para ouvi-lo; ao ser proibido de ensinar do ar, começou a dar aulas de um bote, e os alunos se acotovelavam nas margens do rio. Em conseqüência de sua reputação, muitos outros professores se radicaram em Paris e passaram a oferecer uma educação mais variada e avançada do que a ministrada em outras escolas catedralícias da França. Por volta de 1200, a escola estava-se transformando numa universidade especializada em artes liberais e teologia. Por essa época, Inocêncio III, que ali estudara, chamou a escola de "o forno que assa o pão para todo o mundo".

Cumpre salientar que a instituição da universidade foi na verdade uma invenção medieval. Obviamente tinham existido escolas superiores no mundo antigo, mas não tinham currículos fixos ou corpos docentes organizados, nem concediam diplomas. A princípio, as próprias universidades medievais eram menos estabelecimentos que grupos de professores. O termo universidade designava originalmente uma corporação ou guilda. Na verdade, todas as universidades medievais eram corporações, quer de professores, quer de estudantes, organizadas como guildas a fim de proteger seus interesses e direitos. Aos poucos, porém, o termo passou a designar uma instituição de ensino com uma escola de artes liberais e um ou mais institutos nas áreas de direito, medicina ou teologia. A universidade de Salerno nunca deixou de ser mais que uma escola de medicina, mas as de Bolonha e Paris, depois de 1200 aproximadamente, passaram a ser vistas como modelos. Durante o século XIII foram fundadas ou reconhecidas formalmente instituições famosas como as universidades de Oxford, Cambridge, Montpellier, Salamanca e Nápoles. Na Alemanha não houve universidades antes do século XIV — um reflexo da desorganização que ali imperava — mas em 1385 foi fundada a universidade de Heidelberg, a primeira em solo alemão, e muitas outras se seguiram.

Natureza da universidade medieval

Todas as universidades da Europa medieval seguiam um ou outro de dois modelos. Em toda a Itália, na Espanha e no sul da França, o padrão era geralmente a Universidade de Bolonha, na qual os próprios estudantes constituíam a corporação. Contratavam os professores, pagavam-lhes os salários e multavam-nos ou os demitiam por deslizes no cumprimento do dever ou incompetência. As universidades da Europa setentrional seguiam a de Paris, que era uma guilda de professores. Contava com quatro instituições — artes, teologia, direito e medicina — cada qual dirigida por um deão. Na grande maioria das universidades do norte, as artes e a teologia eram as principais áreas de estudo. Antes do fim do século XIII vieram a ser criados colégios separados na Universidade de Paris. O primeiro deles não era mais que uma casa para estudantes pobres, porém mais tarde todos os colégios se tornaram centros de instrução, além de residências. Embora a maioria desses colégios hajam desaparecido na Europa continental, as Universidades de Oxford e Cambridge ainda conservam o sistema de organização federada copiada de Paris. Os colégios de que se compõem são unidades educativas semi-independentes.

Organização das universidades

A maior parte de nosso moderno sistema universitário deriva-se do medieval, porém com grandes alterações. Na Idade Média, nenhum currículo incluía qualquer coisa que lembrasse história ou as modernas ciências sociais. O estudante medieval devia conhecer a gramática latina à perfeição antes de entrar numa universidade, e isso ele aprendia na escola primária. Feita a admissão, restringida aos homens, ele passava quatro anos estudando as artes liberais básicas, o que significava fazer estudos superiores de latim e de retórica e dominar as regras da lógica. Se passasse nos exames, recebia o grau preliminar de bacharel em artes, o que não constituía distinção especial. Para garantir um lugar na vida profissional, ele tinha então de dedicar mais alguns anos à obtenção de um grau avançado, tal como mestre de artes ou doutor em direito, medicina ou teologia. Para o grau de mestrado eram necessários quatro anos dedicados ao estudo de matemática, ciência natural e filosofia,

Os cursos universitários

através da leitura e de comentários de obras científicas da antigüidade, como as de Euclides e, em particular, Aristóteles. Dava-se ênfase à análise abstrata e não existia nada semelhante à ciência de laboratório. Os requisitos para obtenção do grau de doutorado incluíam treinamento mais especializado. O doutorado em teologia era particularmente árduo: em fins da Idade Média o curso de doutorado em teologia na Universidade de Paris havia sido ampliado para doze ou treze anos, após mais ou menos oito exigidos para o mestrado! Não havia necessidade de residência contínua na universidade e por isso era raro uma pessoa tornar-se doutor em teologia antes dos 40 anos de idade; na verdade, os regulamentos vedavam a concessão de diploma a alguém com menos de 35 anos. A rigor, o grau de doutorado, inclusive em medicina, só conferia o direito de lecionar. Na prática, porém, os graus universitários de todos os níveis eram considerados como critérios de proficiência e tornavam-se caminhos para carreiras não acadêmicas.

A vida estudantil

Com freqüência, a vida nas universidades medievais era bastante turbulenta. Muitos estudantes eram de grande imaturidade, pois habitualmente os estudos universitários começavam entre doze e quinze anos. Além disso, a maioria dos estudantes universitários julgava-se uma comunidade independente e privilegiada, apartada da de seus concidadãos. Como estes procuravam tirar proveito financeiro dos estudantes, naturalmente impetuosos, eram comuns as brigas e às vezes verdadeiras batalhas campais entre eles. No entanto, os estudos propriamente ditos eram intensos. Como se dava grande valor à autoridade e os livros fossem de preço proibitivo (eram escritos a mão e feitos de pergaminho), a memorização ocupava lugar importante no processo educacional. À medida que os estudantes avançavam em suas disciplinas, deviam desenvolver a capacidade de manter debates formais e públicos. Tais debates podiam tornar-se extremamente complexos e abstratos; às vezes prolongavam-se por dias a fio. O fato mais importante com relação aos estudantes universitários medievais foi o de, após 1250, haver tantos deles. No século XIII a universidade de Paris tinha cerca de sete mil alunos e Oxford nunca contava com menos de dois mil. Isso significa que uma proporção relativamente grande de europeus do sexo masculino, que fossem algo mais que artífices ou camponeses, recebia ao menos alguma educação de nível superior.

Aquisição de conhecimentos gregos e árabes

O enorme aumento do número de estudantes de todos os níveis durante a alta Idade Média fez-se acompanhar também por uma melhora da qualidade do ensino. Isso se deveu antes de tudo à recuperação da cultura grega e à absorção dos avanços intelectuais feitos pelos muçulmanos. Uma vez que eram raríssimos os europeus que conheciam o grego ou o árabe, as obras escritas nessas línguas tinham de ser transmitidas por intermédio de traduções para o latim. Todavia, antes de 1140 havia pouquíssimas dessas traduções: somente alguns tratados de lógica, dentre a volumosa obra de Aristóteles, tinham sido traduzidos para o latim antes de meados do século XII. Mais ou menos por essa época, porém, uma intensa atividade de tradução colocou quase todo o antigo conhecimento científico grego e árabe à disposição dos europeus ocidentais. Tal atividade foi máxima na Espanha e na Sicília, pois ali os cristãos viviam junto de pessoas que falavam o árabe, ou de judeus que conheciam o latim e o árabe, e tanto uns como outros ajudavam-nos em suas tarefas. As obras gregas foram inicialmente traduzidas para o latim

a partir de versões em árabe; depois muitas foram traduzidas de novo diretamente do grego por alguns ocidentais que haviam conseguido aprender a língua, em geral devido a viagens por territórios de idioma grego. Em conseqüência disso, por volta de 1260 quase todo o conjunto da obra de Aristóteles que se conhece hoje achava-se traduzido para o latim. Traduziram-se igualmente as obras básicas de pensadores gregos importantes como Euclides, Galeno e Ptolomeu. Apenas os marcos da literatura grega e as obras de Platão não tinham sido ainda traduzidas, pois não eram conhecidas pelos árabes; só existiam em inacessíveis manuscritos bizantinos. No entanto, além do pensamento dos gregos, os estudiosos do Ocidente travaram contato também com o trabalho de todos os grandes filósofos e cientistas islâmicos, como Avicena e Averroés.

Desenvolvimento do pensamento científico e especulativo no Ocidente; Robert Grosseteste e Roger Bacon

Tendo-se familiarizado com o que de melhor possuía o pensamento científico e especulativo dos gregos e árabes, o Ocidente foi capaz de desenvolvê-lo e realizar seu próprio progresso. Esses avanços realizaram-se de muitos modos. No caso da ciência natural, os ocidentais puderam começar a desenvolver os conhecimentos recém-adquiridos sem grande dificuldade, pois raramente conflitavam com os princípios do cristianismo. No entanto, com relação à filosofia, levantava-se uma questão fundamental: até que ponto o pensamento grego e árabe era compatível com a fé cristã? O mais destacado cientista do século XIII foi o inglês Robert Grosseteste (c. 1168-1253), não só um grande pensador mas também pessoa muito ativa na vida pública, na qualidade de bispo de Lincoln. Grosseteste veio a conhecer tão bem o grego que traduziu toda a *Ética* de Aristóteles. Além disso, realizou importantíssimos avanços teóricos na matemática, na astronomia e na óptica. Formulou uma explicação científica para o fenômeno do arco-íris e postulou a utilização de lentes para aumentar a imagem de objetos. O maior discípulo de Grosseteste foi Roger Bacon (c. 1214-1294), hoje mais famoso do que seu mestre porque parece ter previsto os automóveis e máquinas de voar. Na realidade, Bacon não tinha grande interesse pela mecânica, mas desenvolveu o trabalho de Grosseteste no campo da óptica, discutindo, por exemplo, novas propriedades das lentes, a alta velocidade da luz e a natureza da visão humana. Grosseteste, Bacon e alguns de seus seguidores na Universidade de Oxford argumentavam que a ciência natural era mais correta quando baseada em manifestações sensoriais do que quando repousava na razão abstrata. Nesse sentido, podem ser considerados precursores da ciência moderna. Não obstante, cabe a ressalva importante de que não realizavam ainda quaisquer experiências verdadeiras de laboratório.

Significado da escolástica

Na história do encontro entre a filosofia grega e árabe e a fé cristã, ocorrida na alta Idade Média, avulta sobretudo o surgimento da escolástica. A palavra tem sido definida de várias maneiras. Basicamente, denotava simplesmente o método de ensino e aprendizado das escolas medievais. Isso significa que a escolástica era em alto grau sistemática e que dedicava grande respeito pela autoridade. No entanto, a escolástica não era apenas um método de estudo: era uma visão do mundo. Como tal, ensinava que havia uma compatibilidade fundamental entre o conhecimento que o homem pode obter naturalmente, isto é, através da experiência ou da razão, e os ensinamentos transmitidos pela Revelação Divina. Como os medievais acreditavam que os gregos tinham sido os

mestres do conhecimento natural e que toda a revelação estava contida na Bíblia, a escolástica foi, em conseqüência, a teoria e a prática da conciliação da filosofia clássica com a fé cristã.

Pedro Abelardo

Um dos mais importantes pensadores que prepararam o caminho para a escolástica, sem, no entanto, ser ele próprio plenamente um escolástico, foi o tempestuoso Pedro Abelardo. Já em seus tempos de estudante Abelardo fora tão versado em lógica e teologia que humilhava em público seus professores por ocasião de debates em Paris e proximidades. Essa conduta arrogante granjeou-lhe muitos inimigos, os quais arquitetaram sua primeira condenação por heresia em 1121. Para complicar as coisas, Abelardo iniciou um romance com uma moça, Heloísa, também ela uma humanista, sem se casarem. Abelardo fora contratado como tutor de Heloísa pelo tio desta, Fulbert, cônego da Notre Dame de Paris. Da união nasceu um filho, e o tio de Heloísa vingou-se de Abelardo mandando castrá-lo. Heloísa fez-se freira e Abelardo monge, mas Abelardo era pessoa demasiado inquieta e loquaz para encontrar paz real num convento. Depois de brigar e romper com os monges de duas comunidades, ele se instalou como professor, em Paris, de mais ou menos 1132 até 1141. Essa época representou o auge de sua carreira. Em 1141, todavia, foi novamente acusado de heresia, dessa vez por São Bernardo, homem de grande influência, e condenado por um concílio da Igreja. Não muito tempo depois o pensador perseguido abjurou, e em 1142 morreu, aposentado. Abelardo narrou muitos desses julgamentos numa carta intitulada *A história de minhas calamidades*, um dos primeiros relatos autobiográficos escritos no Ocidente desde as *Confissões* de Santo Agostinho.

A atividade intelectual como profissão

A uma primeira leitura, essa obra parece "moderna", pois Abelardo dá a impressão de grande presunção e jactância. Na verdade, porém, ele não escreveu sobre seus infortúnios a fim de jactar-se. Sua principal intenção consistia em fazer um comentário moralizante, narrando como tinha sido corretamente punido por sua soberba intelectual por ocasião da primeira condenação, assim como por sua "lascívia" através da perda daquelas partes que haviam "transgredido". Abelardo representa decerto um redespertar do interesse pela introspecção pessoal, mas nisso ele não diferia muito de Santo Agostinho. Mais importante é o fato de ter sido ele o primeiro ocidental que procurou transformar a vida intelectual numa profissão.

O Sic et non *e o método escolástico*

A maior contribuição de Abelardo para o desenvolvimento ulterior da escolástica foi feita em sua obra *Sic et non* (*Sim e não*) e em várias obras teológicas originais. Em *Sic et non* ele preparou o caminho para o método escolástico ao reunir uma coletânea de passagens da Bíblia e dos doutores da Igreja a respeito de ambos os lados de 150 questões teológicas. Costumava-se afirmar que o orgulhoso Abelardo tinha feito isso com o intuito de embaraçar as autoridades, mas a verdade é o oposto. O que Abelardo desejava realmente fazer era dar início a um processo de estudo cuidadoso, mediante o qual se pudesse demonstrar que a autoridade suprema da Bíblia era infalível, e que as mais abalizadas autoridades, a despeito de toda aparência em contrário, realmente concordavam entre si. Mais tarde os escolásticos imitariam seu método de estudar teologia, levantando questões fundamentais e compilando as respostas que haviam sido enunciadas em textos respeitados. Abelardo não propôs quaisquer soluções próprias em *Sic et non*, mas começou a

fazê-lo em seus trabalhos teológicos originais. Propôs que a teologia fosse tratada como uma ciência, estudando-a tão globalmente quanto possível e aplicando-lhe os instrumentos da lógica, em que ele era mestre. Abelardo não se absteve de aplicar a lógica nem sequer à Trindade, um dos excessos pelo qual foi condenado. Assim, foi um dos primeiros a tentar harmonizar a religião com o racionalismo e foi, por isso, um arauto da perspectiva escolasticista.

O Livro das sentenças, *de Pedro Lombardo*

Imediatamente após a morte de Abelardo, dois fatos contribuíram para a preparação do caminho de uma escolástica madura. Um deles foi a composição, entre 1155 e 1157, do *Livro das sentenças*, por Pedro Lombardo, aluno de Abelardo. Essa obra levantava as mais fundamentais questões teológicas em ordem conseqüencial rigorosa, aduzia respostas da Bíblia e de autoridades cristãs para ambos os lados de cada questão, propondo um julgamento para cada caso. Dentro de pouco tempo, o livro de Lombardo tornou-se uma obra de referência. Assim que se criaram escolas formais de teologia nas universidades, todos os aspirantes ao doutorado tinham de estudá-lo e comentá-lo. Não era de surpreender que os teólogos seguissem também o método de Lombardo em suas próprias obras. Assim nasceu o método escolástico.

Influência de Aristóteles

O outro fato básico para o desenvolvimento da escolástica foi a recuperação da filosofia clássica, o que ocorreu depois de 1140. É provável que Abelardo houvesse apreciado a possibilidade de recorrer ao pensamento dos gregos, mas em sua época poucas obras gregas tinham sido traduzidas. Teólogos posteriores, entretanto, puderam tirar pleno proveito dos novos conhecimentos, sobretudo dos trabalhos de Aristóteles e de seus comentadores árabes. Em torno de 1250, a autoridade de Aristóteles em assuntos puramente filosóficos era tamanha que ele passou a ser chamado pura e simplesmente de o "Filósofo". Os escolásticos de meados do século XIII adotaram, por conseguinte, a metodologia de Pedro Lombardo, mas acrescentaram a consideração de autoridades filosóficas gregas e árabes à de teólogos puramente cristãos. Ao assim proceder, tentaram construir sistemas para compreensão de todo o universo que mais plenamente harmonizassem os reinos antes separados da fé e do conhecimento natural.

São Tomás de Aquino

As realizações supremas nesse sentido foram feitas por São Tomás de Aquino (1225-1274), o mais eminente teólogo escolástico da Universidade de Paris. Como membro da ordem dos dominicanos, São Tomás estava comprometido com o princípio de que a fé podia ser defendida pela razão. Mais ainda, acreditava que o conhecimento natural e o estudo do universo criado eram meios legítimos para se aproximar da sabedoria teológica, pois a "natureza" complementa a "graça". Com isso ele queria dizer que, como Deus havia criado o mundo natural, Ele pode ser abordado através dos termos desse mundo, muito embora a certeza final a respeito das verdades supremas só possa ser obtida através da revelação sobrenatural da Bíblia. Imbuído de confiança profunda no valor da razão e da experiência humanas, assim como em sua própria capacidade de harmonizar a filosofia grega com a teologia cristã, São Tomás foi o mais sereno dos santos. Numa longa carreira de magistério, na Universidade de Paris e alhures, ele se empenhou em poucas controvérsias e trabalhou sossegadamente em suas grandes súmulas de teologia: a *Summa contra gentiles* e a *Summa theologica*, esta

muito mais alentada. Nessas obras ele esperava estabelecer tudo quanto houvesse a dizer a respeito da fé, sobre os mais firmes alicerces.

Na maioria, crêem os especialistas que São Tomás chegou extremamente perto de concretizar essa meta, de extraordinária ambição. Suas vastas *Summas* infundem respeito pela ordem rigorosa e pela argúcia intelectual. São Tomás admite nelas que há certos "mistérios da fé", como as doutrinas da Trindade e da Encarnação, que não podem ser tratados pelo puro intelecto humano; por outro lado, submete todas as questões teológicas à inquisição filosófica. Para esse fim, São Tomás recorreu bastante à obra de Aristóteles, mas nem por isso se poder dizer que tenha sido tão-somente um "Aristóteles batizado". Pelo contrário, ele submeteu plenamente o aristotelismo aos princípios cristãos básicos, criando assim seu próprio sistema filosófico e teológico. Há discordância, entre os especialistas, sobre até que ponto o sistema tomista diverge do pensamento cristão de Santo Agostinho, mas resta pouca dúvida de que São Tomás atribuía mais valor à razão humana, à vida humana nesse mundo e às aptidões do homem para participar de sua própria salvação. Não tardou muito, após sua morte, para que ele fosse canonizado, pois suas realizações intelectuais pareciam milagrosas. Sua influência persiste ainda hoje, na medida em que ele ajudou a reviver a confiança no racionalismo e na experiência humana. Mais diretamente, na moderna Igreja Católica Romana pretende-se que a filosofia seja ensinada de acordo com o método, as doutrinas e os princípios tomistas.

As realizações do século XIII

Com as contribuições de São Tomás de Aquino, em meados do século XIII, o pensamento medieval do Ocidente chegou a seu pináculo. Não é por coincidência que outros aspectos da civilização medieval estivessem chegando ao zênite também nessa época. A França gozava seu mais fecundo período de paz e prosperidade sob o governo de São Luís, a Universidade de Paris estava definindo suas formas organizacionais básicas, e construíam-se as maiores catedrais góticas francesas. Alguns admiradores ardentes da cultura medieval têm-se fixado nesses fatos para chamarem o século XIII de "o maior dos séculos". Tal juízo é, decerto, questão de gosto, porém muitos haveriam de contestar que a vida era ainda demasiado rude e os requisitos de ortodoxia religiosa grandes demais para se justificar essa exaltação extremada ao passado perdido. Quaisquer que sejam nossos juízos individuais, convém encerrar esta seção corrigindo algumas falsas impressões sobre a vida intelectual da Idade Média.

Falsas impressões sobre os pensadores escolásticos

Julga-se com freqüência que os pensadores medievais fossem excessivamente conservadores, mas, na verdade, os maiores pensadores da alta Idade Média mostraram espantosa receptividade às novas idéias. Como cristãos professos, não podiam permitir que se lançassem dúvidas sobre os princípios de sua fé, mas aceitavam de bom grado tudo quanto fosse possível aceitar dos gregos e árabes. Quando consideramos que o pensamento aristotélico era radicalmente diferente de qualquer coisa aceita antes, devido à sua ênfase no racionalismo e na benevolência e intencionalidade fundamentais da natureza, sua rápida aceitação pelos escolásticos constituiu uma revolução filosófica. Outra impressão falsa é a de que os pensadores escolásticos fossem altamente constrangidos pela autoridade. Na verdade, respeitavam mais a autoridade estabelecida do que fazemos hoje em dia, mas escolásticos como São Tomás não consideravam que a mera citação de textos – excetuada a revelação

bíblica referente aos mistérios da fé – bastasse para encerrar uma discussão. As autoridades eram citadas para delinear as possibilidades, mas a seguir a razão e a experiência demonstravam a verdade. Por fim, acredita-se com freqüência que os pensadores escolásticos fossem "anti-humanistas", mas os historiadores modernos estão chegando à conclusão oposta. Inquestionavelmente, os escolásticos davam primazia à alma em relação ao corpo e à salvação extraterrena sobre a vida aqui e agora. No entanto, exaltavam também a dignidade da natureza humana, pois a encaravam como uma gloriosa criação divina, e acreditavam na possibilidade de uma aliança útil entre eles próprios e Deus. Ademais, tinham uma fé extraordinária nos poderes da razão humana – provavelmente maior do que a que temos hoje.

5. O FLORESCIMENTO DA LITERATURA, DA ARTE E DA MÚSICA

Literatura medieval em latim: a poesia dos goliardos

A literatura da alta Idade Média foi tão variada, vívida e expressiva quanto a produzida em qualquer outro período da história ocidental. A revivescência dos estudos de letras nas escolas catedrais e nas universidades levou à produção de alguns excelentes poemas em latim. Os melhores exemplos foram poemas líricos profanos, especialmente os compostos no século XII por um grupo de poetas conhecido como goliardos. A origem desse nome é incerta, porém possivelmente a palavra significava "seguidores do diabo".[1] Isso não é implausível, pois os goliardos eram poetas turbulentos que escreviam paródias da liturgia e punham em ridículo os Evangelhos. Seus poemas celebravam as belezas das estações do ano, a vida despreocupada dos errantes, os prazeres da bebida e dos divertimentos, e sobretudo as alegrias do amor. Os autores dessas canções galhofeiras e satíricas eram principalmente estudantes itinerantes, embora alguns fossem homens de idade avançada. Desconhecem-se os nomes da maioria deles. A poesia que escreviam é de particular significado tanto por sua robusta vitalidade quanto por ser a primeira contestação clara do ideal ascético do cristianismo.

Surgimento da literatura em vernáculo; a poesia épica

Além do latim, o francês, o alemão, o espanhol e o italiano ganharam cada vez mais popularidade como meios de expressão literária. A princípio, a maior parte da literatura nas línguas vernáculas tinha a forma de poemas épicos heróicos. Entre os principais exemplos estão a *Canção de Rolando*, francesa; as edas e sagas escandinavas; a *Canção dos Nibelungos*, alemã e o *Poema do Cid*, espanhol. Praticamente todas essas obras foram compostas entre 1050 e 1150, embora algumas tivessem sido grafadas mais tarde. Tais épicos retratavam uma sociedade guerreira, viril mas sem polimento. O sangue corria à larga, crânios eram rachados ao meio, e o heroísmo em batalha, a honra e a lealdade eram os temas mais versados. Se as mulheres chegavam a ser mencionadas, era sempre numa situação de subordinação aos homens. As noivas deviam dar a vida por seus prometidos, mas os maridos tinham liberdade para espancar as esposas. Num épico francês, uma esposa que tentou influenciar o marido recebeu um murro no nariz; ainda enquanto o sangue escorria, ela respondeu: "Muito obrigada. Quando isso vos

[1] Do latim *Golias, Goliath* (em habraico *golyat*), "gigante Golias", que significava "o inimigo de Deus, o Demônio". (N. do T.)

aprouver, fazei-o de novo." A despeito do mal-estar que nos causam esses trechos, os melhores exemplos desses épicos em vernáculo têm grande força literária. *A Canção de Rolando*, sobretudo, ainda que rude, lembra uma gema sem lapidação.

As canções de amor dos trovadores

Em comparação com os poemas épicos, os trovadores e autores de romances cortesãos introduziram na França uma enorme mudança, tanto temática quanto estilística, durante o século XII. A natureza dramática dessa mudança representa prova adicional de que a cultura da alta Idade Média não era nada conservadora. Os trovadores eram poetas cortesãos, provenientes do sul da França, e que escreviam num dialeto francês, conhecido como provençal. A origem de sua inspiração é controvertida, mas não resta dúvida de que lançaram um movimento de profunda repercussão em toda a literatura ocidental subseqüente. Seu estilo tinha muito mais requinte que o dos poetas épicos, e seus poemas mais eloqüentes, que deviam ser cantados com música, deram origem ao tema do amor romântico. Os trovadores idealizavam as mulheres como seres maravilhosos, capazes de conceder intensa gratificação espiritual e sensual. Toda a grandeza que esses poetas viam em si mesmos, era atribuída em geral à inspiração que eles encontravam no amor. No entanto, supunham também que esse amor perderia a magia se fosse gratificado com demasiada facilidade ou freqüência. Por conseguinte, era mais comum escreverem sobre saudades do que sobre realização amorosa.

Outros poemas trovadorescos

Além de poemas de amor, os trovadores compunham também vários outros tipos de poemas curtos. Alguns eram simplesmente obscenos. Nestes, o amor não é mencionado em absoluto, mas o poeta regala-se com idéias de sensualidade, comparando, por exemplo, montar a cavalo com "cavalgar" sua amante. Outros poemas trovadorescos tratam de feitos de armas, outros comentam fatos políticos contemporâneos, e alguns chegam a meditar a respeito de assuntos religiosos. No entanto, quaisquer que sejam os temas, os melhores poemas trovadorescos são sempre compostos com habilidade e espírito inovador. A tradição literária iniciada pelos trovadores do sul da França foi continuada pelos *trouvères* do norte da França e pelos *minnesingers* da Alemanha. Posteriormente, muitas de suas inovações foram desenvolvidas por poetas líricos em todas as línguas ocidentais. Alguns de seus artifícios poéticos foram conscientemente retomados no século XX por "modernistas" como Ezra Pound.

Os romances arturianos; Chrétien de Troyes

Uma outra inovação, igualmente importante, da França do século XII foi a composição de poemas narrativos mais longos conhecidos como romances, os primeiros ancestrais claros do que hoje em dia denominamos também "romance": contavam histórias atraentes, muitas vezes construíam personagens com mestria, e seus temas em geral eram o amor e as aventuras. Alguns romances desenvolviam temas gregos clássicos, porém os mais famosos e melhores foram os do ciclo "arturiano", que se reportavam às façanhas legendárias do rei Artur, um herói celta, e de seus muitos cavaleiros. O primeiro grande autor de romances arturianos foi o francês Chrétien de Troyes, ativo entre 1165 e 1190. Chrétien, um francês do norte, em muito contribuiu para criar e plasmar a nova forma literária, e também introduziu inovações no tocante a temas e atitudes. Enquanto os trovadores exaltavam o amor não-correspondido, extraconjungal, Chrétien foi o primeiro a expor o

ideal do amor romântico dentro do casamento. Além disso, descrevia não só as façanhas, como também os pensamentos e as emoções de seus personagens.

Uma geração depois, a obra de Chrétien foi continuada por dois grandes poetas alemães, Wolfram von Eschebach e Gottfried von Strassburg, tidos como os maiores escritores em língua alemã antes do século XVIII. O *Parsifal*, de Wolfram, uma história de amor e da procura do Santo Graal é mais sutil, complexa e profunda do que qualquer outra obra literária da alta Idade Média, com exceção da *Divina Comédia*, de Dante. Tal como Chrétien, Wolfram acreditava que o amor verdadeiro só podia ser concretizado no casamento, e em *Parsifal*, pela primeira vez na literatura ocidental desde os gregos, pode-se ver um pleno desenvolvimento psicológico do herói. O *Tristão*, de Gottfried von Strassburg, é obra mais melancólica, e narra o desesperançado amor adúltero de Tristão e Isolda. Na verdade, quase se pode considerar que seja o protótipo do moderno romantismo trágico. Gottfried foi um dos primeiros a desenvolver inteiramente a idéia do sofrimento individual como tema literário e a apontar a vaga linha que separa o prazer da dor. Para ele, amor é ânsia, e sofrimento e gratificação insatisfeita são capítulos integrais do livro da vida. À diferença dos trovadores, só conseguia ver a consumação total do amor na morte. Tanto o *Parsifal* como o *Tristão* são mais conhecidos hoje pelas concepções operísticas do compositor alemão Richard Wagner.

Wolfram von Eschenbach e Gottfried von Strassburg

Nem todas as narrativas da alta Idade Média eram tão nobres quanto os romances, quer em forma, quer em substância. Uma nova forma de narração, em tudo diferente, foi o *fabliau*, ou fábula em versos. Embora os *fabliaux* se derivassem das histórias moralistas de Esopo, logo se transformaram em contos breves que se destinavam menos a edificar e instruir do que a divertir. Eram com freqüência bastante rudes, e às vezes tratavam de relações sexuais de um modo que pretendia ser humorístico e que nada tinha de romântico. Muitos tinham também forte conteúdo anticlerical, fazendo de monges e padres objetos de escárnio. Por tudo isso, e por serem os *fabliaux* tão pouco "cortesãos", costumava-se pensar que fossem escritos unicamente para as novas classes urbanas. Hoje em dia, porém, resta pouca dúvida de que se dirigiam, pelo menos igualmente, à aristocracia "refinada" que também gostava de rir. São importantes como expressão de crescente mundanismo e como as primeiras manifestações do intenso realismo que mais tarde seria aprimorado por Boccacio e Chaucer.

Os fabliaux

O longo *Romance da Rosa* (*Roman de la Rose*), completamente diferente em forma, representa também uma ilustração do crescente mundanismo. Como indica o título foi iniciado como um romance, por volta de 1230, pelo cortesão francês Guilherme de Lorris. No entanto, Guilherme deixou inacabada sua obra floreada e romântica, e ela foi terminada nas alturas de 1270 por outro francês, João de Meun. Este último alterou-lhe profundamente a natureza. Inseriu longas e picantes digressões, nas quais escarnecia da hipocrisia religiosa, e transformou em seu tema principal a necessidade de procriação. Exalta não o amor, mas o serviço à "Dama Natureza" no tocante à fecundidade, em inúmeras imagens e metáforas espirituosas mas extremamente vulgares. No clímax da obra o herói, originalmente sonhador, apodera-se de sua amante, alegoricamente representada como uma rosa, e a viola. Visto

O Romance da Rosa

ter-se tornado a obra extremamente popular, parece correto concluir que os gostos, então como agora, eram diversíssimos.

Dante

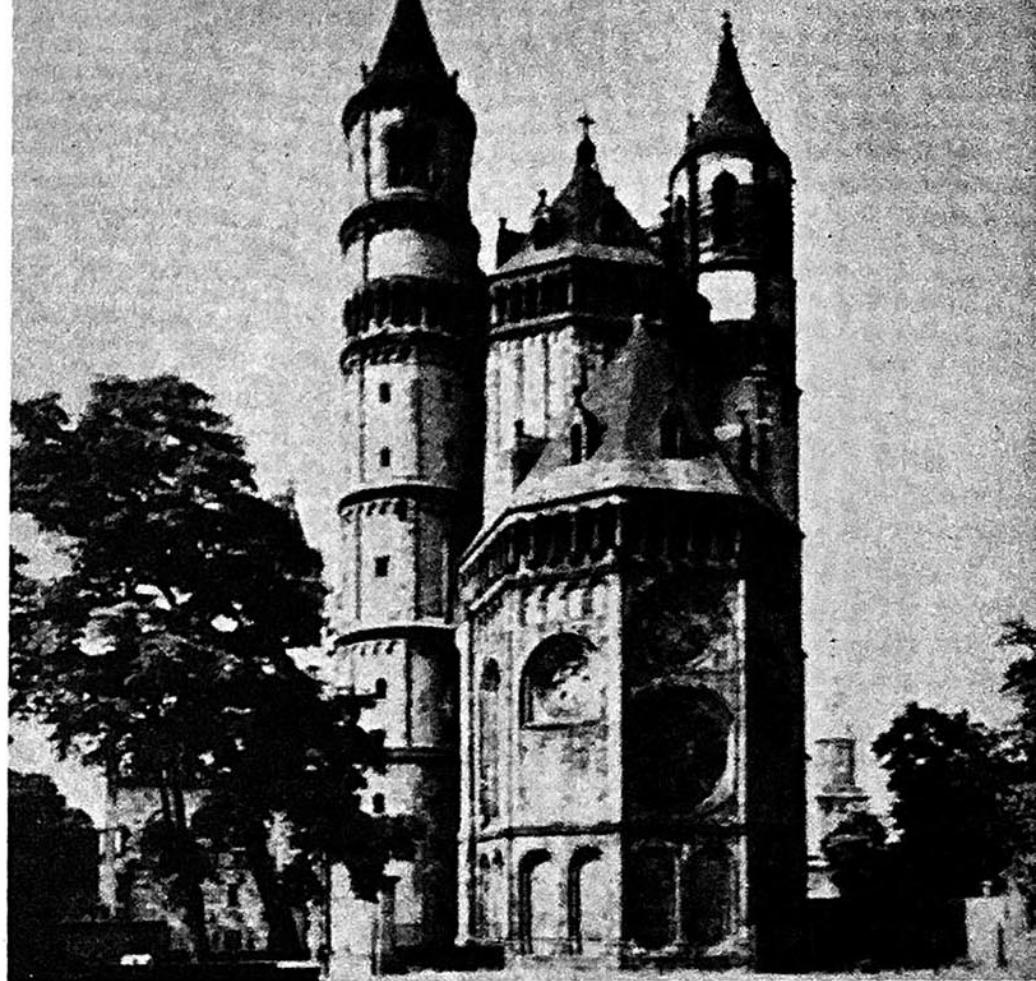
A *Divina Comédia*, de Dante, ocupa um lugar todo especial como a maior obra da literatura medieval. Pouco se sabe sobre a vida de Dante Alighieri (1265-1321), exceto que, quando ainda jovem participou dos negócios políticos de sua cidade natal, Florença. Apesar de sua atuação na política e o fato de ser leigo veio a adquirir um domínio espantoso do conhecimento religioso, filosófico e literário de sua época. Não só estava familiarizado com a Bíblia e com os Padres da Igreja como também absorveu a mais recente teologia escolástica, o que era inusitado para um leigo. Além disso, conhecia em profundidade Virgílio, Cícero, Boécio e inúmeros outros autores clássicos, assim como os poemas dos trovadores e a poesia italiana de seu próprio tempo. Em 1302, Dante foi expulso de Florença devido a problemas políticos e obrigado a passar o resto da vida no exílio. A *Divina Comédia*, sua obra principal, foi escrita nesse período final.

A Divina Comédia

A *Divina Comédia* é uma narrativa monumental, em versos rimados, que descreve a jornada do poeta pelo Inferno, Purgatório e Paraíso. Logo de saída Dante conta como certo dia deu consigo numa "floresta escura", metáfora para uma profunda crise pessoal na meia-idade. É tirado dessa floresta de desespero pelo romano Virgílio, que representa os píncaros da razão e da filosofia clássicas. Virgílio conduz Dante numa viagem pelo Inferno e pelo Purgatório, e depois, Beatriz, a amada de Dante, já falecida, que representa a sabedoria e a bem-aventurança cristãs, o guia pelo Paraíso. No decurso da jornada, Dante encontra vultos históricos e contemporâneos seus, todos os quais já têm lugares marcados na vida extraterrena, e vem a saber, tanto por eles próprios como por seus guias, os motivos pelos quais tiveram essa ou aquela sorte. À medida que se desenrola o poema, o poeta sai de sua situação de desespero para crescer em sabedoria e, finalmente, certificar-se de sua própria salvação.

Cada leitor encontra na magnífica obra de Dante uma diferente combinação de assombro e encantamento. Alguns, principalmente os que conhecem o italiano, admiram o vigor e a inventiva da linguagem e das imagens de Dante. Outros assombram-se com sua complexidade sutil e sua simetria poética. Estes espantam-se com o cabedal de seus conhecimentos; aqueles, com a força de seus personagens e suas histórias pessoais. Ainda outros admiram-lhe a poderosa imaginação. O historiador julga particularmente notável que Dante tenha sido capaz de sintetizar o supra-sumo do saber medieval de um modo tão satisfatório do ponto de vista artístico. Dante salientava a precedência da salvação, mas considerava que o mundo existia para gozo do homem. Concedia aos seres humanos livre-arbítrio para escolher o bem e evitar o mal, e aceitava a filosofia grega como correta em sua própria esfera; por exemplo, ele chamava Aristóteles de "o mestre daqueles que sabem". Acima de tudo, seu senso de esperança e sua fé imorredoura na humanidade – algo de extraordinário para um exilado derrotado – exprime com pujança o estado de espírito dominante na alta Idade Média e torna Dante um dos dois ou três escritores mais positivos que já viveram.

Na arquitetura, os mais próximos equivalentes da *Divina Comédia* são as grandes catedrais da alta Idade Média, pois também elas possuem

Catedral de Worms, românica, séc. XI.

atributos de vastas dimensões, equilíbrio, de pormenores complexos com cuidadosa simetria, altura arrojada e positiva grandeza religiosa. No entanto, antes de tratarmos do estilo gótico, será conveniente abordá-lo por intermédio de seu estilo predecessor na alta Idade Média, o românico. Esse estilo originou-se no século X, mas veio a formar-se plenamente no século XI e na primeira metade do XII, quando o movimento de reforma religiosa levou à construção de muitos novos mosteiros e de grandes igrejas. O românico foi sobretudo um estilo arquitetônico: visava a manifestar a glória de Deus em construções eclesiásticas, ao subordinar com rigor todos os pormenores arquitetônicos a um sistema uniforme. Por isso mesmo, era severíssimo: podemos considerá-lo como a contrapartida arquitetônica do hino sem ornamentos. Afora sua ênfase básica na construção sistemática, as características essenciais do estilo românico eram o arco redondo, as grossas paredes de pedra, pilastras colossais, janelas pequenas e o predomínio de linhas horizontais. A simplicidade dos interiores era por vezes abrandada por mosaicos ou afrescos de cores vivas, e por esculturas decorativas interiores e exteriores, o que representou uma importante inovação na arte cristã. Pela primeira vez apareciam figuras humanas por inteiro nas fachadas. Em geral, são graves e alongadas, muito maiores que o tamanho natural, mas possuem grande poder evocativo e constituem as primeiras manifestações de uma retomada do interesse pela escultura da forma humana.

Arquitetura medieval: (1) o estilo românico

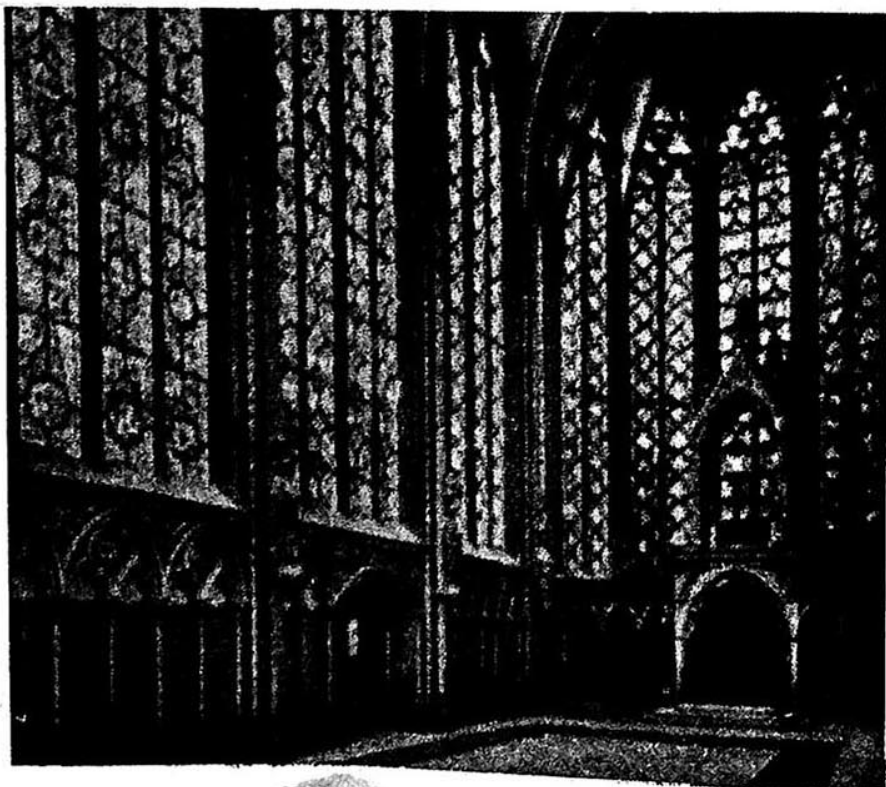
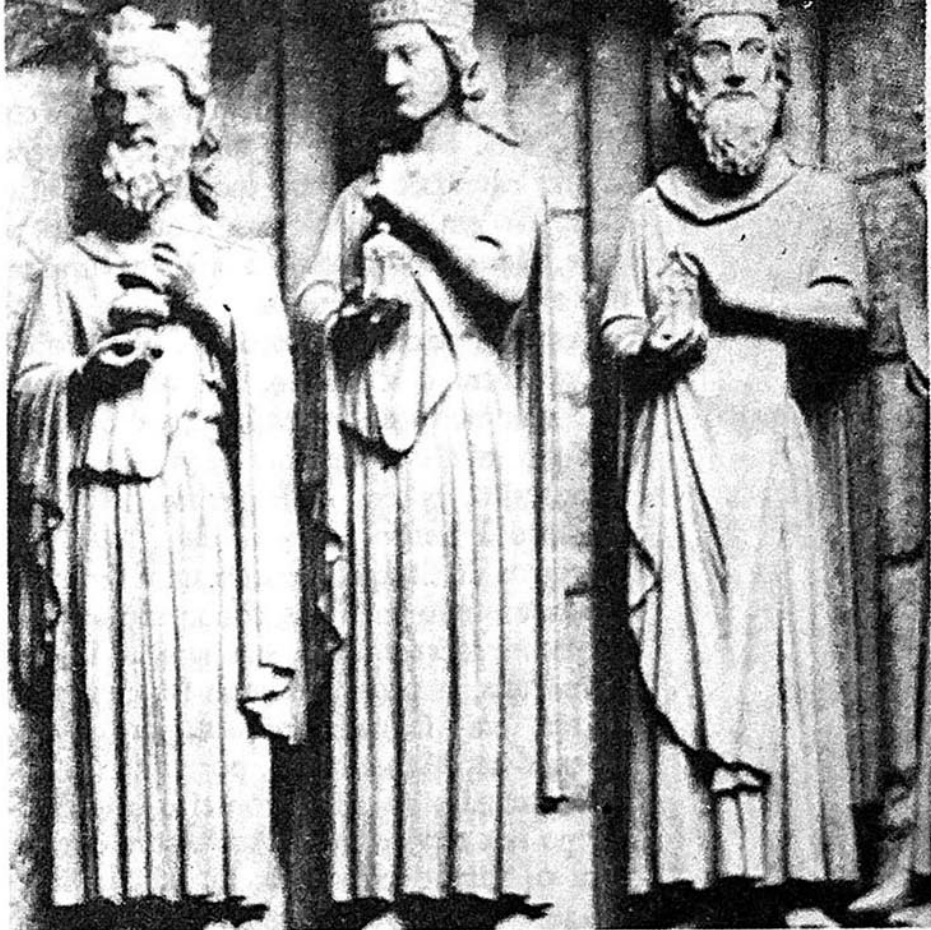
No curso dos séculos XII e XIII, o estilo românico foi suplantado na maior parte da Europa pelo gótico. Embora os historiadores de arte possam perceber como certos traços do primeiro estilo levaram ao desenvolvimento do outro, a aparência dos dois estilos é extremamente diferente. Na realidade, os dois estilos parecem tão diferentes entre si

(2) o desenvolvimento do estilo gótico

quanto a poesia épica diferia do romance, o que constitui uma analogia apropriada, pois o estilo gótico surgiu na França em meados do século XII, exatamente quando apareceu o romance, e porque era muito mais complexo, gracioso e elegante do que seu predecessor – o mesmo que se pode dizer do romance em relação à poesia épica. O rápido desenvolvimento e a pronta aceitação do gótico demonstram pela última vez – se ainda há necessidade de provas – que o século XII era inclinado à experimentação e ao dinamismo, talvez tanto quanto o século XX. Quando a abadia de São Dênis, venerada como santuário do padroeiro da França e mausoléu dos reis franceses, foi demolida em 1144 a fim de dar espaço para uma igreja muito maior, no estilo gótico, foi como se o presidente dos Estados Unidos desejasse pôr abaixo a Casa Branca e edificar em seu lugar um edifício de Mies van der Rohe ou Frank Lloyd Wright. Um ato desses seria altamente improvável hoje em dia, ou ao menos provocaria enorme estardalhaço. No século XII, porém, já havia acontecido coisas equivalentes, aceitas com tranqüilidade.

Elementos do estilo gótico

A arquitetura gótica era um complicadíssimo estilo de construção. Seus elementos básicos eram o arco ogival, as abóbadas de arestas e de nervuras e os arcobotantes. Tais artifícios possibilitaram uma construção muito mais leve e alta do que poderia ter sido jamais obtida com o arco redondo e os pilares que sustentavam abóbadas de berço, como no estilo românico. Na verdade, a catedral gótica poderia ser descrita como uma armação de pedra fechada por imensas janelas. Entre outras características estavam agulhas altíssimas, vitrais em rosáceas, delicados rendilhados de pedra, elaboradas fachadas esculpidas, colunas múltiplas e a utilização de gárgulas, ou representações de monstros míticos, como meios decorativos. Nos melhores exemplos de catedrais, a ornamen-

À esquerda: *A alta capela de La Sainte-Chapelle, Paris.* Aqui o gótico intenso é levado ao seu extremo lógico. Colunas esguias, rendilhado e janelas de vidro colorido tomam o lugar das paredes. À direita: *Catedral de Reims.* Construída entre 1220 e 1299, esta catedral eminentemente gótica enfatiza os elementos verticais. Os portais com frontões, as janelas acima dos vãos das portas, a galeria de estátuas reais e a profusão de pináculos, tudo acentua a estrutura elevada.

Escultura gótica. Os três reis levando presentes, da Catedral de Amiens, do séc. XIII. Observe o grande naturalismo.

tação concentrava-se geralmente no exterior. Com exceção dos vitrais e da rica talha de madeira, inclusive nos altares, os interiores eram em geral simples e, vez por outra, quase austeros. No entanto, o interior da catedral gótica jamais era sombrio ou melancólico. Os vitrais serviam não para excluir a luz, mas sim para glorificá-la, para captar os raios de sol e impregná-los de uma riqueza e um calor que mesmo a natureza dificilmente poderia duplicar, mesmo em seus momentos mais felizes.

Significado da arquitetura gótica

Muitas pessoas ainda vêem a catedral gótica como a expressão de um misticismo puramente ascético, mas essa concepção é bastante inexata. Decerto todas as igrejas são dedicadas à glória de Deus e à esperança de vida eterna, mas as góticas às vezes incluíam vitrais com cenas de gênero que não tinham qualquer significado religioso. Mais importante que isso, é o fato de que as esculturas góticas de figuras religiosas como Jesus, a Virgem e os santos estavam-se tornando muito mais naturalistas do que qualquer outra representação já criada no Ocidente medieval. O mesmo acontecia com a representação escultórica da flora e da fauna, pois o interesse pela pessoa humana e pelo mundo da beleza natural havia deixado de ser considerado pecaminoso. Além disso, a arquitetura gótica constituiu também uma expressão do gênio intelectual da Idade Média. Cada catedral, com sua massa de figuras simbólicas, era uma espécie de enciclopédia do saber medieval, esculpida em pedra, para aqueles que não sabiam ler. Por fim, as catedrais góticas eram manifestações do orgulho das cidades. Sempre localizadas nas florescentes cidades medievais, destinavam-se a ser tanto centros de vida comunitária como expressões da grandeza da cidade. Quando se erigia uma nova catedral, toda a população da comunidade participava de sua construção, e com justiça considerava-a quase propriedade pessoal sua. Muitas das catedrais góticas eram produtos de rivalidade entre cidades. Cada

uma destas procurava suplantar a vizinha com edifícios maiores ou mais altos, a tal ponto que as ambições às vezes se tornavam excessivas e muitas catedrais ficavam inacabadas. Entretanto, as que foram terminadas são em geral colossais. Construídas para durar por toda a eternidade, elas proporcionam a mais notável manifestação visual da incontida exuberância da época.

Revivescência do teatro

As análises das realizações da alta Idade Média omitem com freqüência o teatro e a música, o que é lamentável. Nosso moderno drama descende tanto da forma medieval quanto da clássica. Durante todo o período medieval algumas peças clássicas latinas eram conhecidas em manuscrito, porém nunca eram encenadas. Ao invés disso, o teatro renasceu a partir do zero nas igrejas. Na Idade Média inicial, certas passagens da liturgia começaram a ser encenadas. Mais tarde, no século XII, sobretudo em Paris, foram suplantadas por breves autos religiosos em latim, representados nas igrejas. Logo depois, ainda no século XII e em Paris, as peças em latim foram suplementadas ou substituídas por outras, em língua vernácula, para que toda a congregação pudesse entendê-las. Mais adiante, por volta de 1200, essas peças começaram a ser encenadas no adro fronteiro à igreja, de maneira a não roubarem tempo aos serviços religiosos. Assim que isso aconteceu, o teatro entrou para o mundo cotidiano: introduziram-se narrativas profanas, expandiu-se a construção dos personagens e preparou-se plenamente o caminho para os elizabetanos e Shakespeare.

Música medieval: polifonia

Da mesma maneira como o teatro nasceu da liturgia e depois distanciou-se muito dela, o mesmo ocorreu com a música caracteristicamente ocidental. Até a alta Idade Média a música ocidental era *homofônica*, como ainda hoje é a maior parte da música não ocidental. Quer dizer, ela desenvolvia somente uma melodia de cada vez, sem qualquer fundo harmônico. A grande invenção da alta Idade Média foi a *polifonia*, ou seja, a execução simultânea de duas ou mais melodias harmônicas. É possível que certas experiências nesse sentido já tivessem sido realizadas no século X, mas o avanço fundamental foi feito na catedral de Paris, por volta de 1170, quando a missa começou a ser cantada por duas vozes que entreteciam duas melodias diferentes em "contraponto". Mais ou menos na mesma época inventaram-se e aperfeiçoaram-se sistemas de notação musical, de modo que a execução deixou de depender da memória dos cantores e pôde tornar-se mais complexa. Toda a grandeza da música ocidental derivou-se desses primeiros passos.

As realizações duradouras da alta Idade Média

É provável que o leitor tenha observado que muitas das mesmas pessoas que prestaram essas importantes contribuições para o saber, o pensamento, a literatura, a arquitetura, o teatro e a música devem ter-se misturado umas com as outras na Paris da alta Idade Média. Algumas delas sem dúvida oraram juntas na catedral de Notre Dame. Os luminares dessa época são conhecidos, mas os nomes da maioria dos outros se perderam. No entanto, em conjunto eles fizeram tanto pela civilização e criaram tantos monumentos duradouros como seus antecessores da antiga Atenas. Muito embora seus nomes tenham sido esquecidos, em muitos sentidos suas contribuições ainda sobrevivem.

Capítulo 13

A IDADE MÉDIA TARDIA (1300-1500)

Foi meu fado viver em meio a uma procela
De circunstância vária e perturbadora.
Por vós (. . .) uma era melhor aguarda.
Nossos descendentes – uma vez dispersas as trevas –
Poderão retornar ao antigo esplendor.

– Petrarca, na década de 1340

A Idade Média tardia: catástrofe e adaptação

Se a alta Idade Média foi um "tempo de festins", nesse caso a Idade Média tardia foi um "tempo de fome". Desde mais ou menos 1300 até meados ou fins do século XV, calamidades de toda sorte se abateram sobre toda a Europa ocidental com pavorosa severidade e desalentadora insistência. Primeiro veio a fome, em virtude de ter sido a agricultura prejudicada pela exaustão do solo, quedas de temperatura, e chuvas torrenciais. Depois, sobre esses acidentes naturais ou "atos de Deus", acumulou-se o mais terrível desastre dentre todos: a peste horripilante conhecida como "Peste Negra", que ceifou populações inteiras em toda a Europa ocidental. Como se não bastasse tudo isso, guerras incessantes impunham continuamente agruras e desolação. As pessoas comuns eram as que mais sofriam, por serem as mais vulneráveis a estupros, esfaqueamentos, saques e incêndios, por parte de soldados e bandos organizados de pilhadores. Depois que um exército passava por uma região, podia-se ver milhas de ruínas fumegantes, pelas quais se espalhavam cadáveres em putrefação; em muitos lugares a devastação era tamanha que os lobos rondavam os campos e até entravam nas cercanias das cidades. Em suma, se a Virgem serena simbolizou a alta Idade Média, a caveira embuçada simbolizaria o período seguinte. Por esses motivos, não há como procurarmos na Idade Média tardia o acentuado progresso que vimos anteriormente; no entanto, isso não significa que não tenha havido progresso algum. Nos últimos dois séculos da Idade Média os europeus demonstraram uma perseverança tenaz em face da adversidade. Em vez de se abandonarem à apatia, buscaram resolutamente ajustarem-se às novas circunstâncias. Assim, não houve um colapso da civilização, como ocorreu no caso do Império Romano, mas antes um período de transição que teve como resultado a

preservação e o desenvolvimento do que havia de mais sólido na herança deixada pela alta Idade Média.

1. DEPRESSÃO ECONÔMICA E SURGIMENTO DE UM NOVO EQUILÍBRIO

Crise econômica

Pelas alturas de 1300 a expansão agrícola da alta Idade Média havia alcançado seus limites. A partir de então, os rendimentos e as áreas cultivadas começaram a diminuir, causando em toda a economia européia um declínio que foi acelerado pelos efeitos destrutivos das guerras. Por conseguinte, a primeira metade do século XIV foi uma época de crescente depressão econômica. O advento da Peste Negra, em 1347, tornou essa depressão particularmente aguda, pois destruiu de todo a possibilidade de uma vida normal. Recidivas posteriores da peste e guerras prolongadas continuaram a deprimir a maior parte da economia européia até quando já ia bem avançado o século XV. No entanto, mais ou menos no período 1350-1450, os europeus lograram dar à sua economia uma base mais sólida. Isso se tornou mais claro depois de aproximadamente 1450, quando o arrefecimento da doença e das guerras permitiu uma recuperação econômica lenta, mas contínua. Em síntese, portanto, apesar de uma prolongada depressão de mais ou menos 150 anos, a Europa emergiu em fins do século XV com uma economia mais saudável do que conhecera antes.

Adversidade na agricultura

Os limites da expansão agrícola alcançada por volta de 1300 eram naturais. Havia um limite à extensão de terras que podiam ser roçadas e à quantidade de produtos que podiam ser cultivados sem a introdução da agricultura científica. Na verdade, os europeus haviam roçado e cultivado mais do que deviam: no entusiasmo do movimento colonizador da alta Idade Média, haviam sido abertas ao cultivo terras que não eram férteis o bastante para serem submetidas a cultivo intenso. Além disso, mesmo as melhores terras estavam-se exaurindo. Para piorar as coisas, mais ou menos depois de 1300 o clima deteriorou-se. Enquanto a Europa ocidental tinha sido favorecida por uma tendência no sentido de maior secura e calor nos séculos XII e XIII, assistiu-se no século XIV o clima tornar-se mais frio e mais úmido. Embora a queda da média térmica no decorrer do século tenha sido de apenas 1°C, isso foi suficiente para condenar a cultura das vinhas em muitas áreas setentrionais, como a Inglaterra. Também a cultura de cereais ficava menos viável nas regiões do extremo norte, pois a estação agrícola tornava-se demasiado curta; com isso, na Groenlândia e em algumas partes da Escandinávia os núcleos agrícolas foram inteiramente abandonados. O aumento da precipitação também cobrava seu tributo. Cheias terríveis, que inundaram todo o noroeste da Europa em 1315, arruinaram as plantações e causaram uma fome prolongada e mortífera. Durante três anos os camponeses se viram de tal modo fustigados pela fome que comeram os grãos separados como sementes, eliminando assim quaisquer possibilidades de plena recuperação na estação seguinte. Tomados de desespero, comiam também gatos, cães e ratos. Muitos camponeses ficavam tão expostos a condições insalubres e enfraquecidos pela desnutrição que se tornavam vítimas fáceis de doenças. A taxa de mortalidade

era apavorante. Numa cidade de Flandres, um décimo da população foi sepultada num período de seis meses, em 1316. Depois de 1318 restabeleceram-se as condições para uma agricultura relativamente estabilizada, porém em muitas partes da Europa chuvas intensas e outros desastres naturais se repetiram. Na Itália, inundações destruíram pontes em Florença em 1333 e um maremoto acabou com o porto de Amafi em 1343. Mostrando-se a natureza tão caprichosa, era de esperar que a economia padecesse.

A pressão populacional

Ainda que guerras sangrentas se combinassem com a fome para dizimar grandes parcelas da população, a Europa permaneceu superpovoada até meados do século XIV. Uma das razões disso era que o crescimento da população ainda superava a oferta de alimentos. Como a população continuasse a se multiplicar, enquanto declinava a produção de cereais, simplesmente não havia alimentos para todos. Assim, os preços dos cereais subiram vertiginosamente e os pobres da Europa sucumbiram à fome. E foi então que sobreveio um desastre tão horrendo que para muitos pareceu pressagiar o fim dos tempos.

A Peste Negra

Esse desastre foi a Peste Negra, uma combinação de peste bubônica e de peste pneumônica que varreu a Europa pela primeira vez entre 1347 e 1350, voltando a intervalos periódicos durante mais ou menos os cem anos seguintes. Essa calamidade foi perfeitamente comparável — em termos da mortandade, desorganizações sociais e horror — às duas guerras mundiais do século XX. Os efeitos clínicos da peste eram medonhos. Uma vez infectado pela peste bubônica, através da picada de uma pulga, o doente via surgir enormes inchaços nas virilhas e nas axilas; às vezes apareciam manchas negras nos braços e nas pernas, seguia-se a diarréia, e a vítima morria entre o terceiro e o quinto dia. Se a infecção ocorria na forma pneumônica, isto é, por inalação, havia emissão de sangue pela boca, ao invés de inchações, e a morte sobrevinha dentro de três dias, Algumas pessoas iam deitar-se bem e estavam mortas na manhã seguinte, após uma noite de agonia; navios com tripulações mortas vagavam errantes pelo mar. Ainda que as sucessivas epidemias deixassem algumas localidades incólumes, os efeitos demográficos gerais da peste foram devastadores. Citemos apenas alguns exemplos: a população de Toulouse decaiu de aproximadamente 30.000 habitantes em 1335 para 26.000 em 1385 e para 8.000 em 1450; a população total do leste da Normandia diminuiu em 30 por cento entre 1347 e 1357 e novamente em 30 por cento antes de 1380; na área rural em torno de Pistóia deu-se uma queda de aproximadamente 60 por cento da população entre 1340 e 1404. Ao todo, a combinação de fome, guerras e, sobretudo, da peste reduziu a população total da Europa ocidental em pelo menos metade e provavelmente em dois terços entre 1300 e 1450.

A Peste Negra desfaz a sociedade e a economia

A princípio, a Peste Negra gerou grandes infortúnios para os sobreviventes. Como as pessoas em pânico desejavam evitar o contágio, muitas fugiam de suas ocupações, em busca de isolamento. Os citadinos refugiavam-se no campo e os camponeses fugiam uns dos outros. Até mesmo o papa retirou-se para o interior de seu palácio e não permitia a entrada a quem quer que fosse. Em vista do grande número de mortos e da desorganização social, as colheitas apodreciam, as manufaturas eram deixadas de lado e o sistema de transportes ficou abandonado. Por isso, os bens básicos tornavam-se cada vez mais escassos e os preços se

EVOLUÇÃO DA PESTE NEGRA, SÉC. XIV

elevavam. Por tais motivos, a investida da peste intensificou em muito a crise econômica européia.

Conseqüências econômicas da Peste Negra: (1) especialização agrícola

No entanto, depois de mais ou menos 1400 as novas realidades demográficas começaram a inverter o perfil dos preços e alterar configurações econômicas básicas. Em particular, os preços de alimentos de subsistência começaram a declinar por haver a produção voltado aos poucos ao normal e existirem menos bocas a alimentar. Recidivas periódicas da peste ou desastres naturais faziam com que às vezes os preços flutuassem enormemente em certos anos, mas de modo geral na maior parte do século XV os preços de produtos básicos caíram ou permaneceram estáveis. Essa tendência levou a uma nova especialização agrícola. Como os cereais eram mais baratos, as pessoas podiam gastar uma maior proporção de sua renda em artigos relativamente suntuários, como laticínios, carne e vinho. Até então, os fazendeiros de toda a Europa haviam-se concentrado nos cereais, porque o pão era o esteio da vida, mas agora era mais sensato, sobretudo nas áreas de solo mais pobre ou de climas adversos, passar para uma produção especializada. Dependendo do que parecesse mais viável, a terra podia ser usada para a

criação de gado leiteiro, de uvas para fabricação de vinho ou de malte para a produção de cerveja. Disso resultaram economias regionais especializadas: certas partes da Inglaterra dedicaram-se à pecuária ou ao fabrico de cerveja, partes da França concentraram-se na vitivinicultura, e a Suécia trocava manteiga pelos baratos cereais alemães. A maioria das áreas européias voltou-se para o que melhor podia fazer, e o comércio de produtos básicos, através de longas distâncias, criou um novo e sólido equilíbrio econômico.

(2) aumento da importância dos centros urbanos

Outro resultado da Peste Negra foi um aumento na importância relativa das cidades e vilas. Os produtores urbanos podiam em geral reagir com mais flexibilidade do que os proprietários rurais à modificação das condições econômicas, de vez que sua capacidade produtiva era mais elástica. Quando os mercados se reduziam, os produtores podiam com mais facilidade reduzir a oferta, de modo a acompanhar a procura; da mesma forma, era-lhes mais fácil elevar a produção quando as circunstâncias o justificavam. Por isso, os empreendedores urbanos enfrentavam melhor os desastres do que os latifundiários. Muitas vezes tiravam proveito de sua maior força, atraindo mão-de-obra rural através de maiores salários. Assim, o equilíbrio populacional entre campo e cidade mudou um pouco em favor desta.

As cidades do norte da Alemanha e do norte da Itália

Certos centros urbanos, sobretudo os do norte da Alemanha e da Itália, aproveitaram ao máximo as novas circunstâncias. Na Alemanha, um grupo de cidades e vilas, sob a liderança de Lübeck e Brêmen, formaram a chamada Liga Hanseática, a fim de controlar o comércio a longa distância no mar Báltico e no mar do Norte. Suas frotas transportavam grãos para a Escandinávia e traziam de volta laticínios, peixe e peles. A maior capacidade européia *per capita* para aquisição de artigos suntuários contribuiu para o enriquecimento de cidades do norte da Itália como Gênova e, especialmente, Veneza, pois tais cidades controlavam a importação de especiarias do Oriente. Maiores despesas com bens supérfluos ajudaram também as economias de Florença, Veneza, Milão e outras cidades circunvizinhas, que se concentravam na manufatura de sedas e linhos, lãs leves e roupas finas. Milão, ademais, prosperou com sua indústria de armamentos, que abastecia os países europeus de couraças e armas. Entretanto, devido à variação das condições econômicas, outras cidades e vilas, sobretudo as de Flandres, caíram em depressão econômica, mas de maneira geral os centros urbanos europeus lucraram muito com as novas circunstâncias econômicas e com a especialização.

Desenvolvimento de avançadas técnicas comerciais e financeiras

Essas novas circunstâncias ajudaram também a estimular o desenvolvimento de avançadas técnicas comerciais, contábeis e bancárias. Como as bruscas flutuações de preços tornavam os investimentos precários, criaram-se novas formas de sociedades a fim de reduzir os riscos. Inventaram-se ainda contratos de seguro, para diminuir o risco da navegação. A mais útil invenção contábil européia, o método das partidas dobradas, começou a ser usado na Itália em meados do século XIV, e logo se espalhou rapidamente ao norte dos Alpes. O método permitia a imediata descoberta de enganos nas contas e uma visão imediata dos lucros e prejuízos, dos créditos e débitos. A atividade bancária em grande escala já se tornara comum após meados do século XIII, mas a crise econômica da Idade Média tardia estimulou os bancos a alterarem algumas de suas maneiras de operar. Fato de grande impor-

tância foi o desenvolvimento de técnicas prudentes de abertura de filiais, em particular pela casa florentina dos Medici. Bancos mais antigos já haviam criado filiais, mas o banco dos Medici, que floresceu de 1397 a 1494, organizou as suas nos moldes de uma moderna empresa *holding*. As sucursais do banco Medici, localizadas em Londres, Bruges e Avignon, assim como em várias cidades da Itália, eram dominadas por sócios principais da família Medici, que seguiam políticas comuns. Formalmente, no entanto, cada sucursal era uma sociedade separada, de modo que se falia uma não provocava a quebra de nenhuma outra. Outros bancos italianos fizeram experiências com avançadas técnicas bancárias. Alguns permitiam até que seus clientes transferissem fundos entre si, sem que dinheiro real mudasse de mãos. Essas "transferências escriturais" foram executadas de início apenas por ordens verbais, mas por volta de 1400 começaram a ser feitas mediante ordens escritas. Essas ordens foram os mais antigos ancestrais do moderno cheque.

Interação entre homem e natureza na história econômica da Idade Média tardia

Ao estudarmos os dois séculos da história econômica da Idade Média tardia, cumpre salientar tanto o papel da natureza quanto o dos seres humanos. A história de todas as partes do globo, antes da era moderna, tende a mostrar que toda vez que a população se torna excessiva os controles naturais conseguem reduzi-la. O clima adverso e a doença podem sobrevir a qualquer tempo, mas quando as pessoas já padecem de fome e condições de superpopulação, os resultados dos desastres naturais podem ser particularmente devastadores. Seguramente, foi isso que aconteceu no século XIV. A natureza interveio cruelmente nos negócios humanos, mas por mais horríveis que tenham sido os efeitos imediatos, por fim os resultados foram benéficos. Em 1450, uma população muito menor tinha um padrão de vida médio melhor que o da população de 1300. Os homens contribuíram também para esse resultado. Como as pessoas estavam resolvidas a tirar o melhor partido possível das novas circunstâncias e evitar uma volta da depressão econômica, conseguiram reorganizar sua vida econômica e dar-lhe fundamentos mais sólidos. O produto bruto europeu de 1450 era provavelmente menor que o de 1300, mas isso não é de surpreender, dado que a população também era bastante menor. Na verdade, o produto per capita havia aumentado com a renda per capita, e a economia européia estava pronta para passar a novas conquistas.

2. TRANSTORNOS SOCIAIS E EMOCIONAIS

Crise social: revoltas das classes inferiores

Antes que se alcançasse o novo e saudável equilíbrio, as crises econômicas da Idade Média tardia contribuíram, entre mais ou menos 1300 e 1450, para provocar uma onda de insurreições da baixa classe rural e urbana, mais numerosas que em qualquer época anterior ou posterior. Já se pensou que fossem todas elas causadas por privações extremas, mas, como veremos, nem sempre foi esse o caso.

Insurreições rurais: a Jacquerie

O único levante rural em grande escala motivado mais claramente pela miséria absoluta foi a "Jacquerie" do norte da França, em 1358. O nome dado à rebelião derivou-se de "Jacques Bonhomme", protótipo do camponês da França, que havia finalmente sofrido mais do que podia suportar. Em 1348 e 1349 a Peste Negra havia trazido o terror e feito estragos terríveis na economia e nas vidas das pessoas. A seguir, um surto

de guerra entre a Inglaterra e a França havia espalhado grande sofrimento pelos campos. Como geralmente sucedia nas guerras da Idade Média tardia, foram os camponeses os que mais sofreram com as pilhagens e os incêndios causados pelos soldados gananciosos. Para piorar ainda mais as coisas, depois que os ingleses derrotaram decisivamente os franceses em 1356, na batalha de Poitiers, o rei francês, João II, e vários aristocratas, tiveram de ser resgatados. Como sempre sucedia nesses casos, foram os camponeses que tiveram de arcar com a parte maior do ônus, mas em 1358 deram um basta e se revoltaram com assombrosa ferocidade. Sem qualquer programa claro, incendiavam castelos, assassinavam seus senhores e violentavam-lhes as esposas. Sem dúvida, seus intensos – e justificados – ressentimentos econômicos foram a causa maior da sublevação, mas cabe dizer também que 1358 foi um ano de profunda incerteza política para o norte da França, o que possibilitou uma rebelião de camponeses. Enquanto o rei se encontrava cativo na Inglaterra, grupos de citadinos tentavam reformar o sistema de governo, limitando os poderes monárquicos, e certos aristocratas conspiravam para tomar o poder. Enquanto isso, o filho de João II, Carlos, estava tentando ao mesmo tempo levantar uma grande soma para resgatar o pai e subjugar os inimigos da coroa. Embora jamais possamos ter certeza, é provável que os camponeses não teriam se revoltado se não farejassem uma oportunidade de tirar proveito da confusão política que reinava na França. O fato, porém, é que essa oportunidade não foi tão boa como devem ter imaginado: dentro de um mês, os detentores dos privilégios cerraram fileiras, massacraram os rebeldes e rapidamente restabeleceram a ordem.

Antecedentes da Revolta Camponesa na Inglaterra

A revolta dos camponeses ingleses de 1381 – a mais grave rebelião da classe baixa na história da Inglaterra – é com freqüência incluída na mesma categoria da "Jacquerie", mas suas causas foram bem diferentes. Em vez de uma revolta motivada por extremo desespero, foi uma revolta causada pela frustração de expectativas. Em 1381, os efeitos da Peste Negra deveriam estar atuando em favor dos camponeses. Sobretudo a escassez de mão-de-obra deveria ter valorizado seus serviços. Aliás, a incidência da peste serviu para aumentar as manumissões de servos e elevar os salários ou baixar as parcerias dos trabalhadores rurais. No entanto, os latifundiários aristocratas lutaram no sentido de preservar suas próprias rendas. Conseguiram que fossem aprovadas leis destinadas a manter os salários nos níveis anteriores à peste e obrigar os trabalhadores sem terras a trabalhar por remuneração mais baixa. Ademais, os aristocratas muitas vezes tentavam exigir o pagamento de antigas dívidas e favores. Como os camponeses não estavam dispostos a permitir que fossem empurrados de volta para os velhos níveis de pobreza e subserviência, era fatal um choque.

O rumo da revolta

A centelha que gerou a grande revolta de 1381 foi uma tentativa de impor um tributo nacional que incidiria igualmente sobre todos, ao invés de ser proporcional à riqueza de cada um. Tratava-se de uma decisão sem precedentes na história tributária inglesa, e é compreensível que os camponeses a considerassem injusta. Dois impostos diretos haviam sido cobrados sem resistência, em 1377 e 1379, mas quando os coletores tentaram cobrar um terceiro em 1381 o campesinato sublevou-se para resistir e buscar compensação para todos seus agravos. Primeiro queimaram os registros locais e saquearam as casas daqueles

que viam como seus exploradores. Depois marcharam sobre Londres, onde executaram o lorde chanceler e tesoureiro da Inglaterra. Reconhecendo a gravidade da situação, o jovem rei Ricardo II, de 15 anos de idade, foi-se encontrar com os camponeses e ganhou-lhes a confiança ao prometer abolir a servidão e manter as rendas baixas. Enquanto isso, durante as negociações, o líder camponês, Wat Tyler, foi assassinado numa rixa com a escolta do rei. Carentes de liderança, os camponeses, que julgaram erradamente terem conseguido seus objetivos, rapidamente se dispersaram. No entanto, assim que o menino-rei viu-se a salvo, não cumpriu nenhuma de suas promessas. Ao invés disso, as dispersas forças camponesas foram logo perseguidas e alguns elementos, considerados mais perigosos, executados sem quaisquer retaliações em massa. Por conseguinte, a rebelião nada alcançou, mas dentro de algumas décadas, o jogo natural das forças econômicas fez com que a servidão desaparecesse e melhorou de modo considerável a vida do jornaleiro rural.

O caráter dos levantes urbanos

Em outras partes da Europa ocorreram ainda revoltas rurais, mas podemos agora nos referirmos a algumas rebeliões urbanas. Por convenção, as revoltas urbanas na Idade Média tardia são vistas como levantes de proletários explorados, que se viam agora mais oprimidos do que nunca, devido aos efeitos da depressão econômica. Entretanto, é provável que isso represente uma simplificação excessiva, pois cada caso era diferente e sempre atuavam forças complexas. Por exemplo, uma rebelião da cidade de Brunswick, no norte da Alemanha, em 1374, foi muito menos um movimento de pobres contra ricos do que uma agitação política na qual uma aliança política substituía outra. Um outro levante no norte da Alemanha, na cidade de Lübeck, em 1408, já foi bem descrito como uma revolta de "pagadores de impostos". Mais uma vez, tratou-se menos de um confronto de pobres versus ricos do que de uma tentativa de uma facção fora do poder no sentido de criar um sistema de governo menos oneroso.

A revolta dos Ciompi

O episódio mais próximo de uma verdadeira revolta proletária foi o levante, em 1378, dos *Ciompi* florentinos. Os Ciompi eram cardadores de lã, que tinham a infelicidade de estarem ocupados numa indústria na qual a depressão se abatera com particular intensidade. Alguns deles haviam perdido o emprego e outros eram freqüentemente ludibriados ou sub-remunerados pelos senhores da indústria da lã. Estes últimos gozavam de enorme poder político em Florença e por isso podiam fazer aprovar leis em seu próprio benefício. Já em si esse fato significava que as eventuais reformas econômicas teriam de ocorrer em conjunção com mudanças políticas. Por fim, o que provocou a ação direta dos Ciompi foi uma crise política. Em 1378 Florença se encontrava exaurida por três anos de guerra com o papado. Certos líderes patrícios derrubaram o velho regime a fim de alterar a condução da guerra e ganhar vantagens políticas para si. As circunstâncias os levaram a buscar o apoio das classes mais baixas e, uma vez despertados, os Ciompi ganharam ousadia e, depois de alguns meses, lançaram sua própria rebelião, muito mais radical. A revolta foi motivada basicamente por agruras e ressentimentos econômicos, mas o ódio pessoal também desempenhou seu papel. Os Ciompi ganharam o poder durante seis semanas, durante as quais tentaram instituir a redução de impostos, maior nível de emprego e representação para si próprios e outros grupos proletários no governo de

Florença. Contudo, não conseguiram manter-se no poder e um novo governo oligárquico revogou todas as suas reformas.

Observações gerais sobre a natureza dos levantes populares

Se tentarmos tirar conclusões gerais a respeito dessas várias rebeliões, podemos afirmar com segurança que poucas ou nenhuma delas teriam ocorrido na ausência de uma crise econômica. Mas as considerações políticas sempre tiveram alguma influência, e em alguns levantes os rebeldes estavam mais prósperos do que em outros. É digno de nota que todas as rebeliões genuinamente de classes inferiores de grupos economicamente desesperados logo fracassaram. Isso aconteceu, decerto, porque as classes altas estavam mais acostumadas a manobrar o poder e a dar ordens; mais importante ainda, tinham acesso ao dinheiro e às tropas necessárias para sufocar as revoltas. Às vezes, elementos das classes baixas lutavam entre si, ao passo que os grupos privilegiados sempre davam um jeito de formar uma frente unida ao se defrontarem com uma ameaça das classes baixas a seu domínio. Além disso, os rebeldes das classes baixas em geral estavam mais voltados para a reparação de agravos imediatos do que para desenvolverem programas de governo a longo prazo e plenamente coerentes. De modo geral, careciam de ideais inspiradores para uma ação coesa. O caso da revolução dos hussitas, na Boêmia, que examinaremos mais adiante, mostra que na Idade Média tardia a religião era um meio mais eficaz para reunir grande número de pessoas do que exigências políticas, econômicas e sociais.

A crise da aristocracia na Idade Média tardia

Embora as classes superiores conseguissem reprimir os levantes populares, davam-se conta da insegurança econômica e emocional da época, bem como da possibilidade de revolta como uma ameaça constante, e ficaram obcecadas com a manutenção de seus privilégios. Os aristocratas da Idade Média tardia achavam-se numa situação econômica precária porque tiravam da terra a maior parte de suas rendas. Em épocas nas quais os preços dos cereais e as rendas estavam caindo e os salários aumentando, é óbvio que os proprietários de terras se viam em apuros econômicos. É provável que alguns aristocratas também se sentissem ameaçados pela rápida ascensão dos comerciantes e financistas, capazes de ganhar fortunas rápidas devido às abruptas flutuações do mercado. Na prática, os comerciantes verdadeiramente ricos compravam terras e eram absorvidos pela aristocracia. Além disso, a maioria dos aristocratas latifundiários conseguia desviar as ameaças econômicas pela hábil administração de suas riquezas; na verdade, muitos deles se tornaram mais ricos do que nunca. No entanto, todos se sentiam mais expostos à incerteza social e econômica do que antes. O resultado foi tentarem erigir barreiras artificiais que pudessem separá-los das outras classes.

O luxo dos nobres e as ordens de cavalaria

Dois exemplos claros dessa separação foram a ênfase que os aristocratas passaram a dar ao luxo, e a formação de ordens fechadas de cavalaria. A Idade Média tardia foi o período por excelência da ostentação. Enquanto a fome ou a doença grassavam, os aristocratas regalavam-se com banquetes perdulários e uma vida faustosa. Numa festa realizada em Flandres em 1468, um ornamento de mesa tinha 14 metros de altura. Também o vestuário dos aristocratas era em extremo ostentatório: os homens usavam sapatos longos, em ponta, enquanto as mulheres levavam na cabeça adereços complicados e ornados com fitas. Durante toda a história do homem os ricos sempre se inclinaram a vestir-se com apuro, mas os aristocratas da Idade Média tardia parecem

Uma festa de aristocratas medievais tardios. Observe a ponta enorme dos sapatos e os chapéus pontudos das mulheres, duas vezes mais altos do que suas cabeças.

tê-lo feito de maneira tão obsessiva a fim de se consolarem e passar a mensagem de que eram inteiramente diferentes dos outros. A insistência em manter uma hierarquia social nitidamente diferenciada explica ainda a proliferação, durante o período, de ordens de cavalaria, como as dos Cavaleiros da Liga ou o Tosão de Ouro. Ao se agruparem em ordens fechadas, que prescreviam conduta especial e se orgulhavam de símbolos especiais, os aristocratas que se sentiam ameaçados por pressões sociais tentavam apartar-se dos demais, como se, na verdade, afixassem uma tabuleta que dizia "Só para membros".

Outra explicação para a ênfase absurda do luxo é que isso representava uma forma de escapismo. Com certeza, os aristocratas, expostos continuamente à visão e ao cheiro da morte, encontravam conforto emocional em se retirarem para um mundo fantasioso de maneiras elegantes, festas magníficas e roupas multicores. Do mesmo modo, os não-aristocratas, aos quais eram vedados esses luxos, muitas vezes buscavam alívio da visão da morte em grosseiros divertimentos públicos; por exemplo, juntavam-se multidões para ver mendigos cegos tentarem agarrar um porco, mas que só conseguiam golpear-se mutuamente com bastões, ou para estimular rapazes a trepar em paus-de-sebo a fim de ganhar gansos como prêmio.

Não cabe pensar, no entanto, que na Idade Média tardia as pessoas se entregassem a uma vida desregrada sem interrupção. Na verdade, as mesmíssimas pessoas, de todas as classes, que buscavam diversões elegantes ou turbulentas caíam com a mesma freqüência no extremo oposto emocional, quando confrontadas com as tensões psíquicas causadas pelos problemas da época, e se abandonavam ao pesar. Durante todo esse período, homens e mulheres, já adultos, derramavam lágrimas em abundância. A rainha-mãe da França chorou em público ao ver pela primeira vez o neto; o eminente pregador Vincent Ferrer tinha de interromper seus sermões sobre a Paixão e o Juízo Final porque ele e a congregação choravam convulsivamente; e o rei inglês Eduardo II,

segundo se dizia, chorava tanto, quando encarcerado, que expelia água quente em quantidade suficiente para fazer a barba. Essa última história é quase inverossímil, mas ilustra bem o que as pessoas da época acreditavam que fosse possível. Sabemos com certeza que a Igreja encorajava o choro devido à sobrevivência de comoventes imagens de São João em lágrimas, destinadas obviamente a provocar o choro nas pessoas que as viam.

Os pregadores incentivavam também os fiéis a meditar sobre a Paixão de Cristo e sobre sua própria mortalidade. Abundavam os crucifixos assustadores, e a figura da Virgem era menos uma madona sorridente que uma mãe lacrimosa: ela passou a ser representada no mais das vezes prostrada de dor, ao pé da cruz, ou sustendo o Cristo morto no regaço. A obsessão da Idade Média tardia com a morte pode ser percebida ainda também em esculturas, afrescos e ilustrações de livros, que lembravam aos fiéis a brevidade da vida e os tormentos do inferno. Os túmulos típicos da alta Idade Média eram assinalados com esculturas que mostravam o morto em algum ato que fora característico de sua vida ou num estado de repouso que dava a entender que a morte não era senão um sono tranqüilo. No fim do século XIV, porém, apareceram túmulos que representavam a destruição física da morte das maneiras mais medonhas que se podiam imaginar: cadáveres emaciados, com as entranhas à mostra, ou cobertos de cobras ou sapos. Em algumas tumbas havia inscrições segundo as quais a pessoa que as contemplava seria em breve "um cadáver fétido, alimento para os vermes"; outras advertiam morbidamente: "O que és, já fui; o que sou, serás." Por todo lado apareciam ilustrações com figuras da morte sorridente, portando seu alfange e carregando consigo homens e mulheres elegantes, ou demônios sádicos assando no inferno seres humanos que gritavam de dor. Como as pessoas que pintavam essas imagens ou que meditavam sobre elas podiam, no dia seguinte, entregar-se a prazeres orgíacos, muitas vezes a cultura do fim da Idade Média parece raiar pelo maníaco-depressivo. Ao que parece, entretanto, essas reações extremadas eram necessárias para ajudar as pessoas a enfrentar seus temores.

3. PROVAÇÕES PARA A IGREJA E ÂNSIA DE RELIGIOSIDADE

A intensa concentração no significado da morte era também manifestação de uma profundíssima e disseminada religiosidade. O entusiasmo religioso da alta Idade Média de modo algum arrefeceu depois de 1300; se em alguma coisa se modificou, tornou-se ainda mais intenso. Contudo, esse fervor religioso ganhou novas formas de expressão, devido às dificuldades institucionais da Igreja e às agitações da época.

A crise na Igreja

Após a humilhação e a morte do papa Bonifácio VIII em 1303, a Igreja passou por um período de crise institucional, tão grave e prolongada quanto a crise econômica da mesma época. Podemos distinguir três fases: o chamado Cativeiro da Babilônia do papado, 1305-1378; o Grande Cisma, 1378-1417; e o período do papado territorial italiano, 1417-1517. Durante o Cativeiro da Babilônia, o papado transferiu-se para Avignon, deixando Roma, e de modo geral mostrou-se subserviente aos interesses da coroa francesa. Houve vários motivos para isso. O mais óbvio foi que, depois da prova de força entre Filipe o Belo e Bonifácio

VIII ter como conseqüência uma clara vitória para o rei da França, os papas que vieram a seguir não estavam dispostos a afrontar a cólera do monarca francês. Na verdade, tão logo os papas reconheceram que não podiam dar ordens aos reis da França, julgaram que ganhariam certas vantagens cortejando-lhes o favor. Uma dessas vantagens era um refúgio seguro no sul da França, longe do tumulto da Itália. No século XIV a Itália central e a cidade de Roma tinham-se tornado tão turbulentas e rebeldes, do ponto de vista político, que o papa não podia contar nem mesmo com segurança física ali, muito menos condições suficientemente pacíficas para manter uma ordeira administração da Igreja. No entanto, em Avignon não existia tal perigo. Muito embora na época Avignon não fizesse parte do reino da França – era a principal cidade de um pequeno território papal – o poderio militar francês estava bastante próximo para garantir ao pontífice sua necessária segurança. Outra vantagem da subserviência papal ao poder francês era a ajuda francesa no sentido de adoção de políticas de interesse mútuo na Alemanha e no sul da Itália. Talvez a mais importante fosse um acordo pelo qual o rei francês proporia seus próprios candidatos a bispos e o papa então os nomearia, recebendo com isso consideráveis pagamentos em dinheiro. Depois de 1305 o sistema pró-francês tornou-se tão arraigado que até 1378 a maioria dos cardeais e todos os papas foram franceses.

Caráter do papado de Avignon

Em Avignon os papas tiveram mais êxito do que nunca em sua política de centralizar o governo da Igreja. Pela primeira vez criaram um sistema financeiro realmente sólido, baseado na sistematização de taxas cobradas ao clero em toda a Europa. Além disso, o papado conseguiu nomear mais candidatos para benefícios vagos do que antes (na prática, nomeando com freqüência candidatos propostos pelos reis da França e da Inglaterra), e combateram a heresia com grande determinação, na verdade impiedosamente. No entanto, o que os papas ganharam em poder perderam em respeito e lealdade. O clero se alienou, em decorrência dos insistentes pedidos para que contribuísse com tanto dinheiro, e grande parte do laicato horrorizou-se com a corrupção e com a ostentação desmedida que prevalecia na corte papal, onde os cardeais viviam com mais luxo do que nobres, consumindo pavões, faisões, tetrazes e cisnes, e servindo-se de vinhos finíssimos em vasos ricamente lavrados. Na maioria, os papas de Avignon eram pessoalmente probos e abstêmios, mas um deles, Clemente VI (1342-1352) era pior que seus cardeais. Clemente estava disposto a conceder qualquer benefício espiritual em troca de dinheiro, gabava-se de que nomearia até um burro como bispo se isso fosse de interesse político e justificava suas incessantes transgressões sexuais insistindo em que fornicava por ordem médica.

A volta a Roma

Com o passar do tempo, as pressões da opinião pública bem informada obrigaram os papas a prometer que retornariam a Roma. Depois de uma tentativa malograda, por parte de Urbano V em 1367, o papa Gregório XI finalmente voltou para a Cidade Santa em 1377. Todavia, morreu um ano depois e então sobreveio o desastre. O colégio de cardeais, cercado em Roma por uma multidão clamorosa de italianos, cedeu ao desejo local, elegendo como papa um italiano, que adotou o nome de Urbano VI. No entanto, os cardeais eram na maioria franceses, e logo se arrependeram de sua decisão, sobretudo porque Urbano VI logo começou a litigar com eles e a revelar o que provavelmente seriam

tendências paranóicas. Por isso, passados apenas alguns meses, os cardeais franceses reuniram-se outra vez, declararam nula a eleição anterior e substituíram Urbano VI por um deles próprio, que assumiu o nome de Clemente VII.

Infelizmente, porém, Urbano VI não deixou o trono papal docilmente. Pelo contrário, nomeou um colégio de cardeais italianos inteiramente novo e permaneceu entrincheirado em Roma. Clemente VII logo voltou com todo seu grupo para Avignon e seguiu-se o chamado Grande Cisma. A França e outros países da órbita política francesa – tais como a Escócia, Castela e Aragão – reconheciam Clemente, ao passo que o restante da Europa reconhecia Urbano como o verdadeiro papa. Durante três décadas, os cristãos assistiram, impotentes, ao espetáculo dos dois pontífices rivais trocarem imprecações mútuas e as ordens monásticas internacionais dividiram-se entre os campos romano e de Avignon. A morte de um ou outro dos papas não punha fim ao cisma; cada um dos grupos tinha seu próprio colégio de cardeais que, prontamente, elegia um sucessor francês ou italiano. A gravidade da situação fez com que um conclave constituído de prelados de ambos os grupos se reunisse em Pisa em 1409 a fim de depor os dois papas e nomear um novo no lugar deles. Não obstante, nem o papa italiano nem o francês aceitou a decisão do concílio e ambos desfrutavam de suficiente apoio político para conservar alguma obediência. Assim, depois de 1409, ao invés de dois pretendentes rivais passou a haver três.

O Grande Cisma

O Grande Cisma terminou finalmente em 1417 com o Concílio de Constança, o maior conclave eclesiástico da história medieval. Dessa vez os prelados tomaram o cuidado de obterem o apoio crucial dos poderes seculares e também de eliminarem os pretendentes rivais antes de elegerem um novo papa. Depois da eleição, pelo concílio, de Martinho V em 1417, a unidade eclesiástica da Europa ficou plenamente restaurada. No entanto, seguiu-se de imediato um conflito a respeito da natureza do governo da Igreja. Os membros do concílio de Constança contestaram a prevalecente teoria medieval da monarquia papal, instando por um governo equilibrado, "conciliar". Em dois decretos de grande repercussão, declararam que um concílio geral de prelados tinha autoridade superior à do papa e que tais concílios deveriam realizar-se com regularidade, a fim de governarem a Igreja. Era apenas natural que os papas subseqüentes, que haviam voltado para Roma, procurassem revogar esses decretos. Quando um novo concílio se reuniu em Basiléia no ano de 1431, em consonância com os princípios estabelecidos em Constança, o papa reinante fez tudo quanto podia para sabotar suas atividades. Por fim, teve êxito: após uma luta prolongada, o concílio de Basiléia dissolveu-se em 1449, em meio a um total fracasso, e a tentativa de estabelecer um governo constitucional para a Igreja saiu completamente derrotada. Contudo, o papa só pôde conquistar essa vitória sobre o conciliarismo através do apoio dos soberanos dos estados europeus. Em concordatas separadas com reis e príncipes, os papas lhes concederam grande autoridade sobre as diversas igrejas locais. Assim, os papas garantiram para si a supremacia teórica, ao custo de renunciarem a muito poder real. À guisa de compensação, concentraram-se em consolidar sua própria suserania direta na Itália central. Na maioria, os papas do século XV governaram de maneira muito semelhante a de qualquer outro príncipe, conduzindo exércitos, manobrando alianças e construin-

O fim do cisma; o conciliarismo

do palácios magníficos. Assim, embora conseguissem, pela primeira vez, criar um estado político viável, a reputação de piedade desinteressada permaneceu baixa.

Declínio do prestígio do clero

Enquanto o papado passava por essas vicissitudes, em toda a Europa o clero sofria uma perda de prestígio, por diversos motivos. Um deles era que as maiores exigências financeiras do papa obrigavam o clero a exigir mais do laicato, o que causava fortes ressentimentos, sobretudo em épocas de aprofundamento da crise econômica. Ademais, durante os surtos da peste, os clérigos às vezes abandonavam seus postos como todos os outros, mas ao assim procederem perdiam qualquer direito que tivessem para alegar superioridade moral. É provável que a principal razão para a crescente insatisfação com o clero tenha sido o aumento da alfabetização entre os leigos. A proliferação das escolas e a diminuição do custo dos livros – assunto que examinaremos mais adiante – possibilitou a grande número de pessoas aprender a ler. Quando isso aconteceu, os leigos começaram a poder ler trechos da Bíblia ou, mais freqüentemente, catecismos populares. Assim, tornou-se claro para eles que os padres locais não estavam vivendo de acordo com os princípios estabelecidos por Jesus e pelos Apóstolos. Nesse entretempo, os levantes e os horrores da época levavam as pessoas a procurar, mais que nunca, conforto religioso. Julgando insuficientes os canais convencionais de freqüência às igrejas, confissão e submissão à autoridade clerical, o laicato procurava caminhos suplementares ou alternativos para a piedade. Tais caminhos diferiam bastante entre si, porém todos visavam a satisfazer uma imensa sede pelo divino.

Aumento da piedade entre os leigos: (1) práticas devocionais

Um dos caminhos mais preferidos consistia em cumprir repetidos atos de devoção externa, na esperança de que propiciassem ao devoto o favor divino na terra e a salvação depois da morte. As pessoas acorriam como nunca aos centros de peregrinação e participavam regularmente, descalças, de procissões religiosas, realizadas com freqüência duas vezes por mês e, ocasionalmente, até duas vezes por semana. Homens e mulheres também compravam indulgências, ou seja, concessões papais, tidas como capazes de livrá-los do purgatório ou abreviar-lhes a estada ali, e pagavam com antecedência por inúmeras missas de réquiem, destinadas a salvar-lhes a alma depois da morte. A obsessão com a repetição de orações chegou ao auge quando alguns fiéis tentaram calcular o número de gotas de sangue que Cristo derramara na cruz, de modo que pudessem rezar o mesmo número de pai-nossos. A mais extrema e repugnante forma de ritual religioso na Idade Média tardia era a flagelação. Mulheres que viviam em casas comunais açoitavam-se com chicotes de couro, correntes e relhos. Uma mocinha que ingressou numa dessas comunidades, na Polônia, em 1331, sofreu graves lesões internas e ficou completamente desfigurada dentro de onze meses. De modo geral os açoitamentos não eram executados em público, mas durante a primeira investida da Peste Negra, em 1348 e 1349, bandos de leigos atravessavam a Europa setentrional, cantando e espancando-se mutuamente com látegos com pontas de metal, na esperança de aplacarem a ira divina.

(2) misticismo

Um caminho oposto para os piedosos era o misticismo. Em toda a Europa, mas em particular na Alemanha e na Inglaterra, homens e mulheres, tanto religiosos como leigos, buscavam união com Deus mediante o "alheamento", a contemplação ou exercícios espirituais. O

mais original e eloqüente dos teóricos místicos da Idade Média tardia foi um dominicano alemão, o Mestre Eckart (c. 1260-1327), que ensinava haver dentro de cada alma humana um poder ou "centelha" que constituía, na verdade, a morada de Deus. Mediante a renúncia a todo o senso de individualidade, a pessoa podia refugiar-se em recessos mais recônditos e ali encontrar a divindade. Eckart não recomendava que se cessasse de freqüentar a igreja – dificilmente poderia fazê-lo, pois pregava em igrejas – mas deixava claro que rituais externos tinham importância relativamente pequena na busca de Deus. Dava também a impressão, a seus ouvintes leigos, de que talvez conseguissem atingir a piedade por sua própria vontade. Por isso, foi acusado pelas autoridades eclesiásticas de incitar "pessoas ignorantes e indisciplinadas a excessos absurdos e perigosos". Embora Eckart defendesse sua própria ortodoxia doutrinária, alguns de seus ensinamentos foram condenados pelo papado.

Misticismo heterodoxo e ortodoxo

Que os críticos de Eckart não estavam de todo enganados em suas preocupações é demonstrado pelo fato de que alguns leigos alemães, influenciados por ele, caíram com efeito na heresia de acreditarem que podiam unir-se plenamente a Deus na terra sem qualquer intermediação sacerdotal. Contudo, esses chamados heréticos do Espírito Livre eram poucos. Muito mais numerosos foram os posteriores místicos ortodoxos, às vezes influenciados por Eckart, às vezes, não, que atribuíam maior ênfase à iniciativa divina no que dizia respeito ao encontro da alma com Deus e que faziam questão de insistir que as intermediações da Igreja eram uma contribuição necessária para a ascensão mística. Mesmo estes, porém, acreditavam que "as igrejas não santificam o homem, mas os homens santificam as igrejas". Muitos dos grandes professores e praticantes do misticismo no século XIV eram clérigos, freiras ou eremitas, porém no século seguinte disseminou-se entre os leigos uma forma modificada de misticismo. Esse "misticismo prático" não visava a uma plena união extática com Deus, mas sim a uma contínua sensação de alguma presença divina durante a vida cotidiana. Dentre os manuais que apontavam o caminho para essa meta, o mais popular tornou-se a *Imitação de Cristo*, escrito em latim por volta de 1427, provavelmente por um cônego do norte da Alemanha, Thomas à Kempis. Como essa obra era escrita em estilo simples mas vigoroso e ensinava a pessoa a ser um cristão piedoso mesmo que levasse uma vida ativa no mundo, passou a ser lida vorazmente por leigos. Por isso, foi logo traduzida para as principais línguas européias. Desde então e até hoje, tem sido a obra mais lida pelos cristãos, com exceção da Bíblia. A *Imitação* insta com os leitores para que participem de uma cerimônia religiosa – o sacramento da Eucaristia – mas em outros sentidos salienta a piedade interior. De acordo com seus ensinamentos, a melhor forma de cada cristão poder tornar-se o "parceiro" de Jesus Cristo consiste em tomar a comunhão e dedicar-se à meditação bíblica e levar uma vida simples e reta.

(3) Heresia: John Wycliffe, os lolardos

Uma terceira forma distintiva de piedade no fim da Idade Média foi o puro e simples protesto ou heresia. Sobretudo na Inglaterra e na Boêmia, os movimentos heréticos tornaram-se sérias ameaças para a Igreja. O fundador da heresia na Inglaterra foi um teólogo de Oxford chamado John Wycliffe (c. 1330-1384). Como Wycliffe se atinha com rigor à teologia de Santo Agostinho, era levado a acreditar que um certo número de homens estava predestinado à salvação, ao passo que os

demais se achavam irremediavelmente condenados. Julgava que os predestinados deveriam viver com simplicidade, segundo os princípios do Novo Testamento, mas na verdade constatava que a maior parte dos membros da hierarquia da Igreja se entregava a extravagâncias suntuárias. Daí concluir que na maioria os hierarcas da Igreja se encontravam fadados à condenação. Para ele, a única solução estava em fazer com que dirigentes seculares se apropriassem da riqueza da Igreja e a reformassem, substituindo os padres e bispos corruptos por homens que vivessem segundo as normas apostólicas. Essa atitude interessava obviamente aos aristocratas da Inglaterra, que talvez visassem a enriquecer com os despojos da Igreja e, ao menos, nada viam de errado em usar Wycliffe como mastim para assustar o papa e o clero local. Por isso, de início Wycliffe recebeu o apoio de aristocratas influentes. No entanto, ao fim da vida, mudou de posição, deixando de apenas recomendar reformas, para atacar algumas das instituições mais fundamentais da Igreja, sobretudo o sacramento da Eucaristia. Tal radicalismo amedrontou seus protetores influentes, e é provável que Wycliffe viesse a ser formalmente condenado por heresia se tivesse vivido mais tempo. Contudo, seu falecimento não diminuiu a reação da Igreja, pois ele havia reunido em torno de si inúmeros seguidores leigos – os chamados lolardos – que continuaram a propagar com fervor algumas de suas idéias mais radicais. Ensinavam os lolardos sobretudo que os cristãos devotos deveriam deixar de lado a Igreja corrupta e estudar a Bíblia, confiando tanto quanto possível em suas próprias consciências. A lolardia ganhou muitos adeptos nas últimas décadas do século XIV, mas depois da introdução, na Inglaterra, da pena de morte por heresia em 1399 e do malogro de uma insurreição lolarda em 1414, a onda herética reduziu-se muito. Não obstante, alguns lolardos continuaram a sobreviver na clandestinidade, e seus descendentes contribuíram para a revolução protestante do século XVI.

João Hus

Na Boêmia, a influência das teses de Wycliffe foi muito maior. Por volta de 1400, estudantes tchecos que haviam estudado em Oxford levaram as idéias de Wycliffe para Praga, onde foram recebidas com entusiasmo por um eloqüente pregador chamado João Hus (c. 1373-1415), que já vinha investindo em sermões ouvidos por multidões contra "o mundo, a carne e o demônio". Hus utilizou as teorias de Wycliffe como apoio para seus próprios brados em prol do fim da corrupção eclesiástica, e mobilizou muitos boêmios em torno da causa da reforma entre 1408 e 1415. Sem jamais alienar grupos de fiéis, como fizera Wycliffe ao criticar a doutrina da Eucaristia, Hus ganhou apoio de vários setores. O jogo político do Grande Cisma levou o rei da Boêmia a conceder proteção a Hus, enquanto aristocratas influentes o apoiavam por motivos semelhantes aos dos nobres ingleses. Sobretudo, Hus ganhou seguidores entre a massa, devido à sua eloqüência e sua preocupação pela justiça social. Por isso tudo, a maior parte da Boêmia estava a seu lado quando em 1415 Hus concordou em viajar ao concílio de Constança a fim de defender seus pontos de vista e tentar persuadir os prelados ali reunidos de que somente uma reforma geral seria capaz de salvar a Igreja. Entretanto, embora Hus tivesse recebido garantias de segurança pessoal, essa promessa foi posta de lado assim que ele chegou ao concílio: ao invés de poder apresentar suas teses, o idealista foi traído, julgado por heresia e queimado na fogueira.

Os seguidores de Hus na Boêmia sentiram-se compreensivelmente ultrajados e logo ergueram a bandeira da revolta aberta. A aristocracia tirou proveito da situação para apoderar-se das terras da Igreja, enquanto os padres mais pobres, os artesãos e os camponeses cerravam fileiras na esperança de concretizar as metas de Hus – reforma religiosa e justiça social. Entre 1420 e 1424, exércitos de hussitas de classe baixa, conduzidos por um brilhante general cego, João Zizka, realizaram o feito assombroso de derrotar várias forças invasoras de bem armados cavaleiros "cruzados" provenientes da Alemanha. Em 1434 hussitas mais conservadores, com aspirações aristocráticas, venceram os radicais, pondo fim assim às tentativas de se iniciar uma nova dispensação religiosa e social. No entanto, mesmo os conservadores recusaram-se a voltar à ortodoxia plena. Assim, a Boêmia só voltou ao redil católico por ocasião da Reforma católica do século XVII.[1] A declaração de independência religiosa por parte dos hussitas foi ao mesmo tempo um prenúncio do que viria a acontecer cem anos depois com o protestantismo e a mais bem-sucedida expressão de insatisfação com o governo da Igreja na Idade Média tardia.

A revolta dos hussitas

4. CRISE POLÍTICA E RECUPERAÇÃO

À primeira vista a política do fim da Idade Média parece algo de medonho, pois durante a maior parte do período houve conflitos incessantes. Por quase toda parte, vizinhos lutavam contra vizinhos e estados lutavam contra estados. Entretanto, um exame mais atento revela que apesar do tumulto houve uma melhora em quase todos os governos da Europa. No decorrer do século XV a paz retornou à maior parte do continente, as monarquias nacionais tornaram-se mais fortes e o período terminou com uma nova promessa de força, tanto política quanto econômica.

Progresso na política da Idade Média tardia, apesar do tumulto

Começando nossa análise pela Itália, cumpre explicar que o reino de Nápoles, no extremo sul da península itálica, estivera mergulhado em guerras e desgovernos, mais ou menos sem interrupção, durante todo o século XIV e o XV. Por outro lado, a Itália emergiu do caos político da Idade Média tardia antes de qualquer outra parte da Europa. O século XIV foi uma época de dificuldades para os Estados Pontifícios, que compreendiam a maior parte da Itália Central, pois as forças que representavam o papado ausente ou dividido raramente eram capazes de vencer a resistência de cidades recalcitrantes ou de líderes rivais de bandos armados de pilhadores. No entanto, após o fim do Grande Cisma, em 1417, os papas voltaram mais sua atenção para a consolidação de seus próprios territórios italianos e aos poucos se tornaram os soberanos fortes da maior parte da área central da península. Mais ao norte, algumas das principais cidades-estados – tais como Florença, Veneza, Siena e Gênova – haviam passado no século XIV por períodos ocasionais e muitas vezes prolongados de guerras sociais, devido às

A situação política na Itália

[1] As tradicionais denominações "Reforma protestante" e "Contra-Reforma católica" foram substituídas, nesta obra, por novas denominações – Revolução protestante e Reforma católica – como resultado de uma diferente abordagem dos fatos históricos pelos autores, conforme será explicado no Capítulo 15. (N. da ed. bras.)

pressões econômicas da época. No entanto, mais cedo ou mais tarde as famílias ou grupos com mais poder acabavam vencendo a resistência interna. Contudo, nas alturas de 1400 as três principais cidades do norte – Veneza, Milão e Florença – haviam instituído de maneira definitiva suas próprias formas de governo: Veneza era governada por uma oligarquia de mercadores, Milão por um despotismo dinástico, e Florença por um sistema complexo, que pretendia ser republicano, mas que na verdade era dominado pelos ricos. (Depois de 1434 a república florentina passou a ser dominada na prática pela família Medici.)

Advento da paz no século XV

Havendo resolvido seus problemas internos, Veneza, Milão e Florença empenharam-se, entre mais ou menos 1400 e 1454, a expandir-se territorialmente e a conquistar quase todas as demais cidades do norte da Itália, com exceção de Gênova, que permaneceu próspera e independente, mas sem anexar qualquer território novo. Assim, em meados do século XV a Itália achava-se dividida em cinco partes principais: os estados de Veneza, Milão e Florença, ao norte; os Estados Pontifícios, ao centro; e o atrasado reino de Nápoles, ao sul. Em 1454 um tratado inaugurou meio século de paz entre esses estados: sempre que um deles ameaçava alterar o "equilíbrio de poder", os demais em geral se aliavam contra ele antes que irrompessem hostilidades sérias. Por conseguinte, a segunda metade do século XV foi uma época feliz para a Itália. Em 1494, porém, uma invasão francesa deu início a um novo período de guerras, no qual a tentativa francesa de dominar a Itália foi neutralizada com êxito pela Espanha.

Alemanha: o triunfo dos príncipes

Ao norte dos Alpes a agitação política perdurou na maior parte do século XIV e entrou pelo XV. É provável que a instabilidade mais grave fosse a reinante na Alemanha. Ali, os príncipes praticamente independentes moviam guerras sem fim contra os imperadores muito debilitados, ou então guerreavam entre si. Entre mais ou menos 1350 e 1450 prevaleceu uma situação de quase anarquia, pois enquanto os príncipes guerreavam e subdividiam suas heranças em estados menores, forças secundárias, como cidades livres e cavaleiros que possuíam um ou dois castelos, se esforçavam por livrar-se do poder dos príncipes. Na maior parte do oeste do país, tais tentativas alcançaram êxito suficiente para fragmentar mais do que nunca a autoridade política, mas a leste, depois de mais ou menos 1450, alguns príncipes alemães mais fortes lograram afirmar sua autoridade sobre forças dissidentes. Depois disso passaram a governar com firmeza estados de porte médio organizados segundo o modelo das monarquias nacionais maiores da Inglaterra e da França. Os príncipes mais fortes eram aqueles que governavam territórios orientais como a Baviera, a Áustria e Brandenburgo, pois ali, além de haver menos cidades, eram menores e no passado os príncipes tinham conseguido tirar partido da fraqueza imperial para patrocinar a colonização de grandes áreas de terra. Em especial, os príncipes Habsburgo da Áustria e os Hohenzollern de Brandenburgo – um território anexado no século XVI às terras mais orientais da Prússia – se tornariam os grupos mais influentes da Alemanha no futuro.

França: causas da guerra dos Cem Anos

As grandes nações-estados também não escaparam incólumes ao tumulto do fim da Idade Média. A França viu-se mergulhada em conflitos durante a maior parte do período, principalmente durante a guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra. Na verdade, a guerra dos Cem Anos foi uma série de conflitos que duraram até mais

de cem anos – de 1337 a 1453. Foram várias as causas de tão prolongado conflito. A principal foi o antigo problema de territórios franceses controlados por reis ingleses. No começo do século XIV os soberanos ingleses ainda governavam grande parte de ricas áreas do sul da França (por exemplo, a Gasconha e a Aquitânia) como vassalos da coroa francesa. Os franceses, que desde o reinado de Filipe Augusto, vinham expandindo e consolidando seu poder, obviamente nutriam esperanças de expulsar os ingleses, e por isso a guerra tornou-se inevitável. Outra causa de litígio estava em que os interesses econômicos dos ingleses no comércio da lã com Flandres os levavam a apoiar as freqüentes tentativas de burgueses flamengos de revolta contra o domínio francês. Por fim, o fato de a sucessão direta dos capetos ao trono francês ter chegado ao fim em 1328, sendo substituída a partir de então pela aparentada dinastia dos Valois, significou que os reis ingleses, eles próprios descendentes dos capetíngios, em decorrência de casamentos, passaram a reivindicar a própria coroa francesa.

O curso da guerra: fatores que levaram aos êxitos ingleses iniciais

De início, não haveria por que a França encontrar dificuldade em derrotar a Inglaterra: era o país mais rico da Europa e contava com uma população de aproximadamente 15 milhões de almas, contra menos de quatro milhões na Inglaterra. Não obstante, durante a maior parte dos primeiros três quartos da guerra dos Cem Anos, a Inglaterra venceu a maioria das batalhas campais. Um dos motivos para isso era que os ingleses haviam passado a dominar táticas militares superiores, utilizando arqueiros disciplinados para conter e dispersar os cavaleiros franceses, que usavam pesadas couraças. Nas três maiores batalhas do longo conflito – Crécy (1346), Poitiers (1356) e Agincourt (1415) – os ingleses, numericamente inferiores, contaram com a rígida disciplina e a utilização eficaz do arco para infligir derrotas esmagadoras aos franceses. Outro motivo para o êxito inglês foi que a guerra travou-se sempre em solo francês. Por isso, os soldados ingleses lutavam com denodo, pois podiam contar com a possibilidade de saques lucrativos, ao passo que sua própria pátria não sofria nenhum dos desastres da guerra. Para os franceses, o pior de tudo era que com freqüência se viam profundamente divididos. A coroa francesa sempre temera as tentativas das províncias no sentido de autonomia: principalmente durante o longo período de guerra, quando estavam no trono vários reis da maior inépcia e os ingleses incentivavam as dissensões internas na França, muitos líderes provinciais aristocráticos tiravam partido da confusão para se aliarem ao inimigo e buscar seus próprios interesses. O caso mais dramático e pressago foi a sucessão da Borgonha, cujos duques se aliaram aos ingleses entre 1419 e 1435, fato esse que pôs em questão a própria existência independente de uma coroa francesa.

Joana d'Arc

Foi durante esse período sombrio que surgiu a figura heróica de Joana d'Arc. Em 1429, Joana, uma jovem camponesa, analfabeta mas extremamente devota, procurou o soberano francês, não coroado, Carlos VII, para anunciar que havia sido incumbida por Deus para expulsar os ingleses da França. Carlos permitiu que ela assumisse o comando de suas tropas, e a piedade e a sinceridade da moça causaram tal impressão favorável aos soldados que seu moral aumentou imensamente. Dentro de poucos meses Joana havia libertado grande parte da França central do domínio inglês e levado Carlos a Rheims, onde ele foi coroado rei. Contudo, em maio de 1430, ela foi capturada pelos borgonheses e

entregue aos ingleses, que a acusaram de bruxaria e julgaram-na como herege. Condenada em 1431, após um julgamento predeterminado, Joana foi queimada na fogueira, publicamente, na praça do mercado de Rouen. Não obstante, os franceses, estimulados por suas vitórias iniciais, continuaram na ofensiva. Quando a Borgonha desfez a aliança com a Inglaterra em 1435, e o monarca inglês, Henrique VI, mostrou-se de todo incompetente, seguiu-se uma série ininterrupta de triunfos franceses. Em 1453, a captura de Bordéus, o último reduto inglês no sudoeste, finalmente pôs fim à longa guerra. A partir de então os ingleses deixaram de dominar qualquer território francês, salvo o porto de Calais, no canal da Mancha, que acabaram perdendo em 1558.

Mais do que a mera expulsão dos ingleses de território francês, a guerra dos Cem Anos teve como conseqüência o vasto fortalecimento da coroa francesa. Conquanto muitos dos soberanos da França durante a prolongada guerra tivessem sido personalidades medíocres (um deles, Carlos VI, era mesmo demente), a monarquia demonstrou extraordinária força de resistência, pois oferecia à França as mais fortes instituições que o país conhecia e, por conseguinte, a única esperança realista de estabilidade e paz duradouras. Além disso, as emergências da guerra permitiam aos reis ganhar novos poderes e, sobretudo, o direito de cobrar impostos nacionais e manter um exército permanente. Assim, depois que Carlos VII conseguiu derrotar os ingleses, a coroa pôde renovar a tradição real da alta Idade Média, de governo impositivo. Nos reinados dos sucessores de Carlos — Luís XI (1461-1483) e Luís XII (1498-1515) — a monarquia tornou-se ainda mais forte. Sua maior realização foi a destruição do poder da Borgonha em 1477, quando o duque borgonhês, Carlos o Temerário, caiu, na batalha de Nancy, nas mãos dos suíços, aos quais Carlos vinha tentando dominar. Como Carlos morreu sem deixar herdeiro masculino, Luís XI da França pôde avançar contra a Borgonha e reabsorver o ducado que se separara. Mais tarde, quando Luís XII ganhou a Bretanha, os reis franceses passaram a dominar energicamente quase todo o território que hoje constitui a França.

Inglaterra: tumulto interno

Embora a guerra dos Cem Anos tenha sido travada em solo francês, a Inglaterra experimentou também grande tumulto durante a Idade Média tardia, devido à instabilidade interna. Com efeito, a Inglaterra era um viveiro de insurreições: dos nove soberanos ingleses que subiram ao trono entre 1307 e 1485, cinco tiveram morte violenta, por força de revoltas ou conspirações. Na maioria, esses reis assassinados haviam-se mostrado incapazes, mas havia também outros motivos para os problemas políticos da Inglaterra. Um deles era o fato de a coroa ter-se mostrado demais ambiciosa, ao tentar manter os territórios na França e ao mesmo tempo subjugar a Escócia. Tal política muitas vezes obrigava a recorrer a fortes tributações e a fazer grandes concessões políticas à aristocracia. Quando as armas inglesas logravam triunfos na França, a coroa galgava os píncaros da popularidade e a aristocracia prosperava, mercê de pilhagens militares e resgates; mas sempre que a sorte não lhe sorria, a coroa enfrentava problemas financeiros e era lançada na defensiva política. Para piorar as coisas, os aristocratas ingleses mostraram-se particularmente indisciplinados no período, não só porque tinham muitas vezes razões para não confiar nos reis ineptos, como também

porque as pressões econômicas da época faziam com que procurassem expandir suas propriedades agrícolas às custas uns dos outros. Isso levava ao faccionalismo, que com freqüência descambava para a guerra civil.

As guerras das Rosas

Depois que a presença inglesa na França foi praticamente erradicada e a aristocracia não pôde mais ter a esperança de enriquecer com os despojos da guerra exterior, a situação política da Inglaterra tornou-se particularmente grave. Por azar, o monarca reinante, Henrique VI (1422-1461), era um dos mais incompetentes que a Inglaterra já tivera. Segundo uma autoridade recente, Henrique "paralisou e confundiu todo o processo de governo inglês, com uma irresponsabilidade real e uma insanidade sem precedentes". Seu voluntarismo ajudou a provocar as guerras das Rosas, que duraram, intermitentemente, de 1455 a 1485. Tais conflitos ganharam o nome que têm a partir dos emblemas das duas facções em luta: a rosa vermelha da família Lancaster, de Henrique, e a rosa branca, da casa rival de York. Esta última conquistou o trono por algum tempo, sob monarcas como Ricardo III, mas em 1485 foi substituída por uma nova dinastia, a Tudor, que deu início a um novo período da história inglesa. O primeiro rei Tudor, Henrique VII, eliminou com firmeza os pretendentes rivais ao trono, evitou as dispendiosas guerras externas, acumulou um excedente financeiro e aos poucos reafirmou o poder real sobre a aristocracia. Ao morrer em 1509, pôde assim legar ao filho, Henrique VIII (1509-1547), um poder real tão grande quanto ele tinha sido anteriormente.

Aspectos positivos da evolução política inglesa, 1307-1485

É tentador considerar todo o período da história inglesa, entre 1307 e a acessão de Henrique VII, em 1485, como um longo e sombrio interregno no qual não se realizou nada de positivo. No entanto, com isso não faríamos plena justiça à época: em primeiro lugar, o fato de a Inglaterra não se ter de todo esfacelado durante a fase de recorrente turbulência foi, em si, uma façanha. É notável que os aristocratas rebeldes do fim da Idade Média nunca tentassem proclamar a independência de qualquer uma de suas regiões; só uma vez, em 1405, procuraram, sem êxito, dividir o país entre si. Descontada essa exceção pouco significativa, os rebeldes aristocratas sempre procuraram controlar o governo central, ao invés de destruí-lo ou buscar a secessão. Assim, quando Henrique VII chegou ao trono, não teve de recuperar quaisquer territórios ingleses, tal como Luís XI da França teve de recuperar a Borgonha. Ademais, os antagonismos da guerra dos Cem Anos tiveram um último efeito benéfico, o de salientar na Inglaterra o senso de identidade nacional. Desde a conquista normanda até quando ia bem avançado o século XIV, o francês foi a língua preferida da coroa e da aristocracia inglesas, mas o crescente sentimento antifrancês contribuiu para o completo triunfo da língua inglesa por volta de 1400. A perda de territórios na França terminou também sendo benéfica, pois a partir daí a coroa livrou-se da inevitabilidade da guerra com os franceses. Essa liberdade deu à Inglaterra mais flexibilidade diplomática na política européia do século XVI e mais tarde ajudou a fortalecer a capacidade da Inglaterra para investir suas energias na expansão ultramarina, na América e alhures. Um outro fato positivo foi o desenvolvimento contínuo de instituições governamentais efetivas; a despeito das oscilantes fortunas dos reis, a máquina de governo central expandiu-se e

tornou-se mais complexa. Também o Parlamento ganhou força, sobretudo porque tanto a coroa quanto a aristocracia acreditavam poder usá-lo para seus próprios fins. Em 1307 o Parlamento ainda não se tornara parte regular do sistema inglês de governo, mas em 1485 isso já havia acontecido. Mais tarde, os reis que procuraram governar sem o Parlamento viram-se a braços com graves problemas.

Consolidação do poder real na Espanha

Mais ou menos à época em que Luís XI da França e Henrique VII da Inglaterra estavam reafirmando o poder real em seus respectivos países, os monarcas espanhóis, Fernando e Isabel, faziam o mesmo na Península Ibérica. Ali houvera também muita contenda na Idade Média tardia; Aragão e Castela haviam-se engalfinhado com freqüência, e facções aristocráticas desses reinos haviam combatido continuamente a coroa. Contudo, em 1496, Fernando, o herdeiro de Aragão, havia-se casado com Isabel, herdeira de Castela, e assim criado uma união que lançou a base da moderna Espanha.

Fernando e Isabel

Embora a Espanha não se tivesse tornado uma nação plenamente unida senão em 1716, pois Aragão e Castela conservavam suas instituições separadas, ao menos terminaram as guerras entre esses dois reinos, antes independentes, e o novo país pôde dedicar-se a políticas comuns. Isabel e Fernando, que reinaram até 1504 e 1516, respectivamente, anexaram Granada, o último estado muçulmano na península, expulsaram os judeus, que eles viam como elemento divisionista em sua sociedade, e subjugaram com rigor as aristocracias. Depois de resolverem seus principais problemas internos, os soberanos espanhóis empenharam-se também numa ambiciosa política exterior: não só se voltaram para a expansão ultramarina, cujo aspecto mais famoso foi o apoio dado a Cristóvão Colombo, como também entraram decisivamente na arena da política italiana. Enriquecida pelo afluxo de ouro e prata da América, após a conquista do México e do Peru, e quase invencível nos campos de batalha, a Espanha logo se tornou o estado mais poderoso da Europa no século XVI.

Triunfo das monarquias nacionais

Em última análise, o mais claro resultado da evolução política em toda a Europa no fim da Idade Média foi a preservação de modelos básicos da alta Idade Média. As áreas da Itália e da Alemanha que tinham sido politicamente divididas antes de 1300 permaneceram nessa situação depois daquela data. O surgimento de estados de dimensões médias nessas duas áreas, durante o século XV, trouxe mais estabilidade do que existira antes, mas os fatos haviam de mostrar que a Itália e a Alemanha seriam ainda presas para as potências ocidentais. Estas últimas eram, claramente, muito mais fortes, pois estavam consolidadas em torno de monarquias nacionais mais sólidas. As agruras da Idade Média tardia puseram à prova a existência dessas monarquias; no entanto, depois de 1450 tornaram-se mais fortes que nunca. A mais nítida ilustração de sua superioridade é mostrada pela história da Itália logo depois de 1494. Até então os estados italianos pareciam relativamente bem governados e prósperos, chegando a experimentar técnicas avançadas de governo e diplomacia. Não obstante, quando a França e a Espanha invadiram a península, os estados italianos desmoronaram como castelos de cartas. As monarquias ocidentais simplesmente podiam recorrer a maiores fontes de recursos, e assim herdaram o futuro da Europa.

Conquanto se pudesse pensar que as extremas dificuldades da Idade Média tardia houvessem conduzido ao declínio ou à estagnação das atividades intelectuais e artísticas, na verdade o período foi em extremo frutífero no tocante ao pensamento, à literatura e à arte. Não examinaremos nesta seção certos fatos mais atinentes à história inicial da Renascença italiana, mas analisaremos algumas outras realizações intelectuais e artísticas da Europa ocidental no fim da Idade Média.

Crise na teologia e na filosofia

Depois de aproximadamente 1300, a teologia e a filosofia passaram por uma crise de dúvidas. Tais incertezas não diziam respeito à existência de Deus e a Seus poderes sobrenaturais, mas antes à capacidade humana de apreender o sobrenatural. Enquanto São Tomás de Aquino e outros escolásticos da alta Idade Média haviam tranqüilamente delimitado o número de "mistérios da fé" e acreditado que tudo mais, no céu e na terra, podia ser compreendido à perfeição pelo homem, as enchentes, as geadas, as guerras e as pestes do século XIV haviam contribuído para minar essa confiança nos poderes da razão humana. Tão logo o homem passou a encarar o universo como arbitrário e imprevisível, os pensadores do século XIV começaram a imaginar se não haveria no céu e na terra mais coisas do que podiam ser explicadas por suas vãs filosofias. O resultado foi uma radical reavaliação da anterior perspectiva teológica e filosófica.

Guilherme de Ockham; nominalismo

O mais eminente pensador abstrato da Idade Média tardia foi um franciscano inglês, Guilherme de Ockham, nascido por volta de 1285 e falecido em 1349, ao que parece vítima da Peste Negra. Por tradição, os franciscanos haviam sempre nutrido mais dúvidas que os dominicanos, como São Tomás, com relação à capacidade da razão humana para apreender o sobrenatural; Ockham, convencido pelos acontecimentos de sua época, expressou essas dúvidas com enorme vigor. Negava que a existência de Deus ou inúmeras outras questões teológicas pudessem ser demonstradas senão pela revelação das Escrituras, e salientava a liberdade e o poder absoluto de Deus para fazer qualquer coisa que Ele desejasse. No campo do conhecimento humano *per se*, o intelecto inquisitivo de Ockham o levava a buscar certezas absolutas, ao invés de meras teorias. Na investigação dos assuntos terrenos, desenvolveu a posição, conhecida como *nominalismo*, de que só coisas, tomadas individualmente, mas não as coletividades, são reais, e que, por conseguinte, uma coisa não pode ser compreendida através de outra: para conhecer uma cadeira, a pessoa tem de vê-la e tocá-la, e não basta saber como são várias outras cadeiras. Ockham formulou também uma lógica baseada no pressuposto de que as palavras representam tão só a si mesmas, e não coisas reais. Tal lógica podia não informar muita coisa a respeito do mundo real, porém ao menos não podia ser refutada, uma vez que tinha validade interna em seus próprios termos, como a geometria euclideana.

Significado do pensamento de Ockham

O pensamento de Ockham, que ganhou inúmeros seguidores nas universidades em fins da Idade Média, hoje parece muitas vezes demasiado metodológico e raiando pelo árido, mas teve vários efeitos importantes sobre o desenvolvimento da filosofia no Ocidente. A preocupação de Ockham quanto ao que Deus *poderia* fazer levou muitos de seus seguidores a levantarem algumas questões aparentemente absurdas, e

que servem de motivo para que a teologia medieval seja objeto de mofa. Por exemplo, perguntavam se Deus é capaz de desfazer o passado ou se um número infinito de puros espíritos podem habitar simultaneamente o mesmo lugar (pensadores do período derradeiro do medievo chegaram a perguntar quantos anjos podem dançar sobre a cabeça de um alfinete). Não obstante, a ênfase que Ockham dava à preservação da autonomia de Deus levou a uma acentuação da onipotência divina que se tornou um dos pressupostos básicos do protestantismo do século XVI. Além disso, a determinação com que Ockham procurava certezas no domínio do conhecimento humano terminou por ajudar a tornar possível debater os assuntos humanos e a ciência natural sem referência a explicações sobrenaturais — um dos fundamentos basilares do moderno método científico. Por fim, a oposição de Ockham ao estudo das coletividades e sua recusa de aplicar a lógica a coisas reais contribuíram para estimular o *empirismo*, ou a convicção de que o conhecimento do mundo deveria repousar na experiência dos sentidos e não na razão abstrata. Também isto constitui pressuposto para o progresso científico: assim, não foi provavelmente por coincidência que alguns dos seguidores de Ockham no século XIV tenham feito progressos substanciais no estudo da física.

O naturalismo da literatura da Idade Média tardia

A busca de verdades seguras, por parte de Ockham, encontra certos paralelos no domínio da literatura da Idade Média tardia, ainda que Ockham decerto não haja exercido influência direta nessa área. A principal característica da melhor literatura desse período foi o *naturalismo*, ou a tentativa de descrever as coisas como realmente são. Isso representou antes um desenvolvimento de precedentes da alta Idade Média — como as explorações da conduta humana por homens como Chrétien de Troyes, Wolfram von Eschenbach e Dante — do que uma reação contra eles. A contínua disseminação da ciência das letras entre os leigos encorajou também os autores a evitar abstrações teológicas e filosóficas e a procurar sobretudo entreter os leitores, descrevendo os personagens de modo realista, com todas suas virtudes e fraquezas. Outra característica importante da literatura da Idade Média tardia, o predomínio do uso das línguas vernáculas ao invés do latim, também teve origem em precedentes da fase anterior, mas ganhou grande ímpeto por dois motivos. O primeiro foi que as tensões e hostilidades internacionais, entre as quais as numerosas guerras da época e as vicissitudes do papado universal, levaram à necessidade de segurança e ao orgulho pela identidade nacional, refletida no emprego da língua vernácula. Mais importante, provavelmente, foi o fato de que a propagação da educação para o laicato aumentou enormemente um público capaz de ler numa dada língua vernácula, mas não em latim. Por isso, embora na alta Idade Média se escrevesse muita poesia em vernáculo, na Idade Média tardia o uso do vernáculo estendeu-se amplamente à prosa. Ademais, países como a Itália e a Inglaterra, que haviam começado a cultivar suas próprias literaturas em vernáculo, por volta de 1300, posteriormente passaram a utilizar seus idiomas pátrios com expressivo efeito literário.

Boccaccio

O maior autor de ficção em prosa, na Idade Média tardia, a utilizar o vernáculo foi o italiano Giovanni Boccaccio (1313-1375). Embora Boccaccio merecesse lugar de honra na história da literatura por algumas de suas obras menores, que incluía romances cortesãos, poemas bucólicos, e tratados doutos, a mais importante de suas obras é, sem dúvida, o *Decamerão*, escrita entre 1348 e 1351. Trata-se de uma

coletânea de cem histórias, sobretudo a respeito de amor, sexo, aventuras e estratagemas astuciosos, supostamente narradas por um grupo de sete moças e três rapazes que, refugiados numa mansão campestre nas cercanias de Florença, buscavam ali escapar à Peste Negra. Boccaccio não inventou de modo algum todas as cem histórias, mas mesmo ao basear seus contos em fontes anteriores, renarrou-os em seu próprio estilo caracteristicamente exuberante, seguro e de extremo humor. São muitos os motivos pelos quais o *Decamerão* deve ser considerado marcante do ponto de vista histórico. O primeiro é que foi a mais recuada obra ambiciosa e bem-sucedida composta em vernáculo, na Europa ocidental, e em prosa narrativa. A prosa de Boccaccio é "moderna" no sentido de que é enxuta, pois ao contrário dos autores medievais de romances floreados, Boccaccio usou deliberadamente um estilo sem afetações e coloquial. Em termos simples, no *Decamerão* ele estava menos interessado em ser "elevado" ou elegante do que em fazer uma prosa despretenciosa e divertida. Do ponto de vista do conteúdo, Boccaccio desejava retratar homens e mulheres como realmente são, e não como deveriam ser. Assim, ao escrever sobre clérigos ele os mostrava tão suscetíveis aos apetites e deficiências humanas quanto os outros mortais. Suas mulheres não são bonecas pálidas, deusas distantes ou virgens obstinadas, mas criaturas de carne e osso, com intelectos, que se relacionam com maior naturalidade com homens e entre si do que já havia acontecido antes na literatura ocidental. A maneira como Boccaccio trata as relações sexuais é muitas vezes minuciosa, freqüentemente espirituosa, porém jamais aviltante. Em seu mundo, os desejos naturais, tanto de homens como de mulheres, não devem ser reprimidos. Por todos esses motivos, o *Decamerão* é uma percepção robusta e deliciosa de tudo quanto é humano.

Chaucer

De Boccaccio, como criador de uma literatura forte e naturalista em vernáculo, muito se aproximou o inglês Geoffrey Chaucer (c. 1340-1400). Chaucer foi o primeiro grande autor que escreveu num inglês que ainda pode ser lido hoje em dia com esforço relativamente pequeno. É notável que ele tenha sido ao mesmo tempo um dos pais da pujante tradição literária da Inglaterra e um dos quatro ou cinco autores que mais contribuíram para ela: a maioria dos críticos coloca-o apenas um pouco atrás de Shakespeare, e na mesma categoria de Milton, Wordsworth e Dickens. Chaucer escreveu diversas obras de grande mérito, porém sua obra-prima é, inquestionavelmente, os inacabados *Contos de Canterbury*, compostos em fins de sua vida. Tal como o *Decamerão*, trata-se de uma coleção de histórias unidas por um fio condutor; Chaucer usou o artifício de fazer com que um grupo de pessoas narrasse histórias durante uma peregrinação entre Londres e Canterbury. No entanto, há diferenças entre as duas obras. As histórias de Chaucer são narradas em versos coruscantes, e não em prosa, e saem da boca de pessoas das mais diversas classes – um cavaleiro, um dedicado estudante universitário, um moleiro dado a gatunagens, com uma verruga no nariz. Aparecem também mulheres de personalidade, sendo inesquecível a "Esposa de Bath", banguela e várias vezes casada, que conhece todos "os remédios do amor". Cada personagem narra um episódio que ilustra particularmente sua própria ocupação e seu modo de ver o mundo. Mediante esse artifício, Chaucer conseguiu criar uma diversificadíssima "comédia humana". Sua gama de personagens é, por

isso, maior que a de Boccaccio, e embora ele seja tão espirituoso, franco e lascivo quanto o italiano, às vezes é mais profundo.

Naturalismo nas artes plásticas da Idade Média tardia

Da mesma forma como o naturalismo era um traço dominante da literatura da Idade Média tardia, era também das artes plásticas do período. Já no século XIII os escultores góticos dedicavam mais atenção do que seus predecessores românicos à maneira como as plantas, os animais e os seres humanos realmente se apresentavam. Enquanto a arte medieval havia anteriormente salientado o desenho abstrato, passou-se a dar então realce cada vez maior ao realismo: no século XIII a representação escultórica de folhas e flores deve ter sido feita a partir da observação direta e são as primeiras que podem ser reconhecidas claramente como espécies distintas. Aos poucos, também as estátuas humanas ganharam proporções mais naturais e se tornaram mais realistas na representação de expressões faciais. Por volta de 1290 a atenção ao realismo se tornara tamanha que um escultor que trabalhava numa estátua para o túmulo do imperador alemão Rudolf de Habsburgo teria voltado apressadamente para ver o soberano em pessoa, pois ouvira dizer que surgira uma nova ruga no rosto do monarca.

Pintura

Nos dois séculos seguintes, a tendência para o naturalismo continuou na escultura e foi levada à iluminura de manuscritos e à pintura. Esta última era, em certos sentidos, uma nova arte. Desde os cavernícolas, a pintura tinha sido executada em paredes, um suporte que só com dificuldade podia ser mudado de um lugar para outro. A arte do mural continuou a ser cultivada na Idade Média e por muito tempo depois desse período, sobretudo na forma de *afrescos*, ou pinturas executadas sobre gesso úmido. Entretanto, além dos afrescos, no século XIII artistas italianos começaram a pintar quadros sobre pedaços de madeira ou tela. A princípio, eram feitos com têmpera (pigmentos misturados com água e colas naturais ou clara de ovo), mas por volta de 1400 a pintura a óleo foi introduzida no norte da Europa. Tais avanços técnicos criaram novas oportunidades artísticas. Os pintores podiam agora produzir cenas religiosas em retábulos de altares e para devoções particulares, praticadas por leigos mais ricos em suas casas. Os artistas passaram a executar também os primeiros retratos ocidentais, que visavam a satisfazer a vaidade de monarcas e aristocratas. O mais antigo exemplo conhecido de um retrato naturalista é o de um rei francês, João o Bom, realizado por volta de 1360. Seguiram-se outros rapidamente, de modo que em pouco tempo a arte do retrato, feito a partir de modelos vivos, estava sobremaneira desenvolvida. Quem visitar um museu de arte notará que alguns dos retratos mais realistas e perceptivos de todos os tempos datam do século XV.

O estilo naturalista de Giotto

O mais importante pintor da Idade Média tardia foi o florentino Giotto (c. 1267-1337). Não se dedicou a retratar indivíduos, mas impregnou de profunda humanidade suas imagens religiosas, executadas tanto em murais como em painéis móveis. Giotto era antes de mais nada um naturalista, ou seja, um imitador da natureza. Não só suas figuras humanas e animais parecem mais naturais que as de seus antecessores, como dão a impressão de executar atos mais naturais. Quando Cristo entra em Jerusalém no Domingo de Ramos, rapazes sobem em árvores para ver melhor; quando São Francisco está no leito de morte, um circunstante aproveita a oportunidade para verificar se o santo realmente recebeu as chagas de Cristo; e quando os pais da Virgem, Joaquim e

O encontro de Joaquim e Ana na Ponte Dourada. Afresco de Giotto. Observe como os halos se fundem: este casal, velho e estéril, milagrosamente, logo terá uma criança, Maria, a mãe de Jesus.

Ana, encontram-se após uma longa separação, abraçam-se e beijam-se — talvez seja esse o primeiro beijo de profunda ternura na arte ocidental. Decerto não é verdade, como um relato fantasista posterior afirma, que alguém julgou tão real uma mosca que Giotto havia pintado que tentou afastá-la com a mão, porém na verdade Giotto realizou algo mais. Especificamente, ele foi o primeiro a conceber o espaço pintado em termos plenamente tridimensionais: como escreveu um historiador da arte, os afrescos de Giotto foram os primeiros a "abrir um buraco na parede". Após sua morte, sobreveio uma reação na pintura italiana. É provável que essa reação tenha sido causada por uma nova reverência pela sensação terrivelmente sobrenatural provocada pelos horrores da peste. Qualquer que seja a explicação, os artistas de meados do século XIV afastaram-se por algum tempo do naturalismo e pintaram figuras religiosas severas e aterradoras, que pareciam flutuar no espaço. No entanto, por volta de 1400 os artistas voltaram à terra e começaram a desenvolver a influência recebida de Giotto, numa linha que levou ao grande renascimento italiano na pintura.

Os pintores flamengos

No norte da Europa, a pintura não progrediu de maneira expressiva, além das iluminuras de manuscritos, senão em começos do século XV, mas então, de repente, ganhou uma vida muito própria. Os principais pintores do norte europeu foram flamengos, primeiro e sobretudo os irmãos Hubert e Jan van Eyck (c. 1366-1426; c. 1380-1441), Roger van der Weyden (c. 1400-1464) e Hans Memling (c. 1430-1494). No passado, atribuiu-se aos irmãos van Eyck a invenção da pintura a óleo; embora essa atribuição seja hoje em dia contestada, não resta dúvida de que foram, na fase inicial da técnica, seus maiores praticantes. O emprego do óleo permitiu, a eles e a outros mestres flamengos do século XV, um colorido brilhante e um nítido realismo. Os van Eyck e van der Weyden destacaram-se sobretudo em dois aspectos: a comunicação de um senso de profunda piedade religiosa e a reprodução de pormenores minuciosos da experiência cotidiana. À primeira vista essas duas

coisas podem parecer incompatíveis, mas cumpre lembrar que os manuais contemporâneos de misticismo prático, como a *Imitação de Cristo*, também procuravam ligar a devoção profunda com a existência no dia-a-dia. Por isso, não havia de modo algum blasfêmia no fato de um pintor flamengo representar por trás de uma terna imagem da Virgem e do Menino um panorama da vida contemporânea, com pessoas entregues a seus afazeres diários e até um homem urinando contra uma parede. Essa união do sagrado e do profano tendeu a desaparecer na obra de Memling, autor de estupendas imagens religiosas e também de retratos seculares, mas retornaria no trabalho dos maiores pintores dos Países Baixos, Brueghel e Rembrandt.

6. AVANÇOS NA TECNOLOGIA

Progressos tecnológicos da Idade Média tardia: (1) as armas bélicas

Nenhum levantamento das realizações duradouras da Idade Média tardia seria completo sem menção a certos progressos tecnológicos que marcaram época. Infelizmente – mas decerto o fato não é inesperado – o exame dessa questão tem de começar com referências à invenção da artilharia e das armas de fogo. A freqüência das guerras estimulou o desenvolvimento de novas armas. A pólvora, na verdade, era invenção chinesa, mas só no Ocidente de fins da Idade Média é que pela primeira vez passou a ser usada com fins particularmente devastadores. Por volta de 1330 começaram a ser usados canhões pesados, que faziam ruído tremendo, "como se todos os demônios do inferno estivessem a caminho". As primeiras peças de artilharia eram tão primitivas que muitas vezes era mais perigoso ficar atrás delas que à sua frente, porém em meados do século XV foram muito aperfeiçoadas e começaram a revolucionar a natureza da guerra. Num único ano, o de 1453, a artilharia pesada desempenhou papel fundamental para o resultado de dois conflitos cruciais: os turcos otomanos usaram canhões alemães e húngaros para romper as defesas de Constantinopla – até então as mais inexpugnáveis da Europa – e os franceses empregaram canhões pesados para capturar a cidade de Bordéus, pondo fim assim à guerra dos Cem Anos. A partir de então, os canhões tornaram difícil para os aristocratas rebeldes entrincheirar-se em seus castelos de pedra, e por isso contribuíram para a consolidação das monarquias nacionais. Instalados em navios, os canhões ajudaram as naus européias a dominar águas estrangeiras na era subseqüente de expansão ultramarina. As armas portáteis foram também inventadas no século XIV, sendo aos poucos aperfeiçoadas. Logo depois de 1500, o mais eficiente tipo de arma de fogo, o mosquete, permitiu a infantes pôr fim de uma vez por todas ao poderio militar de cavaleiros que usavam grossas couraças. Assim que as cargas de cavaleiros, armadas de lanças, se tornaram obsoletas e tornou-se mais fácil armar grande número de combatentes, os estados monárquicos capazes de mobilizar os maiores exércitos subjugaram de todo a resistência interna e dominaram os campos de batalha da Europa.

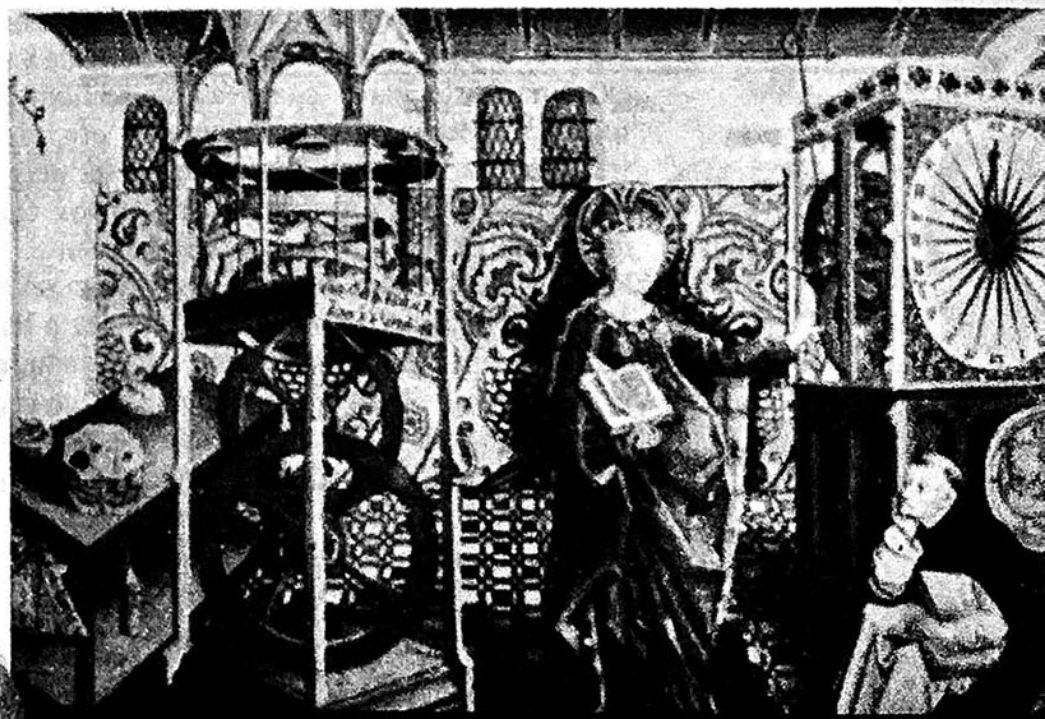
(2) instrumentos ópticos e de navegação

Outros avanços tecnológicos da Idade Média tardia tiveram utilização mais pacífica. Os óculos, inventados na década de 1280, foram aperfeiçoados no século XIV. Permitiam a pessoas mais idosas continuarem a ler, apesar da miopia. Por exemplo, Petrarca, o grande sábio do século XIV, que se gabava de possuir vista excelente na juventude, passou a

usar óculos após os 60 anos de idade e pôde assim completar algumas de suas obras mais destacadas. Por volta de 1300, a utilização da bússola magnética ajudou os navios a se afastarem mais da terra e se aventurarem no Atlântico. Um dos resultados imediatos disso foi a abertura de um comércio marítimo direto entre a Itália e o norte da Europa. Mais tarde, inúmeros aprimoramentos na construção naval, na cartografia e em engenhos de navegação contribuíram para que a Europa se expandisse no ultramar. No começo do século XIV foram alcançados os Açores e as ilhas de Cabo Verde; depois, após uma longa pausa, motivada pelas pestes e guerras na Europa, o cabo da Boa Esperança foi dobrado em 1488, as Índias Ocidentais descobertas em 1492, a Índia alcançada por rota marítima em 1498 e o Brasil descoberto em 1500. Em parte como conseqüência da tecnologia, de repente o mundo tornou-se muito menor.

(3) relógios mecânicos

Dentre os objetos mais familiares de nossa vida moderna que foram inventados pelos europeus na Idade Média tardia, contam-se o relógio e o livro. Os relógios mecânicos foram inventados pouco antes de 1300 e em breve proliferavam. Os primeiros relógios eram caros demais para serem adquiridos por particulares, todavia, logo as cidades rivalizavam entre si, instalando relógios cada vez mais complexos em seus importantes edifícios públicos. Esses relógios não só informavam a hora como mostravam o curso do Sol, da Lua e dos planetas, além de realizarem espetáculos mecânicos quando batiam as horas. Essa nova invenção acabou tendo dois efeitos profundos. Um deles consistiu em estimular ainda mais o interesse europeu por máquinas complexas de toda sorte. Tal interesse já havia sido despertado pela proliferação de moinhos na alta Idade Média, mas por fim os relógios se tornaram ainda mais onipresentes que os moinhos, pois após 1650 tornaram-se muito baratos e entraram em praticamente todas as casas da Europa. Os relógios domésticos serviam como modelos de máquinas maravilhosas. Da mesma forma, os relógios passaram a racionalizar o curso da vida cotidiana da Europa – e talvez esse fato tenha sido ainda mais significativo. Até o advento dos relógios, na Idade Média tardia, o tempo era flexível. As pessoas tinham apenas uma vaga idéia das horas e levantavam-se e se recolhiam mais ou menos com o sol. Em especial as pessoas que viviam

Relógio da sabedoria. Esta miniatura, de um manuscrito francês do início do séc. XV, reflete o fascínio crescente por máquinas de toda espécie e por relógios em particular.

À esquerda: *Uma prensa de impressão.* Do frontispício de um impresso parisiense, 1520. À direita: *Fabricação de papel num moinho.*

no campo realizavam diferentes tarefas em tempos diferentes, de acordo com o ritmo das estações. Mesmo quando se contavam as horas, tinham duração diferente, de conformidade com a quantidade de luz nas diversas estações. No século XIV, porém, os relógios pela primeira vez começaram a marcar horas de igual duração, de dia e de noite. Assim, passaram a regular o trabalho com precisão até então desconhecida. As pessoas deviam começar e findar o trabalho "na hora" e muitas passaram a acreditar que "tempo é dinheiro". Essa ênfase na mensuração do tempo causou uma desusada eficiência, mas também novas tensões: o coelho branco de Lewis Carroll, sempre a olhar o relógio de algibeira e a resmungar "como está ficando tarde", é uma reveladora caricatura do homem ocidental, obcecado pelo tempo.

(4) a invenção da imprensa

A invenção da imprensa com tipos móveis foi também momentosa. O principal estímulo para essa invenção foi a substituição do pergaminho pelo papel como o material de escrita básico na Europa, entre 1200 e 1400. O pergaminho, feito com peles de valiosos animais agrícolas, era extremamente caro: como só se podiam obter cerca de quatro boas folhas de pergaminho por animal, era preciso matar de duzentos a trezentos carneiros ou bezerros para ter pergaminho suficiente para uma Bíblia! O papel, fabricado com trapos transformados em polpa por moinhos, baixou os preços sensivelmente. Registros de fins da Idade Média mostram que o papel custava um sexto do preço do pergaminho. Assim, tornou-se mais barato aprender a ler e escrever. Tornando-se o conhecimento das letras mais generalizado, surgiu um mercado crescente para livros ainda mais baratos, e a invenção da imprensa com tipos móveis, por volta de 1450, atendeu plenamente essa necessidade. Ao poupar grande quantidade de mão-de-obra, a invenção, dentro de mais ou menos duas décadas fez com que os livros impressos passassem a custar um quinto dos livros manuscritos.

Assim que os europeus passaram a ter fácil acesso aos livros, a alfabetização aumentou ainda mais e a cultura livresca tornou-se uma parte básica do estilo de vida europeu. Depois de 1500 aproximadamente, os europeus puderam ler e comprar livros de toda espécie – não só tratados religiosos, mas também manuais instrutivos, obras de entretenimento e, depois do século XVIII, jornais. A imprensa permitiu às idéias propagarem-se de maneira rápida e correta; além disso, deixou de ser fácil extinguir idéias revolucionárias depois de serem expostas em centenas de exemplares de livros. Foi assim que o maior reformador religioso do século XVI, Martinho Lutero, ganhou incontinenti uma legião de seguidores na Alemanha, ao empregar o prelo para imprimir panfletos; se não tivesse tido a imprensa à sua disposição, talvez Lutero houvesse morrido como Hus. A disseminação dos livros ajudou também a estimular o crescimento do nacionalismo cultural. Antes da imprensa, os dialetos regionais na maioria dos países europeus eram com freqüência tão diversos que pessoas que diziam falar a mesma língua muitas vezes mal se compreendiam. Tal situação obstava a centralização governamental, pois um funcionário real podia ser inteiramente incapaz de se comunicar com os habitantes das províncias. Logo após a invenção da imprensa, entretanto, cada país europeu começou a desenvolver suas próprias normas lingüísticas, propagadas de modo uniforme pelos livros. O "King's English" era o inglês impresso em Londres e levado para Yorkshire ou Gales. Assim, as comunicações ganharam realce e os governos puderam atuar com maior eficiência.

Efeitos da imprensa

Concluindo, pode-se dizer que os relógios e os livros, tanto quanto os armamentos e os navios oceânicos, ajudaram a Europa a dominar o globo depois de 1500. Os hábitos inculcados pelo relógio incentivaram os europeus a trabalhar com eficiência e planejar com exatidão; e a popularização do livro melhorou as comunicações e o fluxo de idéias progressistas. Assim que se habituaram a ler livros, os europeus passaram a se comunicar e a realizar experiências intelectuais como nenhuma outra população do mundo. Por tudo isso, não surpreende que depois de 1500 os europeus pudessem começar a fazer do mundo inteiro o seu mundo.

O avanço tecnológico como fator na subseqüente preeminência global da Europa

Quarta Parte

A FASE INICIAL DO MUNDO MODERNO

Concordam os historiadores, de modo geral, que a Idade Média terminou mais ou menos por volta de 1500. Já em 1350, aproximadamente, um novo movimento na Itália, chamado geralmente Renascença, começara a desafiar e superar certos pressupostos medievais básicos. Nas alturas de 1500, a Renascença italiana espalhou-se para a Europa setentrional e a partir de então levou a importantes realizações na ciência, que se tornaram fundamentos do pensamento e da civilização da Europa moderna. Ao mesmo tempo, no século XVI, começou na Alemanha, propagando-se para muitos outros países, um movimento religioso conhecido como a Revolução Protestante. Esse movimento contribuiu para os primórdios da era moderna, ao acabar com a uniformidade religiosa da Idade Média e ao fomentar um surto de individualismo e de consciência racional. Na esfera econômica, por volta de 1500 os europeus navegaram até continentes distantes e começaram a ganhar novas fontes de abastecimento. A descoberta e a colonização de territórios ultramarinos contribuíram para a Revolução Comercial, que durou de mais ou menos 1450 a 1800 e estabeleceu um dinâmico regime de comércio voltado para o lucro. Do ponto de vista da política, o período em torno de 1500 inaugurou uma era de absolutismo que durou até 1800, aproximadamente, e foi marcado pelo desenvolvimento de governos absolutos, encabeçados em alguns casos por reis que se identificavam com o Estado e que professavam governar por direito divino. Finalmente, entre 1600 e 1789, ocorreu uma revolução intelectual, a qual culminou no "Iluminismo", ou a exaltação da razão.

A Fase Inicial do Mundo Moderno

	POLÍTICA	FILOSOFIA E CIÊNCIA
1400		Humanismo cívico na Itália, c. 1380-c. 1450
	Papas da Renascença, 1447-1521	Neoplatonismo florentino, c. 1450-c. 1600
	Os franceses invadem a Itália, 1494	
1500		Maquiavel, 1469-1527
	Henrique VIII da Inglaterra, 1509-1547	Vesalius, 1514-1564
	Francisco I da França, 1515-1547	*Utopia*, de Thomas More, 1516
	Carlos V, imperador do Sacro Império Romano, 1519-1546	Índice dos Livros Proibidos, 1559
	As tropas de Carlos V saqueiam Roma, 1527	Francis Bacon, 1561-1626
	Os espanhóis ganham supremacia na Itália, 1529	Galileu, 1564-1642
	Filipe II da Espanha, 1556-1598	Johann Kepler, 1571-1630
	Elizabeth I da Inglaterra, 1558-1603	Hugo Grotius, 1583-1645
	Derrota da Invencível Armada, 1588	Thomas Hobbes, 1588-1679
	Henrique IV da França, 1589-1610	
	Edito de Nantes, 1598	Descartes, 1596-1650
	Guerra dos Trinta Anos, 1618-1648	
	Supremacia de Richelieu na França, 1624-1642	
	Luís XVI da França, 1643-1715	
1600		*Novum Organum*, de Bacon, 1620
		Locke, 1632-1704
		Discurso sobre o Método, de Descartes, 1637
	Guerra Civil inglesa, 1642-1649	Isaac Newton, 1642-1727
	Commonwealth e Protetorado na Inglaterra, 1649-1660	
	Era da Restauração na Inglaterra, 1660-1688	Fundação da Real Sociedade, 1662
	Pedro o Grande da Rússia, 1682-1725	
	Revogação do Edito de Nantes, 1685	*Princípios matemáticos da Filosofia natural*, de Newton, 1687
	Revolução Gloriosa na Inglaterra, 1688-1689	
1700	Guerra da Sucessão Espanhola, 1702-1714	
	Frederico Guilherme I da Prússia, 1713-1740	Lineu, 1707-1778
		Jean-Jacques Rousseau, 1712-1778
	Desenvolvimento do sistema de Gabinete na Inglaterra, 1714-1742	
	Luís XV da França, 1715-1774	
	Maria Teresa da Áustria, 1740-1780	
	Frederico o Grande da Prússia, 1740-1786	
	Guerra dos Sete Anos, 1756-1763	
	Jorge III da Inglaterra, 1760-1820	
	Catarina a Grande da Rússia, 1762-1796	
	Luís XVI da França, 1774-1792	
	José II da Áustria, 1780-1790	
	Eclosão da Revolução Francesa, 1789	

	ECONOMIA	RELIGIÃO	ARTES E LETRAS
1400	Prosperidade na Itália, c. 1450-c. 1550 Revolução Comercial, c. 1450-c. 1800 Viagens européias de descobrimentos, c. 1450-c. 1650	Lutero, 1483-1546 Zwingli, 1484-1531 Inácio de Loyola, 1491-1556	**Petrarca, 1304-1374** **Renascença italiana, c. 1400-c. 1550** **Masaccio, 1401-1428** **Botticelli, 1444-1510** **Leonardo da Vinci, 1452-1519** **Erasmo, c. 1467-1536** **Albrecht Dürer, 1471-1528** **Ariosto, 1474-1533** **Rafael, 1483-1520**
1500	Revolta dos Camponeses na Alemanha, 1524-1525 "Idade da Prata", c. 1540-c. 1620	Calvino, 1509-1564 Lutero ataca as indulgências, 1517 Henrique VIII da Inglaterra rompe com Roma, 1527-1534 Inácio de Loyola funda a Companhia de Jesus, 1534 Os anabatistas capturam Münster, 1534 *Instituição da Religião Cristã*, de Calvino, 1536 Calvino domina Genebra, 1541 Concílio de Trento, 1545-1563 A Paz de Augsburgo divide a Alemanha em áreas luterana e católica, 1555 Compromisso religioso elizabetano na Inglaterra, c. 1558-c.1570	**Michelângelo, 1485-1564** **Rabelais, c. 1490-1553** **Renascença no Norte, c. 1500-c. 1600** **Obras principais de Michelângelo na Capela Sistina, 1508-1512** **Peter Brueghel, c. 1525-1569** **Palestrina, c. 1525-1594** **Montaigne, 1533-1592** **El Greco, c. 1541-c. 1614** **Cervantes, 1547-1616** **Edmund Spenser, c. 1552-1599** **Shakespeare, 1564-1616** **Monteverdi, 1567-1643** **Rubens, 1577-1640** **Bernini, 1598-1680** **Velásquez, 1599-1660** **Rembrandt, 1606-1674** **Milton, 1608-1674**
1600	Declínio econômico da Itália, c. 1600-c. 1800 Apogeu do mercantilismo, c. 1600-c. 1700	Revolta dos Países Baixos, 1567-1609 Amplia-se a tolerância religiosa, c. 1650-c. 1800	**Christopher Wren, 1632-1723** **Iluminismo, c. 1680-c. 1800** **J. S. Bach, 1685-1750** **Handel, 1685-1759** **Voltaire, 1694-1778**
1700	Ampliação da agricultura científica, c. 1700-c. Apogeu do cercamento dos campos na Inglaterra, c. 1710-c. 1810 "Logro do Mar do Sol", 1720	Wesley, 1703-1789	**Arquitetura rococó, c. 1700-c. 1800** **Haydn, 1732-1809** **Mozart, 1756-1791**

Capítulo 14

A CIVILIZAÇÃO DA RENASCENÇA (c. 1350-c. 1600)

Que obra-prima é o homem! Como é nobre pela razão! Como é infinito em faculdade! Em forma de movimentos, como é expressivo e maravilhoso! Nas ações, como se parece com um anjo! Na inteligência, como se parece com um deus! A maravilha do mundo! Protótipo dos animais!

— Shakespeare,
Hamlet, II, 2

A Renascença como período de claros avanços culturais

Discordam os historiadores quanto ao fato de ter havido ou não, entre os tempos medievais e os modernos, um período perfeitamente definido que se pode chamar de "Renascença". A razão disso está em haver dúvidas quanto a se existiu alguma política ou economia verdadeiramente característica desse período. Os especialistas mais recentes acreditam que não, e argumentam que o termo "Renascença" deve ser reservado aos interessantes fatos novos ocorridos no pensamento, na literatura e nas artes entre mais ou menos 1350 e 1600. Adotaremos aqui esta posição. Quando falarmos de um período renascentista estaremos fazendo referência a uma etapa da história intelectual e cultural. Por conseguinte, este capítulo se concentrará em tendências intelectuais e artísticas.

A Renascença não foi um desenvolvimento súbito

Do ponto de vista da pesquisa histórica, o termo "Renascença" não tem grande exatidão. Ao se falar de um "renascimento", julga-se comumente que houve no século XIV uma súbita revivescência do interesse pela cultura clássica da Grécia e de Roma. Contudo, essa implicação não é rigorosamente verdadeira, pois o interesse pelos clássicos não era de modo algum raro na Idade Média. Dante, por exemplo, venerava Virgílio, e São Tomás de Aquino considerava Aristóteles como o "Filósofo".

Extensão do saber clássico além das realizações medievais

Nesse caso, o que foi a Renascença? Embora nunca dois historiadores hajam dado uma única resposta a essa pergunta, decerto sobressaem algumas características claras. Apesar do que acabamos de dizer, um aspecto nítido desse período foi o desenvolvimento do saber clássico: um desenvolvimento que não foi repentino, mas gradual e contínuo. Os estudiosos medievais conheciam muitos autores latinos, como Virgílio, Ovídio e Cícero, mas na Renascença foram descobertas e popularizadas

as obras de outros, como Tito Lívio, Tácito e Lucrécio. De importância igual, senão maior, foi a descoberta, durante a Renascença, da literatura da Grécia clássica. Nos séculos XII e XIII, os tratados científicos e filosóficos gregos foram postos à disposição dos ocidentais em traduções para o latim, mas o mesmo não aconteceu com nenhuma das obras-primas da literatura grega e praticamente nenhuma das grandes obras de Platão ainda era conhecida. Ademais, na Idade Média eram raríssimos os ocidentais capazes de ler grego. Durante a Renascença, porém, grande número de estudiosos do Ocidente aprendeu o grego e veio a dominar quase toda a herança literária grega que conhecemos hoje.

Conhecimento dos clássicos como base para novas realizações

Além disso, os antigos monumentos artísticos vieram a ser estudados com mais cuidado. Assim que os sábios, autores e artistas da Renascença se familiarizaram inteiramente com as realizações da antigüidade, basearam-se nelas para reavaliar e modificar suas próprias idéias e modos de expressão. Assim, um maior conhecimento dos clássicos contribuiu para progressos importantes nos domínios do pensamento, da literatura e da arte.

A Renascença como uma nova cultura

Conquanto o fundamento de muitas realizações da Renascença fosse o classicismo, o período não pode ser, de modo algum, medido em termos de influências gregas e latinas. O contínuo crescimento da sociedade urbana – em particular nas cidades-estados italianas – levou ao desenvolvimento de uma sociedade que se comprazia em experimentar novas idéias e em criar meios expressivos cada vez mais requintados. Esse crescimento também ajudou a criar uma cultura cada vez mais secular, embora a Igreja conservasse muito poder e influência e, na verdade, se adaptasse à propagação das cidades tornando-se ela própria mais polida. Conseqüentemente, as maiores realizações da Renascença foram partilhadas entre o laicato e o clero, com o primeiro alcançando e mantendo uma pequena vantagem sobre o segundo. As universidades, dominadas no passado pelo clero, entraram então num declínio temporário, devido à ascensão concomitante de centros seculares de saber, como academias e cortes. Fato de extrema importância, originário dessa nova orientação para o intelectualismo secular e o crescimento das cidades, foi a multiplicação de obras em vernáculo, em contraposição ao latim, a língua da Igreja. Isso não significa, porém, que obras importantes ainda não fossem escritas em latim; pelo contrário, veremos que o humanismo dependia em alto grau dessa língua antiga. No entanto, o próprio latim passou por mudanças importantes no período.

A cosmovisão renascentista

Julgava-se no passado que a Renascença fosse fundamentalmente anticristã e tivesse uma perspectiva quase "pagã", por ter sido plasmada em tão grande parte pelos clássicos antigos e pelo laicato. Tal interpretação, todavia, é hoje de todo rejeitada. Muitos dos maiores pensadores e artistas da Renascença salientavam explicitamente convicções cristãs em suas obras e a maioria dos demais tomava-as como coisas naturais. Decerto ninguém, antes de 1600, admitiria preferir os deuses gregos a Cristo, quanto mais esposar o ateísmo. Afora o denominador comum da fé religiosa, é difícil referirmo-nos a pontos de vista renascentistas comuns, uma vez que no decurso de dois séculos e meio, era forçoso que escritores e artistas diferissem enormemente em suas opiniões e perspectivas. Algumas figuras da Renascença continuaram a sustentar as tradições medievais de valorizar a esperança humana de salvação extra-

terrena e a precedência da alma sobre o corpo, enquanto outras dedicavam uma atenção mais "moderna" à vida humana neste mundo. Contudo, parece verdadeiro que tenha havido no período renascentista um surto de otimismo, de meios expressivos naturalistas e de individualismo.

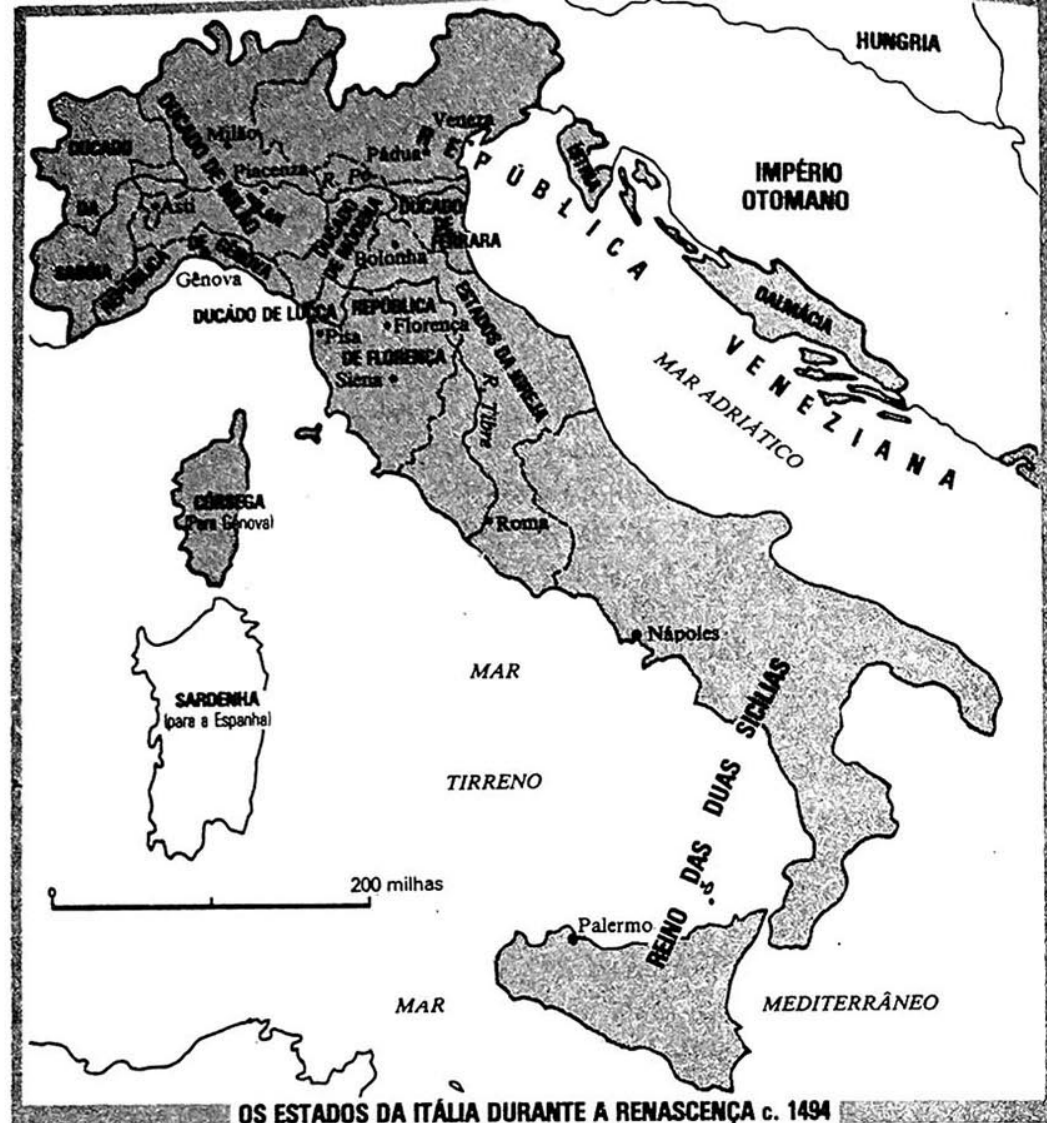
Humanismo

Uma palavra, sobre todas outras, mais se aproxima de sintetizar os mais básicos e comuns ideais intelectuais da Renascença, e essa palavra é "humanismo". O termo tem dois significados diferentes, um técnico e um geral, porém ambos se aplicam às metas e aos ideais culturais de grande número de pensadores renascentistas. Em seu sentido técnico, o humanismo era um programa de estudos que visava a substituir a ênfase da escolástica medieval na lógica e na metafísica pelo estudo da linguagem, da literatura, da história e da ética. Preferia-se sempre a literatura antiga: o estudo do latim clássico constituía o núcleo do currículo e, sempre que possível, o estudante devia passar ao grego. Os mestres humanistas afirmavam que a lógica escolástica era demasiado árida e irrelevante para a vida prática; preferiam, ao invés, as "humanidades", destinadas a tornar seus alunos virtuosos e a prepará-los para melhor servirem às funções públicas do estado. (As mulheres, como de hábito, eram em geral ignoradas, mas às vezes moças da aristocracia recebiam educação humanista, a fim de que parecessem mais polidas.) Na acepção mais lata do termo "humanismo", há uma ênfase na "dignidade do homem", considerado a mais excelente de todas as criaturas de Deus, abaixo dos anjos. Alguns pensadores da Renascença julgavam que o homem era excelente porque somente ele, dentre as criaturas terrenas, era capaz de chegar ao conhecimento de Deus; outros salientavam a capacidade do homem para dominar seu destino e viver com felicidade no mundo. De um ou outro modo, os humanistas da Renascença nutriam a firme convicação na nobreza e nas possibilidades da raça humana.

1. A RENASCENÇA DO PENSAMENTO E DA LITERATURA NA ITÁLIA

Por que a Renascença começou na Itália

Foi por diversos motivos que a Renascença teve origem na Itália. Para começar, a Itália possuía mais forte tradição clássica do que qualquer outro país da Europa ocidental. Durante toda a Idade Média os italianos haviam conseguido preservar a crença de que eram descendentes dos antigos romanos. Em certas cidades italianas ainda sobreviviam nas escolas municipais vestígios do velho sistema romano de educação. É verdade também que a Itália apresentava uma cultura mais secular do que a maioria das demais regiões da cristandade latina. As universidades italianas tinham sido fundadas basicamente para o estudo do direito ou da medicina, e não da teologia.

A história econômica italiana também desempenhou seu papel na fundamentação das realizações culturais da Renascença. Como vimos, as cidades italianas eram as maiores e as mais ricas da Europa; dispunham, pois, de mais recursos para patrocinar as artes. De início, os governos das cidades e as corporações mantinham artistas que trabalhavam em igrejas e monumentos públicos; verbas oficiais serviam também para sustentar escritores cuja função consistia em glorificar as cidades em

OS ESTADOS DA ITÁLIA DURANTE A RENASCENÇA c. 1494

cartas e discursos. Depois de mais ou menos 1450, o mecenato foi monopolizado pelo setor privado, e importantes famílias aristocráticas (por exemplo , os Sforzas em Milão, os Médicis em Florença, os Estes em Ferrara e os Gonzagas em Mântua) tornaram-se protetoras da arte e da literatura a fim de glorificarem a si próprias. Tais famílias talvez não fossem mais abastadas que as equivalentes da Europa setentrional, mas voltaram-se mais cedo para a proteção da cultura renascentista. O principal motivo disso é que sempre haviam vivido em centros urbanos – diferentemente dos aristocratas do norte, que de hábito viviam em castelos campestres ou propriedades rurais –, e portanto já se achavam imbuídas de ideais renascentistas em data mais recuada.

Lourenço de Médici. **O principal patrono da arte e da literatura no final do séc. XV.**

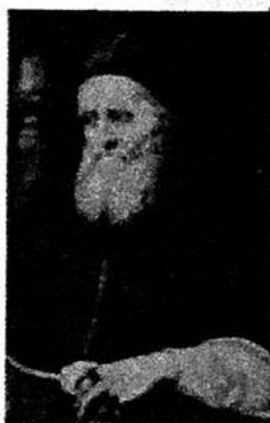
O mecenato não se restringia à esfera privada: mais ou menos por volta de 1450, o papado começou a proteger estudiosos e artistas a fim de salientar a reputação de Roma e dos Estados Pontifícios. Nicolau V (1447-1455), chamado o "papa humanista", fundou a Biblioteca do Vaticano. Foi elogiado por um contemporâneo seu pela "elevada estima que granjeou para livros e escritores em toda parte". Papas posteriores – entre os quais Alexandre VI (1492-1503), Júlio II (1503-1513), este chamado o "papa guerreiro", e Leão X (1513-1521), este o mais mundano dos papas da Renascença – contrataram os serviços dos maiores artistas de sua época, inclusive Rafael e Michelangelo, e transformaram Roma, durante alguns decênios, na incontestável capital artística do mundo.

Voltaremos à arte dentro em breve, mas antes disso examinaremos os maiores feitos dos sábios e escritores da Renascença italiana. A história da erudição e da literatura renascentistas começa forçosamente com Francesco Petrarca (1304-1374), o mais antigo dos humanistas no sentido técnico da palavra. Petrarca era um homem de profundas convicções cristãs, que acreditava que a teologia e a filosofia escolásticas seguiam um caminho inteiramente errado, pois se concentravam na especulação abstrata e não em ensinar às pessoas como se conduzirem de maneira adequada e alcançar a salvação. Ensinava ele que o escritor cristão devia acima de tudo cultivar a eloqüência literária, de modo a poder inspirar as pessoas a fazerem o bem. Para ele, os únicos modelos de verdadeira eloqüência eram encontrados nos clássicos antigos, os quais, além disso, estavam impregnados de sabedoria ética. Por isso Petrarca dedicou-se a procurar antigos textos latinos ainda não descobertos e a escrever seus próprios tratados de moral, nos quais imitava o estilo dos textos antigos e citava-lhes frases. Inaugurou, destarte, um programa de estudos "humanistas" que exerceria influência durante séculos. A Petrarca cabe também um lugar na história puramente literária, devido à sua poesia. Embora ele desse mais valor à sua poesia em latim do que aos poemas que escrevia em italiano, somente estes perduraram. Sobretudo os sonetos em italiano, mais tarde chamados sonetos petrarquianos, que ele compôs em louvor à sua amada Laura no estilo cavalheiresco dos trovadores, foram amplamente imitados em forma e conteúdo durante todo o período renascentista.

Petrarca, o primeiro humanista

Papa Júlio II. **Retrato pintado por Rafael.**

Como cristão convicto, para Petrarca o supremo ideal de conduta humana era a vida solitária de contemplação e ascetismo. Entretanto, em gerações posteriores – mais ou menos entre 1400 e 1450 – vários pensadores e sábios italianos elaboraram a alternativa habitualmente denominada "humanismo cívico". Dois dos principais humanistas cívicos foram Leonardo Bruni (c. 1370-1444) e Leon Battista Alberti (1404-1472), ambos florentinos, mas houve muitos outros. Os humanistas cívicos concordavam com Petrarca quanto à necessidade da eloqüência e do estudo da literatura clássica, mas ensinavam também que a natureza do homem o equipava para a ação, para ser útil à família e à sociedade, e para servir ao estado. Segundo entendiam, a ambição e a busca da glória constituíam impulsos nobres que deviam ser encorajados. Recusavam-se a condenar a ânsia de bens materiais, pois argumentavam que a história do progresso humano é inseparável de seu êxito na conquista do domínio sobre a terra e seus recursos. Nenhum dos humanistas cívicos era anti-religioso: na maioria, simplesmente tomavam o cristianismo como coisa natural e preocupavam-se primordialmente com assuntos terrenos. Além de divergirem de Petrarca em sua preferência pela existência ativa sobre a vida solitária ou contemplativa, os humanistas cívicos foram muito além dele no estudo da antiga herança literária. Muitos descobriram importantes textos latinos, porém muito mais importante foi o sucesso com que inauguraram o campo dos estudos gregos clássicos. Nesse empreendimento contaram com a valiosa ajuda de vários sábios bizantinos que haviam migrado para a Itália na primeira metade do século XV. Esses homens ensinavam o grego e transmitiam os feitos de seus antigos ancestrais. Com isso, inspiraram sábios italianos a fazerem viagens a Constantinopla e outras cidades do Oriente Próximo, em busca de manuscritos gregos. Em 1423, um só

Humanismo cívico

humanista italiano, Giovanni Aurispa, trouxe de volta 238 livros manuscritos, entre os quais obras de Sófocles, Eurípides e Tucídides. Foi assim que a maior parte dos clássicos gregos, em especial as obras de Platão, os dramaturgos e os historiadores, passaram ao conhecimento do mundo moderno.

Neoplatonismo da Renascença: Ficino e Pico della Mirandola

Depois de mais ou menos 1450 e até cerca de 1600, o domínio dos humanistas cívicos no mundo do pensamento italiano deu lugar à escola dos neoplatônicos, que buscavam mesclar o pensamento de Platão, Plotino e várias tendências do misticismo antigo com o cristianismo. Dentre eles destacaram-se Marsilio Ficino (1433-1499) e Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494), ambos membros da Academia Platônica, fundada por Cosimo de' Médici, em Florença. A academia era uma descosida sociedade de sábios que se reuniam para ouvir leituras e conferências. Tinham como herói inquestionável Platão: às vezes comemoravam-lhe o aniversário com um banquete em sua homenagem, após o que todos pronunciavam discursos como se fossem personagens de um dos *Diálogos*. O maior feito de Ficino foi a tradução das obras de Platão para o latim em 1469, com o que colocou-as à disposição dos europeus ocidentais pela primeira vez. É discutível se a filosofia do próprio Ficino pode ser chamada de humanista, uma vez que ele trocou a ética pela metafísica e ensinava que o indivíduo deve voltar-se primordialmente para a vida além-túmulo. Em sua opinião, "a alma imortal é sempre sofredora em seu corpo mortal". O mesmo se pode dizer em relação ao discípulo de Ficino, Giovanni Pico della Mirandola, cuja obra mais famosa é a *Oração sobre a dignidade do homem*. Com certeza, Pico não era um humanista cívico, pois via pouco valor nos assuntos públicos mundanos. No entanto, acreditava que não existe "nada mais maravilhoso do que o homem", pois acreditava que o homem tem capacidade para alcançar a união com Deus, se assim desejar.

O pensamento político de Maquiavel

Entre Petrarca e Pico della Mirandola não houve pensadores italianos de real originalidade, embora alguns sejam de interesse pela maneira como se expressaram e por terem popularizado vários temas do pensamento da antiguidade. O mesmo, contudo, não pode ser dito de Nicolau Maquiavel (1469-1527), o maior filósofo político da Itália renascentista. Maquiavel não pertencia a nenhuma escola, mas ocupa um lugar todo seu. Mais do que ninguém, ele contribuiu para virar de cabeça para baixo todas as anteriores concepções da base ética da política ou para inaugurar a desapaixonada observação direta da vida política. Em seus *Discursos sobre Lívio* ele louvou a antiga república romana como um modelo para todos os tempos. Exaltou o constitucionalismo, a igualdade, a liberdade (em relação à interferência externa), e a subordinação da religião aos interesses do estado.

Entretanto, Maquiavel escreveu também *O Príncipe*, obra que reflete a deplorável situação da Itália em sua época. Ao fim do século XV a Itália havia-se tornado arena de contendas internacionais. Tanto a França como a Itália haviam invadido a península e competiam entre si pela lealdade dos estados itálicos. Estes, por seu turno, mostravam-se com freqüência divididos pela dissensão interna, o que os tornava presa fácil para conquistadores estrangeiros. Em 1498 Maquiavel entrou a serviço da recém-fundada república de Florença, como segundo chanceler e secretário. Entre seus principais deveres contavam-se missões diplomáticas a outros estados. Numa estada em Roma, fascinou-se com

as realizações de César Bórgia, filho do papa Alexandre VI. César havia conseguido unificar um estado a partir de elementos dispersos. Observou – e aprovou – a maneira como César combinava dureza e astúcia e subordinava completamente a moralidade aos objetivos políticos. Em 1512 os Médicis voltaram para derrubar a república de Florença, e Maquiavel viu-se privado de sua posição. Tomado de decepção e amargura, passou o resto da vida no exílio, dedicando-se principalmente a escrever. Em suas obras, e particularmente em *O Príncipe*, ele descreveu as políticas e as práticas do governo, não de acordo com algum ideal elevado, mas como realmente eram. A obrigação suprema do governante, dizia ele, consiste em manter o poder e a segurança do país por ele governado. Não deveria permitir que nenhuma consideração de justiça, de misericórdia ou da santidade dos tratados lhe obstasse o caminho. Expondo uma visão cínica da natureza humana, Maquiavel sustentava que todos os homens são conduzidos exclusivamente por motivos egoístas, sobretudo por desejos de poder pessoal e de prosperidade material. Por conseguinte, jamais o chefe do estado deveria crer cegamente na lealdade ou na afeição de seus súditos. O único ideal que Maquiavel acalentava no fim da vida era a unificação da Itália. No entanto, acreditava que não haveria qualquer possibilidade de se alcançar essa meta, salvo através da violência política.

Nicolau Maquiavel.

Outras realizações literárias na Itália

Além da obra de Maquiavel, a literatura italiana produziu numerosos outros trabalhos importantes depois de 1500. Um deles foi *O Livro do Cortesão*, publicado em 1516 pelo diplomata conde Baldesar Castiglione. Essa obra descrevia vividamente a corte italiana da Renascença, com o fito de expor todas as qualidades necessárias para se tornar um "cavalheiro". Mais que qualquer outro livro, ele popularizou o ideal do típico "homem da Renascença": aquele que domina vários campos de atividades e que é, ao mesmo tempo, corajoso, espirituoso e "cortês", no sentido de civilizado e douto. O livro se tornou tão popular que foi logo traduzido para muitas línguas européias e teve mais de cem edições. De maior seriedade foi a obra do historiador Francesco Guicciardini (1483-1540). Tendo servido muitos anos como embaixador de Florença e como governador de territórios papais, Guicciardini pôde como ninguém familiarizar-se com a tortuosa vida política de seu tempo. Como historiador, seus dons principais eram a capacidade de análise minuciosa e realista e a extrema aptidão para desvendar as motivações da ação humana. Sua obra-prima foi a *História da Itália*, um relato pormenorizado e desapaixonado dos triunfos e vicissitudes daquele país entre 1492 e 1534.

Ariosto

Nem Castiglione nem Guicciardini eram escritores imaginativos, porém houve na Itália do século XVI excelentes poetas, que se destacaram sobretudo no campo do épico em vernáculo. O mais eminente dos autores de epopéias foi Ludovico Ariosto (1474-1533), que escreveu um alentado poema intitulado *Orlando furioso*. Ainda que composto principalmente de materiais colhidos nos romances de aventuras e nas lendas do ciclo de Carlos Magno, essa obra diferia radicalmente de todos os demais épicos medievais. Incorporava muita coisa derivada de fontes clássicas, não apresentava o impessoalismo do romance medieval e era totalmente despida de idealismo. Ariosto, provavelmente o maior poeta italiano depois de Dante, escrevia para fazer seus leitores rirem e para encantá-los com descrições aprazíveis do plácido esplendor da natureza

e da beleza passional do amor. Sua obra representa a desilusão da Renascença tardia, a perda da esperança e da fé, e a tendência de procurar consolo na busca de prazer estético.

2. A RENASCENÇA ARTÍSTICA NA ITÁLIA

Pintura italiana no séc. XV

A despeito dos numerosos progressos intelectuais e literários, os feitos mais duradouros da Renascença italiana realizaram-se no campo das artes plásticas. Dentre todas as artes, avultava sem dúvida a pintura. Já vimos que por volta de 1300 o gênio artístico de Giotto deixou marcas fortes na história da pintura italiana, mas não foi senão no século XV que a arte pictórica da península alcançou a maioridade. Um dos motivos disso foi que no começo do século XV descobriram-se as leis da perspectiva linear, as quais passaram a ser empregadas para proporcionar a mais plena impressão de tridimensionalidade. Além disso, os artistas do século XV experimentaram efeitos de luz e sombra (*chiaroscuro*) e pela primeira vez estudaram cuidadosamente a anatomia e as proporções do corpo humano. Também no século XV foi que o aumento da riqueza privada e o triunfo parcial do espírito secular libertaram o campo da arte, até certo ponto, da obrigação de servir à religião. Como já ficou dito, a Igreja deixou de ser a única fonte de proteção para os artistas. Conquanto ainda fosse comum a representação de episódios bíblicos, cada vez mais passaram a incluir temas não religiosos. Tornou-se freqüente então pintar retratos com o objetivo de revelar os mistérios ocultos da alma. Ao lado de pinturas destinadas a dirigir-se basicamente ao intelecto, havia outras cuja finalidade principal era deleitar a vista com cores vibrantes e beleza de formas. O século XV caracterizou-se ainda pela introdução das tintas a óleo, provavelmente originárias de Flandres. A utilização dessa nova técnica sem dúvida teve muito a ver com o progresso artístico do período. Como o óleo não seca tão depressa como o pigmento usado em afrescos, o pintor podia agora trabalhar com mais vagar, dedicando mais tempo às partes difíceis do trabalho e fazendo correções, se necessário.

A expulsão de Adão e Eva do Éden. Pintura de Masaccio, afastando-se da tradição de Giotto e introduzindo emoção e estudos psicológicos.

Eram florentinos, na maior parte, os pintores do século XV. O primeiro dentre eles foi o precoce Masaccio (1401-1428). Embora tenha vivido apenas 27 anos, Masaccio inspirou o trabalho de seus compatriotas durante um século. Sua grandeza como pintor baseia-se no êxito que ele teve em "imitar a natureza", o que se transformou em valor fundamental na pintura renascentista. Ao usar esse efeito ele empregou a perspectiva com uma força que pode ser mais bem percebida, talvez, em seu afresco da *Trindade*; também usou o *chiaroscuro* com originalidade, obtendo resultados dramáticos e comoventes. Na *Expulsão de Adão e Eva do Éden*, ele registra a vergonha e a culpa sentidas pelos protagonistas do relato bíblico.

Botticelli

Dentre os pintores que seguiram diretamente a tradição iniciada por Masaccio, o mais conhecido é o florentino Sandro Botticelli (1444-1510), que pintou tanto temas religiosos como clássicos. A obra de Botticelli prima pela representação bela e precisa de minúcias da natureza; foi mestre, por exemplo, na pintura de nus femininos. No entanto, sua principal contribuição para a pintura da Renascença deriva-se da fundamentação filosófica de grande parte de seu trabalho. Em

Florença atraiu a atenção dos Médicis, para os quais pintou muitos retratos, e ali veio a ligar-se de perto aos neoplatônicos. Duas de suas pinturas mais famosas são a *Primavera* e o *Nascimento de Vênus*, que ilustram conceitos neoplatônicos relativos à deusa clássica do amor – Vênus ou Afrodite. No fim da vida, Botticelli fez-se seguidor do padre Savonarola, que foi para Florença, proveniente de Ferrara, para pregar sermões candentes contra a vida mundana e o paganismo. É provável que a *Natividade mística* de Botticelli tenha sido pintada como conseqüência da influência de Savonarola; é uma pintura religiosa de profunda emoção, na qual ele visualiza o apocalipse. Não se sabe muito a respeito dos últimos anos de Botticelli; sua popularidade declinou e acredita-se que ele tenha morrido na pobreza.

Leonardo da Vinci

Talvez o maior dos artistas florentinos tenha sido Leonardo da Vinci (1452-1519), uma das pessoas mais talentosas e versáteis que já existiram. Leonardo, na prática, foi a personificação do "homem da Renascença": era pintor, músico, arquiteto, escritor, engenheiro e inventor. Filho ilegítimo de um advogado e de uma camponesa, foi criado pelo pai e colocado em tenra idade no estúdio de Verrocchio, um artista florentino de grande reputação. Ao chegar aos 27 anos, Leonardo montou seu próprio *atelier* em Florença e ganhou a proteção de Lourenço o Magnífico, o governante de Florença, da família Médici. No entanto, se for possível dizer que Leonardo tinha algum defeito, seria o da lentidão e da dificuldade para terminar qualquer coisa. Isso desagradava a Lourenço e outros mecenas florentinos, que encaravam um artista como pouco mais que um artífice, ao qual se encomendava uma certa obra por determinado preço e para uma certa data. Leonardo, contudo, resistia fortemente a essa concepção – para ele o artista equivalia a um filósofo. Por isso, em 1482 deixou Florença e foi para a corte dos Sforzas em Milão, onde ganhou mais liberdade para estruturar seu tempo e seu trabalho. Permaneceu ali até a invasão dos franceses em 1499; depois disso, pôs-se a vaguear pela península italiana, aceitando por fim a proteção do rei da França, Francisco I, sob cujos auspícios viveu até a morte.

A Alta Renascença: o naturalismo de Leonardo

As pinturas de Leonardo da Vinci deram início ao que é conhecido como a alta Renascença na Itália. Segundo sua concepção, a pintura devia ser a mais exata imitação possível da natureza. Leonardo trabalhava como um naturalista, baseando seu trabalho em suas próprias observações minuciosas de uma haste de capim, da asa de um pássaro, de uma cachoeira. Conseguia cadáveres humanos para dissecação – com o que estava violando a lei – e reconstruía, graficamente, os menores detalhes da anatomia, levando depois esse conhecimento para suas pinturas. Leonardo cultuava a natureza e estava convencido da presença da divindade essencial em todas as coisas vivas. Não surpreende, por isso, que fosse vegetariano, e que tivesse o costume de comprar pássaros engaiolados no mercado para soltá-los de volta em seu *habitat* nativo.

Há um consenso geral de que as obras-primas de Leonardo são a *Virgem dos Rochedos* (existente em duas versões), a *Última Ceia* e a *Mona Lisa*. A primeira delas ilustra não só sua técnica extremada, como também sua paixão pela ciência e sua concepção do universo como um conjunto ordenado. A disposição das figuras obedece a uma composição geométrica, com cada pedra e cada planta representada em minúcias. A *Ultima Ceia*, pintada nas paredes do refeitório da Igreja de Santa Maria

delle Grazie, em Milão, é um estudo de reações psicológicas. Um Cristo sereno, resignado a seu terrível destino, acabou de anunciar aos discípulos que um deles há de traí-lo. O objetivo do artista foi retratar a mistura de emoções – surpresa, horror e culpa – reveladas nos rostos dos discípulos, à medida que lentamente se dão conta do significado do anúncio do mestre. Já a terceira das obras-primas de Leonardo, a *Mona Lisa*, reflete um interesse análogo pelas várias nuanças da alma humana. Embora se trate de um retrato de uma mulher real, a esposa de Francesco del Giocondo, um napolitano, transmite mais do que fidelidade fotográfica. A seu respeito escreveu o eminente crítico de arte, Bernard Berenson: "Quem, como Leonardo, representou (. . .) o fascínio inesgotável da mulher em seus anos de viço? (. . .) Leonardo é o único artista de quem se pode dizer com perfeita literalidade: 'Nada que ele tocou deixou de se transformar em algo de eterna beleza.' "

Os pintores venezianos

O começo da alta Renascença, por volta de 1490, foi marcado também pela ascensão da chamada escola veneziana. Entre seus principais representantes estavam Giorgione (1478-1510), Ticiano (c. 1477-1576) e Tintoretto (1518-1594). O trabalho de todos esses homens refletia a vida faustosa e os interesses hedonistas de Veneza, uma florescente cidade comercial. A maioria dos pintores venezianos não tinha nenhuma das preocupações filosóficas e psicológicas que haviam caracterizado a escola florentina. Tinham como meta chegar aos sentidos, e não ao espírito. Compraziam-se em pintar paisagens idílicas e vibrantes sinfonias cromáticas. Como temas escolhiam não só a beleza opulenta dos crepúsculos venezianos e a prata tremeluzente de lagoas ao luar, como também o esplendor artificial de gemas cintilantes, cetins e veludos de cores quentes, e palácios suntuosos. Seus retratos eram, invariavelmente, imagens de ricos e poderosos. Na subordinação da forma e do significado à cor e à elegância, refletiam-se não só os gostos dispendiosos de comerciantes ricos mas também traços definidos de influência oriental, chegada de Bizâncio na Idade Média tardia.

Os pintores do fim da Renascença: Rafael

Todos os outros grandes pintores da alta Renascença trabalharam no século XVI. Foi nesse período que chegou ao apogeu a evolução da arte e também começaram a surgir os primeiros sinais de decadência. Roma era agora quase o único centro artístico importante na península italiana, embora as tradições da escola florentina ainda exercessem forte influência. Entre os pintores destacados desse período, pelo menos dois merecem mais que uma menção de passagem. Um dos mais afamados era Rafael (1483-1520), nativo de Urbino, e talvez o mais popular artista de toda a Renascença. A atração duradoura de seu estilo deve-se primordialmente a seu intenso humanismo. Rafael desenvolveu uma concepção de uma humanidade espiritualizada e enobrecida. Representava os homens não como criaturas dúbias e atormentadas, mas como seres equilibrados, sensatos e dignos. Conquanto tenha sido influenciado por Leonardo da Vinci e copiasse muitos aspectos do trabalho deste, cultivou em muito maior grau que Leonardo uma visão simbólica ou alegórica. Sua *Disputà* simbolizava a relação dialética entre a Igreja celestial e a Igreja terrena. Contra o fundo de um céu brilhante, doutores e teólogos discutem o significado da Eucaristia, enquanto santos e a Trindade repousam nas nuvens, envoltos num sagrado mistério. A *Escola de Atenas*, de Rafael, é a representação alegórica do conflito entre a filosofia platônica e a aristotélica. Platão (um retrato de

Leonardo) aponta para o céu, a fim de realçar a base espiritual de seu mundo das Idéias, ao passo que Aristóteles faz um gesto em direção à terra, ilustrando sua crença de que os conceitos ou idéias estão inseparavalmente ligados às suas corporificações materiais. Rafael é famoso também por seus retratos e Virgens. Sobretudo a estas últimas, deu uma maciez e um calor que parecia envolvê-las numa doçura e piedade completamente diferentes das Virgens enigmáticas e analíticas de Leonardo da Vinci.

Michelangelo

A última figura titânica da alta Renascença foi Michelangelo (1475-1564), de Florença. Se Leonardo era um naturalista, Michelangelo era um idealista; se aquele voltava os olhos para a natureza, a fim de registrar e reproduzir fenômenos naturais, este, que abraçara o neoplatonismo como filosofia, atentava mais às verdades metafísicas. No entanto, ambos comungavam da mesma crença de que o artista era mais que um artesão. Michelangelo era pintor, escultor, arquiteto e poeta – e expressava-se em todas essas atividades com a mesma força e de maneira semelhante. O elemento básico de todas as pinturas de Michelangelo é a figura humana, sempre poderosa, colossal, esplêndida. Se o homem e o potencial do indivíduo ocupavam o centro da cultura da Renascença italiana, então Michelangelo, que representava sem cessar a figura humana, e em particular a figura masculina, é o supremo artista da Renascença. Sua mais grandiosa realização na pintura é o teto da Capela Sistina em Roma, em que trabalhou de 1508 a 1512, a pedido do papa Júlio II. Trata-se de uma série de cenas que narram a história da humanidade, tal como consta no Velho Testamento. Contam-se entre elas *Deus dividindo a luz e as trevas, Deus criando o mundo. A criação de Adão, A criação de Eva, A embriaguez de Noé*. Trinta anos depois Michelangelo terminou o assustador e monumental *Juízo Final*, também na Capela Sistina, e em cujo centro aparece uma figura de Cristo, que lembra um Hércules pelas dimensões e pelo vigor.

No campo da escultura a Renascença italiana deu um grande salto avante, criando estátuas que não eram esculpidas como parte de colunas ou portais de igrejas ou como efígies em túmulos. Ao invés disso, pela

A escola de Atenas, de Rafael.

A criação de Adão, de Michelangelo. Um de uma série de afrescos no teto da Capela Sistina, em Roma. Sugerindo investigações filosóficas sobre o sentido da vida e o universo, representa o realismo da Renascença no apogeu.

primeira vez desde a antiguidade os escultores italianos esculpiram estátuas "em redondo". Com isso libertaram a escultura de sua subordinação à arquitetura e a transformaram numa arte independente, dedicada com freqüência a fins seculares.

A escultura renascentista

O primeiro grande mestre da escultura na Renascença foi Donatello (1386?-1466), que se livrou dos maneirismos góticos e adotou um tom individualista mais vigoroso que todos seus predecessores. Sua estátua de David triunfando sobre Golias, o primeiro nu "em redondo" desde a antiguidade, firmou um precedente de naturalismo e de glorificação do nu que por muitos anos depois os escultores haveriam de seguir. Donatello executou também a primeira estátua eqüestre monumental em bronze desde o tempo dos romanos, uma imponente representação do guerreiro Gattamelata.

David, de Donatello.

Um dos maiores escultores da Renascença italiana, e provavelmente de todos os tempos, foi Michelangelo. Com efeito, a escultura era o meio expressivo a que ele dava preferência. Apesar de seu êxito como pintor, ele não se considerava perfeitamente capacitado para aquele trabalho. Toda sua escultura era dominada pela ânsia de exprimir o pensamento na pedra. Sua arte elevava-se acima do simples naturalismo, pois ele subordinava a natureza à força e a amplidão de suas idéias. (Referiu-se, por escrito, à libertação das "formas puras" que se acham encerradas na pedra.) Entre outras características de sua obra cabe citar a distorção, para criação de efeitos fortes, e a tendência para exprimir suas idéias filosóficas em forma alegórica. Na maioria, suas obras-primas foram realizadas para a ornamentação de túmulos, em consonância com o interesse absorvente que sentia pela morte, principalmente na fase final de sua vida. Para o túmulo do papa Júlio II, que nunca chegou a ser terminado, ele esculpiu duas obras famosas, *Escravo acorrentado* e *Moisés*. A primeira, que provavelmente encerra algo de autobiográfico, representa a força e o talento reprimidos pelos grilhões do destino. A estátua de Moisés talvez seja o melhor exemplo da escultura de Michelangelo, e mostra como ele usava a distorção anatômica a fim de acentuar o efeito da intensidade emocional. Seu objetivo foi, evidente-

mente, expressar a ira do profeta diante da deslealdade dos filhos de Israel à fé dos antepassados.

Alguns outros exemplos do trabalho de Michelangelo como artista plástico produzem uma impressão ainda mais notável. Para os túmulos dos Médicis, em Florença, ele criou várias figuras alegóricas, duas das quais são conhecidas pelos títulos tradicionais de *Aurora* e *Crepúsculo*. A primeira representa uma mulher, virando e erguendo a cabeça como se despertasse de um sono sem sonhos. O *Crepúsculo* é a figura de um homem de grande força, mas que parece soçobrar sob o peso da miséria humana que o rodeia.

À medida que Michelangelo envelhecia, ele mostrou tendência para introduzir em seu trabalho um emocionalismo mais exagerado e espetaculoso, enquanto suas figuras tendiam a tornar-se mais abstratas. Isso pode ser percebido claramente na *Pietá*, que se destinava a seu próprio túmulo. A *Pietá* é uma estátua da Virgem Maria, sofrendo sobre o corpo do Cristo morto. A figura que está por trás da Virgem será, provavelmente, um auto-retrato. Talvez tenha sido apropriado que essa interpretação profunda, mas exagerada, da existência humana tenha encerrado a época renascentista da escultura.

O ecletismo da arquitetura renascentista

A arquitetura da Renascença tinha, muito mais que a escultura ou a pintura, suas raízes no passado. O novo estilo construtivo era eclético, uma mistura de elementos derivados da Idade Média e da antiguidade. No entanto, não foi o estilo grego ou o gótico que inspiraram a arquitetura da Renascença italiana, e sim o romano e o românico. Nem o estilo grego nem o romano haviam jamais encontrado solo fértil na Itália. Já o românico pôde florescer ali, uma vez que estava mais em consonância com as tradições italianas, ao passo que a persistência de uma intensa admiração pela cultura latina possibilitou uma revivescência do estilo romano. Por conseguinte, os grandes arquitetos da Renascença de modo geral se inspiraram nas igrejas e mosteiros românicos para seus riscos, copiando os motivos decorativos das ruínas da Roma antiga. O resultado foi uma arquitetura baseada na planta cruciforme – nave e transepto – e que incorporava elementos decorativos como a

São Pedro, Roma. **Construída segundo um plano de cruz quadrangular, originalmente concebido por Bramante e revisto por Michelângelo. Terminada em 1626, a igreja tem a altura total de 450 pés.**

coluna e o arco, ou a coluna e o lintel, a colunata e, freqüentemente, a cúpula. Predominavam as linhas horizontais; e embora muitos dos edifícios fossem igrejas, os ideais que exprimiam eram aqueles puramente seculares de alegria nesta vida e de orgulho pelas realizações humanas. A arquitetura renascentista dava à harmonia e à proporção muito mais ênfase que o estilo românico. Sob influência do neoplatonismo, os arquitetos italianos concluíram que as proporções perfeitas do homem refletem a harmonia do universo, e que, por conseguinte, as partes de um edifício deviam manter com as demais e com o todo a mesma relação que as partes do corpo humano. Um excelente exemplo da arquitetura da Renascença é a basílica de São Pedro em Roma, edificada sob patrocínio dos papas Júlio II e Leão X, e projetada por alguns dos mais famosos arquitetos da época, entre os quais Donato Bramante (c. 1444-1514) e Michelangelo.

3. O DECLÍNIO DA RENASCENÇA ITALIANA

Fatores políticos no declínio da Renascença italiana: a invasão francesa de 1494

Por volta de 1550 chegou ao fim a Renascença na Itália, após cerca de dois séculos de história gloriosa. Várias foram as causas de seu desaparecimento. É possível que como a principal deva-se citar a invasão francesa de 1494 e o caos que rapidamente se sucedeu. O monarca francês, Carlos VIII, governava o reino mais rico e poderoso da Europa, e a Itália parecia presa atrativa para suas ambições grandiosas. Por isso, em 1494 ele atravessou os Alpes com um exército de 30 mil soldados bem treinados. Os Médicis fugiram ante sua aproximação, deixando Florença ser logo capturada. Detendo-se apenas o suficiente para estabelecer a paz com novo governo republicano subserviente, os franceses retomaram o avanço e conquistaram Nápoles. Ao assim proceder, porém, despertaram as suspeitas dos soberanos da Espanha, que receavam um ataque contra sua própria possessão, a Sicília. Uma aliança entre a Espanha, os Estados Pontifícios, o Sacro Império Romano, Milão e Veneza forçou finalmente Carlos VIII a abandonar seu projeto. No entanto, com sua morte, Luís XII, que lhe sucedeu, repetiu a invasão da Itália, e de 1499 até 1529 a guerra foi praticamente ininterrupta na península. Alianças e contra-alianças seguiam-se umas às outras, mas tudo que conseguiam era prolongar as hostilidades. Os franceses lograram uma importante vitória em Marignano, em 1515, mas foram derrotados decisivamente pelos espanhóis em Pavia, no ano de 1525. O pior desastre deu-se em 1527, quando indisciplinadas tropas espanholas e alemãs, sob o comando nominal do monarca espanhol Carlos V, mas na verdade inteiramente descontroladas, saquearam a cidade de Roma, causando destruição irreparável. Só em 1529 foi que Carlos conseguiu finalmente ganhar controle sobre a maior parte da península italiana, encerrando por algum tempo o conflito. Uma vez vitorioso, Carlos V seguiu o princípio de restaurar príncipes favoritos como governantes dos estados italianos. Continuavam a presidir suas cortes, proteger as artes e a ornamentar suas cidades com edifícios suntuosos, mas na verdade eram títeres espanhóis, e ficou claro que haviam chegado ao fim os grandes dias da Itália.

Aos desastres políticos somou-se o declínio da prosperidade italiana. Ao que parece, isto não trouxe grandes problemas senão depois de

1600, mas o deslocamento das rotas comerciais do Mediterrâneo para o Atlântico, após a descoberta da América, estava fadado a acabar exercendo seu efeito. Aos poucos as cidades italianas perderam a supremacia como centros do comércio mundial. A prosperidade que haviam desfrutado, e que decorria do monopólio do comércio com o Oriente, havia sido uma das principais influências vivificantes para sua brilhante cultura. Exauria-se agora uma importante fonte de força. (O efeito dessa "Revolução Comercial" constitui o tema do capítulo 16.)

Declínio econômico

Uma causa final do declínio da Renascença italiana foi a Reforma Católica. Durante o século XVI a Igreja Católica procurou por todos os meios exercer firme controle sobre o pensamento e a arte, como parte de uma campanha de combate ao mundanismo e à propagação do protestantismo. Em 1542 foi criada a Inquisição romana; em 1559 o papa Paulo IV divulgou o primeiro Índice dos Livros Proibidos (*Index librorum prohibitorum*). Os efeitos da interferência eclesiástica na vida artística foram devastadores. A obra-prima de Michelangelo na Capela Sistina, o *Juízo Final*, ainda que inspirada pela filosofia da Reforma Católica, foi criticada por alguns fanáticos, que afirmavam que ela lembrava um bordel, por mostrar um excesso de corpos nus. Por isso, o papa Paulo IV determinou a um artista de segundo plano que acrescentasse roupas às figuras, sempre que possível. O mais notório exemplo da censura da Inquisição contra a livre especulação intelectual foi o disciplinamento do grande cientista Galileu, cujos feitos teremos oportunidade de analisar mais detidamente adiante. Em 1616 o Santo Ofício de Roma condenou a nova doutrina astronômica, segundo a qual a Terra gira em torno do Sol, como "tola, absurda, filosoficamente falsa e formalmente herética". Por conseguinte, a Inquisição investiu imediatamente contra Galileu quando em 1632 ele publicou uma brilhante defesa do sistema heliocêntrico. Não tardou para que a Inquisição fizesse Galileu retratar-se de seus "erros" e o condenou à prisão domiciliar pelo resto de seus dias. Galileu não se dispôs a arrostar a morte por suas convicções, mas após ter-se retratado publicamente de sua afirmação de que a Terra gira em torno do Sol, consta que ele teria murmurado "Mesmo assim, ela gira". Não é de surpreender que Galileu tenha sido o último italiano a fazer uma grande contribuição para o desenvolvimento da astronomia e da física até os tempos modernos. Não se pense, porém, que a vida cultural e artística tenha sido completamente extinta na Itália do século XVII. Pelo contrário, foi nessa época que nasceu e floresceu em Roma, sob auspícios da Igreja, um importante estilo novo de arquitetura e escultura – o barroco. Também os músicos italianos fizeram avanços ininterruptos do século XVI ao XIX. No entanto, nada que parecesse ameaçar a Igreja era tolerado e não mais se vislumbrava o espírito livre da cultura renascentista.

A Reforma Católica

4. A RENASCENÇA NO NORTE

Era inevitável que depois de aproximadamente 1500, a Renascença, que começara na Itália, se espalhasse para outros países. Durante todo o século XV um fluxo interminável de estudantes da Europa setentrional havia-se dirigido para a Itália, a fim de estudar em universidades como a de Bolonha ou Pádua, e de vez em quando alguns italianos viajavam

Difusão da Renascença fora da Itália

também, transpondo os Alpes. Tais intercâmbios contribuíam para disseminar idéias, mas só depois de 1500 foi que a maior parte da Europa setentrional tornou-se próspera o bastante, bem como politicamente estável, para oferecer um ambiente verdadeiramente propício ao cultivo generalizado da arte. Acresce que os intercâmbios intelectuais tornaram-se muito mais intensos depois de 1494, quando a França e a Espanha começaram a lutar nos campos da Itália. Em conseqüência, um número cada vez maior de europeus do norte começaram a tomar conhecimento do que os italianos vinham realizando (as forças espanholas não provinham apenas da Espanha, mas também da Alemanha e dos Países Baixos). Posteriormente, também importantes pensadores e artistas italianos, como Leonardo da Vinci, começaram a fazer parte dos séquitos de reis ou aristocratas do norte. Assim, a Renascença tornou-se um movimento internacional e continuou vigoroso no norte, mesmo depois de haver começado a declinar em seu solo nativo.

Caráter da Renascença no norte da Europa

Não cabe supor, porém, que fora da Itália a Renascença fosse idêntica à que floresceu na Itália. No norte da Europa, ela teve sobretudo um caráter menos secular. É difícil explicar os motivos disso com exatidão, mas pode-se aventar várias hipóteses. Uma é que a Itália sempre tivera uma sociedade urbana mais vigorosa e independente que o norte. Mesmo durante a Idade Média as cidades italianas haviam mantido um sistema de ensino mais secular, a fim de educar os jovens para o comércio, o direito e os negócios públicos municipais. Como os italianos podiam ver ruínas romanas à toda sua volta, também se familiarizaram, em data mais recuada, com a tradição clássica. Isto, por sua vez, permitiu-lhes adquirir um vocabulário mais secular e estimulou um maior interesse pela representação de temas não cristãos na arte. O norte, por outro lado, sempre voltara a atenção para os estudos teológicos e se impregnara mais profundamente de misticismo religioso. A cultura renascentista setentrional nunca foi predominantemente teológica ou mística mas realmente deu à religião maior realce que sua progenitora, a Renascença italiana.

O âmbito limitado da Renascença alemã

Um dos primeiros países a receber em cheio a influência do movimento humanístico italiano foi a Alemanha. Era natural que isso acontecesse, não só devido à proximidade dos dois países, mas também à migração contínua de estudantes alemães para as universidades italianas. No entanto, não foi profunda a influência desse humanismo. Não se pode dizer quais teriam sido os resultados se a Alemanha não fosse tão cedo lançada no torvelinho da luta religiosa. A verdade, no entanto, é que a revolução protestante excitou paixões extremas de ódio e intolerância, inimigos inevitáveis do ideal humanístico. Valorizou-se então a fé, ao passo que tudo que se assemelhasse ao culto do homem ou à reverência pela antiguidade pagã era quase certamente considerado obra do demônio.

O humanismo alemão

Fixar uma data para o início da Renascença alemã é tarefa quase impossível. Em algumas cidades prósperas do sul, como Augsburgo, Nuremberg, Munique e Viena, houve um vigoroso movimento humanista, importado da Itália, desde 1450. No começo do século XVI, já se espalhara para outras cidades. Seus representantes mais notáveis foram Ulrich von Hutten (1488-1523) e Crotus Rubianus (1480-1539). Como foi típico do movimento humanista alemão, ambos se interessavam menos pelos aspectos literários do humanismo do que por suas possibili-

dades como expressão de protesto religioso e político. Von Hutten, especialmente, usou seus dotes de escritor para satirizar o mundanismo e a cobiça do clero e para proferir tremendas diatribes em defesa do povo alemão contra seus inimigos. Tratava-se de um rebelde, encolerizado contra quase todas as instituições da ordem estabelecida.

As Cartas de homens obscuros

A principal credencial de von Hutten e Rubianus para a celebridade é a autoria das *Cartas de homens obscuros*, de 1515, uma das sátiras mais espirituosas que se pode encontrar na história da literatura. Essa obra foi escrita como parte de uma campanha de propaganda em favor de um humanista chamado Johann Reuchlin, que desejava levar avante seu estudo das obras hebraicas, sobretudo do Talmude. Quando teólogos da Universidade de Colônia e o inquisidor-geral alemão desejaram que fossem destruídos todos os escritos hebraicos existentes na Alemanha, Reuchlin e seu grupo opuseram-se intensamente a isso. Quando ficou claro que os argumentos racionais nada estavam conseguindo, os amigos de Reuchlin resolveram fazer uso do ridículo. Rubianus e Hutten publicaram uma série de cartas, escritas num latim deliberadamente deficiente, e que teriam sido redigidas por adversários de Reuchlin, da Universidade de Colônia. Deram-lhes nomes ridículos como Ziegenmelker (ordenhador de cabras), Honiglecker (papa-mel) e Mistlader (carregador de esterco), e eram apresentados como imbecis letrados que manifestavam um absurdo literalismo religioso ou uma grotesca erudição. Heinrich Chafmaul (boca de carneiro), pretenso autor de uma das cartas, confessava-se apavorado com a possibilidade de haver cometido pecado mortal ao comer, na sexta-feira, um ovo que continha um pinto. O autor de uma outra dessas cartas jactava-se da brilhante "descoberta" de que Júlio César não poderia ter escrito os *Comentários sobre as guerras gaulesas*, pois estivera ocupado demais com suas operações militares para se dedicar ao estudo do latim. Ainda que imediatamente proibidas pela Igreja, essas cartas circularam e tiveram uma legião de leitores. É até possível que tenham ajudado a preparar o caminho para a revolução protestante na Alemanha.

Pintura alemã: Dürer

Na arte, a Renascença alemã limitou-se à pintura e à gravura, representadas principalmente pelos trabalhos de Albrecht Dürer (1471-1528) e Hans Holbein (1497-1543). Ambos esses artistas sofreram profunda influência das tradições italianas, ainda que se note em sua obra uma boa dose do sombrio realismo do espírito germânico. As pinturas mais conhecidas de Dürer são *A adoração dos Magos, Os quatro Apóstolos* e *O Cristo crucificado*. O último é um estudo de trágico desespero. Mostra o corpo de Jesus estendido sobre a cruz, tendo como fundo um céu negro e sinistro. O bruxuleio de luz no horizonte não faz mais que intensificar o efeito sombrio da cena. Certas gravuras mais conhecidas de Dürer também possuem as mesmas características. Sua *Melancolia* representa uma figura de mulher, uma personificação do temperamento criativo, meditando sobre a natureza limitada da criatividade e do conhecimento humanos, cercada pelos instrumentos tradicionais do saber, que parecem inúteis.

Hans Holbein o Moço, o outro grande artista da Renascença alemã, ficou célebre sobretudo por seus retratos e desenhos. Os retratos que fez de Erasmo e de Henrique VIII da Inglaterra contam-se entre os mais famosos do mundo. Excelente exemplo de seus desenhos é o chamado *Cristo na sepultura*. Mostra o corpo de Jesus, com os olhos saltados e a

boca entreaberta, tão abandonado na morte quanto o cadáver de um criminoso comum. O propósito do artista foi expressar a extrema degradação que Cristo havia sofrido pela redenção do homem. No fim da vida Holbein fez também muitos quadros religiosos, satirizando os abusos da Igreja Católica, que eram vistos como a principal justificativa da revolução protestante. Foi ele um dos poucos artistas de vulto a dedicar seu talento à causa protestante.

Erasmo

A história da literatura e da filosofia renascentista nos Países Baixos começa e acaba como Desidério Erasmo (1467?-1536), aclamado universalmente como o príncipe dos humanistas. Filho de um padre e de uma criada, Erasmo nasceu perto de Rotterdam. Em sua primeira educação foi favorecido com a excelente instrução ministrada na escola dos "Irmãos da Vida Comum"; após a morte do pai e da mãe, seus tutores o colocaram num mosteiro. Aí o pequeno Erasmo encontrou pouca religião ou instrução formal, mas gozou de bastante liberdade para ler o que quisesse. Devorou todos os clássicos em que pôde pôr as mãos e as obras de muitos dos padres da Igreja. Quando contava mais ou menos 30 anos, obteve permissão para deixar o mosteiro e matricular-se na Universidade de Paris, onde completou o curso e recebeu o grau de bacharel em teologia. No entanto, mais tarde Erasmo revoltou-se contra aquilo que considerava o saber árido da escolástica parisiense. Em uma de suas obras da maturidade, relata o seguinte diálogo: "P. Donde vens? R. do Colégio de Montaigu. P. Ah, deves então estar carregado de sapiência. R. Não, de piolhos." Erasmo nunca exerceu as funções ativas do sacerdócio, preferindo, em lugar disso, ganhar a vida ensinando e escrevendo. Pela contínua leitura dos clássicos elaborou um estilo latino tão notável pela finura e delicadeza, que tudo quanto escrevia era lido por um vasto público. Mas o amor de Erasmo pelos clássicos não provinha de um interesse pedante. Admirava-os porque davam expressão aos próprios ideais de tolerância e humanitarismo que ocupavam lugar tão alto em seu próprio espírito. Estava disposto a acreditar que pagãos como Cícero e Sócrates mereciam muito mais o título de santos do que muitos cristãos canonizados pelo papa. Erasmo morreu em Basiléia, depois de uma vida longa e dedicada, sem vacilações, à defesa do estudo, dos altos padrões de gosto literário e da vida moderada. É considerado como o homem mais civilizado de sua época.

O pensamento tolerante de Erasmo

Como filósofo do humanismo, Erasmo foi a encarnação dos mais altos ideais da Renascença no norte da Europa. Convencido da bondade inata do homem, acreditava que toda miséria e injustiça acabariam por desaparecer se fosse permitido à pura luz da razão penetrar nas cavernas escuras da ignorância, da superstição e do ódio. Não sendo de modo algum um fanático, pregava uma atitude liberal, razoável e conciliatória, em lugar da feroz intolerância ante o mal. Repugnavam-lhe a violência e a paixão da guerra, fosse entre sistemas, classes ou nações. Grande parte de seus ensinamentos e escritos foi dedicada à causa da reforma religiosa. Chocavam-no o cerimonial e as extravagâncias supersticiosas da vida católica no século XVI. No entanto, não se coadunava com seu temperamento levantar uma cruzada contra eles. Procurava, antes, por meio da branda ironia e ocasionalmente pela sátira ferina, expor o irracionalismo em todas as suas formas e propagar uma religião humanista de piedade simples e conduta nobre, baseada no que chama "filosofia de Cristo". Ainda que sua crítica à fé católica tenha tido

algum efeito no sentido de apressar a revolução protestante, Erasmo deplorava a intolerância dos luteranos. Não tinha, outrossim, grande simpatia pela revivescência científica de seu tempo. Como a maioria dos humanistas, acreditava que dar demasiada importância à ciência significaria promover um grosseiro materialismo e afastar o interesse dos homens da influência nobilitante da literatura e da filosofia. As obras mais conhecidas de Erasmo são *Elogio da loucura* (na qual satirizou o pedantismo e o dogmatismo dos teólogos, bem como a ignorância e a credulidade das massas), os *Colóquios* e o *Manual do cavaleiro cristão*, nos quais condenou o cristianismo eclesiástico e se bateu pela volta aos ensinamentos simples de Jesus, "que nada mais nos ordenou senão o amor ao próximo". Numa obra menos famosa, porém brilhante, intitulada *A lamentação da paz*, Erasmo exprimiu seu horror à guerra e o desprezo pelos príncipes despóticos.

Pintura nos Países Baixos: Brueghel

A arte dos Países Baixos durante o período da Renascença teve como seu grande nome Peter Brueghel o Velho (c. 1525-1569). Brueghel passou alguns anos na Itália estudando as realizações dos mestres renascentistas daquele país, mas sua obra nunca deixou de ser nitidamente flamenga, tanto em conteúdo como em estilo. Manteve ele a tradição de anteriores artistas de Flandres, como os Van Eycks, ao pintar de maneira realista cenas da vida cotidiana, mas foi um dos primeiros artistas a atentar para a vida dos camponeses. Embora jamais lhes idealizasse a rudeza, sua atitude com relação a eles era decididamente de simpatia. À primeira vista muitas de suas pinturas dão a impressão de que procuram tão-somente recapturar o mundo da natureza e os seres humanos sem qualquer comentário, porém um exame mais atento em geral mostra que as aparências iniciais são ilusórias. Na verdade, Brueghel era, claramente, uma pessoa profundamente moralista e religiosa. Seu quadro *Terra de Cocanha*, que representa pessoas gordas reclinadas em lânguido estupor após um festim, visa a mostrar, sem qualquer dúvida, que estão vivendo num paraíso ilusório. Outra de suas grandes obras, *O massacre dos inocentes*, alcança elevado nível emocional, ao condenar a guerra e a brutalidade. À distância, tem-se a impressão de que o quadro representa apenas uma cena invernal de uma cidade flamenga coberta de neve, mas na verdade, soldados violentos estão metodicamente arrombando casas e chacinando crianças. Os aldeões não têm como detê-los, e o artista parece estar a dizer: da mesma forma como aconteceu no tempo de Cristo, isso acontece ainda hoje.

A Renascença na França: Rabelais

Na França, ao tempo da Renascença, houve realizações notáveis na literatura e na filosofia, ilustradas especialmente pelas obras de François Rabelais (1490?-1553) e Michel de Montaigne (1533-1592). Tal como Erasmo, Rabelais foi educado como monge, mas logo depois de tomar ordens deixou o mosteiro para estudar medicina na Universidade de Montpellier. Terminou o curso que habilitava ao grau de bacharel no curto espaço de seis semanas e doutorou-se mais ou menos cinco anos depois, tendo nesse meio tempo servido como médico público em Lyon, além de ensinar e editar obras médicas. Parece que desde o início entremeou suas atividades profissionais com tentativas literárias desta ou daquela ordem. Escreveu almanaques para o povo, sátiras contra charlatães e astrólogos, bem como caricaturas de superstições populares. Em 1532 Rabelais publicou a primeira edição do *Gargântua*, que mais tarde revisou e acresceu de outro livro, intitulado *Pantagruel*. Gargântua

O massacre dos inocentes. Este quadro de Brueghel mostra como a arte pode ser usada como uma forma de comentário social.

e Pantagruel eram, originalmente, os nomes de lendários gigantes medievais, famosos por sua força prodigiosa e seu enorme apetite. O relato que Rabelais fez de suas aventuras serviu como veículo para seu humor vigoroso e sem peias e para a expressão de sua filosofia de exuberante humanismo. Numa linguagem que está longe de delicada, ele satirizava as práticas da Igreja, ridicularizava a escolástica, zombava das superstições e punha a nu todas as formas de hipocrisia e de repressão. Nenhum homem da Renascença mostrou um individualismo tão radical ou revelou maior zelo em glorificar o humano e o natural. Para ele, todos os instintos do homem eram sãos, contanto que não se voltassem para tiranizar outros homens. Sua famosa descrição da abadia de Thélème, construída por Gargântua, pretendia mostrar o contraste entre sua concepção de liberdade e o ideal ascético cristão. Em Thélème não havia relógio que concitasse aos deveres, nem votos de celibato ou de perpétua submissão. Os monges podiam retirar-se quando quisessem, mas enquanto lá permanecessem, moravam juntos, "de acordo com sua livre vontade e prazer. Levantavam-se da cama quando queriam; comiam, bebiam, trabalhavam e dormiam quando bem lhes aprazia e para tal se sentiam dispostos. Ninguém os acordava ou os constrangia (...) pois Gargântua assim estabelecera. Em toda sua Regra e na mais rigorosa norma da ordem não havia senão uma única cláusula: *Faze o que quiseres.*"

Rabelais

Michel de Montaigne foi um homem de temperamento e formação bem diferentes. Seu pai era católico; sua mãe, uma judia convertida ao protestantismo. Quase desde o dia do nascimento submeteram o filho a um meticuloso sistema de educação. Todas as manhãs era acordado por

uma música suave e atendido durante todo o dia por criados proibidos de falar outra língua senão o latim. Aos seis anos de idade já possuía preparo suficiente para entrar no Colégio de Guienne, em Bordéus, e aos 13 iniciou o estudo do direito. Depois de praticar a advocacia por algum tempo e de exercer vários cargos públicos, aos 37 anos retirou-se para seu morgado, a fim de consagrar o resto da vida ao estudo, à contemplação e ao cultivo das letras. Como sempre fora de saúde delicada, achou então mais necessário do que nunca poupar as forças. Além disso, sentia-se chocado com os rancores e a discórdia que via em torno de si e por essa razão ansiava por encontrar um refúgio no mundo da reclusão intelectual.

O pensamento de Montaigne: (1) ceticismo

Montaigne

As idéias de Montaigne estão contidas em seus famosos *Ensaios*, escritos durante os anos de retiro. A essência de sua filosofia é o ceticismo em relação a qualquer dogma ou verdade definitiva. Conhecia por demais a diversidade das crenças entre os homens, a babel de costumes estranhos revelados pelas descobertas geográficas e as conclusões perturbadoras da nova ciência para aceitar a idéia de que qualquer seita pudesse ter a posse exclusiva da "verdade revelada de uma vez por todas aos santos". Parecia-lhe que a religião e a moral eram tanto produtos do costume quanto a moda de vestuários ou os hábitos alimentares. Pensava que Deus é incognoscível e que é tão tolo "lastimar que não vivamos daqui a cem anos como seria lastimar que não tenhamos vivido há cem anos atrás". Os homens deviam ser encorajados a desprezar a morte e a viver de maneira nobre e humana nesta vida, ao invés de piedosamente almejar uma existência no além-túmulo. Montaigne era tão cético em relação a pressupostos de verdade final em filosofia quanto em ciência. As conclusões da razão, ensinava ele, são às vezes falazes e os sentidos nos enganam com freqüência. Quanto mais depressa os homens se convencerem de que não existe certeza em parte alguma, mais oportunidade terão de escapar à tirania que nasce da superstição e da hipocrisia. O caminho da salvação está na dúvida, não na fé.

(2) tolerância

Um segundo elemento da cosmovisão de Montaigne era a tolerância. Não podia ver diferença real entre a moral dos cristãos e a dos infiéis. Todas as seitas, observava, atacam as demais com a mesma ferocidade, exceto quanto a "não haver ódio tão absoluto quanto aquele que é cristão". Tampouco via qualquer valor em cruzadas ou em revoluções que se propusessem destruir um sistema para estabelecer outro. Em seu modo de ver, todas as instituições humanas eram quase tão fúteis umas como as outras, pelo que lhe parecia uma loucura tomarem-nas os homens tão a sério que se empenhassem em guerras para substituir esta por aquela. Nenhum ideal, afirmava, vale a queima de nosso próximo. Em sua atitude no tocante às questões éticas, Montaigne não era um defensor tão grosseiro da carnalidade quanto Rabelais, muito embora não tivesse qualquer simpatia pelo ascetismo. Parecia-lhe ridículo que o homem tentasse negar sua natureza física e pretendesse desvalorizar tudo quanto se relacionasse com os sentidos. "Sentemo-nos no mais alto trono do mundo", declarara, "e ainda estaremos sentados sobre o nosso próprio traseiro". Mas, a despeito de sua atitude basicamente negativa, Montaigne fez mais bem ao mundo do que muitos de seus contemporâneos, que fundaram novas fés ou inventaram novas desculpas para que monarcas absolutos escravizassem os súditos. Não só o ridículo de que

cobriu a caça às bruxas ajudou a apagar as chamas dessa histeria cruel, como também a influência de seus ensinamentos céticos não teve efeito menor no combate ao fanatismo em geral e na preparação do caminho para uma tolerância mais ampla no futuro.

Apesar dos intensos interesses estéticos dos franceses, patenteados pelo modo como aperfeiçoaram a arquitetura gótica durante a Idade Média, os feitos de seus artistas durante a época renascentista tiveram importância relativamente menor. Houve algum progresso na escultura e um progresso modesto na arquitetura. Foi nessa época que se construiu o Louvre, onde antes ficava um edifício do mesmo nome, ao passo que numerosos castelos edificados por todo o país representaram uma tentativa que, em maior ou menor grau, combinou a graça e a elegância do estilo italiano com a solidez do castelo medieval. Tampouco viu-se a ciência inteiramente negligenciada, conquanto as grandes realizações tenham sido escassas.

Motivos do retardamento da Espanha na Renascença

Durante o século XVI e o início do XVII a Espanha refulgiu no auge de sua glória. Suas conquistas no hemisfério ocidental proporcionaram riquezas aos nobres e mercadores espanhóis e lhe deram uma posição na vanguarda dos estados europeus. Não obstante esses fatos, a nação espanhola não foi uma das vanguardeiras da cultura renascentista. A longa guerra com os mouros engendrara um espírito de carolice e a posição da Igreja era fortíssima, ao passo que a expulsão dos judeus, em fins do século XV, privara o país de uma soma de talento que lhe fazia imensa falta. Por esses motivos, a Renascença espanhola se limitou a um pequeno número de realizações no campo da pintura e da literatura, ainda que algumas delas igualassem em valor as melhores produzidas em outros países.

O caráter da pintura espanhola: El Greco

A pintura espanhola viu-se profundamente marcada pela acerba luta entre cristãos e mouros. Exprimiu, por isso, uma intensa preocupação com a religião e com temas angustiosos e trágicos. Seus fundamentos eram medievais, com a mescla de certas influências de Flandres e da Itália. O mais talentoso artista da Renascença espanhola não foi, porém, um espanhol, mas um imigrante, vindo da ilha de Creta. Seu verdadeiro nome era Domingos Theotocopuli, mas é comumente chamado El Greco (1541?-1614?). Depois de estudar por algum tempo com Ticiano em Veneza, El Greco estabeleceu-se em Toledo, aproximadamente em 1575, e ali viveu até a morte. Por temperamento um inflexível individualista, ele parece ter sofrido pequena influência das cores ricas e da sensualidade da escola veneziana. Em lugar disso, quase toda sua arte se caracteriza pelo emocionalismo, pela tragédia febril ou por arrebatadas fugas para o sobrenatural e o místico. Pintou muitas vezes figuras esquálidas e de aspecto ascético; suas cores são, às vezes, frias e severas, enquanto as cenas de sofrimento e morte parecem armadas deliberadamente para dar uma impressão de horror. Entre suas obras mais famosas estão *O enterro do conde de Orgaz*, *Pentecostes* e *A visão apocalíptica*. Melhor do que qualquer outro artista, El Greco exprimiu o inflamado zelo do povo espanhol durante o auge da Inquisição.

Teatro espanhol

A literatura da Renascença espanhola apresenta tendências em comum com as da pintura. Isso é particularmente verdadeiro no que tange ao teatro, que com freqüência assumia a forma de peças alegóricas que descrevem o mistério da transubstanciação ou apelam para alguma paixão de fervor religioso. Outras produções dramáticas versavam sobre

temas de orgulho político ou de aventuras. O mais alto representante dos dramaturgos espanhóis é Lope de Vega (1562-1635), o mais prolífico autor de peças teatrais que o mundo literário já conheceu. Ao que se acredita, escreveu nada menos de 1500 comédias e mais de 400 alegorias religiosas. Desse total chegaram aos nossos dias cerca de 500 obras: Seus dramas seculares podem ser divididos em duas classes principais: 1) as peças de "capa e espada", que pintam intrigas violentas e exageram os ideais de honra das classes superiores; e 2) as peças de grandeza nacional, que celebram as glórias da Espanha no seu auge e representam o rei como o protetor do povo contra uma nobreza viciosa e degenerada.

Cervantes

Poucos negarão que o mais bem dotado escritor da Renascença espanhola tenha sido Miguel de Cervantes (1547-1616). Sua grande obra-prima, o *Dom Quixote*, já foi até dada como "incomparavelmente o melhor romance já escrito". Composto nas melhores tradições da prosa satírica espanhola, conta as aventuras de um fidalgo espanhol, Dom Quixote, que ficou meio desequilibrado em virtude da leitura constante de romances de cavalaria. Com a mente cheia de toda espécie de aventuras fantásticas, parte finalmente, aos 50 anos, pela estrada incerta da vagabundagem cavaleirosa. Imagina que moinhos de vento são gigantes enfurecidos, e que rebanhos de ovelhas são exércitos de infiéis, cabendo-lhe o dever de desbaratá-los com a lança. Em sua imaginação enferma, toma estalagens por castelos e as criadas que nelas servem por damas galantes perdidas de amor por ele. Posta em contraste com o ridículo cavaleiro andante, há a figura do fiel escudeiro Sancho Pança. Este representa o ideal do homem prático, com os pés na terra e satisfeito com os prazeres concretos de comer, beber e dormir. Todo o livro é uma sátira pungente da cavalaria e do feudalismo, em particular das pretensões dos nobres como campeões da honra e do direito. Sua enorme popularidade foi uma prova cabal de que a civilização medieval estava quase totalmente extinta, mesmo na Espanha.

O Dom Quixote

A Inglaterra, tal como a Espanha, gozou de uma idade áurea no século XVI e começos do XVII. Embora ainda não estivesse fundado seu grande império colonial, começara, não obstante, a colher enormes lucros com a produção de lã e o comércio com o continente. Seu governo, consolidado recentemente sob os Tudors, estava incrementando a prosperidade dos comerciantes. Através da eliminação dos mercadores estrangeiros, da concessão de favores à navegação inglesa e da negociação de acordos comerciais recíprocos, as classes mercantis inglesas desfrutavam excepcionais vantagens sobre suas rivais de outros países. Para o florescimento de uma brilhante cultura na Inglaterra contribuíram também o desenvolvimento de uma consciência nacional, o despertar do orgulho do poder estatal e a expansão do humanismo vindo da Itália, da França e dos Países Baixos. Não obstante, a Renascença inglesa limitou-se principalmente à literatura; as belas-artes não floresceram.

Fundamentos econômicos e políticos da Renascença na Inglaterra

Os primeiros escritores da Renascença inglesa podem ser descritos simplesmente como humanistas. Conquanto não desprezassem o valor dos estudos clássicos, interessavam-se acima de tudo pelos aspectos mais práticos do humanismo. Na maioria, desejavam um cristianismo mais simples e mais racional e almejavam um sistema educativo liberto do domínio da lógica escolástica. Outros preocupavam-se precipuamente

Os primeiros humanistas ingleses; Thomas More

com a liberdade individual e a correção dos abusos sociais. O maior desses primeiros pensadores foi Sir Thomas More (1478-1535), julgado pelos humanistas de sua época como "superior a todo o seu povo". Depois de uma brilhante carreira como advogado e presidente da Câmara dos Comuns, foi nomeado em 1529 Lord Chanceler (presidente da Câmara dos Pares). Não muito tempo depois disso, incorreu no desfavor de Henrique VIII. More era leal ao universalismo católico e não simpatizava com a intenção do rei de estabelecer uma igreja nacional sob o domínio do estado. Quando, em 1534, recusou-se a prestar o Juramento da Supremacia, o qual reconhecia o rei como chefe da Igreja da Inglaterra, More foi encerrado na Torre de Londres. Um ano depois foi julgado, com testemunhos forjados, condenado e decapitado. A filosofia de More está contida em sua *Utopia*, publicada em 1516. Esse livro, que passa por ser uma descrição de uma sociedade ideal numa ilha imaginária, é na realidade uma denúncia dos terríveis abusos da época – a pobreza e a riqueza imerecidas, as punições drásticas, a perseguição religiosa e a matança insensata da guerra. Os habitantes de Utopia possuíam todos os seus bens em comum, trabalhavam somente seis horas por dia, de modo que tivessem tempo para atividades intelectuais e para a prática das virtudes naturais da sabedoria, moderação, fortaleza e justiça. Ali o ferro é o metal precioso "porque é útil", a guerra e a vida conventual foram abolidas e toleram-se todos os credos que reconheçam a existência de Deus e a imortalidade da alma. A despeito da crítica que se faz à obra, de ser conservadora em muitos aspectos, parece justificada a conclusão de que os ideais de humanidade e de tolerância de More estavam consideravelmente além daqueles da grande maioria dos homens de sua época.

Sir Thomas More. Retrato da autoria de Hans Holbein o jovem.

A literatura da Renascença inglesa

Se qualquer diferença essencial houve entre a literatura inglesa da Renascença e a produzida na última fase da Idade Média, essa diferença consistiu num individualismo mais audaz, num sentido mais forte de orgulho nacional e num interesse mais profundo pelos temas de importância filosófica. O primeiro grande poeta depois da época de Chaucer foi Edmund Spenser (1552?-1599). Suma criação imortal, *The Faerie Queene*, é uma colorida epopéia da grandeza da Inglaterra nos dias da rainha Elizabeth I. Ainda que escrito sob a forma de alegoria moral, para exprimir o desejo de uma volta, por parte do autor, às virtudes da cavalaria, celebra também a alegria da vitória e muito da exaltação de viver típica do humanismo renascentista.

Os dramaturgos elizabetanos; Marlowe

No entanto, as mais esplêndidas realizações dos ingleses na época elizabetana pertencem ao teatro. Desde os tempos dos gregos, a composição de tragédias e comédias não atingia ponto tão alto quanto o alcançado na Inglaterra no século XVI e começos do XVII. Em especial depois de 1580, surgiu uma plêiade de teatrólogos cujo trabalho sobrepujou tudo quanto seus predecessores haviam produzido durante dois mil anos. Incluem-se nessa plêiade luminares como Christopher Marlowe (1564-1593), John Webster (c. 1580-c. 1625), Ben Jonson (1573?-1637) e William Shakespeare (1564-1616), dos quais o primeiro e o último são os mais importantes para o historiador. Melhor que qualquer outro em sua época, Christopher Marlowe sintetizava o egoísmo insaciável da Renascença – o perpétuo anseio da plenitude da vida, de um conhecimento e uma experiência ilimitadas. Sua existência, breve mas tempestuosa, foi uma sucessão de aventuras escandalosas e ardentes

Um mapa da ilha imaginária de Utopia, de Thomas More. O descobridor fictício de "Utopia", Hythlodasus, cujo nome em grego significa "dispensador de absurdos", aponta para a ilha de Utopia, que significa "lugar algum". De uma edição antiga.

revoltas contra as restrições do convencionalismo, até terminar perdendo a vida numa briga de taberna, antes dos trinta anos de idade. A mais conhecida de suas obras, intitulada *Doutor Fausto*, baseia-se na lenda de Fausto, na qual o herói vende a alma ao diabo em troca do poder de sentir todas as possíveis sensações, experimentar todos os possíveis triunfos e conhecer todos os mistérios do universo.

A vida e a obra de William Shakespeare

William Shakespeare, o maior gênio da história do teatro desde o tempo de Eurípides, nasceu numa família de pequenos comerciantes da provinciana cidade-feira de Stratford-on-Avon. Sua vida está envolta em mais névoas de obscuridade que a da maioria dos outros grandes nomes da história. Sabe-se que deixou a cidade natal mais ou menos aos 12 anos e que acabou em Londres, à procura de um emprego no teatro. Segundo a tradição, durante algum tempo ganhou a vida guardando os cavalos dos freqüentadores mais prósperos do teatro. Não se sabe como, por fim, tornou-se ator e, ainda mais tarde, autor de peças, mas há indícios de que aos 28 anos já havia adquirido, como autor, uma reputação capaz de causar inveja a seus rivais. Antes de retirar-se para sua cidade natal de Stratford, mais ou menos em 1610, para ali passar tranqüilamente o resto de seus dias, havia escrito, sozinho ou em colaboração com outros, quase 40 peças, não se falando de 150 sonetos e dois longos poemas narrativos.

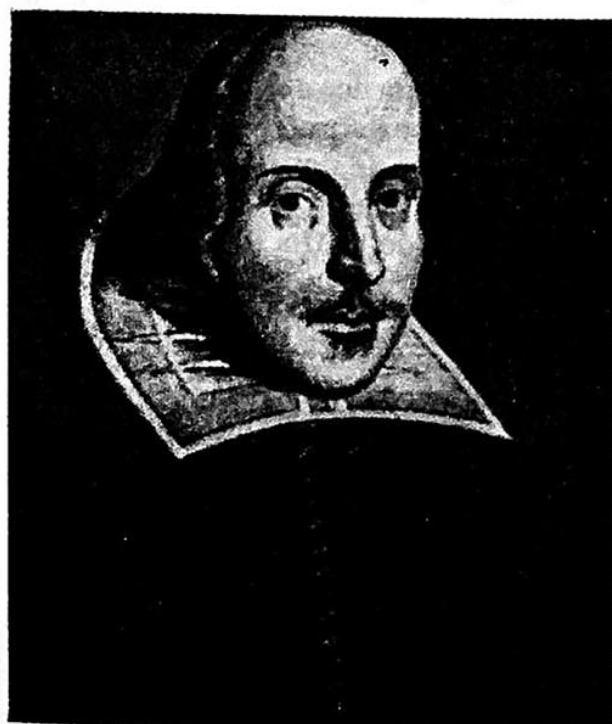
Ao prestar homenagem à universalidade do gênio de Shakespeare, não devemos esquecer o fato de que também ele era um filho da Renascença. Sua obra mostra a marca profunda de grande parte das

virtudes e dos defeitos do humanismo renascentista. Quase tanto quanto Boccaccio ou Rabelais, ele personifica o intenso amor pelas coisas humanas e terrenas, que caracterizou quase todos os grandes escritores a partir do fim da Idade Média. Além disso, como a maioria dos humanistas, Shakespeare mostrava limitada preocupação com os problemas políticos e os valores científicos. Por assim dizer, a única teoria política que o interessava profundamente era saber se a nação tinha mais possibilidade de prosperar sob um bom rei que fosse fraco ou sob um rei mau, mas forte. Seu conhecimento de ciência limitava-se basicamente à alquimia, à astrologia e à medicina. No entanto, a força e a amplitude do intelecto de Shakespeare estavam muito longe de serem limitadas pelos estreitos horizontes do tempo em que viveu. Conquanto raras obras de seus contemporâneos sejam muito lidas atualmente, as peças de Shakespeare ainda conservam sua posição de uma espécie de Bíblia secular em toda parte onde se fala a língua inglesa. A causa disso reside não só no incomparável dom de expressão do autor, mas em especial no seu espírito cintilante e na sua análise profunda dos caracteres humanos, batidos pelas tempestades da paixão e castigados pelos caprichos do destino.

O caráter da obra de Shakespeare

Os principais grupos de peças de Shakespeare

Os dramas de Shakespeare agrupam-se naturalmente em três categorias principais. Os escritos nos primeiros anos seguem a tradição das peças então existentes e refletem em geral a confiança do autor no sucesso pessoal. Incluem comédias como *Sonho de uma noite de verão* e *O mercador de Veneza*, um certo número de peças históricas e a tragédia lírica *Romeu e Julieta*. Pouco antes de 1600, Shakespeare parece ter passado por uma mudança de estado de espírito. O disciplinado otimismo das primeiras peças foi suplantado por uma desilusão

Mr. WILLIAM
SHAKESPEARES
COMEDIES,
HISTORIES, &
TRAGEDIES.
Publiſhed according to the True Originall Copies.

William Shakespeare. Retrato feito para a primeira edição in-fólio de suas obras, 1623.

profunda, que o levou a desconfiar da natureza humana e acusar todo o universo. Disso resultou um grupo de peças caracterizadas pela amargura, por um *pathos* acabrunhador e por uma sondagem aflita dos mistérios das coisas. A série começa com a tragédia de idealismo intelectual que é o *Hamlet*, prossegue com o cinismo de *Medida por medida* e *Está bem tudo que acaba bem* e culmina com as tragédias cósmicas de *Macbeth* e *Rei Lear*. O terceiro grupo de dramas inclui os escritos durante os últimos anos da sua vida profissional. Entre eles estão *Conto de inverno* e *A tempestade*. Todos podem ser descritos como romances idílicos. Aflição e tristeza passam a ser encaradas como simples sombras num belo quadro. A despeito da tragédia individual, o plano divino é de certo modo benévolo e justo.

5. PROGRESSOS RENASCENTISTAS NA MÚSICA

Evolução da música como arte independente

Nos séculos XV e XVI a música na Europa ocidental atingiu um ponto tão alto de desenvolvimento que constitui, juntamente com a pintura e a escultura, um dos aspectos mais brilhantes da atividade renascentista. Enquanto as artes plásticas eram estimuladas pelo estudo dos modelos antigos, a música floresceu naturalmente, como fruto de uma evolução independente que já vinha fazendo progressos desde a cristandade medieval. Como antes, ocupavam a vanguarda homens experimentados no serviço da Igreja, mas o valor da música secular já era então apreciado e seus princípios foram combinados com os da música sacra, com decisiva vantagem para o colorido e o interesse emocional. Tornou-se menos nítida a distinção entre música sacra e profana e a maioria dos compositores não restringiu sua produção a apenas um desses campos. A música deixou de ser considerada como simples diversão ou como mero auxiliar de culto, e passou a ser vista como uma arte independente.

Liderança da Itália e da França

Pontos diferentes da Europa disputavam entre si a primazia na música. Como nas outras artes, o progresso da música ligava-se ao patrocínio cada vez mais generoso, possibilitado pela expansão comercial, e centralizava-se nas cidades prósperas. Durante o século XIV floresceu na Itália e na França um movimento musical pré-renascentista ou do início da Renascença denominado Ars Nova (arte nova). Seus mais destacados representantes foram Francesco Landini (c. 1325-1397) e Guillaume de Machaut (1300-1377). Os madrigais, baladas e outras canções dos músicos desse movimento atestam a existência de uma rica arte secular, porém a realização suprema do período foi um estilo contrapontístico de grande complexidade, mas delicado, adaptado para motetos e canções. Com Machaut chegamos à primeira versão polifônica integral do Ordinário da missa.

Síntese de elementos nacionais

O século XV começou com uma síntese de elementos ingleses, franceses, flamengos e italianos, ocorrida no ducado da Borgonha. Produziu uma extraordinária escola de música, inspirada pela catedral de Cambrai e pela corte ducal de Dijon. Era uma música suave, melodiosa e eufônica, mas na segunda metade do século tornou-se um pouco mais rígida, com a ascendência do elemento flamengo. Ao começar o século XVI encontramos esses compositores franco-flamengos nas cortes e catedrais importantes de toda a Europa, fixando aos poucos

escolas regionais e nacionais, de regra em interessantes combinações da cultura musical flamenga com a alemã, a espanhola e a italiana. Os vários gêneros assim criados mostram afinidade próxima com a arte e a poesia da Renascença. Na segunda metade do século XVI, os corifeus do estilo nacionalizado franco-flamengo eram: o italiano Palestrina (c. 1525-1594), que em virtude de sua posição como compositor papal e de sua devoção a um estilo vocal sutil e cristalino tornou-se o símbolo venerado da música eclesiástica; o flamengo Roland de Lassus (1532-1594), o mais versátil compositor da época; e Tomas Luis de Victoria (c. 1540-1611), o fulgurante místico da música espanhola. A música floresceu também na Inglaterra, pois os monarcas Tudors patrocinavam ativamente as artes; vários deles eram instrumentistas exímios. Era inevitável que o predominante estilo franco-flamengo chegasse à Inglaterra, onde se superpôs a uma antiga e rica cultura musical. O madrigal italiano, importado em fins do século XVI, teve um notável reflorescimento na Inglaterra, porém canções e música instrumental de cunho original anteciparam os futuros caminhos da música no continente. Com William Byrd (1543-1623), a música inglesa produziu um mestre em nada inferior aos grandes compositores flamengos, romanos e espanhóis da Renascença. O nível geral da proficiência musical parece ter sido maior nos dias da rainha Elizabeth do que nos nossos. Os cantos a diversas vozes eram um passatempo popular nos lares e em reuniões sociais informais, e havia a expectativa de que as pessoas bem-educadas lessem música à primeira vista.

A grandeza da realização musical da Renascença

Concluindo, pode-se dizer que, enquanto amadurecia o contraponto, nasceu o nosso moderno sistema harmônico, abrindo-se desse modo caminho para novas experimentações. Ao mesmo tempo, é preciso compreender que a música da Renascença não constitui uma mera fase evolutiva, mas uma realização magnífica em si mesma, com mestres que se colocam entre os maiores de todos os tempos. Os compositores Palestrina e Lassus são representantes tão dignos do triunfo artístico da Renascença quanto os pintores Rafael e Michelangelo. A herança que deixaram, por muito tempo descuidada, a não ser em certos centros eclesiásticos, voltou a ser apreciada há alguns anos e está agora ganhando popularidade, graças à dedicação de grupos interessados em música, que trabalham para a sua revivescência.

6. AS REALIZAÇÕES CIENTÍFICAS DO PERÍODO RENASCENTISTA

A orientação não científica do humanismo da Renascença

Durante o século XVI e começo do século XVII lograram-se algumas realizações de extraordinária importância na história da ciência, porém tais realizações não foram, de maneira destacada, obra do humanismo da Renascença. O programa educacional dos humanistas atribuía pouco valor à ciência, pois ela parecia irrelevante para o objetivo de tornar as pessoas mais eloqüentes e mais orientadas para a moral. Para humanistas como Petrarca, Leonardo Bruni e Erasmo, a ciência era parte da "vã especulação" da escolástica, que eles atacavam e ridicularizavam. Por conseguinte, nenhum dos grandes cientistas da Renascença pertencia ao movimento humanista.

Não obstante, ao menos duas tendências intelectuais do período prepararam o caminho para grandes avanços científicos. Uma delas foi a popularidade do neoplatonismo. A importância desse sistema filosófico para a ciência estava em propor certas idéias, como a posição central do Sol e a suposta origem divina de determinadas formas geométricas, que ajudariam a conduzir a progressos científicos vitais. É irônico que o neoplatonismo pareça, em alto grau, "não científico" da perspectiva moderna, uma vez que valoriza o misticismo e a intuição, e não o empirismo ou o pensamento rigorosamente racional. No entanto, ele ajudou os pensadores científicos a reformular idéias mais antigas, que haviam obstado o progresso da ciência medieval. Dentre os cientistas mais importantes a serem influenciados pelo neoplatonismo contam-se Copérnico e Kepler.

Fundamentos renascentistas da ciência moderna: (1) o neoplatonismo

Muito diferente foi a segunda tendência que contribuiu para o progresso da ciência. Referimo-nos à crescente popularidade de uma interpretação *mecanicista* do universo. O mecanicismo renascentista deveu-se sobretudo à publicação, em 1543, das obras do grande matemático e físico grego Arquimedes. Não só suas observações e descobertas concretas contavam-se entre as mais avançadas e confiáveis em todo o conjunto da ciência grega, como Arquimedes ensinava que o universo funciona com base em forças mecânicas, como uma grande máquina. Como sua concepção se opunha diametralmente à visão ocultista dos neoplatônicos, para os quais o mundo era habitado por espíritos e impulsionado por forças sobrenaturais, ela demorou um pouco a ganhar força. Não obstante, desde cedo o mecanicismo conquistou alguns adeptos importantes, dentre os quais avulta a figura do italiano Galileu Galilei. O mecanicismo acabou por desempenhar um papel colossal no desenvolvimento da ciência moderna por insistir em encontrar causas e efeitos mensuráveis e observáveis no mundo natural.

(2) uma visão mecanicista do universo

Outro fato que, na Renascença, ajudou a preparar o caminho para a ciência moderna foi o abandono da separação, que vigorava na Idade Média, entre os campos da teoria e da prática. Na Idade Média, os únicos "cientistas" existentes eram clérigos educados segundo os princípios da escolástica, e que nem em sonho pensavam em mexer com máquinas, misturar produtos químicos ou dissecar cadáveres, uma vez que essa atitude empírica em relação à ciência estava fora do quadro de referência escolástico. Por outro lado, havia inúmeros técnicos que possuíam pequena educação formal e pouco conheciam de teorias abstratas. Entretanto, a partir do século XV verificou-se uma crescente integração da teoria e da prática. Um dos motivos para isso era que os artistas da Renascença, homens altamente respeitados, atuavam em ambos os campos: não só eram magníficos artífices, como estudavam e faziam progressos na matemática e na ciência, ao investigarem as leis da perspectiva e da óptica, ao elaborarem métodos para sustentação do peso de enormes cúpulas arquitetônicas, e ao estudarem as dimensões e os pormenores do corpo humano. De modo geral, contribuíram para tornar a ciência mais empírica e mais voltada para a prática do que ela fora antes. Outros motivos para a integração foram a queda do prestígio das universidades exageradamente teóricas e um crescente interesse pela alquimia e pela astrologia entre as classes mais abastadas. Também nesse caso podemos constatar uma certa ironia: a alquimia e a astrologia são hoje consideradas, corretamente, como superstições em nada científi-

(3) integração da teoria e da prática

cas, mas nos séculos XVI e XVII sua popularidade levou alguns diletantes ricos a começar a construção de laboratórios e a medir o rumo dos astros. Com isso, a prática científica tornou-se altamente respeitável, e a ciência moderna deu partida a alguns de seus maiores triunfos.

Progresso na astronomia: a teoria heliocêntrica de Copérnico

Os feitos científicos concretos do período renascentista foram de âmbito internacional. A façanha suprema na área da astronomia – a formulação e comprovação da teoria heliocêntrica, segundo a qual a Terra gira em torno do Sol – foi basicamente obra do polonês Copérnico, do alemão Kepler e do italiano Galileu. Até o século XVI continuava praticamente incontestada na Europa ocidental a teoria ptolomaica, pela qual a Terra era imóvel e representava o centro do universo. Nicolau Copérnico (1473-1543), clérigo polonês que havia absorvido o neoplatonismo enquanto estudava na Itália, foi o primeiro a postular o sistema alternativo. Copérnico não realizou observações novas, mas reinterpretou com todo rigor o significado dos antigos dados astronômicos. Inspirado pelos pressupostos neoplatônicos de que a esfera é a forma mais perfeita, de que o movimento é mais divino que o repouso e de que o Sol paira "entronizado" no meio do universo, "governando seus filhos, os planetas que giram em torno dele", Copérnico elaborou uma nova teoria heliocêntrica. Em sua obra *Das revoluções das esferas celestes*, que ele completou por volta de 1530 mas não publicou senão em 1543, Copérnico defendeu a idéia de que a Terra e os demais planetas giravam ao redor do Sol em círculos concêntricos. Na verdade, o sistema de Copérnico ainda era muito imperfeito: não era sem dificuldades que ele explicava todos os fatos conhecidos do movimento planetário. Além disso, pedia às pessoas que rejeitassem a suposição, derivada do senso comum, de que o Sol se movia, por dar a ilusão de percorrer todo o céu, e de que a Terra permanecia imóvel, por não ser possível detectar nela qualquer movimento. O mais sério era que Copérnico contraditava passagens da Bíblia, como aquela em que Josué manda o Sol parar. Por tudo isso, os adeptos da teoria heliocêntrica de Copérnico permaneceram em minoria até começos do século XVII.

As leis de Kepler sobre os movimentos planetários

Foram Kepler e Galileu os responsáveis pelo triunfo da revolução operada por Copérnico na astronomia. Johann Kepler (1571-1630), pensador místico que em muitos aspectos mais se assemelhava a um mágico que a um cientista moderno, estudou astronomia com o fito de sondar os segredos ocultos de Deus. Sua convicção básica era de que Deus criara o universo com base em leis matemáticas. Fundamentando-se nas novas observações astronômicas, notavelmente precisas, do dinamarquês Ticho Brahe (1546-1601), Kepler pôde perceber que dois pressupostos a respeito dos movimentos planetários que Copérnico havia tomado como pacíficos simplesmente não correspondiam aos fatos observáveis. Especificamente, Kepler substituiu a crença de Copérnico numa velocidade planetária uniforme por sua "primeira lei", segundo a qual a velocidade dos planetas varia de acordo com sua distância em relação ao Sol, e também substituiu a concepção copernicana de que as órbitas planetárias eram circulares por sua "segunda lei", segundo a qual a Terra e os outros planetas percorrem órbitas *elípticas*. Ademais, Kepler falou sobre atrações magnéticas entre o Sol e os planetas, atração essa que mantém os planetas em movimento orbital. Essa concepção foi rejeitada pela maioria dos cientistas mecanicistas do século XVII, que a supunham demasiado mágica, mas na verdade ela

preparou o caminho para a lei da gravidade universal, formulada por Isaac Newton no fim do século XVII.

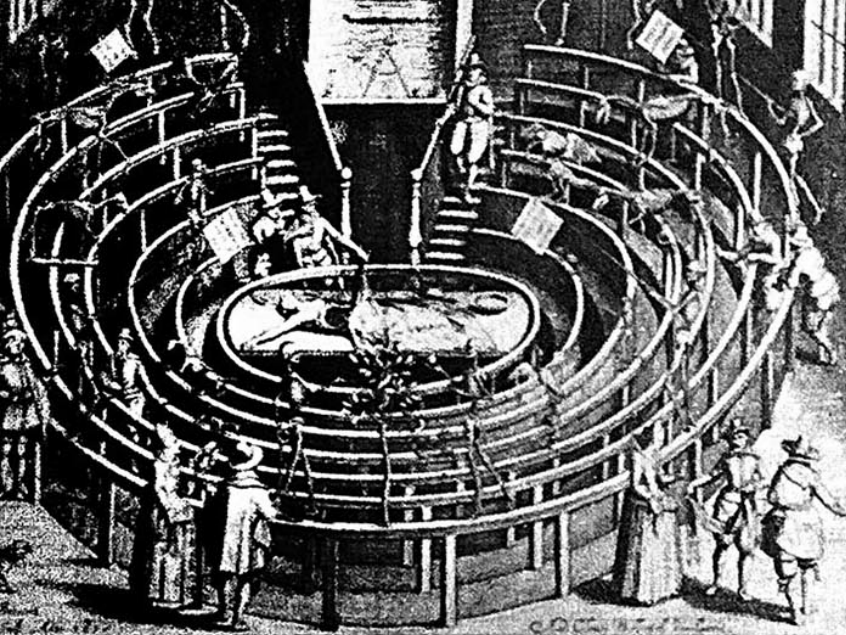
Da mesma forma como Kepler aperfeiçoou o sistema heliocêntrico de Copérnico a partir do ponto de vista da teoria matemática, também Galileu Galilei (1564-1642) ajudou a firmá-la compilando maior volume de dados astronômicos. Com um telescópio que ele próprio fabricou e que era capaz de trinta aumentos, Galileu descobriu as luas de Júpiter, os anéis de Saturno e as manchas do Sol. Foi também capaz de determinar que a Via Láctea é um conjunto de corpos celestes independentes de nosso sistema solar e de formar alguma idéia sobre a imensa distância das estrelas fixas. Embora muitos se opusessem a elas, as descobertas de Galileu aos poucos convenceram a maioria dos cientistas de que as principais conclusões de Copérnico estavam corretas. O triunfo final dessa idéia é comumente chamado de Revolução Copernicana. Na histórica intelectual do mundo foram poucos os episódios de mais relevo do que este, pois ele virou de cabeça para baixo a concepção medieval e preparou o caminho para as idéias modernas de mecanicismo, ceticismo e infinitude do tempo e do espaço. Crêem alguns pensadores que ele contribuiu também para a degradação do homem, pois desalojou-o de sua majestosa posição no centro do universo e reduziu-o a uma mera partícula de poeira numa interminável máquina cósmica.

A confirmação da revolução copernicana por Galileu

Galileu

Na primeira fila dos físicos da Renascença situavam-se Leonardo da Vinci e Galileu. Mesmo que Leonardo houvesse fracassado inteiramente como pintor, suas contribuições à ciência lhe dariam direito a considerável fama. Dentre elas, não foram suas realizações na física as menores. Embora na verdade ele tenha feito poucas descobertas completas, sua conclusão de que "todo peso tende a cair em direção ao centro através do caminho mais curto" continha o cerne da lei da gravitação. Além disso, Leonardo elaborou os princípios de uma assombrosa variedade de invenções, entre as quais um barco submersível, uma máquina a vapor, um tanque blindado e um helicóptero. Galileu ganhou reputação como físico devido sobretudo à sua lei dos corpos em queda. Duvidando da teoria tradicional, segundo a qual os corpos caíam com uma velocidade diretamente proporcional a seu peso, ele ensinava que os corpos, quando soltos de várias alturas, cairiam a uma velocidade que cresceria na razão do quadrado do tempo envolvido. Rejeitando as noções escolásticas de gravidade e leveza absolutas, ele ensinava que esses termos são puramente relativos, que todos os corpos têm peso (mesmo aqueles que, como o ar, são invisíveis) e que no vácuo todos os objetos cairiam com a mesma velocidade. Galileu parece ter concebido a força de gravitação universal de modo mais amplo do que Leonardo da Vinci, pois percebia que a força que mantém a Lua na proximidade da Terra e que leva os satélites de Júpiter a girarem em torno daquele planeta é essencialmente a mesma que possibilita à Terra atrair os corpos para sua superfície. No entanto, jamais formulou esse princípio como uma lei, nem percebeu todas as suas implicações, como faria Newton cerca de cinqüenta anos depois.

Leonardo da Vinci e Galileu como físicos

As realizações italianas nas várias ciências ligadas à medicina foram expressivas. Diversos médicos italianos contribuíram com informações valiosas com relação à circulação do sangue. Um deles descreveu as válvulas cardíacas, a artéria pulmonar e a aorta, enquanto outro localizou as válvulas das veias. Igualmente importante foi o trabalho de

Uma demonstração de anatomia. Esta gravura holandesa de 1610 combina a apresentação de investigações científicas com atitudes ligadas à moralização medieval tardia. Os esqueletos exibem cartazes que lembram aos homens que eles voltarão ao pó.

Progresso na anatomia e na medicina

alguns estrangeiros que viviam e lecionavam na Itália. Andreas Vesalius (1514-1564), nascido em Bruxelas, publicou a primeira descrição cuidadosa do corpo humano baseada em investigação real. Em conseqüência de suas dissecações, pôde corrigir muitos erros antigos. Por isso é comumente considerado como o pai da anatomia moderna.

Outros progressos na anatomia e na medicina

Outros três grandes médicos da Renascença foram o alemão Paracelso (1493-1547), o espanhol Miguel Serveto (1511-1553) e o inglês William Harvey (1578-1657). Paracelso lembrava Copérnico e Kepler, pois acreditava que eram as forças espirituais, e não as materiais, que regiam o funcionamento do universo. Por conseguinte, defendia com ardor a alquimia e a astrologia. Não obstante, baseava seu conhecimento das doenças e de suas curas na observação. Ao invés de seguir os ensinamentos de autoridades antigas, viajava bastante, estudando casos de doenças em ambientes diferentes, e experimentando várias drogas. Acima de tudo, sua insistência na íntima relação entre a química e a medicina prenunciou e por vezes influenciou diretamente importantes realizações modernas na farmacologia e na terapia. Miguel Serveto, cujo principal interesse era a teologia, mas que ganhava a vida como médico, descobriu a circulação sanguínea secundária, ou pulmonar, numa tentativa de provar a veracidade da Imaculada Conceição. Descreveu como o sangue sai dos ventrículos do lado direito do coração, é levado aos pulmões para ser purificado e depois retorna ao coração e dali corre para todas as partes do corpo. No entanto, Serveto não tinha nenhuma idéia do retorno do sangue ao coração através das veias. Coube a William Harvey, que havia estudado com médicos italianos em Pádua, completar a descoberta, depois de regressar à Inglaterra por volta de 1610. Em sua *Dissertação sobre o movimento do coração*, ele descreveu como uma artéria obstruída por uma ligadura se encheria de sangue na porção mais próxima ao coração, ao passo que o segmento afastado desse órgão se esvaziaria, e como exatamente o inverso aconteceria se a ligadura fosse colocada numa veia. Mediante essas experiências, Harvey concluiu que o sangue passa por um constante processo de circulação. Assim, enquanto pensadores como Montaigne, Cervantes e Shakespeare investigavam as fontes das ações humanas, anatomistas e médicos literalmente desmontavam o homem e descobriam suas forças motoras.

Capítulo 15

A ÉPOCA DA REFORMA (1517-c. 1600)

Pois a palavra de Deus não pode ser recebida e honrada por quaisquer obras, mas tão-somente pela fé.

– Martinho Lutero, *Da liberdade cristã*

De conformidade com a doutrina clara das Escrituras, asseveramos que por um desígnio eterno e imutável Deus determinou de uma vez para sempre aqueles que Ele admitiria à salvação e aqueles que Ele condenaria à destruição. (. . .) Entre os eleitos, consideramos a vocação como prova de eleição, e a justificação como outro sinal de sua manifestação, até chegarem à glória, o que constitui sua consumação.

– João Calvino, *Instituição* III, xxi

A última fase da Renascença, acompanhada de uma revolução religiosa

O capítulo anterior descreveu o desabrochar de uma cultura maravilhosa que marcou a transição da Idade Média para o mundo moderno. Ficou patente que essa cultura, a Renascença, era quase tanto um eco do passado quanto um prenúncio do futuro. Grande parte de sua literatura, arte e filosofia, bem como todas suas superstições, tinham raízes profundas na antigüidade clássica ou nos séculos da Idade Média. Até seu humanismo estava impregnado de veneração pelo passado. Só na ciência, na política e na vigorosa afirmação do direito de cada indivíduo buscar sua própria liberdade e dignidade é que havia muita coisa de realmente novo. Em sua última fase, porém, a Renascença foi acompanhada por um outro movimento, a Reforma, que, de modo um tanto mais nítido, prenunciou a Idade Moderna. Esse movimento compreendeu duas fases principais: a Revolução Protestante, que eclodiu em 1517 e levou a maior parte da Europa setentrional a separar-se da Igreja romana, e a Reforma Católica ou Contra-Reforma, que alcançou o auge por volta de 1560. Embora a última não seja qualificada de revolução, na verdade o foi em quase todos os sentidos do termo pois efetuou uma alteração profunda em algumas das características mais notáveis do catolicismo de fins da Idade Média.

Relação entre a Renascença e a Reforma

Em muitos sentidos, a Renascença e a Reforma tiveram íntima relação entre si. Ambas foram produtos da poderosa corrente de individualismo que ganhou ímpeto nos séculos XIV e XV. Ambas tiveram um fundo semelhante de causas econômicas, no desenvolvimento do comércio e na ascensão de uma sociedade urbana. Uma e outra compartilhavam o caráter de um retorno às fontes originais: no primeiro caso, às realizações literárias e artísticas dos gregos e romanos; no segundo, às Escrituras e às doutrinas dos Padres da Igreja. No entanto, apesar dessas importantes semelhanças, seria errôneo considerar a Reforma como o mero aspecto religioso da Renascença. As diretrizes dos dois movimentos apresentavam, comparativamente, pouco em comum. A essência da Renascença era a devoção ao humano e ao natural, sendo a religião relegada a um lugar relativamente subalterno. O espírito da Reforma caracterizava-se pela extraterrenalidade e o desprezo pelas coisas da carne como inferiores às do espírito. No julgamento dos humanistas, a natureza do homem era intrinsecamente boa; do ponto de vista dos reformadores, era indizivelmente corrupta e depravada. Os corifeus da Renascença acreditavam na razão e na tolerância; os adeptos de Lutero e Calvino encareciam a fé e o conformismo. Embora tanto a Renascença como a Reforma objetivassem o resgate do passado, na verdade se orientavam em direções diferentes. O passado que os humanistas procuravam reviver era a antigüidade greco-romana, embora alguns encarassem os Evangelhos originais como fontes de uma religião sem jaça. Os reformadores, pelo contrário, estavam interessados na volta aos ensinamentos de São Paulo e Santo Agostinho. É excusado dizer que a Renascença, por ser um movimento aristocrático, teve menor influência sobre o homem comum do que a Reforma.

A Reforma não foi realmente parte da Renascença

Por tais razões, parece justificável concluir que a Reforma não foi realmente parte do movimento renascentista. Na verdade, representou uma ruptura muito mais violenta com a civilização da Idade Média do que o movimento chefiado pelos humanistas. Os reformadores radicais rejeitavam em bloco as teorias e práticas fundamentais do cristianismo do século XIII. Até a religião simples de amor e altruísmo para melhoria do homem, tal como pregada por São Francisco de Assis, parece ter-lhes repugnado tanto quanto os mistérios dos dogmas sacramentais ou as pretensões de Inocêncio III ao poder espiritual e temporal. Em essência, as conseqüências religiosas desse conflito com o cristianismo medieval perduram até hoje. Além disso, a Reforma estava intimamente ligada a certas tendências políticas que persistiram até os tempos modernos. O nacionalismo, como veremos, foi uma das principais causas da Revolução Protestante. Conquanto seja certo que alguns humanistas escreveram sob a influência do orgulho nacional, a maioria deles era levada por considerações inteiramente diversas. Muitos desdenhavam a política, interessando-se somente pelo homem enquanto indivíduo; outros, entre eles Erasmo, eram rigorosamente internacionalistas. Entretanto, os reformadores protestantes dificilmente teriam feito muitos prosélitos se não houvessem associado sua causa à poderosa maré montante dos ressentimentos nacionais da Europa setentrional contra um sistema eclesiástico que passara a ser visto como sendo de caráter predominantemente italiano. Por essa razão, como pelas já mencionadas, parece não ser infundado considerar a Reforma como um dos limiares do mundo moderno.

A Revolução Protestante procedeu de múltiplas causas, na maioria relacionadas com as condições políticas e econômicas da época. Nada seria menos exato que julgar a revolta contra a Igreja romana um movimento exclusivamente religioso, ainda que as idéias religiosas ocupassem lugar destacado no espírito dos europeus do século XVI. Mas se não fossem as mudanças políticas fundamentais ocorridas na Europa setentrional e o desenvolvimento de novos interesses econômicos, é possível que o catolicismo romano não tivesse sofrido mais que uma evolução gradual. Não obstante, como as causas religiosas foram as mais evidentes, convém tratar delas em primeiro lugar.

A multiplicidade de causas da Revolução Protestante

Para a maioria dos primeiros seguidores de Lutero, o movimento por ele desencadeado foi principalmente uma rebelião contra os abusos da Igreja Católica. Historiador algum poderia negá-los. Por exemplo, muitos dos clérigos dessa época tinham educação insuficiente. Alguns, tendo obtido a posição por meios irregulares, eram incapazes de entender o latim da missa que deviam celebrar. Além disso, um número considerável de clérigos levava vida extremamente mundana. Enquanto alguns papas e bispos viviam numa magnificência principesca, às vezes os padres humildes procuravam aumentar as rendas de suas paróquias mantendo tabernas, casas de jogo ou outros estabelecimentos lucrativos. Não só alguns monges esqueciam habitualmente os votos de castidade, como alguns membros indiferentes do clero regular contornavam a dureza da regra do celibato mantendo amantes. Do papa Inocêncio VIII, que reinou cerca de 25 anos antes da eclosão da Revolução Protestante, contava-se ter tido oito filhos ilegítimos, vários dos quais nascidos antes de sua eleição ao papado. Havia também inúmeros males, relacionados à venda de dignidades eclesiásticas e dispensas. Tal como sucedia com a maior parte dos postos civis, ao tempo da Renascença os cargos da Igreja eram em geral vendidos a quem pagasse mais. Calcula-se que o papa Leão X fruía uma renda anual superior a um milhão de dólares, resultante da venda de mais de dois mil cargos eclesiásticos. Tal abuso tornava-se ainda mais sério por serem os homens que compravam esses cargos fortemente tentados a cobrar altos emolumentos por seus serviços, a fim de ressarcirem-se da despesa. Uma segunda forma repelente de venalidade eclesiástica era a venda de dispensas. Uma dispensa pode ser definida como a isenção de una lei da Igreja ou de qualquer voto feito anteriormente. Às vésperas da Reforma, as dispensas mais comumente vendidas eram as isenções do jejum ou das leis matrimoniais da Igreja. À guisa de exemplo: primos-irmãos podiam casar-se, desde que pagassem a taxa de um ducado.

Causas religiosas: abusos da Igreja Católica

Entretanto, os abusos que despertavam maiores protestos e aumentavam a pressão no sentido de reformas eram a venda de indulgências e a veneração de relíquias. Uma indulgência é a remissão, em parte ou na totalidade, do castigo temporal do pecado – isto é, do castigo nesta vida e no purgatório. A teoria em que se baseia a indulgência é a famosa doutrina do Tesouro de Merecimentos, desenvolvida por teólogos escolásticos no século XIII. De acordo com essa doutrina, Jesus e os santos, devido às suas virtudes "supérfluas" na terra, acumularam no céu um excesso de merecimento. Esse excesso constitui um tesouro de graça sobre o qual o papa pode sacar em benefício dos mortais comuns.

A venda de indulgências

Originalmente, as indulgências não eram concedidas em troca de pagamento em dinheiro, mas apenas como prêmio a obras de caridade, jejuns, participação numa cruzada ou coisa parecida. Foram os papas da Renascença, com sua ânsia insaciável de aumentar as receitas, os primeiros a iniciar a venda de indulgências como negócio lucrativo. Os métodos que empregavam não eram nada escrupulosos. O comércio de "perdões" passava muitas vezes para as mãos de banqueiros, que os negociavam à base de comissão. Como exemplo, podemos citar os Fuggers, de Augsburgo, que se encarregavam de vender indulgências para Leão X, com a permissão de embolsar um terço da receita. Naturalmente, um único móvel dominava o negócio – angariar tanto dinheiro quanto fosse possível.

Abusos relacionados com a veneração de relíquias sagradas

Durante séculos, antes da Reforma, a veneração de relíquias sagradas tinha sido um elemento importante do culto católico. Acreditava-se que os objetos usados por Cristo ou pela Virgem, ou ainda os restos mortais dos santos, possuíssem uma milagrosa virtude curativa ou protetora para qualquer pessoa que os tocasse ou chegasse perto deles. Era inevitável que essa crença desse ensejo a inúmeras fraudes. Tornava-se fácil convencer camponeses supersticiosos de que qualquer lasca de madeira era um fragmento da verdadeira cruz. E não faltavam comerciantes de relíquias para se aproveitarem de tal credulidade. Os resultados eram fantásticos. De acordo com Erasmo, as igrejas da Europa possuíam pedaços de madeira da verdadeira cruz em quantidade suficiente para construir um navio. Nada menos de cinco tíbias do jumento montado por Jesus quando entrou em Jerusalém eram exibidas em lugares diferentes, não se falando de doze cabeças de João Batista. Martinho Lutero afirmou num libelo contra o arcebispo de Mogúncia que este alegava possuir "uma libra inteira do vento que soprou para Elias na caverna do monte Horeb, além de duas penas e um ovo do Espírito Santo".

Os abusos não foram a causa básica da Revolução Protestante

Os autores modernos, no entanto, concordam em que os abusos da Igreja Católica não foram as causas religiosas primárias da Revolução Protestante. Era ao próprio catolicismo medieval, e não a seus abusos, que os reformadores objetavam. Ademais, a situação tinha começado a melhorar um pouco antes do início da revolta. Muitos católicos piedosos haviam iniciado espontaneamente a agitação em prol de uma reforma que, com o tempo, decerto viria a eliminar a maioria dos males notórios do sistema. No entanto, como é comum acontecer com as revoluções, a melhora veio tarde demais. Outras forças, de caráter mais irresistível, vinham ganhando impulso. Entre elas se destacavam a crescente reação contra a teologia escolástica, com sua complicada teoria dos sacramentos, sua crença na necessidade de boas obras para suplementar a fé e a teoria da autoridade divina delegada aos padres.

O choque entre dois sistemas diferentes de teologia: (1) o sistema agostiniano

Da leitura dos capítulos precedentes, o leitor se lembrará de que dois sistemas diferentes de teologia haviam-se desenvolvido no seio da Igreja medieval. O primeiro fora formulado por Santo Agostinho por volta do ano 400, com base nos ensinamentos das epístolas de São Paulo. Fundava-se no pressuposto de um Deus onipotente, que descortina todo o drama do universo num simples relancear de olhos. Nem mesmo um pardal cairá da árvore em que está pousado senão em conseqüência de um decreto divino. Sendo a natureza humana irremediavelmente depravada, é tão impossível ao homem realizar boas ações quanto a um cardo

produzir figos. Somente poderão salvar-se aqueles mortais a quem Deus, por razões Suas, predestinou a ganhar a vida eterna. Tal era, em linhas extremamente gerais, o sistema doutrinário geralmente conhecido como augustinismo. Era uma teologia bastante apropriada à época de caos que se seguiu à derrocada do mundo clássico. O homem de então inclinava-se ao fatalismo e aos interesses extraterrenos, pois parecia estar à mercê de forças que não podia controlar. Mas a doutrina continuou a ser ensinada durante a Idade Média, sobretudo em algumas partes da Alemanha, onde o impacto da civilização da alta Idade Média era relativamente débil. Para Lutero e muitos de seus seguidores, essa parecia ser a mais lógica interpretação da fé cristã.

(2) A teologia do fim da Idade Média: Pedro Lombardo e São Tomás de Aquino

Com o desenvolvimento de uma vida mais abundante na Europa meridional e ocidental, era natural que a filosofia pessimista do augustinismo fosse substituída por um sistema que restaurasse aos homens um certo orgulho por sua condição. A mudança foi acelerada ainda pelo desenvolvimento de uma organização eclesiástica dominante. Ao colocar o destino do homem inteiramente nas mãos de Deus, a teologia agostiniana parecia implicar que as funções de uma Igreja organizada eram relativamente desnecessárias. Por certo nenhum pecador podia confiar nas ministrações dos padres para aumentar as suas possibilidades de salvação, uma vez que aqueles que deviam ser salvos já tinham sido "eleitos" por Deus desde toda a eternidade. O novo sistema de crença cristalizou-se, por fim, nas obras de Pedro Lombardo e São Tomás de Aquino, nos séculos XII e XIII. Sua premissa basilar era a idéia de que o homem fora dotado por Deus de livre-arbítrio, com o poder de escolher o bem e evitar o mal. No entanto, o homem não podia fazer essa escolha inteiramente sem auxílio, pois se lhe faltasse o apoio da graça divina era muito provável que caísse em pecado. Era-lhe necessário, por conseguinte, receber os sacramentos, os meios indispensáveis para que a graça de Deus se comunicasse ao homem. Dos sete sacramentos da Igreja, os três mais importantes para o leigo eram o Batismo, a Penitência e a Eucaristia. O primeiro apagava a mancha do pecado original; o segundo absolvia de culpa o pecador contrito; e o terceiro assumia particular importância por sua ação de renovar os efeitos redentores do sacrifício de Cristo na cruz. Exceto em casos de emergência, nenhum dos sacramentos podia ser ministrado por qualquer pessoa estranha ao clero. Os clérigos, havendo herdado do apóstolo Pedro esse poder, eram os únicos que tinham autoridade para cooperar com Deus no perdão dos pecados e realizar o milagre da eucaristia, pelo qual o pão e o vinho se transubstanciavam na carne e no sangue do Salvador.

A revolução protestante, uma rebelião contra o sistema de teologia do fim da Idade Média

A Revolução Protestante foi, em larga medida, uma rebelião contra o segundo desses sistemas de teologia. Ainda que as doutrinas de Pedro Lombardo e São Tomás de Aquino se tivessem praticamente incorporado à teologia oficial da Igreja, nunca foram universalmente aceitas. Aos cristãos que defendiam o augustinismo, davam a impressão de diminuir a soberania de Deus e contradizer os claros ensinamentos de Paulo: a vontade do homem é escrava; e sua natureza, indiscritivelmente vil. Pior ainda, na opinião desses críticos, era o fato de que a nova teologia fortalecia muitíssimo a autoridade do clero. Em suma, o que os reformadores queriam era a volta a um cristianismo mais primitivo do que o predominante desde o século XIII. Inclinavam-se fortemente a rejeitar qualquer doutrina ou prática que não fosse expressamente

sancionada pela Bíblia, em especial pelas epístolas paulinas, ou que não fossem reconhecidas pelos Padres da Igreja. Por esse motivo, condenavam não apenas a teoria do sacerdócio e o sistema sacramental da Igreja, mas também certos aditamentos medievais à fé, tais como o culto da Virgem, a crença no purgatório, a invocação dos santos, a veneração das relíquias e a regra de celibato do clero. Os reformadores não eram de modo algum racionalistas; com efeito, suspeitavam muito mais da razão que os católicos. Seu ideal religioso repousava nos dogmas agostinianos do pecado original, da depravação total do homem, da predestinação e da escravidão da vontade — dogmas que eram certamente muito mais difíceis de justificar com base na razão do que os ensinamentos escolásticos liberais de São Tomás de Aquino.

Causas políticas da revolução protestante: (1) a expansão da consciência nacional

Como movimento político, a Revolução Protestante resultou principalmente de duas causas: primeiro, a formação de uma consciência nacional no norte da Europa; segundo, a ascensão de monarcas absolutos. Desde a Idade Média tardia notava-se um crescente espírito de independência entre muitos povos fora da Itália. Haviam passado a considerar a sua vida nacional como soberana e a ressentir-se de interferências de qualquer fonte externa. Embora não fossem nacionalistas no sentido moderno, inclinavam-se a encarar o papa como um estrangeiro a quem não assistia o direito de intrometer-se nos negócios internos da Inglaterra, da França ou da Alemanha. Tal sentimento já se manifestara na Inglaterra em meados do século XIV, ao serem promulgados os famosos Estatutos de Provisores e de *Praemunire*. Os primeiros tornavam sem valor as nomeações feitas pelo papa para cargos eclesiásticos na Inglaterra, ao passo que o segundo proibia o recurso a Roma das decisões dos tribunais ingleses. Uma lei ainda mais radical foi decretada pelo rei da França em 1439: abolia praticamente toda a autoridade papal no país, inclusive o poder de fazer nomeações e o direito de cobrar tributos. Transferiu-se aos magistrados civis o poder de regular os assuntos religiosos em seus próprios distritos. Na Alemanha, apesar de não haver ali unidade política, não faltava o sentimento nacional, que se exprimia em ataques violentos da Dieta Imperial ao clero e em numerosos decretos dos governantes dos estados independentes, proibindo as nomeações eclesiásticas e a venda de indulgências sem seu consentimento.

(2) a ascensão de monarcas absolutos

A formação de uma consciência nacional em todos esses países marchou o passo com o aparecimento de monarcas absolutos. Na verdade, seria difícil dizer até que ponto o senso de nacionalidade foi espontâneo e até que ponto foi estimulado por príncipes ambiciosos, com o intuito de aumentar seu poder. De qualquer modo, é certo que as pretensões dos governantes a uma autoridade absoluta tinham de resultar fatalmente numa atitude de desafio a Roma. Não era de esperar que um déspota tolerasse por muito tempo que a religião fosse excluída de sua esfera de controle. Não lhe era possível ser déspota enquanto houvesse uma dupla jurisdição dentro de seu reino. O apetite de controle sobre a Igreja, por parte dos príncipes, foi aguçado originalmente pelo restabelecimento do direito romano, com sua doutrina de que o povo havia delegado *todo* seu poder ao governante secular. Era pequeno o caminho que ia dessa doutrina à idéia de que toda a autoridade do papa poderia ser adequadamente assumida pelo chefe de estado. Entretanto, quaisquer que tenham sido as razões dessa evolução,

não pode haver dúvida de que a causa original do crescente antagonismo a Roma tenha sido a ambição dos príncipes seculares de colocar a Igreja sob seu domínio.

Discordam os historiadores quanto à importância das causas econômicas para a revolução protestante. Aqueles que a vêem como um movimento basicamente religioso encaram o século XVI como um período de preocupação profunda e agoniada com problemas espirituais. É possível que essa atitude tenha sido característica das massas populares. Mas não altera o fato de que no século XVI, como em todas as épocas, existiam grupos dominantes sequiosos de riquezas e dispostos a utilizar as crenças do povo em benefício próprio. Entre os objetivos econômicos desses grupos destacavam-se a aquisição da riqueza da Igreja e a eliminação da tributação pelo papa. No decorrer da história a Igreja se havia transformado num vasto império econômico. Era a maior proprietária de terras da Europa ocidental, não se falando de seu enorme cabedal de bens móveis, sob a forma de ricas alfaias, jóias, metais preciosos etc. Algumas dessas possessões tinham sido adquiridas pela Igreja através de doações feitas por reis, nobres e outros leigos piedosos. As restrições religiosas à tributação eram também motivo de protestos acrimoniosos por parte dos governantes seculares. Os reis, ansiosos por mais exércitos e armamentos, tinham urgente necessidade de aumentar suas rendas. No entanto, a lei católica proibia a tributação dos bens da Igreja. A isenção fiscal de que gozavam as propriedades episcopais e monásticas significava uma sobrecarga para as possessões de proprietários individuais, principalmente para os mercadores e banqueiros. Além disso, na Alemanha a pequena nobreza estava ameaçada de extinção, em vista do colapso da economia senhorial. Muitos desses pequenos nobres lançavam olhares cobiçosos para as terras da Igreja. Se fosse possível encontrar uma desculpa para expropriá-las, sua difícil situação ficaria bastante aliviada.

Causas econômicas: (1) o desejo de confiscar a riqueza da Igreja Católica

Pouco antes da Revolução Protestante, a tributação papal assumira uma grande variedade de formas irritantes. Em primeiro lugar vinha o dízimo, que devia representar um décimo da renda de cada cristão, pago para sustentar a igreja paroquial. Havia, além disso, os inumeráveis emolumentos pagos ao tesouro pontifício por indulgências, dispensas, recursos de decisões judiciárias etc. Num sentido muito literal, o dinheiro recolhido da venda de cargos eclesiásticos e as anatas, ou comissões arrecadadas sobre a renda do primeiro ano de cada bispo ou padre, eram também formas de tributação papal, uma vez que os pagantes tratavam de reembolsar-se por meio de um aumento das coletas populares. No entanto, a principal objeção contra esses impostos não estava em serem tão numerosos e pesados. O verdadeiro motivo das queixas contra os tributos papais era o escoamento de grande parte da riqueza dos países setentrionais em benefício da Itália. Economicamente, a situação era quase a mesma que seria se as nações do norte da Europa tivessem sido subjugadas por um príncipe estrangeiro que lhes impusesse tributos. Alguns alemães e ingleses se escandalizavam também com o fato de ser a maior parte do dinheiro recolhido despendida não para fins religiosos, mas desperdiçada por papas mundanos na manutenção de uma corte suntuosa. Contudo, a razão do ressentimento era, provavelmente, tanto financeira quanto moral.

(2) Ressentimento contra a tributação papal

(3) Conflitos entre as ambições dos comerciantes e os ideais ascéticos da Igreja

Uma terceira causa econômica importante da Revolução Protestante foi o conflito entre as ambições da nova classe mercantil e os ideais ascéticos do cristianismo medieval. Filósofos escolásticos medievais haviam sustentado que o negócio com viso a grandes lucros é essencialmente imoral. Ninguém tem direito a mais do que uma retribuição razoável pelos serviços prestados à comunidade. Toda riqueza adquirida além dessa quantia devia ser entregue à Igreja para proveito dos necessitados. O mercador ou artífice que procurar enriquecer às custas do povo não é melhor, na realidade, do que um gatuno comum. Obter vantagem sôbre um rival nos negócios, açambarcando o mercado ou reduzindo os salários, é contrário a toda lei e moralidade. Igualmente pecaminosa é a prática da usura – a cobrança de juros sobre empréstimos, quando não existe risco verdadeiro. Isso é puro roubo, argumentavam os escolásticos, uma vez que priva a pessoa que utiliza o dinheiro de ganhos que lhe pertencem legitimamente. É contrário à natureza, pois capacita o homem que empresta o dinheiro a viver sem trabalhar.

Efeitos do aparecimento do capitalismo competitivo

Muito embora tais doutrinas não fossem de maneira alguma universalmente respeitadas, nem mesmo pela própria Igreja, continuaram a formar parte integrante do ideal católico pelo menos até o fim da Idade Média. Contudo, a partir da Idade Média tardia, o capitalismo dinâmico começou a suplantar a velha economia estática das corporações medievais. Comerciantes e industriais já não se contentavam com um mero "salário" em troca dos serviços que prestavam à sociedade. Exigiam lucros e não compreendiam que a Igreja tivesse o direito de impor limites a seus ganhos. Os salários serviam apenas para os trabalhadores servis, que não tinham capacidade nem iniciativa para buscarem as grandes recompensas. Junte-se a tudo isso o desenvolvimento do sistema bancário, que significava um conflito ainda mais violento com o ideal ascético da Igreja. Enquanto o negócio de empréstimos de dinheiro estava nas mãos de judeus e muçulmanos, pouco importava que a usura fosse estigmatizada como pecado. Mas agora que cristãos estavam acumulando riquezas mediante o financiamento das atividades de reis e mercadores, a questão mudava de figura. À nova geração de banqueiros não agradava ouvir dizer que seu lucrativo comércio de dinheiro contrariava as leis de Deus. Isso lhes parecia uma tentativa de porta-vozes do passado anacrônico de ditarem as regras para uma nova era de progresso. Nesse caso, como foi que a Itália não rompeu com a Igreja Católica, em vista do extenso desenvolvimento do sistema bancário e do comércio em cidades como Florença, Gênova e Milão? Talvez uma explicação esteja no fato de que essas atividades comerciais haviam-se enraizado mais cedo – e mais profundamente – na Itália do que na maior parte da Alemanha. Eram prática corriqueira há tanto tempo que qualquer possível conflito entre elas e os ideais religiosos havia sido em grande parte desdenhado. Ademais, a religião de muitos italianos inclinava-se a aproximar-se daquela dos antigos romanos – era externa e mecânica, e não espiritual num sentido profundo. Para os europeus do norte, em contraste, a religião tinha significado mais grave. Era um sistema de dogmas e mandamentos a serem observados literalmente, sob pena de terrível julgamento por um Deus irascível. Por conseguinte, eram mais propensos a serem perturbados por incoerências entre a vida terrena e as doutrinas da fé.

São de tal modo complexas as motivações que levaram a Revolução Protestante a começar na Alemanha, que só podemos sugerir algumas das possíveis razões, a título de idéias para consideração do estudante. Seria a Alemanha relativamente mais atrasada do que a maior parte das outras áreas da Europa ocidental? Teria a Renascença a tocado tão de leve que a religiosidade medieval mantinha ainda plena força? Ou os fatores econômicos atuaram com mais vigor na Alemanha que em outros países? Na Alemanha a Igreja detinha uma enorme proporção das melhores terras agrícolas, e há provas de que o país mostrava enorme insatisfação devido à transição demasido rápida entre uma economia estática e uma economia de lucros e salários. Parece verdadeiro, por fim, que a Alemanha era, em maior escala do que outras regiões, vítima dos abusos católicos. É impossível calcular o impacto de todos esses motivos, mas ao menos proporcionaram o impulso imediato para a eclosão da revolta luterana. Ao contrário da Inglaterra e da França, a Alemanha não tinha um governante poderoso que lhe defendesse os interesses contra o papado. O país estava fraco e dividido. Foi ao menos em parte por isso que Leão X o escolheu como o campo mais promissor para a venda de indulgências.

Por que a Revolução Protestante começou na Alemanha

I. A revolta luterana na Alemanha

Ao raiar o séc. XVI, a Alemanha estava madura para a revolução religiosa. Faltava apenas aparecer um líder que fosse capaz de unir os elementos descontentes e dar às suas reivindicações um lustre teológico aceitável. Não tardou a surgir esse homem. Chamava-se ele Martinho Lutero e nascera na Turíngia, em 1483. Sua família era de camponeses, mas o pai, logo depois do casamento, abandonara o campo para trabalhar nas minas de Mansfeld. Nessa nova atividade havia alcançado uma relativa prosperidade e chegou a integrar o conselho da vila. Apesar disso, o ambiente em que Martinho viveu a primeira infância estava longe de ideal. Por motivos banais, era espancado em casa até sangrar; povoavam-lhe o espírito histórias de demônios e feiticeiras. Algumas dessas superstições não o abandonaram até o fim da vida. Os pais desejavam que ele se tornasse advogado, e com esse fim matricularam-no aos 18 anos na Universidade de Erfurt. Durante os primeiros quatro anos, Lutero estudou com afinco, alcançando renome como estudante acima da média. No entanto, em 1505, ao voltar de uma visita à sua casa, foi surpreendido por violenta tempestade e derrubado por um raio. No terror de ser fulminado por um Deus furioso, fez a Santa Ana a promessa de tornar-se monge. Pouco depois ingressou no mosteiro agostiniano de Erfurt.

Martinho Lutero

Martinho Lutero. Retrato pintado por Melchior Lorck.

Ali, dedicou-se com ardor à reflexão sobre o estado de sua alma. Obcecado pela idéia de que seus pecados eram inumeráveis, esforçava-se desesperadamente para alcançar a paz espiritual. Entregava-se a longas vigílias e passava dias a fio sem comer absolutamente nada. No entanto, quanto mais jejuava e se torturava, mais aumentavam sua angústia e sua depressão. Ao lhe ser dito que o caminho da salvação está no amor de Deus, Lutero se dispôs a desistir, tomado de desespero. Como poderia amar um Ser que nem sequer é justo, que só salva aqueles a quem Lhe apraz salvar? "Amá-Lo?", perguntava ele a si mesmo. "Não o amo. Eu O odeio." Mas com o tempo, à medida que refletia sobre as Escrituras,

A doutrina da justificação apenas pela fé

principalmente sobre a Paixão, Lutero adquiriu uma nova percepção dos mistérios da teologia cristã. Impressionou-o profundamente a humilhação que fora a morte do Salvador na cruz. Em benefício da humanidade pecadora, o Cristo, o Deus-homem, havia partilhado o destino de criminosos comuns. Por que Ele assim procedera, senão por amor às Suas criaturas? O Deus da tempestade, cujo atributo maior parecera ser a cólera, revelara-Se como um pai que se apieda dos filhos. Eis um milagre que nenhum espírito humano poderia compreender. Devia ser aceito pela fé; e somente pela fé, concluiu Lutero, podem os seres humanos se justificarem perante Deus. Essa doutrina da justificação pela fé, opondo-se à salvação pelas "boas obras", logo se tornou a doutrina central da teologia luterana.

A revolta de Lutero contra a venda de indulgências

Entretanto, muito antes de ter Lutero completado seu sistema teológico, foi ele convidado a fazer conferências sobre Aristóteles e a Bíblia na Universidade de Wittenberg, recém-fundada por Frederico o Sábio, da Saxônia. Enquanto ele se desincumbia da missão, sobreveio um acontecimento que fez saltar a centelha da Revolução Protestante. Em 1517 apareceu na Alemanha um frade dominicano sem princípios, chamado Tetzel, vendendo indulgências. Determinado a conseguir a maior quantia possível para o papa Leão X e para o arcebispo de Mogúncia, a quem servia, Tetzel descrevia deliberadamente as indulgências como bilhetes de entrada no céu. Embora proibido de ir à Saxônia, chegou até as fronteiras desse estado e muitos habitantes de Wittenberg correram a comprar a salvação por preço tão módico. Lutero estarreceu-se ante essa descarada exploração de pessoas ignorantes. Formulou, por isso, uma série de 95 teses ou declarações, atacando a venda de indulgências, e afixou-as à porta da igreja, de acordo com o costume da época, no dia 31 de outubro de 1517. Mais tarde mandou-as imprimir e enviou-as a amigos seus em várias cidades. Logo se tornou evidente que as Noventa e Cinco Teses exprimiam os sentimentos de uma nação. Lutero foi saudado, em toda a Alemanha, como o chefe mandado por Deus para quebrar o poder de um clero arrogante e hipócrita. Em breve, tomou conta do país uma onda de reação contra a venda de indulgências. Tetzel foi quase linchado e expulso da Alemanha. Havia começado a revolta contra Roma.

Condenação e excomunhão de Lutero

Privado da receita proveniente das indulgências, era inevitável que o papa interviesse. Já no começo de 1518, ele ordenou ao geral da ordem dos agostinianos que obrigasse o frade rebelde a retratar-se. Lutero não somente recusou-se a fazê-lo como ainda publicou um sermão em que afirmava, com mais vigor do que nunca, as suas idéias. Forçado por seus críticos a responder a perguntas sobre vários outros assuntos alheios às indulgências, aos poucos chegou à conclusão de que a sua religião era totalmente irreconciliável com a da Igreja romana. Não havia outra alternativa senão romper em definitivo com a fé católica. Em 1520 seus ensinamentos foram condenados formalmente por uma bula de Leão X e Lutero recebeu ordem de retratar-se dentro de sessenta dias, sob pena de ser tratado como herético. Respondeu queimando publicamente a proclamação do papa. Por esse ato foi excomungado, com ordem de ser entregue ao braço secular para receber o devido castigo. Nessa época, a Alemanha ainda se achava, tecnicamente, sob o governo do Sacro Império Romano. Carlos V, que recentemente fora elevado ao trono desse império periclitante, estava ansioso por se livrar o quanto antes do

rebelde insolente, mas não se atrevia a agir sem a aprovação da Dieta Imperial. Assim, Lutero foi intimado em 1521 a comparecer perante uma reunião da Dieta, em Worms. Como muitos dos príncipes que compunham a assembléia eram, eles próprios, hostis à Igreja, nada de especial se fez, a despeito da recusa de Lutero de retirar uma só palavra do que havia dito. Finalmente, depois de alguns membros já terem voltado para casa, o imperador fez passar um edito estigmatizando o frade turbulento como violador da lei. Mas Lutero já se refugiara no castelo de seu amigo, Frederico da Saxônia. Ali permaneceu até passar todo perigo de prisão pelos soldados do imperador. Pouco depois Carlos ausentou-se para dirigir a guerra contra a França e o edito de Worms nunca foi cumprido.

Fundação da igreja luterana; as doutrinas de Lutero

Daí em diante, até sua morte em 1546, Lutero se ocupou do trabalho de estabelecer uma igreja alemã independente. Apesar do conflito fundamental entre suas crenças e a teologia católica, ele conservou um bom número de elementos do sistema católico. Com o passar dos anos tornou-se mais conservador que muitos de seus adeptos. Embora a princípio tivesse rejeitado a transubstanciação, acabou por adotar uma doutrina que apresentava pelo menos uma semelhança superficial com a teoria católica. Negava, contudo, que qualquer mudança na substância do pão e do vinho ocorra como resultado de um milagre sacerdotal. A função do clérigo consiste tão-somente em *revelar* a presença de Deus no pão e no vinho. Entretanto, as mudanças que operou foram suficientemente drásticas para manter o caráter revolucionário da nova religião. Substituiu o latim pelo alemão nos serviços religiosos e rejeitou todo o sistema eclesiástico composto de papa, arcebispos, bispos e padres como guardiões das chaves do reino do céu. Ao abolir o monasticismo e insistir no direito que tinham os padres de se casarem, avançou muito no sentido de destruir a barreira que separava o clero do laicato, e que dera aos padres sua condição especial de representantes de Deus na terra. Reconheceu como sacramentos apenas o batismo e a eucaristia, negando que mesmo esses tivessem qualquer poder sobrenatural de trazer a graça dos céus à terra. Como continuava a dar maior valor à fé do que às boas obras como caminho para a salvação, era natural que abandonasse práticas formais como o jejum, as peregrinações, a veneração das relíquias e a invocação dos santos. Por outro lado, as doutrinas da predestinação e da suprema autoridade das Escrituras receberam na nova religião um lugar mais preeminente do que na antiga. Por fim, Lutero descartou a concepção católica de superioridade da Igreja sobre o estado. Ao invés de ter bispos submetidos ao papa, na qualidade de vigário de Cristo, organizou sua igreja sob a direção de superintendentes que eram, em essência, agentes do governo.

Irrompe a revolução social; a revolta dos cavaleiros

Lutero não foi, naturalmente, o único responsável pelo sucesso da Revolução Protestante. A derrubada do catolicismo na Alemanha foi também ajudada pela irrupção de uma revolta social. Em 1522-1523 ocorreu uma feroz rebelião de cavaleiros. Esses pequenos nobres estavam sendo empobrecidos pela concorrência das grandes propriedades e pela transição para uma economia capitalista. Consideravam como causa principal de sua miséria a concentração de riqueza territorial nas mãos dos príncipes mais poderosos e da Igreja. Tomados de sentimentos nacionalistas, sonhavam com uma Alemanha unida e livre do domínio

dos poderosos latifundiários e dos padres cúpidos. Os líderes desse movimento foram Ulrich von Hutten, que de humanista se transformara em ferrenho adepto de Lutero, e Franz von Sickingen, célebre barão-salteador e soldado da fortuna. A esses homens o evangelho de Lutero parecia oferecer um excelente programa para uma guerra em prol da liberdade da Alemanha. Ainda que a rebelião fosse rapidamente esmagada pelos exércitos dos arcebispos e dos nobres mais ricos, parece ter tido efeito considerável no sentido de persuadir os sustentáculos do antigo regime que seria pouco prudente opor uma resistência encarniçada ao movimento luterano.

A sublevação das classes inferiores

À revolta dos cavaleiros seguiu-se, em 1524-1525, uma sublevação ainda mais violenta das classes inferiores. Embora na maioria os participantes fossem camponeses, o movimento atraiu também muitos trabalhadores pobres das cidades. As causas dessa segunda rebelião foram de certo modo semelhantes às da primeira: a alta do custo de vida, a concentração da propriedade fundiária e o radicalismo religioso inspirado nos ensinamentos de Lutero. No entanto, os camponeses e proletários foram instigados à ação por inúmeros outros fatores. A decadência do regime havia eliminado a relação paternalista entre nobre e servo. Em seu lugar surgira um simples vínculo monetário entre empregador e empregado. A única obrigação que tinham agora as classes altas era a de pagar um salário. Quando atingido pela doença ou pelo desemprego, o trabalhador tinha de se arranjar, com seus parcos recursos, como melhor pudesse. Além disso, estava sendo rapidamente abolida a maioria dos antigos privilégios de que os servos tinham gozado na propriedade senhorial, como o de pôr rebanhos a pastar nas terras comuns e o de colher lenha na floresta. Para piorar as coisas, os senhores tentavam agora enfrentar a alta dos preços exigindo maiores rendas dos camponeses. Por fim, as classes inferiores iraram-se com os efeitos do restabelecimento do direito romano — resguardar os direitos dos proprietários e fortalecer o poder do estado para defender os interesses dos ricos.

Resultado da Revolta dos Camponeses

A Revolta dos Camponeses, de 1524-1525, começou no sul da Alemanha e espalhou-se rapidamente para o norte e para o ocidente, até envolver quase todo o país. A princípio teve mais o caráter de uma greve que de uma insurreição. Os rebeldes contentavam-se com apresentar petições e tentar persuadir pacificamente seus senhores a conceder-lhes um alívio da opressão. Entretanto, antes que se passassem muitos meses o movimento caiu sob o domínio de líderes radicais como Tomás Münzer, que pregavam uma luta a ferro e fogo contra a nobreza e o clero perversos. Na primavera de 1525 os camponeses começaram a saquear e incendiar mosteiros e castelos, e até assassinar alguns de seus adversários mais odiados. Os nobres voltaram-se então contra eles com fúria diabólica, matando indiscriminadamente tanto os que resistiam como os indefesos. Nisso foram incentivados pelo próprio Martinho Lutero. Como Lutero se tornara aliado ferrenho dos príncipes alemães e vigoroso adversário da reforma social, escreveu um panfleto violento, *Contra as hordas ladras e assassinas dos camponeses*, no qual incitava todos quantos pudessem a perseguir os rebeldes como a cães raivosos, a "ferir, estrangular e apunhalar, secreta ou publicamente, e lembrar-se de que não há nada mais virulento, daninho e diabólico do que um homem revoltado". A partir de então, a firme aliança entre o luteranismo e os

poderes do estado ajudou a garantir a paz social. Com efeito, após a sangrenta punição dos camponeses rebeldes jamais voltou a ocorrer um levante em massa das classes inferiores em toda a história alemã.

II. O movimento anabatista

Natureza do anabatismo

Pouco depois do fracasso da Revolta dos Camponeses, um grupo de reformadores radicais que estavam insatisfeitos com o crescente conservadorismo de Lutero, mas que não se dispunham a empunhar a espada, começaram a formar o descosido movimento que recebeu o nome de anabatismo. O nome significa "rebatismo" e provém do fato de os anabatistas considerarem inútil o batismo das crianças, insistindo em que o rito só devia ser ministrado quando o indivíduo alcançasse a idade da razão. Mas a preferência pelo batismo de adultos não era, na verdade, sua doutrina essencial. Os anabatistas eram extremamente individualistas em matéria de religião. Tomavam ao pé da letra o ensinamento de Lutero de que cada um tem o direito de seguir os ditames de sua própria consciência. Não só rejeitavam a teoria católica do sacerdócio, como negavam a necessidade de qualquer clero, sustentando que cada indivíduo devia seguir a orientação da "luz interior". Não admitiam que a revelação divina tivesse cessado com a redação do último livro do Novo Testamento, afirmando que Ele continuava a falar diretamente a alguns de Seus servos eleitos. Atribuíam muita importância à interpretação literal da Bíblia, até mesmo de suas passagens mais herméticas. Acreditavam que a igreja devia ser uma comunidade de santos e exigiam de seus seguidores que rejeitassem a mentira, a irreverência, a gula, a lascívia e a ingestão de bebidas alcoólicas. Muitos de seus adeptos julgavam estar iminente o fim do mundo e que em breve se estabeleceria na terra o reino de Cristo, de justiça e paz, no qual eles teriam um lugar preeminente. Os anabatistas, porém, eram mais do que um simples grupo de extremistas religiosos; representavam também as mais radicais tendências sociais de seu tempo. Embora seja, provavelmente, exagero catalogá-los como comunistas, é certo que condenavam a acumulação de riqueza e ensinavam ser dever dos cristãos partilhar os seus bens entre si. Além disso, não reconheciam qualquer distinção de condição ou classe, proclamando que todos os homens eram iguais aos olhos de Deus. Muitos deles também abominavam os juramentos, condenavam o serviço militar e recusavam pagar impostos a governos que se empenhassem em guerras. De modo geral abstinham-se de atividade política e exigiam completa separação entre Igreja e Estado. Suas doutrinas representavam a manifestação extrema do fervor revolucionário gerado pelo movimento protestante.

O sítio de Münster

Para infelicidade do movimento, em 1534 um grupo muito pouco representativo de extremistas anabatistas conseguiu apoderar-se do governo da cidade de Münster, no noroeste da Alemanha. Alguns extremistas acorreram de regiões vizinhas e Münster se tornou uma nova Jerusalém, onde eram postas em prática todas as fantasias acumuladas no setor lunático do movimento. As propriedades dos não-crentes foram confiscadas e introduziu-se a poligamia. Um ex-alfaiate, de nome João de Leyden, assumiu o título de rei, proclamando-se sucessor de Davi, com a missão de conquistar o mundo e destruir os gentios. Mas ao cabo de pouco mais de um ano Münster foi recapturada pelas forças católicas e

os chefes de Sião morreram entre horríveis torturas. Como conseqüência desse episódio, o anabatismo ficou inteiramente desacreditado e todos seus adeptos foram submetidos a cruéis perseguições em toda a Alemanha e onde quer que fossem encontrados. Entre os pouquíssimos que sobreviveram estavam alguns que se agruparam na seita dos menonitas, nome derivado de seu fundador, um holandês chamado Menno Simons (1492-1559). Essa seita, dedicada ao pacifismo e à simples "religião do coração" do anabatismo original, continua a existir ainda hoje. Vários princípios anabatistas foram também revividos posteriormente por grupos religiosos como os Quakers e diversas seitas batistas e pentecostais.

III. A revolta de Zwingli e de Calvino na Suíça

Causas da Revolução Protestante na Suíça

A forma especial de protestantismo criada por Lutero não logrou grande popularidade fora de seu ambiente nativo. Mesmo na Alemanha, ela não triunfou em toda parte (a maior parte do sul do país permaneceu católica), e fora da Alemanha o luteranismo só se tornou religião oficial na Dinamarca, Noruega e Suécia. Mas a força da revolta protestante se fez sentir em diversos outros países, sobretudo na Suíça, onde a consciência nacional se vinha fortalecendo há séculos. No fim da Idade Média, os pastores e camponeses dos cantões suíços haviam contestado o direito dos austríacos a governá-los, e finalmente, em 1499, tinham obrigado o imperador Maximiliano a reconhecer-lhes a independência, não só em relação aos Habsburgos mas também ao Sacro Império Romano. Tendo-se livrado do jugo de um imperador estrangeiro, era pouco provável que os suíços se submetessem indefinidamente a um papa, também estrangeiro. Além disso, as cidades de Zurique, Basiléia, Berna e Genebra tinham-se transformado em florescentes centros comerciais. Suas populações eram dominadas por prósperos comerciantes que encaravam com desprezo crescente o ideal católico da glorificação da pobreza. Ali também o humanismo setentrional encontrara acolhida benévola nos espíritos cultos, do que resultara uma sadia desconfiança das superstições clericais. Erasmo tinha vivido durante alguns anos em Basiléia. Por fim, a Suíça fora escorchada pelos vendedores de indulgências em medida apenas inferior à da Alemanha.

Zwingli

O pai da Revolução Protestante na Suíça foi Ulrich Zwingli (1484-1531). Apenas algumas semanas mais moço do que Lutero, Zwingli era filho de um magistrado abastado, que lhe pôde dar excelente educação. Enquanto estudante consagrou quase todo o seu tempo à filosofia e à literatura, sem qualquer interesse pela religião, a não ser no tocante às reformas práticas dos humanistas cristãos. Embora se ordenasse aos 22 anos de idade, seu objetivo principal ao entrar no clero era aproveitar o ensejo que isso lhe traria para cultivar seus pendores literários. Por fim, passou a interessar-se pela religião, dedicando suas energias à reforma da Igreja. Aceitou quase todos os ensinamentos de Lutero, exceto que, para ele, o pão e o vinho eram meros símbolos do corpo e do sangue de Cristo; por conseguinte, Zwingli reduziu o sacramento da Eucaristia a uma simples comemoração. Orientou tão bem as forças anticatólicas que em 1528 quase todo o norte da Suíça tinha abandonado a antiga fé.

Dos cantões do norte, a revolta protestante na Suíça estendeu-se a Genebra. Essa cidade, localizada à beira do lago homônimo, perto da fronteira francesa, gozava a duvidosa vantagem de possuir um duplo governo. A população devia lealdade a dois suseranos, o bispo local e o conde de Savóia. Quando esses nobres governantes conspiraram para tornar mais absoluto o seu poder, os cidadãos rebelaram-se contra eles. Resultou disso a expulsão de ambos da cidade, por volta de 1530, e a fundação de uma república livre. Mas o movimento dificilmente teria logrado êxito sem alguma ajuda dos cantões do norte. Não tardou muito, pois, para que pregadores protestantes de Zurique e Berna começassem a chegar a Genebra.

João Calvino

Foi logo depois desses fatos que João Calvino (1509-1564) chegou à cidade. Embora destinado a desempenhar papel tão relevante na história da Suíça, não era desse país, mas da França. Nascera em Noyon, na Picardia. A mãe morreu quando ele era ainda muito pequeno, e o pai, que não gostava de crianças, confiou-o aos cuidados de um amigo aristocrata. Ao atingir o nível da educação superior foi mandado à Universidade de Paris, onde, devido a seu temperamento bilioso e à mania de apontar faltas alheias, foi apelidado "o caso acusativo". Mais tarde, em obediência aos desejos do pai, foi estudar direito em Orléans. Ali caiu sob a influência de discípulos de Lutero, a ponto de se tornar suspeito de heresia. Conseqüentemente, em 1534 Calvino refugiou-se na Suíça. Estabeleceu-se por algum tempo na Basiléia e depois mudou-se para Genebra, que ainda se achava convulsionada pela revolução política. Começou logo a pregar e a arregimentar seus adeptos, de tal forma que em 1541 tanto o governo como a religião tinham caído completamente sob seu domínio. Até sua morte, em 1564, Calvino governou a cidade com mão-de-ferro. São poucos na história os exemplos de homens de índole mais sombria e mais teimosamente convencidos da verdade de suas idéias.

João Calvino. Esta xilogravura mostra o severo reformador em idade avançada.

O governo de Calvino em Genebra

Sob o governo de Calvino, Genebra transformou-se numa oligarquia religiosa. A autoridade suprema era exercida pela Congregação do Clero, que preparava todas as leis e as submetia ao Consistório para ratificação. Esse último órgão compunha-se, além do clero, de doze anciãos que representavam a população e tinha como função principal fiscalizar a moral pública e particular. Essa função era cumprida não somente por meio da punição da conduta anti-social, mas também por uma devassa constante na vida particular de cada indivíduo. A cidade foi dividida em distritos e uma comissão do Consistório visitava cada casa, sem aviso prévio, a fim de investigar os hábitos dos moradores. Até as formas mais inócuas de frivolidade eram estritamente proibidas. Dançar, jogar cartas, ir ao teatro, trabalhar ou divertir-se no Dia do Senhor, tudo isso era punido como obras de Satanás. Proibia-se aos estalajadeiros permitirem que qualquer pessoa comesse ou bebesse sem primeiro dar graças, ou que qualquer cliente ficasse fora da cama depois das nove horas, a menos que fosse para espionar a conduta alheia. É desnecessário dizer que as penalidades eram severas. Como crimes capitais classificavam-se não só o homicídio e a traição, mas também o adultério, a feitiçaria, a blasfêmia e a heresia, sendo esta última, em especial, suscetível de ampla interpretação. Nos quatro primeiros anos depois que Calvino passou a governar Genebra, houve nada menos de 58 execuções, numa população total de apenas 16.000 habitantes.

A teologia de Calvino

A essência da teologia de Calvino está contida na *Instituição da religião cristã*, publicada originalmente em 1536 e revista e aumentada várias vezes depois. Suas idéias se assemelham mais às de Santo Agostinho que às de qualquer outro teólogo. Concebia o universo como absolutamente dependente de um Deus onipotente que criou todas as coisas para sua maior glória. Devido à queda original da graça, todos os seres humanos são pecadores por natureza. Não obstante, Deus, em sua alta sabedoria, predestinou alguns homens à salvação e condenou todos os demais aos tormentos do inferno. Nada que os seres humanos façam pode alterar-lhes o destino; suas almas estão marcadas com a bênção ou a maldição divina mesmo antes de nascer. Mas isso não significava, na opinião de Calvino, que o cristão pudesse ser indiferente à sua conduta na terra. Se estivesse entre os eleitos, Deus teria incutido nele o desejo de uma vida reta. A conduta ilibada é sinal, ainda que não infalível, de que essa pessoa foi escolhida para sentar-se no trono da glória. A pública profissão de fé e a participação nos sacramentos são também indícios presuntivos de escolha para a salvação. Acima de tudo, porém, os calvinistas exigiam uma vida ativa de piedade e moralidade como uma solene obrigação dos membros da comunidade cristã. Tal como os antigos hebreus, viam a si mesmos como instrumentos escolhidos por Deus com a missão de ajudar no cumprimento de Seus desígnios na terra. Não lhes cabia esforçar-se por sua salvação, mas sim pela glória de Deus. Percebe-se, pois, que o sistema calvinista não encorajava seus adeptos a descansar de braços cruzados, na certeza de que seu destino estava traçado. Nenhuma religião cultivou maior zelo na conquista da natureza, na atividade missionária ou na luta contra a tirania política. Sem dúvida a razão disso está na crença calvinista de que o instrumento eleito de Deus devia representar um papel, no drama do universo, que fosse digno de sua alta condição. E com o Senhor a seu lado, não se amedrontava facilmente com os leões que pudessem espreitar-lhe o caminho.

A religião de Calvino em confronto com a de Lutero

A religião de Calvino diferia da de Lutero em alguns aspectos. Em primeiro lugar, era mais legalista. Enquanto o reformador de Wittenberg dava ênfase à orientação da consciência individual, o ditador de Genebra acentuava a soberania da lei. Concebia Deus como um poderoso legislador que houvesse transmitido, nas Escrituras, um conjunto de regras que deviam ser obedecidas ao pé da letra. Em segundo lugar, a fé calvinista estava mais próxima do Velho Testamento que a luterana. Isso pode ser ilustrado pela atitude dos dois homens em relação à observância do Dia do Senhor. A concepção de Lutero do domingo era semelhante à que prevalece na Europa continental moderna. Exigia, é claro, que seus adeptos fossem à igreja, mas não que se abstivessem de qualquer prazer ou trabalho durante o resto do dia. Calvino, por outro lado, reviveu o sábado judaico com seus rigorosos tabus contra tudo sobre o que recaísse a suspeita de mundanismo. Em terceiro lugar, a religião de Genebra estava mais intimamente associada aos ideais do novo capitalismo. As simpatias de Lutero voltavam-se para os nobres e, pelo menos uma vez, ele censurou acremente a cobiça dos magnatas das finanças. Calvino santificava os empreendimentos do comerciante e do prestamista, colocando em alto plano, no seu sistema ético, as virtudes comerciais da economia e da diligência. Por fim, o calvinismo, em confronto com o luteranismo, representava uma fase mais radical da

revolução protestante. Como vimos, o frade de Wittenberg havia conservado muitas características do culto romano e até alguns dogmas católicos. Calvino rejeitou tudo que lhe cheirasse a "papismo". Sua igreja foi organizada de modo a excluir todo e qualquer traço do sistema episcopal. Cabia às congregações escolher seus próprios presbíteros e pregadores, enquanto um colégio de ministros governaria toda a igreja. Foram implacavelmente eliminados o ritual, a música instrumental, os vitrais, os quadros e as imagens, ficando a religião, em conseqüência, reduzida a "quatro paredes nuas e um sermão". Até a comemoração do Natal e da Páscoa era severamente proibida.

Expansão do calvinismo

A popularidade do calvinismo não se limitou à Suíça. Expandiu-se pela maioria dos países da Europa ocidental onde o comércio e as finanças haviam-se tornado atividades preponderantes. Eram calvinistas os huguenotes da França, os puritanos da Inglaterra, os presbiterianos da Escócia e os membros da Igreja Reformada na Holanda. Era, eminentemente, a religião dos citadinos, embora atraísse, naturalmente, convertidos de outras camadas sociais. Teve enorme influência em moldar a ética dos tempos modernos. Adeptos dessa fé tiveram papel de monta nas revoltas iniciais contra o despotismo na Inglaterra e na França, assim como na derrubada da tirania espanhola na Holanda.

IV. A revolução protestante na Inglaterra

Causas primordiais da Revolução Protestante na Inglaterra

Na Inglaterra, o golpe inicial contra a Igreja Romana não foi dado por um entusiasta religioso como Lutero ou Calvino, mas pelo chefe do governo. Não significa isso, contudo, que a Reforma inglesa tenha sido exclusivamente um movimento político. Henrique VIII não teria conseguido fundar uma igreja inglesa independente se essa decisão não tivesse sido endossada por grande número de seus súditos. E havia muitos motivos para que esse apoio fosse pronto. Ainda que os ingleses se

Contraste entre as igrejas católica e protestante. À esquerda está uma igreja protestante "reformada" onde a maioria das pessoas está ouvindo um sermão num ambiente de grande simplicidade. À direita está uma igreja católica mostrando a profusão de cerimônias religiosas, ornamentos e vestes clericais.

tivessem libertado, até certo ponto, do domínio papal, o orgulho nacional se tornara tão grande que qualquer grau de subordinação a Roma era sentido como uma afronta. Além disso, a Inglaterra fora palco, por algum tempo, de viva agitação em favor da reforma religiosa. Persistia a recordação dos contundentes ataques de Wycliffe, no século XIV, à cobiça dos padres, ao poder temporal dos papas e bispos e ao sistema sacramental da Igreja. Fator de considerável importância fora ainda a influência dos humanistas cristãos, sobretudo Thomas More, ao condenarem as superstições do culto católico. Por fim, pouco depois da eclosão da revolução protestante na Alemanha, idéias luteranas foram levadas à Inglaterra por pregadores itinerantes e pela circulação de panfletos impressos. Em decorrência de tudo isso, a monarquia inglesa, ao cortar os laços com Roma, desfrutou as simpatias de seus súditos mais influentes.

Henrique VIII. Retrato de autoria de Hans Holbein.

Criação da Igreja Anglicana como unidade nacional independente

O conflito com o papa foi precipitado pelos problemas domésticos de Henrique VIII. Durante dezoito anos ele estivera casado com Catarina de Aragão, e para suceder-lhe tinha apenas uma filha doente, a futura rainha Maria. A morte em tenra idade de todos os filhos varões desse casamento era uma cruel decepção para o rei, que desejava um herdeiro masculino para perpetuar a dinastia Tudor. Mas isso não era tudo, pois Henrique se apaixonara profundamente por uma dama de honra de olhos negros, Ana Bolena, e estava resolvido a fazê-la rainha. Por isso, em 1527 apelou para o papa Clemente VII, pedindo a anulação de seu casamento com Catarina. A lei canônica não sancionava o divórcio, mas previa que um casamento poderia ser anulado se houvesse provas de que as condições reinantes na época das núpcias o tornavam ilegal. A rainha Catarina fora casada anteriormente com o irmão mais velho de Henrique, Artur, o qual falecera alguns meses após a cerimônia. Lembrando-se desse fato, os advogados do rei encontraram uma passagem no Livro do Levítico, que lançava uma maldição sobre o homem que se casasse com a esposa do irmão falecido. O papa viu-se numa situação difícil. Se rejeitasse o apelo do rei, a Inglaterra estaria provavelmente perdida para a fé católica, pois Henrique parecia convicto de que a maldição das Escrituras lhe impedira a perpetuação da dinastia. Por outro lado, se concedesse a anulação, o papa provocaria a ira do imperador Carlos V, sobrinho de Catarina. Carlos já invadira a Itália e estava ameaçando o papa com a perda do poder temporal. Não parecia haver outra saída para Clemente senão procrastinar. A princípio, sob pretexto de resolver a questão na Inglaterra, delegou poderes ao legado pontifício e ao cardeal Wolsey para instalarem um tribunal de inquirição a fim de determinar se o casamento de Catarina fora ou não legal. Depois de uma longa demora, a causa foi subitamente transferida para Roma. Henrique perdeu a paciência e decidiu resolver a questão à sua maneira. Em 1531 ele convocou uma assembléia de prelados e, ameaçando puni-los por violação do Estatuto de *Praemunire*, ao se submeterem ao legado pontifício, induziu-os a reconhecê-lo como chefe da igreja inglesa, "tanto quanto o permite a lei de Cristo". Em seguida persuadiu o Parlamento a decretar uma série de leis abolindo todos os pagamentos de rendas ao papa e proclamando a Igreja Anglicana como uma unidade nacional, independente, submetida à autoridade exclusiva do rei. Em 1534 tinham sido rompidos todos os laços que ligavam a Igreja da Inglaterra a Roma.

No entanto, os decretos que Henrique VIII fizera passar não transformaram verdadeiramente a Inglaterra num país protestante. Embora a abolição da autoridade papal fosse seguida pela dissolução dos mosteiros e pelo confisco de suas riquezas, a Igreja permanecia católica quanto à doutrina. Os Seis Artigos, adotados pelo Parlamento em 1539, a mando do rei, não deixavam lugar para dúvidas quanto à ortodoxia oficial. Confissão auricular, missas em sufrágio dos mortos e celibato clerical, tudo isso foi confirmado; e a morte na fogueira foi cominada como a pena aos que negassem o dogma católico da Eucaristia. No entanto, a influência que teve nessa época uma minoria de protestantes não pode ser desprezada. O número deles crescia sempre, e no reinado do sucessor de Henrique, Eduardo VI (1547-1553), chegaram mesmo a ganhar ascendência. Como o novo rei tivesse apenas nove anos de idade ao herdar a coroa, era inevitável que a política do governo fosse uma política de bastidores. Os homens mais ativos nesse trabalho foram Thomas Cranmer, arcebispo de Canterbury, e os duques de Somerset e Northumberland, que dominaram sucessivamente o conselho de regência. Todos os três tinham fortes pendores protestantes. Em conseqüência, os artigos de fé e as cerimônias da Igreja da Inglaterra passaram por uma drástica revisão. Permitiu-se o casamento dos sacerdotes; o latim foi substituído pelo inglês nos serviços religiosos; aboliu-se o uso de imagens; e instituíram-se novos artigos de fé, repudiando todos os sacramentos, exceto o batismo e a comunhão, e afirmando o dogma luterano da justificação apenas pela fé. Quando o jovem Eduardo morreu, em 1553, tudo levava a crer que a Inglaterra se passara definitivamente para o campo protestante.

Atividades dos protestantes radicais

As aparências, porém, são freqüentemente ilusórias. Nunca o foram mais do que na Inglaterra ao fim do reinado de Eduardo VI. A maior parte do povo se recusara a abandonar os usos da fé antiga, e se instalara uma reação contra os métodos autoritários dos protestantes radicais. Ademais, durante a época dos Tudors os ingleses haviam-se acostumado a obedecer à vontade de seu soberano. Era uma atitude fomentada pelo orgulho nacional e pelo desejo de ordem e prosperidade. A Eduardo VI sucedeu a rainha Maria I Tudor (1553-1558), a desgraciosa e piedosa filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão. Era inevitável que Maria fosse católica e que abominasse a revolta contra Roma, uma vez que a origem do movimento estava associada aos sofrimentos de sua mãe. Em conseqüência disso, não é de estranhar que ao subir ao trono ela tentasse fazer o tempo recuar. Não só restaurou a celebração da missa e a regra do celibato clerical, mas fez com que o Parlamento aprovasse a volta incondicional da Inglaterra ao campo papal. No entanto, a política de Maria terminou em lamentável fracasso por várias razões. Em primeiro lugar, ela incorreu no mesmo erro de seus predecessores, impondo, pela força, mudanças demasiado radicais para o temperamento da época. O povo inglês não estava pronto para uma revolução luterana ou calvinista, mas tampouco estava disposto a aceitar a submissão imediata a Roma. Uma causa ainda mais séria para seu fracasso terá sido, provavelmente, ter-se casado com Filipe II, o ambicioso herdeiro do trono espanhol. Seus súditos temeram que essa união levasse a perigosas complicações externas, senão à anexação pela Espanha. Quando a rainha se deixou arrastar a uma guerra com a França, na qual a Inglaterra foi obrigada a entregar Calais, seu último reduto no continente, o país

A reação católica no reinado de Maria I Tudor

chegou à beira da rebelião. A morte pôs fim, em 1558, ao inglório reinado de Maria a Sanguinária.

A solução conciliatória de Elizabeth I

A questão de tornar-se a Inglaterra católica ou protestante ficou para ser decidida pela sucessora de Maria, sua irmã consangüínea Elizabeth I (1558-1603), filha de Ana Bolena. Embora criada no protestantismo, Elizabeth não era pessoa de convicções religiosas muito profundas. Seu interesse maior era a arte de governar, e ela não desejava ver seu reino dividido por disputas sectárias. Por conseguinte, decidiu-se por uma política de moderação, recusando aliar-se tanto a católicos extremados como a protestantes fanáticos. Tão bem se ateve a essa atitude que por alguns anos enganou o papa, fazendo-o pensar que ela poderia tornar-se católica. Não obstante, era demasiado nacionalista para sequer pensar em restabelecer a vassalagem a Roma. Uma de suas primeiras medidas ao se tornar rainha foi ordenar a aprovação de um novo Ato de Supremacia, pelo qual o soberano da Inglaterra era proclamado "governante supremo" da igreja Anglicana independente. A decisão final, completada por volta de 1750, foi uma solução conciliatória tipicamente inglesa. A igreja tornou-se protestante, mas certos artigos do credo foram deixados suficientemente vagos para que muitos católicos os aceitassem sem um choque excessivo para sua consciência. Além disso, manteve-se a forma episcopal de organização e grande parte do ritual católico. Esse ajuste permaneceu em vigor durante muito tempo após a morte de Elizabeth. Na verdade, a maioria de seus elementos sobrevive até hoje. E é significativo que a moderna Igreja da Inglaterra seja bastante maleável para incluir em seu seio facções tão díspares quanto os anglo-católicos, que diferem dos católicos romanos apenas na rejeição da supremacia papal, e os anglicanos da "igreja baixa" (*low-church*), que são tão radicais em seu protestantismo quanto os luteranos.

2. A REFORMA CATÓLICA

Os começos da Reforma Católica

Como foi salientado no começo deste capítulo, a Revolução Protestante foi apenas uma das fases do grande movimento conhecido como Reforma. A outra foi a Reforma Católica, ou Contra-Reforma, como é comumente chamada, na suposição de que objetivo primário de seus orientadores fosse purgar a Igreja Católica a fim de conter a expansão do protestantismo. Historiadores modernos, no entanto, mostraram que os primórdios do movimento reformista católico foram em tudo independentes da revolta protestante. Na Espanha, nos últimos anos do século XV, uma revivescência religiosa iniciada pelo cardeal Ximenes, com a aprovação da monarquia, agitou profundamente o país. Fundaram-se escolas, eliminaram-se os abusos dos mosteiros e os padres foram instigados a aceitar suas responsabilidades pastorais. Conquanto o movimento tivesse sido lançado basicamente para fortalecer a Igreja na luta contra os heréticos, judeus e muçulmanos, teve o efeito de regenerar em grau considerável a vida espiritual da nação. Também na Itália, desde o início do século XVI, um grupo de clérigos fervorosos vinha trabalhando no sentido de tornar os sacerdotes de sua Igreja mais dignos da sua missão. A tarefa era difícil, dado o arraigamento dos abusos e o exemplo de depravação mostrado pela corte papal. Apesar desses obstá-

culos, o movimento levou à fundação de diversas ordens religiosas dedicadas a elevados ideais de piedade e serviço social.

Mas as chamas da Reforma Católica só foram atiçadas quando a Revolução Protestante começou a ameaçar seriamente o catolicismo. Só quando toda a nação alemã pareceu estar na iminência de gravitar para a órbita luterana foi que os papas se preocuparam seriamente com a necessidade de reforma. O primeiro a tentar uma purificação da Igreja foi Adriano VI, de Utrecht, o único não-italiano a ser eleito para o trono papal em quase um século e meio, e o último até 1978. Contudo, seu reinado de apenas vinte meses foi demasiado breve para permitir-lhe fazer muita coisa, e em 1523 ele foi sucedido por um Médici (Clemente VII), que reinou durante onze anos. A campanha contra os abusos na Igreja não foi retomada senão no pontificado de Paulo III (1534-1549). Ele e três de seus sucessores, Paulo IV (1555-1559), Pio V (1566-1572) e Sisto V (1585-1590), foram os mais ardorosos cruzados em prol de uma reforma a presidirem a Santa Sé desde os tempos de Gregório VII. Reorganizaram as finanças papais, preencheram os cargos eclesiásticos com padres conhecidos pela austeridade e foram inexoráveis com os clérigos que persistiam na ociosidade e no vício. Foi ao tempo desses papas que a Reforma Católica chegou ao auge.

O auge da Reforma Católica; os papas reformistas

Essas ações diretas dos papas reformistas foram suplementadas pelos decretos de um concílio da Igreja, convocado em 1545 por Paulo III. Esse concílio, que se reuniu na cidade italiana de Trento, a intervalos, entre 1545 e 1653, foi um dos mais importantes na história da Igreja. Convocado com o objetivo principal de redefinir as doutrinas da fé católica, muitas das medidas tomadas nesse sentido tiveram alto significado. Sem exceção, os dogmas contestados pelos reformadores protestantes foram reafirmados. Declarou-se que as boas obras são tão necessárias para a salvação quanto a fé. Manteve-se a teoria dos sacramentos como meios indispensáveis para se alcançar a graça. Do mesmo modo foram confirmadas, como elementos essenciais do sistema católico, a transubstanciação, a sucessão apostólica do clero, a crença no purgatório, a invocação dos santos e a regra de celibato para os padres. Com relação à muito debatida questão da verdadeira fonte da fé cristã, atribuiu-se igual autoridade à Bíblia e à tradição dos ensinamentos apostólicos. Não só foi expressamente mantida a supremacia papal sobre todos os bispos e sacerdotes, como houve mais que uma leve insinuação de que a autoridade do papa superava a do próprio concílio. Reafirmou-se, assim, e fortemente, o governo monárquico da Igreja. O Concílio de Trento reiterou ainda a doutrina das indulgências, que havia provocado a revolta luterana, embora condenasse os piores escândalos ligados à venda dos perdões.

O Concílio de Trento

A legislação de Trento não se limitou a questões de dogma, mas compreendeu também medidas importantes para a eliminação de abusos e para o fortalecimento da disciplina da Igreja sobre seus membros. Proibiu a bispos e padres gozar mais de um benefício, para que nenhum deles pudesse enriquecer com a percepção de uma pluralidade de rendas. Para eliminação do problema da ignorância do clero, estabeleceu-se que em cada diocese fosse fundado um seminário de teologia. Já perto do fim de suas deliberações, o concílio decidiu pela censura a livros, a fim de evitar que idéias heréticas corrompessem o espírito daqueles que permaneciam fiéis à fé. Nomeou-se uma comissão incum-

As reformas do Concílio de Trento

bida de elaborar um índice ou lista das obras que não deviam ser lidas. A publicação dessa lista pelo papa, em 1564, teve como conseqüência a instituição formal do Índice dos Livros Proibidos como parte da maquinaria da Igreja. Mais tarde fundou-se um órgão permanente, a Congregação do Índice, encarregado de revisar essa lista de tempos em tempos. Ao todo foram feitas mais de quarenta dessas revisões.[1] Na maioria, os livros condenados foram tratados teológicos e é provável que o efeito sobre o retardo do conhecimento tenha sido pequeno. Não obstante, a instituição de um índice deve ser vista como sintoma da intolerância que viera a infectar tanto católicos como protestantes.

Inácio de Loyola funda a Companhia de Jesus

A Reforma Católica nunca teria sido tão completa ou bem sucedida como foi sem as atividades dos jesuítas, ou membros da Companhia de Jesus. Foram eles que realizaram, no Concílio de Trento, a maior parte do difícil trabalho político que permitiu aos papas dominarem esse conclave em suas últimas e mais difíceis sessões. Foram também os jesuítas os principais responsáveis pela volta ao aprisco católico de áreas que se haviam tornado protestantes, como a Polônia e partes do sul da Alemanha. O fundador da Companhia de Jesus foi Inácio de Loyola (1491-1556), nobre espanhol da região basca. A princípio sua vida não parece ter sido muito diferente da de outros espanhóis de sua classe – uma vida de aventuras amorosas e pilhagens como soldado do rei. Na época, porém, em que a Revolução Protestante ia ganhando vulto na Alemanha, ele foi ferido gravemente numa batalha com os franceses. Enquanto convalescia, leu uma piedosa biografia de Jesus e algumas lendas de santos, e essas leituras operaram profunda transformação em sua natureza emotiva. Oprimido pelo remorso da existência vã que havia levado, resolveu tornar-se um soldado de Cristo. Após um período de mórbidas flagelações, durante as quais tinha visões de Satanás, de Jesus e da Trindade, foi para a Universidade de Paris, a fim de conhecer melhor a fé que pretendia servir. Ali reuniu em torno de si um pequeno grupo de discípulos dedicados, com a ajuda dos quais fundou, em 1534, a Companhia de Jesus. Os membros tomaram votos monásticos e comprometeram-se a fazer uma peregrinação a Jerusalém. Em 1540 a organização foi aprovada pelo papa Paulo III e, a partir de então, cresceu rapidamente. Quando Loyola morreu, ela já contava com 1.500 membros.

Inácio de Loyola. Gravura de Lucas Vorstimam, 1621.

Organização da Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus foi, de longe, a mais militante das ordens religiosas inspiradas pelo zelo espiritual do século XVI. Não era uma simples sociedade monacal, mas um regimento de soldados que haviam jurado defender a fé. Como armas, não tinham balas nem lanças, mas a eloqüência, a persuasão, a instrução nas verdadeiras doutrinas e, se necessário, métodos mais mundanos para exercer influência. A organização imitava a de uma companhia militar, com um geral (general) como comandante supremo e uma disciplina férrea imposta aos membros. Toda individualidade era suprimida e exigia-se uma estrita obediência dos soldados ao geral. Somente os membros das quatro classes mais elevadas tinham qualquer participação no governo da ordem. Esse pequeno grupo, conhecido como os Professos dos Quatro Votos, elegia

[1] **Em 1966 a Congregação para a Doutrina da Fé anunciou que o Índice não seria mais publicado. Assim, ele perdeu seu caráter mandatório e foi relegado à condição de documento histórico. (N. do T.)**

vitaliciamente o geral e atuava como corpo consultivo nos assuntos importantes. Como os demais, seus membros deviam ao geral obediência cega.

Como já demos a entender, as atividades dos jesuítas eram numerosas e variadas. Antes de mais nada, viam a si mesmos como defensores da verdadeira religião. Com esse objetivo em vista, obtiveram do papa autoridade para ouvir confissões e dar absolvição. Muitos deles tornaram-se padres, a fim de ter acesso ao púlpito e pregar a verdade como oráculos de Deus. Outros serviam como espiões da Inquisição na guerra sem trégua contra a heresia. Em todo o seu trabalho seguiam, como guia infalível, a orientação da Igreja. Não levantavam dúvidas nem tentavam resolver mistérios. Loyola ensinava que se a Igreja decretasse ser o branco preto, seus fiéis teriam a obrigação de acreditar. No entanto, os jesuítas não se contentavam com defender a fé contra os ataques protestantes e heréticos; ansiavam por propagá-la até os mais longínquos recantos do globo: transformar em católicos os budistas, os muçulmanos, os parses da Índia e até os povos indígenas dos continentes recém-descobertos. Muito antes de terminar a Reforma, havia missionários jesuítas na África, no Japão e na China, bem como na América do Norte e do Sul. Outra atividade importante dos soldados de Loyola foi a educação. Fundaram colégios e seminários às centenas na Europa e na América, insinuando-se também em instituições mais antigas. Até o século XVIII a Companhia de Jesus teve o monopólio da educação na Espanha e um quase monopólio na França. O fato de haver a Igreja Católica recuperado tanto de sua força, a despeito da secessão protestante, deveu-se em grande parte às atividades múltiplas e dinâmicas dos jesuítas.

Atividades dos jesuítas

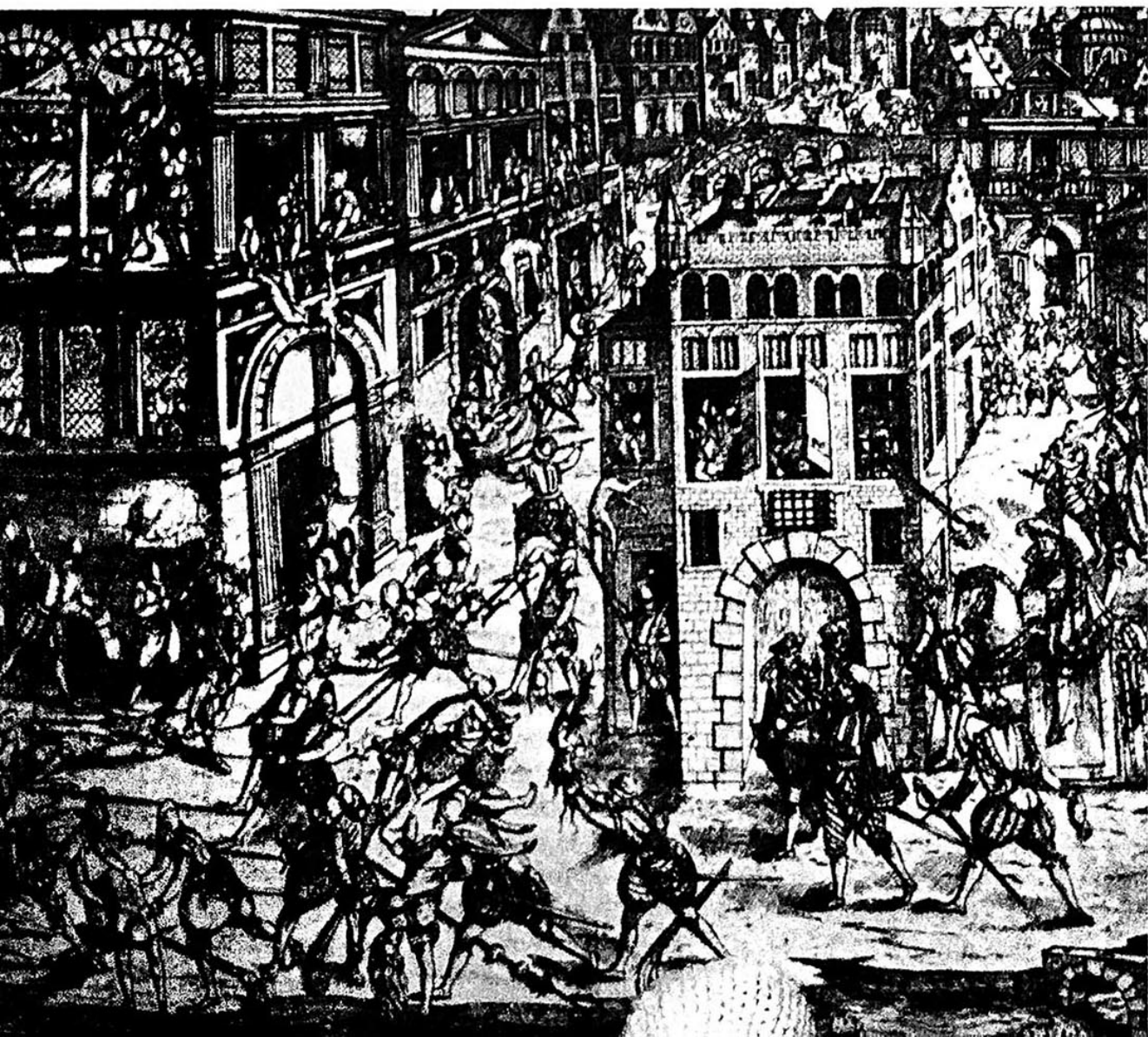
3. A HERANÇA DA REFORMA

Os efeitos mais imediatos da Reforma foram um acentuado aumento da perseguição religiosa e a instauração dos litígios religiosos na maior parte da Europa. Tanto católicos como protestantes partiam do princípio de que era impossível tolerar a diversidade de credos religiosos dentro das fronteiras de qualquer país. Por conseguinte, os dissidentes em matéria de religião eram implacavelmente perseguidos, onde quer que fossem encontrados. Em vários casos incluíam-se entre as vítimas intelectuais de valor, que permitiam que suas especulações ou pesquisas religiosas os conduzissem a novas direções. O mais eminente dos pensadores originais executado pelos católicos foi Giordano Bruno, um dos primeiros defensores da teoria heliocêntrica de Copérnico. Como Bruno ensinava a teoria de uma pluralidade de mundos, o que desmentia a ortodoxia bíblica, foi julgado pela Inquisição romana (fundada em 1542) e queimado na fogueira em 1600. Uma das vítimas da perseguição calvinista em Genebra foi Miguel Serveto, o descobridor da circulação pulmonar do sangue. Em 1553 Serveto foi condenado por rejeitar a doutrina da Trindade; após algumas discussões, a recomendação, feita pelo próprio Calvino, de uma decapitação "misericordiosa" foi recusada por outros juízes calvinistas de Serveto e esse ousado pensador, cujas idéias prenunciavam o moderno unitarismo, foi queimado lentamente na fogueira, com sua principal obra amarrada em seu braço.

Intolerância religiosa

Guerras religiosas

Não era de surpreender, pois, que essas atitudes de intolerância levassem a uma prolongada guerra religiosa entre católicos e protestantes. O primeiro grande conflito a desencadear-se foi a Guerra da Liga de Schmalkalden (1546-1547), provocada por Carlos V num esforço de restaurar a unidade do Sacro Império Romano sob a fé católica. Em alguns meses ele conseguiu submeter os príncipes protestantes da Alemanha, mas foi incapaz de obrigar os súditos desses príncipes a voltarem à religião romana. A contenda foi por fim resolvida por um tratado, a Paz Religiosa de Augsburgo (1555), pelo qual cada príncipe alemão podia escolher livremente o luteranismo ou o catolicismo como a religião de seu povo. Desse modo, a religião de cada estado passava a depender da religião de seu governante. Uma luta muito mais sanguinária ocorreu na França entre 1562 e 1589. Ali os protestantes – ou huguenotes, como eram chamados – estavam em franca minoria, mas entre eles contavam-se alguns dos mais hábeis e influentes membros das classes comercial e financeira. Além disso, compunham um partido político envolvido em maquinações contra os católicos, com o fim de conquistar o poder. Em 1562 uma facção de ultra-católicos, sob a chefia do duque de Guise, forçou a ascensão ao poder e, com ameaças de perseguição aos huguenotes, mergulhou o país na guerra civil. A luta

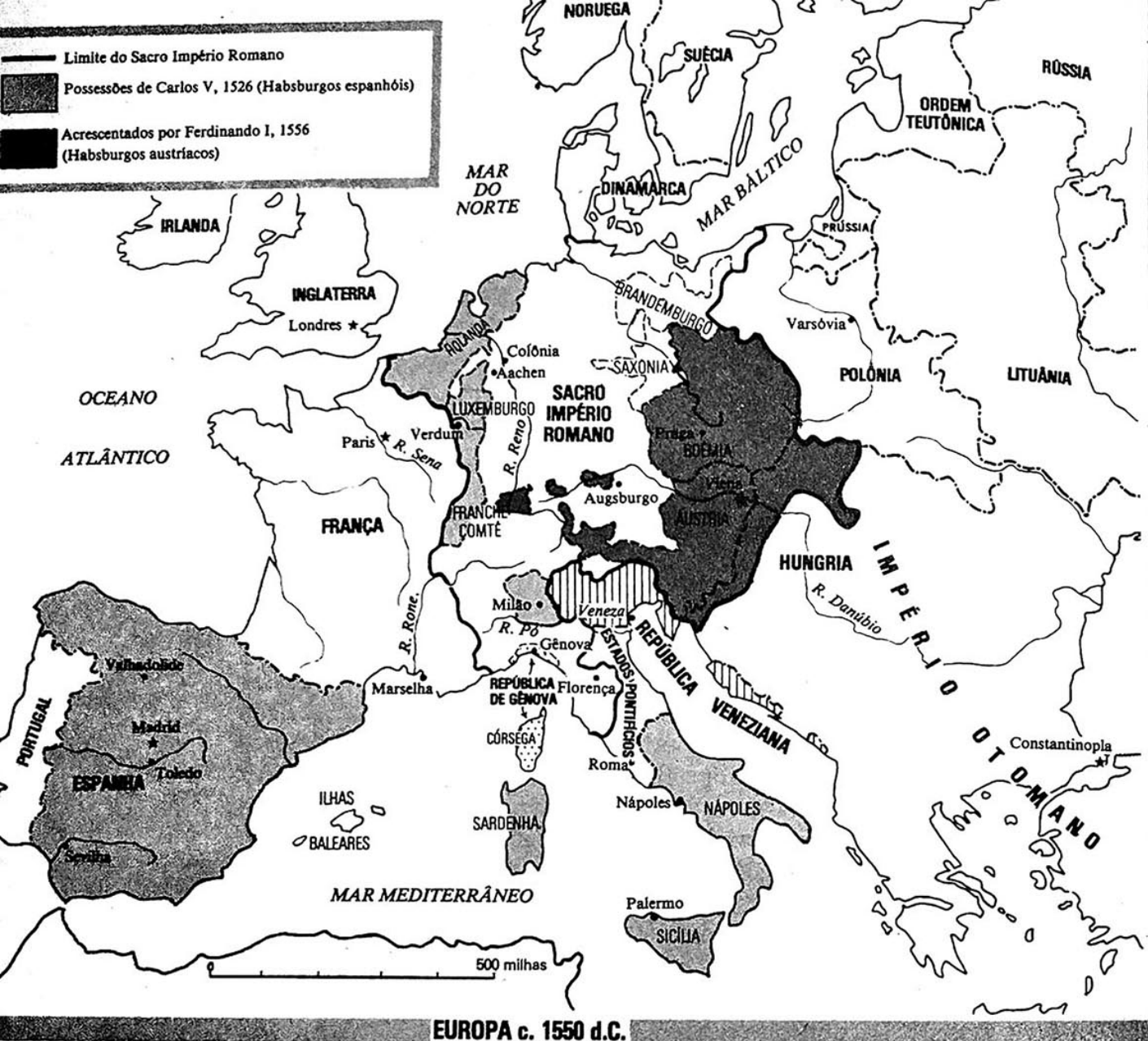
O massacre do dia de São Bartolomeu. Milhares de huguenotes foram mortos na França na prolongada luta religiosa do séc. XVI.

culminou, dez anos depois, na pavorosa matança do Dia de São Bartolomeu. A regente, Catarina de Médicis, num esforço desesperado para pôr fim à luta, tramou com os Guises o assassínio dos chefes protestantes. A conspiração desencadeou as torpes paixões da populaça parisiense, e numa única noite foram mortos dois mil huguenotes. A guerra arrastou-se até 1593, quando Henrique IV tornou-se católico para agradar à maioria de seus súditos, mas o litígio religioso não se aproximou de uma solução senão em 1598, quando Henrique promulgou o Edito de Nantes, garantindo liberdade de consciência aos protestantes.

A Revolta dos Países Baixos

Em muitos aspectos, a Revolta dos Países Baixos também foi um episódio do conflito religioso instigado pela Reforma. Muito depois do início da revolução protestante na Alemanha, os países hoje conhecidos como Bélgica e Holanda continuavam a ser governados como domínios da coroa espanhola. Embora o luteranismo e o calvinismo tivessem lançado raízes nas cidades, os protestantes dos Países Baixos não representavam mais que uma fração da população total. Com o correr do tempo, entretanto, aumentou o número dos calvinistas, até que passaram a constituir a maioria dos citadinos, pelo menos nas províncias holandesas do norte. A interferência do governo espanhol na liberdade religiosa da seita provocou uma revolta desesperada em 1565. As causas religiosas, naturalmente, não foram as únicas. O sentimento nacionalista constituiu também um fator de primeira importância, principalmente porque o rei de Espanha, Filipe II, insistia em tratar os Países Baixos como meras províncias. Além disso, havia sérias queixas de natureza econômica – tributação elevada e a restrição ao comércio em benefício dos mercadores espanhóis. Por outro lado, o ódio religioso foi largamente responsável pela aspereza da luta. Filipe II considerava todos os protestantes como traidores e estava decidido a erradicá-los dos territórios sob seu domínio. Em 1567 enviou o duque de Alba, violentamente antiprotestante, com dez mil soldados, para subjugar a revolta dos Países Baixos. Durante seis anos Alba aterrorizou a região, matando centenas de rebeldes e torturando ou prendendo milhares de outros. Os protestantes revidaram com selvageria quase igual e a guerra prosseguiu no seu bárbaro curso até 1609. Terminou com a vitória dos protestantes, em grande parte devido à bravura e ao espírito de sacrifício do primeiro chefe dos protestantes, Guilherme o Taciturno. O principal resultado da revolta foi a fundação de uma república holandesa independente, compreendendo os territórios hoje incluídos na Holanda. As províncias do sul, ou belgas, nas quais a maioria da população era católica, voltaram ao domínio espanhol.

Fim dos conflitos religiosos

A violenta luta religiosa continuou no século XVI, na forma da guerra dos Trinta Anos e da guerra civil inglesa (ambas serão examinadas mais detidamente adiante). Por volta de 1650, entretanto, os homens finalmente pararam de matar-se uns aos outros em nome da salvação, e aos poucos começou a alvorecer uma nova era de tolerância. Ao fim dos prolongados conflitos, a maior parte do norte da Alemanha e todos os países escandinavos eram luteranos; a Escócia, a Holanda e partes do norte da Alemanha e a Suíça eram calvinistas; a Inglaterra havia adotado uma solução de meio-termo, embora pendesse para o protestantismo; e o resto da Europa era predominantemente católico. São essas, aproximadamente, as divisões religiosas da Europa hoje em dia. Seria falso julgar que tal diversidade tenha servido para promover a

EUROPA c. 1550 d.C.

liberdade religiosa; pelo contrário, as minorias religiosas foram proscritas em quase todos os países europeus até mais ou menos 1800. Contudo, depois de 1650, aproximadamente, os países ao menos deixaram de se guerrear por motivos de religião.

Aumento do individualismo

Entre os mais claros efeitos modernizantes da Reforma contaram-se o maior impulso que o movimento deu à ascensão do individualismo e a expansão da educação popular. Ao simplificarem o ritual e a organização, os líderes da Revolução Protestante libertaram as pessoas de algumas das restrições coletivas da Igreja medieval. O mais importante foi que o protestantismo contribuiu para afirmar os direitos do julgamento individual. Quando Lutero resistiu valentemente às assertivas da autoridade religiosa na Dieta de Worms, proclamando: "Essa é minha posição, não posso agir de outra forma", estabeleceu um precedente de autonomia da consciência individual que jamais seria esquecido.

Expansão do ensino

Além disso, a Reforma teve algum efeito em promover a educação das massas. A Renascença, com seu intenso interesse pelos clássicos, tivera o resultado infeliz de distorcer os currículos das escolas, dando ênfase exagerada ao grego e ao latim e restringindo a educação à aristocracia. Os luteranos, calvinistas e jesuítas mudaram tudo isso.

Desejosos de propagar suas respectivas doutrinas, fundaram escolas para as massas nas quais até o filho do sapateiro ou do camponês podia aprender a ler a Bíblia e opúsculos teológicos em língua vernácula. Estudos práticos foram muitas vezes introduzidos em lugar do grego e do latim, e é significativo que algumas dessas escolas tenham por fim aberto suas portas à nova ciência.

Controles religiosos sobre governos autoritários

Certas tendências do pensamento da Reforma ajudaram também, por fim, a limitar o absolutismo político. Tais tendências não eram de modo algum encontradas no luteranismo. Muito pelo contrário, Lutero era propugnador ardoroso da doutrina de São Paulo segundo a qual "não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus" (Rom. 13, 1). Lutero insistia em que a desobediência política era pecado maior do que o homicídio, a falta de castidade, a desonestidade ou o furto, e declarava que a autoridade de reis e príncipes não devia nunca ser contestada pelos súditos. Na verdade, alguns observadores vêem na influência de Lutero um poderoso incentivo ao desenvolvimento do governo autoritário na Alemanha. Por outro lado, porém, filósofos jesuítas tentaram reviver a idéia medieval de uma superior "lei da natureza". Essa lei natural, de origem divina, plasmava princípios de direito e de justiça que deveriam ser reconhecidos como criadores de certos limites ao poder dos governantes. Alguns jesuítas, ademais, ensinavam que a autoridade do governante secular deriva do povo e alguns chegavam a afirmar o direito que tem o cidadão comum de matar um tirano em circunstâncias extraordinárias. Indo ainda mais longe que os jesuítas, alguns calvinistas, na França, Inglaterra e Países Baixos, não só afirmavam o direito à revolução como o praticavam ativamente. Também na Inglaterra, "congregacionalistas" protestantes introduziram no século XVII o princípio da democracia em sua organização eclesiástica e começaram a argumentar que tais princípios poderiam ser estendidos ao governo do estado. Alguns chegaram ao ponto de sustentar que "o homem mais humilde da Inglaterra deveria ter participação na escolha do governo sob o qual vive". Tais afirmações representaram algumas das primeiras expressões do pensamento verdadeiramente democrático nos tempos modernos.

Capítulo 16

A REVOLUÇÃO COMERCIAL E A NOVA SOCIEDADE (c. 1450-c. 1800)

Ainda que um Reino possa enriquecer por meio de presentes recebidos de outras Nações, ou através de compras feitas a elas, há que observar que essas coisas são incertas e de pequena monta quando acontecem. Por conseguinte, o meio comum para aumentar nossa riqueza e nosso erário é o *comércio exterior*, com relação ao qual devemos sempre cumprir a seguinte regra: vender mais aos estrangeiros a cada ano do que consumimos de seus produtos em valor.

– Thomas Mun, *England's Treasure by Forraign Trade*

Principais mudanças na vida econômica européia

Nos três séculos e meio que mediaram entre 1450 e 1800 ocorreram na vida econômica européia enormes mudanças, comumente descritas como a Revolução Comercial. Embora haja muita margem para discordância, no que toca a pormenores, quanto àquilo que essas mudanças acarretaram, em geral há anuência com relação a certas generalizações básicas. Antes de mais nada, a Revolução Comercial compreendeu uma transição da economia semi-estagnada, localizada e em grande parte de subsistência da Idade Média para o regime capitalista, dinâmico e de âmbito mundial, dos tempos modernos. A recuperação após as catástrofes econômicas do século XIV foi estimulada pelos descobrimentos ultramarinos, pelo influxo de novos artigos de consumo e de metais preciosos, pela criação de mercados no além-mar e por progressos na atividade bancária e no comércio. Um maior número de pessoas passou a viver do comércio e da indústria e o impulso do lucro tornou-se mais acentuado do que nunca. Além disso, durante o período da Revolução Comercial, primeiro Espanha e Portugal, e depois Inglaterra, França e Holanda substituíram as cidades do norte da Itália como os centros da iniciativa e prosperidade econômicas na Europa. Por fim, no século XVIII, avanços revolucionários ocorridos na agricultura levaram a economia européia ao limiar da Revolução Industrial. Tomadas em conjunto, todas essas mudanças significaram o surgimento de uma riqueza sem precedentes para a Europa e provocaram, por seu turno, importantes alterações na organização social e na cultura material.

1. NATUREZA E EFEITOS DA EXPANSÃO ULTRAMARINA

Causas das viagens de descobrimentos

Já vimos, no capítulo 13, que a economia européia estava começando a expandir-se por volta de 1450, após cerca de um século e meio de grave depressão. Não resta dúvida de que a expansão teria prosseguido continuamente, mas ela foi muito acelerada, no século XVI e em séculos ulteriores, pelos efeitos dos descobrimentos e conquistas ultramarinas. As primeiras viagens de descobrimentos deveram-se primordialmente às ambições de espanhóis e portugueses de terem sua parcela no comércio com o Oriente. Desde algum tempo esse comércio vinha sendo monopolizado pelas cidades italianas de Veneza e Gênova, e disso resultava que a população da península Ibérica se via obrigada a pagar altos preços pelas especiarias, sedas e drogas importadas da Ásia. Era, portanto, muito natural que marinheiros contratados pelos monarcas da Espanha e de Portugal tentassem descobrir uma nova rota para o Oriente, livre do controle italiano. Uma segunda causa das viagens de descobrimentos foi o fervor missionário dos espanhóis. Sua bem-sucedida reconquista da península Ibérica às forças do Islam gerara um excedente de zelo religioso que se traduzia no desejo de converter os "gentios" de ultramar. A essas causas cabe acrescentar o fato de progressos no conhecimento geográfico e tecnológico haverem permitido aos marinheiros se aventurarem mais intrepidamente no mar alto. Cumpre ter em mente, porém, que esses avanços não ocorreram de repente por volta de 1490. É simplesmente errônea a idéia vulgarizada de que todos os europeus, antes de Colombo, acreditavam que a Terra fosse plana: a partir do século XII, seria impossível encontrar uma pessoa instruída que não aceitasse o fato da esfericidade da Terra. Além disso, engenhos tecnológicos como a bússola e o astrolábio (instrumento usado para medir a posição dos corpos celestes) já eram conhecidos muito antes da viagem de Colombo. Com efeito, os portugueses haviam-se aventurado denodamente pelo Atlântico, alcançando os Açores (um terço da distância até o Novo Mundo) antes de 1350. Com toda probabilidade, os europeus teriam atingido a América e o Extremo Oriente muito antes da época em que lá chegaram se não tivessem sido obstados pela depressão e pelas agitações políticas da Idade Média tardia.

Sucessos espanhóis e portugueses

Se excetuarmos os nórdicos, que descobriram o continente norte-americano por volta do ano 1000 d.C., os pioneiros da navegação oceânica foram os portugueses. Em meados do século XV haviam explorado a costa africana para o sul, até a Guiné. Em 1497, Vasco da Gama, seu mais bem-sucedido navegador, contornou a extremidade meridional da África e, no ano seguinte, chegou à Índia. Entrementes, o marinheiro genovês Cristóvão Colombo tinha-se convencido da possibilidade de atingir a Índia navegando em direção ao ocidente. Repelido pelos portugueses, dirigiu-se aos soberanos espanhóis, Fernando e Isabel, e deles obteve apoio para seu plano. Sua histórica viagem, bem como seus resultados, são bem conhecidos, de forma que não precisamos repeti-los aqui. Ainda que Colombo tenha morrido na ignorância do verdadeiro significado de seu feito, os descobrimentos que realizou constituíram a base das pretensões espanholas à posse de quase todo o Novo Mundo. A Colombo seguiram-se outros descobridores, representando a coroa espanhola, e, logo depois, os conquistadores Cortés e

Pizarro. Daí resultou a fundação de um vasto império colonial que incluía a atual porção sudoeste dos Estados Unidos, a Flórida, o México, as Índias Ocidentais, a América Central e toda a América do Sul, com exceção do Brasil, colonizado por Portugal.

Os ingleses, franceses e holandeses

Os ingleses e franceses não tardaram a seguir o exemplo espanhol. As viagens de João Caboto e de seu filho Sebastião, em 1497-98, constituíram a base da pretensão inglesa à América do Norte, embora nada tenha existido que pudesse ser chamado de um império britânico no Novo Mundo antes da colonização da Virgínia, em 1607. No começo do século XVII, o explorador francês Cartier subiu o rio São Lourenço, dando assim à sua pátria um semblante de direito ao leste do Canadá. Mais de cem anos depois, as explorações de Joliet, La Salle e do padre Marquette permitiram que os franceses se estabelecessem no vale do Mississípi e na região dos Grandes Lagos. Após vencerem a sua guerra de independência, no começo do século XVII, os holandeses também participaram da luta pela obtenção de um império colonial. A viagem de Henrique Hudson, remontando o rio que tem seu nome, conduziu à formação da Nova Holanda em 1623, mas cerca de quarenta anos depois os holandeses foram forçados a entregá-la à Inglaterra. Entretanto, as possessões mais valiosas dos holandeses, eram Malaca, as Molucas e os portos da Índia e da África, tomados aos portugueses no começo do século XVII.

A transformação do comércio em atividade mundial

Os resultados dessas viagens de descobrimento e a fundação de impérios coloniais foram quase incalculáveis. Para começar, expandiram o comércio, tirando-o dos estreitos limites do Mediterrâneo e dando-lhe proporções de um empreendimento mundial. Pela primeira vez na história os navios das grandes potências marítimas singravam os sete mares. O pequeno mas sólido monopólio do comércio com o Oriente, mantido pelas cidades italianas, foi gravemente prejudicado. Gênova e Veneza mergulharam aos poucos numa relativa obscuridade, ao passo que os portos de Lisboa, Bordéus, Liverpool, Bristol e Amsterdam se viam congestionados de navios; nos armazéns de seus comerciantes acumulavam-se mercadorias. Um segundo resultado foi o tremendo aumento no volume do comércio e na variedade dos artigos de consumo. Às especiarias e tecidos do Oriente haviam-se juntado o fumo da América do Norte; o melado e o rum das Índias Ocidentais; o cacau, o chocolate, a quina e a cochonilha da América do Sul; e o marfim, os escravos e as penas de avestruz da África. Além desses artigos, até então desconhecidos ou obtidos em quantidades reduzidas, aumentou enormemente o suprimento de outros produtos já conhecidos. Foi esse, em especial, o caso do café, do açúcar, do arroz e do algodão, que passaram a ser importados em tais quantidades do Hemisfério Ocidental que deixaram de ser mercadorias de luxo.

O aumento na oferta de metais preciosos

Outra conseqüência importante da descoberta e da conquista de terras ultramarinas foi a expansão do suprimento de metais preciosos. Quando Colombo chegou à América, a quantidade de ouro e de prata existente na Europa mal era suficiente para sustentar uma economia dinâmica. Na verdade, passaram-se cinqüenta anos para que se fizesse sentir todo o impacto da riqueza da América. Durante algum tempo o ouro foi o metal mais abundante, e era relativamente barato em relação à prata. Por volta de 1540 essa relação inverteu-se. As enormes importações de prata, provenientes das minas do México, da Bolívia e do

Peru, produziram tal depreciação no valor da prata que tornou-se necessário entesourar certas quantidades de ouro para transações de crucial importância. Daí em diante, durante cerca de oitenta anos, a economia européia baseou-se na prata. O resultado foi uma tremenda inflação. Os preços e salários elevaram-se a alturas fantásticas, numa prosperidade que pode ser vista como artificial. O fenômeno não afetou igualmente todas as partes da Europa. A mineração de prata na Alemanha foi arruinada pela enxurrada de prata oriunda da América. Em conseqüência, a posição da Alemanha declinou, enquanto a Inglaterra e os Países Baixos ascendiam a uma situação de proeminência. Durante um breve período a Espanha partilhou dessa proeminência, mas estava pouco aparelhada para conservá-la. O desenvolvimento industrial da Espanha era demasiado débil para atender a demanda de produtos manufaturados por parte dos colonizadores europeus no Hemisfério Ocidental. Por conseguinte, estes recorriam ao norte da Europa para suprirem-se de tecidos, cutelaria e produtos semelhantes de que tinham necessidade urgente. Ao fim do século XVI a economia espanhola, que a princípio parecera beneficiar-se enormemente dos descobrimentos, estava quase inteiramente arruinada.

2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA REVOLUÇÃO COMERCIAL

Episódios da Revolução Comercial: (1) o aparecimento do capitalismo

Os principais característicos da Revolução Comercial já foram parcialmente indicados pela anterior discussão da expansão ultramarina. O mais importante dentre eles foi a ascensão do capitalismo. Reduzido à expressão mais simples, o capitalismo pode ser definido como um sistema de produção, distribuição e troca no qual a riqueza acumulada é investida por seus possuidores privados com fins lucrativos. Os traços distintivos do sistema são a iniciativa privada, a concorrência pelos mercados e o negócio com fito de lucro. Em geral compreende também o sistema de salário como forma de pagamento dos trabalhadores; isto é, uma forma de pagamento baseada não na quantidade de riqueza que estes criam, mas na sua capacidade de competir uns com os outros para conseguir empregos. Como já foi indicado, o capitalismo é a antítese direta da economia semi-estática das corporações medievais, na qual se acreditava que a produção e o comércio devessem orientar-se para o benefício da sociedade, com uma remuneração apenas razoável dos serviços prestados, ao invés de lucros ilimitados. Embora o capitalismo não tenha alcançado a completa maturidade senão no século XIX, a maioria de seus aspectos basilares desenvolveu-se durante a Revolução Comercial.

(2) o desenvolvimento da atividade bancária

Um segundo fato importante da Revolução Comercial foi o desenvolvimento do sistema bancário. Devido à vigorosa condenação religiosa e moral da usura, os negócios bancários quase eram considerados pouco respeitáveis na Idade Média. Durante séculos a pequena atividade bancária existente era praticamente monopolizada pelos judeus. Não obstante, havia exceções. Como vimos no capítulo 11, a Igreja viera a permitir a obtenção de lucros quando havia riscos. A conseqüência disso foi que, já no século XIII, várias famílias italianas

começaram a auferir grandes lucros com as atividades bancárias. Os maiores bancos italianos foram arruinados pelos golpes da depressão do século XIV, mas depois disso novas casas italianas, mais bem administradas, como o banco dos Médicis, ocuparam-lhes o lugar. No século XV o negócio bancário havia-se espraiado para o sul da Alemanha e a França. No norte, a principal firma era a dos Fuggers, de Augsburgo. Os Fuggers emprestaram dinheiro a reis e bispos, serviram como corretores para o papa na venda de indulgências e adiantaram os fundos graças aos quais Carlos V pôde comprar sua eleição ao trono do Sacro Império Romano. Ao aparecimento dessas casas bancárias particulares seguiu-se a fundação de bancos dos governos, que se destinavam a atender às necessidades monetárias dos estados nacionais. O primeiro em ordem cronológica foi o Banco da Suécia (1657), mas era ao Banco da Inglaterra, fundado em 1694, que estava reservado o papel de maior importância na história econômica. Embora até 1946 não se achasse, tecnicamente, sob controle do governo, era o banco de emissão deste e o depositário dos fundos públicos.

(3) a expansão das facilidades de crédito

O desenvolvimento do sistema bancário fez-se acompanhar necessariamente da adoção de vários instrumentos auxiliares das transações financeiras em larga escala. As facilidades de crédito se expandiram de tal forma que um comerciante em Amsterdam podia comprar mercadorias de um outro, em Veneza, mediante uma letra de câmbio emitida por um banco em sua cidade. O comerciante veneziano embolsava seu dinheiro apresentando a letra de câmbio ao banco local. Mais tarde, os dois bancos acertavam suas contas pelo confronto dos respectivos balanços. Entre outras facilidades para a expansão do crédito figuravam a adoção do sistema de pagamento por cheque nas transações locais e a emissão de notas bancárias como substitutos do ouro e da prata. Os dois

Mineração no séc. XVI. A grande complexidade das novas técnicas de mineração exigia maior sofisticação da organização capitalista.

expedientes foram inventados pelos italianos e gradualmente adotados na Europa setentrional. O sistema de pagamento por cheque assumiu especial importância no aumento do volume do comércio, uma vez que os recursos de crédito dos bancos puderam então expandir-se muito além do montante real de seus depósitos.

(4) o declínio das corporações de ofício e o surgimento de novas indústrias

A Revolução Comercial não se limitou, é claro, ao desenvolvimento do comércio e do sistema bancário. Incluiu também modificações fundamentais nos métodos de produção. O sistema de manufatura criado pelas corporações de ofício na Idade Média tardia caminhava a passos rápidos para a extinção. As próprias corporações, dominadas pelos mestres, tinham-se tornado egoístas e exclusivistas. Delas participavam, comumente, apenas umas poucas famílias privilegiadas. Além disso, estavam tão fossilizadas pela tradição que eram incapazes de ajustar-se às novas condições. Além disso, haviam surgido novas indústrias inteiramente fora do sistema corporativo. Exemplos típicos eram a mineração, a fundição de minérios e a indústria da lã. O rápido desenvolvimento dessas atividades foi estimulado por progressos técnicos como a invenção da roda de fiar e do tear para tecer meias e a descoberta de um novo meio para fundir latão que economizava quase a metade do combustível antes utilizado. Nas indústrias de mineração e fundição de minérios foi adotada uma forma de organização muito semelhante à que chegou até nós. As ferramentas e instalações pertenciam aos capitalistas, enquanto os operários eram meros percebedores de salários, sujeitos aos azares dos acidentes, do desemprego e das doenças profissionais.

(5) o sistema doméstico ou de encomenda

No entanto, a forma de produção industrial mais típica do período da Revolução Comercial foi o sistema doméstico, adotado primeiramente na indústria da lã. O sistema deriva seu nome do fato de que o trabalho era executado pelos artífices em suas próprias casas, e não na oficina de um artesão-mestre. Como as várias tarefas envolvidas na manufatura de um produto eram distribuídas por empreitada, o sistema é também conhecido como sistema de encomenda. Não obstante a diminuta escala de produção, a organização era basicamente capitalista. A matéria-prima era comprada por um empresário e distribuída a cada um dos trabalhadores, cada um dos quais devia realizar a respectiva tarefa em troca de um pagamento estipulado. No caso da indústria da lã, o fio era distribuído primeiro aos fiandeiros e, depois, sucessivamente, aos tecelões, pisoeiros e tingidores. Uma vez pronto o pano, o industrial o recolhia e vendia no mercado livre pelo mais alto preço que pudesse conseguir. O sistema doméstico não se restringia, é claro, à manufatura de tecidos de lã. Com o passar do tempo, estendeu-se a muitos outros campos de produção. Harmonizava-se bem com a nova glorificação da riqueza e com a concepção de uma economia dinâmica. O capitalista podia, agora, torcer o nariz para as velhas objeções contra o lucro. Não havia associação de rivais para criticar a qualidade de seus produtos ou os salários que ele pagava a seus operários. O melhor de tudo, talvez, é que ele podia expandir seus negócios como bem lhe aprouvesse e introduzir novas técnicas capazes de reduzir os custos ou aumentar o volume de produção.

Indubitavelmente, o sistema doméstico tinha vantagens para os próprios trabalhadores, sobretudo quando comparado com seu sucessor — o sistema fabril. Embora os salários fossem baixos, não havia horário

regular de trabalho e em geral era possível ao trabalhador suplementar os rendimentos da família cultivando uma pequena gleba e colhendo algumas hortaliças. Além disso, as condições de trabalho em casa eram mais saudáveis do que nas fábricas e o trabalhador dispunha da família para ajudá-lo nas tarefas mais simples. Também a ausência de supervisão por parte de um capataz e do medo de ser despedido por motivos fúteis deve ser considerada uma vantagem positiva. Por outro lado, não se pode esquecer que os operários estavam por demais espalhados para se organizar com eficiência, visando uma ação conjunta. Em conseqüência disso, não tinham meios de se proteger contra empregadores desonestos que lhes sonegavam parte dos salários ou que os forçavam a aceitar o pagamento em gêneros. É também verdade que nos últimos tempos da Revolução Comercial, os operários se tornaram cada vez mais dependentes dos capitalistas, que haviam passado a fornecer-lhes não só as matérias-primas como também as ferramentas e utensílios. Em alguns casos os operários eram reunidos em grandes oficinas centrais e obrigados a trabalhar dentro de uma rotina fixa. A diferença entre isso e os métodos intensivos do sistema fabril era apenas questão de grau.

Vantagens e desvantagens do sistema doméstico

Que a Revolução Comercial acarretaria grandes mudanças na organização dos negócios era coisa que se podia prever desde suas primeiras fases. Na Idade Média a unidade dominante de produção e comércio era a oficina ou o armazém de propriedade individual ou familiar. A sociedade comercial era também bastante comum, a despeito da grave desvantagem representada pela responsabilidade ilimitada de cada um dos sócios pelas dívidas de toda a firma. Evidentemente, nenhuma dessas unidades se adaptava bem a negócios que envolvessem grandes riscos e um imenso investimento de capital. O primeiro resultado das tentativas para conseguir uma organização comercial mais adequada foi a formação de *companhias regulamentadas*. Era uma associação de comerciantes unidos num empreendimento comum. Os associados não operavam uma fusão de capitais; concordavam apenas em cooperar para proveito de todos e em obedecer a certas regras definidas. Em geral, o objetivo da combinação era manter um monopólio comercial em alguma parte do mundo. Era freqüente os sócios pagarem contribuições para manutenção de docas e trapiches e, em particular, para a proteção contra os "entrelopos", como eram chamados os comerciantes que tentavam quebrar o monopólio. Um dos exemplos mais notáveis desse tipo de organização foi uma companhia inglesa conhecida como "Merchant Adventurers", fundada com o objetivo de comerciar com os Países Baixos e a Alemanha.

(6) mudanças na organização dos negócios; desenvolvimento das companhias regulamentadas

No século XVII a companhia regulamentada foi em grande parte suplantada por um novo tipo de organização, ao mesmo tempo mais sólida e de alcance mais amplo. Era a *sociedade por ações*, formada mediante a subscrição de quotas de capital por um número considerável de investidores. Os que compravam ações podiam ou não tomar parte nos negócios da companhia, mas tanto num caso como no outro eram co-proprietários dela e podiam, como tais, participar dos lucros na proporção do dinheiro empregado. A sociedade por ações apresentava numerosas vantagens sobre a sociedade de responsabilidade ilimitada e sobre a companhia regulamentada. Em primeiro lugar, era uma unidade permanente, não estando sujeita a reorganização todas as vezes que um dos membros morria ou se retirava. Em segundo lugar, possibilitava uma

(7) a sociedade por ações

acumulação de capital muito maior, mediante uma ampla distribuição de ações. Em suma, apresentava quase todas as vantagens de uma sociedade anônima moderna, exceto quanto a não ter personalidade jurídica, com os direitos e privilégios garantidos aos indivíduos. Embora a maioria das primeiras sociedades por ações tenham sido organizadas para empreendimentos mercantis, mais tarde organizaram-se algumas para fins industriais. Entre as principais organizações de comerciantes, havia algumas que eram também *companhias privilegiadas*, isto é, possuíam cartas de privilégio do governo, que lhes concediam monopólio em certa localidade e lhes conferiam ampla autoridade sobre seus habitantes. Graças a um privilégio desse tipo, a Companhia Inglesa das Índias Orientais governou a Índia, como se esse país fosse propriedade particular sua, até 1784, e em certo sentido até 1858. Outras companhias privilegiadas famosas foram a Companhia Holandesa das Índias Orientais, a Companhia da Baía de Hudson, a Companhia de Plymouth e a Companhia de Londres. Esta última fundou a colônia da Virgínia e governou-a durante algum tempo como se fosse propriedade sua.

(8) desenvolvimento de uma economia monetária mais eficiente

Um último aspecto da Revolução Comercial que temos de considerar foi o desenvolvimento de uma economia monetária mais eficiente. O dinheiro, é claro, vinha sendo usado desde a revivescência do comércio no século XI. Não obstante, eram raras as moedas cujo valor fosse reconhecido fora do seu local de origem. Por volta de 1300, o ducado veneziano e o florim veneziano, ambos de ouro, tinham ganho circulação na Itália e nos mercados internacionais do norte da Europa. De nenhum país se poderia dizer, no entanto, que possuísse um sistema monetário uniforme. Em quase toda parte reinava grande confusão. Moedas emitidas pelos reis circulavam lado a lado com o dinheiro de países estrangeiros. Além disso, os padrões monetários sofriam freqüentes modificações e as próprias moedas eram muitas vezes adulteradas. Um método comumente utilizado pelos reis para fazer crescer suas rendas era aumentar a proporção dos metais mais baratos nas moedas que emitiam. No entanto, o desenvolvimento do comércio e da indústria, durante a Revolução Comercial, acentuou a necessidade de sistemas monetários mais estáveis e uniformes. O problema foi resolvido mediante a adoção, por todos os estados mais importantes, de um sistema-padrão de dinheiro para ser usado em todas as transações dentro de seus limites geográficos. Muito tempo transcorreu, contudo, antes que a reforma fosse completa. A Inglaterra iniciou a elaboração de uma cunhagem uniforme no reinado de Elizabeth I, mas a tarefa não foi terminada antes do fim do século XVII. Só ao tempo de Napoleão foi que a França conseguiu reduzir seu dinheiro aos modernos padrões de simplicidade e conveniência. A despeito de tão longas dilações, parece seguro concluir que as moedas nacionais foram realmente uma conquista da Revolução Comercial.

3. O MERCANTILISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA

O significado do mercantilismo

Em suas fases posteriores, a Revolução Comercial fez-se acompanhar da adoção de um novo conjunto de doutrinas e práticas conhecido como mercantilismo. Em seu sentido mais amplo o mercantilismo pode ser definido como um sistema de intervenção governamental com o fim de

promover a prosperidade nacional e aumentar o poder do estado. Embora seja muitas vezes considerado como um programa de ordem exclusivamente econômica, seus objetivos eram em grande parte políticos. A finalidade da intervenção nos assuntos econômicos não era tão-somente expandir o volume da indústria e do comércio, mas também trazer mais dinheiro para o tesouro do rei, o que lhe permitiria construir esquadras, apetrechar exércitos e tornar seu governo temido e respeitado em todo o mundo. Devido a essa estreita associação com as ambições dos príncipes, empenhados em aumentar o próprio poder e o dos estados que dirigiam, o mercantilismo tem sido às vezes chamado de *estatismo*. O sistema, certamente, nunca teria existido se não fosse o desenvolvimento de uma monarquia absoluta em lugar da estrutura fraca e descentralizada do feudalismo. Todavia, os reis não o criaram sozinhos. Era natural que os novos magnatas dos negócios lhe prestassem entusiástico apoio, pois o favorecimento ativo dos negócios pelo estado lhes traria vantagens evidentes. O apogeu do mercantilismo foi o período entre 1600 e 1700, porém muitas de suas características sobreviveram até o fim do século XVIII.

O metalismo e a balança comercial favorável

Se algum princípio desempenhou papel central na teoria mercantilista, foi a doutrina do metalismo. Essa doutrina estabelece que a prosperidade de uma nação é determinada pela quantidade de metais preciosos existente dentro de seus limites. Quanto mais ouro e prata um país possui, mais dinheiro o governo poderá recolher em impostos e mais rico e poderoso se tornará o estado. Mas o que poderiam fazer os países que não tivessem colônias produtoras de ouro e prata? Como conseguiriam tornar-se ricos e poderosos? Os mercantilistas tinham resposta pronta para essas perguntas. A nação que não tivesse acesso direto ao ouro e à prata devia tentar aumentar o seu comércio com o resto do mundo. Se o governo de tal nação tomasse medidas para fazer com que o valor das exportações excedesse constantemente o das importações, a entrada de ouro e prata no país superaria a saída.

Cunhagem de moeda no séc. XVI. Estas moedas não eram "serrilhadas" e podiam, por isso, ser facilmente "cortadas", processo de aparar porções de metal valiosas das beiradas.

Chamava-se a isso manter uma "balança de pagamentos favorável". Para tal, faziam-se necessárias três medidas principais: primeiro, tarifas elevadas para reduzir o nível geral das importações e impedir completamente a entrada de certos produtos; segundo, prêmios às exportações; e terceiro, um amplo fomento à indústria, para que o país tivesse a maior quantidade possível de mercadorias para vender ao estrangeiro.

Outros elementos do mercantilismo: nacionalismo econômico, paternalismo e imperialismo

A teoria mercantilista incluía ainda certos elementos de nacionalismo econômico, paternalismo e imperialismo. O primeiro significava o ideal de uma nação auto-suficiente. A política de promover novas indústrias não tinha em vista apenas aumentar as exportações, mas também tornar o país independente de fornecimentos estrangeiros. Da mesma forma, os mercantilistas sustentavam que o governo deveria exercer as funções de um guardião zeloso sobre as vidas de seus cidadãos. Impunha-se a assistência aos pobres, que incluiria cuidados médicos gratuitos para os que não pudessem pagá-los. No entanto, essas coisas não deveriam ser feitas dentro de qualquer espírito de caridade ou justiça, mas principalmente para que o estado pudesse repousar sobre sólidas bases econômicas e para que tivesse, em caso de guerra, o apoio de cidadãos numerosos e sadios. Finalmente, advogavam os mercantilistas a aquisição de colônias. Também nesse caso, o objetivo principal não deveria ser beneficiar, individualmente, cidadãos da metrópole, mas tornar a nação forte e independente. Os tipos de possessões mais ardentemente desejadas eram aquelas que pudessem aumentar os fundos nacionais de metais preciosos. Na falta dessas, seriam aceitáveis as colônias que fornecessem produtos tropicais, abastecimentos navais ou quaisquer outros artigos que a metrópole não pudesse produzir. Esse imperialismo baseava-se na teoria de que as colônias existiam para benefício das metrópoles. Por tal motivo, não tinham permissão para se dedicarem à indústria ou à navegação. Sua função era produzir matérias-primas e consumir o máximo possível de produtos manufaturados. Com isso robusteceriam as indústrias da metrópole, dando-lhe assim vantagem na luta pelo comércio mundial.

Os defensores do mercantilismo

Na maioria, os que escreveram sobre a teoria mercantilista eram filósofos e homens de ação pertencentes ao mundo dos negócios. Entre os primeiros estavam advogados do absolutismo político como o francês Jean Bodin (1530-1596) e o inglês Thomas Hobbes (1588-1679), naturalmente predispostos a apoiar qualquer política que aumentasse a riqueza e o poder do governante. Conquanto a maioria dos apologistas do mercantilismo se interessasse por ele principalmente como um meio de promover uma balança comercial favorável, outros o concebiam como uma espécie de paternalismo com vistas a aumentar a prosperidade interna do país. Alguns, por exemplo, defendiam uma política de certo modo semelhante às idéias atuais sobre investimentos públicos, recomendando que o estado destinasse fundos abundantes para o auxílio aos pobres e para a construção de obras públicas, como meio de estimular os negócios.

O mercantilismo na prática: na Espanha e na Inglaterra

Tentativas de pôr em prática as doutrinas mercantilistas assinalaram a história da maioria das nações da Europa ocidental nos séculos XVI e XVII. As teorias, entretanto, não eram aplicadas universalmente. A Espanha, naturalmente, teve vantagem de início, devido ao afluxo de metais preciosos provenientes de seu império americano. E embora a

Espanha não precisasse recorrer a meios artificiais a fim de trazer dinheiro para dentro do país, mesmo assim seu governo mantinha rígido controle sobre o comércio e a indústria. A política das outras nações orientava-se para compensar a falta de colônias produtoras de ouro e prata, mediante a conquista de uma maior parcela do comércio de exportação. Isso, naturalmente, implicava um programa de prêmios, tarifas e extensa regulamentação da indústria e da navegação. Políticas mercantilistas foram adotadas resolutamente na Inglaterra durante o reinado de Elizabeth I e continuadas pelos monarcas da dinastia Stuart e por Oliver Cromwell. A maioria desses governantes se empenhava numa furiosa disputa pela aquisição de colônias, concedia privilégios de monopólio a companhias comerciais e procurava, por múltiplos meios, controlar as atividades econômicas dos cidadãos. Os mais interessantes exemplos de legislação mercantilista na Inglaterra foram, primeiro, as leis elizabetanas destinadas a eliminar a ociosidade e estimular a produção, e, depois, as Leis de Navegação. Por uma série de leis decretadas em fins do século XVI, a rainha Elizabeth I deu aos juízes de paz autoridade para fixar preços, regulamentar as horas de trabalho e obrigar todo cidadão fisicamente apto a trabalhar em alguma atividade útil. A primeira das Leis de Navegação foi promulgada em 1651, no governo de Cromwell. Visando anular o predomínio holandês no setor de transportes, determinava que todos os produtos coloniais exportados para a metrópole fossem embarcados em navios ingleses. Uma segunda Lei de Navegação, aprovada em 1660, não só confirmava a primeira como proibia o envio direto de certos "artigos enumerados", sobretudo fumo e açúcar, para portos do continente europeu. Tais produtos deviam ser enviados primeiro à Inglaterra, de onde, após o pagamento dos direitos alfandegários, poderiam ser reembarcados para outros portos. Ambas essas leis baseavam-se no princípio de que as colônias deviam servir para enriquecer a metrópole.

O mercantilismo na Alemanha: os cameralistas

Durante a Revolução Comercial os estados alemães estavam demasiado ocupados com problemas internos para tomarem parte ativa na luta por colônias e pelo comércio ultramarino. Em conseqüência disso, o mercantilismo alemão visou principalmente a aumentar internamente a força do estado. Apresentava o caráter duplo de nacionalismo econômico e programa para uma sociedade planificada. Naturalmente, contudo, o planejamento era feito sobretudo com o fito de beneficiar o governo e apenas incidentalmente o povo em geral. Devido a seu objetivo preponderante de aumentar os rendimentos do estado, os mercantilistas alemães eram conhecidos como "cameralistas" (de *Kammer*, nome dado ao tesouro real). A maioria deles era formada por advogados e professores de finanças. As idéias cameralistas foram postas em prática pelos reis Hohenzollerns da Prússia, principalmente Frederico Guilherme I (1713-1740), e Frederico o Grande (1740-1786). A política desses monarcas assumia a forma de um plano multifacetário de intervenção e controle na esfera econômica, visando aumentar a riqueza tributável e promover o poder do estado. Drenaram-se pântanos, abriram-se canais, fundaram-se novas indústrias com auxílio do governo e os camponeses receberam instruções sobre as culturas que deviam plantar. Para que a nação se tornasse auto-suficiente no mais breve tempo possível, foram proibidas exportações de matérias-primas e importações de artigos manufaturados. O grosso das rendas advindas dessas medidas

era aplicado em objetivos militares. O exército regular da Prússia foi aumentado por Frederico o Grande para 160.000 homens.

O mercantilismo francês sob Colbert

Talvez a aplicação mais rigorosa, senão a mais deliberada, do mercantilismo tenha sido a que se verificou na França sob Luís XIV (1643-1715). Isso se deveu, em parte, ao fato de o estado francês ser a mais perfeita encarnação do absolutismo e também, em parte, à política de Jean-Baptiste Colbert, primeiro-ministro de 1661 a 1683. Colbert não era um teórico, mas sim um político prático, que ambicionava o poder pessoal e procurava multiplicar as oportunidades de enriquecimento da classe média, a que pertencia. Aceitava o mercantilismo não como um fim em si mesmo, mas apenas como um meio conveniente para aumentar a riqueza e o poder do estado, conquistando assim a aprovação de seu soberano. Tinha a firme convicção de que a França devia adquirir a maior quantidade possível de metais preciosos. Para isso proibiu a exportação de dinheiro, impôs altas tarifas a produtos manufaturados estrangeiros e concedeu prêmios liberais para estimular o desenvolvimento da navegação francesa. Foi também com esse fim, em grande parte, que fomentou o imperialismo, esperando melhorar a balança de comércio favorável, mediante a venda de produtos manufaturados às colônias. Para tanto, comprou ilhas nas Índias Ocidentais, incentivou o estabelecimento de colônias no Canadá e na Louisiana e fundou entrepostos comerciais na Índia e na África. Além disso, era tão devotado ao ideal da auto-suficiência quanto qualquer cameralista da Prússia. Concedeu subsídios a novas empresas, fundou algumas indústrias de propriedade estatal e chegou mesmo a fazer com que o estado comprasse mercadorias que não eram realmente necessárias, só para manter de pé certas companhias periclitantes. No entanto, estava resolvido a conservar a indústria manufatureira sob rigoroso controle, a fim de que as companhias só comprassem matérias-primas na França ou em suas colônias e produzissem os artigos necessários à grandeza nacional. Conseqüentemente, impôs à indústria uma regulamentação minuciosa, que prescrevia quase todos os pormenores do processo de manufatura. Por fim, deve-se mencionar que Colbert tomou algumas medidas diretas para aumentar o poder político da nação. Proveu a França de uma armada de quase trezentos navios, recrutando cidadãos das províncias marítimas e até criminosos para tripulá-los. Além disso, procurou estimular o rápido crescimento da população, desencorajando os jovens de se tornarem monges ou freiras e isentando de quaisquer impostos as famílias com dez ou mais filhos.

Jean-Baptiste Colbert

4. OS RESULTADOS DA REVOLUÇÃO COMERCIAL

O fundamento para o capitalismo moderno

É desnecessário dizer que a Revolução Comercial foi um dos momentos mais significativos da história do mundo ocidental. Sem ela teria sido impossível todo o quadro da moderna vida econômica, pois foi ela que deslocou a base do comércio do plano local e regional da Idade Média para a escala mundial que desde então o tem caracterizado. Além disso, a Revolução Comercial exaltou o poder do dinheiro, inaugurou os negócios com fins lucrativos, santificou a acumulação de riqueza e estabeleceu a concorrência como base da producão e do comércio. Em

suma, ela foi responsável por grande número de elementos que vieram a constituir o regime capitalista.

Prosperidades e recessões

Não foram estes, porém, seus únicos resultados. A Revolução Comercial deu ensejo a amplas flutuações da atividade econômica. O que chamamos hoje de surtos de prosperidade e de depressões passou a alternar-se com espantosa rapidez. O afluxo de metais preciosos, combinado com um aumento da população, levou à alta dos preços e a uma demanda de artigos sem precedentes. Os negociantes eram tentados a expandir suas atividades depressa demais; os banqueiros concediam créditos tão prodigamente que os principais tomadores, sobretudo nobres, com freqüência não honravam suas dívidas. A Espanha e a Itália foram os primeiros países a sofrer reveses. Num e noutro, o fato de os salários não acompanharem a carestia trouxe infortúnios indizíveis às classes inferiores. O empobrecimento tomava conta das cidades, enquanto o banditismo florescia nas áreas rurais. Na Espanha, alguns aristocratas arruinados não se vexavam de unir-se a bandos de vagabundos que erravam de cidade em cidade. Ao fim do século XV, o banco florentino dos Médicis cerrou as portas. Em meados do século seguinte assistiu-se a inúmeras falências na Espanha e ao declínio dos Fuggers na Alemanha. Entrementes, a Inglaterra, a Holanda e, até certo ponto, a França prosperavam à grande. Essa prosperidade caracterizou em especial a "idade da prata", que durou de mais ou menos 1540 a 1620. No século XVII mais uma vez ocorreu um declínio, depois de a inflação haver perdido sua força, e em conseqüência de guerras religiosas e internacionais e de conflitos civis.

O Escândalo dos Mares do Sul

A essa alternância de prosperidade e recessão, seguiram-se surtos de especulação febril, que chegaram ao apogeu no começo do século XVII. Os mais conhecidos foram o Escândalo dos Mares do Sul e o Escândalo do Mississípi. O primeiro resultou da inflação do capital da Companhia dos Mares do Sul, na Inglaterra. Os incorporadores dessa companhia concordaram em assumir a responsabilidade por uma grande parte da dívida nacional e em troca receberam do governo inglês o direito de exclusividade no comércio com a América do Sul e as ilhas do Pacífico. As perspectivas de lucro pareciam quase ilimitadas. As ações da companhia subiram rapidamente de valor até serem vendidas por mais de dez vezes seu valor nominal. Quanto mais subiam, mais crédulas se mostravam as pessoas. Gradualmente, porém, cresceu a suspeita de que as possibilidades da empresa tinham sido superestimadas. As róseas esperanças cederam lugar ao medo e os compradores fizeram tentativas frenéticas para desfazerem-se de suas ações por qualquer preço. A falência, ocorrida em 1720, foi o resultado inevitável.

O Escândalo do Mississípi

Ao mesmo tempo em que se alimentava a quimera dos Mares do Sul na Inglaterra, os franceses atravessavam uma onda semelhante de loucura especulativa. Em 1715, um escocês chamado John Law, que fora obrigado a fugir da Inglaterra por ter matado o rival numa disputa amorosa, estabeleceu-se em Paris, depois de ter vivido de jogo em várias outras cidades. Persuadiu o regente da França a adotar um plano seu para pagar a dívida nacional mediante a emissão de papel-moeda e a lhe conceder o privilégio de organizar a Companhia do Mississípi, para colonização e exploração da Louisiana. À medida que os empréstimos governamentais eram remidos, aqueles que recebiam o dinheiro eram levados a comprar ações da companhia. Em breve as ações começaram a

subir vertiginosamente, alcançando afinal uma cotação de quarenta vezes seu valor original. Quase todos aqueles que podiam juntar algum dinheiro extra lançavam-se à busca da riqueza. Contavam-se histórias de açougueiros e alfaiates que teriam ficado milionários comprando algumas ações e as conservando até subirem de preço. Mas quando se começou a perceber que, a preços tão elevados, a companhia nunca poderia pagar mais que um dividendo nominal por ação, os investidores mais prudentes começaram a vender suas ações. O alarma disseminou-se e em breve estavam todos tão ansiosos por vender como antes tinham estado por comprar. Em 1720 o escândalo estourou, gerando tremendo pânico. Milhares de pessoas que tinham vendido propriedades para comprar ações a preços fantásticos ficaram completamente arruinadas. Durante algum tempo o colapso das companhias dos Mares do Sul e do Mississípi arrefeceu um pouco a paixão do público pela especulação. Não tardou muito, porém, para que se reavivasse o apetite pelos lucros especulativos, e os surtos de compras de ações que acompanharam a Revolução Comercial repetiram-se muitas vezes durante os séculos XIX e XX.

A ascensão de uma nova classe e a europeização do mundo

Entre outros resultados da Revolução Comercial podemos citar a ascensão da burguesia ao poder econômico, o início da europeização do mundo e o restabelecimento da escravidão. Cada um deles exige breve comentário. Ao fim do século XVII a burguesia se tornara a classe econômica dominante em quase todos os países da Europa ocidental. Dela faziam parte os comerciantes, os banqueiros, os proprietários de navios, os principais investidores e os empresários industriais. Essa subida ao poder da burguesia deveu-se principalmente ao aumento da riqueza e à sua tendência a aliar-se ao rei contra a aristocracia. Mas o poder da burguesia, por enquanto, era puramente econômico. Só no século XIX a supremacia política da classe média se tornou realidade. Por europeização do mundo deve-se entender a transplantação dos hábitos e da cultura da Europa para outros continentes. Em resultado da atividade de comerciantes, missionários e colonos, as Américas do Norte e do Sul logo assumiram a feição de apêndices da Europa. Na Ásia não houve mais do que um início de transformação, mas foi o bastante para deixar prever as tendências de tempos posteriores, quando até o Japão e a China adotariam as locomotivas ocidentais e os óculos de aros de tartaruga.

Escravidão

O resultado mais trágico e, do ponto de vista humano, mais deplorável da Revolução Comercial foi o restabelecimento da escravidão, ou seja, a compra e a venda de seres humanos, obrigados a produzir riqueza pelo trabalho forçado. A escravidão havia praticamente desaparecido da civilização européia por volta do ano 1000. Mas o desenvolvimento da mineração e da agricultura de *plantations* nas colônias inglesas, espanholas e portuguesas provocou enorme procura de trabalhadores sem qualificação. A princípio os colonizadores tentaram escravizar os índios americanos, mas estes, em geral, se mostravam demasiado suscetíveis às doenças infecciosas européias. O problema foi resolvido no século XVI, quando se acrescentou outra "mercadoria" ao comércio colonial, mediante a importação de negros africanos. A partir de então, e até o século XIX, a escravidão fez parte integrante do sistema colonial europeu, principalmente nas regiões que forneciam produtos agrícolas tropicais, como açúcar, fumo, e, depois de mais ou menos 1780, algodão.

Por fim, a Revolução Comercial teve enorme importância na preparação do caminho para a Revolução Industrial. Isso se deu por várias razões. Em primeiro lugar, a Revolução Comercial criou uma classe de capitalistas, que procuravam constantemente novas oportunidades para investir seus lucros excedentes. Segundo, a política mercantilista, que dava ênfase à proteção das indústrias incipientes e à produção de mercadorias para exportação, deu poderoso estímulo ao desenvolvimento da manufatura. Terceiro, a fundação de impérios coloniais inundou a Europa de novas matérias-primas e aumentou a oferta de certos produtos que até então eram de consumo suntuário. A maioria deles exigia manufatura antes de chegarem ao consumidor. Em conseqüência disso, surgiram novas indústrias, completamente livres de qualquer regulamentação por parte das corporações que ainda sobreviviam. Exemplo frisante foi a manufatura de tecidos de algodão, que, significativamente, foi uma das primeiras indústrias a se mecanizar. Por fim, a Revolução Comercial foi marcada pela tendência da adoção de métodos fabris em certas linhas de produção, juntamente com aperfeiçoamentos técnicos, como a descoberta de processos mais eficientes para refinar minérios. Assim, como veremos, a Revolução Comercial conduziu inevitavelmente à Revolução Industrial.

Efeitos da Revolução Comercial na preparação do caminho para a Revolução Industrial

5. PROGRESSOS REVOLUCIONÁRIOS NA AGRICULTURA

Em fins do século XVII e, sobretudo, no século XVIII, ocorreram na agricultura européia transformações profundas que podem ser consideradas, em parte, efeitos da Revolução Comercial. A alta dos preços e o aumento da população urbana, causados por alterações no sistema comercial, tornaram a agricultura um negócio cada vez mais rendoso, com o que foram estimulados progressos no setor. Ademais, um dos efeitos da expansão ultramarina foi tornar comuns na Europa importantes culturas novas, como o milho e a batata. Provavelmente, porém, o mais importante efeito da Revolução Comercial sobre a história agrícola foi o triunfo da mentalidade capitalista. Proprietários que até então permitiam aos camponeses lavrar suas terras de maneira ineficiente passaram a seguir o exemplo dos industriais, buscando um máximo de eficiência e de lucros. Na medida em que esses proprietários estivessem dispostos a se mostrarem implacáveis, podiam adotar muitas mudanças revolucionárias.

Relações entre a Revolução Comercial e mudanças na agricultura

Os países que encabeçaram o progresso na agricultura foram a Holanda e a Inglaterra, sem dúvida porque já haviam avançado bastante na Revolução Comercial. Como a Inglaterra teve condições de ultrapassar rapidamente a Holanda, devido às suas maiores dimensões e à maior disponibilidade de recursos naturais, podemos limitar nossos comentários ao caso inglês. Vimos no capítulo 11 que no típico regime agrícola da Idade Média, grupos de camponeses cultivavam coletivamente faixas de terra longas e estreitas, sem cercas. Dessas faixas, um terço ficava de pousio a cada ano, a fim de recuperar a fertilidade. Outras terras limítrofes eram ocupadas por pastos e campinas, para o uso de rebanhos de propriedade coletiva. No mais das vezes, a verdadeira propriedade de todas essas terras era mal definida ou elas eram

Avanços agrícolas na Inglaterra

subdivididas quase aleatoriamente. Em geral, contudo, havia um importante senhor de terras em cada área, capaz de afirmar ter a propriedade de uma grande proporção das terras, muito embora fossem lavradas, para ele, por camponeses. O mesmo indivíduo podia também reivindicar a propriedade legal das pastagens e campinas. Na Inglaterra, a maioria desses proprietários decidiu "fechar" suas terras, a fim de torná-las mais lucrativas.

O cercamento dos campos na Inglaterra

Os primeiros "cercamentos" na Inglaterra tiveram lugar nos séculos XV e XVI e acarretaram a transformação das terras em pastos de ovinos, cercados. Devido aos grandes lucros que podiam ser auferidos da lã, alguns proprietários resolveram converter pastos comuns, que até então haviam sustentado os animais dos camponeses, em terras de seu uso pessoal, para a criação de ovinos. Às vezes conseguiam também converter campos de cereais em pastos de ovinos, expulsando dali camponeses cujo direito à terra não estivesse bem caracterizado. Isso causou terríveis infortúnios aos camponeses atingidos. Como escreveu Thomas More em *Utopia* (1516), "os cordeiros, que eram antes tão dóceis e comiam tão pouco, estão-se tornando agora tão ávidos e selvagens que devoram os próprios homens (. . .) pois não deixam terra alguma livre para o arado". More, porém, estava exagerando um pouco. Na verdade, não mais que aproximadamente 3% das terras aráveis tinham sido fechadas antes de 1525 e parte delas não se destinava ao pastoreio de ovinos.

Agricultura científica

A campanha verdadeiramente dramática de fechamento de terras na Inglaterra ocorreu entre 1710 e 1810, e não visava liberar terras para ovelhas, mas sim aumentar a eficiência da lavoura. Nesse período os proprietários de terras convenceram-se da necessidade de uma "agricultura científica". Compreenderam sobretudo que, mediante a introdução de novas culturas e novos métodos agrícolas, podiam reduzir a área de terras em pousio e alcançar melhores rendimentos. Entre as novas culturas importantes que passaram a experimentar estavam o trevo, a alfafa e variedades correlatas de leguminosas. Tais plantas reduziam a fertilidade muito menos que os cereais e, na verdade, ajudavam a melhorar a qualidade do solo, pela acumulação de nitrogênio e tornando a terra mais porosa. Outra cultura com efeito semelhante era a do nabo. O maior propagandista do plantio desse vegetal pouco atraente foi o visconde Charles Townshend (1674-1738), proeminente aristocrata e político, que no fim da vida deixou a corte real para fazer experiências agrícolas. Ao assim proceder, tornou-se um modelo para posteriores aristocratas interessados na agricultura científica. Townshend ganhou o apelido de "Nabo", devido a sua extrema dedicação em persuadir os agricultores a utilizarem-no nos novos sistemas de rotação dos campos.

O trevo, a alfafa e o nabo não só contribuíam para reduzir a área de pousio como constituíam excelente forragem de inverno para os animais, com o que ajudavam a aumentar e melhorar os plantéis. E mais reses significava mais esterco. Conseqüentemente, a adubagem intensiva tornou-se outro meio pelo qual os agricultores podiam eliminar a necessidade de deixar grandes áreas em pousio. Outros aperfeiçoamentos adotados no período foram o esterroamento e a capina mais intensivos, assim como o uso de semeadeiras para grãos, que eliminaram o velho e antieconômico método de semear a mão, deixando a maior parte das sementes à flor da terra, onde eram comidas pelas aves.

A agricultura científica determinou a necessidade do cercamento das terras porque o proprietário "progressista" precisava de flexibilidade para realizar as experiências que desejasse. Ser-lhe-ia simplesmente impossível tentar plantar nabos numa faixa estreita e aberta, enquanto os camponeses continuassem a praticar a rotação de todas as áreas contínguas de acordo com o antiqüíssimo sistema dos três campos. Ao invés disso, era-lhe necessário dispor de lotes compactos e cercados, que não deixassem dúvidas quanto ao território que era propriedade sua, para tornar máxima a eficiência da experimentação e para manter afastados os animais. Cumpre ainda acrescentar que quando a campanha de cercamento ganhou impulso, os proprietários não se furtaram a reorganizar e fechar territórios, de maneira a conquistar do campesinato novas terras, as quais até então em nenhum sentido lhes pertenciam. Em tudo isso tinham o governo a seu lado. O Parlamento parou de tentar proibir o cercamento de terras em 1640 e na verdade em 1710 começou a determinar que isso fosse feito. A partir de então, durante todo o século XVIII, "leis de cercamento" promulgadas pelo Parlamento estipulavam que todas as terras de uma dada aldeia fossem completamente redistribuídas em glebas compactas e cercadas, e os maiores proprietários de cada área foram os que mais ganharam terras. (O Parlamento agiu assim porque era dominado pela aristocracia fundiária.) Com isso, muitos camponeses foram expulsos da terra, mas a produtividade cresceu vertiginosamente. No século XVIII, a produção de trigo na Inglaterra, por exemplo, aumentou em um terço, enquanto dobrava o peso médio do gado. Em suma, a maior abundância e concentração de riqueza, trazidas pela revolução agrícola e pelo cercamento dos campos, foram pré-requisitos necessários para a Revolução Industrial que começou na Inglaterra por volta de 1780.

Consolidação de propriedades

Na Europa continental, afora a exceção representada pela Holanda, não existiu nada comparável ao avanço inglês na agricultura científica. Na maior parte do continente, as mudanças agrícolas se desenrolaram mais devagar e o progresso real nos métodos científicos só se deu no século XIX e, em certos lugares, no século XX. Não obstante, o século XVIII foi uma época importante para a agricultura do continente europeu, do ponto de vista da introdução de novas culturas. De máxima importância foi o cultivo do milho e da batata, trazidos do Novo Mundo. Como o milho só pode ser plantado em áreas que apresentem substanciais períodos de tempo ensolarado e seco, não foi cultivado nas regiões setentrionais da Europa, às margens do Atlântico, mas nos séculos XVII e XVIII seu cultivo espalhou-se pela Itália e pela parte sudeste do continente. Sua grande atração estava em que, enquanto uma espiga média de cereal produzia apenas quatro sementes aproximadamente para cada uma plantada, uma espiga de milho rendia de setenta a oitenta. Isso transformava o milho numa planta "milagrosa", enchendo paióis em lugares onde antes tinham estado quase vazios. A batata foi uma inovação igualmente miraculosa para o norte da Europa. Suas vantagens eram enormes e numerosas: uma delas era que a batata podia ser cultivada nos solos mais pobres, mais arenosos ou mais úmidos, onde nada mais podia ser plantado; outra era que a batata se dava bem mesmo em lotes mínimos de terra. Plantar batatas em pequenas glebas era lucrativo porque seu rendimento era extraordinariamente grande. Por fim, a batata era excelente alimento: é rica em

Novos produtos agrícolas

calorias, tem muitas vitaminas e minerais e possui também alguma proteína. A princípio os camponeses do norte da Europa resistiram à idéia de cultivar batatas, uma vez que essa planta não é mencionada na Bíblia, mas no decorrer do século XVIII acostumaram-se com ela, mesmo que às vezes isso tenha exigido considerável pressão do governo. Frederico o Grande, da Prússia, de início forçou os camponeses a comer batatas, praticamente metendo-lhes o tubérculo garganta abaixo, mas em breve elas se tornaram um alimento de subsistência, tanto ali como no resto da Alemanha setentrional. Por volta de 1800 as famílias camponesas médias do norte da Alemanha comiam batatas, como alimento principal, pelo menos uma vez por dia. No mesmo período a batata foi também introduzida na Irlanda e na Inglaterra. Hoje em dia a batata frita é um alimento comuníssimo na Inglaterra.

Fim da fome

Provavelmente, o fato mais digno de destaque com relação à história econômica da Europa no século XVIII é que aos poucos os pobres deixaram de morrer de fome. Até mais ou menos 1700 cerca de metade de todos os camponeses europeus podia esperar ver algum parente próximo morrer à míngua de alimento a cada dez anos aproximadamente. Com freqüência, ao sobrevirem as fomes periódicas, famílias inteiras eram dizimadas. Mas a introdução de novas culturas, como a do milho e da batata, mudou tudo isso. O resultado foi que a população começou a crescer como nunca, e acabou havendo excedente de mão-de-obra, liberada para a industrialização. Finalmente, a população da Europa estava aprendendo, literalmente, que nem só de pão vive o homem.

6. A NOVA SOCIEDADE

Crescimento da população

As revoluções econômicas são inevitavelmente acompanhadas de mudanças profundas na estrutura social. Embora conservasse características da Idade Média, a sociedade criada pela Revolução Comercial mostrava diferenças acentuadas da anterior. Por exemplo, a população da Europa estava-se tornando consideravelmente maior. Ao todo, estima-se que a população da Europa em 1500 fosse de mais ou menos 80

Refeição de camponeses, de Louis de Nain. Este quadro francês de 1642 mostra que o principal item de consumo ainda era o pão e que homens adultos eram freqüentemente tão pobres que tinham de andar descalços.

milhões de habitantes; em 1800 ela mais que duplicara, chegando a cerca de 190 milhões. Em 1378 Londres tinha aproximadamente 50.000 habitantes; em 1600 o total superava 200.000; e em 1800 chegava a mais de 1 milhão! Os motivos desses aumentos estão ligados de perto aos acontecimentos religiosos e econômicos da época. Nos países protestantes do norte, o incremento populacional deveu-se em parte à abolição do celibato clerical e ao estímulo ao casamento. Muito mais importante, porém, foi o aumento dos meios de subsistência proporcionado pela Revolução Comercial e pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas. Não só se acrescentaram novos produtos, como o milho, a batata e o tomate à oferta de alimentos, como artigos mais antigos, como o açúcar e o arroz, passaram a ser oferecidos em maior quantidade.

Aumento da urbanização

Como indicam os números relativos a Londres, a Europa estava-se tornando mais populosa, e também mais urbanizada. Em 1500 havia apenas três cidades na Europa – exclusive Istambul, na Turquia – com mais de 100.000 habitantes; em 1800 havia vinte e duas. Decerto o surgimento de novas oportunidades para as pessoas ganharem a vida no comércio e na indústria possibilitou à maioria dos países sustentar uma maior população; é significativo que a maior parte desses aumentos ocorresse nas cidades e vilas. Não obstante, cabe não exagerar o progresso da urbanização antes de 1800. No século XVII, de 70 a 80 por cento de todos os trabalhadores ainda se ocupavam da agricultura; e a maior parte da mão-de-obra industrial ainda era formada por artesãos. Como observou um historiador, R. S. Dunn, "a *manufatura* conservava ainda seu significado latino: fazer com as mãos". Mesmo em 1800 a maioria das indústrias tinha como núcleos pequenas oficinas, e não fábricas mecanizadas. Embora as cidades e vilas tivessem crescido de tamanho, apenas 3 por cento da população européia vivia em cidades grandes, com mais de 100.000 almas. Em síntese, a Revolução Industrial ainda se achava em seus primórdios e ainda estava por ocorrer o triunfo do moderno urbanismo.

A classe média

Da mesma forma que o urbanismo ainda não triunfara, também não se transformara o status social da classe média. No passado os historiadores falavam de uma classe média sempre "ascendente", mas hoje percebem que essa tendência é exagerada com excessiva facilidade. Está fora de dúvida que durante todo o período havia grandes oportunidades para mercadores ambiciosos e diligentes amealhar fortunas e assim subir alguns degraus na escala social. Contudo, os comerciantes nunca foram respeitados como aristocratas. Molière (1622-1673), por exemplo, ridicularizou numa de suas peças o "fidalgo burguês" – um rico comerciante que procurava canhestramente imitar os modos de seus "superiores". Algumas profissões, é verdade, ganharam maior remuneração e prestígio do que tinham na Idade Média. Em termos específicos, o artista, o escritor, o advogado, o professor universitário e o médico alcançaram posições sociais mais ou menos semelhantes às que têm na sociedade moderna. De modo geral, porém, a época não era absolutamente de igualdade social. Na verdade, a aristocracia, que auferia da terra a maior parte de seus rendimentos, ocupava ao fim do período uma posição econômica e social mais elevada do que em seu começo.

O novo egoísmo, que passara a caracterizar as classes média e alta, constituía um empecilho no sentido de um tratamento mais generoso

aos seres humanos menos afortunados. Conta-se que em 1552, tendo escutado um alarido do lado de fora do palácio, o imperador Carlos V perguntou quem estava causando a agitação. Ao saber que eram soldados pobres, respondeu: "Que morram" e comparou-os a centopéias, gafanhotos e besouros que devoram as boas coisas da terra. Via de regra, a pior sorte estava reservada aos escravos e servos. Com vistas a altos lucros, caçavam-se negros na costa da África; aprisionados em masmorras, eram depois embarcados para as colônias das Américas. Talvez seja interessante notar que um dos primeiros ingleses que se empenharam nesse negócio execrável, o capitão John Hawkins, deu ao navio em que transportava as vítimas o nome de "Jesus".

Falta de compaixão

Embora escravos negros raramente fossem utilizados na Europa propriamente dita, alguns europeus eram cruelmente explorados como servos. A instituição da servidão havia desaparecido na Europa ocidental no fim da Idade Média, mas depois de 1600 ela foi revivida e se fortaleceu nas regiões a leste do rio Elba. Ali, a ânsia de lucro na agricultura e o conluio do estado com a aristocracia levaram ao desenvolvimento da "segunda servidão" – um sistema servil muito mais forte do que o que existira antes. Na Prússia Oriental os servos tinham muitas vezes de trabalhar de três a seis dias por semana para o senhor, e alguns só dispunham de horas noturnas para cultivar suas próprias terras. Pior ainda, na Rússia os senhores tinham direito de vida e morte sobre seus servos e podiam vendê-los, separadamente da terra e até mesmo de suas famílias.

A segunda servidão

Deixando de lado a sorte dos servos da Europa oriental, o século XVIII assistiu a melhorias reais nas condições de vida da maioria dos europeus. Já vimos que novos alimentos ajudaram a eliminar a fome. Em outros aspectos, os pobres continuaram tão infelizes como sempre – o triunfo sobre doenças epidêmicas como a varíola e a malária de modo geral só sobreveio no século XIX –, mas houve avanços no padrão de vida das classes médias e alta. Isso se manifesta no crescente consumo per capita de açúcar, chocolate, café e chá, que não só substituíram outros alimentos e bebidas, como representaram acréscimos à dieta média. A crescente demanda de tecidos de linho e algodão, e de artigos de luxo como móveis de mogno, desenhados por mestres como Chippendale, Happlewhite e Sheraton, pode ser vista como outro indício dessa prosperidade.

Mudanças no padrão de vida

A generalização do uso do tabaco e do café nos séculos XVII e XVIII teve interessantes efeitos sociais e talvez fisiológicos. Embora o tabaco fosse levado para a Europa, pelos espanhóis, cerca de cinqüenta anos após a descoberta da América, passou-se outro meio século antes que muitos europeus adquirissem o hábito de fumar. A princípio julgou-se que a planta possuísse poderes curativos milagrosos e era chamada de "divino tabaco" e "nossa santa erva nicotiana". (A palavra nicotina deriva de Jean Nicot, embaixador francês em Portugal que introduziu a planta na França.) O hábito de fumar foi popularizado por exploradores ingleses, sobretudo por Sir Walter Raleigh, que o aprendera com os indígenas da Virgínia. O hábito disseminou-se rapidamente por todas as classes da sociedade européia, apesar da condenação do clero e da ofensiva do rei Jaime I. A enorme popularidade do café no século XVII teve efeitos sociais ainda mais importantes. Por toda a Europa surgiram estabelecimentos que serviam café, e rapidamente se tornaram institui-

Efeitos dos hábitos do tabaco e do café

ções importantes. Proporcionavam não apenas, à maioria dos homens, uma possibilidade de fuga a uma vida doméstica tediosa, como tiravam outros dos excessos das tavernas e das casas de jogo. Além disso, esses "cafés" fomentaram um aguçamento do espírito e promoveram maneiras mais polidas, sobretudo na medida em que se tornaram os locais de encontro dos grandes nomes da literatura. A acreditarmos no depoimento de historiadores ingleses, eram raras as atividades sociais ou políticas que não tivessem íntimas ligações com os estabelecimentos que serviam café.

A coexistência desses elegantes cafés com a ascensão do escravagismo reflete o fato de que a Revolução Comercial fundava-se em fins egoístas e era mantida pela indiferença ao intenso sofrimento humano. Não obstante, os progressos econômicos alcançados pela Revolução Comercial trouxeram enormes benefícios para muitos e conduziriam a avanços econômicos ainda maiores nas eras posteriores.

Capítulo 17

A ERA DO ABSOLUTISMO (c. 1500 — 1789)

**São quatro as características ou qualidades essenciais da autoridade real.
Primeira: a autoridade real é sagrada.
Segunda: é paternal.
Terceira: é absoluta.
Quarta: está sujeita à razão.**

— Bossuet, *Política tirada das próprias palavras das Sagradas Escrituras*

A época do absolutismo

Temos agora de retroceder a fim de tentar analisar os principais desdobramentos políticos que acompanharam o nascimento da civilização moderna. No transcurso dos séculos XIV e XV o poder das monarquias nacionais medievais havia sido gradualmente posto à prova pelas sublevações do fim da Idade Média. No entanto, como vimos no capítulo 13, o poder monárquico acabou por demonstrar sua força. No último quartel do século XV, monarcas fortes nos principais estados da Europa ocidental – Inglaterra, França e Espanha – superaram as ameaças de fragmentação e começaram a tornar o poder real mais forte que nunca. Posteriormente a Europa experimentou o completo florescimento do "absolutismo", ou monarquia sem peias. A era absolutista durou na Inglaterra até meados do século XVII, na França até 1789 e em outros países europeus até o século XIX. Foram vários os motivos para que o absolutismo predominasse no período que se seguiu a 1500. Um deles foi que a nova riqueza ajudou os monarcas a pagarem a expansão da máquina burocrática, bem como a criação de novos órgãos de governo, acima de tudo aqueles que dirigiam a organização militar e a política exterior. Outro foi as guerras internacionais, durante a maior parte do período – e a guerra tendia a fortalecer o poder do estado, pois possibilitava aos monarcas manterem exércitos permanentes, capazes de impor a paz no âmbito nacional, tanto quanto no exterior. Por fim, a Revolução Protestante contribuiu consideravelmente para o incremento da onipotência real. Ela rompeu a unidade da Igreja cristã, aboliu a supremacia papal sobre os governantes seculares, fomentou o nacionalismo, reviveu a doutrina do apóstolo Paulo de que "as autoridades constituídas são determinadas por Deus"

e estimulou os governantes da Europa setentrional a estender sua autoridade sobre assuntos religiosos, tanto quanto sobre os civis.

Caráter da monarquia absoluta

Embora o governo decerto se estivesse tornando mais forte do que nunca, convém não confundir o absolutismo europeu ocidental da fase inicial dos tempos modernos com despotismo ou totalitarismo. Os reis da Europa ocidental na verdade não eram déspotas, pois, por mais fortes que fossem, raramente governavam arbitrariamente, como os faraós ou califas. Devido à força de suas aristocracias e classes mercantis, não podiam emitir, ao sabor do capricho, decretos a serem cumpridos por uns poucos asseclas. Ao contrário, em geral tinham de justificar suas políticas junto a centenas ou mesmo milhares de pessoas, antes que pudessem ser postas em vigor. Além disso, em geral os monarcas absolutos respeitavam os processos judiciários e só quebravam a tradição em circunstâncias excepcionais. Esses monarcas assemelhavam-se ainda menos aos ditadores modernos. É óbvio que, antes dos séculos XIX e XX, o estado não podia interferir com muita eficiência na vida dos cidadãos; faltava-lhe transporte mecanizado e sistemas de comunicações, bem como rádio, cinema e televisão para fins propagandísticos, além de instrumentos sofisticados para intimidação. Durante o período do absolutismo real não existiam, praticamente, sequer policiais. Tememos hoje que o estado venha a tornar-se forte demais – se é que isso já não aconteceu – mas entre 1500 e 1789 o estado na Europa ocidental ainda interferia apenas distanciadamente na vida de seus cidadãos.

1. DESENVOLVIMENTO E DECADÊNCIA DA MONARQUIA ABSOLUTA NA INGLATERRA

Razões da decadência na Inglaterra

A Inglaterra foi o único país europeu em que o absolutismo entrou em decadência antes de 1789. Os motivos que determinaram esse fato foram de ordem política, econômica e religiosa. Como já vimos, o princípio do consentimento às decisões reais era mais forte na Inglaterra medieval do que em outros estados. Só na Inglaterra foi que apareceu na Idade Média um órgão como o Parlamento, atuando como barreira potencial ao absolutismo. Durante todo o século XVI a coroa inglesa soube usar o Parlamento de modo a promover seus próprios interesses, mas no século seguinte atitudes e políticas da monarquia começaram a provocar resistência parlamentar. Quando isso aconteceu, a força econômica de muitos membros da oposição parlamentar, que havia sido criada pela importante participação da Inglaterra na Revolução Comercial, ajudou muitíssimo a combater e finalmente derrotar a monarquia. A principal causa imediata da revolta contra o absolutismo real foi de cunho religioso. Protestantes radicais objetavam intensamente à política religiosa real e por fim transformaram suas objeções em causa para a guerra civil.

A dinastia Tudor

Antes que isso acontecesse, poderia parecer que a Inglaterra estivesse marchando rumo ao absolutismo do mesmo modo que os estados continentais. A dinastia Tudor, inaugurada por Henrique VII em 1485, havia logrado considerável êxito em regular as consciências de seus súditos e em impor sua vontade à nação. Cumpre acrescentar que os mais famosos monarcas Tudors, Henrique VIII (1509-1547) e Elizabeth I (1558-1603), conquistaram parte de seu poder pelo fato de manterem

astuciosamente uma aparência de governo popular. Quando queriam promulgar leis de popularidade duvidosa, cumpriam regularmente a formalidade de obterem aprovação parlamentar. Ou, quando desejavam mais dinheiro, manipulavam os processos legais de modo a dar a impressão de que as apropriações eram concessões voluntárias dos representantes do povo. No entanto, sob esses soberanos o ramo legislativo do governo era pouco mais que um carimbo. Limitavam as sessões parlamentares a apenas três ou quatro meses por ano; interferiam nas eleições e enchiam as duas casas com seus próprios apaniguados; e adulavam, lisonjeavam ou amedrontavam seus membros, conforme exigisse a situação, a fim de obterem seu apoio.

Estabelecimento da monarquia de direito divino por Jaime I

Em 1603, a rainha Elizabeth I, a última monarca Tudor, morreu sem deixar descendentes diretos. Seu parente mais próximo era um primo, o rei Jaime VI da Escócia, que se tornou então soberano dos dois países com o nome de Jaime I. Sua ascensão ao trono assinala o início da perturbada dinastia Stuart, a segunda e última dinastia absolutista da Inglaterra. Curiosa mescla de teimosia, vaidade e erudição, o rei Jaime foi chamado por Henrique IV da França, com muita propriedade, "o imbecil mais sábio da cristandade". Embora gostasse de ser lisonjeado por seus cortesãos como "o Salomão inglês", não teve sequer o bom senso de se contentar, como seus predecessores Tudors, com o poder absoluto de fato, fazendo questão de tê-lo também de direito. Fez sua a doutrina francesa do direito divino dos reis, sustentando que "assim como é ateísmo e blasfêmia disputar o que Deus pode fazer, também é presunção e grande desacato da parte de um súdito disputar o que um rei pode fazer". Embora tivesse, ele próprio, aspecto físico e compor-

Rainha Elizabeth I. Elizabeth, conhecida por seus súditos admiradores como "Gloriana", está retratada aqui de pé sobre o mapa da Inglaterra.

tamento em nada dignos de nota, em sua alocução de 1609 ao Parlamento declarou que "os reis são com justiça chamados deuses, pois exercem na terra uma espécie de poder divino".

Que essas ridículas pretensões à autoridade divina despertariam a oposição do povo inglês era um resultado que o próprio Jaime deveria ter sido capaz de prever, pois a Inglaterra ainda tinha tradições de liberdade que não podiam ser ignoradas. O ideal de governo limitado, expresso pela Magna Carta, nunca fora destruído de todo. Além disso, a política do novo rei era de molde a despertar o antagonismo até de alguns de seus súditos mais conservadores. Insistiu em aumentar suas rendas com novas modalidades de impostos, que de modo algum tinham sido sancionadas pelo Parlamento; e quando os líderes desse órgão protestaram, ele rasgou cheio de ira a representação e dissolveu as duas câmaras. Interferiu na liberdade de comércio, concedendo monopólios e extravagantes privilégios a companhias protegidas. Conduziu as relações exteriores sem levar em conta os interesses econômicos de alguns dos mais poderosos cidadãos. Desde os dias dos capitães elizabetanos Sir John Hawkins e Sir Francis Drake, os mercadores ingleses ambicionavam destruir o império comercial da Espanha. Desejavam abertamente uma renovação da guerra que, com esse objetivo, fora iniciada no reinado de Elizabeth. Jaime, porém, fez a paz com a Espanha e entrou em negociações para estabelecer alianças conjugais favoráveis aos reis católicos.

James I. "O imbecil mais sábio da cristandade."

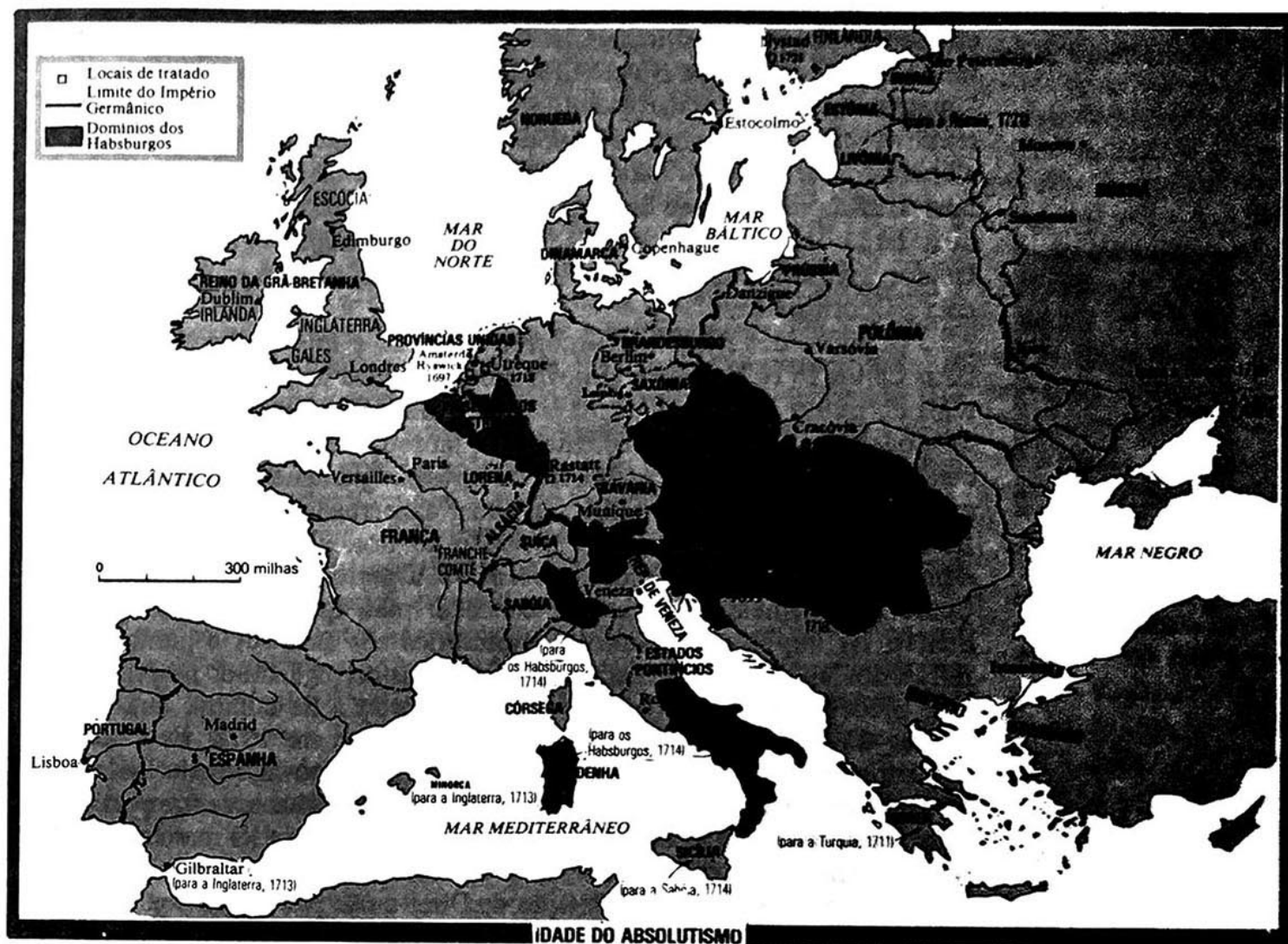
A política despótica de Jaime I

No entanto, não foram apenas alianças matrimoniais que envolveram o rei Jaime em problemas religiosos. O Compromisso Elizabetano, que havia encerrado a Reforma na Inglaterra, não tinha sido aceito como satisfatório pelos protestantes mais radicais. Acreditavam que ele não se afastava o suficiente das fórmulas e das doutrinas da Igreja Romana. Durante o reinado da rainha Maria, muitos haviam-se exilado na França, caindo ali sob a influência do calvinismo. Quando a política de conciliação de Elizabeth ganhou forma, denunciaram-na como representando uma excessiva concessão ao catolicismo. Aos poucos vieram a ser chamados de puritanos, devido a seu desejo de "purificar" a Igreja Anglicana de todos os vestígios de rituais e costumes "papistas". Além disso, pregavam uma moralidade ascética e condenavam o sistema episcopal de governo da igreja. Todavia, não formavam um grupo unido. Uma facção acreditava ser capaz de transformar a Igreja Anglicana trabalhando em seu seio. A outra preferia retirar-se do aprisco anglicano e fundar congregações separadas, para que pudessem realizar o culto como desejavam. Os membros desse último grupo vieram a ser chamados de separatistas. Tornaram-se célebres na história dos Estados Unidos como os chamados Peregrinos, que fundaram a colônia de Plymouth.

Dissensão religiosa durante o reinado de Jaime I

Qualquer seita ou facção de puritanos era anátema para o rei Jaime, pois ele não confiava em nenhuma religião que não se enquadrasse em suas próprias idéias sobre as relações entre a igreja e o estado. Em seu entender, os puritanos, ao repudiarem o sistema episcopal de governo da igreja, ameaçavam derrubar um dos principais pilares da própria monarquia. A recusa a submeter-se aos bispos nomeados pelo rei identificava-se com deslealdade ao soberano. Por esse motivo o rei Jaime os considerava praticamente como traidores e ameaçava "pô-los para fora do país". O monarca não mostrou muito mais sabedoria em suas relações com os católicos. Em geral, dava-lhes seu apoio, embora não

Relações com puritanos e católicos

IDADE DO ABSOLUTISMO

conseguisse resistir à tentação de impor-lhes multas de vez em quando por violarem o severo código que viera da Reforma. Em 1605 um grupo de adeptos fanáticos da fé romana organizou a Conspiração da Pólvora. Planejavam explodir o edifício do Parlamento enquanto o rei e os legisladores lá estivessem reunidos, e, durante a confusão resultante, apoderar-se do governo. A trama foi descoberta e o Parlamento promulgou leis ainda mais rigorosas contra os católicos. O rei Jaime, porém, não impôs o cumprimento das leis. É desnecessário dizer que sua persistente complacência provocou o antagonismo dos protestantes e tornou-o mais impopular que nunca.

Sir Edward Coke

De 1611 a 1621, Jaime governou praticamente sem o Parlamento. Mas isso não significou que seus problemas estivessem findos. Em 1613 os direitos do povo encontraram um novo paladino na pessoa de Sir Edward Coke, nomeado presidente do supremo tribunal. Coke não era o que se poderia chamar de um democrata, porém nutria profundo respeito pelo direito consuetudinário e pelas liberdades básicas inferidas da Magna Carta. Acresce que era defensor ferrenho da posição privilegiada dos advogados e juízes. Quando o rei insistiu que também dispunha da faculdade de razão e podia interpretar a lei tão bem quanto os juízes, Coke lembrou-lhe que não era versado em direito, e que causas que afetavam a vida e a fortuna de seus súditos não deveriam ser decididas pela razão natural, mas sim com base em longos anos de

estudo e experiência. Ademais, Coke desenvolveu um conceito rudimentar de revisão judiciária. No célebre caso do Dr. Bonham, sustentou que "quando uma lei do Parlamento contraria a retidão ou a razão, é repulsiva ou de cumprimento impossível, o direito comum a controlará e cominará tal lei como nula". Há indícios de que tal opinião foi muito bem acatada na América colonial e que constituiu um dos fatores que mais tarde deram origem à idéia de que a Corte Suprema dos Estados Unidos tem autoridade para anular as leis do Congresso que colidem com a Constituição.

Carlos I. Este retrato, de Van Dyck, captura vividamente a malfadada arrogância do monarca.

O primeiro dos reis Stuarts morreu em 1625 e foi sucedido por seu filho Carlos I (1625-1649). O novo monarca tinha uma aparência mais régia do que o pai, mas alimentava as mesmas idéias pretenciosas acerca do poder real. Conseqüentemente, não tardou a entrar em desavença com os puritanos e com os líderes da oposição parlamentar. Como no caso de Jaime, as tensões religiosas foram exacerbadas por questões de tributação. Logo depois de sua ascensão ao trono, Carlos envolveu-se numa guerra com a França. Necessitava urgentemente de dinheiro. Como o Parlamento recusasse a conceder mais que as verbas costumeiras, ele impôs empréstimos compulsórios aos cidadãos e puniu os refratários aboletando soldados em suas casas ou jogando-os na prisão sem processo. O fruto dessa tirania foi a Petição de Direito, que os líderes do Parlamento obrigaram Carlos a assinar em 1628. Esse documento declarava ilegais todos os impostos não aprovados pelo Parlamento. Condenava também o aboletamento de soldados em casas particulares e proibia as prisões arbitrárias e a aplicação da lei marcial em tempo de paz.

Carlos I e a Petição de Direito

Contudo, a assinatura da Petição de Direito não pôs fim ao conflito. Carlos voltou em breve aos antigos estratagemas para conseguir dinheiro por vários meios irregulares. Repôs em vigor leis feudais obsoletas, cobrando multas de todos que as violavam. Obrigava burgueses ricos a solicitar o título de cavaleiro, e depois cobrava-lhes taxas elevadas. Vendia monopólios a preços exorbitantes e advertiu os juízes a que elevassem as custas nos processos criminais. Mas o mais impopular de seus expedientes para conseguir dinheiro foram as chamadas contribuições navais (*ship money*). Segundo um costume antigo, as cidades costeiras inglesas deviam contribuir com navios para a armada real. Como as necessidades da armada fossem agora atendidas por outros meios, Carlos opinou que essas cidades deviam contribuir com dinheiro, e começou a aplicar o novo imposto não só às cidades costeiras mas também aos condados do interior. As contribuições navais irritaram particularmente à classe dos comerciantes e serviram para robustecer a oposição desse grupo a tirania monárquica. Muitos se recusaram a pagar e o procurador-geral do rei finalmente resolveu abrir processo. Um rico fidalgo de nome John Hampden foi levado à barra do tribunal, como teste. Ao ser condenado por sete votos contra cinco, adquiriu uma aura de mártir e durante anos foi venerado por muitos como símbolo da resistência à autocracia real.

Carlos I persiste na tirania

Seguindo o desajuizado exemplo do pai, Carlos também despertou o antagonismo dos calvinistas. Nomeou arcebispo de Canterbury um clérigo chamado William Laud, cujas simpatias eram francamente pela "igreja alta" anglicana. Ultrajou o sabatismo dos puritanos autorizando jogos públicos aos domingos. Pior ainda, tentou impor o sistema episco-

Conflito com os calvinistas

pal de governo da igreja aos presbiterianos escoceses, que eram calvinistas radicais. O resultado foi uma rebelião armada de seus súditos do norte e o primeiro passo para a guerra civil generalizada.

A fim de obter dinheiro para punir a resistência dos escoceses, Carlos viu-se por fim obrigado a convocar o Parlamento em 1640, depois de mais de onze anos de governo autocrático. Sabendo muito bem que o rei nada podia fazer sem dinheiro, os líderes da Câmara dos Comuns determinaram tomar em suas mãos as rédeas do governo. Aboliram as contribuições navais e os tribunais especiais que tinham servido como instrumento da tirania. Denunciaram e aprisionaram na Torre de Londres o arcebispo Laud e o conde de Strafford. Decretaram uma lei proibindo que o monarca dissolvesse o Parlamento e prescrevendo que este se reunisse em sessão pelo menos uma vez a cada três anos. Carlos respondeu a essas leis com uma demonstração de força. Invadiu com sua guarda a Câmara dos Comuns e tentou prender cinco de seus líderes. Todos eles escaparam, mas instalara-se o conflito entre o rei e o Parlamento, tornando inevitável uma luta aberta. Ambos os lados reuniram tropas e prepararam-se para o apelo às armas.

O deflagrar da guerra civil

Esses acontecimentos marcaram o início de um período de guerra civil que durou de 1642 a 1649. Foi uma luta ao mesmo tempo política, econômica e religiosa. Do lado do rei estavam a maioria dos principais nobres e latifundiários, os católicos e os anglicanos fiéis. Entre os adeptos do Parlamento contavam-se, de modo geral, os pequenos proprietários de terras, os comerciantes e os manufatureiros. A maior parte deles eram puritanos ou presbiterianos. Os partidários do rei eram comumente conhecidos pelo aristocrático nome de "Cavaleiros". Seus adversários, que cortavam o cabelo curto em sinal de desprezo à moda de usar cabelos anelados, receberam a alcunha derrisória de *Roundheads* (Cabeças-Redondas). A princípio os realistas, que tinham a vantagem óbvia da experiência militar, saíram vitoriosos de quase todos os encontros. Em 1644, no entanto, o exército parlamentar foi reorganizado e logo depois mudou a sorte da guerra. As forças dos Cavaleiros sofreram tremendas derrotas e em 1646 o rei foi forçado a render-se. A luta ter-se-ia encerrado se não tivesse surgido uma dissensão no seio do partido parlamentar. A maioria de seus membros, que eram agora presbiterianos, estavam dispostos a restaurar Carlos no trono, como um monarca de poder limitado, dentro dos termos de um ajuste pelo qual a fé presbiteriana seria imposta à Inglaterra como a religião oficial. Mas uma minoria radical de puritanos, constituída principalmente de separatistas, mas então conhecidos mais comumente como "independentes", desconfiava de Carlos e insistia na tolerância religiosa para si mesmos e para todos os demais protestantes. Seu chefe era Oliver Cromwell (1599-1658), que assumira o comando do exército dos Cabeças-Redondas. Aproveitando-se da discórdia entre as fileiras de seus adversários, Carlos recomeçou a guerra em 1648, mas ao cabo de uma breve campanha teve de reconhecer que sua causa estava perdida.

Cavaleiros e Cabeças-Redondas

Oliver Cromwell

A segunda derrota do rei deu aos independentes o domínio indiscutível da situação. Cromwell e seus amigos resolveram então dar fim àquele "homem de sangue", o monarca Stuart, e remodelar o sistema político de acordo com seus próprios desejos. Efetuaram um expurgo do órgão legislativo pela força militar, expelindo 143 presbiterianos da Câmara dos Comuns; depois, com os cerca de 60 parlamentares restan-

A derrota e execução do rei

tes, trataram de eliminar a monarquia. Foi aprovada uma lei que redefinia a traição de modo a aplicar-se aos agravos cometidos pelo rei. Instalou-se depois uma Alta Corte de Justiça especial e Carlos foi julgado por ela. Sua condenação foi simples questão de formalidade, e em 30 de janeiro de 1649 ele foi decapitado em frente a seu palácio de Whitehall. Pouco tempo depois foi abolida a Câmara dos Lordes e a Inglaterra tornou-se uma república oligárquica. Completou-se assim a primeira fase da chamada Revolução Puritana.

O Commonwealth e o Protetorado

O trabalho de organizar o novo estado, que recebeu o nome de Commonwealth, ficou inteiramente nas mãos dos independentes. Uma vez que continuava como órgão legislativo o *Rump Parliament* – isto é, os 60 membros restantes, após o expurgo –, a mudança realmente fundamental que ocorreu foi na natureza do poder executivo. Em lugar do rei, criou-se um conselho de estado, composto de 41 membros. Cromwell, apoiado pelo exército, em breve passou a dominar os dois órgãos. Com o decorrer do tempo, no entanto, exasperou-se com as tentativas dos legisladores para perpetuarem-se no poder e para se aproveitarem do confisco da fortuna dos adversários. Conseqüentemente, em 1653 invadiu o *Rump* com um destacamento de soldados e ordenou aos membros que se dispersassem. Seguiu-se a instalação de uma virtual ditadura, sob uma constituição redigida por oficiais do exército. Denominada Instrumento de Governo, foi a coisa mais parecida com uma constituição escrita que a Grã-Bretanha jamais teve. Amplos poderes eram concedidos a Cromwell como "Lorde Protetor" vitalício e seu cargo tornou-se hereditário. A princípio o Parlamento exerceu autoridade limitada, fazendo leis e criando impostos, mas em 1655 seus membros foram abruptamente despedidos pelo Lorde Protetor. Daí em diante o governo nada mais foi do que uma autocracia mal disfarçada. Cromwell enfeixava agora nas mãos uma soberania ainda mais absoluta do que qualquer um dos monarcas Stuarts teria ousado reivindicar. Afirmando que sua autoridade provinha de Deus, ele restabeleceu o que praticamente equivalia ao direito divino dos reis.

Carlos II

Era de esperar que o governo de Cromwell enfrentasse dificuldades, pois repousava no apoio de um diminuto grupo de pessoas. Opunham-se-lhe não só os realistas e os anglicanos, mas também vários dissidentes, inclusive alguns ainda mais radicais que ele. Como todas as sublevações de caráter semelhante, a revolução puritana tendeu a seguir um rumo cada vez mais extremista. Alguns puritanos tornaram-se Niveladores, que derivavam seu nome do fato de advogarem os mesmos direitos políticos e privilégios para todas as classes. Negando expressamente qualquer intenção de igualarem a propriedade, limitavam seu radicalismo à esfera política. Insistiam em que a soberania é inseparável do povo e em que o governo deveria repousar sobre o consentimento dos governados. Muito antes de qualquer outro partido, exigiram uma constituição escrita, sufrágio universal para os homens e a supremacia do Parlamento. Os Niveladores eram poderosos sobretudo no exército, e através dele exerciam uma certa influência sobre o governo. Mais à esquerda ainda encontravam-se os Cavadores (*Diggers*), assim chamados por sua tentativa de tomar e cultivar as terras comuns não cercadas e distribuir sua produção aos pobres. Ainda que, em comum com os Niveladores, os Cavadores apelassem para a lei da natureza como uma fonte de direitos, estavam mais interessados em igualdade econômica

Niveladores e Cavadores

que na equiparação de direitos políticos. Abraçavam uma espécie de comunismo primitivo baseado na idéia de que a terra é o "tesouro comum" de todos. Todo homem fisicamente apto ficaria obrigado a realizar um trabalho produtivo e todas as pessoas teriam autorização para sacar do fundo comum de riqueza produzida, conforme suas necessidades. A igreja seria transformada numa instituição educacional e os clérigos se converteriam em mestres-escola, ministrando educação, a cada sete dias, em civismo, história, artes e ciências.

A Restauração

Em setembro de 1658 morreu o intrépido Lorde Protetor. Foi sucedido por seu bem intencionado mas irresoluto filho Ricardo, que só conseguiu manter-se no posto até maio do ano seguinte. É possível que até mesmo um homem de fibra mais rija tivesse por fim caído, pois o país estava cansado das austeridades do governo calvinista. Nem o Commonwealth nem o Protetorado tiveram jamais o apoio da maioria do povo inglês. Os realistas consideravam os independentes como usurpadores. Os republicanos detestavam a monarquia disfarçada que Cromwell tinha implantado, católicos e protestantes ressentiam-se de ver tachados de criminosos os seus respectivos cultos. Até alguns membros da classe mercantil tinham começado a suspeitar que a guerra de Cromwell com a Espanha trouxera mais prejuízos que vantagens, por ter comprometido o comércio inglês com as Índias Ocidentais. Por essas e outras razões semelhantes, foi geral o júbilo quando, em 1660, um parlamento recém-eleito proclamou rei o filho exilado de Carlos I e convidou-o a voltar à Inglaterra e ocupar o trono do pai. O novo monarca, Carlos II, havia conquistado a reputação de alegre boêmio de moralidade maleável, e sua ascensão ao trono foi saudada como uma feliz libertação do sombrio governo de soldados e fanáticos. Além disso, o rei comprometia-se a não reinar como déspota, mas a respeitar o Parlamento e a observar a Magna Carta e a Petição de Direito, pois admitia não ter muito desejo de "recomeçar suas viagens". A Inglaterra entrou então no período conhecido como Restauração, que compreendeu os reinados de Carlos II (1660-1685) e de seu irmão Jaime I (1685-1688). A despeito desse início auspicioso, muitos dos antigos problemas não foram verdadeiramente resolvidos, mas apenas dissimulados pela crença jubilosa de que a nação havia reassumido sua antiga estabilidade.

Causas da Revolução Gloriosa de 1688-1689

Em fins do século XVII a Inglaterra passou por uma segunda sublevação política, a chamada Revolução Gloriosa, de 1688-1689. Algumas de suas causas advieram da política adotada por Carlos II. Esse amável soberano era extravagante e descuidado, mas de vez em quando resolvia fazer o país lembrar quem é que mandava nele. Sua atitude favorável aos católicos despertou nos patriotas ingleses o temor de que a nação pudesse ser levada mais uma vez à condição de subserviência a Roma. Pior ainda, apesar de seus compromissos prévios, mostrou certa disposição para desafiar a autoridade do Parlamento. Em 1672 suspendeu as leis contra os católicos e os dissidentes protestantes (isto é, todos exceto os anglicanos), e nove anos depois resolveu dispensar completamente o poder legislativo. A política de Carlos II foi continuada de maneira mais extrema por seu irmão, que lhe sucedeu em 1685. Jaime II era um católico declarado e parecia decidido a fazer dessa fé a religião oficial da Inglaterra. Violou abertamente uma resolução parlamentar que exigia que todos os detentores de cargos oficiais pertencessem à

Igreja Anglicana, e passou a preencher importantes postos do exército e do funcionalismo público com correligionários católicos. Continuou a prática, iniciada pelo irmão, de isentar os católicos das incapacidades jurídicas impostas pelo Parlamento, chegando até a exigir que os bispos anglicanos lessem, nas igrejas, seus decretos sobre esse assunto. Enquanto os adversários de Jaime II esperaram que este fosse sucedido por uma de suas duas filhas protestantes, estiveram inclinados a aceitar seu governo arbitrário, temendo que o país fosse novamente lançado na guerra civil. Mas quando o rei teve um filho de sua segunda mulher, que era católica, a revolução tornou-se inevitável. Receava-se que o jovem príncipe fosse inoculado com as doutrinas do pai e que a Inglaterra, em conseqüência, se visse presa por tempo indefinido aos grilhões de um governo despótico e "papista". A fim de evitar esse resultado, parecia necessário depor o rei.

Resultados da Revolução Gloriosa

A "Revolução Gloriosa" de 1688-1689 foi inteiramente incruenta. Um grupo de políticos pertencentes à classe alta convidou secretamente o príncipe Guilherme de Orange e sua mulher Maria, a filha mais velha de Jaime II, a ocuparem conjuntamente o trono da Inglaterra. Guilherme partiu da Holanda com um exército e ocupou Londres sem disparar um só tiro. Abandonado até por aqueles a quem considerava como leais defensores, o rei Jaime refugiou-se na França. O trono inglês foi então declarado vago pelo Parlamento e a coroa oferecida aos novos soberanos. No entanto, a entronização dos monarcas não completou a revolução. No decorrer do ano de 1689, o Parlamento aprovou inúmeras leis destinadas a salvaguardar os direitos dos ingleses e a proteger seu próprio poder contra as intromissões da coroa. Em primeiro lugar surgiu uma lei que prescrevia que as verbas do tesouro fossem fixadas para o espaço de um único ano. A seguir promulgou-se a Lei de Tolerância, concedendo liberdade religiosa a todos os cidadãos, menos os católicos e os unitários. Por fim, no dia 16 de dezembro, foi aprovada a famosa *Bill of Rights* (lei dos direitos dos cidadãos). Estipulava o julgamento por júri e afirmava o direito de recurso ao governo para reparação de injustiças. Condenava a fiança excessiva, as punições cruéis e as multas exorbitantes. Proibia ao rei suspender leis ou lançar impostos sem permissão do Parlamento. Essa lei, mais ampla em suas determinações que a Petição de Direito de 1628, era sustentada por um Parlamento que tinha, agora, o poder de se fazer obedecido.

Significado da Revolução Gloriosa

Foi enorme o significado da revolução de 1688-1689. Como assinalou o triunfo final do Parlamento sobre o rei, pôs termo definitivamente à monarquia absoluta na Inglaterra. Nunca mais uma cabeça coroada na Grã-Bretanha pôde desafiar o poder legislativo como haviam feito os Stuarts. A revolução também desferiu um golpe de misericórdia na teoria do direito divino dos reis. Teria sido impossível a Guilherme e Maria negar que haviam recebido a coroa do Parlamento. E a autoridade deste para determinar quem devia ser o rei foi fortalecida ainda mais pela aprovação do *Act of Settlement*, em 1701. Estabelecia essa lei que, com a morte da herdeira presuntiva Ana, irmã mais moça de Maria, a coroa caberia à eleitora Sofia de Hanover ou ao mais velho de seus herdeiros que fosse protestante. Havia cerca de 40 homens ou mulheres com melhores credenciais para o trono do que Sofia, mas foram todos arbitrariamente eliminados pelo Parlamento, por serem católicos. Por fim, a Revolução Gloriosa muito contribuiu para as revoluções ameri-

cana e francesa dos fins do século XVIII. O exemplo dos ingleses, pondo por terra o governo absoluto, valeu como poderosa inspiração aos inimigos do despotismo em outras terras. Foi o ideal revolucionário inglês de um governo limitado que forneceu a essência da teoria política de Voltaire, Jefferson e Paine. E uma porção considerável da *Bill of Rights* foi incorporada à Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, na França, e às primeiras dez emendas à Constituição dos Estados Unidos.

Walpole, primeiro a ocupar o cargo de primeiro-ministro

No século XVIII a vida política inglesa tornou-se muito mais estável. Em 1714 o filho da eleitora Sofia sucedeu à rainha Ana como Jorge I (1714-1727) e iniciou o reinado da casa de Hanover, que durou na Inglaterra até 1901. Como Jorge, que subiu ao trono aos 54 anos de idade, não falasse inglês e continuasse a passar grande parte do tempo em sua possessão alemã de Hanover, deixou a tarefa de verdadeiramente governar o país ao líder do Parlamento, Sir Robert Walpole (1676-1745), que merece ser visto como o primeiro a ocupar o cargo de primeiro-ministro na Inglaterra. Durante seu período, o Parlamento tornou-se o verdadeiro órgão executivo, bem como legislativo, do país, e Walpole, na qualidade de líder parlamentar, era o chefe do executivo. Walpole governou através de um novo sistema por ele arquitetado, e que daí em diante foi sempre chamado de sistema de gabinete (porque seus membros reuniam-se numa saleta conhecida como "gabinete"). Isso significava que o líder do partido parlamentar no poder (Walpole era um Whig; seus adversários, Tories) trabalhavam em conjunto com um grupo de colegas de mesma orientação política para fazer aprovar leis no Parlamento e, para fins práticos, governar o país. Quando o partido dominante perdia o controle, o de oposição apontava um novo primeiro-ministro e um novo gabinete. O sistema funciona na Inglaterra até hoje.

Jorge III

Walpole manteve-se no cargo de primeiro-ministro até 1742, seguindo uma política de cauteloso conservadorismo. Agindo segundo seu moto, *quieta non movere*, manteve a Inglaterra afastada de guerras durante a maior parte de sua gestão e apoiou os interesses financeiros das classes superiores. Durante o restante do reinado de Jorge II (1727-1760), novos primeiros-ministros continuaram a governar a Inglaterra mais ou menos segundo as linhas fixadas por Walpole. Não sofreram interferência desse monarca, pois, tal como o pai, Jorge II na verdade era mais alemão que inglês. No entanto, surgiram problemas no início do reinado de Jorge III (1760-1820). Este último nasceu na Inglaterra e quer a lenda que sua mãe o incentivava a assumir um papel ativo no governo do país, recomendando-lhe constantemente "Jorge, seja rei". Desejando ao mesmo tempo governar e reinar, durante algum tempo Jorge III conseguiu fazer com que apenas favoritos seus fossem primeiros-ministros. Seguiu-se, porém, o desgoverno. Depois que a Inglaterra perdeu as colônias americanas e o rei começou a manifestar suas crises de loucura, o Parlamento reassumiu a iniciativa do governo do país, que nunca mais viria a perder.

2. MONARQUIA ABSOLUTA NA FRANÇA E NA ESPANHA

Na França o desenvolvimento do absolutismo teve uma história em certos sentidos semelhante ao início do absolutismo na Inglaterra.

Embora a França permanecesse católica, seus governantes tinham de enfrentar uma oposição calvinista (huguenote) tão ativa quanto a dos puritanos na Inglaterra. Ambos os países tinham entre advogados e filósofos políticos os mais ardorosos defensores do absolutismo. Entretanto, havia uma importante diferença. A Inglaterra gozava da vantagem de isolamento geográfico, o que a protegia de ameaças externas. Não fora invadida desde a conquista normanda, em 1066. Conseqüentemente, os ingleses sentiam-se em segurança e era difícil a seus governantes justificar um grande exército profissional. Mantinha, naturalmente, uma grande armada de navios de guerra, mas uma esquadra não podia ser utilizada da mesma forma que um exército para amedrontar súditos ou sufocar revoluções no nascedouro. Por outro lado, a França, como a maioria dos países continentais, enfrentava ameaças de invasão quase constantes. As fronteiras francesas a nordeste e leste eram mal protegidas por barreiras geográficas, e haviam sido rompidas várias vezes. Por isso, era fácil para os reis franceses defender a necessidade de grandes exércitos de soldados profissionais. Sem dúvida seria errôneo atribuir somente a essa diferença de situação geográfica a maior persistência do governo absoluto na França, mas decerto ela representou um fator importante.

Contraste das condições na Inglaterra e na França

Origens do absolutismo na França

O desenvolvimento do absolutismo real na França foi produto de uma evolução gradual. Seus mais importantes antecedentes datam da Idade Média. Nas alturas de 1300 os reis franceses estavam aprimorando um eficiente sistema burocrático. Ao chegar 1450, graças em grande parte aos resultados da Guerra dos Cem Anos, haviam adotado um exército permanente e conquistado o direito de lançar impostos nacionais. E por volta de 1500 haviam reduzido o separatismo regional e a oposição da nobreza das províncias. Enquanto crescia o poder real, os nobres eram aos poucos reduzidos à condição de cortesãos, que dependiam sobretudo do monarca para seus títulos e seu prestígio. E no reinado de Francisco I (1515-1547), a coroa tornou-se ainda mais forte, por haver adquirido controle sobre os eclesiásticos. Pela Concordata de Bolonha, um acordo celebrado com o papado em 1516, o rei ganhou o direito de escolher todos os bispos e abades franceses. Embora se concedesse ao papa a renda do primeiro ano de cada nova nomeação, o acordo favoreceu grandemente a monarquia, pois lhe concedeu praticamente plena autoridade política sobre a Igreja francesa.

Francisco I da França

Henrique IV e o duque de Sully

A tendência para o absolutismo foi sustada no século XVI, quando a França se viu envolvida numa guerra com a Espanha e dilacerada por uma luta sangrenta, em seu próprio solo, entre católicos e huguenotes. Nobres ambiciosos aproveitaram-se da confusão para afirmar seu poder e impugnaram a sucessão ao trono. Em 1593, Henrique de Navarra (1589-1610), que quatro anos antes se havia proclamado rei com o nome de Henrique IV, restabeleceu a paz no perturbado reino. Foi ele o fundador da dinastia Bourbon. Embora tivesse sido chefe da facção huguenote, Henrique percebeu que a nação jamais o aceitaria a não ser que ele renunciasse à religião calvinista. Com a irreverente afirmação de que "Paris valia bem uma missa", adotou formalmente a fé católica. Em 1598 promulgou o Edito de Nantes, garantindo liberdade de consciência e os direitos políticos a todos os protestantes. Afastados assim os motivos de controvérsia religiosa, Henrique pôde consagrar-se à obra de reconstrução do reino, para a qual contou com a eficiente assistência de

seu primeiro-ministro, o duque de Sully. Inflexível, enérgico e avarento, Sully foi um digno precursor de Colbert no século XVII. Durante anos o rei e seu fiel auxiliar trabalharam para restaurar as finanças abaladas da França. Sully dedicou seus esforços principalmente à reforma fiscal, visando eliminar a corrupção e o desperdício, ao mesmo tempo que aumentava as receitas do tesouro real. Empenhou-se também em fomentar a prosperidade agrícola, drenando pântanos, melhorando terras devastadas, subsidiando a criação de gado e abrindo mercados estrangeiros para os produtos do solo. O rei ocupou-se sobretudo com o incremento da indústria e do comércio. Introduziu na França a manufatura da seda, encorajou outras indústrias por meio de subsídios e monopólios e firmou tratados comerciais favoráveis com a Inglaterra e a Espanha. Não se limitou, entretanto, às reformas econômicas. Profundamente interessado em aniquilar o poder renascente da nobreza, seus esforços nesse sentido foram coroados de êxito, restabelecendo a monarquia na posição de domínio que havia desfrutado ao tempo de Francisco I. Procurou, além disso, patrocinar o desenvolvimento de um império colonial na América. Durante seu reinado os franceses se estabeleceram no Canadá e começaram a explorar a região dos Grandes Lagos e o vale do Mississípi. Em suma, seu governo foi inteligente e benévolo.

O governo de Henrique IV foi encerrado pelo punhal de um fanático em 1610. Como o novo monarca tinha apenas nove anos de idade, o país foi governado por sua mãe, Maria de Médicis, como regente. Em 1624, Luís XIII, já livre da regência, confiou a administração do reino a um clérigo brilhante mas dominador, o cardeal Richelieu, a quem nomeou primeiro-ministro. Richelieu dedicou-se a dois objetivos: destruir todos os limites à autoridade do rei; e transformar a França na principal potência da Europa. Tratando-se da consecução desses fins, não permitia que nada se lhe interpusesse no caminho. Reprimiu implacavelmente a nobreza, destruindo seus membros mais perigosos e tornando os demais inócuos, ao submetê-los como pensionistas à corte real. Embora incentivasse a educação e protegesse a literatura, negligenciou os interesses do comércio e permitiu que a corrupção e a extravagância florescessem em seu governo. Suas realizações mais construtivas foram a criação de um serviço postal e o estabelecimento de um sistema sob o qual intendentes, ou agentes do rei, se encarregavam da administração local. Tanto um como outro eram concebidos como expedientes para consolidar a nação sob o domínio da coroa, e assim extirpar quaisquer remanescentes de autoridade local independente.

Cardeal Richelieu

A política exterior de Richelieu

As ambições de Richelieu não se limitavam aos assuntos internos. Para tornar a França a mais poderosa nação da Europa era necessário adotar uma diplomacia agressiva e por fim entrar em guerra. A França ainda estava cercada por aquilo a que Henrique IV se referira como um "anel Habsburgo". Em sua fronteira meridional ficava a Espanha, governada desde 1516 por um ramo da família Habsburgo. Ao norte, a cerca de 150 quilômetros de Paris, ficavam os Países Baixos Espanhóis. Entre outros centros do poder dos Habsburgos estavam Luxemburgo, o Franco-Condado e Milão, e ainda mais a leste o próprio Império Austríaco. O cardeal Richelieu esperava ansiosamente uma oportunidade para romper esse anel. Como veremos, encontrou-a por fim na Guerra dos Trinta Anos. Embora empenhado em reprimir os protestantes na Fran-

ça, não hesitou em se aliar a Gustavo Adolfo, rei da Suécia e líder de uma coalizão de estados protestantes. Muito antes de sua morte, em 1642, o grande cardeal-estadista havia-se tornado a pessoa mais poderosa da Europa.

Luís XIV, a encarnação suprema do governo absoluto

A monarquia absoluta na França atingiu o zênite nos reinados dos três últimos reis Bourbons, antes da Revolução Francesa. O primeiro desses três soberanos foi Luís XIV (1643-1715), o "Grande Monarca", que encarnou, mais do que qualquer outro soberano de sua época, o ideal do absolutismo. Orgulhoso, extravagante e autoritário, Luís XIV nutria as idéias mais exaltadas possíveis acerca de sua posição de rei. Não só acreditava ter recebido de Deus o encargo de reinar, como, para ele, o bem-estar do estado estava intimamente ligado à sua própria pessoa. A famosa frase que lhe é atribuída – *l'état c'est moi* (o estado sou eu) – talvez não seja textualmente exata, mas exprime com toda clareza a concepção que ele fazia de sua autoridade. Escolheu o sol como seu emblema oficial para simbolizar a crença de que a nação recebia dele o sustento e a glória, como os planetas os recebem do verdadeiro sol. Fiscalizava pessoalmente todos os setores do governo e considerava seus ministros como meros funcionários, cujo único dever era obedecer às suas ordens. Seguiu, em geral, a orientação política de Henrique IV e de Richelieu, consolidando o poder nacional a expensas das autoridades locais e reduzindo os nobres a meros parasitas da corte. Mas qualquer bem que ele possa ter feito foi completamente eclipsado por suas guerras loucas e por sua política reacionária em matéria de religião. Em 1685 revogou o Edito de Nantes, que concedera liberdade de consciência aos huguenotes. Em resultado disso, grande número de seus súditos mais inteligentes e prósperos abandonou o país.

Luís XIV, por Rigaud

Até o início da Revolução, em 1789, a forma do governo francês permaneceu essencialmente tal como a deixara Luís XIV. Seus sucessores, Luís XV (1715-1774) e Luís XVI (1774-1792), também afirmaram governar por direito divino, mas nenhum dos dois desejou emular o Grande Monarca no entusiasmo pelo trabalho e na atenção minuciosa dispensada aos negócios do estado. Luís XV era preguiçoso e incompetente, e deixou-se dominar por uma série de amantes. Os problemas do governo causavam-lhe tédio, e quando era obrigado a presidir à mesa do conselho "bocejava, falava pouco e não pensava absolutamente nada". Seu neto, o infortunado Luís XVI, era homem de caráter fraco e inteligência obtusa. Indiferente à política, distraía-se atirando em veados da janela do palácio e com seus passatempos de serralheiro e pedreiro amador. A 14 de julho de 1789, dia em que as multidões assaltaram a Bastilha, ele escreveu em seu diário uma única palavra: "Nada". No entanto, ambos esses monarcas mantiveram um governo que era ainda mais arbitrário do que qualquer dos precedentes. Permitiram que seus ministros encarcerassem, sem julgamento, pessoas suspeitas de deslealdade; dissolveram os tribunais por terem recusado aprovação a seus decretos e levaram o país à beira da bancarrota com suas guerras dispendiosas e com a mais despreocupada prodigalidade para com amantes e favoritos indignos. Se tivessem o propósito deliberado de tornar inevitável a revolução, dificilmente teriam conseguido melhor êxito.

Luís XV e Luís XVI

Na Espanha o desenvolvimento da monarquia absoluta foi menos interrompido do que na França. Como já vimos no capítulo 13, em

1500 Fernando e Isabel já haviam unificado a Espanha, tornando-a um reino poderosíssimo. Em 1516 o reino foi herdado pelo neto dos Reis Católicos, Carlos I, cujo pai fora um Habsburgo. Três anos mais tarde Carlos foi eleito imperador do Sacro Império Romano como Carlos V, o que uniu a Espanha à Europa central e ao sul da Itália. Carlos se interessava não só pelos destinos da Espanha, mas também pelo bem-estar da Igreja e pela política européia como um todo. Sonhava poder ser o instrumento para a restauração da unidade religiosa da cristandade, rompida pela revolução protestante, e fazer do império por ele presidido um digno sucessor da Roma imperial. Ainda que lograsse êxito em manter coeso seus domínios descontínuos, em rechaçar as tentativas dos franceses para conquistar suas possessões na Itália e as dos turcos em levar de roldão a Europa, não conseguiu realizar seus objetivos mais amplos. Aos 56 anos, tomado de desalento e sensação de inutilidade, abdicou e retirou-se para um mosteiro. Os príncipes alemães escolheram seu irmão, Fernando I, para suceder-lhe como imperador do Sacro Império Romano. Suas possessões espanholas e italianas, inclusive as colônias ultramarinas, passaram para seu filho, que se tornou rei da Espanha como Filipe II (1556-1598).

Absolutismo na Espanha

Filipe II, da Espanha. **Este quadro de Coello mostra o famoso queixo proeminente e os lábios finos que eram característicos das feições da família Habsburgo.**

Filipe II chegou ao trono da Espanha no apogeu da glória nacional. No entanto, também assistiu ao começo de seu declínio, e em parte foi responsável por ele. Suas políticas foram sobretudo uma intensificação das de seus predecessores. Era homem de espírito estreito, despótico e cruel. Resolvido a impor rigorosa uniformidade em matéria de religião a todos seus súditos, consta ter afirmado que juntaria lenha para queimar na fogueira seu próprio filho se ele fosse culpado de heresia. Por conseguinte, estimulou a violência da Inquisição espanhola e lançou a guerra pela supressão da revolta religiosa nos Países Baixos. A política colonial de Filipe II foi igualmente míope. Os povos indígenas foram dizimados e seus territórios avidamente despojados de ouro e prata, embarcados para a Espanha na crença equivocada de que este era o meio mais garantido de aumentar a riqueza do país. Em momento algum pensou-se em fomentar o desenvolvimento de novas indústrias nas colônias ou na metrópole. Ao invés disso, os metais preciosos foram desperdiçados na promoção das ambições militares e políticas de Filipe. Pode-se dizer, contudo, em defesa do rei, que ele estava seguindo as teorias prevalecentes na época. Sem dúvida, diante da mesma situação a maioria dos demais monarcas teria imitado seu exemplo.

Filipe II

O erro maior de Filipe, no entanto, foi sua guerra contra a Inglaterra. Tomado de fúria devido aos ataques ao comércio espanhol, por parte de navios ingleses, e frustrado pelo fracasso de seus planos para trazer a Inglaterra de volta à fé católica, Filipe II enviou, em 1588, a "Invencível Armada" para destruir a esquadra da rainha Elizabeth I. O rei, porém, tinha escasso conhecimento das novas técnicas de guerra naval ou do robusto patriotismo dos ingleses. Uma combinação de perícia militar e de tempestades desastrosas (o "Vento Protestante") levou muitos de seus 130 navios para o fundo do canal da Mancha, e os restantes debandaram de volta à Espanha. O reino nunca se recuperou desse golpe. Embora o brilho cultural, exemplificado pela obra de grandes escritores e artistas como Cervantes e Velasquez, continuasse por alguns anos a grandeza da Espanha como nação estava aproximando-se do fim.

A "Invencível Armada"

3. ABSOLUTISMO NA EUROPA CENTRAL

Os principais países da Europa central em que o absolutismo floresceu em escala mais grandiosa foram a Prússia e a Áustria. O fundador do governo absoluto na Prússia (um estado constituído basicamente de Brandemburgo, no centro-norte da Alemanha, e da Prússia, mais a leste, perto da Rússia) foi o grande-eleitor Frederico Guilherme, que governou de 1640 a 1688. Foi ele o primeiro membro da família Hohenzollern a adquirir plena soberania sobre a Prússia e a introduzir um exército regular. Além disso, começou a colocar todos seus territórios sob um governo centralizado. A obra do grande-eleitor foi continuada e ampliada por seu neto, conhecido como Frederico Guilherme I (1713-1740), visto que já ostentava o título de *rei* da Prússia. Os principais interesses de Frederico Guilherme consistiam em desenvolver a burocracia e o exército prussianos. Seus burocratas administravam o país com extrema eficiência e com uma despesa tão pequena que a Prússia era o único estado da Europa a apresentar superávit orçamentário em meados do século XVIII, muito embora fossem mínimos os recursos naturais do país. Mas a paixão realmente dominante de Frederico Guilherme era seu exército, que ele aumentou para mais do dobro e treinou até fazê-lo funcionar com a eficiência de uma máquina. Como quase não podia contar com voluntários, introduziu a conscrição, que ele suplementava mandando grupos armados para seqüestrar recrutas nos territórios alemães vizinhos. Frederico Guilherme nutria um estranho amor por soldados particularmente altos: seu próprio regimento privado, os "Gigantes de Potsdam", era formado exclusivamente por homens com mais de 1,80 m de altura. O rei trocava músicos e cavalos de raça por esses soldados especiais, e passava a maior parte do tempo fazendo seus "gigantes" desfilarem em torno do palácio.

Frederico Guilherme I da Prússia

Frederico Guilherme I

O estilo, mas não a essência do militarismo de Frederico Guilherme I, foi alterado por seu famoso sucessor, Frederico II (1740-1786), conhecido em geral como Frederico o Grande. Adepto fervoroso das doutrinas reformadoras da nova filosofia racionalista, Frederico foi a figura principal entre os "déspotas esclarecidos" do século XVII. Dizendo-se não o senhor, mas apenas "o primeiro dos servos do estado", escrevia ensaios para provar que Maquiavel estava errado e levantava-se às cinco da manhã para iniciar, dentro de uma rotina espartana, a direção pessoal dos assuntos públicos. Fez da Prússia, sob muitos aspectos, o estado mais bem governado da Europa, abolindo a tortura dos acusados, fundando escolas elementares e promovendo a prosperidade da indústria e da agricultura. Promoveu o extrativismo florestal em bases científicas e o cultivo de novas culturas, como a da batata. Desbravou novas terras na Silésia, para lá encaminhando milhares de imigrantes, a fim de cultivá-las. Quando guerras arruinavam os campos, ele fornecia aos camponeses novas reses e utensílios. Como admirador do filósofo francês Voltaire, a quem hospedou por algum tempo em sua corte, tolerava todas as seitas religiosas. Declarou que construiria uma mesquita em Berlim se um número suficiente de muçulmanos quisesse estabelecer-se ali. No entanto, Frederico era visceralmente anti-semita. Lançou impostos especiais sobre os judeus e envidou esforços para fechar-lhes as portas das profissões liberais e do funcionalismo público. Ademais, continuou a investir fortemente no exército, e a benevolência

Frederico o Grande

que demonstrava no trato dos assuntos internos não se refletia no campo das relações internacionais. Frederico despojou a Áustria da Silésia, conspirou com Catarina da Rússia para desmembrar a Polônia e contribuiu bastante para as guerras sangrentas do século XVIII.

Absolutismo na Áustria: Maria Teresa e José II

O apogeu do absolutismo na Áustria verificou-se durante os reinados de Maria Teresa (1740-80) e José II (1780-90). Maria Teresa foi uma das mais capazes dentre todos os monarcas do século XVIII. Representava o papel de mulher volúvel quando isso lhe convinha, mas na verdade governou com muito bom senso e determinação. Durante seu reinado foi criado um exército nacional, os poderes da Igreja foram reduzidos no interesse do governo consolidado, e a educação elementar e superior foi muitíssimo ampliada. Ao contrário dos governantes da maioria dos outros países, Maria Teresa era sinceramente devotada à causa da moral cristã. Embora houvesse participado do desmembramento da Polônia, para ressarcir-se da perda da Silésia, fê-lo com muitos escrúpulos – uma atitude que provocou o comentário escarninho de Frederico o Grande: "Ela chora, mas abocanha o seu quinhão." As reformas de Maria Teresa foram ampliadas, pelo menos no papel, por seu filho José II. Inspirado pelos ensinamentos dos filósofos franceses, José resolveu reformar seu império de acordo com os mais altos ideais da justiça e da razão. Não só planejou reduzir os poderes da Igreja pelo confisco das terras eclesiásticas e pela abolição dos mosteiros, como aspirou a humilhar os nobres e melhorar a situação das massas. Decretou que os servos deviam tornar-se livres e prometeu liberá-los das obrigações devidas aos senhores. Desejava universalizar a educação e forçar os nobres a pagar sua quota de impostos. Mas a maioria de seus planos magníficos ruiu por terra. Despertou o antagonismo não somente dos nobres e do clero, mas também dos húngaros, que foram privados de qualquer direito a um governo autônomo. Perdeu as simpatias dos camponeses por lhes ter imposto o serviço militar obrigatório. Era tão pouco propenso quanto Luís XIV ou Frederico o Grande a sacrificar o poder pessoal e a glória nacional, mesmo no interesse de seus sublimes ideais.

Maria Teresa da Áustria

4. ABSOLUTISMO NA RÚSSIA

A Rússia no começo da era moderna

No alvorecer da fase inicial da era moderna a Rússia era uma mescla de características européias e ocidentais. Grande parte de seu território havia sido colonizada por nórdicos no início da Idade Média. A religião, o calendário e o sistema de escrita russos haviam-se derivado de Bizâncio. O regime de governo, com seus boiardos, ou magnatas, e servos, não era em muito diferente do existente na Europa ocidental. Por outro lado, grande parte da cultura russa, e muitos de seus costumes, tinham claramente origem não européia. As artes russas limitavam-se quase inteiramente à pintura de ícones e à arquitetura religiosa, caracterizada pela cúpula em forma de cebola. Não havia praticamente qualquer literatura em língua russa, a aritmética era quase desconhecida, não se usavam os algarismos romanos e os mercadores faziam suas contas com o ábaco. Tampouco as maneiras e os costumes eram comparáveis aos do Ocidente. As mulheres das classes superiores usavam véus e viviam confinadas. Barbas ondeantes e trajes longos eram a moda universal para

os homens. As boas maneiras à mesa eram tidas como supérfluas. Fases de farras e esbórnias alternavam-se com períodos de penitência e expiação. Contudo, seria errôneo imaginar que a Rússia estivesse inteiramente apartada da Europa. Já no século XIV, comerciantes alemães da Liga Hanseática faziam algum comércio com peles e âmbar da Rússia. Na década de 1550, mercadores ingleses descobriram o mar Branco e tornaram Arkhangelsk um porto de entrada, através do qual suprimentos militares podiam ser trocados por algumas mercadorias russas e até por produtos da Pérsia e da China. Mas com o mar congelado durante a maior parte do ano, não resta dúvida de que o volume desse comércio era ínfimo.

Invasores estrangeiros; os mongóis

Ainda no século XIII a Rússia era um conjunto de pequenos principados, atacados a oeste por lituanos, poloneses e pelos Cavaleiros Teutônicos. Estes últimos eram membros de uma das várias organizações militares e religiosas que surgiram das cruzadas. Criada de início com fins beneficentes, transformou-se numa ordem militar, que adotou como objetivo a conversão e a conquista das terras situadas na fronteira oriental da Alemanha. As operações dos Cavaleiros Teutônicos eram parte da famosa *Drang nach Osten* (Avanço para leste), que ocupou lugar tão relevante na história alemã. A leste a Rússia era ameaçada pelos mongóis (tártaros), que haviam fundado um grande império na Ásia central, e que acabou por incluir tanto o norte da Índia quanto a China. Em 1237 os mongóis deram início a uma invasão que os levou a conquistar quase toda a Rússia. O domínio mongol foi, em muitos sentidos, um desastre, e marcou o surgimento de uma orientação mais forte para a Ásia. Daí em diante a Rússia afastou-se cada vez mais da Europa e lançou os olhos para além dos Urais como a arena onde se desenrolaria sua história futura. Seus habitantes miscigenaram-se com mongóis e adotaram alguns elementos de sua cultura.

A ascensão de Moscou; Ivan o Grande

Por fim, o poder mongol declinou. Em 1380 um exército russo derrotou os mongóis, iniciando assim um movimento no sentido de expulsá-los de volta à Ásia. O estado que assumiu a liderança desse movimento foi o Grã-Ducado de Moscou. Dominado por governantes fortes, ele vinha aumentando seu poder desde algum tempo. Localizado junto das fontes dos grandes rios que corriam para sul e para norte, gozava de vantagens geográficas muito superiores às dos demais estados. Ademais, fora recentemente instalada ali a sede da Igreja russa. O primeiro dos príncipes de Moscou a se arvorar em czar (césar) da Rússia foi Ivan o Grande (1462-1505). Tomando como noiva a sobrinha do último imperador bizantino, que havia perecido na captura de Constantinopla em 1453, Ivan proclamou-se como seu sucessor pela graça de Deus. Adotou como sua insígnia a águia bizantina bicéfala e mandou buscar arquitetos italianos para trabalharem num enorme complexo de edifícios, o Kremlim, uma demonstração da nova independência e da grandeza da Rússia. Admitindo sua intenção de recuperar os antigos territórios que haviam sido perdidos para invasores estrangeiros, Ivan forçou o príncipe da Lituânia a reconhecê-lo como soberano de "todas as Rússias" e expulsou os tártaros da Rússia setentrional.

Pedro o Grande. Mosaico do século XVIII.

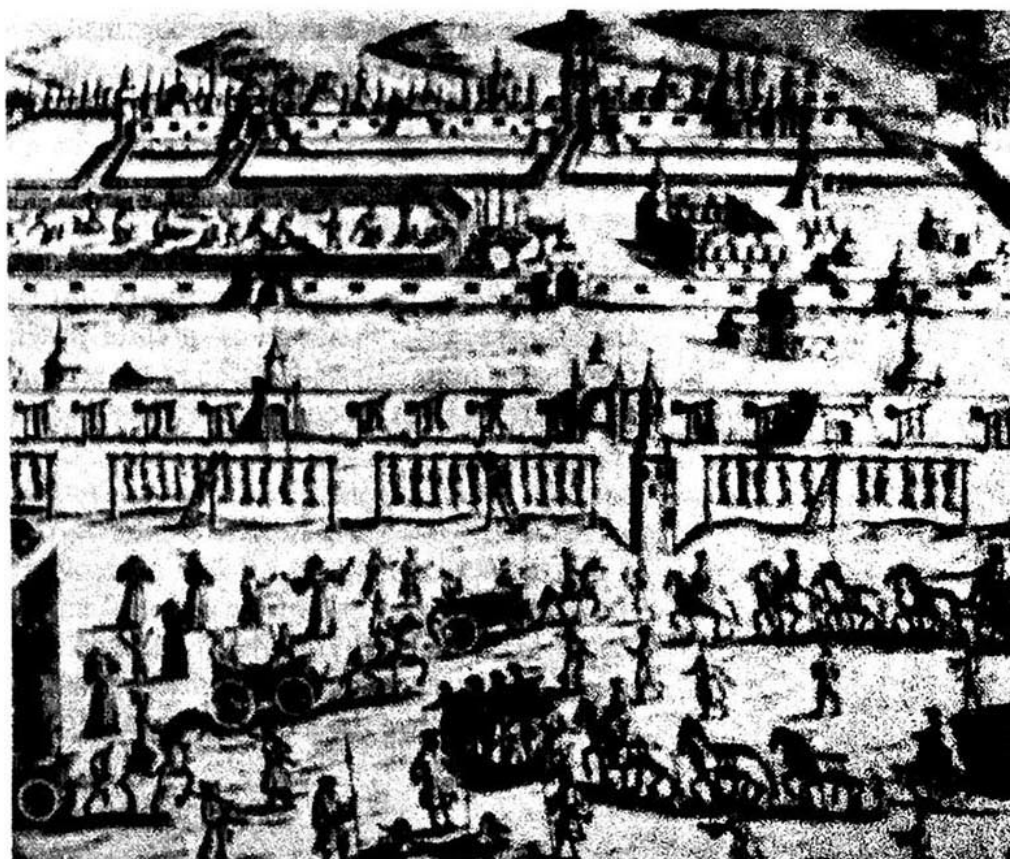
O primeiro czar a tentar a europeização da Rússia foi Pedro o Grande (1682-1725), que se destacou como o mais poderoso e provavelmente o mais inteligente autocrata que jamais ocupou o trono russo. Com um açodado desdém pelos antigos costumes, Pedro esforçou-se por obrigar

Pedro o Grande

seus súditos a mudar seu modo de vida. Proibiu a reclusão das mulheres, à maneira oriental, e determinou que ambos os sexos adotassem trajes europeus. Tornou obrigatório o uso do tabaco para os membros de sua corte. Convocou diante de si os mais importantes nobres e raspou-lhes as barbas com as próprias mãos. A fim de certificar-se de seu próprio poder absoluto, aboliu todos os vestígios de autonomia regional e criou um sistema de polícia nacional. Pela mesma razão, aniquilou a autoridade do patriarca da Igreja Ortodoxa e colocou todos os assuntos religiosos sob a supervisão de um Sagrado Sínodo, sujeito a seu próprio controle. Profundamente interessado pela tecnologia ocidental, fez viagens à Holanda e à Inglaterra a fim de aprender a respeito de construção naval e de indústria. Imitou as políticas mercantilistas das nações ocidentais, melhorando a agricultura e promovendo as manufaturas e o comércio. A fim de conquistar "janelas para o ocidente", subjugou territórios ao longo do Báltico e transferiu sua capital de Moscou para São Petersburgo, a nova cidade por ele mandada edificar na foz do rio Neva. No entanto, o bem que realizou foi de longe superado por suas guerras extravagantes e por sua diabólica crueldade. Fez executar milhares de pessoas, por supostas conspirações contra ele. Assassinou o próprio filho e herdeiro por se haver este jactado de que quando *ele* se tornasse czar haveria de fazer a Rússia voltar aos costumes de seus antepassados. Com o intuito de levantar dinheiro para suas guerras dispendiosas, aviltou a moeda, vendeu concessões valiosas a estrangeiros, estabeleceu o monopólio estatal sobre a produção de sal, óleo, caviar e ataúdes, e lançou impostos sobre quase tudo, desde termas a colméias.

Resultados do reinado de Pedro

Não é fácil avaliar o que significou Pedro o Grande. Não transformou sozinho a Rússia numa nação ocidental. Por muitos anos, influências ocidentais já vinham infiltrando-se no país, em conseqüência de contatos comerciais. Pedro, porém, acelerou o processo e deu-lhe uma direção mais radical. São abundantes os indícios de que ele na verdade visava reconstruir a nação e dar-lhe ao menos um verniz de polidez. Enviou

Execução de conspiradores por Pedro o Grande. Esta gravura contemporânea mostra filas de cadáveres pendurados fora dos muros do Kremlin. Pedro mantinha durante meses em exposição os corpos decompostos para desencorajar seus súditos a opor-se a seus esforços de ocidentalizar a sociedade russa.

muitos de seus compatriotas ao exterior, para estudar. Simplificou o antigo alfabeto e fundou o primeiro jornal publicado na Rússia. Ordenou a publicação de um livro de boas maneiras, ensinando seus súditos a não cuspirem no chão, coçarem-se ou roerem ossos ao jantar. Estimulou as exportações, construiu uma esquadra no Báltico e fomentou novas indústrias como a de têxteis e de mineração. Apesar de uma reação, após a morte de Pedro, contra muitas de suas inovações, algumas delas perduraram durante pelo menos dois séculos. A Igreja, por exemplo, continuou a ser essencialmente um instrumento do estado, governada por um procurador do Sagrado Sínodo, nomeado pelo próprio czar. A servidão persistiu, nas formas ampliadas que haviam sido determinadas ou autorizadas por Pedro. Deixaram os servos de estar presos à terra; podiam ser comprados e vendidos a qualquer tempo, mesmo que para trabalharem em fábricas e minas. Por fim, o absolutismo criado por Pedro mostrou poucos sinais de abrandar até começos do século XX. Era um absolutismo baseado na força, com uma polícia secreta, uma imensa burocracia e uma igreja subordinada ao estado, como instrumentos para a imposição da vontade do autocrata.

Catarina a Grande

O outro dos mais célebres monarcas russos da época do absolutismo foi Catarina a Grande (1762-1796), que antes do seu casamento era uma princesa alemã. Freqüentemente classificada como um dos "déspotas esclarecidos", Catarina correspondia-se com filósofos franceses, fundou hospitais e orfanatos e exprimiu a esperança de que algum dia os servos viessem a ser libertados. Desejosa de ganhar para si um lugar na história intelectual, levantava-se às cinco da manhã para dedicar-se às suas atividades culturais. Escreveu peças, publicou um resumo dos *Comentários sobre as leis da Inglaterra*, de Blackstone, e chegou a começar uma história da Rússia. No entanto, suas realizações como reformadora foram de âmbito limitado. Catarina tomou medidas para a codificação das leis russas, restringiu o uso da tortura e remodelou e consolidou o governo em nível local. Quaisquer planos que tivesse para melhorar a sorte dos camponeses foram, no entanto, cancelados após uma violenta revolta dos servos em 1773-1774. Latifundiários e padres foram assassinados e as classes dominantes aterrorizadas à medida que a rebelião se espraiou pelos Urais e pelo vale do Volga. Catarina reagiu com uma impiedosa repressão. Após sua captura, o líder da revolta foi posto na roda de tortura e esquartejado. Como garantia contra futuras insurreições, os nobres ganharam maiores poderes sobre seus servos, com permissão para tratá-los praticamente como se fossem escravos. A maior importância de Catarina repousa no fato de haver continuado a obra de Pedro o Grande, introduzindo na Rússia idéias ocidentais e transformando o país numa grande potência nos negócios europeus. Conseguiu expandir as fronteiras de seu país de modo a incluírem não só o leste da Polônia como territórios às margens do mar Negro.

Catarina a Grande

5. AS GUERRAS DA FASE INICIAL DO PERÍODO MODERNO

Entre 1500 e 1789 o número de anos de paz na Europa foi superado pelo de anos de guerra. Os primeiros conflitos tiveram caráter principalmente religioso e já foram comentados no capítulo 15. A partir de

1600, a maioria das guerras assume a natureza de lutas pela supremacia entre os poderosos autocratas das grandes nações. Mas a religião também foi um fator em algumas delas, bem como a cobiça das classes comerciais. Em geral, motivações nacionalistas representaram menor papel do que nas guerras dos séculos XIX e XX. Povos e territórios não passavam de peças a ser movimentadas de um lado para outro no jogo do engrandecimento político.

Caráter das guerras na época do absolutismo para os déspotas

A principal guerra do século XVII girou em torno de um duelo titânico entre os Habsburgos e os Bourbons. A princípio senhores da Áustria, os Habsburgos haviam aos poucos estendido seu poder também à Boêmia e à Hungria. Além disso, o chefe da dinastia era ainda aureolado pelo que restava da dignidade de imperador do Sacro Império Romano. Desde o tempo de Carlos V (1519-56), ramos dos Habsburgos haviam dominado a Espanha, os Países Baixos, o Franco-Condado, Milão e o Reino das Duas Sicílias. Por muitos anos essa expansão do poder dos Habsburgos havia constituído fonte de profunda inquietação para os governantes da França. Consideravam que seu país estava cercado, e ansiavam por romper esse cerco. No entanto, também em outras partes da Europa cresciam as tensões. Os príncipes da Alemanha viam com temor o crescente poder do imperador do Sacro Império e procuravam oportunidades para contê-lo de uma forma que aumentasse seu próprio prestígio. Os reis da Dinamarca e da Suécia alimentavam também ambições expansionistas, que dificilmente se poderiam realizar salvo às expensas do império Habsburgo. Por fim, as sementes do conflito religioso, lançadas pela Reforma, estavam para germinar numa nova sucessão de hostilidades. Em 1608-1609 haviam-se formado duas alianças, baseadas em princípios de antagonismo religioso. A existência dessas ligas mutuamente hostis aumentava a tensão na Europa central e contribuiu para tornar uma explosão quase inevitável. O conflito que se seguiu, conhecido como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) foi um dos mais trágicos que registra a história.

Causas básicas do conflito

A causa imediata da Guerra dos Trinta Anos foi uma tentativa do imperador do Sacro Império Romano, Matias, para consolidar seu poder na Boêmia. Embora os Habsburgos dominassem a Boêmia havia um século, os habitantes tchecos do país tinham conservado seu próprio rei. Quando o trono da Boêmia vagou em 1618, Matias conspirou para fazer com que a coroa coubesse a um parente seu, o duque Fernando de Estíria. Mediante pressões, induziu a Dieta boêmia a eleger Fernando II como rei. Os líderes tchecos ressentiram-se contra isso, uma vez que tanto as tradições nacionalistas quanto as protestantes eram fortes no país. O resultado foi a invasão do palácio do imperador, em Praga, por nobres tchecos, e a proclamação da Boêmia como um estado independente, tendo como rei Frederico, o eleitor calvinista do Palatinado. A guerra rebentou então com plena força. O êxito dos Habsburgos em abafar a revolta boêmia e em punir Frederico, tomando-lhe as terras do vale do Reno, arrastou à ação os governantes protestantes da Europa setentrional. Não somente os príncipes alemães, mas também o rei Cristiano IV da Dinamarca e Gustavo Adolfo da Suécia se juntaram à guerra contra a agressão austríaca – com a segunda intenção, é claro, de expandir seus próprios domínios. Em 1630 os franceses intervieram com doações de armas e dinheiro aos aliados protestantes, e depois de 1632, quando Gustavo Adolfo morreu em batalha, foi a França que

A Guerra dos Trinta Anos

suportou o embate da luta. Não se tratava mais de um conflito religioso, mas essencialmente de uma disputa entre as casas de Bourbon e de Habsburgo pelo domínio do continente europeu. Os objetivos imediatos do cardeal Richelieu, que dirigia a política de Luís XIII, eram tomar partes da Alemanha ao Sacro Império Romano e enfraquecer a posição dos Habsburgos espanhóis nos Países Baixos. Durante algum tempo as forças francesas sofreram reveses, mas o gênio organizador de Richelieu e do cardeal Mazarino, que lhe sucedeu em 1643, alcançou finalmente a vitória para a França e seus aliados. A paz foi restabelecida na dilacerada Europa pelo Tratado de Vestfália, em 1648.

Resultados da Guerra dos Trinta Anos

A maioria dos resultados da Guerra dos Trinta Anos teriam funestas conseqüências no futuro. O Tratado de Vestfália confirmou a posse, pela França, de antigos territórios alemães na Lorena e na Alsácia. Também a Suécia ganhou territórios na Alemanha; a independência da Holanda e da Suíça foi formalmente reconhecida e o Sacro Império Romano reduziu-se a uma mera ficção, visto que cada um dos príncipes alemães foi reconhecido como um governante soberano, com poder de fazer guerra, firmar paz e de governar seus estados como bem entedesse. No entanto, a maior parte dessas mudanças outra coisa não fez senão lançar as bases de ácidas disputas internacionais no futuro. Além disso, a guerra causou uma pavorosa devastação na Europa central. É provável que poucos conflitos militares, desde o alvorecer da história, tenham causado tamanha desgraça à população civil. Calcula-se que não menos de um terço da população da Alemanha e da Boêmia perdeu a vida em conseqüência da fome, de doenças e dos ataques de soldados brutais com mira na pilhagem. Os exércitos de ambos os lados saquearam, torturaram, incendiaram e mataram de modo a transformar regiões inteiras em verdadeiros desertos. Na Saxônia, um terço das terras ficou sem cultivo e alcatéias de lobos vagueavam pelas ruínas de aldeias outrora prósperas. Em meio a tanta miséria, era inevitável que decaíssem as conquistas intelectuais de toda espécie, com o resultado de que a civilização foi retardada, na Alemanha, em pelo menos um século. Não obstante, o acordo de 1648 pôs fim às guerras religiosas na Europa para sempre e inaugurou meio século de relativa paz.

A Guerra da Sucessão da Espanha

Em 1700 o rei francês julgou ver uma nova oportunidade para expandir o poder dos Bourbons. Nesse ano morreu Carlos II, rei da Espanha, sem deixar filhos nem irmãos que lhe sucedessem e legando seus domínios em testamento ao neto de Luís XIV. A Áustria denunciou esse acordo e formou uma nova aliança com a Inglaterra, a Holanda e Brandemburgo. A Guerra da Sucessão da Espanha, que começou em 1702, quando Luís tentou fazer valer os direitos de seu neto, foi a última fase importante da luta entre os Bourbons e os Habsburgos.[1] Pela Paz de Utrecht (1713-1714), o neto de Luís XIV teve permissão de ocupar o trono espanhol, sob a condição de que a França e a Espanha jamais se unissem. A França cedeu a Terra Nova e a Nova Escócia à Inglaterra, e a Espanha cedeu Gibraltar. As províncias belgas,

[1] A Guerra da Sucessão Austríaca (1740-48), na qual a França combateu ao lado da Prússia contra a Grã-Bretanha e a Áustria, também envolveu uma luta entre os Bourbons e os Habsburgos, mas os resultados para a França foram inconcludentes. Essa guerra foi principalmente um duelo entre a Prússia e a Áustria.

O Reino das Duas Sicílias e Milão foram entregues aos Habsburgos austríacos.

Significado da Guerra da Sucessão da Espanha

Seria difícil exagerar o significado da Guerra da Sucessão da Espanha. Visto ter envolvido a maioria das nações da Europa e também territórios ultramarinos, foi o primeiro dos conflitos que podem ser chamados de "guerras mundiais". Foi travado, contudo, não por exércitos de massas, mas por soldados profissionais. Constituiu o protótipo, por conseguinte, da maioria das guerras do século XVIII – guerras entre reis, nas quais as massas populares só se envolviam indiretamente. Entre os conflitos de grande escala, a Guerra da Sucessão da Espanha foi a primeira em que a religião quase não teve nenhum papel. Rivalidades quanto a comércio e poder marítimo representaram os principais motivos de discórdia. A guerra pôs fim às pretensões dos estados menores a igualdade hierárquica com seus vizinhos maiores. Brandemburgo e Savóia foram as únicas exceções importantes. O primeiro veio a ser chamado de Prússia; o segundo, Sardenha, e afora este, o resto dos estados italianos reduziu-se à insignificância, e a Prússia começou a desempenhar papel de relevo no cenário alemão. A Holanda sofreu tamanho abalo com a guerra que deixou de ser um fator primordial na competição pelo poder mundial. Com um rei Bourbon no trono, a Espanha ficou reduzida a uma situação de subserviência à França. A dinastia Bourbon espanhola continuou a governar, com breves interrupções, até a derrubada de Afonso XIII em 1931, voltando a reinar na Espanha em 1975. A Guerra da Sucessão da Espanha deixou a França e a Grã-Bretanha como as principais potências na Europa. Destes dois países, o último foi o maior vitorioso. Não só adquiriu possessões valiosas, como os ingleses abriram brechas, à força, no império comercial espanhol. Através de um acordo conhecido como o Asiento, a Grã-Bretanha ganhou o privilégio de fornecer escravos africanos à América espanhola. Tal privilégio abriu caminho para o contrabando de toda espécie de mercadorias nas colônias espanholas e contribuiu para tornar a Grã-Bretanha a mais rica nação do globo.

A Guerra dos Sete Anos

O mais importante conflito entre a Guerra da Sucessão da Espanha e a Revolução Francesa foi a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). As causas dessa luta relacionavam-se intimamente com alguns dos conflitos anteriores já discutidos. Um dos principais fatores nesses conflitos foi a rivalidade comercial entre a Inglaterra e a França. Ambos esses países disputavam a supremacia no desenvolvimento do comércio ultramarino e do império colonial. A Guerra dos Sete Anos foi simplesmente a culminação da luta que se vinha travando havia perto de um século. As hostilidades começaram, muito apropriadamente, na América, em resultado da disputa pelo vale do Ohio. Não tardou a entrar em jogo a questão fundamental do domínio do continente norte-americano pela Inglaterra ou pela França. Por fim, quase todos os grandes países da Europa se colocaram de um lado ou de outro. Luís XV da França mobilizou a ajuda de seu parente, o monarca Bourbon da Espanha. Uma luta pela posse da Silésia, iniciada em 1740 entre Frederico o Grande da Prússia e Maria Teresa da Áustria, foi logo absorvida pela disputa maior. A Guerra dos Sete Anos alcançou assim as proporções de um virtual conflito mundial, com a França, a Espanha, a Áustria e a Rússia alinhadas contra a Inglaterra e a Prússia na Europa, enquanto as forças

colonais inglesas e francesas se batiam pela supremacia não só na América, mas também na Índia.

Resultados da Guerra dos Sete Anos

Os resultados da Guerra dos Sete Anos tiveram enorme importância para a história posterior da Europa. Frederico o Grande obteve uma vitória decisiva sobre os austríacos e forçou Maria Teresa a desistir de todas suas pretensões à Silésia. A aquisição do território aumentou a área da Prússia em mais de um terço, elevando assim o império dos Hohenzollerns à posição de potência de primeira ordem. A luta pela supremacia colonial redundou, para a Inglaterra, num triunfo sensacional. De seu outrora magnífico império americano, a França perdeu tudo, exceto duas ilhotas na costa da Terra Nova, Guadalupe e algumas outras possessões nas Índias Ocidentais, além de uma parte da Guiana, na América do Sul. Todos os territórios cedidos pela França passaram à Grã-Bretanha, com exceção da Louisiana, que a França entregou à Espanha como recompensa por sua participação na guerra. Permitiu-se à França conservar seus privilégios comerciais na Índia, mas com a proibição de construir fortificações ou manter tropas nesse país. O tesouro da França estava exaurido, seu comércio arruinado e suas possibilidades de domínio do continente europeu completamente desfeitas. Esses desastres, determinados pela política estúpida dos reis franceses, muito ajudaram a preparar o terreno para a revolução de 1789. A Inglaterra, pelo contrário, viu-se na crista da onda – tanto no sentido figurado quanto no literal, pois seu triunfo na Guerra dos Sete Anos constituiu um marco em sua luta pelo domínio dos mares. A riqueza proveniente da expansão comercial favoreceu os comerciantes ingleses, aumentando assim seu prestígio político e social. Mais importante que tudo, talvez, foi o fato de a vitória na luta pelas colônias ter proporcionado à Inglaterra uma abundância de matérias-primas que lhe permitiu colocar-se à testa da Revolução Industrial.

6. A TEORIA POLÍTICA DO ABSOLUTISMO

Influência dos filósofos políticos sobre o governo absoluto

A conduta autocrática dos governantes dos séculos XVI, XVII e XVIII foi sancionada pela influência da teoria política. Vários reis Stuarts e Bourbons, por exemplo, encontravam a justificação de sua política nos filósofos que exprimiam as idéias do tempo em obras sistemáticas e vigorosas.

Jean Bodin

Um dos primeiros filósofos a emprestarem apoio às ambições absolutistas dos monarcas foi o francês Jean Bodin (1530-1596). Concordava com os filósofos medievais quanto a estarem os governantes submetidos à lei divina e até reconhecia que o príncipe tinha o dever moral de respeitar os tratados que assinava. Mas Bodin dispensava qualquer espécie de parlamento. Negava enfaticamente a um órgão legislativo o direito de impor quaisquer limites ao poder monárquico. E ao mesmo tempo que admitia serem tiranos os príncipes que violassem a lei divina ou a natural, não concedia aos súditos desses príncipes qualquer direito de rebelião contra eles. A autoridade do príncipe vem de Deus e a obrigação suprema do povo é a obediência passiva. A revolução deve ser evitada a todo custo, pois destrói a estabilidade que é a condição necessária do progresso social. A principal contribuição de Bodin, se assim pode ser chamada, foi sua doutrina da soberania, que ele definia

como "o poder supremo sobre cidadãos e súditos, sem restrições determinadas pelas leis". Com isso queria dizer que o príncipe, que é o único soberano, não está preso a leis feitas pelos homens. Sua autoridade não sofre restrições *legais* de qualquer espécie – nada, exceto a obediência à lei moral ou natural ordenada por Deus.

Thomas Hobbes

O mais célebre de todos os apóstolos do governo absoluto foi o inglês Thomas Hobbes (1588-1679). Escrevendo durante a guerra civil inglesa e depois dela, e em estreita ligação com os realistas, Hobbes sentia-se desgostoso com o rumo que os acontecimentos haviam tomado em sua pátria e ansiava pelo restabelecimento da monarquia. No entanto, seu materialismo e sua doutrina da origem secular da realeza não o tornavam muito simpático aos Stuarts. Para título de sua obra principal escolheu o nome de *Leviatã*, indicando a concepção que fazia do estado como um monstro todo-poderoso. (No *Livro de Jó*, Leviatã era o monstro que governava o caos primevo.) Todas as associações dentro do estado, dizia ele, são meros "vermes nas entranhas de Leviatã". A essência da filosofia política de Hobbes relaciona-se diretamente com sua teoria da origem do governo. Ensinava ele que no começo todos os homens viviam em estado natural, sem estarem sujeitos a qualquer lei que não fosse o brutal interesse próprio. Muito longe de ser um paraíso de inocência e bem-aventurança, o estado natural era uma condição do sofrimento universal. Como dizia Hobbes: "O homem é o lobo do homem". A vida do indivíduo era "solitária, pobre, sórdida, bruta e breve". A fim de escapar a essa guerra de todos contra todos, os homens acabaram unindo-se para formar uma sociedade civil. Elaboraram um contrato pelo qual cediam todos os seus direitos a um soberano suficientemente forte para protegê-los contra a violência. Desse modo o soberano, embora não fosse parte do contrato, tornava-se o recipiente da autoridade absoluta. O povo renunciava a *tudo* em troca do grande dom da segurança. Em contraste com Bodin, Hobbes não reconhecia qualquer lei natural ou divina que limitasse a autoridade do príncipe. O governo absoluto, afirmava ele, havia sido estabelecido pelo próprio povo e, conseqüentemente, este não teria razão de queixa se o governante se tornasse um tirano. Baseando-se na dedução pura, sem recorrer de qualquer modo à religião ou à história, Hobbes chega à conclusão de que é lícito ao rei governar despoticamente – não só porque foi indicado por Deus, mas porque o povo lhe *deu* o poder absoluto.

Hugo Grotius

Em certo sentido, o grande holandês Hugo Grotius (1583-1645) também pode ser considerado um expoente do absolutismo, embora para ele a questão do poder dentro do estado fosse mais ou menos secundária em relação à questão mais ampla das relações entre os estados. Vivendo durante o período da revolta dos Países Baixos e da Guerra dos Trinta Anos, Grotius sentiu a necessidade de um conjunto de normas que reduzissem a um padrão de razão e de ordem as relações dos governos entre si. Escreveu sua famosa obra *Do direito da paz e da guerra* para provar que os princípios elementares da justiça e da moralidade deviam prevalecer entre as nações. Extraiu alguns desses princípios do "direito das gentes" (*jus gentium*) romano e outros do direito natural da Idade Média. Tão bem expôs sua causa que tem sido considerado desde então como um dos principais fundadores do direito internacional. A aversão de Grotius pela turbulência política também o inspirou a defender o governo absoluto. Não via como a ordem poderia

ser preservada dentro do estado a não ser que o governante possuísse autoridade ilimitada. Sustentava que no começo o povo se submetera voluntariamente a um soberano ou fora obrigado a submeter-se à força superior; mas em qualquer um dos casos, uma vez que se estabelecera um governo, tinha de obedecer-lhe sem contestação.

O significado da tentativa dos filósofos de justificar o absolutismo

As teorias que acabamos de analisar não eram simplesmente a de alguns filósofos isolados, mas antes idéias amplamente aceitas numa época em que a ordem e a segurança eram consideradas mais importantes do que a liberdade. Refletiam, em especial, o desejo, por parte das classes mercantis, de desfrutar o maior grau possível de estabilidade e proteção no interesse dos negócios. O mercantilismo e as políticas dos governantes andavam de mãos dadas com as novas teorias do governo absoluto. O dito "o estado sou eu", atribuído a Luís XIV, não era apenas a fanfarronada imprudente de um tirano, mas quase chegava a exprimir a concepção dominante do governo, pelo menos na Europa continental. Aqueles que tinham posição de responsabilidade na sociedade acreditavam realmente que o rei *era* o estado. Dificilmente teriam concebido um governo capaz de proteger e assistir as suas atividades econômicas a não ser se estivesse organizado sobre a base de uma autoridade centralizada e sem peias. Sua atitude não era muito diferente da de algumas pessoas hoje em dia, que acreditam ser a ditadura, sob uma forma ou outra, o único caminho para a segurança e a fartura.

7. O SIGNIFICADO DA ÉPOCA DO ABSOLUTISMO

Primórdios do moderno sistema de estados

A época do absolutismo não foi importante apenas pela criação de monarquias absolutas. Tem significado ainda maior por seus efeitos sobre as relações internacionais. Foi nesse período que surgiu o moderno sistema de estados. Durante aproximadamente um milênio depois da queda de Roma, dificilmente se poderia dizer que existissem estados, no sentido como hoje entendemos o termo, na Europa a oeste do Império Bizantino. A rigor, havia reis na Inglaterra e na França, mas quase até o fim da Idade Média as relações que mantinham com seus súditos eram essencialmente as mesmas de senhores com vassalos. Tinham *domínio*, mas não soberania. Em outras palavras, tinham os mais amplos direitos de propriedade sobre as terras que constituíam seus feudos; contudo, não possuíam necessariamente autoridade política suprema sobre todas as pessoas que viviam em suas terras. Foi somente através da ampliação do poder de tributação, do poder judiciário e da criação de exércitos profissionais que os governantes medievais ensaiaram tornarem-se soberanos no sentido moderno.

Causas da ascensão do sistema de estados

Julgam alguns historiadores que os primórdios do moderno sistema de estados remontem à invasão da Itália, em 1494, pelo rei Carlos VIII da França. Nessa guerra de conquista de territórios estrangeiros estavam envolvidas considerações de prestígio dinástico, equilíbrio de poder, complexa diplomacia, e alianças e contra-alianças. Não foi em nenhum sentido uma guerra religiosa ou ideológica, mas sim uma luta pelo poder e por engrandecimento territorial. Outros historiadores vêem na Reforma a causa fundamental do moderno sistema de estados. A Revolução Protestante rompeu a unidade da cristandade ocidental. Facilitou a determinação de reis e príncipes quanto a tornarem seu próprio poder

completo mediante o repúdio à autoridade de uma Igreja universal. Já em 1555 a Paz de Augsburgo deu a cada príncipe alemão o direito de decidir se o luteranismo ou o catolicismo seria a fé de seu povo. Contudo, terá sido provavelmente o Tratado de Vestfália que desempenhou o papel principal no sentido de transformar o moderno sistema de estados numa realidade política. Esse tratado, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos em 1648, transferiu territórios de um estado para outro sem qualquer consideração pela nacionalidade de seus habitantes. Reconheceu a independência da Holanda e da Suíça e reduziu o Sacro Império Romano a uma ficção. Cada um dos príncipes alemães foi reconhecido como governante soberano, com poder de fazer a guerra e a paz e governar seu domínio como lhe aprouvesse. Por fim, o tratado introduziu o princípio de que *todos* os estados, independentemente de seu tamanho ou poder, eram iguais perante o direito internacional e dotados de pleno e completo controle sobre seus territórios e habitantes.

Elementos do moderno sistema de estados

Quaisquer que sejam suas origens, pode-se considerar que o moderno sistema de estados compreende os seguintes elementos: (1) igualdade legal e independência de todos os estados; (2) o direito de cada estado a seguir uma política externa própria de formar alianças e contra-alianças, e fazer guerra visando à sua própria vantagem; (3) a utilização da diplomacia como sucedâneo para a guerra, com freqüência envolvendo intriga e espionagem na medida necessária para a vantagem política; (4) o equilíbrio de poder como expediente para evitar a guerra ou para garantir o apoio de aliados se a guerra se tornar necessária. A maioria desses elementos do sistema de estados persiste até hoje. Mesmo a criação da Liga das Nações e das Nações Unidas não acarretou mudanças substanciais, pois ambas organizações foram fundadas com base no princípio da igualdade soberana de estados independentes. Acreditam alguns observadores que não haverá nenhuma perspectiva genuína de paz mundial antes que o sistema de estados soberanos seja reconhecido como obsoleto e substituído por uma comunidade mundial de nações, organizada segundo um modelo federativo.

Capítulo 18

A REVOLUÇÃO INTELECTUAL DOS SÉCULOS XVII E XVIII

Não devemos reconhecer como causas dos fatos naturais senão aquelas que sejam ao mesmo tempo verdadeiras e suficientes para explicar-lhes as aparências. Com isso em vista, afirmam os filósofos que a natureza nada faz em vão, e que uma coisa é tão mais vã quanto menos finalidades atende; pois a natureza ama a simplicidade e não ostenta a pompa das causas supérfluas.

— Isaac Newton, ***Princípios matemáticos da filosofia natural***

Os anos que assistiram à ascensão do absolutismo na Europa testemunharam também aquilo que bem pode ser descrito como uma revolução intelectual. Idéias tradicionais concernentes a Deus, à existência humana e ao universo foram questionadas e, em larga medida, modificadas drasticamente ou de todo abandonadas. Para substituí-las, filósofos e cientistas elaboraram uma nova visão do mundo — racional, mecanicista e em grande parte impessoal, mas ao mesmo tempo humanitária, tolerante e, por conseguinte, voltada para a compreensão tanto das fraquezas quanto das aspirações da humanidade. A revolução intelectual tem raízes na história da Renascença e nos começos da Revolução Comercial; derivou-se dos horizontes intelectuais mais amplos e da maior prosperidade geral que aqueles movimentos haviam produzido.

A natureza da revolução

A extraordinária galáxia de homens e idéias que constituem essa revolução tornam-na digna de exame por seus próprios méritos. No entanto, cabe estudá-la também para que se compreenda as origens de idéias, instituições e movimentos ainda correntes hoje em dia. A autoconfiança que compeliu homens e mulheres a examinarem criticamente o mundo em que viviam, e a crença no progresso que estimulou-os a modificarem esse mundo — uma autoconfiança e uma crença que são características dessa revolução — ajudaram, por sua vez, a fomentar a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, e, assim, o mundo moderno.

Razões para examinarmos a revolução intelectual

1. OS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA REVOLUÇÃO INTELECTUAL

Francis Bacon

A revolução intelectual teve como pais quatro homens: Francis Bacon, René Descartes, John Locke e Isaac Newton. Todos eles estavam decididos a investir contra pressupostos fundamentais a respeito do universo e do espírito humano; todos eles foram capazes não somente de demolir idéias e teorias antigas, como de substituí-las por outras novas. Filho de um funcionário público elizabetano, Francis Bacon (1561-1626) era ao mesmo tempo um filósofo e um cortesão ambicioso que, como grande chanceler, foi condenado à prisão por suborno. A preocupação com a carreira política impediu-o de desenvolver na plenitude aquelas idéias que constituíram seu legado intelectual. No entanto, mesmo admitindo suas limitações, as conclusões de Bacon tiveram influência imensa na história do pensamento moderno. Em suas obras mais importantes, *Novum organum* (um tratado sobre o método de aquisição do conhecimento, publicado em 1620) e *O Avanço do saber* (1623), ele insistiu na importância de se duvidar de todo conhecimento recebido do passado.

A mais importante contribuição de Bacon para a filosofia foi a glorificação do método indutivo como base do conhecimento exato. Acreditava ele que todos quantos haviam no passado buscado a verdade eram escravos de idéias preconcebidas ou prisioneiros da lógica escolástica. Argumentava que o filósofo devia voltar-se para a observação direta da natureza, para a acumulação de fatos sobre as coisas e para a descoberta das leis que as regem. Somente a indução, afirmava, era a chave mágica que desvelaria os segredos do conhecimento. A autoridade, a tradição e a lógica silogística deviam ser evitadas tão zelosamente quanto a peste. Afirmava ainda Bacon que o valor de qualquer idéia dependia de sua utilidade. As idéias geradas e debatidas pelos escolásticos medievais, em sua opinião, eram irrelevantes, uma vez que não podiam ter qualquer utilização real. As descobertas científicas só se tornavam parte do conhecimento "verdadeiro" quando podiam ser aplicadas na prática.

René Descartes

Tal como Bacon, René Descartes (1596-1650) construiu uma filosofia com base no questionamento sistemático das verdades recebidas. Ao contrário de Bacon, porém, seu sistema era construído por meio do instrumento matemático da dedução pura. Em seu famoso *Discurso sobre o método* (1637) e em outras obras científicas, ele partia de verdades ou axiomas simples, como os encontrados na geometria, raciocinando com base neles para chegar a conclusões particulares. Descartes acreditava ter encontrado um axioma de tal ordem em seu famoso princípio: "Penso, logo existo". Partindo daí, afirmava ser possível deduzir um conjunto perfeitamente lógico de conhecimentos universais – provar, por exemplo, que Deus existe, que homens e mulheres são animais pensantes. Essas "verdades", declarava ele, são tão infalíveis quanto as verdades da geometria, pois são produtos do mesmo método infalível.

O "dualismo" cartesiano

Mas Descartes não é importante apenas como pai do novo racionalismo; deve-se também a ele, em parte, a introdução do conceito de um universo mecanicista. Ensinava que todo o mundo material, tanto orgânico como inorgânico, pode ser definido em função da extensão e

do movimento. "Dai-me a extensão e o movimento", afirmou certa vez, "e eu construirei o universo". Todo objeto individual – um sistema solar, uma estrela, a própria Terra – é uma máquina automática impulsionada por uma força oriunda do movimento original imprimido por Deus ao universo. Descartes não excluía desse plano mecanicista nem mesmo os corpos dos animais e dos homens. Declarava que todo o mundo da natureza física é um só e que o comportamento dos animais e dos homens decorria automaticamente de estímulos internos e externos. No entanto, Descartes não estava disposto a incluir o espírito humano como parte de seu sistema mecanicista. O pensamento não é uma forma de matéria, mas uma substância inteiramente diversa, implantada no corpo do homem por Deus. O mundo era, portanto, *dualista*, ou seja, composto de espírito e matéria. Como corolário desse pressuposto, Descartes acreditava na existência de idéias inatas. Ensinava que como as verdades evidentes por si mesmas não têm relação com a experiência sensorial, devem ser inerentes ao próprio espírito. O homem não as apreende por via dos sentidos; elas são parte do espírito humano desde o nascimento.

Implicações do pensamento de Bacon e de Descartes

As implicações do pensamento de Bacon e Descartes foram de enorme relevância. As pessoas, afirmavam eles, não só tinham o direito de reavaliar o passado como a obrigação de fazê-lo e, quando necessário, rejeitar-lhe as convicções. Deviam ter a coragem de experimentar, a fim de revelar e entender a natureza mecânica do universo. Tal raciocínio teria uma finalidade prática, uma vez que resultaria no domínio do mundo pela humanidade. "Compreendendo as forças e as ações do fogo, da água, do ar, das estrelas e dos céus", escreveu Descartes em seu *Discurso*, "podemos usar essas forças (. . .) em todos os propósitos para as quais são apropriadas, e assim tornamo-nos senhores e dominadores da natureza."

Os sucessores intelectuais de Descartes: Spinoza

Os princípios do racionalismo e do mecanicismo foram adotados, de uma forma ou de outra, pela maioria dos filósofos do século XVII. Os mais notáveis sucessores intelectuais de Descartes foram o judeu holandês Benedito (ou Baruch) Spinoza e o inglês Thomas Hobbes, que já conhecemos como filósofo político. Spinoza nasceu em Amsterdam no ano de 1632 e morreu desterrado de sua comunidade quarenta e cinco anos depois. Seus pais pertenciam a um grupo de judeus emigrados que tinham fugido à perseguição em Portugal e na Espanha, refugiando-se nos Países Baixos. Moço ainda, Spinoza sofreu a influência de um discípulo de Descartes, passando em conseqüência a criticar certos dogmas da fé judaica. Por isso foi expulso da sinagoga e banido da comunidade de seu povo. De 1656 até a morte viveu em várias cidades da Holanda, provendo uma parca subsistência como polidor de lentes. Durante esses anos desenvolveu a sua filosofia, que incorporava o racionalismo e o mecanicismo, mas não o dualismo de Descartes. Sustentava Spinoza que só existe uma substância essencial no universo, da qual o espírito e a matéria não passam de aspectos diferentes. Essa substância única é Deus, que se identifica com a própria natureza. Tal concepção do universo era puro panteísmo, mas baseava-se na razão e não na fé e pretendia exprimir as idéias científicas sobre a unidade da natureza e a continuidade de causa e efeito.

Muito mais do que Descartes, Spinoza interessava-se por questões éticas. Tendo chegado bem cedo em sua vida à conclusão de que as

coisas que o homem mais preza – riqueza, prazer, poder e fama – são vazias e vãs, resolveu pesquisar se existe um bem perfeito capaz de proporcionar uma felicidade irrestrita e duradoura a todos que o alcancem. Por meio de raciocínio geométrico tentou provar que esse bem perfeito consiste no "amor a Deus", isto é, na adoração da ordem e da harmonia da natureza. Se os homens chegarem a compreender que o universo é uma bela máquina, cujo funcionamento não pode ser interrompido em benefício deste ou daquele indivíduo, alcançarão aquela serenidade de espírito pela qual se têm esforçado os filósofos através dos tempos. Só nos podemos libertar de esperanças irrealizáveis e de temores abjetos reconhecendo em nosso íntimo que a ordem da natureza está inalteravelmente fixada e que o homem não pode mudar seu destino. Em outras palavras, conquistamos a verdadeira liberdade quando compreendemos que não somos livres. Entretanto, apesar de todo seu determinismo, Spinoza era um ardente apóstolo da tolerância, da justiça e da vida racional. Escreveu em defesa da liberdade religiosa e, malgrado o tratamento cruel de que foi objeto, deu em sua vida particular um nobre exemplo de bondade, humanidade e isenção de paixões vingativas.

A ética de Spinoza

Outro dos grandes racionalistas do século XVII foi Thomas Hobbes. Mais velho do que Descartes ou Spinoza, sobreviveu a ambos. Concordava com seus dois contemporâneos na crença de que a geometria fornecia o único método apropriado à busca da verdade filosófica. Negava, porém, a doutrina cartesiana das idéias inatas, sustentando que a origem de todo conhecimento está na percepção dos sentidos. Recusou-se também a aceitar tanto o dualismo de Descartes como o panteísmo de Spinoza. Segundo Hobbes, não existe absolutamente nada senão a matéria. O pensamento não é mais do que um movimento no cérebro ou talvez uma forma sutil de matéria, mas de modo algum uma substância distinta. Também a Deus, caso possamos acreditar em sua existência, deve ser atribuído um corpo físico. Em nenhum ponto do universo existe qualquer coisa de espiritual que possa ser concebida pela mente. Esse materialismo era o mais radical desde os tempos do romano Lucrécio. Combinava-se com o mecanicismo, como em geral acontece com todo materialismo. Sustentava Hobbes que não só o universo, mas também o próprio homem, é suscetível de uma explicação mecânica. Tudo o que o homem faz é determinado por apetites ou aversões e estes, por sua vez, são herdados ou adquiridos pela experiência. Do mesmo modo, Hobbes afirmava que não existiam normas absolutas do bem e do mal. O bem é simplesmente aquilo que dá prazer, o mal é o que traz sofrimento.

Hobbes

Embora integrantes importantes do exército dos revolucionários intelectuais, Spinoza e Hobbes não foram, como Bacon e Descartes, grandes instigadores dessa revolução. Já John Locke (1632-1704), filósofo inglês, o foi. Em seu *Tratado de governo civil*, Locke postulava uma filosofia política baseada na lei natural, usada para justificar a Revolução Gloriosa de 1688 e, mais tarde, as revoluções Americana e Francesa do século XVIII. Foi, além disso, autor de uma nova teoria do conhecimento, que exerceu extrema influência. Rejeitando a doutrina cartesiana das idéias inatas, Locke sustentava que todo conhecimento se origina da percepção sensorial. Tal teoria já fora defendida por Hobbes, mas Locke a sistematizou e ampliou. Em seu *Ensaio sobre o conheci-*

Locke

mento humano (1690), insistiu que, por ocasião do nascimento a mente humana é um tablete vazio, uma *tabula rasa*, no qual não há absolutamente nada gravado. Não contém a idéia de Deus ou quaisquer noções de bem ou de mal. Só quando a criança recém-nascida começa a ter experiências, a perceber o mundo externo com os sentidos, é que alguma coisa se registra em seu espírito. Contudo, as idéias simples que decorrem diretamente da percepção dos sentidos são meramente os alicerces do conhecimento. Nenhum ser humano poderia viver uma existência inteligente com base apenas nelas. Essas idéias simples devem integrar-se e fundir-se em idéias complexas. É essa a função da razão ou do entendimento, que tem o poder de combinar, coordenar e organizar as impressões recebidas dos sentidos e assim construir um corpo utilizável de verdade geral. Tanto a sensação como a razão são indispensáveis – a primeira para fornecer ao espírito as matérias-primas do conhecimento, a segunda para dar-lhes forma significativa.

John Locke

O otimismo de Locke

A teoria do conhecimento de Locke teve tanta influência quanto as idéias de Bacon e Descartes no sentido de libertar homens e mulheres das restrições das crenças estabelecidas. Se existia o mal no mundo, a argumentação de Locke deixava implícito que isso não era conseqüência de um plano divino, mas sim de um sistema social e educacional que fora elaborado por homens e mulheres e que podia ser modificado por homens e mulheres. Melhorai a sociedade, estava dizendo Locke, e tereis melhorado o comportamento humano, pois este é moldado por aquela. O otimismo implícito no pensamento de Locke tornou-se explícito nas obras de outros teorizadores, à medida que avançava o século XVIII.

O quarto "pai" da revolução intelectual foi o cientista inglês Isaac Newton (1642-1727). Com a publicação, em 1697, de seu livro *Princípios matemáticos da filosofia natural*, Newton proporcionou ao mundo, pela primeira vez, uma teoria mecânica simples e coerente para a compreensão do universo. Todo movimento mensurável podia ser descrito pelas mesmas fórmulas. "Cada partícula de matéria, no universo, atrai todas as outras partículas com uma força inversamente proporcional ao quadrado da distância entre elas e diretamente proporcional ao produto das respectivas massas." Essa força era a gravidade, que Newton descobriu, e a proposição que definia essa força foi considerada válida não só para a Terra mas para toda a extensão infinita do sistema solar. As descobertas de Newton eram conhecimento "verdadeiro", no sentido baconiano, uma vez que tinham sido alcançadas através da observação e visto serem úteis em ajudar homens e mulheres a dominar o mundo em que viviam. A mensuração das marés, a localização de navios no oceano, a possibilidade de se prever a trajetória de uma bala de canhão – tudo isto e muito mais foi o resultado prático da façanha científica de Newton.

Sir Isaac Newton

Implicações da obra de Newton

As implicações da obra de Newton foram aquelas de toda a revolução filosófica e científica para a qual ele deu contribuição tão assinalada: primeiro, que é tarefa de filósofos e cientistas – e de todos aqueles que se interessam pelas coisas do pensamento – questionar as opiniões recebidas do passado, repensar as coisas; segundo, que a natureza não é governada nem por misteriosa intervenção divina nem por capricho, mas por leis racionais e universais, que podem ser formuladas com a mesma precisão de princípios matemáticos. Dessa última conclusão era peque-

no o caminho até a idéia de que existe um conjunto de leis naturais que regem a política das nações do mundo. Presumia-se que tais leis fossem razoáveis nas liberdades que concediam à autoridade legitimamente constituída, porém severas em suas proibições contra o poder arbitrário que atuava contra seus princípios fixos. Terceiro, homens e mulheres, embora submetidos a todas as leis que regiam o universo, podiam, pela descoberta do modo como funcionavam essas leis, pô-las em ação a fim de garantirem o progresso da raça humana.

2. A PERSISTÊNCIA DAS SUPERSTIÇÕES

A força da superstição

A despeito de seus notáveis progressos no campo do pensamento, o período da revolução intelectual não ficou de modo algum isento de superstições. Estranhas e perniciosas falácias continuavam a ser aceitas como verdades válidas. As massas ignorantes aferravam-se às suas crenças em duendes malignos, sátiros e feiticeiros, e ao temor do diabo, cuja maldade acreditavam ser a causa de moléstias, fome, tempestades e loucura. Mas a superstição não se abrigava apenas no espírito dos ignorantes. O astrônomo Kepler acreditava na astrologia e tinha como principal fonte de renda os almanaques que escrevia, com predições do futuro segundo os sinais e portentos do céu. Francis Bacon não só acreditava na superstição corrente da astrologia como também contribuiu para fortalecer a crença na bruxaria. Também Newton emprestou sua voz à superstição, procurando, por exemplo, na Bíblia, referências ocultas sobre o reinado do Anti-Cristo.

A falácia da bruxaria

A pior de todas as superstições que floresceram nesse período foi, indubitavelmente, a crença na bruxaria, que levou mulheres a serem torturadas e queimadas como auxiliares de Satã. A crença na bruxaria não fora de modo algum desconhecida na Idade Média ou na Renascença, mas jamais alcançou proporções de histeria perigosa senão depois do início da Revolução Protestante. As perseguições atingiram sua forma mais virulenta precisamente naqueles países em que o conflito religioso explodiu com maior ferocidade, isto é, na Alemanha e na França. A superstição da feitiçaria foi conseqüência direta da crença em Satanás, que obcecava o espírito de tantos reformadores. Em geral, a tendência de cada facção de teólogos era atribuir todas as vitórias de seus adversários aos poderes sobrenaturais do Príncipe das Trevas. Prevalecendo tais superstições entre os chefes religiosos, não é de admirar que a massa de seus adeptos tenha agasalhado idéias estapafúrdias e hediondas. Desenvolveu-se a crença de que o demônio era na verdade mais poderoso do que Deus e de que ninguém estava salvo da destruição. Supunha-se que Satanás não só tentava os mortais a pecar, mas até os forçava a isso. Esse era o sumo grau de sua maldade, pois punha em perigo as possibilidades de salvação.

Definição da bruxaria

De acordo com a definição dos teólogos, a bruxaria consistia na venda da própria alma ao diabo em troca da aquisição de poderes sobrenaturais. Acreditava-se que a mulher que houvesse realizado tal transação ficava capacitada a lançar sobre os vizinhos toda espécie de sortes maléficas — fazia com que lhes adoecesse e morresse o gado, com

que lhes falhassem as colheitas ou com que seus filhos pequenos caíssem no fogo. Entretanto, os dons mais preciosos que Satanás conferia era o poder de tornar os maridos cegos a respeito da desonestidade de suas esposas e o de fazer com que as mulheres dessem à luz filhos idiotas ou deformados. Pensa-se comumente que as chamadas bruxas eram velhas megeras desdentadas cujos hábitos excêntricos e línguas venenosas as haviam tornado objetos de suspeita e temor por parte de quem as conhecia. No entanto, os escritores da Inglaterra e da Europa continental imaginavam em geral a bruxa como "uma moça linda e perversa", e uma grande percentagem das que foram mortas na Alemanha e na França eram adolescentes ou mulheres que ainda não tinham atingido os trinta anos.

A caça às bruxas

As primeiras perseguições contra a bruxaria foram iniciadas pelo papa Inocêncio VIII em 1484, que instruiu seus inquisidores para usar a tortura a fim de obter confissões. Mas foi só depois de ter começado a Revolução Protestante que a perseguição à bruxaria tornou-se uma histeria de massa. O próprio Lutero contribuiu para instigá-la, aconselhando que se desse morte às bruxas com menos consideração e misericórdia do que se tinha com criminosos comuns. Outros reformadores logo lhe seguiram o exemplo. Sob a administração de Calvino, em Genebra, vinte e uma mulheres tiveram as mãos direitas cortadas e foram depois queimadas em 1545, sob acusação desse crime. A partir dessa época as perseguições espalharam-se como peste. Mulheres, moças e até crianças eram torturadas com agulhas enfiadas sob as unhas, assando-se-lhes os pés ao fogo e esmagando-se-lhes as pernas sob grandes pesos até que a medula espirrasse dos ossos, a fim de obrigá-las a confessar orgias repelentes com os demônios. É impossível dizer até que ponto as perseguições se deviam ao simples sadismo ou à cobiça dos magistrados, que às vezes tinham permissão de confiscar os bens dos condenados. Eram poucos os que não consideravam justificável a queima das bruxas. Um dos mais ardorosos defensores dos processos foi o filósofo político francês Jean Bodin. Nunca se saberá o número final das vítimas. Na década de 1620 foram queimadas cerca de mil feiticeiras por ano nas cidades alemãs de Würzburg e Bamberg e por volta da mesma época dizia-se que a praça central da cidade de Wolfenbüttel "dava a aparência de uma pequena floresta, tantas eram as estacas".

Declínio da bruxaria

Depois de mais ou menos 1650, aos poucos a mania começou a declinar. É difícil apontar os motivos para isso. Com toda probabilidade, as principais causas foram a revivescência da razão e a influência de cientistas e de filósofos céticos. Mesmo no apogeu da caça às bruxas certos advogados começaram a nutrir dúvidas quanto ao valor das provas aceitas nos julgamentos. Em 1584 um jurista inglês, Reginald Scot, publicou um livro em que condenava a crença na bruxaria como irracional e em que afirmava que a maioria dos crimes tétricos confessados pelas acusadas eram simples fantasias de mentes doentes. Cientistas eminentes como Pierre Gassendi (1592-1655) e William Harvey também denunciaram as perseguições. Harvey, que era médico, dissecou friamente um sapo do qual se dizia ser cúmplice de uma bruxa a fim de demonstrar que era exatamente igual a qualquer outro e que não havia dentro dele nenhum demônio. Tais apelos à demonstração científica por fim puseram cobro à mania da caça às bruxas.

3. O ILUMINISMO

Conceitos do Iluminismo

A atmosfera cultural setecentista conhecida como o Iluminismo fundamentava-se nas bases racionais e otimistas assentadas pelos pensadores da revolução intelectual do século XVII. A filosofia do Iluminismo,[1] tal como expressa nas obras de seus maiores expoentes e popularizadores, incluía entre seus princípios basilares as seguintes idéias e assertivas:

O lugar dos homens e mulheres no universo. Os homens e mulheres não eram mais tidos como a explicação para a existência do universo, tal como no ideário teológico do período medieval. Ao invés disso, eram considerados apenas como um dos elos numa cadeia de seres, ordenada racionalmente, que abrangia todos os seres vivos. Contudo, o fato de estarem submetidos a um ordenamento universal de modo algum os tornava impotentes ou destituídos de objetivo. Os homens e mulheres, já que reconheciam até que ponto seus sentidos podiam iludi-los, levando-os a atos de necedade, eram instados a exercer sua razão, como seres responsáveis, em campanhas para erradicar a estupidez da sociedade humana como um todo.

Atitudes em relação a Deus e à religião organizada. Um universo racionalmente ordenado, sujeito a leis invariáveis, excluía a existência de um Deus caprichoso, que pudesse intervir, através de milagres, para contradizer essas leis. Se Deus realmente existia, como acreditava a maioria dos filósofos do Iluminismo, era simplesmente como uma causa primeira, a forma que havia criado as leis, que as pusera em movimento e que garantia seu contínuo funcionamento. Os que se atinham a essa concepção chamavam a si próprios deístas. Atacavam os fundamentos bíblicos do cristianismo, submetendo a Bíblia a uma crítica erudita e depois sustentando que o relato bíblico não passava de mitologia. Aliaram-se a um grupo maior de críticos, denunciando as religiões institucionalizadas como instrumentos de exploração, imaginados por patifes e tratantes, a fim de poderem tirar proveito das massas ignorantes. Rejeitavam como inúteis as orações e sacramentos do cristianismo organizado; Deus, argumentavam, não pode ser persuadido a desprezar a lei natural em benefício desta ou daquela pessoa. Conde-

[1] O termo Iluminismo no sentido aqui empregado corresponde ao francês *Âge* ou *Siècle des Lumières* ou apenas *Les Lumières* (Idade ou Século das Luzes ou As Luzes), ao inglês *Enlightenment*, ao alemão *Aufklärung* e ao espanhol *Siglo de las Luzes*, termos designativos do movimento filosófico racionalista, científico e político iniciado na segunda metade do século XVII e que dominou a Europa durante o século XVIII. O termo francês *Illuminisme* (equivalente ao espanhol *Alumbramiento*) designa um movimento que data do século XVI e expressa, em princípio, a doutrina de certos místicos fundada na crença de uma iluminação interior inspirada diretamente por Deus. Os *illuminés* (iluministas) pretendiam a liberação do homem através do conhecimento, mas preocupavam-se inteiramente com o mundo da imaginação, da vida interior e do supra-sensorial. Interessavam-se pelas ciências metafísicas e pelo ocultismo. Alguns estavam ligados à Cabala, ao quietismo, à simbólica, como caminhos para chegar à revelação. O apogeu do *Illuminisme* deu-se também no século XVIII, com os filósofos Saint-Martin e Swedenborg. Os filósofos racionalistas do Século das Luzes, representantes do Iluminismo na acepção em que a palavra é aqui usada, também tinham como escopo a liberação do indivíduo através do conhecimento, mas ao contrário dos *illuminés* referiam-se mais à razão, ao mundo real e à vida exterior em suas implicações sociais, políticas, culturais e humanas. (N. da ed. bras.)

navam como perniciosa a doutrina do pecado original. Homens e mulheres dispõem de liberdade e de aptidão racional para escolher entre o bem e o mal; a idéia de que alguns estão predestinados à salvação e outros para a danação nega à humanidade a dignidade com que sua razão a dotou.

A civilização clássica como modelo. Havendo, de maneira geral, rejeitado os pronunciamentos morais do cristianismo organizado como inspiração para a vida reta, os filósofos do Iluminismo procuraram orientação na história das civilizações clássicas da Grécia e de Roma. Ao tornarem os gregos e romanos os árbitros do comportamento civilizado, os pensadores do Iluminismo estavam contribuindo para negar ao cristianismo sua pretensão de ser o fato central na história da humanidade. Vasculharam o enorme acervo de sabedoria antiga, buscando preceitos em autores tão diversos quanto Sócrates e Marco Aurélio. Regozijavam-se com aquelas passagens em que os gregos e romanos atacavam a superstição e louvavam a tolerância. No entanto, agiam com extrema seletividade, deixando de levar em conta que a civilização clássica, vista como um todo, era mais inclinada ao irracionalismo e à intolerância que a Europa no século XVIII.

Ênfase nos assuntos e preocupações deste mundo. A substituição de modelos divinos de comportamento por modelos terrenos era parte de um movimento mais amplo, característico do Iluminismo, que acentuava a importância de se compreender rigorosamente o mecanismo deste mundo, ao mesmo tempo em que se descartava, por incognoscível ou inconcebível, a existência de algum mundo celestial vindouro. Viagens a partes distantes do globo, que aumentaram consideravelmente no século XVIII, encorajavam homens e mulheres a estudarem outras civilizações contemporâneas. À medida que observavam os chineses, os persas ou os taitianos, começaram a debater a virtude relativa de vários estilos de vida, muitas vezes elogiando as atitudes dos "nativos" supostamente inferiores – em relação ao sexo e à religião, por exemplo – como sendo superiores às que caracterizavam a Europa ocidental "civilizada". A concentração na vida deste mundo era um reflexo das atitudes exprimidas por Bacon, ao definir o conhecimento "verdadeiro", e por Locke, ao expor sua teoria do conhecimento. A verdade derivava-se do aqui-e-agora, da atividade concreta e prática da existência cotidiana. O conhecimento provinha das experiências do dia-a-dia gravadas na *tabula rasa* da mente individual.

Humanitarismo. Um verdadeiro entendimento do mundo presente podia levar, insistiam os pensadores do Iluminismo, a um mundo melhor no futuro. Seria possível construir uma sociedade melhor assim que os homens e as mulheres aplicassem a razão à tarefa de banir a superstição e a desumanidade. A felicidade era vista como uma meta que podia ser alcançada na terra. Como veremos, essa convicção traduziu-se em programas práticos de reformas que em certa medida contribuíram para eliminar males sociais e melhorar a vida da humanidade.

Voltaire

Embora o Iluminismo derivasse muito de sua inspiração da obra de ingleses, e ainda que fosse um fenômeno da Europa em geral, alcançou o apogeu de sua glória na França, onde suas idéias foram expressas nas obras de um grupo que dava a si próprio o nome de *philosophes*. É indubitável que o principal expoente e propagandista do Iluminismo na França foi François Marie Arouet, que usava o pseudônimo de Voltaire

e que simboliza o Iluminismo como Lutero simboliza a Reforma ou Michelangelo a Renascença italiana. Voltaire nasceu em 1694 e, a despeito de sua constituição delicada, viveu até 1778, onze anos antes de rebentar a Revolução Francesa. Bem cedo mostrou gosto por escrever obras satíricas e envolveu-se em numerosas questões por ter ridicularizado nobres e funcionários pomposos. Em conseqüência de um de seus panfletos foi encarcerado na Bastilha e depois exilado na Inglaterra. Ali permaneceu durante três anos, adquirindo profunda admiração pelas instituições britânicas e escrevendo sua primeira obra filosófica, que intitulou *Cartas inglesas*. Nesse livro ele popularizava as idéias de Newton e Locke, aos quais passara a considerar como dois dos maiores gênios que já haviam existido. Na maioria, suas obras posteriores — o *Dicionário filosófico, Cândido*, os contos e muitos dentre os poemas e ensaios — relacionam-se também com a exposição da doutrina de que o mundo é governado por leis naturais e que a razão e a experiência concreta são os únicos guias seguros que os homens e as mulheres podem seguir. Voltaire desprezava o otimismo ingênuo de alguns pensadores do Iluminismo, que ensinavam que os males de cada um fazem o bem de todos e tudo marcha da melhor maneira no melhor dos mundos possíveis. Via, ao contrário, sofrimento, ódio, discórdia e opressão por toda parte. Somente no país utópico do Eldorado, que ele descreveu em seu conto filosófico *Cândido* e que situou em alguma parte da América do Sul, eram concebíveis a liberdade e a paz. Ali não havia padres, processos ou prisões. Os habitantes conviviam sem malícia nem cobiça, adorando a Deus segundo os ditames da razão e resolvendo seus problemas por meio da lógica e da ciência. Mas uma vida tão idílica só era possível por estar essa terra separada dos "assassinos arregimentados da Europa" por montanhas intransponíveis.

Voltaire, por Houdon.

Tolerância religiosa

Voltaire é mais conhecido como um campeão da liberdade individual. Considerava como totalmente bárbaras todas as restrições à liberdade de expressão e opinião. Numa carta a um de seus adversários escreveu essa frase, sempre citada como o mais alto exemplo de tolerância intelectual: "Não concordo com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo". Se havia, porém, uma forma de opressão que Voltaire odiasse acima de todas as outras, era a tirania da religião organizada. Invectivou a monstruosa crueldade da Igreja em torturar e queimar aqueles que se atreviam a pôr em dúvida seus dogmas. Com referência a todo o sistema de ortodoxia perseguidora e privilegiada, adotou como lema a frase *écraser l'infâme* (esmagar a infame). Não era menos violento em seus ataques à tirania política, especialmente quando ela resultava na matança de milhares de criaturas para satisfazer as ambições dos déspotas. "É proibido matar", dizia ele com sarcasmo, "e portanto todos os assassinos são punidos, a menos que o façam em larga escala e ao som de trombetas".

Diderot, D'Alembert e Condorcet

Entre outros filósofos do Iluminismo na França contam-se Denis Diderot (1713-1784), Jean d'Alembert (1717-1783) e o marquês de Condorcet (1743-1794). Diderot e d'Alembert foram os principais componentes de um grupo conhecido como os Enciclopedistas, devido à sua colaboração na *Enciclopédia*, que pretendia ser uma suma completa dos conhecimentos filosóficos e científicos da época. De modo geral, ambos concordavam com o racionalismo e o liberalismo de Voltaire. Diderot, por exemplo, afirmava que "os homens jamais serão

livres enquanto não seja enforcado o último rei com as tripas do último padre". D'Alembert, embora aceitando as tendências racionalistas e individualistas do Iluminismo, diferia da maior parte de seus companheiros por defender a difusão das novas doutrinas entre o povo. A atitude geral de seus contemporâneos, sobretudo de Voltaire, era desprezar o homem comum e considerá-lo como um imbecil, sem possibilidade de salvação, dada sua ignorância e grosseria. Para D'Alembert, porém, a única garantia de progresso estava no esclarecimento universal. Sustentava, por isso, que as verdades da razão e da ciência deviam ser ensinadas às massas, na esperança de que um dia o mundo inteiro pudesse libertar-se do obscurantismo e da tirania. Condorcet, que se suicidou durante a Revolução Francesa, acreditava devotamente, como D'Alembert, na teoria do progresso humano. Seu livro *Esboço do progresso do espírito humano*, escrito enquanto ele estava escondido de extremistas revolucionários, discutia a possibilidade de uma melhoria social geral como conseqüência da aplicação da razão aos problemas do mundo. (As doutrinas políticas e econômicas do Iluminismo serão tratadas mais detidamente no capítulo seguinte, sobre a Revolução Francesa.)

O Iluminismo na Alemanha: Lessing

Embora o Iluminismo tenha assumido muito menos importância na Alemanha do que na França ou na Inglaterra, a verdade é que deu origem ali a algumas idéias progressistas. O mais conhecido entre os chefes alemães do movimento é Gotthold Lessing (1729-1781), que foi sobretudo dramaturgo e crítico, mas não deixou de ser também um filósofo de concepções humanas e amplas. A essência de sua filosofia é a tolerância, fundamentada na convicção sincera de que nenhuma religião tem o monopólio da verdade. Em sua peça *Natã, o sábio* expôs a idéia de que a nobreza de caráter não tem relação necessária com os credos teológicos. Em grande parte por esse motivo condenava a adesão a qualquer sistema de dogmas, ensinando que o desenvolvimento de cada uma das grandes religiões do mundo (inclusive o cristianismo) representava simplesmente um passo na evolução espiritual da humanidade.

Hume

Dois outros nomes costumam ser incluídos entre os dos filósofos do Iluminismo: o do escocês David Hume (1712-1778) e o do francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Nenhum dos dois, entretanto, concordava inteiramente com a maioria dos seus contemporâneos. Hume é famoso sobretudo por seu ceticismo. Tal como Hobbes, ensinava que o espírito é um mero feixe de impressões, derivadas exclusivamente dos sentidos e ligadas umas às outras por hábitos de associação. Ou seja, aprendemos pela experiência a associar o calor ao fogo e a alimentação ao pão. Se nunca tivéssemos experimentado concretamente a sensação de calor, nenhuma faculdade raciocinadora de nosso espírito seria capaz de nos levar à conclusão de que o fogo produz calor. Mas a repetição constante do fato de sentirmos geralmente calor quando vemos uma chama gera o hábito de associar as duas coisas em nosso espírito. Impressões e associações são tudo a que se reduz o conhecimento. Como toda idéia no espírito não é senão a cópia de uma impressão sensorial, segue-se que nada podemos saber das causas finais, da natureza das coisas ou da origem do universo. Não podemos ter certeza de nenhuma das conclusões da razão, salvo aquelas que, como os princípios matemáticos, possam ser verificadas pela experiência concreta. Todas as outras são provavelmente produtos dos sentimentos e

dos desejos, de impulsos e temores animais. Em seu desafio às idéias preconcebidas, Hume estava seguindo a linha geral do Iluminismo. No entanto, ao negar a competência da razão, colocava-se quase inteiramente à margem da corrente principal do pensamento contemporâneo.

Do mesmo modo, Rousseau repudiou muitas das pressuposições fundamentais que vinham de Newton e de Locke. Homem infeliz, fracassou em quase todas as atividades a que se dedicou. Pregou sublimes ideais de reforma educacional, mas abandonou os próprios filhos num asilo de enjeitados. Brigava com todo o mundo e deleitava-se com auto-revelações mórbidas. Indubitavelmente, foram essas qualidades de temperamento as principais responsáveis por sua revolta contra as frias doutrinas intelectuais de seus contemporâneos. Afirmava que adorar a razão como guia infalível da conduta e da verdade é como agarrar-se a um caniço quebrado. Nos problemas realmente vitais da existência, é muito mais seguro confiar nos sentimentos, seguir nossos instintos e emoções. Esses são os caminhos da natureza, e por isso levam mais facilmente à felicidade do que as lucubrações artificiais do intelecto. O "homem que pensa é um animal depravado". Entretanto, apesar de seu desprezo pela razão, Rousseau em outros aspectos concordava inteiramente com o ponto de vista do Iluminismo. Exaltou a vida das civilizações primitivas com mais fervor ainda do que qualquer um dos seus companheiros. Compartilhava a aversão do Iluminismo para com toda sorte de restrições à liberdade individual, embora se interessasse muito mais pela liberdade e igualdade das massas do que os outros reformadores de seu tempo. Os dogmas de Rousseau sobre igualdade e soberania do povo, ainda que amiúde mal interpretados, tornaram-se as palavras de ordem dos revolucionários do fim do século XVIII e de milhares de adversários mais moderados do regime vigente. E, como mostrará o capítulo sobre a Revolução Francesa, foi a filosofia política de Rousseau que deu inspiração para o ideal moderno de governo da maioria.

Jean-Jacques Rousseau

Efeitos mais amplos do Iluminismo

Era forçoso que um movimento tão perturbador para a sociedade ocidental como o Iluminismo tivesse fortes efeitos sobre os costumes sociais e os hábitos individuais. Nem todo o progresso social dessa época pode ser relacionado a influências intelectuais; grande parte dele adveio da prosperidade induzida pela Revolução Comercial. Não obstante, o progresso da filosofia e da ciência teve mais que simples efeitos de passagem no sentido de eliminar os preconceitos antigos e construir uma sociedade mais humana.

Humanitarismo

Já mencionamos a influência do Iluminismo em promover a causa da reforma social. Uma expressão característica dessa influência foi a agitação no sentido da revisão dos códigos criminais drásticos e do tratamento mais generoso aos prisioneiros. Com relação a ambos, a necessidade de reforma era urgente. Mesmo para pequenas transgressões da lei, as punições eram excessivamente severas na maioria dos países, e a morte era a pena para o roubo de um cavalo ou um carneiro ou mesmo para o furto de uma quantia ínfima como cinco xelins. Na primeira metade do século XVIII nada menos que sessenta crimes foram acrescentados à lista dos punidos com a pena capital na Inglaterra. O tratamento dispensado aos falidos e aos devedores era também extremamente impiedoso. Surrados e submetidos a uma dieta de fome pelos carcereiros, morriam aos milhares em prisões imundas. Situações como

essas acabaram por despertar a comiseração de reformadores sociais. Entre eles destacou-se Cesare Beccaria (1738-1794), jurista de Milão, que havia sido profundamente influenciado pelas obras dos filósofos racionalistas franceses. Em 1764 ele publicou seu famoso tratado *Dos delitos e das penas*, no qual condenava a teoria comum de que as punições deviam ser as mais severas possíveis a fim de dissuadir criminosos em potencial. Insistindo em que a finalidade dos códigos deveria ser a prevenção do crime e a reforma dos que houvessem seguido o mau caminho, e não a vingança, ele recomendava a abolição da tortura como indigna de nações civilizadas. Da mesma forma condenava a pena capital como contrária aos direitos naturais de seres humanos, uma vez que não pode ser revogada em caso de erro judiciário. O livro de Beccaria provocou sensação. Foi traduzido para uma dúzia de línguas e estimulou esforços para melhoria das condições em muitos países. Ao fim do século XVIII algum progresso fora obtido na redução das penas, em eliminar a punição aos devedores e em fornecer trabalho e melhor alimentação aos presos.

Anti-escravagismo

O espírito humanitário do Iluminismo encontrou expressão também em outras direções. Vários de seus cientistas e filósofos denunciaram os males da escravidão. Um número maior condenou o tráfico de escravos. Os esforços de intelectuais com relação a isso foram secundados pelos líderes de certos grupos religiosos, sobretudo pelos *quakers*, nos Estados Unidos. O pacifismo era outro ideal de muitos pensadores do Iluminismo. As investidas de Voltaire contra a guerra não foram de modo algum o único exemplo desses sentimentos. Rousseau atacou como ilógicas as tentativas de traçar distinção entre guerras justas e injustas. Das penas de outros *philosophes* emanaram vários planos engenhosos para garantir a paz perpétua, inclusive um, elaborado por um francês, o Abbé de Saint-Pierre (1658-1743) para que uma liga de nações empreendesse ação conjunta contra agressores.

Rejeição das idéias do Iluminismo

Por influentes que fossem, as idéias do Iluminismo não exerciam um efeito universal, nem todos que as encontravam julgavam-nas persuasivas. A revolução intelectual que estivemos descrevendo ocorreu numa sociedade cujos membros eram, na maioria, analfabetos e, como vimos, profundamente supersticiosos. Quando o cometa de Halley, que tem o nome do astrônomo inglês Edmund Halley, fez sua aparição em 1682, a imaginação popular tomou-o como augúrio de cataclismo iminente, da mesma forma como interpretou o devastador terremoto de Lisboa em 1755 como sinal de insatisfação divina. Homens e mulheres, letrados ou não, achavam extremamente difícil abandonar a idéia tranqüilizante de que a humanidade e suas ações eram o centro sobre o qual edificava-se o mundo. Continuavam a acreditar, a despeito do que lhes dissessem os filósofos, que Deus estava interessado no destino de cada um deles, e que suas súplicas lhes trariam o alívio e o amparo que procuravam. Os ignorantes ainda recorriam a todo o arsenal da demonologia e mitologia do folclore medieval. Os mais informados, descontentes com a tenuidade teológica e espiritual do deísmo ou, com efeito, das ortodoxias praticadas convencionalmente, recorriam a um evangelismo cujas crenças eram a antítese da racionalidade do Iluminismo. Os quietistas, que tinham sua maior força na França, sustentavam que Deus lhes falava diretamente da salvação. Negavam a necessidade de uma religião institucionalizada, mas por motivos diferentes daqueles dos deístas. Os janse-

nistas, outra seita francesa, reviveram a crença na predestinação. E, na Inglaterra, John Wesley (1703-1791), o fundador do metodismo, organizou a partir de meados do século assembléias que reuniam milhares de pessoas, e nas quais pregava a salvação para homens e mulheres através da fé no amor divino.

O impacto do Iluminismo

Ainda assim, apesar das ressalvas necessárias, o impacto do Iluminismo foi profundo, tanto sobre indivíduos como sobre a sociedade em geral. Aqueles que liam e aceitavam suas doutrinas e descobertas viam alterar-se vastamente a percepção que tinham de si mesmos e do universo. O racionalismo do Iluminismo sem dúvida prestou sua contribuição para melhorar a condição humana. E sua insistência em uma ordem social controlada pela lei natural e governada de acordo com as experiências práticas deste mundo acabou tornando-se instrumento para pôr fim aos vestígios que ainda restavam do feudalismo e dos monopólios do privilégio.

4. A CIÊNCIA E A REVOLUÇÃO INTELECTUAL

O prestígio da ciência

A revolução intelectual celebrou o triunfo não só da razão como também da ciência. Antes do século XVII, os cientistas trabalhavam isolados uns dos outros e em oposição a uma atitude que se inclinava a olhar seu trabalho como suspeito, senão como clara blasfêmia. Contudo, a partir de meados do século XVII, a ciência tornou-se uma atividade internacional, estimulada por aquela disposição, que já apontamos, de desafiar as idéias estabelecidas, e apoiada pelos governos, tão ansiosos quanto os próprios cientistas, de dar uso prático às novas descobertas. A Real Sociedade de Londres, fundada em 1662 com o rei Carlos II como seu patrono, e a Academia Francesa de Ciências, fundada quatro anos depois, estimularam a publicação de tratados científicos e o intercâmbio de conhecimentos. A ciência deixara de ser vista como um campo esotérico de investigação, apartado da vida cotidiana. Ao invés disso, era bem-vinda, pela simples razão de estarem sendo suas descobertas de grande valor para a humanidade. Os próprios cientistas esforçavam-se por aplicar suas pesquisas às necessidades da sociedade. Newton, por exemplo, criou uma série de tábuas para navegação, por meio das quais podiam ser previstas com exatidão as sucessivas posições da lua entre as estrelas. E inventou o sextante, para medir essas posições e assim determinar a latitude e a longitude.

Eletricidade

Durante esse período foram feitos alguns progressos no tocante à compreensão dos fenômenos elétricos. No começo do século XVII o inglês William Gilbert (1540-1603) descobriu as propriedades do ímã e introduziu na língua a palavra "eletricidade".[2] Outros cientistas logo se interessaram pelo assunto e resultados sensacionais foram previstos para os experimentos feitos com o maravilhoso "fluido". Um douto jesuíta chegou a prever que duas pessoas poderiam comunicar-se à distância por meio de agulhas magnéticas que apontassem simultaneamente para letras idênticas do alfabeto. No fim do século XVIII, Alessandro Volta

[2] "Elétrico" vem da palavra grega que significa âmbar. Gilbert e outros haviam observado que o âmbar friccionado com uma pele de animal atrai pedacinhos de papel, cabelos, palhas e vários outros objetos pequenos.

(1745-1827) construiu a primeira pilha. Outro feito de importância no campo da física elétrica foi a invenção, em 1746, da garrafa de Leyde para armazenar energia elétrica. Foi principalmente com base nessa invenção que o norte-americano Benjamin Franklin (1706-1790) pôde demonstrar que o raio e a eletricidade são idênticos. Em sua famosa experiência com o papagaio de papel, em 1752, ele conseguiu carregar uma garrafa de Leyde com a eletricidade atmosférica.

Química: Boyle

Quase tão espetacular quanto o progresso da física foi o desenvolvimento da química. Se algum cientista pode ser considerado o fundador da química moderna, esse título cabe a Robert Boyle (1627-1691). Filho de um nobre irlandês, Boyle tornou-se célebre em 1661 com a publicação de sua obra *O químico cético, ou Dúvidas e paradoxos químico-físicos*. Refutava nesse livro as teorias dos alquimistas, contribuindo assim para transformar a química numa ciência pura. Além disso, Boyle estabeleceu a distinção entre uma mistura e um composto, aprendeu muita coisa sobre a natureza do fósforo, extraiu álcool da madeira, sugeriu a idéia dos elementos químicos e reviveu a teoria atômica. Nenhum cientista antes dele havia antecipado de forma tão notável os conhecimentos da química moderna.

Cavendish e Priestley

A despeito dos trabalhos de Boyle, quase cem anos se passaram sem que a química fizesse novos progressos. A razão disso residiu, em parte, na ampla aceitação de idéias errôneas no tocante a assuntos como o calor, a chama, o ar e a combustão. O mais comum desses erros era a chamada teoria flogística. A teoria baseava-se na idéia de que o flogisto era a substância do fogo — ou seja, supunha-se que um objeto emitisse flogisto ao arder. Dizia-se que as cinzas restantes eram o "verdadeiro" material. Na segunda metade do século XVIII ocorreram descobertas importantes que destruíram por fim essa teoria e abriram caminho para a interpretação exata de algumas das reações químicas mais familiares. Em 1766, Henry Cavendish comunicou ter descoberto um novo tipo de gás, obtido mediante o tratamento do ferro, do zinco e de outros metais pelo ácido sulfúrico. Cavendish mostrou que esse gás, atualmente conhecido como hidrogênio, não podia por si mesmo alimentar a combustão, e contudo era rapidamente consumido pela chama em contato com o ar. Em 1774 o oxigênio foi descoberto por outro inglês, o ministro unitário Joseph Priestley. Verificou ele que uma vela queimava com extraordinário vigor quando colocada dentro do novo gás — o que indicava claramente que a combustão não era determinada por qualquer princípio misterioso inerente à própria chama. Alguns anos após essa descoberta, Cavendish demonstrou que o ar e a água, considerados desde a antigüidade como elementos, são respectivamente uma mistura e um composto, sendo o primeiro formado principalmente de oxigênio e nitrogênio e a segunda, de oxigênio e hidrogênio.

Lavoisier

O golpe final na teoria flogística foi desferido pelo francês Antoine Lavoisier (1743-1794), um dos maiores dentre todos os cientistas da revolução intelectual, e que mais tarde perderia a vida durante a Revolução Francesa. Lavoisier provou que tanto a combustão como a respiração envolvem oxidação, sendo a primeira rápida e a segunda lenta. Deu nome ao oxigênio e ao hidrogênio, demonstrou que o diamante é uma forma de carbono e afirmou ser a própria vida, em essência, um processo químico. Mas seu maior feito, sem dúvida, foi a descoberta da lei da conservação da massa. Encontrou prova de que

"embora a matéria possa mudar de estado numa série de reações químicas sua quantidade não se altera, conservando-se a mesma no fim quanto no começo de cada operação, o que se pode verificar por meio de pesagens". Essa "lei" foi, naturalmente, modificada por descobertas posteriores relativas à estrutura do átomo e à conversão de algumas formas de matéria em energia. Não será exagero, no entanto, dizer que em conseqüência do gênio de Lavoisier a química se tornou uma verdadeira ciência.

Biologia

Apesar de terem sido as ciências físicas as que mais atenção receberam durante a revolução intelectual, as ciências biológicas não foram de modo algum descuradas. Um dos maiores biólogos seiscentistas foi o inglês Robert Hooke (1651-1703), o primeiro homem a ver e descrever a estrutura celular das plantas. Esse feito foi seguido em breve pelo trabalho de Marcello Malpighi (1628-1694), que demonstrou a sexualidade das plantas e comparou a função das folhas com a dos pulmões dos animais. Mais ou menos na mesma época um negociante e cientista amador holandês, Anton van Leeuwenhoek (1632-1723) descobriu os protozoários e as bactérias e fez a primeira descrição do espermatozóide humano. O século XVII também assinalou alguns progressos na embriologia. Por volta de 1670 um médico holandês, Jan Swammerdam (1637-1680) descreveu minuciosamente a história natural de certos insetos, desde o estado de larva até a maturidade e comparou a transformação do girino em rã ao desenvolvimento do embrião humano.

A classificação de Lineu

Sob muitos aspectos, o fim do século XVII pareceu marcar o declínio da originalidade nas ciências que tratam dos seres vivos. Durante os cem anos seguintes, os biólogos tenderam cada vez mais a concentrar seus esforços na descrição e classificação dos conhecimentos já adquiridos. O mais brilhante dos classificadores biológicos foi o cientista sueco Carl von Linné (1707-1778), mais comumente conhecido por seu nome latinizado de Lineu. Em suas obras *O sistema da natureza* e *Filosofia botânica*, Lineu dividiu todos os seres naturais em três reinos: mineral, animal e vegetal. Cada um desses reinos foi por ele subdividido em classes, gêneros e espécies. Inventou o sistema de nomenclatura biológica ainda em uso, o qual designa cada animal ou planta por dois nomes científicos, o primeiro dos quais denota o gênero e o segundo, a espécie. Desse modo chamou ao homem *Homo sapiens*. Sua classificação foi amplamente adotada, mesmo em sua própria época.

Buffon

O segundo grande gênio da biologia descritiva no século XVIII foi o francês Georges Buffon (1707-1788). Sua obra *História natural*, em 44 volumes, embora pretendendo ser praticamente uma suma geral de toda a ciência, tratava sobretudo do homem e de outros vertebrados. Embora grande parte do material dessa obra fosse extraída do trabalho de outros cientistas e ou de narrativas de viajantes, o autor revelava habilidade para dispor ordenadamente um vasto conjunto de conhecimentos e enriquecê-los com suas próprias interpretações. Buffon reconheceu a estreita relação entre o homem e os animais superiores. Posto que nunca se tenha disposto a aceitar todas as conseqüências de uma teoria que ligava a evolução do homem diretamente à de outros animais, não deixou de sentir-se fortemente impressionado com as extraordinárias semelhanças entre todas as espécies superiores. Admitiu a possibilidade de que todo o conjunto das formas orgânicas descendesse de uma única espécie.

Medicina

Apesar dos notáveis avanços científicos dos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento da fisiologia e da medicina progrediu vagarosamente nesse período, e por várias razões. Uma delas foi o preparo insuficiente dos médicos, muitos dos quais haviam começado sua carreira profissional quase sem outro adestramento além de uma espécie de aprendizado sob a orientação de um clínico mais velho. Outra foi o descrédito geral de que era alvo a cirurgia, tida como mero ofício, como o do barbeiro ou do ferreiro. Talvez o mais sério de todos os obstáculos fosse o preconceito contra a dissecação de cadáveres para o estudo da anatomia. Ainda em 1750 as escolas de medicina onde se praticava a dissecação corriam o risco de destruição por multidões iradas. A despeito desses obstáculos, sempre era possível algum avanço. Por volta de 1680, Malpighi e Leeuwenhoek confirmaram a famosa descoberta do inglês William Harvey, observando diretamente o fluxo do sangue através da rede de capilares que ligam as artérias e as veias. Mais ou menos na mesma época, Thomas Sydenham, eminente médico de Londres propôs uma nova teoria da febre como um processo natural para expelir matérias mórbidas do organismo.

Inoculação

Durante o século XVIII os progressos da medicina foram um tanto mais rápidos. Entre as conquistas mais notáveis figuram a descoberta da pressão sangüínea, o início da histologia ou anatomia microscópica, o desenvolvimento da autópsia como auxiliar no estudo das moléstias e a identificação da escarlatina como uma doença diferente da varíola e do sarampo. Mas os grandes marcos do progresso da medicina nesse período foram a adoção da inoculação e o desenvolvimento da vacinação contra a varíola. O conhecimento da inoculação originou-se no Oriente Próximo, onde vinha sendo empregado havia muito pelos muçulmanos. A notícia sobre essa prática foi transmitida à Inglaterra em 1717 pelas cartas de Lady Montagu, esposa do embaixador britânico na Turquia. No entanto, a primeira aplicação sistemática do processo no mundo ocidental deveu-se aos esforços dos líderes puritanos Cotton e Increase Mather, que imploraram aos médicos de Boston que inoculassem seus pacientes, na esperança de sustar uma epidemia de varíola que se manifestara em 1721. Em meados do século a inoculação passara a ser empregada em grande escala pelos médicos da Europa e dos Estados Unidos. Em 1796 o inglês Edward Jenner descobriu um método mais brando de vacinação. Verificou-se então ser desnecessária a inoculação direta de seres humanos com o vírus mortífero da varíola: uma vacina fabricada no corpo de um animal podia ser tão eficaz quanto ela e tinha muito menos probabilidade de acarretar resultados desastrosos. As vastas possibilidades assim abertas para a eliminação das doenças contagiosas pareceram confirmar a convicção do Iluminismo quanto à capacidade do homem para fazer as leis da natureza atuar no sentido de melhorar a condição humana.

5. CLASSICISMO NA ARTE E NA LITERATURA

Modelos clássicos

A história da arte e da literatura européias nos séculos XVII e XVIII reflete o respeito pelo mundo clássico que apontamos como uma característica particular do Iluminismo. Artistas e escritores esforçavam-se por imitar os modelos clássicos. Escolhiam títulos e temas

clássicos para suas obras e as embelezavam sempre que possível com alusões à mitologia antiga. Deplorando a destruição da civilização antiga pelos "bárbaros cristãos", não conseguiam ver grande valor nas realizações culturais dos séculos posteriores. Desprezavam em particular o que chamavam de "Idade Média", uma longa noite de ignorância e barbarismo que se estendia entre o período clássico e aquele em que viviam. A maior parte deles teria concordado com a frase de Rousseau, segundo a qual as catedrais góticas "eram uma vergonha para os que tiveram a paciência de construí-las".

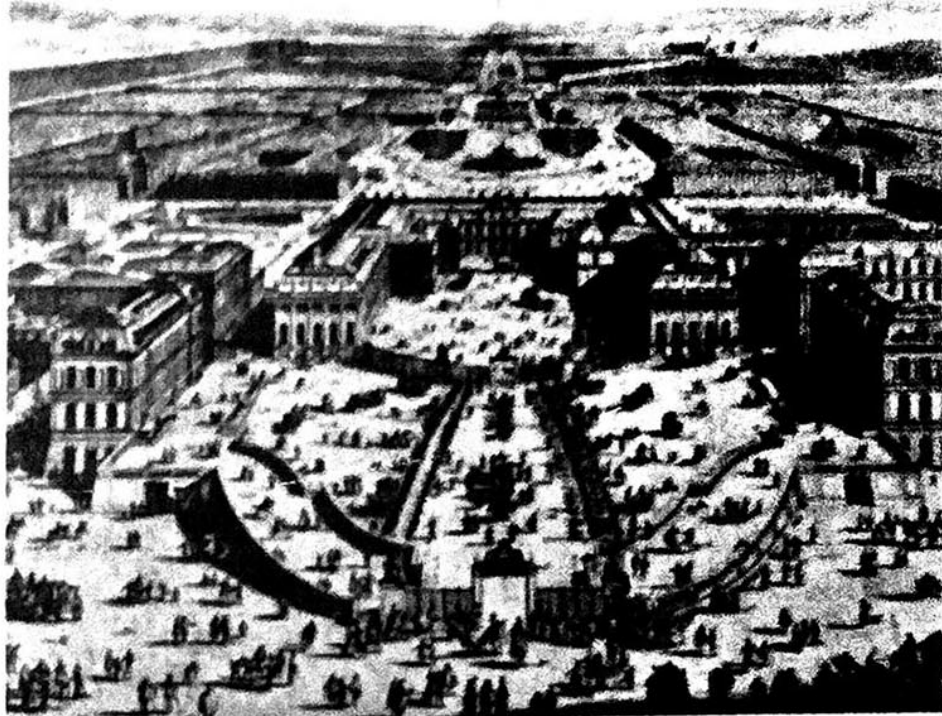
O estilo barroco

Essas atitudes eram uma herança dos humanistas da Renascença. No entanto, o classicismo dos séculos XVII e XVIII não era uma simples cópia do que fora defendido por artistas e escritores anteriores. Da forma como adotado por arquitetos, pintores e escultores, o classicismo emergiu, em novas formas, como o estilo barroco, desenvolvido originariamente como parte da Reforma Católica de fins do século XVI. Os templos eram edificados de modo a inspirar reverência e respeito renovados pela Igreja de Roma. Elementos clássicos como colunas, cúpulas e representações escultóricas eram combinados de maneira a expressar tanto uma inquietude agressiva quanto um extraordinário poder. Os resultados disso são claramente visíveis numa estrutura como as colunatas de Giovanni Lorenzo Bernini (1598-1680) na basílica de São Pedro em Roma. O inglês Christopher Wren (1632-1723), que figura ao lado de Bernini entre os mais talentosos arquitetos barrocos, empregou o mesmo estilo em seu projeto da catedral de São Paulo na protestante Londres; trata-se de um "discurso" arquitetônico cuja grandeza desafia a autoridade reivindicada pelo catolicismo romano.

O barroco real

O estilo barroco foi logo adotado pelos monarcas absolutistas da Europa seiscentista para simbolizar-lhes o poder e a magnificência. O palácio de Luís XIV em Versalhes constitui sem dúvida o exemplo supremo de arquitetura barroca secular. Juntos, edifícios e parques, representam uma notável expressão da formalidade e hierarquia do estado autocrático, bem como do poder investido na pessoa do monarca. Outros governantes europeus encomendaram residências régias no estilo de Versalhes: Pedro o Grande, por exemplo, fez construir o

Catedral de São Pedro, Roma. As colunatas circulares, desenhadas por Bernini e iniciadas em 1656, expressam o esplendor dramático que era característico da arquitetura barroca.

O Palácio de Versalhes. Espetacularmente ampliado por Luís XIV em 1660, de um pavilhão de caça para a principal residência real e sede do governo, o castelo tornou-se o padrão da secular arquitetura barroca e um monumento ao poder internacional e ao prestígio do Grande Monarca.

Peterhof em sua capital, São Petersburgo; o rei Guilherme da Inglaterra contratou Wren para embelezar o já existente palácio de Hampton Court. Nenhuma dessas estruturas, porém, podia rivalizar com Versalhes, quer em sua grandeza, quer em sua total devoção à harmonia e à proporção que caracterizavam o estilo barroco.

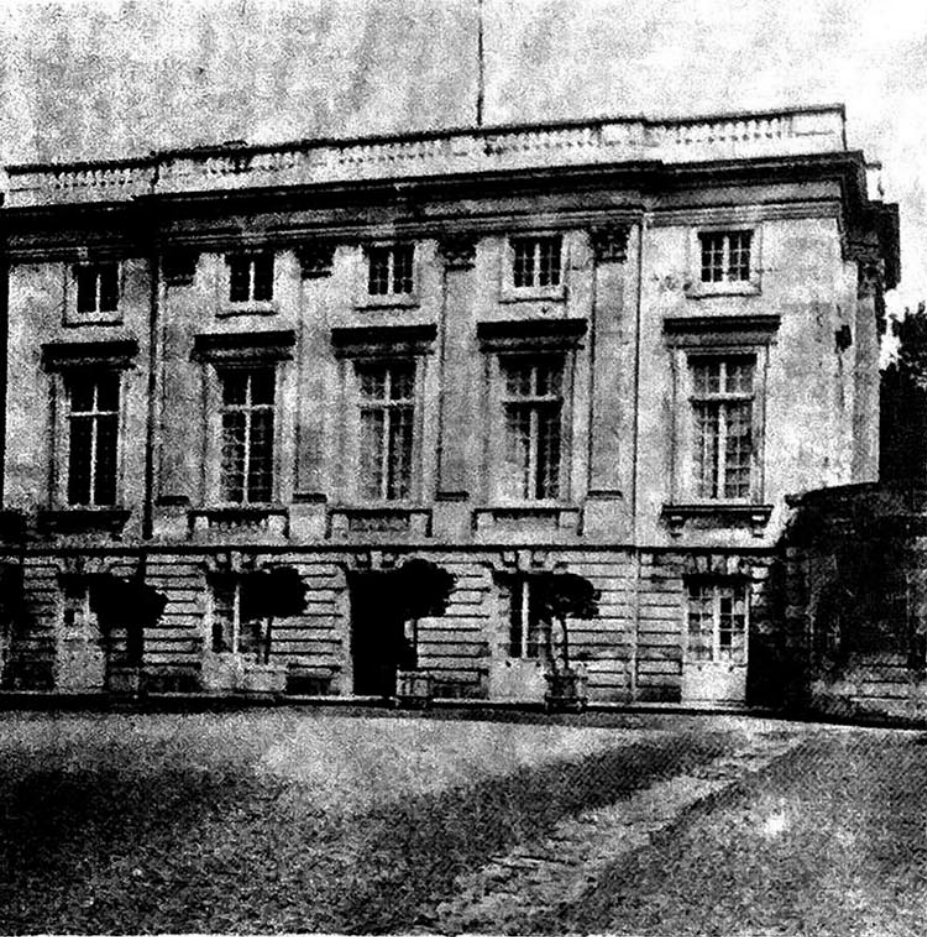
No decorrer do século XVIII o estilo barroco aos poucos cedeu lugar a novas adaptações do estilo clássico. Na Europa continental, o barroco foi suplantado pelo rococó, termo que talvez derive das palavras francesas para rocha e concha (*rocaille* e *coquille*), duas formas naturais empregadas com freqüência na ornamentação rococó, tanto externa como interna. O rococó diferia do barroco em muitos aspectos: era mais leve, menos majestoso; criava uma impressão de graça e refinamento. Ao invés de lutar pelo poder dinástico e por impérios coloniais, grande parte da sociedade européia concentrava agora sua atenção no diletantismo e na elegância da corte de Luís XV, que fixava o padrão para o comportamento entre as classes dominantes do continente. O rococó ao mesmo tempo representou e refletiu essa mudança de foco. Exemplos familiares do novo estilo são o Petit Trianon, pequeno palácio construído nos parques de Versalhes, que, por sua vez, havia sido projetado como residência de lazer do rei, e o palácio de Sana Souci, em Potsdam, construído por Frederico o Grande.

Rococó

Na Inglaterra, a reação ao barroco assumiu a forma de retorno ao classicismo mais severo da Renascença, adaptado dos riscos do arquiteto italiano Andrea Palladio (1508-1580) e também do seiscentista inglês Inigo Jones. A maioria das imponentes residências campestres edificadas pela nobreza nesse período mostrava fidelidade às equações matemáticas precisas do neo-palladianismo. Nisso refletiam o culto geral do Iluminismo à razão e à ordem.

Palladianismo

A evolução da pintura durante os séculos XVII e XVIII acompanhou de certo modo a da arquitetura. Os maiores pintores na tradição barroca foram os flamengos Peter Paul Rubens (1577-1640), Anthony van Dyck (1599-1641) e o espanhol Diego Velásquez (1599-1660). Entre eles, Rubens foi o gênio sem par. Em obras como *As Parcas fiando* e *Vênus e Adônis*, combinou temas clássicos com a cor suntuosa e a opulência tão do agrado dos ricos burgueses e nobres de seu tempo. A carne rosada e

A pintura barroca

O Petit Trianon, Versalhes. Acrescentada como um refúgio real nos jardins de Versalhes por Luís XV, esta estrutura expressa a refinada elegância que caracterizou a arquitetura rococó.

as formas arredondadas de seus exuberantes nus estão em perfeita consonância com a vitalidade robusta da época. Tanto Rubens quanto seu dotado discípulo, Van Dyck, são célebres por seus retratos de governantes e nobres, que dão pleno realce aos aparatosos detalhes do vestuário elegante e aos magníficos acessórios de fundo. Os mais conhecidos retratos de Van Dyck são os dos reis ingleses Jaime I e Carlos I e de suas famílias. Velásquez, o terceiro grande artista da tradição barroca, foi o pintor da corte de Filipe IV da Espanha. Grande parte de sua obra consiste em representações de cabeças reais, banhadas por uma luz suave e prateada, mas vazias de significado ou de expressão emocional – um testemunho, quem sabe, do poder declinante do império espanhol.

Rembrandt

Todos os pintores até agora mencionados foram, de certo modo, expoentes da influência clássica. Houve outros, porém, tanto no século XVII como no XVIII, que não se deixaram agrilhoar pelas convenções artísticas dominantes. O mais notável dentre eles foi Rembrandt van Rijn (1606-1669), hoje universalmente aclamado como um dos maiores pintores de todos os tempos. Filho de um moleiro abastado de Leyde, Rembrandt pôde começar bem jovem sua educação artística. Sob a orientação de uma série de mestres de sua pátria, aprendeu a técnica do colorido sutil e da representação hábil dos fenômenos naturais. Famoso aos 25 anos de idade, mais tarde enfrentou dias penosos, devido principalmente a maus investimentos e à incompreensão com que suas obras mais profundas foram recebidas pela crítica. Em 1656 foi despojado pelos credores de tudo que possuía e expulso de sua própria casa. Esses reveses parecem ter servido principalmente para alargar-lhe e aprofundar-lhe a filosofia, pois no mesmo ano Rembrandt produziu algumas de suas maiores obras. Como pintor, ele sobrepujou todos os demais membros da escola holandesa e merece ser equiparado aos grandes membros da alta Renascença italiana, como Ticiano e Leonardo. Nenhum outro artista teve uma compreensão mais aguda dos

problemas e provações da natureza humana ou mais intensa percepção dos mistérios da vida. Seus retratos, inclusive os auto-retratos, estão impregnados de uma atmosfera introspectiva e da sugestão de que nem tudo foi expresso. Rembrandt afastou-se dos temas da mitologia clássica, preferindo pintar rabinos solenes, mendigos esfarrapados e cenas do Velho e do Novo Testamento, ricas de dramaticidade e de interesse humano. Entre suas obras mais conhecidas contam-se *O bom samaritano, A mulher adúltera, As bodas de Sansão* e *A ronda noturna.*

Literatura clássica

A história da literatura dos séculos XVII e XVIII revela tendências bastante semelhantes às das artes visuais. O ideal literário predominante era o classicismo, que em geral significava não só a imitação deliberada das formas clássicas mas também uma ardente devoção pela razão como filosofia de vida. Embora o classicismo não se tenha limitado a um único país, seu principal centro foi a França. O mais célebre membro do grupo francês de poetas e dramaturgos foi Jean-Baptiste Poquelin (1622-1673), muito mais conhecido pelo seu pseudônimo de Molière. Menos respeitador do formalismo antigo que seus companheiros, foi o mais original dos comediógrafos franceses. Poucos críticos da natureza humana foram mais penetrantes que ele. "A missão da comédia", disse ele certa vez, "é representar em geral todos os defeitos dos homens, e em particular os dos homens de nosso tempo". A fraqueza humana que ele mais gostava de ridicularizar era a pretensão, como fez com tanto brilho em peças como *Tartufo*. No entanto, com toda sua propensão para a sátira, Molière sentia certa piedade diante dos infortúnios humanos. Em algumas de suas peças a simpatia e até a melancolia dão as mãos à finura de espírito e ao sarcasmo arrogante. Seu gênio tinha, talvez, amplidão maior que o de qualquer outro dramaturgo desde Shakespeare. Dois teatrólogos franceses cujos trabalhos refletiram mais

Vênus e Adônis, de Peter Paul Rubens. Rubens pintava temas clássicos com freqüência, concebia-os em grande escala e os executava com vigor impetuoso.

Aristóteles contemplando o busto de Homero, de Rembrandt. Um belo exemplo da obsessão de Rembrandt por efeitos de luz e sombra como meios de expressão.

diretamente a tradição clássica foram Pierre Corneille (1606-1684) e Jean Racine (1639-1699). Ambos utilizaram como temas os heróis e heroínas da literatura e da história antigas – Medéia, Pompeu e Fedra, por exemplo; e ambos escolheram como modelos literários os poetas e dramaturgos da Grécia e Roma clássicas.

Milton

A Inglaterra seiscentista também produziu escritores no estilo clássico. O maior deles foi o renomado poeta puritano John Milton (1608-1674). Principal filósofo da Commonwealth de Cromwell, Milton escreveu a defesa oficial da decapitação de Carlos I. Quase todas suas obras adotam a fraseologia rica e majestosa da tradição clássica, enquanto muitos de seus trabalhos menores versam sobre temas da mitologia grega. Milton, porém, era tão puritano quanto classicista. Nunca pôde desfazer-se da idéia de que a essência da beleza é a moralidade. Sua maior obra, o *Paraíso perdido*, é uma síntese das crenças religiosas da época em que viveu, uma epopéia majestosa da fé protestante. A despeito do fato de Milton ser um puritano, suas concepções refletiam idéias características da revolução intelectual. Os principais temas do *Paraíso perdido* são a responsabilidade moral do indivíduo e a importância do conhecimento como instrumento de virtude. O paraíso é repetidamente perdido na vida humana, na medida em que homens e mulheres permitem à paixão triunfar sobre a razão, determinando o rumo de suas ações.

Literatura inglesa no século XVIII

O classicismo na literatura inglesa atingiu o zênite no século XVIII com a poesia de Alexander Pope (1688-1744). Pope foi um grande expoente em verso das doutrinas mecanicistas e deístas do Iluminismo. Em trabalhos poéticos como *Ensaio sobre o homem* e *Ensaio sobre a crítica*, expõe a opinião de que a natureza é governada por leis inflexíveis e de que os homens e mulheres devem estudar e seguir a natureza se quiserem introduzir um pouco de ordem nos assuntos humanos. Outros escritores ingleses, contudo, afastaram-se dos modelos clássicos para descrever, denunciar e louvar a sociedade de sua época. Jonathan Swift (1667-1745), Daniel Defoe (1660-1737) e Henry Fielding (1707-1754) usaram como tema a natureza humana como ela se manifestava na vida de seus contemporâneos. Em *Viagens de Gulliver*, Swift

ridicularizou as pretensões humanas e as realidades políticas de sua época, contrastando-as com as concepções de uma série de raças míticas. Defoe, em *Robinson Crusoé*, narrativa da sobrevivência de um homem numa ilha deserta, exaltou o engenho prático e defendeu a subjugação dos povos indígenas por europeus. Fielding, em *Tom Jones*, o primeiro romance moderno – e um dos maiores de todos os tempos – declarou que os homens e mulheres, para serem representados corretamente, deviam ser descritos não como heróis e heroínas de uma virtude impossível, mas simplesmente como pessoas verdadeiras, responsáveis por suas ações.

6. A MÚSICA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

A ópera italiana

O século XVII assistiu a uma mudança substancial na forma da estrutura e da composição musical, mudança essa que refletia modificações em outras áreas do mundo intelectual. Como já observamos antes, o fim do século XVI assinalara a culminação de uma longa era de música coral e polifônica. Quase de imediato, porém, instalou-se uma reação, tão poderosa que o estilo polifônico tornou-se obsoleto apenas vinte e cinco anos depois da morte de seu mais talentoso e avançado representante, Palestrina, em 1594. Um novo ideal, o de uma voz solista acompanhada por um dentre vários instrumentos musicais, varreu a Itália dentro de um período notavelmente curto, e passou a ser conhecido como monodia. Um dos principais motivos para essa mudança foi a crescente e caracteristicamente barroca insistência no dramático, bem como a percepção, por parte dos compositores italianos, de que os sentimentos intensos de uma pessoa não podem ser exprimidos adequadamente por um coro de muitas vozes. Os mesmos impulsos que produziram a arquitetura de Bernini e as pinturas de Rubens levaram à criação da ópera, que alcançou sua primeira manifestação poderosa em *Orfeu* (1607), do italiano Claudio Monteverdi (1567-1643), a personalidade musical dominante na primeira metade do século XVII. Dentro de uma geração, executavam-se óperas nas cidades mais importantes da Itália; em 1736 Veneza gabava-se de ter um teatro de ópera para cada paróquia. Montada em meio a cenários magníficos, e lançando mão dos talentos de cantores, músicos, poetas, dramaturgos e do regente – o senhor de todo esse aparato –, a ópera expressava tão bem quanto qualquer forma de arte a dedicação do barroco à grandiosidade, à complexidade e à ostentação.

O concerto

No mesmo período, a tradição instrumental da Renascença começou a produzir obras para órgão, cravo e para os vários instrumentos de cordas e de sopro. No terço final do século, a música instrumental criou o concerto, que, juntamente com a ópera, foi uma das maiores realizações estilísticas do barroco italiano. Tanto aquele como esta em breve se disseminaram além dos Alpes. Embora o século XVII se preocupasse com experiências musicais, criou uma síntese expressiva sobre a qual a primeira metade do século XVIII pôde edificar as grandes realizações finais da música do período final do barroco.

Bach e Handel

A fase final do barroquismo culminou com dois gigantes: Johann Sebastian Bach (1685-1750) e George Frederick Händel (1685-1759). Embora fossem ambos da Saxônia, Bach tornou-se o símbolo do gênio

musical alemão, ao passo que Händel, que viveu quase meio século em Londres e se fez súdito britânico, sintetizou um estilo nacional inglês. Bach combinava uma imaginação ilimitada e um imenso intelecto com poderes heróicos de disciplina e uma ânsia insopitável de trabalho. Através do estudo constante, durante toda a vida, tornou-se mestre da maioria dos tipos e estilos de música, desde pequenas peças de dança até gigantescas obras corais. Como músico de igreja, seu dever era compor peças novas para elaborados cultos aos domingos e feriados. Por isso, a maior parte de sua obra consiste em cantatas (mais de 200 sobrevivem), oratórios, paixões e missas. A música que compôs para os Evangelhos de São João e São Mateus representa o auge insuperável desse gênero. No entanto, fundamentalmente Bach era um compositor instrumental, criador de obras imponentes para órgão e cravo, bem como de vigorosos concertos e sonatas para várias combinações de instrumentos, além de suítes orquestrais. Bach havia-se embebido do protestantismo alemão de uma maneira que o torna, em certo sentido, pouco característico do Iluminismo, um movimento em geral anti-religioso. No entanto, ninguém que haja escutado sua música ou estudado suas partituras pode negar a extensão em que reflete a atenção à ordem racional e à harmonia matemática que estavam no âmago da revolução intelectual.

Johann Sebastian Bach

Händel era a completa antítese de seu conterrâneo. Depois de passar quatro anos na Itália, absorveu completamente as técnicas e os estilos de composição italianos, radicando-se depois na Inglaterra, onde durante anos dirigiu uma companhia de ópera que não produzia outra coisa além de óperas italianas, na maioria compostas por ele próprio. Entretanto, a ópera ao estilo italiano não era do agrado da classe média inglesa, e depois de décadas dedicadas a compor e produzir dezenas de óperas, Händel percebeu que deveria voltar-se para alguma coisa mais condizente com o gosto inglês. Encontrou o que procurava no "oratório", um drama musical destinado a ser executado em forma de concerto. Com exceção do *Messias*, o mais famoso de seus oratórios, essas obras não tinham caráter religioso, embora extraísse seus temas do Velho Testamento. Indubitavelmente, um dos motivos para o sucesso de Handel em sua pátria adotiva foi o fato de se poder dizer que seus oratórios viris e heróicos simbolizavam o povo inglês, o orgulho por suas instituições e a realização de sua grandeza nacional.

A música clássica

Depois de meados do século XVIII, o centro do mundo musical deslocou-se para Viena, onde um grupo de compositores extremamente talentosos realizou uma extraordinária síntese estilística, conciliando a gravidade barroca, o encanto rococó e a excitação pré-romântica na forma que foi depois rotulada de clássica. Christoph Willibald von Gluck (1714-1787) reformou a ópera "séria", então em declínio, dando-lhe o cunho de um drama nobre que traz à mente o tom da antigüidade clássica. A atração pela ópera cômica italiana, a *opera buffa*, forçou uma fusão com a ópera séria, e essa fusão atingiu o ponto culminante nas óperas de Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1781), ao passo que a música de câmara e orquestral alcançou um novo nível formal e expressivo sob a liderança de Joseph Haydn (1732-1809).

Mozart

O século XVIII estava cheio de música, porém sua organização social obstava seriamente o trabalho do artista criador. Händel, que dirigia sua própria companhia e que deixou um espólio respeitável, constituiu exceção à regra geral. Na maioria dos casos, se um compositor ou

músico não era empregado por uma corte, uma casa nobre, uma igreja ou uma municipalidade, ou se não fosse um virtuose de fama internacional ou ainda um professor renomado, corria o risco de ser esmagado no esforço de ganhar a vida. Mozart foi um dos primeiros a renunciar à segurança de um emprego como "lacaio musical" e tentar a livre economia artística da metrópole. Enquanto menino-prodígio era adorado e admirado, mas quando deixou o emprego do arcebispo de Salzburgo para aventurar-se como artista autônomo em Viena, foi com enorme dificuldade que conseguiu manter-se. Embora os últimos dez anos de sua vida se passassem num ritmo de intensa produtividade, era obrigado a levar uma existência das mais parcimoniosas. Problemas financeiros o afligiram até morrer, aos 35 anos de idade.

As óperas de Mozart

Ao avaliarmos a música da época clássica, cumpre não esquecer que, apesar de suas esplêndidas sonatas e sinfonias, seu núcleo estilístico ainda era constituído pela música dramática da ópera. Mozart utilizou a forma operística para moldar os caracteres, os destinos e os conflitos dos seres humanos de uma maneira que levou também as outras formas a se tornarem permanentes. Cada uma das grandes óperas de Mozart – *As bodas do Fígaro, Don Giovanni, A flauta mágica* – proporciona um centro do qual outras formas, como a sonata para piano, o quarteto, o quinteto, o concerto e a sinfonia, foram posteriormente derivadas por seus sucessores.

Haydn era feito de mais duro estofo que Mozart. Seu passado de camponês tornava-o tenaz e obstinado. Se Mozart simbolizava um espírito aristocrático, Haydn era o epítome do plebeu liberado. Era devido às suas personalidades diametralmente opostas que os dois músicos se davam tão bem. Cada um complementava o outro, aprendia com o outro; na verdade, eram amigos. Haydn tinha inteligência aguda e adquiriu seu amplo conhecimento de música mercê do estudo e da experiência incessantes. Sua arte transmite impressões da aldeia e do campo, mas também a elegância da principesca casa austríaca que o protegeu durante muitos anos. São tão numerosas as composições de Haydn que nunca se empreendeu uma edição completa delas. Incluem muitas óperas e missas, oratórios, concertos, mais de oitenta quartetos de cordas e mais de cem sinfonias. Foi Haydn quem estabeleceu firmemente os princípios técnicos e estilísticos da construção sinfônica, criando, com Mozart, o padrão da orquestra sinfônica que permaneceu como a base de toda a futura evolução da música.

A era das revoluções

As vidas de Mozart e Haydn sugerem tanto os avanços como as limitações da revolução que estivemos descrevendo. Suas inovações musicais foram uma parte daquela ampla série de mudanças intelectuais que contribuíram para colocar a Europa na vanguarda do mundo moderno. Entretanto, a dependência de Haydn da proteção aristocrática, assim como a incapacidade de Mozart para viver longe dela, deixam claro que o mundo do Iluminismo continuava a ser um mundo governado pela posição social e pelo privilégio. Somente ao apagar das luzes do século XVIII, com o advento da Revolução Francesa e da Industrial, foi que as idéias da revolução intelectual começaram a desempenhar papel ativo no sentido de alterar, de maneira decisiva, a estrutura das instituições sociais e políticas do Ocidente.

Quinta Parte

AS REVOLUÇÕES FRANCESA E INDUSTRIAL

Os dois acontecimentos que mais profundamente alteraram a forma da civilização ocidental foram a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. É com elas que começa a história "moderna". Todos os principais fatos do século XIX e começos do século XX – a disseminação do liberalismo burguês e o êxito econômico da classe média; o declínio das antigas aristocracias fundiárias; e o desenvolvimento da consciência de classe entre os trabalhadores urbanos – tiveram origem nessas duas revoluções.

Ambas ocorreram mais ou menos ao mesmo tempo e afetaram em grande parte as mesmas pessoas, embora de maneiras e em graus diferentes. Juntas, tiveram como conseqüência a derrubada do absolutismo, do mercantilismo e dos últimos vestígios do regime senhorial. Juntas, produziram a teoria e a prática do individualismo econômico e do liberalismo político. E juntas garantiram o desenvolvimento da consciência de classe e a culminação daquelas tensões entre a classe média e a classe operária que infundiram nova vitalidade à história da Europa depois de 1800.

Cada uma dessas revoluções produziu, naturalmente, resultados peculiares. A Revolução Francesa estimulou o desenvolvimento do nacionalismo e de seu desagradável enteado, o autoritarismo. A Revolução Industrial determinou a criação de uma nova ordem social, urbana. Contudo, a despeito de suas contribuições singulares, as duas revoluções devem ser estudadas conjuntamente e entendidas como as co-progenitoras da história ocidental no século XIX e primórdios do século XX.

	POLÍTICA	CIÊNCIA E INDÚSTRIA
1770		
		Máquina a vapor de James Watt, 1763
		Patente da *spinning jenny*, 1770
	Revolução Americana, 1775-1783	
		Começos do sistema fabril, década de 1780
	Começa a Revolução Francesa, 1789	Lavoisier descobre a indestrutibilidade da matéria, 1789
	Proclamação da república na França, 1792	
	Declaração de Pillnitz, 1792	
	Regime do Terror, 1793-1794	Invenção do descaroçador de algodão, 1793
		Jenner desenvolve a vacina contra a varíola, 1796
	Tratado de Campo Formio, 1797	
	Napoleão, primeiro cônsul da França, 1799	
1800	Tratado de Lunéville, 1801	
	Napoleão é declarado cônsul vitalício, 1802	
	Napoleão coroa-se imperador, 1804	
	Bloqueio Continental, 1806	
	Reformas de Hardenberg e Stein, Prússia, 1808	
	Napoleão invade a Rússia, 1812	
	Congresso de Viena, 1814-1815	
	Batalha de Waterloo, 1815	
	"Massacre de Peterloo", Inglaterra, 1819	
	Congresso de Verona, 1822	Pasteur, 1822-1895
	Doutrina Monroe, 1823	
1825	Revolta "Dezembrista", Rússia, 1825	Primeira ferrovia, Inglaterra, 1825
	Independência da Grécia, 1829	
	Revolução na França, 1830	
	"Jovem Itália", 1831	
	Lei de Reforma de 1832, Inglaterra	
	Abolição da escravatura, colônias britânicas, 1833	
	Reforma de Lei dos Pobres, Inglaterra, 1834	
	Movimento Cartista, Inglaterra, 1838-1848	
	Abolição das Leis do Milho, Inglaterra, 1846	
	Revoluções na Europa, 1848	
	Karl Marx, *Manifesto Comunista*, 1848	
	Segunda República, França, 1848	
	Assembléia de Frankfurt, Alemanha, 1848-1849	
	Reinado de Luís Napoleão, 1851-1870	Grande Exposição, Londres, 1851
		Invenção da máquina de costura, década de 1850

ECONOMIA E SOCIEDADE	ARTES E LETRAS	
Rousseau, *O Contrato social*, 1762		1770
	Beethoven, 1770-1827	
Adam Smith, *A Riqueza das nações*, 1776		
	Kant, *Crítica da razão pura*, 1781	
Jeremy Bentham, *Os Princípios da moral e da legislação*, 1789 Utilitarismo, 1790-1870	Goethe, *Fausto*, 1790-1808 Movimento romântico, 1790-1850	
Tom Paine, *Os Direitos do homem*, 1791-1792		
Malthus, *Ensaio sobre o princípio da população*, 1798	Wordsworth, *Baladas líricas*, 1798	
		1800
	Hegel, *Fenomenologia do espírito*, 1807 Fichte, *Alocuções à nação alemã*, 1808	
Louis Blanc, 1811-1882		
	Goya, *As execuções de 3 de maio*, 1814	
Fundação do Zollverein prussiano, 1818		
		1825
	Balzac, *A Comédia humana*, 1829-1841 Delacroix, *A Liberdade conduzindo o povo*, 1830	
	Realismo na literatura e na arte, 1840-1870	
Engels, *A condição da classe trabalhadora*, 1844		
John Stuart Mill, *Princípios de economia política*, 1848	Formação da Irmandade Pré-Rafaelita, 1848	

	POLÍTICA	CIÊNCIA E INDÚSTRIA
1850	Guerra da Criméia, 1854-1856	
		Invenção do processo Bessemer, 1856
	Unificação da Itália, 1858-1866	
		Darwin, *A origem das espécies*, 1859
	Guerra de Secessão, EUA, 1861-1865	
	Bismarck sobe ao poder, 1862	
	Primeira Internacional, 1864	
	Lei da Reforma do Parlamento, Inglaterra, 1867	
		Abertura do canal de Suez, 1869
		Ferrovia Union Pacific, EUA, 1869
	Guerra Franco-Prussiana, 1870	

Capítulo 19

A REVOLUÇÃO FRANCESA

Os homens nascem, e permanecem sempre, livres e iguais no que tange a seus direitos. As distinções civis, por conseguinte, só podem fundamentar-se na função pública.

É a nação, essencialmente, a fonte de toda soberania; tampouco pode algum indivíduo ou grupo de homens ter direito a qualquer autoridade que não emane dela expressamente.

– *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, 1789

A era da revolução

Em 1789, entre cada cinco europeus um vivia na França. E a maior parte dos europeus, franceses ou não, que lançavam a vista para além de seus interesses imediatos, via a França como o centro da civilização européia. Era forçoso, pois, que uma revolução na França despertasse incontinenti a atenção da Europa e assumisse, desde o primeiro momento, uma importância que ultrapassaria em muito as fronteiras da própria França. No entanto, a Revolução Francesa causou interesse e perturbação por outros motivos. Tanto seus ideais filosóficos quanto suas realidades políticas refletiam atitudes, preocupações e conflitos que ocupavam o espírito dos europeus havia vários decênios. Quando os revolucionários se pronunciavam em favor da liberdade, davam voz não somente aos *philosophes* do século XVIII, como também à aristocracia inglesa de 1688 e aos revolucionários americanos de 1776. O absolutismo era a ruína dos nobres do continente, que desejavam preservar suas antigas liberdades, precatando-se das investidas monárquicas; era também a ruína dos mercadores continentais, a quem irritavam as imposições da autoridade mercantilista. Em toda a Europa, monarcas, nobres e membros da classe média confrontavam-se em hostilidades incômodas, que variavam de intensidade mas refletiam desconfiança recíproca e incerteza.

1. OS ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Para compreendermos por que a revolução ocorreu na França, devemos primeiro examinar os principais componentes da sociedade francesa em fins do século XVIII e a maneira como se opunham uns aos outros. No topo da sociedade estava o rei, Luís XVI. Sem ser o mais talentoso nem

o mais incompetente dos Bourbons, Luís XVI estava tentando governar a França como acreditava que lhe competia fazer: teoricamente, de maneira absoluta, mas na prática assistido pelos mais capazes conselheiros dispostos a servi-lo. Suas tentativas de governar efetivamente foram obstadas por dois fatores principais.

Estrutura do governo na França

Em primeiro lugar, a estrutura de governo na França não era nem lógica nem sistemática. Reinava a confusão em quase todos os setores, sendo isso resultado de um crescimento longo e um tanto irregular da máquina burocrática, que remontava à Idade Média. De quando em quando eram criados novos órgãos, a fim de atender a alguma necessidade específica, muitas vezes sem levar em conta os que já existiam. Conseqüentemente, havia grande superposição de funções e inúmeros funcionários inúteis recebiam vencimentos do erário público. Conflitos de jurisdição entre departamentos rivais muitas vezes retardavam a resolução de problemas vitais por meses a fio. No tocante a assuntos financeiros não havia mais regularidade do que em outras áreas da administração pública. A arrecadação das rendas públicas era feita sem qualquer regra. Ao invés de nomear coletores oficiais, o rei usava o antigo sistema romano de arrendar a arrecadação a corporações particulares ou indivíduos, permitindo que retivessem como lucro tudo que conseguissem arrancar do povo além da soma estipulada. Condições semelhantes de desorganização prevaleciam no campo do direito e das normas judiciais. Quase todas as províncias da França tinham seu código especial, baseado nos costumes locais. Assim, um ato punível como crime no sul do país, onde era mais forte a influência romana, podia ser inteiramente ignorado pela lei numa província do centro ou do norte.

Problemas financeiros

A outra grande dificuldade de Luís XVI era de natureza financeira. A Inglaterra e a França tinham estado em conflito durante a maior parte do século XVIII. Em todas as guerras entre eles, com exceção de uma, a França tinha sido derrotada e pagara essas derrotas com a cessão de colônias. Por ironia, era a guerra que os franceses haviam ajudado a ganhar – a Guerra da Independência Americana, ou Revolução Americana – que agora acarretava os problemas mais prementes. As despesas incorridas para manter esquadras e exércitos no hemisfério ocidental haviam sido particularmente pesadas, exigindo grandes empréstimos. A conseqüência foi uma dívida nacional que o governo francês, ineficiente e excessivamente burocrático, verificou que não podia suportar, embora não fosse maior que a deixada por Luís XIV em 1714 e representasse cerca de metade da dívida dos ingleses. Luís XVI pressionou seus conselheiros no sentido de criarem novos métodos de contenção de despesas e de tributação, a fim de manter o governo à tona. No entanto, esses homens, bem como o rei, reconheciam que nada podiam fazer, a menos que, por milagre, lograssem induzir o clero e a nobreza a abrir mão dos antigos privilégios que lhes permitiam esquivar-se ao pagamento de uma parcela eqüitativa dos impostos nacionais.

O primeiro e segundo estados

A probabilidade de isso vir a ocorrer era remota. A nobreza e o clero, os dois primeiros dos três "estados" do reino, eram de todo refratários a uma alteração desse sistema de privilégios, a despeito do clamor do terceiro estado, os plebeus, para que isso acontecesse. Embora muitos padres fossem tão pobres quanto seus humildes paroquianos, os monsenhores, bispos, arcebispos e cardeais da Igreja Católica Romana na

França usufruíam altas rendas, como também as instituições da própria Igreja. Os governantes da Igreja reivindicavam o direito medieval de fugir a impostos sobre suas propriedades mediante o pagamento de um periódico "presente gratuito" ao estado, invariavelmente muito inferior ao que poderia ser obtido pela tributação direta das propriedades eclesiásticas.

Estrutura fiscal

Também a nobreza estava protegida, pelo costume, do pagamento de uma cota proporcional de impostos. Muito antes de 1789, os impostos na França tinham passado a se agrupar em dois tipos principais, os diretos e os indiretos. Entre os diretos havia a *taille* (talha), ou imposto sobre os bens de raiz e as propriedades pessoais; a "capitação", ou imposto por cabeça; e o imposto sobre a renda, a princípio na proporção de 5%, mas elevando-se comumente, no século XVIII, a 10% ou 11%. Os tributos indiretos, ou impostos acrescentados ao preço das mercadorias e pagos, em última análise, pelo consumidor, compreendiam principalmente as tarifas sobre mercadorias importadas do estrangeiro ou expedidas de uma província da França para outra. Além disso, a *gabelle* (gabela), ou imposto sobre o sal, era outra forma de imposto indireto. Durante algum tempo a produção do sal fora, na França, monopólio do estado, e cada habitante era obrigado a comprar anualmente pelo menos sete libras desse artigo nas salinas do governo. Ao custo de produção era adicionado um imposto oneroso, do que resultava que o preço para o consumidor era freqüentemente de 50 a 60 vezes maior que o preço real do sal.

O peso dos impostos

Embora excessivamente pesados, os impostos indiretos não eram, no mais das vezes, distribuídos de modo desigual. Dificilmente alguém poderia esquivar-se a pagá-los, fosse qual fosse sua condição social. No caso da maioria dos impostos diretos, porém, a situação era bem diferente. O clero não estava sujeito ao pagamento da talha nem do imposto de renda. Os nobres, em particular os de categoria superior, valiam-se de sua influência junto ao rei para obter isenção de praticamente todas as tributações diretas. Em conseqüência, o ônus principal de fornecer fundos ao governo recaía sobre o povo, ou o terceiro estado. E como os artesãos e operários quase nada possuíam que pudesse ser tributado, eram os camponeses e a classe média os mais sacrificados.

Nobres da toga e nobres da espada

Nem todos os nobres se opunham ao plano do rei de abolir suas isenções costumeiras. Entre os mais ardentes reformadores estavam muitos *nobres da toga*, homens que haviam adquirido algum cargo judicial (daí a "toga") que conferia um título de nobreza, bem como a oportunidade de acumular riquezas substanciais em terras e outras propriedades. Incluíam-se nesse grupo homens talentosos e ponderados, como o barão de Montesquieu, filósofo, o conde de Mirabeau, advogado, e o marquês de Lafayette, estadista que acorrera em auxílio às colônias americanas. Entre os nobres da toga havia homens que viriam a desempenhar papel de relevo na própria Revolução. Em contraste – e muitas vezes em oposição – a esse grupo havia os *nobres da espada*, aqueles cujos títulos remontavam aos senhores feudais da Idade Média. Muitos desses aristocratas desdenhavam os nobres da toga. Ainda que, de modo geral, não constituíssem um grupo tão representativo quanto estes, os nobres da espada detinham, não obstante, muitas das posições mais importantes no governo, delegando seu trabalho a subordinados.

Os nobres da espada possuíam grandes propriedades, nas quais raramente residiam, preferindo viver na corte de Versalhes, incumbindo bailios e administradores de arrancarem tudo quanto pudessem aos camponeses que viviam sob sua jurisdição no campo. Levavam vida dispendiosa, ainda que pouco útil. Seu estilo de vida requintado e artificial exigia quantias cada vez maiores. Era natural, pois, que resistissem a renunciar às isenções tributárias, por maiores que fossem as dificuldades do governo.

Reivindicações dos aristocratas

Com o intuito de fortalecer sua intransigência política e sua independência econômica, os nobres haviam insistido numa maior participação no governo, tanto em nível central como local. Impunham suas pretensões através da utilização crescente de três instituições do governo – os parlamentos, os estados provinciais e as intendências. Os treze parlamentos franceses eram tribunais regionais de recursos, mas a nobreza os usava para conquistar um papel político cada vez maior. Os estados provinciais, também sob controle da nobreza, reivindicavam não só poder judiciário, mas também legislativo. Tanto os parlamentos como os estados provinciais insistiam, especificamente, no direito de aprovarem ou não a tributação. Ambos argumentavam que estavam exercendo esse direito a fim de proteger a população das exigências infindáveis do cobiçoso erário público. Na verdade, a nobreza usava esses órgãos, com freqüência cada vez maior, sem outro objetivo senão o de proteger seus próprios privilégios. Por fim, a nobreza havia-se entrincheirado em muitas das intendências, repartições que administravam as 34 generalidades ou distritos do país. Durante o reinado de Luís XIV os intendentes haviam sido em geral plebeus, cuja tarefa consistia em manter a nobreza na linha. Agora muitos desses intendentes eram eles próprios nobres, menos propensos a ajudarem o rei que a contrariar-lhe a vontade.

O terceiro estado: os camponeses

No terceiro estado, os camponeses, responsáveis por grande parte da renda dos nobres, ressentiam-se de sua situação econômica cada vez mais insuportável. Motivo importante da insatisfação dos camponeses eram os tributos que haviam sobrevivido ao fim do regime senhorial. A rigor, na grande maioria os camponeses eram homens livres; parte considerável deles eram donos das terras que cultivavam. Outros eram rendeiros ou trabalhadores assalariados, mas ao que parece eram, na maioria, parceiros que lavravam as terras dos nobres em troca de uma parte da colheita, geralmente um terço ou a metade. No entanto, mesmo os camponeses inteiramente livres estavam sujeitos a obrigações que vinham desde o fim da Idade Média. Uma das mais odiosas dessas obrigações era o pagamento de uma renda anual ao senhor que no passado havia controlado a terra. Outra era a doação ao nobre local de uma parte do valor recebido toda vez que se vendia um pedaço de terra. Além disso, os camponeses tinham de contribuir com *banalités* ("banalidades"), ou taxas pelo uso de várias servidões de propriedade senhorial. Na Idade Média, as banalidades tinham sido pagas pelo uso do moinho de trigo, do lagar e do forno de pão. A despeito do fato de muitos camponeses, no século XVIII, possuírem tais instalações e não mais se servirem das que eram oferecidas pelo senhor, as *banalités* continuavam a ser cobradas na importância original.

As mais exasperantes de todas as relíquias do regime senhorial eram, provavelmente, a corvéia (*corvée*) e os privilégios de caça da nobreza. A

corvéia, outrora uma exigência de prestação de serviço na construção de estradas e pontes no domínio senhorial, havia-se transformado numa obrigação devida ao governo. Durante várias semanas, a cada ano, o lavrador era forçado a abandonar suas lides pessoais para dedicar-se à reparação de estradas públicas. A nenhuma outra classe da população era exigida a execução de tais serviços. Ainda maiores inconveniências resultavam dos privilégios de caça dos nobres. Desde tempos imemoriais, o direito de cultivar o esporte venatório fora considerado como um distintivo da aristocracia. Os direitos de propriedade dos camponeses não obstavam de modo algum a prática desse passatempo de fidalgos. Em algumas partes da França proibia-se aos lavradores a capina ou a ceifa na época da procriação, para não molestar os ninhos das perdizes. Coelhos, gralhas e raposas não podiam ser mortos, apesar da devastação que faziam nas searas ou entre as aves domésticas ou animais novos. Além disso, o camponês devia conformar-se em ver seus campos serem pisoteados, em qualquer tempo, pelos cavalos de um despreocupado bando de nobres caçadores.

As relíquias do regime senhorial

Os vestígios dos costumes herdados do regime senhorial não eram a única fonte de exasperação para os camponeses. Durante o século XVIII eles se viram também prejudicados pelo fechamento crescente de terras antes públicas ou comuns. As terras deixadas de pousio, bem como aquelas que só raramente se cultivavam, eram consideradas "comuns", e quem desejasse podia levar o gado a pastar ali. Essas terras comuns, mais encontradas no oeste da França, representavam um recurso importante para os camponeses. Além do já mencionado direito a pastagem, eles desfrutavam o de apanhar lenha e de respigar os campos cultivados após a colheita. Agora, os conselheiros econômicos do rei — Charles Calonne, Lomenie de Brienne, o banqueiro suíço Jacques Necker — declaravam serem esses direitos coletivos obstáculos ao progresso da agricultura. Ansiosos para aumentarem seus rendimentos mediante a elevação da eficiência de suas propriedades, os latifundiários concordavam. O resul-

Cercamento das terras comuns

Um cavalheiro do Terceiro Estado e sua família. Gravura contemporânea que ilustra a respeitabilidade que o Terceiro Estado desejava ver traduzida em poder político.

tado foi a autorização, pela coroa, da divisão das terras comuns e seu fechamento como propriedade privada.

Assim, portanto, os camponeses se viam pressionados de um lado a reconhecer as obrigações de um obsoleto sistema senhorial, e por outro a aquiescer com as exigências do moderno capitalismo agrícola, ao mesmo tempo em que pagavam impostos dos quais seus vizinhos aristocratas estavam isentos.

O terceiro estado: a classe média

As frustrações dos camponeses refletiam as do componente mais dinâmico da sociedade francesa do século XVIII – a classe média. Esse grupo não era de modo algum homogêneo; encerrava muitas hierarquias, dispostas segundo a ocupação e a renda. No topo da pirâmide estavam os financistas e os comerciantes atacadistas. Muitos desses homens eram também acionistas de várias empresas e acumulavam títulos do governo, emitidos durante todo o século XVIII. (Também os nobres investiam nos negócios; a divisão econômica entre o segundo e o terceiro estados – a nobreza e o povo – não era tão nítida quanto a social.) Ao longo de toda a classe média figuravam profissionais liberais: médicos e advogados, sendo que muitos destes últimos viriam a desempenhar papéis centrais na revolução. A indústria permanecia subordinada ao comércio: embora antes de 1789 existissem algumas fábricas na França, a maior parte da manufatura era feita em casas de artesãos, e em sua maioria os consumidores eram abastecidos por artífices locais. Para cada empresário capitalista havia vintenas de pequenos mestres, situados em algum ponto dos escalões inferiores da classe média, que se sentiam à vontade na oficina, mas que, em virtude de serem seus donos, achavam-se apartados das fileiras das classes operárias.

Exclusão do poder político

Embora esses homens reconhecessem as gradações que os separavam, ressentiam-se contra os privilégios que os excluíam de qualquer participação efetiva nos negócios de estado. Por mais fortuna que pudesse adquirir um comerciante, um manufatureiro, um banqueiro ou um advogado, ainda assim continuava excluído dos privilégios políticos. Não tinha quase nenhuma influência na corte; não podia partilhar das mais altas honrarias; e, exceção feita no caso de eleição de alguns funcionários locais de nível subalterno, não podia sequer votar. Era olhado com desdém pela nobreza. À medida que a classe média enriquecia e tomava consciência de sua própria importância, era inevitável que seus membros se ressentissem contra tal discriminação social. Acima de tudo, foi a exigência de um poder político compatível com sua posição econômica, por parte de líderes comerciais, financeiros e industriais, que transformou membros da classe média em revolucionários.

Antimercantilismo

A exigência de poder político não foi a única conseqüência da crescente prosperidade da classe média. Houve também um crescente clamor pelo abandono das políticas mercantilistas. No passado o mercantilismo fora bem-vindo por comerciantes e manufatureiros, devido a seus efeitos na conquista de novos mercados e na promoção do comércio. No entanto, isso ocorrera nos primórdios da Revolução Comercial, quando as atividades econômicas ainda eram de pequena escala. Com o florescimento do comércio e da indústria nos séculos seguintes, a classe média adquirira crescente confiança em sua capacidade de independência. O resultado foi uma crescente tendência para encararem os regulamentos do mercantilismo como restrições opressivas. Aos comerciantes desagradavam os monopólios especiais concedidos a compa-

nhias privilegiadas e a interferência em sua liberdade de comprar nos mercados estrangeiros. Os manufatureiros, por outro lado, irritavam-se com as leis que controlavam os salários, fixavam os preços e restringiam a compra de matérias-primas fora da França e de suas colônias. Essas restrições eram somente algumas das regulamentações incômodas, impostas por um governo norteado por dois objetivos – o paternalismo e a auto-suficiência econômica.

Camponeses versus classe média

Tal como o campesinato, a classe média considerava-se onerada por uma parcela desproporcional dos encargos financeiros do estado. Ao contrário dos camponeses, no entanto, a classe média, ou pelo menos seus escalões superiores, representava uma força econômica que estava lutando por mudanças numa direção nova e desconhecida. Opondo-se ao fechamento dos campos, os camponeses desejavam um retorno à situação anterior. Os financistas prósperos, os advogados frustrados e os empresários ambiciosos desejavam desempenhar papéis destacados no sentido de encorajar uma expansão do comércio internacional e colocar a França à frente em sua competição comercial com a Grã-Bretanha.

A França dividida

Às vésperas da revolução, pois, a França era um país dividido contra si mesmo. A monarquia se esforçava por arrancar dinheiro de uma aristocracia cada vez mais determinada a não pagar e, por sua vez, cada vez mais ansiosa por arrancar o que pudesse de um campesinato obstinado. As classes médias ressentiam-se de um governo que parecia ser, na melhor das hipóteses, um anacronismo e, na pior, uma tirania. Viam com frustração e fúria o fato de um país próspero como a França estar impossibilitado de saldar suas dívidas. A França não sucumbiu à revolução por ser pobre; foi engolfada por ela porque as pessoas que melhor sabiam como o país era rico estavam insatisfeitas com seu lento índice de progresso econômico.

Bases intelectuais

Um acontecimento de tal envergadura como a Revolução Francesa jamais ocorre num vácuo cultural. Embora idéias possam não ter "causado" a revolução, desempenharam papel importantíssimo em dar forma e substância ao descontentamento experimentado por tantas pessoas, em especial entre a classe média. Duas teorias, em particular, exprimiam as preocupações e as aspirações dos revolucionários. A primeira delas era a teoria *liberal* de escritores como Locke, Voltaire e Montesquieu; a segunda era a teoria *democrática* de Rousseau. Embora fossem fundamentalmente antagônicas, tinham muito em comum. Ambas se baseavam na premissa de que o estado é um mal necessário e que o governo repousa numa base contratual. Cada qual tinha sua doutrina de soberania popular, ainda que com interpretações contrastantes. Ambas sustentavam em certa medida os direitos fundamentais do indivíduo. E ambas encerravam elementos atraentes para aqueles que, por motivos vários, estavam insatisfeitos com o estado das coisas.

A teoria política liberal de John Locke

O pai da teoria liberal dos séculos XVII e XVIII foi John Locke. Sua filosofia da educação, como vimos, foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento do Iluminismo. Sua filosofia política está exposta principalmente no *Segundo tratado do governo civil*, publicado em 1690. Desenvolvia ele nesse livro uma teoria de governo limitado, que foi usada para justificar o novo sistema de governo parlamentar estabelecido na Inglaterra como resultado da Revolução Gloriosa. Segundo ele, originalmente todos os homens tinham vivido num estado natural em que prevaleciam a liberdade e a igualdade absolutas e não existia

governo de espécie alguma. A única lei era a da natureza, que cada indivíduo punha em execução por sua própria conta a fim de proteger seus direitos à vida, à liberdade e à prosperidade. Contudo, os homens não tardaram a perceber que os inconvenientes do estado natural superavam em muito as suas vantagens. Como cada um tentasse impor seus próprios direitos, os resultados inevitáveis eram a confusão e a insegurança. Conseqüentemente, os indivíduos convieram em estabelecer uma sociedade civil, instituir um governo e ceder-lhe certos poderes. No entanto, esse governo não era absoluto. O único poder a ele conferido era o de executar a lei natural. Uma vez que o estado nada mais é do que o poder conjunto de todos os membros da sociedade, sua autoridade "não pode ser maior do que aquela que essas pessoas possuíam no estado natural, antes de formarem um grupo social e cederem-na à comunidade"[1]. Todos os poderes que não estejam expressamente cedidos ficam reservados às próprias pessoas. Se o governo se exceder ou abusar da autoridade explicitamente outorgada pelo contrato político, torna-se tirânico e o povo tem então o direito de dissolvê-lo ou de se rebelar contra ele e derrubá-lo.

A condenação do absolutismo por Locke

Locke condenava o absolutismo sob todas as formas. Denunciava a monarquia despótica, mas não foi menos severo em suas críticas à soberania absoluta dos parlamentos. Embora defendesse a supremacia do poder legislativo, considerando o executivo acima de tudo um agente seu, recusava-se a conceder um poder ilimitado aos representantes do povo. Argumentando que o governo fora instituído entre os homens para a preservação da propriedade (que ele definia, de modo geral, no sentido abrangente de vida, liberdade e bens materiais), negava autoridade a qualquer agente político para usurpar os direitos naturais do indivíduo. A lei da natureza, que corporifica esses direitos, é uma limitação automática imposta a todos os ramos do governo. Mesmo que a grande maioria dos representantes do povo reclamasse a restrição da liberdade de palavra ou o confisco e a redistribuição da propriedade, tal coisa não poderia ser feita legalmente. Se fosse feita ilegalmente, justificaria a adoção de medidas eficazes de resistência por parte da maioria dos cidadãos. Locke interessava-se muito mais em proteger a liberdade do indivíduo que em promover a estabilidade ou o progresso social. Se fosse forçado a escolher, teria preferido os males da anarquia aos do despotismo sob qualquer forma.

A atração das idéias de Locke

É fácil entender o atrativo das idéias de Locke para a classe média francesa. Suas doutrinas de direitos naturais, governo limitado e direito de resistência à tirania, bem como sua ardorosa defesa da propriedade, refletiam os valores daquele elemento da sociedade francesa. Tal como os burgueses americanos, que uma década antes haviam incorporado as teorias de Locke à Declaração de Independência, esses franceses da classe média deixaram-se impregnar pelas premissas e explicações de Locke.

A teoria política liberal de Voltaire

Na França, os maiores expoentes da teoria política liberal foram Voltaire e Montesquieu. Como já foi salientado, Voltaire considerava o cristianismo ortodoxo como o pior inimigo da humanidade, mas também votava grande desprezo ao governo despótico. Durante seu exílio

[1] *Second Treatise of Civil Government* (Everyman's Library), p. 184.

na Inglaterra estudara os livros de Locke, cujas vigorosas afirmativas de liberdade individual lhe causaram profunda impressão. Em comum com Locke, Voltaire concebia o governo como um mal necessário, com poderes que deviam limitar-se ao de fazer cumprir os direitos naturais. Sustentava que todos os homens são dotados pela natureza de direitos iguais à liberdade, à propriedade e à proteção das leis. Contudo, Voltaire não era um democrata. Inclinava-se a julgar que a forma ideal de governo seria ou uma monarquia esclarecida ou uma república dominada pela classe média.

Montesquieu

A teoria política de Montesquieu

Um pensador político mais profundo e sistemático do que Voltaire foi Montesquieu, seu contemporâneo mais velho. Embora sendo, como Voltaire, um estudioso de Locke e admirador ardente das instituições britânicas, Montesquieu foi uma figura sem par entre os filósofos políticos do século XVIII. Em sua célebre obra *O Espírito das leis* introduziu novos métodos e novas concepções na teoria do estado. Ao invés de tentar fundar uma ciência de governo pela dedução pura, seguiu o método aristotélico de estudar os sistemas políticos concretos, tal como se supunha que tivessem funcionado no passado. Negava que existisse uma forma perfeita de governo, adequada a todos os povos em quaisquer condições. Afirmava, ao contrário, que, para serem eficazes, as instituições políticas devem harmonizar-se com as condições físicas e o nível de progresso social das nações a que pretendem servir. Por isso declarava que o despotismo é mais adequado aos países de vasto território; a monarquia limitada, aos de tamanho médio; e o governo republicano, aos pequenos. Para seu próprio país, a França, a forma de governo mais aconselhável parecia-lhe ser a monarquia limitada, porquanto considerava a nação grande demais para ser transformada em república, a não ser dentro dos moldes de uma federação.

A separação dos poderes

Montesquieu é famoso principalmente por sua teoria da separação dos poderes. Admitia que é tendência natural do homem abusar de qualquer poder e que, por conseguinte, todo governo, qualquer que seja sua forma, é suscetível de degenerar em despotismo. A fim de prevenir tais resultados, a autoridade do governo deve ser dividida em seus três ramos naturais: o poder legislativo, o executivo e o judiciário. Sempre que se permite que dois ou mais desses poderes sejam enfeixados nas mesmas mãos a liberdade perece, declarava ele. O único meio eficaz de impedir a tirania é capacitar cada ramo do governo a agir como um freio para os outros dois. O executivo, por exemplo, deve dispor do direito de veto a fim de evitar as transgressões do legislativo. A legislatura, por sua vez, deverá ter o poder de *impeachment* (impedimento) para restringir o executivo. E, por fim, deve existir um judiciário independente, munido de poderes para proteger os direitos individuais contra atos arbitrários do legislativo ou do executivo. Essa teoria favorita de Montesquieu não visava, por certo, facilitar a democracia. Seu propósito, bem ao contrário, era o de impedir a supremacia absoluta da maioria, expressa, como normalmente seria, pelos representantes do povo no corpo legislativo. Assim, as idéias de Montesquieu atraíam tanto a nobreza quanto a classe média. A nobreza interpretava-lhe as obras como uma defesa de seus antigos privilégios – dignificados por Montesquieu como "liberdades". Os estados provinciais, onde nobres exerciam considerável poder político, eram os órgãos constituídos que agiriam como freio ao poder monárquico. Já a classe média acolhia com

prazer um apoio teórico adicional que substanciasse sua preferência por outra coisa além do absolutismo monárquico e do mercantilismo centralizado do século XVIII.

Outros argumentos em favor da não-intervenção governamental eram oferecidos por outro grupo de libertários — teóricos que estavam redefinindo o estudo da economia.

Os novos economistas

Na segunda metade do século XVIII, vários autores investiam contra os pressupostos tradicionais relativos ao controle público sobre a produção e o comércio. O alvo principal de suas críticas era a política mercantilista. A nova economia fundava-se, em grande medida, nas concepções básicas do Iluminismo, particularmente na idéia de um universo mecanicista governado por leis inflexíveis. Argumentavam os economistas que a esfera da produção e distribuição da riqueza estava sujeita a leis tão irresistíveis quanto as da física e da astronomia. A nova teoria econômica era a contrapartida do liberalismo político. Eram bastante semelhantes as metas principais das duas doutrinas: reduzir os poderes do governo a um mínimo condizente com a segurança e preservar para o indivíduo a maior medida possível de liberdade na prossecução de seus próprios intentos.

A economia de Adam Smith

O maior de todos os economistas da época do Iluminismo e um dos mais brilhantes de todos os tempos foi Adam Smith (1723-1790). Tendo nascido na Escócia, Smith começou sua carreira como professor de literatura inglesa na Universidade de Edimburgo. Logo foi promovido ao cargo de professor de lógica no Glasgow College. Em 1776 publicou seu livro *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Defendia a idéia de que é o trabalho, e não a agricultura ou a generosidade da natureza, a verdadeira fonte da riqueza. Embora aceitasse de modo geral o princípio do *laissez-faire*, admitindo que a prosperidade de todos é mais bem promovida permitindo-se a todos buscar seus próprios interesses, reconhecia, não obstante, a necessidade de certas formas de interferência governamental. O estado deveria intervir a fim de prevenir a injustiça e a opressão, para promover a educação e proteger a saúde pública e para manter aquelas atividades necessárias que jamais seriam empreendidas pelo capital privado. A despeito dessas limitações um tanto amplas ao princípio do *laissez-faire*, *A Riqueza das nações*, de Adam Smith, foi adotada como uma Bíblia pelos individualistas em economia, nos séculos XVIII e XIX. Sua influência causal para a Revolução Francesa foi indireta, mas ainda assim profunda. Proporcionou a resposta final aos argumentos mercantilistas e fortaleceu, destarte, a ambição da classe média de pôr cobro a um sistema político que continuava a bloquear o caminho para a liberdade econômica.

Teoria política da democracia

O segundo dos grandes ideais políticos que constituíram parte importante dos fundamentos intelectuais da Revolução Francesa foi o ideal da democracia. Em contraste com o liberalismo, a democracia se interessava, em seu sentido original, muito menos pela defesa dos direitos individuais do que pela instauração do governo popular. O desejo da maioria dos cidadãos é a lei suprema da nação, porque a voz do povo é a voz de Deus.

O mais eminente teórico da democracia no século XVIII foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). As mais significativas de suas obras de teoria política são *O Contrato social* e *Discurso sobre a origem da*

desigualdade. Defendiam ambas a tese em voga de que o homem viveu originalmente no estado natural. Entretanto, em contraste com Locke, ele considerava esse estado natural como um verdadeiro paraíso. Não era pesado a ninguém manter seus direitos contra os demais. Havia, na verdade, pouquíssimas oportunidades de conflito, uma vez que durante muito tempo não existiu a propriedade privada e cada homem era igual a seu semelhante. Mas por fim surgiram certos males, devidos principalmente ao fato de terem alguns homens demarcado pedaços de terra e dito a si mesmos: "Esta terra é minha." Foi assim que se desenvolveram vários graus de desigualdade e, em conseqüência, passaram logo a dominar nas relações humanas a "impostura fraudulenta", a "pompa insolente" e a "ambição insaciável". A única esperança de segurança foi então organizar uma sociedade civil e ceder todos os direitos à comunidade. Isso se realizou por meio de um contrato social em que cada indivíduo concordava com todo o conjunto de indivíduos em se submeter à vontade da maioria. Foi assim que nasceu o estado.

A teoria política de Rousseau

Rousseau desenvolveu uma concepção de soberania completamente diversa da dos liberais. Ao passo que Locke e seus seguidores haviam ensinado que somente uma parte do poder soberano é cedida ao estado, permanecendo a restante nas mãos do povo, Rousseau sustentava que a soberania é indivisível e que toda ela passara à comunidade quando da constituição da sociedade civil. Insistia, além disso, que cada indivíduo, ao se integrar ao contrato social, fazia entrega de todos os seus direitos à comunidade e concordava em se submeter inteiramente à vontade geral. Segue-se daí que o poder soberano do estado não está sujeito a quaisquer limitações. Quando Rousseau falava no estado não queria referir-se ao governo. Ele considerava o estado como a comunidade politicamente organizada, e que tem a função soberana de expressar a vontade geral. A autoridade do estado não pode ser representada, mas deve expressar-se diretamente através da promulgação, pelo próprio povo, das leis fundamentais. Por outro lado, o governo é simplesmente o agente executivo do estado. Sua função não consiste em formular a vontade geral, mas tão-somente executá-la. Além disso, a comunidade pode estabelecer ou destituir o governo "sempre que o desejar".

A concepção de Rousseau sobre soberania popular

A influência de Rousseau foi enorme. Sua atração maior, porém, não se exercia sobre aqueles membros da classe média cujos pensamentos e ações dominaram a primeira fase da revolução. Conquanto pudessem ter concordado com a oposição de Rousseau ao privilégio hereditário, não se deixavam persuadir, como individualistas convictos que eram, por argumentos em favor de submissão a uma "vontade geral". A influência de Rousseau sobre a revolução foi mais acentuada em sua segunda fase, quando um grupo mais democrático e radical veio a dirigir os acontecimentos, primeiro em direção à democracia e depois rumo a um absolutismo que, não obstante, compatibilizava-se com as idéias de Rousseau sobre o estado soberano.

O atrativo das idéias de Rousseau

2. A DESTRUIÇÃO DO ANTIGO REGIME

A Revolução Francesa ocorreu, em última análise, devido à incapacidade do governo para resolver sua crise financeira. Quando os principais ministros do rei, Calonne e De Brienne, tentaram em 1787 e 1788

FRANÇA EM 1789 • OS "GOVERNOS"

A crise da monarquia

instituir uma série de reformas financeiras a fim de evitar a bancarrota, encontraram não somente oposição mas uma vigorosa determinação, por parte da aristocracia, de obter mais concessões governamentais do monarca. Para fazer face ao crescente déficit, os ministros propunham novos impostos, principalmente uma taxa de selo e um imposto direto sobre a produção anual da terra. O rei convocou uma assembléia de notáveis dentre a aristocracia, na esperança de convencer os nobres a concordar com suas solicitações. Longe de aquiescerem, porém, os nobres insistiram em que, para instituir um imposto geral como a taxa do selo, o rei teria primeiro de convocar os Estados Gerais, que representavam os três estados do reino.

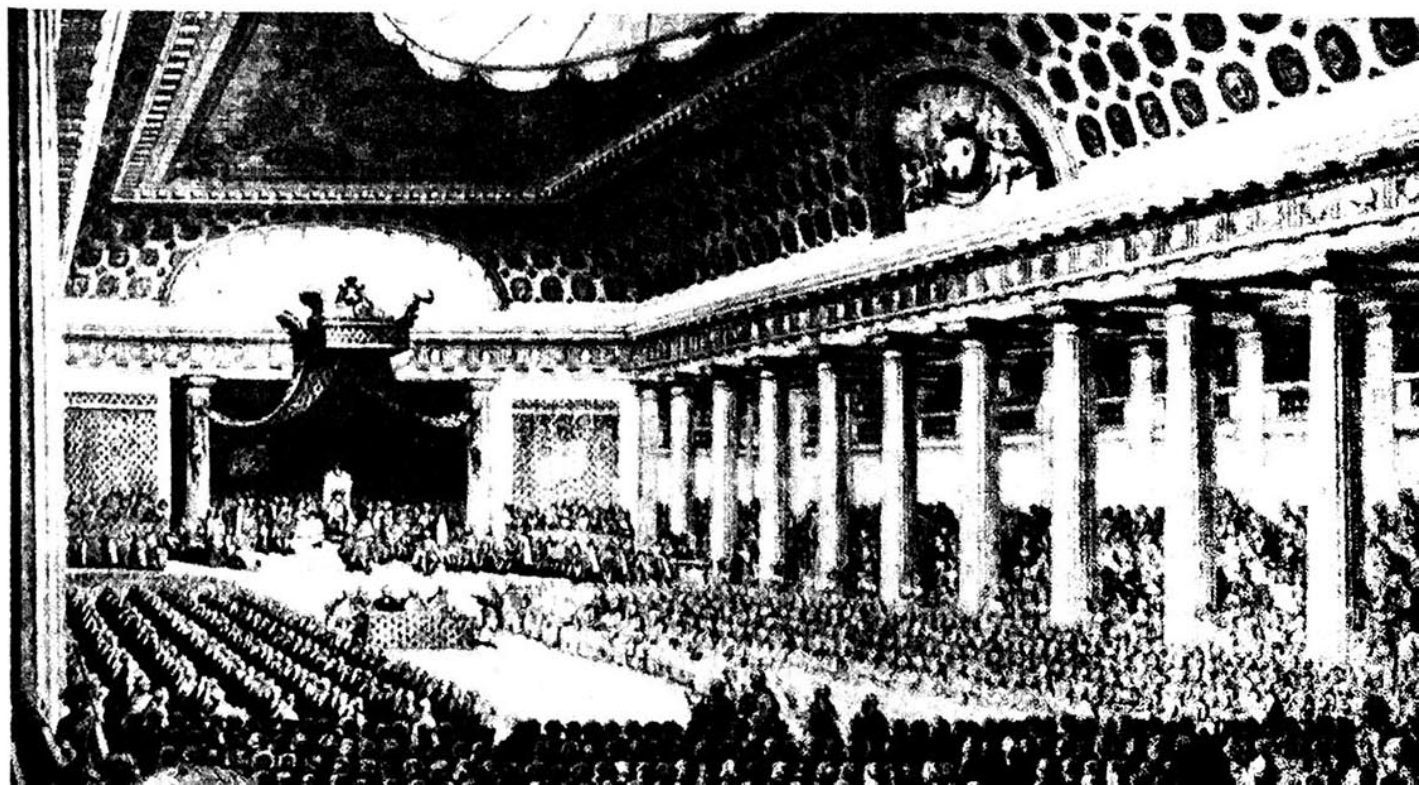
Os Estados Gerais

A convocação desse órgão, que não se reunia havia mais de um século e meio, parecia a muitos a única solução para os crescentes problemas da França. Não padece dúvida de que a maioria dos aristocratas que defenderam sua convocação fizeram-no por estreiteza de visão e motivos egocêntricos. No entanto, a população como um todo, politicamente conscientizada, concordou com a idéia, tomada de uma esperança desarrazoada e desesperada de que esse acontecimento pudesse, devido à sua própria estranheza, operar um milagre e salvar o país

da ruína. No período que antecedeu à ascensão do absolutismo monárquico, quando os Estados Gerais se reuniam mais ou menos regularmente, os representantes de cada estado votavam em bloco. Em geral isso significava que o primeiro e o segundo estados combinavam-se contra o terceiro. Mas em fins do século XVIII o terceiro estado havia atingido tamanha importância que não se dispunha mais a tolerar isso. Conseqüentemente, seus líderes exigiam que as três ordens formassem uma assembléia única e o voto fosse individual. Mais importante ainda foi o fato de insistirem em que o número dos representantes do terceiro estado fosse igual ao das duas outras classes juntas. Deixando essa questão pendente, no verão de 1788 Luís XVI cedeu ao clamor popular e marcou para maio do ano seguinte a reunião dos Estados Gerais.

O novo papel político do terceiro estado

Nos meses de interregno, a questão da "duplicação do terceiro" foi acaloradamente debatida. Ao se pronunciar contra a idéia, o rei perdeu o apoio que poderia ter conseguido da classe média e praticamente predeterminou o resultado da convocação. Pouco depois da instalação dos Estados Gerais em Versalhes, no mês de maio de 1789, os representantes do terceiro estado tomaram uma medida revolucionária: retiraram-se do órgão e proclamaram-se a Assembléia Nacional. "O que é o terceiro estado?" perguntou o Abbé Sieyès, um dos mais articulados porta-vozes de uma nova ordem, em seu famoso panfleto de janeiro de 1789. A resposta que ele deu então – "tudo" – foi a que o próprio terceiro estado deu ao se constituir em Assembléia Nacional da França. Ao contrário da maioria dos demais revolucionários aquela altura, Sieyès estribou sua argumentação no pensamento de Rousseau, alegando que o terceiro estado era a nação e que, como a nação, era seu próprio soberano. A seguir, os advogados e homens de negócios do terceiro estado agiram como base nessa alegação. Encontrando fechadas as portas de seu salão de reuniões a 20 de junho, os plebeus e um punhado de nobres e clérigos simpáticos ao terceiro estado retiraram-se para uma quadra de jogo da péla, que ficava próxima.

A abertura dos Estados Gerais em Versalhes, 5 de maio de 1789.

Ali, sob a chefia de Mirabeau e do Abbé Sieyès, comprometeram-se por um juramento solene a não se separar enquanto não houvessem redigido uma constituição para a França. Esse Juramento do Jogo da Péla, em 20 de junho de 1789, foi o verdadeiro início da Revolução Francesa. Reivindicando a autoridade de reconstituir o governo em nome do povo, os Estados Gerais não apenas protestavam contra o governo arbitrário de Luís XVI, como também afirmavam seu direito de agir como o poder supremo da nação. A 27 de junho o rei reconheceu virtualmente esse direito, ordenando aos demais representantes das classes privilegiadas que se reunissem com o terceiro estado como membros da Assembléia Nacional.

O Juramento do Jogo da Péla

O curso da Revolução Francesa foi assinalado por três grandes fases, a primeira das quais se estendeu de junho de 1789 a agosto de 1792. Durante a maior parte desse período os destinos da França estiveram nas mãos da Assembléia Nacional. De maneira geral, essa fase foi moderada, sendo suas ações dominadas pela liderança dos nobres liberais e por membros igualmente liberais do terceiro estado. No entanto, três episódios, no verão e no outono de 1789, deram indícios de que a revolução haveria de penetrar no fundo do coração da sociedade francesa, acabando por atingir tanto o populacho urbano quanto os camponeses rurais.

O primeiro estágio da revolução

As notícias dos acontecimentos de fins da primavera de 1789 haviam-se propagado rapidamente por toda a França. Desde o primeiro momento de debates a respeito da natureza da crise política, a atenção do público se aguçara. No entanto, não fora despertada tão-somente pelo interesse abstrato por discussões de reforma política. Os preços haviam subido a um ponto em que só o custo do pão consumia mais de 50 por cento do rendimento de uma família pobre, em agosto de 1788, e 80 por cento em fevereiro e julho de 1789. Generalizara-se a convicção de que a aristocracia e o rei conspiravam para punir o terceiro estado insolente, através da escassez de alimentos e dos preços altos. Os boatos corriam à solta em Paris nos últimos dias de junho de 1789. Em seus clubes e lojas, os homens e mulheres que viriam a ser denominados *sans-culottes* (nome derivado do fato de os homens não usarem os calções da classe superior) – mestres artesãos, artífices, lojistas, pequenos comerciantes – preocupavam-se com sua sorte. Resolvidos a obter armas a fim de se defenderem da ameaça de contra-revolução, invadiram com sucesso a antiga fortaleza da Bastilha, a 14 de julho, deixando clara assim a impotência do rei em sua própria capital. Construída na Idade Média para servir de fortificação, a Bastilha já não era muito usada; contudo, para as massas ela simbolizava a autoridade real. Quando as multidões exigiram armas a seu comandante, ele recusou-se a fornecê-las e abriu fogo. A turba vingou-se, não só pela captura da fortaleza como ainda pelo assassínio do comandante.

A queda da Bastilha

A queda da Bastilha foi o primeiro daqueles episódios que viriam demonstrar o comprometimento do povo com a reforma revolucionária. O segundo teve lugar no interior, onde os camponeses estavam sofrendo os efeitos diretos da privação econômica. Também eles temiam uma contra-revolução monárquica e aristocrática. Ansiosos por notícias de Versalhes, a expectativa que sentiam transformou-se em medo quando começaram a perceber que uma revolução da classe média talvez não se interessasse por seus problemas. Assustados e inseguros, os camponeses

O "Grande Medo"

de muitas partes da França entraram em pânico em julho e agosto, incendiando solares e os registros que continham, destruindo mosteiros e as residências dos bispos, e assassinando alguns nobres que ofereceram resistência.

As "Jornadas de Outubro"

O terceiro caso de levante popular, em outubro de 1789, foi também ocasionado por crise econômica. Dessa vez, mulheres, enfurecidas com o preço do pão e irritadas por boatos de que o rei persistia em sua disposição de não cooperar com a assembléia, marcharam sobre Versalhes a 5 de outubro e exigiram serem ouvidas. Insatisfeita com a recepção que lhe dera a assembléia, a multidão invadiu o palácio, instando o rei a voltar a Paris. Na tarde do dia seguinte, o monarca cedeu. A Guarda Nacional, solidária com os agitadores, conduziu a multidão de volta a Paris, sendo o cortejo encabeçado por um soldado que levava um pão espetado na baioneta.

Realizações do terceiro estado: (1) extinção dos privilégios feudais

Cada um desses três levantes populares produziu um decidido efeito sobre o rumo dos acontecimentos políticos que se desenrolaram em Versalhes. O ataque à Bastilha ajudou a convencer o rei e os nobres a tratarem a Assembléia Nacional como o órgão legislativo do país. O "Grande Medo" infundiu também grande consternação entre os debatedores na assembléia. A 4 de agosto, foram varridos de um golpe os resquícios do regime senhorial. Aboliram-se formalmente os dízimos eclesiásticos e a corvéia. Eliminou-se a servidão. Declararam-se extintos os privilégios de caça dos nobres. As isenções de impostos e os monopólios de toda sorte foram sacrificados como contrários à igualdade natural. Embora os nobres não renunciassem a todos os seus direitos, o efeito final dessas reformas das "Jornadas de Agosto" foi anular as distinções de classe e de nível social e colocar todos os franceses em igualdade perante a lei.

(2) a Declaração dos Direitos do Homem

Após a derrubada dos privilégios, a assembléia voltou sua atenção para o preparo de uma carta de liberdades. O resultado foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em setembro de 1789. Declarou-se que a propriedade era um direito natural, assim como a liberdade, a segurança e a "resistência à opressão". A liberdade de expressão, a tolerância religiosa e a liberdade de imprensa foram declaradas invioláveis. Afirmou-se que todos os cidadãos tinham direito a tratamento igual nos tribunais. Ninguém poderia ser punido de qualquer forma senão em virtude de processo judiciário. Ficou estabelecido que a soberania reside no povo e os funcionários do governo tornaram-se passíveis de demissão no caso de abusarem dos poderes que lhes eram conferidos.

(3) secularização da Igreja

O regresso do rei a Paris durante as Jornadas de Outubro confirmou as reformas que já estavam sendo empreendidas e garantiu a maior liberalização segundo as diretrizes decretadas pela maioria burguesa na assembléia. Em novembro de 1789 a Assembléia Nacional decidiu confiscar as terras da Igreja e utilizá-las como lastro para a emissão de *assignats*, ou papel-moeda, o que, esperava-se, haveria de resolver a crise econômica inflacionária do país. Em julho do ano seguinte foi promulgada a Constituição Civil do Clero, estipulando que todos os bispos e padres deveriam ser eleitos pelo povo e que estariam sujeitos à autoridade do estado. Percebendo salários pagos pelo tesouro público, eram obrigados a jurar fidelidade à nova legislação. A secularização da Igreja implicou também uma separação parcial de Roma. O objetivo da

assembléia era fazer da Igreja Católica da França uma verdadeira instituição nacional, que conservasse apenas uma submissão nominal ao papado.

(4) Constituição de 1791

Só em 1791 a Assembléia Nacional conseguiu completar sua tarefa primordial de redigir uma nova constituição para o país. Tal como foi finalmente promulgada, a constituição valia como testemunho eloqüente da posição dominante que então gozava a classe média. O governo foi convertido numa monarquia limitada, sendo o poder supremo virtualmente monopolizado pelos ricos. Embora todos os cidadãos tivessem os mesmos direitos civis, o voto só era permitido aos que pagassem uma determinada quantia em impostos. Cerca de metade da população masculina adulta da França constituía essa última categoria de cidadãos "ativos". No entanto, mesmo seu poder político era restringido, pois deveriam votar em eleitores, qualificados para essa função segundo a propriedade de certa quantidade de bens. Tais eleitores, por sua vez, escolhiam os funcionários governamentais e os delegados à Assembléia Nacional — ou Constituinte, como passara a ser denominada. O rei foi privado do controle que havia exercido sobre o exército e a administração local. Proibiu-se a seus ministros participarem da assembléia, e ele próprio foi despojado de todo poder sobre o processo legislativo, salvo o de veto suspensivo, que, na verdade, podia ser anulado por emissão de proclamações.

(5) mudanças econômicas e governamentais

As mudanças adotadas pela Assembléia Constituinte nas áreas da economia e do governo foram um reflexo das atitudes liberais do Iluminismo, tanto quanto suas reformas constitucionais. Para levantar dinheiro, vendeu as terras da Igreja, mas em lotes tão grandes que raramente os camponeses foram beneficiados, como tinham esperado. Em oposição aos interesses do campesinato, a assembléia procedeu ao fechamento das terras comuns, a fim de facilitar o desenvolvimento de uma agricultura capitalista. Para estimular o crescimento da iniciativa econômica sem restrições, aboliram-se as corporações e os sindicatos profissionais. Visando acabar com a centralização autoritária e com o predomínio dos aristocratas, os governos locais foram radicalmente reestruturados, sendo a França dividida em 83 departamentos. Daí em diante todas as cidades passaram a ter a mesma forma de organização municipal, com as autoridades eleitas na própria cidade. Esse processo de reorganização e descentralização expressava uma convicção liberal da necessidade de liberdade individual e de abolição dos antigos privilégios. Tais medidas proclamavam, da mesma forma que todo o trabalho da assembléia, que os "vencedores" dessa primeira fase da revolução eram os homens e mulheres da classe média.

3. UMA NOVA FASE: A REVOLUÇÃO RADICAL

O segundo estágio da revolução: (1) frustração da gente comum

Todavia, o triunfo da burguesia logo seria contestado. No verão de 1792, a revolução entrou numa segunda fase, que assistiu à derrubada dos líderes moderados da classe média e sua substituição por republicanos radicais, que alegavam governar em nome da gente comum. Dois motivos principais explicam essa abrupta e drástica alteração do rumo dos acontecimentos. Em primeiro lugar, as classes baixas, politizadas,

frustraram-se ao perceber que a revolução não as estava beneficiando. A descontrolada economia de livre empresa do governo resultava em preços em constante flutuação e sempre ascendentes. A carestia exasperava particularmente aqueles parisienses que haviam feito agitação nos anos anteriores, exigindo mudanças. Multidões urbanas saíam às ruas, exigindo pão a preços de antes da revolução, enquanto seus porta-vozes pediam que o governo controlasse a vertiginosa inflação. Seus líderes articulavam, outrossim, as frustrações de uma massa de homens e mulheres que se sentiam ludibriados pela constituição. Apesar do papel importante que haviam desempenhado na criação de um novo regime, sentiam-se privados de qualquer participação efetiva em seu funcionamento.

(2) a revolução fora da França

A segunda razão importante para a dramática mudança de rumo foi o fato de a França estar agora em guerra com grande parte da Europa. Desde o início da revolução, os europeus tinham sido compelidos, pela própria intensidade dos fatos que ocorriam na França, a tomar partido no conflito. Aquilo a que já chamamos a primeira revolução conquistou o apoio de uma ampla gama de intelectuais, políticos, homens de negócios e artesãos. Greves e revoltas rebentaram na Alemanha e na Bélgica. Na Inglaterra, radicais filosóficos como Joseph Priestley, o cientista, e Richard Price, um ministro unitário, juntaram-se a homens de negócios como James Watt e Matthew Boulton para pregar a derrubada do privilégio e do absolutismo. Outros opuseram-se ao rumo da revolução desde o começo. Em seu panfleto famoso, *Reflexões sobre a revolução na França*, Edmund Burke denunciava as medidas igualitaristas dos revolucionários. Os monarcas da Europa reagiram com uma solidariedade ao menos passiva aos protestos de Luís XVI, de Maria Antonieta, sua rainha impetuosa e ultraconservadora, e dos nobres emigrados que em breve refugiavam-se nas cortes dos principados alemães, buscando ajuda para sua causa perdida.

É questionável, entretanto, que essa solidariedade se transformasse em oposição ativa se a França não desse mostras, logo, de constituir ameaça à estabilidade internacional e às ambições individuais das grandes potências. Foi essa ameaça que conduziu à guerra de 1792 e que manteve o continente em armas durante toda uma geração.

O impacto da guerra internacional

Esse estado de guerra teve um impacto de máxima importância sobre a formação de atitudes políticas e sociais durante esse período da vida européia. Assim que um país declarava guerra à França, seus cidadãos já não podiam manifestar simpatia pela revolução sem arcar com graves conseqüências. Aqueles que continuavam a apoiar a revolução, como era comum entre a classe dos artesãos e pequenos comerciantes, eram perseguidos e punidos por suas convicções. O fato de alguém possuir na Inglaterra, por exemplo, um exemplar de *Os Direitos do Homem*, de Thomas Paine (1791-1792), uma obra escrita antes da revolução como resposta às *Reflexões* de Burke, bastava como motivo de prisão. À medida que a natureza moderada da primeira fase da revolução deu lugar à violência, negociantes e empresários decidiram esquecer seus sentimentos radicais de alguns anos passados. As guerras contra a França revolucionária passaram a ser encaradas como questão de sobrevivência nacional. Para garantir a segurança interna, parecia, mormente aos ingleses, que o patriotismo exigia não só a condenação dos franceses mas também das idéias vindas da França.

A Declaração de Pillnitz

Os primeiros estados europeus a expressarem preocupação pública com os acontecimentos na França revolucionária foram a Áustria e a Prússia. Não estavam ansiosos por declarar guerra; na época seus interesses concentravam-se na partilha da Polônia entre si. Não obstante, em agosto de 1791 emitiram conjuntamente a Declaração de Pillnitz, na qual afirmavam que a restauração da ordem e dos direitos do monarca na França era uma questão de "interesse comum para todos os soberanos da Europa". Os líderes do governo francês a esse tempo eram os girondinos moderados, muitos dos quais provinham do departamento da Gironda, onde avultava a atividade comercial. Os girondinos contavam com o apoio de regiões interioranas e inclinavam-se a não confiar nos radicais de Paris. Temerosos de perder apoio político na França, tacharam a Declaração de Pillnitz de ameaça à segurança nacional, na esperança de que o entusiasmo provocado por uma guerra unisse os franceses e resultasse também em manifestações que lhes permitissem continuar no governo. Foram auxiliados, nesses propósitos, pelas atividades de monarquistas, dentro e fora da França, cujos complôs e pronunciamentos podiam ser apontados como ameaça adicional, ainda que maior do que era na realidade. A 20 de abril de 1792, a assembléia declarou guerra à Áustria e à Prússia.

O desenrolar da guerra

Embora a facção girondina esperasse que o êxito militar fizesse solidificar a lealdade popular ao regime, muitos radicais antigirondinos pediam a guerra na esperança secreta de que os exércitos da França fossem derrotados, com conseqüente desprestígio para a monarquia. Seria instalada então uma república e os heróicos soldados do povo transformariam a derrota em vitória e levariam as bênçãos da liberdade a todos os oprimidos da Europa. Como haviam esperado os radicais, as forças francesas sofreram sérios reveses. Em agosto de 1792 os exércitos da Áustria e da Prússia haviam atravessado a fronteira e ameaçavam ocupar Paris. A capital foi tomada de raiva e desespero. Corriam boatos de que os desastres militares tinham sido resultado de acordos traiçoeiros com o inimigo, por parte do rei e de seus correligionários conservadores. Por isso, os radicais exigiram com vigor uma ação drástica contra todos os suspeitos de deslealdade para com a revolução. Foi essa situação, mais que qualquer outra coisa, que colocou os extremistas na vanguarda e lhes permitiu conquistar o controle da assembléia e acabar com a monarquia.

O governo durante o segundo estágio: a Convenção Nacional

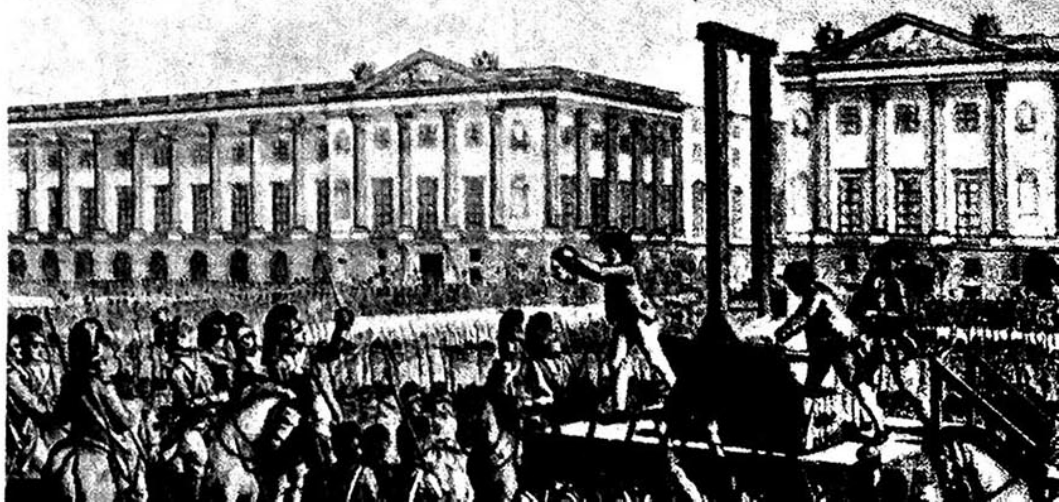
A partir desse ponto, a liderança do país passou para as mãos de uma burguesia "média" de orientação igualitária. Esses novos líderes davam a si mesmos o nome de jacobinos, derivado do clube político parisiense a que pertenciam. Os traços característicos da fase jacobina, a segunda, da Revolução Francesa foi seu republicanismo radical e o "Regime do Terror". Uma das primeiras medidas dos jacobinos foi pedir a todos os franceses que elegessem delegados a uma convenção nacional, incumbida de redigir uma nova constituição, mais republicana. Essa convenção, que se reuniu em setembro de 1792, tornou-se o órgão efetivo do governo do país durante os três anos seguintes. Era composta inteiramente de republicanos; 486 de seus 749 membros eram homens que não tinham participado da assembléia antiga. A 21 de setembro a convenção aboliu a monarquia e proclamou a república. Em dezembro, abriu processo judicial contra o ex-monarca, Luís XVI; em janeiro ele foi condenado à morte, por um voto. Ele e a rainha foram executados

na guilhotina, a medonha decapitadora mecânica que foi um dos mais famosos e temidos instrumentos do fervor revolucionário.

Reformas internas

Entrementes, a convenção voltara a atenção para outras reformas internas. Entre suas realizações mais significativas, nos três anos seguintes, contaram-se a abolição da escravatura nas colônias francesas, a proibição de prisões por dívida, a criação do sistema métrico de pesos e medidas e a revogação do princípio da primogenitura, de modo que a propriedade não fosse herdada exclusivamente pelo filho mais velho, passando a ser dividida em porções substancialmente iguais entre todos os herdeiros imediatos. A convenção tentou também suplementar os decretos da assembléia, eliminando os últimos resquícios do regime senhorial e estabelecendo maior liberdade econômica para os plebeus. As propriedades dos inimigos da revolução foram confiscadas em benefício do governo e das classes inferiores. Grandes fazendas foram divididas e oferecidas à venda aos cidadãos mais pobres, em condições facilitadas. As indenizações que até então haviam sido prometidas aos nobres pela perda de seus privilégios foram subitamente canceladas. Com o objetivo de conter a alta do custo de vida, o governo fixou em lei preços máximos para os cereais e outros artigos de primeira necessidade, e os comerciantes que auferiam altos lucros às custas do povo foram ameaçados com a guilhotina. Outras medidas reformistas foram as que se deram no domínio da religião. Em certo momento desse período fez-se uma tentativa de abolir o cristianismo e substituí-lo pelo culto da Razão. Dentro desse espírito, adotou-se um novo calendário, pelo qual o ano começava no nascimento da república (22 de setembro de 1792) e os meses eram divididos de forma a eliminar o domingo cristão. Mais tarde esse culto da Razão foi substituído por uma religião deísta dedicada à adoração de um Ser Supremo e à crença na imortalidade da alma. Por fim, em 1794, a convenção decretou simplesmente que a religião era assunto privado. Resolveu-se estabelecer uma separação completa entre a Igreja e o Estado e tolerar todos os credos que não fossem ativamente hostis ao governo.

Ao mesmo tempo em que realizava essa revolução política, a liderança da convenção procedia a uma reorganização de seus exércitos,

A execução de Luís XVI. Um revolucionário exibe a cabeça do rei momentos após ter sido decapitada pela guilhotina em janeiro de 1793.

As guerras revolucionárias

com espantoso êxito. Em fevereiro de 1793, a Grã-Bretanha, a Holanda, a Espanha e a Áustria travavam batalha aberta contra os franceses. A entrada da Grã-Bretanha na guerra foi ditada por motivos tanto estratégicos como econômicos. Os ingleses temiam a penetração francesa nos Países Baixos, dos quais estavam separados apenas pelo canal da Mancha. Temiam ainda que a expansão francesa trouxesse séria ameaça para a crescente hegemonia mercantil da própria Grã-Bretanha em todo o mundo. A coalizão aliada que cerrou fileiras contra a França, ainda que unida apenas por seu desejo de conter de alguma forma aquele fenômeno revolucionário enigmático e temível, constituía, não obstante, uma força formidável. Para enfrentá-la, os franceses organizaram um exército que foi capaz de vencer batalha após batalha durante aqueles anos. Em agosto de 1793, o governo revolucionário impôs um tributo sobre toda a população masculina capaz de portar armas. Quatorze exércitos, recrutados às pressas, foram lançados em batalha sob o comando de oficiais jovens e inexperientes. O que lhes faltava em treinamento e disciplina, compensavam em organização improvisada, mobilidade, flexibilidade, coragem e moral. (Na Marinha, contudo, onde a perícia era de suprema importância, os revolucionários franceses jamais lograram igualar o desempenho dos britânicos.) Em 1793-1794, os exércitos franceses defenderam sua pátria. Em 1794-1795, ocuparam os Países Baixos, a Renânia, partes da Espanha, a Suíça e a Savóia. Em 1796 invadiram e ocuparam áreas chaves da Itália e romperam a coalizão que se havia mobilizado contra eles.

A ditadura do Comitê de Salvação Pública

Todavia, esses feitos tiveram seu preço. Para torná-los possíveis, os governantes da França recorreram a um autoritarismo sangrento que veio a ser conhecido como o Regime do Terror. Embora a convenção conseguisse redigir, em 1793, uma nova constituição democrática, baseada no sufrágio masculino, protelou sua adoção devido à emergência criada pela guerra. Na verdade, a convenção passou a prorrogar sua própria vigência ano após ano, delegando cada vez mais sua autoridade a um grupo de doze líderes conhecidos como Comitê de Salvação Pública.

A morte de Marat. Esta pintura do artista francês David imortalizou Marat. A toalha ensangüentada, a caixa e a banheira eram veneradas como relíquias pela revolução.

A essa altura, os girondinos da alta classe média haviam perdido toda influência no seio da convenção. Todo o poder passara para os jacobinos, que, embora pertencessem à classe média, eram ardentes discípulos de Rousseau e campeões dos trabalhadores urbanos.

Entre os líderes da facção extremista e os membros do Comitê de Salvação Pública destacaram-se Marat, Danton e Robespierre. Jean-Paul Marat (1743-1793) tinha estudado medicina e em 1789 já granjeara bastante fama na profissão para ser contemplado com um grau honorário pela Universidade de Santo André, da Escócia. Quase desde o início da revolução apresentou-se como um campeão do povo, opondo-se às asserções dogmáticas de seus colegas burgueses da assembléia, inclusive à idéia de que a França devia moldar seu governo pelo da Grã-Bretanha, que ele considerava oligárquico na forma. Em breve tornou-se vítima de perseguições, sendo obrigado a procurar refúgio em esgotos e enxovias, mas isso não o levou a desistir das tentativas de incitar o povo a defender seus direitos. Em 1793 foi apunhalado no coração por Charlotte Corday, uma moça fanaticamente devotada aos girondinos. Em contraste com Marat, Georges Jacques Danton (1759-1794) só alcançou proeminência quando a revolução já estava em seu terceiro ano, mas, como aquele, orientou sua atividade no sentido de instigar as massas à rebelião. Eleito para o Comitê de Salvação Pública em 1793, teve grande papel na organização do Terror. Com o passar do tempo, porém, parece ter-se cansado de tanta desumanidade e revelado propensão para a transigência. Isso deu uma oportunidade a seus adversários na convenção, e em abril de 1794 ele foi mandado à guilhotina. Conta-se que ao galgar os degraus do cadafalso disse: "Mostrem minha cabeça ao povo. Não é todos os dias que ele vê coisa parecida."

Marat e Danton

Danton

O mais famoso e talvez o maior de todos os líderes extremistas foi Maximilien Robespierre (1758-1794). Pertencente a uma família que passava por ser de origem irlandesa, Robespierre estudou direito e não tardou a conquistar êxito modesto como advogado. Em 1782 foi nomeado juiz criminal, mas em breve exonerou-se do cargo por não tolerar ter de lavrar uma sentença de morte. De temperamento nervoso e tímido, nunca demonstrou grande capacidade prática, mas procurava compensar essa falha com uma devoção fanática aos princípios. Abraçava a convicção de que a filosofia de Rousseau prometia ser a grande esperança de salvação para toda a humanidade. A fim de pô-la em prática estava pronto a empregar todos os meios que pudessem ser eficazes, sem levar em consideração o que isso viesse a custar para si ou para os outros. Essa fervorosa lealdade a uma doutrina que exaltava as massas acabou por lhe granjear uma multidão de adeptos. Na verdade, era tão idolatrado pelo público que pôde usar até o fim da vida os calções, as meias de seda e a cabeleira empoada características da velha sociedade. Em 1791 foi aceito como o oráculo do Clube dos Jacobinos, já então expurgado de todos que não fossem os elementos mais radicais. Mais tarde tornou-se presidente da Convenção Nacional e membro do Comitê de Salvação Pública. Embora seu papel tivesse sido insignificante ou nulo na instauração do Terror, foi largamente responsável pela extensão desse regime. Chegou mesmo a justificar a crueldade como necessária e, portanto, como um expediente louvável para promover o

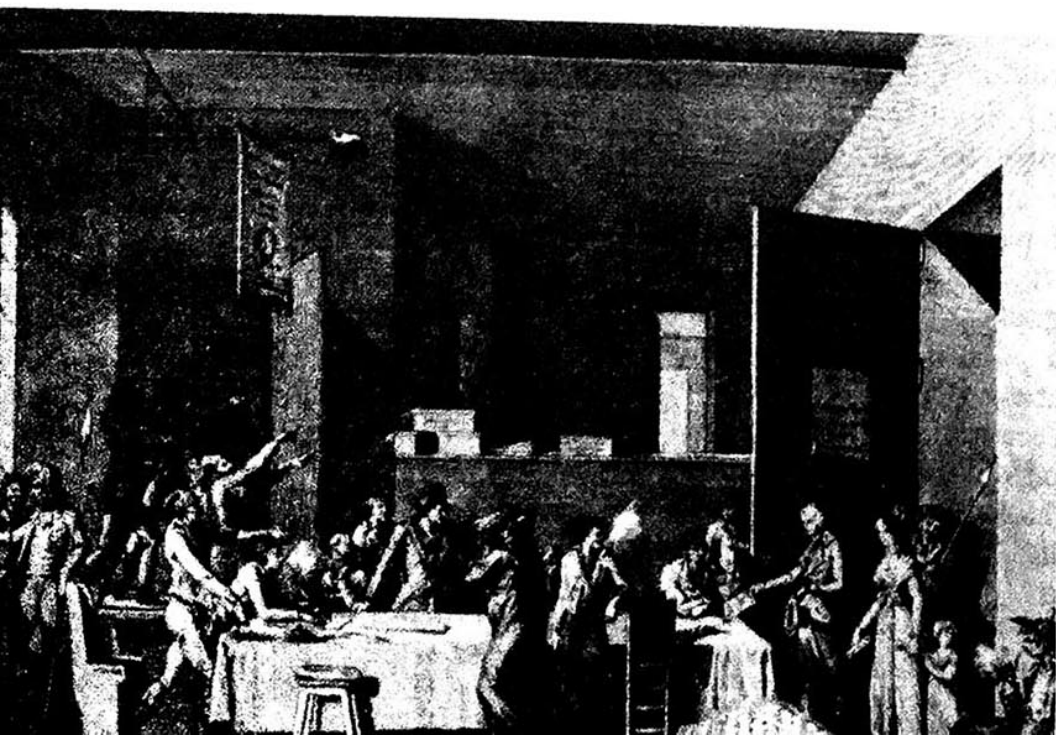
Robespierre

progresso da revolução. Nas últimas seis semanas de sua ditadura virtual rolaram no cadafalso de Paris nada menos de 1.285 cabeças.

O Regime do Terror

Os anos do Terror foram de cruel ditadura na França. Pressionado por inimigos externos, o Comitê enfrentava no âmbito interno sabotagem da direita e da esquerda. Em 1793, um grande grupo de camponeses, que se opunham à conscrição militar e que eram estimulados por agentes britânicos e monárquicos, revoltou-se na área ocidental da Vendéia. Fugitivos girondinos ajudaram a instigar rebeliões nas cidades de Lyon, Bordéus e Marselha. Esse resultado das políticas descentralizadoras da Assembléia Nacional constituiu frutos amargos para o Comitê, que, ao mesmo tempo, via-se diante das críticas desdenhosas de revolucionários ainda mais radicais que eles próprios. Esse último grupo, conhecido como o dos *enragés*, era encabeçado pelo jornalista Jacques Hébert, e ameaçava derrubar não só o governo como o próprio país, através de suas cruzadas extremistas. Resolvido a estabilizar a França a qualquer custo, o Comitê despachou comissionários para o interior, incumbidos de eliminar os inimigos do estado. Durante o período do Terror, de setembro de 1793 a julho de 1794, foram executadas em toda a França cerca de vinte mil pessoas, segundo as estimativas mais dignas de crédito. Uma lei de 17 de setembro de 1793 tornava objeto de suspeição qualquer pessoa que tivesse sido ligada de alguma forma ao governo Bourbon ou aos girondinos; e nenhuma pessoa que fosse suspeita, ou de quem se desconfiasse ser suspeita, estava a salvo de perseguições. Quando, algum tempo depois, perguntaram ao Abbé Sieyès o que fizera para se distinguir durante o Terror, ele respondeu laconicamente: "Sobrevivi".

Realizações do Comitê

Cumpre destacar três pontos com relação ao Comitê de Salvação Pública. Em primeiro lugar, ele inverteu dramaticamente a tendência para a descentralização, que caracterizara as reformas da assembléia. Além de enviar comissionários para sufocar a insurreição nas províncias, o Comitê publicou um *Bulletin des lois*, para informar todos os cidadãos sobre as leis que deviam ser obedecidas. E substituiu autoridades locais, algumas das quais ainda tinham simpatias pela realeza, por seus próprios "agentes nacionais". Em segundo lugar, ao promover os interesses da

Reunião do Comitê Revolucionário durante o Regime do Terror.

A morte de Robespierre.

baixa classe média, o Comitê retardou significativamente o ritmo da transformação industrial na França. Mediante políticas que ajudavam os camponeses, os pequenos artesãos e os lojistas a adquirirem propriedades, o governo estimulou durante essa "segunda revolução" o entrincheiramento de uma classe que era ao mesmo tempo devotada ao princípio do republicanismo e antagônica a uma transformação capitalista em grande escala da economia da França. Em terceiro lugar, o impiedoso Terror do Comitê indubitavelmente logrou seu objetivo, salvando a França da derrota diante de uma coalizão de estados europeus. Se o preço, em termos de vidas humanas, dessa salvação valeu a pena é uma questão que os historiadores — e na verdade todas as pessoas conscientes — talvez nunca venham a resolver.

A reação termidoriana: terceiro estágio

Ainda que conseguisse salvar a França, o Comitê de Salvação Pública não pôde salvar a si mesmo. Não logrou acabar com a inflação, com o que perdeu o apoio daqueles plebeus cujas insatisfações haviam ajudado a levar a convenção ao poder. A longa série de vitórias militares convenceu um número crescente de pessoas de que não mais se justificavam as exigências, por parte do Comitê, de constantes sacrifícios da população, bem como sua insistência na necessidade do Terror. Em julho de 1794 o Comitê achava-se praticamente sem aliados. No dia 27 de julho (9 Termidor, segundo o novo calendário), a convenção "proscreveu" Robespierre e no dia seguinte ele foi executado. Os únicos líderes que restavam na convenção eram homens de tendência mais moderada. Aos poucos, a revolução veio a refletir novamente os interesses da alta burguesia. Foi então desfeita grande parte da obra extremista dos radicais. Revogou-se a lei dos preços máximos e a dos "suspeitos". Os presos políticos foram soltos, os jacobinos tiveram de procurar esconderijos e o Comitê de Salvação Pública foi despojado de seus poderes absolutos. A nova situação possibilitou a volta dos padres, dos monarquistas e de outros emigrados, que vieram juntar o peso de sua influência às tendências conservadoras.

A Constituição de 1795

Em 1795 a Convenção Nacional adotou uma nova constituição, que apunha o sinete da aprovação oficial à vitória das classes abastadas. A constituição concedia o sufrágio a todos os cidadãos adultos do sexo masculino que soubessem ler e escrever. Podiam votar em eleitores, que escolheriam, por sua vez, os membros do corpo legislativo. Para ser eleitor era preciso possuir uma fazenda ou qualquer outra propriedade cuja renda anual equivalesse, no mínimo, a cem dias de trabalho. Os redatores da constituição asseguraram, assim, que a autoridade do governo derivaria efetivamente de cidadãos de fortuna considerável. Não sendo praticável restaurar a monarquia, por se temer a volta da antiga aristocracia ao poder, a autoridade executiva foi investida numa junta de cinco homens, o Diretório, eleita pelo corpo legislativo. A nova constituição incluía não só uma declaração dos direitos mas também uma especificação dos *deveres* do cidadão. Ocupava lugar de destaque entre estes últimos a obrigação de ter presente no espírito que "é sobre a manutenção da propriedade (. . .) que assenta toda a ordem social".

O Diretório

O reinado do Diretório não tem desfrutado, historicamente, de muita simpatia. O grupo de especuladores e aproveitadores arrivistas que ganharam proeminência à medida que se esforçavam por tirar proveito pessoal da guerra não era gente de grandes qualidades. Eram ridicularizados como "*merveilleuses*" exibicionistas e vulgares — homens e mulheres que se vestiam de modo extravagante: aqueles em demasia, estas insuficientemente. No entanto, por mais ansiosos que estivessem por esquecer os excessos de abnegação de vários anos passados, através de exageros e dissipações, não tinham a menor vontade de ver desfeitas as principais realizações da revolução. Não lhes era difícil eliminar as ameaças da esquerda, a despeito de seu fracasso em resolver aquele problema de todos os governos revolucionários, a inflação e o aumento do custo de vida. Quando, em 1796, o radical "Graco" Babeuf[2] lançou uma campanha para abolição de toda propriedade privada e do governo parlamentar, seus seguidores foram presos e executados ou deportados.

Napoleão resgata o Diretório

Eliminar as ameaças provenientes da direita não era tão fácil. As eleições de março de 1797 — as primeiras da França como república — levaram grande número de monarquistas constitucionais aos conselhos de governo. Importantes políticos, entre eles alguns que haviam votado pela execução de Luís XVI, alarmaram-se. O mesmo aconteceu com o jovem e brilhante general do Diretório, Napoleão Bonaparte (1769-1821). Seus planos para uma permanente expansão francesa na Bélgica e na Itália achavam-se ameaçados por um partido "pacifista" e pró-monarquista que urgia o fim da guerra, mesmo que isso significasse a renúncia às recentes conquistas francesas. Ansiosos por salvar a França republicana — e eles próprios — dos monarquistas, os membros do Diretório pediram a ajuda de Napoleão, que mandou um general em seu auxílio. Havendo garantido assim o apoio do exército, em setembro de 1797 o Diretório anulou a maioria dos resultados das eleições da primavera anterior. No entanto, seu golpe ousado em pouco contribuiu para encerrar a irresolução política do país. Dois anos depois, após uma série de outros levantes abortados e expurgos, e com a nação ainda

[2] Assim chamado em homenagem ao tribuno romano Caio Graco, herói popular.

atormentada por uma grave inflação, Bonaparte aproveitou sua oportunidade para preencher o vácuo de liderança que havia na França. Deixando seu exército, que tentava livrar-se da supremacia naval dos britânicos no Egito, Bonaparte apareceu na França. Ganhando as boas graças do desesperado Diretório, Napoleão pareceu-lhes a resposta às suas orações: um forte líder popular que não era um rei. O Abbé Sieyès, que no passado se manifestara a favor da revolução em nome do terceiro estado, agora apoiava a contra-revolução em nome da ditadura virtual: "Confiança em baixo, autoridade em cima." Com essas palavras, Sieyès prenunciava o fim do período revolucionário.

4. NAPOLEÃO E A EUROPA

O caráter de Napoleão Bonaparte

Na história ocidental, poucos homens galvanizaram a atenção do mundo como fez Napoleão Bonaparte durante os quinze anos de seu governo absolutista na França. E poucos homens lograram, como ele, continuar a viver como um mito – não só para o seu próprio povo, mas para toda a Europa. Sem dúvida, parte da persistência do mito napoleônico pode ser atribuída ao fato de Napoleão nunca ter tentado disfarçar suas origens pouco fidalgas. Embora nascido na Córsega, de uma família que detinha um título de nobreza concedido pela República de Gênova, ele cultivava as maneiras rudes do arrivista, perdendo as estribeiras, trapaceando no jogo, tirando partido das situações como podia, sem atentar às convenções da sociedade polida. Com esse comportamento, ganhava as simpatias dos cidadãos de uma Europa triunfantemente burguesa. No espírito de seus admiradores ele seria sempre o "pequeno corporal" (cabo), que, sem os privilégios do aristocrata, chegara ao topo por seus próprios meios.

Suas aptidões

Contudo, o mito fundava-se também num fato importante – a indubitável capacidade de Bonaparte. Educado na França e na academia militar de Paris, ele possuía um espírito compatível com as idéias do Iluminismo – criativo, imaginativo e pronto a repensar as coisas. Seus principais interesses eram a história, o direito e a matemática. Como líder, suas qualidades especiais repousavam em sua capacidade de conceber planos financeiros, legais ou militares e depois dominar cada um de seus pormenores; em sua capacidade de inspirar outras pessoas, mesmo aquelas que de início se opunham a ele; e em sua convicção de ser, por destino, o salvador da França. Essa última convicção tornou-se a obsessão que o conduziu à ruína. Mas uma suprema autoconfiança era aquilo de que carecera o governo francês desde os primeiros dias da revolução. Napoleão acreditava tanto em si próprio como na França. Essa última crença era o tônico de que necessitava agora a França, e Napoleão dispôs-se a administrá-lo em doses generosas e vivificantes.

Reformas napoleônicas: (1) finanças

De 1799 a 1804 Napoleão governou com o título de primeiro cônsul, mas na realidade como ditador. Mais uma vez, a França ganhou uma nova constituição. Ainda que o documento falasse em sufrágio masculino universal, o poder político estava investido, através do meio já familiar de eleição indireta, nas mãos de empresários e profissionais de classe média. Percebendo, porém, que seu regime adquiriria maior substância se pudesse dar a impressão de ser o governo do povo da França, Bonaparte instituiu aquilo que se tornou desde então um

freqüente expediente autoritário: o plebiscito. Pediu-se aos votantes que aprovassem a nova constituição, o que eles fizeram com resultados que foram sonoramente proclamados: 3.011.107 votos a favor, 1.567 contra.

Napoleão. Famoso retrato inacabado, de autoria de David.

Embora a constituição estipulasse um corpo legislativo, esse órgão não podia iniciar nem discutir projetos de lei. O primeiro cônsul utilizava um Conselho de Estado para redigir suas leis; na verdade, porém, o governo dependia da autoridade de um único homem. Bonaparte não tinha nenhum desejo de desfazer as principais reformas igualitárias da revolução. Reconfirmou a abolição dos estados, dos privilégios e das liberdades locais, assim reconfirmando também a idéia de uma meritocracia, de "carreiras abertas ao talento", cara aos corações da classe média. Através da centralização dos departamentos administrativos, ele alcançou o que nenhum regime francês recente havia até então conseguido, um sistema tributário ordeiro e de modo geral justo. Proibindo o tipo de isenções antes concedidas à nobreza e ao clero, e centralizando a arrecadação, seu plano possibilitou-lhe preparar um orçamento racional, fixando as despesas e, conseqüentemente, o endividamento. Dessa maneira, reduziu a espiral inflacionária em que se haviam emaranhado tantos governos no passado.

(2) educação e leis

A mais importante realização de Bonaparte foi completar as reformas educacionais e jurídicas começadas durante o período revolucionário. Determinou a criação de *lycées* (ginásios, liceus) em todas as cidades de maior porte e de uma escola em Paris para preparação de professores. Como complemento a essas mudanças, Napoleão colocou as escolas militares e técnicas sob a direção do estado e fundou uma universidade nacional para supervisionar todo o sistema. Como quase todas suas reformas, essa foi de especial benefício para a classe média; o mesmo se pode dizer do novo código legal promulgado em 1810. O Código Napoleão, como se chamava o novo corpo de leis, refletia dois princípios que se haviam insinuado em todas as mudanças constitucionais desde 1789: uniformidade e individualismo. O código tornou o direito francês uniforme, declarando para sempre abolidos os costumes e privilégios do passado. Ao proteger, de várias maneiras, o direito do indivíduo à propriedade, ao autorizar novos métodos para a redação de contratos, as concessões e a formação de sociedades por ações, e ao novamente proibir os sindicatos, o código era de sumo benefício a empresários e homens de negócios individualistas.

(3) reconciliação

Para realizar essas reformas Napoleão recorreu aos homens mais talentosos de que podia dispor, quaisquer que fossem suas afiliações políticas passadas. Recebeu de volta no país emigrados de todos os matizes políticos. Seus dois colegas de consulado – seriam co-executivos, mas só nominalmente – eram um regicida dos anos do Terror e um burocrata do Antigo Regime. Seu ministro da Polícia tinha sido um republicano radical extremista; seu ministro de Negócios Estrangeiros era Talleyrand, um aristocrata oportunista. A obra de reconciliação política foi ajudada pela concordata de 1801 com o papa, reunificando a Igreja e o Estado. Embora a concordata desagradasse antigos jacobinos anticlericais, Napoleão, sempre pragmático, acreditava ser necessária a reconciliação da Igreja e do Estado por motivos de harmonia nacional e de solidariedade internacional. Segundo os termos da concordata, o papa ganhava o direito de depor os bispos franceses e disciplinar o clero.

Ao mesmo tempo, o Vaticano concordava em arquivar quaisquer queixas contra a expropriação de terras da Igreja. Daí em diante, essas propriedades permaneceriam intocadas nas mãos de seus novos titulares rurais e urbanos, de classe média. Em troca, garantiu-se ao clero uma pensão paga pelo estado. A concordata nada fez no sentido de revogar o princípio de liberdade religiosa estabelecido pela revolução. Embora o clero católico romano recebesse dinheiro do estado, o mesmo acontecia com o clero protestante.

Napoleão é coroado imperador

O acordo de Napoleão granjeou-lhe o apoio daqueles conservadores que haviam temido pelo futuro da França como um estado ateu. Para provar aos velhos jacobinos, por sua vez, que ele continuava a ser um filho da revolução que haviam feito, Napoleão invadiu em 1804 o estado independente de Baden para prender e depois executar o duque de Enghien, parente dos Bourbons, a quem Napoleão acusou falsamente de uma conspiração contra sua vida. (Três anos antes ele havia deportado mais de cem jacobinos com base em idêntica acusação, mas sem repercussões políticas duradouras.) O ato compensatório só serviu para aumentar a popularidade geral de Napoleão. Em 1802 o povo francês dispôs-se a aceitá-lo como cônsul vitalício. Em 1804, regozijou-se quando, na catedral de Notre Dame, em Paris, ele coroou a si mesmo como o imperador Napoleão I.

Alianças antifrancesas

Além das fronteiras da França, as nações da Europa haviam assistido, algumas com admiração, outras com horror, mas todas atônitas, ao fenômeno que era Napoleão. Haviam combatido a França desde 1792 na esperança de preservar a estabilidade européia. Agora viam-se a braços com a mais séria ameaça à estabilidade já surgida. A história pormenorizada das guerras travadas para conter os franceses é complexa e de pouca relevância para as idéias, instituições e sociedades que estamos analisando. Bastará dizer que entre 1792 e 1795 a França estivera em guerra com uma coalizão de potências européias – principalmente Áustria, Prússia e Grã-Bretanha. Em 1795 a Prússia retirou-se da luta, financeiramente exaurida e em desavença com a Áustria. Em 1797, os austríacos, derrotados por Bonaparte no norte da Itália, retiraram-se também, assinando o Tratado de Campo Formio, pelo qual cederam à França territórios na Bélgica, onde reconheceram a República Cisalpina que Bonaparte havia fundado na Itália, e concordaram com a ocupação francesa da margem esquerda do Reno.

Tratado de Lunéville

No ano seguinte, a Grã-Bretanha ficou sozinha na guerra contra a França. Em 1798 formou uma segunda coalizão contra os franceses, agora com a Rússia e a Áustria. Os resultados não diferiram significativamente dos da primeira tentativa aliada para conter a França. A Rússia e a Áustria não lograram êxito em expulsar os franceses da Itália; da mesma forma os franceses não conseguiram quebrar a vantagem britânica no mar. Em 1801 a coalizão estava em frangalhos, tendo a Rússia se retirado dela dois anos antes. O Tratado de Lunéville, firmado pela França e pela Áustria, confirmou as cláusulas de Campo Formio; ademais, foram legitimadas as chamadas repúblicas Batava, Helvética, Cisalpina e da Ligúria, criadas por Napoleão em territórios dos Países Baixos, Suíça, Itália e Piemonte. Os austríacos aquiesceram também com uma reformulação geral do mapa da Alemanha, o que acabou tendo como conseqüência um amálgama de estados semi-independentes, sob controle da França, na Confederação do Reno. No ano seguinte, a

Grã-Bretanha, já incapaz de lutar sozinha, entrou também em acordo com os franceses, devolvendo todos os territórios que havia capturado em batalhas coloniais no ultramar, com exceção de Trinidad e Ceilão.

Reformas de Napoleão na Europa

Durante o reinado de Napoleão, os territórios da Europa central passaram por uma revolução: uma total reorganização de governo, que impôs as principais reformas igualitárias da Revolução Francesa a terras fora das fronteiras da França, ao mesmo tempo que construía um império francês. As áreas mais afetadas foram territórios na Itália (o "Reino da Itália", como se dizia então), a Alemanha (a Confederação do Reno, que incluía o recém-criado Reino da Vestfália), a Dalmácia (as províncias ilírias) e a Holanda. (A Bélgica já se encontrava integrada diretamente ao império.) Em todos esses territórios Napoleão adotou um sistema administrativo meticuloso e cuidadosamente organizado, baseado na idéia de carreiras abertas ao talento, igualdade perante a lei e abolição dos antigos costumes e privilégios. O programa napoleônico de reforma no império representou uma aplicação dos princípios que já haviam transformado a França pós-revolucionária. Foram liquidados os tribunais senhoriais e abolidos os eclesiásticos. As províncias foram ligadas numa imensa rede burocrática que chegava até Paris. Codificaram-se as leis, modernizou-se o sistema tributário e em toda parte os indivíduos ganharam liberdade para trabalhar em qualquer ofício que escolhessem. A única liberdade negada ao longo de toda nova e grandiosa hegemonia foi a de autonomia; ou seja, todos os atos governamentais emanavam de Paris e, por conseguinte, de Napoleão. Apesar disso, negociantes e profissionais burgueses, que se haviam exasperado com as restrições que lhes eram impostas por mesquinhas tradições despóticas, receberam com agrado essa oportunidade de exercer seus talentos em maior grau do que jamais haviam gozado.

O Bloqueio Continental

Não foram de modo algum altruístas os motivos que levaram Napoleão a introduzir essas várias mudanças radicais. Percebia que a defesa de seu enorme domínio dependia de administração eficiente e de racionalidade na arrecadação e dispêndio de fundos para seus exércitos. No entanto, sua mais ousada tentativa de consolidação, uma política que proibia a importação de mercadorias britânicas para o continente europeu, foi um fracasso. Esse "Bloqueio Continental", criado em 1806, foi imaginado como uma medida estratégica na contínua guerra econômica de Napoleão contra a Grã-Bretanha. Seu objetivo era destruir o comércio e o crédito da Grã-Bretanha – obrigá-la à rendição, pela inanição econômica. O bloqueio fracassou por vários motivos, entre os quais se destacava o fato de a Grã-Bretanha conservar o controle dos mares. O bloqueio naval imposto pelos britânicos ao continente em 1807, serviu, por conseguinte, como um efetivo obstáculo à estratégia napoleônica. Enquanto o império se esfalfava para transportar mercadorias e matérias-primas por terra, a fim de evitar o bloqueio naval da Grã-Bretanha, os ingleses agiam com sucesso no sentido de desenvolver um ativo comércio com a América do Sul. As tarifas internas foram uma segunda razão para o fracasso do Bloqueio Continental. Napoleão não conseguiu persuadir cada um dos territórios a aderir a uma união alfandegária isenta de direitos. Conseqüentemente, a Europa permaneceu dividida em campos econômicos, protegidos uns contra os outros por tarifas aduaneiras e em desavenças constantes, enquanto tentavam subsistir com apenas o que o continente podia

produzir e manufaturar. O motivo final para o colapso do Bloqueio Continental de Napoleão foi o simples fato de o continente ter mais a perder do que a Grã-Bretanha. O comércio estagnou; os portos e os centros manufatureiros viam com irritação aumentar o desemprego.

5. O FIM DA ERA REVOLUCIONÁRIA

Razões para a queda de Napoleão

O Bloqueio Continental foi o primeiro erro grave de Napoleão, bem como uma das causas de sua queda final. Uma segunda causa do declínio de Napoleão foi sua ambição ilimitada e o altíssimo conceito que fazia de si mesmo. A meta de Napoleão era uma Europa unida, segundo o modelo do Império Romano. Os símbolos de seu império – que se refletiam na pintura, na arquitetura e no desenho de móveis e roupas – eram de origem deliberadamente romana. Mas a Roma de Napoleão era, incontestavelmente, a Roma imperial, dinástica. Os arcos e colunas triunfais que ele fizera erigir para comemorar suas vitórias lembravam os monumentos ostentatórios dos imperadores romanos. Fez de seus irmãos e irmãs monarcas dos reinos recém-criados, que ele controlava de Paris. Divorciou-se de sua primeira mulher, a imperatriz Josefina, pretextando o fato de ela não lhe dar filhos, e garantiu um sucessor de sangue real casando-se com uma representante da casa de Habsburgo. Até mesmo seus admiradores começaram a questionar se o império de Napoleão não seria simplesmente um despotismo maior, mais eficiente, e, por conseguinte, em última instância mais perigoso que as monarquias do século XVIII. A guerra rebentou novamente em 1805, com russos, prussianos e austríacos juntando-se aos ingleses numa tentativa de conter a França. Entretanto, em vão. A superioridade militar de Napoleão levou-o a derrotar, sucessivamente, todos os três aliados do continente. Por fim, foi a recusa do próprio imperador em reconhecer que sua disponibilidade de homens e materiais, bem como sua boa sorte, não eram ilimitados que lhe trouxe a derrota.

Invasão da Espanha

Em 1808 Napoleão invadiu a Espanha, a pretexto de proteger suas costas contra os ingleses, mas com a intenção de entregar a coroa espanhola a seu irmão José. Mal havia sido coroado o novo monarca, o povo espanhol levantou-se em revolta. Conquanto Napoleão mandasse um exército contra os espanhóis, nunca conseguiu esmagar inteiramente a insurreição. Com incentivo e ajuda dos britânicos, os espanhóis mantiveram uma série de guerrilhas que ocasionavam incessantes despesas e aborrecimentos ao grande cabo-de-guerra da França. Ademais, a coragem dos espanhóis em resistirem ao invasor fez surgir um espírito de desafio em outros lugares, com o resultado de que Napoleão não pôde mais contar com a docilidade de qualquer uma de suas vítimas.

A campanha da Rússia

Uma fase mais fatídica na queda do aventureiro corso foi a ruptura de sua aliança com a Rússia. Como país puramente agrícola, a Rússia vira-se a braços com uma grave crise econômica quando não pôde mais, em razão do Bloqueio Continental, trocar o excesso de sua produção de cereais por manufaturados ingleses. A conseqüência disso foi que o czar Alexandre I Pavlovitch, começou a fechar os olhos ao comércio com a Inglaterra, não dando ouvidos aos protestos de Paris ou respondendo-lhes com evasivas. Em 1811 Napoleão chegou à conclusão de que não podia mais tolerar esse desrespeito ao Bloqueio Continental. Reu-

niu um exército de 600.000 homens e, na primavera de 1812 pôs-se em marcha para punir o czar. A campanha terminou em desastre. Sem oferecer resistência, os russos atraíram os franceses cada vez mais para o interior de seu território. Finalmente, permitiram a Napoleão ocupar a antiga capital, Moscou. Entretanto, na mesma noite da entrada dos franceses, irrompeu na cidade um incêndio de origem suspeita. Quando as chamas finalmente declinaram, pouco mais restava do que as paredes tisnadas do Kremlin para abrigar as tropas invasoras. Na esperança de que o czar acabasse por se render, Napoleão deixou-se ficar durante mais de um mês entre as ruínas e só a 22 de outubro resolveu iniciar a marcha de regresso. A demora foi um erro fatal. Muito antes de ter Napoleão alcançado a fronteira, o terrível inverno russo caiu sobre suas tropas. Rios engrossados, montanhas de neve e lamaçais sem fundo retardavam e quase detinham a retirada. Além das calamidades de um frio insuportável, das doenças e da fome, cossacos montados surgiam dentre a nevasca para fustigar as tropas exaustas. A cada manhã, o miserável remanescente a se arrastar na fuga deixava para trás círculos de cadáveres à volta das fogueiras da noite anterior. A 13 de dezembro, alguns milhares de soldados alquebrados atravessaram a fronteira da Alemanha – uma ínfima porção daquele que se intitulara orgulhosamente o "Grande Exército". Perto de 300.000 vidas tinham sido sacrificadas na aventura de Napoleão na Rússia.

A Batalha de Waterloo

Os aliados então tiraram partido do esgotamento das forças de Napoleão para arquitetar a vitória. Em março de 1814 seus exércitos estavam em Paris e Napoleão preparava-se para a rendição. Exilado na ilha de Elba, no Mediterrâneo, ele tramou voltar, enquanto seu sucessor, Luís XVIII, irmão de Luís XVI e escolhido pelos aliados, tentava preencher um espaço demasiado grande para seu medíocre talento. Na primavera de 1815, Napoleão retornou à França, onde foi recebido entusiasticamente. No entanto, as reativadas lealdades não conseguiram sobreviver à sua derrota final na batalha de Waterloo, na Bélgica, a 18 de junho de 1815. Dessa vez os aliados desterraram-no para a minúscula ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, onde ele morreu em 1821.

A era da revolução: liberdade, igualdade, nacionalidade

Para apreciarmos o impacto dessa era de revolução sobre a civilização ocidental, devemos examinar as idéias e instituições que ela fomentou na história da Europa e da América nos séculos XIX e XX. A liberdade – o direito de agir no mundo com responsabilidade apenas perante si próprio – era uma idéia cara àqueles que fizeram a Revolução Francesa, e que permaneceu incorporada às reformas que ela produziu. O mesmo acontecia com a igualdade – a idéia de leis racionais aplicadas uniformemente a todos, independentemente de nascimento ou posição social. O orgulho nacional – o terceiro legado dessa era – foi incutido no coração do povo francês enquanto esse via seus exércitos populares repelir ataques contra as recém-conquistadas liberdades. Foi instilado, outrossim, naqueles cuja oposição aos franceses os tornava mais conscientes de sua própria identidade nacional. Esses três conceitos – liberdade, igualdade e nacionalidade – haviam deixado de ser meras idéias; como leis e como uma nova maneira de encarar a vida, repousavam no âmago da realidade européia. Constituíam, em conjunto, um dos dois elementos sobre os quais uma nova classe dominante – a classe média – agora ascendia ao poder. O outro elemento – o sucesso econômico – é o tema do próximo capítulo.

Capítulo 20

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Providência atribuiu ao homem a função gloriosa de aprimorar de maneira imensa as produções da natureza mediante uma cultura judiciosa, de transformá-las em objetos de conforto e elegância com o menor dispêndio possível de trabalho humano – uma atitude que, inegavelmente, constitui o fundamento de nosso Sistema Fabril.

– Andrew Ure, *A Filosofia das Manufaturas*

Uma revolução européia: a classe comercial

Já ocorreram muitas revoluções na indústria durante a história da civilização ocidental, e indubitavelmente ocorrerão muitas mais. Os períodos de rápida transformação tecnológica são amiúde – e com razão – chamados revoluções. Historicamente, porém, houve apenas uma Revolução Industrial. Desenrolando-se durante um século, a partir de 1780, ela testemunhou a primeira conversão de uma economia rural e artesanal numa economia dominada pela manufatura urbana e de propulsão mecânica.

Não foi por acaso que ela ocorreu na Europa. Embora em meados do século XVIII a Europa ainda fosse um continente predominantemente agrícola e embora a maior parte de seu povo continuasse analfabeto e as pessoas estivessem destinadas a levar uma existência miserável, junto do lugar onde haviam nascido – a despeito dessas condições, que a nossos olhos poderiam fazer a Europa parecer "subdesenvolvida", decerto ela não era nada disso. Os comerciantes e mercadores europeus eram vistos como os principais manufaturadores e comerciantes do mundo. Os governantes confiavam em que essa classe de homens lhes proporcionasse os meios com que manter a economia de seus estados, tanto em termos de florescente atividade comercial como de triunfantes exércitos e esquadras. Por sua vez, a maior parte desses homens havia feito com que os governantes entendessem que suas riquezas, investidas em terra, em comércio, ou em ambas as coisas, eram deles e de mais ninguém. Esse entendimento, substanciado pelos contratos escritos que estavam substituindo os costumes tácitos e reconhecidos imemorialmente, ajudava a persuadir os mercadores, os banqueiros, os comerciantes e os empreendedores de que viviam num mundo racional, estável e previsível. Acreditando ser o mundo assim, moviam-se nele com confiança e com esperança de prosperar. Somente na Europa pode-se encontrar, no século XVIII, esses pressupostos e essa classe de homens; só através das

atividades de tal classe é que a Revolução Industrial poderia ter acontecido.

Expansão dos mercados

Esses capitalistas não poderiam ter prosperado na falta de um mercado em expansão para seus produtos. A existência desse mercado ajuda a explicar por que a Revolução Industrial teve lugar na Europa. Desde o começo do século XVII, a exploração comercial ultramarina tinha estado a abrir novos territórios ao comércio europeu. A Índia, a África, a América do Norte e a do Sul haviam sido integradas ao esquema da expansão econômica européia. As colônias e as dependências comerciais ganhavam feição econômica à vontade da Europa. Nem mesmo os Estados Unidos, recém-independentes, tinham sido capazes de declarar sua independência econômica. Quaisquer que fossem os novos planos formulados pela Europa, todos seriam obrigados a se acomodar às suas exigências.

Crescimento populacional

Um terceiro fator que contribuiu para que a revolução ocorresse na Europa foi o contínuo crescimento de sua população. Na Inglaterra, a população cresceu de aproximadamente 4 milhões de habitantes em 1600 para cerca de 6 milhões em 1700 e 9 milhões em 1800. A população francesa passou de 17 milhões em 1700 para 26 milhões um século depois. O crescimento demográfico em tal escala proporcionou, tanto quanto a expansão ultramarina, um mercado sempre crescente para bens manufaturados. Fornecia, ademais, uma reserva adequada – e mais tarde um excedente – de homens, mulheres e crianças para trabalharem na manufatura desses bens, em casa ou nas fábricas.

No entanto, embora esses fatores – uma florescente classe comercial, mercados crescentes e aumento populacional – ajudem a explicar por que a Revolução Industrial ocorreu na Europa setecentista, não nos dizem muito a respeito de suas origens. Para compreendê-las, temos de transferir nossa atenção da Europa como um todo para seu estado mais próspero, a Inglaterra.

1. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA INGLATERRA

Por que na Inglaterra? (1) uma economia de abundância

Foi na Inglaterra que começou a Revolução Industrial. A economia inglesa havia progredido mais que a de qualquer outro país em direção à abundância. Nos termos mais simples possíveis, podemos dizer que um menor número de pessoas estavam ali empenhadas na luta mesquinha para apenas sobreviver; que mais pessoas estavam em condições de vender o excedente das mercadorias que produziam a um mercado que se expandia constantemente; e que mais pessoas dispunham de dinheiro suficiente para adquirir os bens oferecidos no mercado. Os trabalhadores ingleses, ainda que mal remunerados, gozavam de um padrão de vida superior ao dos seus companheiros do continente. Comiam pão branco, e não o preto, além de carne, com certa regularidade. Já que menor proporção de sua renda era gasta em alimentação, podiam ocasionalmente dispor de algum dinheiro para artigos que eram comprados, e não feitos em casa.

Outro indício dessa crescente fartura foi o número de leis para o fechamento de terras agrícolas aprovadas pelo parlamento inglês, simpático ao capitalismo, na última metade do século XVIII. Embora privasse os trabalhadores agrícolas do direito de partilhar o uso das

terras comuns, como tinham feito no passado, o fechamento de campos, pastos e terrenos ermos e sua transformação em terras cercadas, em regime de propriedade individual e administração de capitalistas, significava um aumento da oferta de alimentos para uma população crescente e cada vez mais urbanizada. Um indício adicional da abundância que se verificava na Inglaterra era sua crescente acumulação de capital excedente, derivado de investimentos em terras e em comércio, e disponível para novas inversões que financiassem outros empreendimentos econômicos. Os capitalistas ingleses dispunham de dinheiro suficiente para custear e manter uma revolução industrial.

Abundância: alimentos e capitais

A revolução, porém, necessitava de alguma coisa mais, além de dinheiro. Exigia hábitos mentais que encorajassem investimentos em atividades arriscadas, mas que encerravam enormes possibilidades de lucro. Na Inglaterra, muito mais do que no continente, a busca da riqueza era vista como um digno objetivo na vida. A partir da Renascença, a aristocracia continental havia cultivado a idéia de conduta "cavalheiresca", em parte para se proteger dos avanços sociais que vinham de baixo. Os aristocratas ingleses, cujos privilégios eram modestos em comparação com os dos nobres do continente, nunca deixaram de respeitar aqueles que ganhavam dinheiro; tampouco se esquivavam a ganhar eles próprios o que pudessem. Investiam e especulavam. A pressa que se deram para cercar suas terras refletia essa simpatia pelo capitalismo agressivo. Abaixo da aristocracia, era ainda mais tênue a barreira que separava os comerciantes urbanos da "nobreza" rural. Na maioria, os homens que atuaram como pioneiros nos primeiros anos da Revolução Industrial vinham da pequena nobreza ou da classe dos *yoemen*. A um grau desconhecido no continente, homens com esse tipo de antecedentes sentiam-se à vontade para subir até onde os levassem, na escala social e econômica, as suas aptidões.

(2) clima de opinião

Não se pense, porém, que a Inglaterra do século XVIII estivesse isenta de esnobismos sociais: os nobres desprezavam os banqueiros, tal como estes menoscabavam os artesãos. No entanto, o desdém de um nobre poderia ser atenuado pelas origens de seu próprio avô, empregado numa casa contábil. E o banqueiro de bom grado emprestaria dinheiro ao artesão se estivesse convencido de que a invenção deste poderia render a ambos uma fortuna. Os ingleses, como nação, não temiam os negócios. Respeitavam as pessoas sensatas, práticas e bem-sucedidas financeiramente. Robinson Crusoé, o empreendedor numa ilha deserta, era um de seus modelos. No romance de Daniel Defoe, publicado em 1719, o herói havia usado a inteligência para dominar a natureza e tornar-se senhor de uma florescente economia. Seu triunfo não era nada diminuído por ser de natureza terrena. Longe disso. "É nossa vaidade que nos impele adiante", declarou o economista Adam Smith, defensor do capitalismo de *laissez-faire*. E cabia agradecer a Deus, por essa abençoada vaidade! O desejo individual de sucesso agia no sentido de gerar prosperidade para a nação como um todo.

Respeito pelo sucesso financeiro

A prosperidade da Inglaterra no século XVIII baseava-se num mercado em expansão para todos os produtos que manufaturava. As pequenas dimensões do país e o fato de ser ele insular estimulavam o desenvolvimento de um mercado interno em escala nacional. A inexistência de um sistema de direitos e tarifas internas, como o que havia no continente, significava que as mercadorias podiam ser transferidas livre-

(3) mercados crescentes

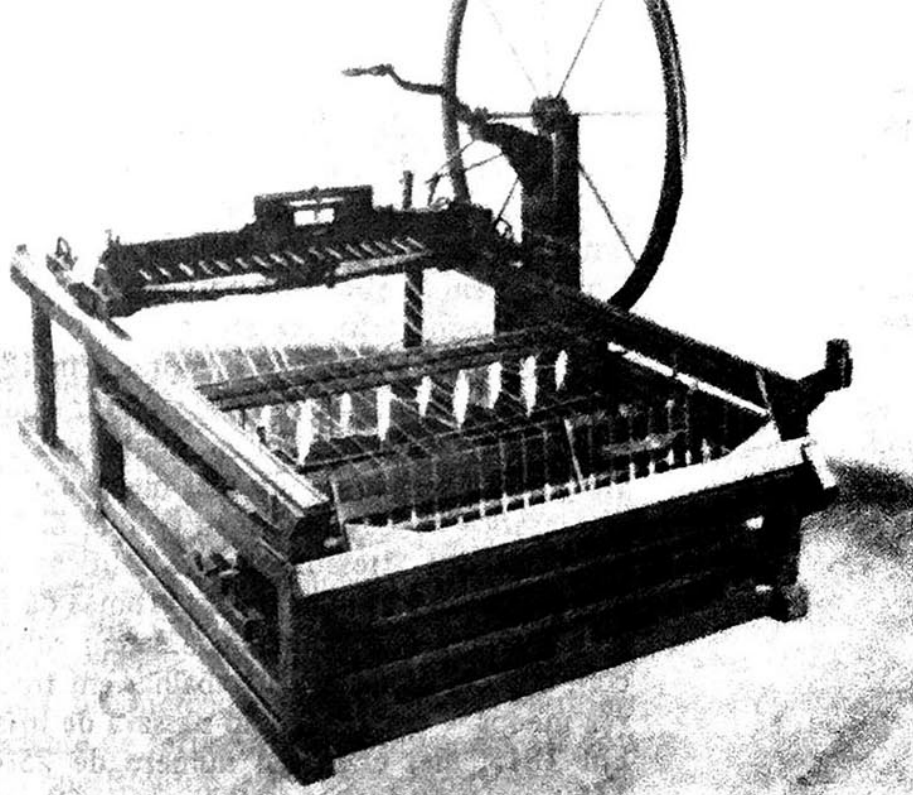
mente para o lugar onde alcançassem o melhor preço. Essa liberdade de movimento era ajudada por um sistema de transportes em constante aperfeiçoamento. Nos anos que antecederam a Revolução Industrial, o Parlamento aprovou uma média de quarenta leis por ano para financiamento de estradas; durante o mesmo período assistiu-se à construção de canais e à abertura de portos e vias navegáveis. Ao contrário do governo da França, cujas embaraçosas políticas mercantilistas com freqüência obstavam o progresso econômico, o Parlamento inglês acreditava que a melhor maneira de ajudar os negociantes era contribuir para que eles ajudassem a si mesmos.

Expansão ultramarina

Os membros do Parlamento tinham todos os motivos para promover o sucesso econômico da Inglaterra. Alguns eram negociantes, eles próprios; outros haviam feito grandes investimentos no comércio. Daí provinha a ânsia que demonstravam em incentivar oficialmente a construção de canais, a criação de bancos e o cercamento de campos comuns. E também daí sua insistência, durante todo o século XVIII, em que a política exterior da Inglaterra correspondesse às suas necessidades comerciais. Ao final de toda guerra importante do século, a Inglaterra despojava seus inimigos de territórios ultramarinos. Ao mesmo tempo, a Inglaterra estava penetrando em portos e territórios até então inexplorados, na Índia e na América do Sul, em busca de novos mercados e recursos potenciais. Os ingleses possuíam uma marinha mercante capaz de transportar mercadorias a todos os recantos do mundo, bem como uma força naval experimentada na arte de proteger suas frotas comerciais. Londres, já então importante centro do comércio mundial, servia como empório para a transferência de matérias-primas, capital e produtos manufaturados. Em 1780, os mercados da Inglaterra, juntamente com sua frota e sua posição firmada como centro do comércio mundial, combinaram-se para produzir um potencial de expansão capaz de determinar a eclosão da Revolução Industrial.

A indústria do algodão

Os empresários e técnicos ingleses responderam com alterações revolucionárias na produção de tecidos de algodão. Ainda que no século XVIII a Inglaterra produzisse muito menos artigos de algodão do que de lã, o volume em que eram manufaturados em 1760 bastava para dar à indústria do algodão uma categoria superior à de incipiente. Tarifas que tornavam proibitivas as importações de tecidos de algodão das Índias Orientais e que haviam sido impostas pelo Parlamento para estimular a venda de artigos de lã, serviram na verdade para dar incentivo à produção interna de roupas de algodão. Assim, ao ocorrer finalmente a revolução, ela se deu numa indústria já firmada. Entretanto, sem a invenção de algum tipo de maquinaria que melhorasse a qualidade do fio de algodão retorcido, não teria acontecido o avanço necessário. A invenção da lançadeira volante (*fly-shuttle*), que acelerou enormemente o processo de tecelagem, só tornou mais gritante o gargalo no processo de fiação. O problema foi resolvido pela invenção de uma série de mecanismos relativamente simples, dos quais o mais importante foi a *spinning jenny*, inventada por James Hargreaves, carpinteiro e tecelão, em 1764 (a patente foi de 1770). A *spinning jenny*, assim chamada em homenagem à esposa do inventor, cujo nome era Jenny, era uma roda de fiar múltipla, capaz de produzir dezesseis fios ao mesmo tempo. Contudo, os fios que produzia não eram bastante fortes para ser utilizados como fibras longitudinais, ou urdimento, do fio de algodão.

A "spinning jenny". Inventada por James Hargreaves em 1764.

Só com a invenção do bastidor hidráulico de Richard Arkwright, um barbeiro, em 1769, é que se tornou possível a produção intensiva das tramas longitudinais e latitudinais (trama). Essa invenção, juntamente com a da mula fiadora (*spinning mule*), concebida por Samuel Crompton em 1779, e que combinava as características da *spinning jenny* com as do bastidor hidráulico, solucionou os problemas que até então haviam restringido a produção de panos de algodão. Esses mecanismos aumentaram enormemente a vantagem mecânica sobre a roda de fiar. A *jenny* era capaz de produzir de seis a 24 vezes mais fio do que a roca; no fim do século, a mula produzia de 200 a 300 vezes essa quantidade. Além disso, a qualidade do fio melhorava, não só em termos de resistência, mas também de finura.

Assim que o uso dessas máquinas se generalizou, a revolução caminhou a passos largos. O algodão convinha à mula e à *jenny* por ser um fio mais forte que a fibra de lã, que não era capaz de resistir ao tratamento brutal que sofria nas rudimentares máquinas pioneiras. Além disso, o suprimento de algodão podia ser ampliado de uma maneira impossível ao de lã. O descaroçador de algodão, inventado pelo norte-americano Eli Whitney em 1792, separava as sementes da fibra, com o que o algodão era oferecido a preço mais baixo. A invenção fez com que as plantações nos Estados Unidos, trabalhadas por escravos, continuassem lucrativas e permitiu aumentar o suprimento para atender ao acréscimo da demanda.

As primeiras máquinas eram suficientemente baratas para que os fiandeiros pudessem continuar a trabalhar em suas casas. No entanto, à medida que aumentavam de tamanho, passaram a ser instaladas com freqüência cada vez maior não nas habitações dos fiandeiros, mas em oficinas ou fábricas localizadas perto de cursos de água, que podiam ser utilizados como fonte de força motriz. Por fim, com o desenvolvimento de máquinas movidas a vapor, as fábricas puderam ser construídas onde mais conviesse ao empresário – freqüentemente nas cidades e vilas do norte da Inglaterra.

Crescimento das fábricas

A transição da indústria doméstica para o sistema fabril não se fez, naturalmente, da noite para o dia. O fio de algodão continuou a ser produzido em casa, ao mesmo tempo em que era feito em fábricas. Por fim, entretanto, o baixo custo da construção e operação de uma grande fábrica, além da eficiência obtida com o agrupamento dos trabalhadores sob um mesmo teto, fez com que fábricas de maior porte substituíssem cada vez mais as oficinas menores. Em 1851, três quartos das pessoas ocupadas na manufatura de algodão trabalhavam em fábricas médias ou grandes. A tecelagem, porém, continuou a ser uma indústria doméstica até que a invenção de um tear mecânico barato e prático convenceu os empresários de que poderiam poupar dinheiro transferindo o processo das casas dos artesãos para as fábricas. Os tecelões manuais foram, provavelmente, as mais óbvias vítimas da Revolução Industrial inglesa. A resistência que opunham a serem substituídos por máquinas fazia com que continuassem a trabalhar em troca de uma remuneração cada vez menor – em 1830, não passava de míseros seis xelins por semana. Em 1815, eles eram em número de 250.000 aproximadamente; em 1850, restavam apenas 40.000; em 1860, somente 3.000.

A amplitude do comércio do algodão

Os tecidos ingleses de algodão inundaram o mercado mundial a partir da década de 1780. Tratava-se de um pano leve, adequado aos climas da África, da Índia, e das zonas mais temperadas da América do Norte; um pano suficientemente barato para que milhões de pessoas que jamais haviam desfrutado o conforto de usar roupas laváveis pudessem fazê-lo; e um pano de boa qualidade, o suficiente para levar os ricos a experimentarem musselinas e chitas, como nunca haviam feito antes. Os números dão excelente idéia da mudança revolucionária operada pela indústria em expansão. Em 1760 a Inglaterra exportara menos de 250.000 libras esterlinas de tecidos de algodão; em 1800 estava exportando mais de 5 milhões. Em 1760 a Inglaterra importara 2,50 milhões de libras-peso de algodão cru; em 1787, importou 22 milhões; em 1837, 366 milhões. Em 1800 o algodão contribuía com cerca de 5 por cento da renda nacional inglesa; em 1812, de 7 a 8 por cento. Em 1815, a exportação de tecidos de algodão representava 40 por cento do valor de todas as mercadorias exportadas pela Grã-Bretanha. Embora o preço dos artigos manufaturados de algodão caísse espetacularmente, o mercado crescia tão depressa que os lucros continuavam a aumentar.

A indústria do ferro

Ao contrário das mudanças verificadas na indústria têxtil, as que ocorreram na do ferro não foram bastante grandes para merecerem o título de revolucionárias. No entanto, foram da maior importância. O abundante suprimento de carvão da Grã-Bretanha, em conjunção com sua avançada rede de transportes, permitiu aos ingleses, a partir de meados do século XVIII, substituírem a lenha pelo carvão no aquecimento do metal líquido. Uma série de descobertas possibilitou economia de combustível, além de melhoria da qualidade do ferro e a produção de uma maior diversidade de artigos de ferro. A procura cresceu bastante durante os anos de guerra no final do século. Permaneceu alta em decorrência das necessidades de máquinas fabris, implementos agrícolas e ferragens; e cresceu sensacionalmente com o advento das estradas de ferro nas décadas de 1830 e 1840. Em 1814 a Grã-Bretanha exportava 571.000 toneladas de ferro; em 1852 exportou 1.036.000 toneladas, de uma produção total de quase 2.000.000 – uma quantidade de ferro maior que a produzida pelo resto do mundo.

A máquina a vapor

A necessidade de maior volume de carvão exigiu a mineração de veios cada vez mais profundos. Em 1712 Thomas Newcomen havia inventado uma tosca mas eficiente máquina a vapor para bombear água das minas. Malgrado seu valor para a indústria mineira, o fato de desperdiçar combustível e energia reduzia-lhe a utilidade em outras indústrias. Em 1763, James Watt, um construtor de aparelhos científicos da Universidade de Glasgow, foi encarregado de consertar um modelo da máquina de Newcomen. Enquanto se dedicava a isso, concebeu a idéia de que ela podia ser muitíssimo melhorada com a adição de uma câmara separada para condensar o vapor, de maneira a eliminar a necessidade de resfriar o cilindro. Em 1769 patenteou sua primeira máquina com o acréscimo desse dispositivo. Infelizmente, o gênio inventivo de Watt não era igualado por sua habilidade comercial. Confessava que "preferia enfrentar um canhão carregado a acertar uma conta duvidosa ou a fechar um negócio". O resultado foi endividar-se ao tentar colocar suas máquinas no mercado. Foi salvo por Matthew Boulton, um próspero negociante de ferragens de Birmingham. Os dois formaram uma sociedade em que Boulton era o sócio capitalista e em 1800 a firma já havia vendido 289 motores para fábricas e minas. Não se deve exagerar a rapidez com que a máquina a vapor substituiu a água como principal força motriz na indústria. Em 1850 mais de um terço da energia utilizada na manufatura de lã e um oitavo da usada na indústria de algodão ainda era produzido pela força hidráulica. Apesar disso, é incontestável que sem a máquina a vapor essas e outras indústrias não se teriam expandido na escala que acabamos de descrever.

Outros progressos

Outras indústrias passaram por transformações profundas durante os cem anos da Revolução Industrial. Muitas dessas mudanças ocorreram em resposta ao crescimento da manufatura de tecidos. A indústria química, por exemplo, criou novos processos de tingidura e branqueamento, bem como aperfeiçoou métodos para a produção de sabão e vidros. A manufatura de artigos aumentou de maneira geral, à medida que os lucros advindos do desenvolvimento da manufatura faziam aumentar a procura de artigos novos e mais requintados. Atividades como a cerâmica e a metalurgia, além de outras, expandiram-se para atender à demanda, adotando no processo métodos que na maioria dos casos reduziam os custos e aceleravam a produção.

Os limites da Revolução Industrial

Para uma perfeita compreensão da natureza da Revolução Industrial na Inglaterra não se deve perder de vista dois fatores: o primeiro é que, por mais dramática que ela tenha sido, ocorreu num período de duas a três gerações, e com rapidez variável, segundo os diferentes ramos industriais. Alguns homens e mulheres continuavam a trabalhar em casa, tal como seus avós. As ferramentas e os métodos do passado não foram substituídos de imediato por novos, da mesma forma como não foi da noite para o dia que as populações rurais trocaram o campo pelas cidades. O segundo fator é que a revolução foi realizada a partir de uma base tecnológica e teórica muito limitada. Exceto no caso da indústria química, a mudança não resultou de pesquisa científica pura. Foi produto de experimentação empírica — em certos casos, de pouco mais que experiências de mecânicos criativos. Com isso não queremos menosprezar o trabalho de homens como Arkwright, Hargreaves, Watt e outros; pretendemos sugerir, contudo, o motivo pelo qual a Inglaterra, que carecia de um sistema nacional de educação de qualquer nível, foi,

ainda assim, capaz de realizar essa revolução. Tampouco esses comentários visam depreciar a magnitude da transformação. O que aconteceu na Inglaterra foi uma revolução devido à maneira como reformulou as vidas de pessoas em todo o planeta, e não somente dos ingleses. Ao atender às exigências de mercados aparentemente insaciáveis, a Inglaterra fez uma revolução em todos os sentidos tão profunda e duradoura como a que ocorria simultaneamente na França.

2. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL NA EUROPA CONTINENTAL

Razões do retardo: (1) falta de transportes e de matérias-primas

A Revolução Industrial acabou chegando ao continente europeu, mas isso não aconteceu em grau considerável antes de 1830. No século XVIII a manufatura na França e na Alemanha concentrava-se em regiões cuja proximidade das fontes de matérias-primas, cujo acesso a mercados e cujas ligações tradicionais com determinadas atividades haviam feito com que se transformassem em centros industriais. Flandres e Normandia na França, assim como a Saxônia, na Alemanha, eram centros de fabricação de panos de lã; a Suíça, o sul da Alemanha e a Normandia, de artigos de algodão; a Valônia (a área em torno de Liège, na Bélgica), o vale do Marne e a Silésia, na Alemanha, de ferro. No entanto, por diversos motivos, essas áreas não experimentaram o mesmo progresso rápido que se verificou na Inglaterra em fins do século XVIII. Tampouco foram capazes de imitar, desde logo, o êxito britânico, assim que começaram a perceber as grandes vantagens econômicas que a dianteira da Grã-Bretanha estava proporcionando-lhes. Foram vários os motivos para o retardo na industrialização do continente, sendo a maioria deles opostos aos motivos que fizeram com que a Revolução Industrial se desse primeiro na Inglaterra. Enquanto o sistema de transporte inglês era altamente desenvolvido, isso não acontecia com o da França e da Alemanha. A França era um país muito maior do que a Inglaterra, seus rios não apresentavam a mesma facilidade de navegação e seus portos marítimos localizavam-se a maior distância uns dos outros. A Europa Central era de tal modo dividida em pequenos principados, cada qual com seu próprio sistema de impostos e direitos aduaneiros, que se tornava quase impraticável o transporte de matérias-primas ou produtos manufaturados a qualquer distância maior. Nem mesmo a França estava livre do tipo de regulamentações que dificultavam os transportes. Acresce que o continente não fora abençoado com a mesma abundância de matérias-primas que a Inglaterra. A França, os Países Baixos e a Alemanha tinham de importar lã. A Europa continental, embora mais rica que a Inglaterra em recursos florestais, não possuía um suprimento abundante do combustível que constituía a nova fonte de energia industrial; até então haviam sido descobertos poucos depósitos importantes de carvão.

(2) falta de espírito empresarial

As distâncias e as distinções entre as camadas sociais e econômicas eram muito mais acentuadas no continente do que na Inglaterra. O dinheiro não tinha, na França e na Alemanha, o mesmo papel de solvente social que representava do outro lado da Mancha. Antes da Revolução Francesa, os aristocratas do continente não se dispunham a investir em empreendimentos comerciais que, em seu entender, viessem a prejudicar-lhes o prestígio social. Acresce que, mesmo depois da

Revolução, os franceses da classe média, ainda que teoricamente livres para ascender na escala social e econômica até onde quisessem, ao que parece se satisfaziam em ganhar apenas o suficiente para manter um negócio de porte modesto. As reformas constitucionais revolucionárias que haviam beneficiado a baixa classe média, facilitando-lhe a aquisição de propriedades, impedia o desenvolvimento da indústria ao dispersar o capital nas mãos de incontáveis negociantes em pequena escala. O espírito empresarial que levava os ingleses a encurralar os concorrentes não estava tão desenvolvido na França e na Alemanha nos anos que se seguiram a 1815. Esgotados pela agressividade da guerra e temerosos da desagregação por ela acarretada, os homens de negócios do continente permaneceram muito mais dispostos que os ingleses a manter a manufatura e o comércio na mesma escala de antes.[1]

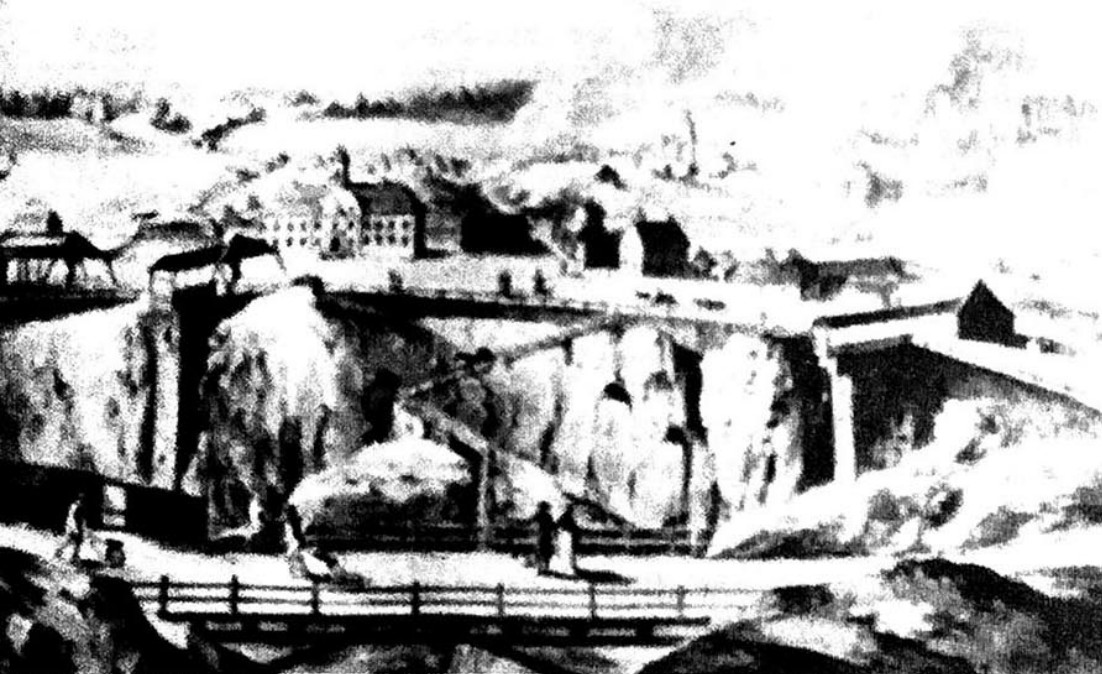
(3) efeitos das guerras

Não se pense, porém, que o continente se manteve na ociosidade enquanto a Inglaterra assumia a dianteira industrial. O ritmo da mecanização estava aumentando na década de 1780. Entretanto, a Revolução Francesa e as guerras que se seguiram detiveram o crescimento que poderia ter ocorrido. Batalhas travadas em solo francês, alemão e italiano destruíram fábricas e maquinaria. Ainda que a produção de ferro crescesse para atender às exigências das guerras, as técnicas não se modificavam. O comércio foi gravemente prejudicado pela destruição da marinha mercante da França, por parte dos ingleses, e pelo Bloqueio Continental imposto por Napoleão. É provável que a reforma revolucionária que trouxe maior benefício ao progresso industrial na Europa continental tenha sido a eliminação das restrições ao movimento de capital e de mão-de-obra; por exemplo, a abolição das corporações de ofício e a redução do número de barreiras tarifárias. No balanço geral, porém, as guerras revolucionárias e as napoleônicas foram um claro óbice ao desenvolvimento industrial no continente, ao mesmo tempo em que o intensificavam na Inglaterra.

Aumentos após 1815:
(1) crescimento da população

Vários fatores se aliaram para produzir uma atmosfera de modo geral mais favorável à industrialização no continente depois de 1815. A população continuava a crescer, não só na Europa, como também naquelas áreas que se tornavam cada vez mais dependentes da importação de produtos manufaturados – a América Latina, por exemplo. Esses incrementos, que duplicaram a população da maioria dos países europeus entre 1800 e 1850, fizeram com que o continente dispusesse de um número crescente de produtores e consumidores. Um maior número de habitantes não significava necessariamente maior industrialização. Na Irlanda, por exemplo, onde inexistiam outros fatores necessários, maior população significou menos alimento. Mas naqueles países que já possuíam uma base comercial e industrial forte, como a França e a Alemanha, o aumento populacional realmente estimulou a adoção das técnicas e métodos de produção que haviam transformado a Grã-Bretanha.

Os transportes melhoraram no continente tanto durante as guerras napoleônicas como depois delas. O Império Austríaco acrescentou mais de 48.000 quilômetros de estradas entre 1830 e 1847; a Bélgica quase dobrou sua rede de estradas no mesmo período; e a França construiu,

[1] Com relação a esse ponto, ver David S. Landes, *The Unbound Prometheus*, pp. 132-133.

Cidade de mineração sueca, 1790.

além de estradas, 3.200 quilômetros de canais. Nos Estados Unidos, onde a industrialização se processou a um ritmo cada vez mais veloz depois de 1830, o total de estradas saltou de 34.000 quilômetros em 1800 para 272.000 quilômetros em 1856. Quando essas melhorias se combinaram à introdução do transporte ferroviário na década de 1840, o conseqüente aumento dos mercados à disposição de todos os países ocidentais estimulou-os a introduzir novos métodos de manufatura que ajudassem a atender à nova demanda.

(2) melhores transportes

Nisso, os governos desempenharam no continente um papel mais direto que na Inglaterra. A racionalização, por Napoleão, das instituições francesas e imperiais havia introduzido na Europa a prática da intervenção estatal. Seu código jurídico, que garantia a liberdade de contrato e facilitava a criação de sociedades por ações, estimulou outros governantes a criar sistemas semelhantes para a expansão comercial. Na Prússia, a falta de capitais privados exigiu que o estado controlasse grande parte das minas do país. Nenhum país europeu, excetuada a Grã-Bretanha, foi capaz de construir estradas de ferro sem a assistência financeira do estado. Também no setor privado, deu-se mais atenção no continente do que na Inglaterra à necessidade de estímulos artificiais à reforma industrial. Foi na Bélgica que se fundou o primeiro banco de investimento em sociedade anônima – a Société Génerale –, uma instituição destinada a facilitar a acumulação de capital para investimento na indústria e no comércio. Os europeus do continente desejavam ainda que o estado criasse sistemas de ensino, cujo objetivo, entre outros, consistia em produzir uma elite educada, capaz de contribuir para o desenvolvimento da tecnologia industrial. O que a Grã-Bretanha fizera quase por acaso, os países do continente começaram a fazer por deliberação.

(3) centralização

Até produzir seus próprios técnicos, o continente foi obrigado a depender da capacidade britânica. E outro motivo pelo qual o ritmo da industrialização no continente, bem como nos Estados Unidos, mesmo depois de 1815, continuou muito mais lento do que na Inglaterra foi a relutância natural desta em permitir que seus métodos de produção fossem pirateados por outros países. Até 1825, os artesãos ingleses

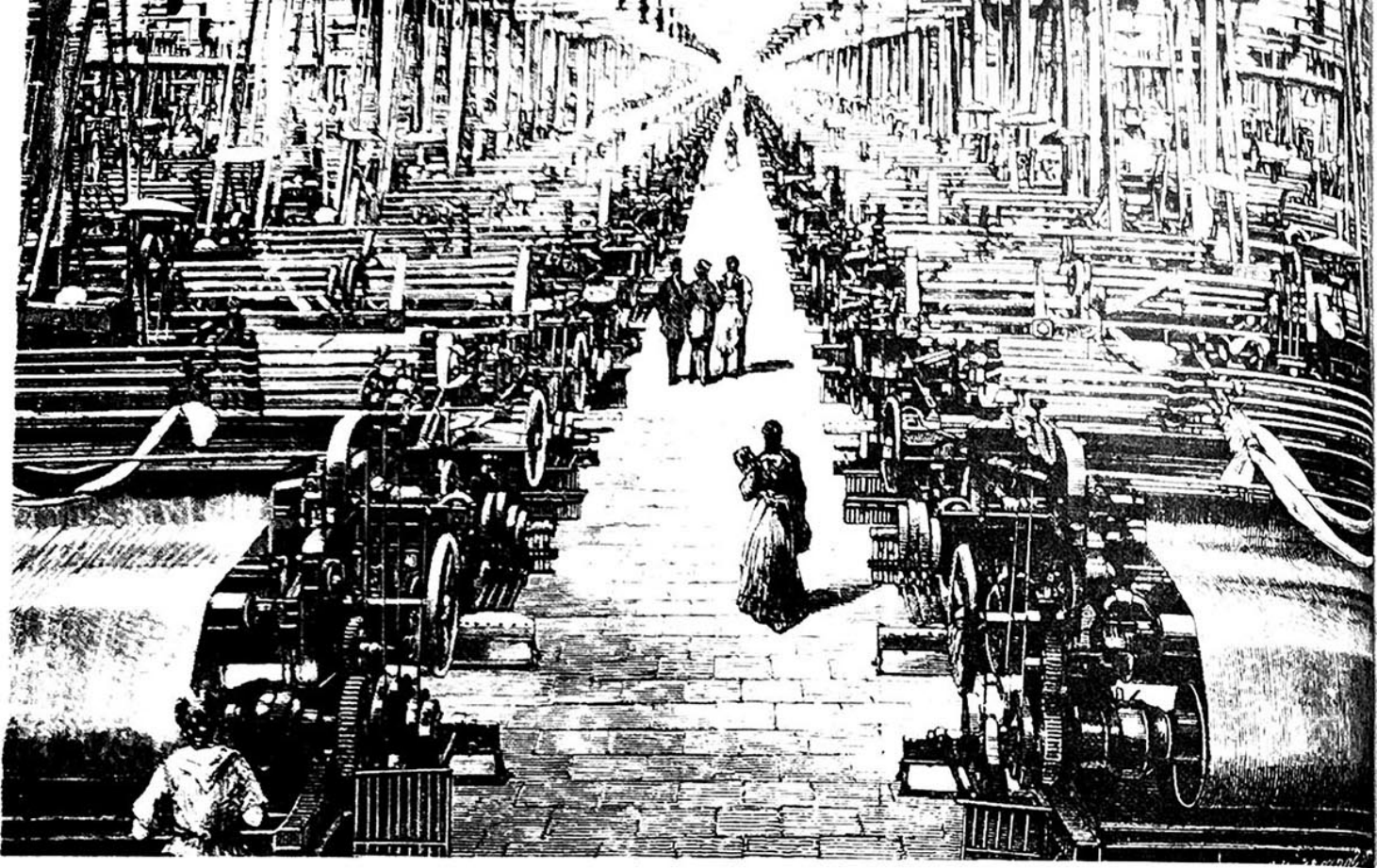
(4) a falta de técnicos

estavam proibidos de emigrar; até 1842, muitas máquinas aperfeiçoadas não podiam ser exportadas. Entretanto, as leis não impediam a migração de técnicos-empresários criativos, assim como de suas qualificações pessoais; durante a primeira metade do século XIX, muitos ingleses fizeram fortunas ensinando outros na Europa e na América a fazer o que eles tinham aprendido sozinhos. Mas é fora de dúvida que uma escassez inicial de especialistas nacionais retardou a expansão industrial no continente.

Tecidos

O crescimento da indústria têxtil na Europa foi determinado pelas guerras napoleônicas. O suprimento de algodão ao continente havia sido interrompido, em virtude do bloqueio naval imposto pela Grã-Bretanha, porém a maior demanda de tecidos de lã por parte das forças armadas fez com que a expansão ocorresse mais depressa nesta do que na primeira indústria. Nas alturas de 1820 a fiação mecânica de lã era prática comum no continente, mas sua tecelagem ainda era feita quase toda a mão. Os centros de produção de lã localizavam-se em Rheims e na Alsácia, na França; no território onde hoje fica a Bélgica; e, na Alemanha, na Saxônia e na Silésia. A mecanização foi retardada por ser barata a mão-de-obra e por um fato importante: sendo tão grande o mercado britânico, os lucros do continente com muita freqüência dependiam da manufatura de determinados artigos especiais não produzidos na Inglaterra e, portanto, sem grande apelo comercial. A manufatura de algodão era restringida pelos mesmos motivos. Conseqüentemente, na França a mecanização se deu primeiro na indústria da seda e naqueles setores da indústria do algodão que produziam artigos mais requintados – renda, por exemplo. Uma tradição de prestígio associada à produção de bens de luxo, e que datava do reinado de Luís XIV, estimulava os empresários a investirem nesse ramo da indústria têxtil. Estavam dispostos a abrir mão dos mercados de massa, na esperança de que seus produtos não sofressem competição britânica. A França, não obstante, continuou a ser a maior produtora continental de artigos de algodão, seguida, também nesse caso, da Bélgica, dos territórios alemães do vale do Reno, Saxônia, Silésia e Baviera.

Indústria pesada

Na área da indústria pesada continental, a situação era muito semelhante à dos têxteis – progressos graduais na adoção de inovações tecnológicas contra um quadro de resistência mais geral à mudança. Contudo, como nesse setor a mudança ocorreu mais tarde do que na Grã-Bretanha, coincidiu com um aumento da demanda de vários artigos que tinham aparecido em conseqüência da industrialização e da urbanização: tubos de ferro, muito utilizados em 1830 para gás, água e esgotos; e máquinas metálicas, que substituíam então as de madeira. Por isso, a indústria do ferro desenvolveu-se mais depressa no continente que a de têxteis, sendo acompanhada, onde possível, por um aumento na produção de carvão. No entanto, este era escasso; na Renânia, a lenha continuava a ser utilizada na produção de ferro. O resultado foi uma relutância por parte dos empresários em fazer grande uso da máquina a vapor, que consumia combustível demais. Na França, ainda em 1844, máquinas hidráulicas eram muito mais usadas na produção de ferro do que máquinas a vapor. Houve ainda um outro problema a obstar o desenvolvimento da indústria pesada no continente na primeira metade do século XIX. A concorrência dos ingleses obrigava os produtores continentais de máquinas a disputarem com unhas e dentes

Fábrica têxtil alemã, 1848. A grande quantidade de máquinas não era comum no Continente naquele período.

quaisquer encomendas que pudessem conseguir. Essa necessidade de atender a uma ampla variedade de solicitações tornou difícil a tais empresas especializarem-se num único produto. O resultado foi a falta de padronização e a ausência de produção contínua, quando a racionalização e a especialização teriam levado a um maior volume de produção.

3. O ADVENTO DA ESTRADA DE FERRO

A estrada de ferro como estímulo à economia da Europa e dos Estados Unidos

Por volta de 1840, os países da Europa continental e, de certa forma, também os Estados Unidos, seguiam lentamente o rumo da industrialização traçado pela Grã-Bretanha, produzindo muito mais do que tinham produzido no passado, mas sem sequer se aproximarem das cifras daquele país que lhes servia de modelo. Nos dez anos seguintes, porém, o advento das estradas de ferro alteraria a situação. Ainda que a Inglaterra de modo algum perdesse a dianteira, o estímulo proporcionado de modo geral às economias ocidentais pela introdução dos sistemas ferroviários em grande parte no mundo fez com que a Europa continental e a América progredissem o suficiente para se tornarem verdadeiros concorrentes dos britânicos.

A estrada de ferro como bom meio de transporte

As estradas de ferro surgiram para atender duas necessidades. A primeira era o óbvio desejo, por parte dos empresários, de transportar suas mercadorias da maneira mais barata e rápida possível a longas distâncias. A despeito das melhorias nos transportes já mencionadas, ocorridas antes de 1830, a movimentação de materiais pesados, sobretudo do carvão, continuava problemática. É significativo que a primeira ferrovia moderna tenha sido construída na Inglaterra, em 1825, para ligar a jazida carbonífera de Stockton a Darlington, perto da costa.

"Linhas de minas" – trilhos paralelos sobre os quais transitavam carretas puxadas por cavalos – já eram utilizadas em minas para o transporte de carvão a pequenas distâncias. A ferrovia Stockton–Darlington foi uma extensão lógica desse método, para resolver as necessidades de transportes ditadas pela industrialização em constante expansão. O maior responsável pelo projeto da primeira linha férrea a vapor foi George Stephenson, engenheiro autodidata que só aprendeu a ler aos 17 anos de idade. Stephenson convenceu um grupo de investidores do norte da Inglaterra quanto aos méritos da tração a vapor e ganhou carta branca para realizar seus planos. As locomotivas da linha Stockton–Darlington trafegavam a 24 quilômetros por hora, a maior velocidade até então alcançada pelo homem em terra.

As ferrovias surgiram também para resolver outras necessidades – especificamente, a necessidade que tinham os capitalistas de investir seu dinheiro. Aos ingleses que haviam feito consideráveis fortunas na indústria têxtil restava, depois de pagarem os salários de seus operários e de reinvestirem somas substanciais em suas fábricas, um lucro excedente para o qual desejavam rendimentos dignos e seguros. As ferrovias trouxeram-lhes a solução do problema. Embora não fosse de modo algum tão seguro quanto se pensou de início, o investimento em ferrovias mostrou-se capaz de satisfazer amplamente os desejos desses capitalistas. Tão logo inaugurou-se o primeiro serviço misto de passageiros e carga em 1830, na linha de Liverpool a Manchester, traçaram-se planos e levantaram-se recursos para estender os sistemas ferroviários por toda a Europa, nas Américas e mais além. Em 1830 não havia em todo o mundo mais que algumas dezenas de quilômetros de estradas de ferro. Em 1840, havia mais de 7.200 quilômetros; em 1850, mais de 37.000. Thomas Brassey, o mais famoso dos empreiteiros ingleses nesse setor, construiu estradas de ferro na Itália, Argentina, Índia e Austrália.

Thomas Brassey

A estrada de ferro como estímulo à indústria

A explosão das ferrovias provocou um surto de expansão em todas as áreas industriais. Não só aumentou enormemente a demanda de carvão e de grande variedade de bens pesados – trilhos, locomotivas, vagões, sinais e chaves de desvios –, como também, possibilitando um transporte mais rápido das mercadorias da fábrica para o ponto de venda, reduziu o tempo necessário para vender tais mercadorias. Por sua vez, vendas mais rápidas significavam um retorno mais veloz do capital investido, um dinheiro que poderia ser então reinvestido na fabricação de mais mercadorias. Por fim, por dar ao mercado mundial uma dimensão que ele jamais tivera antes, o surto das ferrovias estimulou a produção de uma quantidade tal de bens materiais que garantiu a rápida conclusão do processo de industrialização no Ocidente.

Dimensões da indústria ferroviária

A construção de uma estrada de ferro era um empreendimento de escala infinitamente maior que a construção de uma fábrica. Exigia um investimento de capitais além das possibilidades de qualquer indivíduo. Na Inglaterra, uma fábrica podia custar de 20.000 a 200.000 esterlinos. O custo médio de vinte e sete das mais importantes linhas férreas construídas entre 1830 e 1853 foi de 2 milhões de esterlinos. A força de trabalho média de uma fábrica variava de 50 a 300 pessoas. A força de trabalho média de uma estrada de ferro, depois de construída, era de 2.500 pessoas. Como uma ferrovia atravessava as terras de grande número de proprietários rurais, cada um dos quais exigiria, naturalmente, o máximo de indenização que imaginasse poder conseguir, o

planejamento de uma estrada eficiente e econômica era tarefa complicada e das mais laboriosas. O empresário ou empreiteiro não tinha de pensar apenas na aquisição do direito de passagem. Tinha de preocupar-se ainda com problemas suscitados pela destruição de consideráveis porções de áreas urbanas já existentes, a fim de abrir espaço para estações e pátios de manobra. E tinha de escolher um percurso que fosse o mais livre possível de colinas e vales, os quais exigiriam a construção de dispendiosos túneis, cortes e aterros. Os construtores de ferrovias corriam riscos tremendos. Na maioria das linhas, eram contratados trechos, a preço fixo, com subempreiteiros de pequena experiência. Um período de mau tempo às vezes atrasava a construção ao ponto em que os construtores podiam dar-se por felizes se conseguissem entregar a obra terminada a um custo de 25 por cento acima do preço contratado. Dos trinta principais empreiteiros da linha Londres–Birmingham, dez faliram inteiramente.

Os construtores das estradas de ferro

Se a vida de um empreiteiro era marcada pela incerteza, a do operário de construção caracterizava-se pela faina opressiva. Os "*navvies*"[2] ingleses, que construíam estradas de ferro não só na Grã-Bretanha, mas em todo o mundo, constituíam uma raça extraordinária. Era prodigioso o trabalho que executavam. Como é pequeníssimo o atrito entre as rodas de um trem e os trilhos, ele é capaz de transportar com facilidade cargas pesadas. Mas essa falta de atrito deixa de ser vantajosa quando o trem é obrigado a subir ou descer um terreno inclinado, onde corre o risco de deslizar. Daí a necessidade de serem os leitos das ferrovias relativamente planos; e daí a necessidade que tinham os operários de construir aqueles túneis, cortes e aterros que manteriam os leitos planos. Tanto na Inglaterra como em grande parte do resto do mundo, as ferrovias eram construídas no século XIX quase que inteiramente sem ajuda de máquinas. Durante a construção da linha Londres–Birmingham, um engenheiro-assistente calculou que o trabalho envolvido naquela obra específica equivalia a erguer 25 bilhões de pés cúbicos de terra e pedra a uma altura de 1 pé; comparou esse volume de trabalho com a tarefa de construir a Grande Pirâmide de Quéops, tarefa que, segundo sua estimativa, implicara a movimentação de aproximadamente 16 bilhões de toneladas. Entretanto, a construção da pirâmide exigira mais de 200.000 homens e durara vinte anos, ao passo que a construção da linha Londres–Birmingham foi realizada por 20.000 homens em menos de cinco anos. Traduzindo-se isso em termos individuais, um *navvy* devia movimentar uma média de 20 toneladas de terra por dia. As estradas de ferro foram implantadas sobre uma base quase infinita de esforço e suor humano.

4. A INDUSTRIALIZAÇÃO DEPOIS DE 1850

Entre 1850 e 1870 a Grã-Bretanha continuou a ser o gigante industrial do Ocidente. Entretanto, a França, a Alemanha, a Bélgica e os Estados Unidos assumiram a posição de desafiantes. O índice de crescimento da

[2] A palavra *navvy* (plural, *navvies*) derivava-se de *navigator*, navegador, termo aplicado aos operários que haviam construído os canais ingleses do século XVIII. (N. do T.)

Paisagem da primeira fase industrial. Stockport, Inglaterra, na década de 1840.

Grã-Bretanha durante esses anos não foi tão grande quanto o da França ou da Alemanha (5,2 por cento na Grã-Bretanha, contra 6,7 por cento na França e 10,2 por cento na Alemanha). Mas em 1870 a Grã-Bretanha ainda produzia metade do ferro-gusa do mundo – 3,5 vezes a produção dos Estados Unidos, mais de 4 vezes a da Alemanha e mais de 5 vezes a da França. Ainda que o número de fusos de algodão aumentasse de 5,5 milhões para 11,5 milhões nos Estados Unidos entre 1852 e 1861, e em percentagens consideráveis, mas não tão espetaculares, nos países da Europa continental, em 1861 a Inglaterra tinha em funcionamento 31 milhões de fusos, em comparação com os 5,5 milhões da França, 2 milhões da Alemanha, 1,3 milhão da Suíça e 1,8 milhão da Áustria.

A Grã-Bretanha ainda na liderança

A maior parte do avanço experimentado pela Europa continental resultou de mudanças contínuas naquelas áreas que sabemos ser importantes para a manutenção do crescimento industrial. A melhoria nos sistemas de transportes, decorrente da disseminação das estradas de ferro, ajudou a estimular um aumento na livre movimentação de mercadorias. Criaram-se uniões monetárias internacionais e foram eliminadas as restrições à utilização de vias navegáveis internacionais como o Danúbio. A *Zollverein* (união alfandegária) prussiana, uma organização destinada a facilitar o livre comércio interno, foi criada em 1818 e ampliada nos vinte anos seguintes de modo a abranger a maioria dos principados alemães fora da Áustria. O livre comércio fez-se acompanhar pela remoção de barreiras à liberdade de exercer ofícios e de fazer negócios sem os óbices de regulamentos restritivos. O controle das guildas e corporações sobre a produção dos artesãos foi abolido na Áustria em 1859 e na maior parte da Alemanha em meados da década de 1860. As leis contra a usura, a maioria das quais já em desuso, foram revogadas oficialmente na Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica e em muitas partes da Alemanha. Na década de 1850 o estado prussiano renunciou à regulamentação das minas, permitindo que os empresários explorassem os recursos minerais como melhor lhes aprouvesse. Continuou a formação de bancos de investimento, com o estímulo de um considerável aumento na oferta monetária e, portanto, de uma facilitação do crédito, após a abertura das minas de ouro da Califórnia em 1849.

Continuação do progresso da Europa continental

Um outro motivo para o aumento da produção na Europa continental foi o desenvolvimento do comércio de matérias-primas. A lã e as

Aumento do comércio de matérias-primas

peles importadas da Austrália ajudaram a minorar as conseqüências da escassez de algodão surgida após a eclosão da Guerra Civil Americana e do bloqueio do sul dos Estados Unidos pela União. Outras importações — guano do Pacífico, óleos vegetais da África, pirita da Espanha — fizeram aumentar a escala da produção de alimentos, ao mesmo tempo em que alteravam e elevavam a manufatura de sabão, velas e tecidos acabados. Por fim, as descobertas de novas fontes de carvão, sobretudo na região de Pas-de-Calais, na França, e no vale de Ruhr, na Alemanha, tiveram grandes repercussões. A produção de carvão na França aumentou de 4,4 milhões de toneladas para 13,3 milhões entre 1850 e 1869; durante o mesmo período, a produção alemã elevou-se de 4,2 milhões para 23,7 milhões de toneladas.

A economia da Europa em relação ao mundo

Ao chegar 1870, a Europa não havia de maneira alguma voltado as costas à agricultura. Cinqüenta por cento da força de trabalho da França continuava no campo. Os trabalhadores agrícolas eram a maior categoria profissional da Grã-Bretanha na década de 1860. Grandes áreas do continente europeu — Espanha, sul da Itália, a Europa oriental — quase não haviam sido tocadas pela Revolução Industrial. E nos países industrializados, muito trabalho ainda era realizado em minúsculas oficinas ou em casa. No entanto, embora a Europa não estivesse inteiramente industrializada, era, de longe, a parte do planeta onde maior era o avanço industrial — e isso não havia acontecido por acidente. A fim de manter sua posição como centro produtor do mundo, a Europa, e particularmente a Grã-Bretanha, procurava fazer com que outras áreas não tivessem condições de competir. A Europa usava seu poderio econômico e, quando necessário, sua força militar, para garantir que o mundo permanecesse dividido entre os produtores de bens manufaturados — a própria Europa — e os fornecedores das necessárias matérias-primas — todos os outros países. Muitas vezes essa divisão beneficiou países que ganhavam dinheiro fornecendo as matérias-primas que ativavam a economia européia. Plantadores de algodão no sul dos Estados Unidos, de trigo na Ucrânia, de cana-de-açúcar no Caribe — todos se satisfaziam com a divisão de trabalho ditada pelo Ocidente industrializado. Os países que manifestavam sua insatisfação — como, por exemplo, o Egito, que na década de 1830 tentou criar sua própria indústria têxtil algodoeira — logo eram postos em seu devido lugar por uma demonstração de força. Acreditando em seu direito à liderança industrial do mundo, os europeus ocidentais nada viam de errado em empregar soldados, se necessário, para fazer os outros compreenderem seu destino.

Capítulo 21

CONSEQÜÊNCIAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO: URBANIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE (1800–1850)

O que era a Arte para o mundo antigo, é a Ciência para o moderno: o atributo distintivo. No espírito do homem, o útil sucedeu ao belo. Corretamente entendida, Manchester é uma proeza humana tão grande quanto Atenas.

– Benjamin Disraeli, *Coningsby*

Conseqüências da Revolução Industrial

A Revolução Industrial foi mais do que um episódio importante na história econômica e tecnológica do mundo. Ela contribuiu para reformular a vida de homens e mulheres, primeiro na Grã-Bretanha, depois na Europa continental e nos Estados Unidos, e por fim em grande parte do mundo. Mediante o aumento da escala de produção, a Revolução Industrial criou o sistema fabril, que por sua vez determinou o êxodo de milhões de pessoas do interior para as cidades. Depois de migrarem, esses homens e mulheres tinham de aprender um novo estilo de vida, e depressa: organizar a vida de acordo com o apito da fábrica e sobreviver no cortiço, se eram trabalhadores urbanos de primeira geração; administrar uma força de trabalho e alcançar proeminência respeitável na comunidade, se eram homens de negócios ou suas esposas. Uma lição especial ensinada pela industrialização e pela urbanização foi a consciência de classe. Muito mais do que até então, homens e mulheres começaram a ver a si mesmos como parte de uma classe com interesses próprios e opostos aos dos homens e mulheres de outras classes.

Analisaremos essas mudanças sociais e culturais que ocorreram durante mais ou menos os primeiros 50 anos do século XIX, mas antes é preciso examinar brevemente a situação do grosso da população que, apesar da industrialização, permaneceu no campo. Como a Revolução Industrial aconteceu primeiro na Inglaterra, daremos mais atenção a esse país. Entretanto, o quadro britânico repetiu-se largamente em outros países da Europa, à medida que se industrializavam.

1. A POPULAÇÃO RURAL

Aumento populacional

Não devemos permitir que a história dramática do processo de industrialização e urbanização obscureça o fato de que, em 1850, a população da Europa ainda era predominantemente camponesa. As pressões demográficas que contribuíram para causar o caos nas cidades motivaram, da mesma forma, muitos sofrimentos no campo. O aumento populacional ocorrido em toda a Europa durante esse período foi causado, ao que parece, por dois fatores. O primeiro foi a ocorrência de casamentos mais precoces e mais freqüentes. O segundo, do qual decorreu o primeiro, foi a oferta de alimentos mais baratos, em conseqüência do aumento de produção, do aprimoramento das técnicas agrícolas e, em muitos lugares, da introdução da batata. A esses fatores aliou-se a queda gradual da taxa de mortalidade. A população dos países ainda predominantemente agrícolas deu um salto, juntamente com a dos que se industrializavam. Apesar da fome, a população da Irlanda cresceu de 5,5 para 8 milhões de almas entre 1800 e 1850. A da Rússia passou de 39 para 60 milhões.

As más condições de vida no campo

Ainda que as condições permitissem um aumento demográfico, não eram de molde a tornar a vida dos europeus pobres menos sombria. A superpopulação trazia como conseqüência o subemprego, e com ele, a pobreza. A situação nas áreas rurais agravava-se substancialmente sempre que falhavam as colheitas, o que acontecia com regularidade. Não eram raros a fome, o tifo e a falta de alimentos. O resultado foi a queda do padrão de vida — se for cabível utilizar essa expressão — de muitos habitantes rurais em várias partes da Europa na primeira metade do século XIX, ainda que essa queda não bastasse para inverter a tendência geral de crescimento demográfico. Em alguns países os governos tentaram resolver os problemas correlatos de pressão populacional e de pauperização aprovando leis que elevavam a idade mínima para o casamento. Em alguns estados do sul e do oeste da Alemanha, bem como na Áustria, era proibido aos homens casarem-se antes dos trinta anos; além disso, exigia-se-lhes que provassem a capacidade de manter uma família.

Capitalismo agrícola

Mesmo que essas leis tivessem representado uma restrição efetiva sobre o crescimento demográfico — o que, de modo geral, não aconteceu — teriam, ainda assim, falhado em evitar as tensões rurais decorrentes da contínua propagação do capitalismo agrícola. O ritmo dessa mudança variou de país para país; foi mais acentuado na Inglaterra e na Prússia. Onde quer que os latifundiários resolvessem atender ao aumento da demanda de alimentos cultivando grandes áreas como investimento de capital, impunham uma série de transformações que fatalmente afetavam a vida dos trabalhadores agrícolas. Primeiro, a terra precisava tornar-se um bem negociável. Não devia, portanto, estar presa a costumes antigos que obscureciam-lhe o direito de propriedade — como era o caso, por exemplo, das terras comuns, a que os pobres de uma comunidade tinham certo direito de acesso ou de cultivo. Segundo, a terra devia estar nas mãos dos que dispunham de capital suficiente para melhorá-la, para tornar-se um investimento lucrativo. Devia ser "cercada" — na Prússia o termo era "regulada" — de modo a poder ser adequadamente fertilizada e drenada, ou, no caso de pastagens, de modo a permitir que os rebanhos fossem criados cientificamente, sem o

receio de mestiçagem. Por fim, era preciso haver uma força móvel de trabalhadores agrícolas que servisse aos capitalistas onde eles desejassem. Não deviam estar "ligados" a um determinado pedaço de terra, através do sistema de direitos consuetudinários ou de servidão. Deviam ser livres para ir aonde determinasse o patrão, lavrar a terra que mais lucros trouxesse a seus proprietários.

Resultados do capitalismo agrícola

Ao serem impostas, essas exigências provocavam transtornos sociais e sofrimentos. Na Escócia, os trabalhadores foram afastados das terras que haviam cultivado como meeiros, a fim de dar lugar aos carneiros, mais lucrativos. Na Alemanha, os servos emancipados por um governo de orientação reformista em 1807 foram obrigados a renunciar a cerca de um terço ou metade de suas terras em troca da liberdade; os que conseguiram manter pequenas glebas foram no mais das vezes pressionados para vendê-las a qualquer preço. Nem todos os proprietários eram implacáveis. Dentre os mais ricos latifundiários ingleses, alguns se ajustaram à concorrência capitalista sem abandonarem totalmente suas responsabilidades tradicionais. Construíam casas para os meeiros e trabalhadores, proporcionando-lhes escolas e igrejas. Na Europa oriental havia, entre os senhores prussianos (Junkers), pietistas que reconheciam suas obrigações para com os meeiros.

Variações no desenvolvimento agrícola

A rapidez com que a transformação agrícola ocorreu em várias partes da Europa dependia da natureza dos governos. Os que viam com mais simpatia os novos impulsos capitalistas facilitavam a transferência e a reorganização das terras, através de leis. Incentivavam a eliminação de pequenas fazendas e a criação de unidades de produção maiores e mais eficientes. Na Inglaterra, mais de metade da área total do país, exclusive terras improdutivas, compunha-se de propriedades de 400 hectares ou mais. Na Espanha, a fortuna do capitalismo agrícola oscilava segundo a cor política dos regimes: com a ascensão de um partido liberal ao poder em 1820, veio uma lei estimulando a livre transferência de terras; com a restauração do absolutismo, em 1823, deu-se a revogação da lei. A Rússia foi um dos países menos afetados pela transformação da agricultura na primeira metade do século XIX. Lá, a terra era cultivada em enormes blocos; alguns dos maiores latifundiários possuíam mais de 200.000 hectares. Mas a instituição da servidão senhorial, que prendera centenas de milhares de homens, mulheres e crianças a determinadas propriedades durante gerações, proibia a utilização da terra como bem negociável e, assim, impedia o desenvolvimento de um espírito capitalista na agricultura. Na França, malgrado ter sido o regime senhorial abolido pela revolução, não ocorreu uma transição rápida para a agricultura capitalista em grande escala. Um exército de camponeses-proprietários, beneficiários diretos da constituição democrática jacobina, continuou a cultivar suas fazendolas. O fato de a França ter sofrido menos crises agrícolas, mesmo na década de 1840, que os demais países europeus, e o fato de ter havido na França menos migração do campo para as cidades e para o ultramar do que na Alemanha e na Inglaterra, são testemunhos do êxito geral dessa baixa classe média rural em viver da terra. Seus integrantes satisfaziam-se com os antigos métodos agrícolas, opunham-se a inovações em geral e às inovações agrícolas em particular. A despeito da veneração que devotavam à revolução, contavam-se entre os mais conservadores elementos da sociedade européia.

2. A URBANIZAÇÃO E O PADRÃO DE VIDA

Motivos do crescimento das cidades

Embora a maior parte da população européia continuasse no interior entre 1800 e 1850, o crescimento das cidades constitui, não obstante, um dos fatos mais importantes da história social desse período. As cidades cresceram em tamanho e em número assim que a máquina a vapor permitiu reunir grandes concentrações de homens, mulheres e crianças para trabalhar nas fábricas. Antes, as oficinas haviam-se localizado em todo o interior do país, nas proximidades dos cursos d'água que representavam a principal força motriz para as máquinas. A máquina a vapor permitiu aos capitalistas não mais dependerem da força hidráulica e concentrarem a produção em cidades grandes, nas quais o transporte era muito mais acessível do que no interior do país. Assim, era menos dispendioso importar matérias-primas e embarcar os produtos acabados. Além disso, nas cidades era mais fácil encontrar operários, atraídos em grande número pela esperança, muitas vezes falsa, de obter trabalho contínuo e com remuneração maior que a dos trabalhadores agrícolas. A industrialização não foi o único motivo para o crescimento das cidades no começo do século XIX, entretanto. O aumento populacional geral, combinado com a industrialização, obrigou as cidades a se expandirem a um ritmo alarmante.

Aumentos populacionais das cidades

Entre 1831 e 1841, a população londrina aumentou em 130.000 pessoas, a de Manchester em 70.000. Paris ganhou mais 120.000 habitantes entre 1841 e 1846. Viena ganhou 125.000 almas entre 1827 e 1847, passando a contar com uma população total de 400.000 habitantes. Berlim tinha essa mesma população em 1848 – ganhara 180.000 habitantes desde 1815. O principal resultado desse aumento, nestes e em outros centros, foi uma medonha superpopulação. A construção de habitações não acompanhava de modo algum a elevação demográfica. Em Viena, embora a população aumentasse 42 por cento entre 1827 e 1847, o aumento da oferta imobiliária foi de apenas 11,5 por cento. Em muitas das grandes cidades, novas e velhas, homens e mulheres viviam em casas de cômodos, separados das famílias, que haviam deixado no campo. Os trabalhadores mais pobres em quase todas as cidades européias moravam em horríveis quartos de porão, muitas vezes inteiramente destituídos de luz e esgotos. Os governos faziam o que podiam para incentivar a emigração, a fim de reduzir a superpopulação, e a maior parte dos emigrantes buscava refúgio nas Américas. Na Inglaterra, a emigração passou de 57.000 em 1830 para 90.000 em 1840, e 280.000 em 1850. Nos primeiros anos do século XIX, a Irlanda assistiu à partida de mais de 1,5 milhão de pessoas, antes da grande fome de 1846, que transformou o fluxo numa avalancha. Naquele ano, cerca de 75 por cento dos campos plantados com batatas foram vitimados por pragas. Mais de 1 milhão de irlandeses morreram entre 1846 e 1851, de fome ou devido à debilitação orgânica, que os tornava presa fácil de doenças.

As cidades como ameaça à saúde

Com as cidades assim superlotadas, não admira que representassem uma ameaça à saúde de seus habitantes. A classe média fugia tanto quanto possível da doença da fumaça das chaminés, deixando os elementos mais pobres da comunidade isolados e expostos às doenças que grassavam nos bairros operários. A cólera, o tifo e a tuberculose eram predadores naturais em áreas sem esgotos adequados e sem água corrente, sobre as quais a fumaça de fábricas, estradas de ferro e habitações

pairava pesadamente. Os sucessivos governos adotavam medidas destinadas a sanar os piores desses males, pelo menos para evitar a disseminação de epidemias catastróficas. Aprovavam-se leis para livrar as cidades de seus piores cortiços, demolindo-os, e para melhorar as condições sanitárias, oferecendo à população água e esgotos. No entanto, em 1850, esses programas mal haviam começado. Paris, talvez a cidade européia mais bem provida de água, não podia permitir que seus habitantes tomassem mais de dois banhos por ano; em Londres, os detritos humanos permaneciam acumulados em 250.000 fossas domésticas; em Manchester, apenas um terço das habitações dispunha de gabinetes sanitários de qualquer espécie.

O debate sobre o padrão de vida

Condições como essas constituem elementos importantes num debate que vem ocupando os historiadores durante as últimas décadas. A questão é a seguinte: O padrão de vida aumentou ou caiu na Europa durante o primeiro meio século da Revolução Industrial? Uma corrente, a dos "otimistas", argumenta que os trabalhadores participaram do aumento geral dos padrões de vida que se verificou na Europa de 1800 em diante. Na verdade, alguns trabalhadores especializados das novas fábricas, juntamente com alguns artesãos dedicados aos ofícios mais antigos ainda não afetados pela industrialização, realmente se beneficiaram de uma ligeira elevação dos salários e de uma queda do custo de vida. No entanto, variáveis regionais, juntamente com a constante flutuação da procura de mão-de-obra em todos os países, têm levado a maioria dos comentadores a ressalvar suas conclusões.

Instabilidade e desemprego

Não existe nenhum indício de que o operário desqualificado, de menor remuneração, quer na Inglaterra, quer no continente, tivesse mais do que uma vida precária. Na Inglaterra, os operários têxteis, desde que contassem com algo como o pleno emprego, podiam, teoricamente, ganhar o suficiente para sustentar uma família. Não era esse, porém, o caso da Suíça, onde o trabalho semelhante rendia apenas metade do necessário, ou na Saxônia, onde uma grande parcela da população ao que parece dependia da assistência pública aos pobres ou da caridade. Um dos aspectos mais deprimentes da vida da classe operária naqueles anos era sua instabilidade. As depressões econômicas eram comuns; quando aconteciam, os trabalhadores eram dispensados por semanas a fio, sem nenhum sistema de seguro-desemprego que os mantivesse. Metade dos trabalhadores das cidades industriais da Inglaterra estavam desempregados nos primeiros anos da década de 1840. Em Paris, 85.000 dependiam da assistência pública em 1840. Numa área particularmente crítica da Silésia, cerca de 30.000 cidadãos, de um total de 40.000, necessitavam em 1844 de ajuda pública. Não devemos nos esquecer, tampouco, do infortúnio daqueles que tinham sido substituídos por máquinas – e o exemplo mais frisante é o dos tecelões manuais. Na cidade industrial de Bolton, na Inglaterra, um tecelão manual não conseguia ganhar mais do que cerca de três xelins por semana em 1842; nessa época, estimava-se ser necessário pelo menos vinte xelins semanais para manter uma família de cinco pessoas acima do limite da miséria. Com esse nível de remuneração, os trabalhadores consideravam-se felizes se não morriam de fome. Estando os trabalhadores obrigados a gastar algo como 65 por cento de suas rendas em alimentação, o consumo per capita de carne do operário médio caiu para cerca de 17 quilogramas por ano no começo do século XIX.

Tais números tornam difícil aceitar as generalizações dos otimistas. Números de qualquer natureza não levam em consideração a tensão que a vida fabril e urbana causava aos trabalhadores. Mesmo aqueles que ganhavam trinta xelins por semana bem poderiam imaginar se estavam mesmo em melhor situação, forçados que eram a aceitar a disciplina das fábricas e as condições de vida que lhes eram impostas. Ainda que a maioria dos que migravam para as cidades industriais não se afastasse muito de suas cidades natais, a distância psicológica que transpunham era tremenda. Esses fatores qualitativos, na verdade de difícil avaliação, devem ser pesados juntamente com dados mais facilmente quantificáveis antes de chegarmos a qualquer conclusão sobre o aumento ou a diminuição do padrão de vida nas cidades em começos do século XIX. No entanto, quer a vida urbana fosse melhor, quer fosse pior, para um número cada vez maior de pessoas não havia como fugir dela. Depois de examinarmos essa vida, entenderemos melhor todo o impacto da industrialização e da urbanização sobre aqueles que primeiro a experimentaram.

A qualidade de vida

3. A VIDA DA CLASSE MÉDIA URBANA

A classe média urbana

A classe média (burguesia) urbana que surgiu nesse período não era de modo algum uma unidade homogênea, em termos de ocupação ou de renda. Numa categoria tão geral, que inclui desde os príncipes do comércio até humildes lojistas, as subdivisões têm grande importância. A classe média incluía famílias de industriais, como os Peels (algodão), na Inglaterra, e num período posterior, os Krupps (ferro), na Alemanha. Compreendia financistas, como os internacionalmente famosos Rothschilds, e, numa escala descendente de riqueza e poder, banqueiros e capitalistas em todos os principais mercados monetários da Europa: Londres, Bruxelas, Paris e Berlim. Incluía empresários como Thomas Brassey, o magnata britânico das estradas de ferro, e técnicos como o engenheiro Isambard Kingdom Brunel, projetista do vapor *The Great Western*. Compreendia ainda burocratas, cujo número cresceu quando os governos começaram a regular o ritmo e a direção da industrialização e a minorar seus mais duros resultados sociais e econômicos. Incluía os membros das profissões liberais já estabelecidas – em especial no campo do direito, à medida que os advogados se colocavam a serviço dos industriais. Compreendia os exércitos de gerentes e escriturários, exigidos pelo ímpeto da expansão industrial e financeira, bem como o exército semelhante de comerciantes e lojistas, necessários ao atendimento das necessidades da população burguesa e urbana, cada vez mais abastada. Por fim, incluía as famílias de todos aqueles abrangidos pelas várias subcategorias que relacionamos.

Mobilidade social

Com freqüência, era possível passar de uma para outra dessas subcategorias, no decurso de uma ou duas gerações. No entanto, muito mais raro era a passagem da classe operária para a classe média. A maior parte dos êxitos da classe média originava-se em seu próprio seio – filhos de fazendeiros, artesãos qualificados ou profissionais liberais. A mobilidade ascendente era quase impossível sem educação; e esta era um luxo dispendioso, senão inalcançável, para os filhos de um trabalhador. Carreiras abertas ao talento, aquela meta alcançada pela Revolução

Jovens cavalheiros, 1834. Eram modelos como esses que os jovens da classe média almejavam.

Francesa, significavam no mais das vezes empregos de classe média para jovens da classe média que pudessem ser aprovados em exames. O sistema de exames era um caminho importante para subir na burocracia governamental. Se a transição da classe operária para a classe média não era comum, o mesmo acontecia com a viagem social, igualmente difícil, da classe média para a sociedade aristocrática, proprietária de terras. Essa passagem era difícil sobretudo no continente, onde a divisão entre nobreza e plebe era por tradição mais acentuada. Na Grã-Bretanha, esse tipo de mudança social era mais fácil. Se, como às vezes acontecia, filhos da alta classe média rica eram mandados a escolas e universidades de elite, e se deixavam o mundo comercial ou industrial por uma carreira política, conseguiam realizar a passagem. William Gladstone, filho de um comerciante de Liverpool, freqüentou as universidades de Eton e Oxford, centros de educação elitista, casou-se com uma moça ligada à aristocrática família Grenville, e tornou-se primeiro-ministro da Inglaterra. Contudo, Gladstone foi uma exceção à regra na Grã-Bretanha, e a Grã-Bretanha era uma exceção na Europa. Quando chegava a haver mudança social, em geral era em grau menos espetacular.

Auto-ajuda

Não obstante, a classe média européia arrimava-se na convicção de que era possível subir na vida através da inteligência, do ânimo forte e da séria dedicação ao trabalho. Em seu livro *Self Help*, um manual extremamente popular sobre como vencer, o inglês Samuel Smiles pregava um evangelho caro à classe média. No entanto, embora o evangelho declarasse que qualquer pessoa disposta a se esforçar poderia ascender a uma posição de responsabilidade e bem-estar pessoal, e embora com efeito alguns homens conseguissem isto, a idéia não era mais que um mito para a grande maioria.

A família e o lar

A seriedade de propósitos refletia-se na devoção burguesa ao ideal da família e do lar. A instituição da família tinha importância prática naquelas áreas da Inglaterra, França e Alemanha onde esperava-se que os filhos, genros, sobrinhos e primos assumissem responsabilidades nas

Salão em Viena, 1830. Representação de uma casa de classe média no Continente.

firmas familiares quando chegasse sua vez. Entretanto, o culto da família independia dessas considerações de ordem prática e assumia as dimensões de crença sagrada. Longe do burburinho e da confusão do mundo, protegidos atrás de construções sólidas e em meio ao conforto de suas ricas alfaias, os chefes de família burgueses retiravam-se a cada noite para gozar os frutos de sua lida diária. No seio do lar, a vida se fechava num sistema hierárquico e ritualístico em que o marido e pai era o senhor absoluto. Sua esposa era chamada de companheira e ajudante, mas era inquestionavelmente também sua serva. Tinha como tarefa manter a casa funcionando em ordem e harmonia. Registrava as despesas e dirigia as atividades da criadagem — em geral duas ou três mulheres. Devido à extensão de seus deveres como superintendente, era eximida das labutas diárias de lavar e limpar. Chamada na Inglaterra vitoriana de "anjo do lar", a esposa de classe média era responsável pela educação moral de seus filhos. No entanto, é provável que não passasse mais de duas ou três horas diárias com eles. Até serem mandadas à escola, as crianças ficavam sob a custódia de uma ama ou governanta. Grande parte do dia de uma mulher de classe média era passado em companhia de outras mulheres de famílias semelhantes. A sociedade burguesa européia criou um complicado sistema de costumes sociais, que envolvia visitas e retribuições a essas visitas. Não se esperava que as mulheres cultivassem o espírito, nem que fossem companheiras intelectuais de seus maridos. Ao invés disso, eram estimuladas a serem diletantes, e para elas a educação consistia geralmente em pouco mais do que aprender a ler e escrever, com tinturas de aritmética, geografia, história e uma língua estrangeira, adornadas com lições de desenho, aquarela, canto ou piano.

Sexualidade

Inculcava-se nas esposas de classe média a convicção de que apenas em uma área eram superiores aos maridos. Uma esposa era a "metade melhor" de um casamento burguês porque era tida como pura — a vestal sem jaça do lar, não maculada por preocupações com o que acontecia fora de sua casa, e decerto imune aos desejos sexuais que

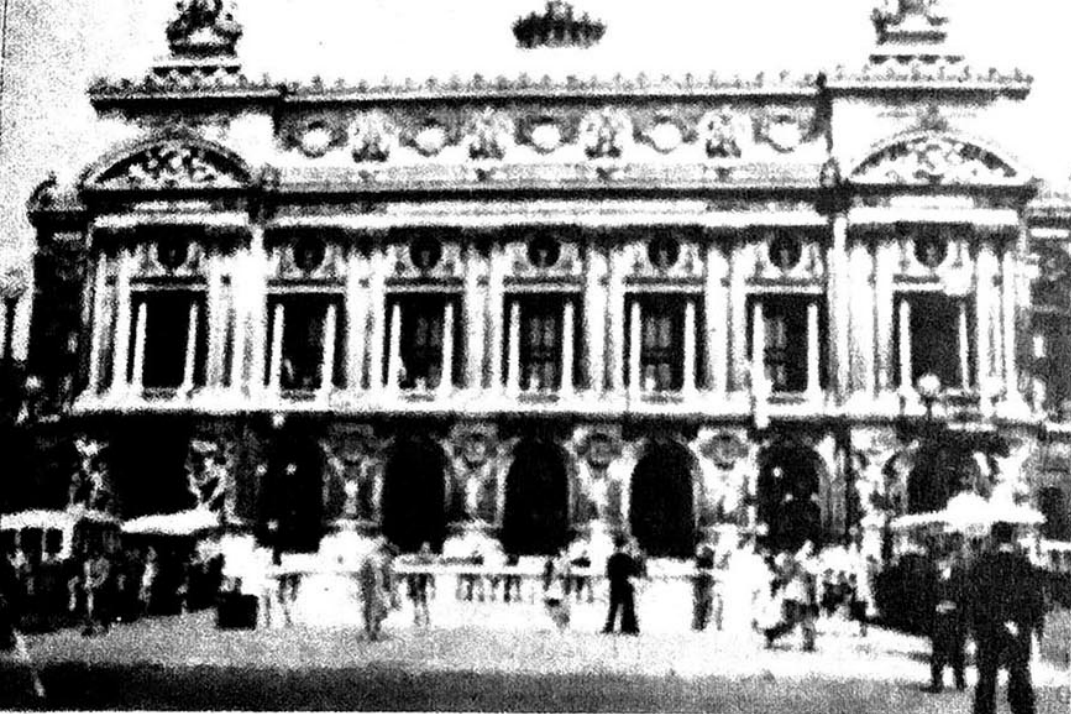
marcavam seu marido, que moralmente lhe era inferior. A missão da esposa consistia em incentivar a "natureza superior" do marido. Jamais devia responder a seus avanços sexuais com igual arrebatamento; para ela, a paixão era presumidamente impossível. Ao invés disso, cabia-lhe persuadi-lo a procurar, através do amor pelo lar e pela família, um sucedâneo para os instintos mais baixos com que a natureza, lamentavelmente, dotara o homem. Se por acaso ela falhasse – e o número de cortesãs e prostitutas nas ruas e nos *voudoirs* clandestinos do século XIX indica que na verdade era freqüente ela falhar – a mulher deveria aceitar a realidade de seu "fracasso" como aceitava tudo mais em sua vida: sem queixas. No caso de sucumbir a "desejos impróprios de uma mulher" e se descobrissem que isso acontecera, não podia esperar outra coisa senão o total banimento social. A lei tolerava a infidelidade dos maridos e sempre respeitava os direitos destes à pessoa e às propriedades das esposas. Tratava com desenvoltura uma esposa "infiel", concedendo a seu marido tudo quanto ele viesse a desejar em termos de divórcio, propriedades e custódia dos filhos, a fim de compensá-lo pelos agravos e embaraços pessoais que ele sofrera nas mãos da esposa "desnaturada".

Rituais domésticos

Os rituais familiares da classe média ajudavam a sustentar essa hierarquia. As refeições diárias, nas quais o chefe da família ocupava a cabeceira da mesa, eram preparadas e servidas por criados, que representavam um lembrete constante da posição social da família. As férias familiares foram uma invenção característica da classe média oitocentista. Graças ao advento das estradas de ferro, excursões de uma ou duas semanas, às montanhas ou às praias, ficaram ao alcance até mesmo de famílias de recursos medianos. Construíam-se suntuosos hotéis, com nomes imponentes – Palace, Beau Rivage, Excelsior – que atraíam clientes da classe média, oferecendo-lhes em escala mais grandiosa exatamente o mesmo tipo de existência confortável e protegida que gozavam em casa.

Casas

Os lares e os pertences da classe média constituíam expressão da segurança material por ela prezada. De construção sólida e decoração pesada, proclamavam o poder financeiro e a respeitabilidade social daqueles que ali habitavam. Nas cidades provincianas, eram muitas vezes "villas" em centro de terreno. Em Londres, Paris, Berlim ou Viena eram às vezes fileiras de prédios de cinco ou seis andares, ou grandes apartamentos. Qualquer que fosse sua forma, porém, eram construídas para durar muito tempo. Os cômodos eram sempre atulhados de móveis, objetos de arte, tapetes e quadros. As cadeiras, mesas, armários e sofás podiam ser de qualquer período, ou de todos, não importava, desde que fossem ornamentados com seus apropriados complementos de franjas, dourados ou outros tipos de adornos. O tamanho dos cômodos, a elegância do mobiliário, o número de criados – tudo dependia, naturalmente, dos rendimentos do proprietário. Um funcionário de um banco não vivia com a mesma opulência que o diretor do estabelecimento. No entanto, com toda probabilidade ambos obedeciam ao mesmo conjunto de padrões e aspirações. E essa obediência ajudava a fixá-los, a despeito das diferenças em seu nível de vida, à mesma classe.

A classe média européia não sentia nenhum desejo de confrontar-se com os subprodutos urbanos de seu próprio sucesso. Os membros da classe média cuidavam de viver afastados dos aspectos e cheiros desagradáveis criados pela industrialização. Suas áreas residenciais, construídas

A Ópera de Paris. Vista externa da Ópera. Projetada por Charles Garnier, foi construída entre 1861 e 1875. Esta grandiosa exibição de riqueza e luxo sintetiza o gosto da nova classe média industrial.

em geral na zona oeste das cidades, fora do caminho da brisa dominante e, portanto, da poluição industrial, eram santuários a protegerem os burgueses do congestionamento pelo qual eram os principais responsáveis. Quando os membros da classe média viajavam aos centros urbanos, tomavam o cuidado de fazê-lo por avenidas orladas de lojas respeitáveis ou por vias férreas elevadas que os soerguiam sobre as monótonas ruas da classe operária. No entanto, embora virasse o rosto para não ver o que não queria ver, a classe média não se afastava da cidade. Os homens e mulheres da classe média celebravam a cidade como sua criação especial e a fonte de seus lucros. Chegavam mesmo a louvar-lhe a fumaça – como um sinal de prosperidade – desde que não tivessem de aspirá-la dia e noite. De modo geral, eram eles que administravam os negócios de sua cidade. E eram eles que proporcionavam às novas cidades industriais seus altivos marcos arquitetônicos: prefeituras, bolsas de valores, teatros de ópera. Esses edifícios eram as novas catedrais da era industrial, testemunhos de uma classe média triunfante.

As cidades e a classe média

4. A VIDA DA CLASSE TRABALHADORA URBANA

Categorias dentro da classe trabalhadora

Tal como a classe média, a classe trabalhadora dividia-se em vários subgrupos ou categorias, determinadas neste caso pela qualificação profissional, salários e local de trabalho. Incluía representantes de profissões seculares – sopradores de vidro e marceneiros, por exemplo. Compreendia, outrossim, mecânicos igualmente qualificados nas novas tecnologias industriais. Abrangia aqueles que fabricavam máquinas têxteis e as mulheres e crianças que as operavam. Incluía os homens, as mulheres e as crianças que trabalhavam juntos em minas e pedreiras. E incluía milhões e milhões de pessoas que se esfalfavam em ocupações não qualificadas – construtores de estradas de ferro, carregadores de carvão, faxineiras, etc. O tipo de vida dos trabalhadores variava, naturalmente, dependendo de onde trabalhavam, de onde moravam e, acima de tudo, do quanto ganhavam. Um operário têxtil qualificado levava uma

vida muito diferente da de um estivador não qualificado – o primeiro tinha condições de pagar a alimentação, a habitação e o vestuário necessários para uma existência digna, ao passo que o segundo se esforçava tanto para manter a si mesmo e à família vivos que pouco tempo lhe restava para pensar em qualquer coisa senão de onde viria a próxima refeição.

Mobilidade social

Era possível alguma mudança social, das fileiras dos não qualificados para as dos qualificados, desde que às crianças fosse proporcionada pelo menos uma educação rudimentar. No entanto, muitos pais consideravam a educação um luxo, sobretudo porque as crianças podiam ser postas a trabalhar em tenra idade, a fim de suplementar os parcos rendimentos da família. Mas havia também a passagem das fileiras dos qualificados para a dos não qualificados, quando mudanças tecnológicas (por exemplo, a introdução do tear mecânico) atiravam operários bem remunerados para o meio dos não qualificados e miseráveis. Outras variações na classe trabalhadora resultavam do fato de que, embora a cada ano aumentasse o número de homens, mulheres e crianças que trabalhavam em fábricas, a maioria ainda permanecia em oficinas ou trabalhava em casa. Tais variações fazem com que seja impossível falar de uma classe trabalhadora homogênea, na Europa, de 1800 a 1850. A vida que descreveremos caracteriza sobretudo os trabalhadores ingleses, durante os primeiros cinqüenta anos da era industrial. Só na segunda metade do século XIX é que os trabalhadores do continente passaram por alguma coisa parecida com esse cruel processo de aclimatação urbana.

Habitação

Para quase todos os trabalhadores, a vida nas cidades industriais era na melhor das hipóteses desconfortável; na pior, insuportavelmente sórdida. Os trabalhadores e suas famílias viviam em habitações que não atendiam às necessidades de seus habitantes. Nas cidades mais antigas, moradias unifamiliares eram divididas em apartamentos; com freqüência não cabia a cada família senão um cômodo. Nos novos centros industriais, eram construídas fileiras de casas minúsculas, perto das fábricas fuliginosas; os fundos dessas casas eram geminados, com o que se eliminava qualquer ventilação ou espaço para jardins. Velhas ou novas, em geral as habitações eram de má construção. No caso dos prédios antigos, os proprietários deixavam que caíssem aos pedaços; as casas novas, construídas com materiais baratos, estragavam-se depressa. A água vinha muitas vezes de uma torneira do lado de fora, partilhada por várias casas e perto de um sanitário exterior. A superlotação era rotineira. Famílias de até oito pessoas viviam em dois ou, no máximo, três cômodos. As donas de casa não dispunham, como acontecia no interior do país, de hortas que contribuíssem para a alimentação da família. Os mercados que as serviam vendiam produtos baratos, muitas vezes velhos ou quase estragados, ou perigosamente adulterados (por exemplo, era comum adicionar formaldeído ao leite) a fim de evitar maior deterioração.

O papel das mulheres

A vida das esposas e mães da classe trabalhadora era dura. A ausência de anticoncepcionais baratos e a crença de que eram imorais faziam com que as mulheres passassem grávidas a maior parte dos anos férteis, o que lhes prejudicava a saúde e lhes sobrecarregava ainda mais a vida. Em geral as esposas recebiam do marido uma parcela de seu salário semanal, cabendo-lhe pagar o aluguel e alimentar e vestir a família com

o pouquíssimo que recebiam. Sua vida cotidiana era uma rotina infindável de cozinhar, lavar, fazer compras e limpar – num espaço exíguo e sem dinheiro suficiente. Seus problemas complicavam-se ainda mais, naturalmente, quando elas próprias tinham de trabalhar fora, restando-lhes assim ainda menos tempo para as tarefas domésticas.

Solidão

Como muitas famílias operárias apenas recentemente haviam-se transferido do campo para a cidade, para elas a vida era muitas vezes de terrível solidão. Quando possível, procuravam morar perto de parentes que já houvessem passado pela transição e que fossem capazes de ajudar os recém-chegados a se ajustarem à nova vida, muito diferente. Em muitas cidades, as famílias operárias viviam em bairros habitados por outras que trabalhavam na mesma profissão – tecelões num lugar, mineiros em outro – e dessa forma obtinham alguma sensação de comunitarismo.

A vida nas fábricas

Ajustar-se às exigências da fábrica era, para os trabalhadores, tão difícil quanto aceitar o sistema de vida nas cidades. A jornada fabril era longa, em geral de doze a quatorze horas diárias antes de 1850. O ambiente era sujo e perigoso. As fábricas de tecidos continuavam sem ventilação, de modo que fragmentos de fios e panos se alojavam nos pulmões dos trabalhadores. As máquinas eram desprotegidas e representavam um perigo especial para as crianças, muitas vezes contratadas, devido à sua suposta agilidade, para passar por baixo e em torno das partes móveis. Os processos de manufatura eram insalubres. O uso de chumbo venenoso, por exemplo, na fabricação de cerâmica vitrificada representava um perigo constante para os homens e mulheres que trabalhavam nessa indústria.

A rotina diária

Tão perturbador como as condições físicas de trabalho nas fábricas era o ajustamento psicológico exigido à primeira geração de operários. Antes da era industrial, os trabalhadores eram obrigados a uma longa jornada de trabalho e em troca de uma remuneração ínfima. No entanto, ao menos em certa medida, eram livres para determinar seu próprio horário de trabalho e para estruturar suas próprias atividades, passar de suas oficinas domésticas para as pequenas hortas e voltar à oficina, se assim desejassem. Na fábrica, toda a "mão-de-obra" aprendia a disciplina do apito. Para funcionar com eficiência, a fábrica exigia que todos os empregados começassem e terminassem o trabalho ao mesmo tempo. A maioria deles não sabia dizer as horas; poucos possuíam relógios; nenhum estava acostumado ao ritmo implacável da máquina. A fim de aumentar a produção, o sistema fabril encorajava a decomposição do processo manufatureiro em etapas especializadas, a cada uma das quais era atribuído um tempo, e essa inovação desconcertava os trabalhadores habituados a completar uma tarefa de acordo com seu próprio ritmo anterior. A contratação de mulheres e crianças foi outra inovação perturbadora. Nas comunidades pré-industriais, as mulheres e crianças trabalhavam, tanto quando os homens, mas em geral juntos e em suas próprias casas. Nas cidades industriais, mulheres e crianças eram com freqüência contratadas em lugar dos homens, pois era possível pagar-lhes menos e os patrões julgavam mais fácil controlá-las. Quando isso acontecia, o sistema de vida familiar era gravemente desagregado, e o grupo obrigava-se a suportar mais uma quebra da tradição.

Confrontados com uma drástica reordenação de suas vidas, homens e mulheres reagiam de maneiras diversas. Alguns procuravam "o caminho

mais curto para sair de Manchester", entregando-se à bebida (havia em 1850, naquela cidade, 1.200 tavernas). Algumas mulheres recorriam à prostituição para suplementar seus salários de fome. Muitos, homens e mulheres, esforçavam-se por transformar em alguma espécie de comunidade a rua em que viviam ou a fábrica em que trabalhavam, num processo longo e desencorajador. No entanto, por volta de meados do século suas experiências começavam a torná-los conscientes de que eram diferentes da classe média, que lhes impunha um novo sistema de vida, e se colocavam em oposição a ela.

Fuga

5. A IDEOLOGIA DA CLASSE MÉDIA

Incerteza e a necessidade de tranqüilização

A classe média não deixava de perceber os muitos problemas sociais que estava gerando à medida que criava uma sociedade industrial. Malgrado sua confiança em que o mundo estava progredindo — e sob seu próprio comando —, a burguesia via-se cercada de incertezas. A crença que tinha em sua própria capacidade, nunca posta em dúvida, era toldada pela preocupação de que seus talentos específicos acabassem mostrando-se irrelevantes para a preservação da prosperidade. A autoconfiança podia dissolver-se em face da bancarrota e a prosperidade desaparecer no abismo da catástrofe econômica. Aqueles que haviam subido através de seus próprios esforços podiam sucumbir às ambições de outrem. Tampouco era sempre simples para a classe média conciliar sua própria riqueza com a miséria de milhares de trabalhadores, explorados sob sua égide. À burguesia cabia a responsabilidade de haver arrancado a sociedade européia de velhos modos de vida e de tê-la atirado a outros, novos. Para os que estavam dispostos a admitir essa responsabilidade, a percepção desse fato era suficiente para abrandar a confiança, injetando-lhe uma dose de apreensão. Em conseqüência, a classe média fazia o quanto podia para racionalizar sua própria prosperidade e legitimar sua ascendência, tanto sobre a antiga sociedade latifundiária como sobre o proletariado urbano.

A economia política e a ideologia burguesa

Para melhor construir essa ideologia conveniente, os membros da nova classe média industrial utilizavam as teorias de vários economistas políticos. É importante ter em mente que não era provável que um dono de fábrica ou um banqueiro houvesse lido as obras desses teorizadores. No entanto, poderia ter topado com condensações jornalísticas de suas idéias, ou participado de debates nos quais se discutiam as conclusões, senão os raciocínios, desses economistas. Como tais conclusões davam apoio a seus próprios interesses, ele se familiarizava com elas até que, com o tempo, tornava-se capaz de falar das idéias desses homens como se fossem suas.

Os economistas clássicos

Já tivemos ocasião de explicar como as obras do economista Adam Smith reforçavam o respeito da classe média pela iniciativa privada. As obras de um outro grupo, o dos chamados economistas clássicos, ou liberais — especialmente dos ingleses Thomas Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823) — incorporavam princípios que atraíam homens de negócios desejosos de poder reformular livremente as economias de seus países. Os elementos principais da teoria dos economistas liberais eram os seguintes:

1) Individualismo econômico. Cada indivíduo tem o direito de usar para seu melhor proveito a propriedade que herdou ou adquiriu por qualquer meio lícito. Deve ser permitido a cada pessoa fazer o que quiser com o que é seu, enquanto não transgredir o idêntico direito dos demais.

2) Laissez-faire. As funções do estado deveriam ser reduzidas ao mínimo compatível com a segurança pública. Compete ao governo limitar-se ao papel de modesto policial, mantendo a ordem e protegendo a propriedade, mas jamais intervindo por qualquer forma no desenrolar dos processos econômicos.

3) Obediência à lei natural. Existem no setor econômico leis imutáveis, que operam como em qualquer esfera do universo. Exemplos disso são a lei da oferta e da procura, a lei dos lucros decrescentes etc. Tais leis devem ser reconhecidas e respeitadas; deixar de fazê-lo é desastroso.

4) Liberdade de contrato. Cada indivíduo deve ter a faculdade de negociar o contrato mais favorável que possa obter de qualquer outro indivíduo. Em especial, a liberdade dos trabalhadores e empregadores para combinar entre si a questão do salário e das horas de trabalho não deve ser embaraçada por leis ou pelo poder coletivo dos sindicatos de trabalhadores.

5) Livre concorrência e livre-câmbio. A concorrência serve para manter os preços baixos, para eliminar os produtores ineptos e assegurar a máxima produção compatível com as necessidades públicas. Conseqüentemente, não se devem tolerar monopólios ou quaisquer leis que fixem os preços em benefício de empreendedores incompetentes. Cumpre, além disso, abolir todas as tarifas protetoras a fim de forçar cada país a se empenhar na produção daquelas mercadorias que está mais capacitado a produzir. Isso também terá o efeito de manter os preços baixos.

Tese de Malthus sobre a população

Era natural que os negociantes simpatizassem com teorias condizentes com seus próprios desejos e intenções. No entanto, Malthus e Ricardo deram outras contribuições para a ideologia burguesa, baseadas na maneira como viam os conflitos de interesses dentro da sociedade. Em seu conhecidíssimo *Ensaio sobre a população*, publicado em 1798, Malthus afirmava que a natureza prescreveu limites inflexíveis ao progresso humano no que toca à felicidade e à riqueza. Devido à voracidade do apetite sexual, a população tem uma tendência natural para aumentar mais depressa do que a oferta de alimentos. Existem, na verdade, alguns freios poderosos, como a guerra, a fome, a doença e o vício; mas estes, quando agem de maneira eficiente, aumentam ainda mais o peso dos padecimentos humanos. Segue-se que a pobreza e a dor são inevitáveis. Mesmo que se promulgasse leis distribuindo eqüitativamente a riqueza, a condição dos pobres só por algum tempo melhoraria; dentro em breve começariam a gerar famílias maiores, resultando daí que a situação final de sua classe seria tão má quanto a inicial. Na segunda edição de sua obra, Malthus advogava o retardamento do matrimônio como um meio de aliviar a situação, mas continuava a acentuar o perigo de que a população viesse a sobrepujar qualquer possível aumento dos meios de subsistência.

Thomas Malthus

A argumentação de Malthus permitia à classe média aquiescer com a destruição de uma sociedade mais antiga que havia feito certas tenta-

tivas de cuidar de seus pobres. Na Inglaterra, por exemplo, havia sido instituído nas paróquias rurais um sistema de donativos e salários subsidiados, para ajudar a sustentar os trabalhadores desempregados e suas famílias. A tentativa não conseguia evitar o sofrimento e enfrentava crescente resistência por parte dos contribuintes. Agora, Malthus dizia aos contribuintes que os planos destinados a ajudar os pobres prejudicavam tanto os ricos como os pobres. O socorro aos pobres tirava dinheiro e, portanto, alimentos das bocas dos membros mais produtivos da sociedade, colocando-os nas bocas dos menos produtivos. Malthus ajudava a transferir a responsabilidade pela pobreza da sociedade para o indivíduo, uma mudança vista com bons olhos pela classe média, que desejava livrar-se do ônus de sustentar os desempregados urbanos.

Aplicação da doutrina malthusiana

Os pressupostos malthusianos desempenharam papel importante no desenvolvimento das teorias do economista escocês David Ricardo. Segundo este, os salários tendem para um nível apenas suficiente para capacitar os trabalhadores a "subsistir e perpetuar sua raça, sem aumento nem diminuição". Para Ricardo, essa era uma lei férrea, da qual não havia escapatória. Se temporariamente os salários subissem acima do nível de subsistência, a população aumentaria e a conseqüente competição pelos empregos logo forçaria os salários a voltar a seu antigo nível. Ricardo formulou ainda uma lei das rendas das terras. Sustentava que estas são determinadas pelo custo de produção nas terras mais pobres que devem ser cultivadas e que, por conseguinte, à medida que um país se enche de gente, uma porção cada vez maior da renda social é retida pelos proprietários rurais.

Leis de Ricardo sobre salários e rendas

Também neste caso, um teórico oferecia argumentos úteis à classe média em sua tentativa de definir-se e defender-se dentro de uma nova ordem social. A lei dos salários dava aos empregadores uma arma útil para se protegerem das reivindicações de maiores salários por parte de seus empregados. A lei das rendas justificava a oposição da classe média à manutenção do poder dos latifundiários: uma classe que derivava seus rendimentos não do trabalho árduo, mas meramente de sua posição como coletora de rendas, estava a auferir lucros desleais às expensas do resto da sociedade e merecia ver reduzidos seus lucros.

Utilização das leis de Ricardo

Contudo, tão logo a classe média começava a argumentar dessa forma, traía sua devoção à doutrina do *laissez-faire*. Negociantes e empresários opunham-se veementemente à intervenção governamental que lhes negasse a oportunidade de ganhar o máximo de dinheiro que pudessem; contudo, estavam dispostos a ver o governo intervir para impedir que os latifundiários ganhassem o que *eles* pudessem de suas propriedades. Como justificar essa evidente incoerência? A resposta estava nas teorias do inglês Jeremy Bentham (1748-1832), sem dúvida o sustentáculo dos apologistas da burguesia. Bentham, cuja principal obra, *Princípios de moral e de legislação*, foi publicada em 1789, investia contra a idéia do século XVIII de que uma teoria satisfatória da ordem social poderia fundamentar-se na crença na harmonia natural dos interesses humanos. Homens e mulheres eram criaturas basicamente egoístas. Por isso, acreditava Bentham, imaginar que seria possível uma sociedade estável e generosa surgir sem ajuda de um grupo de egos personalistas era imaginar o impossível. Para funcionar adequadamente, a sociedade precisava de um princípio organizador que admitisse o

O utilitarismo de Bentham

Jeremy Bentham

egoísmo básico da humanidade, ao mesmo tempo em que compelisse as pessoas a sacrificar ao menos uma porção de seus próprios interesses pelo bem da maioria. Esse princípio, chamado utilitarismo, afirmava que toda instituição, toda lei, devia ser avaliada segundo sua utilidade social. E uma lei socialmente útil era aquela que produzia a maior felicidade para o maior número de pessoas. Se uma lei atendesse a esse requisito, podia permanecer nos códigos; se isso não acontecesse, deveria ser abandonada imediatamente, por mais venerável que fosse. Um homem egoísta haveria de aceitar esse estalão social, compreendendo que a longo prazo ver-se-ia em sérios apuros, por se apegar a leis que talvez o beneficiassem, mas que produziam tamanha infelicidade geral que criavam conflitos prejudiciais a seus próprios interesses, bem como aos de outras pessoas.

A atração do utilitarismo para a classe média

De que modo essa filosofia atraía particularmente as classes médias industriais? Em primeiro lugar, admitia a importância do indivíduo. Os interesses da comunidade nada mais eram senão a soma dos interesses dos indivíduos egoístas que a compõem. Cada indivíduo sabe melhor do que qualquer outro o que constitui seus próprios interesses, e o melhor a fazer é deixá-lo livre, sempre que possível, para promover esses interesses. Só quando conflitavam com os interesses – a felicidade – do maior número de pessoas é que deveriam ser limitados. Os empreendedores entendiam essa doutrina como uma licença para levar avante a industrialização, uma vez que, argumentavam, a industrialização estava claramente produzindo felicidade para a maior parte da população mundial. Ao mesmo tempo, as doutrinas de Bentham podiam ser usadas para justificar aquelas mudanças que se faziam necessárias para promover a criação de um mundo industrial. Poderia ser a maior felicidade produzida, perguntavam os industriais ingleses, por um sistema eleitoral antiquado que negava representação às crescentes cidades manufatureiras? Claro que não. Portanto, cumpria ao Parlamento reformar-se para que o peso dos interesses manufatureiros se fizesse sentir na feitura das leis.

Individualismo e intervenção

Assim sendo, o utilitarismo era uma doutrina que podia ser usada em duas direções – em favor do *laissez-faire* e em favor da intervenção do governo. E a classe média dispôs-se a usá-la em ambas as direções ao mesmo tempo. O utilitarismo de Bentham proporcionou a base teórica para muitas das reformas intervencionistas da classe média, tais como uma revisão da lei dos pobres na Grã-Bretanha e a ampliação do sistema educacional na França, entre 1815 e 1848.[1] Ao mesmo tempo, o utilitarismo, combinado com as teorias de Malthus e Ricardo, fortaleceu a posição daqueles homens de negócios que acreditavam que o individualismo irrestrito havia produzido os triunfos da Revolução Industrial. Impor restrições a esse individualismo equivalia a pôr em perigo o progresso da industrialização e, portanto, ameaçar a maior felicidade do maior número de pessoas.

Crença na melhoria

Ao assim argumentar, a classe média fundava-se na convicção de que a industrialização e o sistema fabril estavam, juntos, espalhando benefícios para todos, e não apenas para ela. Como veremos, havia os que discordavam, que insistiam, por exemplo, na regulamentação dos salários e da jornada de trabalho nas fábricas. Mas os capitalistas alegavam

[1] Essas e outras reformas semelhantes serão examinadas no capítulo seguinte.

que a intervenção inibiria a distribuição desses benefícios e, por conseguinte, a proliferação da felicidade geral. Para corroborar o que diziam, podiam citar o economista inglês Nassau Senior, que afirmava que o lucro líquido de qualquer empreendimento industrial resultava unicamente da última hora de sua operação diária. Reduzir o dia de trabalho, dizia Senior, equivalia a eliminar os lucros, obrigando assim as fábricas a fechar as portas, com o que os trabalhadores passariam fome. A classe média acreditava em Senior porque claramente lhe interessava crer em sua doutrina. Acreditava também nele porque a atividade em que estava empenhada era tão nova e inexplorada que se tornava difícil provar que ele estivesse errado. A incerteza da burguesia levava-a a acreditar naquelas teorias que lhe proporcionavam o máximo de confiança e que a encorajavam a pensar que o que estava fazendo era de benefício para toda a humanidade.

Na França, tanto quanto na Inglaterra, economistas políticos e filósofos ajudaram a dar à nova burguesia uma ideologia adequada. Embora propusesse planos utópicos de reorganização social, o conde Claude de Saint-Simon (1760-1825) pregava o evangelho do "industrialismo" e de "industriais" (duas palavras que ele criou). Os discípulos de Saint-Simon estavam entre os principais proponentes, na França, do industrialismo privado e de um sistema financeiro padronizado e centralizado.

O positivismo de Comte

Muito mais influente, de modo geral, foi a filosofia positivista de Auguste Comte (1798-1857). A filosofia de Comte, tal como o utilitarismo, sustentava que toda verdade deriva da experiência ou da observação do mundo físico. Comte rejeitava a metafísica como absolutamente inútil; ninguém pode descobrir a essência oculta das coisas – por que estas ocorrem assim e não de outra maneira, ou qual é o sentido e o fim último da existência. Tudo que se pode realmente saber é *como* as coisas acontecem, as leis que controlam sua ocorrência e as relações existentes entre elas. O positivismo derivou seu nome da afirmação de que o único conhecimento de qualquer valor corrente era o conhecimento "positivo" ou científico. Comte defendia a tese de que a capacidade da humanidade para analisar a sociedade cientificamente e de prever seu futuro havia chegado a um ponto que em breve possibilitaria à Europa realizar uma sociedade "positiva", organizada não em termos de crença, mas de fatos. Contudo, tal realização não seria simples; atitudes e instituições "positivas" não poderiam substituir sem luta as do estágio "metafísico" pelo qual a Europa tinha acabado de passar. Dividindo a história do mundo em estágios sucessivos (um estágio "religioso" havia precedido o "metafísico") e declarando que a consecução do estágio supremo não era possível sem o tumulto da industrialização, Comte assegurava à classe média o papel dominante no mundo melhor do porvir.

Auguste Comte

6. PRIMEIRAS CRÍTICAS À IDEOLOGIA DA CLASSE MÉDIA

A ideologia da classe média teve seus críticos. Muitos escritores deploravam a desintegração social e a hipocrisia moral que viam, descrevendo-as como o legado da Revolução Industrial. O escocês Thomas Carlyle (1795-1881), ainda que defendesse a Revolução Francesa e acreditasse

Honoré de Balzac

Gustave Flaubert

John Stuart Mill

na necessidade de uma nova aristocracia de industriais ("capitães de indústria"), não nutria senão desprezo pelas teorias dos utilitaristas. Segundo seu parecer, elas não faziam mais que desculpar a cobiça e o espírito aquisitivo da nova classe média. Outro a atacar com virulência a classe média era o romancista inglês Charles Dickens (1812-1870). Em romances como *Oliver Twist*, *Tempos difíceis* e *Dombey e filho*, Dickens escreveu com simpatia sobre a tiranização dos operários industriais pela nova classe de ricos. Na França, o Abbé Felicité Lamennais (1782-1854), ainda que pregando o respeito pela propriedade privada, invectivava o egoísmo. Afirmava em seu *Livro do povo*, que à "gentinha" do mundo cabia uma parcela demasiado diminuta da direção de suas vidas. Honoré de Balzac (1799-1850) escreveu *A Comédia Humana* para desmascarar a estupidez, a cobiça e a mesquinhez da classe média. Gustave Flaubert (1821-1880), em seu maior romance, *Madame Bovary*, retratou a natureza banal, e literalmente fatal, da vida burguesa para as mulheres.

Um dos mais incisivos críticos dos começos da industrialização foi o filósofo e economista inglês John Stuart Mill (1806-1873). Embora como economista Mill seja freqüentemente colocado entre os membros da escola clássica, a verdade é que ele repudiou algumas das mais sagradas premissas desta. Em primeiro lugar, rejeitava a universalidade das leis econômicas. Admitia existirem leis imutáveis que governam a produção, mas insistia em que a distribuição da riqueza pode ser regulada pela sociedade em proveito da maioria de seus membros. Em segundo lugar, advogava certas medidas que divergiam mais radicalmente da doutrina do *laissez-faire* do que as recomendadas por qualquer dos seus precursores. Não se opunha, em certas condições, a leis para abreviar a jornada de trabalho e acreditava que o estado pode muito bem tomar certas providências preliminares no sentido de redistribuir a riqueza, mediante a tributação das heranças e a apropriação do produto da valorização indébita da terra. No quarto livro de seus *Princípios de economia política*, ele recomendava a abolição do sistema de salários e visualizava uma sociedade composta de cooperativas de produtores, em que os trabalhadores seriam donos das fábricas e elegeriam os dirigentes. Por outro lado, Mill não era nenhum socialista. Desconfiava do estado e a verdadeira razão pela qual defendia as cooperativas de produtores não era exaltar o poder dos trabalhadores, mas dar-lhes os frutos de seu trabalho.

A arte burguesa e seus críticos

Também os artistas atacavam os valores da sociedade industrial, na pintura e na escultura. A arte preferida pela classe média européia no século XIX era aquela que de alguma forma ou narrava uma história ou, melhor ainda, pregava uma mensagem. O belo era a decoração superficial, capaz de ser admirada por sua riqueza intrínseca e pelo que, por conseguinte, declarava sobre a riqueza de seu proprietário. Ou o belo era um moralismo facilmente compreensível e, se possível, tranqüilizador. Quando em 1851 se realizou no Crystal Palace de Londres a Grande Exposição das Obras Industriais de Todas as Nações, para celebrar o triunfo do industrialismo, uma das coisas que mais atraíram o interesse do público foi uma estátua do escultor norte-americano Hiram Powers, *A Escrava grega*. Representando uma jovem cristã nua e de pé, segundo o catálogo, diante do olhar de um potentado oriental, a obra permitia a seus admiradores vitorianos uma oportunidade para lhe

fruírem a impudicícia e ao mesmo tempo edificarem-se com o virtuoso desdém que a moça demonstrava em relação ao captor.

Alguns dos artistas que mais criticavam a burguesia, embora repudiassem o artificial e o decorativo, refletiam, não obstante, a obsessão da classe média com a arte como moralidade. A Irmandade Pré-Rafaelita, um grupo inglês de pintores e pintoras, liderado pelo pintor e poeta Dante Gabriel Rossetti (1828-1882), tomou a peito exprimir seu desdém pelos valores contemporâneos. Chamavam a si próprios de pré-rafaelitas como maneira de proclamar sua admiração pela técnica dos artistas do início da Renascença, supostamente intocados pelo gosto artístico corrompido. No entanto, as obras dos principais membros da Irmandade exsudavam tamanho sentimentalismo que lhes prejudicava a natureza rebelde e dava-lhes um caráter de carolice convencional, além de torná-las, em última análise, inócuas como protesto social. O mesmo pode ser dito, em menor grau, da obra do francês Jean-François Millet (1814-1875). Seu quadro *Homem com enxada* é um comentário forte e amargo sobre a vida dos camponeses; já *O Angelus* suaviza o comentário, que se faz sentimental. Tanto na Inglaterra como na França, porém, alguns dos pintores mais talentosos questionaram muitos dos valores reverenciados pela classe média. Gustave Courbet (1819-1877) e Honoré Daumier (1808-1879) expressaram comiseração pelos infortúnios da classe trabalhadora francesa, contrastando cenas de padecimentos rurais e urbanos com caricaturas nada lisonjeiras da burguesia. Daumier, sobretudo, era um mordaz satirizador dos males sociais e políticos; ridicularizava a corrupção dos funcionários subalternos e a piedade hipócrita dos ricos. A maioria das obras de Daumier e Courbet tinha uma causticidade que impedia o pieguismo.

Os Pré-Rafaelitas; Courbet e Daumier

Embora criticassem a Revolução Industrial e os valores da classe média, esses escritores e artistas plásticos não propunham nada de muito tangível no sentido de reforma social. Da mesma forma que se opunham ao triunfo de uma burguesia materialista, opunham-se também à idéia de uma completa democracia. Carlyle, em especial, criticava o presente comparando-o com um passado róseo que nunca existira. Nisso se assemelhava a um dos mais candentes críticos da nova sociedade burguesa, o inglês William Cobbett (1762-1835). Em seu jornal *The Poor Man's Guardian*, Cobbett invectivava tanto a industrialização quanto seus efeitos. Sua propaganda refletia o dilema que a maioria dos críticos tinha de enfrentar: com efeito, a industrialização havia trazido em seu bojo grandes males sociais e econômicos; mas significava isso que se devesse tentar voltar à vida da sociedade pré-industrial, também freqüentemente dura, e sempre tediosa, ainda que provavelmente mais segura?

Passado ou presente?

Durante algum tempo, um pequeno grupo de pensadores respondera a essa pergunta com um sonoro "não". Argumentavam que não era possível um retorno aos velhos tempos e aos velhos costumes, e que a sociedade podia ser ao mesmo tempo industrial e humanitária. Com freqüência esses pensadores radicais eram explicitamente utópicos. Dois dos mais persuasivos deles foram o inglês Robert Owen (1771-1858) e o francês Charles Fourier (1772-1837). Ainda que ambos sejam corretamente vistos como utópicos, com todas as limitações práticas que esse rótulo traz consigo, em sua época muitos de seus seguidores acreditavam na possibilidade de se instituir os programas por eles propostos.

Os utópicos: Owen e Fourier

Owen, ele próprio proprietário de um grande cotonifício em New Lanark, na Escócia, atacava a convicção burguesa de que se deveria permitir à motivação do lucro moldar a organização social e econômica. Depois de reorganizar sua própria fábrica, de modo a oferecer ensino gratuito e um sistema de previdência social para seus operários, Owen passou a defender uma reorganização geral da sociedade, com base na cooperação; os trabalhadores seriam remunerados pelas comunidades segundo o trabalho que realmente prestassem. Fourier queria uma reconstituição ainda mais drástica, que incluísse a abolição do sistema de salários e a completa igualdade dos sexos. Os seguidores de Owen e de Fourier procuravam fugir das confusões do mundo da época através de comunidades idealistas fundadas de acordo com os princípios de seus líderes. Todas essas tentativas fracassaram após certo tempo, vítimas de liderança inepta e, no caso das comunidades fourieristas da França, de acusações de depravação moral, resultantes das revolucionárias doutrinas sexuais de Fourier.

Blanc e Proudhon

Teorias radicais menos utópicas foram propostas na década de 1840, anos que assistiram a periódicas depressões econômicas e às suas horrendas conseqüências. O político e jornalista francês Louis Blanc (1811-1882) levantava-se, como muitos críticos da época, contra o espírito de competição da nova sociedade industrial e opunha-se de maneira especial à exploração da classe operária. Sua solução foi lançar uma campanha pelo sufrágio masculino universal, através do qual os homens da classe trabalhadora pudessem ganhar o controle do estado. Após seu triunfo, tais trabalhadores transformariam o estado em "banqueiro dos pobres" e instituiriam "associações de produção" — na verdade um sistema de oficinas governado por trabalhadores — que garantiriam empregos e segurança para todos. Assim que se criassem essas sociedades, a iniciativa privada feneceria, através da concorrência, e com ela o estado, do qual não haveria mais necessidade. Como veremos, tais oficinas foram instituídas durante um breve lapso de tempo em Paris, durante a Revolução de 1848. Outro francês, Pierre Proudhon (1809-1865), condenava os lucros auferidos pelos empregadores às expensas de seus empregados. Também ele propunha novas instituições, as quais, segundo ele, poderiam ser levadas a produzir mercadorias a um preço mais módico para o trabalhador, um preço baseado unicamente no volume de trabalho dedicado à fabricação de qualquer produto.

Louis Blanc

Marx e Engels

As idéias contidas nas obras de Blanc e de Proudhon, bem como de outros autores radicais, receberam sua expressão mais clara e enérgica por parte dos teóricos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Tanto um como outro eram filhos de abastadas famílias burguesas. Marx estudou filosofia na Universidade de Berlim. Resolvido a desempenhar papel ativo na transformação de uma sociedade que ele passara a desprezar, empregou-se como redator da *Gazeta da Renânia* em 1842. Em breve suas convicções radicais deixaram-no mal com os proprietários do jornal. Em 1843 mudou-se para Paris, a fim de dedicar mais reflexão ao processo e à possibilidade de reforma revolucionária. Dali migrou para Bruxelas, onde contribuiu para a fundação da Liga Comunista, órgão cujo objetivo declarado era a derrubada da classe média — ou, para usarmos a terminologia marxista, da burguesia. Durante sua estada em Paris, Marx reatara uma antiga

amizade com Engels, que estivera vivendo em Manchester, onde sua família possuía um cotonifício. Durante esse período, Engels escreveu uma descrição devastadora do efeito dos começos da industrialização sobre os trabalhadores ingleses – *A Condição da classe trabalhadora na Inglaterra em 1844*. Juntos, Marx e Engels procuraram formular uma teoria que ao mesmo tempo explicasse como a sociedade chegara ao estado presente e propusesse os meios pelos quais fosse possível alterá-la, de modo a beneficiar a todos. A teoria foi publicada por Marx a pedido da Liga em 1848, no auge da agitação revolucionária no continente europeu, com o título de *Manifesto comunista*.

Manifesto Comunista

No *Manifesto*, Marx esboçava uma teoria da história que muito devia ao filósofo alemão Georg Wilhelm Hegel (ver o capítulo 23). Hegel sustentara que as idéias, força motriz da história, estavam em constante conflito entre si, e que essa relação antitética entre as idéias acabaria por produzir uma síntese, representando um avanço na história da raça humana. Marx adotou essa idéia progressista da história, dando-lhe uso próprio. Enquanto Hegel via o conflito e a resolução (uma dialética) em termos de idéias, Marx os via em termos de forças econômicas. A sociedade, afirmava ele, não era a qualquer tempo senão o reflexo de uma hierarquia ditada por aqueles que possuem os meios de produção e controlam a distribuição de seus bens materiais. Ao longo da história, mudaram os meios. O feudalismo e o regime senhorial foram derrotados pelo capitalismo. E este, declarava Marx, seria vencido por sua vez pelo comunismo. Esse processo, entretanto, implicará primeiro a concentração do poder econômico capitalista num número cada vez menor de mãos e a conseqüente oposição da classe trabalhadora (o proletariado) sempre crescente e sempre mais aviltada. Assim que o proletariado derrubar a burguesia pela revolução, o que fatalmente há de acontecer, a sociedade como um todo se emancipará. Um interregno em que uma "ditadura do proletariado" livrará o mundo dos últimos vestígios da sociedade burguesa será seguido pelo fim do processo dialético e pelo surgimento de uma civilização verdadeiramente sem classes.

Marx insistia em que o *Manifesto* não era apenas mais uma teoria. Sua afirmativa de que o proletariado, coeso, podia conscientemente participar do processo revolucionário por ele descrito – que podia, na realidade, fazer progredir a história, mediante seus próprios esforços – ajuda a explicar a popularidade do documento. As obras de Marx e de Engels não provocaram uma revolução proletária imediata. Embora o *Manifesto*, em sua famosa declaração, exortasse os trabalhadores do mundo a unir-se, Marx e Engels compreenderam que essa meta não seria concretizada rapidamente. Ambos, porém, mais do que quaisquer outros pensadores políticos das décadas de 1830 e 1840, deram aos trabalhadores um sentido potencial de seu valor como seres humanos e de seu papel vital no processo histórico do mundo. Engels fez os operários compreenderem o que o trabalho fabril e a vida urbana estavam fazendo: transformando-os, de homens e mulheres que eram, em máquinas, alienados (um termo marxista) de si mesmos como seres humanos porque estavam alienados do trabalho, sobre o qual não exerciam qualquer controle. Marx deu aos trabalhadores a percepção de que aqueles sofrimentos descritos por Engels tinham um propósito final, que representavam a contribuição pessoal do próprio trabalhador para o triunfo, definitivo e inevitável, de sua classe.

Karl Marx

Friedrich Engels

As teorias de Marx e de Engels espalharam-se pela Europa depois de 1850. Tal como as teorias de outros autores que examinamos – tanto defensores como adversários do mundo industrial da classe média – são historicamente importantes por dois motivos. Em primeiro lugar, as idéias ajudaram homens e mulheres a compreender melhor a nova ordem social que havia surgido após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, e o papel que poderiam representar, como membros de uma classe, naquela nova ordem. Em segundo lugar, as próprias idéias contribuíram para inspirar as mudanças e acontecimentos concretos – de natureza política, social e econômica – que constituem o tema dos dois capítulos seguintes.

Capítulo 22

A ASCENSÃO DO LIBERALISMO (1815-1870)

O pensamento geral, a esperança da França, tem sido de que a ordem e a liberdade voltem a unir-se sob a monarquia constitucional.

– Pierre Guizot, *Discurso sobre o estado da nação*, **1831**

A história da Europa no século XIX foi em grande parte moldada pela interação das forças do liberalismo e do nacionalismo. As classes médias da França e da Inglaterra, onde era mais forte o liberalismo, abraçavam um conjunto de doutrinas que refletiam suas preocupações e interesses. Para elas, o liberalismo significava: (1) um governo eficiente, disposto a reconhecer o valor do desenvolvimento comercial e industrial; (2) um governo em que os interesses burgueses estivessem protegidos pela representação direta da burguesia no legislativo – com toda probabilidade, uma monarquia constitucional, e não, quase certamente, uma democracia; (3) uma política externa de paz e livre-câmbio; e (4) uma crença no individualismo e nas doutrinas dos economistas clássicos.

Os componentes do liberalismo

Muitos burgueses de outros países europeus partilhavam essas crenças e pressupostos, e atuaram de modo diligente e com algum êxito no sentido de realizar reformas liberais específicas. Para eles, porém, um objetivo da mesma importância e com freqüência mais imediato era a consecução de alguma forma de unidade nacional. Por mais dedicadas que fossem ao liberalismo, as classes médias da Alemanha, da Itália, da Polônia e do Império Austríaco acreditavam que suas possibilidades de alcançar as metas liberais aumentariam muito se conseguissem unificar a colcha de retalhos de principados que os cercavam, transformando-os numa vigorosa e "moderna" nação-estado. Examinaremos, neste capítulo, o fenômeno do liberalismo, principalmente a forma como afetou a sorte da Inglaterra e da França. No capítulo 23, descreveremos como o liberalismo combinou-se com o nacionalismo para modificar a história da Europa Central.

A compulsão do nacionalismo

1. REAÇÃO CONSERVADORA, 1815-1830

Congresso de Viena

A propagação do liberalismo deu-se, em parte, como reação às políticas conservadoras adotadas por governos assustados, ansiosos por restaurar a ordem, tanto no plano interno quanto no internacional, depois das guerras napoleônicas. Durante um período de aproximadamente 15 anos, depois de 1815, os governantes da maioria dos países europeus fizeram o máximo para cercear o avanço do liberalismo burguês. Na maior parte dos casos, porém, suas políticas repressoras só serviram para tornar os liberais mais resolvidos que nunca a triunfar. A principal preocupação dos governos era garantir que a Europa nunca mais sucumbisse ao tipo de agitações revolucionárias por que passara no quarto de século anterior. Para isso, quando os representantes dos países europeus reuniram-se no Congresso de Viena, em 1814, a fim de redigir um acordo permanente de paz para a Europa, esforçaram-se por produzir um acordo que garantisse, tanto quanto possível, a tranqüilidade internacional. Ao mesmo tempo, entretanto, não se furtavam a defender as reivindicações de seus próprios países quanto a novos territórios, ainda que isso trouxesse ameaças de conflitos, ou mesmo de guerra. Embora as principais decisões do congresso fossem tomadas por representantes das grandes potências, a ele compareceram dignitários de quase todos os principados da Europa. Nada menos de seis monarcas estavam presentes: o czar da Rússia, o imperador da Áustria e os reis da Prússia, da Dinamarca, da Baviera e de Württemberg. A Grã-Bretanha estava representada por Lord Castlereagh e pelo duque de Wellington. Da França veio o hábil intrigante Talleyrand, que tinha sido bispo sob Luís XVI, ministro do exterior da corte de Napoleão e agora se dispunha a abraçar a causa reacionária.

Os papéis dominantes no Congresso de Viena foram desempenhados por Alexandre I (1801-1825) e por Metternich (1773-1859). O dinâmico czar é uma das figuras mais desconcertantes da história. Educado na corte de Catarina a Grande, tivera um preceptor francês jacobino que lhe instilara as doutrinas de Rousseau. Em 1801 sucedeu ao pai assassinado, Paulo I Petrovitch, e durante as duas décadas seguintes perturbou o sono de seus colegas coroados revelando-se o monarca mais liberal da Europa. Após a derrota de Napoleão na campanha da Rússia, Alexandre começou a dar mostras de um pendor crescente para o misticismo, concebendo a missão de converter os governantes de todos os países aos ideais cristãos de justiça e de paz. Mas o principal efeito da loquacidade com que protestava sua dedicação à "liberdade" e ao "esclarecimento" foi alarmar os conservadores, levando-os a suspeitar de uma conspiração para estender o poder moscovita a toda a Europa. Acusavam-no de intrigar com os jacobinos em toda parte para substituir a França onipotente por uma Rússia todo-poderosa.

Czar Alexandre

Metternich

A mais proeminente figura no congresso foi Klemens von Metternich, nascido em Coblença, no vale do Reno, onde seu pai era embaixador austríaco nas cortes de três pequenos estados alemães. Em seus dias de estudante na Universidade de Estrasburgo, o jovem Metternich testemunhara alguns excessos de violência da multidão revolucionária, ligados à eclosão da Revolução Francesa, e era a isso que atribuía o ódio que sempre sentiu pelas inovações políticas. Terminados os estudos, ingressou na diplomacia e durante quarenta anos foi ministro do exte-

rior. Fomentou ativamente a discórdia entre Napoleão e o czar Alexandre, depois que estes se tornaram aliados em 1807, e contribuiu para promover o casamento de Napoleão com a arquiduquesa austríaca Maria Luísa. Em 1813 foi elevado à dignidade de príncipe hereditário do Império Austríaco. No Congresso de Viena, Metternich distinguiu-se como homem de maneiras encantadoras e como mestre da intriga. Suas grandes obsessões eram o ódio às alterações políticas e sociais e o temor da Rússia. Não se dava simplesmente que ele receasse as revoluções em si mesmas; temia, ainda mais, as revoluções inspiradas pelo czar a fim de impor a supremacia russa sobre a Europa. Foi por esse motivo que se mostrou partidário de brandura para com a França na hora da derrota e esteve disposto, em certo momento, a preconizar a restauração de Bonaparte como imperador dos franceses, sob a proteção e a suserania da casa dos Habsburgos.

Klemens von Metternich

O princípio de legitimidade

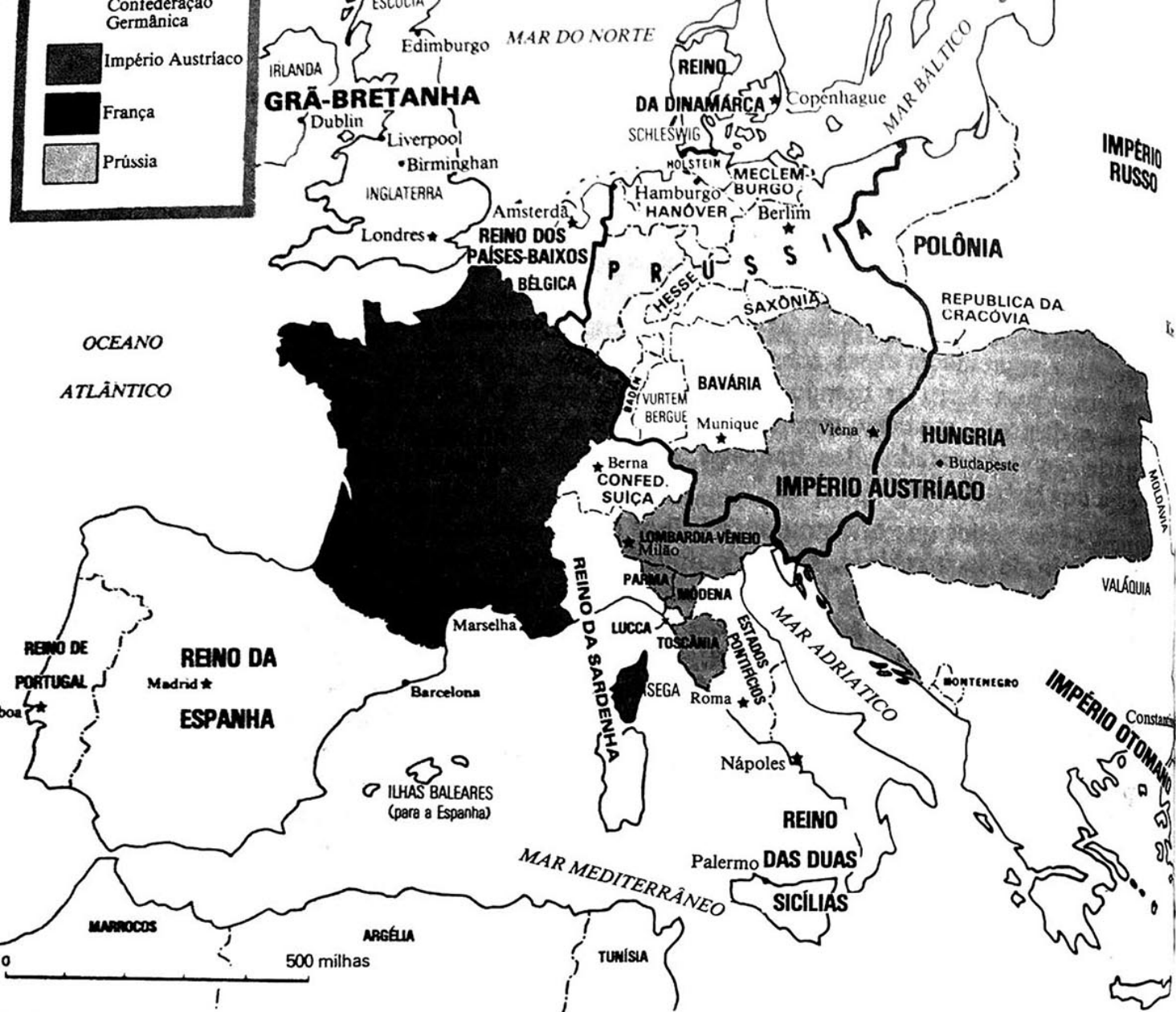
A idéia básica que orientou os trabalhos do Congresso de Viena foi o princípio de *legitimidade*. Este princípio foi inventado por Talleyrand como meio de proteger a França contra punições drásticas por parte de seus vencedores, mas acabou sendo adotado por Metternich como expressão apropriada da política geral de reação. Legitimidade significava que as dinastias reinantes da Europa nos tempos pré-revolucionários deviam ser restauradas e que cada país devia readquirir essencialmente os mesmos territórios que possuíra em 1789. De acordo com esse princípio, Luís XVIII, irmão de Luís XVI,[1] foi reconhecido como o soberano "legítimo" da França, sendo também confirmada a restauração de governantes da casa dos Bourbons na Espanha e nas Duas Sicílias. A França foi obrigada a pagar uma indenização de 700 milhões de francos aos aliados vitoriosos, mas suas fronteiras deveriam permanecer, em essência, as mesmas que em 1789.

Obstáculos à expansão francesa

No entanto, para garantir que os franceses não voltassem em breve a tentar ampliar suas fronteiras, foi levantada uma forte barreira para contê-los. A República Holandesa, conquistada pelos franceses em 1795, foi restaurada como o Reino dos Países Baixos, com a casa de Orange como sua monarquia hereditária. A seu território acrescentou-se o da Bélgica, antes denominada Países Baixos Austríacos, com a esperança de que essa potência agora substancial servisse para desencorajar quaisquer idéias futuras de expansão francesa. Pela mesma razão, a margem esquerda alemã do Reno foi cedida à Prússia, e a Áustria transformada em grande potência no norte da Itália.

O acordo com relação à Alemanha

Contudo, o princípio da legitimidade não foi estendido aos principados alemães. Ali, apesar dos pedidos dos governantes da miscelânea de minúsculos estados que haviam existido antes de 1789, as grandes potências concordaram em conservar as fronteiras tal como redefinidas por Napoleão. O medo de uma Rússia agressiva levou as outras nações da Europa a apoiarem a manutenção dos reinos napoleônicos da Baviera, de Würtemberg e da Saxônia, como um bastião contra a Rússia. Ao mesmo tempo, porém, o czar Alexandre I exigia que a Polônia, retalhada, a ponto de quase desaparecer, pela Rússia, Áustria e Prússia na década de 1790, fosse reconstituída como um reino, que teria a ele

[1] Luís XVII, filho pequeno do rei e da rainha executados, havia morrido em circunstâncias misteriosas nas mãos de captores revolucionários em 1795.

A EUROPA APÓS O CONGRESSO DE VIENA - 1815

próprio como monarca constitucional. A Prússia estava disposta a concordar com esse plano, desde que lhe fosse permitido anexar a Saxônia. As ambições nacionais de expansão física rapidamente eclipsaram a legitimidade como um princípio orientador nessas negociações. Metternich, horrorizado com a dupla ameaça assim apresentada à Áustria pela Prússia e pela Rússia, aliou-se a Talleyrand e Castlereagh, e estes celebraram um acordo secreto para fazer guerra à Rússia e à Prússia, se necessário, a fim de impedi-las de consumar o pacto relativo à Polônia e à Saxônia. Por fim, chegou-se a uma conciliação, pela qual foi cedida à Rússia a maior parte da Polônia e uma parte da Saxônia. A Grã-Bretanha, não menos ansiosa que as demais potências vitoriosas de ganhar compensação por seus longos anos de guerra, recebeu principalmente territórios sob domínio francês na África do Sul e na América do Sul, bem como a ilha de Ceilão, ampliando assim ainda mais seu império colonial.

O sistema de alianças

Após a derrota final de Napoleão em Waterloo, no ano de 1815, as principais potências ratificaram o acordo de Viena na esperança de que seus esforços pudessem ter como conseqüência um "Concerto Europeu" de estabilidade permanente. Para garantir ainda mais o fim das

perturbações revolucionárias, formaram a Quádrupla Aliança – Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia; em 1818, com a admissão da França, ela se tornou a Quíntupla Aliança. Seus membros se comprometiam a cooperar na supressão de quaisquer distúrbios decorrentes de tentativas de deposição de governos legítimos ou mudar as fronteiras internacionais. Ao mesmo tempo, o czar Alexandre, cuja natureza mística estava então em ascendência, persuadiu os aliados a se juntarem a ele na declaração de uma outra aliança – uma "Santa Aliança" – dedicada aos preceitos de justiça, caridade cristã e amor. O único resultado dessa segunda liga foi o de confundir os líderes europeus quanto às intenções de Alexandre. Seria ele um liberal – até mesmo um jacobino, como temia Metternich – ou um conservador digno de confiança? A perplexidade se dissipou à medida que em um país após outro, levantes liberais eram sufocados por severas políticas reacionárias dos governos aliados, entre os quais o de Alexandre.

Supressão de levantes liberais

Ataques aos governos reacionários, em Nápoles e na Espanha, fizeram com que os aliados se apressassem a organizar uma conferência em Troppau, na Áustria, em 1820. Irmandades secretas de jovens liberais, muitos deles oficiais militares, haviam liderado essas revoltas. Tais ativistas, originários da Itália, davam a si mesmos os nomes de Carbonários. Constituíam uma militante força contra-revolucionária, cuja influência propagou-se por toda a Europa no começo da década de 1820. Tanto em Nápoles como na Espanha, essas organizações forçaram os reis a jurar que sancionariam constituições baseadas na constituição francesa liberal de 1789-1791. Na conferência de Troppau, a Áustria, a Prússia e a Rússia reagiram a essas ameaças à ordem internacional e ao absolutismo comprometendo-se a se ajudarem reciprocamente para suprimir a revolução. A França e a Grã-Bretanha recusaram-se a firmar o penhor, não tanto por se oporem à repressão, mas porque não desejavam restringir sua liberdade de ação tornando-se partícipes de pormenorizados tratados internacionais. Não obstante, Metternich empenhou-se, com auxílio da Rússia e da Prússia, na repressão aos carbonários, através do encarceramento e do exílio.

Desafio ao sistema do Congresso

Dois anos depois, em 1822, realizou-se em Verona um outro congresso, dessa vez para tratar da persistente ameaça liberal à estabilidade na Espanha, da série de revoluções que ocorriam nas colônias espanholas na América do Sul, e de uma insurreição no Oriente Próximo. Para resolver o problema da Espanha, os franceses enviaram um exército de 200.000 homens à península ibérica em 1823. Sem muita dificuldade, essa força acabou com os liberais espanhóis, que se opunham à tentativa do rei Fernando VII de solapar o governo representativo. Os franceses ajudaram Fernando a restaurar sua autoridade para governar como lhe aprouvesse. Ao contrário do que sucedeu na Espanha, porém, os defensores do "status quo" não conseguiram fazer cessar a campanha em prol da independência e do liberalismo nas colônias. Em 1834 o presidente James Monroe, dos Estados Unidos, proclamou a "Doutrina Monroe", segundo a qual as tentativas de intervenção nos negócios do Novo Mundo por parte das potências européias seriam consideradas por seu governo como atos inamistosos. Sem o apoio marítimo britânico, a doutrina teria permanecido letra-morta. No entanto, os ingleses estavam dispostos a reconhecer a independência das repúblicas sul-americanas, uma vez que, como novos países, preferiam comerciar com a Grã-Bre-

tanha e não com a Espanha. Por conseguinte, os ingleses usaram sua marinha para impedir que a Espanha interviesse para proteger seu moribundo império.

Rebelião na Grécia

No Oriente Próximo, um soldado grego, Alexandre Ypsilanti, estava tentando encorajar a formação de um "império" grego, a ser instaurado sobre princípios vagamente liberais. No processo, lançara seu grupo armado de seguidores em batalhas contra os turcos, que dominavam a Grécia. Embora Ypsilanti fosse logo derrotado, seu movimento persistiu. Cinco anos depois o movimento já se conformava com a meta mais acessível de uma Grécia independente. Apoiados, por motivos de estratégia mediterrânea, por uma força naval constituída de ingleses, franceses e russos, e por uma invasão russa dos Bálcãs, dessa vez os rebeldes tiveram êxito. O sucesso que obtiveram assinalou a extensão das mudanças que haviam ocorrido desde o congresso de Verona. Não era mais possível a Metternich e outros reacionários formarem alianças com base na premissa de que, para as potências européias, a preservação do "status quo" fosse a meta suprema, anteposta a tudo mais. A Grã-Bretanha, em especial, não merecia confiança, pois, em fins da década de 1820, o movimento liberal ganhava rapidamente força ali.

2. CONQUISTAS LIBERAIS NA EUROPA OCIDENTAL, 1815-1830

A política na Grã-Bretanha

As conquistas liberais na Grã-Bretanha sobrevieram após uma era de reação que repetiu a que havia ocorrido no continente. O partido Tory, conservador, havia desfrutado supremacia política quase ininterrupta desde que William Pitt o Moço se tornara primeiro-ministro em 1783. Embora Pitt houvesse começado a carreira mais ou menos como um reformador, a Revolução Francesa fizera com que ele, bem como alguns companheiros de partido, se tornasse ferrenho defensor do "status quo". Os adversários políticos dos *tories*, os *whigs*, haviam mantido de certa forma uma atitude conciliatória em relação aos franceses, durante todos os longos anos de conflitos revolucionários e napoleônicos. No entanto, eram tão avessos quanto os *tories* a idéias democráticas; e defendiam com o mesmo ardor os direitos que tinham à plenitude dos frutos de suas propriedades.

O "Peterloo" e os Seis Atos

Daí, quando depois de 1815 rebentaram distúrbios na Inglaterra, em conseqüência da depressão e do desemprego, de modo geral os ricos apoiaram as medidas repressivas adotadas pelo governo britânico. Contratavam-se espiões para conseguir provas que incriminassem agitadores do povo. No norte industrial, onde a situação econômica era particularmente grave, membros radicais da burguesia e da classe operária aproveitavam a intranqüilidade geral para forçar suas exigências de maior representação no Parlamento. Em Manchester, a polícia abriu fogo contra uma multidão de 80.000 pessoas que se manifestavam em favor de reformas políticas nos Campos de São Pedro (St. Peter's Fields). Onze pessoas morreram e mais de 400, entre elas 113 mulheres, ficaram feridas. O massacre foi posteriormente chamado "Peterloo", pelos radicais britânicos: ou seja, um Waterloo nacional. Foi a primeira dentre várias medidas repressivas adotadas pelo governo para sufocar a reforma. Outra foi a legislação conhecida como os "Seis Atos", aprovada

pelo Parlamento em 1819 e que proscrevia livros "sediciosos e blasfemos", lançava um imposto de selo sobre os jornais, permitia que os domicílios fossem revistados em busca de armas e restringia os direitos de reunião política.

Os tories liberalizantes

No entanto, passado um lapso de tempo surpreendentemente curto, os líderes políticos britânicos deram meia-volta em sua oposição a tudo que fosse novo. Ao contrário, demonstraram uma capacidade de conciliação que manteve o país livre da revolução. Tanto George Canning, o primeiro-ministro, como Robert Peel, secretário do interior, filho de um abastado fabricante de tecidos de algodão, eram sensíveis aos interesses dos capitalistas britânicos, homens de orientação liberal. Sob a direção deles, o governo recuou de seu compromisso para com a intransigente Quíntupla Aliança; foi Canning quem tomou a iniciativa de reconhecer as repúblicas sul-americanas. No plano interno, esses mesmos políticos começaram a pôr ordem no ineficiente emaranhado que eram as leis inglesas; aboliram, por exemplo, a pena capital para cerca de uma centena de delitos diferentes. E Canning liberalizou, embora não abolisse, as Leis dos Cereais, que faziam incidir uma tarifa sobre a importação de grãos baratos. Assim, beneficiavam os latifundiários britânicos, mas prejudicavam os industriais, que eram obrigados a pagar salários mais altos para que seus empregados pudessem comprar pão mais caro. Esses "liberalizadores" dentre os *tories*, ainda essencialmente conservadores, conseguiram até mesmo abolir as leis que haviam negado a muitos protestantes dissidentes (membros de denominações protestantes que não a anglicana: batistas, congregacionais, metodistas) e aos católicos romanos plena participação na vida política pública.

Reforma parlamentar

O que os conservadores não estavam dispostos a reformar era o sistema de representação na Câmara dos Comuns, que favorecia em muito os latifundiários. Nesse ponto os *tories*, que compunham o partido majoritário no Parlamento, mostravam-se inflexíveis e ainda basicamente comprometidos com o "status quo". No entanto, membros da classe média liberal argumentavam que tal reforma era de absoluta necessidade antes que eles próprios pudessem desempenhar um papel constante e ativo no sentido de plasmar os programas políticos britânicos segundo seus próprios interesses. Na verdade, "interesse" era palavra-chave no debate sobre a reforma parlamentar. Durante séculos o Parlamento havia representado os interesses dos proprietários rurais, a principal classe de proprietários na Inglaterra. Cerca de dois terços dos membros da Câmara dos Comuns eram diretamente nomeados pelos mais ricos latifundiários do país ou deviam-lhes indiretamente sua eleição. Muitos dos distritos eleitorais parlamentares, que elegiam os membros da Câmara dos Comuns, eram controlados por latifundiários, que usavam a pressão de seu poder econômico local – ou, em muitos casos, o suborno puro e simples – para fazer eleger candidatos que defendiam seus interesses. Eram os chamados distritos "podres" ou "de bolso", assim chamados porque se dizia que estavam nos bolsos dos homens que os controlavam. Aqueles que defendiam o sistema vigente argumentavam que pouco importava que a política eleitoral fosse corrupta, que os distritos eleitorais representassem números desiguais de pessoas, ou que poucos, pouquíssimos (mais ou menos um em cem) tivessem o direito de voto. O que importava, diziam, era que os interesses da nação em geral (os quais, segundo sua visão, coincidiam

com os interesses da classe dos proprietários de terras) fossem bem promovidos por um Parlamento assim eleito.

A classe média e a reforma

É claro que a nova classe média industrial não concordava com os argumentos dos latifundiários. Sustentavam, por exemplo, que as Leis dos Cereais não coincidiam com os interesses precípuos da nação. (Se fossem adeptos das teorias de Jeremy Bentham, poderiam argumentar que as Leis dos Cereais não produziam "a maior felicidade para o maior número de pessoas".) Ao invés disso, as Leis só beneficiavam os latifundiários, mantendo altos os preços dos cereais; e atuavam contra os interesses de todos mais. Por conseguinte, diziam membros da burguesia, o Parlamento devia ser reformado de modo a representar não só os latifundiários mas também os interesses da Inglaterra industrial. É importante observar que a burguesia liberal *não* estava defendendo a reforma por acreditar na democracia. Alguns líderes da classe trabalhadora emergente na verdade levantaram esse argumento – e, como veremos, continuaram a fazê-lo depois que uma lei de reforma foi aprovada em 1832. A maioria dos que falavam em favor da reforma, contudo, declaravam que a classe média era capaz de representar no Parlamento os interesses da classe operária, assim como os seus próprios interesses. Os reformadores assumiram essa posição porque acreditavam nela, porque tinham medo de que houvesse representantes da classe operária, ou ainda porque percebiam que apoiar a representação direta para esta última assustaria os reformadores mais tímidos, com o que toda sua campanha seria derrotada.

Uma aliança com a classe trabalhadora

Levado pelo exemplo dos reformadores liberais do continente e pela oratória e capacidade organizacional da classe média e de artesãos radicais na própria Inglaterra, o movimento reformista intensificou-se depois de 1830. Foi bastante forte para derrubar os *tories* e para fazer os *whigs*, sob a liderança de Lord Grey, ousarem apresentar um projeto de reforma do eleitorado. O governo mostrou-se claramente assustado. A revolução, se algum dia chegasse à Inglaterra, ocorreria como resultado da aliança que agora ameaçava ser firmada entre os industriais burgueses e a liderança que artesãos e comerciantes proporcionavam à nova classe trabalhadora. Em Birmingham, um banqueiro burguês, Thomas Attwood, organizou uma "União Política da Classe Baixa e Média do Povo". Em julho de 1830 havia organizações semelhantes em Glasgow, Manchester, Liverpool, Sheffield, Newcastle e Coventry. O rei, Guilherme IV, escreveu com preocupação a Lord Grey, declarando que "mineiros, manufatureiros, tripulantes de navios carvoeiros e operários" pareciam prontos para alguma espécie de rebelião aberta.[2] Percebendo o grave perigo de uma possível coligação da classe operária com a burguesia, a classe dominante mais uma vez aceitou a mudança, como havia feito na década de 1820.

A Lei de Reforma de 1832

Todavia, a Lei de Reforma de 1832 não foi um recuo em relação à idéia de representação com base no interesse. Não se fez qualquer tentativa de criar distritos eleitorais iguais. O direito a voto, embora aumentasse, foi definido em termos da propriedade pessoal e tempo de sua posse. Nos condados, por exemplo, um homem podia votar se pagasse pelo menos dez libras de renda anual por terras das quais tivesse

[2] Asa Briggs, *The Age of Improvement*, Nova Iorque, 1959, p. 248.

posse segundo um arrendamento de sessenta anos. Em outras palavras, o voto foi concedido à classe média, mas a pouquíssimos membros da classe trabalhadora. É provável que mais importante que a ampliação do direito a voto tenha sido a redistribuição das cadeiras parlamentares. Foram redistribuídas 143 cadeiras, transferidas sobretudo do sul rural para o norte industrial, aumentando assim a representação de cidades como Manchester, Leeds e Birmingham e das zonas adjacentes; com isso se aumentou, por sua vez, o poder político da classe média industrial. Embora a lei fosse resultado de uma mudança e acarretasse ainda novas mudanças, era vista como uma medida conservadora. De modo algum destruía a força política da aristocracia latifundiária, embora a reduzisse um pouco. E preservava a idéia de representação segundo o interesse. A classe média liberal e industrial havia conquistado um certo grau de paridade com a oligarquia fundiária que durante séculos havia governado a Grã-Bretanha e que a dominaria ainda durante mais uma geração.

O liberalismo em outras partes do Ocidente

As tentativas de introduzir reformas políticas liberais não se limitaram à Grã-Bretanha durante esse período. Nos Estados Unidos, o domínio dos grupos fundiários e comerciais foi suplantado pelo partido Democrata, que se levantava contra os privilégios e que era liderado pelo herói da guerra de 1812, o general Andrew Jackson. Do outro lado do mundo, na Rússia, oficiais do exército rebelaram-se após a morte do czar Alexandre I em 1825, na esperança de persuadirem seu irmão Constantino, de orientação liberal, a assumir o trono e garantir uma constituição. Neste caso, porém, a tentativa de reforma fracassou. Constantino não estava inclinado a usurpar o poder ao herdeiro legítimo, um terceiro irmão, Nicolau I. Esses oficiais, chamados dezembristas (por causa do mês da revolta) foram severamente punidos; Nicolau continuou a governar segundo os métodos autocráticos que Alexandre havia adotado no fim da vida, criando a Terceira Seção, uma polícia política que tinha a missão de coibir novos distúrbios internos.

A França

Entrementes, a autocracia ameaçava também a herança liberal-revolucionária e napoleônica na França. A alta burguesia francesa se satisfizera de modo geral com o acordo interno estabelecido pelas grandes potências em 1814 e confirmado no Congresso de Viena do ano seguinte. Luís XVIII havia outorgado uma "carta constitucional" ao subir ao trono da França. Embora se recusasse a renunciar ao poder absoluto em teoria, Luís XVIII se dispusera de bom grado, na prática, a apoiar os princípios pelos quais mais ansiavam os liberais burgueses na França: igualdade jurídica; carreiras abertas ao talento; e um governo parlamentar bicameral, com o direito ao voto limitado aos proprietários.

Carlos X e a ameaça ao liberalismo

Em 1824, Luís XVIII morreu e foi sucedido por seu irmão Carlos X, um reacionário. Através de seus programas de governo, Carlos declarou-se imediatamente inimigo do liberalismo, da modernização e dos legados gerais das eras revolucionária e napoleônica. Obedecendo à sua vontade, a assembléia francesa aprovou indenizações àqueles aristocratas emigrados cujas terras tinham sido confiscadas pelo estado. A Igreja pôde reafirmar seu direito tradicional de exclusividade no magistério. A alta classe média, fortalecida por seu papel na crescente economia industrial do país, reagiu liderando uma rebelião contra as políticas reacionárias do rei. Em março de 1830, membros da Câmara dos

Deputados, liderados por banqueiros, aprovaram uma moção de desconfiança ao governo. Carlos dissolveu a Câmara, um direito que a constituição lhe concedia, e convocou novas eleições de deputados. Ao ver seus candidatos derrotados nessas eleições, o monarca revidou com uma série de decretos-leis que (1) novamente dissolvia a recém-eleita câmara, antes mesmo que ela se reunisse, (2) impunha rigorosa censura à imprensa, (3) restringia ainda mais o sufrágio, de modo a excluir quase completamente a alta burguesia, e (4) convocava novas eleições.

A Revolução de 1830 na França

O que Carlos X obteve em troca dessas medidas foi a revolução. Chefiados pelos republicanos – trabalhadores, artesãos, estudantes, escritores, etc. – os parisienses saíram às ruas. Durante três dias, por trás de barricadas construídas às pressas, desafiaram o exército e a polícia, sendo que nenhuma dessas corporações estava ansiosa por disparar contras as multidões. Percebendo a inutilidade de opor mais resistência, Carlos abdicou. Os que haviam defendido as barricadas preconizavam uma verdadeira república. Mas os detentores do poder – banqueiros, comerciantes e industriais – não queriam saber de nada disso. Preferiram colocar no trono o duque de Orleans, como o rei Luís Filipe (1830-1848), depois de lhe arrancarem a promessa de obedecer à constituição de 1814, que tão bem servira às suas necessidades liberais particulares. Ampliou-se o direito ao voto, aumentando o eleitorado de mais ou menos 100.000 para 200.000 homens. No entanto, o direito ao voto continuou a basear-se na posse de propriedades. Os maiores beneficiários da mudança foram os burgueses, os mais interessados na Revolução de 1830.

Revoltas liberais em outros países

Outros países europeus contraíram a febre revolucionária no verão de 1830. Como já tivemos ocasião de observar, os radicais das classes operárias e média na Inglaterra foram levados pelos franceses a lutar por sua própria reforma liberal. Na Bélgica, uma insurreição que combinava princípios liberais e nacionalistas pôs fim à união daquele país com os holandeses, instituída pelo Congresso de Viena. As potências européias fortaleceram a estrutura política da Bélgica e, portanto, seu clamor de independência, ao concordarem com a acessão ao trono de Leopoldo de Saxe-Coburg, tio da futura rainha Vitória da Inglaterra. Mais uma vez, uma classe média havia conseguido estabelecer uma monarquia constitucional de seu agrado, adequada às suas metas liberais e empresariais. Não foi esse, porém, o destino que coube aos nacionalistas liberais da Polônia, que tomaram medidas nessa época para depor seu governante, o czar russo Nicolau I, cuja hegemonia se estendia à Polônia em decorrência do acordo celebrado em Viena em 1815. A Europa Ocidental não interveio; tropas russas esmagaram os rebeldes liberais e a Polônia foi fundida no império czarista.

Espanha

Na Espanha, as forças liberais lograram melhor êxito. Nesse país, o liberalismo burguês estava ligado às tentativas da rainha Maria Cristina de Bourbon, viúva do rei Fernando VIII, de garantir o trono à sua filha, Isabel. Embora ela própria não fosse uma liberal, a rainha estava disposta a cortejar as boas graças das elites burguesas urbanas a fim de vencer sua luta contra o irmão do falecido marido, Dom Carlos. Durante as chamadas Guerras Carlistas, que duraram de 1834 a 1840, os liberais arrancaram a Isabel uma constituição que lhes concedia voz ativa no legislativo, ao mesmo tempo em que restringia o eleitorado de modo a manter acuadas a classe dos artesãos e a pequena classe média

Em meados do século, porém, o medo dos radicais levou a classe média a aquiescer com um governo que nada mais era senão uma ditadura autoritária, mas isso não ameaçava diretamente seus próprios interesses econômicos.

3. O LIBERALISMO NA INGLATERRA E NA FRANÇA, 1830-1848

O declínio do poder aristocrático

A Revolução de 1830 na França e a Lei de Reforma Parlamentar de 1832 na Inglaterra representaram uma derrota para o poder dos aristocratas em ambos os países. Contudo, não foi da noite para o dia que os aristocratas e seus defensores deixaram de representar um papel ativo na política. Lord Palmerston, por exemplo, foi um dos mais influentes primeiros-ministros da Inglaterra em meados do século e um dos mais prestigiados árbitros da Europa. No entanto, já não era possível aos órgãos legislativos da França e da Inglaterra ignorar os interesses específicos da classe média. Daí em diante, os órgãos legislativos incluiriam representantes dessa classe em número suficiente para lutarem com êxito por programas compatíveis com as convicções liberais.

Legislação liberal na Grã-Bretanha: a nova lei dos pobres

Uma das principais realizações do primeiro Parlamento britânico eleito depois de 1832 foi a aprovação de uma nova lei relativa ao tratamento a ser dispensado aos pobres. Segundo uma lei aprovada em 1602, ao tempo da rainha Elizabeth I, cada paróquia inglesa fora declarada responsável pela manutenção de seus pobres, quer através de internação em asilos, quer através de um sistema de donativos, combinados com programas locais de emprego público. Embora não eliminasse de modo algum os efeitos debilitantes da miséria, tal sistema na verdade proporcionava uma espécie de garantia contra a fome. Contudo, em 1830 não mais funcionava. O crescimento da população e as depressões econômicas haviam produzido na Inglaterra um número muito maior de desempregados do que jamais existira, exaurindo aqueles recursos, arrecadados mediante impostos, que cada paróquia usava para socorrer os desafortunados. A industrialização exigia ademais que famílias inteiras se mudassem de uma parte do país para outra, em busca de emprego; entretanto, a antiga lei dos pobres só concedia ajuda àqueles que a requeressem na paróquia natal. A velha lei não se coadunava com as idéias liberais de eficiência, e o novo Parlamento dispôs-se a reformá-la. A nova lei, redigida por Edwin Chadwick, ex-secretário particular de Jeremy Bentham, e aprovada quase sem discordância, refletia de modo claro a idéia burguesa e liberal sobre como alcançar "a maior felicidade para o maior número de pessoas". Os donativos deveriam cessar imediatamente. Os pobres que fossem incapazes de prover seu sustento deveriam ser confinados em asilos (*workhouses*), nos quais as condições de vida deveriam ser tão severas que compelissem os internos a partir e aceitar qualquer trabalho que pudessem encontrar fora deles, não importa quão ínfima fosse a remuneração, ou qualquer caridade que amigos e parentes pudessem lhes prestar. As paróquias deveriam ser agrupadas em uniões mais eficientes; a lei seria administrada por uma junta central de comissários, em Londres. A nova legislação era inspirada pela crença liberal de que o

próprio indivíduo era culpado por sua pobreza e pelo pressuposto liberal de que o capitalismo, ainda que não regulado, era capaz de oferecer empregos suficientes para todos quantos verdadeiramente os desejassem. As depressões econômicas do começo da década de 1840 mostraram ser falsa essa idéia e arruinaram os cuidadosos planos dos administradores da lei dos pobres. Novamente instituíram-se os donativos, novamente aumentaram-se os impostos. Entretanto, o fracasso da lei não abalou a convicção liberal de que a pobreza era, no fundo, um problema individual, e não institucional.

Revogação das Leis dos Cereais

Mais ainda do que a nova lei dos pobres, a abolição das Leis dos Cereais, em 1846, patenteou o poder político da classe média inglesa. Mesmo depois de terem sido modificadas na década de 1820, essas leis continuaram a manter o preço do pão artificialmente alto, forçando os empregadores, por sua vez, a pagar salários que permitissem aos operários ter alimento em suas mesas. Mais ainda, as Leis dos Cereais simbolizavam para a classe média os privilégios ilegítimos de uma ordem antiquada e, a seu ver, em geral inútil – a aristocracia rural. A campanha em prol de sua revogação foi orquestrada de maneira soberba. A Liga Anti-Leis dos Cereais, uma organização de industriais burgueses e seus adeptos, realizou grandes comícios no norte da Inglaterra, pressionou membros do Parlamento e, por fim, conseguiu convencer Sir Robert Peel, então primeiro-ministro, da inevitabilidade da meta que propugnavam. Foram auxiliados, também, pela fome na Irlanda, causada pela escassez de batatas – mais um argumento em favor do fim das restrições à importação de alimentos baratos. O fato de Peel estar disposto a cindir o partido Tory (ou Conservador, como já passava a ser chamado) a fim de obter a revogação, constitui mais uma prova do poder da classe média e de sua crença no evangelho do livre-câmbio.

Reformas humanitárias

As leis aprovadas nesse período refletiam outras preocupações da classe média e, em alguns casos, conflitavam diretamente com a doutrina liberal de não-intervenção. Muitos membros da classe média urbana professavam devoção aos princípios do cristianismo, sobretudo à doutrina que sustentava terem todos os seres humanos dentro de si uma alma que deviam preservar do pecado, em favor da salvação eterna. Essa crença na capacidade que tinha um indivíduo de obter a salvação, que contradizia a doutrina calvinista mais antiga de alguns "eleitos" predestinados, coadunava-se bem com as idéias burguesas mais gerais sobre a importância do individualismo e da responsabilidade do indivíduo por seu próprio bem-estar. Produziram-se leis como a que aboliu o tráfico de escravos nas colônias britânicas (1833) e a série de Leis Fabris que, em 1847, culminaram na redução da jornada de trabalho em alguns ofícios para dez horas. Evangélicos como William Wilberforce, que foi durante a vida inteira um eloqüente defensor dos negros escravizados, e Lord Shaftesbury, que fez campanha pelo fim do emprego de mulheres e crianças nas minas, proclamavam que as almas individuais não seriam capazes de encontrar Deus quando aprisionadas nos corpos exaustos de escravos no eito ou de operários fabris. A eles se juntaram outros que argumentavam simplesmente que manter pessoas presas ao trabalho durante doze ou quatorze horas por dia era ao mesmo tempo desumano e desnecessário. Os liberais burgueses sentiam-se perplexos diante desses argumentos. As leis da economia clássica puxavam-nos para uma direção; a ética do cristianismo para outra. Sua incerteza refletia a extensão em

que ninguém era capaz de discernir um rumo correto nesse mundo de dificuldades e opções antes inexistentes.

Os anos do reinado de Luís Filipe na França não foram tão marcados por reformas importantes quanto na Inglaterra. Para começar, a França não se achava confrontada com algo semelhante ao grau de rápida industrialização que obrigava à intensa atividade legislativa em várias frentes, como na Inglaterra. A França não tinha nada que pudesse ser comparado com os problemas gerados pelo crescimento de centros manufatureiros urbanos no norte da Inglaterra. Ainda que a Câmara de Deputados abrigasse representantes da alta burguesia, eram na maioria banqueiros e comerciantes, não industriais. Alguns estavam propensos a abraçar a idéia do livre-câmbio, embora sem o entusiasmo de seus colegas britânicos, cuja posição sem rival como os principais manufaturadores do mundo dava-lhes intenso interesse pessoal na questão. Sob a sucessão de governos dominados pelo principal político francês do período, François Guizot (1787-1874), os franceses expandiram seu sistema educacional, subscrevendo destarte ainda mais sua crença na doutrina liberal de uma meritocracia, ou carreiras abertas ao talento. Uma lei francesa de 1833 estipulava a criação de escolas primárias em todas as vilas. Os filhos de indigentes deveriam receber educação gratuita; todos os demais pagariam uma taxa módica. Além disso, as cidades maiores deveriam criar escolas profissionalizantes para o comércio e a indústria, ao passo que os departamentos fundariam escolas normais. Em conseqüência, o número de estudantes na França aumentou de aproximadamente 2 milhões, em 1831, para cerca de 3.250.000 em 1846. Durante o regime liberal de Luís Filipe, pouco mais se fez de importância duradoura. Guizot tornou-se cada vez mais um apologista do "status quo". Todos eram livres, argumentava ele, para ascender à alta classe média e, assim, a uma posição de poder político e econômico. Seu conselho àqueles que lhe criticavam a complacência era: "Fiquem ricos". Os políticos seguiram seu conselho, encontrando nos planos para modernização de Paris e de expansão do sistema ferroviário amplas oportunidades de enriquecimento ilícito. Luís Filipe pouco fez no sentido de neutralizar a inércia e corrupção que caracterizavam seu regime. Embora ele tivesse desempenhado um pequeno papel no primeiro estágio da revolução de 1789, não era um revolucionário. Era um homem barrigudo, implicante e sem nada de especial, facilmente caricaturizado pelos inimigos e sem o talento necessário para ascender acima de sua enfadonha imagem pública.

Reformas na França

Luís Filipe

Entrementes, membros radicais da pequena classe média e do operariado, na França e na Inglaterra, e que haviam ajudado — e bastante — as forças do liberalismo a chegarem à vitória em 1830 e 1832, mostravam-se cada vez mais insatisfeitos com os resultados de seus esforços. Na Inglaterra não tardaram a perceber que a Lei de Reforma em pouco aumentara suas possibilidades de participação política. Durante algum tempo dedicaram suas energias à causa do sindicalismo, por acreditarem que a atividade trabalhista, e não a política, pudesse trazer-lhes alívio das dificuldades econômicas por que passavam.

Crescente insatisfação dos radicais

A organização sindical tinha sido uma meta de trabalhadores militantes desde o começo do século. Entre as primeiras campanhas operárias do século XIX figuraram aquelas revoltas muitas vezes tumultuadas organizadas tanto na Inglaterra como, depois, no continente contra a

Sindicalismo

introdução das máquinas. Em alguns casos, os trabalhadores atacavam as fábricas e quebravam as máquinas, acreditando que estas, ao substituírem os operários qualificados, estavam produzindo o desemprego. Na Inglaterra os agitadores eram chamados ludistas, nome derivado de "Ned Ludd", o mítico chefe do movimento. Em outros casos, a hostilidade dos sindicalistas dirigia-se menos às máquinas do que aos trabalhadores que se recusavam a filiar-se aos sindicatos para lutar contra os patrões. Entretanto, em nenhuma parte da Europa os sindicatos conseguiram se transformar em agentes eficazes de contratos coletivos antes de 1850. Foi na Inglaterra que isso chegou mais perto de acontecer. Ali, artesãos e operários qualificados haviam-se reunido em meados da década de 1820 para formar tanto Sociedades de Amigos (organizações de auxílio mútuo e seguro) como cooperativas e lojas comunais (cooperativas que reduziam os preços eliminando o intermediário entre o produtor e o consumidor). Em 1831 havia cerca de 500 sociedades cooperativas na Inglaterra, com aproximadamente 20.000 membros. Tais organizações estimulavam o desenvolvimento paralelo de sindicatos, que, no começo da década de 1830, atingiram o auge de seu poder e eficácia na fase inicial de desenvolvimento. A Associação Nacional para a Proteção do Trabalho compreendia cerca de 150 sindicatos distintos das indústrias têxtil e mineira no norte do país; a União dos Operários Construtores tinha cerca de 30.000 associados em todo o país. Em 1834, um grupo de artesãos londrinos fundou uma organização potencialmente muito mais radical, o Grande Sindicato Consolidado Nacional da Grã-Bretanha e da Irlanda. Sua liderança afirmava que só fazendo o país parar, através de uma greve geral, é que os trabalhadores poderiam obrigar a classe dominante a lhes dar uma vida digna. Nessa altura, a classe dominante percebeu que corria grave perigo e decidiu pôr fim aos sindicatos. Seis organizadores do Grande Sindicato foram condenados por realizarem sessões de juramentos secretos (em si mesmos, os sindicatos não eram ilegais), recebendo penas de degredo (emigração forçada para colônias penais na Austrália). A partir daí, os empregadores passaram a exigir que seus empregados assinassem um documento no qual se comprometiam a não se associarem a sindicatos; com isso, diminuíam as possibilidades de maior crescimento da organização trabalhista.

O cartismo

Depois da derrota do Grande Sindicato, os esforços dos reformadores democráticos radicais na Inglaterra voltaram-se para a atividade política, concentrando-se em tentativas de obrigar o governo a aceitar novas reformas políticas mediante o artifício da "Carta Popular". Esse documento, que foi circulado por todo o país através de comissões de cartistas, como eram chamadas, e assinado por milhões de pessoas, continha seis exigências: sufrágio masculino universal; instituição do voto secreto; abolição das exigências de propriedades para participação na Câmara dos Comuns; eleições parlamentares anuais; pagamento de emolumentos aos membros da Câmara dos Comuns; e distritos eleitorais iguais.

Variedades do cartismo

O movimento cartista alternou períodos de crescimento com fases de declínio. Em certas áreas, sua força dependia das condições econômicas, e o cartismo se disseminava com o desemprego e a depressão. Havia discussões entre seus líderes, com relação tanto aos fins como aos meios: o cartismo implicava uma reorganização da indústria ou, ao invés

disso, uma volta à sociedade pré-industrial? Deveriam suas metas ser alcançadas apenas através de petições ou por meios mais violentos, se necessário? O cartista William Lovett, marceneiro de profissão, por exemplo, acreditava na educação individual com o mesmo ardor de qualquer membro da classe média. Defendia um sindicato de trabalhadores educados, que através dele adquiririam seu justo quinhão da crescente riqueza industrial do país. Por outro lado, o cartista Feargus O'Connor, tinha o apoio dos trabalhadores mais pobres e desesperados. Preconizava a rejeição da industrialização, e a reinstalação dos pobres em áreas agrícolas. Essas polaridades e desacordos com relação às metas do movimento sugerem o grau de confusão que reinava no seio do operariado, que só então começava a adquirir consciência de constituir uma força política separada. Os acontecimentos responderam para os cartistas a maioria de suas interrogações. Em 1848, surtos revolucionários em todo o continente inspiraram os líderes cartistas a planejar uma grande demonstração de força em Londres. Convocou-se uma passeata de 500.000 trabalhadores, a fim de levar ao Parlamento uma petição com seis milhões de assinaturas, exigindo os seis pontos. Uma força especial de guardas e contingentes do exército regular foi posta sob o comando do já idoso duque de Wellington para resistir a essa ameaça à ordem. Contudo, menos de 50.000 trabalhadores realizaram a marcha ao Parlamento. A chuva, a organização deficiente e a relutância por parte de muitos a lutar com os policiais bem armados puseram fim à campanha ou mesmo à causa dos cartistas.

Republicanos e socialistas franceses

Na França, a agitação radical produziu resultados muito diferentes. Também ali, os que haviam defendido as barricadas em 1830 logo se desgostaram com o liberalismo pelo qual haviam arriscado a vida. Traziam ainda consigo lembranças ou mitos dos anos da primeira República Francesa – suas realizações internas, suas vitórias no exterior, senão seu Regime de Terror. Opunham-se à monarquia constitucional, e viam o governo parlamentar sem grande entusiasmo. Estavam dispostos a, se necessário, usar a força a fim de alcançar suas metas. Concentrados em Paris, os radicais eram constituídos, na maior parte, de escritores, estudantes ou líderes da classe trabalhadora. Reuniam-se em segredo, estudavam as obras do teórico Graco Babeuf (cujo livro *A Conspiração dos iguais*, escrito durante a Revolução Francesa, tornou-se sua bíblia) e conseguiam causar aborrecimentos constantes para os governos liberais e burgueses de Luís Filipe. Tinham como principal porta-voz o socialista Auguste Blanqui (1805-1881), que demonstrava serem os trabalhadores vítimas da classe média e ajudava a organizar sociedades secretas destinadas a provocar a insurreição final. Foi através da imprensa que os radicais realizaram algumas de suas campanhas mais bem sucedidas. As contundentes caricaturas que Honoré Daumier fazia de Luís Filipe levaram-no à prisão mais de uma vez. No entanto, os radicais também saíam às ruas. Como retaliação, em 1834 o governo declarou ilegais as organizações políticas. Em protesto, houve distúrbios em Lyon e Paris, onde durante dois dias tropas do governo massacraram centenas de insurretos e prenderam cerca de 2.000 líderes republicanos. Em 1835, após um atentado contra Luís Filipe, o governo aprovou uma lei de censura, que proibia a publicação de artigos que tentassem inspirar desdém pelo rei ou a impressão de qualquer desenho ou emblema sem aprovação prévia do governo.

Essas medidas repressivas só serviram para aumentar o descontentamento com o regime. Membros mais progressistas do legislativo aconselharam Guizot a conceder o direito de voto a profissionais, aos quais ele era negado por não possuírem propriedades, mas cuja adesão geral às doutrinas do liberalismo era inconteste. Guizot recusou-se a fazê-lo, levando com isso esses moderados para as fileiras dos republicanos mais radicais. Em 1847, vários elementos da oposição estavam insatisfeitos o bastante para instigar uma campanha geral de agitação em toda a França. Em banquetes políticos, republicanos como o poeta Alphonse de Lamartine (1790-1869) e republicanos socialistas como Louis Blanc pregavam a reforma drástica, embora não a revolução total. Contrariando os desejos expressos do rei, anunciou-se a realização de um comício monstro para o dia 22 de fevereiro de 1848. Na véspera, o governo proibiu-o. Distúrbios e lutas de rua, durante os dois dias seguintes, terminaram com a abdicação de Luís Filipe e aumentaram as exigências de uma república.

Origens da Revolução de 1848 na França

4. A REVOLUÇÃO DE 1848 NA FRANÇA

Cisão entre republicanos e socialistas: as oficinas nacionais

A revolução de fevereiro na França foi um catalisador que, como veremos, ajudou a produzir nos meses seguintes levantes na maior parte da Europa. Entrementes, em Paris, criou-se um governo provisório de dez membros, sete dos quais, entre eles Lamartine, eram republicanos moderados; três, entre eles Blanc, eram socialistas. As tensões entre os republicanos de classe média e os socialistas radicais, antes obscurecidas pela insatisfação comum com o governo de Luís Filipe, vieram então à tona, moldando os acontecimentos políticos dos meses seguintes de várias maneiras específicas. Louis Blanc insistia na criação de oficinas nacionais, instituições que ele havia defendido como escritor, e que deveriam ser organizadas por ofícios como cooperativas de produtores. Nelas, homens e mulheres seriam treinados quando necessário, postos a trabalhar e receberiam dois francos por dia quando empregados e um estipêndio menor quando desempregados. Ao invés disso, o governo criou aquilo que chamava de oficinas, mas que equivalia a nada mais que um programa de obras públicas em Paris e sua zona adjacente, onde a situação econômica havia produzido enorme desemprego. De início, não se planejava empregar mais que dez ou doze mil pessoas em toda a cidade. Mas como a taxa de desemprego chegava a 65 por cento na construção civil e 51 por cento na indústria de têxteis e vestuário, começaram a afluir trabalhadores em massa para as chamadas oficinas do governo: eram 66.000 em abril e 120.000 em junho.

Continua a agitação

Enquanto isso, Paris atraía grande número de radicais, entre escritores, organizadores e agitadores. O governo provisório havia eliminado todas as restrições à formação de clubes políticos e à disseminação de escritos políticos. Conseqüentemente, dentro de poucas semanas fundaram-se 170 novos jornais e mais de 200 clubes. O clube chefiado por Auguste Blanqui afirmava ter cerca de 3.000 sócios. Delegações que afirmavam representar os oprimidos de todos os países europeus – cartistas, húngaros, poloneses – circulavam livremente pela cidade, atraindo interesse, senão adeptos devotados, e contribuindo para a tensão que estava persuadindo um número cada vez maior de membros da

classe média da necessidade de medidas severas para coibir novos levantes insurrecionais. A facção da classe média estava fortalecida em decorrência de eleições realizadas em fins de abril de 1848. O governo provisório fora pressionado pelos radicais parisienses a decretar o sufrágio masculino universal. No entanto, no pleito elegeu-se apenas uma pequena proporção de socialistas radicais. Os maiores blocos consistiam em republicanos moderados (ou "verdadeiros") e monarquistas; este último grupo, porém, estava dividido entre os adeptos da dinastia Bourbon e os do orleanista Luís Filipe. O caráter de modo geral conservador da recém-eleita assembléia deu força àqueles que desejavam que os socialistas fossem reprimidos. Além disso, como era natural, convenceu os socialistas de que mais uma vez, tal como na década de 1790, uma revolução potencialmente radical havia sido traída pela tímida e egoísta classe média.

As "Jornadas de Junho"

Em fins da primavera, a maioria da assembléia acreditava que o sistema de oficinas constituía tanto um insuportável ônus financeiro como uma séria ameaça à ordem social. No final de maio, as oficinas foram fechadas para a realização de um novo cadastramento, que representava o primeiro passo para limitar seus benefícios aos que residissem em Paris havia mais de seis meses e para fazer sentar praça no exército todos aqueles entre 18 e 25 anos de idade. Milhares de trabalhadores perderam seus empregos custeados pelo governo e, com eles, sua melhor possibilidade de sobrevivência. Desesperados, eles e os que os defendiam mais uma vez ergueram barricadas em Paris. Entre 23 e 26 de junho defenderam-se numa batalha militar sem esperanças contra forças armadas recrutadas, em parte, entre provincianos dispostos a ajudar na repressão da classe operária urbana. Se os rebeldes de Paris estavam lutando como membros de uma classe ameaçada ou simplesmente como homens e mulheres à beira da fome é uma questão que os historiadores continuam a debater. Que eram levados a sério como uma ameaça revolucionária pode ser percebido pela ferocidade com que foram caçados depois de cessados os combates de rua. Cerca de 3.000 foram mortos e outros 12.000 presos; na maioria, foram deportados para campos de trabalhos forçados na Argélia.

A imposição da ordem

Após as "Jornadas de Junho", o governo francês apressou-se a pôr ordem no país. A assembléia, defrontada com a tarefa de redigir uma constituição republicana, continha grande número de homens para os quais a idéia de república era anátema. Por conseguinte, tomaram providências para a eleição imediata de um presidente, na esperança de que um líder forte ajudasse a dominar os dissidentes. Eram quatro os candidatos: Lamartine, republicano moderado; o general Eugène Cavaignac, que havia comandado as tropas em junho; Alexander Ledru-Rollin, socialista; e Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho do imperador, que recebeu mais do dobro de votos dos outros três candidatos juntos.

A ascensão de Luís Napoleão

Luís Napoleão havia passado a maior parte da vida no exílio. Voltando à França depois da Revolução de 1830, foi preso alguns anos depois por tentar provocar uma rebelião na província. Entretanto, em 1847 fugiu para a Inglaterra, onde reacionários britânicos e franceses lhe forneciam recursos. No verão de 1848, a situação na França era tal que ele compreendeu que podia voltar sem perigo. Efetivamente, foi recebido de braços abertos por membros de todas as classes. Os conservadores buscavam um salvador que lhes protegesse as propriedades

contra os ataques dos radicais. Os proletários tinham-se deixado seduzir pelo ouropel dos planos de prosperidade expostos em seu livro *A Extinção do pauperismo* e pelo fato de ele ter-se correspondido com Louis Blanc e com Proudhon, o anarquista. Entre essas duas classes havia uma multidão de patriotas e entusiastas, para quem o simples nome de Napoleão era um símbolo incomparável de glória e de grandeza. Foi principalmente a essa multidão que o sobrinho do *Corso* deveu seu extraordinário triunfo. Na expressão de um velho camponês: "Como deixar de votar nesse homem, eu que tive o nariz gelado na Rússia?"

Um segundo imperador

Alimentando sonhos grandiosos de emular o tio, Luís Napoleão não se contentou por muito tempo em ser simples presidente da França. Começou desde logo a usar sua posição a fim de preparar o caminho para outra, mais elevada. Conquistou o apoio dos católicos permitindo-lhes recuperar o controle sobre as escolas e enviando uma delegação a Roma para restabelecer o poder temporal do papa. Procurou ganhar as boas graças dos trabalhadores e da burguesia, sob a forma de pensões de velhice e de leis para incrementar os negócios. Em 1851, pretextando a necessidade de medidas extraordinárias para proteger os direitos das massas, proclamou uma ditadura provisória e convidou o povo a lhe conceder poderes para redigir uma nova constituição. No plebiscito a 21 de dezembro de 1851, foi autorizado por uma maioria esmagadora (7.500.000 contra 640.000) a agir como desejasse. A nova constituição, posta em vigor em janeiro de 1852, convertia o presidente num ditador de fato. Passado exatamente um ano, Luís Napoleão convocou um novo plebiscito e, com a aprovação de 95 por cento do eleitorado, assumiu o título de Napoleão III, imperador dos franceses.

Significado da Revolução de 1848

Qual o significado da Revolução de 1848 na França e de suas conseqüências políticas para a história do liberalismo burguês, que constitui nosso tema? É mister salientar dois pontos. Em primeiro lugar, temos de reconhecer o papel capital da classe média liberal. Sob Luís Filipe, ela veio a sentir a negligência que era votada a si própria e a seus interesses específicos. Sendo-lhe negada expressão política direta, devido à severa limitação do eleitorado, ela se bandeou para a esquerda, aliando-se a radicais que, por si sós, provavelmente não teriam qualquer chance de sucesso duradouro. No entanto, assim que Luís Filipe abdicou, a classe média liberal pôs-se a imaginar se o "sucesso" não traria o desastre atrás de si. E assim ela mudou novamente de lado, dessa vez para a direita, onde se viu confrontada com a perspectiva misteriosa mas não de todo sem atrativos de Luís Napoleão. Este, por sua vez, teve suficiente habilidade para entender a lição de 1848 – a de que, na França, seria impossível a sobrevivência de qualquer governo que não promovesse os interesses da classe média. Ajudando-a a realizar suas metas econômicas liberais, o imperador levou-a a esquecer até que ponto ele estava a pisotear-lhe as liberdades políticas.

No entanto, os fatos de 1848 provaram que havia então na França um outro elemento – talvez seja ainda impróprio dar-lhe o nome de consciência de classe – de que os governos não se davam conta. Se a Europa de meados do século XIX viu a classe média mais próxima do que nunca do centro do poder, viu também os trabalhadores chegando rapidamente, vindos da periferia. Suas barricadas podiam, se necessário, ser destruídas, e suas exigências deixadas de lado, mas apenas a um risco cada vez mais grave para o estado. Para florescer, o liberalismo burguês

teria não só de aceitar fingidamente as exigências dos trabalhadores, mas em certa medida também atendê-las.

5. O LIBERALISMO NA FRANÇA E NA GRÃ-BRETANHA APÓS 1850

A constituição de Napoleão III

Napoleão III percebeu o papel vital que a opinião pública havia assumido na administração dos negócios de estado. Mediante seus esforços, logrou fazer o povo francês aceitar a restauração do império. Argumentava que as assembléias legislativas só serviam para dividir uma nação segundo linhas de classe. Estando ele investido do poder, daria ao país uma unidade que lhe faltava havia gerações. Os franceses, que ansiavam por ordem após suas recentes desventuras políticas, aceitaram de bom grado o programa que ele lhes estava oferecendo. Napoleão III baseou sua constituição na do tio. A assembléia, eleita por sufrágio masculino universal, na verdade não tinha quase nenhum poder efetivo. Tudo que podia fazer era aprovar leis preparadas por um Conselho de Estado, segundo as instruções do imperador. As eleições eram conduzidas pelo governo de modo a garantir a eleição de deputados politicamente dóceis. O controle das finanças, do exército e da política exterior cabia exclusivamente ao imperador. A França só era uma democracia no sentido de que periodicamente, através de eleições, o povo tinha a oportunidade de expressar sua aprovação ao regime de Napoleão.

Napoleão III

Napoleão III e a burguesia

Em troca da concessão do poder quase absoluto, Napoleão III deu aos franceses aquilo que eles aparentemente desejavam. À classe média, proporcionou a possibilidade de ganhar muito dinheiro. O Crédit Mobilier, um banco de investimentos, facilitou a expansão da indústria, mediante a venda de suas ações ao público e utilização da receita para financiar vários projetos empresariais. Em 1863 uma lei de responsabilidade limitada encorajou novos investimentos ao garantir que os acionistas não poderiam perder mais que o valor ao par de suas ações, não importando o grau de endividamento da companhia em que houvessem investido. Estradas de ferro de propriedade estatal espalharam-se pelo país e estimularam novo surto de expansão industrial. Tão próspera parecia a economia francesa que Napoleão III se dispôs a seguir o precedente da Inglaterra, preconizando a abolição das tarifas no comércio entre os dois países. Em 1860 foi assinado um tratado; embora se separassem recursos para compensar as indústrias francesas por qualquer prejuízo que viessem a sofrer, nunca foram inteiramente gastos, o que sugeria que as manufaturas francesas estavam agora em condições de enfrentar a ameaça da concorrência britânica. A evidente satisfação da classe média com o regime de Napoleão III permite-nos avaliar a situação do liberalismo na França, depois de 1850. O fato de o país já não desfrutar de uma imprensa livre, de as universidades serem controladas politicamente e de a oposição política ser reprimida parecia importar pouquíssimo à maioria. O liberalismo, se chegava a existir, manifestava-se como a liberdade de cada um para defender o regime econômico que mais lhe era conveniente.

Napoleão III e os trabalhadores

Embora atendesse aos interesses da burguesia, Napoleão não deixava também de cortejar o favor dos trabalhadores. Encorajou a criação de hospitais e instituiu um programa de assistência médica gratuita. Além

disso, permitiu a existência de sindicatos, embora nada fizesse para estimulá-los, e em 1864 promulgou leis para legalização de greves. Em última análise, mostrava-se aos trabalhadores, tanto quanto à classe média, como um símbolo fascinante, senão heróico, do ressurgimento do país como importante potência mundial. As atividades de sua corte, e sua atraente imperatriz, Eugênia, recebiam grande publicidade. A reconstrução do país, que ganhou largas avenidas e grandiosos espaços abertos foi calculada para proporcionar um cenário adequado ao teatro do império, assim como para diminuir as possibilidades de os proletários voltarem a erguer barricadas em ruas estreitas.

Imperatriz Eugênia

Entretanto, a Napoleão III a grandeza parecia exigir uma política externa agressiva. Embora no começo de seu regime se houvesse declarado favorável ao princípio liberal básico, a paz internacional, logo se envolveu em guerras: primeiro, contra a Rússia, na Criméia; depois na Itália; mais tarde no México, onde tentou contribuir para a criação de um outro império; e por fim, e desastrosamente, com a Prússia. Os pormenores dessas aventuras fazem parte do assunto do capítulo seguinte. Por ora bastará observar que a política externa de Napoleão reflete claramente até que ponto ele — e o restante dos franceses — havia subordinado a herança liberal da primeira Revolução Francesa a um outro legado desta: a glória nacional.

Liberalismo na Inglaterra: a "aristocracia operária"

E o que acontecia à tradição liberal na Grã-Bretanha? Neste país, o rumo do liberalismo foi alterado por mudanças ocorridas no seio da classe trabalhadora. A essa época, a industrialização havia começado a fomentar e manter uma crescente camada de operários "aristocratas", homens cujas qualificações específicas, bem como a crescente importância que assumiam no mercado de trabalho, possibilitavam-lhes exigir salários suficientes para lhes garantir um padrão de vida bastante elevado. Esses trabalhadores — concentrados sobretudo nas indústrias de construção, mecânica e têxtil — afastaram-se da tradição de radicalismo militante que havia caracterizado a década de 1840, os anos de fome. Depois de alcançarem êxito dentro do sistema econômico liberal imposto à Inglaterra pela classe média, estavam agora inclinados a aceitar como seus muitos princípios liberais e burgueses. Acreditavam na autoajuda, realizada por meio de sociedades cooperativistas ou através de sindicatos, cuja principal função era acumular recursos a serem utilizados como seguro de velhice ou desemprego. Acreditavam na educação como instrumento para o progresso individual e davam apoio aos Institutos de Mecânicos e outras instituições semelhantes, fundadas por eles ou para seu benefício.

Insatisfação da classe média

No entanto, essa aristocracia operária, ao perceber sua capacidade de viver com dignidade dentro do sistema capitalista, tornou-se ainda mais insatisfeita com um sistema político que a excluía de qualquer participação direta no processo de governo. Ainda que alguns insistissem na ampliação do direito de voto, por serem democratas, muitos outros usavam os mesmos argumentos empregados pela classe média em 1832. Eram trabalhadores responsáveis, cuja lealdade para com o estado não podia ser posta em questão. Como tal, representavam um "interesse" legítimo, sendo tão merecedores do voto e de representação direta quanto a classe média. Sua campanha ganhou a adesão de muitos reformadores burgueses que continuavam agastados com a posição privilegiada de instituições nacionais que associavam aos proprietários de

terras e à antiga ordem. Muitos homens e mulheres da classe média, por exemplo, discordavam da Igreja da Inglaterra; no entanto, eram obrigados a pagar impostos para sustentar uma igreja cujos clérigos eram formados, na maioria, por filhos da nobreza. A seus filhos era negado ingresso nas antigas universidades do país, Oxford e Cambridge, a menos que esses jovens professassem os artigos de fé da Igreja anglicana.

Ao lado dos líderes operários, esses dissidentes burgueses organizaram uma Liga de Reforma, com o fito de realizar em todo o país uma campanha em prol de uma nova lei de reforma e de uma Câmara dos Comuns que atendesse a seus interesses. Embora não fossem de modo algum revolucionários, os reformadores deixavam claro, por seus atos, que estavam resolvidos a lutar por sua causa até o fim. Assim, na década de 1860 os políticos britânicos se viam diante de uma situação semelhante à enfrentada por Guizot na França, em 1848: a classe média, a pequena classe média e trabalhadores qualificados estavam insatisfeitos e exigiam reforma. Ao contrário de Guizot, entretanto, os líderes dos dois partidos britânicos, o Conservador (antes Tory) e Liberal (antes Whig), estavam propensos a conceder o que entendiam ser perigoso negar. Na verdade, foi um governo Conservador, que tinha como líder na Câmara dos Comuns o futuro primeiro-ministro Benjamin Disraeli, que promulgou a segunda Lei de Reforma, de 1867. A lei duplicou o eleitorado, estendendo o voto a todos os homens que pagassem taxas de assistência social ou aluguel de dez libras ou mais por ano em áreas urbanas (isso correspondia, de modo geral, aos operários qualificados) ou a rendeiros que pagassem renda de doze libras ou mais nos condados. Novamente, como em 1832, foram redistribuídas as cadeiras parlamentares, com as grandes cidades do norte aumentando sua representação, às expensas do sul rural. A classe trabalhadora "responsável" fora considerada digna de participar dos negócios de estado. Durante os vinte anos seguintes ela demonstrou gratidão aceitando sem contestação sua posição de aprendiz e seguindo os passos da classe média.

A Lei de Reforma de 1867

O período de mais ou menos dez anos que se seguiu à aprovação da Lei de Reforma de 1867 assinalou o ponto alto do liberalismo britânico. A aristocracia operária satisfez-se com a Lei de Educação, que praticamente garantia educação elementar a todos, com a legalização dos sindicatos e com uma série de medidas destinadas a melhorar as condições de vida nas metrópoles; no entanto, era a classe média que dava as diretrizes de governo. Sob Disraeli e seu sucessor, o liberal William Gladstone, e com a cooperação dos trabalhadores qualificados, que haviam ganho o direito ao voto, a Grã-Bretanha celebrou o triunfo dos princípios liberais de livre-câmbio, governo representativo (porém não democrático) e prosperidade geral.

O triunfo do liberalismo britânico

Capítulo 23

NACIONALISMO E FORMAÇÃO NACIONAL (1815–1870)

O problema presente, a primeira tarefa (...) é simplesmente o de preservar a existência e a continuação de tudo o que é alemão.

– Johann Fichte, *Discursos à nação alemã*

As grandes questões atuais não serão resolvidas por discursos ou por decisões majoritárias – esse foi o erro de 1848 e 1849 – mas por sangue e ferro.

– Otto von Bismarck, discurso em 1862

Definição de nacionalismo e de formação nacional

Se a história da Grã-Bretanha e da França no século XIX pode ser estudada contra um fundo geral de liberalismo burguês, a de grande parte do resto da Europa durante o mesmo período deve ser compreendida em termos de uma combinação mais complexa das forças do liberalismo, do nacionalismo e da formação nacional. Definiremos o nacionalismo como um sentimento com raízes em amplas circunstâncias históricas, geográficas, lingüísticas ou culturais. Ele se caracteriza pela consciência que tem um grupo de pertencer a uma tradição derivada dessas circunstâncias, as quais diferem das tradições de outros grupos. A formação nacional é a realização política dos propósitos do nacionalismo, a tradução do sentimento em poder.

Nacionalismo na Grã-Bretanha e na França

Na Grã-Bretanha e na França, durante o século XIX, homens e mulheres nutriam sentimentos liberais, tanto quanto nacionalistas. Quando Lord Palmerston, primeiro-ministro britânico, declarou em 1850 que qualquer cidadão britânico, fosse onde fosse, só tinha de proclamar, como um cidadão do Império Romano, "civis Romanus sum" ("Sou um cidadão de Roma") para invocar toda força que fosse necessária para protegê-lo de maus tratos por parte de estrangeiros, estava fazendo eco ao orgulho de seus compatriotas pelos poderes de sua nacionalidade. Quando os franceses rejubilaram-se em 1840 com a trasladação dos restos mortais de Napoleão, trazidos de Santa Helena e colocados num suntuoso mausoléu em Paris, estavam a reviver triunfos que se haviam tornado parte da herança de sua nação. A jactância de Palmerston e os ossos de Napoleão eram artefatos de tradições e

sentimentos nacionais indissoluvelmente ligados à vida dos ingleses e dos franceses.

Nacionalismo em outros países

Em outras áreas da Europa, o nacionalismo oitocentista viria a constituir um fenômeno de caráter mais auto-afirmativo do que na Grã-Bretanha e na França, países que já existiam durante séculos como entidades geográficas, culturais e políticas particulares. Em outras partes da Europa, as tradições e os pressupostos comuns eram menos articulados, pois inexistia a unidade política que poderia ter ajudado a defini-los. Os prussianos orientais ou os vênetos não tinham dificuldade para considerar-se como tais; a história lhes havia proporcionado essas identidades. Contudo, não lhes proporcionara, salvo no sentido mais genérico, identidades como alemães ou italianos. Tinham de fazer um esforço deliberado para pensar em si mesmos nesses termos, antes que os termos pudessem ter qualquer realidade política.

Nacionalismo e liberalismo

Nem o nacionalismo nem a formação nacional se opunham necessariamente ao liberalismo. Com efeito, na medida em que o nacionalismo celebrava as realizações de uma determinada camada popular sobre as de uma cosmopolita elite aristocrática, refletia a aversão do liberalismo ao privilégio tradicional. No entanto, à propensão do liberalismo a aceitar o novo, o nacionalismo respondia com a valorização, senão veneração, do passado. E à insistência dos liberais quanto ao valor e à importância do individualismo, os construtores de nações respondiam que sua tarefa vital talvez requeresse o sacrifício, em maior ou menor grau, da liberdade de cada cidadão. O êxito da formação nacional repousava sobre os alicerces de um equilíbrio geral do poder internacional, alcançado pelos estados europeus durante o meio século que se seguiu a 1815. O surgimento de novas nações – uma Itália ou uma Alemanha unificadas – exigiria reajustes daquele equilíbrio de poder. Mas a acomodação continuava possível, com meras escaramuças secundárias quebrando a estabilidade do acordo instituído no Congresso de Viena.

1. ROMANTISMO E NACIONALISMO

Definição de romantismo

Como observamos no capítulo anterior, o nacionalismo foi, em parte, fruto da Revolução Francesa. Ademais, estava intimamente ligado ao movimento intelectual que veio a ser chamado "romantismo". Era o romantismo um movimento tão amplo e variado que quase escapa a definição, senão a análise. É possível que, entre outras coisas, o romantismo representasse uma reação contra o racionalismo do Iluminismo do século XVIII. Enquanto este confiava na razão, os românticos depositavam sua fé na emoção. O século XVIII encarava o cérebro como uma *tabula rasa*, que recebia conhecimento de impressões que lhe eram trazidas pelo mundo externo, através dos sentidos. Os românticos também acreditavam na importância da experiência sensorial, mas sustentavam que a sensibilidade inata – aquilo que constituía a personalidade particular da pessoa – era herdada, e, portanto, estava presente no espírito desde o nascimento. Assim, para os românticos o conhecimento era produto tanto de sentimentos inatos como de percepções externas. Destarte, o romantismo dava ênfase ao individualismo, bem como à criatividade individual que resultava da interação entre a

personalidade singular e a experiência externa. Concomitantemente, ao acentuar a herança de atitudes, também celebrava o passado. E era tal celebração que constituía seu vínculo com o nacionalismo.

O romantismo e o nacionalismo estavam ligados pela crença, comum a ambos, de que se devia fazer o passado funcionar como um meio de compreender o presente e planejar o futuro. Foi na Alemanha que essa idéia teve acolhida mais entusiástica. Um dos primeiros e mais influentes românticos alemães foi Johann von Herder (1744-1803). Pastor e teólogo protestante, seu interesse pelas culturas passadas levou-o, na década de 1780, a expor suas reflexões num volumoso e pormenorizado tratado, *Idéias para uma filosofia da história humana*. Herder traçava, nessa obra, segundo sua percepção, o desenvolvimento progressista da sociedade européia, desde os tempos dos gregos até a Renascença. Acreditava que a civilização não era produto de uma elite artificial e internacional — uma crítica ao pensamento iluminista — mas da genuína cultura do povo comum, o *Volk*. Não era possível considerar como sólida nenhuma civilização que não continuasse a exprimir seu próprio e específico caráter histórico, seu *Volksgeist*. Herder não afirmava que um *Volksgeist* fosse melhor ou pior do que qualquer outro. Insistia apenas em que cada nação deveria ser fiel à sua própria herança particular. Rompeu violentamente com a idéia do Iluminismo segundo a qual podia-se esperar que os seres humanos reagissem a situações humanas mais ou menos da mesma forma, e ainda com o pressuposto de que o valor da história estava simplesmente em ensinar pelo exemplo.

Herder

Os herdeiros intelectuais de Herder, homens como os conservadores românticos alemães Friedrich Schlegel (1772-1829) e Friedrich von Savigny (1779-1861), condenaram a implantação de idéias democráticas e liberais — "estrangeiras" para a Alemanha — no solo cultural alemão. A história, argumentavam, ensina que as instituições devem evoluir organicamente (esse advérbio ocupava lugar destacado no vocabulário dos românticos com pendores políticos) e que leis adequadas eram produto de desenvolvimento histórico, e não simplesmente deduções feitas a partir de princípios básicos universais. A idéia não era exclusiva dos românticos alemães. O romântico inglês Samuel Taylor Coleridge (1772-1834), poeta e filósofo, invectivava o estado utilitário e era favorável a dar-se àquela vetusta instituição, a igreja nacional, papel de mais relevo na formação da sociedade. O conservador francês Chateaubriand (1768-1848) expôs de certa forma a mesma idéia em seu tratado *O Espírito do cristianismo*, publicado em 1802. O passado está entrelaçado com o presente e não se pode desentrelaçá-lo sem destruir a trama de uma sociedade nacional. A religião, como experiência pessoal e como expressão da herança nacional, desempenhava papel importante no pensamento romântico.

O papel da história e da religião

A teoria da evolução orgânica da sociedade e do estado teve sua mais completa exposição nas obras do metafísico alemão Georg Wilhelm Hegel (1770-1831). Professor de filosofia na Universidade de Berlim, Hegel atraiu muitos adeptos. Sua concepção da história era desenvolvimentista. As instituições sociais e políticas amadureciam, realizavam seus propósitos e então davam lugar a outras. Contudo, nunca acontecia de o novo substituir inteiramente o antigo, pois o padrão da mudança era "dialético". Quando novas instituições desafiavam as já existentes, havia um choque entre "tese" e "antítese", que produzia uma "sín-

Hegel

Georg Wilhelm Hegel

tese", uma reordenação da sociedade, que preservava elementos do passado, ao mesmo tempo em que se adaptava ao presente. Hegel esperava, por exemplo, que a desunião entre os estados alemães (tese), que gerava a idéia de unificação (antítese), tivesse como resultado inevitável a criação de um estado-nação (síntese). Nas concepções hegelianas não havia lugar para a teoria do estado natural, tão cara a filósofos como Rousseau ou Hobbes. Os homens sempre tinham vivido em algum tipo de sociedade, dizia Hegel. A própria organização do estado era um organismo histórico natural; somente dentro dessa instituição, protegida de depredações pessoais por suas leis e costumes, é que poderiam os homens e mulheres gozar de liberdade, que Hegel definia não como a ausência de restrições, mas como a ausência de desordem social.

Fichte

Essas teorias da história e do desenvolvimento histórico, articuladas pelos românticos, estão diretamente ligadas à idéia de nacionalismo, formulada durante o mesmo período. A Revolução Francesa oferecia um exemplo do que uma nação era capaz de realizar. A nacionalidade encorajara os franceses a se elevarem ao nível de cidadania; permitira-lhes, outrossim, agüentar ataques do resto da Europa. Aplicando as lições históricas da Revolução Francesa e as teorias dos românticos, os alemães, em particular, despertaram para um senso de seu próprio destino histórico. As obras do filósofo Johann Fichte (1762-1814) são exemplo desse redespertar. Como jovem professor na Universidade de Jena, Fichte expusera de início a crença na importância, para um indivíduo, de seu espírito interior, criador de seu próprio universo moral. Destituído de sentimento de nacionalidade, ele acolheu com entusiasmo a Revolução Francesa, que viria emancipar o espírito humano. No entanto, quando a França conquistou grande parte da Alemanha, a atitude de Fichte transformou-se radicalmente. Adotou a idéia de um *Volksgeist*, exposta por Herder; o que importava não era mais o espírito individual, mas sim o espírito de todo um povo, expressado em seus costumes, tradições e história. Em 1808 Fichte pronunciou uma série de *Discursos à nação alemã*, nos quais declarava a existência de um espírito alemão – não apenas outro entre muitos desses espíritos, mas superior aos demais. O mundo ainda não havia escutado esse espírito, mas Fichte previa que logo o ouviria. Embora o comandante militar em Berlim, onde Fichte falava, considerasse as alocuções demasiado acadêmicas para merecerem censura, elas manifestavam um sentimento que ajudou os prussianos em sua tentativa consciente de se mobilizar e, como um *Volk* político, expulsar os franceses.

O romantismo, o nacionalismo e as artes

O nacionalismo, derivado de noções românticas de desenvolvimento e destino históricos, exprimiu-se numa grande variedade de maneiras. Os irmãos Grimm, organizadores dos *Contos de fadas de Grimm* (1812), viajaram por toda a Alemanha para estudar dialetos nativos e coletaram narrativas populares que foram publicadas como parte de uma herança nacional. A peça *Guilherme Tell* (1804), do poeta Johann Schiller (1759-1805), tornou-se um brado de guerra para a consciência nacional alemã. Na Grã-Bretanha, Sir Walter Scott (1771-1832) narrou em muitos de seus romances a história popular da Escócia, ao passo que o poeta William Wordsworth (1770-1850) esforçou-se deliberadamente para exprimir a simplicidade e a força do povo inglês em coletâneas como suas *Baladas líricas* (1798). Em toda a Europa, os povos passaram

a catalogar com afinco as relíquias de seu passado histórico, quer em publicações, como o *Monumenta Germaniae Historiae*, fundado em 1826, quer em arquivos públicos, como o English Public Records Office (1838). Na França, o estilo neoclássico, de que são exemplos típicos as pinturas de David, e que foi usado por Napoleão para exaltar sua imagem, deu lugar ao turbulento romantismo de pintores como Eugène Delacroix, cujo quadro *A Liberdade conduzindo o povo* (1830) proclamava não só a liberdade, mas também a coragem da nação francesa. Também a música refletia temas nacionais, embora isso só tenha começado a acontecer mais ou menos uma geração depois de 1815. Muitas das óperas de Giuseppe Verdi (1813-1901), como, por exemplo, *Il Trovatore*, continham declarações musicais de fé na possibilidade de um *risorgimento* italiano: uma ressurreição do espírito italiano. As óperas de Richard Wagner (1813-1883) — e sobretudo aquelas baseadas no épico germânico *O Anel dos Nibelungos* — lograram suscitar uma veneração pelos mitos dos deuses nórdicos que chegava a um nível de piedosa exaltação. Embora fosse difícil aos arquitetos fugir inteiramente ao neoclassicismo do século XVIII, muitas vezes eles tentavam fazer ressurgir um estilo "nacional" em seus projetos. Sir Charles Barry, a quem foi atribuída a tarefa de redesenhar as Casas do Parlamento britânico, depois de terem sido destruídas por um incêndio em 1836, conseguiu esconder um risco clássico, simples e simétrico, por trás de uma fachada gótica, destinada a reconhecer a dívida do país para com seu próprio passado. Toda essa atividade criativa era o resultado espontâneo da resposta entusiástica de artistas e escritores ao movimento romântico. Entretanto, logo os políticos se deram conta de que o romantismo histórico poderia servir a seus objetivos nacionalistas. Entenderam que uma obra de arte individual, fosse ela uma pintura, uma peça musical, um drama ou um edifício, poderia ser traduzido num símbolo nacional. E não hesitavam em ajudar nessa tradução quando julgavam necessário.

Giuseppe Verdi

Romantismo e individualidade

Embora o romantismo e o nacionalismo partilhassem de uma devoção comum ao passado, os românticos não eram necessariamente nacionalistas. Na verdade, o romantismo era irrestritamente internacional em sua celebração da natureza e, acima de tudo, da criatividade individual.

Casas do Parlamento, Londres. Redesenhadas por *Sir* Charles Barry, com uma fachada gótica, depois que a estrutura original foi destruída por um incêndio.

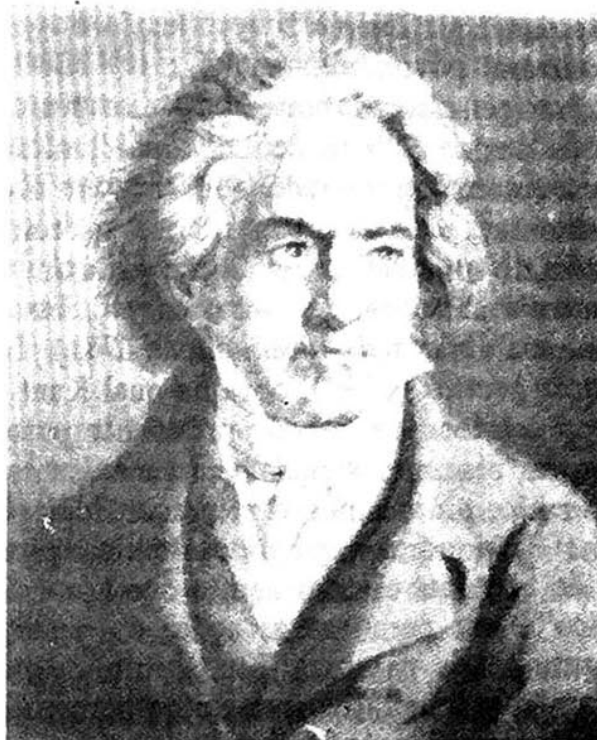
Afirmavam os românticos que a melhor forma de perceber a natureza não era através da razão, mas sim dos sentidos. E respeitavam aqueles elementos da natureza que pareciam produto do acaso, e não da ordem racional. Fosse uma única flor ou toda uma cordilheira, a natureza era sempre bem-vinda ao se manifestar diretamente sobre os sentidos. O homem era declarado livre para interpretar a natureza – e também a vida – em termos de suas reações individuais, e não simplesmente como ela pudesse refletir um conjunto de preceitos racionais. O poeta inglês Percy Shelley (1792-1822), o poeta alemão Heinrich Heine (1797-1856), o romancista francês Victor Hugo (1802-1885) e o pintor espanhol Francisco Goya (1746-1828) – todos eles figuras características do movimento romântico – expressaram em suas obras a preocupação do romantismo pelas experiências dos indivíduos, preocupação essa que transcendia fronteiras nacionais. A experiência humana, acreditavam os românticos, não estava ligada a qualquer tradição nacional ou *Volksgeist* determinados, mas sim à natureza transcendente. As pinturas dos ingleses William Blake (1757-1827) e J. M. W. Turner (1775-1851), embora reflitam amiúde o que se poderia chamar de "inglesismo", transcendem o nacionalismo, registrando uma comunhão com os elementos fundamentais da natureza.

Os românticos eram internacionalistas porque se achavam livres do confinamento a qualquer fronteira – metafísica ou política – que tendesse a restringir a capacidade da pessoa para realizar seu potencial. Assim, o romantismo estimulou as mulheres a se fazerem ouvir. A inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), autora de *Uma justificativa dos direitos da mulher*; Madame de Staël (1766-1817), que emigrara da França para a Alemanha durante o período revolucionário e cujo ensaio *Sobre a Alemanha* estava impregnado de romantismo; George Sand (1804-1876), cujos romances bem como sua vida pessoal proclamavam sua adesão aos princípios do individualismo radical – todas essas três mulheres exemplificam a disposição do romantismo de romper com o passado, e com seus pressupostos e estereótipos, no caso de representarem um obstáculo à expressão individual.

Na qualidade de cultivadores da individualidade, os românticos cultuavam o "gênio". O gênio era apanágio de um espírito que não podia ser analisado e a quem devia-se permitir traçar suas próprias regras. (Era o gênio particular de todo um povo, naturalmente, que Herder exaltava como o *Volksgeist*.) E o espírito humano jamais deveria permitir-se ser agrilhoado por prescrições nacionais, tanto quanto por convenções sociais, de modo a ver-se impedido da fruição de seu mais precioso atributo, a liberdade.

Beethoven

A liberdade e o problema da identidade pessoal foram temas importantes na obra de dois gigantes do movimento romântico, o compositor Ludwig von Beethoven (1770-1827) e o escritor Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). A mais notável qualidade das composições beethovenianas é sua individualidade. Na Quinta Sinfonia, Beethoven atinge o ápice da lógica sinfônica, a Sexta é uma glorificação da natureza, a Sétima é um festim dionisíaco, a Oitava uma genial invocação do espírito da sinfonia do século XVIII. A seguir, Beethoven, que em seus últimos anos padeceu de surdez, empenha-se em sua última jornada artística: cinco sonatas para piano, cinco quartetos de cordas, a Nona Sinfonia e a grande *Missa Solemnis* constituem seu legado final. Espan-

Ludwig von Beethoven.

tam e atordoam o ouvinte não só por suas formas insólitas e suas vastas proporções, mas também porque exprimem uma vontade e um poder ilimitados.

Goethe

A dedicação de Goethe à idéia de liberdade individual era, em parte, resultado de ter nascido e sido criado na cidade imperial livre de Frankfurt, um centro internacional, um entreposto comercial aberto aos ventos intelectuais que sopravam de todos os quadrantes. Goethe estava, em termos de seu meio ambiente, livre das influências particularizantes e nacionalistas que orientavam o trabalho de outros românticos alemães. Seu "gênio" o levou primeiro ao estudo do direito, depois da medicina e, a seguir, das belas artes e das ciências naturais. Em 1775, fixou residência na corte do jovem duque de Weimar, um minúsculo principado alemão, cuja população não ultrapassava meio milhão de habitantes, mas que era outra comunidade cosmopolita, nesse sentido assemelhando-se a Frankfurt. Influenciado por Herder, Goethe já havia publicado várias obras de inclinação romântica, inclusive *Os sofrimentos do jovem Werther*, obra que gozava de imensa popularidade, e que exprimia a inquietude e o emocionalismo dos primeiros anos do poeta. A sensibilidade quase excessiva que caracterizava as obras iniciais de Goethe cedeu lugar, em sua maturidade, à busca de um novo espírito, igualmente livre, porém mais ordenado. Esse estado de espírito deriva-se de suas experiências na Itália e do estudo dos romanos e gregos da antigüidade. Em 1790 Goethe publicou a primeira parte de sua obra-prima, *Fausto*, drama em versos, que ele completou um ano antes de morrer. A peça, que reconta a lenda alemã de um homem que vendeu a alma ao diabo em troca do conhecimento universal, reflete a relutância romântica em restringir o espírito; exprime também a percepção que tinha o próprio Goethe de quão grande era a ousadia da humanidade ao ansiar por conhecimentos ilimitados e por sua própria realização.

O tema da realização pessoal como a meta suprema da humanidade, tão característico de grande parte do pensamento romântico, contrastava com as idéias de outros românticos que analisamos, e que, como

Herder, insistiam na subordinação do espírito de um indivíduo ao de todo um povo. Immanuel Kant (1724-1804), o único rival de Goethe como pensador durante todo esse período, expressou sua oposição à idéia de que a liberdade individual ilimitada fosse o bem supremo. Kant, um erudito aposentado que vivia em Königsberg, onde havia nascido, sustentava que existiam limites ao conhecimento humano, que para além do mundo das aparências jazia um domínio incognoscível daquilo que ele chamava "as coisas em si". Essa tese, exposta originariamente em sua *Crítica da razão pura* (1781), foi desenvolvida em *Crítica da razão prática* (1790), obra na qual Kant procurava estabelecer critérios apropriados para o comportamento pessoal. Se a razão pura não pode provar nem a existência nem a inexistência de Deus, argumentava Kant, a razão prática nos diz que na idéia de Deus existe uma idéia de perfeição moral a que todos devem aspirar. As pessoas devem levar uma vida compatível com aquilo que Kant chamou de "imperativo categórico": agir como se as ações da pessoa devessem tornar-se uma lei universal da natureza. Kant afirmava que somente vivendo de acordo com esse imperativo categórico homens e mulheres poderiam gozar de verdadeira liberdade. E a liberdade era por ele definida em termos de dever imposto a si mesmo, e não como ausência de restrições ou – com no caso de Goethe – a compulsão de alcançar a realização pessoal.

A filosofia de Kant

Kant era ou não um romântico? Eis uma pergunta que os historiadores discutem ainda hoje. Sua devoção à razão tem levado os especialistas a considerá-lo como um representante da fase final do Iluminismo. Com relação a um ponto, entretanto, Kant decerto se irmanava aos românticos. Sua insistência em que "as coisas em si" eram em última instância incognoscíveis, refletia a propensão dos românticos a render-se ao misterioso. "Não há na vida nada que seja belo, agradável ou grandioso, mas sim aquilo que é mais ou menos misterioso", escreveu Chateaubriand em sua apologia do cristianismo. Embora Kant não fosse um defensor explícito do cristianismo, sua filosofia contribuiu para perpetuar a crença religiosa, e assim teve o mesmo efeito do romantismo. Decerto Kant não foi um nacionalista romântico, embora os nacionalistas usassem seus argumentos em apoio à sua idéia de que os homens e mulheres tinham um dever para com uma autoridade superior a eles próprios. No entanto, em seu tratado *Sobre a paz perpétua*, publicado no auge das guerras revolucionárias, em 1795, o próprio Kant manifestou-se veementemente contra o engrandecimento nacional e em favor de uma espécie de união federal européia.

Kant como romântico

O romantismo e o nacionalismo apresentam entre si, na história da Europa do século XIX, quase a mesma relação que tinham no pensamento dos homens e mulheres que acabamos de analisar. Em alguns lugares, como na Inglaterra, parecem seguir rumos diversos. Em outros unem-se, como aconteceu na Alemanha, cuja própria história é indissociável da história desses dois movimentos.

Relação entre o romantismo e o nacionalismo

2. NACIONALISMO E FORMAÇÃO NACIONAL: 1800-1848

A humilhante ocupação da Prússia pelos franceses, combinada com o crescente senso de um destino nacional, exemplificado nos *Discursos*, de Fichte, teve como resultado um esforço por parte de intelectuais e

reformadores políticos prussianos no sentido de restaurar o país à sua antiga posição entre as potências européias. A derrota esmagadora imposta pelos franceses à Prússia em 1806 fora o resultado lógico da inércia que havia tomado conta do país durante o período de mais ou menos 50 anos que se seguiu às agressivas realizações de Frederico o Grande. Contudo, ao contrário dos demais estados alemães, aliados diretamente à França na Confederação do Reno, o reino da Prússia evitava conscientemente a "contaminação" francesa, participando com relutância do Bloqueio Continental ou mantendo-se distante por outros meios.

Nacionalismo e reforma na Prússia, 1806-1815

Tinha a Prússia, como sua principal tarefa, reconstruir seus exércitos, pois só assim poderia reafirmar-se contra Napoleão. Com esse fim em vista, dois generais, Gerhard von Scharnhorst e August Gneisenau, instituíram mudanças com base numa lição essencial que haviam aprendido da Revolução Francesa: a de que os homens tornavam-se combatentes muito mais eficientes se acreditassem ter interesse direto nas guerras de que participavam. Um novo exército nacional, que acabou baseando-se num sistema de serviço militar universal, fez o país envolver-se como um todo em sua própria defesa e veio a tornar-se uma força com muito mais consciência de ser "prussiana" do que no passado. Os oficiais eram recrutados e promovidos segundo o mérito, e não por sua origem social, embora a maioria continuasse a provir da classe dos Junkers (nobres). Essa quebra da tradição estimulou a classe média prussiana a assumir um interesse mais ativo e entusiástico pelos negócios do país. Os oficiais idosos ou ineficientes, qualquer que fosse sua posição social, foram afastados de posições de comando, e o treinamento na academia real em Berlim modernizou-se.

Reformas militares

Tais reformas, que ilustram a maneira como o desejo liberal de modernização podia combinar-se com o nacionalismo, acompanharam mudanças semelhantes realizadas no mesmo período sob a direção do principal ministro da Prússia, o barão Heinrich von Stein (1757-1831), e de seu sucessor, Karl von Hardenberg (1750-1822). Stein não era natural da Prússia; de início estava menos interessado em formar um estado-nação prussiano do que em unificar, por um meio ou outro, todos os vários principados alemães. Só depois dos desastres causados à Alemanha por Napoleão foi que ele voltou-se para a Prússia, como último recurso. Havia lido Kant e Fichte, deixando-se persuadir por eles que de alguma maneira um estado tinha de tornar seus cidadãos conscientes de suas obrigações em relação ao interesse nacional. No entanto, seria muito difícil despertar um senso de dever para com o estado sem primeiro convencer homens e mulheres que lealdade significava tanto recompensa quanto obrigações. Por conseguinte, Stein esforçou-se para desmantelar o sistema de castas que até então caracterizara a Prússia, a fim de permitir aos indivíduos ascender dentro da sociedade. O Regulamento Municipal de Stein, decretado em 1808, representou uma tentativa consciente de aumentar a percepção que os alemães de classe média tinham de si mesmos como cidadãos – também esta era uma meta tanto de liberais como de nacionalistas. Passou-se a exigir daí em diante que todas as cidades elegessem seus conselhos, ao passo que a justiça e a segurança continuavam controladas pelo governo central em Berlim. Todos os demais assuntos, inclusive as finanças, ficaram a cargo de cada comunidade. A educação representou um papel vital na formação nacio-

As reformas de Stein no governo

nal. As escolas eram instrumentos ideais para a propagação das doutrinas de dever nacional. Reconhecendo isto, os reformadores prussianos expandiram o sistema de ensino, tanto primário como secundário. A Universidade de Berlim, fundada em 1808, tinha entre os membros de seu corpo docente nacionalistas ardentes como Fichte e Savigny e representava a corporificação institucional do novo espírito que contribuiu para a vitória final da Prússia sobre os franceses.

Nacionalismo econômico

A maneira mais fácil de compreender a história da Prússia entre 1815 e 1850 consiste em vê-la em termos de sua contínua luta para se afirmar como uma potência nacional independente dentro da Alemanha e em oposição à Áustria. Nesse sentido, a mais importante vitória prussiana foi a criação do *Zollverein*, ou União Alfandegária. Na década de 1840, a união abrangia quase toda a Alemanha, exceto a Áustria alemã. Entrementes, a Prússia havia produzido na obra do economista Friedrich List (1789-1846) uma resposta nacionalista ao internacionalismo dos economistas partidários do livre-cambismo. Nas palavras de List, ainda que o livre-cambismo pudesse servir para os britânicos, não atendia aos interesses da Prússia. A economia, argumentava ele, longe de ser uma ciência abstrata, aplicável igualmente em toda parte, era uma disciplina que devia alicerçar-se na experiência nacional de cada país. A experiência da Alemanha e, portanto, da Prússia, exigia não livre-câmbio, mas altas tarifas alfandegárias. Somente se escudada num sistema protecionista poderia a Prússia construir as fábricas e produzir as mercadorias que garantiriam sua saúde econômica.

O fracasso do liberalismo na Alemanha

Os acontecimentos que haviam alterado o quadro político da Grã-Bretanha e da França nos primeiros anos da década de 1830 – revolução nesta e reformas liberais em ambas – não tiveram equivalentes duradouros na Alemanha. Uma espécie de movimento revolucionário, gerado nas universidades e nas sociedades secretas de jovens, teve realmente como resultado mudanças temporárias em alguns principados alemães. Mas Metternich, que ainda controlava a política austríaca e estava determinado a frustrar as tentativas prussianas de afirmar sua nacionalidade, utilizou essas insurreições para incentivar uma reação antiliberal geral em todos os estados alemães, tirando proveito dos temores das classes ricas. A dieta da Confederação Alemã, a imprecisa organização de potências soberanas que havia substituído depois de 1815 o "Sacro Império Romano", finalmente extinto, coordenou a repressão. A Prússia evitou a revolução em decorrência das reformas instituídas havia uma geração por Stein e Hardenberg. Em 1840 Frederico Guilherme IV subiu ao trono. Aparentando devoção aos princípios liberais, relaxou as leis de censura e encorajou as dietas provinciais a participarem do governo central. Logo, porém, ficou evidente que o rei não era um liberal, mas sim uma espécie de romântico-nacionalista, bem como homem autoritário. Declarou-se contrário ao constitucionalismo, a doutrina central do credo liberal. Em 1847, quando liberais burgueses buscaram controlar assuntos legislativos e orçamentários na recém-convocada assembléia de dietas (o *Landtag*), o rei fez com que tal direito lhes fosse negado. Frederico Guilherme voltou então a atenção para um plano pelo qual a Prússia pudesse desempenhar um papel maior na confederação. No entanto, antes que seu projeto fosse apreciado, sobreveio o movimento revolucionário de 1848, que, como veremos,

engolfou a Europa central como havia engolfado a ocidental, ainda que com resultados diferentes.

O nacionalismo, esse espírito que servira para unir os prussianos, estava ao mesmo tempo atuando no sentido de dividir os elementos heterogêneos que constituíam o Império Austríaco. A população imperial, que vivia em três áreas geográficas principais – a Áustria, a Boêmia e a Hungria –, compunha-se de grande número de diferentes grupos étnicos e lingüísticos: alemães, tchecos, húngaros, poloneses, eslovacos, sérvios e italianos, para citarmos apenas os mais proeminentes. Em algumas partes do império, esses povos viviam isolados; em outras, mantinham-se em proximidade direta, ainda que sem muita harmonia, com outros. O Império Austríaco procurava unir esses grupos por meio de uma casa reinante, os Habsburgos, e de uma burocracia supostamente benevolente. Cada vez mais esses artifícios deixavam de satisfazer os diversos grupos, nos quais, depois de 1815, começou a tornar-se mais forte um espírito de nacionalismo cultural, senão político. Nos territórios poloneses do império, onde durante gerações a nobreza se considerara polonesa, o governo imperial conseguiu abafar esse senso de nacionalismo jogando servos contra senhores, estimulando uma guerra de classes como meio de prevenir uma guerra étnica. Em outras áreas do império, os governantes foram menos hábeis. Na Hungria, o nacionalismo ganhou tanto expressão cultural quanto política. Em 1827 foi inaugurado em Budapeste um teatro nacional húngaro. No ano anterior, o húngaro substituíra o latim como a língua oficial do governo. Ao mesmo tempo, um movimento político, cujo mais expressivo líder era o nacionalista radical Lajos Kossuth (1802-1894), tentava dar à Hungria independência e governo parlamentar.

Nacionalismo no Império Austríaco

O mais disseminado dentre os movimentos em prol do nacionalismo cultural na Europa oriental foi o pan-eslavismo, que nesse período apenas começava. Os eslavos compreendiam os russos, poloneses, tchecos, eslovacos, eslovênios, croatas, sérvios e búlgaros. Antes de 1848 o pan-eslavismo era um movimento quase exclusivamente cultural, unido por um generalizado sentimento antiocidental, mas dividido pela tendência a desavir-se quanto ao primado desta ou daquela língua ou tradição particulares. No entanto, tais divisões não reduziram substancialmente o efeito do pan-eslavismo como um problema adicional para o Império Austríaco. A literatura do movimento – exemplificada pela *História do povo boêmio*, de Frantisek Palacky (1836-1867) e pela poesia do revolucionário polonês Adam Mickiewicz (1798-1855) – alimentava o ardor daqueles que desejavam libertar-se do que consideravam ser um jugo estrangeiro. Na Rússia, o eslavofilismo havia sido contido por Alexandre I, o czar de orientação ocidental. Após sua morte, porém, a idéia de que o povo russo possuía seu *Volksgeist* ganhou popularidade.

Pan-eslavismo

Dois outros movimentos nacionais ganhavam força antes de 1848: um na Itália, outro na Irlanda. Entre as organizações formadas durante o confuso período que marcou o fim das guerras napoleônicas, nenhum foi mais veemente em suas proclamações nacionalistas que a dos carbonários italianos. Um membro desse grupo, Giuseppe Mazzini (1805-1872), fundou uma sociedade própria em 1831, a Jovem Itália, dedicada à causa da unificação da península. Em 1834, Mazzini lançou da Suíça um ataque totalmente malogrado contra o Reino da Sardenha,

Nacionalismo na Itália

na esperança de que o resto da Itália se juntasse a ele. Posteriormente Mazzini contentou-se em fazer propaganda da causa do nacionalismo e do republicanismo na Itália, atraindo adeptos dedicados, sobretudo entre os liberais britânicos. Na Itália, porém, os liberais suspeitavam dele. Embora também eles desejassem ver a Itália unificada, consternavam-se, como "bons" liberais e como membros da classe média, com a insistência de Mazzini numa república; teriam preferido fundir os principados existentes em algum tipo de monarquia constitucional.

Nacionalismo na Irlanda

Se o nacionalismo italiano foi nessa época basicamente um fenômeno liberal-burguês, o mesmo não ocorreu com relação ao movimento irlandês que procurava revogar a união com a Inglaterra. Chefiado por Daniel O'Connell (1775-1847), derivava sua força do apoio do campesinato irlandês. A liderança de O'Connnell, extraordinariamente bem sucedida, baseava-se no ódio que todos os irlandeses sentiam pelos ingleses, devido aos séculos de opressão que os católicos da Irlanda haviam sofrido sob o domínio dos protestantes ingleses. Tanto antes como depois da união oficial em 1801, os ingleses haviam imposto aos irlandeses um domínio estrangeiro que pouco havia produzido além de miséria e perseguições. A campanha de O'Connell pela revogação da união fundava-se na esperança de que ele poderia negociar algum tipo de acordo moderado com a classe dominante inglesa. Os desejos de seus seguidores eram muito mais radicais que os dele. Contudo, nem as esperanças separatistas de O'Connell, cognominado pelos irlandeses de "Libertador", nem as esperanças mais genuinamente nacionalistas de seus correligionários, viriam a concretizar-se. Ao contrário dos movimentos nacionalistas da Europa Central, o nacionalismo na Irlanda enfrentou um adversário poderoso e resoluto, a Inglaterra, que durante um século lhe negaria o triunfo.

Mazzini

3. NACIONALISMO, LIBERALISMO E REVOLUÇÃO, 1848

A história das revoluções de 1848 na Europa central pode ser entendida com mais facilidade em termos de dois temas principais: o primeiro foi a luta de várias nacionalidades, principalmente dentro do Império Austríaco, para afirmar sua própria autonomia; o segundo foi a disputa entre as forças do liberalismo e do nacionalismo na Alemanha.

As "Jornadas de Março" na Áustria

As notícias da revolução de fevereiro na França chegaram depressa à Europa oriental. Em fins de março o Império Austríaco estava esfacelado. A Hungria, sob a liderança de Kossuth, cortara quase todos os laços com a casa de Habsburgo e preparava-se para redigir sua própria constituição. Em Viena, trabalhadores e estudantes imitavam seus companheiros parisienses, erguendo barricadas e invadindo o palácio imperial. Uma medida do caos político reinante foi o fato de Metternich, veterano de uma vintena de ameaças à precária estabilidade por ele arquitetada, ter achado que dessa vez a pressão era grande demais, fugindo disfarçado para a Grã-Bretanha. Desertado por esse pilar da resistência reacionária, o imperador Habsburgo, Ferdinando I, cedeu às exigências nacionalistas da Boêmia e concedeu também a esse reino uma constituição. No sul, italianos lançavam ataques contra os territórios sob controle austríaco em Milão, Nápoles, Venécia e Lombardia, onde as forças do rei da Sardenha, Carlos Alberto, desbarataram os austríacos.

Entretanto, as forças do sentimento nacional, que haviam feito a Áustria dobrar a cerviz, permitiram depois que o império ressarcisse seus prejuízos. O paradoxo do nacionalismo, como se manifestou na Europa central, foi que assim que uma maioria cultural se afirmava como estado independente ou semi-independente, outras minorias culturais dentro daquele novo estado passavam a queixar-se acerbamente de sua recém-institucionalizada inferioridade. Foi precisamente isto que aconteceu na Boêmia. Ali, a maioria tcheca antialemã recusou-se a enviar delegados a uma assembléia pan-germânica que se reuniu em Frankfurt para redigir uma constituição alemã. Ao invés disso, convocaram uma confederação de eslavos em Praga. Os delegados, na maioria provenientes do antigo Império Austríaco, não tardaram a perceber que a idéia de uma Alemanha unificada representava para sua autonomia política e cultural uma ameaça muito maior do que a realidade do destruído império. Não obstante, a minoria alemã da Boêmia estava naturalmente ansiosa por participar de discussões que pudessem resultar numa união mais estreita com seus pares étnicos, e ressentia-se contra a recusa do governo da Boêmia em fazê-lo. As animosidades resultantes tornaram mais fácil aos austríacos aproveitarem-se de uma insurreição em Praga (maio de 1848), subjugar a cidade, dissolver o congresso eslavo e reafirmar o controle na Boêmia. Ainda que o governo austríaco fosse nessa época liberal, produto da revolução de março em Viena, estava tão decidido quanto seu antecessor a evitar o desmembramento total do império. Por esse motivo, apressou-se a reincorporar a Lombardia e a Venécia a seu domínio depois que litígios entre os aliados italianos, até então unidos, debilitaram suficientemente sua posição comum contra os austríacos.

O contra-nacionalismo como ajuda à restauração

Na Hungria, o nacionalismo e o contra-nacionalismo prepararam o palco para o último ato da restauração da hegemonia austríaca. O partido radical de Kossuth era, acima de tudo, um partido nacionalista húngaro. Assim que assumiu o poder, em começos de 1849, transferiu a capital de Pressburg, perto da fronteira da Áustria, para Budapeste e novamente proclamou o húngaro como a língua oficial do país. Tais atos melindraram as minorias nacionais da Hungria, principalmente os croatas, que antes da revolução haviam gozado de certas liberdades sob o domínio austríaco. Os croatas organizaram um exército rebelde e lançaram uma guerra civil. O imperador Ferdinando, mais uma vez estimulando a divisão segundo linhas nacionalistas, nomeou o rebelde croata Josef von Jellachich como seu comandante militar contra os húngaros. A essa altura os liberais vienenses haviam começado a perceber — tarde demais — que a seguir poderia ser a vez deles. Não estavam enganados. Apesar de um segundo levante em Viena, no mês de outubro, a revolução se esgotara. Forças leais ao imperador investiram contra Viena, vindo da Boêmia. A 31 de outubro, o governo liberal capitulou.

Guerra civil na Hungria

Tão logo reimpôs seu domínio, o governo imperial esforçou-se por suprimir os impulsos nacionalistas com o maior rigor possível. Os ministros da Áustria reconheceram que, embora por vezes representassem uma vantagem tática, os movimentos nacionalistas de maneira geral prejudicavam a unidade imperial. Juntos, o principal ministro do imperador, príncipe Felix von Schwarzenberg, e o ministro do interior, Alexander Bach, ambos partidários da nação-estado, centralizaram o

Formação nacional imperial

estado segundo um sistema político unificado. A Hungria e a Boêmia deixaram de ter direitos separados. Aos camponeses de todos os grupos étnicos, liberados da servidão como parte do movimento geral de reforma, permitiu-se conservar sua liberdade, com base em sua lealdade ao império. Reformou-se o direito, também com vistas à obtenção de uniformidade, e foram construídas estradas de ferro e rodovias, interligando as partes do império. Altas tarifas alfandegárias passaram a excluir as manufaturas estrangeiras, enquanto uma área de livre comércio dentro do império estimulava as indústrias internas. Tendo feito tudo quanto podia para erradicar os movimentos separatistas, o governo austríaco empenhou-se em garantir sua posição através de uma vigorosa campanha de formação nacional.

O fracasso da revolução na Prússia

Na Prússia, a revolução teve destino semelhante. Em março o rei Frederico Guilherme viu-se forçado a ceder às exigências de uma assembléia legislativa eleita pelo povo. Ao se reunir, o órgão mostrou-se particularmente solidário com a situação da minoria polonesa na Prússia e antagônico aos russos, vistos pelos legisladores radicais como a maior ameaça à propagação de idéias políticas progressistas na Europa central. No entanto, quando a simpatia da assembléia pelo nacionalismo polonês chegou ao ponto de conceder autonomia à Polônia prussiana, gerou entre a minoria alemã os mesmos sentimentos que, como já vimos, tomou conta de minorias no Império Austríaco. Com isso, precipitou os mesmos resultados finais. Em Posen, principal cidade da Polônia prussiana, os alemães revoltaram-se contra o recém-fundado governo polonês. Como seria de esperar, as unidades do exército prussiano ali estacionadas tomaram o partido dos alemães e ajudaram-nos a esmagar o novo governo. O poder, tornava-se agora claro, estava com o exército, profissionalizado desde os tempos de Gneisenau e Scharnhorst, mas ainda dominado pelos Junkers. Contra a autoridade militar das forças armadas, os legisladores radicais de Berlim nada podiam fazer; e a revolução acabou na Prússia tão depressa quanto havia começado.

A Assembléia de Frankfurt

Entrementes, em Frankfurt, os alemães empenhavam-se no debate que constitui o segundo tema da história da Europa central nesses anos revolucionários: liberalismo *versus* nacionalismo. Haviam sido escolhidos delegados, em toda a Alemanha e a Áustria, para a Assembléia de Frankfurt. Provinham, na maioria, das classes profissionais – professores, advogados e administradores – e estavam de modo geral dedicados à causa do liberalismo burguês. Muitos tinham imaginado que sua tarefa se assemelharia à da assembléia que se reunira em 1789 para redigir uma constituição para os franceses: isto é, redigiriam uma constituição para uma Alemanha liberal e unificada. Não obstante, no caso da França aquela convocação se baseara no fato simples, mas importantíssimo, de que já existia uma nação francesa. A assembléia francesa fora eleita para dar à nação uma nova forma e uma nova direção. Mas existia um poder soberano centralizado para modificar; havia uma autoridade que podia ser dominada à força ou, se necessário, usurpada. A Assembléia de Frankfurt, em contraste, fundava-se apenas em suas próprias palavras. Era um conjunto de ponderados e bem-intencionados liberais de classe média, comprometidos com a idéia de que de alguma forma seria possível constituir um estado alemão liberal-nacionalista com base em princípios abstratos. Desde a primeira hora de suas deliberações, esses homens proscreveram o uso da violência para a

consecução de seus fins. Ao mesmo tempo, deixaram de se aliar aos trabalhadores urbanos. Se em 1848 o proletariado ainda não era uma classe consciente e articulada, era, não obstante, uma força com que nenhum reformador ou revolucionário podia deixar de contar. No entanto, os debatedores de Frankfurt de modo geral os ignoraram, e com isso negaram-se a única fonte de apoio a que poderiam ter recorrido.

Grande pátria versus *pequena pátria*

Quase que desde o começo, a assembléia viu-se emaranhada nos problemas de nacionalidade. Quem, perguntavam, eram os alemães? Na maioria, os delegados defendiam a tese de que eram todos aqueles que, por motivos de língua, cultura ou geografia sentiam-se comprometidos com o que ora empreendiam em Frankfurt. A nação alemã a ser constituída deveria incluir um máximo desses "alemães". Esse ponto de vista veio a ser conhecido como a posição da "grande pátria". Os pan-germânicos viram-se obstruídos, porém, pela relutância de outras nacionalidades em serem incluídas em seu redil. Os tchecos da Boêmia, como vimos, nada queriam com a Grande Alemanha. Por fim os partidários da "grande pátria" decidiram que a nação para a qual estavam elaborando uma constituição deveria incluir, entre outros territórios, todas as terras austríacas, exceto a Hungria. Tal decisão significava que a coroa do novo país teria de ser logicamente oferecida ao imperador Habsburgo. Nesse ponto começou a fazer-se ouvir a voz dos adeptos da "pequena pátria". O nacionalismo prussiano ganhou precedência sobre o nacionalismo alemão; uma minoria argumentava que a Áustria deveria ser excluída de todo e a coroa oferecida ao rei Frederico Guilherme da Prússia.

Liberalismo versus *nacionalismo*

O liberalismo da assembléia foi posto à prova pelos acontecimentos na Áustria e na Polônia no outono de 1848. Quando as forças imperiais esmagaram as rebeliões tcheca e húngara e quando os Junkers prussianos deram fim ao governo polonês, os liberais viram-se obrigados a aplaudir. Forçosamente, tinham de apoiar a supressão das minorias étnicas; de outra forma, não haveria nenhuma nova Alemanha. Mas as forças que eles aplaudiam não eram apenas as do nacionalismo alemão, mas sim as do autoritarismo antiliberal. Para a assembléia, o momento mais embaraçoso ocorreu quando ela se viu compelida a escudar-se no exército prussiano. Rebentaram distúrbios em Frankfurt, em protesto contra a disposição da assembléia de fugir a uma confrontação com os dinamarqueses com relação ao futuro dos alemães de Schleswig, província da Dinamarca. Essa área, que muitos consideravam como uma parte da Alemanha, fora anexada pelos dinamarqueses em março de 1848. Os cidadãos de Frankfurt não tinham sido capazes de fazer outra coisa senão pedir aos prussianos que reconquistassem Schleswig para eles; mas os prussianos haviam-se recusado. Daí os distúrbios; e daí um segundo pedido, dessa vez atendido, de ajuda prussiana.

O fim da assembléia

Reduzidos à condição de dependentes, ainda assim os delegados de Frankfurt elaboraram uma constituição, na primavera de 1849. Dessa vez, a Áustria, receando sua rival, a Prússia, resolvera não se envolver mais com Frankfurt. Assim, os partidários da "pequena pátria" venceram à revelia e ofereceram sua monarquia constitucional a Frederico Guilherme da Prússia. Embora tentado, o soberano recusou a oferta, argumentando que a constituição que haviam redigido era demasiado liberal, uma vez que incorporava a idéia revolucionária de que uma

coroa podia ser oferecida a um monarca. Frederico a desejava, mas em seus próprios termos. Os delegados voltaram para casa, muitos deles convencidos da impossibilidade de sua dupla meta de liberalismo e nacionalismo. Alguns, que se recusaram a renunciar àquele objetivo, emigraram para os Estados Unidos, onde, segundo acreditavam, ele já fora concretizado. Muitos do que ficaram na Europa persuadiram-se de que meia meta era melhor do que nada e sacrificaram seu liberalismo ao nacionalismo.

4. FORMAÇÃO NACIONAL, 1850-1870

Bismarck

Os vinte anos que mediaram entre 1850 e 1870 assinalaram um intenso período de formação nacional no mundo ocidental. Dentre os grandes arquitetos de nações, nenhum sobrepujou o homem que colocou a Alemanha sob o domínio da Prússia, Otto von Bismarck (1815-1898). Bismarck era, por nascimento, membro da classe dos Junkers. Durante o período revolucionário de 1848 e 1849, servira no parlamento prussiano como defensor da monarquia. Na verdade, Bismarck não era nem liberal nem nacionalista; era um prussiano. Ao instituir reformas internas, não o fez para favorecer os "direitos" desse ou daquele grupo, mas por julgar que suas políticas teriam como resultado uma Prússia mais unida, e por isso mais poderosa. Ao manobrar no sentido de pôr outros estados alemães sob o domínio da Prússia, não o fez em obediência a algum grandioso plano pan-germânico, mas por acreditar que alguma espécie de união era inevitável e, nesse caso, deveria ocorrer segundo a vontade da Prússia. Bismarck orgulhava-se de ser um realista; e tornou-se um praticante exímio do que veio a ser chamado *Realpolitik* – a política do realismo, e não do idealismo.

Bismarck e os liberais

Ao chegar ao poder em 1862, como ministro-presidente da Prússia, Bismarck confrontou-se com a maioria parlamentar de liberais que, desde 1859, opunha-se à campanha de aumento dos gastos militares, a despeito da pressão do rei. Essa maioria fora produzida por um sistema eleitoral que era parte da constituição concedida por Frederico Guilherme à Prússia em 1850, após a queda da assembléia. O parlamento dividia-se em duas câmaras, sendo a baixa eleita por sufrágio masculino universal. Contudo, os votos eram distribuídos segundo a capacidade do eleitor para pagar impostos; o pequeno grupo que, em conjunto, pagava um terço dos impostos nacionais elegia um terço dos legisladores. Um grande proprietário de terras ou um industrial gozava de um poder eleitoral cerca de cem vezes maior que o de um homem sem fortuna. Contra as expectativas do rei, porém, sob essa constituição uma maioria liberal estava logrando frustrar os planos do soberano e de seus conselheiros. Foi para quebrar tal impasse que o rei Guilherme I, que sucedera a seu irmão Frederico Guilherme em 1861, convocou Bismarck. Neste, os liberais encontraram um adversário mais que à altura. Quando se recusavam a aprovar impostos, Bismarck os cobrava de qualquer jeito, alegando que a constituição, quaisquer que fossem seus propósitos, não se destinara a subverter o estado. Quando os liberais argumentaram que a Prússia estava dando um mau exemplo ao resto da Alemanha, Bismarck respondeu que a Prússia não era admirada por seu liberalismo, mas sim por seu poder.

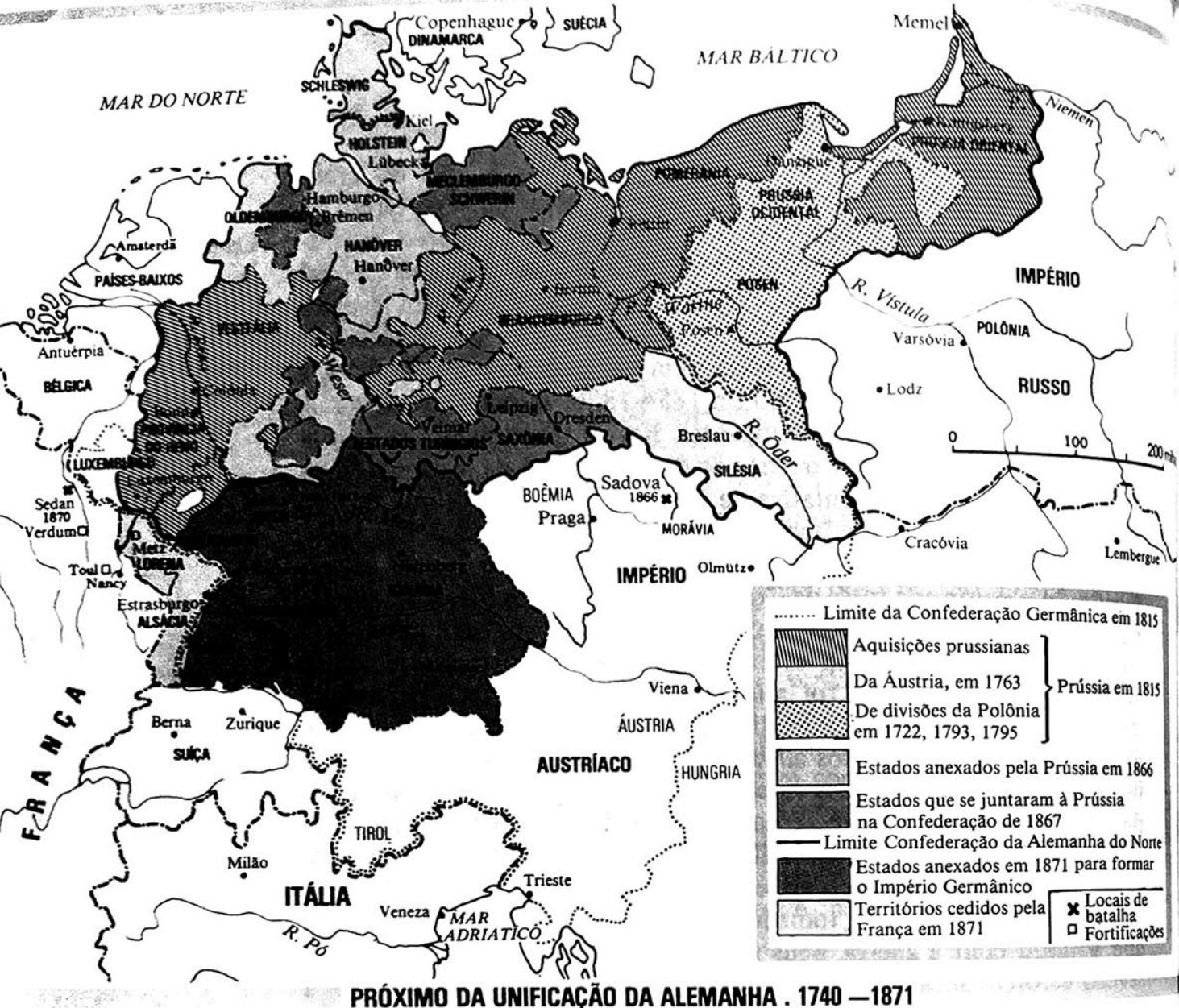
Independentemente de os alemães – ou o resto da Europa – admirarem ou não o poder da Prússia, logo se viram confrontados por ele. Bismarck empenhou-se na construção de uma nação que no breve espaço de oito anos transformou-se no Império Alemão. Nessa tarefa foi auxiliado por sua disposição de tirar proveito das situações internacionais tais como se apresentavam, sem preocupar-se de modo especial com as implicações ideológicas ou morais de suas ações. Foi ajudado também por acontecimentos sobre os quais de início não dispunha de controle, mas que ele soube aproveitar em seu favor. O primeiro deles, a guerra da Criméia, havia ocorrido em 1854-1856, antes de sua gestão. A Rússia e a Turquia, eternos litigantes, haviam precipitado as hostilidades. A Rússia invadiu os territórios da Moldávia e da Valáquia (mais tarde, Romênia), numa tentativa de tirar proveito da contínua balbúrdia política que tornava o Império Otomano uma presa fácil. Em 1854, a França e logo depois a Grã-Bretanha acorreram em auxílio aos turcos, invadindo a península russa da Criméia. A esses aliados logo se juntaram a Áustria e a Sardenha. A essa altura a disputa já se ampliara, passando a incluir a questão de quem se incumbiria de proteger dos turcos os cristãos de Jerusalém, e foi atiçada desde o início pela persistente determinação britânica de impedir uma forte presença russa no Oriente Próximo. A vitória final dos aliados decorreu basicamente do bloqueio imposto pelos britânicos aos russos. O acordo de paz foi um grave revés para a Rússia, cuja influência nos Bálcãs reduziu-se drasticamente. A Moldávia e a Valáquia foram unificadas, formando a Romênia. A esta, assim como à Sérvia, concedeu-se a condição de principado autônomo. A Áustria, embora tivesse tomado o partido do vencedor, mais perdeu que ganhou com a guerra. Seus recursos militares foram submetidos a severo esforço durante a ocupação da Moldávia e da Valáquia. Foi a subseqüente debilidade da Rússia e da Áustria, em decorrência da guerra da Criméia, que Bismarck usou em seu benefício na década de 1860.

A guerra da Criméia

Ao consolidar os estados alemães numa união controlada pela Prússia, Bismarck teve antes o cuidado de afastar a Áustria de sua posição de comando na Confederação Alemã. Para esse fim, ateou fogo à disputa com a Dinamarca pela posse de Schleswig e Holstein. Habitadas majoritariamente por alemães, essas duas províncias tinham estatuto anômalo. Desde 1815 Holstein se encontrava incluída na Confederação Alemã, mas ambas se achavam submetidas à suserania pessoal do rei da Dinamarca. Quando, em 1864, este tentou anexá-las, Bismarck convidou a Áustria a participar de uma guerra contra a Dinamarca. Seguiu-se uma luta breve, ao fim da qual o soberano dinamarquês foi forçado a renunciar a todas suas pretensões quanto a Schleswig e Holstein em favor da Áustria e da Prússia. Sucedeu então o exato litígio pelo qual Bismarck ansiava ardentemente: uma desavença entre os vitoriosos pela divisão dos despojos. O conflito que rebentou em 1866, conhecido como a Guerra das Sete Semanas, terminou num triunfo fácil para a Prússia. A Áustria foi obrigada a desistir de todas suas pretensões a Schleswig e Holstein, ceder a Venécia e a aquiescer com a dissolução da Confederação Alemã. Logo depois da guerra, Bismarck procedeu à união de todos os estados alemães ao norte do rio Meno na Confederação da Alemanha do Norte.

Passos para a unificação da Alemanha: (1) enfraquecimento da Áustria

Para alcançar a confederação, Bismarck prazerosamente se fez de democrata. Percebeu que para atingir seu objetivo, que era uma forte

PRÓXIMO DA UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA . 1740 —1871

(2) a obtenção das boas graças das massas

união encabeçada pela Prússia, ele teria de cultivar uma clientela até então deixada de lado por todos os políticos alemães: as massas. Admirava o modo como Napoleão III havia reforçado seu regime através de plebiscitos. E compreendia que a maioria dos alemães não morria de amores pelos liberais capitalistas, pelas máquinas administrativas de seus próprios pequenos estados ou pelos Habsburgos austríacos. A constituição que ele elaborou para sua confederação estipulava duas câmaras legislativas: a alta representava cada um dos estados da união, embora desigualmente; a baixa era eleita por sufrágio masculino universal. A classe média liberal, não se falando da classe dos Junkers, ficou atônita e consternada, como seria de esperar. A intenção de Bismarck era usar o apoio popular para fortalecer o governo central, contra os interesses dos latifundiários e dos capitalistas. Com esse intuito, fez um acordo com os socialistas alemães, que concordaram em trocar seu apoio à confederação pelo sufrágio universal.

(3) a Guerra Franco-Prussiana

O passo final de Bismarck para consumar a unificação da Alemanha foi a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871. Esperava ele que um conflito com a França ativasse o espírito de nacionalismo alemão na Baviera, em Würtemberg e outros estados do sul, ainda fora da confederação. Tirando proveito de uma tormenta diplomática com relação ao direito de os Hohenzollerns (a família real da Prússia) ocuparem o trono espanhol, Bismarck fez quanto pôde para forçar um desentendimento

entre franceses e alemães. O rei Guilherme concordou encontrar-se com o embaixador francês na estação de águas de Ems, na Prússia, a fim de discutir a sucessão espanhola. Quando o rei telegrafou a Bismarck, informando que haviam sido recusadas as exigências francesas de exclusão perpétua da família Hohenzollern do trono espanhol, Bismarck liberou partes da mensagem à imprensa, de modo a dar a impressão de que o rei Guilherme havia insultado o embaixador – coisa que ele não fizera. Ao ser recebida na França a notícia deturpada do que acontecera em Ems, a nação reagiu com a disposição de ir à luta armada. O brado de guerra ecoou na Prússia, onde Bismarck publicou documentos que, segundo alegava, comprovavam as pretensões francesas à Renânia. Assim que foi declarada a guerra, os estados alemães do sul tomaram partido ao lado da Prússia, na crença de que esta estava sendo vítima de agressão. A guerra foi rápida. As tropas francesas não estavam à altura das forças prussianas, profissionais e soberbamente equipadas. Tampouco outras potências ajudaram a França. A Áustria, a que tinha melhores possibilidades de fazê-lo, continuava enfraquecida por sua recente guerra contra a Prússia. Os húngaros, que a essa época haviam assumido posições influentes dentro do governo austríaco, estavam mais que inclinados a apoiar o fortalecimento da Prússia, pois o aumento da força prussiana na Alemanha debilitaria ainda mais a posição da Áustria ali. E quanto mais fraca fosse a Áustria como potência alemã, mais fortes se tornariam as pretensões dos húngaros à predominância. Mais uma vez acontecia uma consciência nacionalista atritar-se com outra. A guerra começou em julho; e terminou em setembro, com a derrota dos franceses e a captura do próprio Napoleão III em Sedan, na França.

O Império Alemão

Após a queda do governo imperial francês, forças rebeldes continuaram a lutar em Paris contra os alemães, até o inverno de 1871. Entrementes, Bismarck cuidava de consumar a união alemã, pela qual tanto batalhara. A 18 de janeiro de 1871 foi proclamado o Império Alemão no grande Salão dos Espelhos, em Versalhes. Todos aqueles estados, exceto a Áustria, que ainda não haviam sido absorvidos pela Prússia declararam sua lealdade a Guilherme I, daí em diante imperador, ou *kaiser*. Quatro meses depois, em Frankfurt, um tratado entre franceses e alemães cedeu ao novo império a região fronteiriça da Alsácia, condenou a França a pagar uma indenização de cinco bilhões de francos e assim espalhou por toda parte a notícia do notável sucesso de Bismarck em construir seu estado-nação.

A unificação da Itália

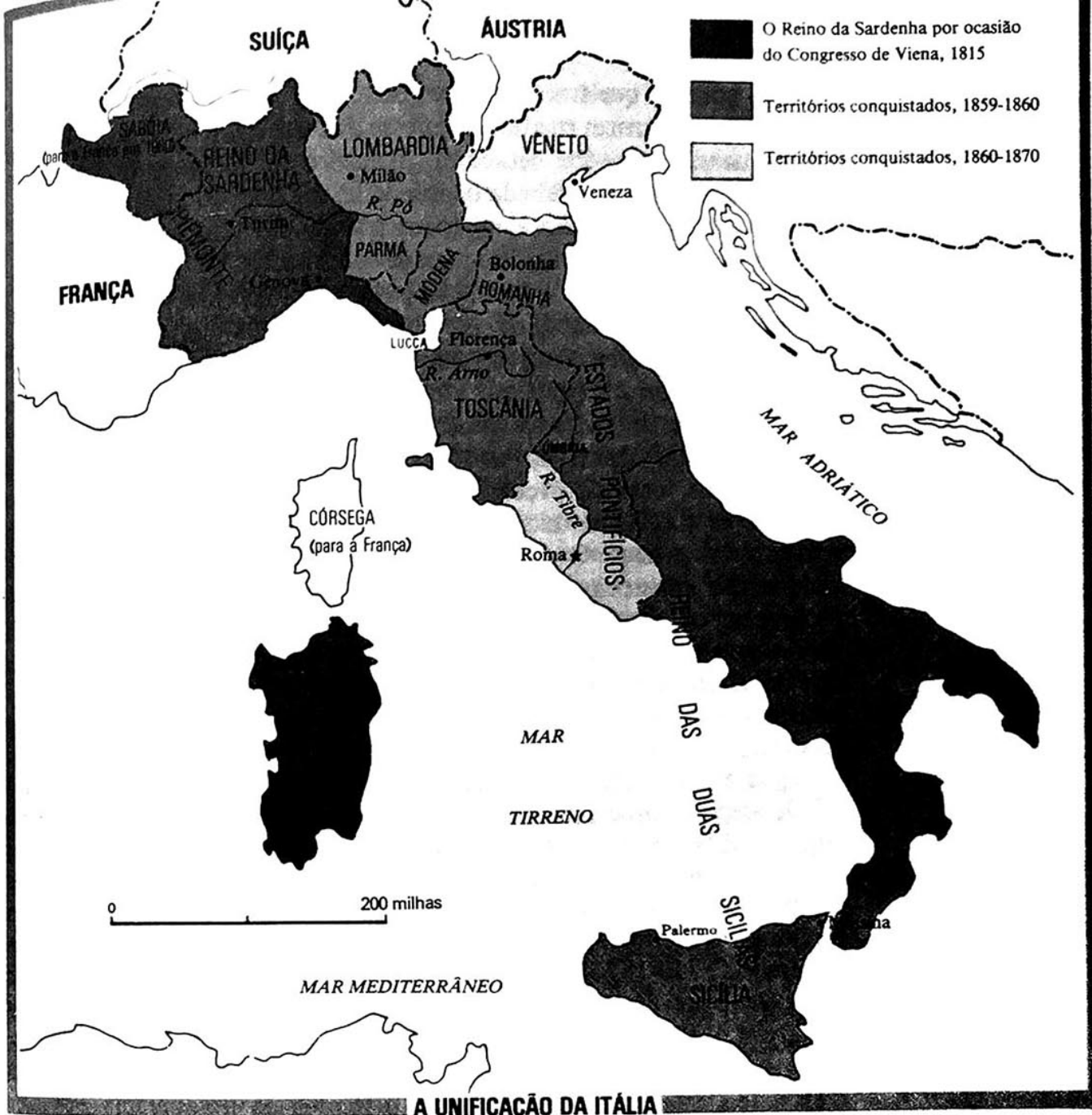
Na Itália, os acontecimentos foram quase paralelos aos que haviam levado à unificação da Alemanha. Antes de 1848, vale recordar, a Itália era uma colcha de retalhos de pequenos estados. Dentre os independentes, os mais importantes eram o Reino da Sardenha, ao norte, os Estados Pontifícios na região central, e o Reino das Duas Sicílias, ao sul. As ex-repúblicas da Lombardia e da Venécia eram dominadas pela Áustria, ao passo que homens da confiança dos Habsburgos governavam Toscana, Parma e Módena. Ao ser a península varrida pelo fervor revolucionário de 1848, um a um os governantes concederam reformas democráticas. Carlos Alberto, da Sardenha, superou a todos, concedendo direitos civis e uma forma parlamentar de governo. No entanto, logo ficou patente que os italianos estavam tão interessados pelo nacionalismo quanto pelo liberalismo. Já por alguns anos, patriotas românticos vinham sonhando com o *Risorgimento*, que devolveria à nação a

liderança gloriosa que ela exercera nos tempos romanos e durante a Renascença. Para se conseguir isso, era voz unânime que a Itália teria de constituir um único estado. Diferiam, porém, as opiniões quanto à forma que deveria assumir o novo governo. Jovens idealistas seguiam a liderança de Mazzini. Patriotas de orientação religiosa acreditavam que a solução mais viável seria tornar a Itália uma federação, sob a presidência do papa. A maioria dos nacionalistas mais moderados defendia uma monarquia constitucional, construída sobre os alicerces do Reino da Sardenha. Aos poucos os objetivos desse terceiro grupo cristalizaram-se sob a liderança de um astuto nobre sardo, o conde Camillo di Cavour (1810-1861). Em 1850 foi nomeado ministro do comércio e da agricultura de seu estado natal; em 1852, primeiro-ministro.

A campanha para unificação da península itálica começou com esforços para expulsar os austríacos. Em 1848 organizaram-se revoltas nos territórios sob dominação dos Habsburgos, e um exército de libertação partiu da Sardenha para ajudar os rebeldes; contudo, o movimento fracassou. Foi então que Cavour, como novo líder da campanha, recorreu a métodos menos heróicos porém mais práticos. Em 1855, com o fito de ganhar as boas graças da Grã-Bretanha e da França, ele havia entrado na guerra da Criméia do lado desses estados, apesar de não ter nenhuma disputa com a Rússia. Em 1858, manteve um encontro secreto com Napoleão III e preparou o caminho para a guerra de libertação. Napoleão concordou em cooperar com a expulsão dos austríacos da Itália, em troca da cessão, pela Sardenha, de Savóia e de Nice à França. Em 1859, de acordo com os planos, foi provocada uma guerra com a Áustria, e durante algum tempo tudo marchou bem para os aliados franco-italianos. Contudo, depois da conquista da Lombardia, Napoleão III retirou-se subitamente do conflito, temeroso de acabar derrotado e por não desejar antagonizar os católicos de seu próprio país ajudando o governo confessadamente anticlerical de Cavour. Desertada assim por seu aliado, a Sardenha viu-se incapacitada de expulsar os austríacos da Venécia. Não obstante, fizeram-se enormes conquistas. A Sardenha anexou a Lombardia e adquiriu por vários meios os ducados da Toscana, Parma e Módena, bem como a porção setentrional dos Estados Pontifícios. A Sardenha tinha agora o dobro de seu tamanho original e era o mais poderoso estado da Itália.

Camillo di Cavour

Garibaldi

O segundo passo para consolidar a unificação da Itália foi a conquista do Reino das Duas Sicílias. Esse estado era governado por um Bourbon, Francisco II, profundamente odiado por seus súditos. Em maio de 1860, um aventureiro romântico, Giuseppe Garibaldi, dispôs-se, com um regimento de mil "camisas-vermelhas", a salvar da opressão seus compatriotas italianos. Após ter libertado a Sicília numa campanha de três meses, marchou sobre Nápoles, onde o povo já se achava revoltado. Em novembro, todo o reino de Francisco II havia caído nas mãos de Garibaldi. A princípio ele pretendeu converter o território numa república independente, mas foi finalmente persuadido a entregá-lo ao reino da Sardenha. Com a maior parte da península agora sob um único governo, Vítor Emanuel II, rei da Sardenha, assumiu o título de rei da Itália (17 de março de 1861). A Venécia ainda estava em poder dos austríacos, mas em 1866, após serem derrotados na Guerra das Sete Semanas, estes foram forçados pelos prussianos a cedê-la aos italianos. Faltava somente anexar Roma para

completar a unificação da Itália. A Cidade Eterna resistira até então à conquista, graças sobretudo ao auxílio militar prestado ao papa por Napoleão III. Mas em 1870 o início da Guerra Franco-Prussiana obrigou Napoleão a retirar suas tropas. Em setembro de 1870 soldados italianos ocuparam Roma, que em julho do ano seguinte se tornou capital do reino unido.

A Itália e os Estados Pontifícios

A ocupação de Roma colocou o reino da Itália em conflito com o papado. Na verdade, todo o movimento de unificação se havia caracterizado pela hostilidade à Igreja. Isso era inevitável, uma vez que o papa governava como príncipe secular os Estados Pontifícios e se opunha àqueles que desejavam despojá-lo de seus domínios a bem de uma Itália unida. Após a ocupação de Roma em 1870 fez-se uma tentativa para resolver o problema das relações entre o Estado e a Santa Sé. Em 1871 o parlamento italiano promulgou a Lei das Garantias Pontifícias, a qual se propunha definir a situação do papa como soberano reinante. O pontífice então reinante, Pio IX, imediatamente rejeitou essa lei sob a alegação de que os assuntos que diziam respeito ao papa só podiam ser resolvidos por um tratado internacional com a sua própria participação. Entrementes, fechou-se no Vaticano e recusou-se a ter qualquer contato

com um governo que tratara tão vergonhosamente o vigário de Cristo na terra. Seus sucessores continuaram esse encarceramento voluntário até 1929, quando uma série de acordos firmados entre o governo italiano e Pio XI conseguiu um ajuste da contenda.

Formação nacional nos Estados Unidos: (1) o desenvolvimento da democracia

A formação nacional era a preocupação de outro importante país, os Estados Unidos, na primeira metade do século XIX. A história da expansão e da transformação desse país recém-nascido numa nação de notável potencial econômico, em pouco mais de meio século, deve ser vista à luz de vários fatores relevantes. O primeiro foi o desenvolvimento da democracia política.

Os Estados Unidos não começaram sua história como uma democracia. Embora alguns de seus primeiros líderes professassem ideais democráticos, os mais proeminentes deles não seguiam tais doutrinas. Os autores da Constituição americana não estavam interessados no governo das massas. O objetivo principal dos fundadores dos Estados Unidos era construir uma *república* que promovesse a estabilidade e protegesse os direitos de propriedade privada, contra as tendências niveladoras das maiorias. Por esse motivo adotaram controles, criaram o colégio eleitoral para escolha do presidente, elaboraram um poderoso judiciário e confiaram a seleção de senadores aos legislativos dos vários estados.

Após a instalação de um novo governo, segundo a Constituição de 1789, ideais democráticos começaram a ganhar aceitação nos Estados Unidos. Até 1801 o partido federalista deteve as rédeas do poder, representando os proprietários de terras, os grandes negociantes e os conservadores de modo geral. Nesse ano os democratas-republicanos ganharam o controle do governo, em decorrência da eleição de Thomas Jefferson (1743-1826) para a presidência. Esse acontecimento é muitas vezes chamado de Revolução Jeffersoniana, na suposição de que Jefferson fosse o paladino das massas e do poder político para os desvalidos. É perigoso levar essa interpretação longe demais. Em vários sentidos as idéias de Jefferson estavam muito distantes da democracia em seu significado histórico. Ele se opunha com ardor à soberania ilimitada da maioria. Sua concepção de um sistema político ideal era uma aristocracia de "virtude e talento", na qual o respeito pela liberdade pessoal seria o princípio basilar.

Os princípios jeffersonianos

Não obstante, o movimento jeffersoniano teve vários objetivos democráticos de importância fundamental. Seus líderes eram adversários ferrenhos do privilégio especial, proveniente de berço ou de fortuna. Atuaram no sentido de eliminar a ligação das igrejas com o estado. Estiveram à testa da campanha pelo acréscimo de uma Carta de Direitos à Constituição e foram quase os responsáveis exclusivos por seu êxito. Embora professassem devoção ao princípio da separação dos poderes, na verdade acreditavam na supremacia dos representantes do povo e viam com horror as tentativas do executivo e do judiciário para aumentarem seu poder.

A democracia jacksoniana

Em 1820, essas idéias estavam sendo manifestadas em termos mais diretos e enérgicos. As populações urbanas tornavam-se cada vez mais cônscias de sua importância política e exigiam que se desse atenção a seus interesses. Declinara o predomínio do Velho Sul agrícola (o das treze colônias originais). Em resultado da compra da Louisiana aos franceses, em 1803, e da maior colonização da área conhecida como

territórios do Noroeste (o oeste do estado de Nova York e o Ohio), haviam-se ampliado as fronteiras. A vida caracterizava-se por uma rude liberdade que deixava pouca margem às distinções de classe. Na luta pela sobrevivência, o trabalho árduo e a astúcia valiam mais do que nascimento e educação. Como conseqüência, cristalizou-se em torno do princípio da igualdade um novo espírito democrático, que por fim encontrou seu líder em Andrew Jackson (1767-1845). Os democratas jacksonianos transformaram as doutrinas do liberalismo num credo mais radical. Afirmavam que todos (excluindo-se escravos, índios e mulheres) eram politicamente iguais, não só em direitos, mas também em privilégios. Eram partidários devotados das causas do sufrágio para todos os homens brancos; da eleição, e não da nomeação, de todos os detentores de cargos públicos; e do freqüente rodízio dos homens nos cargos de poder político – uma doutrina que servia para colocar mais políticos democratas em funções públicas federais. Tais convicções democráticas estimularam um espírito de unidade nos Estados Unidos durante um período de rápida expansão territorial.

(2) imigração

À medida que os Estados Unidos continuavam a adquirir mais territórios no oeste (e o acréscimo mais importante resultou da conquista de terras ao México, no sudoeste, em 1846), enfrentavam outro problema além de juntar essas áreas e seus colonizadores à nação. Havia também a tarefa de assimilar os milhares de imigrantes, que chegavam da Europa na primeira metade do século. Muitos eram escoceses e ingleses; para estes não eram grandes as dificuldades de se ajustarem a uma nova vida num novo país, já que falavam a mesma língua de seus concidadãos. Para outros os problemas eram muito maiores. Para os irlandeses, que imigraram em grande número, principalmente na década de 1840, havia a questão de sua religião, o catolicismo romano. Para os alemães e outros grupos do continente europeu, havia a barreira idiomática. A política dos Estados Unidos com relação a seus imigrantes visava a impedir a criação de quaisquer encraves estrangeiros nacionalistas, separados do grupo maior dos cidadãos. Embora fossem tolerados jornais em línguas estrangeiras e os imigrantes tivessem liberdade de freqüentar as igrejas e reuniões sociais que desejassem, o inglês continuou a ser a língua das escolas públicas, da polícia, dos tribunais e do governo. Para conseguir um emprego, um imigrante era quase sempre obrigado a aprender ao menos um pouco de inglês. Dessa forma, os Estados Unidos estimularam os imigrantes a deixar de lado os costumes "estrangeiros" e ligar-se à sua pátria de adoção.

(3) a escravidão e o Sul

Se existiam encraves nos Estados Unidos, isso acontecia no Sul, onde a instituição da escravatura e a dependência econômica dos plantadores em relação à Inglaterra produziram duas minorias distintas, nenhuma das quais seria assimilada sem recurso à guerra. Durante o século XIX a escravidão havia sido abolida em grande parte do mundo ocidental, por motivos tanto econômicos quanto humanitários. Os agricultores sulistas continuavam a insistir em que sem o sistema escravagista iriam à bancarrota. Aos humanitaristas respondiam com argumentos baseados em inferioridade racial e em sua autoproclamada reputação de serem senhores benévolos. A posição desses homens tornou-se cada vez mais odiosa e inconvincente para o Norte. À medida que o país se abria para o oeste, o Norte e o Sul empenhavam-se num litígio prolongado, em que o pomo da discórdia era quais os novos estados que seriam "livres"

e quais seriam "escravos". Os nortistas tinham como motivação algo mais que interesse pelo bem-estar dos pretos sulistas. O Norte estava-se industrializando depressa, e seus capitalistas exigiam tarifas alfandegárias que lhes protegessem os empreendimentos. Os sulistas defendiam o livre-câmbio, uma vez que desejavam importar mercadorias britânicas em troca do algodão que vendiam aos industriais de Lancashire.

A Guerra Civil Americana

Ao rebentar em 1861, a Guerra Civil Americana (ou Guerra de Secessão) tinha como móvel menos a abolição da escravatura que a preservação da união dos estados e territórios americanos. O presidente Abraham Lincoln foi à guerra para defender a unidade norte-americana. Os governos europeus, conquanto jamais reconhecessem a Confederação oficialmente mantiveram-se solidários com sua causa. Esperavam que a fragmentação dos Estados Unidos tivesse como resultado a abertura de mercados para seus produtos manufaturados, da mesma forma como a dissolução do império espanhol representara uma vantagem para os interesses comerciais europeus. Contudo, a vitória do Norte em 1865 assegurou a continuidade do crescimento dos Estados Unidos como nação. A Décima-Quarta Emenda à Constituição declarava expressamente que todos eram cidadãos dos Estados Unidos, e não de um determinado estado ou território. Ao afirmar que nenhum cidadão poderia ser privado da vida, da propriedade ou da liberdade sem o devido processo legal, estabeleceu que o "devido processo" seria definido pelo governo nacional e não pelos governos estaduais ou territoriais.

Formação nacional no Ocidente

Os anos que se seguiram à Guerra Civil Americana assistiram à consolidação econômica do país, sob a direção da empresa privada nortista. O símbolo do triunfo do Norte como o formador da nação sobreveio com o assentamento do último trecho dos trilhos da Estrada de Ferro Union Pacific, uma ferrovia transcontinental, em 1869. A formação nacional, na Europa e nos Estados Unidos, ajudou a garantir a expansão contínua do capitalismo. O liberalismo proporcionara um clima geral de opinião e um conjunto de atitudes em relação ao governo que incentivaram a industrialização. A formação nacional, por seu turno, produziu as necessárias unidades econômicas: suficientemente grandes para gerar os meios com os quais sustentar o crescimento econômico; e suficientemente confiantes para que entrassem em concorrência com o Golias britânico.

Sexta Parte

O OCIDENTE COMO CENTRO DO MUNDO

Os anos que mediaram entre 1870 e 1945 encontraram o Ocidente no centro dos assuntos mundiais. A supremacia industrial da Europa ocidental e dos Estados Unidos dava-lhes um poder maior que o de qualquer nação ou império em épocas anteriores. No entanto, o domínio mundial não se fez absolutamente acompanhar por qualquer espécie de ordem mundial geral. O poderio econômico das nações ocidentais, conquanto as capacitasse, como conseqüência, a dominar os setores menos desenvolvidos do globo, levou-as também a preocupar-se com a possibilidade de que uma delas suplantasse as demais. O antigo sistema de equilíbrio de poder, que se destinava a preservar a paz ao garantir que nenhum país alcançasse um predomínio esmagador, às expensas dos vizinhos, foi submetido a tensões violentas, até o ponto de ruptura, através de rivalidades econômicas que adquiriram âmbito mundial. Entrementes, as tensões cresciam dentro de cada nação, à medida que os proprietários de terras e as classes médias, ante a ameaça de tumulto social, tentavam equilibrar o crescente clamor por concessões políticas com o desejo de manter o poder em suas próprias mãos. Por duas vezes nesse período, em 1914 e 1939, pressões internacionais e internas transformaram-se, explosivamente, em guerras globais. Essas guerras e suas conseqüências, geradas pelas rivalidades e erros de cálculo das nações ocidentais, minaram a tal ponto a força desses países que lhes tiraram daí em diante a condição de árbitros exclusivos dos destinos do mundo.

	POLÍTICA	CIÊNCIA E INDÚSTRIA
1870		Primeiro gerador elétrico comercialmente prático, 1870
		Processo siderúrgico Gilchrist-Thomas, década de 1870
	Comuna de Paris, 1871	
	Kulturkampf, 1872	
	Liga dos Três Imperadores, 1873	
	Constituição da III República Francesa, 1875	Teoria das doenças pelos germes, 1875
	Fim da Primeira Internacional, 1876	Invenção do telefone, 1876
	Congresso de Berlim, 1878	
	Tríplice Aliança, 1882	
	Conferência de Berlim, sobre imperialismo, 1885	
	Formação da Segunda Internacional, 1889	
	Pan-eslavismo, 1890-1914	
	Caso Dreyfus, 1894-1899	
		Descoberta dos raios X, 1895
	Guerra Hispano-Americana, 1898	Marie Curie, descoberta do rádio, 1898
	Guerra dos Bôeres, 1899-1902	Invenção do telégrafo sem fio, 1899
1900		
	Lenin, *Que fazer?*, 1902	
		Primeiro vôo de aeroplano, 1903
	Guerra Russo-Japonesa, 1904-1905	Ivan Pavlov, prêmio Nobel de fisiologia, 1904
	Revolução na Rússia, 1905	Einstein, desenvolvimento da teoria da relatividade, 1905-1910
	Tríplice Entente, 1907	
	Crise da Bósnia, 1908	Ford modelo T, 1908
	Revolta dos Jovens Turcos, 1908	
	Guerra dos Bálcãs, 1912-1913	
	Primeira Guerra Mundial, 1914-1918	
	Revolução Russa, 1917	
	Tratado de Versalhes, 1919	
	Revolução socialista na Alemanha, 1919	
1920	Liga das Nações, 1920-1946	
	Nova Política Econômica, Rússia, 1921	
	Marcha de Mussolini sobre Roma, 1922	
	Putsch da cervejaria, Hitler, 1923	
	Nova constituição, União Soviética, 1924	
	Acordos de Locarno, 1925	
		Descoberta de vírus, drogas à base da sulfa e da penicilina, década de 1930

ECONOMIA E SOCIEDADE	ARTES E LETRAS	
	Impressionismo na arte, 1870-1900	*1870*
Crescimento do capitalismo financeiro, década de 1880 Legislação do bem-estar social, Alemanha, 1882-1884		
	Zola, *Germinal*, 1885	
Lei Anti-Truste Sherman, Estados Unidos, 1890 Tarifa Méline, 1892	Ibsen, *Hedda Gabler*, 1890 Cézanne, *Os jogadores de baralho*, 1890-1892	
	G. B. Shaw, peças "agradáveis" e "desagradáveis", 1898	
Movimento sufragista feminino, Inglaterra, 1900-1914	Freud, *A Interpretação dos sonhos*, 1900	*1900*
Legislação de bem-estar social, França, 1904; 1910		
	Cubismo na arte, 1905-1930	
Legislação de bem-estar social, Inglaterra, 1906-1912		
	Proust, *Em busca do tempo perdido*, 1913-1918	
	Spengler, *O Declínio do Ocidente*, 1918 Fundação da Bauhaus, 1919	
Inflação alemã, década de 1920	Escritores da "geração perdida", 1920-1930 Surrealismo e dadaísmo, década de 1920 Wittgenstein, *Tractatus Logico-philosophicus*, 1921 T. S. Eliot, *A Terra devastada*, 1922 James Joyce, *Ulisses*, 1922	*1920*
Grande Depressão, 1929-1940		
	Neo-realismo na arte, década de 1930	

	POLÍTICA	CIÊNCIA E INDÚSTRIA
	Hitler, chanceler da Alemanha, 1933	Conferência econômica mundial, 1933
	New Deal, Estados Unidos, 1933-1940	
	A Itália conquista a Etiópia, 1935-1936	Programas nacionais de rearmamento, 1935
	Eixo Roma-Berlim, 1936	
	Guerra Civil Espanhola, 1936-1939	
	A Alemanha anexa a Áustria, 1938	
	Conferência de Munique, 1938	
	Pacto nazi-soviético, 1939-1941	Descoberta da fissão atômica, 1939
1940	Segunda Guerra Mundial, 1939-1941	
	Os Estados Unidos entram na guerra, 1941	
	Invasão da Normandia pelos Aliados, 1944	
	Bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, 1945	Primeiro teste de bomba atômica, 1945
	Fundação das Nações Unidas, 1946	

J. M. Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, 1936

Sartre, *O Ser e o nada*, 1943

Capítulo 24

O PROGRESSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO (1870-1914)

Conquistamos para nós um lugar ao sol. Será agora minha tarefa cuidar de que esse lugar ao sol seja nosso, inquestionavelmente (. . .)

– Kaiser Guilherme II, discurso, 1901

Uma segunda revolução industrial

Conquanto a maioria dos historiadores falem hoje de uma segunda revolução industrial, ocorrida depois de 1870, logo se apressam a ressalvar a expressão. Quaisquer que tenham sido as mudanças de técnica e de âmbito – e foram da maior importância – não se comparam com as que caracterizaram a primeira revolução, a Revolução Industrial por excelência. Há, no entanto, bons motivos para distinguirmos um segundo período de desenvolvimento e avanço industrial. O bem-sucedido processo de formação nacional viria a significar que os anos 1870-1914 se caracterizariam por um pronunciado aumento das rivalidades econômicas internacionais, culminando numa corrida por territórios imperiais na África e na Ásia. A Grã-Bretanha, se não chegou a verdadeiramente abrir mão de sua dianteira industrial nesse período, deixou de enfrentar com sucesso real os enérgicos e resolutos desafios da Alemanha e dos Estados Unidos à sua vantagem cada vez menor. Novas tecnologias, sobretudo nos campos da metalurgia, da química e da eletricidade, resultaram em novos produtos. Melhores padrões de vida provocaram uma maior demanda, que, por sua vez, aumentou o volume de produção. E a necessidade de maior produção exigiu uma significativa reorganização econômica, de modo a proporcionar uma oferta mais livre de capital e assegurar uma força de trabalho mais eficiente. São essas mudanças que distinguem a segunda etapa da industrialização da primeira e, por conseguinte, justificam que ela seja tratada em separado. No entanto, cumpre perceber que elas se originaram não só daquelas condições econômicas que foram o resultado da primeira etapa, mas também do clima político, social e cultural mais geral cuja história estivemos traçando.

Ao analisarmos o progresso da industrialização, examinaremos mudanças em três áreas principais: na tecnologia; no âmbito e na escala de

produção; e na reorganização do sistema capitalista. Por fim examinaremos o fenômeno do imperialismo de fins do século XIX, avaliando em que medida esse fenômeno pode ser atribuído ao aumento das rivalidades econômicas e industriais.

1. NOVAS TECNOLOGIAS

Novas técnicas na indústria do aço

Uma mudança tecnológica importantíssima desse período teve como conseqüência a produção em massa de aço. As vantagens do aço sobre o ferro – resultado do menor teor de carbono do aço – são a dureza, a maleabilidade e a resistência. O aço consegue manter o fio cortante em muitos casos em que isso é impossível ao ferro; pode ser trabalhado com mais facilidade do que o ferro, que é quebradiço e que, para ser usado industrialmente, quase sempre tem de ser fundido (isto é, despejado em formas). E o aço, devido à sua resistência em proporção ao peso e volume, constitui um material particularmente adaptável a fins de construção. Tais vantagens eram desde séculos reconhecidas por artesãos. Contudo, até o aço poder ser produzido de maneira barata e em massa, as vantagens eram mais teóricas que reais. Duas invenções, durante os primeiros anos da Revolução Industrial, haviam reduzido o preço do aço e aumentado sua produção. A técnica do cadinho, descoberta na Inglaterra no século XVIII, exigia o aquecimento de quantidades relativamente pequenas de minério de ferro ao ponto em que as impurezas pudessem ser eliminadas, o teor de carbono reduzido e uma proporção adequada do carbono distribuída uniformemente pelo produto acabado. Embora um cadinho não fosse grande, comportando em média não mais de 20 a 27kg, podia-se juntar o conteúdo de vários, de modo a produzir lingotes de aço de várias toneladas. Um século mais tarde, na década de 1840, dois alemães adaptaram o processo de pudlagem (*puddling*), usado na fabricação de ferro, à produção de aço. Embora não produzisse um aço tão duro quanto o obtido em cadinhos, reduzia-lhe o preço consideravelmente.

Sistemas Bessemer, Siemens-Martin e Gilchrist-Thomas

Entretanto, só com a invenção dos processos Bessemer e Siemens-Martin foi que o aço começou a competir com o ferro. Na década de 1850, um inglês, Henry Bessemer, descobriu que a injeção de um jato de ar através do metal derretido podia levar a um grau mais exato de descarbonização num tempo bem mais curto, e com quantidades de minérios muito maiores do que era possível com os métodos de cadinho ou de pudlagem. Bessemer logo descobriu, porém, que seus "conversores" eram incapazes de queimar e consumir quantidades suficientes de fósforo; e o fósforo, salvo em quantidades insignificantes, tornava o metal imprestável. Uma solução parcial era obtida com a introdução de minérios de hematita não fosfóricos. No entanto, essa solução não era viável na maioria dos países europeus, onde faltavam grandes depósitos de hematita. O mesmo problema atormentou os inventores alemães Frederick e William Siemens, cuja fornalha utilizava os gases residuais para aumentar o calor. Só quando Pierre Martin, um francês, descobriu que a adição de sucata de ferro à mistura induzia a adequada descarbonização foi que a fornalha Siemens pôde ser utilizada para produzir aço comercialmente. E só em fins da década de 1870 é que o problema da fosforescência foi solucionado tanto para o processo Bessemer quanto

para o Siemens-Martin. A solução era simples e foi descoberta por dois ingleses, um burocrata e um químico; Sidney Gilchrist Thomas e seu primo Sidney Gilchrist. Introduziram calcário no ferro fundido para se combinar com o fósforo, que era então extraído da mistura. E revestiram o conversor de modo a fazer com que a escória não lhe corroesse as paredes e devolvesse fósforo ao metal fundido.

Aumento da produção de aço

Juntos, esses três processos revolucionaram a produção de aço. Embora o uso do ferro não cessasse da noite para o dia, o aço logo ganhou a dianteira. Na indústria naval britânica, por exemplo, o aço havia suplantado o ferro em 1890. Em parte por ser o processo Siemens-Martin particularmente adequado à fabricação das chapas de aço usadas na construção naval, ele dominou a fabricação de aço na Grã-Bretanha, onde a construção naval era uma indústria de grande importância. O aço Bessemer, que podia ser produzido a preço menor e em usinas maiores era mais comum na Europa continental e nos Estados Unidos. O resultado foi um substancial aumento da produção de aço na Alemanha: em 1901 os conversores alemães eram capazes de verter uma média de 34.000 toneladas, em comparação com os 21.750 da Grã-Bretanha. Em 1914 a Alemanha estava produzindo duas vezes mais aço que a Grã-Bretanha, e os Estados Unidos o dobro da Alemanha.

Eletricidade

Um segundo avanço tecnológico, igualmente importante, teve como conseqüência a disponibilidade de força elétrica para fins industriais, comerciais e domésticos. As vantagens particulares da eletricidade resultavam de poder ser transmitida, na forma de energia, a longas distâncias, e de poder ser facilmente convertida em outras formas de energia — calor e luz, por exemplo. Embora a eletricidade já fosse conhecida desde antes da primeira Revolução Industrial, suas vantagens não poderiam ser aproveitadas sem uma série de progressos ocorridos durante o século XIX. Destes, alguns dos mais importantes foram a pilha química, inventada pelo italiano Alessandro Volta em 1800; a indução eletromagnética, descoberta pelo inglês Michael Faraday em 1831; o gerador eletromagnético, inventado em 1866; o primeiro gerador de corrente direta comercialmente prático, fabricado em 1870; e alternadores e transformadores capazes de produzir corrente alternada de alta voltagem, criados na década de 1880. Essas invenções fizeram com que ao fim do século fosse possível transmitir corrente elétrica a distâncias relativamente longas, a partir de grandes usinas elétricas. A força elétrica podia ser produzida pela água — e por isso a baixo preço — e transmitida de sua fonte ao lugar onde era necessária.

Utilizações da eletricidade

Assim que chegava a seu destino, a força era convertida e utilizada de mil formas. Logo os domicílios se tornaram um dos principais consumidores de força elétrica. A invenção da lâmpada de filamento incandescente, por Thomas Edison, foi crucial com relação a esse ponto. Assim que as habitações foram preparadas para receber a força que havia de ser transformada em luz, a demanda de eletricidade resultou numa maior expansão da indústria elétrica. Também na área industrial aumentava a demanda de força elétrica. Motores elétricos em breve passaram a movimentar metrôs, linhas de bondes e, por fim, ferrovias. A eletricidade possibilitou o desenvolvimento de novas técnicas nas indústrias metalúrgica e química. A eletricidade, além disso, contribuiu para transformar os métodos de trabalho das fábricas. Os pesados engenhos a vapor tinham obrigado ao uso de máquinas estacionárias; os motores

elétricos fizeram com que ferramentas motrizes relativamente leves pudessem ser transportadas, muitas vezes manualmente, ao local de uma determinada tarefa. O resultado foi uma flexibilidade muito maior em termos de organização fabril. Também as oficinas menores se beneficiaram, pois podiam utilizar motores e ferramentas elétricas.

Outros progressos tecnológicos

O aço e a eletricidade são apenas duas áreas importantes em que ocorreram mudanças tecnológicas. A indústria química progrediu significativamente devido a avanços na produção de álcalis e compostos orgânicos. A demanda de álcalis havia crescido com a demanda de sabões e têxteis, e também com mudanças no processo de fabricação de papel, que exigia grandes quantidades de branqueador. Uma técnica antiga, dispendiosa e ineficiente, muito utilizada pelos ingleses, foi superada depois de 1880 por um novo processo, aperfeiçoado pelo belga Ernest Solvay. O resultado, também neste caso, foi os alemães suplantarem os britânicos não só na produção de álcalis, mas também de ácido sulfúrico, um subproduto recuperável pelo processo Solvay e empregado na fabricação de fertilizantes, no refino de petróleo e na produção de ferro, aço e têxteis. No campo dos compostos orgânicos, o estímulo para novas descobertas foi dado pela demanda de pigmentos sintéticos. Embora os britânicos e os franceses tenham sido os pioneiros nessa área, os alemães também aqui os ultrapassaram por volta de 1900. Na virada do século, os alemães controlavam cerca de 90 por cento do mercado mundial.

Melhores motores

A necessidade cada vez maior de energia para atender à crescente demanda industrial levou não só aos já mencionados progressos no campo da eletricidade, mas também a aperfeiçoamentos e aumento da capacidade das máquinas a vapor. A mais importante invenção nessa área foi a turbina a vapor, que permitiu às máquinas a vapor funcionar a velocidades até então inatingidas. Também os motores de combustão interna apareceram nesse período. Sua maior vantagem estava na eficiência: podiam ser acionados automaticamente e não precisavam ser alimentados de combustível a mão, como as máquinas a vapor. Assim que surgiram os combustíveis líquidos – petróleo e gasolina – e sobretudo depois que se tornaram mais comuns, com as descobertas de campos petrolíferos na Rússia, em Bornéu e no Texas, por volta de 1900, os motores de combustão interna passaram a competir seriamente com a máquina a vapor. Em 1914 quase todos os navios haviam passado a usar óleo, em vez de carvão. Contudo, antes de 1914, tanto o automóvel como o avião, ainda simples curiosidades, tinham pouco impacto sobre o mundo industrial.

2. MUDANÇAS DE ÂMBITO E DE ESCALA

Aumento do consumo doméstico

É preciso lembrar que essas mudanças tecnológicas ocorriam concomitantemente com um aumento geral do padrão de vida da maioria da população do mundo ocidental – e, na verdade, em parte como resultado disso. Havia ainda, naturalmente, grande número de pessoas pobres, tanto nas cidades como no campo: biscateiros, desempregados e aqueles que trabalhavam em indústrias e ofícios em declínio. Os operários qualificados cujos rendimentos aumentaram em decorrência da deflação e dos maiores salários não conheceram nada semelhante à

melhoria de vida desfrutada pela maior parte da classe média. Tampouco poderiam esperar evitar de todo os períodos de desemprego que tornavam a vida tão caótica para muitos de seus companheiros não qualificados. No entanto, apesar dessas ressalvas, não há como negar que as pessoas gozavam um padrão de vida jamais igualado anteriormente. E esse maior padrão de vida produzia o aumento da demanda de bens de consumo.

Novos consumidores

O maior consumo de bens não era de modo algum uniforme; era maior nas áreas urbanas e industrializadas do que no campo. No entanto, mesmo no campo a parcimônia tradicional via-se ameaçada na medida em que os fazendeiros e suas mulheres viajavam de trem às cidades, viam coisas que não tinham imaginado poder possuir e então decidiam que deviam gastar as economias para possuí-las. Para atender aos novos consumidores, na maioria de classe média, as lojas de departamentos projetavam seus produtos e sua publicidade de modo a tornar o ato de comprar o mais fácil e convidativo possível. Grandes vitrinas mostravam mercadorias tentadoramente: liquidações periódicas encorajavam as pessoas a comprar "pechinchas"; catálogos e vendas a crédito facilitavam aos clientes gastar dinheiro sem sair de casa. O resultado foi um enorme aumento no volume de bens de consumo produzidos para esse mercado em rápida expansão. Bicicletas, relógios, utensílios domésticos, objetos de decoração – essas e muitas outras coisas passaram a ser fabricadas em grande quantidade, e com novos materiais (aço barato) e novas técnicas (força elétrica). Muitos desses produtos eram projetados com base no pressuposto correto de que as mulheres tornavam-se cada vez mais responsáveis pelas compras do lar. Por isso, os produtos eram desenhados de modo a atrair diretamente as mulheres ou as crianças pelas quais as mulheres eram responsáveis. A máquina de costura a pedal foi um caso particular – a primeira máquina doméstica. O norte-americano Isaac Singer, responsável pelo desenvolvimento do pedal e da agulha reta na década de 1850, era tanto um empreendedor como um inventor. Foi um pioneiro no campo da publicidade e da promoção comercial, encorajando as compras a prestações e criando cursos para costureiras.

A complexidade da mudança industrial

No entanto, as máquinas de costura tiveram um efeito muito maior do que mudar os hábitos das donas-de-casa. Eram baratas e leves, fáceis de instalar e de operar. Donos de ateliês podiam instalar várias, contratar um punhado de moças a salários baixíssimos e obter lucros produzindo roupas prontas para atender aos crescentes mercados. Esta foi somente uma das maneiras pelas quais a escala de produção alterou-se em fins do século XIX; a demanda e a tecnologia se aliavam para causar a mudança. Na metalurgia, a utilização do aço permitiu o corte rápido de moldes, que reduziam os preços e, por sua vez, estimulavam a fabricação de grande variedade de utensílios baratos de metal – panelas e caçarolas, por exemplo. A máquina de costura levou ao desenvolvimento de outros instrumentos que ajudavam a reduzir os custos na indústria do vestuário – abridores de casas, máquinas de fazer renda, ponteadores de couro. Enquanto que em 1850 um sapateiro levava dez horas para fabricar um par de sapatos a mão, ao fim do século um grupo de sapateiros levava apenas algumas horas para produzir dez pares, usando máquinas. Na indústria têxtil, motores aperfeiçoados duplicaram a velocidade dos teares e máquinas de fiar. Na indústria pesada,

prensas a vapor realizavam o trabalho de muitos homens, com mais precisão e rapidez. Equipamentos novos desse tipo eram caros. Por isso, na indústria pesada eram as companhias maiores que prosperavam; e ao prosperarem, tornavam-se ainda maiores.

Expansão e consolidação industrial

Em todos os países da Europa, assim como nos Estados Unidos, a palavra de ordem era expansão e consolidação. Isso aconteceu sobretudo na Alemanha, onde na indústria do ferro e do aço quase 75 por cento dos assalariados trabalhavam em fábricas de mil empregados ou mais, e onde mais de 90 por cento do equipamento elétrico era produzido em fábricas com mais de 50 trabalhadores. Assim, a maquinaria estava alterando a escala da manufatura em duas direções ao mesmo tempo. Na indústria de vestuário, os empresários podiam utilizar máquinas baratas para fazer com que pequenas oficinas operassem com lucro. Nas siderúrgicas, o custo dos novos equipamentos encurralava os pequenos concorrentes, com o resultado de que as fundições tornaram-se imensas.

Efeitos do aumento de escala sobre os trabalhadores: (1) reaprendizado

O aumento na escala da produção teve conseqüências importantes e muitas vezes perturbadoras para os trabalhadores. A mais óbvia foi a necessidade que tiveram homens e mulheres de reaprender seus ofícios. Eram obrigados a adaptar seus antigos conhecimentos às máquinas novas. Muitas vezes essa adaptação tinha como conseqüência uma perda de remuneração ou de prestígio, ou ambas as coisas. A maior parte do trabalho com máquinas não era especializado. Um aprendiz podia aprender um ofício mais ou menos em uma semana. Os trabalhadores que no passado haviam-se orgulhado de uma determinada qualificação e que tinham sido remunerados de acordo com sua capacidade de trabalho, tiveram de enfrentar o fato de que a mudança industrial não só os estava obrigando a reaprender como os estava forçando a reconhecer que suas novas "qualificações" – se assim podiam ser chamadas – não valiam grande coisa. Por exemplo, quando a própria máquina era capaz de cortar metal com precisão infinitesimal, a perícia de um operário passou a ser menos necessária. Mesmo quando os trabalhadores não eram obrigados a reaprender a fim de se ajustarem ao aumento da escala, com freqüência tinham de ajustar-se ao menos à reorganização e à racionalização das fábricas. Nos ofícios em que o transporte manual de materiais havia sido um fator importante para o custo dos produtos, a mecanização, realizada para reduzir esse custo, produzia uma espantosa série de mudanças. Guindastes elétricos, usados em conjunto com gigantescos ímãs nas indústrias de ferro e aço, aumentavam a rapidez com que as mercadorias podiam ser movimentadas e exigiam que os trabalhadores aceitassem quaisquer mudanças que sua adoção acarretasse.

(2) eficiência

Um segundo efeito da mudança de escala – e ainda mais importante que o primeiro – foi a constante exigência de mais eficiência. Quanto maior a escala da operação, mais importante se tornava eliminar o desperdício. Um minuto perdido na produção de dez pares de sapatos podia não fazer muita diferença se apenas cinqüenta pares eram produzidos por dia. Entretanto, se eram fabricados centenas, tornava-se fundamental, aos olhos da administração, fazer com que esses minutos não fossem perdidos. Nas fábricas em que havia sido gasto capital em máquinas novas, seus proprietários, cônscios do custo de seu investimento, aumentavam a produção a fim de obter lucro. Nas fábricas que

ainda empregavam equipamento mais antigo, os proprietários acreditavam que a única maneira de concorrer com as empresas modernizadas seria arrancar tudo quanto pudessem de suas máquinas menos produtivas. Em ambos os casos, os trabalhadores eram pressionados a produzir cada vez mais. Um resultado dessa busca de eficiência foi a reestruturação das escalas salariais. Antes desse período, embora tivessem ocorrido sérias disputas por salários, tanto o empresariado como os trabalhadores pareciam satisfazer-se com discutir remuneração com base na idéia tradicional de "um salário diário justo por um trabalho diário justo". Naturalmente, variavam as definições do que fosse "justo". Mas o nível do desempenho individual era em geral estabelecido pelo costume. O que os trabalhadores produziam durante um dia continuava a determinar a produção esperada. Entretanto, a partir de 1870 aproximadamente, as expectativas e os procedimentos começaram a mudar. Depressões econômicas periódicas, no último quarto do século XIX, levaram os lucros a cair em relação aos salários, o que fez com que os empregadores insistissem numa maior produtividade individual por parte de seus empregados. Já não bastava a estes trabalharem com a rapidez costumeira. Pedia-se agora aos trabalhadores que produzissem tanto quanto os empresários julgavam que fossem potencialmente capazes de produzir.

Administração científica

Mas quem determinaria esse potencial? Eis uma pergunta que perturbou as relações trabalhistas durante esses anos. Os empregadores, que estavam adotando instrumentos de precisão a fim de aumentar a produção, convenciam-se cada vez mais de que também a produção do trabalhador podia ser aferida com precisão semelhante. O mais famoso teórico da eficiência do trabalho e do que se chamava "administração científica do trabalho" foi o norte-americano Frederick W. Taylor (1865-1915). Taylor criou um sistema de três passos pelo qual a produção de um trabalhador podia ser medida "cientificamente"; segundo ele, tal sistema proporcionaria um método preciso para a determinação de escalas salariais. Primeiro, ele observava, cronometrava e analisava os movimentos dos trabalhadores, a fim de determinar quanto tempo era necessário para uma determinada tarefa. Depois, calculava os custos desses movimentos. Por fim, elaborava "normas", que todos os trabalhadores deveriam cumprir. Tais normas eram invariavelmente mais elevadas do que as que haviam prevalecido segundo as condições tradicionais.

Remuneração por tarefa

Para incentivar os trabalhadores a aceitarem esses padrões mais altos, Taylor recomendava a todos os industriais que adotassem a remuneração por tarefa (isto é, pagamento segundo a quantidade específica produzida), ao invés de salários horários ou diários. A remuneração por tarefa já se tornava corriqueira em muitas fábricas da Europa e dos Estados Unidos. Em teoria, ao menos, os trabalhadores não se opunham a esse método de pagamento; raciocinavam que sua única possibilidade de tirarem proveito da maior produção estava em serem pagos diretamente pelo que produzissem. Entretanto, ao lhes ser dito que sua remuneração não aumentaria a menos que cumprissem normas predeterminadas (e, em sua opinião, irreais) rebelavam-se. Argumentavam que os pagamentos eram fixados de acordo com o desempenho dos trabalhadores mais rápidos. Mesmo quando os trabalhadores ganhavam mais por concordarem com os novos índices, ressentiam-se contra a intromissão

da administração fabril no ritmo de sua vida. Apesar dessa oposição, a administração científica propagou-se por todo o Ocidente industrializado. Na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Europa continental, principalmente nas indústrias mecânicas, fábrica após fábrica abraçava o novo evangelho. Nos casos em que não conseguiam inteiramente introduzir "eficiência" nos processos de produção, as empresas procuravam racionalizar seus próprios procedimentos administrativos. Os departamentos de contabilidade se expandiram e foram incentivados a vigiar de perto o problema de controle de custos em todas as áreas de produção e distribuição. Tais reformas não foram mais que reflexo da busca geral de maior eficiência. Foram causadas pelo vasto aumento da escala de produção, pela necessidade de reduzir o desperdício sempre que possível e pelo desejo de extrair lucros máximos a partir da eliminação de movimentos desnecessários e de hábitos improdutivos.

3. O NOVO CAPITALISMO

O crescimento da incorporação

Reagindo à ampliação do âmbito de produção e às conseqüentes pressões no sentido de maior eficiência, as instituições do capitalismo começaram a se reorganizar em fins do século XIX. Até então, a maioria das firmas eram pequenas ou no máximo medianas; agora, à medida que as companhias cresciam e sua necessidade de capital aumentava, começaram a fundir-se. As leis de responsabilidade limitada, promulgadas na maioria dos países no decorrer do século, atuavam no sentido de estimular essa incorporação. "Responsabilidade limitada" significava que um indivíduo que possuísse ações de uma determinada empresa só podia ser considerado responsável na proporção de suas ações, no caso de falência da empresa. Assim garantidos, muitos milhares de homens e mulheres de classe média passaram a considerar o investimento em empresas uma maneira segura e financeiramente promissora de ganhar dinheiro. Surgiu assim uma classe de acionistas, produzida pela disposição dos governos de encorajar o capitalismo através de leis incentivadoras e pelo desejo de empresários de expandir suas atividades industriais a fim de atender à demanda crescente. Mais e mais companhias incorporavam-se. No processo, sua direção tendia a afastar-se do controle direto da família que as havia fundado ou de suas diretorias originais. Correspondentemente, cresceu a influência de banqueiros e financistas, muitas vezes residentes em cidades muito distantes das fábricas em que investiam. Tais homens não investiam seu próprio dinheiro, mas sim o de clientes; seu poder de estimular ou dissuadir o desenvolvimento de indústrias ou empresas estimulou uma espécie de capital "financeiro" impessoal.

Organização vertical

A organização empresarial em grande escala facilitou a disseminação da unificação industrial. Algumas indústrias (como, por exemplo, a do aço) combinavam-se verticalmente. Para assegurar a produção ininterrupta, as companhias siderúrgicas compravam minas de carvão e de ferro. Ao assim procederem, garantiam o abastecimento de matérias-primas a preços atraentes. Com freqüência as mesmas companhias de aço adquiriam o controle de empresas fabricantes de produtos de aço, como estaleiros navais e fábricas de material ferroviário. Agora, pois, não só dispunham de um estoque de matérias-primas mas também de um

mercado para seus produtos acabados – chapas de aço, trilhos, qualquer coisa. Tal integração vertical só era possível por existir dinheiro para investimento, através das instituições financeiras.

Organização horizontal: cartéis e trustes

Uma segunda forma de organização empresarial era a formação horizontal – o cartel, ou combinações de companhias que produziam o mesmo tipo de mercadorias, e que se reuniam com o propósito de controlar, e não de eliminar, a concorrência. Como seus produtos eram idênticos, podiam cobrar preço idêntico. As companhias envolvidas na produção de carvão e de aço eram especialmente adequadas à organização de cartéis, devido aos custos da capitalização inicial. É caríssimo construir, equipar e fazer funcionar uma fundição de aço; assim, havia relativamente poucas. E, sendo poucas, era mais fácil consorciá-las. Os cartéis eram particularmente fortes na Alemanha; tinham, porém, menos força na França, onde havia menor número de indústrias pesadas, onde a tradição da pequena firma familiar estava firmemente enraizada e onde prevalecia uma antiga oposição à concorrência na forma de competição ruinosa e, de modo geral, às guerras entre indústrias. Na Grã-Bretanha, embora se formassem alguns cartéis, a fidelidade à política de livre comércio fazia com que fosse difícil às companhias manter preços fixos. Como fazê-lo se não podiam excluir, através de tarifas alfandegárias, concorrentes estrangeiros desejosos de vender mais barato? A Alemanha abandonara a política de livre-câmbio em 1879; os Estados Unidos, onde os cartéis eram chamados trustes, fizeram o mesmo depois da Guerra de Secessão, embora aos poucos. A Grã-Bretanha, todavia, ateve-se ao livre-câmbio até o século XX.

Oposição aos cartéis e trustes

Os defensores dos cartéis argumentavam que a eliminação da concorrência conduzia a preços mais estáveis e a um nível de emprego mais contínuo. Observavam também que os cartéis quase sempre reduziam o custo de produção. Seus adversários, no entanto, indagavam se esses custos reduzidos se refletiam em menores preços ou se, como afirmavam, em maiores lucros para os acionistas. Os críticos dos cartéis eram veementes nos Estados Unidos, onde os chamados capitães de indústria, e sobretudo o financista J. P. Morgan (1837-1913) eram apontados como uma nova estirpe de barões feudais. Em 1890 o Congresso aprovou a Lei Sherman Anti-Truste, a fim de cercear a prática da combinação industrial. Contudo, a lei teve pouco efeito em retardar o processo, até a gestão presidencial de Theodore Roosevelt (1901-1906). Em todos os demais países do Ocidente, os cartéis e consórcios de vários tipos eram estimulados ou ao menos tolerados, como um estágio natural no desenvolvimento de um sistema capitalista, que, segundo se argumentava, estava distribuindo benefícios para todas as classes da sociedade.

J. P. Morgan

4. CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL: GRÃ-BRETANHA X ALEMANHA

Durante todo o período que estivemos examinando, a Grã-Bretanha e a Alemanha estiveram envolvidas em concorrência industrial. Em 1914, tanto os Estados Unidos como a Alemanha estavam superando a Grã-Bretanha em várias áreas. No entanto o desafio alemão era, para os britânicos, o mais significativo. A concorrência industrial com a Alema-

nha contribuiu para reformular as alianças políticas internacionais ao fim do século. A Grã-Bretanha, tomando medidas para se alinhar com seu inimigo tradicional, a França, contra os alemães, viu-se empenhada numa disputa de superioridade naval com estes; os britânicos estavam resolvidos a fazer com que nesse campo não perdessem sua antiga vantagem em relação ao desafiante.

A extensão do avanço da Alemanha

Até que ponto os alemães conseguiram superar os britânicos? Em 1914, a hegemonia industrial e comercial da Grã-Bretanha não estava de modo algum acabada. O volume de comércio dos alemães ao fim do século não passava de 60 por cento do volume do comércio dos britânicos. A Grã-Bretanha, industrialmente mais madura do que a Alemanha, estava deslocando recursos para o setor de serviços da economia, transferindo-os para áreas como a distribuição mais ampla de mercadorias. Foi em parte por esse motivo que a produção britânica de bens manufaturados apenas duplicou entre 1870 e 1913, em comparação com o aumento alemão de seis vezes. Tampouco se imagine que todas as áreas da indústria alemã estivessem funcionando como unidades eficientes, modernizadas e tecnologicamente avançadas. Para cada usina química moderna, para cada aciaria florescente, havia muitas oficinas menores nas quais a produção se fazia em escala pouco maior à doméstica. A despeito disso, contudo, o fato é que os alemães representavam uma forte ameaça para os britânicos. Mesmo antes de 1870 a Alemanha deixara de representar um fácil mercado para as manufaturas inglesas, pois os alemães atendiam às suas próprias necessidades. Depois daquele ano, os alemães começaram a exportar para o resto do mundo. Atacando mercados que os britânicos haviam considerado exclusividade sua, vendedores alemães promoviam mercadorias de sua pátria na Áustria, na América do Sul, na China e na própria Grã-Bretanha. Em áreas como a de produtos químicos orgânicos e equipamento elétrico, a Alemanha vendia mais que os britânicos em todo o mundo.

Motivos do atraso da Grã-Bretanha: (1) o problema da prioridade

Como explicar o sucesso alemão e, sobretudo, talvez, a incapacidade britânica de enfrentá-lo? Tentaremos responder em primeiro lugar a última pergunta. A Grã-Bretanha estava em dificuldades porque tinha sido a primeira nação a industrializar-se. Devido ao capital que haviam investido em fábricas e equipamentos mais antigos, os britânicos relutavam em entrar em novos campos ou explorar novos métodos. Por exemplo, como os britânicos haviam construído fábricas para produzir álcalis por um processo mais antigo e menos eficiente, viram-se na obrigação de continuar a produzir como antes mesmo depois da descoberta do processo Solvay. Ao invés de fazerem a mudança dispendiosa, os industriais britânicos tentaram tornar seu álcalis mais competitivo, reduzindo os custos e aumentando a eficiência dos trabalhadores. Mas depois que novos aperfeiçoamentos foram introduzidos na década de 1890, a produção britânica não conseguiu acompanhar a alemã e a norte-americana, e na verdade diminuiu. Os mesmos problemas aconteceram com o aço. Também nesta área a Grã-Bretanha foi prejudicada por seu pioneirismo. Como os britânicos tinham sido os primeiros a se industrializar, seus centros manufatureiros moldaram-se de acordo com a escala da produção do começo e em meados do século XIX. No fim do século havia necessidade de grandes áreas de terra, perto dos meios de transporte, para a instalação das usinas siderúrgicas. Devido ao congestionamento das suas cidades industriais os britânicos não podiam

construir usinas tão grandes quanto as da Alemanha ou dos Estados Unidos. Com isso, em 1900 as maiores siderúrgicas britânicas tinham o porte das medianas alemãs. Mesmo as novas fábricas construídas para outras finalidades industriais na Grã-Bretanha tinham apenas um terço do tamanho das construídas por sua maior rival. Como as usinas alemãs eram grandes e como, por conseguinte, representavam um grande investimento de capital, seus dirigentes faziam tudo quanto podiam para garantir-lhes uma operação eficiente. Racionalizavam os projetos e padronizavam componentes a um grau que os britânicos, com suas fábricas menores, julgavam desnecessário. As firmas menores tendiam a receber encomendas menores e mais especializadas, que não estimulavam a padronização. Embora essa padronização tenha sido realizada na Grã-Bretanha, em 1914, em algumas indústrias – sobretudo de ferro e aço –, em muitas outras continuou a ser mais exceção do que a regra.

(2) atitudes

A dianteira industrial britânica, que congelou suas áreas urbanas e lhes deu feição obsoleta, congelou também as atitudes britânicas. Por terem avançado tanto e tão depressa, os britânicos haviam-se tornado presumidos. Foi com relação à educação que mais claramente se refletiu essa atitude. Se as realizações da primeira Revolução Industrial – por exemplo, a máquina a vapor e a *spinning jenny* – haviam sido resultado do que se poderia chamar de curiosidade criativa, as da segunda revolução eram fruto de uma estreita e frutífera união da ciência pura e da tecnologia. O progresso dependia agora de uma força de trabalho em geral educada, de um conjunto treinado de mecânicos e de um grupo de técnicos com treinamento científico, além de um corpo de cientistas altamente treinados e criativos. A Alemanha estava produzindo essas pessoas; a Grã-Bretanha, não. Só em 1870 foi instituído na Grã-Bretanha um sistema de educação primária pública; e só dez anos depois ele se tornou obrigatório. Na Alemanha, o ensino obrigatório vinha desde o século XVIII. A classe governante britânica achava que a finalidade principal da educação era o controle social: ensinar um menino ou uma menina não apenas a ler e escrever, mas a aceitar seu lugar definido na estrutura social. Embora a educação elementar alemã fosse também autoritária em muitos sentidos, o fato de haver começado mais cedo e de estar ligada diretamente a sistemas de educação secundária incentivava o desenvolvimento de talentos; nesse sentido, era muito menos esbanjadora do que o sistema britânico. À medida que a Grã-Bretanha se atrasava na educação primária, atrasava-se no desenvolvimento de laboratórios científicos e tecnológicos e de centros de treinamento. Na Alemanha, o estado criou uma complexa rede de instituições técnicas; na Grã-Bretanha, elas quase não existiam antes da I Guerra Mundial.

Presunção

A fatuidade foi o principal motivo desse atraso. Os ingleses mostravam tendência para acreditar, equivocadamente, que a experiência prática e o treinamento profissional produziriam as qualificações necessárias para acompanharem as mudanças. Além disso, a alta burguesia britânica estava convencida de que o objetivo da educação não era criar tecnólogos criativos, mas sim "cavalheiros". Homens que haviam feito fortuna durante a primeira Revolução Industrial mandavam os filhos para internatos particulares e para as antigas universidades de Oxford e Cambridge, a fim de receberem uma educação de "cavalheiros" –

principalmente aprender latim e grego. Esses jovens, cujos talentos criativos poderiam ter sido canalizados para a ciência e a tecnologia, escolhiam carreiras na política ou na burocracia imperial ou nacional. O resultado foi um grave estreitamento da reserva de tecnólogos criativos e empresários dinâmicos. Havia menos homens do que na Alemanha ou nos Estados Unidos interessados em organizar os volumes cada vez maiores de capital necessário para a expansão industrial. Era mais fácil investir dinheiro no exterior do que empreender a revitalização de várias atividades no país. A desconfiança em relação ao novo, estimulada pela tendência de confiar na experiência prática do passado, impediu a Grã-Bretanha de enfrentar com eficiência o desafio alemão.

5. CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL: IMPERIALISMO

Uma economia global

A rivalidade entre a Grã-Bretanha e a Alemanha foi somente o mais claro aspecto da competição internacional durante as últimas décadas do século XIX. À medida que os países avançavam em sua industrialização, a busca de novos mercados os colocava em antagonismo direto. Uma das conseqüências disso foi o abandono por todos os países, exceto a Grã-Bretanha, do dogma do livre comércio. Como já vimos, os alemães rejeitaram a política de tarifas baixas em 1879. A Áustria e a Rússia já o tinham feito. A Espanha instituiu novas escalas de taxas de importação em 1877 e novamente em 1891. Na França, duas décadas de abandono gradual chegaram ao clímax com a aprovação da Tarifa Méline em 1892. Embora individualmente as nações procurassem isolar-se umas das outras dessa forma, a evolução da economia internacional determinava a ampliação e o desenvolvimento ainda maior de um sistema mundial e interdependente de manufatura, comércio e finanças. Por exemplo, a adoção geral, pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos, do padrão ouro fez com que as moedas do chamado mundo civilizado passassem a ser facilmente trocadas umas pelas outras, de acordo com um padrão comum – o preço internacional do ouro. Assim, os países que precisassem fazer importações dos Estados Unidos, por exemplo, não tinham de vender mercadorias diretamente àquele país. Podiam vender a países sul-americanos, trocar o dinheiro recebido por ouro e depois comprar dos norte-americanos.

Exportações "invisíveis"

Quase todos os países europeus, que dependiam de enormes quantidades de matérias-primas para manter sua taxa de produção industrial, importavam mais do que exportavam. Para evitar os crescentes déficits que de outra forma teriam resultado disso, confiavam em exportações "invisíveis", isto é, fretes, seguros e juros sobre dinheiro emprestado ou investido. O volume das exportações britânicas nessas áreas era muitíssimo maior que o de qualquer outro país. Londres era o mercado financeiro do mundo, era lá que os candidatos a empréstimos iam buscar capitais, antes de recorrerem a qualquer outra fonte. Em 1914 a Grã-Bretanha tinha 20 bilhões de dólares investidos no ultramar, contra 8,7 bilhões dos franceses e 6 bilhões dos alemães. A firma londrina Lloyds, uma companhia de seguros, tinha clientes em todo o mundo. A frota mercante britânica transportava os bens manufaturados e as matérias-primas de todas as nações mercantis. Era o volume de suas exportações "invisíveis" que permitia à Grã-Bretanha continuar fiel à dou-

trina do livre-câmbio enquanto todas as outras nações européias eram obrigadas a instituir tarifas alfandegárias.

A concorrência entre as principais potências econômicas desse mercado mundial afetava não só suas relações mútuas mas também suas relações com aquelas áreas menos desenvolvidas, das quais dependiam cada vez mais como fontes de matérias-primas e mercados. Algumas dessas áreas, como a Índia e a China, eram sedes de antigos impérios. Outras, como a África central, abrigavam sociedades tribais menos complexas. Entretanto, qualquer que fosse a natureza da civilização nativa, a intrusão da moderna ciência e tecnologia, do trabalho assalariado sistemático e de instituições financeiras e legais causava-lhes imensos transtornos. Embora arrastadas à economia mundial, essas áreas não extraíam dela os mesmos benefícios auferidos pelo Ocidente. As indústrias nativas, como a fiação e a tecelagem da Índia, não tinham a menor possibilidade de concorrer com os produtos fabris de Manchester. Pastores e caçadores africanos viam seus hábitos de vida serem desagregados pelas atividades de fazendeiros e mineiros europeus. Homens que ganhavam a vida como barqueiros e carroceiros perdiam seu meio de sustento para as estradas de ferro construídas pelos países ocidentais. Podiam surgir empregos novos; mas eram empregos de modelo ocidental, ditados por exigências econômicas ocidentais e ameaçados por desordens econômicas ocidentais. Os trabalhadores desse mundo emergente estavam assumindo, em grande parte, o papel de uma classe operária desqualificada global, sob a hegemonia do capitalismo ocidental.

Efeitos sobre a África e a Ásia

Diante dessa realidade global, é mais fácil compreender as configurações do imperialismo de fins do século XIX. Definiremos imperialismo simplesmente como a dominação de um povo por outro. De acordo com essa definição, o imperialismo existira durante todo o século XIX. Os franceses haviam dominado a Argélia; os britânicos, a Índia. Em outras partes do mundo, não governadas diretamente por potências européias, elas muitas vezes exerciam uma influência indireta, tão poderosa que impedia a resistência pelos "nativos". Quando o Ocidente "abriu" a China ao comércio, a partir de 1834, deixou os chineses na direção nominal de seu estado, mas assegurou-se de que os negócios seriam conduzidos para vantagem sua e dentro de sua "esfera de influência". Da mesma forma, a Grã-Bretanha acrescentou a seu império "informal" países da América do Sul, da África e do sul e leste da Ásia.

Definição de imperialismo

Com o passar do tempo, e à medida que cresciam as rivalidades, as potências européias agiam com mais freqüência e determinação no sentido de controlar tanto os governos como a economia das nações e territórios subdesenvolvidos. Ainda que as principais razões para o novo imperialismo fossem de ordem política e econômica, o apoio à política imperialista era motivado por inúmeros sentimentos. Alguns argumentavam que era dever da Europa civilizar – ou cristianizar – as partes "bárbaras" ou "gentias" do globo. Combater o tráfico de escravos, a fome, a falta de higiene e o analfabetismo parecia a muitos razão legítima para invadir o coração da África e as selvas da Ásia. Centenas de europeus renunciaram a uma confortável vida burguesa para participarem do que era, inquestionavelmente, uma missão altruísta. Outros apoiavam o imperialismo porque essa política lhes permitia celebrar o poder da

Motivações do novo imperialismo

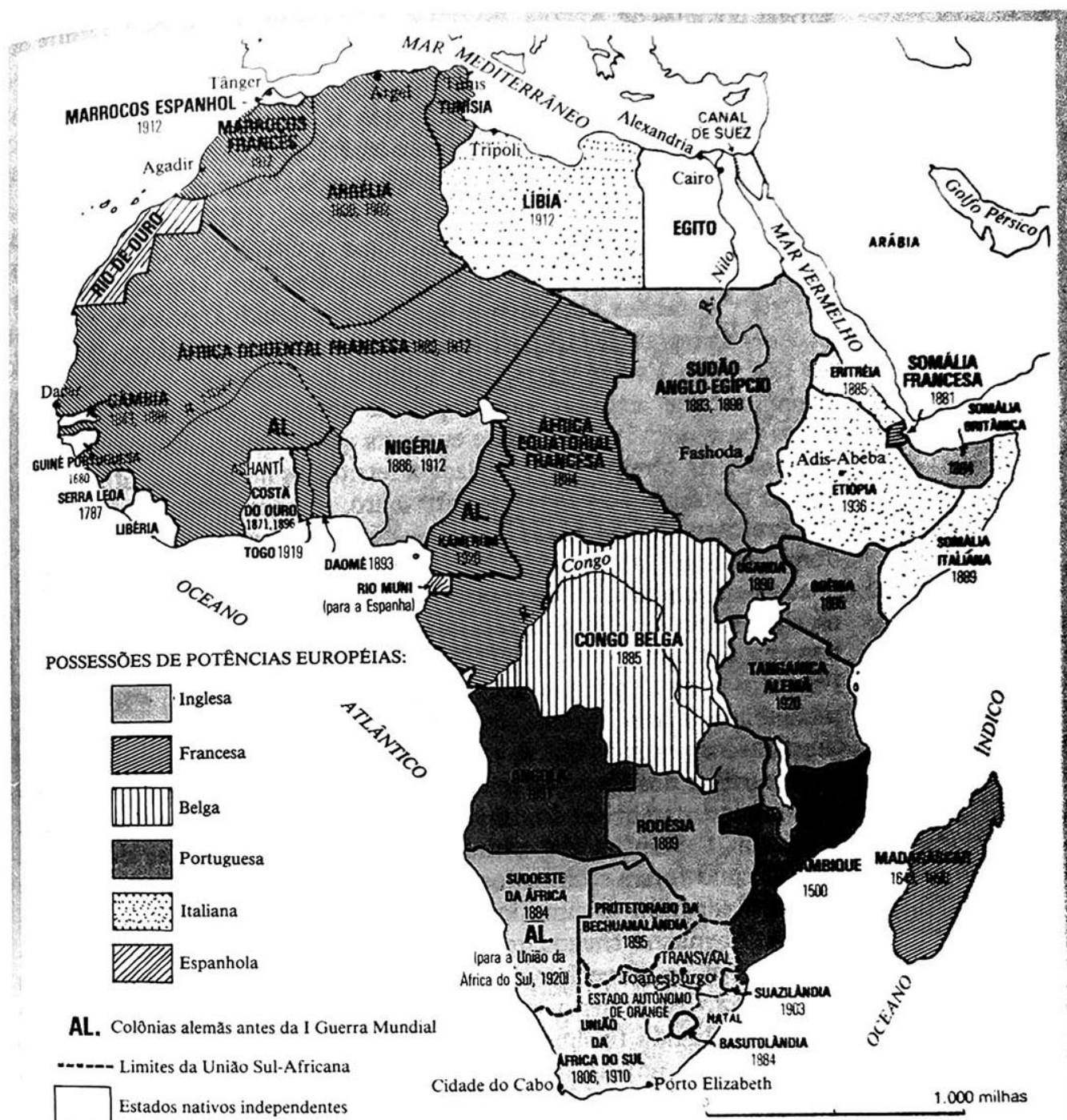
pátria. Homens, mulheres e crianças rejubilavam-se em poder apontar, num mapa, aquelas áreas remotas coloridas com a cor de seu país. De certo modo era tranqüilizador saber que o sol jamais se punha sobre o Império Britânico.

A política do imperialismo

Não obstante, embora recebessem com prazer qualquer apoio, viesse de onde viesse e pelo motivo que fosse, os que estavam encarregados do processo de construção do império decidiam a política em reação a uma combinação de considerações políticas e econômicas, e como corolário ao processo de formação nacional. A segurança nacional e a preservação de um equilíbrio geral de poder eram questões que nunca estavam distantes do pensamento e do planejamento dos políticos. A dominação do Egito pelos britânicos na década de 1880 foi resultado, em grande medida, do medo do que poderia ocorrer no Oriente Próximo se grandes porções do decadente Império Otomano caíssem nas mãos dos russos. A Grã-Bretanha havia adquirido 44 por cento das ações da Companhia do Canal de Suez em 1875 e considerava essa via como uma passagem estratégica para o Oriente. O canal havia sido construído pelos franceses, sob a direção do engenheiro Ferdinand de Lesseps. Iniciado em 1859 e terminado em 1869, esperava-se que ele ajudasse a França em seu projeto de expansão comercial para o Oriente. A Grã-Bretanha obteve suas ações junto ao perdulário quediva (vice-rei) do Egito numa época em que ele estava ameaçado de bancarrota. Quando, em 1882, rebeldes nacionalistas protestaram contra a contínua intervenção da Grã-Bretanha nos assuntos internos do Egito, os britânicos alegaram que não tinham alternativa senão bombardear o porto de Alexandria e colocar o governante egípcio sob sua proteção. A presença britânica no Egito e a disposição do governo de Londres em apoiar as pretensões egípcias ao Alto Nilo preocupavam os franceses, que passaram a temer que a Grã-Bretanha viesse a dominar politicamente todo o continente africano. Dispondo-se a corrigir o que viam como um grave desequilíbrio político, os franceses desafiaram os britânicos, e em Fashoda, no Sudão, chegaram perto da guerra em 1898. Entretanto, a Grã-Bretanha e a França preferiram evitar o conflito. A luta de poder em torno do canal de Suez, do Egito e do Sudão constitui exemplo excelente da maneira como a política internacional se relacionava diretamente ao avanço do imperialismo.

A economia do imperialismo

Também importantes como explicação do imperialismo são as realidades da economia mundial em fins do século XIX. Há quem tenha argumentado que o imperialismo foi resultado da necessidade que tinha a Europa ocidental de investir capitais excedentes. Esse argumento faz algum sentido quando aplicado à Grã-Bretanha: cerca de metade de um total de 20 bilhões de dólares em investimentos no estrangeiro encontrava-se aplicado dentro de seu império. No entanto, esse argumento não explica as ambições imperiais dos alemães e franceses, que dispunham de muito menos capital para investir e que investiam aquele de que dispunham em atividades não imperialistas. Só uma pequeníssima parcela do capital alemão estava investido nas colônias alemãs em 1914; no caso da França, apenas um quinto. Os franceses tinham mais capital na Rússia (na esperança de estabilizar esse aliado contra os alemães) do que em todas suas possessões coloniais.

Uma razão econômica mais importante para a expansão colonial estava na contínua necessidade européia de importações. A demanda de

IMPERIALISMO NA ÁFRICA ÀS VÉSPERAS DA II GUERRA MUNDIAL

matérias-primas, muito mais do que a necessidade de gastar capitais excedentes, tornavam as colônias um investimento necessário e o imperialismo, por conseguinte, uma política conveniente. Decerto a Europa, e principalmente a Grã-Bretanha, continuava a necessitar cada vez mais de mercados para bens manufaturados. No entanto, as áreas em que as nações imperialistas penetraram depois de 1870, ainda que proporcionassem às metrópoles coloniais a oportunidade de aumentar um pouco as exportações, em geral eram demasiado pobres para responder plenamente às necessidades de mercado da indústria européia. Em 1914, apesar do imperialismo, os países industrializados continuavam a ser os melhores clientes deles mesmos. A economia, apesar de ser boa explicação para a ascensão do imperialismo, não foi a única.

A necessidade de importações

A competição colonial concentrou-se na África. Os alemães investiam do leste; os franceses, do oeste. Os portugueses planejavam ligar as

A colonização da África

antigas colônias de Angola, no oeste, e Moçambique, a leste. Dentre os mais ativos colonialistas europeus durante esse período inicial de colonialismo no século XIX, conta-se um grupo belga, financiado particularmente, sob a liderança do rei Leopoldo II. Em associação com H. M. Stanley, jornalista e explorador norte-americano, Leopoldo e um grupo de financistas fundaram em 1878 a Associação Internacional do Congo, que negociou tratados com régulos locais com o fito de abrir a bacia do rio Congo à exploração comercial. Uma conferência, convocada em Berlim no ano de 1885 e à qual compareceram representantes da maioria das nações européias e dos Estados Unidos, procurou estabelecer certas regras básicas para o jogo da aquisição imperialista. O Congo foi declarado Estado Livre, sob a tutela de Leopoldo II (o primeiro exemplo desse artifício, que depois se tornaria comum, de proteger povos "atrasados"). Uma nação européia que tivesse possessões na costa africana teria direitos de prioridade a territórios no interior, atrás dessas regiões costeiras. Tais direitos, entretanto, só podiam ser mantidos pelo que era chamado ocupação "real" – ou seja, a presença de administradores ou de tropas. A corrida havia começado! A ocupação era acompanhada pela exploração dos trabalhadores nativos. Os acordos feitos com os chefes locais, adulados pelos europeus, autorizavam o emprego de homens e mulheres em condições pouco melhores que a escravidão. Forçados com freqüência a viver separados das famílias, os africanos sucumbiam a um sistema que erradicava os antigos costumes sem substituí-los por nada que se assemelhasse a uma nova civilização.

A corrida em busca de territórios

A partilha dos despojos territoriais prosseguia velozmente. Os portugueses aumentaram seu domínio em Angola e Moçambique. Os italianos invadiram a Somália e a Eritréia. Tentaram estender esse domínio à Etiópia, mas foram rechaçados por um exército de 80.000 etíopes, no primeiro exemplo de uma importante vitória de africanos sobre brancos. A Alemanha chegou relativamente tarde ao jogo, pois Bismarck relutava em se empenhar numa atividade que, acreditava ele, traria pouco lucro ao império, quer política, quer economicamente. Entretanto, concluindo finalmente que não podiam dar-se ao luxo de permitir que outras potências dividissem o continente entre si, os alemães fundaram colônias na África Oriental Alemã, no Camarões e no Togo, na costa oeste, bem como no Sudoeste Africano, um território desértico e sem valor econômico. Os franceses controlavam grandes áreas na África Ocidental, assim como o porto de Obok, no Mar Vermelho. Foi com a finalidade de proteger seu plano de uma ligação leste-oeste que os franceses haviam-se arriscado a desafiar os ingleses em Fashoda. Esse plano, porém, colidiu com a necessidade que tinha a Grã-Bretanha de dominar o Egito, bem como com seus planos de uma ligação norte-sul através do continente africano.

A Guerra dos Bôeres

Cecil Rhodes, empreendedor e visionário imperialista, promoveu a idéia de uma ferrovia Cidade do Cabo-Cairo tanto antes como depois de assumir o cargo de primeiro-ministro da Colônia do Cabo em 1890. No sul, entretanto, suas intenções foram frustradas pela presença de duas repúblicas independentes e contíguas, o Transvaal e o Estado Livre de Orange, habitadas por descendentes dos primeiros colonizadores holandeses da África do Sul. Esses bôeres – palavra holandesa que significa "fazendeiros" – haviam fugido dos britânicos na Colônia do Cabo e se instalado em suas propriedades agrícolas, em oposição ostensiva ao

"*O Colosso de Rhodes*". A ambição de Cecil Rhodes, uma força enorme apoiando o imperialismo britânico na África do Sul, é satirizada nesta caricatura.

espírito de pirataria e exploração dos aventureiros econômicos britânicos que os haviam expulsado do Cabo. Quando, em 1886, descobriram-se diamantes e ouro no Transvaal, cresceu a tensão entre os britânicos e os bôeres. Ao chegarem os prospectores e empresários britânicos, os bôeres recusaram-se a aprovar leis que permitissem a exploração de seus recursos por companhias estrangeiras. Além disso, tributavam pesadamente os comerciantes sem licença. Rhodes, em represália, tentou forçar uma guerra com as repúblicas. Sua primeira tentativa, o envio de uma força de voluntários irregulares sob o comando do Dr. L. S. Jameson, em 1895, não conseguiu provocar um conflito, mas precipitou uma onda de censuras contra os ingleses por atacarem um vizinho pacífico. Rhodes foi obrigado a demitir-se do cargo de primeiro-ministro da Colônia do Cabo em 1896. A guerra rebentou em 1899. Contudo, não saiu como desejavam os britânicos, pois os bôeres mostraram-se combatentes valorosos. Foram necessários três anos para se chegar a um armistício, e mais muitos meses e o recurso a métodos brutais, como campos de detenção e incêndio de fazendas, para dobrar os resistentes republicanos. A principal conseqüência da Guerra dos Bôeres foi reduzir a estatura da Grã-Bretanha aos olhos de seus próprios cidadãos e do mundo.

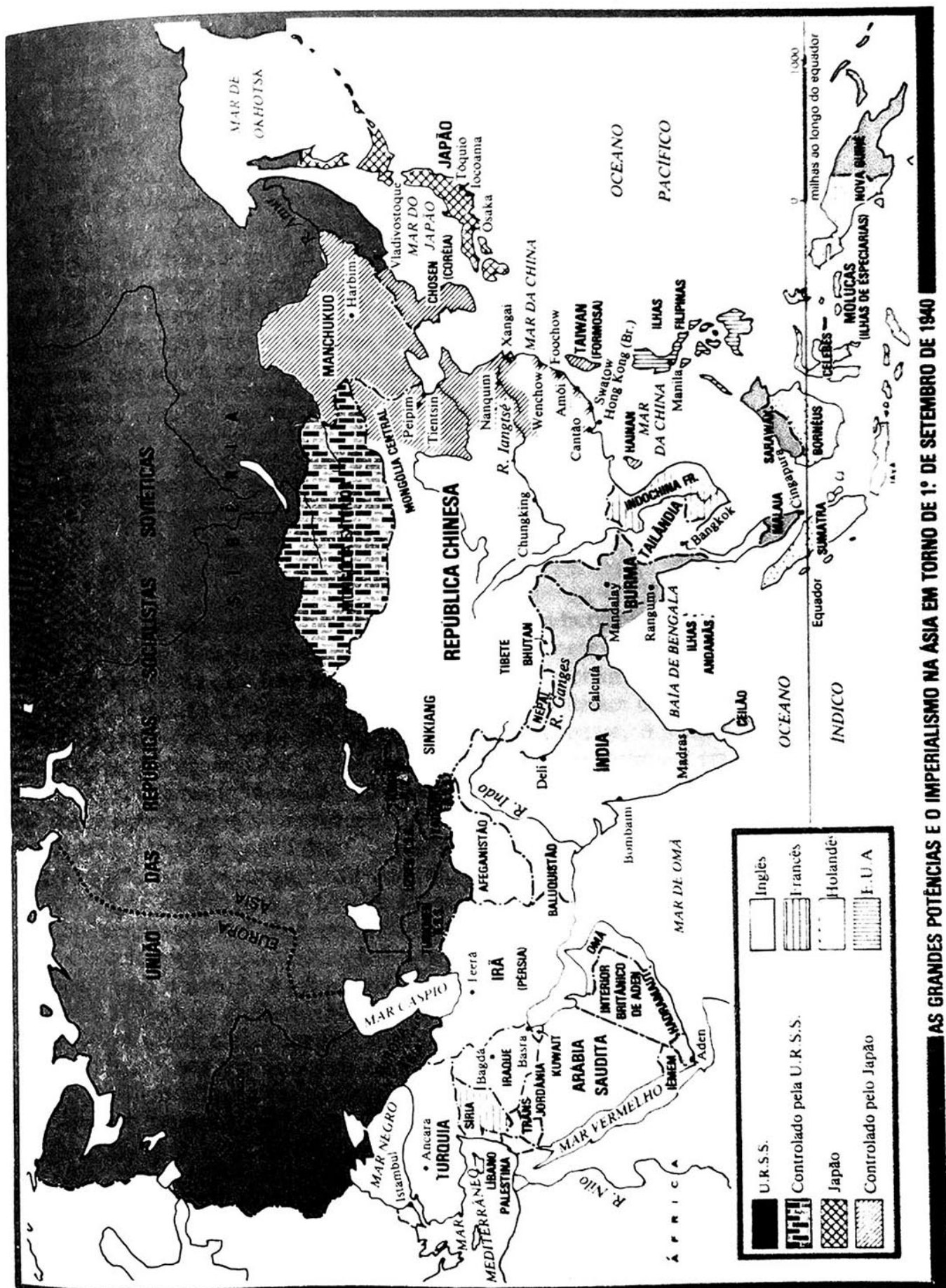
A crônica imperialista da Grã-Bretanha na Índia foi mais positiva do que na África. O domínio "informal" da Companhia das Índias Orien-

Comandos bôeres sob Louis Botha. Botha tornou-se Primeiro-Ministro da União Sul-Africana após a Guerra dos Bôeres.

tais, uma sociedade com fins lucrativos, se mostrara ineficiente em 1875, quando tropas indianas e grande número de outras pessoas insatisfeitas no subcontinente organizaram a rebelião que os ingleses preferiram chamar de "Motim Indiano", mas que foi na realidade um desafio muito mais sério e profundo ao controle estrangeiro. Daí em diante, os britânicos resolveram que governariam diretamente. Ao mesmo tempo, porém, decidiram que o fariam através das classes superiores indianas, e não, como no passado, em oposição a elas. Embora o ensino nas escolas de patrocínio britânico continuasse a ser ministrado em inglês, os costumes locais passaram a ser tolerados, o que não acontecia antes, e os príncipes e suas burocracias foram incorporados como protetorados ao sistema geral de governo. Surgiu assim, em fins do século XIX, uma classe de funcionários públicos e negociantes ocidentalizada (mas, no entanto, devotadamente indiana) treinada pelos britânicos mas sem qualquer senso de obrigação para com seus tutores. Foi esse grupo que proporcionou a liderança para o movimento nacionalista que viria a desafiar o domínio britânico na Índia em meados do século XX.

Os ingleses na Índia

Em outras partes do mundo, as nações ocidentais apressaram-se em plantar colônias naqueles territórios que prometiam recompensas econômicas ou estratégicas. Grã-Bretanha, França, Alemanha e Países Baixos – todos esses países reivindicaram possessões nas Índias Orientais, sendo que os holandeses alcançaram ali uma hegemonia geral em 1900. A China deixou-se prejudicar por uma série de tratados comerciais: entre os predadores da China estava seu vizinho, o Japão, a única nação não ocidental que foi capaz de modernizar-se no século XIX. Os Estados Unidos faziam um jogo duplo. Agiam como defensores dos países subdesenvolvidos do Hemisfério Ocidental quando estes eram ameaçados pela Europa; no entanto, dispunham-se, sempre que isso lhes convinha, a cair como aves de rapina sobre seus vizinhos, quer "informalmente" ou formalmente. Quando, no fim do século, o débil contro-

O imperialismo em outras partes do mundo

AS GRANDES POTÊNCIAS E O IMPERIALISMO NA ÁSIA EM TORNO DE 1º DE SETEMBRO DE 1940

le da Espanha sobre suas colônias no Caribe e no Pacífico estimulou manifestações de rebelião, os Estados Unidos intervieram para proteger seus investimentos e garantir sua segurança marítima. Declararam e venceram uma guerra contra a Espanha em 1898, sob falsos pretextos. No mesmo ano, os Estados Unidos anexaram Porto Rico e as Filipinas e estabeleceram um "protetorado" sobre Cuba. Quando o Panamá, colônia da Colômbia, ameaçou rebelar-se em 1903, os norte-americanos rapidamente apoiaram os rebeldes, reconheceram o Panamá como uma república e logo tomaram medidas para lhe conceder proteção, enquanto construíam o canal do Panamá em terrenos cedidos pelo novo governo. A intervenção em Santo Domingo (São Domingos) e no Havaí comprovou que os Estados Unidos não eram menos potência imperial do que as nações da Europa ocidental. Juntos, esses países haviam conseguido lançar sobre o mundo, ao fim do século, um manto unificador como nunca acontecera antes. O poderio militar e econômico com que haviam realizado tal façanha significava que, ao menos por ora, seriam os senhores do mundo.

Capítulo 25

O DESAFIO À CLASSE MÉDIA

Já é passado o tempo de ataques de surpresa, de revoluções realizadas por pequenas minorias conscientes à testa de massas inconscientes. Quando a questão é uma completa transformação da organização social, as próprias massas têm de participar, têm de já haver compreendido o que está em jogo, pelo que estão lutando, de corpo e alma.

– Friedrich Engels, *As Lutas de classe na França, 1848-50*

As dimensões do desafio

A contínua expansão do capitalismo estimulou a burguesia a acreditar, em fins do século XIX, ser ela a chave necessária para o progresso da raça humana. Ao mesmo tempo, porém, essa convicção era desafiada de várias direções. Em cada um desses casos, os desafios questionavam pressupostos que constituíam, quase, o núcleo da consciência burguesa. A doutrina socialista, que pela primeira vez era propagada amplamente, declarava que o capitalismo era uma ameaça, e não um benefício, para a sociedade. Novas teorias científicas – principalmente a teoria evolucionista – afirmavam que a chave para o progresso não eram os cuidadosos planos da humanidade, e sim o acaso. Os psicólogos descobriam o irracionalismo dos seres humanos e os filósofos descreviam seu supremo desamparo. A pintura, a poesia e a música proclamavam uma revolução de artistas em nome da idéia de arte pela arte, e não pela edificação de um público burguês. Juntas, essas várias correntes intelectuais e culturais ameaçavam a idéia de que a sociedade progrediria com mais êxito sob os auspícios burgueses, ajustando seu rumo em conformidade com preceitos morais e econômicos burgueses e depositando sua fé na importância e na inevitabilidade do contínuo progresso material.

1. O DESAFIO DO SOCIALISMO

Marx na Inglaterra

A história do socialismo na segunda metade do século XIX é, em grande parte, a biografia de seu mais famoso propagandista e teórico, Karl Marx (1818-1883). Marx era, a um só tempo, pensador social e líder político. Em certas épocas, a teoria ditava-lhe as ações; em outras, os acontecimentos políticos levavam-no a alterar a doutrina. Mas esteve

sempre no centro do movimento socialista, cujo rumo era determinado tanto por sua paixão moral como por suas pesquisas eruditas. O fato de Marx haver exercido influência tão contínua é particularmente notável por duas razões. Em primeiro lugar, embora fosse alemão, ele viveu de 1849 até sua morte em Londres, exilado da corrente principal do socialismo continental, num país cuja tolerância em relação aos socialistas era sinal de estar relativamente imune às suas doutrinas. Em segundo lugar, Marx não era um líder que rapidamente granjeasse a confiança das pessoas. Sua natureza anti-social devia-se, em parte, à pobreza em que se via forçado a viver. Ele e a família eram mantidos vivos por doações em dinheiro de seu fiel amigo e colaborador, Friedrich Engels, que havia ido trabalhar na companhia têxtil do pai, em Manchester, e pelo que recebia por períodos ocasionais como jornalista político – durante algum tempo Marx foi correspondente do *New York Tribune*.

O Capital

Durante as décadas de 1850 e 1860 Marx trabalhou com afinco para produzir sua análise definitiva da economia capitalista, *O Capital*, cujo primeiro volume foi publicado em 1867. Nele, Marx desenvolvia as teorias enunciadas em seus primeiros tratados de economia. Descrevia, com minúcias, os processos de produção, troca e distribuição, tal como funcionavam no sistema capitalista. Afirmava que, no capitalismo, negava-se aos trabalhadores sua legítima parcela dos lucros. O valor de qualquer bem manufaturado, dizia Marx, era determinado pelo volume de trabalho necessário para produzi-lo. Entretanto, os operários eram contratados a salários cujo valor era muito inferior ao valor dos bens que produziam. A diferença entre o valor dos salários dos trabalhadores e o valor de seu trabalho (o preço de venda) era embolsada pelos capitalistas, aos quais, segundo Marx, cabia mais do que uma parcela justificável do preço de venda. Essa chamada teoria do valor-trabalho, tomada de empréstimo a uma doutrina um tanto semelhante, defendida por Ricardo e outros economistas clássicos, constituía a base da afirmativa de Marx segundo a qual a classe trabalhadora estava fadada a sofrer sob o regime capitalista. Como os trabalhadores eram forçados a vender seu trabalho, tornavam-se nada mais que mercadorias no mercado econômico.

Enquanto os capitalistas se recusassem a pagar salários mais próximos ao valor-trabalho dos produtos feitos por seus empregados, estes permaneceriam explorados. Marx pregava que, no capitalismo, a única classe que produzia mais riqueza do que desfrutava era a classe trabalhadora, o proletariado. À burguesia, que possuía os meios de produção e era capaz, por isso, de apropriar-se daquilo que legitimamente pertencia aos trabalhadores, interessava manter o *status quo*; daí sua disposição de utilizar instituições políticas, sociais, religiosas e legais para manter o proletariado em seu lugar.

Marx como profeta

Marx previa que o capitalismo acabaria por autoliquidar-se. Argumentava que, com o passar do tempo, a competição por mercados obrigaria à formação de conglomerados industriais e financeiros cada vez maiores. Ao ser alijada por conglomerados mais poderosos, a classe empresarial menor (a pequena burguesia) se juntaria ao proletariado, até que a sociedade se assemelhasse a uma vasta pirâmide, com um proletariado muito ampliado na base e uma força antagônica de alguns pode-

rosos capitalistas no vértice. Nesse ponto, dizia Marx, o proletariado se ergueria em revolução contra o que restasse da burguesia.

Depois que o capitalismo houvesse recebido seu golpe de morte nas mãos dos trabalhadores, seria seguido por uma fase de socialismo, que teria três características: a ditadura do proletariado; remuneração de acordo com o trabalho executado; e propriedade e operação, pelo estado, de todos os meios de produção, distribuição e troca. No entanto, o socialismo deveria ser apenas uma transição para algo maior. Com o tempo seria sucedido pelo comunismo, a meta da evolução histórica. O comunismo significaria, antes de mais nada, a sociedade sem classes. Ninguém viveria de propriedades, mas tão-somente do trabalho. O estado então desapareceria, relegado ao museu de antiguidades, "juntamente com o machado de bronze e a roda de fiar". Nada o viria substituir, exceto associações voluntárias encarregadas de operar os meios de produção e prover as necessidades sociais. A *essência* do comunismo era a remuneração de acordo com as necessidades. O sistema salarial seria inteiramente abolido e os cidadãos deveriam trabalhar de acordo com sua capacidade, com o direito de receber, do fundo total de riqueza produzida, um quinhão proporcional às suas necessidades.

O advento do comunismo

Dez anos depois de sua publicação, *O Capital* havia sido traduzido para o inglês (Marx escreveu em alemão), o francês, o russo e o italiano. A obra tornou-se o ponto de convergência teórico para um crescente grupo de socialistas que se opunham ao mundo que havia sido construído pela burguesia. Durante algum tempo ela insuflou vida numa organização de trabalhadores continentais e britânicos que havia sido fundada em Londres em 1864: a Associação Internacional dos Trabalhadores, geralmente denominada a Internacional. A entidade fora formada com o propósito expresso de forjar uma aliança internacional da classe trabalhadora, a fim de derrubar o capitalismo e abolir a propriedade privada. Coube a Marx proferir o discurso inaugural, no qual pregou que os trabalhadores tinham de conquistar o poder político para algum dia poderem escapar à sua servidão industrial. Antes disso, várias dificuldades haviam impedido a formação de uma organização de trabalhadores com orientação radical. Havia, antes de tudo, o medo da represália oficial. Em segundo lugar, o ritmo irregular da industrialização em toda a Europa fazia com que os trabalhadores de um país compreendessem mal a difícil situação de seus companheiros em outras nações. Por fim, o período posterior a 1850 fora marcado por um aumento da prosperidade geral que levava os trabalhadores com maior qualificação – e com maior consciência política – a renunciar às metas revolucionárias e buscar o objetivo mais imediato de conciliação com os políticos burgueses. As negociações dos socialistas alemães com Bismarck (ver Capítulo 26, seção 1) foram exemplo disso. Entretanto, a determinação de um pequeno grupo de dedicados socialistas radicais superou temporariamente as dificuldades e permitiu a fundação da primeira associação internacional de trabalhadores.

A Primeira Internacional

Marx assumiu imediatamente a direção da Internacional. Procurou excluir os moderados de seus conselhos e denunciou os socialistas alemães, bem como seu líder, Ferdinand Lassalle (1825-1864), por fazerem acordos com Bismarck. O dever dos socialistas, afirmava Marx, não era associar-se ao estado, mas sim derrubá-lo. Ao mesmo tempo,

Lassalle e Bakunin

Marx combatia as doutrinas do anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876), que se opunha à idéia socialista de que os males sociais eram produto do capitalismo. Para ele, o estado era o grande vilão e Bakunin pregava sua destruição imediata através de atos isolados de terrorismo. Além disso, era contrário à centralização dentro da Internacional, preconizando, antes, uma espécie de autonomia federal para cada grupo nacional de trabalhadores. Para Marx, essas idéias individualistas representavam nada mais que o retorno a uma espécie de rebelião primitiva, heróica, mas em última análise infrutífera. Conseguiu fazer com que Bakunin fosse banido da Internacional em 1872. A organização prosperou durante algum tempo, na década de 1860. Em vários países, muitos sindicatos foram persuadidos a aderir a essa campanha unida que pregava a revolução e, através da aplicação de pressão, tanto nas urnas eleitorais como nas fábricas, parecia prometer ao menos maiores salários e menor jornada de trabalho. Sob a direção de Marx, a Internacional foi um órgão altamente organizado e rigidamente controlado, muito mais eficiente do que qualquer organização socialista anterior.

Os problemas da Internacional

No entanto, em 1876 ela deixara de existir. Apesar da capacidade de Marx como organizador autoritário, durante toda sua existência a Internacional teve de lutar contra as mesmas circunstâncias que haviam retardado sua fundação. Acresce que a insistência de Marx em controle centralizado frustrava um crescente desejo, por parte de organizações socialistas separadas, de cumprir programas que lhes fossem de benefício imediato. Esses fatores debilitaram a Internacional. O que provavelmente provocou seu desaparecimento foi ter-se associado aos acontecimentos de Paris depois da derrota da França pela Alemanha em 1870, por ocasião da Guerra Franco-Prussiana.

A Comuna de Paris

Após a queda de Napoleão III, os franceses haviam criado uma nova república, de modo geral conservadora. Em março de 1871, o governo tentou desarmar a Guarda Nacional de Paris, uma milícia voluntária com tendências radicais. A guarda recusou-se à rendição, declarou sua autonomia, depôs autoridades do novo governo e proclamou um comitê revolucionário – a Comuna – como o verdadeiro governo da França. Embora esse movimento seja comumente descrito como uma rebelião de perigosos radicais empenhados na destruição da lei e da ordem, a maioria de seus membros assemelhavam-se aos jacobinos da primeira Revolução Francesa e pertenciam sobretudo à pequena classe média. Não defendiam a abolição da propriedade privada, mas sim sua distribuição mais ampla. O que precipitou o movimento foi a amargura suscitada pela derrota de Napoleão III e o esgotamento criado pelo longo sítio de Paris. A esses fatores somava-se o receio de que o governo central viesse a ser dominado pela população rural, em detrimento das massas urbanas da capital. Após várias semanas de frustrante disputa, o conflito transformou-se numa sangrenta guerra civil. Os partidários da Comuna mataram cerca de sessenta reféns, entre eles o arcebispo de Paris. As vítimas do governo chegaram à casa dos milhares. As cortes marciais fizeram executar vinte e seis pessoas. Milhares de outras receberam penas de prisão ou foram banidas para a Nova Caledônia, no Pacífico Sul.

Enquanto a Europa burguesa reagia com horror ao que percebia ser um segundo Regime de Terror, Marx, em nome da Internacional,

exaltava a coragem dos partidários da Comuna, os quais, escreveu ele, haviam travado a primeira batalha campal da guerra de classes por ele prevista. Num panfleto intitulado *A Guerra civil na França* (1871), Marx afirmava que a Comuna era um exemplo da forma transitória de governo pela qual a classe trabalhadora teria de passar em seu caminho rumo à emancipação. Contudo, muitos dos membros menos radicais da Comuna ficaram assustados e temerosos, não só por causa dos acontecimentos relacionados à Comuna propriamente dita, como pela possibilidade de represálias contra membros de uma organização que abertamente elogiava homens e mulheres que a classe média considerava pouco melhores que assassinos. Em 1872 Marx reconheceu a derrota, transferindo a sede do conselho da Internacional para os Estados Unidos, um país muito distante dos assuntos da organização e das críticas que haviam começado a acumular-se sobre Marx por seus erros organizacionais. Em 1876 a Primeira Internacional expirou.

A Comuna e a Internacional

Embora a Internacional houvesse acabado, o socialismo continuou a ganhar terreno, como teoria e como programa. O Partido Social-Democrata Alemão foi fundado em 1875; em 1879 fundou-se um Partido Socialista belga; e na França, a despeito dos percalços da Comuna, criou-se um Partido Socialista em 1905. Na Inglaterra, embora o socialismo fosse objeto de muitos debates, não surgiu um partido socialista. Entretanto, ao aparecer o Partido Trabalhista, em 1901, vários grupamentos socialistas se faziam representar em seu conselho executivo, ao lado de grupos sindicalistas, menos radicais e não socialistas. Na periferia da Europa — na Espanha, na Itália e na Rússia — o socialismo avançava menos. Nesses países, a ausência de uma ampla industrialização e o atraso educacional de grandes segmentos da população retardaram o surgimento de uma consciência proletária, bem como o desenvolvimento do socialismo como sua expressão política.

A propagação do socialismo

Nos anos que antecederam à I Guerra Mundial, os socialistas debateram continuamente, e às vezes com violência, o caminho que deviam seguir em suas tentativas de alcançar a meta de mudança radical. Um grupo, chefiado pelo próprio Marx até sua morte, insistia junto aos socialistas que evitassem colaboração com outros partidos com o fito de obter metas imediatas como maiores salários, menores jornadas de trabalho, seguro de desemprego etc. Essas reformas, declaravam os "puristas", eram os meios pelos quais a burguesia podia subornar o proletariado e assim protelar indefinidamente a revolução. Por outro lado, os socialistas "revisionistas" recomendavam a seus adeptos tirarem proveito do fato de muitos deles poderem agora votar em candidatos socialistas nas eleições. Argumentavam que esses candidatos, se eleitos, poderiam ajudá-los a conseguir uma vida melhor no futuro imediato. A teoria socialista podia proclamar uma luta internacional do proletariado contra a burguesia. Mas seria isso razão suficiente para que rejeitassem a oportunidade de conseguir avanços reais através das urnas, conseguindo reformas que colocariam uma vida melhor ao alcance dos trabalhadores e de suas famílias?

"Puristas" versus "revisionistas"

O revisionismo propagou-se, apesar dos esforços dos "puristas" para coibi-lo. Na Alemanha, o exemplo havia sido estabelecido por Lassalle, cujo oportunismo o levara a negociar com Bismarck. Após a morte de Lassalle, seu lugar como teórico foi assumido por Eduard Bernstein, social-democrata e membro do parlamento alemão, o Reichstag. Berns-

Avanços dos revisionistas

tein argumentava que o capitalismo poderia ser transformado gradualmente, de modo a beneficiar a classe trabalhadora, e que talvez não fosse necessária uma revolução para isso. O mais veemente adversário de Bernstein na Alemanha era o também socialista Karl Kautsky, marxista ortodoxo que alertava para o fato de que a colaboração terminaria em total corrupção e desmoralização do proletariado. Na França, a mesma batalha era travada entre o "purista" Jules Guesde, que pregava que a meta básica do Partido Socialista deveria ser o desenvolvimento da consciência de classe entre os proletários, e Jean Jaurès, líder socialista na Câmara dos Deputados, que defendia um caminho revisionista. Tanto na Alemanha como na França os revisionistas superavam numericamente os puristas por ampla margem. Tal era também o caso, em grau ainda maior, na Grã-Bretanha. Ali, os socialistas fabianos — assim chamados devido à sua política de procrastinação, imitando as táticas de Fábio, um general romano — pregavam o que chamavam de "a inevitabilidade do gradualismo". Acreditavam que seu país evoluiria rumo ao socialismo através da democracia parlamentar. Entre os fabianos destacavam-se os investigadores sociais Sidney e Beatrice Webb, o romancista H. G. Wells e o dramaturgo George Bernard Shaw.

O êxito do revisionismo levou seus adversários a intensificar os ataques e defender meios cada vez mais violentos para a consecução de seus objetivos. Embora jamais conseguissem convencer a maioria da classe trabalhadora, suas campanhas atraíam um número cada vez maior de adeptos. Alguns que a princípio haviam apoiado os revisionistas se decepcionavam ao ver que as reformas não sobrevinham com a rapidez que tinham esperado. Ao mesmo tempo, em grande parte da Europa o custo de vida começava a subir para muitos trabalhadores. A relativa prosperidade que havia sido experimentada por alguns integrantes da classe trabalhadora desvaneceu-se em face de aumentos de preços, não igualados pelos aumentos salariais. O resultado foi uma frustração que incentivou a adoção de uma atitude mais militante. Os alemães colocaram-se ao lado dos socialistas radicais Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, ao passo que na França um novo partido socialista repudiou o líder reformista Alexandre Millerand, depois que este aceitou uma pasta no gabinete de um governo não socialista. A Segunda Internacional, fundada em 1889, exigiu, numa conferência em 1906, que os partidos afiliados declarassem ter como meta a destruição da ordem burguesa e do estado que servia a seus interesses.

Anarquismo e sindicalismo

Esse espírito militante estimulou a aceitação das doutrinas dos anarquistas e sindicalistas. Os primeiros pregavam a derrubada do capitalismo pela violência. Diferiam dos socialistas, porém, em seu ódio à máquina do estado ou a qualquer governo baseado na coerção. Os socialistas argumentavam que até o milênio comunista prometido por Marx, o estado continuaria a ser um meio necessário para a consecução daquele fim. Os anarquistas lutavam pela abolição imediata de uma burocracia estatal que, não importa quem a controlasse, redundaria sempre, acreditavam eles, em tirania. Bakunin, que Marx conseguira alijar da Primeira Internacional, era o mais popular propagandista do anarquismo. O sindicalismo, tal como o anarquismo, pedia a abolição tanto do capitalismo como do estado. Assemelhava-se ao socialismo na exigência de que os trabalhadores partilhassem da propriedade dos meios de produção. Contudo, ao invés de tornar o estado proprietário e

operador dos meios de produção, o sindicalista delegaria tais funções a sindicatos de produtores. Assim, todas as usinas de aço seriam de propriedade e operadas pelos trabalhadores da indústria do aço, as minas de carvão pelos trabalhadores da indústria mineira etc. Essas associações assumiriam o lugar do estado, cada qual governando seus próprios membros em todas as suas atividades como produtores. Em todas as demais questões, os trabalhadores estariam livres de interferência.

Sorel

O sindicalismo teve sua melhor acolhida na França, onde uma Confederação Geral do Trabalho resolveu, depois de 1902, procurar soluções para os problemas econômicos fora do quadro legalmente constituído da política francesa. O mais eficiente porta-voz do sindicalismo foi o francês Georges Sorel (1847-1922). Em suas *Reflexões sobre a violência* (1908), Sorel sustentava que os trabalhadores deveriam ser levados a acreditar na possibilidade de uma greve geral do proletariado, que teria como resultado o fim da civilização burguesa. A greve geral talvez não fosse mais que um mito, admitia Sorel. No entanto, mesmo assim, continuava a ser uma arma poderosa nas mãos daqueles cuja meta era a destruição da sociedade e que não deveriam fugir da utilização de meios violentos para a obtenção desse fim.

O socialismo como ameaça à burguesia

Vemos, pois, que antes da I Guerra Mundial o socialismo não era uma força unida. Estava dividido por disputas entre puristas e revisionistas, bem como desafiado pelas propostas ainda mais radicais de anarquistas e sindicalistas. Voltados para sua meta de solidariedade internacional entre as classes trabalhadoras, os socialistas não levavam em conta a atração que o nacionalismo e o imperialismo podiam exercer sobre os trabalhadores na França, na Alemanha e na Grã-Bretanha. Todavia, apesar de suas divisões e fraquezas, para a burguesia da Europa o socialismo parecia representar uma ameaça real à sua prosperidade. O capitalismo havia proporcionado a maquinaria através da qual a burguesia havia conquistado o poder. O socialismo atacava o capitalismo e, portanto, aqueles que eram seus beneficiários diretos. Ainda que a maioria dos socialistas desaprovasse a violência, os burgueses atribuíam os atos violentos a um grupo amorfo e anticapitalista que era facilmente rotulado como "socialista". Distúrbios por sindicalistas na Haymarket Square de Chicago, em 1886, e na Trafalgar Square de Londres, em 1887; os assassínios do presidente Sadi Carnot, da França, em 1894, e do rei Humberto I, da Itália, em 1900, assim como do presidente norte-americano William McKinley, em 1901; greves que cresciam em número e em violência em toda a Europa e nos Estados Unidos depois de 1900 – todos esses acontecimentos eram vistos pela burguesia como parte de um movimento mais amplo cujo objetivo acelerado era tirá-la de sua segurança econômica, política e social.

2. O DESAFIO DA CIÊNCIA E DA FILOSOFIA

Ciência e progresso

Enquanto o socialismo desafiava a segurança burguesa de um lado, a ciência e a filosofia ameaçavam-na de outro. O fato de a ciência ser capaz de minar a certeza, ao invés de sustê-la, era de difícil compreensão, dada a maneira como a ciência e a tecnologia haviam, em conjunto, ajudado no nascimento e no desenvolvimento da industrialização. Isso não significa que a ciência tivesse abandonado seu papel como instru-

mento para solução dos problemas humanos e como auxílio vital para a manutenção do progresso. Houve avanços notáveis no campo da medicina, por exemplo. O francês Louis Pasteur (1822-1895) provou que todas as formas de vida, por menores que sejam, só são reproduzidas por seres vivos. Até então, de acordo com a teoria da geração espontânea, era comum imaginar-se que as bactérias e outros organismos microscópicos se originassem da água ou de matéria vegetal e animal em putrefação. Ao localizar a fonte das bactérias, a descoberta de Pasteur abriu caminho para grandes melhorias nas áreas de saúde pública e saneamento, entre elas o processo de esterilização de alimentos para eliminar bactérias indesejáveis – a pasteurização, derivado de seu nome. Pasteur, juntamente com o alemão Robert Koch (1843-1910), também provou conclusivamente que os germes não eram, como se supunha, resultado e sim causa das doenças. A descoberta dos raios X pelo alemão Wilhelm von Röntgen em 1895, e do rádio pela polonesa Marie Curie em 1898 não só alteraram a percepção do homem quanto à natureza da energia, como indicaram meios pelos quais a energia poderia ser usada para fins médicos. Essas descobertas, ao lado de outras igualmente importantes nas áreas da citologia, da anestesia e dos antissépticos, contribuíram para convencer o público educado de que a ciência era amiga da humanidade, e de que era previsível, operando de acordo com leis que só tinham de ser descobertas para serem utilizadas. A lei da gravitação universal, de Isaac Newton, continuava a prevalecer, suprema, indicando que o universo era ordeiro e essencialmente atemporal, e que a passagem do tempo não trazia consigo qualquer mudança fundamental.

Louis Pasteur

Marie Curie

Foi contra essa fortaleza psicologicamente tranqüilizadora de um universo harmonioso que os biólogos arremessaram a bomba da teoria evolucionista. Já vimos que essa teoria datava pelo menos de Anaximandro, no século VI a.C., e que era aceita por muitos dos grandes vultos da antiguidade. Aprendemos também que ela foi revivida no século XVIII por cientistas como Buffon e Lineu. Mas nenhum desses homens traziam muitas provas ou explicavam como atua o processo da evolução. O primeiro a desenvolver uma hipótese sistemática da evolução foi o biólogo francês Jean Lamarck (1744-1829). O princípio essencial da hipótese de Lamarck, publicada em 1809, era a herança de características adquiridas. Sustentava ele que um animal, submetido a uma mudança de meio ambiente, adquiria novos hábitos, que por sua vez refletiam-se em modificações estruturais. Essas características adquiridas de estrutura física, acreditava ele, eram transmissíveis à prole, com o resultado de que após uma série de gerações acabava sendo produzida uma nova espécie. Os sucessores de Lamarck encontraram poucas provas que confirmassem essa hipótese, mas ela dominou o pensamento biológico durante quase cinqüenta anos.

Lamarck

Uma hipótese muito mais convincente da evolução orgânica foi a do naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), publicada em 1859. Filho de um médico provinciano, Darwin iniciou o estudo de medicina na Universidade de Edimburgo, mas logo deixou-a e matriculou-se em Cambridge, a fim de preparar-se para a carreira eclesiástica. Ali, dedicou a maior parte de seu tempo à história natural. Em 1831 Darwin conseguiu uma nomeação como naturalista, sem vencimentos, a bordo do navio *Beagle*, que fora preparado para uma expedição científica ao

Darwin

redor do mundo. A viagem durou quase cinco anos e deu a Darwin uma oportunidade sem precedentes de tomar contato direto com as multifárias variações da vida animal. Observou ele as diferenças entre os animais que tinham seu habitat em ilhas e as espécies correlatas de continentes próximos, e notou as semelhanças entre animais vivos e os restos fósseis de espécies extintas no mesmo sítio. Aquela foi uma preparação magnífica para o trabalho de toda sua vida. Ao regressar da viagem ele leu o ensaio de Malthus sobre população, ficando impressionado com a observação do autor, segundo a qual em todo o mundo da natureza nascem muito mais animais do que os que chegam a sobreviver e que, conseqüentemente, os mais fracos devem morrer na luta pela alimentação. Finalmente, depois de mais vinte anos de pesquisas cuidadosas e pormenorizadas, ele publicou *A Origem das espécies* (1859).

Charles Darwin

A hipótese de Darwin era a de seleção natural. Afirmava ele que é a natureza, ou o meio ambiente, que seleciona entre a prole os espécimes que hão de sobreviver e reproduzir-se. Darwin observou, antes de mais nada, que em todas as espécies os pais geram mais filhos do que o número dos que podem sobreviver. Sustentava que, por via de conseqüência, ocorre entre esses descendentes uma luta por alimento, abrigo, calor e outras condições necessárias à vida. Nessa luta pela existência certos indivíduos gozam de vantagem devido ao fator *variação*, que significa que não há dois filhos exatamente iguais. Alguns nascem fortes, outros fracos; alguns possuem chifres mais longos ou garras mais afiadas que seus irmãos e irmãs, ou talvez uma coloração do corpo que lhes permite misturar-se melhor ao ambiente em que vivem e assim fugir aos inimigos. São esses membros favorecidos da espécie que vencem na luta pela existência e que sobrevivem como os "mais aptos" de sua geração; os demais em geral são eliminados antes que tenham vivido tempo suficiente para reproduzir-se. Darwin considerava a variação e a seleção natural como os fatores primordiais na origem de novas espécies. Em outras palavras, ensinava que os indivíduos com características favoráveis transmitiriam suas qualidades herdadas aos descendentes, ao longo de inúmeras gerações, e que as sucessivas eliminações dos menos aptos terminariam por produzir uma nova espécie. Darwin aplicou seu conceito evolucionista não só às espécies animais e vegetais, mas também aos seres humanos. Em sua segunda grande obra, *A Descendência do homem* (1871), tentou mostrar que a raça humana surgiu originariamente de algum ancestral semelhante a um macaco, posteriormente extinto, mas provavelmente antepassado comum dos macacos antropóides e do homem.

Mais tarde, diversos biólogos desenvolveram e aperfeiçoaram a hipótese darwiniana. O alemão August Weismann (1834-1914) rejeitou categoricamente a idéia de que características adquiridas pudessem ser transmitidas. Realizou experiências para demonstrar que as células do corpo e as células reprodutivas são inteiramente distintas e que não há meios pelos quais mudanças nas primeiras possam alterar as segundas. Concluiu, pois, que as únicas qualidades transmissíveis à prole são as que sempre estiveram presentes nas células reprodutoras dos pais. Em 1901 o botânico holandês Hugo De Vries (1848-1935) publicou sua famosa hipótese da mutação, baseada na hipótese original de Darwin e, em grande parte, nas leis da hereditariedade descobertas pelo monge austríaco Gregor Mendel (1822-1884). De Vries asseverou que a evolu-

ção resulta não de variações pequenas, como Darwin havia imaginado, mas de diferenças radicais ou mutações, que aparecem numa proporção mais ou menos definida na prole. Quando algumas dessas mutações são favoráveis à sobrevivência num dado ambiente, os indivíduos que as possuem triunfam na luta pela vida. Não só seus descendentes herdam esses atributos como, de vez em quando, aparecem novos mutantes, alguns dos quais se acham ainda mais bem adaptados à sobrevivência do que seus pais. Assim, num número limitado de gerações pode vir a surgir uma nova espécie. A teoria das mutações de De Vries corrigiu uma das principais deficiências da hipótese darwiniana. As variações que, segundo Darwin, seriam a fonte das mudanças evolucionárias são tão pequenas que seria necessário um tempo inacreditavelmente longo para produzir uma nova espécie. De Vries possibilitou que se concebesse que a evolução se realiza em saltos súbitos.

A evolução e o acaso

Evidentemente, as implicações dessa nova teoria tiveram enorme efeito perturbador sobre aqueles que até então haviam acreditado num universo ordeiro, ou que haviam tomado como literais as palavras da Bíblia. Para estes últimos, a tarefa de conciliar a explicação darwiniana da criação com o primeiro capítulo do Gênesis, ainda que dificultosa, com freqüência não era insuperável. Fora das seitas fundamentalistas, um número crescente de pessoas considerava, a essa época, que a Bíblia era uma combinação de mitos, lendas, história e verdades morais de profunda importância. Os trabalhos do teólogo alemão David Friedrich Strauss (1808-1874) e do historiador francês Ernest Renan (1832-1892) haviam lançado dúvidas sobre a exatidão histórica da Bíblia, além de comentar suas incoerências. Esses autores haviam defendido as intenções dos vários autores bíblicos, ao mesmo tempo em que insistiam em sua falibilidade humana. Suas críticas rigorosas, ainda que sensíveis, ajudaram as pessoas a entender que não estavam obrigadas a abandonar sua fé cristã simplesmente porque Darwin insistia em que o mundo e todos os seus habitantes haviam sido criados no decorrer de milhões de anos, e não em seis dias. Muito mais difícil de conciliar com a fé era a idéia, explícita na obra de Darwin, que a natureza não era uma harmonia imutável, mas sim uma luta constante e aparentemente aleatória. O que regia o universo era o acaso, e não a ordem. Nada era fixo, nada era perfeito, tudo estava em fluxo. O bem e o mal eram definidos apenas em termos de uma aptidão para a sobrevivência. Os "melhores" numa espécie eram aqueles que triunfavam sobre os rivais mais fracos. De repente, o universo havia-se tornado um lugar rude e implacável, privado das certezas pré-darwinianas. A crença num Deus benévolo era agora muito mais difícil.

Huxley

O mais veemente defensor de Darwin, o filósofo Thomas Henry Huxley (1825-1895) era um daqueles que julgavam ter-se tornado impossível conciliar a ciência com a crença em Deus. Conquanto não rejeitasse a possibilidade de um poder sobrenatural, Huxley asseverava que "não há prova da existência de um ser como o Deus dos teólogos". Declarava ser o cristianismo "uma mistura de alguns dos melhores e piores elementos do paganismo e do judaísmo, moldado na prática pelo caráter inato de certos povos do mundo ocidental."[1] Huxley criou o

[1] T. H. Huxley, *Collected Essays*, V (Londres, 1902), p. 142.

termo *agnosticismo* para expressar seu desprezo pela atitude de certeza dogmática simbolizada pelas crenças dos antigos gnósticos.[2] Tal como entendido por Huxley, o agnosticismo é a doutrina segundo a qual nem a existência, nem a natureza de Deus, assim como o caráter supremo do universo são cognoscíveis.

Haeckel

O mais rígido dentre os filósofos evolucionistas foi Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919). A princípio médico, e depois professor de biologia, Haeckel foi o primeiro cientista de nomeada no continente europeu a abraçar ardorosamente o darwinismo. Aos 65 anos de idade ele sumariou suas conclusões num livro intitulado *O Enigma do universo*. A filosofia de Haeckel compreendia três doutrinas principais: ateísmo, materialismo e mecanicismo. Haeckel não abria margem alguma para o agnosticismo de Huxley; pelo contrário, afirmava dogmaticamente que não existe coisa alguma de espiritual. O universo, declarava, compunha-se apenas de matéria, num processo de mudança constante de uma forma para outra. A vida originara-se da combinação espontânea dos elementos essenciais do protoplasma. A partir dessas primeiras formas de protoplasma, todas as espécies complexas atuais haviam evoluído gradualmente, através do processo da seleção natural. Para Haeckel, a mente humana também era produto da evolução, tanto quanto o corpo. A mente humana só difere da dos animais inferiores em grau. Memória, imaginação, percepção e pensamento são meras funções da matéria; a psicologia deveria ser considerada um ramo da fisiologia. Essa era a filosofia compacta de materialismo e determinismo que, para Haeckel e seus adeptos, parecia ser uma dedução lógica da nova biologia.

Os darwinistas sociais

A burguesia da Europa e dos Estados Unidos, desnorteada pelas implicações anti-religiosas da teoria evolucionista, encontrou algum refrigério nas obras daqueles que adaptaram o pensamento darwinista à análise da sociedade — os chamados darwinistas sociais. Segundo esses pensadores, o evidente "sucesso" da civilização ocidental decorria de sua especial aptidão. A raça branca, jactavam-se, mostrara-se superior à negra; os não-judeus superiores aos judeus; os ricos superiores aos pobres; o Império Britânico superior aos territórios por ele controlados. Se a natureza era uma questão de competição, o mesmo acontecia com a sociedade, cabendo a vitória à raça ou à nação que pudesse demonstrar sua aptidão para sobreviver subjugando outras.

Embora jamais tenha manifestado suas idéias de maneira tão simplista, o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903) exaltou as virtudes da competição de uma forma que facilitou a outros fazê-lo. Spencer fundamentou sua filosofia na teoria evolucionista. Sua base era a idéia da evolução como lei universal. Ficou profundamente impressionado com *A Origem das espécies* de Darwin e enriqueceu a hipótese da seleção natural com uma expressão que desde então tornou-se inseparável dela — "a sobrevivência dos mais aptos". Sustentava ele que não só as espécies e os indivíduos estão sujeitos à mudança evolutiva, mas que o mesmo acontece aos planetas, sistemas solares, costumes, instituições e idéias religiosas e éticas. Tudo no universo completa um ciclo de origem, desenvolvimento, decadência e extinção. Quando é atingido o fim do ciclo, o processo recomeça e se repete eternamente. Spencer era

Herbert Spencer

[2] Ver Capítulo 3, seção 9.

um vigoroso defensor do individualismo. Condenava o coletivismo como uma relíquia da sociedade primitiva, como um aspecto do mais antigo estágio da evolução social. Toda "assistência" que os indivíduos recebessem do estado, argumentava ele, redundaria não só na degeneração desses indivíduos, como na da sociedade.

Antropologia

Se os darwinistas sociais tranqüilizavam alguns ao deixar implícito o direito biológico de a civilização ocidental sobreviver como a "mais apta" dentro do mundo contemporâneo, os antropólogos – pioneiros do que era, em essência, uma nova disciplina científica – afirmavam, ao contrário, que nenhuma cultura podia ser considerada "melhor" do que outra. Todas as sociedades eram adaptações a um determinado meio ambiente. Cada sociedade produzia seus próprios costumes, que não podiam ser tachados de "bons" ou "maus", mas apenas bem sucedidos ou mal sucedidos, segundo o grau em que ajudavam aquela sociedade a sobreviver. Essa idéia de um "relativismo" cultural foi um dos temas da influente obra do antropólogo inglês Sir James Frazer (1854-1941). Em sua obra-prima, *O Ramo dourado*, ele demonstrou a relação entre o cristianismo e as práticas primitivas e os ritos mágicos. O cristianismo não era mais que a resposta de uma dada sociedade à ânsia de explicação do aparentemente inexplicável.

A filosofia de Nietzsche

O cristianismo foi desafiado muito mais diretamente nos trabalhos do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900). Nietzsche não era um cientista, nem tampouco estava interessado na natureza da matéria ou no problema da verdade religiosa. Era, essencialmente, um poeta romântico que glorificava a luta pela existência para compensar sua própria vida de fraquezas e miséria. Filho de um ministro luterano, estudou os clássicos em Leipzig e Bonn, e aos 25 anos de idade tornou-se professor de filologia na Universidade de Basiléia. Dez anos depois, graves ataques de nervos obrigaram-no a aposentar-se. Passou o decênio seguinte em agonia, vagueando de uma estação de águas para outra, numa busca infrutífera de cura. A acreditarmos em suas próprias palavras, cada ano compunha-se de duzentos dias de dor. Em 1888 manifestou-se a insanidade, da qual não se recuperou até a morte.

Friedrich Nietzsche

A filosofia de Nietzsche está contida em obras como *Assim falou Zaratustra, Sobre a Genealogia da moral* e *A Vontade de potência*. Sua idéia central era a de que dever-se-ia permitir que a seleção natural atuasse sem obstáculos sobre os seres humanos, tal como atua sobre plantas e animais. Acreditava ele que tal erradicação constante dos inaptos acabaria por produzir uma raça de super-homens – não simplesmente uma raça de gigantes, do ponto de vista físico, mas de homens que se distinguiriam pela coragem moral e pela fortaleza de caráter. Aqueles a quem se deixasse perecer na luta seriam os deficientes morais, destituídos tanto da força quanto da coragem para combater bravamente por um lugar ao sol. Entretanto, antes que tal processo de seleção natural pudesse atuar, seria preciso remover os obstáculos religiosos. Por isso, Nietzsche exigia que fosse derrubada a supremacia moral do cristianismo e do judaísmo. Ambas as religiões, dizia ele, glorificavam as virtudes dos oprimidos. Transformavam em virtudes atributos que deveriam ser considerados vícios – humildade, falta de resistência, mortificação da carne e piedade pelos fracos e incompetentes. A entronização dessas características impedia a eliminação dos

inaptos e os preservava para despejarem seu sangue degenerado nas veias da raça.

Ao continuarem a explorar as várias e às vezes contraditórias implicações da teoria evolucionista, os cientistas e filósofos ajudaram a solapar a idéia tranqüilizante da superioridade essencial da raça humana sobre o resto do reino animal. O trabalho do psicólogo russo Ivan Pavlov (1849-1936) teve como resultado a descoberta do reflexo condicionado. Embora Pavlov fizesse experiências com animais, insistia em que suas conclusões eram válidas também para os seres humanos. O reflexo condicionado é uma forma de comportamento em que reações naturais são produzidas por um estímulo artificial. Pavlov demonstrou que se cães eram alimentados logo depois do soar de uma campainha, acabavam por reagir ao simples toque da campainha e excretavam saliva, tal como se estivessem diante do alimento real. Essa descoberta sugeriu que o reflexo condicionado constitui elemento importante no comportamento humano e estimulou os psicólogos a concentrar a atenção em experiências físicas como chave para a compreensão da mente.

Pavlov

Os pavlovianos inauguraram um tipo de psicologia fisiológica conhecida como *behaviorismo* (do inglês *behavior*, comportamento). O behaviorismo é a tentativa de estudar o ser humano como um organismo puramente fisiológico — reduzir todo o comportamento humano a uma série de respostas físicas. Conceitos como *mente* e *consciência* são deixados de lado, como vagos e desprovidos de sentido. Para o behaviorista nada senão as reações de músculos, nervos, glândulas e vísceras tem importância. Não existe um comportamento psíquico independente; tudo quanto os seres humanos fazem é físico. O pensamento é essencialmente uma forma de conversa consigo mesmo. Toda emoção e idéia complexa serão simplesmente um grupo de respostas fisiológicas produzidas por algum estímulo do ambiente. Era essa a interpretação extremamente mecanista dos atos humanos proposta pelos seguidores de Pavlov.

O behaviorismo

A outra escola psicológica importante que apareceu após a virada do século foi a psicanálise, fundada por Sigmund Freud (1856-1939), um médico austríaco. A psicanálise interpreta o comportamento humano sobretudo em termos do inconsciente. Freud admitia a existência do consciente (o ego), mas considerava que o inconsciente (o id) é muito mais importante na determinação dos atos do indivíduo. Via os seres humanos como criaturas egoístas, impelidas pelos estímulos básicos de poder, autoconservação e sexo. Esses estímulos são demasiado fortes para serem superados, mas na medida em que a sociedade (o superego) sancionou ser pecaminosa sua completa satisfação, são comumente recalcados para o inconsciente, onde permanecem indefinidamente, como desejos reprimidos. No entanto, é raro submergirem completamente; afloram em sonhos, ou se manifestam em lapsos de memória, em medos ou obsessões, assim como em várias formas de comportamento anormal. Freud acreditava que a maioria dos casos de desordens mentais ou nervosas decorrem de conflitos violentos entre os instintos naturais e as restrições impostas por um ambiente adverso. Tinha a esperança de que, elucidando sua teoria do inconsciente, ele pudesse impor configurações previsíveis à irracionalidade que parecia caracterizar, em grande parte, os atos humanos. Sua busca de ordem, no entanto, assemelhava-se à dos behavioristas, ao continuar a salientar o grau em que homens

Freud e a psicanálise

Sigmund Freud

e mulheres, tal como animais, eram presas de estímulos, impulsos ou reflexos sobre os quais não podiam exercer mais que um mínimo controle.

Ciência e religião

Sob o impacto desses vários desafios científicos e filosóficos, as instituições responsáveis pela manutenção da fé tradicional viram-se ameaçadas. O protestantismo baseara sua revolta contra a ortodoxia católica na crença de que o homem devia procurar compreender Deus sem muito mais ajuda que a dada pela Bíblia e uma consciência predisposta. Conseqüentemente, os protestantes quase não dispunham de uma doutrina autoritária que os sustentasse em face de uma ameaça à sua fé. Alguns deles – os fundamentalistas – preferiam ignorar de todo as implicações da investigação científica e filosófica, continuando a aceitar como verdades literais as revelações bíblicas. Alguns se dispunham a concordar com a escola de filósofos norte-americanos conhecidos como pragmáticos (Charles Pierce, William James), segundo a qual se a crença num Deus pessoal produzia paz mental ou satisfação espiritual, essa crença devia ser, portanto, verdadeira. A verdade, para os pragmatistas, era tudo que proporcionava resultados úteis e práticos. Outros protestantes buscavam refúgio da dúvida na atividade religiosa, fundando missões e trabalhando com os pobres. Muitos adeptos desse "evangelho social" eram também "modernistas", determinados a aceitar os ensinamentos éticos do cristianismo, mas deixar de lado a crença em milagres e nas doutrinas do pecado original e da Encarnação.

O catolicismo romano

Por sua tradição de afirmação dogmática, a Igreja Católica Romana estava obrigada a ajudar seus fiéis em sua reação ao mundo moderno. Em 1864 o Papa Pio IX promulgou o *Syllabus errorum*, condenando o que ele via como os principais "erros" religiosos e filosóficos da época. Entre eles estava o materialismo, o livre-pensamento e o "indiferentismo", ou a idéia de que uma religião vale tanto quanto outra. Embora o *Syllabus* fosse de modo geral aceito pela igreja, foi condenado por alguns críticos como uma "cruzada contra a civilização". Enquanto fervia a discussão sobre o *Syllabus errorum*, Pio IX convocou um concílio da Igreja em 1869, o primeiro desde a Reforma Católica. O mais importante pronunciamento do Concílio Vaticano I foi o dogma da infalibilidade papal. Segundo esse dogma, quando o papa fala *ex cathedra* (isto é, em sua função "como pastor e médico de todos os cristãos"), ele é infalível com relação a todos os assuntos de fé e moral. Embora aceito pelos católicos piedosos, o dogma da infalibilidade papal provocou uma tempestade de protestos em muitos círculos. Os governos de vários países católicos, entre os quais a França, a Espanha e a Itália, o denunciaram. A morte de Pio IX em 1878 e a ascensão de Leão XIII trouxeram um clima de mais harmonia à Igreja. O novo papa estava disposto a admitir que havia na civilização moderna tanto "bem" quanto "mal". Acrescentou uma equipe de cientistas ao Vaticano e abriu arquivos e observatórios. Contudo, não fazia concessões ao "liberalismo" ou ao "anticlericalismo" na esfera política. Tampouco se dispôs a ir além de recomendar aos capitalistas e empregadores que fossem mais generosos no reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

Não se pode medir de modo exato o efeito de vários desafios científicos e filosóficos sobre os homens e mulheres em fins do século XIX. Sem dúvida, milhões de pessoas continuavam a viver despreocupa-

das com as implicações da teoria evolucionista, satisfeitas com crer no que sempre haviam acreditado. Para a maior parte da burguesia, decerto, o desafio do socialismo era compreendido como "real" de um modo como não acontecia com o desafio da ciência e da filosofia. O socialismo era uma ameaça a seu modo de vida. O darwinismo, o relativismo, o materialismo e o behaviorismo, embora estivessem "no ar" e fossem nocivos para os que respiravam esse ar, não colidiam com a consciência no mesmo grau. O homem é capaz de deixar para depois a preocupação com suas origens e seu destino final; não adia, porém, a preocupação com o pão de cada dia. No entanto, o impacto das mudanças que estivemos discutindo acabou por ser profundo. A teoria de Darwin não era complicada a ponto de não se popularizar. Se as pessoas educadas não tinham tempo nem inclinação para ler *A Origem das espécies*, liam revistas e jornais que condensavam para elas as implicações da teoria. Essas implicações induziam a uma incerteza que mitigava o otimismo da expansão capitalista.

Efeitos da ciência e da filosofia

As pessoas que jamais haviam lido o filósofo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860) bem poderiam ter concordado com sua afirmativa de que o mundo estava condenado a assistir ao forte devorar o fraco. No entanto, o prazer que extraíam desse mundo os impediria de aceitar o remédio proposto por Schopenhauer: o refúgio numa vida de ascetismo pessoal e abnegação. Tal como o poeta e ensaísta inglês Matthew Arnold, as pessoas sensíveis talvez se sentissem capturadas num mundo que mais se assemelhava a "uma planura sombria", onde não havia "nem alegria, nem amor, nem luz, nem certeza, nem paz, nem bálsamo para a dor".

3. O DESAFIO DA LITERATURA E DAS ARTES

A revolta contra a arte moralista

Em fins do século XIX a literatura e as artes plásticas continuavam a desafiar a cosmovisão burguesa, chamando a atenção para as deficiências da sociedade industrial bem como para as suas realizações. Em 1900, porém, muitos artistas e escritores trabalhavam segundo um preceito cujas implicações para o público educado eram ainda mais perturbadoras do que uma simples crítica dos valores e das realidades sociais. Os artistas concordavam com os escritores que protestavam contra os valores burgueses, achando que o objetivo da arte não era alcovitar ou agir com atitudes sentimentais; discordavam deles, porém, ao declararem que à arte não cabia absolutamente pregar moralismos — tentar "melhorar" pelo exemplo. Essa geração de artistas e escritores afirmava que uma pessoa não contemplava um quadro ou lia um poema a fim de ser instruída quanto à diferença entre o bem e o mal, mas para entender aquilo que era eternamente verdadeiro e belo — para apreciar a arte pela arte. Estavam menos interessados em atingir um grande público, cujos padrões de gosto em geral deploravam, do que em dirigir-se uns aos outros. Esse desejo consciente de não só viver à parte da sociedade mas também de pensar à parte dela refletia-se em suas obras. Em 1850, as pessoas educadas podiam ler um romance de Dickens ou olhar uma gravura de Daumier e compreendê-los, mesmo que não admirassem essas obras ou concordassem com sua mensagem. Em 1900 as pessoas achavam muito mais difícil compreender, quanto mais admi-

rar, uma pintura de Paul Cézanne ou um poema de Paul Valéry. Artistas e público estavam deixando de falar a mesma linguagem, um fato que contribuiu, tanto quanto as idéias de Darwin e Nietzsche, Pavlov e Freud, para aumentar a confusão e a fragmentação da cultura ocidental.

Realismo

Essas novas percepções do relacionamento entre o artista e a sociedade não afloraram, em qualquer medida perceptível, senão ao terminar o século. Até então, as artes achavam-se dominadas pelo que viera a ser chamado *realismo*. Os realistas eram, predominantemente, críticos da sociedade contemporânea. Tomados de fervor reformista, retratavam as desigualdades da condição humana contra o fundo sórdido da sociedade industrial. Tal como os românticos, os realistas afirmavam a possibilidade da liberdade humana, embora, mais do que os românticos, ressaltassem os obstáculos que impediam sua consecução. Os realistas diferiam dos românticos sobretudo no desdém pelo sentimento e pelo emocionalismo. Tomando de empréstimo à ciência natural a idéia da vida como uma luta pela sobrevivência, procuravam representar a existência humana de acordo com realidades irrecorríveis, insistindo com freqüência em que seus personagens eram as vítimas, sem culpa, da hereditariedade, do meio ambiente e de suas próprias paixões animais.

O realismo literário na França

O realismo, como movimento literário, surgiu inicialmente na França. Entre seus principais expoentes estavam os romancistas Honoré de Balzac e Gustave Flaubert,[3] cujas obras, como já observamos, apresentavam uma avaliação pungente da monotonia e da cobiça da vida moderna. Émile Zola (1840-1902), outro francês, é muitas vezes chamado de naturalista, ao invés de realista, para transmitir a idéia de que ele estava interessado numa apresentação exata e científica dos fatos da natureza, sem a intromissão da filosofia pessoal. O naturalismo pretendia descartar os valores morais de um modo que o realismo não fazia. Mas a verdade é que Zola tinha um ponto de vista moral bem definido. O ambiente de miséria em que transcorreu sua juventude encheu-o de profunda simpatia pelo homem comum e despertou nele a paixão pela justiça social. Embora retratasse a natureza humana como frágil e propensa ao vício e ao crime, Zola alimentava a esperança de que uma positiva melhora poderia advir da criação de uma sociedade mais equitativa. Muitos de seus romances tratavam de problemas sociais como o alcoolismo, a miséria e a doença.

O realismo na Inglaterra

Nas obras do inglês Charles Dickens, o realismo surgia envolto em grossas camadas de sentimentalismo. Dickens era mestre em retratar os males da sociedade industrial, mas os invariáveis finais felizes de seus romances atestam sua disposição resoluta – e irreal – de não permitir que o mal triunfasse sobre o bem. Não se encontra, porém, tal ambivalência nas obras de um romancista inglês da fase posterior, Thomas Hardy (1840-1928). Em narrativas bem conhecidas como *Judas, o obscuro*, *A Volta do nativo* e *Tess de D'Urbevilles*, Hardy exprime sua concepção dos homens como joguetes de um destino inexorável. Pintava o universo como belo, mas de forma alguma acolhedor, e a luta dos indivíduos com a natureza como uma deplorável batalha contra forças invencíveis. Se existe Deus, ele se limita a observar com indiferença os indefesos habitantes do formigueiro humano a arrastar-se para o sofri-

[3] Ver Capítulo 21, seção 6.

mento e a morte. Hardy compadecia-se do próximo, considerando os homens não como animais depravados, mas como grãos de pó apanhados entre as rodas de uma máquina cósmica.

O realismo na Alemanha e na Escandinávia

A piedade pelo homem foi um tema central na obra do alemão Gerhard Hauptmann (1862-1946). Chamando a si próprio de naturalista, Hauptmann, entretanto, refletia a preocupação dos realistas pelo sofrimento. Suas peças revelam a influência de Darwin na ênfase que dão ao determinismo e ao ambiente. *Os Tecelões*, que retrata os infortúnios de tecelões silesianos na década de 1840, é provavelmente sua obra mais importante. Sem dúvida, o mais eminente dramaturgo, entre os realistas e naturalistas, foi o norueguês Henrik Ibsen (1828-1906). Seus primeiros dramas não foram muito bem recebidos, e ainda jovem, ele resolveu abandonar o país natal. Residiu primeiro na Itália e depois na Alemanha, e só voltou definitivamente para a Noruega em 1891. Suas obras caracterizam-se, acima de tudo, por uma acre rebelião contra a tirania e a ignorância da sociedade. Em peças como *O Pato selvagem*, *Casa de bonecas*, *Hedda Gabler* e *Um Inimigo do povo*, Ibsen satirizou sem piedade as convenções e instituições da vida respeitável, mostrando, com grande perspicácia, como elas oprimiam sobretudo a mulher. A esse desprezo pela hipocrisia e pela tirania social aliava-se uma atitude de profunda desconfiança em relação ao governo da minoria. Desprezava a democracia como a entronização de chefes sem princípios, capazes de tudo para obter votos que os perpetuassem no poder. São de uma das personagens de *Um Inimigo do povo* as seguintes palavras: "Uma minoria pode acertar... a maioria erra sempre."

Henrik Ibsen

Literatura russa: Turgueniev e Dostoievski

A literatura dos russos, conquanto tenha chegado à maioridade durante o período do realismo, compreende também temas românticos e idealistas. Os mais importantes romancistas russos desse período foram Ivan Turgueniev (1818-1883), Fiodor Dostoievski (1821-1881) e Leon Tolstoi (1828-1910). Turgueniev, que passou grande parte da existência na França, foi o primeiro romancista russo a se tornar conhecido na Europa ocidental. Sua obra principal, *Pais e filhos*, descreve em termos melancólicos a luta entre duas gerações. O herói é um niilista (termo introduzido por Turgueniev), que está convencido de que em toda a ordem social nada existe que mereça ser preservado. Dostoievski teve uma vida quase tão trágica quanto a de qualquer personagem de seus romances. Condenado aos vinte e oito anos por atividades revolucionárias, foi exilado para a Sibéria, onde suportou quatro horríveis anos. A existência que levou depois foi atormentada pela pobreza, por aborrecimentos familiares e ataques epilépticos. Como romancista preferiu explorar a angústia de pessoas infortunadas, arrastadas à prática de atos ignominiosos por seus sentimentos animalescos e primitivos e pela intolerável mesquinhez de suas existências. Foi um mestre da análise psicológica, sondando com uma intensidade quase mórbida os motivos que impelem a agir os espíritos deformados. Ao mesmo tempo, seus romances estão imbuídos de um grande espírito de solidariedade e da mística convicção de que a humanidade só pode ser purificada pelo sofrimento. Suas obras mais conhecidas são *Crime e castigo* e *Os Irmãos Karamazov*.

Tolstoi

É opinião geral que o honroso título de maior romancista russo deve ser repartido entre Dostoievski e Tolstoi. Fervoroso encomiasta da vida simples dos camponeses, Tolstoi não tinha o determinismo convicto do

Leon Tolstoi no estúdio ditando para seu secretário.

autor de *Crime e castigo.* Entretanto, em *Guerra e paz*, epopéia grandiosa das condições da Rússia durante o período da invasão napoleônica, expõe a tese de que os indivíduos ficam à mercê do destino quando se desencadeiam poderosas forças elementares. Sua outra obra célebre, *Ana Karenina*, é o estudo da tragédia que se embosca atrás da procura de satisfação de desejos egoístas. O herói, Levine, é na realidade o próprio Tolstoi, que encontra por fim o refúgio contra as dúvidas e as vaidades da existência mundana num amor místico pela humanidade. À medida que envelhecia, Tolstoi se afirmava cada vez mais como o apóstolo de um evangelho social. Em novelas como *Sonata a Kreutzer* e *Ressurreição*, Tolstoi condenou a maioria das instituições da sociedade civilizada e apelou aos homens para que renunciassem ao egoísmo e à cobiça, ganhassem a vida com o trabalho manual e cultivassem as virtudes da pobreza, da humildade e da não-resistência. Seus últimos anos foram dedicados principalmente a combater males como a guerra e a pena capital e a defender as vítimas de perseguições.

Realismo nas artes plásticas

Quaisquer que fossem suas diferenças pessoais, todos esses realistas e naturalistas produziam obras que tinham duas coisas em comum: representavam uma crítica moral vigorosa contra a sociedade burguesa e eram escritas numa linguagem direta e enérgica que a burguesia podia entender. O mesmo se poderá dizer de pintores realistas como Coubert e Daumier, que já discutimos, e do escultor Auguste Rodin (1840-1917), cujo estilo e mensagem não eram nem de difícil compreensão nem de fácil esquecimento. Os artistas realistas estavam ainda ansiosos por se dirigir ao público, quando nada para atacá-lo por sua mediocridade e insensibilidade. O advento do *impressionismo* na pintura, na década de 1870, marca o primeiro rompimento significativo dessa tradição. Foi nesse momento que os artistas plásticos começaram a se afastar do público e a se voltar uns para os outros. O movimento teve início na França, entre um grupo de jovens artistas cujo trabalho havia sido recusado nas exposições anuais da Academia Real Francesa, tradicionalista. Haviam sido rotulados de "impressionistas", pejorativamente, por críticos que os censuravam por pintarem não um objeto, mas apenas a impressão que tinham daquele objeto. Pintavam apenas

para agradar a si mesmos, para realizar seu próprio potencial como artistas.

Impressionismo

Em certo sentido, os impressionistas eram realistas, pois estavam resolvidos a pintar apenas o que viam, e estavam interessados vitalmente na interpretação científica da natureza. Entretanto, a técnica impressionista era diferente da dos pintores realistas mais antigos. Os impressionistas não pintavam as cenas do mundo ambiente como se lhes apresentariam depois de um estudo cuidadoso. Pelo contrário, procuravam transmitir as impressões imediatas de seus sentidos, deixando que o espírito do observador preenchesse os detalhes adicionais. Resultava daí, muitas vezes, um gênero de pintura que, à primeira vista, nada parecia ter de naturalista. As figuras eram comumente deformadas; representavam-se objetos inteiros por meio de alguns detalhes significativos e pinceladas de cores primárias eram colocadas lado a lado, sem a menor transição. Convencidos de que a luz é o principal fator determinante da aparência dos objetos, os impressionistas trocavam seus *ateliers* pelos campos e florestas, buscando captar as impressões fugidias que cada deslocamento momentâneo das luzes e das sombras introduzia nos cenários naturais. A ciência lhes ensinara que a luz se compõe de uma fusão de cores primárias, como se vê no espectro solar. Por conseguinte, resolveram usar quase exclusivamente essas cores. Preferiam, por exemplo, conseguir o efeito do verde na natureza dispondo lado a lado pinceladas de azul e de amarelo e deixando que o olho as misturasse.

Monet e Renoir

O impressionismo distinguia-se do realismo em outro aspecto da maior importância. Nessas novas pinturas, os artistas permaneciam distanciados de seu tema. Não pintavam para evocar piedade ou para ensinar uma lição. Pintavam para proclamar o valor e a importância da pintura enquanto *pintura*. Ao fazê-lo, o artista não se dispunha deliberadamente a excluir o observador. Ficava claro, porém, que o observador não devia esperar compreender uma pintura exceto nos termos do artista. Os maiores impressionistas foram, provavelmente, os franceses Claude Monet (1840-1926) e Auguste Renoir (1841-1919). Monet foi talvez o principal expoente do novo modo de interpretar a paisagem. Seus quadros não têm plano ou desenho no sentido convencional; ao invés de retratar, sugerem sutilmente os contornos de rochedos, das árvores, montanhas e campos. Profundamente interessado pelo problema da luz, saía de casa ao amanhecer com uma braçada de telas, a fim de pintar o mesmo motivo sob uma dúzia de aspectos momentâneos. Já se disse, a respeito de uma de suas obras-primas, que "a luz é a única personagem importante do quadro". Seus assuntos incluem não somente paisagens, mas também retratos e cenas da vida contemporânea. É sobretudo famoso por seus nus rosados e ebúrneos que, como expressões de franca sexualidade, representavam uma ameaça à sensibilidade burguesa.

Expressionismo: Cézanne

A liberdade explícita no trabalho dos impressionistas estimulou outros pintores a utilizar novas técnicas e definir metas diferentes. Os *expressionistas* opunham-se à preocupação dos impressionistas com os aspectos momentâneos da natureza e à indiferença com que encaravam o significado de seus quadros. Não defendiam uma volta ao significado no sentido de "mensagem"; o que diziam era que um quadro deveria representar o intelecto particular do artista. Também eles estavam

fazendo da arte um assunto privado, afastando-a ainda mais do público. O pintor que lançou os fundamentos do expressionismo foi Paul Cézanne (1839-1906), hoje saudado como um dos maiores pintores de todos os tempos. Natural do sul da França, Cézanne esforçava-se por expressar um sentido de ordem na natureza que, segundo acreditava, os impressionistas haviam desdenhado. Para obter esse fim, pintava os objetos como uma série de planos, cada qual expresso em termos de uma mudança de cor. Ao mesmo tempo em que com isso equiparava a forma à cor, começou também a reduzir as formas naturais a seus equivalentes geométricos, esperando assim expressar as formas básicas da própria existência. Distorcia as formas, criando uma regularidade geométrica até a abstração tornar-se realidade. Com tudo isso Cézanne estava afirmando o direito de o pintor recriar a natureza de modo a exprimir uma visão intensamente pessoal.

Gaughin e Van Gogh

A arte como expressão pessoal caracterizou dois outros pintores do chamado período pós-impressionista, o francês Paul Gauguin (1849-1903) e o holandês Vincent Van Gogh (1853-1890). Ambos, tanto em sua vida como em sua arte, declararam guerra aos valores tradicionais do século XIX. Desalentado com o artificialismo e a complexidade da civilização, Gauguin fugiu para as ilhas dos mares do sul e passou a última década de sua vida pintando as cores ardentes e luxuriantes de uma sociedade primitiva e incontaminada. Van Gogh, cuja solidariedade apaixonada pelos sofrimentos dos homens o levara a tentar a carreira eclesiástica junto às famílias de mineiros pobres o que sem dúvida contribuiu para que acabasse enlouquecendo e se suicidando, despejou toda a intensidade de seus sentimentos em quadros como *A Noite estrelada*, que parece sair, em rodopios, da tela.

Cubismo: Picasso

Nos anos que vão de 1900 ao começo da I Guerra Mundial, a arte passou por ainda outro desenvolvimento revolucionário. Henri Matisse (1869-1954) deu amplas proporções ao uso da deformação, iniciado por Cézanne, reiterando assim o direito que tinha o artista de criar segundo uma definição individual do que fosse o mérito artístico. Essa reiteração ganhou muito mais força nos anos que antecederam a guerra, com Pablo Picasso (1881-1973). Picasso, um catalão que havia chegado a Paris em 1903, desenvolveu um estilo, o *cubismo*, que deve seu nome à tentativa de levar o fascínio de Cézanne pelas formas geométricas à sua conclusão lógica. Influenciado tanto pela obra de Cézanne como pela escultura africana, o cubismo resulta não só na distorção como, em certos casos, chega à fragmentação. O artista às vezes separa as várias partes de uma figura e as redispõe numa ordem que não é a natural. O objetivo disso é, em parte, simbolizar o caos da vida moderna, mas também exprimir a repulsa às idéias tradicionais de forma – repudiar de uma vez por todas a concepção da arte como uma "boniteza" representativa.

Novos rumos na literatura e na música

A declaração artística de independência em relação à sociedade burguesa foi enunciada de modo mais intenso pelos pintores, mas ecoou também no campo da literatura e da música. Na França, o trabalho de um grupo que dava a si mesmo o nome de simbolistas, e centrado na poesia de Paul Verlaine, Arthur Rimbaud, Stéphane Mallarmé e Paul Valéry, tentou intensificar o pessoal, enquanto transcendia a realidade de um modo que lembrava os impressionistas, expressionistas e cubistas. Também na música deu-se uma ruptura da tradição romântica que dominou o século XIX e se expressava nas obras de compositores como

Robert Schumann (1810-1856), Felix Mendelssohn (1809-1847) e Franz Liszt (1811-1886). Já as óperas de Richard Wagner, do período romântico tardio, haviam tomado vastas liberdades com a harmonia e se afastado de linhas melódicas estereotipadas, produzindo uma música que não estava sujeita à tirania da forma, mas que era sensível à expressão pessoal.

Isolamento auto-imposto

Na pintura, na literatura e na música, os artistas procuravam fugir para uma posição da qual pudessem aprender e depois expressar o que estava mais próximo de sua própria consciência. Seu repúdio direto e calculado da forma e do conteúdo convencionais declarava uma atitude de fundamental desdém – mais ainda, de completo desinteresse – pelos problemas do mundo em geral. O auto-isolamento que se impuseram servia apenas para acentuar a sensação geral de um mundo fragmentado que, apesar de sua prosperidade material, estava em guerra consigo mesmo.

Capítulo 26

A BUSCA DE ESTABILIDADE (1870–1914)

Ah, como foi grande a agitação, (. . .) costumes dignos da Inquisição e do despotismo, o prazer de alguns indivíduos agaloados em impor sua vontade à nação e sufocar-lhe o clamor por verdade e justiça, sob o pretexto mendaz e sacrílego de interesses de estado!

– Émile Zola, "J'accuse"

As raízes da instabilidade

Entre 1870 e 1914 as grandes potências da Europa procuraram manter a estabilidade, tanto no plano internacional como dentro de seus próprios territórios, e o prosseguimento da industrialização facilitou o cumprimento dessa meta. A despeito de periódicas depressões comerciais, aumentou a prosperidade geral, para todas as classes da sociedade, pelo menos até 1900. Por sua vez, a prosperidade ajudava a criar estabilidade, permitindo a criação, em muitos países, de sistemas de previdência social destinados a beneficiar os trabalhadores e suas famílias e assim conquistar-lhes o apoio político. Ao mesmo tempo, entretanto, vários fatores atuavam no sentido de tornar a estabilidade no Ocidente difícil e, por fim, impossível. Primeiro, o processo de formação nacional, que resultara na criação de uma Alemanha e uma Itália modernas, havia deixado em seu rasto a potencialidade de conflitos. Segundo, embora a maioria dos cidadãos, em quase todos os países da Europa ocidental participasse, ao menos indiretamente, do governo de seus países e tivesse garantidos certos direitos, continuava o acalorado debate com relação à utilidade política de tais sistemas de governo. Na França, os monarquistas ameaçavam a república; na Alemanha, democratas debatiam a oligarquia imperial e burocrática; na Rússia, liberais levantavam-se contra a autocracia czarista. E em toda a Europa, os socialistas protestavam contra a força política da classe média. Por fim, as rivalidades que, conforme vimos, cresciam entre as nações que se esforçavam por construir impérios coloniais tornaram-se ainda mais intensas com a chegada do novo século. E as nações grupavam-se, formando alianças, alimentando a esperança de que o equilíbrio entre os blocos continuasse a prover a estabilidade internacional de que a Europa desfrutara desde 1815 e que havia evitado uma gerra geral. Ao invés disso, porém, as alianças só aumentaram as tensões e, por fim, levaram a um conflito mundial.

1. ALEMANHA: A BUSCA DE UNIDADE IMPERIAL

A estrutura do império alemão

Durante os anos que se seguiram à fundação do Império Alemão, Bismarck demonstrara uma ânsia especial: alcançar a unidade imperial sob domínio da Prússia. Nisso foi ajudado pelo predomínio econômico e militar do estado prussiano e pelo quadro organizacional em que se alicerçara o império. Todos os poderes não concedidos ao governo central haviam sido reservados aos estados que constituíam o império. Cada qual tinha controle sobre sua forma de governo, educação pública, rodovias, polícia e outros organismos locais. Até mesmo o cumprimento das leis cabia primacialmente aos governos dos vários estados, uma vez que o império não dispunha de meios para aplicar suas leis a indivíduos. No entanto, apesar de sua aparente autonomia, na verdade os estados estavam subordinados ao império e ao próprio imperador, o prussiano Guilherme I. De certa feita o presidente da Universidade de Harvard, A. Laurence Lowell, usou uma metáfora feliz para descrever as unidades imperiais alemãs. Segundo Lowell, compunham-se de "um leão, meia dúzia de raposas e uma vintena de camundongos". O "leão" prussiano exercia autoridade através da pessoa do imperador e de seu chanceler. O império não era governado por um sistema de gabinete, no qual os ministros de estado prestassem contas a um legislativo eleito pelo povo. O chanceler e os demais ministros só se submetiam ao imperador. E Guilherme I não era figura decorativa; estava investido de amplo poder sobre o exército e a marinha, sobre as relações exteriores e a promulgação e execução das leis imperiais. Tinha autoridade para declarar guerra se as costas ou o território do império fossem atacados. E na qualidade de rei da Prússia controlava os 33 por cento de votos de que esse país dispunha no Bundesrat (câmara alta do parlamento imperial), órgão de modo geral conservador.

Guilherme I da Alemanha

Entretanto, o parlamento não exercia de forma alguma um mero papel ratificante. Todos os tratados tinham de ser aprovados pelo Bundesrat. Os recursos para o tesouro imperial tinham de ser aprovados pela câmara baixa, o Reichstag, eleito por sufrágio masculino universal e de composição primordialmente burguesa. No entanto, esses poderes eram essencialmente negativos. Embora o parlamento pudesse vetar propostas do *kaiser* (imperador) e de seus ministros, não podia apresentar projetos próprios. Assim, embora com freqüência Bismarck se visse temporariamente obstado pelas atividades de um legislativo refratário a seus desejos, podia contar com que ao fim conseguiria seu intento. E esse intento era uma Alemanha unificada sob domínio da Prússia: essencialmente conservadora; anti-socialista, ainda que não necessariamente antagônica a planos de bem-estar social; protecionista, e assim solidária aos interesses dos industriais alemães; e, em assuntos externos, antifrancesa, firme contra qualquer ameaça proveniente daquele antigo antagonista.

A Kulturkampf

A primeira campanha de Bismarck em prol da unidade imperial foi lançada contra a Igreja Católica Romana. Denominado *Kulturkampf*, ou "luta pela cultura", o ataque foi iniciado, com alguma ajuda de intelectuais liberais, em 1872. As motivações de Bismarck eram quase exclusivamente nacionalistas. Via em certas atividades católicas uma ameaça ao poder e à estabilidade do império que ele acabara de criar. Irritava-o, antes de tudo, o apoio que padres católicos continuavam a

prestar ao movimento em defesa dos direitos dos estados, no sul da Alemanha, e às queixas de alsacianos e poloneses. Alarmavam-no, ademais, recentes afirmativas quanto à autoridade do papa para intervir em assuntos seculares e a promulgação, em 1870, do dogma da infalibilidade papal. Por esses motivos, decidiu vibrar tamanho golpe contra a influência católica na Alemanha que o catolicismo jamais voltasse a ser fator importante na política imperial ou dos estados. Suas armas foram uma série de leis e decretos promulgados entre 1872 e 1875. Em primeiro lugar, Bismarck induziu o Reichstag a expulsar todos os jesuítas do país. Em seguida, impôs as chamadas Leis de Maio, que colocavam os seminários sob controle do estado e permitiam ao governo regulamentar a nomeação de bispos e sacerdotes. Ninguém podia ser nomeado para qualquer cargo na Igreja se não fosse cidadão alemão, e, mesmo assim, só depois de prestar exames diante de uma banca indicada pelo governo. Ao mesmo tempo, o casamento civil tornou-se obrigatório, mesmo que já houvesse sido realizada uma cerimônia religiosa. Para o cumprimento dessas medidas, seis dos dez bispos católicos da Prússia foram presos e centenas de padres expulsos do país.

O fracasso da **Kulturkampf**

Embora Bismarck vencesse alguma das principais batalhas da *Kulturkampf*, perdeu a guerra. O Partido Centrista, católico, atuou de modo tão eficiente na defesa dos padres perseguidos e adotou um programa econômico tão esclarecido que se transformou no maior partido político da Alemanha. Nas eleições de 1874 conquistou quase um quarto das cadeiras do Reichstag. Reconhecendo que necessitava desse partido em apoio a outros elementos de seu programa, Bismarck aos poucos relaxou sua perseguição aos católicos. Entre 1878 e 1886 quase todas as leis hostis foram revogadas e a Igreja Católica praticamente voltou à sua antiga posição na Alemanha.

O anti-socialismo de Bismarck

Em fins da década de 1870 Bismarck havia declarado guerra ao socialismo alemão, que agora ele julgava uma ameaça ao império muito mais imediata que o catolicismo. Sob a liderança reformista do político Wilhelm Liebknecht (1829-1900), sucessor de Ferdinand Lassalle, o Partido Social-Democrata estava conquistando grande número de adeptos. Bismarck, que ainda tinha fresca na memória a Comuna de Paris, considerava o socialismo como anarquia e, portanto, como um desafio direto à estabilidade e à unidade que ele estava tentando alcançar no império. Esquecendo por ora como havia cortejado os socialistas quando precisara do apoio deles na década de 1860, Bismarck mostrou-se determinado a extingui-los. Seu ataque não tinha como motivação apenas sua visão pessoal da ameaça socialista; estava ele agora ansioso por continuar a cortejar o favor dos industriais, cujo apoio havia obtido graças à política de tarifas protecionistas. Em 1878 houve dois atentados distintos, praticados por desequilibrados, contra a vida do imperador. Embora nenhum dos dois terroristas tivesse mais que uma tenuíssima ligação com os socialistas, Bismarck aproveitou os atentados como pretexto para fazer aprovar leis abolindo o direito de reunião e expressão para os trabalhadores. O legislativo acatou também uma lei que dava ao governo o direito de expulsar os socialistas das grandes cidades, como foi feito mais tarde em Berlim, Breslau e Leipzig.

Bismarck era demasiado hábil para imaginar que seria capaz de abolir o socialismo apenas através de repressão. Estava disposto a roubar ao menos parte da bandeira dos socialistas, adotando, como suas, partes do

Legislação previdenciária

programa legislativo destes. Num discurso perante o Reichstag, declarou francamente sua intenção de proteger o trabalhador contra a doença e a velhice, de modo que "esses senhores [os social-democratas] façam soar em vão seu canto de sereia." Além disso, tinha em mente objetivos militares. Desejava tornar o trabalhador alemão um soldado leal, salvaguardando-lhe em certa medida a saúde dos efeitos debilitantes do trabalho fabril. O programa social de Bismarck foi iniciado em 1883-1884 com a adoção de leis que garantiam os trabalhadores contra doenças e acidentes. Esses textos legais foram logo seguidos por outros que preconizavam rigorosa inspeção nas fábricas, limitavam o emprego de mulheres e crianças, fixavam jornadas máximas de trabalho, criavam agências de emprego públicas e protegiam os trabalhadores contra a invalidez por velhice. Em 1890, quando Bismarck foi exonerado pelo jovem imperador Guilherme II, a Alemanha já havia adotado quase todos os elementos da legislação social, exceto o seguro contra desemprego, que mais tarde se tornariam comuns na maioria das nações ocidentais.

A contínua disseminação do socialismo alemão

Contudo, nem as medidas repressivas de Bismarck nem suas leis progressistas lograram matar o socialismo alemão. O Partido Social-Democrata continuava a crescer. A exoneração de Bismarck deu-se em parte devido à insistência de Guilherme em que a legislação anti-socialista nada estava conseguindo de efetivo. No entanto, a discórdia entre os dois homens ultrapassava a questão do socialismo. Guilherme II estava resolvido a ser senhor de seu nariz. A unidade e a estabilidade seriam resultado de iniciativa pessoal sua, e não de seu chanceler. Nisso, Guilherme expressava a crença nas prerrogativas de direito divino dos Hohenzollerns, a casa real da Prússia. Afirmava direitos que, embora bem aceitos pelos príncipes da federação, pelos latifundiários, pelas forças armadas e pelos industriais, tornavam-se anátema para as forças democráticas da pequena burguesia e da classe operária. Social-democratas e Progressistas estavam a exigir uma nova constituição que garantisse o controle sobre o chanceler por parte do partido majoritário

Bismarck e Guilherme I da Alemanha.

no Reichstag. A essas exigências o intransigente imperador fazia ouvidos de mercador, ameaçando ainda mais a frágil estabilidade que as políticas de Bismarck haviam tentado estimular. Na eleição de 1912 os social-democratas receberam 4.250.000 votos e elegeram 110 membros para o Reichstag – o maior bloco partidário. A unidade nacional rumava para o choque, com a guerra de classes. A Alemanha só foi poupada de uma crise constitucional interna por uma crise internacional infinitamente mais profunda – a I Guerra Mundial.

2. FRANÇA: A CONFLITADA III REPÚBLICA

A cisão política da França

Embora a França, em 1870, não fosse uma nação nova, como o Império Alemão, necessitava desesperadamente de reunificação e de dedicação a objetivos políticos comuns. Sua história, no século anterior, a deixara dividida entre várias facções. Os monarquistas estavam cindidos entre os que apoiavam a dinastia Bourbon e a Orléans, fiéis aos descendentes de Luís XVIII ou de Luís Filipe. Em busca de salvação política, os bonapartistas voltavam os olhos para o filho e herdeiro de Napoleão III, Luís Napoleão. Os republicanos rememoravam os breves triunfos de seus antepassados revolucionários. Os socialistas invocavam pragas sobre todos os grupos políticos que não fossem o seu. O resultado dessa profunda divisão foi que até 1875 a França não contou com uma constituição sob a qual pudesse funcionar.

Formação da Terceira República

Após o colapso do império de Napoleão III, foi organizado um governo provisório, até ser redigida uma nova constituição. As eleições realizadas em 1871 para uma assembléia nacional constituinte resultaram na escolha de aproximadamente 500 monarquistas e cerca de apenas 200 republicanos. O conservadorismo político achava-se ainda mais fortalecido pelos acontecimentos da Comuna de Paris, que se deram logo após o pleito. Entretanto, os aparentes vencedores – os monarquistas – não conseguiam chegar a um acordo quanto a se o rei devia ser um Bourbon ou um Orléans. Tal impasse acabou por levar à aprovação, em 1875 – por um voto – de uma série de leis que transformaram a França em república. Essas leis criaram um parlamento com uma câmara baixa eleita por sufrágio masculino universal (a Câmara de Deputados) e uma câmara alta eleita indiretamente (o Senado); um gabinete de ministros presidido por um *premier* (primeiro-ministro); e um presidente. Embora de início os poderes relativos do presidente e do *premier* não estivessem claramente definidos, dentro de dois anos a nação havia-se declarado a favor de que o *premier* chefiasse um gabinete, o qual prestaria contas à Câmara de Deputados. Um dos primeiros presidentes, o marechal MacMahon, tentou em 1877 demitir um *premier* de quem discordava, mas que contava com o apoio da maioria da câmara. Ao se realizarem novas eleições, a política de MacMahon foi repudiada. Daí em diante, os *premiers* da III República passaram a responder à câmara, e não ao presidente, que se tornou uma figura decorativa. No entanto, a maneira como foi resolvida essa questão constitucional não conseguiu produzir estabilidade política, uma vez que o *premier* carecia de poder para dissolver o legislativo. Isso significava que os membros da câmara podiam afastar um *premier* e os demais ministros à vontade, sem qualquer risco de terem de concorrer à

reeleição. Se derrotados em votação, o *premier* e seus colegas não tinham alternativa senão renunciar. O resultado disso é que houve nada menos que cinqüenta ministérios entre 1870 e 1914. Não obstante, apesar de todas suas deficiências constitucionais, a III República conseguiu sobreviver até 1940 – muito mais tempo do que qualquer sistema de governo na França desde 1789. Sua longevidade deveu-se, entre outros fatores, à estabilidade de outras instituições francesas – a família, os tribunais e a política, por exemplo.

Reacionários radicais

Depois de 1875, os republicanos, a princípio temidos como perigosos radicais, mostraram-se de modo geral moderados. Foram os monarquistas descontentes e os simpatizantes do autoritarismo – no seio das forças armadas, da Igreja Católica Romana e entre as famílias aristocratas – que se incumbiram de conspirar para a derrubada da autoridade governamental devidamente constituída. Grande parte do trabalho dos sucessivos governos republicanos era dedicada a defender o país desses radicais reacionários. Em fins da década de 1880, um general, Georges Boulanger, reuniu um grupo formado não só de bonapartistas, monarquistas e aristocratas, mas também de trabalhadores insatisfeitos com sua sorte e que acreditavam, como Boulanger, que uma guerra de vingança contra a Alemanha poria fim a todas suas dificuldades. Graças à indecisão do próprio general, a ameaça de golpe de estado deu em nada. Contudo, Boulanger era sintoma de profundos descontentamentos; atraía, tal como Napoleão III, grupos heterogêneos de cidadãos desencantados, prometendo soluções rápidas e espetaculares para problemas complexos.

O caso Dreyfus

Outro sintoma das divisões que atormentavam a república nos últimos anos do século XIX foi a campanha de anti-semitismo que os reacionários adotaram para promover seus objetivos. O fato de certos banqueiros judeus estarem envolvidos em negociatas escandalosas com políticos emprestava verossimilhança à insistência dos monarquistas em que o governo estava mergulhado na corrupção e que os judeus eram, em grande parte, os culpados disso. Em face dessas acusações, não é de admirar que o anti-semitismo acabasse por inflamar-se numa explosão violenta. Em 1894 um capitão de artilharia judeu, Alfred Dreyfus, foi acusado por um grupo de oficiais monarquistas de ter vendido segredos militares à Alemanha. Levado à corte marcial, foi condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, uma horrível prisão na Guiana Francesa. A princípio a condenação foi aceita como a merecida punição de um traidor, mas em 1897 o coronel Picquart, chefe recém-nomeado do Serviço Secreto, anunciou sua conclusão de que os documentos em que se baseara a sentença condenatória tinham sido falsificados. Iniciou-se uma campanha em favor de um novo julgamento, que o Ministério da Guerra apressou-se a recusar. Dentro em pouco, toda a nação se achava dividida entre defensores e adversários de Dreyfus. A seu lado estavam os republicanos radicais, os socialistas, pessoas de tendências liberais e humanitárias e figuras eminentes da literatura como Émile Zola e Anatole France. Os antidreyfusistas incluíam os monarquistas, os clérigos, os anti-semitas, os militaristas e um número considerável de operários conservadores. Dreyfus foi finalmente posto em liberdade por um decreto do executivo de 1899, sendo seis anos mais tarde isentado de toda culpa pelo Supremo Tribunal e reintegrado ao exército. Foi

imediatamente promovido ao posto de major e agraciado com uma insígnia da Legião de Honra.

O caso Dreyfus deu aos republicanos uma base sólida, de que até então careciam, para pôr fim de uma vez por todas às conspirações dos reacionários radicais. Os líderes da República resolveram atacar seus inimigos destruindo efetivamente o poder político da Igreja Católica na França. O anticlericalismo manifestado nessa campanha era provavelmente, em parte, produto de uma era materialista e de uma antiga desconfiança dos republicanos franceses em relação às instituições da Igreja. Sua fonte principal, porém, era o nacionalismo que, como já vimos, serviu de combustível para a *Kulturkampf* de Bismarck.

Anticlericalismo

Na França, o anticlericalismo alcançou o apogeu entre 1875 e 1914. A grande maioria dos líderes da III República era hostil à Igreja, e não podia deixar de sê-lo, pois a hierarquia católica ajudava os monarquistas em todas as oportunidades. Os clérigos haviam conspirado com os monarquistas, os militaristas e os anti-semitas na tentativa de desacreditar a república durante o caso Dreyfus. Mas afinal rebentou-lhes a bomba na mão. Em 1901 o governo fez passar uma série de leis que proibiam a existência de ordens religiosas não autorizadas pelo estado, vedava aos membros de ordens religiosas ensinar em escolas públicas ou particulares e, finalmente, em 1905, dissolvia a união entre Igreja e Estado. Pela primeira vez, desde 1801, os adeptos de todos os credos eram colocados em pé de igualdade. Daí em diante o clero católico deixaria de receber vencimentos do tesouro público. Embora algumas dessas medidas fossem modificadas posteriormente, a Igreja continuou, para a maioria dos franceses, envolta em densa nuvem de suspeita.

Leis para diminuir a força da Igreja

A república viu-se, durante esses anos, fustigada tanto pela esquerda quanto pela direita. Tal como na Alemanha, o socialismo era uma força política na França. No entanto, a reação dos republicanos franceses à pressão socialista diferiu acentuadamente da de Bismarck. Não houve leis anti-socialistas. Na verdade, em 1881 foi aprovada uma lei que abolia os "crimes de opinião", com o que a liberdade de imprensa aumentou bastante. No mesmo ano, outra lei autorizou as reuniões públicas sem aprovação oficial prévia. Contudo, embora não houvesse qualquer tentativa de repressão, era mínima a reforma social positiva. O maior partido da república, os radicais ou radical-socialistas, representava, na verdade, pequenos lojistas e outros pequenos proprietários. Os radicais estavam dispostos a fundar e manter um sistema democrático de educação compulsória, mas relutavam em atender às exigências de legislação trabalhista como a concedida aos alemães. As leis aprovadas – a de 1904, estabelecendo uma jornada de trabalho de 10 horas, e a de 1910, criando pensões por velhice – foram concedidas de má vontade e só depois de pressão dos socialistas. O resultado foi a crescente convicção, entre os socialistas e outros trabalhadores, de que a democracia parlamentar era inútil e de que o progresso só seria obtido através de ação direta: a greve. Uma onda de greves varreu o país durante vários anos antes de 1914, entre elas uma greve de postalistas em 1909 e outra de professores e ferroviários em 1910. O governo reprimiu com violência esses movimentos. Em 1914, a república continuava dividida e incerta, embora não se possa dizer que estivesse à beira da revolução. Se a ameaça da direita radical havia sido eliminada, o desafio da esquerda começava a se fazer sentir.

Pressões vindas da esquerda

3. GRÃ-BRETANHA: DA MODERAÇÃO À MILITÂNCIA

Benjamim Disraeli

Durante os 50 anos anteriores a 1914, os britânicos orgulharam-se do que julgavam ser um sistema de governo razoável, ordeiro e viável. Após a aprovação da Segunda Lei de Reforma, em 1867, que estendeu o sufrágio a mais de um terço da população masculina adulta, os principais partidos políticos, o Liberal e o Conservador, competiram entre si na adoção de leis destinadas a dar a uma proporção cada vez maior da população oportunidades de uma vida mais rica e saudável. Entre as leis adotadas durante as gestões dos dois principais políticos do período, o conservador Benjamin Disraeli (1804-1881) e o liberal William Gladstone (1809-1898), estavam as que reconheciam a legalidade dos sindicatos, permitiam a dissidentes religiosos do sexo masculino participarem plenamente da vida das antigas universidades de Oxford e Cambridge, proviam educação primária pela primeira vez a todas as crianças e facilitavam a demolição e reconstrução de grandes áreas urbanas. Em 1884 ampliou-se ainda mais o direito de voto, concedido a mais de três quartos da população masculina adulta e estendido pela primeira vez aos trabalhadores rurais. Combinada com uma lei anterior, que instituíra o voto secreto, essa reforma eleitoral colocou a Grã-Bretanha mais perto da democracia representativa.

William Gladstone

"Responsabilidade ministerial"

No entanto, o país continuava a ser governado quase exclusivamente por uma pequena classe dominante, formada por homens provenientes da sociedade agrária ou dos estratos superiores da burguesia. Como membros de sucessivos gabinetes, admitiam sua subordinação ao Parlamento e, em especial, à Câmara dos Comuns. Incumbia-lhes, como ministros do Gabinete, impor um programa legislativo aos Comuns. E se a Câmara recusasse esse programa, reconheciam, também, sua obrigação de renunciar incontinenti, a fim de abrir caminho para um gabinete de oposicionistas, ou de dissolver o Parlamento e convocar uma nova eleição a fim de aferir a opinião dos eleitores. Esse sistema de "responsabilidade ministerial" significava que cabia ao gabinete plena responsabilidade pela direção dos negócios públicos, ficando sujeito, porém, à vontade do povo, representada pela Câmara dos Comuns. O sistema produzia um governo de modo geral estável. Embora os ministros tivessem de prestar contas ao Parlamento, este pensaria duas vezes antes de dissolver um gabinete, por saber que o primeiro-ministro poderia muito bem pedir o apoio dos eleitores ao convocar novas eleições. (Foi a falta desse elemento que condenou a III República francesa à sucessão de governos breves.) Todavia, a estabilidade política era garantida por outras coisas, além do expediente da responsabilidade ministerial. Já que a liderança dos dois partidos principais provinha em grande parte de camadas sociais e econômicas semelhantes, havia nesses anos pouca possibilidade de mudanças violentas. Um partido podia abraçar uma causa determinada – por exemplo, os conservadores defendiam o imperialismo; os liberais, mais autonomia para a Irlanda. Mas de maneira geral ambos os partidos concordavam com um rumo estabelecido por homens cujas origens e temperamentos semelhantes prometiam programas que não eram nem radicais nem reacionários. Essa moderação convinha ao eleitorado, que se sentia tranqüilo em submeter-se a políticos cuja liderança era assegurada pelo fato inconteste que era a prosperidade geral da Grã-Bretanha.

Em 1914, porém, essa liderança estava sendo seriamente desafiada. A prosperidade, ainda que bastante geral, não chegava aos trabalhadores sem qualificação: estivadores, transportadores etc. Esses grupos formavam sindicatos para, através deles, defenderem suas reivindicações. A resolução por eles demonstrada encorajou outros sindicatos a assumirem uma posição mais militante e exigente. Na década de 1890, essa atividade causou uma reação, na forma de associações anti-sindicalistas de empregadores e de uma série de decisões legais que limitavam o direito de greve. Os trabalhadores, por sua vez, ligaram-se a socialistas de classe média para formar um Partido Trabalhista independente, que surgiu em 1901 e cinco anos depois conseguiu eleger 29 membros para a Câmara dos Comuns. Sensíveis à pressão da esquerda, os liberais, durante sua gestão iniciada em 1906, aprovaram uma série de reformas que, segundo esperavam, garantiriam um padrão de vida mínimo para aqueles que até então haviam conhecido pouca segurança. Foram adotados planos de seguro contra doença, acidentes, velhice e desemprego. Fixou-se um salário mínimo em certas indústrias. Fundaram-se agências de emprego, destinadas a ajudar pessoas desempregadas a encontrar novas ocupações. E foram relaxadas as restrições que pesavam sobre greves e sobre o direito dos sindicatos a arrecadarem dinheiro para fins políticos.

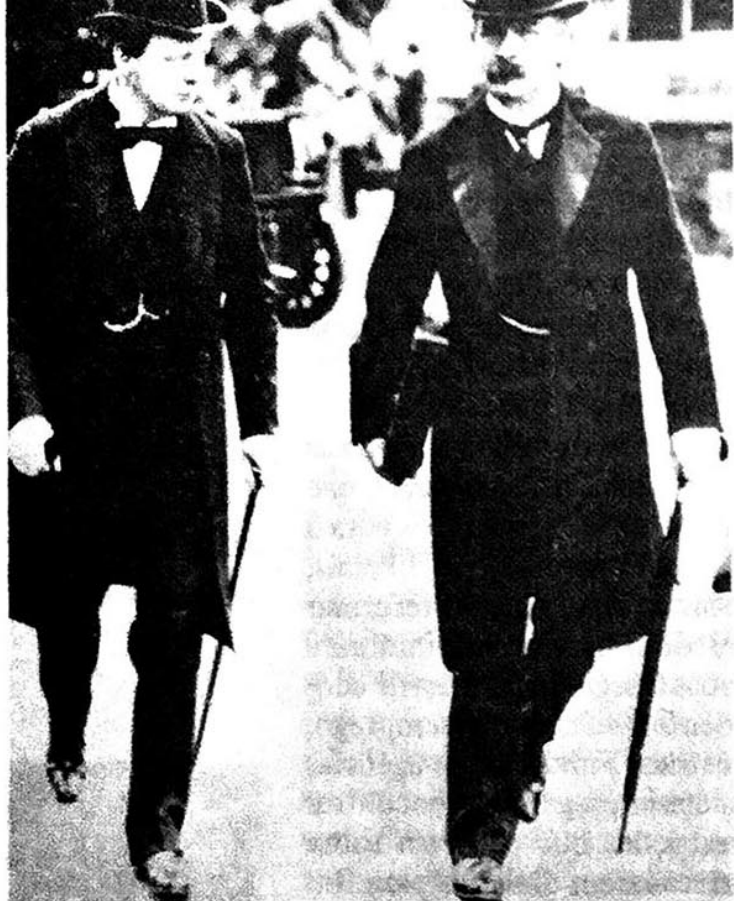
Reformas liberais, 1906-1914

Grande parte dessa reforma legislativa foi obra de David Lloyd George (1863-1945), chanceler do tesouro (ministro das Finanças) no gabinete liberal do primeiro-ministro Herbert Asquith. Juntamente com outro jovem liberal, Winston Churchill (1874-1965), Lloyd George havia elaborado leis que representavam tanto um reflexo de sua própria filosofia política como uma resposta prática ao crescente poder político da classe trabalhadora. Para financiar esses programas – como também a ampliação da marinha de guerra, a fim de compensar uma corrida armamentista alemã – Lloyd George propôs em 1909 um orçamento que incluía impostos diretos sobre a renda e as heranças, de modo que os contribuintes mais abastados fossem classificados em alíquotas mais elevadas. Suas propostas enfureceram de tal modo os membros aristocratas da Câmara dos Lordes que estes se declararam dispostos a derrubar o orçamento, um ato sem precedente constitucional. Asquith contra-atacou com a ameaça de criar novos pares (nobres titulados), simpáticos à sua causa, em número suficiente para garantir a aprovação do orçamento.[1] A Câmara dos Lordes terminou por render-se; o resultado da crise foi um ato do Parlamento estipulando que a Câmara dos Lordes não podia vetar leis aprovadas pelos Comuns.

O orçamento de Lloyd George

Foi intenso o rancor despertado por esse conflito constitucional. Ouviram-se gritos na Câmara dos Lordes, local habituado apenas a debates cordiais. Contudo, os brados de fúria não se limitaram às casas do Parlamento durante esses anos. Em toda a Grã-Bretanha, homens e mulheres lançaram a moderação às favas, enquanto altercavam num clima que raiava pela anarquia. Essa agitação tinha vários motivos. Uma

Aumento de militância

[1] O monarca britânico tinha o direito de elevar um número ilimitado de homens à condição de pares do reino. No entanto, como a coroa só age a conselho do primeiro-ministro, era a este que cabia, na realidade, o poder de criar novos membros para a Câmara dos Lordes. Se necessário, ele poderia usar esse poder para encher a Câmara Alta com seus próprios correligionários.

Lloyd George e Winston Churchill a caminho da Câmara dos Comuns no dia da votação do orçamento, 1910.

queda nos salários reais, depois de 1900, mantinha a classe trabalhadora num espírito de militância, apesar das reformas liberais, e produziu uma onda de greves, em 1911 e 1912, de maior repercussão que as anteriores. Um plano liberal para concessão da chamada Home Rule (autonomia) à Irlanda provocou não somente pânico nos condados de minoria protestante do norte (Ulster) como a organização de milícias privadas com uma intensidade que parecia prever a guerra civil.

As sufragettes

Talvez a mais alarmante – por inesperada – das revoltas militantes que tomaram conta da Grã-Bretanha antes de 1914 tenha sido a campanha pelo voto feminino. As mulheres de classe média que se empenharam nessa luta desfrutavam de oportunidades muito maiores que as conhecidas por suas mães. Haviam sido aprovadas leis facilitando o divórcio e permitindo às mulheres casadas o controle de suas próprias propriedades. Algumas universidades tinham começado a conceder diplomas a mulheres. Dispositivos anticoncepcionais – e propaganda feminista defendendo seu uso – haviam começado a provocar uma mudança de atitudes em relação à sexualidade na classe média. Talvez devido a essas conquistas, muitas mulheres ressentiam-se ainda mais contra o fato de não terem direito a voto. Embora o movimento se iniciasse entre as mulheres de classe média, logo teve a adesão de algumas da classe trabalhadora e da aristocracia. A agitação chegou ao auge depois de 1900, quando as *sufragettes* – lideradas por Emmeline Pankhurst e suas filhas Christabel e Sylvia, além de outras – recorreram à violência para fazer a nação perceber a seriedade de suas exigências. As mulheres acorrentavam-se à galeria de visitantes na Câmara dos Comuns; rasgavam telas em museus; invadiam o santuário masculino que era a pista de golfe e escreviam VOTOS PARA AS MULHERES, com ácido, na grama; acabavam com reuniões políticas; incendiavam residências de políticos; e quebravam vitrinas de lojas comerciais. Contra a violência, o governo usou a repressão. Quando, presas por suas

atividades, as mulheres faziam greve de fome, os carcereiros as alimentavam à força, amarrando-as, abrindo-lhes as bocas com ganchos de madeira ou metal e metendo-lhes tubos na garganta. Quando as greves de fome ameaçaram causar mortes e assim produzir mártires para a causa, o governo aprovou uma lei constitucionalmente dúbia, denominada "do Gato e Rato", que autorizava a soltura de prisioneiras, para interromperem a greve de fome; depois que recuperavam a saúde, a lei autorizava que fossem novamente presas. O movimento não veria a consecução de seu objetivo senão depois da I Guerra Mundial, quando a reforma sobreveio em grande parte devido às contribuições das mulheres para o esforço bélico.

Instabilidade

Se o estado geral de militância reinante na Grã-Bretanha teria ou não levado a algum tipo de conflito caso a guerra não rebentasse em 1914, é uma questão que os historiadores ainda debatem. Bastará dizer, porém, que o sentimento nacional nos últimos anos que antecederam as hostilidades era muito diferente do que prevalecera na década de 1870. A Grã-Bretanha, tão confiante em si mesma e em sua moderação, revelava-se também propensa à instabilidade, tanto quanto outras nações européias.

4. RÚSSIA: O CAMINHO PARA A REVOLUÇÃO

Reforma e reação na Rússia oitocentista

Somente num país europeu, a Rússia, a situação passou de instabilidade para insurreição durante esses anos que antecederam a guerra. O movimento revolucionário russo tinha inúmeros precursores. Ondas de insatisfação haviam sido comuns durante o século XIX. Ameaças de levantes entre 1850 e 1860 haviam persuadido o czar Alexandre II a conceder autonomia a províncias, reformar o sistema judicial e, principalmente, libertar os servos. No entanto, seu governo não manteve todas essas reformas, e seguiu-se uma onda de reação. Reacendeu-se o radicalismo e aumentou o número de facções revolucionárias. A elas aliavam-se os niilistas, que tendiam a condenar todo o sistema político e social. Embora o niilismo tivesse surgido em 1860, como um movimento que pretendia solucionar os problemas russos pela disseminação do ensino entre os camponeses, seu fracasso em obter apoio geral por métodos propagandísticos fez com que seus líderes recorressem cada vez mais ao terrorismo, o qual culminou com o assassínio do czar em 1881.

Autocracia e russificação

Os anos que se seguiram à morte de Alexandre II marcaram o apogeu da reação contra toda a política de reforma. O novo czar, Alexandre III (1881-1894), governava com base na teoria de que a Rússia nada tinha em comum com a Europa ocidental, que seu povo se nutrira de despotismo e de piedade mística durante séculos e que se sentiria inteiramente perdido sem essas coisas. Ideais do Ocidente, como o racionalismo e o individualismo, minariam a fé pueril das massas russas e mergulhariam a nação no abismo negro da anarquia e do crime. Da mesma forma, instituições ocidentais como o julgamento por júri, o governo parlamentar e a educação gratuita jamais frutificariam se transplantadas para solo russo. Norteando-se por tais doutrinas, Alexandre III criou um regime de severa e vingativa repressão. Restringiu de todos os modos os poderes das assembléias locais, aumentou a autoridade da

polícia secreta e submeteu as aldeias ao governo de nobres ricos escolhidos pelo estado. Essas políticas foram mantidas, ainda que com menos rigor, por seu filho, Nicolau II (1894-1918), governante bem menos eficiente. Ambos os czares eram ardentes defensores da russificação e usavam-na para fortalecer seu poder. A russificação era simplesmente a contrapartida mais impiedosa de movimentos nacionalistas semelhantes em vários países. Seu objetivo era impor a língua, a religião e a cultura da Grande Rússia, ou Rússia propriamente dita, a todos os súditos do czar, com o que ficaria simplificado o problema de governá-los. Visava basicamente os poloneses, finlandeses e judeus, visto serem essas as nacionalidades tidas como mais perigosas. Inevitavelmente, resultou em opressão. Os finlandeses foram privados de sua constituição; os poloneses, obrigados a estudar sua própria literatura em traduções russas; e altas autoridades do governo czarista mostravam-se coniventes com os *pogroms* (massacres) contra os judeus.

Ocidentalização

No entanto, a despeito dessas tentativas russas de voltar as costas para o Ocidente, mais do que nunca a nação estava sendo arrastada para a órbita européia. A Rússia se industrializava e usava capital europeu para isso. As políticas econômicas postas em vigor na década de 1890, quando o conde Sergei Witte era o principal ministro do czar, tiveram como conseqüência a adoção do padrão ouro, que tornou a moeda russa mais facilmente conversível. Construíram-se ferrovias e linhas telegráficas; e entre 1880 e 1913 as exportações cresceram sete vezes e as importações, cinco. Além disso, escritores e músicos russos prestavam contribuição importante para o enriquecimento da cultura ocidental. Já tivemos ocasião de mencionar as contribuições de Tolstoi, Turgueniev e Dostoievski. As composições musicais de Piotr Tchaikovski (1840-1893) e de Nikolai Rimski-Korsakov (1844-1908), embora expressassem o temperamento e a tradição russas, foram saudadas como importantes adições ao acervo musical contemporâneo de primeira linha.

Desenvolvimento de partidos políticos

Com a ocidentalização, cresceram tanto os negócios como a classe assalariada. E com um aumento da consciência de classe, surgiram novos partidos políticos. Negociantes e profissionais burgueses aliaram-se a latifundiários progressistas para fundar, em 1903, o Partido Constitucional Democrata, cujo programa incluía a criação de um parlamento nacional, ou Duma, para elaborar e executar políticas que promovessem as metas de liberalização e ocidentalização. Entrementes, dois partidos essencialmente operários, o Social-Revolucionário e o Social-Democrata, começavam a agitar em favor de soluções muito mais radicais para os problemas da autocracia russa. Os social-revolucionários preocupavam-se com o perpétuo infortúnio dos camponeses, que, depois de abolida a servidão, tinham sido obrigados a comprar as terras nas quais viviam e achavam-se onerados por impostos elevados. Os social-revolucionários pretendiam igualar as glebas dos camponeses nas comunas agrícolas (*mirs*) e aumentar o poder dos *mirs* em sua contínua concorrência com os latifundiários. Os social-democratas eram marxistas, que se consideravam ocidentais e parte do movimento operário internacional. Em 1903 deu-se a cisão da liderança do Partido Social-Democrata, devido a uma séria discórdia quanto à estratégia revolucionária. Os mencheviques (nome derivado da palavra russa que significa "minoria") defendiam em vão um partido de base ampla, que, embora

continuasse revolucionário, aceitaria ajuda dos progressistas e dos democratas. Os bolcheviques – a maioria dos social-democratas – desejavam um partido fortemente centralizado, controlado por um comitê cuja "linha partidária" fosse aceita em todos os níveis de organização. Os bolcheviques reorganizaram os social-democratas sob a liderança de um jovem, dinâmico e dedicado revolucionário, Vladimir Ulanov (1870-1924), que escrevia com o pseudônimo de N. Lenin.

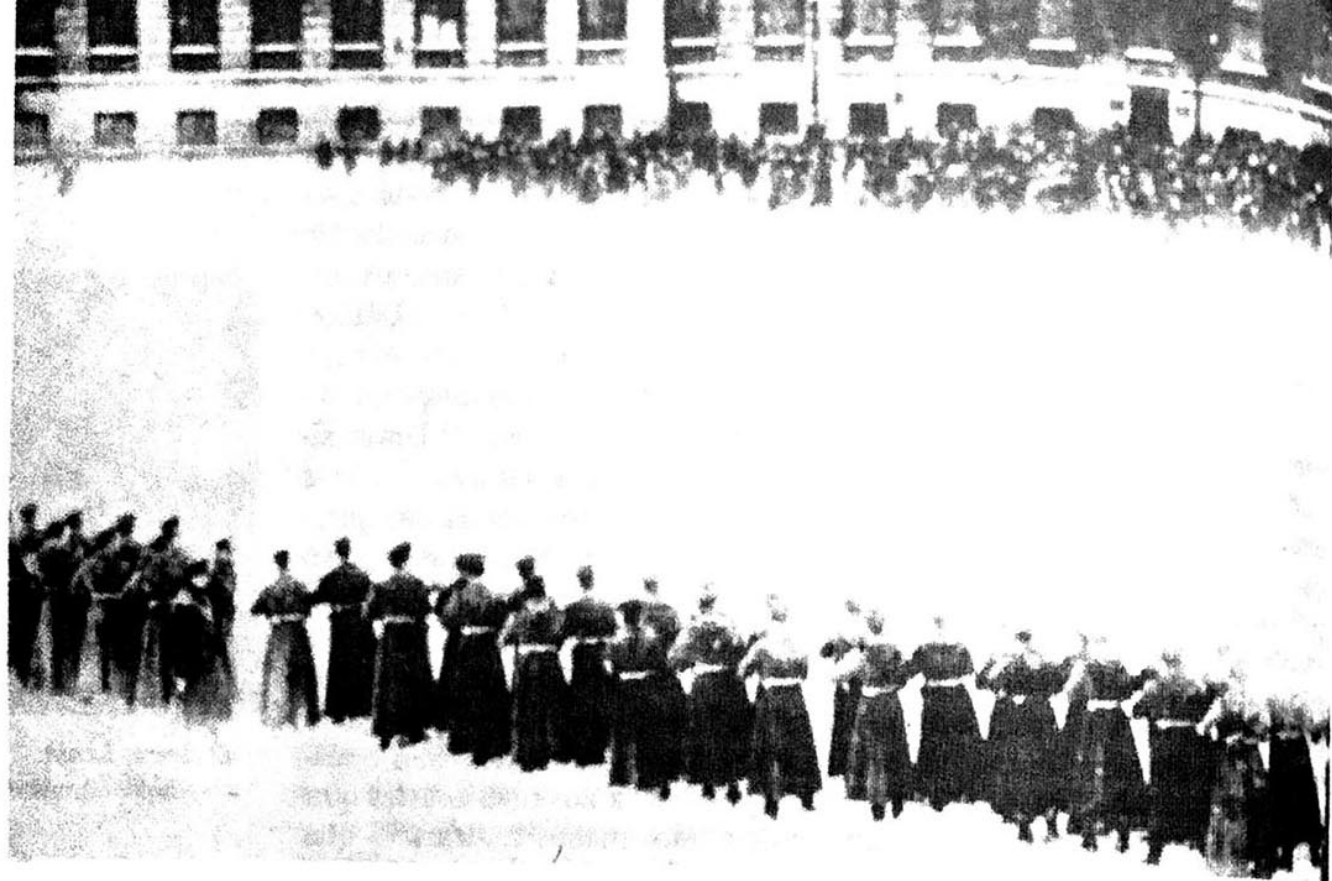
O jovem Lenin, 1897

Lenin era oriundo da classe média, pois seu pai fora inspetor de escolas e pequeno funcionário político. Havia sido expulso da Universidade de Kazan por comprometer-se com atividades radicais, após a execução do irmão mais velho, acusado de envolver-se numa conspiração para assassinar Alexandre III. Lenin passou três anos como preso político na Sibéria; entre 1900 e 1917 viveu exilado na Europa ocidental. Seu ardor e sua capacidade, como teórico e como ativista político, são atestados pelo fato de ele haver conservado a liderança dos social-democratas mesmo residindo no exterior. Lenin continuava a pregar o evangelho do marxismo e de uma incessante luta de classes. Seu opúsculo *Que fazer?* representou uma resposta incisiva aos revisionistas que estavam insistindo na colaboração com partidos menos radicais. O que havia a fazer era a revolução, argumentava Lenin – o mais depressa possível e através de um grupo de elite de agitadores que atuassem através de um partido disciplinado. Ao fundirem a tradição russa do revolucionarismo com o marxismo ocidental, e ao descreverem o resultado final dessa fusão como uma possibilidade imediata, Lenin e seus seguidores prenderam à situação russa um estopim que tornava quase inevitável a explosão.

A guerra russo-japonesa

No entanto, ao sobrevir a revolução em 1905, até mesmo os bolcheviques foram apanhados de surpresa. Sua ocorrência inesperada resultou de uma guerra entre a Rússia e o Japão, que estalou em 1904, e na qual os russos foram fragorosamente derrotados. Ambos os países tinham interesses conflitantes na Manchúria e na Coréia, fato que constituiu a causa imediata do conflito. Tanto em terra como no mar os japoneses mostraram-se militarmente superiores aos russos. À medida que os despachos informavam sobre as derrotas do exército e da marinha do czar, o povo russo dava-se conta da ineficiência da autocracia.

A Revolução de 1905

Membros da classe média, que até então haviam evitado ligar-se aos revolucionários, juntavam-se agora ao clamor de mudanças. Trabalhadores radicais organizavam greves e manifestações em todas as cidades importantes. Liderados pelo padre Gapon, um grupo de 200.000 trabalhadores e suas famílias reuniram-se para protestar diante do palácio de inverno do czar, em São Petersburgo a 22 de janeiro de 1905 – data que ficou conhecida como o Domingo Sangrento (ou Domingo Vermelho). Os manifestantes foram recebidos por tropas de guarda e muitos deles mortos a tiros. No outono de 1905, quase toda a população urbana havia aderido a uma greve de protesto. Os comerciantes fechavam as lojas, os industriais cerravam as portas das fábricas, advogados recusavam-se a defender causas em juízo e até lacaios e cozinheiros abandonavam seus abastados patrões. Logo se tornou patente ao czar Nicolau que o governo teria de ceder. A 30 de outubro ele publicou o Manifesto de Outubro, prometendo garantias de liberdade individual, a criação de um eleitorado moderadamente liberal para a eleição da Duma

Domingo Vermelho. Operários manifestantes que procuravam levar ao czar suas reivindicações são fuzilados pelas tropas do governo: janeiro de 1905.

e afirmando que doravante nenhuma lei seria válida antes de ratificada pela Duma. Isto representou o ápice do movimento revolucionário. Durante os dois anos seguintes Nicolau promulgou uma série de decretos amplos que desmentiam a maior parte das promessas feitas no Manifesto de Outubro. Privou a Duma de muitos de seus poderes e decretou que ela fosse eleita, por via indireta e em base de classes, por diversos colégios eleitorais. A partir de então, o órgão legislativo passou a ter uma maioria de seguidores obedientes ao czar.

Os motivos do revés

Não é difícil apontar os motivos desse revés para o movimento revolucionário. Em primeiro lugar, o exército permanecia leal a seu comandante-em-chefe. Conseqüentemente, após o fim da guerra com o Japão, em 1905, o czar dispôs de um grande número de soldados que podiam ser empregados, se necessário, para dizimar as fileiras dos revolucionários. Uma razão ainda mais importante foi a cisão entre os próprios revolucionários. Após a emissão do Manifesto de Outubro, muitos burgueses assustaram-se com as ameaças dos radicais e se convenceram de que a revolução tinha ido longe demais. Retirando-lhe inteiramente o apoio, tornaram-se conhecidos daí em diante como os outubristas. Os comerciantes e profissionais mais radicais, organizados no Partido Constitucional Democrata, sustentavam que a oposição deveria prosseguir até que o czar se visse forçado a criar um governo que tivesse o da Grã-Bretanha como modelo. Essa divisão fatal tornou a classe média politicamente impotente. Por fim, apareceram discórdias entre os trabalhadores. Novas tentativas de usar a greve geral como arma contra o governo terminaram em desastre.

Entretanto, o movimento revolucionário russo de 1905 não foi um fracasso total. A cruel vingança tomada pelo czar convenceu muitas pessoas de que o governo não era uma autocracia benevolente, como tinham sido levadas a crer, e sim uma tirania obstinada e brutal. O

levante revelou às massas seus principais erros e ensinou-lhes em que fontes de força deveriam confiar para terem sucesso no futuro. Ademais, algumas das concessões obtidas não foram completamente obliteradas. A Duma não foi abolida. Continuou a servir como um meio através do qual pelo menos alguns adversários da reação podiam fazer-se ouvir. Além disso, a revolta de 1905 convenceu alguns dos conselheiros mais sagazes do czar de que o conservadorismo extremado não era nada seguro. O resultado foi a promulgação de várias reformas destinadas a conciliar as classes turbulentas. Entre as mais importantes contaram-se as reformas agrárias patrocinadas pelo principal ministro do governo, Piotr Stolypin, entre 1906 e 1911, e que incluíam: (1) a transferência de 2 milhões de hectares de terras reais para os camponeses, mediante pagamento; (2) permissão aos camponeses para se retirarem dos *mirs* e se estabelecerem como fazendeiros independentes; e (3) cancelamento das prestações restantes devidas pelos camponeses pela compra das terras. Tampouco as classes trabalhadoras foram inteiramente esquecidas. Decretos permitiram a formação de sindicatos, estabeleceram a redução da jornada de trabalho (não mais que dez horas na maioria dos casos) e criaram pensões por doença e velhice. No entanto, as esperanças de alguns liberais de que a Rússia estivesse a caminho de se tornar uma nação progressista, segundo o modelo ocidental, mostraram-se ilusórias. O czar continuou obstinadamente autocrático. Poucos camponeses dispunham de dinheiro suficiente para comprar as terras oferecidas à venda. Em vista do aumento do custo de vida, os trabalhadores consideravam insuficientes os seus ganhos. Uma nova explosão revolucionária só esperava por uma centelha conveniente.

Conquistas do movimento revolucionário

5. A BUSCA DE ESTABILIDADE EM OUTROS PAÍSES DO OCIDENTE

De maneira geral, os outros países europeus encontravam tanta dificuldade para alcançar a tranqüilidade interna em fins do século XIX quanto aqueles cuja história acabamos de examinar. A Itália achava-se atormentada por rixas entre seus dirigentes políticos, agravadas pela desavença com o papado, em decorrência do confisco dos territórios pontifícios. O analfabetismo e a pobreza, problemas específicos do sul agrário, contribuíam para a intranqüilidade, tal como o radicalismo proletário nas cidades industriais do norte. Tentou-se aliviar a crise social mediante a aprovação de leis previdenciárias, entre elas a que nacionalizava os seguros de vida. Em 1912 uma lei triplicou o eleitorado, instituindo algo que se aproximava do sufrágio masculino universal. Um número relativamente pequeno dos novos eleitores exercia seu direito de voto, preferindo manifestar seu descontentamento por meios mais diretos, como as greves.

Reformas na Itália

As aspirações nacionalistas continuavam a ser um problema grave na Europa oriental. Em 1867 fizera-se uma tentativa de resolver as divergências nacionais na Áustria, dividindo o império em dois – um império austríaco a oeste do rio Leith e o reino da Hungria a leste. Cada um dos componentes dessa chamada Monarquia Dual estaria em pé de igualdade com o outro, embora ambos estivessem unidos pelo mesmo monarca Habsburgo, por vários ministérios comuns e por uma espécie de super-

Nacionalismo na Áustria-Hungria

A EUROPA APÓS O CONGRESSO DE BERLIM - 1878

parlamento. Contudo, tal solução não conseguiu pôr cobro às divisões nacionalistas. Tchecos e outras minorias eslavas em ambos os territórios nutriam ressentimentos contra o que consideravam dominação por culturas estrangeiras, alemã ou húngara. Apesar da divisão de responsabilidades entre a Áustria e a Hungria, o governo permanecia centralizado, sob a tutela do imperador-rei Francisco José I. À agitação social contrapunha-se, como na Alemanha, a repressão, em conjunto com medidas de bem-estar social. O sufrágio universal masculino foi adotado na Áustria em 1907; na Hungria, recebia a oposição da maioria magiar, que o via como um artifício pelo qual a minoria eslava poderia aumentar seu poder.

O Império Otomano

No sudeste da Europa, a agitação nacionalista continuava a dilacerar o Império Otomano, em contínua desintegração. Antes de 1829, toda a península balcânica – banhada pelos mares Egeu, Negro e Adriático – estava sob domínio dos turcos. Mas durante os oitenta e cinco anos seguintes ocorreu um desmembramento gradual do império turco. Em alguns casos a subtração de territórios fora perpetrada por potências européias rivais, em particular pela Rússia e pela Áustria; mas em geral resultou de revoltas nacionalistas por parte de súditos cristãos do sultão. Em 1829, ao findar a primeira guerra russo-turca, o Império Otomano foi obrigado a reconhecer a independência da Grécia e a conceder autonomia à Sérvia e às províncias que se transformariam mais tarde na Romênia. Com o decorrer dos anos espalhou-se em outros territórios

balcânicos o ressentimento contra o governo otomano. Em 1875-76 ocorreram insurreições na Bósnia, na Herzegovina e na Bulgária, reprimidas com sanguinária violência pelo sultão. Os relatos de atrocidades contra os cristãos deram pretexto à Rússia para renovar sua luta secular pela dominação dos Bálcãs. Nessa segunda guerra russo-turca (1877-78), os exércitos do czar conseguiram uma vitória esmagadora. Pelo tratado de San Stefano, que pôs termo ao conflito, ficou estabelecido que o sultão entregaria quase todo seu território europeu, com exceção de um remanescente em torno de Constantinopla. Nessa conjuntura, porém, as grandes potências intervieram. A Áustria e a Inglaterra, sobretudo, opunham-se a que a Rússia assumisse jurisdição sobre uma parte tão extensa do Oriente Próximo. Em 1878, um congresso das grandes potências, reunido em Berlim, transferiu a Bessarábia para a Rússia e a Tessália para a Grécia, dando à Áustria o controle administrativo sobre a Bósnia e a Herzegovina. Sete anos depois, os búlgaros, aos quais o Congresso de Berlim havia concedido uma certa autonomia, tomaram à Turquia a província da Rumélia Oriental e, em 1908, fundaram o reino independente da Bulgária.

A revolução dos Jovens Turcos

No mesmo ano em que ocorreu esse último desmembramento, a própria Turquia foi submergida pela maré do nacionalismo. Havia já algum tempo que os seus cidadãos mais esclarecidos vinham-se desgostando cada vez mais com a fraqueza e a incompetência do governo do sultão. Sobretudo entre aqueles que haviam sido educados nas universidades da Inglaterra e da França, crescia a convicção de que seu país precisava ser rejuvenescido pela introdução das idéias ocidentais de ciência, patriotismo e democracia. Organizando-se numa sociedade conhecida como os Jovens Turcos, forçaram em 1908 o sultão a estabelecer um governo constitucional. No ano seguinte, ao tomar corpo um movimento reacionário, depuseram o sultão reinante, Abdul Hamid II, e colocaram no trono seu irmão, Mohammed V, como soberano titular. Os verdadeiros poderes de governo foram então enfeixados nas mãos de um grão-vizir e de ministros subordinados a um parlamento eleito. Essa revolução não trouxe nenhum acréscimo de liberdade aos súditos não-turcos do império. Pelo contrário, os Jovens Turcos lançaram um poderoso movimento para otomanizar os súditos cristãos no sultão. Ao mesmo tempo, os distúrbios que haviam precedido e acompanhado a revolução abriam caminho para novos desmembramentos. Em 1908 a Áustria anexou as províncias de Bósnia e Herzegovina, que o Tratado de Berlim lhe permitia unicamente administrar, e em 1911-12 a Itália fez guerra à Turquia pela conquista de Trípoli.

Intranqüilidade nos Estados Unidos

De todas as grandes nações do Ocidente, foram os Estados Unidos, provavelmente, a que sofreu menos perturbações internas nas décadas que precederam a I Guerra Mundial. A Guerra de Secessão havia exaurido o país; e até o fim do século XIX a constante expansão das fronteiras proporcionava alternativa para os descontentes. No entanto, também os Estados Unidos sentiam, de certa forma, as pressões que tanto dificultavam a manutenção de estabilidade na Europa. Conquanto a guerra civil houvesse terminado, o complexo problema moral do racismo persistia, obstando todas as tentativas de verdadeira cicatrização das feridas do país. Graves crises econômicas, em especial a depressão econômica da década de 1890, acompanhadas pela queda dos

O DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO OTOMANO. 1683–1923

preços agrícolas e pelo fechamento de fábricas, causavam grandes tribulações e despertavam a cólera de aventureiros capitalistas que pareciam estar lucrando às expensas do país como um todo. Muitos se convenceram de que uma restrição da oferta monetária havia sido a causa da depressão. A exigência de emissão de papel-moeda e de aumento da cunhagem da prata constituía elemento central dos programas dos partidos *Greenback* e Populista, que atraíam grande número de adeptos e que faziam campanha também pela instituição de um imposto sobre a renda e pela estatização das ferrovias e das linhas telefônicas e telegráficas. Eugene V. Debs (1855-1926), líder de um partido socialista com tinturas marxistas, defendia um socialismo de feição reformista. O programa não atraía, de modo geral, o trabalhador norte-americano, destituído da consciência de classe e que continuava a acreditar no sonho da ascensão econômica. Mais radicais eram os membros dos Operários Industriais do Mundo, um sindicato geral cuja meta consistia em organizar os trabalhadores imigrantes sem qualificação. Vista como um artifício de agitadores estrangeiros, a entidade foi reprimida tanto pelo governo como pela cúpula empresarial. Mais característico do tom

geral moderado do reformismo americano foi o movimento Progressista, que conquistou tanto a imaginação quanto os votos de uma veemente minoria de membros da classe média, cuja hostilidade contra a acumulação de poder econômico pelo setor privado e contra a corrupção política dos "chefes" urbanos era compensada por sua fé no processo democrático e na possibilidade de contínuo progresso da humanidade. O movimento, do qual muitas idéias foram incorporadas aos programas dos presidentes Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson, foi interrompido pela I Guerra Mundial, que fomentou um clima antagônico ao processo democrático.

6. RIVALIDADES INTERNACIONAIS: OS ANTECEDENTES DA I GUERRA MUNDIAL

O fim de um século de paz

Apesar das instabilidades e incertezas que caracterizaram a vida dos países ocidentais nos anos anteriores a 1914, muita gente conservava a fé na idéia de progresso pacífico. Fazia um século que não ocorriam conflitos armados multinacionais, exceção feita à guerra da Criméia. Os países europeus – inclusive a Rússia autocrática – vinham-se encaminhando aos poucos no sentido daquilo que, segundo a concepção quase universal, era a meta da democracia. Com efeito, a instabilidade poderia ser entendida como resultado de um movimento exageradamente zeloso ou procrastinado naquela direção. Acima de tudo, a industrialização parecia estar proporcionando um melhor padrão de vida para todos – ao menos no mundo ocidental. Não é de admirar, pois, que homens e mulheres reagissem com incredulidade ao ver seu mundo desmoronar durante os dias de frenéticas manobras diplomáticas pouco antes de estalar a guerra, em agosto de 1914.

O equilíbrio de poder

A chave para a compreensão da I Guerra Mundial está na diplomacia internacional depois de 1870. A Europa se orgulhara de haver criado um equilíbrio de poder, que impedira a qualquer nação assumir uma posição tão forte que ameaçasse a paz mundial. Durante seus anos como chanceler, Bismarck executou uma variação diplomática sobre esse tema geral, com o fito de garantir que a França não faria uma guerra de vingança contra os alemães, vencedores de 1870. Era pouco provável que os franceses tentassem sozinhos tal coisa. Conseqüentemente, Bismarck resolveu isolar a França, ligando todos os seus possíveis aliados à Alemanha. Em 1873 ele conseguiu formar uma aliança simultânea com a Áustria e a Rússia, a chamada Liga dos Três Imperadores, um arranjo precário que logo foi a pique. Extinta a Liga dos Três Imperadores, Bismarck cimentou uma nova aliança, agora muito mais forte, com a Áustria. Em 1882 essa parceria expandiu-se na célebre Tríplice Aliança, com a adesão da Itália. Os italianos não aderiram por amor aos alemães ou aos austríacos, mas sim levados pela cólera e pelo medo. Despeitava-os o fato de a França ter anexado a Tunísia (1881), um território que consideravam como legitimamente seu. Além disso, os políticos italianos ainda andavam às turras com a Igreja e receavam que os clericais da França subissem ao poder e enviassem um exército francês para defender o papa. Nesse meio tempo foi ressuscitada a Liga dos Três Imperadores. Conquanto durasse apenas seis anos (1881-1887), a Alemanha conseguiu manter a amizade com a Rússia até 1890.

O sucesso diplomático de Bismarck

Destarte, ao cabo de pouco mais de uma década de manobras políticas, Bismarck lograra realizar suas ambições. Por volta de 1882 a França estava praticamente impossibilitada de obter o auxílio de amigos poderosos. A Áustria e a Itália achavam-se unidas à Alemanha pela Tríplice Aliança e a Rússia, após três anos de ausência, havia retornado ao arraial bismarckiano. A única fonte possível de auxílio era a Inglaterra; mas com respeito aos assuntos continentais os ingleses tinham voltado à sua política tradicional de "esplêndido isolamento". Por conseguinte, com relação ao perigo de uma guerra de desforra, a Alemanha pouco tinha a temer. A complicada estrutura de alianças montada por Bismarck parecia atender à finalidade para a qual, segundo ele, tal estrutura fora realizada – manter a paz. No entanto, o sistema de alianças era uma faca de dois gumes. Nas mãos de Bismarck, mantinha a paz. Em mãos menos capazes, do ponto de vista diplomático, podia tornar-se menos uma vantagem que uma desvantagem, como aconteceu depois de 1890.

Uma revolução diplomática

Entre 1890 e 1907, as nações européias, que competiam entre si em todo o mundo por mercados e territórios, passaram a suspeitar cada vez mais de suas mútuas intenções. Essa generalizada insegurança internacional produziu uma revolução diplomática que aniquilou a obra de Bismarck e teve como resultado um novo alinhamento que ameaçou os alemães. É verdade que a Alemanha ainda tinha a Áustria a seu lado, mas perdera a amizade tanto da Rússia como da Itália, ao mesmo tempo em que a Inglaterra saíra de seu isolamento para entrar em ajustes com a Rússia e a França. Esse deslocamento do equilíbrio de poder teve resultados fatídicos. Convenceu os alemães de que estavam rodeados por um anel de inimigos e, portanto, tinham de fazer o que estivesse a seu alcance para conservar a lealdade da Áustria-Hungria – mesmo que fosse preciso dar apoio a aventuras desta no estrangeiro.

A Tríplice Entente

O primeiro resultado importante dessa revolução diplomática foi a formação da Tríplice Entente. Em 1890 a Rússia e a França iniciaram uma aproximação política que aos poucos amadureceu numa aliança. O convênio militar secreto assinado pelos dois países em 1894 estabelecia que uma das partes iria em auxílio da outra em caso de ataque pela Alemanha, ou pela Áustria ou Itália apoiadas pela Alemanha. Essa Aliança Dual entre a Rússia e a França foi seguida pela Entente Cordiale entre a França e a Grã-Bretanha. Durante as duas últimas décadas do século XIX, ingleses e franceses haviam tido amiudadas e sérias altercações a respeito de colônias e comércio, como no Sudão. Em 1904, contudo, a França, temendo a Alemanha, havia sepultado suas divergências com a Grã-Bretanha e naquele ano firmou a Entente Cordiale. Não era uma aliança formal, mas um acordo amigável sobre muitos assuntos. O passo final na formação da Tríplice Entente foi a conclusão de um entendimento mútuo entre a Grã-Bretanha e a Rússia. Também aqui não houve aliança formal. As duas potências chegaram simplesmente, em 1907, a um acordo relativo às suas ambições na Ásia.

Dois campos opostos

Assim, em 1907 as grandes potências da Europa achavam-se alinhadas em dois campos hostis – a Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Áustria-Hungria) e a Tríplice Entente (Grã-Bretanha, França e Rússia). Tivessem esses grupamentos permanecido estáveis e com poder mais ou menos igual, é bem possível que houvessem promovido a causa da paz. Contudo, isso não aconteceu. Ambos se tornaram mais fracos e menos

estáveis com a passagem do tempo. E foi essa instabilidade, mais que o próprio sistema de alianças, que representou, talvez, a mais importante contribuição para a eclosão da guerra.

As tensões no seio das novas alianças tornam-se mais compreensíveis se considerarmos os objetivos nacionais de cada um dos principais estados europeus. Em 1900, seis grandes potências européias – Alemanha, França, Rússia, Itália, Áustria-Hungria e Grã-Bretanha – competiam por poder, segurança e vantagens econômicas. Cada uma delas tinha objetivos específicos, cuja concretização considerava essencial a seu interesse nacional. A Alemanha orientava suas ambições no sentido da expansão para leste. Depois de 1890, capitalistas e imperialistas alemães passaram a sonhar com um *Drang nach Osten* (Avanço para leste) e planejaram a construção de uma ferrovia de Berlim a Bagdá a fim de facilitar o controle econômico do Império Otomano. A Áustria também lançava os olhos para leste, mas em direção aos Bálcãs e não a qualquer parte da Ásia ocidental. O controle austríaco sobre Triste e outras porções da costa do Adriático era precário, porquanto grande parte desse território era habitado por italianos. Se a Áustria pudesse abrir uma estrada de rodagem, através dos Bálcãs, até o Egeu, seu acesso ao mar estaria mais garantido.

Objetivos das grandes potências: Alemanha e Áustria-Hungria

Em larga medida, os objetivos da França eram ditados pelo desejo de deter ou contrabalançar o crescente poderio da Alemanha. Esperava a França recuperar a Alsácia e a Lorena, mas este não era o único objetivo dos franceses, que estavam também resolvidos a anexar o Marrocos a seu império na África, independentemente dos interesses de outras potências. As motivações dos franceses eram tanto econômicas quanto políticas. O Marrocos possuía ricos depósitos minerais e seria valioso por motivos estratégicos, e ainda como uma reserva de tropas.

Ambições da França

Uma grande ambição da Rússia consistia em obter o controle dos estreitos de Bósforo e dos Dardanelos. A realização dessa antiga meta impediria que a esquadra russa ficasse imobilizada no mar Negro em caso de guerra. Além disso proporcionaria acesso pleno ao Mediterrâneo e, provavelmente, o controle de Constantinopla. A Turquia seria eliminada da Europa e a Rússia tornar-se-ia herdeira dos Bálcãs. Além disso, se os agentes do czar conseguissem chegar a Constantinopla antes dos alemães, poderiam transformar a ferrovia Berlim-Bagdá num sonho vazio. Todavia, os russos tinham outras ambições. Cobiçavam o acesso ao golfo Pérsico e ao oceano Índico e tentaram durante anos converter a Pérsia num protetorado russo. Esforçavam-se também por obter saídas para o Pacífico e tentaram estender seu controle até a Manchúria. É desnecessário ressaltar que cada uma dessas ambições constituía uma ameaça ao *status quo*.

Ambições da Rússia

As políticas de poder da Grã-Bretanha e da Itália não dependiam tanto do que viesse a fazer essa ou aquela nação. Na verdade, a política britânica era dirigida contra quase todo mundo. Não suspeitava menos das ambições russas em Constantinopla do que das alemãs. Ainda em pleno século XX, os ingleses desconfiavam da França. Seus grandes objetivos eram: (1) manter as linhas vitais de comunicação do império; (2) conservar desimpedidas as vias marítimas para suas fontes de importação e os seus mercados estrangeiros; e (3) manter o equilíbrio entre as nações do continente europeu, a fim de que nenhuma delas jamais se tornasse bastante forte para atacar a Grã-Bretanha. Se as ações de

Ambições da Grã-Bretanha e da Itália

qualquer outro país ameaçassem criar um impedimento a esses objetivos vitais (como, aliás, sucedeu muitas vezes), provocavam ato contínuo a hostilidade da Inglaterra, que procurava colocar o intruso em seu lugar por meio de repressão diplomática, formando uma aliança contra ele ou lançando-se à guerra, como finalmente fez contra a Alemanha, em 1914. A política italiana baseava-se sobretudo em esperanças de engrandecimento, às expensas da Áustria e da Turquia. A Áustria continuava a dominar territórios que os italianos consideravam como legitimamente seus – a chamada "Itália Irredenta", ainda em 1915 –, ao passo que a Turquia impedia a aquisição, pela Itália, de Trípoli e outros territórios na África do Norte.

Conflitos resultantes

Era natural que essas ambições, muitas vezes conflitantes, debilitassem as alianças entre as grandes potências. A Tríplice Aliança viu diminuir sua força devido a um crescente arrefecimento de relações entre a Itália e a Áustria. Ademais, nacionalistas italianos cobiçavam territórios na África do Norte, sobretudo Trípoli, que, segundo acreditavam, só poderiam obter apoiando as ambições francesas no Marrocos. Nesse meio tempo, a Tríplice Entente era ameaçada por discórdias entre a Inglaterra e a Rússia. Uma vez que sua linha de comunicações com o Oriente poderia correr perigo, os ingleses não viam com bons olhos o objetivo básico da Rússia, que consistia em obter o controle do Bósforo e dos Dardanelos e, assim, de Constantinopla. A desarmonia na Tríplice Entente aumentou também quando a Grã-Bretanha e a França recusaram-se a apoiar a Rússia em sua disputa com a Áustria com relação à anexação, por esta, da Bósnia e da Herzegovina. Em suma, tão numerosos eram os conflitos que os integrantes de ambas as alianças não podiam ter plena certeza de qual seria a atitude dos demais no caso da ameaça real de uma guerra na Europa.

Outras causas: nacionalismo

Se a instabilidade diplomática foi a principal causa da guerra, cumpre, não obstante, salientar duas outras. O nacionalismo, principalmente na Europa oriental, desempenhou papel destacado no aguçamento do conflito internacional. Desde o começo do século XX, a Sérvia sonhava estender sua jurisdição sobre todos os povos que passavam por ser da mesma raça e cultura que seus próprios cidadãos. Alguns desses povos habitavam as então províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina. Outros incluíam os croatas e eslovenos das províncias meridionais da Áustria-Hungria. Depois de 1908, quando a Áustria repentinamente anexou a Bósnia e a Herzegovina, o plano da Sérvia dirigiu-se exclusivamente contra o império dos Habsburgos. Assumiu a forma de uma agitação para provocar o descontentamento entre os súditos eslavos da Áustria, na esperança de afastá-los desta e unir à Sérvia os territórios por eles habitados. Daí adveio uma série de perigosas conspirações contra a paz e a integridade da Monarquia Dual.

Pan-eslavismo

Em muitas de suas atividades os nacionalistas sérvios foram auxiliados e instigados pelos pan-eslavistas da Rússia. O pan-eslavismo baseava-se na teoria de que todos os eslavos da Europa oriental constituíam uma única família. Argumentava-se, por conseguinte, que a Rússia, como o mais poderoso dos estados eslavos, deveria atuar como guia e protetor das nações eslavas menores dos Bálcãs. O pan-eslavismo não era apenas o ideal de alguns nacionalistas ardentes, mas fazia parte da política oficial do governo russo. Muito contribuiu para explicar a

atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria.

Uma outra manifestação da instabilidade internacional e, por isso, uma outra causa da guerra, foi a disseminação do militarismo. A incerteza quanto à confiabilidade das alianças estimulava a convicção de que a segurança nacional dependia do nível da preparação militar e naval. Os temores de guerra produziam uma compulsão para aumentar cada vez mais os exércitos e as esquadras. Depois de 1870, todas as grandes potências européias, com exceção da Grã-Bretanha, haviam adotado a conscrição e o serviço militar universal. A Alemanha e a Grã-Bretanha despendiam fortunas para alcançar ou manter a superioridade naval. Essa corrida armamentista era acompanhada por uma crescente disposição de reconhecer o lugar da agressão internacional na conduta dos assuntos mundiais. O presidente norte-americano Theodore Roosevelt argumentara que a preparação para a guerra era necessária a fim de preservar as "qualidades viris e aventurosas" de uma nação. O marechal-de-campo alemão von Moltke e o historiador Heinrich von Treitschke viam no conflito militar um dos elementos divinos do universo e um "terrível remédio" para a raça humana. O filósofo francês Ernest Renan justificava a guerra como uma condição de progresso, "ferroada que não deixa um país adormecer".

Militarismo

Todos esses fatores – instabilidade diplomática, nacionalismo e militarismo – se aliaram para produzir uma série de crises entre 1905 e 1913. Foram menos causas do que sintomas da animosidade internacional. No entanto, cada crise deixava um legado de suspeita e amargura que tornava cada vez mais forte o perigo de guerra. Em certos casos as hostilidades só foram evitadas porque um dos beligerantes era fraco demais na época para oferecer resistência. O resultado era uma sensação de humilhação, um ressentimento fumegante que havia, quase fatalmente, de irromper em chamas no futuro. Duas das crises foram geradas por disputas pelo Marrocos. Tanto a Alemanha como a França desejavam controlá-lo; e em 1905 e 1911 as duas potências chegaram à beira da guerra. Em ambas as ocasiões, o litígio não chegou às vias de fato, mas deixou seu legado habitual de suspeita.

Crises marroquinas

Além da contenda sobre o Marrocos, ocorreram duas crises no Oriente Próximo. A primeira foi a crise da Bósnia, em 1908. Pelo Congresso de Berlim, em 1878, as províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina tinham sido colocadas sob o controle administrativo da Áustria, se bem que o Império Otomano conservasse ainda soberania sobre elas. A Sérvia também cobiçava esses territórios, que duplicariam a extensão de seu reino e lhe colocariam as fronteiras nas imediações do Adriático. Subitamente, em outubro de 1908, a Áustria anexou as duas províncias, numa franca violação do Tratado de Berlim. Os sérvios ficaram furiosos e apelaram para a Rússia. O governo do czar ameaçou com a guerra até que a Alemanha enviou uma áspera nota a São Petersburgo, anunciando sua firme intenção de apoiar a Áustria. Como a Rússia ainda não se houvesse refeito inteiramente da guerra com o Japão e estivesse a braços com problemas internos, a intervenção russa foi adiada.

Crise sérvia

Ainda mais animosidade entre as nações da Europa oriental seria criada pelas guerras balcânicas. Em 1912 a Sérvia, a Bulgária, Montenegro e a Grécia formaram uma aliança balcânica, com encorajamento

As guerras balcânicas

da Rússia, para a conquista da Macedônia, uma província turca. A guerra iniciou-se em outubro de 1912 e em menos de dois meses a resistência turca foi completamente desmantelada. Surgiu então o problema da divisão dos despojos. Por tratados secretos, negociados antes do início das hostilidades, a Albânia fora prometida à Sérvia, além de uma generosa fatia da Macedônia ocidental. Mas então a Áustria, receosa como sempre de qualquer aumento do poder sérvio, interveio na conferência de paz e obteve o reconhecimento da Albânia como estado independente. Para os sérvios isso foi a última gota. Era como se o governo dos Habsburgos estivesse disposto a bloquear-lhes sistematicamente todas as tentativas de expansão para oeste. Desde então tornou-se ainda mais rancorosa a agitação anti-austríaca na Sérvia e na província vizinha da Bósnia.

Um mundo em guerra

Foi o assassínio do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando por um simpatizante sérvio, a 18 de junho de 1914, que lançou a faísca ao barril de pólvora. A guerra de quatro anos que se seguiu alterou imensuravelmente o mundo ocidental. No entanto, muitas mudanças que advieram durante a I Guerra Mundial ou depois dela resultaram não do conflito propriamente dito, mas de pressões e forças que vimos atuar nos anos que precederam a guerra. O poder europeu, em seu apogeu, foi então desafiado por forças que esse poder havia desencadeado e que viu-se incapaz de conter.

Capítulo 27

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Entretanto, a menos que partilheis
Com eles, no inferno, a triste treva infernal,
Cujo mundo é apenas o frêmito de um clarão
E o céu somente a rota de uma bomba,

Não lhes escutareis o regozijo:
Não julgueis que estejam satisfeitos,
À conta de um chiste meu. Esses homens são dignos
De vossas lágrimas. Não lhes mereceis a alegria.

– Wilfred Owen, "Apologia Pro Poemate Meo"

Um mundo conflagrado

A guerra que estourou em 1914 foi uma das mais extraordinárias da história. Embora não fosse, na realidade, a "primeira guerra mundial", uma vez que conflitos como a Guerra dos Sete Anos e as guerras napoleônicas já haviam tido dimensões globais, teve um impacto muito maior que essas lutas anteriores. Tornou-se rapidamente uma "guerra popular", na qual civis, ao lado dos soldados nas trincheiras, participavam de violentas manifestações em favor do extermínio do inimigo. Frutificou numa epidemia de revoluções e lançou as sementes de novos conflitos no futuro, ainda mais contundentes. Por tudo isso, fixou o padrão de uma era de violência que tem-se mantido durante a maior parte do século XX.

Responsabilidade pela guerra

Os historiadores que estudaram os documentos concordam de modo geral em que não houve uma única nação responsável pelo começo das hostilidades. Talvez nenhum dos beligerantes desejasse realmente a guerra; teriam preferido alcançar seus objetivos por outros meios. Entretanto, na busca desses objetivos, adotavam políticas que tornaram a guerra praticamente inevitável. Dentre esses objetivos nacionais, os mais perigosos eram provavelmente os da Alemanha, não porque fossem mais egoístas do que os de outras potências ocidentais, mas porque encerravam uma ameaça mais séria ao equilíbrio de poder na Europa. Com o prosseguimento do conflito, a Alemanha deu a impressão de estar tentando alcançar no continente europeu objetivos que a Grã-Bretanha e a França já tinham logrado atingir na Ásia e na África. Desde o início da guerra, os dirigentes alemães pensavam em termos de um império

alemão muito amplo, que incluiria como estados satélites a Polônia, a Bélgica, a Holanda, os Bálcãs e a Turquia, criando uma esfera de influência comparável à dos Estados Unidos no hemisfério ocidental e à da Rússia no coração da Eurásia. Os temores do que esse plano germânico significaria para o equilíbrio de poder na Europa afligiam os diplomatas em outras capitais européias.

1. O CAMINHO DE ARMAGEDON

O assassínio de Francisco Ferdinando

É corrente a idéia de que a causa imediata da I Guerra Mundial foi o assassínio do arquiduque austríaco. Francisco Ferdinando em breve se tornaria imperador da Áustria-Hungria. O monarca reinante, Francisco José, atingira os oitenta e quatro anos de idade e sua morte era esperada a cada momento. Por isso, o assassínio do herdeiro do trono foi considerado, com justiça, como um ataque ao estado.

Motivações dos assassinos

O assassino de Francisco Ferdinando foi um estudante bosníaco chamado Gavrilo Princip, instrumento de nacionalistas sérvios. O crime, embora cometido em Sarajevo, capital da Bósnia, resultou de uma conspiração urdida em Belgrado, capital da Sérvia. Os conspiradores eram membros de uma sociedade secreta oficialmente denominada "União ou Morte", mas comumente chamada "Mão Negra". Quais eram as motivações dos conspiradores? No caso de haver uma única, possivelmente seria o plano de reorganização do império dos Habsburgos, que se sabia estar sendo arquitetado por Francisco Ferdinando. Esse plano, denominado *trialismo*, incluía uma proposta no sentido de transformar a Monarquia Dual numa monarquia tríplice. Além da Áustria alemã e da Hungria magiar, já então praticamente autônoma, haveria uma terceira unidade semi-independente, composta pelos eslavos. Tal coisa era exatamente o que os nacionalistas sérvios não desejavam. Temiam que, se isso acontecesse, seus consangüíneos croatas e eslovenos se conformassem com o domínio dos Habsburgos. Decidiram, portanto, eliminar Francisco Ferdinando antes que ele se tornasse imperador da Áustria-Hungria.

Ultimato austríaco à Sérvia

Nas semanas que se seguiram ao assassínio, as autoridades austríacas procederam a um inquérito que confirmou suas suspeitas quanto à origem sérvia da conspiração. Por conseguinte, no dia 23 de julho enviaram ao governo sérvio um severo ultimato, que continha onze exigências. Entre outras coisas, a Sérvia devia fechar os jornais anti-austríacos, liquidar as sociedades patrióticas secretas, excluir do governo e do exército todas as pessoas culpadas de propaganda anti-austríaca e aceitar a colaboração das autoridades austríacas na eliminação do movimento subversivo contra o império dos Habsburgos. A 25 de julho, dentro do prazo-limite de quarenta e oito horas, o governo sérvio transmitiu sua resposta. Do total de onze exigências, somente uma era categoricamente repelida e cinco eram aceitas sem reservas. O chanceler alemão considerou-a como uma capitulação quase completa e o imperador Guilherme II afirmou que todos os motivos para a guerra tinham desaparecido. A Áustria, no entanto, declarou insatisfatória a resposta sérvia, rompeu relações diplomáticas e mobilizou parte de seu exército. Os próprios sérvios não parecem ter nutrido ilusões de agradar à

Áustria, visto que três horas antes de transmitirem a resposta haviam dado ordem de mobilizar as tropas.

A intransigência austríaca diante da resposta sérvia era, na verdade, a culminação de uma beligerância que vinha ganhando corpo entre as nações européias antes dos acontecimentos que se seguiram ao assassínio. Já em 18 de julho, Sergei Sazonov, ministro russo do exterior, avisara a Áustria de que a Rússia não toleraria qualquer tentativa de humilhar a Sérvia. Em 24 de julho Sazonov disse ao embaixador alemão: "Eu não odeio a Áustria; desprezo-a. A Áustria está procurando um pretexto para engolir a Sérvia, mas nesse caso a Rússia fará guerra à Áustria".[1] O governo de Moscou tinha o apoio da França ao assumir essa atitude beligerante. Mais ou menos a 20 de julho Raymond Poincaré, presidente da França, fez uma visita a São Petersburgo. Insistiu com Sazonov para que "fosse firme" e evitasse qualquer transigência capaz de resultar em perda de prestígio para a Tríplice Entente. Advertiu o embaixador austríaco de que "a Sérvia contava com amigos sinceros entre o povo russo e a Rússia tinha uma aliada, a França".[2]

A Rússia e a França

A atitude da Alemanha nesses dias críticos foi ambígua. Se bem que o *kaiser* ficasse chocado e enfurecido com o assassínio do arquiduque, seu governo não fez qualquer ameaça senão depois que a atitude da Rússia deu motivo para alarme. Contudo, tanto Guilherme II como seu chanceler, Theobald von Bethmann-Hollweg, adotaram a premissa de que uma punição severa deveria ser aplicada sem mais delongas à Sérvia. Esperavam com isso colocar as outras potências diante de um fato consumado. Em 30 de junho o *kaiser* declarou: "Agora ou nunca! Devemos pôr tudo em pratos limpos com os sérvios, *e isso já*". A 6 de julho Bethmann-Hollweg comprometeu-se com o ministro das relações exteriores da Áustria, em termos que foram interpretados por este último como um cheque em branco. O governo austríaco era informado de que o *kaiser* "estaria ao lado da Áustria, de acordo com as obrigações assumidas em tratado e com a sua antiga amizade". Ao darem essa garantia, Bethmann e seu imperial chefe estavam jogando com a esperança de que a Rússia não interviesse em auxílio da Sérvia, ficando assim a disputa limitada ao âmbito local.

A atitude da Alemanha

A Áustria declarou guerra à Sérvia em 28 de julho de 1914. Por um efêmero e ansioso momento, houve a tênue possibilidade de que o conflito pudesse ser contido. Todavia, ele rapidamente se transformou numa guerra de maiores proporções pela ação da Rússia. A 29 de julho Sazonov e uma facção militar persuadiram o czar a emitir uma ordem de mobilização geral, não só contra a Áustria, mas também contra a Alemanha. A argumentação que usavam era lógica. Um país vasto como a Rússia precisaria de muito tempo para pôr em operação sua máquina militar. Antes, porém, que a ordem fosse executada, Nicolau II mudou de idéia, ao receber um apelo urgente do *kaiser* para que o ajudasse a preservar a paz. A 30 de julho Sazonov e o chefe do estado-maior russo trataram de fazer com que o czar mudasse de idéia novamente. Durante mais de uma hora procuraram convencer o relutante autocrata de que

A mobilização da Rússia

[1] S. B. Fay, *The Origins of the World War*, II, p. 300.

[2] Ibid., II, p. 281.

todo o sistema militar deveria ser posto em movimento. Por fim, Nicolau assinou a ordem de mobilização imediata.

Os ultimatos alemães à Rússia e à França

Já não havia possibilidade de recuar diante do abismo. Os alemães estavam alarmados com os preparativos de guerra dos russos. A última medida tomada pelo governo do czar tornava a situação muito mais crítica, uma vez que nos círculos militares alemães, assim como nos franceses e russos, mobilização geral significava guerra. Ao saber que o decreto do czar tinha sido posto em execução, o governo do *kaiser* expediu um ultimato a São Petersburgo, exigindo que a mobilização cessasse dentro de doze horas. Na tarde de 1.º de agosto o embaixador alemão solicitou uma entrevista com o ministro russo das relações exteriores. Rogou a Sazonov que desse uma resposta favorável ao ultimato alemão. Sazonov respondeu que a mobilização não podia ser detida, mas que a Rússia estava disposta a entrar em negociações. O embaixador reiterou seu pedido uma segunda e terceira vez, acentuando as terríveis conseqüências de uma resposta negativa. Sazonov terminou dizendo: "Não tenho outras respostas para lhe dar". O embaixador entregou então uma declaração de guerra ao ministro e, sem poder conter as lágrimas, retirou-se da sala. Nesse meio tempo, os ministros do *kaiser* tinham também enviado um ultimato à França, exigindo que ela desse a conhecer suas intenções. O primeiro-ministro Viviani respondeu, a 1.º de agosto, que a França agiria "de acordo com os seus interesses" e ordenou imediatamente a mobilização do exército. Em 3 de agosto a Alemanha declarou guerra à França.

A Inglaterra entra na guerra

Todos os olhares voltaram-se então para a Inglaterra. Que faria ela agora, ao ver que os dois outros membros da Tríplice Entente se haviam atirado à guerra? Durante algum tempo, depois de ter-se tornado crítica a situação no continente, a Inglaterra vacilou. É difícil acreditar que os ingleses houvessem permanecido por muito tempo fora da guerra, mesmo que a neutralidade da Bélgica não tivesse sido violada. Com efeito, já a 29 de julho, Sir Edward Grey, secretário britânico do exterior, advertira o embaixador alemão em Londres de que se a França fosse arrastada à guerra, a Grã-Bretanha lhe seguiria os passos. Não obstante, foi a invasão do território belga que forneceu o motivo imediato para que os ingleses entrassem no conflito. A Grã-Bretanha assinara um tratado garantindo a neutralidade da Bélgica. Além disso, havia um século que a Grã-Bretanha seguia a política de impedir o domínio dos Países Baixos, que lhe ficavam fronteiros do outro lado da Mancha, por qualquer nação poderosa do continente. Os alemães planejavam atacar a França através da Bélgica. Por conseguinte, pediram ao governo belga permissão para enviar tropas através de seu território, prometendo respeitar a independência da nação e indenizar os belgas por quaisquer depredações causadas a suas propriedades. Como a Bélgica recusasse, as tropas alemãs começaram a atravessar a fronteira. O secretário britânico do exterior compareceu imediatamente ao Parlamento e declarou que seu país devia acorrer em defesa do direito internacional, protegendo as pequenas nações. Argumentou que a paz em tais circunstâncias seria um crime moral e que a Inglaterra perderia o respeito dos países civilizados se deixasse de cumprir seus compromissos de honra nessa ocasião. No dia seguinte, 4 de agosto, o gabinete enviou um ultimato a Berlim, exigindo que a Alemanha respeitasse a neutralidade belga e desse até a meia-noite uma resposta satisfatória. Os

ministros do *kaiser* não tiveram outra resposta a dar senão que se tratava de uma necessidade militar e que era questão de vida ou morte para a Alemanha poderem seus soldados alcançar a França pelo caminho mais fácil e mais rápido. Quando o relógio bateu meia-noite, a Inglaterra e a Alemanha estavam em guerra.

A conflagração se espalha

Outras nações foram rapidamente arrastadas no terrível sorvedouro. Em 7 de agosto os montenegrinos juntaram-se a seus consangüíneos sérvios na luta contra a Áustria. Duas semanas depois o Japão declarou guerra à Alemanha, em parte devido à sua aliança com a Inglaterra, mas sobretudo com o objetivo de conquistar as possessões alemãs no Extremo Oriente. A 1.º de agosto a Turquia negociou uma aliança com a Alemanha e em outubro começou o bombardeio dos portos russos do mar Negro. Destarte, a maioria das nações positivamente ligadas por alianças ingressaram no conflito em sua fase inicial, quer de um lado, quer do outro. A Itália, no entanto, embora ainda fosse oficialmente um membro da Tríplice Aliança, proclamou-se neutra. Insistiam os italianos em que a Alemanha não estava fazendo uma guerra defensiva e, por conseguinte, não tinham obrigação de auxiliá-la. A Itália permaneceu neutra até maio de 1915, quando a Inglaterra e a França seduziram seus dirigentes, com promessas de cessão de territórios austríacos e turcos, a lançar-se na guerra ao lado da Tríplice Entente.

2. A PROVA DE SANGUE

A "guerra santa" das principais potências

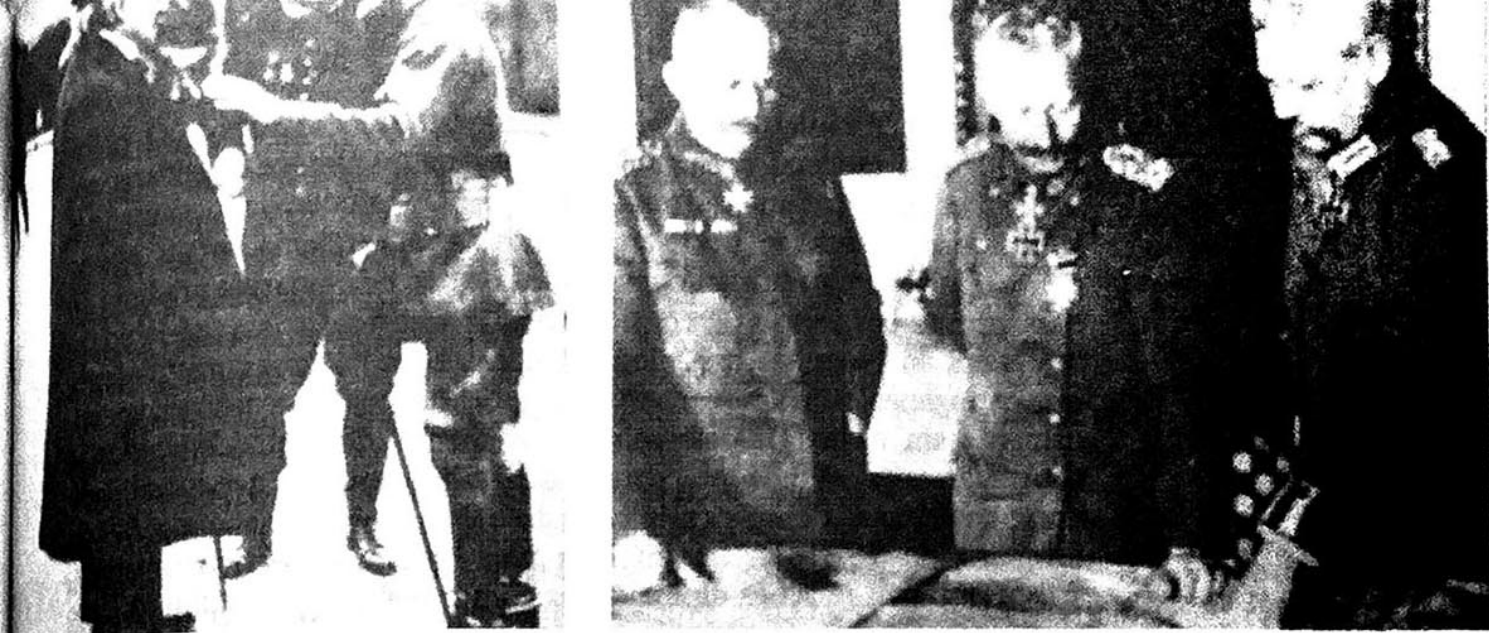
Afirma o Apocalipse que as formas do bem e do mal se concentrarão no "grande dia de Deus" para travarem batalha em Armagedon. Dir-se-ia que o autor estava pensando no titânico conflito em que se engolfaram as nações européias em 1914. Isto porque poucos admitiam que aquela guerra fosse uma luta entre potências imperialistas rivais ou um produto de ciúmes nacionalistas; era, ao contrário, representada pelos porta-vozes de ambos os campos como uma cruzada contra as forças do mal. Mal havia começado o conflito, os líderes políticos da Inglaterra e da França caracterizaram-no como um denodado esforço para salvaguardar os direitos dos fracos e preservar a supremacia do direito e da moral internacionais. A 6 de agosto de 1914, o primeiro-ministro Asquith declarou que a Inglaterra entrara na luta para defender "o princípio de que as nacionalidades menores não devem ser esmagadas pela vontade arbitrária de uma potência forte e dominadora". Do outro lado da Mancha, o presidente Poincaré asseverava a seus compatriotas que a França não tinha outro objetivo senão o de defender "perante o universo a Liberdade, a Justiça e a Razão". Socialistas que haviam, no passado, proclamado sua solidariedade internacional e sua oposição às guerras do capitalismo, declaravam-se agora quase unanimemente patriotas. Mais tarde, em conseqüência da pregação de oradores escritores como H. G. Wells, Gilbert Murray e do presidente norte-americano Woodrow Wilson, a cruzada da Entente converteu-se numa guerra para redimir a humanidade da maldição do militarismo. No campo adversário, os subordinados do *kaiser* faziam tudo que podiam para justificar os esforços militares da Alemanha. A luta contra a Entente era representada ao povo alemão como uma cruzada em prol de uma *Kultur* superior e como uma batalha para proteger a pátria contra a perversa

política de cerco das potências da Entente. Os políticos socialistas alemães foram persuadidos a votar em favor da guerra sob o pretexto de que uma guerra alemã contra a Rússia ajudaria a libertar o povo russo do jugo czarista.

Guerra de atrito

A I Guerra Mundial iludiu os especialistas militares, segundo os quais ela terminaria depressa. A guerra aberta logo desapareceu da Frente Ocidental – a linha de batalha que atravessava a França, indo da Suíça até o mar do Norte – onde a luta se concentrou durante quatro anos. Depois do avanço inicial alemão na França, os exércitos antagonistas se instalaram numa vasta rede de trincheiras, das quais partiam assaltos, comumente ao lusco-fusco da madrugada, a fim de desalojar o inimigo. Tais ataques nunca produziam mais que resultados limitados. Protegidos por arame farpado e metralhadoras, que faziam sua primeira aparição importante numa guerra européia, os defensores gozavam de vantagem. A única arma capaz de romper o impasse, o tanque, só foi usada em batalha em 1916, e mesmo assim com tal relutância por parte dos comandantes tradicionalistas que seu emprego quase não fez diferença. Os aeroplanos eram usados quase exclusivamente para reconhecimento, embora ocorressem combates aéreos ocasionais entre pilotos alemães e Aliados. Os alemães enviaram Zeppelins em ataques contra Londres, mas causaram poucos danos. Os oficiais comandantes continuavam a acreditar que a guerra teria de ser vencida em terra. Só investindo contra os inimigos, primeiro com artilharia e depois com milhares de homens armados de fuzis, granadas e baionetas, acreditavam que conseguissem chegar ao sempre fugidio "rompimento das linhas". Em mais de uma ocasião, os responsáveis pelas campanhas tentaram pôr fim ao impasse abrindo frentes em outras áreas do mundo. Em 1915 a Grã-Bretanha e a França tentaram um desembarque em Gallipoli, na Ásia Menor, na esperança de afastar a Turquia da guerra. Contudo, a campanha foi um desastre para as potências da Entente, já que não conseguiu, como outras, redirecionar os combates ou livrá-los da imobilidade das trincheiras.

O preço em vidas

A vida para o soldado comum na Frente Ocidental alternava entre a monotonia cotidiana e o extremo desagrado de semanas a fio em trincheiras lamacentas e infestadas de vermes, cabendo-lhe ocasionalmente a horrenda experiência de batalha, um pesadelo não só de artilharia, metralhadoras e arame farpado, mas também de balas explosivas, fogo líquido e gases venenosos. Batalhas que não levavam a quase nada devoravam os homens que nelas combatiam. Mais de 600.000 soldados foram mortos e feridos quando os alemães sitiaram sem êxito o reduto de Verdun, perto da fronteira oriental da França, durante seis meses, em 1916. Na batalha do rio Somme, que durou de julho a outubro de 1916 e que rendeu aos ingleses e franceses apenas alguns quilômetros, os alemães perderam 500.000 homens, os ingleses 400.000 e os franceses 200.000. Ainda que a guerra, devido à sua natureza imobilista, tenha feito um número relativamente pequeno de baixas civis, a quantidade total de mortos e feridos foi espantosa: de um total estimado de 65 milhões de homens que lutaram sob as bandeiras dos vários beligerantes, 10 milhões morreram e outros 20 milhões ficaram feridos. A luta foi um prélio de resistência. A vitória das potências da Entente ocorreu em virtude de terem mantido o controle dos mares e

Líderes da época da I Guerra. À esquerda: Haig, Joffre e Lloyd George discutindo estratégias. À direita: Examinando um mapa estão Heidemberg, Guilherme II e Ludendorff, membros do alto comando alemão.

podido obter provisões quase ilimitadas de dinheiro, alimentos e munições junto a aliados e países neutros em todo o mundo.

Os Estados Unidos juntam-se aos Aliados

À medida que o conflito se prolongava, um número cada vez maior de nações se empenhava na luta, de um lado ou de outro. A Itália retardou sua entrada até a primavera de 1915. A Bulgária juntou-se à Alemanha e seus aliados, conhecidos como Potências Centrais, em setembro de 1915, e a Romênia aliou-se ao campo oposto mais ou menos um ano depois. O acontecimento que por fim fez pender a balança em favor da vitória da Entente foi a declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha, em 6 de abril de 1917. Os Estados Unidos entraram na guerra por diversas razões. O presidente Wilson e outras altas autoridades do governo utilizaram toda espécie de argumentos morais – "tornar o mundo seguro para a democracia", banir a autocracia e o militarismo e criar uma liga de nações em lugar das velhas manobras diplomáticas. No entanto, é fora de dúvida que a razão principal foi a preocupação do governo americano no sentido de manter o equilíbrio de poder na Europa. Durante anos, fora doutrina dominante no Departamento de Estado e entre oficiais do exército e da marinha que a segurança dos Estados Unidos dependia de um equilíbrio de forças no Velho Mundo. Não era admissível que uma potência estabelecesse sua supremacia sobre toda a Europa. Enquanto a Grã-Bretanha fosse bastante forte para impedir essa supremacia, os Estados Unidos não corriam perigo. Crêem alguns que as autoridades norte-americanas estavam tão acostumadas a encarar a marinha britânica como o escudo da segurança americana que não podiam conceber a idéia de uma situação diferente. A Alemanha, contudo, não só desafiava a supremacia naval britânica como ameaçava levar o povo inglês à rendição pela fome e estabelecer hegemonia sobre toda a Europa.

Guerra submarina

A causa direta da participação americana na I Guerra Mundial foi a guerra submarina dos alemães. Quando se tornou claro que a guerra seria de atrito, os alemães reconheceram que se não conseguissem quebrar o controle da Entente sobre os mares, seriam derrotados. O resultado foi uma campanha de guerra submarina. Em fevereiro de 1915 o governo do *kaiser* anunciou que os navios neutros que se dirigissem

para portos britânicos seriam torpedeados sem aviso prévio. O presidente Wilson replicou declarando que os Estados Unidos considerariam a Alemanha "estritamente responsável" por qualquer dano causado à vida ou aos bens de norte-americanos. A advertência surtiu pouco efeito. Os alemães estavam convencidos de que o submarino era uma de suas armas mais valiosas e consideravam-se justificados em usá-lo como represália ao bloqueio britânico. Também acreditavam, corretamente, que os ingleses estavam recebendo material bélico embarcado clandestinamente em navios de passageiros provenientes dos Estados Unidos, e continuaram a afundá-los, parecendo assim violarem a neutralidade norte-americana. Como os ministros do *kaiser* anunciassem que a 1.º de fevereiro de 1917 dariam início a uma guerra submarina irrestrita, Wilson rompeu relações diplomáticas com o governo de Berlim. A 2 de abril compareceu perante uma sessão conjunta das duas casas do Congresso e solicitou uma declaração de guerra.

3. REVOLUÇÃO EM MEIO À GUERRA

A incompetência do czar

Em meio à guerra mundial sobreveio uma revolução. A Rússia, já gravemente debilitada por conflitos internos antes de 1914, viu-se incapaz de enfrentar a sobrecarga da guerra contínua. Numa nação de governo tão autocrático quanto era a Rússia, um bem sucedido esforço de guerra dependia muito da determinação e talentos de seu governante, o czar. Entretanto, Nicolau II era, por natureza, irresoluto e débil. Suas limitadas aptidões eram ainda solapadas pela irracionalidade de sua esposa, Alexandra, fanática religiosa, e do mentor espiritual da czarina, o monge Rasputin, que lhe havia conquistado a simpatia por sua capacidade de aliviar os sofrimentos de seu filho hemofílico e utilizava a

Czar Nicolau II e sua família às vésperas da revolução.

influência que exercia sobre ela em proveito próprio. A incompetência do czar fazia com que a Rússia não conseguisse vencer as batalhas e sofresse uma série de derrotas humilhantes diante dos alemães. Em alguns casos os soldados eram mandados para a frente sem fuzis ou vestuário adequado. As instalações hospitalares eram insuficientes. O sistema ferroviário desintegrou-se por completo, determinando uma escassez de alimentos não só para o exército mas também nas cidades. Ao fim de 1916, o poder de resistência da Rússia estava praticamente aniquilado.

A revolução de março de 1917

A revolução na Rússia passou por uma série de fases de certo modo semelhantes às da Revolução Francesa de 1789. A primeira delas iniciou-se em março de 1917, com a abdicação forçada do czar. A causa primordial desse fato foi o descontentamento com a direção da guerra. Houve, porém, muitos outros fatores, como a inflação e a conseqüente alta de preços, a escassez de alimentos e de carvão nas áreas urbanas. Com a deposição do czar o governo passou para as mãos de um ministério provisório, organizado por líderes políticos da Duma, em colaboração com representantes dos trabalhadores de Petrogrado, que davam a si próprios o nome de soviete, ou conselho governamental. (A cidade abandonara o nome supostamente alemão de São Petersburgo no começo da guerra.) Com exceção de Alexandre Kerenski (1881-1970), membro do Partido Social-Revolucionário, de base rural, quase todos os ministros eram liberais burgueses, que tinham a esperança de transformar a autocracia russa numa monarquia constitucional modelada pela da Grã-Bretanha. Com tal objetivo em vista, lançaram uma proclamação de direitos civis, libertaram milhares de presos e planejaram a eleição de uma assembléia constituinte.

O governo provisório

O governo provisório mostrou-se inadequado para resolver os problemas que enfrentava. Seus dirigentes pareciam não compreender as novas condições impostas pela guerra ou mesmo algumas que haviam surgido antes dela. Entre estas estavam o congestionamento das cidades, o aparecimento de uma classe trabalhadora urbana e a inevitável dureza

Cenas da Revolução Russa. À esquerda: luta de rua em Petrogrado, 1917. À direita: soldados russos unem-se aos bolcheviques diante do Palácio de Inverno.

do conflito de classes nas fases iniciais da industrialização. Ademais, os responsáveis pelo governo provisório cometeram o erro de tentar continuar a guerra com base em anteriores objetivos imperialistas. Esperavam ganhar Constantinopla e tudo mais que havia sido prometido à Rússia nos tratados secretos. Mas a massa do povo estava mortalmente cansada dos anos de privações e luta. Tudo que desejava era a paz e uma oportunidade de voltar à vida normal. Por conseguinte, em maio, quando os líderes reiteraram sua promessa de apoiar as potências da Entente, a oposição foi tão veemente que eles tiveram de renunciar. Organizou-se então um novo governo, que conseguiu manter-se no poder até setembro. Encabeçado por Kerenski, era formado principalmente por socialistas moderados. O fracasso final desse regime pode ser atribuído sobretudo ao papel insignificante desempenhado pela classe média russa na época. Em nenhum sentido pode ser comparada, como força revolucionária, com a burguesia francesa de 1789. Era muito menor e não tinha o prestígio nem a riqueza dos elementos que destruíram a monarquia absoluta de Luís XVI. Além disso, contava com pouco apoio da massa do povo russo.

O triunfo dos bolcheviques

A queda do regime de Kerenski assinala o fim da primeira fase da revolução russa. A segunda começou imediatamente depois, com a ascensão ao poder dos bolcheviques, liderados por Lenin, a 7 de novembro de 1917. Logo após a derrubada do czar, os bolcheviques haviam começado a planejar uma revolução socialista. Insinuaram-se no Soviete (Conselho de Deputados dos Trabalhadores e Soldados) de Petrogrado e rapidamente arrebataram o controle aos mencheviques e social-revolucionários. Organizaram uma Guarda Vermelha armada e apossaram-se dos pontos estratégicos de toda a cidade. A 7 de novembro, tudo estava pronto para um golpe de estado. Guardas Vermelhos ocuparam quase todos os edifícios públicos e por fim prenderam os membros do governo, embora o próprio Kerenski tivesse fugido. Dessa forma os bolcheviques conquistaram o poder com pouquíssima luta. Seu lema "Paz, Terra e Pão" os havia transformado em heróis aos olhos dos soldados desgostosos com a guerra, dos camponeses famintos de terra e da população urbana que padecia da falta de muitas coisas. Assim que possível, os bolcheviques procuraram fazer a paz com a Alemanha, aceitando condições que incluíam a entrega da Polônia, da Ucrânia e da Finlândia. O tratado de paz foi assinado em Brest-Litovsk em março de 1918.

A Rebelião da Páscoa na Irlanda

Outro surto revolucionário desse período foi a chamada Rebelião da Páscoa, na Irlanda. Ao iniciar-se a I Guerra Mundial, os nacionalistas irlandeses, que se ressentiam contra o domínio de seu país pelos ingleses, estavam prontos para a revolta. Havia-lhes sido prometida a autonomia às vésperas da guerra, porém mais tarde os ingleses voltaram atrás, alegando que uma emergência nacional deveria ter prioridade sobre tudo mais. Isso irritou profundamente a maioria católica do sul da Irlanda. Marcaram a segunda-feira de Páscoa, de 1916, como o dia da revolta. As forças britânicas sufocaram o levante, mas não antes de cem pessoas serem mortas. Insurreições esporádicas mantiveram a ilha em tumulto durante anos, porém foram encerradas temporariamente por um acordo que transformava o sul da Irlanda em república livre. Os condados do norte, ou a província de Ulster, continuariam sujeitos à coroa britânica.

Propostas de paz

Enquanto ia ainda acesa a luta nas várias frentes, durante quatro horríveis anos, fizeram-se várias tentativas para iniciar negociações de paz. Na primavera de 1917, socialistas holandeses e escandinavos resolveram convocar uma conferência socialista internacional a reunir-se em Estocolmo, na esperança de traçar planos de paz que pudessem ser aceitos por todos os beligerantes. O Soviete de Petrogrado abraçou a idéia e, a 15 de maio, emitiu um apelo aos socialistas de todas as nações para que mandassem delegados à conferência e persuadissem os seus governos a aceitarem uma paz "sem anexações nem indenizações, sobre a base da autodeterminação dos povos". Os partidos socialistas de todos os principais países, tanto de um campo como do outro, acolheram essa fórmula e estavam ansiosos por enviar delegados à conferência, mas o projeto foi abandonado quando os governos inglês e francês negaram permissão a qualquer de seus cidadãos para participar dela. A prova de que os governantes dos estados da Entente não temiam essas propostas unicamente por terem emanado de socialistas está no fato de haverem rejeitado com a mesma veemência uma fórmula semelhante sugerida pelo papa. Ninguém se mostrava disposto a tomar a sério as propostas de paz. Woodrow Wilson, como porta-voz dos Aliados, declarou que seriam impossíveis as negociações de paz, em quaisquer condições, enquanto a Alemanha permanecesse sob o governo do *kaiser*. As Potências Centrais diziam encarar com bons olhos o sentido geral das sugestões do papa, mas recusavam comprometer-se no tocante a indenizações e restituições, especialmente a restauração da Bélgica.

Os Quatorze Pontos de Wilson

A mais famosa de todas as propostas de paz foi o programa do presidente Wilson, os Quatorze Pontos, que ele incorporou à sua mensagem ao Congresso em 8 de janeiro de 1918. Sintetizados com a brevidade possível, os pontos eram os seguintes: (1) "acordos públicos, negociados publicamente", ou seja, a abolição da diplomacia secreta; (2) liberdade dos mares; (3) eliminação das barreiras econômicas entre as nações; (4) limitação dos armamentos nacionais ao "nível mínimo compatível com a segurança"; (5) ajuste imparcial das pretensões coloniais, tendo em vista os povos atingidos por elas; (6) evacuação dos exércitos estrangeiros que ocupavam a Rússia; (7) restauração da independência da Bélgica; (8) restituição da Alsácia e da Lorena à França; (9) reajustamento das fronteiras italianas, "seguindo linhas divisórias de nacionalidade claramente reconhecíveis"; (10) desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria; (11) restauração da Romênia, da Sérvia e de Montenegro, com acesso ao mar para a Sérvia; (12) desenvolvimento autônomo para os povos da Turquia, sendo os estreitos que ligam o mar Negro ao Mediterrâneo "abertos permanentemente"; (13) uma Polônia independente, "habitada por populações indiscutivelmente polonesas"; e (14) a criação de uma Liga das Nações. Em diversas ocasiões, no decorrer de todo o ano de 1918, Wilson reafirmou em discursos públicos que esse programa formava a base da paz pela qual trabalharia. Milhares de cópias dos Quatorze Pontos foram espalhadas por aviões dos Aliados sobre as trincheiras alemãs e atrás das linhas, num esforço de convencer tanto os soldados quanto o povo de que as nações da Entente estavam-se esforçando por estabelecer uma paz justa e duradoura.

O colapso das Potências Centrais

Ao terminar o verão de 1918 a longa carnificina aproximava-se do fim. Uma grande ofensiva, lançada em julho por forças inglesas, francesas e norte-americanas, desferiu sucessivos golpes esmagadores contra os batalhões alemães, obrigando-os a recuar quase até a fronteira belga. No fim de setembro, a causa das Potências Centrais estava perdida. A Bulgária retirou-se da guerra a 30 desse mês. Nos primeiros dias de outubro, o novo chanceler alemão, o príncipe Max de Baden, um liberal, apelou para o presidente Wilson, propondo negociações de paz com base nos Quatorze Pontos. Mas a luta continuou, porque Wilson havia voltado à sua primitiva exigência de que os alemães depusessem o *kaiser*. Os aliados restantes da Alemanha viam-se à beira do colapso. A Turquia rendeu-se no fim de outubro. O império dos Habsburgos estava sendo desintegrado por rebeliões por parte das nacionalidades minoritárias. Além disso, uma ofensiva austríaca contra a Itália não só fora infrutífera como incitara os italianos a uma contra-ofensiva que resultou na perda da cidade de Trieste e na captura de 300.000 prisioneiros. A 3 de novembro o imperador Carlos I, que sucedera em 1916 a Francisco José, assinou um armistício que pôs a Áustria fora da guerra.

Assinatura do armistício

A Alemanha ficou então com a impraticável tarefa de continuar sozinha a luta. O moral das tropas decaía rapidamente. O bloqueio causava tamanha escassez de alimentos que havia um perigo real de fome. Os abalos revolucionários que se faziam sentir desde algum tempo transformaram-se em violento terremoto. A 8 de novembro foi proclamada uma república na Baviera. No dia seguinte quase toda a Alemanha estava convulsionada pela revolução. Publicou-se em Berlim um decreto anunciando a abdicação do *kaiser* e bem cedo na manhã seguinte ele atravessou a fronteira da Holanda. Entrementes, o governo da nação havia passado para as mãos de um conselho provisório chefiado por Friedrich Ebert, líder dos socialistas no Reichstag. Ebert e seus colegas tomaram medidas imediatas para concluir as negociações de um armistício. As condições impostas pelas potências da Entente estabeleciam a aceitação dos Quatorze Pontos, com três modificações. Primeiro, o ponto referente à liberdade dos mares seria riscado, atendendo a um pedido dos ingleses. Segundo, a restauração das áreas invadidas devia ser interpretada de modo a incluir reparações, ou seja, pagamentos, aos vencedores, que lhes ressarcissem os prejuízos. Terceiro, a exigência de autonomia para os povos vassalos da Áustria-Hungria seria transformada em independência. Além disso, tropas das nações da Entente ocupariam certas cidades do vale do Reno; o bloqueio continuaria em vigor; e a Alemanha devia entregar 5.000 locomotivas, 150.000 vagões ferroviários e 5.000 caminhões, tudo em bom estado. Os alemães não tinham alternativa e tiveram de aceitar essas condições. Às cinco horas da manhã de 11 de novembro, dois delegados da nação derrotada encontraram-se na escura floresta de Compiègne com o comandante dos exércitos da Entente, o marechal Foch, e assinaram os papéis que punham termo oficialmente à guerra. Seis horas depois foi dada às tropas a ordem de cessar-fogo. Nessa noite, milhares de pessoas dançaram nas ruas de Londres, Paris e Roma, presas do mesmo delírio com que haviam saudado as declarações de guerra.

A paz concluída nas várias conferências realizadas em 1919 e 1920 mais se assemelhou a uma sentença passada por um tribunal que a um acordo negociado. A propaganda incentivara os soldados e civis vito-

riosos a julgar que os sacrifícios que haviam feito pelo esforço de guerra seriam compensados por pagamentos arrancados aos "perversos" alemães. David Lloyd George, primeiro-ministro britânico, fez sua campanha eleitoral de 1918 com base no lema "Enforquem o Kaiser!", enquanto um de seus correligionários exigiria "Espremer o limão alemão até os caroços espirrarem!" Em todos os países aliados o nacionalismo e a democracia se combinavam para tornar impossível a transigência e reiterar a afirmativa de que a guerra era uma cruzada do bem contra o mal. Era inevitável que o acordo de paz preparado pelos vitoriosos refletisse tais sentimentos.

Uma paz dispendiosa

A conferência convocada em Paris[3] para estabelecer a paz com os alemães esteve teoricamente reunida de janeiro a junho de 1919, mas só se realizaram seis sessões plenárias. Todos os assuntos importantes da conferência foram tratados por pequenas comissões. A princípio havia um Conselho dos Dez, formado pelo presidente e pelo secretário de estado dos Estados Unidos e pelos primeiros-ministros e ministros do exterior da Grã-Bretanha, da França, da Itália e do Japão. Em meados de março, como esse órgão parecesse de manejo demasiado difícil, foi reduzido a um Conselho dos Quatro, do qual faziam parte o presidente dos Estados Unidos e os primeiros-ministros da Inglaterra, da Itália e da França. Um mês depois o Conselho dos Quatro transformou-se num Conselho dos Três, quando o primeiro-ministro Vittorio Orlando se retirou abespinhado da conferência porque Wilson recusara a conceder à Itália tudo que ela exigia.

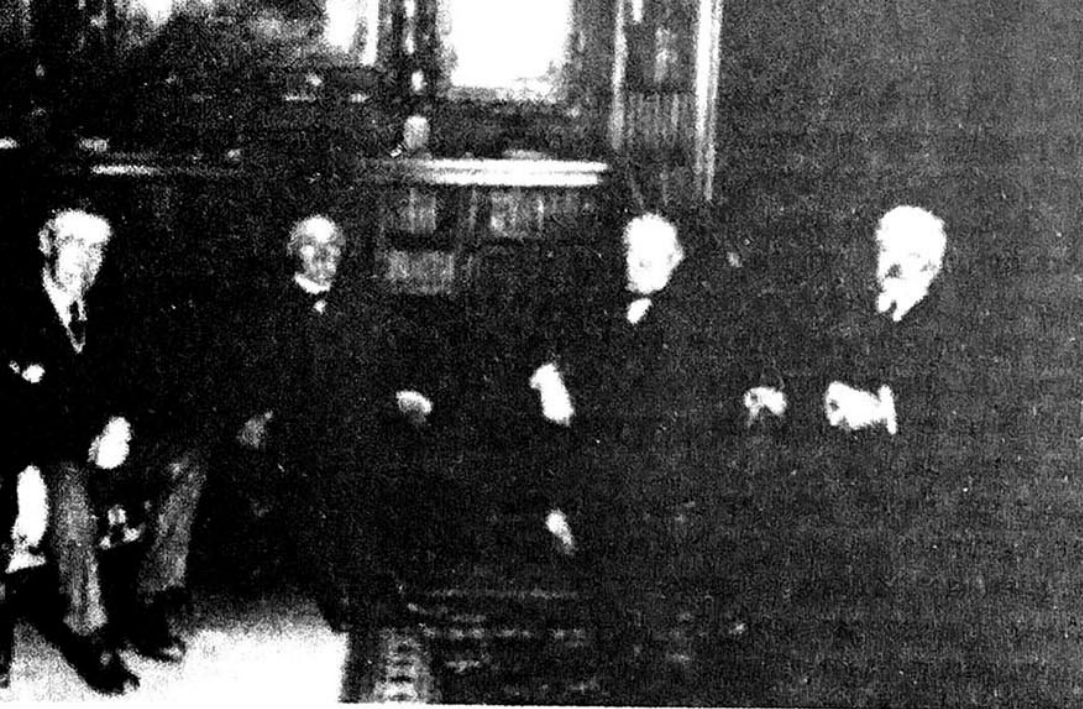
A Conferência de Paris

O caráter definitivo do Tratado de Versalhes foi fixado quase inteiramente pelos chamados "Três Grandes" – Wilson, Lloyd George e Clemenceau. Seria quase impossível reunir, para um propósito comum, três estadistas com personalidades mais diferentes entre si. Wilson era um idealista inflexível, habituado a ditar ordens a subordinados e convencido de que as forças da eqüidade estavam do seu lado. Quando se defrontava com realidades desagradáveis, como eram os tratados secretos entre os governos da Entente para a divisão dos despojos, tinha o hábito de pô-las à parte como coisas destituídas de importância e acabava esquecendo-as como se nunca tivesse ouvido falar nelas. Embora conhecesse pouco as tortuosas maquinações da diplomacia européia, seu temperamento inflexível não lhe permitia aconselhar-se com seus colegas nem ajustar seus pontos de vista aos destes. Lloyd George, um astuto galês que sucedera a Asquith como primeiro-ministro da Inglaterra em 1916, possuía uma habilidade e um humor céltico que lhe valeram o sucesso em muitas ocasiões em que Wilson falhou; mas era acima de tudo um político – matreiro e pouco interessado em problemas específicos da Europa, como o nacionalismo.

Os Três Grandes: Wilson e Lloyd George

O terceiro membro do grande triunvirato era o velho e cínico primeiro-ministro francês, Georges Clemenceau. Nascido em 1841, Clemenceau fora jornalista nos Estados Unidos logo depois da Guerra Civil. Mais tarde ganhara a alcunha de "Tigre", como inimigo implacável dos clericais e monarquistas. Lutara pela república nos tempestuosos dias do episódio boulangista, do caso Dreyfus e do esforço pela separação entre

Clemenceau

[3] Essa conferência realizou a maior parte de seus trabalhos em Paris. O tratado de paz com a Alemanha, no entanto, recebeu o nome de Tratado de Versalhes por ter sido assinado nesse subúrbio parisiense.

O Conselho dos Quatro. Reunido para estabelecer um tratado de paz, em Paris, Orlando da Itália, Lloyd George da Inglaterra, Clemenceau da França e Wilson dos Estados Unidos.

a Igreja e o Estado. Por duas vezes tinha visto a França ser invadida e sua existência correr grave risco. Agora a situação se invertera e os franceses, no pensar de Clemenceau, deviam tirar todas as vantagens da oportunidade. Somente conservando a Alemanha prostrada debaixo de rígido controle é que a França poderia garantir sua segurança.

A diluição dos Quatorze Pontos

Desde o começo, os principais arquitetos do Tratado de Versalhes tiveram pela frente problemas embaraçosos. Um deles era o que fazer com os Quatorze Pontos. Não podia haver dúvida de que eles tinham sido a base da rendição da Alemanha em 11 de novembro. Era igualmente indiscutível que Wilson os apresentara como o programa da Entente para uma paz permanente. Os povos do mundo tinham, por conseguinte, todo direito de esperar que os Quatorze Pontos constituíssem o modelo do Tratado de Versalhes, sujeitos apenas às três emendas introduzidas antes da assinatura do armistício. Na realidade, todavia, ninguém entre os mais altos dignitários da conferência, com exceção do próprio Wilson, levava a sério os Quatorze Pontos. No final das contas, o presidente dos Estados Unidos só pôde salvar, e assim mesmo sob uma forma modificada, quatro artigos de seu famoso programa: o sétimo, que prescrevia a restauração da Bélgica; o oitavo, que exigia a devolução da Alsácia e da Lorena à França; o décimo, que estipulava a independência dos povos da Áustria-Hungria; e o último, que instituía a Liga das Nações. Os outros foram desdenhados ou modificados a tal ponto que perderam sua significação original.

A Alemanha condenada

Em fins de abril de 1919 os termos do Tratado de Versalhes estavam prontos para ser submetidos ao inimigo e a Alemanha recebeu ordem de enviar seus delegados para ouvi-los. A 29 desse mês uma delegação chefiada pelo conde von Brockdorff-Rantzau, ministro do exterior do governo republicano provisório, chegou a Versalhes. Uma semana depois os membros da delegação tiveram ordem de comparecer perante os representantes dos Aliados a fim de conhecerem a sentença imposta à sua nação. Como Brockdorff-Rantzau protestasse, dizendo que os termos eram duros demais, Clemenceau informou-o de que a Alemanha teria exatamente três semanas para resolver se assinaria ou não. Por fim foi preciso prorrogar o prazo, pois os chefes do governo alemão preferiram demitir-se a aceitar o tratado. Sua atitude foi resumida pelo

chanceler Philip Scheidemann numa frase incisiva: "Qual a mão que não secaria depois de tentar prender a si mesma e a nós nesses grilhões?" Os Três Grandes fizeram então alguns ajustes de pequena monta, principalmente a instâncias de Lloyd George, e a Alemanha foi notificada de que às 19 horas de 23 de junho proceder-se-ia à invasão do país se este não tivesse aceito o tratado. Pouco depois das cinco horas, um novo governo republicano provisório anunciou que cederia ante a "força esmagadora" e acedia aos termos dos vencedores. Em 28 de junho, quinto aniversário do assassínio do arquiduque austríaco, representantes do governo alemão e dos Aliados reuniram-se no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes e apuseram suas assinaturas ao Tratado.

Principais cláusulas do Tratado de Versalhes

As disposições do Tratado de Versalhes podem ser esboçadas em linhas gerais. A Alemanha devia entregar a Alsácia e a Lorena à França, o Schleswig setentrional à Dinamarca e a maior parte da Posnânia e da Prússia Ocidental à Polônia. As minas de carvão da bacia do Sarre seriam cedidas à França, que teria o direito de explorá-las durante quinze anos. Ao terminar esse prazo o governo alemão poderia tornar a comprá-las. Quanto ao próprio território do Sarre, seria administrado pela Liga das Nações até 1935, data em que se realizaria um plebiscito para decidir se ele continuaria submetido à Liga, se voltaria para a Alemanha ou se seria entregue à França. A província alemã da Prússia Oriental ficava separada do resto do território alemão, e o porto de Danzig, quase inteiramente germânico, era submetido ao controle político da Liga das Nações e ao domínio econômico da Polônia. A Alemanha seria desarmada, entregando todos seus submarinos e suas belonaves de superfície, com exceção de seis pequenos encouraçados, seis cruzadores leves, seis contratorpedeiros e doze lanchas torpedeiras. Foi-lhe proibido ter qualquer aviação militar ou naval e limitou-se seu exército a 100.000 homens, entre oficiais e soldados, a serem recrutados por alistamento voluntário. A fim de prevenir qualquer ataque futuro à França ou à Bélgica, a Alemanha foi proibida de manter soldados ou construir fortificações no vale do Reno. Por último, a Alemanha e seus aliados foram responsabilizados por todas as perdas e danos sofridos pelos governos da Entente e seus cidadãos "em conseqüência da guerra que lhes fora imposta pela agressão da Alemanha e seus aliados". Era essa a chamada cláusula da culpa da guerra (artigo 231), mas foi também a base para as reparações alemãs. O total exato que a Alemanha deveria pagar ficou a cargo de uma Comissão de Reparações. Em 1921 a soma foi fixada em 33 bilhões de dólares.

A meta de autodeterminação

De modo geral o Tratado de Versalhes aplicava-se somente à Alemanha. Pactos separados foram redigidos para ajustar contas com seus aliados – a Áustria-Hungria, a Bulgária e a Turquia. A forma definitiva desses tratados foi determinada principalmente por um Conselho dos Cinco, composto de Clemenceau como presidente, e de um delegado dos Estados Unidos, um da França, um da Grã-Bretanha e um da Itália. Os tratados refletiam o desejo, por parte dos que os prepararam, de reconhecer o princípio de autodeterminação nacional. A experiência convencera os diplomatas de que deviam traçar as fronteiras nacionais de modo a seguir tão de perto quanto possível as tradições étnicas, lingüísticas e históricas dos povos. No entanto, dificuldades políticas tornavam essas divisões impossíveis.

ISLÂNDIA
(Dinamarca)
FERÓE
(Dinamarca)
SHETLANDS
ÓRCADES
HÉBRIDAS
ESCÓCIA
GRÃ-BRETANHA
IRLANDA
Dublin
INGLATERRA
Londres
Canal da Mancha
OCEANO
ATLÂNTICO
MAR
DO
NORTE
NORUEGA
Cristiânia
SUÉCIA
Estocolmo
GOLFO DE BOTHNIA
FINLÂNDIA
Helsingfors
G. da Finlândia
Escagerraque
Categate
DINAMARCA
Copenhague
GOTLÂNDIA
OLAND
MAR
BÁLTICO
PRÚSSIA ORIENTAL
(Alemanha)
Danzig
LATVIA
LITUÂNIA
PAÍSES BAIXOS
Amsterdã
Berlim
ALEMANHA
Varsóvia
POLÔNIA
Bruxelas
BELG.
R. Reno
LUXEMBURGO
Paris
Praga
CHECOSLOVÁQUIA
LORENA
ALSÁCIA
R. Danúbio
Viena
Budapeste
Berna
SUÍÇA
ÁUSTRIA
HUNGRIA
BAÍA
DE
BISCAIA
FRANÇA
Belgrado
IUGOSLÁVIA
SÉRVIA
MAR ADRIÁTICO
ITÁLIA
MONTENEGRO
PORTUGAL
Lisboa
Madrid
ESPANHA
CÓRSEGA
(França)
Roma
Tirana
ALBÂNIA
I. BALEARES
Espanha
SARDENHA
(Itália)
GRÉCIA
Estreito de Gibraltar
Tânger
MARROCOS ESP.
SICÍLIA
(Itália)
Argel
Túnis
MAR MEDITERRÂNEO
MALTA
(G. Bretanha)
Rabat
MARROCOS
ARGÉLIA
TUNÍSIA
Trípoli
0
1.000 milhas
LÍBIA

MODIFICAÇÕES TERRITORIAIS NA EUROPA E NO ORIENTE PRÓXIMO
RESULTANTES DA I GUERRA MUNDIAL
Para a Grã-Bretanha
Para a Romênia
Para a Bélgica
Para a França
Para a Dinamarca
Para a Grécia
Para a Itália
Para a Iugoslávia
Tornou-se independente
Limites em 1914
Novos limites resultantes de tratados pós-guerra
R. Volga
Kazan
Samara
Moscou
RÚSSIA SOVIÉTICA
R. Dom
Estalingrado
Mar de Azov
Odessa
MAR CÁSPIO
Tiflis
ARMÊNIA
MAR NEGRO
Constantinopla
Angorá
TURQUIA
PÉRSIA
Mosul
R. Tigre
R. Eufrates
SÍRIA
IRAQUE
LÍBANO
Beirute
Damasco
CHIPRE
(G. Bretanha)
KUWAIT
GOLFO PÉRSICO
PALESTINA
Jerusalém
TRANS-JORDÂNIA
Alexandria
CANAL SUEZ
Cairo
EGITO
R. Nilo

O tratado com a Áustria: a violação da autodeterminação nacional

O acordo com a Áustria, firmado em setembro de 1919, é conhecido como o Tratado de St. Germain. Impunha à Áustria o reconhecimento da independência da Hungria, da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e da Polônia e a cessão àquelas nações de grandes porções de seu território. Era, ademais, obrigada a entregar Trieste, o Tirol meridional e a península da Ístria à Itália. Ao todo a porção austríaca da Monarquia Dual foi despojada de três quartos de sua área e de três quartos de sua população. Contrariando os princípios de autodeterminação, alguns dos territórios cedidos eram habitados em grande parte por alemães — como, por exemplo, o Tirol e a região das montanhas dos sudetos, concedida à Tchecoslováquia. A nação austríaca ficou reduzida a um estado pequeno, sem acesso para o mar, com quase um terço de sua população concentrado na cidade de Viena.

Os tratados com a Bulgária e a Hungria

O segundo tratado com os beligerantes menores foi o de Neuilly, com a Bulgária, assinado em novembro de 1919. A Bulgária foi obrigada a entregar quase todos os territórios que adquirira desde a primeira guerra balcânica. Cederam-se terras à Romênia, ao novo reino da Iugoslávia e à Grécia. Também neste caso a autodeterminação ficou comprometida. Todas essas regiões eram habitadas por numerosas minorias búlgaras. Como a Hungria fosse agora um estado independente, tornava-se necessário impor-lhe um tratado separado; foi ele o Tratado do Trianon, assinado em junho de 1920. Exigia que a Eslováquia fosse cedida à Tchecoslováquia, a Transilvânia à Romênia e a Croácia-Eslavônia à Iugoslávia. Há poucos exemplos de tão flagrante violação do princípio da autodeterminação dos povos. Numerosas partes da Transilvânia tinham uma população composta de mais de 50 por cento de húngaros. A Eslováquia incluía não somente os eslovacos mas quase um milhão de magiares e aproximadamente 500.000 rutenos. Daí ter irrompido na Hungria, depois da guerra, um fanático movimento irredentista orientado para a recuperação dessas províncias perdidas. O Tratado do Trianon reduziu a área da Hungria de 324.000 para 90.000 quilômetros quadrados, e sua população de 22 milhões para 8 milhões de habitantes.

Os tratados de Sèvres e Lausanne, com a Turquia

O ajuste com a Turquia resultou de circunstâncias excepcionais. Os tratados secretos haviam cogitado da transferência de Constantinopla e da Armênia para a Rússia e da divisão, entre a Inglaterra e a França, da maior parte do que restava da Turquia. Mas a retirada da Rússia da guerra após a revolução bolchevique, juntamente com as exigências da Itália e da Grécia no sentido de obterem o cumprimento das promessas que lhes tinham sido feitas, impunham uma revisão considerável do plano primitivo. Por fim, em agosto de 1920 assinou-se em Sèvres, perto de Paris, um tratado que foi submetido ao governo do sultão. Estabelecia ele que a Armênia fosse organizada como uma república cristã, que a maior parte da Turquia européia fosse entregue à Grécia, que a Palestina e a Mesopotâmia se convertessem em "mandatos" britânicos (isto é, que permanecessem sob controle da Liga das Nações, mas administrados pela Grã-Bretanha), que a Síria se tornasse um mandato da França e que a Anatólia meridional fosse reservada como esfera de influência da Itália. Do Império Otomano só restariam a cidade de Constantinopla e as partes setentrional e central da Ásia Menor. Intimidado pelas forças aliadas, o decrépito governo do sultão concordou em assinar esse tratado. Mas um governo revolucionário, organizado em Ankara sob a chefia de Mustafá Kemal (mais tarde chamado Atatürk),

resolveu impedir que fosse posto em execução o Tratado de Sèvres. As forças de Kemal riscaram do mapa a república da Armênia, enxotaram os italianos da Anatólia e reconquistaram a maior parte do território turco europeu que havia sido dado à Grécia. Por fim, em novembro de 1922 ocuparam Constantinopla, depuseram o sultão e proclamaram a república. Consentiram então os Aliados numa revisão da paz. Em 1923 um novo tratado foi concluído em Lausanne, na Suíça, permitindo aos turcos conservar praticamente todo o território que haviam conquistado. Embora bastante reduzida no tamanho em comparação com o antigo Império Otomano, a república turca tinha ainda uma área de cerca de 780.000 quilômetros quadrados e uma população de 13 milhões.

A Liga das Nações

Em cada um dos cinco tratados que puseram termo à guerra com as Potências Centrais figurava o Convênio da Liga das Nações. A criação de uma sociedade em que todos os estados, tanto grandes quanto pequenos, cooperassem para a preservação da paz era o velho sonho dourado do presidente Wilson. Fora essa, na verdade, uma das principais razões que o tinham levado a entrar na guerra. Acreditava que a derrota da Alemanha seria um golpe mortal vibrado no militarismo e que seria possível estabelecer então o controle das relações internacionais por uma comunidade de poder, ao invés do complicado e ineficiente equilíbrio de poder. Contudo, para conseguir que a Liga fosse aceita, viu-se obrigado a transigir em numerosos pontos. Permitiu que sua idéia primitiva de uma redução dos armamentos "ao nível mínimo condizente com a segurança interna" fosse formulada de maneira que lhe dava um sentido completamente diverso, dizendo "segurança nacional". Para induzir os japoneses a aceitar a Liga, concordou em deixar-lhes as antigas concessões alemãs na China. A fim de agradar aos franceses, sancionou a exclusão tanto da Alemanha quanto da Rússia, a despeito de sua velha insistência de que ela deveria incluir todas as nações. Esses inconvenientes eram bastante sérios, mas a Liga recebeu um golpe ainda mais grave quando foi repudiada pela própria nação cujo presidente a havia proposto.

Êxitos e fracassos da Liga

Instalada sob auspícios tão desfavoráveis, a Liga jamais conseguiu cumprir as metas de seu fundador. Somente em poucos casos logrou afastar o espectro da guerra, e em todos eles as partes litigantes eram nações pequenas. Mas em todas as disputas em que se envolviam uma ou mais grandes potências, a Liga não obteve sucesso. Nada fez no caso da usurpação de Vilna pela Polônia, em 1920, porque a Lituânia, a nação esbulhada, não tinha amigos, enquanto a Polônia contava com o poderoso apoio da França. Quando, em 1923, houve uma ameaça de guerra entre a Itália e a Grécia, os italianos recusaram submeter-se à intervenção da Liga e o litígio teve de ser arbitrado por uma mediação direta da Inglaterra e da França. A partir de então, em todas as grandes crises a Liga foi desafiada ou desdenhada. O Japão zombou de sua autoridade ao tomar a Manchúria em 1931 e o mesmo fez a Itália ao conquistar, em 1936, a Etiópia. Em setembro de 1938, quando surgiu a crise da Tchecoslováquia, o prestígio da Liga baixara tanto que quase ninguém pensou em recorrer a ela. Por outro lado, é preciso salientar que o grandioso projeto de Wilson justificou sua existência de outras maneiras, menos espetaculares. Reduziu o tráfico internacional de ópio e ajudou os países pobres e atrasados na profilaxia de doenças. Seus

Edifício da Liga das Nações Unidas, Genebra, Suíça.

organismos coligiram valiosas estatísticas sobre as condições de trabalho e da economia mundial. Realizou plebiscitos em zonas disputadas, superintendeu a administração de cidades internacionalizadas, ajudou a acomodar refugiados políticos e raciais e iniciou, com grande eficiência, a codificação do direito internacional. Tais realizações podem decerto ser consideradas como uma base sólida para um esforço posterior de cooperação internacional, a Organização das Nações Unidas, fundada depois da II Guerra Mundial.

Uma guerra inútil

A Liga das Nações, apesar de todas suas deficiências, foi vista como um resultado promissor da guerra, que muitos logo admitiram ter sido uma carnificina inútil. O preço teria sido enorme mesmo no caso de se alcançar todos os resultados esperados de uma vitória da Entente. Mas foram poucos, na realidade, os ganhos permanentes. Na verdade, a guerra destinada a "acabar com todas as guerras" lançou as sementes de um conflito futuro ainda mais terrível. A autocracia do *kaiser* foi com efeito destruída, mas preparou-se o terreno para novos despotismos. A I Guerra Mundial em nada contribuiu para reduzir o militarismo ou o nacionalismo. Vinte anos depois do fim dos combates, havia quase o dobro de homens armados que em 1913; e as rivalidades e ódios, nacionais e étnicos, continuavam arraigados como sempre.

Mudanças acarretadas pela guerra

Se a guerra não conseguiu fazer o mundo menos parecido com um quartel, alterou-o drasticamente em outros aspectos. Em primeiro lugar, fortaleceu a crença na ineficácia do planejamento e da coordenação centrais. A fim de manter o esforço de guerra, os governos de todos os principais países beligerantes foram obrigados a dirigir a economia através da regulação da produção industrial, do exercício de controle rigoroso sobre importações e exportações e do uso mais eficaz possível da força de trabalho, tanto civil como militar. Em segundo lugar, a guerra transtornou o equilíbrio do comércio mundial. Ao cair bastante o fluxo de produtos acabados provenientes da Europa, os capitalistas japoneses, indianos e sul-americanos ficaram livres para criar indústrias em seus próprios países. Ao terminar a guerra, a Europa verificou que

havia perdido muitos mercados anteriormente garantidos. Terceiro, enquanto a guerra alterava as linhas do comércio mundial, produzia também uma inflação mundial. Para custear a luta, os governos recorriam a políticas de financiamento dos déficits (gastavam mais que a receita) e aumentavam a emissão de papel-moeda, o que, ante a escassez de mercadorias, elevava-lhes os preços. A inflação atingiu sobretudo a classe média, aquelas pessoas que tinham vivido dos rendimentos de investimentos, e agora viam esse dinheiro valer muito menos do que antes. Quarto, embora a guerra trouxesse atribulações para a maioria das pessoas, representou a liberdade para muitas. As mulheres foram emancipadas devido à necessidade que os governos tinham delas em fábricas e fazendas. A contribuição das mulheres para o esforço de guerra sem dúvida explica a concessão do voto feminino na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 1918 e 1920. Por fim, a despeito desse legado de liberação, a contribuição mais permanente do conflito ao espírito do pós-guerra foi a desilusão – principalmente entre as classes médias. Uma geração de homens tinha sido sacrificada – "perdida" – sem qualquer objetivo claro. Muitos dos que sobreviveram se sentiam enojados pela chacina inútil, para a qual sabiam ter dado sua contribuição e da qual julgavam ser seu dever partilhar pelo menos um pouco da culpa. Envergonhavam-se pela maneira cobiçosa como os políticos haviam abandonado os princípios em Versalhes. O ódio e a suspeita em relação aos "velhos" – que haviam arrastado o mundo a um conflito desnecessário, que depois o haviam conduzido mal, com resultados tão horrendos, e que haviam traído a causa da paz internacional em troca de ganhos nacionais – azedava o espírito de muitos jovens no pós-guerra. O poeta inglês Edmund Blunden expressou bem essa profunda desilusão ao escolher como título de um poema, escrito para celebrar o Ano Novo de 1921, o versículo bíblico: "O cão voltou ao seu próprio vômito e a porca lavada tornou a revolver-se na lama."

Capítulo 28

O OCIDENTE ENTRE AS GUERRAS

A democracia do Ocidente é, hoje em dia, a precursora do marxismo, o qual seria inconcebível sem ela. É somente a democracia que produz essa peste universal no solo em que se espalha. No parlamentarismo, sua forma exterior, a democracia produziu uma monstruosidade de lixo e de fogo (. . .)

– Adolf Hitler, *Minha Luta*

Declínio da democracia

A I Guerra Mundial fora travada na esperança de tornar o mundo "seguro para a democracia". E por um breve lapso de tempo, depois de 1918, e apesar das deficiências do Tratado de Versalhes, teve-se a impressão de que essa meta fugidia talvez tivesse uma possibilidade de êxito. A Alemanha começou a era de pós-guerra como uma república. Na maioria, os novos estados criados pelo Tratado de Versalhes tentaram funcionar com governos representativos. No entanto, em 1939, apenas três das principais potências – a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos – permaneciam na lista dos países democráticos. Entre os estados menores, a democracia sobrevivia na Suíça, na Holanda, na Bélgica, nos países escandinavos, em algumas repúblicas da América Latina e nos *dominions* autônomos da Comunidade Britânica. Quase todo o resto do mundo havia sucumbido a uma forma ou outra de despotismo. A Itália, a Alemanha e a Espanha eram fascistas; a Hungria era dominada por uma oligarquia fundiária; a Polônia, a Turquia, a China e o Japão encontravam-se essencialmente sob regime militar. A Rússia, embora professasse ser uma utopia comunista, era na verdade uma ditadura.

Razões para o declínio

Os motivos do declínio da democracia no Ocidente variaram de acordo com circunstâncias nacionais específicas. Todavia, em termos gerais a falência da democracia pode ser atribuída a várias causas principais. Primeiro, o conflito de classes aumentou em muitos países entre as duas guerras. Na maior parte da Europa continental, o que estava verdadeiramente em jogo era saber se o controle do governo e do sistema econômico continuaria nas mãos dos aristocratas, industriais e financistas ou de alguma combinação desses elementos. Nenhum deles estava disposto a renunciar senão a uma fração de seu considerável poder em favor das maiorias menos privilegiadas que, com enorme

sacrifício, tinham feito grandes contribuições para a guerra. A gente comum esperava – e lhe fora prometido – que tais contribuições seriam recompensadas com uma maior atenção a seus direitos políticos e suas necessidades econômicas. Ao verem que nada recebiam, era natural que se indignassem e, portanto, se tornassem presa fácil às blandícias de extremistas políticos. Segundo, as condições econômicas atuavam contra a criação de democracias estáveis. A fundação de novas nações estimulava rivalidades econômicas debilitantes. A guerra havia desorientado a economia mundial, deixando em sua esteira a inflação e, depois, a depressão. Finalmente, o sentimento nacionalista fomentava a insatisfação entre as minorias nos recém-criados estados da Europa central. Países enfraquecidos por conflitos entre minorias nacionais eram um campo inadequado para a democracia, um sistema político que funciona melhor numa atmosfera de objetivo nacional unificado. Ao revés, voltaram-se, juntamente com outros países, para o totalitarismo, um sistema que oferece a promessa de eficiência e força de propósito, realizadas pela autoridade centralizada em troca da renúncia das liberdades individuais.

1. TOTALITARISMO NA RÚSSIA COMUNISTA

Lenin

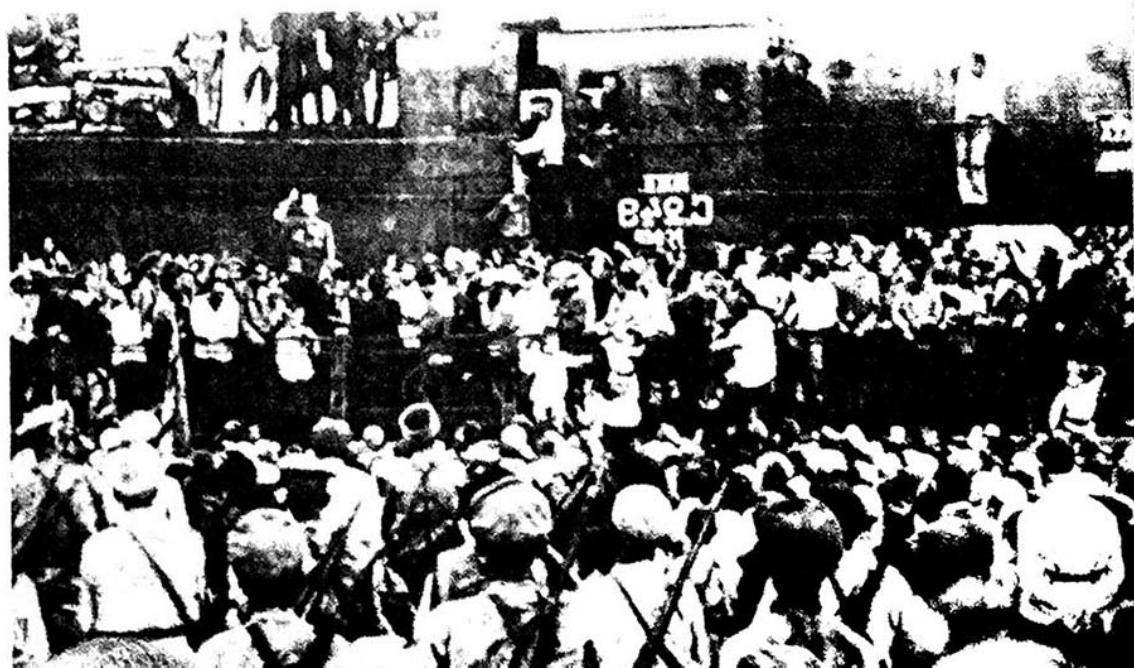
Logo depois da revolução de novembro de 1917, a Rússia começou a sucumbir ao regime totalitário. A situação desesperada do país – resultado da devastação causada pela guerra e da corrupção e incompetência do governo – compeliu os líderes bolcheviques a centralizar o poder nas mãos de algumas pessoas. Durante essa transformação, Lenin assumiu o controle supremo do governo. Possuía todas as qualidades necessárias para obter sucesso como figura revolucionária. Era político hábil e orador eficientíssimo. Absolutamente convencido da justiça de sua causa, era capaz de abater os adversários com o ardor e a selvageria de um Robespierre. Por outro lado, não tinha nenhuma ambição de riqueza ou de glória pessoal. Vivia em dois aposentos do Kremlin e trajava-se pouco melhor do que um operário comum.

Trotski

O mais proeminente dos lugares-tenente de Lenin foi o brilhante mas voluntarioso Leon Trotski (1879-1940). Tendo como nome verdadeiro Lev Bronstein, era filho de judeus da Ucrânia, pertencentes à classe média. Parece ter sido o espalha-brasas da política revolucionária durante a maior parte de sua vida. Antes da revolução, recusou identificar-se com esta ou aquela facção, preferindo continuar como marxista independente. Devido à sua participação no movimento revolucionário de 1905, foi exilado para a Sibéria, mas conseguiu fugir, levando durante alguns anos uma existência errante em várias capitais da Europa. Em 1916 foi expulso de Paris por exercer atividades pacifistas e refugiou-se nos Estados Unidos. Ao saber da queda do czar tentou voltar à Rússia, foi detido por agentes britânicos em Halifax, Nova Escócia, e por fim solto, a pedido de Kerenski. Chegou à Rússia em abril de 1917 e imediatamente começou a tramar a queda do governo provisório e mais tarde do próprio Kerenski. Tornou-se ministro do exterior no governo chefiado por Lenin e, mais tarde, comissário da guerra.

Mal haviam galgado o poder, os bolcheviques começaram a fazer algumas alterações drásticas no sistema político e econômico. A 8 de

novembro de 1917 Lenin decretou a nacionalização das terras e deu aos camponeses o direito exclusivo de utilizá-las. Em 29 de novembro foi transferido para os operários o controle das fábricas, e um mês depois anunciou-se que todos os estabelecimentos industriais de alguma importância seriam tomados pelo governo. Também os bancos foram nacionalizados pouco depois da vitória bolchevista. Apenas haviam concluído a paz com as Potências Centrais, os bolcheviques viram-se a braços com uma terrível guerra civil. Os proprietários de terras e os capitalistas não se conformavam com a perda de seus bens. Resultou daí uma prolongada e sangrenta luta entre os Vermelhos, ou bolcheviques, e os Brancos, que compreendiam não só czaristas reacionários, mas também liberais dissidentes, social-revolucionários, mencheviques e alguns camponeses. Durante algum tempo os Brancos foram ajudados por forças expedicionárias da Grã-Bretanha, França e Japão, que esperavam derrotar os bolcheviques a fim de repor a Rússia na guerra contra a Alemanha, e mais tarde pelos exércitos da recém-criada república da Polônia. Sob a direção de Trotski, que apelava para o povo russo tanto em nome da revolução quanto da pátria, o Exército Vermelho foi mobilizado a um grau que lhe permitiu rechaçar tanto os invasores estrangeiros como os rebeldes russos. Em 1922, os bolcheviques haviam conseguido estabilizar suas fronteiras, ainda que para fazê-lo fossem obrigados a ceder antigos territórios russos aos finlandeses, aos estados bálticos da Letônia e Estônia, à Polônia e à Romênia. No plano interno, os bolcheviques reagiram à contra-revolução dos Brancos com a instituição de um "Terror" muito mais amplo que a repressão que ganhou esse nome durante a Revolução Francesa. Uma polícia secreta fuzilou milhares de pessoas como suspeitas ou simplesmente como reféns. O czar e a czarina, bem como seus filhos, foram executados pelos bolcheviques em julho de 1918, quando as forças dos Brancos avançavam contra a cidade de Ekaterinburgo, onde a família era mantida prisioneira. No mesmo ano, um social-revolucionário tentou assassinar Lenin; o que ocorreu a seguir em Petrogrado só pode ser descrito como um massacre. O Terror diminuiu quando o regime julgou haver destruído a oposição interna.

A guerra civil

O Exército Vermelho, 1919. Esta cena junto à fronteira meridional mostra a comemoração da vitória sobre as forças contra-revolucionárias.

Mudanças econômicas e constitucionais

A guerra civil foi acompanhada de um pavoroso colapso econômico. Em 1920 a produção industrial total não passava de 13 por cento do que tinha sido em 1913. A fim de compensar a escassez de mercadorias, o governo aboliu o pagamento de salários e passou a distribuir as provisões aos trabalhadores urbanos, em proporção às suas necessidades. Foi proibido todo comércio particular e requisitado tudo que os camponeses produziam além daquilo que precisavam para não morrer de fome. Tal sistema era um expediente para esmagar a burguesia e obter o máximo possível de abastecimentos para o exército em campanha. Foi abandonado logo que a guerra terminou, e substituído em 1921 pela Nova Política Econômica (NEP), que Lenin definiu como "um passo atrás para poder dar dois passos à frente". A NEP autorizava a manufatura privada e o comércio particular em pequena escala, reintroduzia o pagamento de salários e permitia que os camponeses vendessem seus grãos no mercado livre. Em 1924 adotou-se uma constituição, que substituía a Rússia imperial pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A União representava uma tentativa de unir as várias nacionalidades e territórios que haviam constituído o antigo império. A cada república concedia-se, teoricamente, certos direitos autônomos. Na verdade, o governo continuou centralizado nas mãos de alguns líderes. Além disso, a autoridade central era mantida por meio do único partido político legal — o comunista — cujo comitê central era a força que dominava tanto a política como o governo, e cuja máquina organizacional alcançava todas as áreas do imenso país.

Os princípios do comunismo

A filosofia do bolchevismo, hoje conhecido mais comumente como comunismo, foi desenvolvida durante esses anos, sobretudo por Lenin. Não pretendia ser um novo corpo teórico, mas uma interpretação estrita das obras de Marx. Sem embargo, desde o princípio houve vários desvios dos ensinamentos marxistas. Tais modificações eram o resultado inevitável do fato de Marx haver esperado que a revolução ocorresse primeiro nos países altamente industrializados, ao passo que, na realidade, rebentara e tivera êxito numa das nações menos industrializadas da Europa. Marx afirmava que uma fase capitalista devia preparar o caminho para o socialismo; Lenin negava que isso fosse necessário e insistia em que a Rússia podia saltar diretamente de uma economia feudal para uma economia socialista. Em segundo lugar, Lenin encarecia, muito mais do que o fundador do movimento, o caráter revolucionário do socialismo. Marx acreditava, é certo, que na maioria dos casos a revolução seria necessária, mas inclinava-se mais a deplorar o fato do que a aplaudi-lo. Além disso, havia declarado que "há certos países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, em que os trabalhadores podem esperar alcançar seus fins por meios pacíficos". Por fim, o bolchevismo diferia do marxismo em sua concepção do governo proletário. Nada indica que Marx tivesse jamais encarado a possibilidade de um estado totalitário. É verdade que falou em "ditadura do proletariado", mas entendia por isso uma ditadura de toda a classe trabalhadora sobre os remanescentes da burguesia. Dentro das fileiras dessa classe prevaleceriam as formas democráticas. Lenin, no entanto, instituiu o ideal da ditadura de uma elite, de uma minoria selecionada, a exercer supremacia não apenas sobre a burguesia mas também sobre a massa dos próprios proletários. Na Rússia, essa elite é o partido comunista, cujos quadros têm variado de 1.500.000 a 15.700.000 membros.

Lenin e Stalin. No tempo de Stalin esta fotografia era usada para mostrar seu estreito relacionamento com Lenin. Na verdade, a fotografia é uma montagem.

As lutas entre Trotski e Stalin

A morte de Lenin, ocorrida em janeiro de 1924, precipitou uma luta titânica entre dois de seus lugares-tenentes pela posse do poder. Fora da Rússia, supunha-se em geral que Trotski seria o sucessor do chefe morto. Mas o fogoso comandante do Exército Vermelho tinha um rival formidável no duro e misterioso Joseph Stalin (1879-1953). Filho de um camponês sapateiro da Geórgia, Stalin recebeu parte de sua educação num seminário. Expulso com a idade de dezessete anos por "falta de vocação religiosa", desde então dedicou-se à atividade revolucionária. Em 1917 tornou-se secretário-geral do Partido Comunista, posição que lhe permitiu construir uma máquina política. A batalha entre Stalin e Trotski não foi simplesmente uma luta pelo poder pessoal; envolvia também questões fundamentais de política. Trotski sustentava que o socialismo na Rússia só poderia alcançar completo êxito quando o capitalismo fosse eliminado dos países vizinhos. Insistia, por isso, numa cruzada constante pela revolução mundial. Stalin estava disposto a abandonar temporariamente o programa da revolução mundial a fim de concentrar-se na construção do socialismo na própria Rússia. Sua estratégia para o futuro imediato era essencialmente nacionalista. O duelo findou num triunfo completo para Stalin. Em 1927 Trotski foi expulso do Partido Comunista e dois anos depois desterrado do país. Em 1940 foi assassinado na Cidade do México por agentes stalinistas. Lenin não tinha em muito alto apreço nem Stalin nem Trotski. Num "testamento" escrito pouco antes de sua morte, criticou em Trotski a "excessiva autoconfiança" e a preocupação demasiada com detalhes administrativos. Foi, porém, muito mais severo com Stalin, condenando-o como "brutal demais" e "caprichoso", e instando com os camaradas para que "encontrassem um meio" de alijá-lo de sua posição à frente do partido.

Os planos qüinqüenais

Em sua luta com Trotski, Stalin havia insistido em que a grande prioridade da Rússia era o bem-estar econômico. De acordo com essa doutrina, uma das primeiras grandes reformas de Stalin foi a adoção do chamado Plano Qüinqüenal. Com base na convicção de que a União Soviética tinha de tomar medidas drásticas para industrializar-se e, assim, alcançar a paridade econômica entre as nações do mundo, o

plano instituía um elaborado sistema de prioridades nacionais. Determinava quanto a nação devia produzir de cada produto industrial e agrícola importante, o nível dos salários que os trabalhadores deveriam receber e os preços a serem cobrados por tudo quanto fosse vendido no país e no exterior. O primeiro plano, instituído em 1928, foi seguido de outros na década de 1930. Em certas áreas as metas foram cumpridas, em algumas foram ultrapassadas, em outras ficaram aquém do previsto. Um dos principais resultados dos Planos Qüinqüenais foi a criação de uma vasta burocracia estatal, encarregada da tarefa de organização e supervisão em todos os níveis.

Coletivização

O primeiro plano incluía um programa de coletivização agrícola. Visava a consolidar as propriedades rurais em unidades maiores, de milhares de hectares, dentro do regime de propriedade comunal dos camponeses. Só com esse tipo de reorganização, declaravam os líderes russos, seria possível introduzir os novos e dispendiosos processos de mecanização, para elevar a produção agrícola do país. Era natural que o argumento não conseguisse granjear o apoio dos fazendeiros mais prósperos (os culaques), que tinham recebido permissão de conservar a propriedade de suas terras, apesar da revolução. Essa oposição provocou um novo Terror, tornado ainda mais impiedoso por uma fome ocorrida no sudeste da Rússia em 1932. Os culaques foram liquidados, quer pela morte, quer pelo transporte para distantes campos de trabalhos forçados. Ou seja, a burguesia rural foi eliminada, a fim de ser substituída por um proletariado rural. Em 1939 a coletivização era fato consumado. Para um vasto número de russos, ela representou uma revolução muito mais imediata que a de 1917. Cerca de vinte milhões de pessoas foram retiradas das terras, que, tão logo reorganizadas em unidades maiores e mecanizada a produção, exigiam menos trabalhadores. Foram mandados para as cidades, onde a maioria passou a trabalhar em fábricas. A produção agrícola não aumentou durante os primeiros anos de coletivização. Não obstante, o plano foi benéfico para o governo. Através do controle da produção, a burocracia central pôde regular a distribuição dos produtos agrícolas, destinando-os à exportação, onde necessário, a fim de pagar a importação de máquinas industriais, de extrema necessidade.

A Terceira Internacional

Como parte da campanha de Stalin para dar prioridade aos interesses da Rússia em relação aos do comunismo internacional, o regime bolchevique adotou uma nova política externa, mais conservadora, durante a década de 1930. Suas metas internacionais contradiziam o militante internacionalismo socialista dos anos 20. Lenin apoiara movimentos revolucionários de esquerda na Europa, enviando dinheiro e prestando ajuda moral aos marxistas alemães radicais Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo em 1919, e ao efêmero regime soviético do bolchevique Béla Kun, na Hungria, no mesmo ano. Pouco tempo depois formou-se a Terceira Internacional, mais tarde denominada Comintern, que declarava sua adesão ao comunismo internacional; tinha como política oporse à cooperação ou colaboração com os governos capitalistas do Ocidente e trabalhar por sua derrubada.

O conservadorismo stalinista

Contudo, com a supressão, por Stalin, do internacionalismo defendido por Lenin e Trotski, deu-se uma mudança de tática e um reavivamento do militarismo, ou nacionalismo, assim como do interesse de entrar no jogo da política de poder. O exército russo mais que dobrou

em tamanho, e foi reorganizado segundo o modelo europeu-ocidental. O patriotismo, que os marxistas da velha guarda desprezavam como uma forma de propaganda capitalista, foi exaltado e convertido numa virtude soviética. Quando a Alemanha deu mostras de ameaçar a segurança da Rússia, como ocorreu na década de 1930, o Kremlin decidiu que a Rússia precisava de amigos. Ao lado dos esforços para formar um grande exército e tornar o país auto-suficiente, adotou uma política de cooperação com as potências da Europa Ocidental. Em 1934 ingressou na Liga das Nações e em 1935 ratificou uma aliança militar com a França.

A Constituição de 1936

Em 1936 os governantes da Rússia comunista redigiram uma nova constituição, que, aprovada pelo voto popular, entrou em vigor a 1.º de janeiro de 1938. Manteve a união de doze (mais tarde, quinze) repúblicas, cada qual supostamente autônoma e livre para deixar a União se assim desejasse. A Constituição estabeleceu o sufrágio universal para todos os cidadãos maiores de dezoito anos. Elegeriam não só os sovietes locais mas também os membros de um parlamento nacional. O mais alto órgão do poder estatal passou a ser o Soviete Supremo da URSS, composto de duas câmaras, ambas com iguais poderes legislativos. Para representá-lo entre as sessões, o Soviete Supremo elegeria um comitê de trinta e sete membros, o *Presidium*. Tinha esse órgão também o poder de promulgar decretos, declarar a guerra e anular os atos de autoridades administrativas que fossem contrários à lei. O mais alto órgão executivo e administrativo seria o Conselho de Ministros, igualmente eleito pelo Soviete Supremo. A Constituição encerrava uma declaração de direitos. Os cidadãos teriam garantido o direito ao emprego, ao descanso, à assistência na velhice ou em caso de invalidez, e até aos privilégios tradicionais da liberdade de expressão, imprensa, reunião e religião. A Constituição de 1936 era, e ainda é, mais uma fantasia que uma realidade. Suas provisões de sufrágio universal e voto secreto, bem como a declaração de direitos, tinham pouco significado. A explicação está no fato de que na União Soviética o poder de fato está nas mãos do Partido Comunista, o único legal. Os órgãos de governo são pouco mais que os mecanismos através dos quais o partido exprime sua vontade.

Os expurgos

Cumpre observar que no exato período em que a Constituição estava sendo posta em vigor, ocorreu uma onda de prisões e execuções em massa de pessoas descritas como "trotskistas, espiões e sabotadores". A coletivização e a industrialização não haviam sido realizadas sem exacerbadas discórdias entre os líderes políticos russos. Tanto na direita quanto na esquerda havia pessoas preocupadas com os fins e os meios dos programas de Stalin, e ainda com sua manifesta ânsia de poder pessoal. Antes que esses críticos pudessem agir contra ele, Stalin tomou a iniciativa. Entre 1936 e 1938 mais de duas dezenas de proeminentes bolcheviques da velha guarda foram julgados, confessaram de público terem conspirado contra o estado, foram condenados como trotskistas ou colaboradores burgueses e executados. Suas confissões, que na época surpreenderam o mundo, foram obtidas, como mais tarde se soube, por meio de tortura física e psicológica. Cerca de mais nove milhões de vítimas desses expurgos foram detidos, encarcerados ou mandados para a Sibéria. Ao erradicar a oposição, Stalin evitou uma nova revolução — o que não era improvável, dado o descontentamento com seus programas — e solidificou sua posição como virtual ditador da Rússia.

Resultados da revolução soviética

A revolução russa produziu resultados profundos. Pelas alturas de 1939 a manufatura e o comércio privados tinham sido abolidos quase por completo. Fábricas, minas, estradas de ferro e serviços de utilidade pública eram de propriedade exclusiva do estado. Os armazéns ou eram empresas governamentais ou cooperativas de produtores e consumidores. A agricultura também tinha sido quase completamente socializada. Não menos revolucionárias foram as mudanças verificadas na esfera social. A religião tornou-se insignificante como fator na vida do povo. O cristianismo ainda era tolerado, mas as igrejas tinham sido reduzidas em número e lhes era negada permissão para desempenhar qualquer atividade beneficente ou educacional. Além disso, exigia-se dos membros do Partido Comunista que fossem ateus. O comunismo pós-revolucionário não só renunciou a toda crença no sobrenatural como tentou cultivar uma nova ética. As virtudes cardeais dessa moral positiva são o devotamento ao trabalho, o respeito pela propriedade pública, a disposição ao sacrifício pessoal no interesse da sociedade e a lealdade à pátria soviética e ao ideal socialista.

Realizações do regime bolchevique

Ao irromper a II Guerra Mundial, o regime soviético tinha inegáveis realizações a seu crédito. Entre as principais podem ser mencionadas: (1) a redução do analfabetismo de uma proporção de 50 por cento, no mínimo, para menos de 20 por cento; (2) uma expansão notável da industrialização; (3) a introdução de uma economia planificada, a qual pelo menos funcionava com bastante êxito para evitar o desemprego; (4) o oferecimento de oportunidades educacionais e culturais a grande número de pessoas do povo; e (5) a criação de um sistema oficial de assistência às mães que trabalham e a seus filhos, bem como de assistência médica e hospitalização gratuitas para a maioria dos cidadãos.

O preço da revolução

Mas tais realizações foram obtidas a um preço elevadíssimo. O programa de socialização e industrialização foi levado avante com tal ímpeto que o interesse individual dos cidadãos ficou quase esquecido. O regime stalinista impôs à Rússia uma tirania tão extrema quanto a do czar. Na verdade, o número de suas vítimas condenadas à escravidão nos campos de trabalho (calcula-se em vinte milhões) excede provavelmente o número daqueles que os czares enviaram ao exílio na Sibéria.

2. SURGIMENTO DO FASCISMO NA ITÁLIA

A frustração do nacionalismo na Itália

O fato de a Itália ter-se voltado para o totalitarismo pode causar estranheza, uma vez que os italianos saíram da I Guerra Mundial no lado vencedor. Por muitos anos, a Itália fora vítima de um nacionalismo frustrado. Suas aspirações de poder e de império haviam sido despedaçadas. O efeito de tais reveses foi produzir um sentimento de humilhação e vergonha, principalmente no espírito da geração mais jovem, e favorecer uma atitude de desprezo para com o regime político vigente. Os membros da velha classe dominante eram apontados ao escárnio público como cínicos, vacilantes, derrotistas e corruptos. Mesmo antes da I Guerra Mundial já se falava em revolução, na necessidade de uma depuração drástica que livrasse o país dos governantes incompetentes.

Mas a instalação da ditadura fascista na Itália jamais teria sido exeqüível sem os efeitos desmoralizadores e humilhantes da I Guerra Mundial. A função principal dos exércitos italianos fora manter os

austríacos ocupados na Frente meridional, enquanto os ingleses, franceses e norte-americanos tratavam de dominar a Alemanha nas linhas de batalha da Frente ocidental. Para esse fim a Itália teve de mobilizar mais de 5.500.000 homens, dos quais quase 700.000 foram mortos. O custo financeiro direto de sua participação na luta ultrapassou 15 bilhões de dólares. Tais sacrifícios não foram maiores do que os dos ingleses e franceses, mas a Itália era um país pobre. Além disso, quando chegou a hora de dividir os despojos, depois de finda a luta, os italianos receberam menos do que esperavam. Se bem que os italianos tivessem efetivamente recebido a maior parte dos territórios austríacos que lhes foram prometidos pelos tratados secretos, sustentavam não ser essa uma recompensa proporcional a seus sacrifícios e à sua valiosa contribuição para a vitória da Entente. A princípio os nacionalistas voltaram sua ira contra Wilson, devido à "humilhação de Versalhes", mas ao cabo de pouco tempo voltaram ao antigo hábito de exprobar os governantes da Itália. Afirmavam que homens como o primeiro-ministro Orlando haviam sido tão fracos e ineptos que permitiram que o país fosse ludibriado.

Os efeitos desmoralizadores e humilhantes da guerra

Ainda sob outros numerosos aspectos, a guerra contribuiu para a revolução. Dela resultou a inflação da moeda, com a conseqüente alta de preços, especulação e aproveitamento. Normalmente os salários também teriam subido, se o mercado de trabalho não estivesse congestionado devido à volta de milhões de soldados à vida civil. Além disso, os negócios estavam desmoralizados, em virtude das freqüentes greves e do fechamento dos mercados estrangeiros. É possível que a mais grave conseqüência da guerra tenha sido, pelo menos para a classe alta e a média, o desenvolvimento do socialismo. À medida que cresciam as privações e o caos, os socialistas italianos abraçaram uma filosofia análoga ao bolchevismo. O partido decidiu ingressar na Terceira Internacional. Nas eleições de novembro de 1919 conquistou cerca de um terço das cadeiras da Câmara de Deputados. No inverno seguinte os operários socialistas assumiram o controle de cerca de cem fábricas e tentaram administrá-las em benefício do proletariado. O radicalismo alastrou-se também pelas zonas rurais, onde se organizaram as chamadas "Ligas Vermelhas" para dividir as grandes propriedades e forçar os proprietários agrários a reduzir as rendas. As classes proprietárias achavam-se profundamente assustadas e, por isso, dispostas a aceitar o totalitarismo fascista como uma forma menos perigosa de radicalismo, na esperança de salvar pelo menos uma parte de seus bens do confisco.

Inflação, radicalismo e caos econômico

É impossível dizer até que ponto o sucesso do movimento fascista dependeu da liderança de Benito Mussolini. Era ele filho de um ferreiro socialista e nascera em 1883. A mãe era professora primária e, em atenção a seus rogos, Benito acabou tornando-se professor. Inquieto e insatisfeito, porém, não tardou a deixar a Itália para empreender novos estudos na Suíça. Dedicou ali parte de seu tempo aos livros e o resto a escrever artigos para jornais socialistas. Acabou sendo expulso do país por fomentar greves em fábricas. De volta à Itália, abraçou definitivamente a carreira jornalística e tornou-se por fim diretor do *Avanti*, o principal diário socialista. Durante os anos que antecederam a guerra, suas idéias eram uma mistura de formas contraditórias de radicalismo. Dizia-se socialista marxista, mas seu socialismo era mesclado de doutrinas do corporativismo, adaptadas dos sindicalistas franceses.

A carreira de Mussolini

As idéias contraditórias de Mussolini

Na verdade, Mussolini jamais acreditou num determinado sistema doutrinário. Nenhum homem que possuísse uma filosofia definida poderia ter mudado de atitudes tão amiúde. Quando a guerra começou, em agosto de 1914, Mussolini insistiu em que a Itália deveria manter-se neutra. Mas nem bem adotara essa atitude, começou a pregar a participação ao lado da Entente. Destituído de sua posição como diretor do *Avanti*, fundou um novo jornal, *Il Popolo d'Italia*, em cujas colunas dedicou-se a incentivar o entusiasmo pela guerra. Considerou como uma vitória pessoal a decisão do governo, tomada na primavera seguinte, de combater ao lado dos Aliados.

A evolução do fascismo

A palavra *fascismo* deriva do latim *fasces*, o machado rodeado de um feixe de varas que simbolizava a autoridade do estado romano; o italiano *fascio* significa grupo ou bando. Os *fasci* foram organizados desde outubro de 1914 como unidades de agitação que visavam a fazer com que a Itália aderisse à causa da Entente. Eram compostos de jovens idealistas, nacionalistas fanáticos e empregados da classe média entediados. A plataforma original do movimento fascista foi preparada por Mussolini em 1919. Era um documento surpreendentemente radical, que exigia, entre outras coisas, o sufrágio universal, a abolição do senado conservador, a instituição legal de uma jornada de trabalho de oito horas, um pesado imposto sobre o capital e sobre as heranças, o confisco de 85 por cento dos lucros de guerra, a aceitação da Liga das Nações e a "oposição a todos os imperialismos". Essa plataforma foi aceita pelo movimento, mais ou menos oficialmente, até maio de 1920, quando foi suplantada por outra, de caráter mais conservador. Com efeito, o novo programa omitia qualquer referência a reforma econômica. Com nenhuma dessas duas plataformas os fascistas conseguiram grande sucesso político.

A marcha sobre Roma

Os fascistas compensavam seu reduzido número inicial com uma agressividade disciplinada e uma enérgica determinação. À medida que o velho regime desmoronava, preparavam-se para assumir o governo. Em setembro de 1922 Mussolini começou a falar abertamente em revolução e lançou o grito "A Roma!" Em 28 de outubro um exército de cerca de 50.000 milicianos fascistas, com camisas negras, ocupou a capital. O primeiro-ministro renunciou e no dia seguinte o rei, Vítor Emanuel

Mussolini falando do balcão do Palácio Veneza, em Roma, a uma multidão de seguidores.

III, convidou Mussolini para organizar um gabinete. Assim, sem disparar um só tiro, os camisas-negras haviam assumido o controle do governo italiano. A explicação disso deve ser procurada não na força do fascismo, mas no caos criado pela guerra e na fraqueza e irresolução das velhas classes dominantes. Dentro de três anos a revolução estava praticamente consumada. Mussolini havia abolido o sistema de gabinete, tornara o sistema político unipartidário e reduzira o parlamento à função de ratificar decretos.

As doutrinas principais do fascismo podem ser sumariadas como segue:

Principais doutrinas do fascismo

(1) Totalitarismo. O estado enfeixa todos os interesses e toda a lealdade de seus súditos. "Nada deve haver acima do estado, nada fora do estado, nada contra o estado."

(2) Nacionalismo. A nação é a mais alta forma de sociedade que a raça humana pôde criar. Tem alma e vida próprias, distintas das vidas e das almas dos indivíduos que a compõem. Jamais poderá haver uma verdadeira harmonia de interesses entre duas ou mais nações distintas. Por conseguinte, o internacionalismo é uma perversão do progresso humano.

(3) Militarismo. A luta é a origem de todas as coisas. As nações que não se expandem acabarão por fenecer e morrer. A guerra exalta e enobrece o homem, e regenera os povos ociosos e decadentes.

Corporativismo

Declarando sua adesão a esses princípios, Mussolini começou a construir o que ele chamava de estado corporativo. A economia italiana foi posta sob a direção de vinte e duas corporações, cada qual responsável por uma importante atividade industrial. Em cada corporação havia representantes dos sindicatos, cujos membros eram organizados pelo Partido Fascista, pelos empregadores e pelo governo. Aos membros dessas corporações incumbia determinar as condições de trabalho, os salários e os preços. Na verdade, porém, as decisões desses órgãos eram controladas de perto pelo governo. Em 1938 eliminaram-se os últimos vestígios do controle democrático na Itália. A Câmara dos Deputados foi substituída pela Câmara Fascista e de Corporações, cujos membros eram nomeados pelo governo.

O fracasso do corporativismo

O corporativismo pouco contribuiu para minorar os problemas da Itália durante os anos de depressão mundial da década de 1930. Embora Mussolini lograsse fazer o país parecer mais eficiente – seus admiradores jactavam-se com freqüência de que ele ao menos fizera "os trens correrem no horário" –, não conseguiu resolver os principais problemas italianos, sobretudo os do campesinato, cujo nível de vida permanecia desesperadamente baixo. O fascismo de Mussolini foi pouco mais que uma ilusão. A facilidade com que os italianos se deixaram iludir dá bem uma idéia de sua insatisfação com os líderes anteriores.

3. A ASCENSÃO DA ALEMANHA NAZISTA

Alemanha: os espartacistas

A Alemanha sucumbiu ao totalitarismo depois da Itália. Durante um breve período, após a I Guerra Mundial, os acontecimentos pareceram estar levando o país para a esquerda. A maioria dos políticos que integravam o governo instalado logo após o armistício eram socialistas, membros do Partido Social-Democrático. Suas políticas reformistas,

que antes da guerra haviam parecido demasiado radicais, afiguravam-se agora excessivamente brandas a um grupo de marxistas extremados, que haviam sido incentivados pela revolução na Rússia. Dando a si próprios o nome de espartacistas (de Espártaco, chefe de uma revolta de escravos em Roma) e liderados por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, políticos hábeis, tentaram em 1919 um levante destinado a promover a revolução proletária na Alemanha. Apesar da ajuda dos bolcheviques russos, a rebelião foi esmagada; Liebknecht e Luxemburgo foram mortos por soldados, enquanto eram levados à prisão. Para derrotar os espartacistas, o governo alemão recorreu a pelotões particulares armados, chefiados por ex-oficiais do exército, homens que não simpatizavam com o socialismo democrático mais do que com o comunismo russo, e cujo descontentamento em breve teria como foco o governo que haviam ajudado a salvar.

A República de Weimar

Logo depois da revolta espartacista, os líderes de uma coalizão de socialistas, centristas católicos e liberal-democratas prepararam em 1919 uma constituição para a nova república alemã, que refletia uma filosofia política e social de modo geral progressista. Estabelecia o sufrágio universal, masculino e feminino; o sistema de gabinete; e uma carta de direitos, garantindo não só as liberdades civis mas também o direito do cidadão ao emprego, à educação e à proteção contra os riscos de uma sociedade industrial. No entanto, a república fundada por essa constituição teve de lutar, desde o começo, com sérias dificuldades. Contra ela conspiravam reacionários e outros extremistas. Junte-se a isso o fato de que o povo alemão tinha pouca experiência de governo democrático. A República de Weimar (nome da cidade em que fora redigida sua constituição) não nascera da vontade de uma maioria da nação, mas sim de uma mudança imposta à Alemanha em sua hora de derrota. Sua instabilidade tornava-a uma provável vítima das forças que ela desesperadamente tentava superar.

Causas do totalitarismo alemão: (1) a derrota na guerra

Foram numerosos e variados os fatores que conduziram ao triunfo final do totalitarismo alemão. O primeiro foi o sentimento de humilhação oriundo da derrota na guerra. Entre 1871 e 1914 a Alemanha ascendera às alturas do prestígio político e cultural. Suas universidades, sua ciência, sua filosofia e sua música eram conhecidas e admiradas no mundo inteiro. Atingira também extraordinária prosperidade, e em 1914 havia ultrapassado a Inglaterra e os Estados Unidos em vários setores da produção industrial. Sobreveio então o golpe esmagador de 1918. O país despenhou-se de seu pináculo e ficou à mercê de inimigos poderosos. Isso estava além da compreensão do povo alemão, que não podia acreditar que seus invencíveis exércitos tivessem realmente fracassado no campo de batalha. Difundiu-se rapidamente a lenda de que a nação havia sido "apunhalada nas costas" pelos socialistas e judeus do governo. Embora não houvesse verdade alguma em tal acusação, ela ajudava a mitigar o orgulho ferido dos patriotas alemães. Aqueles que buscavam um bode expiatório culpavam também a frouxidão e a irresponsabilidade que pareciam distinguir o regime republicano. Afirmava-se que Berlim havia substituído Paris como a mais frívola e decadente cidade da Europa. O que o país aparentemente precisava era de uma liderança forte que servisse como ponta de lança para recuperar o respeito do mundo.

Um segundo fator importante que contribuiu para o desenvolvimento do totalitarismo foi a inflação sofrida pela Alemanha nos anos 20. Quando o país começou a experimentar uma grave onda de desemprego, o governo aumentou a oferta de papel-moeda – chegando a uma avalancha – a fim de financiar programas de seguro-desemprego e tentar proporcionar a seus cidadãos os recursos econômicos com que se manterem vivos. O resultado foi um período de hiperinflação, particularmente desmoralizante para a classe média. Os salários não conseguiam acompanhar o astronômico aumento do custo de vida. Os que viviam de rendas fixas, como pensionistas e possuidores de ações, viram sua segurança ir por água abaixo. Ao perderem a fé na capacidade do governo de ajudá-los, esses homens e mulheres começaram a perder também toda fé que pudessem ter tido na república. A Alemanha recuperou-se da inflação no fim da década de 1920, graças, em grande parte, ao reescalonamento das reparações de guerra e a empréstimos e investimentos estrangeiros. Mas a classe média, traumatizada pela experiência da inflação, continuou em busca de um governo que prometesse atentar às suas necessidades e cuidar de seus problemas. Essa procura foi intensificada pelo advento da Grande Depressão de 1929. Como veremos, a depressão representou um grave desastre para a maior parte do mundo. Contudo, poucos países sentiram seus efeitos mais dolorosamente que a Alemanha. Os fazendeiros indignavam-se com o colapso dos preços agrícolas e com sua carga de dívidas e impostos. Os universitários viam pouca utilidade em obter um diploma que os habilitasse a exercer profissões já saturadas. Seis milhões de trabalhadores estavam desempregados. Mais uma vez a classe média via suas poupanças desaparecerem.

(2) situação econômica

Um dos resultados políticos da situação foi a adesão de muitos trabalhadores ao Partido Comunista alemão. O fracasso dos espartacistas havia mitigado, durante algum tempo, o medo da classe média quanto a uma insurreição esquerdista. Entretanto, na eleição presidencial de 1932 o Partido Comunista recebeu cerca de 6 milhões de votos, mais de um sétimo do total. Tal como havia acontecido na Itália, vários capitalistas e membros da classe dos proprietários alarmaram-se com aquilo que consideravam ser uma crescente ameaça de revolução bolchevique e emprestaram seu apoio a uma outra espécie de totalitarismo, como o menor dos males.

(3) medo do bolchevismo

As origens do totalitarismo alemão remontam a 1919, quando um grupo de sete homens se reuniu numa cervejaria de Munique e fundou o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.[1] Dentro em pouco, o mais obscuro dos sete surgia como o chefe. Chamava-se ele Adolf Hitler e tinha nascido em 1889, filho de um pequeno funcionário aduaneiro da Áustria. O começo de sua vida foi infeliz e desajustado. Rebelde e indisciplinado desde a infância, parece ter sido sempre oprimido por um sentimento de frustração. Havendo fracassado como estudante, decidiu tornar-se pintor. Com esse fim em vista, dirigiu-se em 1909 para Viena, esperando ingressar na Academia. Foi, porém, reprovado no exame vestibular e durante quatro anos viveu pobremente como trabalhador ocasional e pintando pequenos esboços e aquarelas.

A fundação do Partido Nazista: os começos da vida de Hitler

[1] O nome do partido não tardou a ser abreviado na fala popular para "nazi".

Enquanto isso, adquiria alguns violentos preconceitos políticos. Fez-se admirador ardente de certos políticos anti-semitas de Viena e, como identificasse judaísmo com marxismo, odiava também essa filosofia. Quando rebentou a I Guerra Mundial, Hitler estava vivendo em Munique e, embora cidadão austríaco, alistou-se imediatamente no exército alemão. Terminada a guerra, uniu-se a outros alemães para denunciar a República de Weimar. Em 1923 Hitler chefiou em Munique uma tentativa dos camisas-pardas, o exército privado dos nazistas, para encenar um *putsch*, ou súbita derrubada do governo. A revolução foi proclamada numa cervejaria, com Hitler disparando um tiro de revólver contra o teto. Os camisas-pardas foram logo dispersados e Hitler condenado a uma pena de prisão, onde escreveu uma declaração de princípios, *Mein Kampf* (Minha luta), um tratado desconexo em que ele expressava ódio aos judeus e aos comunistas, a convicção de que a Alemanha fora traída por seus inimigos da I Guerra Mundial e a crença de que só com uma liderança forte o país poderia reconquistar o lugar que lhe cabia entre as nações européias.

A revolução nazista

A mensagem de Hitler atraiu um número cada vez maior de alemães desencantados e economicamente ameaçados. Na eleição de 1928 os nazistas conquistaram 12 cadeiras no Reichstag; em 1930 passaram a controlar 107 cadeiras. Em 1928 haviam recebido 800.000 votos; em 1930 tiveram 6.500.000. Durante o verão de 1932 o sistema parlamentar entrou em falência. Nenhum chanceler era capaz de manter maioria no Reichstag, pois os nazistas recusavam-se a apoiar qualquer gabinete que não fosse chefiado por Hitler e os comunistas repeliam a colaboração com os socialistas. Em janeiro de 1933 um grupo de reacionários — industriais, banqueiros e *Junkers* — convenceram o presidente Paul von Hindenburg a nomear Hitler chanceler, evidentemente convictos de que poderiam controlá-lo. Ficou combinado que haveria apenas três nazistas no gabinete e que Franz von Papen, um aristocrata católico, ocuparia o cargo de vice-chanceler. Os patrocinadores desse plano, porém, não haviam sabido avaliar a tremenda revivescência de sentimento nacional que se ocultava por trás do movimento nazista. Hitler não tardou em tirar o máximo proveito de sua nova oportunidade. Persuadiu Hindenburg a dissolver o Reichstag e a convocar uma nova eleição para 5 de março. Ao reunir-se pela primeira vez, o novo Reichstag concedeu a Hitler poderes praticamente ilimitados. Pouco depois a bandeira da República de Weimar foi arriada e substituída pela suástica do nacional-socialismo. A nova Alemanha foi proclamada como o Terceiro Reich, sucessor do império medieval dos Hohenstaufens e do império Hohenzollern dos *kaisers*.

Consolidação do regime nazista

Dentro de poucos meses eram introduzidas outras mudanças, ainda mais profundas. A Alemanha converteu-se num estado altamente centralizado, com a abolição do princípio federativo que tinha sido uma característica do sistema imperial de Bismarck. Foram postos fora da lei todos os partidos políticos, exceto o Nazista. O controle totalitário estendeu-se à imprensa, à educação, ao teatro, ao cinema e ao rádio, bem como a muitos ramos da produção e do comércio. Impuseram-se duras penalidades aos judeus, que foram eliminados dos cargos públicos, privados da cidadania e praticamente excluídos das universidades. Com o passar dos anos, todo o regime pareceu tender cada vez mais para uma orientação radical. A nova tendência alcançou o auge em 1938, com a

extensão do controle do partido ao exército e com a instituição de uma cruzada fanática contra os judeus para expeli-los do Reich ou extermi-ná-los completamente.

O racismo nazista

No tocante à sua ideologia, o totalitarismo alemão assemelhava-se em grande número de pontos essenciais à variante italiana. Ambos eram coletivistas, autoritários, militaristas e anti-intelectuais. Havia, apesar disso, algumas diferenças notáveis. O fascismo italiano nunca teve um fundamento racista. É certo que, depois da formação do eixo Roma-Berlim, Mussolini promulgou alguns decretos anti-semitas. No entanto, a questão racial não era um dos pilares teóricos centrais do fascismo italiano, ao contrário do que acontecia no nacional-socialismo alemão. Sustentavam os nazistas que a chamada raça ariana, a qual passava por ter nos nórdicos seus representantes mais perfeitos, era a única em toda a história que havia feito contribuições notáveis para o progresso humano. Afirmavam ainda que as realizações e as qualidades mentais de um povo são determinadas pelo sangue. Destarte, as realizações dos judeus permaneciam para sempre judaicas, ou orientais, por mais tempo que eles tivessem vivido num país ocidental. Seguia-se daí que nenhuma ciência, literatura ou música procedentes de judeus jamais poderiam representar verdadeiramente a nação alemã. É evidente que essa dou-trina racial não passava, em grande parte, de pura mistificação. Os nazistas perseguiam os judeus porque o próprio Hitler era visceralmente anti-semita e porque necessitavam de um bode expiatório sobre quem pudessem lançar a culpa dos males que assolavam o país. Antes que esse extremismo se consumasse, milhões de judeus haviam sido arrebanha-dos, torturados e assassinados em campos de concentração. Outros representantes de grupos raciais e sociais "imperfeitos" — homos-sexuais, ciganos e intelectuais anti-nazistas — tiveram a mesma sorte. O extremismo das campanhas anti-semitas de Hitler sublinha o fato de ter sido o nacional-socialismo mais fanático que o fascismo italiano. Era comparável a uma nova religião, não só em seu dogmatismo e ritual, mas também em sua feroz intolerância e pelo zelo expansionista.

A despeito de ser a Alemanha um dos países mais industrializados do mundo, o nacional-socialismo tinha um peculiar toque camponês ausen-

Reunião do Partido Nazista. Hitler, no auge do poder, seguido por outros oficiais nazistas.

Diferenças em relação ao fascismo italiano

te no fascismo italiano. A chave da teoria nazista estava contida na frase *Blut and Boden* (sangue e solo). A palavra "solo" exprimia não só uma profunda reverência pela terra natal como também sólida afeição pelos camponeses, que eram considerados a encarnação das mais admiráveis qualidades da raça alemã. Nenhuma classe da população foi mais generosamente tratada pelo governo nazista. Essa alta consideração pela gente do campo vinha sem dúvida, em parte, da circunstância de terem os camponeses a mais alta taxa de natalidade da nação e serem, por conseguinte, os mais valiosos do ponto de vista militar. Mas pode também ser explicada pela reação dos líderes nazistas contra tudo o que a cidade representava – não apenas o intelectualismo e o radicalismo, mas também as altas finanças e os complicados problemas de uma socidade industrial. Em sua tentativa de controlar todos os aspectos da vida nacional, o nazismo se assemelhava não só ao fascismo italiano, mas a todos os regimes totalitários. Os sindicatos foram substituídos pela Frente Nacional do Trabalho, controlada pelo governo. Deu-se início a programas de obras públicas, inclusive reflorestamento, habitação e construção de rodovias. Uma política de rearmamento levou a uma maior organização industrial e ajudou a diminuir o desemprego.

O complexo significado do totalitarismo alemão e italiano

O significado do totalitarismo, alemão ou italiano, ainda é matéria de controvérsia entre os estudiosos da história moderna. Sustentam alguns que ele foi simplesmente a entronização da força pelos grandes capitalistas, numa tentativa de salvar da destruição o seu sistema agonizante. É certo que o êxito de ambos os movimentos para a conquista do poder dependeu em parte do apoio dos grandes proprietários agrários e dos capitães de indústria. Uma segunda interpretação pretende explicar o totalitarismo alemão e italiano como uma reação de devedores contra credores, dos pequenos negociantes contra a alta finança e as práticas monopolistas. Ainda outros estudiosos do movimento o interpretam como uma revolta contra o comunismo, uma reversão ao primitivismo, um fruto do desespero das massas, um protesto contra as fraquezas da democracia ou uma manifestação suprema de nacionalismo. Sem dúvida, foi tudo isso. Uma concepção que vem ganhando cada vez mais terreno nos últimos anos sustenta que o fascismo e o nazismo foram expressões extremas de tendências que prevalecem em todas as nações industrializadas. Se as políticas oficiais na maioria dos países ocidentais nos anos 30 assumiram um aspecto cada vez mais autoritário – economia rigorosamente controlada, limitação da produção para manter os preços e corrida armamentista para promover a prosperidade – isso aconteceu porque quase todas as nações enfrentavam, naquele período, problemas semelhantes.

4. AS DEMOCRACIAS ENTRE AS GUERRAS

Conflitos de classe na França

As histórias das três grandes democracias ocidentais – Grã-Bretanha, França e Estados Unidos – não diferiram muito entre si após a I Guerra Mundial. Em todos os três países os governos tentaram aderir a políticas e pressupostos que haviam prevalecido antes da guerra. Os franceses, como seria de esperar, continuaram a temer a Alemanha e a tomar todas as medidas para manter seu tradicional inimigo tão fraco quanto possível. Sob a liderança de um conservador moderado, Raymond Poincaré,

que se manteve no cargo de primeiro-ministro de 1922 a 1924, voltando a ele entre 1926 e 1929, os franceses puseram em prática uma política de deflação, que tentava manter baixos os preços dos bens manufaturados, mediante um arrocho salarial. Tal política agradava aos empresários, mas endurecia a vida da classe trabalhadora. Edouard Herriot, um socialista radical que serviu como *premier* de 1924 a 1926, foi, apesar do nome de seu partido, um porta-voz dos pequenos negociantes, dos agricultores e da pequena classe média. Herriot declarava-se a favor da reforma social, mas recusava elevar os impostos para financiá-la. O conflito de classes esteve quase à superfície dos assuntos nacionais da França durante toda a década de 1920. Embora as indústrias prosperassem, os empregadores rejeitavam as exigências de contratos coletivos de trabalho, feitas pelos sindicalistas. A um período de grandes greves, logo depois da guerra, seguiu-se um acentuado declínio na atividade sindical. Os trabalhadores continuaram insatisfeitos, mesmo depois de haver o governo aprovado um programa modificado de seguro social, em 1930, estipulando garantias contra doença, velhice e morte.

As dificuldades econômicas da Grã-Bretanha

O conflito de classe grassou também na Grã-Bretanha. Ansiosa por reconquistar sua posição, agora irremediavelmente perdida, como a maior potência industrial e financeira do mundo, a Grã-Bretanha, tal como a França, adotou uma política de deflação, destinada a baixar o preço dos bens manufaturados e assim torná-los mais competitivos no mercado mundial. O resultado foi uma redução de salários que minou o padrão de vida de muitos trabalhadores ingleses, cuja insatisfação ajudou a eleger um governo trabalhista em 1924 e 1929. Contudo, sua situação de partido minoritário no Parlamento não lhe deixava possibilidades de realizar muita coisa, mesmo que seu líder, o primeiro-ministro J. Ramsey MacDonald, fosse um socialista mais ousado do que era. Em 1926 os sindicatos ingleses tornaram-se cada vez mais militantes devido aos níveis salariais particularmente baixos na indústria do carvão, e porque os conservadores, que tinham voltado ao poder em 1925, com o primeiro-ministro Stanley Baldwin, recusavam-se a afastar-se de uma posição deflacionária. Os sindicatos organizaram uma greve geral, de caráter nacional, que, embora fracassasse como estratégia trabalhista, fez a classe média voltar-se mais do que nunca contra os trabalhadores.

O conservadorismo nos Estados Unidos

Os Estados Unidos constituíam, sem dúvida, a mais inexpugnável fortaleza do poder conservador entre as democracias. Os presidentes eleitos durante a década de 1920 – Warren G. Harding, Calvin Coolidge e Herbert Hoover – defendiam uma filosofia social formulada pelos barões das altas finanças no século XIX, e a Corte Suprema utilizava seu poder de revisão judicial para anular as leis progressistas promulgadas por governos estaduais e, ocasionalmente, pelo Congresso.

A Grande Depressão

O rumo da história ocidental foi alterado de maneira espetacular pelo advento da depressão mundial, em 1929. Já nos referimos ao episódio, com relação ao que ele representou como fator para a ascensão do nazismo. Entretanto, todos os países foram obrigados a ajustar-se à devastação econômica e social por ele produzida. A Grande Depressão tinha origens numa recessão agrícola geral nos anos 20, resultado do aumento da produção depois da guerra, que fez baixar o preço dos grãos e outros produtos ao ponto de levar os fazendeiros à bancarrota, embora os preços não caíssem o suficiente para beneficiar a

população pobre das cidades. À crônica crise agrícola somou-se o colapso dos preços das ações na bolsa de valores de Nova York, em 1929. Ante a queda do valor das ações, os bancos viram-se descapitalizados e foram obrigados a cerrar as portas. Os investidores internacionais cobraram suas dívidas. As indústrias, sem terem a quem vender, suspenderam a produção e começaram a dispensar trabalhadores. O desemprego reduziu ainda mais os mercados, uma vez que menor número de pessoas dispunha de dinheiro para adquirir bens ou serviços, e essa contração acarretou um desemprego ainda maior.

Resultados da depressão: nacionalismo econômico

Os resultados da depressão assumiram diversas formas no Ocidente. Em 1931 a Grã-Bretanha abandonou o padrão-ouro, no que foi imitada pelo governo dos Estados Unidos em 1933. Deixando de atrelar suas moedas ao preço do ouro, esses países esperavam baratear o custo do dinheiro, tornando-o mais disponível para programas de recuperação econômica pública e privada. Isso representou o prenúncio de um amplo programa de administração da moeda, que viria a tornar-se elemento importante numa política geral de nacionalismo econômico. À guisa de ilustração, o presidente Franklin D. Roosevelt informou à Conferência Econômica de Londres, em 1933, que "o sólido sistema econômico interno de uma nação é fator mais importante para seu bem-estar que o preço de sua moeda em termos mutáveis das moedas de outras nações". Já em 1932 a Grã-Bretanha abandonava sua imemorial política de livre comércio. As tarifas protecionistas foram elevadas, em alguns casos, a 100 por cento.

Políticas internas

No plano interno, a Grã-Bretanha agiu cautelosamente no sentido de aliviar os efeitos da depressão. Um governo nacional, que subiu ao poder em 1931 com um gabinete composto de membros dos partidos Conservador, Liberal e Trabalhista, relutou em elevar a despesa além da receita, como teria de fazer a fim de subscrever eficientes programas de assistência pública. Entre as democracias européias, foi a França que adotou o mais avançado conjunto de políticas para combater as desigualdades e as dificuldades criadas pela depressão. Em 1936, como reação a uma ameaça de derrubada da república, partida de ultraconservadores, foi formado um governo de Frente Popular, sob a liderança do socialista Léon Blum (1872-1950) e constituído de membros dos partidos Radical, Radical-Socialista e Comunista. Durou esse governo dois anos. A Frente Popular nacionalizou a indústria de munições e reorganizou o Banco da França, de modo a privar os duzentos maiores acionistas do monopólio sobre o crédito. Além disso, instituiu a semana de quarenta horas para todos os trabalhadores urbanos e iniciou um programa de obras públicas. A fim de beneficiar os agricultores, criou um Instituto do Trigo para fixar o preço e regular a distribuição desse cereal. Ainda que a ameaça proveniente da direita política tivesse sido sufocada durante algum tempo pela Frente Popular, de modo geral os conservadores mostraram-se pouco cooperativos e alheios às tentativas da Frente para melhorar a situação da classe trabalhadora francesa. O anti-semitismo que aflorara por ocasião do caso Dreyfus voltou a surgir; Blum era socialista e judeu. Os homens de negócios encaravam-no como o precursor de um Lenin francês e por vezes afirmavam que "antes Hitler que Blum". Antes que findasse a década, viram seu desejo atendido.

Léon Blum

As mudanças mais pronunciadas em matéria de política, depois da depressão, não ocorreram na Europa, e sim nos Estados Unidos. Houve para isso dois motivos. Os Estados Unidos haviam-se apegado durante mais tempo do que as outras nações à filosofia econômica do século XIX. Antes da depressão as classes empresariais haviam respeitado firmemente o dogma da liberdade de contrato e insistiam em seu direito de formar monopólios e utilizar o governo como instrumento para frustrar as exigências dos trabalhadores e dos consumidores. Além disso, a depressão nos Estados Unidos foi mais severa do que nas democracias européias. A estrutura de preços agrícolas e das ações ordinárias entrou em colapso. Milhares de bancos foram obrigados a fechar. O desemprego atingiu a casa dos 15 milhões, ou aproximadamente 33 por cento da força de trabalho total. Um programa de reforma e reconstrução, conhecido como o *New Deal*, constituiu uma tentativa de minorar as dificuldades. Seu principal arquiteto e propugnador foi Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), que sucedeu a Herbert Hoover como presidente a 4 de março de 1933.

O **New Deal**

O objetivo do *New Deal* era preservar o sistema capitalista, administrando a economia e empreendendo programas de obras públicas e assistenciais a fim de aumentar o poder aquisitivo da massa popular. Ainda que o *New Deal* tenha contribuído efetivamente para a recuperação, tanto de cidadãos como do país, através de programas de administração financeira e de seguridade social, não solucionou o problema crucial do desemprego. Em 1939, após seis anos do *New Deal*, os Estados Unidos ainda tinham mais de 9.000.000 de trabalhadores sem colocação, cifra essa que excedia o número total de desempregados no resto do mundo. Ironicamente, só a eclosão de uma nova guerra mundial pôde trazer a plena recuperação que o *New Deal* não conseguira assegurar, canalizando milhões de homens para as forças armadas e criando empregos nas inúmeras fábricas que se voltaram para a fabricação de material bélico.

Realizações do **New Deal**

5. TENDÊNCIAS INTELECTUAIS E CULTURAIS ENTRE AS DUAS GUERRAS

A I Guerra Mundial, que trouxe tamanha desilusão para tantas pessoas, e os acontecimentos políticos acabrunhadores que vieram em sua esteira, tornaram difícil aos homens se aterem a qualquer idéia de um universo intencional. Em maior grau que seus predecessores, os filósofos declaravam que havia pouco sentido em tentar descobrir respostas para perguntas sobre a natureza da realidade final. Esses antimetafísicos descartavam a busca de Deus ou do "significado" da vida como uma tarefa inútil e, por isso, despropositada. É provável que o mais influente desses pensadores tenha sido o vienense Ludwig Wittgenstein (1889-1951), fundador, ao lado do inglês Bertrand Russell (1872-1970), da escola do Positivismo Lógico. Desenvolvido ainda mais pelo chamado Círculo de Viena, cujo líder era Rudolf Carnap, o positivismo lógico surgiu como uma filosofia inflexivelmente científica. Não se preocupa com valores ou ideais, salvo na medida em que possam ser demonstrados pela matemática ou pela física. De maneira geral, os positivistas lógicos rejeitam como "sem sentido" tudo que não possa ser

Antimetafísica

Bertrand Russell

reduzido a uma "correspondência um-a-um" com alguma coisa no universo físico. Em outras palavras, reduzem a filosofia a um simples instrumento para a descoberta da verdade em harmonia com os fatos do meio físico. Despojam-na quase inteiramente de seu conteúdo tradicional e empregam-na como meio para responder perguntas e solucionar problemas. Ocupam-se em especial com a teoria política, por considerar essa disciplina como particularmente carregada de pressupostos não provados e dogmas questionáveis.

Max Weber

Os sociólogos aliaram-se aos filósofos na negação do valor da metafísica. Um dos mais importantes deles foi o alemão Max Weber (1881-1961), que, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905), sustentou que a religião deve ser compreendida como uma força cultural, que nesse caso contribuiu diretamente para a disseminação do capitalismo. Ao transformar o trabalho em virtude cardeal e a preguiça em supremo vício, o protestantismo estimulara uma ética do trabalho, que, por seu turno, alimentara as energias dos primeiros empreendedores capitalistas. Ao se dedicar a um estudo do mundo contemporâneo, Weber concluiu ser inevitável que as sociedades caíssem, cada vez mais, sob a influência de burocracias crescentes e potencialmente totalitárias. Reconhecendo o grau em que isso poderia ameaçar a liberdade humana, Weber postulou a idéia da liderança "carismática" como meio de se fugir à mortífera tirania do controle estatal. O "carisma" (da palavra grega que significa "dom") era, segundo Weber, uma qualidade quase mágica que induziria ao culto do herói e que, se adequadamente dirigida por seu possuidor, talvez criasse uma autoridade para desafiar a burocracia. O próprio Weber admitia os perigos, assim como as vantagens, da autoridade carismática, perigos esses que as carreiras de Hitler e Mussolini logo tornariam gritantes. Outro pensador que tratou a religião como um poderoso fator social e psicológico, e não como um ramo da metafísica, foi o psicólogo suíço Carl Jung (1875-1961). De início discípulo e seguidor de Freud, Jung rompeu com seu mentor intelectual ao proclamar a existência de uma força por trás do id, do ego e do superego individuais: o "inconsciente coletivo". O conhecimento que Jung tinha da literatura e sua inclinação pessoal para o misticismo ajudaram-no a persuadir-se do duradouro valor terapêutico e psicológico do mito e da religião, coisa que Freud recusava admitir.

Filosofias anti-racionalistas e antidemocráticas

As obras de alguns filósofos entre as guerras mundiais do século XX não só refletiram uma sensação de crise e desespero como também, devido à influência que exerceram, contribuíram para ela. Entre eles destacam-se o italiano Vilfredo Pareto (1848-1923) e o alemão Oswald Spengler (1880-1936), que tinham em comum o desprezo pelas massas, a convicção de que a democracia era impossível, a postura anti-intelectual e a admiração por líderes fortes e agressivos. Spengler era, em muitos aspectos, mais extremista que Pareto. Embora tivesse completado, por volta de 1918, uma erudita e em certos sentidos brilhante filosofia da história, à qual intitulou *O declínio do Ocidente*, as obras do fim de sua vida refletiram preconceitos totalitários. Em seu livro *Hora de decisão*, publicado em 1933, ele vituperou a democracia, o pacifismo, o internacionalismo, as classes baixas e os povos de cor. Cantou louvores àqueles "que se sentem nascidos e convocados a ser senhores" e aos "instintos saudáveis, à raça, à vontade de posse e poder". Spengler desprezava o antigo e analítico raciocínio dos inte-

lectuais urbanos e exortava os homens a admirarem a "profunda sabedoria das velhas famílias campesinas". Os seres humanos, afirmava, são "feras rapinantes" e os que negam essa conclusão são simplesmente "feras rapinantes de dentes quebrados".

Desencanto literário

No intervalo entre as duas guerras os movimentos literários mostraram tendências semelhantes às da filosofia. Os principais romancistas, poetas e dramaturgos achavam-se profundamente preocupados com problemas sociais e políticos e com as esperanças e o destino da humanidade. Tal como os filósofos, estavam decepcionados com as brutalidades da I Guerra Mundial e com o fato de a vitória não ter cumprido suas promessas. Muitos se achavam também profundamente influenciados por avanços revolucionários no campo da ciência, e em especial pelas sondagens feitas pela nova ciência da psicanálise nos segredos ocultos da mente. Grande parte da literatura desse período desenvolvia temas de frustração, cinismo e desencanto. Era uma época dominada por aqueles cujos ideais haviam sido destruídos pelos acontecimentos do tempo. O estado de espírito dessa literatura manifestou-se nos primeiros romances do norte-americano Ernest Hemingway (1899-1961), na poesia do anglo-americano T. S. Eliot (1888-1965) e nas peças do alemão Bertold Brecht (1898-1956). Em *The sun also rises* (O sol também se levanta), Hemingway dava ao público uma vigorosa descrição da tragédia essencial da chamada geração perdida e estabelecia um caminho que outros escritores, como o norte-americano F. Scott Fitzgerald, logo seguiriam. Em seu poema *The Waste Land* (A terra devastada), de 1922, T. S. Eliot apresentava uma filosofia que raiava pelo desespero. A partir do instante em que o homem nasce, parece ele dizer, a vida lembra uma morte, a ser levada em fastio e frustração. Em peças escritas para serem representadas diante dos clientes proletários de cabarés, Brecht proclamava a corrupção do estado burguês e a inutilidade da guerra.

T. S. Eliot

Isolamento intelectual

As obras de muitos escritores do período entre as duas guerras refletiam cada vez mais o isolamento de intelectuais inibidos e a diminuição de seu público, o que, como vimos, caracterizou os anos que antecederam a I Guerra Mundial. Enquanto Brecht levava suas mensagens revolucionárias às ruas de Berlim, outros escritores produziam basicamente uns para os outros ou para o pequeno grupo de elite capaz de entender o que estavam dizendo. Eliot abarrotava seus poemas com alusões esotéricas. O irlandês James Joyce (1882-1941), cuja capacidade de entrar no espírito de seus personagens e de reproduzir-lhes o "fluxo de consciência" no papel fazia-o um escritor de primeira ordem, escrevia, não obstante, com uma complexidade tal que pouquíssimos podiam compreendê-lo. O mesmo era verdade, ainda que em menor grau, em relação aos romances do francês Marcel Proust (1871-1922) e da inglesa Virginia Woolf (1882-1941). Em seus romances e ensaios Woolf criticava de maneira eloqüente e cáustica a classe dominante da Inglaterra, concentrando-se, em parte, na opressão das mulheres, mesmo naquela classe.

Virginia Woolf

Influência da depressão

A Grande Depressão dos anos 30 obrigou a um reexame dos métodos e das finalidades da literatura. Em meio à estagnação econômica e às ameaças de totalitarismo e de guerra, desenvolveu-se a teoria de que a literatura devia ter um propósito político, que ela devia condenar a mesquinhez, a crueldade e o barbarismo, além de apontar o caminho

para uma sociedade mais justa. Devia ser também uma literatura dirigida não a intelectuais, mas a homens e mulheres comuns. A nova tendência refletiu-se nas obras de grande número de escritores. O norte-americano John Steinbeck, em *As vinhas da ira*, descreveu os sofrimentos de lavradores empobrecidos que fugiam de suas terras para a Califórnia, e lá chegando descobriam que toda a terra havia sido monopolizada por companhias que esbulhavam seus empregados. Os romances do francês André Malraux (1901-1976) estavam permeados da idéia de que é a luta humana contra a tirania e a injustiça que empresta significado e valor à vida. Jovens escritores ingleses como W. H. Auden, Stephen Spender e Christopher Isherwood declaravam, como simpatizantes do comunismo, que os artistas tinham obrigação de "engajar" sua arte, em favor da revolução. Rejeitavam o pessimismo de seus antecessores literários imediatos, preferindo o otimismo de um comprometimento político a uma causa comum.

Existencialismo

Nisso diferiam radicalmente de seu contemporâneo francês, Jean-Paul Sartre (1905-1980), cuja filosofia pessimista, o existencialismo, tornava-se conhecida nessa época. Sartre era professor de filosofia num *lycée* de Paris, tornando-se posteriormente líder do movimento de resistência francês contra os alemães. O nome de sua filosofia deriva da doutrina de que a *existência* dos seres humanos, como indivíduos livres, é o fato fundamental da vida. No entanto, essa liberdade de nada vale para a humanidade; ao contrário, é fonte de angústia e terror. Percebendo, ainda que vagamente, serem agentes livres, moralmente responsáveis por seus atos, os indivíduos se sentem estranhos num mundo alienígena. Não podem ter qualquer confiança num Deus benevolente ou num universo orientado pela intencionalidade, pois, segundo Sartre, a ciência moderna reduziu todas essas idéias a fantasias. A única maneira de escapar ao desespero é o caminho do "envolvimento", ou participação ativa nos assuntos humanos. Cumpre observar que além do existencialismo ateu de Sartre, houve também uma versão cristã anterior, com origens nos ensinamentos de Sören Kierkegaard (1812-1855), teólogo dinamarquês de meados do século XIX. Tal como o de Sartre, o existencialismo cristão também ensina que a principal causa da agonia e do terror humanos é a liberdade, mas localiza a fonte dessa liberdade no pecado original.

Jean-Paul Sartre

George Orwell

Outro escritor que rejeitou o luxo do otimismo político foi o inglês George Orwell (1903-1950). Ainda que apoiasse a causa do socialismo internacional, Orwell continuava a insistir em que todos os movimentos políticos são, em maior ou menor grau, corruptos. Instava os escritores a reconhecerem o dever de só escrever com base no que houvessem experimentado eles próprios. Acima de tudo, os escritores nunca deveriam simplesmente papaguear propaganda partidária. Os dois últimos romances de Orwell, *Animal Farm* (trad. bras., *A revolução dos bichos*) e *1984*, escritos durante a II Guerra Mundial ou logo depois dela, são expressões vigorosas de sua desconfiança em relação aos regimes políticos, quer de esquerda, quer de direita, que se declaram democráticos mas na verdade destroem a liberdade humana.

John Maynard Keynes

Durante os anos 30 o otimismo foi em geral privilégio daqueles escritores que estavam dispostos a defender uma mudança violenta da ordem social, sobretudo daqueles que mostravam simpatias pelas doutrinas do comunismo e pelas realizações da Rússia soviética. Uma exceção

à regra foi o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que argumentava que o capitalismo poderia funcionar a contento se os governos desempenhassem um papel em sua administração, e cujas teorias ajudaram a moldar as políticas econômicas do *New Deal*. Keynes trabalhara como consultor econômico do governo britânico durante a conferência de paz de 1919, em Paris. Desgostaram-no as duras condições impostas aos alemães, reconhecendo que só serviriam para manter vivos os ódios e as incertezas que geram a guerra. Entretanto, seu desalento não o induziu a voltar as costas ao mundo e a seus problemas. Keynes era um perfeito homem do mundo, e entre outras coisas obtivera sucesso como especulador financeiro. Acreditava que uma vez corrigidos seus defeitos internos, o capitalismo poderia proporcionar toda a justiça e eficiência que as pessoas razoáveis pudessem esperar. No entanto, o capitalismo necessitaria de uma "operação plástica" que alguns de seus paladinos mais conservadores considerariam drástica. Primeiro, seria preciso abandonar a idéia de um orçamento perpetuamente equilibrado. Keynes nunca defendeu um orçamento continuamente deficitário. Gostaria que os governos operassem deliberadamente no vermelho sempre que o investimento privado fosse demasiado escasso para prover as necessidades do país. Mas quando a depressão cedesse lugar à recuperação, o financiamento privado poderia ocupar o lugar, para a maioria dos fins, do financiamento de déficits. Apoiava a acumulação e o investimento de grandes somas de capital de risco, que ele declarava ser a única forma de capital socialmente produtiva. Por fim, Keynes recomendava o controle monetário como meio de promover a prosperidade e o pleno emprego. Estabeleceria aquilo que se chama comumente de "moeda administrada", regulando seu valor por um processo de contração ou expansão, de acordo com as necessidades da economia. Seria assim assegurada a prosperidade em termos das condições do mercado interno, e nenhuma nação seria tentada a "empobrecer o vizinho" na tola busca de uma balança comercial favorável.

John Maynard Keynes

Tendências na arte

Na arte, as tendências foram semelhantes às da literatura. Durante grande parte do período, os artistas continuaram a explorar fronteiras estéticas muito distantes do gosto convencional das pessoas comuns. Picasso deixou que seu gênio particular o conduzisse progressivamente a variações e invenções cubistas. O mesmo fizeram outros, como o francês Fernand Léger (1881-1955), que combinou a devoção aos princípios cubistas com um fascínio pelos artefatos da civilização industrial. Os expressionistas, grupo talvez mais avançado que os cubistas, argumentavam que como a cor e a linha expressam qualidades psicológicas inerentes, que podem ser representadas sem referência a um tema específico, um quadro não precisa necessariamente representar "alguma coisa". O russo Wassili Kandinski (1866-1944) levou a lógica dessa posição à sua conclusão, denominando seus quadros, aos quais não dava títulos, "improvisos" e insistindo em que nada significavam. Um segundo grupo de expresionistas rejeitava o intelectualismo, em troca do que chamavam de "objetividade", com o que se referiam a uma franca avaliação do estado do espírito humano. Sua análise tomou a forma de um ataque à cobiça e à decadência da Europa de pós-guerra. Nesse grupo destacou-se o alemão George Grosz (1893-1959), cujo traço cruel e satírico já foi comparado a uma "navalha lancetando uma pústula". Outra escola manifestou seu desapreço ao mundo declarando que não

existia na verdade nenhum princípio estético, uma vez que este se baseava na razão e o mundo havia provado de modo conclusivo, ao destruir-se em combate, que a razão não existia. Dando a si próprios o nome de dadaístas (de uma palavra que diziam ter escolhido ao acaso num dicionário), esses artistas, liderados pelo francês Marcel Duchamp (1887-1968), pelo alemão Max Ernst (1891-1976) e pelo alsaciano Jean Hans Arp (1887-1966), produziam "invencionices" a partir de recortes e justaposições de madeira, vidro e metal, dando-lhes títulos extravagantes: *A noiva despida por seus celibatários, mesmo* (Duchamp), por exemplo. Contudo, os críticos declaravam que tais obras desmentiam a falta de sentido que afirmavam ter, que na verdade representavam expressões do subconsciente. Assim eram, decerto, as pinturas dos surrealistas, artistas como o italiano Georgio de Chirico (1888-1978) e o espanhol Salvador Dali (1904), cujas explorações do interior da mente produziam imagens irracionais, fantásticas e, em geral, melancólicas.

A arte e a depressão

Durante certo tempo, na década de 1930, os artistas plásticos, tal como os escritores, reagiram à sensação de crise internacional expressando sua dor e sua indignação diretamente a um público de massa. Entre os principais representantes de novo movimento estavam os mexicanos Diego Rivera e Jose Clemente Orozco, bem como os norte-americanos Thomas Hart Benton, Reginald Marsh, Edward Hopper e Grant Wood. O principal objetivo desses artistas era representar as condições sociais do mundo moderno e traduzir graficamente as esperanças e lutas de camponeses e operários. Embora praticamente não abraçassem as convenções do passado, nada havia de ininteligível em seu trabalho, que pretendia ser uma arte que todos pudessem compreender. Grande parte dessas obras trazia as alfinetadas ou contundências da sátira social. Orozco, em particular, comprazia-se em vergastar a hipocrisia da Igreja e a cobiça e crueldade dos plutocratas e exploradores.

As principais tendências da música contemporânea

Era inevitável que também a música refletisse o espírito de desencanto que chegou ao auge depois da I Guerra Mundial. As realizações mais originais nessa área acompanharam de perto as ocorridas na pintura. Dentre todas as inovações, a mais fundamental foi contra a tradição romântica, em especial a forma que tivera sua culminância em Wagner. Muitos compositores, embora não todos, chegaram mesmo a repudiar de todo o ideal estético, confiando na complexidade ou na inovação, ou na simples exibição de energia, para inculcar interesse em suas obras.

Impressionismo musical

Os desvios das fórmulas clássicas e românticas pertencem em geral a dois tipos, designados *grosso modo* pelos termos impressionismo e expressionismo. O primeiro procura explorar as qualidades do som musical para sugerir sentimentos ou imagens. O segundo preocupa-se mais com a forma do que com efeitos sensoriais e tende para a abstração. O mais perfeito expoente do impressionismo musical foi Claude Debussy (1862-1937), seu fundador. Mesmo na França a escola impressionista não teve longa duração. Com Maurice Ravel (1875-1937), o mais célebre dos compositores que refletiram a influência de Debussy, ela se tornou menos poética e pitoresca, adquirindo uma certa impassividade fria, ao mesmo tempo que ganhava em firmeza de tessitura.

O expressionismo, mais radical e influente do que o impressionismo, compreende duas escolas principais: a atonalidade, fundada pelo vienen-

se Arnold Schoenberg (1874-1951), e a politonalidade, melhor exemplificada pelo russo Igor Stravinski (1882-1971). A atonalidade abole o tom. Nesse tipo de música as dissonâncias constituem a regra em vez da exceção, e a linha melódica comumente alterna entre a manipulação cromática e estranhos saltos, impossíveis de ser cantados. Numa palavra, os princípios comuns de composição são subvertidos. Os atonalistas tentam, com algum sucesso, fazer com que o som musical se torne um veículo para expressar a significação interior e a estrutura elementar das coisas.

Expressionismo musical: atonalidade

A politonalidade, de que Stravinski foi o mais famoso expoente, é em essência uma espécie de contraponto radical que deriva sua inspiração em parte dos métodos contrapontísticos barrocos, postos a serviço de novas idéias. Não se satisfaz, todavia, simplesmente com entretecer melodias independentes que se harmonizem entre si, mas empreende combinar tonalidades separadas e sistemas harmônicos sem relação mútua, com resultados altamente dissonantes. Ao passo que os atonalistas conservavam elementos do romantismo, os politonalistas tentaram fazer ressurgir as qualidades arquitetônicas da forma pura, do movimento e do ritmo, eliminando todo sentimentalismo e toda conotação sensorial.

Igor Stravinski

Durante esse período os arquitetos também se empenharam em negar o sentimentalismo. Entre 1880 e 1890 alguns deles, na Europa e nos Estados Unidos, despertaram para o fato de que os estilos arquitetônicos correntes não estavam em harmonia com as realidades da moderna civilização. O resultado foi o lançamento de um novo movimento conhecido como funcionalismo. Seus principais pioneiros foram Otto Wagner (1841-1918), na Alemanha, e Louis Sullivan (1856-1924) e Frank Lloyd Wright (1869-1959), nos Estados Unidos. O funcionalismo tinha como princípio básico a idéia de que a aparência de um edifício deve proclamar sua utilização e finalidade verdadeiras. Não deve haver qualquer acréscimo de frisos, colunas, rendilhados ou ameias apenas porque algumas pessoas consideram essas coisas bonitas. A verdadeira beleza consiste na sinceridade, numa honesta adaptação de materiais ao propósito que pretendem servir. O funcionalismo encerra ainda a idéia de que a arquitetura deve expressar direta ou simbolicamente as características que distinguem a cultura contemporânea. Por conseguinte, a ornamentação deve restringir-se àqueles elementos que reflitam uma era de ciência e máquinas. O homem moderno não acredita nas idéias helênicas de harmonia, equilíbrio e contenção ou nas virtudes medievais de piedade e fidalguia, mas sim em força, eficiência, rapidez e conforto. Esses são os ideais que devem ser incorporados à arquitetura.

Desenvolvimento da arquitetura funcional

O funcionalismo foi uma das mais importantes inovações ocorridas na arquitetura desde a Renascença. Dentre todos os estilos adotados nos últimos 300 anos, foi o único realmente original. Conhecido também como arquitetura moderna ou estilo internacional, representou a melhor abordagem já feita com relação ao uso eficiente dos tremendos recursos mecânicos e científicos do mundo contemporâneo. Permite uma aplicação honesta de novos materiais — vidro, aço, concreto — e incita o talento do construtor a imaginar outros. Um dos primeiros praticantes do estilo funcional ou internacional foi o alemão Walter Gropius (1883-1969), que, em 1919, fundou uma escola — a *Bauhaus* —

O significado da arquitetura funcional

Contraste de estilos arquitetônicos na Alemanha entre as guerras. À esquerda: A Bauhaus, projeto de Walter Gropius. Esta escola, em Dassau, é um perfeito protótipo do estilo "internacional" entreguerras. À direita: A chancelaria, em Berlim, projeto de Albert Speer. Observe as características compactas do estilo nazista.

que serviria de centro para a teoria e a prática da moderna arquitetura. Gropius e seus seguidores declaravam, como bons funcionalistas, que o conteúdo estético de um edifício só pode ser expresso legitimamente em termos de sua finalidade.

As artes no regime nazista

Gropius foi um dos muitos intelectuais alemães, judeus ou não, a deixar seu país após a ascensão de Hitler ao poder. O nazismo tinha sua própria estética cultural, que impôs à Alemanha. O funcionalismo, que celebrava as qualidades do material, da linha e da proporção, não tinha lugar num regime totalitário, onde as artes estavam obrigadas a propagandear as virtudes do estado, sua tradição e as aspirações de seu povo. A Gropius, Hitler preferia Albert Speer, um arquiteto sem grande talento, que produzia projetos grandiosos cuja presunção vazia era uma inconsciente paródia da ideologia nazista. A atonalidade musical foi banida, juntamente com o funcionalismo arquitetônico, para ser substituída pelo nacionalismo místico e heróico de Wagner.

Propaganda

A arte constituía parte importante na nova arma do totalitarismo, a propaganda. Nunca, até então, tanta gente fora capaz de ler. Nos séculos XIX e XX os governos haviam estimulado a alfabetização, temendo que uma classe operária ignorante se transformasse numa ameaça revolucionária. Agora, os regimes totalitários não se pejavam de utilizar o ensino como meio de doutrinação. Os livros que criticavam o estado foram banidos e seu lugar nas escolas e bibliotecas foi ocupado por outros, escritos especificamente para glorificar a atual liderança. Programas juvenis instruíam as crianças nas virtudes da disciplina e da lealdade ao estado. Gigantescas exibições de ginástica sugeriam a facilidade com que corpos bem treinados podiam atender às necessidades militares do

país. A propaganda tornou-se mais eficaz com o advento dos meios de comunicação social, como a imprensa, o rádio e o cinema. Jornais que só publicavam o que o estado desejava alcançavam tiragens antes inigualadas. Transmissões radiofônicas de cunho político-partidário, levadas aos lares ou tonitruadas através de alto-falantes em praças públicas, levavam as pessoas a aceitar, através da repetição constante, o que sabiam não ser verdadeiro. Podiam chegar até a acreditar nessas coisas. Filmes cinematográficos eram capazes de transformar jovens alemães em deuses arianos, tal como podiam converter fazendas coletivas russas em paraísos do trabalhador. O cineasta russo Sergei Eisenstein (1898-1948) reescreveu a história da Rússia para servir aos interesses do estado soviético. Hitler encomendou a Leni Riefenstahl o registro de um comício político organizado por ela própria e Speer. O filme, intitulado *Triunfo da vontade*, era um hino visual à raça nórdica e ao regime nazista. (E Charlie Chaplin ripostou em sua famosa sátira *O grande ditador*, uma paródia da pompa totalitária.)

Os meios de comunicação nas democracias

Nas democracias ocidentais os meios de comunicação social não foram tão manipulados pelo estado, mas sua eficácia como veículo de propaganda não deixou de ser explorada. A publicidade transformou-se em indústria quando os produtores perceberam os mercados de massa representados por jornais, revistas e rádios. Grande parte do que era veiculado passava por um processo de banalização nas mãos de redatores e editores, que temiam que matérias sérias ou controversas antagonizassem os leitores ou ouvintes, dos quais dependiam para ganhar a vida. Isso não significa que os novos meios de comunicação fossem uniformemente banais, ou que artistas e outros profissionais não conseguissem usá-los para fazer sérios protestos. A versão cinematográfica de *As vinhas da ira*, de John Steinbeck, dirigida por John Ford, ainda que representasse uma exceção à produção normal de películas escapistas de Hollywood, foi talvez uma condenação do capitalismo tão virulenta quanto o romance que lhe deu origem, e atingiu um público muito maior. Durante esses anos, a cultura popular, não importa o que mais fosse, continuou a ser um poderoso e alarmante fato novo: poderoso em termos de seu vasto público; alarmante devido à sua possibilidade de aplicação como meio de controlar o espírito da população.

Capítulo 29

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Após uma completa análise da situação mundial, o presidente [Roosevelt] e o primeiro-ministro [Churchill] estão mais do que nunca convictos de que a paz só poderá sobrevir ao mundo por uma eliminação total do poderio bélico alemão e japonês. Isto envolve a fórmula simples de situar o objetivo desta guerra em termos de uma rendição incondicional da Alemanha, da Itália e do Japão.

– Franklin D. Roosevelt, Casablanca, 24-I-1943

Uma comparação entre as duas guerras mundiais

Em setembro de 1939 a Europa tornou a mergulhar na guerra. Viu-se que a paz de 1919-20 não passara de um armistício; mais uma vez milhões de pessoas acharam-se envolvidas num conflito que superava qualquer outro ocorrido até então. Tal como acontecera em 1914-18, a nova luta logo adquiriu dimensões mundiais. Embora a II Guerra Mundial não fosse uma mera continuação ou uma seqüela da I Guerra Mundial, a semelhança de causas e características foi mais que superficial. Ambas foram precipitadas por ameaças ao equilíbrio de poder, e ambas foram conflitos entre povos, entre nações inteiras, e não entre governos. Por outro lado, houve diferenças acentuadas. Os métodos de luta utilizados na II Guerra Mundial pouco tiveram em comum com os do conflito anterior. A guerra de trincheiras foi em grande parte substituída por bombardeios e súbitos ataques aéreos (*Blitzkrieg*), com exércitos altamente móveis, contra populações civis e instalações militares. Dado o fato de um número tão grande de pessoas estar agora vulnerável às desvastações da guerra, parece seguro afirmar que as distinções entre combatentes e civis foram obliteradas de modo mais completo no segundo conflito do que no primeiro.

1. AS CAUSAS DA GUERRA

Defeitos dos tratados de paz

As causas da II Guerra Mundial prenderam-se ao fracasso das condições de paz de 1919-1920. Ainda que compreensíveis, em vista das paixões e ódios engendrados pela I Guerra Mundial, essas condições criaram quase tantos problemas quanto os que resolveram. Ao cederem às exigências dos vencedores para a anexação de territórios e criação de estados-saté-

lites, os autores dos tratados lançaram novas sementes de discórdia e conflito. Ao proclamarem o princípio de autodeterminação, ao mesmo tempo em que aquiesciam à distribuição de minorias nacionais por trás de fronteiras estrangeiras, os tratados criaram expectativas e ao mesmo tempo as frustraram. Talvez o mais importante tenha sido que, ao imporem termos duros à Alemanha, os autores dos tratados tenham dado aos alemães o que aos olhos de muitos pareciam ser motivos reais de queixas, por lhes negarem uma legítima parcela de poder internacional e por lhes imporem toda a carga da "culpa" da guerra.

Política de poder

O papel da política de poder como causa da II Guerra Mundial é inegável. Ainda que Woodrow Wilson e outros patrocinadores da Liga das Nações a tivessem aclamado como um meio de eliminar a luta pelo poder, ela não significou nada disso. Simplesmente trocou o equilíbrio antigo por um novo, ainda mais precário. Mal havia secado a tinta das assinaturas nos tratados de paz, e os vitoriosos já davam início à formação de novas alianças para manter sua supremacia. Criou-se uma zona neutra, constituída pelos estados bálticos, Polônia e Romênia, para conter a Rússia soviética. Fundou-se uma Pequena Entente, formada pela Tchecoslováquia, Iugoslávia e Romênia, para impedir um renascimento do poder austríaco. Essas combinações, em conjunto com uma aliança franco-belga e uma franco-polonesa, também serviriam para isolar a Alemanha. Reconstituiu-se assim o velho sistema de política de poder, seguindo em essência as mesmas linhas anteriores à I Guerra Mundial. Até a própria Liga das Nações era, fundamentalmente, uma aliança dos vencedores contra os vencidos. Era forçoso que surgissem temores e ansiedades com relação a uma perturbação da nova distribuição de poder. O primeiro sinal dessa perturbação surgiu em 1922, quando a Alemanha e a Rússia assinaram o Tratado de Rapallo. Embora sob o disfarce de um mero acordo comercial, ele abria caminho para uma colaboração política e, segundo certas opiniões, até militar entre os dois estados.

Tentativas para preservar a concórdia internacional

Os diplomatas fizeram várias tentativas para preservar ou restaurar a concórdia internacional nas décadas de 1920 e 1930. Alguns viam no desarmamento o meio mais promissor de alcançar esse desiderato. Por conseguinte, realizou-se uma série de conferências, na esperança de pelo menos limitar a corrida armamentista. Os resultados foram insignificantes. Em 1925 representantes das principais potências européias reuniram-se em Locarno e resolveram aceitar a sugestão do ministro do exterior alemão, Gustav Stresemann, no sentido de que a Alemanha e a França se comprometessem a respeitar as fronteiras do Reno, tal como estabelecidas no Tratado de Versalhes. Concordaram também em que nunca entrariam em guerra uma com a outra a não ser em "legítima defesa". Mais célebre ainda que os Acordos de Locarno foi o Pacto de Paris, ou Pacto Kellogg-Briand, de 1928. Seu objetivo era proscrever a guerra como um crime internacional. Por fim, quase todas as nações do mundo assinaram um acordo pelo qual renunciavam à guerra como "um instrumento de política nacional" e estipulavam que a solução de disputas internacionais "de qualquer natureza ou de qualquer origem" jamais seria procurada "a não ser por meios pacíficos". Nem os Acordos de Locarno nem o Pacto de Paris foram mais que gestos louváveis. As nações signatárias os adotaram com tantas ressalvas e exceções em favor de "interesses vitais" que nunca poderiam vir a representar instrumen-

Membros do Conselho da Liga das Nações. Na fila da frente, a partir da direita, vemos Chamberlain da Inglaterra, Vandervelde da Bélgica, Stresemann da Alemanha e Briand da França.

tos eficazes para preservar a paz. Se a Liga das Nações que criaram tivesse sido mais bem organizada, talvez ela pudesse ter aliviado algumas das tensões e evitado choques entre nações que ainda relutavam em abrir mão de sua soberania absoluta. Contudo, não se tratava de uma liga de todas as nações. Tanto a Alemanha como a Rússia achavam-se excluídas, ao menos durante algum tempo, o que as relegava ao papel de párias.

Condições econômicas

As condições econômicas foram uma terceira causa importante para que rebentasse a guerra. As imensas indenizações impostas à Alemanha, bem como a ocupação, pela França, de grande parte do coração industrial da Alemanha, contribuíram, como vimos, para retardar a recuperação econômica alemã e precipitar a debilitante inflação dos anos 20. A depressão da década de 1930 ajudou a causar a guerra em vários sentidos. Intensificou o nacionalismo econômico. A braços com problemas de desemprego e estagnação dos negócios, os governos recorreram a altas tarifas alfandegárias, numa tentativa de preservar o mercado interno para seus próprios produtores. A depressão foi também responsável por um pronunciado aumento da produção de armas, vista como meio de reduzir o desemprego. Apesar dos temores de alguns integrantes dos governos da Inglaterra e da França, permitiu-se à Alemanha rearmar-se. A expansão dos arsenais, em grande escala, foi empreendida primeiramente pela Alemanha, por volta de 1935. Dentro de alguns anos os resultados deslumbraram o resto do mundo. O desemprego havia desaparecido e os negócios floresciam. Seria demais esperar que outras nações insatisfeitas não imitassem o exemplo alemão. Da mesma forma, a depressão teve como resultado uma nova onda de expansionismo militar, dirigido para a conquista de territórios vizinhos, como meio de resolver problemas econômicos. O Japão deu o exemplo em 1931, com a invasão da Manchúria. O declínio das exportações japonesas de seda e tecidos de algodão fez com que o país não pudesse pagar as necessárias importações de carvão, ferro e outros minerais. Os militaristas japoneses ganharam com isso um conveniente pretexto para apoderar-se da Manchúria, onde esses produtos podiam ser então adquiridos com moeda japonesa. Mussolini, em parte para afastar a atenção dos italianos dos problemas internos acarretados pela depressão econômica, invadiu e anexou a Etiópia em 1936. Finalmente, a depressão foi

um dos principais fatores determinantes do triunfo do nazismo, cujas políticas expansionistas contribuíram de modo direto para a guerra.

Nacionalismo

O nacionalismo foi ainda outra causa da insatisfação geral que ajudou a criar condições para uma guerra mundial. Na Europa oriental, as minoriais nacionais e étnicas continuaram alienadas dos estados soberanos em que os autores dos tratados as haviam colocado. Era esse, em especial, o caso dos sudetos, que haviam sido incluídos no recém-criado estado da Tchecoslováquia. Na verdade, esse país não podia jactar-se de nenhuma maioria nacional, porquanto incluía tchecos, eslovacos, poloneses, rutenos e húngaros, assim como alemães. Embora possuísse uma esclarecida política de autonomia para as minorias, o estado tchecoslovaco, como verdadeira colcha de retalhos que era, permanecia instável. E sua instabilidade se mostraria um fator chave ao crescerem as tensões em fins da década de 1930.

Apaziguamento

Uma causa final da guerra foi a política de "apaziguamento", adotada pelas democracias ocidentais diante da agressão alemã, italiana e japonesa. A estratégia dos apaziguadores fundamentava-se em três pressupostos. O primeiro era de que o irrompimento de outra guerra era inimaginável. Tendo ainda fresco na lembrança o morticínio de 1918, muitos ocidentais defendiam o pacifismo, ou ao menos adotavam uma atitude que os impedia de enfrentar de maneira realista as implicações das políticas e programas do fascismo e do nazismo. Em segundo lugar, eram muitos aqueles que, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, argumentavam, à medida que passavam os anos, que a Alemanha fora tratada com injustiça no Tratado de Versalhes, que os alemães tinham queixas legítimas que deviam ser reconhecidas e solucionadas. Por fim, os apaziguadores eram, em geral, ferrenhos anticomunistas. Acreditavam que, ajudando a Alemanha a reconquistar seu antigo poderio militar e econômico, estariam construindo uma fortaleza que deteria o avanço do comunismo soviético em direção ao Ocidente. Quando o Japão invadiu a Manchúria, o Ocidente recusou-se a impor sanções aos japoneses através da Liga das Nações, alegando que também o Japão poderia servir para neutralizar a Rússia.

Ações agressivas de Hitler

Hitler tirou partido dessa atitude geral de tolerância para promover as ambições expansionistas da Alemanha. Enquanto o país se rearmava, Hitler aproveitava a sensação de vergonha e traição de seu povo, proclamando que os alemães tinham o direito de recuperar o poder que haviam desfrutado antes no mundo. Em 1933 ele retirou a Alemanha da Liga das Nações – e, assim, livrou-se de qualquer obrigação de obedecer às declarações do órgão. Em 1935, rasgou as cláusulas de desarmamento do Tratado de Versalhes, anunciando o restabelecimento da conscrição e do treinamento militar universal. Em 1936 ele repudiou os Acordos de Locarno e invadiu a Renânia. A Grã-Bretanha e a França nada fizeram para detê-lo, tal como nada tinham feito para evitar a invasão e a conquista da Etiópia por Mussolini no ano anterior.

A Guerra Civil Espanhola

Em 1936 estourou a guerra civil na Espanha; uma série de débeis governos republicanos tinha-se mostrado incapaz de evitar a desintegração política do país. Embora houvessem firmado um pacto de não-intervenção com as outras potências ocidentais, tanto Hitler como Mussolini enviaram tropas e equipamentos em ajuda às forças do comandante fascista rebelde, Francisco Franco. A Rússia respondeu com auxílio às tropas comunistas que serviam sob a bandeira da república

espanhola. Mais uma vez, ingleses e franceses nada fizeram. A Guerra Civil Espanhola durou três anos, e por fim os fascistas lograram a vitória sobre os republicanos. O conflito contou com a participação de muitos esquerdistas e intelectuais jovens, europeus e norte-americanos, que o viam como um teste para a determinação do Ocidente de resistir ao totalitarismo. Os combates foram brutais, e pela primeira vez utilizou-se o bombardeio aéreo, em grande escala, contra civis e soldados. Daí a guerra espanhola ter sido encarada com freqüência como um "ensaio geral" para a luta, muito mais ampla, que se seguiria em breve.

O acordo de Munique

Em março de 1938 Hitler anexou a Áustria, declarando sua intenção de colocar todos os alemães sob a égide de seu Reich. Mais uma vez, não houve qualquer reação oficial por parte do Ocidente. O próximo alvo de Hitler foi a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia. Com a Áustria agora integrada à Alemanha, a Tchecoslováquia ficou quase inteiramente cercada por seu vizinho hostil e voraz. Hitler declarou que a região dos Sudetos era uma parte natural do Reich e que pretendia ocupá-la. O primeiro-ministro britânico, Neville Chamberlain, resolveu negociar, mas segundo os termos de Hitler. A 28 de setembro, Hitler concordou em reunir-se com Chamberlain, o *premier* francês Édouard Daladier e com Mussolini numa conferência das quatro potências em Munique. O resultado foi outra capitulação, da França e da Grã-Bretanha. Durante os meses seguintes Hitler não só anexou os Sudetos (como o acordo de Munique lhe permitira fazer), como aniquilou toda a república tcheca. Esse ato intensificou a crise. O governo soviético estava convencido de que o acordo de Munique era um plano da Inglaterra e da França para salvar suas próprias peles desviando para leste a expansão nazista. Em agosto de 1939, Stalin e seus camaradas, não tendo conseguido persuadir a Inglaterra e a França a se aliarem com eles em seus termos, firmaram um pacto próprio com o governo nazista. O efeito foi dar a Hitler luz verde para um ataque à Polônia. Ao irem a Munique, a

A Conferência de Munique, 1938. À esquerda: O Primeiro-Ministro Chamberlain da Inglaterra e Hitler durante a Conferência de Munique. À direita: Chamberlain falando à multidão após seu regresso da conferência. Em seu discurso, 30 de setembro de 1938, declarou que "a paz em nossa época" deve resultar de um acordo.

Grã-Bretanha e a França tinham pensado em seus próprios interesses; a Rússia iria agora tratar dos seus.

2. O INÍCIO DAS HOSTILIDADES

Começo da guerra

Após a extinção da Tchecoslováquia, Hitler exigiu a abolição do Corredor Polonês, uma estreita faixa de território que ligava a Polônia ao mar Báltico. O corredor continha uma grande população alemã, que, segundo declarou Hitler, devia ser reintegrada à Alemanha. Convencido, finalmente, de que o apetite de poder de Hitler era insaciável, Chamberlain anunciou que a Grã-Bretanha prestaria auxílio armado à Polônia. Pouco depois anunciou que seu governo iria em socorro de qualquer nação que se sentisse ameaçada pelas ambições de Hitler. Nas semanas subseqüentes, tanto os ingleses como os franceses ofereceram garantias positivas à Grécia, à Romênia e à Turquia. Hitler, julgando a Inglaterra e a França pelas atitudes do passado, acreditou que tais compromissos fossem vazios. Com os soviéticos atraídos para seu campo, ele esperava que a Polônia capitulasse rapidamente e que os aliados ocidentais recuariam mais uma vez, como tinham feito em Munique. Quando a Polônia se manteve firme, Hitler resolveu atacar. A 1.º de setembro de 1939, uma longa coluna de tanques alemães atravessou a fronteira polonesa. Ao tomarem conhecimento do ataque, a Inglaterra e a França enviaram uma advertência conjunta à Alemanha para que cessasse a agressão. Não houve resposta. No dia 3 de setembro, através do rádio, Neville Chamberlain anunciou que seu país se achava em guerra com a Alemanha. Falou do "rude golpe" que representava para ele o fracasso da sua "longa luta pela paz". Asseverou que era contra o mal que a nação britânica iria lutar — "a força bruta, a má fé, a injustiça, a opressão e a perseguição". Nesse mesmo dia, a França também entrou na guerra.

A "guerra de mentira"

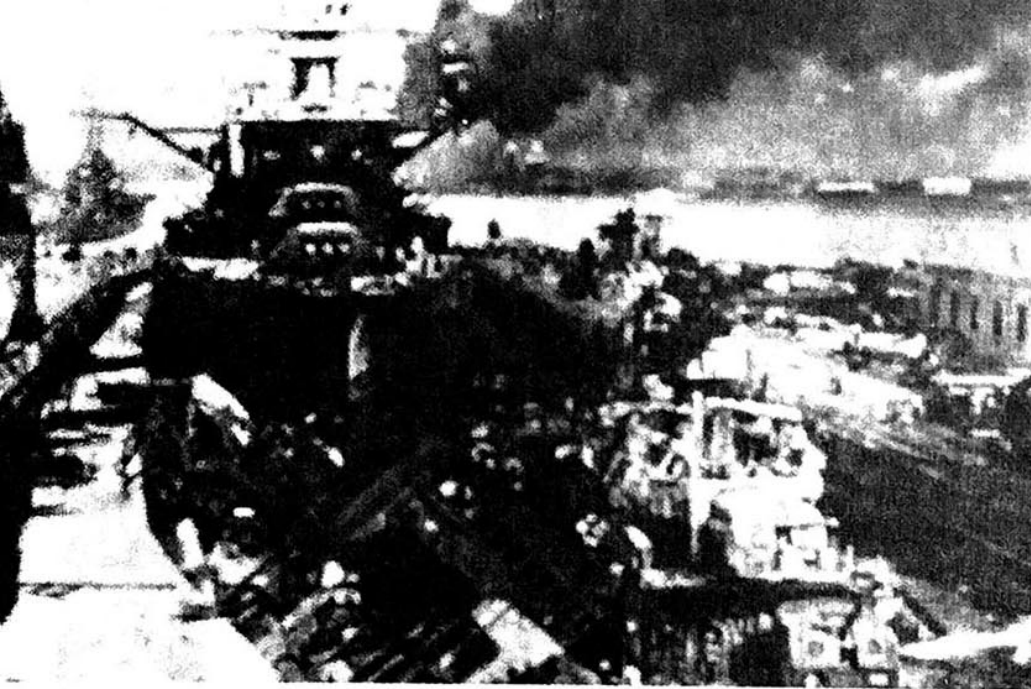
A campanha alemã contra a Polônia foi breve. Em menos de três semanas os exércitos poloneses foram desbaratados, seguindo-se a tomada de Varsóvia e a fuga dos dirigentes do governo polonês para a Romênia. Durante alguns meses depois disso a guerra resolveu-se numa espécie de sítio, uma "guerra de mentira" ou "*sitzkrieg*", como era às vezes chamada. Os combates que realmente se verificaram limitaram-se em grande parte à guerra submarina, a ataques aéreos contra bases navais e a batalhas ocasionais entre navios de guerra. Na primavera de 1940 a *sitzkrieg* transformou-se de súbito numa *blitzkrieg*, ou "guerra-relâmpago". Os alemães vibraram golpes contra a Noruega, a Dinamarca, a Bélgica, a Holanda e a França, conquistando país após país. Na França, um governo-fantoche, leal aos alemães, foi criado em Vichy sob a liderança do marechal Henri-Philippe Pétain, idoso herói da I Guerra Mundial.

A batalha da Inglaterra

Depois dessas conquistas a guerra entrou numa nova fase, a chamada batalha da Inglaterra. Antes de lançar uma invasão, atravessando a Mancha, os nazistas decidiram tentar reduzir a força militar inglesa e abalar o moral dos civis mediante ataques aéreos. Entre agosto de 1940 e junho de 1941, milhares de aviões bombardearam os portos, os centros industriais e as defesas aéreas da Inglaterra. Embora bairros inteiros de cidades ficassem reduzidos a escombros e mais de 40.000

Londres durante o ataque. Esta fotografia transmite uma nítida impressão da agonia que a capital britânica sofreu durante a Batalha da Inglaterra, que se estendeu de agosto de 1940 a junho de 1941. Acima dos destroços que tombaram pelas bombas está a Catedral de São Paulo.

civis morressem, os ingleses mantiveram-se firmes. A essa época Winston Churchill havia substituído Neville Chamberlain como primeiro-ministro. Conservador dissidente, que havia servido no governo britânico, durante a I Guerra Mundial, como liberal, Churchill não gozava da confiança dos líderes de seu partido, sobretudo por ter sido ele um dos poucos que se haviam manifestado a favor do rearmamento da Inglaterra durante os anos de apaziguamento. Agora que suas advertências tinham-se mostrado verdadeiras, foi-lhe dada a direção da guerra, como chefe de um governo nacional composto de ministros dos partidos Conservador, Liberal e Trabalhista. Churchill, orador de extraordinária eloqüência, usou o rádio para persuadir seus compatriotas – bem como o resto do mundo livre – de que a Grã-Bretanha jamais se renderia aos nazistas. Sua amizade com o presidente Roosevelt, bem como a convicção deste de que os Estados Unidos deviam acorrer em auxílio dos ingleses, tiveram como conseqüência o embarque de equipamentos militares e de navios para a Grã-Bretanha, nos termos da chamada Lei de Empréstimos e Arrendamentos, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1941.

Entrementes, a Alemanha movia-se para leste, rumo aos Bálcãs, subjugando os romenos, os húngaros, os búlgaros e os iugoslavos. Os italianos, menos bem sucedidos em suas campanhas na Grécia e na África do Norte, pediram ajuda alemã para cumprir suas missões. Desprezando a incapacidade militar de Mussolini, Churchill chamou-o de "lacaio" de Hitler. Frustrado em sua tentativa de dominar a Inglaterra, Hitler rompeu com sua ex-aliada, a Rússia, e voltou-se para leste, a 22 de junho de 1941, com uma invasão de grande envergadura. Antes de terminado o ano, seus exércitos haviam chegado às portas de Moscou, mas sem conseguirem, na verdade, capturar a cidade.

Pearl Harbor, 7 de dezembro de 1941. Esta fotografia mostra encouraçados americanos afundando no ancoradouro após a incursão japonesa sobre a qual o Presidente Roosevelt declarou que era "o dia que se perpetuaria na infâmia".

Pearl Harbor

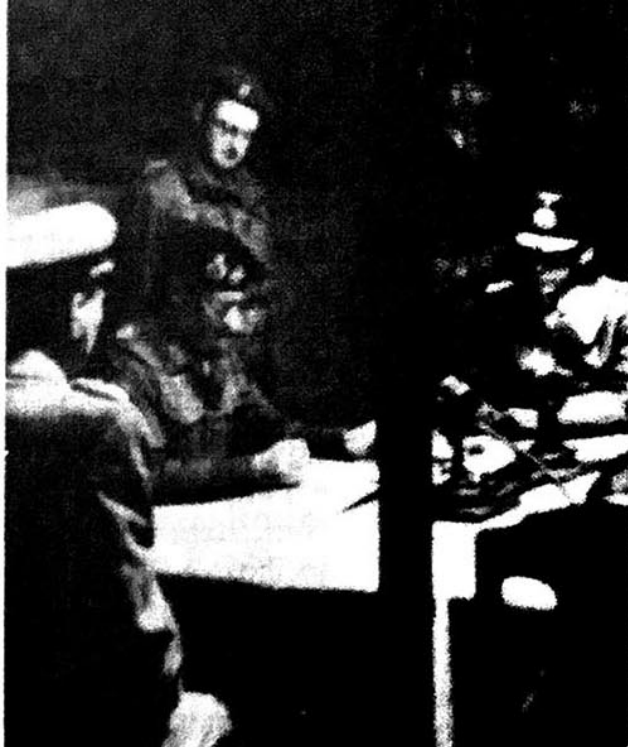
A guerra converteu-se num conflito global quando o Japão desfechou um ataque mortífero contra Pearl Harbor a 7 de dezembro do mesmo ano. Desde 1937 os japoneses se achavam empenhados numa dispendiosa guerra com a China. Para levá-la a cabo com êxito necessitavam do petróleo, da borracha e dos vastos recursos alimentícios das Índias Holandesas, da península Malaia e do Sudeste da Ásia. Haviam-se aliado à Alemanha em 1940. Agora, antes de atacarem o sul, julgaram necessário fechar a porta dos fundos, destruindo o poderio naval e aéreo dos Estados Unidos, na base de Pearl Harbor. No dia seguinte o Congresso norte-americano reconheceu o estado de guerra com o Japão e a 11 de dezembro a Alemanha e seus aliados declararam guerra aos Estados Unidos.

Os momentos decisivos da guerra

O rumo da guerra foi marcado por vários momentos decisivos. O primeiro foi a obstinada defesa de Moscou pelos exércitos de Stalin, em novembro e dezembro de 1941. O segundo foi a derrota dos alemães, comandados pelo general Erwin Rommel, na África do Norte em 1942, o que abriu caminho para a invasão da Itália pelos Aliados e para a derrubada de Mussolini no ano seguinte. O terceiro foi a batalha de Stalingrado, em 1943, quando os alemães fracassaram em sua tentativa de isolar a Rússia setentrional da Ucrânia, uma região produtora de alimentos, e das jazidas de petróleo ao norte e ao sul do Cáucaso. Os momentos decisivos na guerra do Pacífico ocorreram durante a primavera de 1942, com a derrota das forças japonesas pela marinha dos Estados Unidos nas batalhas do mar de Coral e de Midway. Tais reveses barraram para sempre as tentativas nipônicas de privarem os Estados Unidos de bases avançadas para uma contra-ofensiva contra o Japão.

Fim da guerra na Europa

No fim de 1944 e começos de 1945, em pleno inverno, a II Guerra Mundial aproximava-se do fim. A 6 de junho de 1944 (o dia D), as Forças Aliadas haviam atravessado o canal da Mancha e desembarcado com êxito no norte da França. A 25 de agosto Paris foi libertada. Em setembro, destacamentos de vanguarda chegaram ao Reno e, por fim, exércitos inteiros penetraram no coração da Alemanha, um avanço tornado necessário pelo fato de Hitler recusar render-se incondicionalmente. Ao mesmo tempo, tropas soviéticas aproximavam-se do leste. A 21 de abril de 1945, abriram caminho à força até os subúrbios de

Assinatura da rendição da Alemanha, 7 de maio de 1945.

Berlim. Nos dez dias que se seguiram, travou-se uma batalha selvagem entre as ruínas e montes de escombros. A 2 de maio o centro da cidade foi capturado e a bandeira vermelha soviética drapejava na Porta de Brandenburgo. Poucas horas antes, Hitler havia-se suicidado no abrigo à prova de bombas da chancelaria. A 8 de maio, representantes do Alto Comando alemão assinaram um documento de rendição incondicional. A paz chegara por fim a uma Europa exausta, após cinco anos e oito meses de carnificina.

Os campos de concentração

Só então o mundo começou a tomar conhecimento de toda a extensão da tirania alemã. Quando os exércitos Aliados abriram os campos de concentração na Alemanha e nos países ocupados, encontraram os remanescentes famintos, doentes e brutalizados, de um total de seis milhões de prisioneiros, aqueles que haviam conseguido sobreviver à medonha experiência das perseguições nazistas. A maioria dos homens, mulheres e crianças que haviam sido aprisionados, torturados e mortos eram judeus, ainda que poloneses, russos, ciganos, homossexuais e outros "traidores" do Reich também tivessem sido encarcerados, utilizados em trabalhos forçados e mortos.

A bomba atômica; rendição do Japão

O fim da guerra no Pacífico demorou ainda mais quatro meses. A vitória sobre o Império Japonês teve de ser obtida através de violentas batalhas navais e de sangrentos ataques contra ilhas quase inexpugnáveis. Em junho de 1945 Okinawa foi capturada, depois de oitenta e dois dias de luta desesperada. Os americanos tinham agora cabeças-de-ponte a menos de 800 quilômetros do continente japonês. Em Tóquio, o governo nervosamente previa uma invasão e exortava os cidadãos a esforços supremos para enfrentar a crise. A 26 de julho os líderes dos governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e China emitiram uma proclamação conjunta, apelando ao Japão para que se rendesse, a fim de evitar a destruição. Como não houvesse resposta, as mais altas autoridades do governo norte-americano resolveram fazer uso de uma nova e revolucionária arma a fim de pôr fim à guerra rapidamente. Essa arma era a bomba atômica, desenvolvida havia pouco, em segredo, por cientistas Aliados. Muitos oficiais de alta patente, no Exército e na

Marinha, argumentavam que a utilização da bomba não era necessária, alegando que o Japão já estava batido. Harry Truman, que havia sucedido a Roosevelt após a morte deste, em abril de 1945, decidiu de outra forma. A 6 de agosto uma bomba atômica foi lançada sobre a cidade de Hiroshima, arrasando completamente cerca de 60 por cento da cidade. Passados três dias, lançou-se uma segunda bomba, dessa vez sobre Nagasaki. Esses atos, tal como o bombardeio contra Dresden e Tóquio, com bombas incendiárias, garantiram que os Aliados compartilhariam a responsabilidade pela carnificina da guerra, e que, ao contrário do ocorrido na I Guerra Mundial, essa outra teria custado alto preço em vidas civis. O presidente Truman preveniu que os Estados Unidos continuariam a usar a bomba atômica até que o Japão dobrasse os joelhos. A 14 de agosto, Tóquio transmitiu a Washington a aceitação incondicional das exigências dos Aliados.

3. O ADVENTO DA PAZ

A Carta do Atlântico e a Declaração das Nações Unidas

A guerra terminara. Para travá-la, os governos tinham sido obrigados, mais ainda que na I Guerra Mundial, a mobilizar todos os seus cidadãos. Ambos os lados empregaram técnicas de propaganda para manter aceso o comprometimento popular com a causa. Tal como Wilson falara de uma guerra destinada a "acabar com as guerras", da mesma forma os líderes ocidentais prometeram uma paz que livraria o mundo dos conflitos. A primeira exposição dos objetivos dos Aliados em caso de vitória foi a Carta do Atlântico, promulgada por Roosevelt e Churchill a 14 de agosto de 1941. Seus princípios essenciais eram os seguintes: (1) não se devem fazer modificações territoriais a não ser de acordo com a vontade dos povos interessados; (2) deve-se respeitar o direito de todos os povos a escolher a forma de governo sob a qual desejam viver; (3) todos os estados devem ter acesso, em condições iguais, ao comércio e às matérias-primas do mundo; (4) liberdade para cruzar os mares sem impedimento; (5) desarmamento de todas as nações que ameacem agressão. A Carta do Atlântico assumiu um significado mais amplo a 2 de janeiro de 1942, ao ser reiterada pela Declaração das Nações Unidas.

Vítimas do campo de concentração nazista em Belsen, Alemanha. Fotografado em 1945.

Vinte e seis nações assinaram essa declaração, inclusive a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a União Soviética e a República da China. Mais tarde, quatorze outras acrescentaram suas assinaturas. A declaração assemelhava-se aos Quatorze Pontos de Wilson: ambas eram eloqüentes afirmações de paz internacional e de liberdade; ambas destinavam-se a elevar o moral dos Aliados; e ambas sucumbiram às realidades da política de poder.

A Declaração do Cairo

Com a continuação da guerra, altas personagens dos principais países-membros das Nações Unidas avistaram-se em várias conferências a fim de determinar as condições da paz. A primeira de importância excepcional foi a realizada no Cairo em novembro de 1943, para discutir o destino do Império Japonês. Os participantes foram Roosevelt, Churchill e o líder da China, o generalíssimo Chiang Kai-Shek. Concordaram em que todos os territórios tomados à China pelo Japão, salvo a Coréia, fossem restituídos à República Chinesa. A Coréia deveria tornar-se livre e independente. Concordaram, outrossim, em que o Japão fosse despojado de todas as ilhas do Pacífico de que se apossara ou que ocupara desde 1914, bem como de "todos os outros territórios que havia tomado pela violência ou pela cobiça". O destino que se daria a essas ilhas e territórios não era especificado.

O acordo de Ialta

A segunda das conferências importantes para determinar as condições da paz realizou-se em Ialta, na Criméia, em fevereiro de 1945. Dessa vez os principais participantes foram Roosevelt, Churchill e Stalin. Um relatório formal publicado ao término da conferência declarava que os Três Grandes haviam concordado com planos para a rendição incondicional da Alemanha, com métodos para controlar a Alemanha e seus aliados depois da guerra e com a criação de uma Organização das Nações Unidas para manter a paz. Além disso, anunciava-se que a Polônia entregaria suas províncias orientais à Rússia e que seria compensada por "importantes acréscimos de território" ao norte e a oeste – territórios a serem tomados, naturalmente, à Alemanha. O governo existente da Polônia, instalado sob auspícios russos, seria reorganizado com a inclusão de líderes democráticos poloneses. Também o governo da Iugoslávia passaria por uma ampliação semelhante. Com relação ao Extremo-Oriente, concordou-se em que a Rússia deveria entrar na guerra contra o Japão e receber como recompensa todos os territórios tomados por esse país na guerra russo-japonesa de 1904-1905.

As implicações do acordo de Ialta

O acordo de Ialta refletia o idealismo da Carta do Atlântico, ao estipular a criação das Nações Unidas. Prenunciava também a tensão entre o Oriente e o Ocidente dentro de alguns anos, que assumiria a forma de uma "guerra fria" entre a Rússia e seus satélites políticos, de um lado, e as potências ocidentais, de outro. Stalin, um resoluto praticante da política de poder, estava ansioso por proteger os interesses russos. Daí sua insistência quanto a um acordo com a Polônia que assegurasse um forte reduto pró-soviético contra a Alemanha. Embora Stalin prometesse eleições livres na Polônia, recusou concordar com a criação de uma comissão internacional para supervisioná-las.

O acordo de Potsdam

A rendição da Alemanha exigiu ainda uma outra conferência entre as potências vitoriosas. A 17 de julho de 1945, Stalin, Churchill e Truman encontraram-se em Potsdam, um subúrbio de Berlim. Antes que a conferência de Potsdam terminasse seus trabalhos, Churchill havia sido

A Conferência de Ialta. Churchill, Molotov, Secretário de Estado Stettinius à esquerda e Stalin no centro, com os copos erguidos num brinde. Roosevelt também está, à esquerda de Stalin.

substituído por Clement Attlee, o novo primeiro-ministro trabalhista da Grã-Bretanha. As cláusulas mais importantes da declaração formal, publicada a 2 de agosto, eram as seguintes: (1) o território antes conhecido como Prússia Oriental seria dividido em duas partes, passando a do norte para a Rússia e a do sul para a Polônia; (2) a Polônia receberia a ex-cidade livre de Danzig; (3) todo o território alemão a leste dos rios Oder e Neisse seria administrado pela Polônia, enquanto não se chegasse a um acordo final; (4) o poder militar alemão seria totalmente destruído; e (5) a Alemanha seria dividida em quatro zonas de ocupação, governadas, respectivamente, pela União Soviética, pela Grã-Bretanha, pelos Estados Unidos e pela França. Em novembro de 1945 teve início em Nuremberg, na Alemanha, um julgamento dos principais líderes nazistas, conduzido por um tribunal inter-Aliado. Em setembro do ano seguinte, dezoito dos vinte e dois réus foram considerados culpados por "crimes de guerra", recebendo penas que variavam de dez anos de prisão até a morte.

Os tratados de paz

Depois do fim da guerra os estados vitoriosos prepararam tratados de paz com o Japão e com os satélites da Alemanha. O tratado com o Japão despojava os japoneses de todo o território que haviam adquirido desde 1854 – em outras palavras, de todo seu império ultramarino. O Japão renunciava à metade meridional da ilha Sakhalina e às ilhas Kurilas, cedidas à Rússia soviética, bem como às ilhas Bonin e Ryukyu, que seriam controladas pelos Estados Unidos. Renunciaram ainda os nipônicos a todos os direitos a Formosa, que foi deixada sem um estatuto definido. Cederam aos Estados Unidos o direito de continuar a manter instalações militares no Japão até que este país fosse capaz de defender-se. O tratado entrou em vigor em abril de 1952, contra a oposição dos russos, que haviam esperado que o Japão fosse mutilado por punições mais drásticas e se tornasse, destarte, presa fácil para o comunismo.

Criação das Nações Unidas

Tal como no caso do Tratado de Versalhes, um dos elementos mais significativos da paz que se seguiu à II Guerra Mundial foi sua provisão de uma organização internacional. A velha Liga das Nações não conseguira impedir a deflagração da guerra em 1939, e em abril de 1946 foi formalmente dissolvida. Já havia muito que os estadistas Aliados admitiam a necessidade de uma nova organização. Em fevereiro de 1945

A Conferência de Potsdam. Churchill, de charuto na boca, está sentado no fundo, à esquerda; Stalin, à direita; Truman está de costas.

estabeleceram em Ialta que uma conferência para criá-la deveria ser convocada para 25 de abril, em São Francisco. Apesar da súbita morte de Roosevelt, duas semanas antes, a conferência instalou-se na data aprazada. A 26 de junho foi assinada a carta de uma organização que se chamaria Nações Unidas e que teria por base o princípio da "igualdade soberana de todos os estados amantes da paz". Seus órgãos mais importantes seriam: (1) uma Assembléia Geral, composta de representantes de todos os estados componentes; (2) um Conselho de Segurança, composto de representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da União Soviética, da República da China e da França, com assentos permanentes, e de seis outros estados escolhidos pela Assembléia Geral para preencher os assentos não permanentes; (3) uma Secretaria, constituída por um secretário-geral e seus subordinados; (4) um Conselho Econômico e Social, composto de dezoito membros escolhidos pela Assembléia Geral; (5) um Conselho de Mandatos; e (6) um Tribunal Internacional de Justiça.

Conselho de Segurança

Embora a Organização das Nações Unidas não tenha concretizado as esperanças de seus fundadores, continua a atuar como a assembléia internacional de mais longa vida. As mais importantes funções da nova organização eram atribuídas, pela carta, ao Conselho de Segurança. Cabe a esse órgão a "responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais". Tem autoridade para investigar quaisquer disputas entre nações, recomendar métodos para que se chegue a um entendimento e, se tal for necessário para a preservação da paz, empregar medidas diplomáticas ou econômicas contra um agressor. Se, a seu juízo, essas medidas se revelarem ou possam revelar-se ineficazes, poderá "tomar a iniciativa de ação por meio de forças aéreas, navais ou terrestres" que se fizer necessária para manter ou restaurar a ordem. Prescreve a carta que os estados-membros ponham à disposição do Conselho de Segurança, por solicitação deste, forças armadas para a manutenção da paz.

O Conselho de Segurança foi organizado de modo a conferir quase que um monopólio de autoridade a seus membros permanentes. Era crença dos Três Grandes que se reuniram em Ialta, e em especial do presidente Roosevelt, que a paz mundial dependia da harmonia entre os estados que tinham sido os principais responsáveis pela vitória na guerra. Conseqüentemente, determinaram que quando fosse instituído o Conselho de Segurança, nenhuma iniciativa de qualquer espécie poderia ser tomada sem o consentimento unânime da Grã-Bretanha, da França, dos Estados Unidos, da República da China, da União Soviética e de dois outros membros mais. Esse poder de veto absoluto conferido a cada um dos estados principais não teve de modo algum os efeitos que se esperavam dele. Ao invés de fortalecer a paz mundial, seu resultado precípuo foi paralisar o conselho e torná-lo impotente em face de emergências. A causa principal disso foi a crescente desconfiança entre a Rússia soviética e o Ocidente.

O poder de veto dos Cinco Grandes

Aos órgãos restantes da ONU coube uma grande variedade de funções. A Secretaria, composta de um secretário-geral e de um pessoal numeroso, tem uma autoridade sobretudo administrativa. Seu trabalho, todavia, não é de simples rotina, pois o secretário-geral pode chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que, em sua opinião, ameace a paz internacional. As funções do Conselho Econômico e Social são as mais variadas de todas. Composto de dezoito membros eleitos pela Assembléia Geral, tem autoridade para iniciar estudos e fazer recomendações sobre assuntos internacionais de ordem social, econômica, higiênica, educacional, cultural e afins, podendo desempenhar missões dentro desse campo, a pedido de membros das Nações Unidas. Sob sua jurisdição acham-se organismos especializados como a Organização Mundial de Saúde, que se empenha em dominar epidemias e em ajudar os países subdesenvolvidos a eliminar a cólera, o tifo e as doenças venéreas, assim como em melhorar os padrões de saúde e de higiene; e a Organização Alimentar e Agrícola (sigla em inglês, FAO), que procura aumentar a produção de alimentos encontrando remédios para as crises da agricultura, para as doenças dos animais e das plantas e contra as pragas de insetos, e formulando planos para a mecanização de pequenas fazendas e uma distribuição mais eficiente de gêneros alimentícios.

Outros órgãos da ONU

Durante as três primeiras décadas, o trabalho desses organismos ajudou a ONU a compor um quadro de realizações modestamente expressivo. No entanto, a par de seus êxitos, cumpre registrar também importantes fracassos. A ONU falhou em seus esforços para estabelecer o controle das armas nucleares. E foi impotente em face de qualquer esforço determinado, por parte de uma grande potência, para fazer valer seus interesses próprios, como aconteceu no caso da supressão soviética de uma revolta na Hungria em 1956 ou no episódio da ampla intervenção dos Estados Unidos no Vietnam. Ainda que as Nações Unidas tenham atuado, vez por outra, no sentido de esvaziar situações mundiais potencialmente explosivas, não chegaram a cumprir as elevadas metas de restauração e manutenção da paz, estabelecidas por seus ambiciosos e idealistas fundadores.

Fracassos da ONU

Sétima Parte

O APARECIMENTO DA CIVILIZAÇÃO MUNDIAL

A civilização ocidental, tal como a vimos descrevendo e analisando, não existe mais. Ao invés disso, falamos de uma civilização mundial, uma civilização que deve grande parte de sua história e muitos de seus problemas mais difíceis ao Ocidente, mas que não é mais moldada por aquele punhado de nações que durante tantos séculos dominaram o globo.

As grandes potências do século XIX – a Grã-Bretanha, a França, e a Alemanha – só são potências hoje em dia na medida em que concordaram em unir seus interesses num Mercado Comum Europeu. Depois de duas décadas de confronto, as superpotências de meados do século XX, os Estados Unidos e a União Soviética, começaram a compreender a limitação de seu poder e a ajustar suas expectativas a essa limitação.

O poder, e com ele a atenção do mundo, está-se deslocando do Ocidente para as nações emergentes da África, do Oriente Médio, da Ásia e da América Latina. Seus vastos recursos naturais estão permitindo a muitas delas a possibilidade de fazerem o velho jogo ocidental da política de poder, e numa arena mundial mais vasta do que nunca. As dimensões igualmente vastas de seus problemas internos – econômicos, raciais, nutricionais e políticos – sugerem que terão de ter solução também mundial. Somos todos, como se expressou o arquiteto norte-americano Buckminster Fuller, feliz ou infelizmente sócios da "nave espacial chamada Terra".

O Aparecimento da Civilização Mundial

	POLÍTICA	CIÊNCIA E INDÚSTRIA
1945		
	Doutrina Truman, 1947	
	Independência da Índia, 1947	
	Criação de regimes comunistas na Europa oriental, 1947-48	
	Plano Marshall, 1948	
	Divisão da Alemanha, 1949	
	Vitória dos comunistas na China, 1949	
	OTAN, 1949	
	Guerra da Coréia, 1950-1953	
		Bomba de hidrogênio, 1952
	Morte de Stalin, 1953	Descoberta da vacina contra a poliomielite, 1953
		Descoberta do ADN, 1953
	Revolta na Hungria, 1956	
	Crise do Canal de Suez, 1956	
		Lançamento do Sputnik, 1957
1960	Conflito no Congo, 1960	
	Muro de Berlim, 1961	
	Crise dos mísseis cubanos, 1962	
	Assassínio de John F. Kennedy, 1963	
	Guerra do Vietnam, 1964-1975	
	Assassínio de Malcolm X, 1965	
	Guerra civil na Nigéria, 1966-70	
	Guerra dos Seis Dias, 1967	
	Assassínio de Martin Luther King, Jr., 1968	
		A Apolo 11 pousa na Lua, 1969
1970		Advento da automação, década de 70
	Guerra civil na Índia, 1971	
	Assinatura dos primeiros acordos SALT, 1972	
	Guerra árabe-israelense, 1973	
	Tratado de paz entre Egito e Israel, 1979	
	Deposição do xá do Irã, 1979	

ECONOMIA E SOCIEDADE	ARTES E LETRAS	
	Abstracionismo nas artes plásticas, meados dos anos 40 Albert Camus, *A Peste*, 1947	1945
	Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, 1949-1950	
	Samuel Beckett, *Esperando Godot*, 1952	
Criação do Mercado Comum Europeu, 1958	Lorraine Hansberry, *Uma uva no sol* 1959	
Movimento negro pelos direitos civis nos EUA, 1960-68	Pop art, anos 60	1960
Frantz Fanon, *Wretched of the Earth*, 1961 A "contracultura", anos 60	François Truffaut, *Jules et Jim*, 1961	
Movimento de emancipação da mulher, anos 60 e 70	Arthur Penn, *Bonnie and Clyde* (1967)	
		1970
	A. Soljenitsin, *Arquipélago Gulag*, 1973	

Capítulo 30

AS NOVAS RELAÇÕES DE PODER

África, tudo que peço de ti é a coragem de saber: olhar em torno de ti e ver o que está acontecendo nesse mundo velho e fatigado; compreender-lhe a extensão e a profundidade do renascimento e a promessa que fulge em teus montes.

– W. E. B. Du Bois, *Autobiografia*

Tensões no pós-guerra

A II Guerra Mundial deixou o mundo político da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos num estado de caos. À medida que a vitória se aproximava, os Aliados começavam a suspeitar uns dos outros e a se proteger contra aqueles a quem encaravam agora como rivais em potencial. Além disso, a guerra semeou revoltas nacionalistas por todo o globo. Muitas dessas lutas foram tentativas, por parte de colônias, para conquistar a independência. Embora essas guerras, no mais das vezes, fossem localizadas, ameaçavam levar a grandes conflitos e, devido à crescente proliferação de armas nucleares, ao holocausto geral. Tal ameaça, se não reduziu as tensões, talvez tenha atuado no sentido de evitar que as nações forçassem seus interesses até um ponto sem volta.

1. RIVALIDADE MUNDIAL ENTRE SOVIÉTICOS E AMERICANOS

As novas relações de poder

Em conseqüência da II Guerra Mundial, as relações mundiais de poder viram-se drasticamente alteradas. A Alemanha, a Itália e o Japão haviam sofrido uma derrota tão esmagadora que pareceram, durante algum tempo, destinados a desempenhar um papel subalterno nos assuntos mundiais. Oficialmente, a lista das grandes potências incluía cinco estados: União Soviética, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e República da China. Eram esses os Cinco Grandes que, ao chegar o fim da guerra, pareciam fadados a governar o mundo. Entretanto, a China logo se viu engolfada numa revolução comunista, enquanto a Grã-Bretanha e a França se tornavam cada vez mais dependentes dos Estados Unidos. Em resultado disso, durante dez anos, depois de 1945, a comunidade das nações assumiu um caráter bipolar, com os Estados Unidos e a

União Soviética competindo pela supremacia e esforçando-se por arrastar os estados restantes para suas órbitas.

Os EUA depois da II Guerra Mundial

Do ponto de vista do poder econômico, os Estados Unidos superavam de longe o resto das nações. A partir de 1939 os norte-americanos haviam dobrado sua renda nacional e quadruplicado sua poupança. Embora constituíssem apenas 7 por cento da população mundial, cabiam-lhes mais de 30 por cento da renda estimada do mundo. Pela primeira vez em sua história os Estados Unidos se achavam em condições de serem os árbitros do destino de pelo menos metade do mundo. O Japão era, praticamente, sua colônia: os Estados Unidos controlavam tanto o oceano Atlântico como o Pacífico, policiavam o Mediterrâneo e formulavam a política internacional na Europa ocidental. Até 1949, os Estados Unidos tiveram o monopólio das armas atômicas. Quando a União Soviética quebrou esse monopólio, os formuladores da política norte-americana permaneceram convictos de que ainda era válida sua pretensão de terem um poderio superior. Tudo que se fazia necessário agora era acrescentar a seu arsenal armas novas e ainda mais letais, garantindo com isso que nenhum rival poderia desafiar com êxito os Estados Unidos.

As forças e fraquezas da Rússia

A Rússia soviética saiu da II Guerra Mundial como a segunda potência do planeta. Conquanto sua marinha fosse pequena, seu exército e possivelmente sua aviação eram, em 1948, os maiores do mundo. A população soviética aproximava-se celeremente dos 200 milhões de habitantes, a despeito de o país haver perdido 7 milhões de soldados e cerca de 8 milhões de civis na guerra. No tocante a riquezas minerais, a situação da Rússia podia ser comparada favoravelmente com a dos países mais ricos. Depois de 1946 passou a dispor de uma grande percentagem do suprimento mundial de petróleo. Por outro lado, não pode haver dúvida de que sua máquina industrial havia sido gravemente prejudicada pela guerra. Nada menos de 1.700 cidades russas, grandes e pequenas, tinham sido totalmente destruídas, assim como aproximadamente 64.000 quilômetros de ferrovias e 31.000 fábricas. Stalin afirmou em 1946 que provavelmente seriam necessários pelo menos seis anos para reparar os estragos e reconstruir as áreas devastadas.

A Rússia na Europa oriental

Parece razoável supor que grande parte da hostilidade mostrada pela URSS em suas relações com outras nações depois de 1945 possa ser atribuída, em certa medida, às perdas sofridas durante a guerra. Ressentidos contra o fato de terem sido obrigados a fazer tamanhos sacrifícios, os soviéticos ficaram obcecados por segurança: uma meta que tinha de ser atingida, qualquer que fosse o custo para seus vizinhos. Temendo que a miséria e as dificuldades pudessem tornar seu próprio povo rebelde, os dirigentes soviéticos o estimularam a pensar que o país estava sob perigo iminente de ataque por potências capitalistas. Terminada a guerra, os russos mostraram-se decididos a manter a influência que seu avanço militar lhes havia garantido na Europa oriental. Tirando proveito dos acordos alcançados em Ialta, a União Soviética permaneceu como uma força de ocupação em toda aquela área, trabalhando, enquanto isso, no sentido de fundar "repúblicas populares", simpáticas ao regime soviético. Em 1948 já haviam sido instalados governos pró-soviéticos na Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária e Tchecoslováquia. A Albânia e a Iugoslávia, libertadas por suas próprias forças anti-nazistas, não se achavam ligadas diretamente à Rússia como satélites, ainda que

os governos desses dois países também fossem comunistas. As nações da Europa oriental não sucumbiram sem luta. A Grécia, que os russos desejavam incluir em sua esfera de influência, viu-se dilacerada pela guerra civil até 1949, quando sua monarquia foi restaurada, com ajuda ocidental. É possível que o mais direto desafio à garantia de eleições livres e democráticas, dada em Ialta, tenha ocorrido na Tchecoslováquia, onde em 1948 os soviéticos esmagaram o governo de coalizão dos líderes liberais Eduard Benes e Jan Masaryk.

O Plano Marshall

Os Estados Unidos compensaram essas ações agressivas com grandes programas de ajuda econômica e militar à Europa ocidental. Em 1947 o presidente Truman proclamou a chamada Doutrina Truman, que oferecia programas de assistência para impedir maiores infiltrações comunistas nos governos da Grécia e da Turquia. No ano seguinte, o Plano Marshall, que recebeu o nome do secretário de estado George Marshall, o primeiro a propô-lo, proporcionou recursos para a reconstrução da indústria da Europa ocidental. O plano foi notável em dois aspectos: primeiro, representou uma tentativa dos Estados Unidos para restaurar a força de seus mais sérios concorrentes econômicos, e de seu ex-inimigo, a Alemanha, com base na idéia de que seria menos provável que uma Europa economicamente independente sucumbisse à dominação soviética. Segundo, fundamentou-se na disposição das nações da Europa ocidental em coordenar seus esforços econômicos, substituindo, pelo menos em parte, a competição pela cooperação.

OTAN

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos tomavam medidas para fortalecer as defesas militares do Ocidente. Em abril de 1949, um grupo de representantes dos estados do Atlântico Norte, juntamente com o Canadá e os Estados Unidos, assinou um acordo criando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mais tarde a Grécia, a Turquia e a Alemanha Ocidental aderiram ao tratado. Segundo os termos do pacto, um ataque armado contra qualquer um dos países signatários seria considerado como um ataque a todos, os quais combinariam suas forças armadas na medida necessária para repelir o agressor. Ficou ainda decidido que o comando militar conjunto, ou exército da OTAN, criado em 1950, seria aumentado de trinta para cinqüenta divisões em 1953 e que a Alemanha Ocidental deveria rearmar-se e ser convidada a contribuir com doze das divisões. Esperava-se, com isso, que a OTAN estivesse preparada para uma emergência que viesse a surgir em conseqüência das políticas expansionistas da Rússia soviética.

O bloqueio de Berlim

Os russos reagiram com compreensível alarme à evidente determinação dos Estados Unidos em fortalecer a Europa Ocidental econômica e militarmente. Ficaram particularmente preocupados quando dinheiro norte-americano começou a fluir para as áreas da Alemanha Ocidental ocupadas por forças britânicas, francesas e norte-americanas. Em 1946 desmoronou a administração conjunta da Alemanha pelas quatro potências. A Rússia continuou a controlar seu satélite, que mais tarde tornou-se a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), nominalmente independente, enquanto as potências ocidentais continuavam a sustentar a recuperação econômica da área que tinham sob seu controle, que por sua vez viria a se transformar na República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). Surgiu uma crise em 1948 quando, em retaliação contra a reunificação das zonas de controle ocidental sob uma única autoridade, os russos fecharam ao Ocidente o acesso rodo-

viário e ferroviário para Berlim. Ainda que dentro de território da Alemanha Oriental, Berlim era administrada por todas as quatro potências. As potências ocidentais revidaram com uma ponte aérea de alimentos e outras provisões necessárias, o que evitou que a cidade caísse em mãos dos soviéticos. Depois de quase um ano, os russos suspenderam o bloqueio. Durante muitos anos ainda, no entanto, Berlim continuaria a ser um dos pontos mais conturbados da "guerra fria", como veio a ser chamado o confronto entre a Rússia e o Ocidente.

Guerra da Coréia

O mais sério conflito armado do pós-guerra imediato foi o da Coréia, entre 1950 e 1953. Ao fim da II Guerra Mundial ficara estabelecido que a Coréia, sob dominação japonesa desde 1910, se tornaria um país independente e unido. Contudo, os Estados Unidos e a União Soviética deixaram ali tropas de ocupação até 1949, com os americanos ao sul e os russos ao norte do paralelo 38. Durante esse período de ocupação os soviéticos recusaram-se a cooperar com o plano, patrocinado pelas Nações Unidas, de eleições livres em todo o país. Ao contrário, instalaram no norte uma república popular semelhante às que haviam criado na Europa oriental. Em junho de 1950, tropas dessa república cruzaram o paralelo 38 e invadiram o sul. Aproveitando-se de um temporário boicote russo à ONU, os Estados Unidos conseguiram evitar um veto soviético a seu plano de enviar um contingente militar para rechaçar a invasão. As tropas, ainda que nominalmente sob comando das Nações Unidas, eram quase inteiramente americanas, dirigidas e aprovisionadadas pelos Estados Unidos. As vitórias militares iniciais dessa força foram neutralizadas em novembro pela invasão da Coréia por tropas da recém-criada República Popular da China, que acorreram em auxílio dos norte-coreanos. Seguiu-se um impasse, pois se o presidente Truman e seus conselheiros não desejavam estender o conflito até a China – temendo uma terceira guerra mundial –, também não se dispunham a abandonar seus aliados sul-coreanos. Depois de dois anos de impasse militar e diplomático, chegou-se a um acordo de paz, que reconhecia a existência das duas repúblicas coreanas e abandonava qualquer plano de reunificação.

Efeitos da guerra da Coréia

A guerra da Coréia afetou adversamente as relações entre os Estados Unidos e as nações do Extremo Oriente. Enquanto o Japão havia aplaudido a intervenção americana como sinal de sua determinação em deter o avanço do comunismo, outros países haviam visto a ação americana com suspeita. Os Estados Unidos afirmavam estar agindo em consonância com os princípios das Nações Unidas. No entanto, países como a Índia, a Birmânia e a Indonésia viam a guerra como uma intromissão neocolonialista por parte dos Estados Unidos em favor de seu estado-cliente, a Coréia do Sul. A determinação da China em encarar a guerra sob esse prisma contribuiu em muito para a profunda hostilidade que caracterizou as relações sino-americanas durante os vinte anos seguintes.

Nikita Khrushchev

O "degelo"

As tensões entre os Estados Unidos e a Rússia melhoraram um pouco durante fins dos anos 50 e nos anos 60. Os Estados Unidos, na verdade, continuaram a seguir uma política de "contenção" dos soviéticos, buscando como aliados aqueles países mais dispostos a opor-se militarmente, se necessário, à propagação do comunismo internacional. E a Rússia jamais recusou o risco de uma reação ocidental armada ao reprimir revoltas em seus países satélites. No entanto, não incorreta-

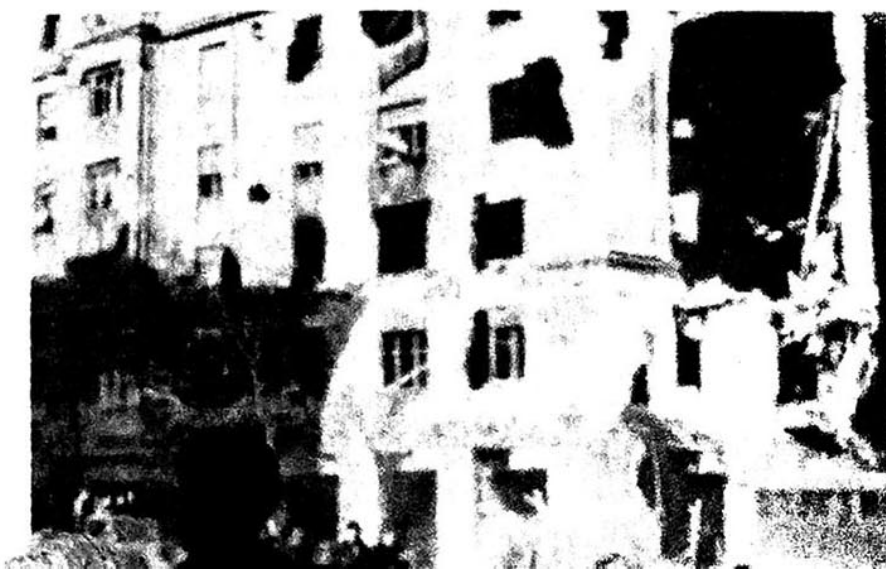
mente, o período foi caracterizado como sendo de "degelo". Uma mudança de rumo foi assinalada pela morte de Stalin em 1953 e pela ascensão ao poder, após um breve interregno, de Nikita Khrushchev (1894-1971) em 1955. O novo líder criou a impressão de que a União Soviética estava disposta a seguir uma nova linha diplomática. Por exemplo, denunciou a tirania stalinista e deu prosseguimento ao programa de desestalinização iniciado após a morte de Stalin. Além disso, ele e seus colegas anunciaram que aprovavam a doutrina de "mais de um caminho para o socialismo". Dentro dessa nova atitude, os russos firmaram a paz com a Áustria e retiraram suas tropas de ocupação. Em 1955 concordaram com uma "conferência de cúpula" tendo como participantes os chefes de governo da Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e União Soviética.

Motivos do "degelo"

É indubitável que essa mudança de política foi provocada, em parte, pela insatisfação reinante no país. O povo russo não tinha o menor desejo de outra guerra e estava cansado das restrições e da rigidez impostas pelo regime stalinista. Acreditavam que havia chegado a hora de dar menos ênfase à expansão da indústria pesada e de armamentos, atendendo-se melhor às amenidades da vida. Essa mudança de ênfase significaria um abrandamento do papel soviético como suserano do mundo socialista. Khrushchev estava disposto a ver com bons olhos as exigências do povo soviético. A nova política, contudo, logo chocou-se contra escolhos. O primeiro sinal de mudança foi a supressão, pelos soviéticos, de revoltas na Polônia e na Hungria, em 1956. Os poloneses escaparam a sérias repressões quando prometeram permanecer dentro da órbita soviética em troca da permissão de realizarem várias modificações em seu sistema socialista. Os húngaros, porém, foram reprimidos com sangüinária violência quando tentaram não apenas modificar o sistema econômico como romper todos os laços com a União Soviética.

Prosseguimento das tensões

No começo de uma outra conferência "de cúpula", realizada em Paris em maio de 1960 com o presidente Eisenhower (1890-1969), Khrushchev reagiu com violência ao saber que os russos haviam derrubado um avião norte-americano de reconhecimento a alta altitude, sobre território soviético. A missão do aparelho consistia em descobrir a localização de bases e outras instalações militares. Ainda que de início as autoridades em Washington negassem esses vôos, mais tarde os admitiram e procuraram justificá-los como necessários para a segurança militar dos Estados Unidos. A conferência de cúpula terminou imediatamente, sem nada que a assinalasse a não ser uma atmosfera envenenada,

Revolta na Hungria. No início de 1956 os descontentes com a dominação soviética manifestaram-se em vários estados-satélites. Violentas revoltas irromperam na Polônia e na Hungria. A fotografia mostra as proporções da violência em Budapeste.

Ocupação da Tchecoslováquia. Em 1968 o regime liberalizado de Alexander Dubcek foi esmagado pelos soviéticos. A reação violenta do povo foi sufocada pela força militar.

apesar da subseqüente suspensão desses vôos. Todavia, Khrushchev ainda não estava disposto a abandonar completamente sua política de conciliação. Ainda em 1960 ele anunciou seu princípio de "coexistência pacífica". Mesmo que não abrisse mão do triunfo final do comunismo, insistindo em que "nós sepultaremos vocês", ele se recusava a admitir que tal triunfo teria de ser conseguido pela força das armas.

O muro de Berlim

Com relação à Alemanha, os líderes soviéticos mantiveram-se intransigentes. Nutriam o medo de que a Alemanha pudesse lançar uma nova guerra, ajudada e apoiada por seus aliados capitalistas. Por esse motivo opunham-se ferrenhamente à reunificação do país e insistiam em reconhecer a Alemanha Oriental como um de seus satélites. Em 1961 o governo alemão-oriental construiu um alto muro separando os dois setores de Berlim, a fim de deter a fuga de milhares de alemães-orientais para Berlim Ocidental e, dali, para a Alemanha Ocidental. Muitos lograram realmente fugir, mas o muro permaneceu como um símbolo da determinação soviética de evitar a formação de uma Alemanha unida. Khrushchev por fim foi vitimado por rivais políticos e deposto em 1964. As rédeas do poder passaram às mãos de uma ditadura dupla, com Aleksei Kossiguin como primeiro-ministro e Leonid Brejnev como secretário do Partido Comunista. O governo não voltou à política stalinista, porém algumas das novas tendências encaminharam-se perceptivelmente nessa direção. Exemplo típico disso foi a ocupação da Tchecoslováquia em 1968. Os ditadores soviéticos acusavam os tchecos de uma aproximação com a Alemanha Ocidental que chegava a ameaçar o sistema soviético e debilitar seus vínculos com a Europa oriental. Em especial, desaprovavam os privilégios econômicos e sociais permitidos pelo governo tcheco a seus próprios cidadãos. Assim, intervieram com tropas armadas e com líderes títeres para assumir o governo do país. A intervenção foi seguida pela proclamação da Doutrina Brejnev, que afirmava o direito de Moscou a interferir nos assuntos de qualquer satélite que se afastasse do caminho da liderança soviética.

Limitação de armamentos

Durante os anos 70, os soviéticos demonstraram, através de sua intervenção nos negócios das novas nações do chamado Terceiro Mundo – África, Ásia e América Latina – que continuavam vitalmente interessados em estender sua esfera de influência sobre quaisquer países. Ao mesmo tempo, continuaram a seguir uma política que permitia um

maior relaxamento de tensões, uma política adotada com algum entusiasmo, também, por diplomatas norte-americanos. Henry Kissinger, secretário de estado nos governos dos presidentes Richard Nixon e Gerald Ford nos anos 70, proclamou que sua meta era a distensão com os russos e devotou muito de seu tempo a negociações que visavam a esvaziar áreas de conflito potencialmente explosivas entre as duas nações. Ambos os países mostraram-se particularmente interessados em sustar a proliferação de armas nucleares e limitar, se possível, a expansão aparentemente ilimitada de seus próprios arsenais. As conversações sobre o Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT), em que os russos e os americanos se empenharam durante a década de 1970, foram uma indicação da disposição mútua de reconhecer e atacar um problema de formidáveis dimensões, mesmo que suas primeiras tentativas de resolvê-lo resultassem num impasse pelo menos temporário.

Mercado Comum Europeu

Entrementes, os fatos na Europa ajudavam a alterar o equilíbrio de poder, e daí a natureza da rivalidade internacional entre os Estados Unidos e a Rússia. A recuperação econômica européia levou em 1958 à criação de um Mercado Comum, ou união alfandegária. Em meados dos anos 70, a maioria das principais nações da Europa ocidental, inclusive a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha Ocidental, fazia parte do Mercado Comum Europeu. Ainda que esse mercado não fosse de modo algum o equivalente a um Estados Unidos da Europa, sua formação e sua sobrevivência indicavam a existência de um novo e poderoso bloco de poder que, conquanto de modo geral mais simpático aos objetivos dos Estados Unidos que aos da União Soviética, estava determinado, não obstante, a fazer valer sua própria voz.

2. DECLÍNIO IMPERIAL NA ÁSIA E NO ORIENTE MÉDIO

O Terceiro Mundo

É provável que, mais importante, a longo prazo, do que a rivalidade entre Estados Unidos e URSS no pós-guerra tenha sido o declínio das potências imperiais do Ocidente e o concomitante surgimento do Terceiro Mundo. Muitos desses países instalaram-se em territórios que antes faziam parte de impérios europeus. Outros, como, por exemplo, a China e as várias nações do Oriente Médio, ainda que nominalmente independentes do Ocidente antes de 1945, existiam sob hegemonia ocidental e eram forçados a aquiescer às exigências européias. Não é mais esse o caso. Ainda que muitas dessas chamadas nações emergentes sejam pobres, e ainda que os povos do Terceiro Mundo não formem absolutamente um bloco unido, representam um fator novo e cada vez mais independente na equação do poder mundial.

Relações com o Ocidente

Muitos desses países são ricos em recursos naturais. Os países do Oriente Médio, a Venezuela e a Nigéria têm petróleo em quantidade suficiente para tornar cada ato seu de importância vital para o Ocidente. Outras nações africanas, como o Zaire e Angola, possuem imensas jazidas de muitos minerais. A população representa tanto um ônus como uma vantagem no Terceiro Mundo. A população da China (aproximadamente 1 bilhão em 1979) constitui uma ameaça implícita à balança de poder em qualquer tempo. A população da Índia, também pelo seu tamanho e pela escassez de alimentos, representa uma perpétua ameaça à estabilidade do próprio país e, portanto, de toda a

A NOVA ÁFRICA • 1979

Ásia. Todas as áreas do Terceiro Mundo são, em potencial, um "ponto quente". Isso acontece não só porque problemas de racismo, miséria, fome e superpopulação os tornam particularmente vulneráveis a violentos conflitos civis, como também porque as superpotências – os Estados Unidos, a União Soviética, as nações européias e a própria China – estão dispostas a se hostilizar reciprocamente através de países do Terceiro Mundo, aumentando assim a possibilidade de conflito. Para se protegerem de um confronto direto entre si, essas nações desenvolvidas interferem nas guerras civis das outras, em lados opostos e com uma intensidade que com freqüência desmente seu declarado interesse em evitar uma guerra mundial.

Uma observação final a respeito do Terceiro Mundo. Ainda que os governos da maioria dos países tenham buscado as metas de industrialização e urbanização, tal política não deixou de ser contestada. Na

primavera de 1979, por exemplo, o regime extremamente repressor de um dos mais dedicados "ocidentalizadores" do Terceiro Mundo, o xá do Irã, um país riquíssimo em petróleo, foi derrubado pelas forças revolucionárias de um fanático religioso, o aiatolá Khomeini, cuja política explícita consistia em fazer o país dar as costas não só ao Ocidente, mas ao próprio "progresso", tal como o Ocidente tem definido esse termo nos últimos duzentos anos.

Aiatolá Khomeini

A revolução chinesa

A mais radical mudança, no Terceiro Mundo, decorrente dos acontecimentos da II Guerra Mundial, foi a revolução chinesa. Desde 1927 a China se achava convulsionada por uma guerra civil na qual as forças dos nacionalistas, comandadas por Chiang Kai-Shek (1887-1975) combatiam, primeiro no sul e depois no norte, os rebeldes comunistas sob a liderança de Mao Tse-tung (1893-1976), ex-professor e organizador sindical. Uma trégua, em 1937, permitira aos dois lados fazer guerra aos japoneses, o inimigo comum. Ao fim da II Guerra Mundial, entretanto, os comunistas, ainda comandados por Mao, recusaram entregar as províncias setentrionais que controlavam, e recomeçou a guerra civil. Os Estados Unidos intervieram, primeiro como mediadores e depois com forte ajuda militar, como aliados de Chiang, mas em vão. Os nacionalistas, um grupo corrupto e que não gozava de apoio popular, renderam-se aos comunistas em 1949 e refugiaram-se na ilha de Taiwan (Formosa). Intensamente hostis ao Ocidente capitalista, os comunistas chineses logo se viram envolvidos também numa série de escaramuças verbais ou de natureza mais grave, com o outro grande país comunista, a URSS. A rivalidade sino-soviética, assim como a disposição demonstrada pelos Estados Unidos na década de 1970 para chegar a um entendimento com os chineses, a fim de tirar partido dessa rivalidade, levam a crer que por mais que o equilíbrio de poder se tenha alterado desde a II Guerra Mundial, a política de poder continua a ser um jogo que as nações crêem estar obrigadas a praticar – e até em oposição a seus compromissos ideológicos, se necessário.

Mao Tse-tung. Fotografia tirada em 1933, quando era líder da oposição da esquerda radical contra o Kuomintang sob Chiang Kai-Shek.

Independência da Índia

A II Guerra Mundial, que contribuíra para a revolução chinesa ao dissolver as antigas estruturas de poder, cumpriu a mesma finalidade nos impérios coloniais do Ocidente. A primeira grande colônia britânica a se tornar independente depois da guerra foi a Índia. Desde o século XIX os representantes da metrópole vinham sendo hostilizados por movimentos rebeldes naquele país. As chamas da revolta crepitaram com mais vigor durante a I Guerra Mundial e depois; a II Guerra Mundial lançou mais lenha na fogueira. Em 1945 o ressentimento contra os ingleses chegara a tal ponto que o país estava à beira da revolução. Entidades nacionalistas como o Congresso Nacional Indiano instavam os ingleses a "abandonarem a Índia". O Congresso havia assumido a posição de que a Índia só lutaria como uma nação livre, sem limitações impostas pela metrópole. Protestos e distúrbios cresciam em freqüência e força. Cabe observar, no entanto, que o mais destacado líder nacionalista, Mohandas K. Gandhi (1869-1948), não aprovava o uso de violência contra os ingleses e suas instituições. Os métodos de Gandhi eram a não-cooperação e a desobediência civil. Em 1947, ele e seu companheiro e discípulo, Jawaharlal Nehru (1889-1964), já gozavam de tal apoio popular que os ingleses julgaram conveniente conceder autonomia à Índia e ao Paquistão. Em 1950 os dois países se tornaram repúblicas independentes. No entanto, as desordens continuaram a perturbar de tal modo os dois países que o

Gandhi e Nehru numa reunião de líderes hindus em 1946.

resultado foi uma sangrenta guerra entre eles em 1971. Uma das conseqüências desse conflito foi a criação da república independente de Bangladesh, o antigo Paquistão Oriental.

A democracia indiana

Nos últimos anos a Índia tem-se esforçado para manter a normalidade democrática em face de crescentes problemas econômicos e sociais. Em meados da década de 1970, a primeira-ministra Indira Gandhi (filha de Nehru), assumiu poderes de exceção após declarar o país em estado de emergência. Sua derrota em eleições livres por ela sancionadas depois de mais de um ano de virtual ditadura, e seu subseqüente retorno político, sem os poderes de antes, deixaram pendente uma questão: pode um país tão dominado pelos problemas de pobreza, analfabetismo, superpopulação e quase fome, como é a Índia, gozar daquilo que muitos líderes do Terceiro Mundo chamam de o luxo de um lento e ineficiente regime democrático?

Liquidação do império britânico

Depois de renunciar à Índia, a Grã-Bretanha foi obrigada a abrir mão de quase todo o resto de seu império. Com o passar dos anos, os ingleses deram independência ao Ceilão (hoje Sri Lanka), à Malásia, a Maurício, a Fidji, a Cingapura e a Nauru, entre outras ex-colônias, assim como à Guiana, Trinidad e Tobago, Jamaica e Antigua, e também, como veremos, a territórios importantes da África sub-saariana. Mais importante para o quadro mundial foi a saída forçada dos ingleses do Egito. Em 1951, nacionalistas egípcios obrigaram a Grã-Bretanha a retirar todas as suas tropas de território egípcio. Um ano depois, um grupo de oficiais nacionalistas do exército assumiu o controle do governo. Depuseram o rei Farouk, a quem acusavam de ser subserviente aos ingleses, e proclamaram a república. Pouco depois o governo passou para as mãos do tenente-coronel Gamal Abdel Nasser (1918-1970), que governou praticamente como ditador até sua morte, quando foi sucedido por Anwar al-Sadat (1918-1981). Com o colapso do poder britânico na Índia e no Egito, não se falando da longa série de dependências menores, pouco restou do grande império em que "o sol nunca se punha".

Os franceses na Argélia

Em contraste com o desmantelamento relativamente rápido do império britânico, o fim do império francês foi marcado por prolongados conflitos. A colônia da Argélia, na África do Norte, era habitada por cerca de um milhão de imigrantes, sobretudo franceses, numa popu-

lação total de 10.300.000. Esses imigrantes monopolizavam não só os cargos públicos, como também as melhores oportunidades econômicas na indústria, no comércio e nas finanças. Os habitantes árabes e berberes eram principalmente camponeses e trabalhadores braçais, ainda que alguns, naturalmente, fossem pequenos lojistas nos bairros nativos das grandes cidades. Em 1954 nacionalistas árabes e berberes revoltaram-se ao lhes ser negada igualdade em relação aos franceses; a sangrenta rebelião durou sete anos, complicada pelo fato de que muitos dos europeus tinham pelo governo francês quase tanto ódio quanto pelos nacionalistas argelinos. Estavam resolvidos a manter a Argélia "francesa" e temiam que o presidente Charles de Gaulle (1890-1970) concedesse independência à antiga colônia, com o que a classe dominante de imigrados ficaria submetida aos árabes e berberes. O desfecho foi uma revolta de quatro generais franceses, que se apoderaram de edifícios públicos, prenderam autoridades francesas e ameaçaram invadir a França. De Gaulle proclamou o estado de emergência e ordenou um bloqueio total da Argélia. Em face da reação resoluta, a revolta fracassou. Ao lhes ser prometida autonomia, os nacionalistas depuseram as armas em 1962, e logo depois a Argélia tornou-se independente.

Marrocos e Tunísia

Outras porções do império francês na África do Norte foram também perdidas depois da II Guerra Mundial. Em 1955 os franceses renunciaram a seu protetorado sobre o Marrocos, ao qual foi permitido organizar-se como reino independente. Pouco depois a França abriu mão do protetorado sobre a Tunísia, com exceção de uma base aeronaval em Bizerta. O governo tunisiano resistiu e após um breve intervalo a ONU determinou aos franceses que entregassem a base.

Ativação do sionismo

A perda, pelos ingleses e franceses, do Egito e da Argélia ocorreu numa época em que crescia a tensão no Oriente Médio, área destinada a tornar-se uma das mais problemáticas do pós-guerra. Os conflitos no Oriente Médio tinham como centro a criação e a existência do estado de Israel. Ao terminar a I Guerra Mundial, o território onde hoje fica Israel era uma província da Turquia. Cerca de 70 por cento de sua população era árabe; o restante dividia-se entre judeus e cristãos. Com a derrota da

Revolta anti-imperialista na Argélia. Em Dar-es-Saada, muçulmanos retiram móveis de residências de europeus e os queimam nas ruas.

Imigração para a Palestina. À esquerda: Soldados ingleses guardam o litoral enquanto um navio com refugiados ilegais tenta atracar, 1947. À direita: Visão das insuportáveis condições de aglomeração nos navios de refugiados palestinos.

Turquia em 1918, o território tornou-se um mandato da Liga das Nações, sob tutela da Grã-Bretanha. Entrementes, sionistas ingleses e norte-americanos lutavam ardorosamente para converter a Palestina num lar nacional para o povo judaico. Seus esforços viram-se recompensados quando o governo britânico publicou a Declaração Balfour, prometendo apoiá-los. Ao mesmo tempo cuidou-se de salvaguardar os direitos das comunidades não judaicas na Palestina.

As brilhantes perspectivas dos primeiros anos

Com base na Declaração Balfour, a Grã-Bretanha aceitou a tutela sobre a Palestina. Desejavam os ingleses não só estabelecer uma pátria judaica como também "garantir a preservação de uma Pátria Nacional Árabe e treinar o povo da Palestina, em conjunto, na arte do auto-governo". Era uma ambição otimista, mas na época o otimismo parecia justificado. Na verdade, durante um período de dez anos houve todos os motivos para se esperar que a empresa lograsse êxito, uma vez que a Palestina prosperava como nunca em sua história.

Surgimento de conflitos entre judeus e árabes

Em 1929, entretanto, já haviam começado a surgir sinais de desarmonia na terra que era sagrada para três grandes religiões. Prósperos e bem educados, os judeus despertavam inveja e temores entre os árabes, devido a seu maior padrão de vida. O fato de os judeus comprarem terras, em muitos casos de proprietários que não residiam ali, havia levado à expulsão de milhares de lavradores árabes, que se dirigiam para as cidades numa época em que a Grande Depressão começava a transformar o desemprego em sério problema. No entanto, a principal causa da inquietação árabe era o contínuo aumento da população judaica. A oportunidade de imigrar para a Palestina passara a constituir para os judeus maior tentação do que os árabes haviam imaginado. Em conseqüência disso, alguns deles previam um implacável avanço e expansão de europeus e norte-americanos, apoiados por capital estrangeiro e exibindo uma cultura diferente daquela da maioria árabe. Em 1929, 1930 e 1931 verificaram-se ataques armados contra colônias judaicas, seguidos de assassínios terroristas.

Contudo, esses episódios perderam qualquer significado quando comparados com a violência sanguinária que se seguiu. Quando se estabeleceu o mandato, ninguém poderia ter previsto o infortúnio que recairia sobre os judeus da Europa com a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha. Assim que se propagaram as notícias sobre as perseguições, tornou-se inevitável que o governo inglês sofresse pressões para relaxar as barreiras contra a imigração para a Palestina. Durante o período 1933-1935 foi autorizada a entrada ali de mais de 130.000 imigrantes judeus, enquanto milhares de outros entravam ilicitamente. A partir de então a Palestina passou a ser um caldeirão fervilhante de violência e guerra. Os árabes levantaram-se em rebelião aberta contra o mandato. O território foi varrido pelo terrorismo organizado. Ataques guerrilheiros nas áreas rurais, e saques, incêndios e sabotagem nas cidades, mantinham toda a população em tumulto. Em 1938 a Grã-Bretanha tinha 20.000 soldados na Palestina e mesmo assim não conseguia manter a ordem.

Rebelião dos árabes contra o mandato britânico

Pouco progresso se fizera no sentido de um acordo duradouro quando, em 1947, o governo britânico passou o problema para as Nações Unidas e anunciou que um ano depois encerraria o mandato e retiraria todas suas tropas do país. A 15 de maio de 1948 o mandato britânico chegou ao fim, e no mesmo dia um governo provisório judeu proclamou a independência do Estado de Israel. Realizaram-se eleições para uma Assembléia Constituinte, que se reuniu em fevereiro do ano seguinte e adotou uma constituição provisória para uma república democrática.

Fim do mandato e criação de Israel

Desde o dia da proclamação da independência até a primavera de 1949, Israel e seus vizinhos árabes estiveram em guerra. Os esforços das Nações Unidas ensejaram tréguas em várias ocasiões, porém nada de permanente foi alcançado até que Israel e o Egito firmaram um acordo de armistício geral em fevereiro de 1949. A Jordânia e a Síria também assinaram armistícios em abril. O esforço de paz das Nações Unidas foi conduzido primeiramente pelo conde Folke Bernadotte, da Suécia; ao ser ele assassinado em setembro de 1948, por extremistas israelenses em Jerusalém, a mediação ficou a cargo do Dr. Ralph Bunche, dos Estados Unidos. O estatuto por ocasião do cessar-fogo foi considerado uma vitória para Israel e uma derrota para os países árabes; contudo, nenhum dos dois lados o aceitava como definitivo. Continuaram a ocorrer incidentes violentos, inclusive massacres de retaliação.

As guerras árabe-israelenses

Apesar de seus problemas com os árabes, Israel fortaleceu sua economia e criou muitas indústrias novas. Grandes somas de dinheiro foram carreadas para o país em decorrência das reparações feitas pela Alemanha Ocidental para compensar as atrocidades dos nazistas. Contudo, o destino de Israel não era tranqüilo. O país concordou em participar de uma tentativa de ingleses e franceses para invadir o Egito, após a nacionalização da Companhia do Canal de Suez por Nasser, em 1956. O papel de Israel nessa aventura extraordinariamente mal planejada e malograda não só aumentou a hostilidade de seus vizinhos árabes como em nada contribuiu para melhorar o prestígio de Israel no resto do mundo.

Progresso de Israel

O Sinai se transformou em campo de batalha em 1967, quando o presidente Nasser resolveu dar uma lição à nação judaica. Fez alianças com a Jordânia e com a Síria, jurando que Israel devia ser riscado do

A guerra dos Seis Dias

mapa. Nasser fechou Aqaba, a única saída direta de Israel para o Mar Vermelho. Os israelenses responderam com uma guerra relâmpago contra o Egito e seus aliados árabes. As forças egípcias e sírias foram arrasadas em seis dias, e pouco depois os sírios aceitaram um cessar-fogo, que, entretanto, não significou a paz. Novos choques se sucederam esporadicamente por mais de dois anos. Na realidade, inexistiam condições de paz. Os árabes achavam-se atormentados pela perda de confiança e temerosos quanto a seu próprio futuro, em conseqüência de sua derrota acachapante. Os israelenses estavam obsessos por segurança e resolvidos a preservá-la a qualquer preço. Era um impasse para o qual ninguém era capaz de apontar uma saída.

Perspectivas de paz no Oriente Médio

Uma outra guerra, dessa vez de maior duração, em 1973, tampouco resolveu o impasse. Nesse conflito os árabes ameaçaram embargar os embarques de petróleo para o Ocidente, na esperança de que os países ocidentais exercessem pressão sobre os israelenses para que negociassem. Essa tática teve apenas o efeito de convencer a Europa e os Estados Unidos de que tinham necessidade de fugir à dependência do petróleo árabe. A partir dessa época, as perspectivas de paz melhoraram um pouco. Em 1978 o presidente Sadat viajou a Jerusalém, numa tentativa de romper o impasse. E no outono do mesmo ano o presidente norte-americano Jimmy Carter, depois de convencer Sadat e o primeiro-ministro israelense Menagem Begin a se avistarem, juntamente com ele, em Camp David, perto de Washington, conseguiu que ambos concordassem com um tratado de paz, que foi assinado por Israel e Egito em Washington em 1979. No entanto, fatores como a relutância israelense em devolver territórios árabes na península do Sinai e o prosseguimento de campanhas terroristas por parte de palestinos não-judeus, privados de uma pátria pelos israelenses, impediram que a paz chegasse depressa ou facilmente ao Oriente Médio. Por trás dessas áreas de litígio específico estava a dependência ocidental do petróleo árabe. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criada na década de 1970, era dominada pelas nações árabes do Oriente Médio, resolvidas a

O caminho da paz no Oriente Médio. Da esquerda para a direita, o presidente egípcio Anwar Sadat, o Presidente Jimmy Carter dos E.U.A. e o Primeiro-Ministro de Israel, Menagem Begin apertam as mãos no anúncio do acordo de Camp David, que lançou os alicerces para o tratado de paz entre o Egito e Israel.

obter alto preço – tanto político quanto militar – pelo petróleo de que o Ocidente, apesar de sua resolução de desenvolver fontes alternativas de energia, continua a depender. As reservas de petróleo do Oriente Médio ditarão, tanto quanto qualquer outro fator, os acontecimentos naquela parte do mundo nos anos vindouros.

3. A ASCENSÃO DA ÁFRICA NEGRA

Revoltas africanas contra o colonialismo

Durante alguns anos depois da II Guerra Mundial teve-se a impressão de que os países mais instáveis do mundo seriam os novos estados da África. Quase todos estavam compenetrados de sua importância e resolvidos a conquistar um lugar adequado a seu destino. Haviam sido influenciados por manifestações a favor da independência ao fim da guerra e pelo êxito de vários movimentos de independência em outras partes do mundo.

Se é possível considerar algum país como o líder da revolta colonial africana, esse país foi Gana, antes denominado Costa do Ouro, uma colônia da Grã-Bretanha. Em 1954 os ingleses concederam-lhe autonomia, e em 1960 Gana tornou-se uma república. A liderança para a independência de Gana foi dada na época por Kwame Nkrumah (1909-1972). Filho de um ourives analfabeto, Nkrumah foi estudante talentoso e estudou nos Estados Unidos e na Inglaterra. Voltou à sua terra em 1948 e tornou-se um agitador nacionalista. Embora se declarasse marxista, negava que fosse comunista. No entanto, admirava Lenin e de modo geral recorria a Moscou para apoio a suas políticas, e não a Londres ou Washington. Nkrumah considerava absurdo que os países da África Central, com suas orgulhosas tradições e sua antiga cultura, fossem dominados por europeus. Governou com benevolência, mesmo depois de transformar a nação num estado unipartidário. Criou hospitais e escolas e elevou os padrões de ensino. Acusado de extravagância e corrupção, e de fomentar um "culto à personalidade", foi deposto em 1966 por uma revolta de oficiais do exército, que como se soube posteriormente, era na verdade apoiada pela Agência Central de Inteligência (CIA), dos Estados Unidos. Exilado de seu país, foi obrigado a refugiar-se na Guiné, onde morreu em 1972.

Kwame Nkrumah (sentado ao centro) e membros do seu governo em Gana.

Conflito no Congo

Uma das mais violentas revoltas na África Central teve lugar no Congo, uma colônia da Bélgica, onde a situação se mantinha instável havia muitos anos. Em 1960, temendo uma irrupção de violência entre súditos insatisfeitos, a Bélgica concedeu independência aos congoleses. Isto foi sinal para o início de uma série de rebeliões e assassinatos, durante mais de cinco anos. Uma das causas mais importantes da perturbação da ordem estava na província de Katanga, onde se localizavam ricas jazidas de cobre, controladas por capitalistas belgas. Em certa época as minas de cobre de Katanga haviam produzido rendas suficientes para pagar metade dos custos do governo colonial belga. Em julho de 1960 Katanga lançou um movimento separatista e tentou conquistar o controle de todo o país. No curso da rebelião foram assassinados vários ex-primeiros-ministros e outras altas autoridades, inclusive o líder esquerdista Patrice Lumumba, cujos assassinos contaram com ajuda da CIA. O Conselho de Segurança da ONU mandou um contingente militar para impedir o reinício da guerra civil. O

governo autoritário foi revivido pelo presidente Mobutu, que em 1971 mudou o nome do país para Zaire, e por fim restaurou-se uma certa estabilidade. A constante disposição dos Estados Unidos e da Rússia em interferir na política das novas nações africanas constitui uma medida do desejo de ambas as potências em ampliar seu poder, ao mesmo tempo que evitam uma confrontação direta.

Guerra civil na Nigéria

Outros países africanos — em especial o Quênia e a Nigéria — pareciam prometer uma transição menos agitada para a independência. Ambos eram ex-colônias britânicas. Havia quem acreditasse que a administração colonial inglesa fosse mais sábia que a da maioria dos demais impérios europeus. Enquanto os franceses e belgas evitavam ao máximo conceder autonomia às colônias, os ingleses levavam as suas à independência gradualmente. Muitos líderes locais eram treinados na arte da administração e aprendiam a lidar com problemas difíceis antes que aparecessem. No entanto, na Nigéria as acusações rotineiras de corrupção e violência, verdadeiras ou não, levaram ao assassinato do primeiro-ministro e à derrubada do governo em 1966. Depois de outros atentados, subiu ao poder um governo militar. Menos de um ano depois a região oriental separou-se e foi proclamada a República de Biafra. Seguiu-se a guerra civil, que dividiu o país por três anos. O total de baixas foi enorme. Morreram mais de um milhão de pessoas. Milhares caíram em batalha, porém um número muito maior morreu de fome. Os rebeldes capitularam em 1970. De todos os pontos de vista, a guerra foi uma tragédia. A Nigéria é um dos países africanos mais bem dotados pela natureza. Entre seus recursos minerais contam-se petróleo, gás natural, carvão e as maiores jazidas mundiais de colúmbio, mineral usado na fabricação de aço.

A situação no Quênia

Tampouco o Quênia chegou à independência sem violência. Situado na África oriental, o Quênia, ao contrário da Nigéria, é um país pobre. Os três quintos setentrionais do território são estéreis e quase sem água. Existem trechos onde não chove durante anos. As únicas áreas bem irrigadas ficam no sul e ao longo da costa. Por isso, os recursos agrícolas são limitados. A II Guerra Mundial levou milhares de indianos ao Quênia. Não se tornaram lavradores ou artesãos, mas estabeleceram-se nas cidades e vilas como pequenos comerciantes. Em 1970 havia 65.000 indianos no Quênia, numa população total de 10.500.000.

Os Mau Mau

O mais sério conflito na luta do Quênia pela independência deu-se em 1952, quando ocorreu a rebelião Mau Mau. Os Mau Mau formavam uma organização terrorista secreta, constituída por membros da tribo kikuyu, que instaurou um reino de terror em todo o país contra os colonizadores brancos e todos os kikuyu que se recusavam a integrar a organização. Em 1958 a revolta foi sufocada, e cinco anos depois o país conquistou a independência.

Jomo Kenyatta num congresso de todas as Áfricas em Londres.

O líder que mais contribuiu para promover o crescimento e o progresso do Quênia foi o kikuyu Jomo Kenyatta, presidente do país desde 1963 até sua morte em 1978. Kenyatta dedicou a vida à defesa de sua pátria contra a exploração dos brancos. Em 1953 foi encarcerado, permanecendo na prisão sete anos, acusado de ser líder dos Mau Mau e perigoso inimigo do estado. Sua prisão parece ter contribuído mais para educá-lo nas realidades da política do que para impregná-lo de ódio por seus captores. Na prisão ele desenvolveu sua filosofia de socialismo africano. Ainda que Kenyatta houvesse estudado algum tempo em

Apartheid na África do Sul. Um policial e um intérprete examinam o passaporte de um negro que chega para trabalhar nas minas de Johannesburgo.

Jomo Kenyatta

Moscou, não adotou quase nenhuma das características do comunismo soviético. Seu socialismo tinha maior semelhança com o britânico ou o dos países escandinavos. Kenyatta exortava seus seguidores a esquecerem os agravos do passado e a concentrarem-se em construir um mundo melhor para o futuro, evitando afiliações com o Oriente ou o Ocidente. O caminho africano, declarava Kenyatta, pouco tinha em comum com o capitalismo ou o comunismo. Os fortes antagonismos de classe que existem na Europa e nos Estados Unidos não têm sido elementos importantes na tradição africana. O socialismo africano, segundo Kenyatta, não pode basear-se numa ditadura do proletariado ou em qualquer outra forma de domínio por uma classe. Ao invés disso, seu objetivo deveria ser impedir a tomada do poder por indivíduos ou grupos econômicos. Deveria possibilitar a todos os cidadãos maduros participarem de modo pleno e igualitário nos assuntos políticos. Essa é a essência da democracia e também do socialismo africano, segundo a concepção de Kenyatta.

A luta na Rodésia

As histórias nacionais aqui resumidas indicam os tremendos problemas e as várias soluções que têm caracterizado o aparecimento das nações africanas e que provavelmente prosseguirão durante as próximas décadas. Qualquer que venha a ser o resultado final das lutas políticas no continente, parece seguro afirmar que todas elas terão êxito em estabelecer o governo da maioria negra. Duas nações da África – a Rodésia (hoje Zimbabwe) e a África do Sul – colocaram-se em oposição a essa tendência geral. Em lugar de cuidar para que o poder fosse transferido para os negros na Rodésia, seu primeiro-ministro, Ian Smith, proclamou em 1965 a independência unilateral da Comunidade Britânica, uma confederação de estados soberanos que ainda mantêm laços econômicos com a Grã-Bretanha. Smith se ateve à sua determinação de resistir ao domínio negro até 1977, quando pressões dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha pareceram persuadi-lo finalmente. O plano por ele apoiado, que prometia o aumento gradual do poder político dos negros e que teve como resultado a eleição do primeiro presidente negro da Rodésia, em 1979, não satisfez as forças rebeldes mais militantes, que declararam que as eleições tinham sido fraudulentas e que os brancos continuariam a exercer o poder real na Rodésia.

Enquanto isso, a África do Sul continuava a opor-se a todos os apelos, provenientes de governos e de organizações internacionais, para que relaxasse sua política oficial de *apartheid*, que há muitos anos determina uma existência separada e desesperadamente inferior para a população negra e mestiça. Em 1976, manifestações negras em protesto contra a desigualdade racial, no gueto de Soweto, em Johannesburgo, foram reprimidas pela polícia, deixando um saldo de mais de 200 mortes. No ano seguinte Steve Biko, poderoso líder negro e defensor do protesto não-violento, morreu em circunstâncias extremamente suspeitas na cadeia, após sua campanha contra o *apartheid*. Como muitos países e empresas multinacionais têm grandes investimentos na África do Sul, a arma do boicote econômico não foi efetivamente utilizada para obrigar o governo a modificar sua política racial. O poder político pode mudar de mãos, mas a força do dinheiro continua a ser dado fundamental nos negócios do mundo.

O "apartheid" na África do Sul

4. OS LIMITES DO PODER

Embora as principais nações do mundo conservassem ou adquirissem enorme poder depois da II Guerra Mundial, muitas vezes têm-se visto incapazes de expressar esse poder como no passado, ou como desejariam. A posse de armas nucleares não significou necessariamente que uma nação pudesse impor sua vontade a outra. O medo de que o emprego dessas armas nucleares pudesse desencadear uma guerra que destruiria a civilização obrigou as nações a manter fechados seus arsenais.

Um equilíbrio nuclear de poder

A questão já fora levantada durante a guerra da Coréia, quando o governo dos Estados Unidos se absteve deliberadamente de levar o conflito até a China, por temor de que isso pudesse conduzir irremediavelmente a uma guerra nuclear. Tal política deixou perplexos e indignados muitos americanos, acostumados aos conceitos de guerra total e de rendição incondicional. Especialmente exasperante para eles foi haver o presidente Truman destituído o general Douglas MacArthur, herói do teatro do Pacífico na II Guerra Mundial e agora comandante das forças das Nações Unidas, por recusar-se MacArthur a travar uma guerra limitada. Em 1962, mais uma vez Estados Unidos e União Soviética viram-se compelidos a indagar a si mesmos até que ponto estavam dispostos a correr riscos a fim de proteger seus próprios interesses estratégicos. No começo da década de 1960, o presidente norte-americano John F. Kennedy (1917-1963) passou a preocupar-se com as atividades do primeiro-ministro cubano Fidel Castro. Fidel era um revolucionário comunista que liderara com êxito uma revolta contra uma opressiva ditadura. Posteriormente conseguira junto aos russos o fornecimento de mísseis "ofensivos" e outros materiais bélicos. Em outubro de 1962 Kennedy determinou o bloqueio naval contra Cuba, a fim de impedir a entrega de equipamentos prometidos. Alarmado com a ameaça de guerra, o governo soviético concordou em retirar os bombardeiros e mísseis que já se encontravam em solo cubano. O incidente colocou uma pergunta extremamente difícil para as duas superpotências: como poderia uma nação convencer outra de sua determinação de não permitir interferências em seus planos, se seu adversário pudesse ter

A crise cubana

Fidel Castro

razoável certeza de que, devido ao temor da guerra nuclear, a ameaça não passava de simples blefe?

Nesse caso, os russos preferiram considerar que os Estados Unidos não estavam blefando, e a guerra foi evitada. A principal intervenção norte-americana em política internacional nos anos 60 – a guerra do Vietnam – não teve o mesmo sucesso. Após a derrota do Japão em 1945, a França procurara recuperar seu império no Extremo Oriente. Todavia, seus esforços redundaram em fracasso. Os franceses viram-se imediatamente confrontados por uma rebelião de nacionalistas vietnamitas, liderados por Ho Chi Minh (1890-1969). Os rebeldes recorreram à luta de guerrilhas e infligiram tão grandes derrotas aos franceses que estes decidiram abandonar o conflito. Em 1954 foi assinado em Genebra um acordo que estabelecia a divisão do Vietnam em duas zonas, até serem realizadas eleições para determinar o futuro governo de todo o país. Ho Chi Minh tornou-se presidente do Vietnam do Norte e instalou sua capital em Hanói. Seus seguidores, que vieram a formar o chamado Vietcong, eram numerosos em ambas as metades do país. Se as eleições tivessem sido realizadas, como previa o acordo de Genebra, é provável que Ho Chi Minh fosse eleito presidente de todo o Vietnam. No entanto, o governo do Vietnam do Sul, apoiado pelos Estados Unidos, não permitiu que o pleito se realizasse.

A guerra do Vietnam

Ho Chi Minh

A partir daí, cresceu o envolvimento dos Estados Unidos na guerra civil vietnamita. Kennedy estava convencido de que o comunismo chinês em breve estenderia seu manto sobre todo o Sudeste Asiático. As primeiras vítimas seriam o Vietnam, o Laos, o Camboja, a Malásia e Cingapura. A seguir cairiam a Tailândia, a Birmânia e a Índia. É impossível afirmar com certeza até onde Kennedy teria levado sua cruzada contra o comunismo se não tivesse sido assassinado em 1963. Seu sucessor, Lyndon B. Johnson (1908-1973) tinha esperança de que uma força relativamente pequena, de talvez 100.000 homens, bastasse para derrotar os vietcongs e mandá-los de volta para seu próprio país. Pouca consideração se deu ao fato de que essas forças se encontravam solidamente entrincheiradas em ambos os estados vietnamitas e que vinham levando a efeito uma sangrenta luta de libertação nacional havia mais de dezoito anos. Haviam conseguido expulsar os franceses em 1954 e não era provável que se rendessem a um novo invasor. O Vietcong e as tropas regulares do exército do Vietnam do Norte, ainda que não estivessem tão bem armados, combateram os sul-vietnamitas e seus aliados norte-americanos, criando um impasse em várias ocasiões. Por ocasião da ofensiva do Tet, em 1968, chegaram quase a capturar Saigon, capital do Vietnam do Sul.

Intervenção dos EUA no Vietnam

Exasperados pela impossibilidade de obter uma vitória fácil no Vietnam do Sul, os chefes civis e militares norte-americanos optaram pelo bombardeio aéreo. Uma série de incidentes ocorridos em 1964 proporcionaram justificação para isso. Notícias de dúbia veracidade informavam que navios norte-vietnamitas haviam atacado belonaves americanas no golfo de Tonquim. O presidente Johnson declarou que esses incidentes constituíam atos de guerra e obteve junto ao Congresso autorização para utilizar todos os meios necessários para repelir a agressão comunista. Logo depois os aviões americanos largavam suas primeiras bombas sobre cidades e vilas ocupadas pelos norte-vietnamitas e pelo Vietcong. Embora se acumulassem dúvidas quanto à eficiência

Escalada da guerra

Guerra do Vietnam. Defrontando-se com um novo tipo de luta armada, a estratégia militar americana procurou adaptar seus métodos à situação vietnamita.

desses reides, continuaram a ser realizados. Calculou-se que foi despejada sobre o pequeno Vietnam pelo menos a mesma tonelagem de bombas utilizadas pelas Forças Aliadas sobre toda a Alemanha na II Guerra Mundial. Mesmo assim, porém, continuou a sangrenta carnificina. A única resposta dos responsáveis pela estratégia, em Washington e Saigon, parece ter sido "acobertar o fracasso pela escalada da guerra". Ao entrar a guerra em seu quinto ano, sem que o fim estivesse à vista, o desencanto se propagava pelos Estados Unidos. As críticas contra o presidente Johnson tornaram-se tão duras em 1968 que ele foi obrigado a renunciar aos planos de concorrer a um segundo mandato.

As políticas de Nixon

O sucessor de Johnson, Richard M. Nixon, foi eleito com base em promessas de acabar com a guerra. No entanto, as promessas mostraram-se duvidosas. Enquanto tropas terrestres eram retiradas do Vietnam, em maio de 1970, os Estados Unidos invadiram o Camboja e, alguns meses depois, o reino do Laos. Em abril de 1972, os norte-vietnamitas, com forte ajuda da Rússia e da China, lançaram uma poderosa contra-ofensiva, com o aparente objetivo de conquistar o Vietnam do Sul e expulsar do país todos os exércitos estrangeiros. Vários redutos sul-vietnamitas foram capturados e a ofensiva pareceu mais perigosa que a célebre ofensiva do Tet, em 1968. Nixon retaliou com a intensificação dos bombardeios de fábricas e ferrovias do Vietnam do Norte e com a colocação de minas em seus portos, realizando ainda violentos ataques enquanto estavam em curso as negociações, em dezembro de 1972.

Os limites do poder

Um cessar-fogo no começo de 1973 só fez adiar o inevitável. Dois anos depois o Vietnam do Sul caiu nas mãos do Vietcong e dos norte-vietnamitas. A vasta intervenção acabara sendo um medonho fracasso. A lição do Vietnam – a de que numa era nuclear há limites ao poder nacional – começava a ser aprendida pelos Estados Unidos, pela União Soviética e por outros países nos anos 70. Também a URSS sofrera seu quinhão de reveses: em Cuba, como vimos, em choques de fronteira com a China e em suas tentativas de infiltrar-se nos governos do Terceiro Mundo. Era difícil para superpotências dominar a arte de ajustar objetivos a limitações. Contudo, isso continuava a ser, para elas, a maior esperança de manter a paz, ainda que precária.

Capítulo 31

PROBLEMAS DA CIVILIZAÇÃO MUNDIAL

Esta conjunção de um imenso sistema militar e de uma grande indústria de armas é nova na experiência americana. Sua influência total – econômica, política e até espiritual – é sentida em toda cidade, toda assembléia legislativa, toda repartição do governo federal. (. . .) Devemos nos acautelar contra a aquisição de influência injustificada, quer desejada, quer não, por parte do complexo industrial-militar. O potencial de crescimento desastroso de poder em mãos erradas existe e persistirá.

– Dwight D. Eisenhower, "Discurso de despedida"

O presente como história

Escrever um capítulo final para um livro deste tipo é tarefa difícil para os autores. Não só são convocados a tentar uma análise imediata de sua própria sociedade e de seu tempo, como espera-se deles também que vislumbrem, nos acontecimentos presentes, tendências que continuarão importantes daqui a cinco ou dez anos. Em outras palavras, o que se lhes pede é que apontem vencedores históricos, que decidam não o que *foi* importante, coisa já bastante difícil, mas o que *será* importante. Os historiadores, cuja missão consiste em reconhecer a maneira como as idiossincrasias humanas tornam arriscadas as previsões, abominam particularmente destacar este ou aquele movimento, esta ou aquela corrente, aplicando-lhe o rótulo de "significativo" em termos de futuro. Por conseguinte, limitar-nos-emos a uma análise de alguns dos mais sérios problemas com que se confronta a sociedade nos anos 70, chamando a atenção desde logo para o fato de que esses problemas têm raízes em muitos dos fatos históricos – a industrialização, a urbanização e a concorrência internacional, por exemplo – que descrevemos nos capítulos anteriores.

1. O CRESCIMENTO DO GOVERNO CENTRALIZADO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

As responsabilidades assumidas pelos governos centrais, bem como o poder de que se investiram para desincumbir-se delas, aumentaram significativamente em todo o mundo depois da II Guerra Mundial. Em

Centralização e previdência social

quase todos os países, sucessivos governos lançaram ou expandiram programas de assistência social, garantindo com isso que populações inteiras recebessem proteção contra desemprego, doença e velhice. Com base em exemplos estabelecidos pela Alemanha e pela Inglaterra antes da I Guerra Mundial, as nações ocidentais instituíram programas nacionais de crescente abrangência nas áreas de saúde e segurança social. Também os países socialistas e os do Terceiro Mundo procuraram minorar, em certos casos com notável rapidez, os problemas de pessoas às quais, durante gerações, fora negada a possibilidade de uma vida saudável e segura.

Razões para a expansão

Esse movimento no sentido da expansão dos sistemas de bem-estar social resultaram numa crescente tendência, por parte dos governos, para controlar seus cidadãos. Foram projetados programas de seguro social para beneficiar, e portanto regulamentar, as vidas de todas as classes de homens e mulheres, e não apenas dos carentes. Novos órgãos, que dispunham de exércitos de burocratas recém-contratados, impunham regras a uma clientela que veio a abranger toda a população, ao mesmo tempo em que lhe dispensavam assistência. Muitos dos responsáveis pela instituição desses programas eram motivados por um desejo genuíno de proporcionar vida digna a todos os cidadãos, qualquer que fosse sua classe econômica. Contudo, incentivo igualmente poderoso foi a convicção dos governos de que sem uma população forte e de modo geral satisfeita um país estava fadado a constantes ondas de descontentamento e de que a insegurança social contribuiria para um rápido declínio nacional, levando à ineficiência no plano interno e à ineficácia no internacional.

O papel da concorrência internacional

O desejo de melhorar ou ao menos estabilizar a posição internacional de um país, num mundo em que as relações de poder alteravam-se continuamente, contribuiu ainda mais para a centralização governamental. As novas nações desejavam alcançar uma certa medida de poder internacional. As mais antigas queriam reter aqueles que tinham. Em ambos os casos, os governos reconheciam a importância de uma economia estável e de uma forte defesa militar. Poucos países, novos ou velhos, lograram cumprir essas duas metas, nos anos 70, na medida que julgavam necessário. A inflação, em particular, mostrou ser um obstáculo invencível para isso. Não obstante, enquanto as nações esforçavam-se por se afirmar, os governos aumentavam seu controle sobre a economia, utilizando para isso tanto as forças da administração como as do trabalho, ao mesmo tempo em que investiam somas enormes nos mais avançados e modernos armamentos. A conseqüência dessas atividades foi um crescimento ainda maior do poder e do controle do governo.

Reação política à centralização

Quais foram os resultados disso? Alguns observadores têm afirmado que o aumento, em todo o mundo, da autoridade dos governos centrais constitui sintoma de um declínio da ideologia política e econômica. Não importa que uma nação se declare uma democracia capitalista (como fazem os Estados Unidos), uma confederação socialista (como faz a União Soviética) ou alguma coisa entre esses extremos (como muitas das nações da Europa ocidental), todas elas parecem ter reduzido, em maior ou menor grau, as diferenças ideológicas, no processo de racionalizar (ou nacionalizar) suas indústrias, administrar suas economias, prover o bem-estar de seus cidadãos e armar-se contra as

possibilidades de guerra no futuro. Hoje em dia um menor número de socialistas defendem a propriedade coletiva dos meios de produção; tornaram-se propugnadores do estado de bem-estar social. Existem ainda os defensores do capitalismo em teoria, porém poucos o reconheceriam se o vissem em pleno funcionamento. As economias capitalistas não são mais sistemas de livre iniciativa, mas economias "mistas", que envolvem controles governamentais, gerência do meio circulante e distribuição forçada dos lucros. Aos pequenos investidores no mercado financeiro só se permite gozar seus ganhos até os entregarem ao governo para financiar guerras, armamentos e programas de assistência social.

Críticas à centralização burocrática

Entretanto, sugerir que houve algum embaçamento ideológico no movimento rumo a metas comuns não significa que as pessoas não continuem a se chamar de capitalistas ou socialistas, ou que esses termos tenham perdido seu significado. Tampouco deve a sugestão levar à idéia de que não haja mais um aceso debate a respeito dos meios e dos fins. Em meados dos anos 70 ocorreu em vários países ocidentais uma reação de certa magnitude contra a idéia de que os governos devessem dirigir a vida de seus cidadãos no grau em que vinham fazendo. A reforma social, diziam os críticos, teve um preço muito alto e na verdade não alcançou o resultado esperado. Existem ainda pobreza e miséria. Cabe admitir que sempre existirão, argumentavam essas pessoas, e moderar as metas; no processo, poder-se-ia pôr fim ao governo intervencionista. Esse ponto de vista foi ocasionalmente traduzido em triunfos políticos. O governo socialista da Suécia, por exemplo, no poder havia décadas, foi sucedido por um governo conservador. Margaret Thatcher, a arquiconservadora líder do partido Tory da Grã-Bretanha, tornou-se em 1979 a primeira mulher a chefiar o governo daquele país, com uma plataforma que atirava a culpa pelo declínio econômico do país nos anos 70 no fato de o governo ter-se excedido em seus poderes. Nos Estados Unidos houve uma campanha relativamente bem sucedida visando a limitar a atividade do governo pela redução da tributação.

Margaret Thatcher

Esse debate tem-se realizado não só na arena política, mas também nas obras de críticos, ponderados ou exasperados, da sociedade moderna. Duas das vozes mais veementes que se levantaram contra a expansão do poder público e contra o autoritarismo em todo o mundo foram as de Alexander Soljenitsin e Herbert Marcuse. Soljenitsin, um romancista russo exilado, atacou os métodos brutais empregados pela União Soviética em sua rápida ascensão ao poderio mundial. Seu livro *Arquipélago Gulag* é um relato ficcional do destino daqueles cuja disposição de reagirem ao "progresso" soviético trouxe-lhes a prisão perpétua em campos de trabalho na Sibéria. Marcuse, norte-americano, afirmou que o autoritarismo era tão típico dos países capitalistas quanto dos comunistas. Argumentava que o capitalismo industrial havia produzido uma sociedade "unidimensional", na qual os interesses dos indivíduos haviam sido impiedosamente subordinados aos das poderosas empresas, às quais cabia verdadeiramente o governo do mundo.

Alexander Soljenitsin

O "complexo industrial-militar"

Marcuse recomendou a adoção de medidas revolucionárias para a derrubada do imperialismo capitalista autoritário. Mesmo aqueles que não estavam dispostos a acompanhá-lo a esse extremo concordavam com sua denúncia da maneira como o governo e as grandes empresas pareciam estar consumindo o poder dos cidadãos. Com efeito, mesmo

um devoto capitalista como Dwight D. Eisenhower, general do exército norte-americano na II Guerra Mundial e presidente dos Estados Unidos nos anos 50, alertou em seu discurso de despedida para o crescente poder daquilo que ele chamou de "complexo industrial-militar". Nos países que se intitulavam democracias, a democracia parecia a muitos ter cada vez menos sentido, uma vez que as pessoas pareciam exercer pouco controle sobre seu governo e, por conseguinte, sobre suas vidas. Esse tipo de preocupação foi aparentemente confirmado em fins dos anos 60 e começo dos 70, quando os Estados Unidos se achavam em guerra no Vietnam. Documentos publicados mais tarde demonstraram que o Congresso, eleito democraticamente, havia sido levado a crer, equivocadamente, pelo presidente Johnson e seus conselheiros, que os hostis ataques norte-vietnamitas a navios americanos haviam obrigado os Estados Unidos a uma intervenção, quando na verdade os "ataques" tinham sido "fabricados" para permitir ao governo levar avante suas próprias políticas agressivas. A preocupação com a arrogância do poder governamental chegou ao auge, nos Estados Unidos, por ocasião das investigações sobre o chamado "caso Watergate", que provocaram a renúncia do presidente Richard Nixon em 1974, quando se soube que Nixon havia autorizado atividades de espionagem dentro do país em nome da segurança nacional, mas sem a devida consideração pelos direitos constitucionais de cidadãos americanos. Depois desse dramático episódio vieram revelações sobre o papel desempenhado em segredo pela Agência Central de Informações na desestabilização de governos esquerdistas do Terceiro Mundo, bem como sobre a intervenção de gigantescas empresas multinacionais e da CIA visando a derrubar o governo democraticamente eleito de Salvador Allende no Chile. O conhecimento desses fatos deixou claro até que ponto a autoridade centralizada em governos supostamente democráticos havia-se apartado do controle popular.

2. ENGAJAMENTO: O CRESCIMENTO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Em parte como reação a revelações dessa espécie, e em parte em conseqüência de antigos agravos e insatisfações, grupos que até então tinham ocupado uma posição subalterna na sociedade, impotentes e em grande parte amordaçados, ergueram suas vozes nas décadas de 1960 e 1970, exigindo não só serem ouvidos como também verem suas exigências atendidas. Exatamente à época em que as democracias estavam sendo acusadas de ignorar os desejos de seus constituintes, negros, jovens e mulheres começaram a afirmar seus direitos à igualdade.

Os negros nos EUA depois da Guerra de Secessão

O crescimento da rebeldia entre os negros norte-americanos foi de certa forma paralelo à ascensão das nações negras na África e no Caribe. Desde a Guerra de Secessão, até 1900, os negros viram-se condenados, tanto no norte quanto no sul dos EUA, a um papel subalterno dentro de uma cultura predominantemente branca. A abolição da escravatura e a 13ª e 14ª Emendas à Constituição trouxeram poucas alterações a uma qualidade de vida secular e que era mantida pelas atitudes e práticas raciais da maioria dos brancos. Essas atitudes e práticas encontravam expressão em educação deficiente, falta de empregos, habitação indigna, desigualdade perante a lei, linchamentos de homens ou mulheres e

outras condições de vida com que os negros se defrontavam. Qualquer modificação nessa realidade poderia ter sido adiada indefinidamente se não fosse a propagação de uma consciência política negra e a ascensão de vários líderes negros, homens e mulheres, no decorrer do século XX. Nem a consciência política negra nem líderes negros eram desconhecidos antes da virada do século: Harriet Tubman, Sojourner Truth, Frederick Douglas, Nat Turner e outros foram eloqüentes porta-vozes e ativistas. Entretanto, com o século XX houve uma grande migração de negros, do sul para o norte. Ainda que o norte partilhasse da maioria das atitudes do sul, havia mais oportunidades para os negros nas cidades industriais do que no sul predominantemente agrário. Muitos milhares de negros migraram para o norte durante a I Guerra Mundial, quando a falta de mão-de-obra branca criou a necessidade de seus serviços; cumpre mencionar ainda que mais de 400.000 negros foram mobilizados para as forças armadas, ainda que, na maior parte dos Estados Unidos, não gozassem de direitos civis. Durante a depressão do pós-guerra, entretanto, os negros foram os primeiros a perder seus empregos. Contudo, a migração causara uma mudança na consciência política dos negros; um número maior deles votava, por exemplo.

Em 1910 foi fundada a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (sigla em inglês, NAACP), que contribuiu para esse avanço político e para a crescente consciência, entre os negros, de que constituíam um grupo oprimido e que tal situação devia ser mudada. O trabalho da NAACP foi suplementado em 1911 com a fundação da Liga Nacional sobre as Condições Urbanas entre os Negros, mais tarde conhecida como a Liga Urbana Nacional). O trabalho dos líderes negros dessa época – por exemplo, Ida Wells-Barnett (1862-1931), A. Philip Randolph (1889-1979), W. E. B. Du Bois (1868-1963), Mary McLeod Bethune (1875-1955) – que eram adversários veementes dos linchamentos, promotores de oportunidades educacionais para os negros e organizadores de sindicatos, manteve esse movimento em prol da igualdade e contra a opressão como uma força vital na história dos Estados Unidos, que culminaria no movimento pelos direitos civis dos anos 60.

Marcus Garvey

O ano de 1919 assistiu à ascensão de outro importante líder negro, Marcus Garvey (1887-1940), nativo da Jamaica. A base política de Garvey era o Harlem, grande gueto negro de Nova York. Garvey salientava a origem africana dos negros americanos. Afirmava que sua gente era formada por descendentes da "maior e mais orgulhosa raça que jamais habitou a Terra" e gerou um movimento de emigração negra dos Estados Unidos para a África. Garvey estimulou e influenciou um importante movimento literário negro, a chamada Renascença do Harlem, na década de 1920. Vários de seus vultos destacados, como Langston Hughes e Countee Cullen, foram inspirados por Garvey.

Muçulmanos Negros

A filosofia de Garvey chegou também, indiretamente, ao movimento dos Muçulmanos Negros, através de sua influência sobre o pai de seu mais vigoroso proselitista, Malcolm X (1925-1965). Malcolm X foi convertido na prisão, por um irmão, à religião do Islam. Depois de sua libertação, fez-se porta-voz de Elijah Muhammad, fundador do movimento. Na maioria, seus seguidores eram pessoas que haviam seguido Garvey – migrantes recentes do sul, que viviam agora na pobreza em guetos negros das cidades do norte. Malcolm X procurou vencer a sensação de impotência dessas pessoas dando-lhes uma nova religião,

que substituísse o cristianismo dos brancos e restaurasse o orgulho pelas tradições negras. Essa nova religião era o Islam, que Malcolm X descrevia como sendo a verdadeira fé dos africanos. Embora ele e seus seguidores fossem crentes sinceros, não eram fanáticos. Não renunciavam à vida terrena como um meio de pecado. Exortavam os negros a reunirem seus recursos e fundar negócios de sua propriedade. Isso levaria à independência econômica e a um maior sentido de identidade. Os muçulmanos ensinavam seus prosélitos a evitarem a agressão e só lutar quando atacados. Seu carismático ministro rompeu com os Muçulmanos Negros em 1964. Em fevereiro de 1965 foi assassinado quando começava a falar num comício no Harlem.

Martin Luther King, Jr.

Entrementes, a consciência negra estava-se manifestando de outras formas. Uma delas era o Congresso de Igualdade Racial (CORE), fundado por James Farmer em 1942. O objetivo declarado de Farmer era traduzir "o amor a Deus e aos homens" em cruzadas específicas contra a injustiça. Em 1960 o CORE havia somado seus esforços aos de outras organizações políticas que procuravam pôr fim à discriminação contra os negros. Ajudou a promover manifestações pelos direitos civis no sul, assim como boicotes contra lojas racistas. Depois de 1955 Farmer colaborou muitas vezes com Martin Luther King, Jr. (1929-1968), um jovem pastor batista. Tal como Farmer, King também abraçava a filosofia de não-violência, exposta por Gandhi. Durante mais de dez anos ele foi visto – e temido – como o mais eficiente defensor dos direitos humanos. Em 1968 foi assassinado quando se encontrava na sacada de um motel em Memphis.

Panteras Negras

Sucessores importantes de King, Farmer e, em certo sentido, dos Muçulmanos Negros, foram os Panteras Negras. O movimento teve início durante as confrontações por direitos civis dos anos 50 e 60, no Alabama e no Mississípi. Daí disseminou-se rapidamente para o norte, e em 1968 estabeleceu sua sede em Oakland, na Califórnia. Líderes como Huey Newton, Bobby Seale e Eldridge Cleaver adotaram para o grupo o nome de Panteras Negras. Viam na pantera um animal que tardava a tomar a iniciativa da agressão, mas que era feroz na retaliação, quando atacado. Os Panteras Negras diferiam de outros ativistas negros em vários aspectos. Antes de qualquer coisa, eram francamente revolucionários e não abriam mão da violência. Acreditavam que só tomando o poder repararíam os agravos da sociedade contra os pretos. Em segundo lugar, ao contrário de alguns de seus predecessores, não defendiam um retorno à África, mas procuravam dar fim ao racismo nos Estados Unidos. Além disso, os Panteras Negras professavam uma espécie de internacionalismo semelhante ao de outros revolucionários.

O movimento negro dos anos 70

De certa forma, na década de 1970 os movimentos negros recuaram em relação a um engajamento militante. Mesmo os Panteras Negras declararam sua disposição de trabalhar pela reforma no quadro do sistema vigente. As leis de direitos civis promulgadas durante o governo Johnson, na década de 1960, deram os negros norte-americanos uma certa igualdade em relação ao direito de voto – e também, em grau bem menor, a integração nas escolas. Em outras áreas, como habitação e oportunidades de emprego, os negros continuam a sofrer desvantagens e discriminação, em conseqüência do racismo branco, que alimenta a crença de que os negros devem ficar satisfeitos com as conquistas que obtiveram, e da recalcitrância geral dos governos que se seguiram ao de

Johnson. Esses problemas não se limitam aos Estados Unidos. Na Grã-Bretanha, por exemplo, onde teve lugar uma grande imigração de negros das ex-colônias, a extrema discriminação em empregos e habitação ameaça as possibilidades de integração rápida ou satisfatória. Como arrefeceu o ímpeto de reforma, os líderes negros têm menos possibilidade do que nos anos 60 de determinar a direção de seus movimentos. Enquanto isso, a população negra encontra forças não só na convicção de que a batalha pela igualdade é justificada e acabará por ser vencida, como também no exemplo das nações da África e do Caribe, que se tornaram independentes.

3. ENGAJAMENTO: JOVENS E MULHERES

A rebelião da juventude

O período 1964-1972 foi marcado por protestos e agitações por parte da geração jovem mais pronunciados que o mundo vira em muitas décadas. Os jovens estavam resolvidos, tanto como os negros, a fazerem ouvir a afirmativa de seus direitos. Nos Estados Unidos, essa rebelião foi alimentada pela guerra do Vietnam. Rapazes convocados para lutar numa guerra que desprezavam rebelaram-se contra a idéia de que tinham o "dever" de servir nas forças armadas. Juntos, rapazes e moças proclamavam que seu dever era questionar os pressupostos que haviam levado os Estados Unidos ao lamentável impasse militar. A ciência não os atraía por causa de sua associação com a guerra. Questionavam o valor do conhecimento que não fosse "relevante" para os problemas do mundo. Os jovens líderes exortavam seus colegas a abandonarem os livros e tratarem dos problemas do mundo "real": superpopulação, poluição industrial, maus tratos a negros e outras minorias. Foi essa rebelião que desmascarou a desumanidade da aventura americana no Vietnam. Muito antes que os liberais adultos se manifestassem contra os bombardeios e a contagem de baixas daquela guerra, estudantes universitários invectivavam as instituições nacionais. Ainda que não tenham conseguido acabar com a guerra, contribuíram para a retirada da candidatura de Johnson em 1968. Seus *compères* da França, que saíram às ruas em maio de 1968, ajudaram a derrotar o presidente Charles de Gaulle.

Radicalismo nos anos 70

O radicalismo político já não determina o espírito da juventude ocidental como em fins dos anos 60, fato em parte explicado pelo fim das hostilidades no Vietnam. No entanto, um reflexo muito distorcido do radicalismo aparece nas atividades de grupos terroristas como aquele que, em 1978, seqüestrou e assassinou Aldo Moro, um líder político moderado italiano. Agindo na esperança de que táticas extremistas ajudariam a dividir a Itália e de alguma forma produzir uma revolução, os líderes do grupo descobriram por fim que haviam realizado um estéril exercício de terror sem maiores objetivos.

A contracultura

Nem todos os jovens rebeldes dos anos 60 e 70 se dedicaram a uma vida de ativismo político radical. Alguns se voltaram, em busca de conforto espiritual ou psicológico, para movimentos religiosos fundamentalistas. Outros expressaram sua insatisfação com o mundo indo viver em comunidades afastadas da sociedade. Ainda outros devotaram-se a uma contracultura que se refletia em músicas e letras intensamente pessoais, compostas por jovens músicos populares, no uso de

tóxicos e na liberdade de coabitação sem casamento. A rebelião social desse tipo atingiu diversos países, em graus variados. A contracultura foi basicamente um movimento de jovens da classe média urbana. Ainda que em alguns casos a rejeição dos valores tradicionais resultasse de convicções profundas e duradouras, em muitos outros a declaração de independência foi efêmera, equivalendo a pouco mais que o comportamento habitual de adolescentes inseguros e impacientes.

O movimento feminista

Também as mulheres, como os negros e os jovens, começaram a se afirmar nos anos 60 e 70. Tal como ocorreu no caso da revolta da juventude, o movimento feminista começou nos Estados Unidos e foi dirigido, inicialmente, por mulheres da classe média. Algumas, em países da Europa ocidental, juntaram-se à luta pela igualdade de direitos; em meados da década de 1970 o movimento se espraiara por todo o mundo, incluindo as nações do Terceiro Mundo, e não se limitava mais à classe média. Muitas das primeiras ativistas tinham participado da rebelião dos jovens em suas fases mais intensas nos anos 60. Seu ativismo originava-se, em parte, da percepção de que mesmo numa atmosfera política radical as mulheres eram relegadas a uma posição secundária. A situação da mulher na sociedade se alterara de modo radical desde o século XIX. A idéia de que o lugar da mulher de classe média era no lar havia sido contestada pela crescente utilização de mulheres no mercado de trabalho e pela necessidade, experimentada por muitas, de conseguirem emprego – quer por motivos financeiros, quer pelo desejo de realização profissional fora do lar. A maior disponibilidade e aceitação social de métodos anticoncepcionais permitiram às mulheres terem menor número de filhos e começarem a exercer mais controle sobre suas vidas.

O aborto como questão central

No entanto, a sociedade parecia pouco disposta a admitir a implicação dessas mudanças: que as mulheres eram iguais aos homens. As mulheres recebiam menos que os homens pelo mesmo trabalho. Mulheres com as mesmas qualificações que candidatos masculinos eram rejeitadas ao procurarem emprego por causa do sexo. Mulheres com excelentes fichas profissionais eram obrigadas a ter o aval dos maridos para compras a crédito. A ação política ajudou a minorar algumas dessas disparidades em fins dos anos 60 e nos anos 70. O governo dos Estados Unidos instituiu programas de "ação afirmativa" que determinavam a contratação de mulheres qualificadas, assim como de membros de minorias raciais. Contudo, a campanha por igualdade não contou com aprovação geral. Tema particularmente explosivo foi o do direito da mulher ao aborto. Argumentavam as feministas que as mulheres devem gozar da liberdade de planejar seu futuro sem estarem agrilhoadas pelas responsabilidades da maternidade, se assim desejarem, e que seus corpos lhes pertencem. Os adversários desse ponto de vista, que incluíam membros do chamado movimento do direito à vida, argumentavam que o aborto encorajava a irresponsabilidade sexual; alguns declaravam que o aborto equivale a homicídio. Ao fim da década de 1970, as militantes pela igualdade feminina, embora lutassem ainda nos Estados Unidos pela aprovação de uma emenda constitucional por direitos iguais, haviam obtido vários triunfos. Ao contrário da rebelião dos jovens, que já chegara então ao fim, o movimento feminista, como o dos negros, baseava-se não no descontentamento de apenas uma geração, mas numa história de discriminação, sofrida por grande número de mulheres e

reconhecida como injusta por uma considerável parcela da opinião pública.

4. A LITERATURA E A ARTE COMO REFLEXOS DE PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS

Escritores do pós-guerra

Não surpreende que a obra de muitos dos principais escritores do Ocidente reflita as dificuldades e as lutas que examinamos acima. Nos primeiros anos do pós-guerra os romancistas trataram dos horrores da guerra e dos sistemas totalitários que a haviam engendrado. Os norte-americanos James Jones e Norman Mailer, em *A um passo da eternidade* e *Os nus e os mortos*, pintaram a grosseria e a crueldade da vida militar com impiedoso realismo. O primeiro e provavelmente o mais importante romance do alemão Günter Grass, *O tambor de lata*, descreveu a vida horrenda e politicamente doente da Alemanha nazista nos anos 30. Na França, Jean-Paul Sartre, em decorrência de experiências de guerra, pessoais e de seu país, voltou a engajar-se, em romances, peças e outras obras a uma vida de envolvimento político como marxista. Tendo definido anteriormente o inferno em termos de hostilidades entre indivíduos, passou a defini-lo em termos de desigualdade de classe. Ao contrário de Sartre, seu compatriota Albert Camus (1913-1960) foi incapaz de construir uma fé secular a partir de suas próprias percepções do mundo e de seus evidentes absurdos. Ainda que idealista o bastante para participar do movimento francês de resistência contra a ocupação alemã na II Guerra Mundial e embora proclamasse as virtudes da rebelião, Camus continuou a ser torturado, em romances como *O mito de Sísifo*, *A peste* e *O estrangeiro*, pelo problema da responsabilidade do homem por seu próprio dilema mesquinho e pelas limitações impostas à capacidade de homens e mulheres ajudarem-se mutuamente.

Alienação e impotência

O tema da alienação e da impotência do indivíduo, reflexo dos problemas decorrentes do desenvolvimento do poder estatal, foi abordado com crescente freqüência por escritores nos anos 60 e 70. Em seu romance *Doutor Jivago*, o russo Boris Pasternak denunciava a campanha soviética para obrigar todos seus cidadãos a seguirem o mesmo molde. Ainda que tanto Pasternak como seu compatriota Soljenitsin tenham sido agraciados com o Prêmio Nobel de literatura, o primeiro em 1958 e o segundo em 1970, suas obras foram condenadas pelo governo soviético e Soljenitsin foi obrigado a exilar-se. Os romancistas ocidentais trataram também da ameaça à individualidade, desenvolvendo uma tradição do pré-guerra expressa com mais vigor nas obras do austríaco Franz Kafka (1883-1924). Os romances de Kafka apresentam uma visão de seres humanos num ambiente hostil, esforçando-se em vão para chegar a um entendimento com um poder remoto e desconhecido. Trata-se menos de um sonho que de um pesadelo, composto de pormenores estranhos e fantásticos, que formam um todo aterrorizante. Sua obra mais conhecida, *O castelo*, é ao mesmo tempo uma sátira contra a burocracia e uma representação filosófica do isolamento do indivíduo no universo. O romancista americano Saul Bellow (1915) ocupou-se de muitos desses mesmos temas, num tom muito mais brando que o de Kafka. Escolheu a cidade moderna como ambiente de sua ficção. Em romances como *As aventuras de Augie March*, *Henderson, o rei da*

Simone de Beauvoir

chuva e *O planeta do Sr. Sammler*, seus heróis são homens presos num mundo virado de cabeça para baixo, condenados a procurar a compreensão pessoal – na verdade, conservar sua sanidade – num meio selvagem, e na melhor das hipóteses absurdo.

Escritoras

As mulheres escreveram não apenas sobre a solidão geral da condição humana, mas também sobre o tormento de mulheres apanhadas num mundo que não foi feito por elas. Em *O segundo sexo*, um estudo fecundo sobre a condição da mulher, a francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) denunciou a classe média masculina por transformar não apenas os trabalhadores, mas também as mulheres, em objetos para seus próprios fins. Escritoras norte-americanas como Adrienne Rich, Tillie Olsen e a filósofa Mary Daly ajudaram a definir a política e a cultura do movimento feminista.

Literatura de protesto

As questões específicas que impeliram homens e mulheres ao engajamento em meados dos anos 60 levaram os escritores a também tomar partido. Em *Anestesia local*, publicado em 1970, Günter Grass escreveu sobre a inquietação estudantil e o envolvimento político. O movimento em prol da igualdade negra estimulou uma tradição norte-americana que florescera na esteira da depressão e da II Guerra Mundial. Um dos iniciadores dessa tradição foi Richard Wright (1908-1960), que cresceu em meio à pobreza rural e à violência racista do Mississípi. Ainda jovem, Wright acabou radicando-se em Chicago, onde passou a morar num gueto, do qual se fez porta-voz. No romance *Filho nativo*, e em sua autobiografia, *Menino negro*, ele retratou com contundente realismo a opressão dos negros da classe trabalhadora. Apesar das ambições do *New Deal*, Wright verificou que os fardos que pesavam sobre esse grupo não haviam sido muito aliviados. Um dos mais eficazes articuladores da aspiração e do desencanto dos negros nos anos 60 foi James Baldwin, filho de um clérigo do Harlem. Tendo sobre si o duplo estigma da cor e do homossexualismo, Baldwin expatriou-se em Paris durante dez anos depois da II Guerra Mundial. Voltou aos Estados Unidos para alertar, em seu livro mais vigoroso, *Da próxima vez, fogo*, que a menos que os brancos despertassem logo para a extensão e a onipresença do racismo, a sociedade americana seria consumida por suas próprias animosidades.

James Baldwin

Escritoras negras

Não só os homens, mas também as mulheres de cor escreveram sobre a opressão e a luta de sua raça. Zora Neale Hurston (c. 1901-1960) foi romancista, antropóloga e folclorista. Tanto em seus romances como em seus estudos antropológicos, escreveu com eloqüência sobre a história dos negros, suas línguas e tradições. Seu principal romance, *Os olhos deles viam Deus* (1937), tem como tema a força de uma negra e sua crença em sua própria força e em si mesma. A poetisa Audre Lorde e a romancista Toni Morrison são duas escritoras negras que também tratam em minúcias e com preciso senso de história, da experiência dos negros, em especial das mulheres. Uma das mais sensíveis escritoras negras contemporâneas foi Lorraine Hansberry (1930-1965). Poetisa e teatróloga, ganhou renome em sua vida tragicamente breve com a peça *Uma uva no sol*, especificamente a história de uma família negra de Chicago, mas na verdade a história de muitas famílias negras sob o regime de racismo. Seu talento dramático transparece com clareza ainda maior em *Ser jovem, talentosa e negra*, encenada quatro anos depois de sua morte. Hansberry escrevia com arrogância e fúria, e às vezes com

amargor, quando a beleza que via na vida era obscurecida pela hipocrisia e aniquilada pela repressão.

O absurdo e o fantástico

Alguns autores, embora concordassem com as denúncias da civilização contemporânea, julgavam a condição humana demasiado sem esperanças para justificar o ataque direto. Tais escritores expressavam seu desespero através da fuga para o absurdo e o fantástico. Nas peças de Samuel Beckett (1906), irlandês que escreveu em francês, e do inglês Harold Pinter (1930), nada acontece. Os personagens falam das banalidades que se tornaram a marca registrada dos tempos modernos. Palavras que não têm sentido quando pronunciadas por seres humanos, adquirem, não obstante, uma lógica própria; no entanto, nada explicam. Outros autores, menos interessados, talvez, em tentar tirar um comentário do nada, invadiram os reinos da alucinação, da ficção científica e da fantasia. Os romances dos norte-americanos William Burroughs e Kurt Vonnegut levam seus leitores de fantasias interiores ao espaço interestelar. É significativo que um dos livros mais populares entre a juventude dos anos 60 e 70 tenha sido *O senhor dos anéis*, uma pseudo-saga ambientada no mundo fantasioso da Terra Média, escrita antes da II Guerra Mundial pelo inglês John R. Renel Tolkien.

Cinema

Nas décadas que se seguiram à II Guerra Mundial, os cineastas fizeram filmes que espelhavam os problemas e preocupações da sociedade, com uma profundidade e uma integridade artística raramente tentadas ou conseguidas antes. O sueco Ingmar Bergman, os franceses Jean-Luc Godard e François Truffaut, os italianos Federico Fellini e Michelangelo Antonioni, para citar apenas alguns dos diretores mais talentosos, trataram em seus filmes dos mesmos temas que marcaram a literatura do período: solidão, opressão, guerra e corrupção. Fator importante que facilitou a obtenção de qualidade artística foi a boa-vontade geral por parte dos censores – do estado ou da própria indústria cinematográfica – para refletir o gosto do público permitindo aos cineastas grande liberdade no tratamento de temas como racismo, violência e sexualidade. Embora seja indubitável que esse relaxamento levou a abusos, abriu caminho para comentários cinematográficos de extraordinário vigor, como *Bonnie and Clyde* (1967), do americano Arthur Pen, e *O último tango em Paris* (1972), do italiano Bernardo Bertolucci, estudos chocantes possibilitados por representações explícitas de violência e sexo. Ao mesmo tempo em que alcançava uma maturidade de que até então carecera, o cinema não abandonou seu papel como entretenimento. A popularidade internacional do grupo musical The Beatles foi traduzida, por exemplo, em filmes que também obtiveram sucesso, graças a um escapismo encantador que, no entanto, proclamava a emancipação dos jovens das formalidades e convicções limitantes da geração mais velha.

Artes plásticas

Ao contrário de escritores e cineastas, a maioria dos artistas plásticos em atividade depois da guerra não usou seu trabalho como veículo para exprimir engajamento ideológico ou preocupação pela situação humana. Seguindo as tendências estabelecidas pelos impressionistas e cubistas, não falavam nem sobre o mundo nem sobre si próprios, mas preferiam dirigir-se uns aos outros e ao grupo extremamente reduzido de iniciados que entendiam sua linguagem artística. Entre as escolas artísticas do pós-guerra destacou-se o expressionismo abstrato, cujos principais expoentes foram os pintores Jackson Pollack (1912-1956), William de

Kooning (1904) e Franz Kline (1910-1952). Seus interesses estavam em levar avante experiências com as relações entre cor, textura e superfície, excluindo totalmente "significado" ou "mensagem" no sentido tradicional. O quadro de Jasper John representando a bandeira americana exige que o observador não o veja como *uma* pintura – isto é, uma coisa a ser interpretada – mas sim como pintura, a aplicação de tinta na tela. Robert Rauschenberg, em revolta contra os expressionistas abstratos, expôs painéis em branco, insistindo em que ao assim proceder estava forçando a arte a defrontar-se com a questão final relativa à escolha de um meio expressivo. Os pintores combatiam a idéia de que sua obra de alguma forma expressava o desgosto com uma civilização vazia. "Meus quadros baseiam-se no fato de que apenas o que pode ser visto está ali", declarou o norte-americano Frank Stella, que pintava listas em telas de forma irregular. A *pop art*, fenômeno de fins dos anos 60 que tomava como temas objetos cotidianos como latas de sopa e heróis de revistas em quadrinhos, era também, segundo seus praticantes, não um protesto contra a banalidade do industrialismo mas apenas outra experiência com abstrações.

Rothko

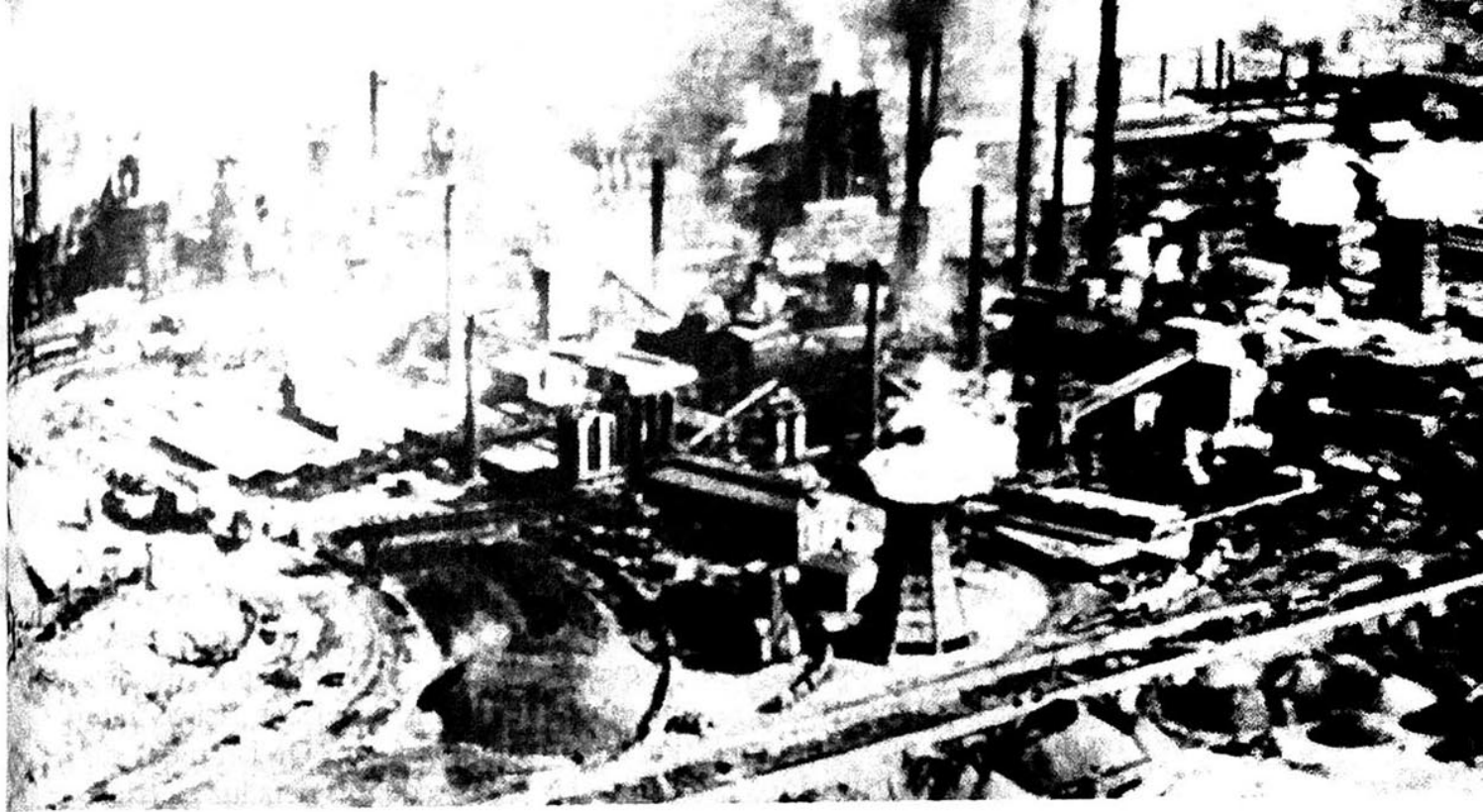
Mesmo as abstrações remotas e extraordinariamente instigantes de Mark Rothko (1903-1970), retângulos fulgentes ou sombrios de cores, superpostos a outros retângulos, representavam, de acordo com o artista, "nada senão conteúdo . . . não se trata de associações, apenas de sensação". Só com o advento, na década de 1970, dos chamados hiper-realistas, artistas como o americano Duane Hanson, que recria suas figuras humanas, invariavelmente deprimentes, em plástico, até o último cílio, é que se pode dizer, talvez, que alguns artistas estejam fazendo um comentário não somente sobre a técnica, mas sobre aquilo que vêem como a vacuidade da vida.

5. A CRISE ECOLÓGICA E POPULACIONAL

O significado da ecologia

O pessimismo com relação à condição humana não se derivava apenas de preocupação com os problemas contemporâneos que estivemos examinando. Originava-se também do medo do futuro – do futuro dos seres humanos, da própria Terra e daquilo que se chama de sua ecologia. A palavra "ecologia" é muitas vezes usada basicamente para se referir aos seres humanos e seu meio ambiente, porém encerra um conteúdo muito mais amplo. Os ecologistas vêem o homem como um elo numa vasta cadeia de vida que, passando pelos mamíferos, anfíbios e invertebrados, chega até os microorganismos mais simples, os quais podem ser vegetais ou animais. Popularmente, a palavra ecologia tende a designar problemas de poluição. Também aqui temos uma simplificação exagerada. As causas e a prevenção da poluição constituem elementos importantes no estudo da ecologia, mas não abarcam todo o tema. De igual importância é o uso de nosso ambiente de modo a salvaguardar a herança de solo fértil, ar puro, água limpa e florestas para aqueles que vierem depois de nós.

Outras agressões à natureza

As violações ecológicas consistem não apenas em envenenar a atmosfera e contaminar os oceanos, rios e lagos, através de despejo de detritos, mas também de qualquer agressão que os tornem menos apropriados à sobrevivência humana. A excessiva construção de repre-

Poluição industrial. Esta fotografia mostra usinas de aço em Westfalenhuette, Alemanha Ocidental. Enquanto gases poluentes e materiais específicos são liberados, resíduos industriais, térmicos e químicos são lançados nas águas próximas.

sas, por exemplo, provoca o assoreamento dos rios e a acumulação de nitratos mais rápida que a capacidade de absorção do solo. O uso de inseticidas, sobretudo dos que contêm DDT, pode ter como conseqüência a perturbação do equilíbrio da natureza. Um exemplo na história recente da Malásia ilustra bem isso. O governo da Malásia recorreu à intensa pulverização de áreas remotas com DDT, na esperança de erradicar os mosquitos transmissores da malária. O inseticida matou os mosquitos, mas também envenenou as baratas. Estas, por sua vez, foram devoradas pelos gatos das aldeias, que morreram devido ao veneno. O resultado foi uma multiplicação dos ratos, cuja população fora antes mantida baixa devido à ação de seus inimigos naturais, os gatos. O equilíbrio natural viu-se de tal modo perturbado que foi preciso trazer, de avião, uma nova remessa de gatos de outras regiões. Outras agressões ao equilíbrio natural têm sido ainda mais graves. A barragem de Assuã, no Egito, obra sem dúvida importante para aumentar o suprimento de água naquele país, reduziu, ao mesmo tempo, o fluxo de nutrientes algáceos para o Mediterrâneo, com efeitos deletérios sobre a indústria pesqueira de vários países. Do ponto de vista ecológico, o rápido crescimento da indústria nos tempos modernos tem sido quase um desastre completo. Durante milhares de anos a raça humana não introduziu no meio ambiente mais dejetos do que poderiam ser facilmente absorvidos por ele. No entanto, a moderna tecnologia tem introduzido na natureza vários detritos que nunca foram abundantes antes. Entre eles estão o monóxido de carbono, o dióxido de enxofre e óxidos de nitrogênio. E isso para não se falar da descarga na natureza de pesticidas, do grande número de produtos sintéticos que não são biologicamente degradáveis, e dos frutos dos testes de armas nucleares.

O problema ecológico não é causado simplesmente pelo despejo de produtos nocivos e não degradáveis. É também resultado de danos

causados à terra, nosso mais valioso recurso natural. Em muitas partes do mundo os rios são castanhos ou avermelhados por estarem carregados de terra roubada aos campos que os margeiam. Em algumas das grandes cidades dos Estados Unidos, dois terços ou três quartos da área terrestre estão cobertos de ruas e áreas de estacionamento. Enquanto isso, a área agricultável do país diminuiu a uma taxa alarmante. Segundo os ecologistas, é provável que grande parte dessa terra tenha de ser abandonada.

Diminuição dos recursos terrestres

Existe uma estreita ligação entre os problemas ecológicos e a explosão populacional. Com efeito, se o controle populacional tivesse continuado a ser uma realidade, talvez os problemas ecológicos tivessem passado despercebidos por muitos anos. Por exemplo, às vésperas da Guerra de Secessão a cidade de Nova York tinha uma população de 700.000 habitantes. Sua área não era essencialmente menor que a atual. No entanto, a população de Nova York multiplicou-se mais de dez vezes. Esse aumento foi acompanhado de transformações físicas que facilitaram o enorme congestionamento demográfico. Os lampiões de azeite foram substituídos por lâmpadas a gás e depois pela luz elétrica; os carros puxados a cavalos, por bondes, automóveis, trens subterrâneos e ônibus. Algumas dessas invenções eliminaram algumas formas de poluição, mas o efeito geral foi o de multiplicar as fontes de contaminação e de abuso do ambiente natural. O exemplo de Nova York repete-se em muitas outras áreas congestionadas, não só nos Estados Unidos, mas sobretudo na Ásia. Calcutá tem hoje uma população de 7 milhões, contra 3 milhões em 1961. Tóquio passou de 9 milhões para mais de 11,5 milhões em pouco mais de quinze anos.

Ecologia e explosão populacional

Ao aumentar a população, os seres humanos criam cada vez mais problemas e o dano causado por cada pessoa eleva-se rapidamente. A situação de Los Angeles exemplifica o perigo. Apesar de leis excelentes, a cidade faz pouco progresso em cumpri-las. O aumento do número de causadores de *smog* (mistura de fumaça e névoa) anula cada vitória conseguida pelos especialistas em seu controle. Os piores agressores ecológicos são as grandes potências industriais, que somam a contaminação do ambiente por venenos industriais à exaustão dos recursos naturais e que consomem centenas de vezes mais produtos naturais que a maioria dos habitantes do Terceiro Mundo. A crise de petróleo dos anos 70, causada pela instável situação política do Oriente Médio, obrigou o Ocidente – e principalmente os Estados Unidos – a tomar consciência de seus hábitos perdulários. Resta ver se essa crise levará o Ocidente também a consumir seus recursos de maneira menos esbanjadora.

Efeitos da explosão populacional

No mundo contemporâneo, a maioria das nações corre o risco de se ver submergida por uma explosão populacional. Sua principal causa tem sido o que os especialistas chamam de a revolução demográfica. Refere-se essa expressão à alteração do antigo equilíbrio entre nascimentos e óbitos, que antes mantinha a população estacionária ou a fazia crescer lentamente. Esse equilíbrio é uma condição biológica comum a quase todas as espécies. Durante milhares de anos a humanidade não constituiu exceção. Calcula-se, por exemplo, que a população total da Terra ao início da era cristã fosse de aproximadamente 250 milhões de habitantes. Mais de dezesseis séculos se passaram antes que mais um quarto de milhão fosse acrescentado ao total. Só em 1860 a população

A revolução demográfica

do globo chegou perto de 1 bilhão de pessoas. A partir daí o aumento foi muito mais rápido. O sexto meio bilhão, acrescentado por volta de 1960, exigiu pouco mais de dez anos.

Causas da revolução demográfica

Quais foram as causas desse radical desequilíbrio, conhecido como revolução demográfica? Fundamentalmente, o que aconteceu foi que passamos a ter uma taxa de mortalidade do século XX ao lado de uma taxa de natalidade medieval. As taxas de mortalidade infantil decresceram acentuadamente. As mortes de mulheres por ocasião do parto também diminuíram. Doenças como a cólera, o tifo e a tuberculose matam muito menos do que em séculos anteriores. As guerras e a fome ainda vitimam milhões de pessoas, porém tais fatores são insuficientes para neutralizar uma taxa desenfreada de reprodução. Ainda que métodos anticoncepcionais tenham sido aprovados pelos governos de países como Índia, China e Japão, só na última década seus efeitos se tornaram perceptíveis. Em alguns países, a pobreza, a religião e a ignorância têm dificultado o uso generalizado de anticoncepcionais. Líderes de países do Terceiro Mundo declaram que as tentativas feitas pelas potências ocidentais para encorajá-los a limitar o crescimento populacional, quer por métodos anticoncepcionais, quer através de esterilização, são uma forma mal disfarçada de genocídio.

O crescimento desigual da população mundial

A revolução demográfica não tem afetado todos os países de maneira uniforme. Sua incidência tem sido mais visível nas nações subdesenvolvidas da América Central e do Sul, na África e na Ásia. Enquanto a população total do mundo há de dobrar, se mantidas as atuais taxas de crescimento, em trinta e cinco anos, a da América Central e do Sul duplicará em apenas vinte e seis anos. Exemplo notável é o do Brasil. Em 1900 sua população era estimada em 17 milhões; em 1975 havia 98 milhões de brasileiros. O México e a Venezuela estão entre as nações com maior índice de natalidade do mundo. A população da Ásia (exclusive URSS e Japão) cresceu de 813 milhões em 1900 para aproximadamente 2 bilhões em 1975. Resumindo, a população das áreas subdesenvolvidas do mundo era, em meados do século, mais do dobro da população das áreas desenvolvidas. E suas áreas terrestres eram mais ou menos iguais.

6. REALIZAÇÕES E LIMITAÇÕES DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

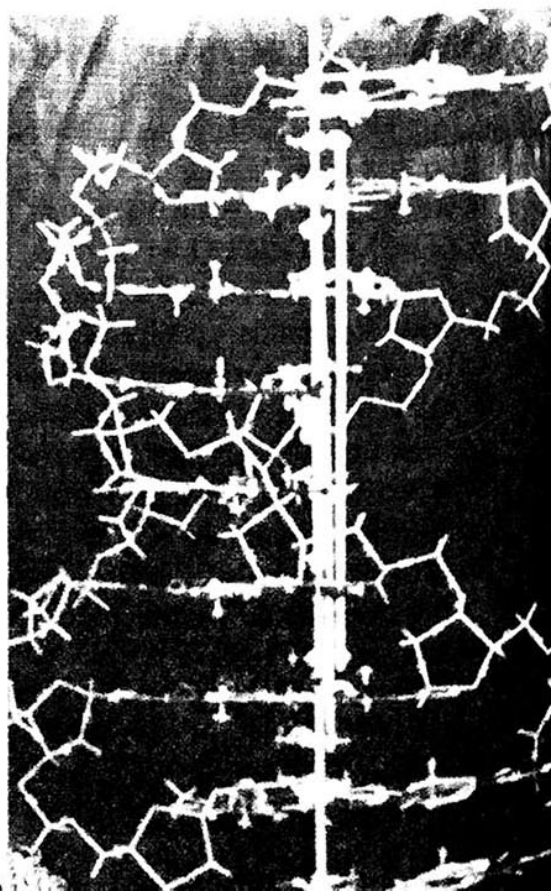
Ciência e tecnologia: causa e solução dos problemas mundiais

A magnitude dos problemas mundiais tem gerado dúvidas e pessimismo entre alguns dos mais criativos pensadores. No entanto, a maioria daqueles a quem cabe a responsabilidade de encontrar soluções para os problemas – basicamente políticos e funcionários públicos –, mantém uma atitude de cauteloso otimismo. Em busca de soluções, voltam-se ainda, paradoxalmente, para aqueles mesmos setores responsáveis, em muitos casos, pela criação dos problemas: a ciência e a tecnologia. Foram os cientistas e os técnicos que inventaram e aperfeiçoaram o motor de combustão interna e o DDT. Agora, outros cientistas e outros técnicos procuram meios de combater seus efeitos nocivos. A pesquisa científica tem sido responsável pelos progressos, no campo da medicina, que ajudaram a produzir a explosão demográfica. Ninguém diria, é claro, que tal pesquisa não devia ter acontecido, ou que a contínua batalha

contra a doença não seja uma das mais dignas realizações do homem. Entretanto, a maioria haveria de concordar em que a ciência deveria agir com a máxima rapidez para encontrar um método simples e seguro de controlar a natalidade, ao mesmo tempo em que continua a se esforçar por prolongar a vida.

A descoberta dos vírus: ADN

As realizações da ciência no campo da saúde no último meio século foram verdadeiramente extraordinárias. Duas descobertas de grande importância permitiram aos cientistas entender com mais clareza os processos pelos quais o corpo humano recebe e transmite doenças. A descoberta dos vírus resultou de experiências realizadas sobretudo pelo bioquímico norte-americano Wendell Stanley na década de 1930. Os vírus são organismos microscópicos que só mostram sinais de vida — inclusive a capacidade de reprodução — quando se encontram no interior de células vivas. São a causa de muitas doenças humanas, entre as quais o sarampo, a poliomielite (paralisia infantil) e a hidrofobia. Só quando compreenderam a natureza dos vírus foi que os cientistas puderam criar meios de tratar e prevenir doenças viróticas nos seres humanos. Uma outra descoberta importante que aumentou nosso conhecimento da vida humana ocorreu em 1953, quando o inglês F. H. C. Crick e o norte-americano James D. Watson desvendaram um pouco mais os mistérios da herança genética que haviam sido explorados por Gregor Mendel em fins do séc. XIX. Crick e Watson analisaram com êxito o ácido desoxiribonucléico, ou ADN, a estrutura molecular química que ocorre nos núcleos das células genéticas. Descobriram que o ADN compõe-se de moléculas menores de quatro tipos diferentes, interligadas em cadeias helicoidais. A disposição dessas moléculas em cada célula forma uma mensagem química que determina o caráter dos genes, e,

A decodificação do ADN. À esquerda: F. H. C. Crick e James D. Watson discutem seus esforços para analisar a estrutura molecular do ADN. À direita: Um modelo da estrutura molecular. As espirais em hélice duplicada são chamadas dupla hélice.

por conseguinte, do organismo humano de que fazem parte. O conhecimento obtido através da análise do ADN possibilitou a médicos e cientistas compreenderem as causas de doenças hereditárias e também as prevenirem, alterando a química do organismo do paciente. Apesar dos grandes benefícios decorrentes dessa descoberta recente, são muitos aqueles que advertem que o conhecimento do mecanismo do ADN poderia levar a interferências perigosas nos processos genéticos, como, por exemplo, tentativas de produzir artificialmente uma raça de seres humanos mais "perfeitos".

Progressos na medicina: sulfas, antibióticos, tranqüilizantes

Experiências baseadas numa melhor compreensão das causas de doenças conduziram à descoberta de novos medicamentos para tratá-las. Em 1935 o alemão Gerhard Domagk descobriu a primeira das sulfas, que batizou de sulfanilamida. Logo seguiram-se outras, de grande eficácia na cura ou detenção de doenças como a febre reumática, a gonorréia, a escarlatina e a meningite. Por volta de 1930, o inglês Sir Alexander Fleming descobriu o primeiro dos antibióticos, que veio a ser conhecido como penicilina. Os antibióticos são agentes químicos produzidos por organismos vivos e que têm o poder de reprimir ou matar bactérias. Muitos originam-se de bolor, fungos, algas e organismos simples que vivem no solo. Por fim descobriu-se que a penicilina era uma droga capaz de produzir resultados espetaculares no tratamento de pneumonia, sífilis, peritonite, tétano e inúmeras outras enfermidades até então muitas vezes fatais. Os cientistas utilizaram o conhecimento obtido através da análise do ADN para fortalecer as culturas usadas para desenvolver a penicilina. Na década de 1940 foi descoberto outro antibiótico célebre, a estreptomicina, pelo norte-americano Dr. Selman A. Waksman. A estreptomicina tem sido especialmente útil no tratamento da tuberculose, embora seja empregada também em numerosas outras infecções que não cedem à penicilina. Outra categoria das chamadas drogas milagrosas é a dos tranqüilizantes. Lançados em 1955, passaram a ser usados com freqüência no tratamento de distúrbios mentais como a psicose maníaco-depressiva e para acalmar pacientes violentos. Embora essas drogas não curem, ajudam a tornar os pacientes mais acessíveis a outras formas de terapia e lhes possibilitam, em muitos casos, levar vidas relativamente normais fora de instituições psiquiátricas. O fato de os tranqüilizantes serem às vezes usados indiscriminadamente, como método perigosamente simples para alcançar um desejado estado de espírito, não é senão mais uma confirmação de que a ciência continua a criar novos problemas ao solucionar os antigos.

Dr. Jonas Salk em seu laboratório.

Tão importante quanto a descoberta de novas drogas para tratar doenças foi a criação de novos métodos para preveni-las. Coube a Sir Edward Jenner, em 1796, descobrir a primeira vacina bem-sucedida, usada na prevenção da varíola. Entretanto, somente na década de 1950 surgiram vacinas para doenças como cachumba, sarampo e cólera. Um dos avanços mais sensacionais foi a descoberta da vacina contra a poliomielite, realizada pelo virologista americano Dr. Jonas Salk em 1953. Continuam por ser descobertos agentes eficazes para o tratamento de duas das maiores causas de óbitos no mundo, as doenças cardíacas e o câncer. A técnica de transplante de coração, criada pelo médico sul-africano, Dr. Christian Barnard, mostrou-se de utilidade limitada. Resultados melhores têm sido obtidos com operações que substituem artérias cardíacas lesionadas por válvulas de plástico, e ainda com o

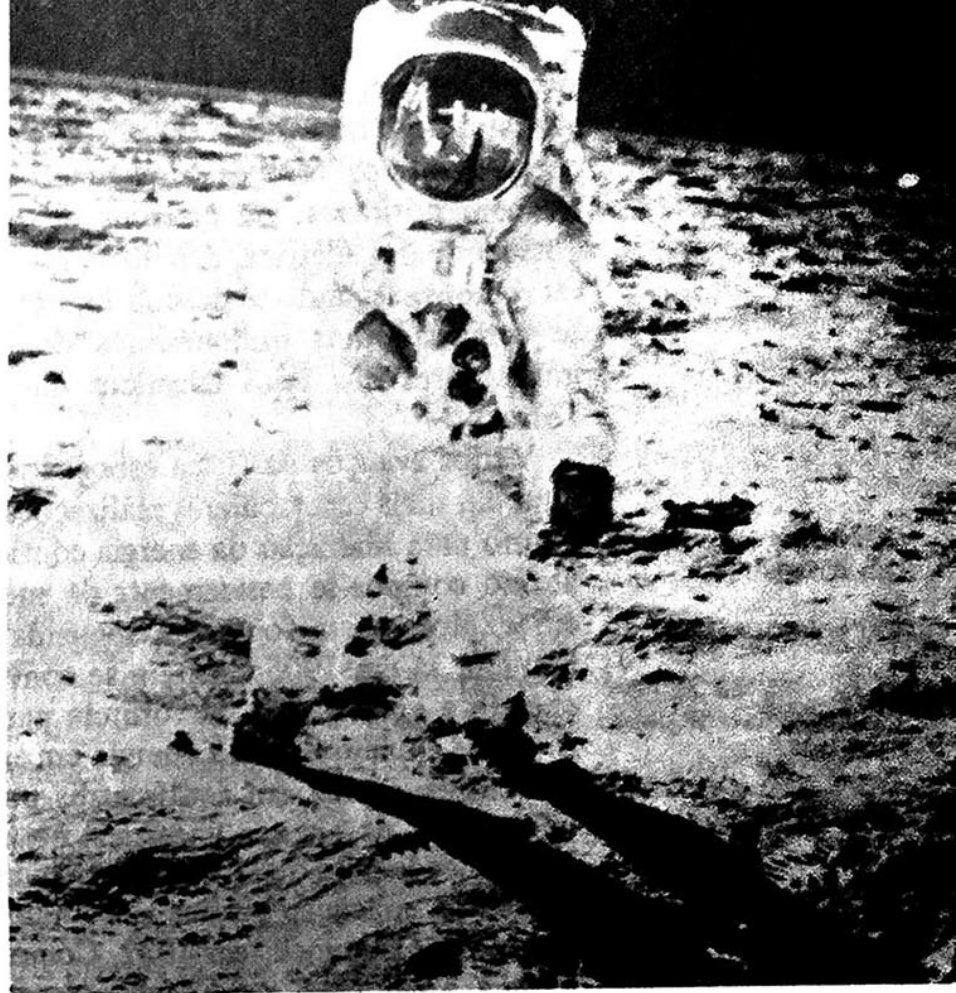
Vacinas, cardiopatias e câncer

implante de dispositivos elétricos chamados marca-passos para firmar ou estimular as batidas cardíacas. Já foi determinada com certeza a relação do câncer com o cigarro, e também com a poluição industrial e urbana – outro exemplo de como a tecnologia gera dificuldades ao resolver outras. Os médicos continuam a experimentar os raios X e a quimioterapia no tratamento do câncer. Entretanto, apesar da dedicação dos pesquisadores e do dispêndio de vultosas verbas, a cura ainda não foi achada.

Exploração espacial

Poucas pessoas se oporiam atualmente às campanhas destinadas a erradicar a doença. Contudo, os governos vêm encontrando crescente dificuldade para justificar a aplicação de recursos astronômicos de dinheiro público em programas destinados a facilitar a exploração do espaço. Desde seu início, essas "experiências" têm-se assemelhado a competições internacionais entre os Estados Unidos e a União Soviética tanto quanto a investigações científicas e tecnológicas. A 4 de outubro de 1957, o governo da União Soviética colocou em órbita o primeiro satélite artificial, a uma velocidade de aproximadamente 29.000 km/h. Embora pesasse quase 90 kg, foi impulsionado por um foguete a mais de 800 km de altitude. A façanha dos russos deu ao mundo uma nova palavra, *sputnik*, que em russo significa satélite ou companheiro de viagem. Um mês depois os cientistas soviéticos superaram seu primeiro sucesso, lançando um novo sputnik, muito maior, a uma altitude de aproximadamente 1.600 km. Esses sputniks foram os precursores de outros, de maior significado. Em abril de 1961 os russos obtiveram êxito em lançar o primeiro homem em órbita em volta da Terra. Enquanto isso, nos Estados Unidos, cientistas e especialistas militares competiam entre si para igualar os feitos soviéticos. Após alguns sucessos com animais e cápsulas "não habitadas", e do vôo sub-orbital de uma cápsula tripulada, lograram, a 20 de fevereiro de 1962, lançar sua primeira nave tripulada em órbita da Terra. Esse astronauta bem sucedido foi o tenente-coronel John G. Glenn, Jr., que deu três voltas em torno da Terra, a uma velocidade máxima de 27.200 km/h. Em 1966 um oficial da Marinha dos Estados Unidos deixou a cabine de sua nave e realizou uma caminhada de 45 minutos no espaço, a centenas de quilômetros sobre o planeta. Esse feito foi superado em julho de 1969, quando Neil Armstrong, astronauta civil, deixou seu módulo de pouso lunar e tornou-se o primeiro homem a pisar a superfície da Lua. Em todo o mundo essas viagens e as que se seguiram foram saudadas como acontecimentos de importância capital. Prometiam ampliar enormemente nosso conhecimento do espaço e podiam, sem dúvida, preparar o caminho para a exploração da Lua, e, mais tarde, dos planetas. Em meados dos anos 70, tanto os Estados Unidos como a União Soviética haviam reduzido drasticamente seus programas espaciais, canalizando os recursos para outros setores da economia. Planos para uma "lançadeira" recuperável e um laboratório espacial, além de experiências de menor envergadura, mantiveram os programas em operação. No entanto, seu valor estava sendo questionado, em vista dos bilhões de dólares que consumiam.

As descobertas de Einstein

Foi sem qualquer dúvida a área da ciência nuclear que suscitou as mais perturbadoras questões sobre a capacidade, as limitações e as implicações da ciência e da tecnologia. A maior parte dos avanços ocorridos nessa área no século XX baseou-se no trabalho pioneiro do

O primeiro homem a pisar na lua. O astronauta Edwin E. Aldrich Jr. é fotografado caminhando próximo ao módulo lunar da Apolo II. O astronauta Neil Armstrong, que tirou a fotografia, e parte do módulo lunar estão refletidos no capacete de Aldrich.

físico Albert Einstein (1879-1955). Em 1905 Einstein começou a questionar não somente as concepções mais antigas sobre a matéria, como praticamente toda a estrutura da física tradicional. A doutrina que lhe deu mais celebridade foi o princípio da relatividade. Durante a maior parte do século XIX, os físicos haviam suposto que o espaço e o movimento fossem absolutos. Imaginavam que o espaço estivesse cheio de uma substância intangível chamada *éter*, que proporcionava o meio para as ondulações da luz. Entretanto, experiências realizadas por físicos ingleses e norte-americanos em fins do século praticamente aniquilaram a hipótese do éter. Einstein empenhou-se então em reconstruir a descrição do universo de acordo com princípios diferentes. Sustentava ele que o espaço e o movimento, ao invés de serem absolutos, eram relativos entre si. Os objetos não têm apenas três dimensões, porém quatro. Às três dimensões familiares, comprimento, largura e espessura, Einstein acrescentou uma quarta, o *tempo*; todas as quatro estariam fundidas numa síntese a que ele chamou *continuum espaço-tempo*. Procurava explicar assim a idéia de que a massa depende do movimento. Ao se moverem em altas velocidades, os corpos têm proporções de extensão e de massa diferentes das que teriam em repouso. A física einsteiniana incluía também a concepção de um universo finito, isto é, finito no espaço. A região de matéria não se estende ao infinito, mas o universo tem limites. Embora não existam, de modo algum, fronteiras definidas, há pelo menos uma região além da qual nada existe. O espaço descreve uma curva sobre si mesmo, de modo a tornar o universo uma gigantesca esfera que contém as galáxias, os sistemas solares e os planetas.

Albert Einstein

As teorias de Einstein exerceram influência importante em alguns avanços revolucionários na física. Pelas alturas de 1960 descobrira-se

que a concepção do mundo subatômico como um sistema solar em miniatura era demasiado simplista. Constatou-se que o átomo continha não somente prótons de carga positiva e elétrons de carga negativa, mas também *pósitrons*, ou elétrons de carga positiva, *nêutrons*, que não possuem carga elétrica, e *mésons*, que podem ser negativos ou positivos. Os mésons, segundo se descobriu, não existem apenas no átomo (durante cerca de dois milionésimos de segundo), mas são componentes importantes dos raios cósmicos que bombardeiam constantemente a Terra.

A energia encerrada no átomo

Vários avanços da física esboçados acima ajudaram a tornar possível uma das mais espetaculares realizações na história da ciência, a fissão do átomo para liberação da energia contida nele. Desde que se soube que o átomo compõe-se basicamente de energia elétrica, os físicos sonharam em explorar essa fonte de tremenda energia e torná-la disponível ao homem. Já em 1905 Einstein se convencera da equivalência de massa e energia e enunciara uma fórmula para a conversão de uma em outra: $E = mc^2$. E representa a energia em ergs, m é a massa em gramas e c é a velocidade da luz em centímetros por segundo. Em outras palavras, a quantidade de energia encerrada no interior do átomo é igual à massa multiplicada pelo quadrado da velocidade da luz. Contudo, essa fórmula não tinha aplicação prática antes da descoberta do nêutron pelo inglês Sir James Chadwick, em 1932. Como o nêutron não tem carga elétrica, é uma arma ideal para bombardear o átomo. Não é repelido pelos prótons, de carga positiva, nem absorvido pelos elétrons, de carga negativa. Além disso, no processo de bombardeio ele produz mais nêutrons, que atingem outros átomos e fazem com que também se dividam e criem nêutrons. Assim, a reação original se repete numa cadeia quase interminável.

O desenvolvimento da bomba atômica

Em 1939, dois físicos alemães, Otto Hahn e Fritz Strassman, conseguiram a fissão de átomos bombardeando-os com nêutrons. A reação original provocou uma cadeia de reações. Cientistas da Alemanha, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos foram estimulados por seus governos, que estavam ansiosos por dar utilização militar a essas descobertas durante a II Guerra Mundial. O primeiro emprego do conhecimento da fissão atômica foi na preparação de uma bomba atômica. A arma devastadora foi realização de cientistas que trabalhavam para o Departamento de Guerra dos Estados Unidos. Alguns eram físicos que tinham sido exilados pela opressão nazista ou fascista. (O próprio Einstein, judeu alemão, refugiara-se na década de 1930 nos Estados Unidos.)

A bomba de hidrogênio

Ainda mais perturbadores que os resultados das bombas lançadas sobre o Japão ao fim da II Guerra Mundial foram os primeiros testes de uma bomba de hidrogênio, realizados pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, em novembro de 1952, no atol de Eniwetok, no Pacífico Sul. Uma ilha inteira desapareceu, depois de arder brilhantemente durante várias horas. A bomba de hidrogênio, ou bomba-H, baseia-se na fusão de átomos de hidrogênio, processo que exige o enorme calor gerado pela fissão de átomos de urânio para que a reação tenha início. A fusão tem como resultado a criação de um novo elemento, o hélio, que na verdade pesa menos que a soma dos átomos de hidrogênio. A energia "livre" que sobra proporciona o tremendo poder explosivo da bomba-H. A potência das bombas de hidrogênio é medida em *megatons*, sendo que cada megaton representa 1.000.000 de

toneladas de TNT. Assim, uma bomba de 5 megatons teria uma potência equivalente à de 250 bombas-A lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki.

Proliferação das armas nucleares

É evidente que os cientistas, a mando de seus governos, haviam dado ao mundo uma arma de proporções devastadoras. Na década de 1970, não só os Estados Unidos, como também União Soviética, China, Grã-Bretanha, França, Índia e Israel, assim como outras nações, possuíam armas nucleares ou estavam adquirindo tecnologia para isso. Provara-se, de uma vez por todas, que a ciência não era inteiramente "pura", ou seja, destituída de implicações práticas e políticas. A aplicação de suas descobertas tornara-se um fato inquietante para toda a humanidade.

Usos da energia atômica; eletrônica

Os governos experimentaram planos para utilização da energia nuclear para fins pacíficos, tendo ocorrido algum progresso no uso da força atômica como fonte alternativa de energia. Entretanto, os perigos da radiação levam a crer que essa utilização tenha valor limitado. Em fins dos anos 70, quando houve ameaça ao abastecimento de petróleo do Ocidente, continuava o aceso debate entre os que defendiam o prosseguimento da construção de usinas atômicas e os que argumentavam em favor de outras formas de energia – entre as quais a solar – como alternativas mais seguras e mais baratas. Enquanto isso, os técnicos que trabalhavam para a indústria privada faziam uso de descobertas no campo da física atômica para desenvolver a eletrônica. A eletrônica deriva-se do ramo da física que lida com o comportamento e os efeitos dos elétrons, ou os constituintes negativos do átomo. A partir da II Guerra Mundial, os dispositivos eletrônicos multiplicaram-se de modo espantoso. São empregados para determinar a trajetória de mísseis, para alertar quanto à aproximação de mísseis ou aviões, para possibilitar o pouso "cego" de aeronaves, para armazenar e liberar sinais elétricos, para amplificar e regular a transmissão de imagens e sons e para prover energia a células fotoelétricas que abrem portas e operam várias máquinas automáticas. A indústria aeroespacial, que tornou possível a exploração do espaço, depende profundamente da eletrônica.

Automação

O uso de dispositivos eletrônicos para a recepção de ondas hertzianas levou aos primeiros progressos na automação. Não se deve confundir automação com mecanização, ainda que aquela possa ser vista como o extremo lógico desse processo. A rigor, a automação significa a integração de quatro elementos: (1) um sistema de processamento; (2) um sistema de manuseio mecânico; (3) um sistema de sensores; e (4) um sistema de controle. Embora todos esses elementos sejam necessários, os dois últimos são os mais importantes. O equipamento sensor executa uma função semelhante à dos sentidos humanos. Observa e mede o que está acontecendo, enviando a informação assim obtida para a unidade de controle. Utiliza dispositivos como células fotoelétricas, células infravermelhas, dispositivos de alta freqüência, e outros que empregam raios X, isótopos e ressonância. Opera sem fadiga e com muito mais rapidez e precisão que os sentidos humanos. Além disso, suas observações podem ser feitas em locais insalubres ou inacessíveis ao homem. Um sistema de controle recebe a informação proveniente de um sensor, compara-a com a exigida pelo "programa" e faz então os ajustes necessários. Essa série de operações é contínua, de modo que se mantém um estado desejado constantemente, sem qualquer intervenção humana, salvo a envolvida

A era da televisão. À esquerda: A primeira câmera *pickup* de televisão, 1929. À direita: O satélite Telstar de comunicações. Pesando apenas 170 libras e medindo 34 polegadas de diâmetro, tem uma potência de 3.600 células solares. Gira ao redor da terra a uma velocidade de 1.600 milhas por hora a alturas entre 500 e 3.000 milhas náuticas.

inicialmente na "programação". Essa revolução foi enormemente ampliada pela invenção dos *lasers*. O *laser* é um dispositivo para amplificar o foco e a intensidade da luz. Átomos de alta energia são estimulados, opticamente, para amplificar um feixe luminoso. Os *lasers* demonstraram recentemente seu valor na medicina, sendo utilizados para interromper hemorragias na retina. Através da automação, máquinas caras e complexas estão substituindo a todo momento o trabalho humano. Máquinas de processamento de dados e computadores eletrônicos são empregados para controlar o tráfego ferroviário, operar linhas de montagem, operar máquinas que controlam outras máquinas e até manter a pressão sanguínea durante operações perigosas em hospitais.

Desemprego tecnológico

Tanto quanto outras descobertas e progressos feitos por cientistas e técnicos, as invenções eletrônicas não deixaram de trazer seus problemas. Um problema óbvio gerado por dispositivos capazes de realizar o trabalho humano é o de tirar empregos. O desemprego tecnológico tornou-se um problema importante no mundo moderno. Embora novas indústrias tenham absorvido muitos trabalhadores, era fatal que outros fossem dispensados devido à automação. Ainda que permaneça alta a procura de mão-de-obra especializada, desaparecem rapidamente as funções executadas por trabalhadores não qualificados, que ingressam no mercado de trabalho. Estão sendo eliminadas não tanto pelo computador, mas sobretudo por empilhadeiras, esteiras mecânicas etc. A mecanização da agricultura também eliminou milhares de empregos, antes dados a trabalhadores sem qualificação.

A ciência e a tecnologia não oferecem panacéias para os problemas do mundo. A solução desses problemas não será dada por máquinas, mas sim por homens e mulheres. Estarão mais habilitados a solucioná-los se tiverem alguma noção de seu próprio passado. A lição da história não é a de que ela se repete. É, antes, a de que o presente só pode ser claramente compreendido e o futuro planejado inteligentemente se os responsáveis pelo destino do mundo compreenderem o mecanismo da natureza humana. E para o conhecimento desse mecanismo, extraordinariamente complicado e fascinante, não existe melhor fonte do que a história.

GOVERNANTES DOS PRINCIPAIS ESTADOS EUROPEUS DESDE 700 d.C.

A Dinastia Carolíngia

Pepino, mordomo do Paço, 714
Carlos Martel, mordomo do Paço, 715-741
Pepino I, mordomo do Paço, 741; rei, 752-768
Carlos Magno, rei, 768-814; imperador, 800-814
Luís o Piedoso, imperador, 814-840

REINOS CENTRAIS

Lotário, imperador, 840-855
Luís (Itália), imperador, 855-875
Carlos (Provença), rei, 855-863
Lotário II (Lorena), rei, 855-869

FRÂNCIA OCIDENTAL

Carlos o Calvo, rei, 840-877; imperador, 877-879
Luís II, rei, 877-879
Luís III, rei, 879-882
Carlomano, rei, 879-884

FRÂNCIA ORIENTAL

Luís, rei, 840-876
Carlomano, rei, 876-880
Luís, rei, 876-882
Carlos o Gordo, imperador, 876-887

Sacro Império Romano

DINASTIA SAXÔNIA

Oto I, 962-973
Oto II, 973-983
Oto III, 983-1002
Henrique II, 1002-1024

DINASTIA FRANCÔNIA

Conrado II, 1024-1039
Henrique III, 1039-1056
Henrique IV, 1056-1106
Henrique V, 1106-1125
Lotário II (da Saxônia), rei, 1125-1133;
imperador, 1133-1137

DINASTIA HOHENSTAUFEN

Conrado III, 1138-1152
Frederico I (Barba-Roxa), 1152-1190
Henrique VI, 1190-1197
Filipe da Suábia, 1198-1208 | Rivais
Oto IV (Welf), 1198-1215 | Rivais
Frederico II, 1220-1250
Conrado IV, 1250-1254

INTERREGNO, 1254-1273

IMPERADORES DE VÁRIAS DINASTIAS

Rodolfo I (Habsburgo), 1273-1291
Adolfo (Nassau), 1292-1298
Alberto I (Habsburgo), 1298-1308
Henrique VII (Luxemburgo), 1308-1313
Luís IV (Wittelsbach), 1314-1347
Carlos IV (Luxemburgo), 1347-1378
Venceslau (Luxemburgo), 1378-1400
Rupert (Wittelsbach), 1400-1410
Sigismundo (Luxemburgo), 1410-1437

DINASTIA HABSBURGO

Alberto II, 1438-1439
Frederico III, 1440-1493
Maximiliano I, 1493-1519
Carlos V, 1519-1556
Fernando I, 1556-1564
Maximiliano II, 1564-1576
Rodolfo II, 1576-1612
Matias, 1612-1619
Fernando II, 1619-1637
Fernando III, 1637-1657
Leopoldo I, 1658-1705
José I, 1705-1711
Carlos VI, 1711-1740
Carlos VII (não era Habsburgo), 1742-1745
Francisco I, 1745-1765
José II, 1765-1790
Leopoldo II, 1790-1792
Francisco II, 1792-1806

Reis da França, desde Hugo Capeto

REIS CAPETOS

Hugo Capeto, 987-996
Roberto II, 996-1031
Henrique I, 1031-1060
Filipe I, 1060-1108
Luís VI, 1108-1137
Luís VII, 1137-1180
Filipe II (Augusto), 1180-1223
Luís VIII, 1223-1226
Luís IX, 1226-1270
Filipe III, 1270-1285
Filipe IV, 1285-1314
Luís X, 1314-1316
Filipe V, 1316-1322
Carlos IV, 1322-1328

CASA DE VALOIS

Filipe VI, 1328-1350
João, 1350-1364
Carlos V, 1364-1380
Carlos VI, 1380-1422
Carlos VII, 1422-1461
Luís XI, 1461-1483
Carlos VIII, 1483-1498
Luís XII, 1498-1515
Francisco I, 1515-1547
Henrique II, 1547-1559
Francisco II, 1559-1560
Carlos IX, 1560-1574
Henrique III, 1574-1589

DINASTIA BOURBON

Henrique IV, 1589-1610
Luís XIII, 1610-1643
Luís XIV, 1643-1715
Luís XV, 1715-1774
Luís XVI, 1774-1792

DEPOIS DE 1792

Primeira República, 1792-1799
Napoleão Bonaparte, primeiro-cônsul, 1799-1804
Napoleão I, imperador, 1804-1814
Luís XVIII (Dinastia Bourbon), 1814-1824
Carlos X (idem), 1824-1830
Luís Filipe, 1830-1848
Segunda República, 1848-1852
Napoleão III, imperador, 1852-1870
Terceira República, 1870-1940
Regime de Pétain, 1940-1944
Governo Provisório, 1944-1946
Quarta República, 1946-1958
Quinta República, 1958-

Governantes da Inglaterra

REIS ANGLO-SAXÕES

Egberto, 802-839
Etelvulfo, 839-858
Etelbaldo, 858-860
Etelberto, 860-866
Etelredo, 866-871
Alfredo o Grande, 871-900
Eduardo o Ancião, 900-924
Ethelstan, 924-940
Edmundo I, 940-946
Edred, 946-955
Edwy, 955-959
Edgar, 959-975
Eduardo o Mártir, 975-978
Etelredo o Tardo (*Unready*), 978-1016
Canuto (dinamarquês), 1016-1035
Haroldo I, 1035-1040
Hardicanuto, 1040-1042
Eduardo o Confessor, 1042-1066
Haroldo II, 1066

REIS ANGLO-NORMANDOS

Guilherme I o Conquistador, 1066-1087
Guilherme II, 1087-1100
Henrique I, 1100-1135
Estêvão, 1135-1154

REIS ANGEVINOS

Henrique II, 1154-1189
Ricardo I, 1189-1199
João, 1199-1216
Henrique III, 1216-1272
Eduardo I, 1272-1307
Eduardo II, 1307-1327
Eduardo III, 1327-1377
Ricardo II, 1377-1399

CASA DE LANCASTER

Henrique IV, 1399-1413

Henrique V, 1413-1422
Henrique VI, 1422-1461

CASA DE YORK

Eduardo IV, 1461-1483
Eduardo V, 1483
Ricardo III, 1483-1485

SOBERANOS TUDOR

Henrique VII, 1485-1509
Henrique VIII, 1509-1547
Eduardo VI, 1547-1553
Maria, 1553-1558
Elizabeth I, 1558-1603

REIS STUART

Jaime I, 1603-1625
Carlos I, 1625-1649

COMMONWEALTH E PROTETORADO, 1649-1659

REIS STUART POSTERIORES

Carlos II, 1660-1685
Jaime II, 1685-1688
Guilherme III e Maria II, 1689-1694
Guilherme III, só, 1694-1702
Ana, 1702-1714

CASA DE HANOVER

Jorge I, 1714-1727
Jorge II, 1727-1760
Jorge III, 1760-1820
Jorge IV, 1820-1830
Guilherme IV, 1830-1837
Vitória, 1837-1901

CASA DE SAXE-COBURG-GOTHA

Eduardo VII, 1901-1910
Jorge V, 1910-1917

CASA DE WINDSOR

Jorge V, 1917-1936
Eduardo VIII, 1936
Jorge VI, 1936-1952
Elizabeth II, 1952-

Papas Eminentes

Silvestre I, 314-335
Leão I, 440-461
Gelásio I, 492-496
Gregório I, 590-604
Nicolau I, 858-867
Silvestre II, 999-1003
Leão IX, 1049-1054
Nicolau II, 1058-1061
Gregório VII, 1073-1085
Urbano II, 1088-1099
Pascoal II, 1099-1118
Alexandre III, 1159-1181
Inocêncio III, 1198-1216
Gregório IX, 1227-1241
Bonifácio VIII, 1294-1303
João XXII, 1316-1334
Nicolau V, 1447-1455
Pio II, 1458-1464
Alexandre VI, 1492-1503
Júlio II, 1503-1513
Leão X, 1513-1521
Adriano VI, 1522-1523
Clemente VII, 1523-1534
Paulo III, 1534-1549
Paulo IV, 1555-1559
Gregório XIII, 1572-1585
Gregório XVI, 1831-1846
Pio IX, 1846-1878
Leão XIII, 1878-1903
Pio X, 1903-1914
Bento XV, 1914-1922
Pio XI, 1922-1939
Pio XII, 1939-1958
João XXIII, 1958-1963
Paulo VI, 1963-1978
João Paulo I, 1978
João Paulo II, 1978-

Governantes da Áustria e da Áustria-Hungria

* Maximiliano I (arquiduque), 1493-1519
* Carlos I (Carlos V do Sacro Império Romano), 1519-1556
* Fernando I, 1556-1564
* Maximiliano II, 1564-1576
* Rodolfo II, 1576-1612
* Matias, 1612-1619
* Fernando II, 1619-1637
* Fernando III, 1637-1657
* Leopoldo I, 1658-1705
* José I, 1705-1711
* Carlos VI, 1711-1740
Maria Teresa, 1740-1780
* José II, 1780-1790
* Leopoldo II, 1790-1792
* Francisco II, 1792-1835 (imperador da Áustria como Francisco I a partir de 1804)
Fernando I, 1835-1848
Francisco José, 1848-1916 (a partir de 1867, imperador da Áustria e rei da Hungria)
Carlos I, 1916-1918 (imperador da Áustria e rei da Hungria)
República Austríaca, 1918-1938 (ditadura a partir de 1934)
República restaurada, sob a ocupação dos Aliados, 1945-1956
República livre, 1956-

* Também usou o título de imperador do Sacro Império Romano.

Governantes da Prússia e da Alemanha

* Frederico I, 1701-1713
* Frederico Guilherme I, 1713-1740
* Frederico II, o Grande, 1740-1786
* Frederico Guilherme II, 1786-1797
* Frederico Guilherme III, 1797-1840
* Frederico Guilherme IV, 1840-1861
* Guilherme I, 1861-1888 (imperador da Alemanha a partir de 1871)
Frederico III, 1888
Guilherme II, 1888-1918
República de Weimar, 1918-1933
Terceiro Reich (ditadura nazista), 1933-1945
Ocupação dos Aliados, 1945-1952
Divisão em República Federal da Alemanha (ocidental) e República Democrática Alemã (oriental), 1949-

* Reis da Prússia.

Governantes da Rússia

Ivan III, 1462-1505
Basílio III, 1505-1533
Ivan IV, 1533-1584
Teodoro I, 1584-1598
Boris Gudunov, 1598-1605
Teodoro II, 1605
Basílio IV, 1606-1610
Miguel, 1613-1645
Aléxis, 1645-1676
Teodoro III, 1676-1682
Ivan V e Pedro I, 1682-1689
Pedro I, o Grande, 1689-1725
Catarina I, 1725-1727
Pedro II, 1727-1730
Ana, 1730-1740
Ivan VI, 1740-1741
Elizabeth, 1741-1762
Pedro III, 1762
Catarina II, a Grande, 1762-1796
Paulo, 1796-1801
Alexandre I, 1801-1825
Nicolau I, 1825-1855
Alexandre II, 1855-1881
Alexandre III, 1881-1894
Nicolau II, 1894-1917
República Soviética, 1917-

Governantes da Itália

Vítor Manuel II, 1861-1878
Humberto I, 1878-1900
Vítor Manuel III, 1900-1946
Ditadura fascista, 1922-1943 (mantida no norte da Itália até 1945)
Humberto II, 9 de maio-13 de junho de 1943
República, 1946-

Governantes da Espanha

Fernando { e Isabel, 1479-1504; e Filipe I, 1504-1506; e Carlos I, 1506-1516 }
Carlos I (Carlos V do Sacro Império Romano), 1516-1556
Filipe II, 1556-1598
Filipe III, 1598-1621
Filipe IV, 1621-1665
Carlos II, 1665-1700
Filipe V, 1700-1746
Fernando VI, 1746-1759
Carlos III, 1759-1788
Carlos IV, 1788-1808
Fernando VII, 1808
José Bonaparte, 1808-1813
Fernando VII (reempossado), 1814-1833
Isabel II, 1833-1868
República, 1868-1870
Amadeu, 1870-1873
República, 1873-1874
Afonso XII, 1874-1885
Afonso XIII, 1886-1931
República, 1931-1939
Ditadura fascista, 1939-1975
Juan Carlos I, 1975-

ÍNDICE REMISSIVO

E

G

H

I

J

K

L

M

N

P

Q

R

S

T

787 788 789 790 791 792
793 794 795 796 797 798 799 800 801
802 803 804 805 806 807 808 809 810
811 812 813 814 815 816 817 818 819
820 821 822 823 824 825 826 827 828
829 830 831 832 833 834 835 836 837
838 839 840 841 842 843 844 845 846
847 848 849 850

Extras do livro

Para manter a paginação correta,
todas as informações extras como índice,
bibliografia, lista de ilustrações, etc, foram
colocadas a partir daqui.

A primeira edição da "História da civilização ocidental", de Edward McNall Burns, apareceu em 1941. Várias vezes revista desde então, a obra manteve-se como um dos textos mais populares e amplamente utilizados em colégios e universidades até hoje.

A popularidade da "História da civilização ocidental" deve-se à sua clareza e concisão. Não uma concisão limitada a fatos e datas a serem decorados, e sim aplicada a uma história do Ocidente narrada com eficiência por um professor inteligente, um pesquisador sério, mas agradável e sem ranço.

Burns morreu em 1972. Muito havia ainda para ser escrito e revisto, principalmente em função dos resultados dos modernos métodos de pesquisa, da evolução da tecnologia e da ciência, da importância crescente da mulher tanto no campo científico e literário como na política (a atuação de Indira Ghandi, Golda Meir, Margareth Thatcher, Simone de Beauvoir não podia mais ser ignorada).

Os professores Robert E. Lerner e Standish Meacham tomaram a si a tarefa. Ponto por ponto, parágrafo por parágrafo, ambos revisaram e atualizaram exaustivamente o trabalho, mas sempre com a preocupação de manter a mesma dosagem de narrativa e análise, o mesmo equilíbrio ímpar da história política, social, econômica e intelectual que marcaram de forma inconfundível o livro de Edward McNall Burns.

Nesta revisão, a nona desde que a obra foi publicada pela primeira vez nos Estados Unidos, estão incluídas as últimas descobertas sobre os povos pré-históricos, que lançaram novas luzes sobre as civilizações minóica e miceniana. A Idade Média, dividida até então em dois períodos, passou a ter três etapas (inicial, de 500 a 1050), alta (de 1050 a 1300) e tardia (de 1300 a 1500), obedecendo ao esquema convencional modernamente estabelecido pelos estudiosos. O período da Renascença também foi reexaminado. A Reforma, a Revolução comercial, o Absolutismo foram alvo de retificações à luz dos conceitos e pesquisas atuais.

A civilização do Ocidente no séc. XIX mereceu atenção especial. Três pontos aos quais Burns estava atento foram analisados por Lerner e Meacham: a) as dramáticas mudanças ocasionadas pela combinação da Revolução Francesa com a Revolução Industrial; b) a importância da consciência de classe — mola-mestra das duas revoluções; e c) a necessidade de entender o cotidiano dos homens e mulheres, de todos os níveis sociais, que sofreram as conseqüências das mudanças provocadas pelas revoluções.

Por sua importância, o período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, em particular as décadas de 60 e 70, foi alvo de estudo aprofundado.

Inúmeras ilustrações e dezenas de mapas novos, executados com detalhes e minúcias, complementam e enriquecem esta nova história, cuja tradução foi confiada à competência do Prof. Donaldson Garschagen.

Ao empenhar-se em publicar este novo, extenso e lúcido trabalho, a Editora Globo presta uma homenagem à memória de Burns e homenageia também a inteligência de estudantes e estudiosos de História, entregando-lhes a edição definitiva da obra do grande mestre, destinada a perpetuar-se como um monumento à história do Ocidente.

EDWARD McNALL BURNS
ROBERT E. LERNER
STANDISH MEACHAM

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Do homem das cavernas às naves espaciais

Tradução
Donaldson M. Garschagen

32ª Edição
Revista e atualizada de acordo com a 9ª edição norte-americana

Volume 1

Tradução
Donaldson M. Garschagen

29.ª Edição

Revista e atualizada de acordo com a 9.ª edição norte-americana

Volume 2

Título do original norte-americano:
Western civilizations
Their history and their culture

Composição, diagramação e arte final: Luiz Flávio von Rondow
Capa: Rafael Siqueira

Direitos mundiais de edição em língua portuguesa
para o Brasil, adquiridos por
EDITORA GLOBO S.A.
Rua do Curtume, 665, CEP 05065, São Paulo.
Tel.: (011) 262-3100, Telex: (011) 54071, SP.
Brasil

Impressão e acabamento: Edições Paulinas

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte — Câmara Brasileira do Livro, SP

Burns, Edward McNall, 1897-1972.
História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais / Edward McNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meacham; tradução Donaldson M. Garshagen. — São Paulo : Globo, 1990.

ISBN 85-250-0530-4 (v. 1)

1. Civilização ocidental 2. Europa - Civilização I. Lerner, Robert E. II. Meacham, Standish. III. Título.

89-0108 CDD-909.09812
-940

Índices para catálogo sistemático:
1. Civilização ocidental 909.09812
2. Europa : Civilização 940

Vol.1

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte — Câmara Brasileira do Livro, SP

Burns, Edward McNall, 1897-1972.
História da civilização ocidental : do homem das cavernas às naves espaciais / Edward McNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meacham ; tradução Donaldson M. Garshagen. — 29. ed. — São Paulo : Globo, 1989.

Publicados v. 1 e 2.
ISBN 85-250-0530-4 (v. 1). — ISBN 85-250-0148-1 (v. 2)

1. Civilização ocidental 2. Europa - Civilização I. Lerner, Robert E. II. Meacham, Standish. III. Título.

89-0108 CDD-909.09812
-940

Índices para catálogo sistemático:
1. Civilização ocidental 909.09812
2. Europa : Civilização 940

Vol.2

NOTA DOS EDITORES

É com justo orgulho que a Editora Globo apresenta ao leitor brasileiro esta nova edição da História da Civilização Ocidental, de Edward McNall Burns.

A nova obra, dividida em dois volumes como a anterior, foi traduzida da 9.ª edição Norte-Americana, que tem a colaboração dos eminentes professores Robert E. Lerner e Standish Meacham, que se encarregaram de rever e atualizar o texto original, desenvolvendo-o até nossos dias.

Desejamos sinceramente que o novo Burns continue a ser tão útil como o antigo. É esse o objetivo do nosso esforço.

Para Dietlind e Olivia;
Edith, Louisa e Samuel

SUMÁRIO

continua na próxima página

SUMÁRIO

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

ÍNDICE DOS MAPAS

PREFÁCIO DA 9ª EDIÇÃO NORTE-AMERICANA

Edward McNall Burns é autor de um dos compêndios de história mais bem sucedidos já publicados nos Estados Unidos. Sua *História da Civilização Ocidental* surgiu em 1941 e teve reimpressões revistas em 1947, 1949, 1953, 1958, 1963, 1968 e 1973. Muitas pessoas que a utilizaram em cursos superiores continuam a buscar informações nela, e a cada dia a obra granjeia novos admiradores. As razões de sua popularidade são muitas: é escrita de maneira clara e vigorosa, cobre toda a história do Ocidente dentro de limites relativamente breves, e possui um magnífico equilíbrio entre narrativa e análise. O texto também conquistou leitores porque foi concebido desde o início como uma história das *civilizações*, e não como crônica de acontecimentos. O professor Burns tratou plenamente da história política, mas acreditava que "os efeitos da Peste Negra não foram menos importantes que a Guerra dos Cem Anos, e que no final das contas, os ensinamentos de Aristóteles e dos Estóicos transcenderam, em significado, à ascensão dos Bourbons ou ao declínio do Sacro Império Romano". Por conseguinte, a *História da Civilização Ocidental* sempre deu grande ênfase ao desenvolvimento das idéias e das instituições. Depois do falecimento do professor Burns em 1972, tornou-se imperativo que o cuidadoso equilíbrio por ele obtido fosse preservado pelos autores escolhidos para suceder-lhe.

Ao aceitarmos a tarefa de revisar tão excelente compêndio, não tivemos quaisquer dúvidas de que desejávamos conservar suas características básicas. No entanto, a expansão da pesquisa histórica com relação a temas antes desdenhados, bem como o avanço da pesquisa em áreas mais tradicionais, têm frutificado tanto nos últimos anos que julgamos necessário revisar parcelas substanciais do texto. Do princípio ao fim, dedicamos muito mais atenção à história das mulheres e das minorias do que antes, mas como o texto já dedicava amplo espaço à história social, não fomos obrigados a fazer isso a expensas do tratamento político ou intelectual. Embora nos orgulhemos de termos mantido a obra com extensão aproximadamente igual à que tinha antes, à força de admonição editorial e heróica auto-contenção, pudemos também introduzir numerosas mudanças em estratégias organizacionais e em planos interpretativos, sendo que o maior volume de revisão recaiu sobre o período medieval e o século XIX.

Na parte inicial da obra (capítulos 1 a 8), as principais alterações consistiram em sumariar as mais recentes descobertas relativas aos povos pré-históricos, tratar das relações entre as civilizações minóica e miceniana, com base em novas perspectivas proporcionadas pela decifração da escrita Linear B, e, de modo geral, modificar a cronologia em obediência às constatações das pesquisas mais recentes. Mudanças mais radicais foram feitas com relação ao período romano tardio e ao medieval, o que teve como resultado cinco capítulos substancialmente novos (9 a 13). Ao invés de tratar a história romana, após Diocleciano, como parte da civilização romana propriamente dita, a presente edição adota procedimentos modernos, dedicando um capítulo (o nono) ao "mundo da antigüidade tardia", a partir do tempo de Diocleciano até o fim do século XVI. O capítulo 10 trata dos três herdeiros de Roma – Bizâncio, o Islã e o Ocidente cristão da Idade Média inicial – numa perspectiva comparativa. Em substituição à divisão cronológica da Idade Média em dois períodos – o inicial (500-1050) e o tardio (1050-1350) –, esta edição adota o sistema mais convencional de dividir a Idade Média em inicial (500-1050), alta (1050-1300) e tardia (1300-1500). Dois capítulos (11 e 12) tratam da alta Idade Média. Cronologicamente, quase equivalem aos dois capítulos referentes ao que era antes denominado Idade Média tardia, mas incluem assuntos novos, como o progresso dinâmico da agricultura medieval e a ascensão e a queda da monarquia papal, além de encerrarem diferenças de vocabulário descritivo e de interpretação. Todo um capítulo sobre a Idade Média tardia (o 13) não tem equivalente na edição anterior, embora incorpore, na verdade, parte do tema que era incluído sob o título de Renascença. O deslocamento de parte do material sobre a Renascença possibilitou termos um capítulo inteiro a seu respeito, ao invés de dois capítulos anteriores, sobre a Renascença na Itália e fora dela. O capítulo sobre a Reforma (15) permanece quase inalterado, o relativo à Revolução Comercial (16) acrescenta os resultados de pesquisas sobre a revolução agrícola no século XVIII (o material sobre bruxaria foi transposto para o capítulo 18), e o capítulo sobre o Absolutismo (17) começa com o tratamento da monarquia absoluta, da Inglaterra entre a Revolução Gloriosa e o reinado de Jorge III.

Ao procedermos à revisão dos capítulos 19 a 26 tentamos unificar a análise da civilização ocidental no século XIX em torno de três grandes temas: (1) a maneira como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial combinadas produziram as modificações momentosas ocorridas naquele período; (2) a importância da consciência de classe – fator importante em ambas as revoluções – para a compreensão do período; e (3) a necessidade de conhecermos melhor a vida cotidiana de homens e mulheres de todas as classes que experimentaram as mudanças descritas. Fundamentamo-nos bastante em pesquisas recentes a respeito desses temas.

Para que os legados da Revolução Francesa fossem tratados de modo mais coerente, o material sobre Napoleão foi transposto para o Capítulo 19. A Revolução Industrial é agora discutida em dois capítulos. O primeiro (20) inclui seções ampliadas sobre a industrialização européia e a era da estrada de ferro; o segundo (24) versa sobre as modificações tecnológicas que caracterizaram a chamada "segunda" revolução industrial e sobre os efeitos dessas mudanças em termos humanos. Os capí-

tulos 21, 22 e 23 delineiam a maneira como as duas revoluções alteraram o rumo da história. Tais capítulos diferem dos constantes da edição original por tentarem definir e descrever a consciência de classe; por sumariar descobertas recentes sobre os temas da mudança agrícola e do padrão de vida; por salientar as ligações entre o Romantismo e o nacionalismo e entre o nacionalismo e a formação de nações; por apresentar o liberalismo como o credo político característico da classe média industrial; e por descrever, com certa riqueza de pormenores, a vida dos homens – e mulheres – nos lares e nos bairros das classes média e operária. O material sobre os vários desafios opostos à classe média industrial foi concentrado nos capítulos 21, 25 e 26. Os capítulos restantes (27 a 31), ainda que tenham sido consideravelmente revistos em certos trechos, conservam a mesma organização geral empregada na oitava edição. As alterações mais significativas ocorrem no capítulo 28, no qual se acrescentou material sobre a cultura do entreguerras, e nos dois últimos capítulos, nos quais os problemas e as tendências do período posterior à II Guerra Mundial foram reorganizados e atualizados de uma forma que, esperamos, dê sentido a um conjunto de condições e movimentos mundiais em constante mutação e dos mais complexos.

Além das revisões textuais, os mapas e ilustrações também mereceram séria atenção: os mapas são novos ou foram substancialmente modificados e as ilustrações são todas novas, provenientes de fontes autorizadas.

A Robert Lerner coube a responsabilidade principal pela primeira metade da revisão, até o capítulo 17, inclusive. Standish Meacham incumbiu-se da segunda metade. Kenneth Sacks e George Szemler deram sugestões valiosas para o aperfeiçoamento dos capítulos sobre história antiga. Entre os muitos especialistas que de bom grado submeteram-se a um bombardeio de perguntas cumpre citar T. W. Heyck, David Joravsky, E. William Monter, James E. Packer, Carl Petry e Susan Solway, Helen Feng, Erdmut Lerner, Oscar Lerner, Vita Maniscalco, James Murray e Richard Wells contribuíram com auxílio extremamente útil no tocante a leitura crítica e pesquisa. Ruth Mandel, da W. W. Norton & Company, foi uma excelente editora de iconografia; Ben Gamit, um soberbo retocador; e Robert E. Kehoe e Donald S. Lamm, produtores prestativos e competentes. Michelle Cliff, que fez a editoração, foi não só um anjo vigilante, mas uma verdadeira colaboradora; com ela temos a maior das nossas dívidas.

Robert E. Lerner
Standish Meacham

Evanston, Illinois
Austin, Texas